



UNIVERSIDADE DE ÉVORA



***O Instituto Militar dos Pupilos do Exército
como Escola de Tradição e Cidadania:
Implicações Sociais e Políticas***

VOLUME II



Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia

168 298

David Miguel Pascoal Rosado

Orientador: Professor Doutor João Bettencourt da Câmara

Co-Orientadora: Professora Doutora Maria da Saudade Baltazar

2008

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

Nota Prévia.....	10
Agradecimentos.....	14
Acrónimos e Abreviaturas.....	17

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

1. A Temática em Análise.....	21
2. Problematização da Pesquisa.....	25
3. Orientações Metodológicas.....	30
3.1. Perspectiva de Enquadramento Geral.....	30
3.2. A Dimensão Epistemológica.....	33
3.3. A Dimensão Teórica.....	35
3.4. A Dimensão Técnica, o Universo da Pesquisa e o Plano Amostral.....	54
3.5. Dimensão Morfológica.....	75
4. Estrutura do Trabalho.....	77

CAPÍTULO I - OS CONTEXTOS HISTÓRICO-POLÍTICOS E A EVOLUÇÃO DO IMPE: DAS ORIGENS À ACTUALIDADE

1. O Fundador e o Momento Político da Fundação.....	82
1.1. A Vida e a Obra de António Xavier Correia Barreto.....	82
1.2. Da Crise da Monarquia à Regeneração Republicana: o Nascimento da Instituição.....	106
2. O Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar.....	130
2.1. Implicação de Responsabilidades e Patamares de Influências: da Génese da Instituição, à sua Criação e Impulso.....	130
2.2. Enquadramento ao Decreto de 25 de Maio de 1911.....	137
3. Um Projecto Pedagógico em Evolução: da Obra Tutelar e Social dos Exércitos de Terra e Mar ao actual Instituto Militar dos Pupilos do Exército.....	154
4. O Instituto perante as Conjunturas Políticas e as Mudanças Sociais.....	174

CAPÍTULO II - UMA ESCOLA DIFERENTE: DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO AO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

1. Um Quadro de Socializações Variadas: Tempo, Espaço e Sistema de Interação Social.....	192
2. O Ensino Básico e Secundário: Sobre a sua Evolução e Caracterização no Contexto Nacional.....	208
3. O Ensino Superior Politécnico.....	222
4. A Educação e o Ensino nos Pupilos do Exército: as Finalidades Cívicas e Políticas da Formação.....	234
5. Educação e Acção Transformadora: A Persistência de um Modelo Pedagógico.....	258

CAPÍTULO III - A SIMBOLOGIA DO IMPE COMO SISTEMA DE SINAIS E COMO HERANÇA

1. O Patrono e a sua Significação como Imagem Tutelar.....	277
1.1. A Figura de D. João de Castro: Directrizes para uma Escolha.....	277
2. O Brasão de Armas.....	288
2.1. Descrição Heráldica.....	290
2.2. A Simbologia e Alusão das Peças.....	292
2.3. O Significado dos Esmaltes.....	293
3. O Guião do Batalhão Escolar.....	294
4. O Lema e Divisa de Honra.....	299
5. O Hino.....	303
6. O Estandarte e as Condecorações.....	309
7. O Código de Honra do Aluno do IMPE.....	313
8. A Barretina e o Emblema da APE.....	315
9. O Busto da República.....	319
10. As Placas de Saudade.....	321
11. O Poema “Ser Pupilo”.....	323
12. Análise da Significação e da Consistência (ou não) dos diversos Elementos Simbólicos e das Concepções Doutrinárias e de Poder que exprimem. Confrontação com as Realidades Sociais e Políticas Contemporâneas.....	325

CAPÍTULO IV - FIGURAS MARCANTES E CARREIRAS: PASSADO E PRESENTE

1. Os Directores do Instituto: Perfis, Liderança em Tempos de Mudança e Ideologia Republicana.....	343
2. A Associação dos Pupilos do Exército: com a Força do Passado para Mudar o Futuro.....	388
2.1. Da Génese à Actualidade: o Percurso da Associação e as suas Sedes.....	391
3. Dentre Antigos Alunos: Perfil Social e Mudança Sócio-Política no Contexto dos Desafios das Carreiras Profissionais e dos Pupilos do Exército.....	407
4. Do “ <i>Preparemo-nos para a Vida</i> ” ao “ <i>Querer é Poder</i> ”: Uma Questão de Identidade Pilónica.....	438

CAPÍTULO V - VIDA ACADÉMICA E MILITAR

1. Abordagem aos Regimes de Internato e Externato.....	467
2. A Formação Institucional Civil e Militar.....	493
3. O Controlo Ético e Técnico.....	511
4. Uma Comunidade de Uniforme.....	542
5. Do Controlo Formativo ao Ensino do Patriotismo.....	560

CAPÍTULO VI - OS ALUNOS GRADUADOS: ÉTICA, LIDERANÇA E COMANDO NA JUVENTUDE

1. Nomeações, Deveres, Direitos e Funções dos Alunos Graduados do IMPE.....	598
1.1. O Aluno Comandante de Batalhão	606
1.2. O Aluno Adjunto para o Internato.....	609
1.3. O Aluno Adjunto para as Actividades Culturais e Desportivas	610
1.4. O Aluno Comandante de Companhia	611
1.5. O Aluno Adjunto do Aluno Comandante de Companhia.....	613
1.6. O Aluno Comandante de Pelotão	614
1.7. O Aluno Adjunto do Aluno Comandante de Pelotão.....	616
1.8. Serviços Ordinários de Escala para os Alunos Graduados	617
1.8.1. O Aluno Graduado de Dia ao Batalhão.....	617
1.8.2. O Aluno Graduado de Dia à Companhia.....	619
2. Sobre os Fundamentos da sua Missão e da Simbologia das Insignias.....	621
3. Das Idiossincrasias Vectoriais no Exercício de Funções aos Factores e Requisitos da Liderança.....	643

4. O Desafio da Responsabilidade e o Culto da Camaradagem.....	662
5. Relações Formais e Informais de Pertença e Poder no Seio da Comunidade Estudante.....	686
5.1. Outras Funções de Chefia: o Comando sem Platinas.....	704
5.1.1 O Aluno Chefe de Turma.....	704
5.1.2 O Aluno Chefe de Quarto.....	706
5.1.3 O Aluno Chefe de Mesa.....	707
5.1.4 A Comissão de Direcção da Sala de Alunos.....	710
5.2. Serviços Ordinários de Escala para Alunos não Graduados.....	712
5.2.1. O Aluno de Dia à Companhia.....	712
6. Carácter, Integridade e Cidadania: da Educação da Juventude ao Alvor da Liderança	714

VOLUME II

CAPÍTULO VII - AS TRADIÇÕES PILÓNICAS: DA SUA EXISTÊNCIA E SEU SIGNIFICADO

1. Um Relance sobre Tradição: o Desafio de Suscitar a Moralidade Cosmopolita pela Paixão ...	747
2. O Dia do Fundador.....	770
3. O Dia do Patrono.....	773
4. O Dia do Instituto Militar dos Pupilos do Exército.....	776
5. A Cerimónia de Apadrinhamento dos Novos Alunos e o Abraço ao Batalhãozinho.....	779
6. Abertura Solene do Ano Lectivo	783
7. Grito de Guerra: A Jacarezada.....	787
8. O Cartolas.....	789
9. O Enterro	794
10. A Récita de Carnaval.....	797
11. A Batalha Campal.....	800
12. O Virar da Cama.....	803
13. A Troca de Graduações	804
14. A Imposição dos Laços de Finalistas	805
15. A Imposição de Insígnias aos Alunos Graduados.....	807
16. Os Bailes do Instituto.....	810
17. Em conjunto com os outros Estabelecimentos Militares de Ensino.....	812
17.1. O Encontro de Coros.....	813

17.2. Os Jogos Florais.....	815
18. A Complementaridade dos Ritos como Expressão Identitária: Hierarquias, Ideais e Poder.....	818

CAPÍTULO VIII - AS ACTIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR: DA SUA VIVÊNCIA E PROJECCÃO INSTITUICIONAL PARA O EXTERIOR

1. As Actividades Culturais e Desportivas como Extensão Benéfica do Curriculum Tradicional dos Pupilos do Exército.....	831
2. <i>Mens sana in corpore sano</i> : o Significado das Actividades de Complemento Curricular no Quadro da Ideologia e da Formação no IMPE.....	850
2.1. A Imprensa dos Alunos.....	897

CAPÍTULO IX - AS ESCOLAS MILITARES ESTRANGEIRAS: PARALELOS E DIVERGÊNCIAS

1. Uma Diversidade Conspícua.....	913
1.1. O Caso do Brasil.....	919
1.2. O Caso da França.....	942
1.3. O Caso dos Estados Unidos da América.....	950
1.4. Outros Casos: da Argentina à Venezuela.....	964
2. A Cultura de Valores como Denominador Comum.....	969

CAPÍTULO X - OS ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO E A DIOCESE DAS FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA

1. A Tradição Laica da Fundação e a Introdução da Formação Religiosa no Instituto: Motivos, Relevância e Significação.....	1006
2. Um Caminho de Tradição e uma Cultura de Formação de Valores: a Formação Religiosa na Actualidade.....	1030

CAPÍTULO XI - O PATRIMÓNIO HISTÓRICO DO IMPE E O SEU MEIO ENVOLVENTE: A ARQUITECTURA DO ESPACO E DO PODER

1. Os Pupilos do Exército e o Convento de S. Domingos de Benfica.....	1051
1.1. A Ordem de S. Domingos e o Convento de S. Domingos de Benfica.....	1051
1.2. O Cenóbio Dominicano de Benfica durante a Monarquia: Sílepse do seu Percurso Histórico, numa Abordagem Sociológica e Política.....	1056

2. Os Espaços e o Património do Instituto	1063
2.1. A Capela de Corpus Christi (Capela dos Castros) como Monumento à Memória de D. João de Castro: Mausoléu Familiar e Símbolo Carismático do Instituto	1063
2.2. Sobrevivências do antigo Cenóbio: a Sala do Capítulo, a antiga Capela da Família Castro, os Claustros e outros espaços sócio-histórico relevantes	1079
2.3. A Fonte da Madalena	1083
3. Do Enquadramento Paisagístico e seu Significado à Manifestação da Arquitectura, Espaço e Poder: a Expressão das Hierarquias Formais e Informais no Meio Físico do Instituto	1086

CAPÍTULO XII - O FUTURO DO INSTITUTO MILITAR DOS PUILOS DO EXÉRCITO

1. Prestígio, Auto-Imagem e Avaliação da Sociedade	1099
2. Abordagem Económico-Financeira: Modernização na Gestão e Administração do Exército e do Instituto	1116
3. Da sua Continuidade, Extinção ou Reformulação Organizacional: Cenários Possíveis e/ou Desejáveis	1143

<u>CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS</u>	1179
---	------

<u>ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES</u>	1204
---	------

<u>BIBLIOGRAFIA</u>	1216
----------------------------------	------

VOLUME III – APÊNDICES

APÊNDICES

<u>APÊNDICE I</u> – Percursos individuais com relevo no contexto das responsabilidades e influências na génese da Instituição	1363
1. António Augusto de Figueiredo	1364
2. Liberato Damião Ribeiro Pinto	1366
3. Vitorino Henriques Godinho	1370
4. Vitorino Maximo de Carvalho Guimarães	1372
<u>APÊNDICE II</u> – Os Alunos Comandantes de Batalhão do Instituto	1375

APÊNDICE III – O Caminho Social, Político e Histórico da Acção Legislativa relativa ao IMPE:

Síntese Cronológica de Documentos.....1380

APÊNDICE IV – Complementos sobre o antigo Convento de S. Domingos de Benfica1396

1. Os Promotores da Reedificação Seiscentista do Convento de S. Domingos.....1397
 - 1.1. Fr. João de Vasconcelos: O Prior do Convento de S. Domingos de Benfica.....1397
 - 1.2. D. Francisco de Castro: O Inquisidor Geral do Reino1403
2. Considerações de índole arquitectónico e tumulária sobre a Capela de Corpus Christi1411

APÊNDICE V – Os Inquéritos realizados.....1417

1. Os Inquéritos por Entrevista.....1418
 - 1.1. Presidente da Direcção da Associação dos Pupilos do Exército - 2002/20051418
 - 1.2. Presidente da Direcção da Associação dos Pupilos do Exército – 2005/20071428
 - 1.3. Director do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 1987/1989.....1441
 - 1.4. Director do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 2000/2004.....1451
 - 1.5. Capelão do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 2004/20061457
 - 1.6. Bispo das Forças Armadas e de Segurança – 2001/(...).....1461
2. Os Inquéritos por Questionário.....1468
 - 2.1. Modelo aplicado aos Alunos do IMPE.....1468
 - 2.1.1. Resultados Globais: Dimensões Relativas de Classes.....1474
 - 2.1.2. Resultados Globais: Probabilidades Condicionais1475
 - 2.1.2.1. As Covariáveis.....1475
 - 2.1.2.2. As Variáveis1476
 - 2.1.3. Resultados em Detalhe: Probabilidades Condicionais1481
 - 2.1.3.1. As Covariáveis1481
 - 2.1.3.2. As Variáveis1491
 - 2.2. Modelo aplicado aos Antigos Alunos dos Pupilos do Exército.....1533
 - 2.2.1. Resultados Globais: Dimensões Relativas de Classes.....1539
 - 2.2.2. Resultados Globais: Probabilidades Condicionais.....1540
 - 2.2.2.1. As Covariáveis1540
 - 2.2.2.2. As Variáveis1542
 - 2.2.3. Resultados em Detalhe: Probabilidades Condicionais1547
 - 2.2.3.1. As Covariáveis.....1547

2.2.3.2. As Variáveis.....	1559
----------------------------	------

<u>APÊNDICE VI</u> – Resultados da Gestão Financeira do Boletim da APE (Anos 2003, 2004, 2005 e 2006).....	1603
--	------

<u>APÊNDICE VII</u> – Material Orgânico Principal do IMPE em 31 de Março de 2006.....	1605
---	------

<u>APÊNDICE VIII</u> – Previsão global de receitas provenientes das mensalidades dos alunos para o ano lectivo 2006/2007.....	1607
---	------

VOLUME II

CAPÍTULO VII

AS TRADIÇÕES PILÓNICAS: DA SUA EXISTÊNCIA E SEU SIGNIFICADO

1. UM RELANCE SOBRE TRADIÇÃO: O DESAFIO DE SUSCITAR A MORALIDADE COSMOPOLITA PELA PAIXÃO

“Quando os Escoceses se reúnem para celebrar a sua identidade nacional, fazem-no de formas ancoradas na tradição. Os homens vestem o Kilt, cada clã usa o tartan com as suas cores próprias e as cerimónias são acompanhadas pela música das gaitas-de-foles.”

*Anthony Giddens*¹

Antes de nos debruçarmos sobre as tradições do IMPE, é útil debruçarmo-nos sobre o significado das tradições em geral, no sentido de melhor posicionarmos a importância dos costumes no entrecho dos símbolos da escola. Para que os analisemos de uma forma abrangente, entendemos que é importante salientar antes de tudo, que o estudo sistemático das sociedades humanas levado a cabo pela Sociologia (dando ênfase especial aos sistemas modernos e industrializados), implica a capacidade de pensar de forma imaginativa e de promover a distância de ideias preconcebidas acerca da vida social, até porque como sabemos *“hoje está universalmente aceite que o discurso é um veículo necessário à clarificação do pensamento”*.²

Se a *“diversidade dos meios é directamente responsável pela variedade de géneros de vida e de culturas”*,³ também é verdade que temos que ser capazes de nos libertar do quadro das circunstâncias pessoais e pensar as coisas num contexto mais abrangente. Com efeito, o trabalho sociológico depende do que Wright Mills numa frase famosa denominou de *imaginação sociológica*, que implica em síntese, a capacidade de nos abstrairmos das rotinas familiares da vida quotidiana, de modo a podermos olhá-las de forma diferente.⁴

A imaginação sociológica permite-nos constatar que muitos dos fenómenos que parecem dizer respeito apenas ao indivíduo, na verdade reflectem questões mais amplas, muitas vezes ligadas com a cultura no pensamento geográfico.⁵ Começemos até por analisar a afirmação supra citada de

¹ Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 45.

² Cfr. Correia, M. A. Borges – “Editorial. O ‘Esticar’ da Corda” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 195, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2004, p. 10.

³ Cfr. Gomes, Paulo Cesar da Costa – *Geografia e Modernidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, p. 144.

⁴ Cfr. Giddens, Anthony – *Sociologia*, *op. cit.*, p. 2.

⁵ Esta questão tem muito a ver com a própria matriz das Ciências Sociais, que por sua vez está intrinsecamente ligada com a origem da Etnologia (incluindo os relatos de viagens e descobertas geográficas). Se recordarmos os primeiros trabalhos realizados pelos folcloristas que versavam as abordagens a povos longínquos e regiões isoladas, e que estavam directamente relacionados aos *géneros de vida*, observaremos as palavras de Bastide quando este afirmou que *“o folclore acha-se menos ligado a um facto da geografia física, como seria o isolamento de uma ilha ou de um vale nas montanhas, do que a um facto da geografia humana”*. Cfr. Bastide, Roger – “O folclore brasileiro e a geografia” in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 8, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Julho de 1951, p. 20. Outro autor, Paul Claval, escreveu também que as *“narrativas de viagem contêm longos desenvolvimentos sobre os modos,*

Giddens, para referir que a utilização dos símbolos tradicionais pelos escoceses, que pode ser encarada como uma demonstração em se manterem fiéis aos rituais de antanho e cujas origens à primeira vista serão antiquíssimas, todavia, na verdade, a realidade sociológica e histórica levam-nos a um entendimento diferente. É o próprio autor a alertar-nos para esse facto, afirmando que “*como é o caso com muitos outros símbolos da identidade escocesa, todas estas coisas são de criação recente*”.⁶

Ao estudarmos os modos de vida dos membros - ou de grupos sociais - de uma determinada sociedade, estamos certos que abordamos também conceitos como *costume*, *tradição* e *cultura*. Podemos dizer que o vocábulo *costume* é repertório coloquial e que diz respeito a usos costumeiros, remetendo-nos desde logo à *cultura*, que é uma noção bastante genérica e de aplicação comum. A noção de *tradição* diz também respeito à cultura, sendo que é usualmente posta ao lado, ou em confronto com o conceito de costume. Estas são noções que integram o campo conceptual das ciências humanas, com destaque para a Sociologia e Antropologia, mas que também estão presentes na Geografia.⁷

No caso particular das tradições escocesas, o *kilt* curto terá sido inventado no início do século XVIII por um industrial inglês do Lancashire, de nome Thomas Rawlinson, que terá tomado a decisão de alterar o vestuário que as gentes das terras altas então usavam enquanto trabalhadores, no sentido de lhes proporcionar uma maior comodidade. Por sinal, Herder revela-nos o génio de cada povo e de cada cultura que se exprime através da dinâmica e da evolução dentro de condições naturais diferentes, mostrando os *géneros de vida* desenvolvidos em condições naturais específicas e de acordo com uma cultura particular a cada nação.⁸

os costumes, as crenças dos povos, mas o quadro no qual eles evoluem é frequentemente passado em silêncio”. Citado em Gomes, Paulo Cesar da Costa – *Geografia e...*, *op. cit.*, p. 150.

⁶ Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 45.

⁷ Sobre esta última perspectiva, para uma leitura sobre os costumes e tradições rurais na cidade de João Pessoa, ver o interessante trabalho de pesquisa realizado por Doralice Maia aquando da sua tese de doutoramento em Geografia Humana, nomeadamente Maia, Doralice Sátyro – *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade João Pessoa-PB*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

⁸ Nas palavras de Herder, “*temos o hábito de dividir as nações da Terra em populações de caçadores, de pescadores, de pastores e de agricultores; e não somente determinamos a posição que elas ocupam na civilização, a partir dessas distinções, mas consideramos a civilização ela mesma como uma consequência necessária deste ou daquele género de vida. Este caminho seria excelente se começássemos por determinar estes géneros de vida; mas eles variam de país para país e comumente se misturam uns com os outros, de maneira que é quase impossível aplicar com exactidão este método de classificação*”. Cfr. Herder, J. G. – *Idées sur la philosophie de l'histoire de l'humanité*, Paris, Agora, 1991, p. 34. Paulo Gomes atribui a Herder uma “*enorme importância para a História das Idéias enquanto figura central da hermenêutica moderna e da ciência romântica*”. O autor refere que o sistema filosófico construído por Herder procurava contrapor-se ao dos filósofos franceses do século XVIII ao propor uma filosofia da história centrada na expressão das culturas nacionais. Cfr. Gomes, Paulo Cesar da Costa – *Geografia e...*, *op. cit.*, p. 143.

Ao invés de serem uma consequência pela pretensão de honrar uma tradição, os *kilts* foram antes um meio de permitir que as gentes das terras altas abandonassem o vestuário de couro para poderem trabalhar nas fábricas. O *kilt* trata-se assim de um produto da Revolução Industrial e não começou por ser o traje nacional da Escócia. Inclusivamente, mesmo no que concerne aos *tartans* agora usados, “muitos deles foram elaborados em pleno período vitoriano por alfaiates empreendedores, que correctamente viram neles uma boa fonte de negócios”. De facto, em termos populacionais, há mesmo que referir que os habitantes das terras baixas - sendo o grupo majoritário dos Escoceses - consideravam até que os habitantes das montanhas se vestiam de uma maneira bárbara e olhavam-nos com desprezo.⁹

Estamos conscientes que muitas das coisas que consideramos tradicionais alicerçadas na neblina dos tempos, não passam na verdade, de produtos do último par de séculos e que por vezes são ainda mais recentes. O próprio conceito de *tradição*, no sentido que lhe damos actualmente, é na realidade fruto dos últimos dois séculos europeus. Pelo facto de a *tradição* e o *costume* estarem presentes em todo o contexto da Idade Média, pode-se afirmar que à época não existia a noção genérica de *tradição* e que esta é mesmo uma criação da modernidade. Com efeito, mesmo considerando as descrições etnográficas e geográficas, a verdade é que é difícil conseguir-se uma grande distinção entre umas e outras. Como Claval afirma, a maneira utilizada para abordar a cultura não se diferenciava, sendo que “uns e outros interessavam-se prioritariamente pelos utensílios, os artefactos, os campos, e pelo habitat. (...) um inventário de crenças, de mitos, e de rituais”.¹⁰

Se existem autores como Hobsbawn e Ranger que defendem que não há nada de genuíno nas tradições e costumes inventados, outros autores - como Giddens - devolvem-lhes o argumento e afirmam mesmo que “todas as tradições foram inventadas”. Na primeira acepção, entende-se que as tradições e os costumes não existem desde tempos imemoriais. Em contraponto a serem de geração

⁹ Para uma maior abordagem sobre o caso do *Kilt* dos escoceses e sobre a questão das tradições, consultar a obra célebre dos historiadores Hobsbawn, Eric J. e Ranger, Terence O. – *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983 (com tradução, por exemplo, em *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997). Ai podem-se constatar vários exemplos de tradições inventadas numa grande diversidade de países, incluindo a Índia no período colonial, e verificar-se que muitas das formas de comportamento tidas como vindas de tempos imemoriais são, de facto, de criação recente. Recordemos por exemplo que no ano de 1860, os britânicos levaram a cabo uma série de investigações arqueológicas no sentido de identificarem os grandes monumentos da Índia, com o intento de preservarem a herança hindu. Pensando que as artes e ofícios locais estavam em declínio, optaram por juntar colecções de artefactos com o objectivo de serem preservados em museus. De facto, é curioso também referir que antes de 1860, tanto os soldados indianos como os europeus tinham uniformes de estilo e padrões ocidentais. Isso tinha como consequência que tanto aos olhos dos britânicos como dos indianos, os soldados originários da Índia não se pareciam com a população local. Assim, foi tomada a decisão de se alterarem os uniformes, por forma a incluírem turbantes, cintas e túnicas: essas variantes possibilitariam uma maior *autenticidade* ao fardamento dos militares. De uma forma global, pode-se dizer que algumas das tradições então inventadas pelos britânicos – ou por eles ajudadas a inventar – continuam no século actual, da mesma maneira que outras tradições houve que, em contraponto, foram alteradas ou mesmo rejeitadas. Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, pp. 45 e 46.

¹⁰ Cfr. Claval, Paul – *La Géographie Culturelle*, Paris, Nathan, 1995, p. 30.

espontânea, obedecem a um plano e são utilizados como forças de poder, daí que qualquer continuidade implícita com épocas remotas é, em larga medida, falsa. No que diz respeito à opinião de Giddens, ele refere que nunca houve “*uma sociedade inteiramente tradicional, e as tradições e os costumes foram inventados por uma infinidade de razões. Não devíamos partir do princípio de que a criação consciente da tradição se encontra apenas na história relativamente recente. Além disso, produto de elaboração consciente ou não, as tradições sempre incorporaram poder. Reis, imperadores, padres e outros, de há muito que inventaram tradições para proveito próprio e como forma de legitimarem o respectivo poder*”.¹¹

Parece-nos indubitável que a *tradição* e o *costume*, bem entendidos, são duas das coisas que têm condicionado a vida das pessoas durante parte significativa da história da Humanidade, e que no período moderno do século XVIII ao século actual, se assistiu a uma extraordinária aceleração no ritmo dos processos de mudança e dos *géneros de vida* das pessoas.¹² É também para nós falacioso defender-se que as tradições são impenetráveis à mudança, na medida em que as tradições evoluem com a passagem lenta do tempo, e podem mesmo ser transformadas e alteradas de forma bastante rápida, ou como Giddens designa, serem “*inventadas e reinventadas*”.¹³

O ser humano cria condições para adaptar-se aos meios. O *género de vida*, enquanto conjunto de técnicas e costumes, que foi construído socialmente e desenvolvido por grupos heterogéneos de associações humanas, revela-nos até uma relação entre a população e o meio físico. La Blache denominou os domínios da civilização como o “*conjunto de comunidades caracterizado pelo mesmo género de vida*”, sendo que nessa concepção os géneros de vida não seriam perenes nem eternos, pois mesmo estando compostos por “*elementos de organização e fixação*”, para usar a expressão lablachiana, “*cimentados*”, passados hereditariamente, estão permanentemente sujeitos a modificações ocasionadas por alterações do próprio meio ou pelo contacto com outros géneros de vida.¹⁴

¹¹ Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 48.

¹² Sobre este assunto, Fernandes Martins refere em nota de rodapé ao traduzir os *Princípios de Geografia Humana* de Vidal de La Blache, que: “*O autor diz exactamente – 'genre de vie'. Demageon, porém, escreve – 'modes de vie' (Problèmes de Géographie Humaine, Paris, 1942). A tradução modos de vida parece-me mais conforme com o génio da língua e, por isso, optei por ela. Com efeito, ao indagarmos de alguém qual a sua actividade obreira, não lhe perguntamos: - Que género de vida é o seu? – mas sim: - Qual o seu modo de vida? (N.T.)*”. Cfr. Vidal de La Blache, P. – *Princípios de Geografia Humana*, Lisboa, Cosmos, 1954, p. 38.

¹³ Refira-se que académicos e especialistas têm conferido atenção insuficiente a estes temas. De facto, se podemos dizer que encontramos discussões diversas sobre o que significa ser moderno, contudo, especificamente sobre tradição, o seu número ainda é manifestamente insuficiente. Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, pp. 46 e 48.

¹⁴ Embora La Blache enfatize o carácter evolutivo das civilizações e continue preso ao espaço dos naturalistas, ao espaço físico em concreto, é importante assinalar a importância que ele atribui ao poder do grupo humano de criar, inventar e conquistar a partir de elementos tirados do meio ambiente, construindo assim os seus géneros de vida, ou seja, a “*sua obra pessoal*”. Cfr. Vidal de La Blache, P. – *Princípios de...*, *op. cit.*, p. 72.

É a partir da obra de Sorre¹⁵ que a noção de género de vida é melhor analisada e elaborada. Para o autor trata-se de uma concepção “*extremamente rica, pois abrange a maior parte, se não a totalidade, das actividades do grupo humano*” e “*a escolha das plantas de cultura, os instrumentos, a maneira como os grãos são depositados na terra podem ser vistos como técnicas fundamentais em torno das quais se organiza todo o género de vida*”. Prosseguindo o seu estudo sobre a noção de género de vida e a sua evolução, denominou-o de “*complexo de hábitos*”, na medida em que aquela noção teria de apresentar “*um mínimo de duração, de estabilidade*”, mas não podia ser algo perene, pois “*o género de vida nasce, transforma-se, expande-se*”, evocando assim a necessidade do carácter complementar: o da evolução.¹⁶

Acrescentemos que Sorre passou a utilizar as terminologias *género de vida* e *habitat* para referir-se ao mundo rural e ao mundo urbano, perfazendo uma alteração na noção. Em lugar de se definir como no passado, especificamente em relação aos elementos físico e vivo, passa agora a ser definida em relação ao que ele chama de *complexo geográfico, económico e social*, incorporando aí um outro elemento de análise: “*o nível de vida, característico das classes sociais*”.¹⁷

Sabemos que foi durante a Época das Luzes, no século XVIII e na Europa, que a tradição granjeou a sua fama perniciosa. Ao identificarem a tradição com o dogma e a ignorância, os pensadores de então procuravam justificar a sua fixação por tudo o que era novo. Uma das suas figuras cimeiras, o Barão de Holbach, colocou a questão nestes termos: “*Como desde há muito que os lentes ensinam que os homens devem olhar para o Céu, deixemo-los agora olhar para a Terra. Fatigados por uma teologia inconcebível, fábulas ridículas, mistérios impenetráveis e cerimónias pueris, deixemos que a inteligência humana se aplique no estudo da natureza, de assuntos inteligíveis, verdades provadas e conhecimentos úteis. Deixemos que as vãs quimeras dos homens*

¹⁵ Falamos de Sorre, Max – *Les Fondements de la géographie humaine*, Tome III (L’Habitat), Paris, Librairie Armand Colin, 1952.

¹⁶ Para o autor, em resumo, o conceito de *género de vida* remete à ideia evolutiva e à necessidade de classificar os grupos humanos a partir das suas actividades. Embora a aplicação de *género de vida* seja notória para “*comunidades primitivas*” ou grupos humanos habitantes em áreas pouco habitadas, a verdade é que na obra de Sorre, escrita em período posterior à de La Blache, já década de 1940, existe uma preocupação efectiva quanto à aplicação da noção de género de vida para explicar o mundo moderno, na medida em que não só os géneros de vida evoluem, se modificam e se transformam, e porque “*a actividade dos homens muda de dependência*”. Cfr. Sorre, Max – *Les Fondements de...*, *op. cit.*, pp. 101 a 120. Sorre resgatou a noção de La Blache para compreender a expansão da vida urbana criada pelo evento da industrialização, daí formulando a noção de *género de vida urbano*, abordando as consequências dos contactos entre géneros de vida diferentes: alguns modificam-se incorporando elementos do outro, enquanto outros se dissolvem. Nas suas palavras, os “*géneros de vida dissolvem-se sob os nossos olhos. Outros se organizam, conquistam espaços e impõe-se aos homens.*” Cfr. Sorre, Max – *Les Fondements de...*, *op. cit.*, citado em Megale, Januário Francisco (org.) – “Max Sorre” in *Grandes Cientistas Sociais*, n.º 46, São Paulo, Ática, 1984, p. 122.

¹⁷ Cfr. Sorre, Max – *Les Fondements de...*, *op. cit.*, p. 120.

sejam abandonadas, e logo as ideias razoáveis se farão valer por si próprias, nessas cabeças que se pensou fossem destinadas para sempre ao erro".¹⁸

As noções de *tradição* e *costume* têm permeado discussões literárias e culturais e são sobretudo analisadas pelas Ciências Sociais. O termo *tradição* vem do latim *traditio* do verbo *trans-dare*, ou seja, dar completamente, de um lado ao outro. É o prefixo *trans* (que aparece igualmente em transparecer, transmitir, tramitar, transferir, transvasar) que lhe confere o sentido de totalidade. *Traditio* tinha para os latinos um duplo sentido que viria a especificar-se nas línguas latinas modernas com a invenção de dois termos distintos: *tradição* e *traição*. *Traditio* é assim, em latim, a doação, a entrega, a transmissão completa (escrita e oral), de um lado ao outro, tanto do saber do mestre aos seus discípulos como de uma pessoa ou de um sentimento.¹⁹

Libertados que estamos dos preconceitos do Iluminismo, que chamou a si a tarefa de destruir a autoridade da *tradição* mas que obteve apenas uma vitória parcial, não podemos agora cair no erro absoluto de supor que para ser considerado *tradição*, um determinado conjunto de símbolos ou práticas tem de ser velho de séculos. Estamos agora perante uma multiplicidade de *modos de vida*,²⁰ sendo que também no que concerne à noção de *tradição* globalmente entendida, efectivamente, "*tradição inteiramente pura é coisa que não existe*", pelo que a resistência à passagem da *tradição* não é característica fundamental nem da *tradição*, nem do – menos visível – *costume*.²¹

¹⁸ Para Holbach a *tradição* era apenas o lado obscuro da modernidade. Na verdade o autor nunca procurou entender bem a *tradição* e o papel que ela representa na sociedade. Além das modalidades tradicionais da experiência, há que sublinharmos que a própria palavra *tradição* tem inclusivamente raízes linguísticas antigas. No contexto jurídico da República Romana esta palavra era mesmo referida nas leis que regulavam as heranças, sendo que a propriedade que passava de geração em geração, tinha como suposição ser entregue para ser guardada. Daí, a obrigação do herdeiro em a proteger e conservar. Para a citação de Holbach e contexto, ver Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 47.

¹⁹ Para compreendermos a assimilação originária dos dois sentidos de *traição* e de *tradição*, recordemos que ainda hoje costumamos dizer que alguém trai os seus sentimentos, através do seu comportamento, quando, sem querer ou involuntariamente, os dá a ver ou os revela, tanto mais completamente quanto mais os pretende guardar secretos. Com um significado mais elaborado, a transmissão oral pode dizer respeito a factos, lendas ou outros, "*de geração em geração, ou ainda enquanto conhecimento ou prática resultante de transmissão oral ou de hábitos inveterados*". Cfr. Maia, Doralice Sátyro – "A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições" in *Terra Livre*, n.º 16, São Paulo, 1.º semestre de 2001, p. 91.

²⁰ Max Durreau resgatou as definições básicas dadas por La Blache e Sorre, detendo-se na análise do denominado *modo de vida urbano*. Alerta-nos para a existência de uma multiplicidade de *modos de vida*, e entende que no seio de uma sociedade a diferenciação dos *modos de vida* tem uma origem social e profissional, complementando que "*chega-se assim à noção de classe social*". Derruau tinha a visão tendente para uma uniformização do *modo de vida*, na medida em que "*a extensão das mesmas organizações económicas e sociais a espaços muito vastos uniformiza os modos de vida. Sem falar já da uniformização dos locais de recreio, do cinema e da coca-cola, as sociedades modernas, urbanas ou rurais, adquiriram modos de vida bastante semelhantes; o condutor de tractor, o contabilista de uma exploração agrícola e o empregado de escritório das nossas cidades representam tipos uniformes, independentemente do país em que habitem*". Cfr. Derruau, Max – *Geografia Humana*, vol. 2, Lisboa, Presença, 1973, pp. 175 a 177.

²¹ Convém contudo referir que, no que concerne especialmente às tradições das grandes religiões, algumas já se observam há centenas de anos. Por exemplo, existem prescrições no islamismo a que os muçulmanos devem obedecer, que se têm mantido sem alterações substanciais desde há muito tempo. Mesmo assim, isto não significa dizermos que a continuidade destas doutrinas não implica eventualmente muitas alterações. Com efeito, existe a possibilidade

As tradições diferem entre si pelo facto de definirem uma concepção de verdade e são sempre pertença de grupos, comunidades ou colectividades, pois como Giddens refere, “*os indivíduos podem agir de acordo com tradições e costumes, mas as tradições não constituem características do comportamento individual, como sucede com os hábitos*”. Na medida em que a *tradição* é depositária de sabedoria e tendo em conta a noção de *habitat*,²² a primeira pode ser considerada por alguns como o conceito mais básico do conservadorismo, sendo que é mesmo possível apontar alguns dos factores elucidativos do seu papel no seio da sua filosofia conservadora:²³

- a manutenção do poder das tradições na maioria dos países da Europa moderna;
- a constatação de que na maior parte do resto do mundo, a resistência das tradições ao passar dos tempos, muitas vezes ainda se revelou mais vincada que no contexto europeu;
- o carácter mutável das tradições, que proporcionou continuamente a sua reinvenção e invenção, mas não a sua extinção;
- a conjugação de interesses concertados de alguns sectores nas sociedades, com o intento de as velhas tradições serem protegidas ou adaptadas.

É até importante recordar que desde os anos 30-40 do século passado, com o aparecimento do keynesianismo, da economia positiva, da melhoria das técnicas e do planeamento urbano e regional, houve uma generalização do método quantitativo com ênfase na construção de modelos, sendo que essa tendência geral atingiu as *ciências sociais* na sua globalidade, promovendo diversas

natural delas se efectivarem, inclusivamente num entendimento de carácter revolucionário, ou por outras palavras, numa óptica em que essas alterações se manifestem na forma como são interpretadas e obedecidas as doutrinas genericamente aceites pela comunidade muçulmana. Sabemos que analogamente a outras religiões mundiais, também o Islão se apropriou de uma variedade de *referências culturais*, que é o mesmo que dizer, que se apropriou de *tradições*. A história recorda-nos que o mesmo aconteceu com o Império Otomano, na medida em que com o decorrer do tempo incorporou influências árabes, persas, gregas, romanas, berberes, turcas e indianas. Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, pp. 48 e 49.

²² Monbeig sublinhou a importância da noção de *habitat*, nas vertentes *rural* e *urbana*, destacando destas a segunda. Nas suas palavras, a “*casa da cidade é tanto um elemento da paisagem, como o é a casa rural. Nada o demonstra melhor que o avanço dos arranha-céus e dos prédios de apartamentos: fenómeno de explicação complexa e consequências múltiplas. Mas há também a casa dos bairros menos prósperos e a dos arrabaldes. Descrever esta casa é um ponto de partida; mostrar suas consequências e seus laços com outros factos não é menos necessário*”. Cfr. Monbeig, Pierre – “Notas sobre a Geografia Humana do Nordeste do Brasil” in Monbeig, Pierre – *Novos estudos de geografia humana brasileira*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1957, p. 73.

²³ Agir de acordo com práticas tradicionais, reflecte frequentemente a ausência de alternativas. Mesmo que coloquemos a hipótese das alterações sucessivas à tradição, continuamos a depararmo-nos com meios de acção pouco questionáveis, até porque é comum que as tradições alberguem guardiões próprios. Destacam-se nesses últimos os “*homens bons, sacerdotes, sábios*”, na certeza de que a *posição* e o *poder* que lhe são conferidos, deriva justamente da sua capacidade em “*interpretar a verdade ritual das tradições. Só eles conseguem decifrar o verdadeiro significado dos textos sagrados ou os demais símbolos a que os rituais comunitários recorrem*.” Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 49.

explicações científicas e mesmo formulação de leis gerais.²⁴ Começou a promover-se um domínio dos enfoques funcionais ou sistémicos sobrepondo-se às pesquisas de campo e aos seus clássicos procedimentos, a observação e a descrição, substituídos pela colecta de dados por meio das estatísticas, facto esse que acarretou preocupações significativas para Monbeig.²⁵

A persistência da tradição nos países industrializados é também uma consequência das mudanças institucionais da modernidade, que confinadas maioritariamente às instituições públicas, conduziram a que os métodos tradicionais tendessem a subsistir ou a serem restabelecidos. Conseguimos até verificar uma evidência axiomática na maioria dos países, fruto de “*uma certa simbiose entre modernidade e tradição*” e que podemos expressar em três das vertentes que continuam “*pesadamente saturadas de tradição e costume*”:²⁶

- a família;
- a sexualidade;
- as distinções entre os sexos.

Mas considerar a oposição entre *tradição* e *modernidade* é já uma herança moderna, uma vez que é em relação ao processo de ruptura inaugurado pela modernidade que os ideais em relação aos quais ela se demarca são definidos como tradicionais, tal como também é em relação aos ideais da tradição que os projectos de ruptura em relação a esses ideais são definidos como modernos. O facto de a modernidade se definir a si própria como um ideal de ruptura é sintomático da natureza ambivalente da sua lógica, uma vez que só podemos conceber um ideal de ruptura, na medida em que permanece o modelo em relação ao qual pretendemos romper. Se os ideais tradicionais deixassem de existir, se fossem completamente substituídos pelos da modernidade, deixaria também de ter sentido a afirmação da modernidade, na medida em que esta se define em parte como uma ruptura para com eles. Falarmos de *herança moderna* equivale, ao mesmo tempo, a reconhecermos o destino tradicional da modernidade e a reconhecermos, por conseguinte, a impossibilidade da sua consumação. É por isso que a modernidade tem como destino a sua própria neutralização, ao cabo de um processo em que os modelos modernos da experiência não podem deixar de se tornar, por sua

²⁴ Foi o caso por exemplo, da Geografia, sublinhado em Capel, Horacio – *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la Geografía*, Barcelona, Barcanova, 1981, p. 380.

²⁵ Nas palavras do autor, “*trabalhar cientificamente (...) isto significa muito frequentemente desumanizar a pesquisa. Possuem uma sólida fé nos documentos escritos, nos mais perigosos de todos: as estatísticas. (...) mais venham a ser acumuladas listas de algarismos e mais se pensará haver feito um bom trabalho. É isto o que se chama fazer uma pesquisa sobre o terreno. Julgo, porém, que ela não satisfaria meu Mestre Demageon, nos tempos em que ele lançava em plena natureza os seus estudantes, acompanhados de seu precioso questionário. Os tesouros das secretarias (...), sem dúvida, não nos forneciam todos os seus segredos, mas nós regressávamos com uma grande provisão de calor humano. É bem verdade que se dizia que Demageon era um 'idealista'*”. Cfr. Monbeig, Pierre – “Os modos de pensar na Geografia Humana” in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 68, São Paulo, 1990, p. 47.

vez, também tradicionais. É este destino tradicional da modernidade que se consumou historicamente com a falência das sucessivas vanguardas.²⁷

Acresce a este contexto um dos fenómenos sociais de maior importância para os sociólogos contemporâneos: o impacto da *globalização*. Na esteira da dialéctica do conhecimento,²⁸ os cientistas sociais têm observado a intensificação da interdependência e das relações sociais mundiais, traduzida permanentemente em consequências diversas das nossas acções para outros indivíduos, assim também como dedução destas, os diversos problemas mundiais têm consequências para nós. Num mundo em plena modernização (acarretando consequências para a tradição, na medida em que tradição e ciência muitas vezes se infundem),²⁹ em que nos basta “colocar os dados adequados no

²⁶ Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 50.

²⁷ À medida que os modelos vanguardistas se iam impondo, iam também sendo aceites como normas do gosto, em relação às quais se impunha, por sua vez, um novo movimento de ruptura. É em função deste processo que as obras modernas adquirem uma natureza efémera, tendem a definir-se como modas, sendo a realização dos projectos modernos atravessada por uma lógica dissuasora: uma vez realizados, todos os projectos modernos sofrem inevitavelmente os efeitos do desencantamento e da consumação do gesto que os gerou. As sociedades arcaicas pressentiam e contornavam muitas vezes esta lógica paradoxal da realização dos seus projectos, ao evitarem a selecção dos objectos artesanais. Nalgumas sociedades, o hábito de desenhar na areia era uma maneira de evitar que perdurasse a obra desenhada, para além do instante da sua criação. Há que recordarmos a extraordinária premonição de Vico ao identificar e resolver a contradição entre a liberdade e a imprevisibilidade da acção humana individual e a determinação e previsibilidade da acção colectiva. O mesmo é dizer que Montesquieu pode ser considerado um precursor da Sociologia do Direito ao estabelecer a relação entre as leis do sistema jurídico, feitas pelo homem, e as leis inescapáveis da natureza. Para um e para o outro autor, falamos de Vico – “*Scienza Nuova*” in *Opere*, Milão, Riccardi, 1953 e Montesquieu, Charles de Secondat – *L’Esprit des Loix*, Paris, Belles-Lettres, 1950.

²⁸ Tricart referiu que na “dialéctica geral do conhecimento, temos inicialmente um certo número de observações, de dados concretos fornecidos pela vida quotidiana. São eles o ponto de partida de raciocínios, de deduções que orientam a acção”, pois ao invés de se oporem os elementos teóricos aos outros, “teoria e observação são indissociáveis numa abordagem dialéctica”. Cfr. Tricart, Jean – “O campo na dialéctica da geografia” in Pinto, J. M. de Gusmão – *Reflexões sobre a geografia*, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980, p. 112.

²⁹ Podemos referir como exemplo, o interessante estudo de Denis Vidal sobre o episódio que aconteceu na Índia em 1995, nomeadamente aquele em que as imagens de Ganesh (o deus com cabeça de elefante, além de outras divindades de alguns relicários hindus) pareceram beber realmente o leite que lhes era oferecido. Nessa altura, na Índia e em diversas partes do mundo, um número significativo de pessoas tentou oferecer leite a uma imagem divina. Este antropólogo, escreveu: “manifestando-se simultaneamente em todos os países do mundo em que vivem comunidades indianas, as divindades hindus talvez tenham conseguido o primeiro milagre que se pode considerar em sintonia com uma época assolada pelo slogan da globalização” (citado em Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 51). Foi uma oportunidade para a conjugação entre ciência e fé, e efectivamente, a primeira foi posta ao serviço da segunda: houve necessidade de se realizarem experiências científicas que autenticassem os milagres, tenham sido estas promovidas por crentes ou não crentes. Além disso, mostrou-se também ao mundo uma tradição que vive e que ressurge, persistindo ao passar dos tempos. Mas devemos alertar, contudo, para o facto de que as tradições também podem sucumbir perante a modernidade, e essa é uma situação que também se pode constatar um pouco por todo o mundo, pois a partir do momento em que se esvaziam as tradições de conteúdo e as comercializam, tornam-nas em herança ou em *kitsch*: um berloque sem valor e à venda em qualquer lugar. Por outras palavras, o mesmo é dizer que quando tratada pela indústria da herança, a herança é a tradição refeita em termos de espectáculo. Num outro exemplo, podemos recordar os locais de interesse turístico que muitas vezes albergam edifícios históricos reconstruídos, tantas vezes magníficos, e cuja reconstrução pode ter sido levada a cabo mesmo ao mais ínfimo pormenor. Contudo, embora seja de saudar a preservação desse património, a verdade é que essa herança deixa de estar intimamente ligada com a tradição, para estar em conexão com a vida corrente, o que distorce também a relação social original. Para uma leitura do estudo referido, cfr. Vidal, Denis – “When the gods drink milk: empiricism and belief in contemporary Hinduism” in *South Asia Research*, n.º 18, 1998.

computador” e deslumbrarmo-nos “com as maravilhas das técnicas”,³⁰ no que concerne especificamente à problemática da tradição, duas alterações podemos destacar “no cerne da sociedade cosmopolita global”:³¹

- nos países ocidentais, verifica-se que as instituições públicas e a vida corrente estão a começar a libertar-se do peso da tradição, mas não da tradição propriamente dita;
- noutras partes do mundo, observa-se que sociedades que se tinham mantido efectivamente tradicionais, abandonam progressivamente algumas das suas tradições.

Vamos assistindo conseqüentemente ao desaparecimento de vários *modos de vida* e ao nascimento de outros, numa contínua expansão da maneira de viver urbana. Assim, podemos constatar, dentro das classes sociais, a uma maior homogeneização de alguns modos de vida, a manutenção de outros que estão já consolidados e tradicionais, bem como ao surgimento de outros no seio da grande massa urbana. Segundo Granou, apenas com a destruição de um antigo modo de vida seria possível emergir um novo modo de vida, coincidente com novas condições de produção. Com efeito, o próprio autor pauta-se pela realidade concreta de Karel Kosik para deixar claro o que entende por modo de vida: “totalidade concreta produzida pelo próprio desenvolvimento do modo de produção”.³² As próprias paisagens evoluem e confrontamo-nos cada vez mais com problemas de povoamento, com associações espaciais e sociais, e com implicações directas nos modos de vida das pessoas e nas suas diversas tradições, que ora desaparecem, ou nascem ou renascem.³³

³⁰ Valverde elaborou críticas sobre os encaminhamentos das pesquisas, sendo que podemos fazer uso das mesmas para contextualizar o interesse cada vez maior dos estudantes (transversal às escolas e às universidades, e desde logo soslaio tanto aos EME como às ESEM) em aprender as técnicas dos sistemas de informação, em detrimento por vezes dos próprios conteúdos ministrados nos seus cursos. Cfr. Valverde, Orlando – “Carta aberta de Orlando a Orlando” in *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.º 60, Janeiro a Junho de 1984, p. 14.

³¹ Na opinião de Giddens, este entendimento deriva das características da própria cidade em que vivemos: “uma sociedade que vive para além do fim da natureza”. Isto é o mesmo que constatar que se “poucos dos aspectos do mundo físico permanecem inteiramente naturais, não afectados pela intervenção humana”, também uma sociedade tende a viver para além do fim da tradição, sendo que o “fim da tradição não significa que a tradição vá desaparecendo, como pretendiam os filósofos do século das Luzes. Pelo contrário, em versões diferentes ela continua a florescer por toda a parte. Mas é cada vez menos, se posso pôr as coisas nestes termos, uma tradição vivida à maneira tradicional.” Segundo o autor, essa maneira tradicional significa “que as actividades tradicionais são defendidas através do ritual e simbolismo próprios”, no intento de “defender a tradição com as suas próprias reivindicações da verdade.” Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 50.

³² Cfr. Granou, Andre – *Capitalismo e modo de vida*, s. l., Apontamento, s. d., p. 49.

³³ Atribui-se a Schlüter a primeira distinção entre *Kulturlandschaft* (paisagem cultural) e *Naturlandschaft* (paisagem natural), como também a utilização da terminologia *Urlandschaft* (paisagem originária, primária) para se referir às paisagens florestais existentes na Europa que sofriam grandes transformações. Cfr. Capel, Horacio – *Filosofia y ciencia en la...*, *op. cit.*, p. 374. Gallais e Fremont, já nos anos 60 do século XX, foram os primeiros a valorizar a “experiência humana dos lugares, das paisagens e dos espaços, procurando redescobrir uma geografia de face humana”. Cfr. Almeida, Maria Geralda – “Geografia Cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa” in *Anais do XX Encontro Nacional das Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Presidente Prudente, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1992, p. 4.

Ou seja, temos uma tradição que continua a florescer nas diversas partes do mundo, mas em versões diferentes. Assim, globalmente, temos tradições que se extinguem, outras que se reinventam ou outras ainda que agora se inventam. Giddens refere que as tradições são necessárias à sociedade, pois são elas que dão continuidade e forma à vida. Dá o exemplo do caso da vida académica, no qual se verifica que na Universidade existe todo um conjunto de actividades que se desenrola de acordo com as tradições. De facto, até as disciplinas académicas vistas num entendimento global - como a Economia, a Sociologia ou a Filosofia - têm tradições, e a razão é a de que *“ninguém consegue trabalhar de forma totalmente ecléctica”*, e efectivamente *“sem tradições intelectuais, as ideias não têm enfoque nem direcção”*.³⁴

É de referirmos que a necessidade de constante e inalienável referência à tradição e o destino tradicional da realização dos modelos modernos, fazem com que a modernidade seja um ideal ambivalente e constitua um projecto habitado em permanência por uma crise endémica, marcada por uma necessidade intrínseca de permanente ultrapassagem dos seus valores, das suas normas e dos seus modelos. É por isso que a tradição e a modernidade são duas faces de uma mesma moeda, estabelecendo entre si uma relação especular:³⁵

- *moderno* é tudo o que se demarca em relação àquilo que permanece como tradicional,
- *tradicional* é tudo o que se demarca em relação àquilo que se apresenta como moderno.

³⁴ Devemos contudo sublinhar que uma das obrigações dos meios académicos, é precisamente a exploração continuada dos limites dessas tradições e a procura permanente de intercâmbios activos entre elas, pelo que a tradição poderá ser defendida por meios não tradicionais. No seguimento dos desafios da globalização, parece-nos que essa opção é aquela que mais garantias oferece para a defesa da tradição no presente e no futuro. Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, pp. 51 e 52.

³⁵ Acrescentemos ainda uma outra razão para a natureza ambivalente do projecto da modernidade, a relativa às suas *modalidades de legitimação*. A ruptura a que a modernidade pretende proceder tanto pode ser feita em nome de uma plenitude ancestral perdida que se pretende restaurar e a cuja pureza originária se pretende voltar, como também pode ser feita em nome de uma plenitude por vir. O retorno do arcaico é por isso muitas vezes uma manifestação de modernidade. Estes dois sentidos antitéticos dilaceraram, desde sempre, os projectos da modernidade, tendo dado origem a duas modalidades antagónicas, às modalidades romântica e progressista, sucedâneos seculares das vertentes profética e messiânica da modalidade religiosa de legitimação. Na sua versão faustiana, os promotores dos ideais modernos ocidentais tentaram iludir sistematicamente os diferentes aspectos desta ambivalência lógica dos projectos de ruptura, encarando-os como uma etapa histórica destinada a substituir os ideais tradicionais, uma vez atingido o estatuto de maioridade que a tradição impediria de alcançar. *Contrapunham* assim às coacções impostas pelos ideais da tradição, o processo moderno de emancipação do sujeito. O homem moderno acederia assim, finalmente, ao estatuto de sujeito do seu próprio destino, no termo de um trabalho incessante de esclarecimento, atingindo deste modo o livre domínio, tanto sobre o mundo natural, como sobre o mundo social e sobre o seu mundo interior, domínio que a tradição impediria de alcançar, devido a toda a espécie de peias em que ela armadilharia a acção humana e por toda a espécie de concepções cándidas com que ela ofuscaria a visão racional e adulta do mundo. É esta concepção histórica e faustiana do iluminismo, característica da modernidade ocidental, que é hoje posta sistematicamente em questão e relativizada, a partir de uma concepção crítica mais serena. A cultura tem que ser vista em relação à própria natureza, mas tem que ser sempre introduzido o factor tempo, para que se possa traçar uma sequência histórica. Cfr. Platt,

Sabemos que a maioria das organizações reconhecem que o *ritual*, o *cerimonial* e a *repetição* têm funções sociais relevantes, pelo que enquanto esses puderem ser expressos de forma efectiva, então também as tradições terão possibilidade de ser sustentadas: não em termos dos seus próprios rituais internos, mas como termo de comparação com outras tradições ou métodos de se realizarem os feitos. Este contexto tem aplicabilidade até nas tradições religiosas, pois estando a religião intimamente associada às ideias de fé e de crença, e tendo em conta que no mundo actual existem cada vez mais pessoas com contactos regulares com outros indivíduos (que pensam de maneiras diferentes e em lugares desiguais do globo), então exige-se que justifiquem essas crenças, pelo menos de modo implícito, na medida em que as “*distinções estabelecidas parecem querer situar o problema da crença distinguindo-a não só da fé, mas também da ciência e da opinião*”.³⁶

Numa sociedade com uma evolução assinalável dos sistemas de informação disponíveis sob diversas formas, é muitas vezes possível detectarmos a pretensão de ignorar as tradições, mas parece-nos que não podemos alienar-nos de uma necessária racionalidade na persistência útil de rituais e práticas (e neste caso, também nos de carácter religioso), pois essa pode contribuir para o desejável equilíbrio da razão entre os diversos entendimentos,³⁷ num entendimento de cultura de diferenciação por áreas espaciais.³⁸ A verdade é que sempre que a tradição muda de funções, novas dinâmicas são introduzidas na vida das pessoas e podendo ser resumidas num sistema dinâmico de dualidade de forças, essas dinâmicas derivam das relações entre os seguintes factores:³⁹

- entre a *autonomia de acção* e a *obrigatoriedade*;

Robert – “A ascensão da geografia cultural na América” in *Espaço e Cultura*, n.º 2, Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, Junho de 1996, p. 2.

³⁶ Cfr. Mora, José Ferrater – *Dicionário...*, *op. cit.*, p. 87.

³⁷ A diversos níveis o que é tradicional vai sofrendo mutações. Desde as crescentes cadeias internacionais de *franchising* às permutas de conhecimento técnico e formação profissional, à frequência universitária por intermédio de protocolos internacionais, entre outras vertentes, a tudo assistimos. E isto é extensível mesmo nas assimetrias paisagísticas das vivências relativas às diversas comunidades humanas, na medida em que se partilha o conhecimento e os efeitos, e se desde logo a *cultura* é o agente, então a *área natural* é o meio e a *paisagem cultural* o resultado. Sauer, por exemplo, expressou uma grande preocupação com as mudanças que as paisagens vêm sofrendo, partindo do princípio de que o ser humano transforma ou destrói a paisagem natural, e logo o conceito de paisagem cultural é adaptado da noção de paisagem natural, moldada por um grupo cultural. Cfr. Sauer, Carl O. – “The morphology of landscape” in *Publications in Geography*, vol. VII, n.º 2, Berkeley, University of California, 1925, pp. 19 a 54, citado em Leighly, John – *Land and Life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1974, p. 343.

³⁸ Cfr. Sauer, Carl O. – “La geografia cultural” in Mendonza, Josefina Gómez et al. – *El pensamiento geográfico*, Madrid, Alianza Editorial, 1982, p. 354.

³⁹ É evidente que, se constatarem a retracção da tradição, então as pessoas tenderão a viver de forma mais aberta e mais reflexiva. O fomento de mais discussão e mais diálogo, pode até proporcionar a substituição do poder oculto da tradição, pela autonomia e liberdade. Mas esta liberdade derivada pode trazer consigo outros problemas, na medida em que uma sociedade que vive para lá da tradição e da natureza (situação a que assistimos em quase todos os países ocidentais da actualidade) toma a iniciativa de exigir que sejam tomadas decisões, tanto para a vida corrente como para todas as restantes áreas. Acresce que a vertente problemática da tomada de decisões revela-se no aumento das dependências e da repressão. Possíveis de se concretizarem na prática, são assim motivo para que se acarretem algumas preocupações. Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 52.

- entre o *cosmopolitismo* e o *fundamentalismo*.

Parece-nos evidente que na linha de questionamento da concepção histórica da modernidade ocidental, muito contribuíram as chamadas filosofias da suspeita que mostraram a coalização dos projectos emancipatórios com a vontade de poder, nomeadamente com as novas modalidades de dominação burguesa sobre o mundo vivido. Como sabemos, estas críticas da modernidade tiveram em Nietzsche um dos mais importantes inspiradores e foram retomadas depois, no século XX, por Horkheimer e Adorno. Mas foi a autonomização das diferentes dimensões da experiência, com a constituição dos domínios cognitivo, técnico, ético e estético (enquanto esferas autónomas de elaboração, imposição, gestão e sancionamento de valores próprios), bem assim como a natureza dos processos de legitimação dos discursos e das acções que passaram a vigorar em cada um destes domínios que, em nosso entender, levaram à consumação dos ideais da modernidade.⁴⁰

O aprofundamento da autonomização das diferentes esferas da experiência acabou por levar a uma redefinição dos ideais modernos, fazendo com que eles deixassem de ser encarados como uma etapa histórica do processo de emancipação do sujeito, para passarem a ser vistos como projectos de modernização de cada uma dessas esferas. Deste modo, e tal como refere Habermas, aquilo que era um meio converteu-se num fim em si mesmo, acabando por se ir perdendo até a memória dos objectivos emancipadores que estiveram na origem dos ideais da modernidade. De facto, sublinhemos ao longo dos últimos três séculos, os próprios ideais de emancipação foram sendo cada vez mais esquecidos, acabando por se substituir a postura moderna da experiência por modelos de modernização para os quais, como referia Martin Heidegger, se arregimentou não só o mundo natural, mas também o mundo vivido. Esta viragem está associada à denúncia das perturbações letais que os processos de modernização acabaram por provocar sobre o meio ambiente, assim como de insidiosas coacções sobre os processos de emancipação do sujeito.⁴¹

⁴⁰ Hirst e Thompson vêem a globalização com cepticismo, afirmando que o grau de integração económica dos mercados mundiais tem sido por vezes valorizado em excesso. Sobre este contexto, ver Hirst, Paul Q. e Thompson, Grahame – *Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance*, Cambridge, Polity Press, 1996.

⁴¹ O *stress* e as condições muitas vezes sub-humanas da vida nas grandes metrópoles, o esgotamento dos recursos naturais, os atentados contra o meio ambiente, as novas formas de imposição de escolhas alheias à livre decisão dos cidadãos, o fim de um espaço público, onde os processos de livre discussão deveriam legitimar as escolhas políticas, e a sua substituição por processos mediáticos instrumentais de sedução, são apenas alguns dos inúmeros exemplos de um novo tipo de coacções que pesam sobre a experiência do homem moderno e que contradizem os ideais de emancipação em nome dos quais estas novas formas de coacção acabaram por se impor à generalidade dos homens de hoje. Para uma maior abordagem sobre estes contextos, ver Horkheimer, Max e W. Adorno, Theodor – *La Dialectique de la Raison*, Paris, Gallimard, 1974; Habermas, Jürgen – *Le Discours Philosophique de la Modernité*, Paris, Gallimard, 1988; Heidegger, Martin – “La Question de la Technique” in *Essais et Conférences*, Paris, Gallimard, 1958 e Habermas, Jürgen – *L'Espace Public. Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*, Paris, Payot, 1978.

Uma das consequências da globalização concretiza-se na objectividade de que os problemas confinados aos países desenvolvidos, cada vez mais são os problemas dos outros, na medida em que se começam a manifestar a grupos influentes desses últimos, e afectam os mais diversos domínios, que vão da poluição ao terrorismo. Existe mesmo um alastramento da *ideia* e da *realidade prática* da dependência entre os diversos países, que ocorre a diversos níveis e que abrange domínios que vão da economia à segurança. Tal como a tradição, a dependência⁴² significa que o passado está a influenciar o presente: nas palavras de Giddens, a dependência é “*um congelamento da autonomia*”. Assim parece-nos que a *repetição* tem um papel importante, até porque qualquer contexto de rejeição das tradições torna possível um grau de liberdade superior à que existia antes, e ainda porque na tradição o passado determina o presente através da partilha de sentimentos e crenças colectivas. Deriva disso que, à medida que a tradição e os costumes se aprofundam à escala mundial, também se promove a alteração efectiva tanto da consciência de quem somos como da própria base da nossa identidade.⁴³

Este último aspecto apresenta-se-nos especialmente interessante, porque em situações de maior tradição a consciência de quem somos é em grande parte sustentada pela estabilidade do estatuto social que ocupamos numa comunidade, e sabemos que onde a tradição falha e prevalece a escolha dos hábitos de vida, a consciência individual não é isenta. Decorre daqui o entendimento de Giddens, quando este defende que a “*identidade própria tem de ser criada e recriada numa base mais viva do que antes*”.⁴⁴ Mas se num dos pólos da globalização está presente a luta entre a

⁴² Podemos dizer que antes, a noção de dependência era usualmente aplicada apenas aos casos de alcoolismo e consumo de drogas. Contudo, actualmente, qualquer domínio de actividade pode ser objecto de dependência, podendo-se ser viciado ou dependente, de *várias situações*: do trabalho, do exercício, da comida, do sexo, do amor, etc. Mas a verdade é que estas vertentes são hoje muito menos estruturadas pela *tradição* e pelo *costume* do que eram antigamente, sendo que o passado em questão é mais individual que colectivo e a própria repetição é motivada pela angústia. Trata-se da emancipação das pessoas aos constrangimentos do passado e a própria dependência aparece quando a escolha, que deveria ser provocada pela autonomia, é antes subvertida pela angústia. Aqui, a dependência também é serva do passado, embora só na medida em que não consegue romper com hábitos de vida que começaram por ser escolhidos livremente. Concorre aqui o entendimento de Chauchard, quando refere que “*procuravam-se localizações, mas de relações é que se tratava*”. Cfr. Chauchard, Paul – “O cérebro e o sistema nervoso” in Gauquelin, Michel e Françoise (dir. científica) – *Dicionário de Psicologia*, Lisboa, Verbo, 1978 [ed. original 1971], p. 96.

⁴³ Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, pp. 52 e 53.

⁴⁴ Recordemos que a psicanálise reflecte o regresso do indivíduo ao passado, no sentido de este poder dispor de mais autonomia no futuro. Nos países ocidentais, as terapias e as consultas cada vez ganham cada vez mais terreno, num sinal continuado de uma dependência real das pessoas e que evolui com o tempo, tanto no que diz respeito às ciências médicas como também a outras áreas, incluindo mesmo a astrologia, as religiosidades diversas, etc. Quando Freud criou a psicanálise moderna, entendeu que tinha descoberto um tratamento científico para as neuroses, contudo tinha era construído um método de renovação da própria identidade, exactamente nas primeiras fases de uma cultura entregue a um processo de negação das tradições. Analogamente à psicanálise, podemos mencionar o método que é usado pelos *grupos de ajuda mútua* (por exemplo, reuniões de Alcoólicos Anónimos) e que igualmente ganha cada vez mais ênfase e implantação significativa no seio das sociedades ocidentais. Sinteticamente, os indivíduos recordam as histórias das suas vidas, partilham-nas com os outros elementos assim como os seus anseios de mudança, e por sua vez recebem destes o apoio para seguirem no sentido da recuperação da sua dependência, através de uma nova escrita da

dependência e a *autonomia*, no outro encontramos o acometimento entre o *estilo cosmopolita* e o *fundamentalismo*. O fundamentalismo foi ganhando forma como resposta às influências da globalização. De facto, até a própria palavra data do início do século XX, quando foi usada para descrever as crenças de algumas seitas protestantes dos Estados Unidos da América, com relevo para as que rejeitavam a teoria de Darwin. Registe-se que o *Grande Dicionário da Língua Inglesa* (de Oxford e datado do final da década de 1950) ainda não incluía a palavra fundamentalismo, tendo esta, efectivamente, só começado a ter uso corrente na década seguinte. O fundamentalismo pode ser considerado como uma reacção contra a teologia liberal e os apoiantes do “*humanismo secular*” - os que são “*a favor da emancipação da razão, dos desejos e dos instintos por oposição à fé e à obediência ao comando de Deus*”.⁴⁵

Fundamentalismo não significa o mesmo que *fanatismo* ou *autoritarismo*. Os fundamentalistas requerem o regresso às escrituras e textos básicos, conferindo-lhes uma leitura literal, além de proporem que as doutrinas sejam transponíveis para aplicação na vida social, económica e política. Decorre daí uma importância acrescida para os guardiões da tradição, na medida em que só eles têm acesso ao significado exacto e correcto dos diversos textos.⁴⁶ Embora *fundamentalismo* seja uma palavra controversa - em parte porque muitos dos que são apelidados de serem fundamentalistas não assumem, ou rejeitam mesmo, a aplicação desse termo - podemos contudo atribuir-lhe um significado objectivo e que se pode resumir na seguinte expressão: o “*fundamentalismo é a tradição encostada à parede*”.⁴⁷

própria história das suas vidas: é esse o grande objectivo dos grupos de apoio (por exemplo, com o objectivo de deixar de fumar). Ver, por exemplo, Murtagh, John - *Clínica Geral. Compêndio*, 2.ª Edição, Lisboa, McGraw-Hill, 1996, p. 396.

⁴⁵ Ver o interessante estudo acerca do progresso do fundamentalismo, centrado especialmente nas complexidades de aplicação do conceito de fundamentalismo ao Islão, por Kepel, Gilles - *The Revenge of God: The Resurgence of Islam, Christianity and Judaism in the Modern World*, Cambridge, Polity Press, 1994, p. 133.

⁴⁶ Assim, o clero e os outros intérpretes privilegiados assumem um poder simultaneamente secular e religioso, podendo inclusivamente aspirar a chamar a si a governação directa dum país, como aconteceu no Irão, ou trabalhar em conjunção com partidos políticos. Não tendo a ver com aquilo que as pessoas acreditam, o fanatismo tem a ver com o porquê de acreditarem e com a maneira como justificam o acto de acreditarem (tal como sucede com a tradição). Sublinhe-se que o fundamentalismo não se restringe à religião, sendo que podemos dar como exemplo disso, a realidade dos Guardas Vermelhos chineses e da sua devoção ao pequeno *Livro Vermelho* de Mao. O próprio fundamentalismo não é, na sua origem, um fenómeno de resistência à ocidentalização ou uma rejeição da decadência ocidental. Ele pode desenvolver-se no solo das tradições de todos os tipos, recusa ambiguidades, diálogo e interpretações ou identidades múltiplas, num mundo cuja paz e prosperidade dependem em larga medida dele. É por isso filho da globalização e responde-lhe, servindo-se dos próprios meios da primeira. E isto acontece com o uso extensivo das novas tecnologias de comunicação, que vão desde os DVDs, vídeos e cassetes, ao uso generalizado de todas as potencialidades da internet, do correio electrónico e dos modernos sistemas de informação. Cfr. Giddens, Anthony - *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, pp. 53 a 55.

⁴⁷ Exprime-se numa tradição que se defende à maneira tradicional, fazendo alusão à validade do ritual num mundo em processo de globalização que exige conhecer as razões. Assim, podemos afirmar que o fundamentalismo não está intimamente ligado com o contexto das crenças (sejam estas religiosas ou outras), mas está antes adstrito com a forma como a verdade das crenças é defendida ou afirmada. A própria “*análise da paisagem cultural, a história da cultura no espaço, as áreas culturais e a ecologia cultural ou o estudo da acção do homem*” podem até revelar-se, por vezes,

O fundamentalismo pode ter origem em *qualquer lugar*: é a própria Geografia Cultural que nos alerta para prestarmos mais atenção às diversas formas visíveis da paisagem.⁴⁸ E o que acontece é que pela possibilidade que o fundamentalismo tem de arrastar consigo a violência, não pode por isso deixar de ser olhado como um problema. Independentemente da forma como se revista (seja esta religiosa, étnica, nacionalista ou política) a verdade é que o fundamentalismo se assume como um inimigo sério dos valores cosmopolitas, não se limitando a ser a antítese da modernidade globalizante. Partilhamos do entendimento de Giddens quando este refere que não é possível viver num mundo em que nada é sagrado. Com efeito, mesmo os cosmopolitas têm que se esforçar em conduzir a tolerância e o diálogo por valores universais.⁴⁹

Considerar a modernidade como uma dimensão da experiência, e já não como uma etapa histórica destinada a substituir a tradição, faz com que contrapor hoje as sociedades tradicionais às sociedades modernas se tenha convertido por vezes numa postura simplista e redutora. Na sequência da revisão crítica do processo de modernização, ambas as modalidades da experiência, tanto a *tradicional* como a *moderna*, deixaram de ser vistas como *etapas de época* para passarem a ser encaradas como modalidades distintas da experiência que coexistem num mesmo espaço e numa *mesma época*. A tradição é uma modalidade totalizante da experiência. Caracteriza-se, antes de mais, pela assimilação das diferentes dimensões ontológicas da realidade. Para as modalidades tradicionais da experiência, aquilo que é verdadeiro é simultaneamente ilustre e adequado. Esta assimilação impede a distinção entre a realidade e a sua representação. Não há autonomia do discurso, nem da imagem em relação às coisas que representam.⁵⁰

bem mais influentes na mentalidade das pessoas, do que uma defesa pouco (ou incorrectamente) fundamentada dos valores de uma tradição. Cfr. Corrêa, Roberto Lobato – “A dimensão cultural do espaço: alguns temas” in *Espaço e Cultura*, n.º 1, Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, Outubro de 1995, p. 2.

⁴⁸ Sejam essas “casas de fazenda, celeiros, padrões de campos e praças nas cidades” ou outras que entendamos considerar, e recordemos que “uma tradição” pode “evidenciar influências culturais passadas”. Cfr. Cosgrove, Denis – “A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas” in Corrêa, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny – *Paisagem, tempo e cultura*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998, pp. 100 e 101. De facto, as modernas concepções espaciais revelam-nos que “as paisagens não são apenas construídas, são também percebidas através da representação de versões ideais, na pintura e na poesia, como também no discurso científico e nos escritos académicos”. Cfr. McDowell, Linda – “A transformação da geografia cultural” in Gregory, Derek; Martins, Ron e Smith, Graham – *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996, p. 176.

⁴⁹ Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, pp. 55 e 56.

⁵⁰ Daí as proibições e os tabus que incidem sobre a designação e o fabrico de imagens de realidades interditas, como é o caso da divindade, do totem, de pessoas ou de objectos sagrados. É a modalidade tradicional da experiência que preside às visões do mundo que, ainda hoje, continuam a dar sentido e conferem legitimidade aos discursos e às acções espontâneas da vida quotidiana e do senso comum, que dão sentido à experiência do homem inserido na sua comunidade de pertença. A censura que continua ainda hoje a atingir os discursos julgados inconvenientes dos pontos de vista social, político e sexual, manifesta a permanência da visão tradicional da experiência, segundo a qual se confunde a realidade designada com a sua representação discursiva e de imagem. Pelo facto de na modalidade tradicional da experiência o sentido ser total, uno e indivisível, então os domínios cognitivo, técnico, ético e estético não são autónomos. Estes formam um todo indissociável, sem solução de continuidade, relacionando-se entre si através de processos analógicos, em função da observação das semelhanças e das diferenças que apresentam as aparências das coisas. Na óptica da religião, e num estudo famoso das novas divisões na comunidade internacional da

Aos mais velhos compete transmitir a sabedoria da experiência, através de processos que asseguram a continuidade de uma cadeia ininterrupta e contínua de transmissão. É a inserção nesta cadeia de transmissão e a partilha dessa sabedoria transmitida através das gerações que mantém a identidade e a coesão tanto individual como colectiva, no seio da comunidade de pertença. Este processo de transmissão é feito em momentos privilegiados, mas alimenta-se no decurso da própria vida quotidiana, através de posturas, de uma *hexis*, ao longo de toda a vida. É por isso que, mais do que a transmissão explícita de conhecimentos ou de saberes formais, formulados em discurso, a tradição é antes uma sabedoria que se transmite implicitamente, através da observação e da imitação de posturas, de atitudes e de regras.⁵¹

E a inserção na cadeia de transmissão é que confere legitimidade e sanciona positivamente o direito e até o dever de falar e de agir. Esta cadeia define o lugar das narrativas míticas na transmissão predominantemente oral da sabedoria tradicional. Como nos refere Lyotard, é o facto de ter sido destinatário da palavra que confere o direito e o dever de a transmitir, que torna destinador dessa mesma palavra. Mas é também por ter sido destinatário da palavra que alguém é reconhecido socialmente, adquire um nome e ocupa um determinado lugar que lhe confere uma determinada identidade. Sabemos que é na aprendizagem da língua materna que encontramos o modelo por excelência da transmissão e da universalidade desta aprendizagem da tradição. Compreendermos a maneira como se transmite a língua materna, permite-nos entender a natureza inultrapassável da modalidade tradicional da experiência. Da língua materna recebemos os modelos estruturantes da identidade individual e colectiva, assim como asseguramos a coesão da cultura a que pertencemos. Esta função assegura-a a língua através da inculcação de esquemas ou de modelos nos quais nos habituamos a distinguir e a associar os objectos do nosso mundo próprio e do mundo dos outros.⁵²

era pós-1989, Huntington afirma que as novas fontes de conflito no mundo se centram nas antigas linhas de fractura entre as diversas civilizações religiosas. Falamos de Huntington, Samuel P. – *The Clash of Civilization and the Remaking of World Order*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 1996.

⁵¹ Sobre uma discussão geral sobre a natureza da tradição em diversas sociedades e culturas, e num entendimento que uma visão positiva da tradição é essencial como factor de continuidade e coesão social, cfr. Shils, Edward A. – *Tradition*, Londres, Faber & Faber, 1981.

⁵² Ver este entendimento em Lyotard, Jean-François – *La Condition Postmoderne*, Paris, Minuit, 1979. Aliás, é particularmente sugestiva a maneira como as regras da língua materna se impõem aos falantes e como se constitui a competência linguística dos falantes. O cumprimento das regras da língua é independente do seu conhecimento formal explícito, o que nos lembra Santo Agostinho, que relativamente ao *tempo*, nos conferiu a ideia de que sabemos o que ele é se não nos perguntarem, mas que já não sabemos se nos perguntarem o que ele é. Na verdade, assim também funcionam as regras da língua materna: sabemos aplicá-las adequadamente, mas esta competência não depende da nossa capacidade de explicitação. A nossa competência das regras da língua materna consiste num saber pré-discursivo, interiorizado ao longo do processo de socialização. Ao contrário do que se passa com a aquisição do domínio das regras noutros domínios da experiência, em que a competência consiste no conhecimento explícito e formal das regras e o seu domínio precede o seu desempenho, no domínio da linguagem é o desempenho que precede a explicitação formal das suas regras e é independente dessa competência. Daí decorre também a autonomia e a criatividade com que os falantes aplicam as regras da linguagem. Ver Agostinho, Santo – *Confissões*, cap. XIV, Porto,

Podemos dizer que encontramos um ideal de modernidade em todas as épocas e em todas as culturas, sendo mais fácil encontrar manifestações explícitas desse ideal em todas as sociedades, pelo menos desde a revolução neolítica. Chegaram até nós os ecos do confronto entre a mentalidade tradicional e a mentalidade moderna nos relatos bíblicos da luta fratricida entre Caim e Abel, da construção da Torre de Babel, do Dilúvio, assim como na *Teogonia* atribuída a Hesíodo ou na *Odisseia* de Ulisses. Mas é o aparecimento do pensamento racional na antiga Grécia, a partir do século VIII a.C., que de maneira explícita e irreversível, marca a viragem moderna ocidental, com o surgimento de um ideal de indagação da verdade independente das visões míticas herdadas da tradição. Quando Aristóteles formula a célebre máxima "*in medio stat virtus*", devemos entender o termo "*medium*" no sentido etimológico de "*modernus*".⁵³

Num contexto de modalidades modernas da experiência, as diferentes dimensões ontológicas da realidade autonomizam-se, dando origem a uma visão secularizada e desencantada do mundo. Autonomiza-se igualmente a representação tanto discursiva como imagética em relação à realidade representada. De um todo uno e indiviso, o mundo objectiva-se no sentido etimológico do tempo, enquanto entidade que está perante nós, ao conhecimento do qual acedemos enquanto sujeitos e fazendo uso, metodicamente conduzido, da razão. É esta autonomização dos processos de representação que está na origem do pensamento racional e do desenvolvimento do conhecimento científico autónomo, em relação não só à sabedoria ancestral de natureza mítica, mas também ao saber técnico instrumental e às normas estéticas da sua representação.⁵⁴

A Sociologia (em especial a Sociologia do Desenvolvimento) abordou a questão das sociedades tradicionais, quando contrapostas às sociedades históricas ou sociedades modernas ou ainda industriais. Podemos afirmar que o *conceito de tradição* foi trabalhado pelos sociólogos clássicos, contudo, existe um hiato entre a maneira como foi tratado por eles - nomeadamente na construção dos *tipos ideais* - e o seu aproveitamento na definição do tipo presente. Para Maria Franco, até mesmo em Weber, em que a tradição é considerada como "*princípio teórico constitutivo*

Liv. Apost. da Imprensa, 1955 (com edição recente da INCM/CLCPB, 2001) e R. Searle, John - *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

⁵³ *Modernus* é um termo de invenção relativamente recente. Aparecendo apenas como adjectivo no século VI, é só nos meados do século XIX que começa a aparecer sob a forma substantivada que hoje utilizamos. Neste termo, encontramos o radical indo-europeu *mod-* ou *meǵ-* que aparece, por exemplo, no grego, em *medomai* e, no latim, em *medicina*, *medicamentum*, *modicus*. A dar crédito a Emile Benveniste, o termo servia originariamente para indicar a paragem ou o estancamento de um curso desregrado, da *hubris*, tanto dos fluxos do corpo que põem em risco a saúde do corpo, como do fluxo dos comportamentos, no domínio jurídico, ou do fluxo dos acontecimentos, no domínio histórico. É pois um retorno à justa medida, à contenção de um processo desregrado que, a não ser contido, seguiria um caminho perigosamente incontrolável. Falamos da obra de Benveniste, Émile - *Vocabulaire des Institutions Indo-européennes*, Paris, Minuit, 1979.

⁵⁴ E. Said, por exemplo, ataca as imagens que construímos acerca das outras culturas e tradições. Na sua opinião, em vez de descrições precisas, elas revelam muitas vezes o elevado nível de auto-estima da cultura ocidental. Para a leitura de um livro muito influente, cfr. Said, Edward W. - *Orientalism*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1979.

de uma das formas de denominação”, ela surge apenas como um factor e não como um princípio constitutivo do sistema. Assim, a tradição permanece com a “conotação empírica de transmissão de elementos da vida social, aliada à ideia de estabilidade”.⁵⁵

É a estabilidade que se revela como a característica fundamental da sociedade tradicional, no sentido em que a tradição age como uma significativa força retardadora que impede a actuação das mudanças. De acordo com este raciocínio, Balandier afirma que a tradição implica o “conformismo com as regras de conduta socialmente aprovadas, (...) adesão à ordem específica da sociedade e das culturas vigentes, (...) repulsa em ou (...) incapacidade de conceber uma alternativa ou de romper com os ‘mandamentos’ validados pelo passado”. Assim, nas sociedades tradicionais a “história é abolida”, já que a tradição impõe o respeito ao projecto inicial, e gera-se o conformismo, em que o que garante a inserção social do indivíduo é exactamente a submissão aos antepassados.⁵⁶

Nas sociedades classificadas como tradicionais entende-se haver uma resistência aos elementos culturais recentes. Mas sabemos que existem autores que reflectem o entendimento de que tradição e renovação não se contrapõem, e que o que caracteriza efectivamente a tradição não é a estagnação. O autor oitocentista Torras i Bages, por exemplo, afirma que tradição e estagnação “são termos antitéticos até em sua significação gramatical: porque a palavra tradição e, por conseguinte, o conceito que expressa, inclui a ideia de movimento, de curso, de transmissão, oposta, como se vê, à significação de quietude do segundo termo”.⁵⁷

Se as noções de tradição e de costume são colocadas em confronto com a emergência de um mundo moderno, porém, vários foram os estudiosos que, ao debruçarem-se sobre a análise da sociedade contemporânea, resgataram esses conceitos, muitas vezes, fundamentais para a compreensão das questões sociais e históricas. Anthony Giddens, ao estudar a sociedade contemporânea, refere que os conceitos de autoridade, lealdade e tradição, apesar de não se situarem no mesmo nível, são vias para o conservadorismo. Mesmo assim, o conceito mais básico é o de

⁵⁵ Cfr. Franco, Maria Sylvania de Carvalho – “Sobre o conceito de tradição” in *Cadernos de Estudos Rurais e Urbanos*, n.º 5, São Paulo, Junho de 1972, p. 39.

⁵⁶ Cfr. Balandier, Georges – *Antropológicas*, São Paulo, Cultrix/Universidade de São Paulo, 1976, pp. 189 e 190.

⁵⁷ Por consequência, o autor entende que tradição não é sinónimo de “coisa arcaica” ou “reliquia do tempo da

tradição, na medida em que ocupa provavelmente “*uma posição mais central na maior parte do pensamento conservador do que virtualmente se supõe*”.⁵⁸

Sabemos que a distinção entre *tradição* e *costume* que atentamos em Giddens, é igualmente apontada em Hobsbawn, em especial no que diz respeito ao passado. Recordemos que ambos os autores são categóricos ao afirmar que a tradição (em Hobsbawn *tradição inventada*) não apresenta necessariamente uma continuidade com o passado. Este último autor, que nos fala da invenção das tradições, utiliza a terminologia *tradição inventada* para designar tanto as tradições criadas e institucionalizadas formalmente, como as que surgem em períodos rápidos e difíceis de serem identificados.⁵⁹

Para Hobsbawn o *costume* não é invariável, porém há uma combinação implícita entre a flexibilidade e o comprometimento formal com o passado. Perfazendo a distinção entre este termo e a tradição, o autor refere que nas sociedades tradicionais o costume tem a função de “*motor e volante*”, não impedindo as inovações, contando que sejam compatíveis ou idênticas às precedentes, pois “*sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história*”. Para o autor existe uma inércia adquirida com o tempo e uma resistência a receber inovações por parte das pessoas que adoptaram o referido costume. No entanto, “*o costume não se pode dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais*”. Dessa forma, Hobsbawn conclui que ambas as terminologias – *tradição* e *costume* – estão imbricadas, na medida em que se um *costume* entra em decadência, promovem-se alterações consequentes na *tradição* à qual ele está ligado. Alerta-nos ainda para a distinção entre as *tradições genuínas* e as *tradições inventadas*, sendo que na sua opinião, as primeiras foram desenvolvidas no decorrer da história e estão mais próximas dos costumes.⁶⁰

⁵⁸ De facto, o autor procura analisar melhor o conceito de tradição e escreve: “*A qualidade característica da tradição, que a separa do costume ou do hábito e também do conhecimento técnico ou especializado, é o facto de ela pressupor uma ideia de verdade ritual ou revelada – e esse traço definidor também é a origem da sua autoridade. Aquilo que é ‘consagrado’ nas tradições não é o passado, mas a sabedoria que incorporam. Essa sabedoria pode ou não ser funcionalmente eficiente ou ‘tecnicamente precisa’; essas características não a particularizam como tradicional. A verdade ritual é mostrada em seu estatuto, na repetição da fórmula prática*”. Cfr Giddens, Anthony – *Para além da esquerda e da direita*, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 58.

⁵⁹ O autor refere que “*por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceites; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (...)* Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições inventadas caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reacções a situações novas que, ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória”. Cfr. Hobsbawn, Eric J. e Ranger, Terence O. – *A Invenção das...*, *op. cit.*, pp. 9 e 10.

⁶⁰ Ver *Idem*, p. 19.

De acordo com esta linha de entendimento, merece-nos ainda anotação a análise do antropólogo Ruben Oliven, pois segundo ele as tradições são evocadas, frequentemente, nos períodos de mudança social, de crises, de perda de poder económico e/ou político. Daí que sociedades que se querem modernas, ponham ênfase nas tradições para se justificarem das suas intenções.⁶¹ Um outro autor, E. P. Thompson, que estudou os costumes no século XVIII e no início do século XIX, refere-nos que o costume se encontra na “*interface da lei com a prática agrária*”, e que o “*próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a práxis*”.⁶² Perfez também a distinção entre as noções de tradição e costume, argumentando que o segundo apresentava um fluxo contínuo, ao contrário da tradição, que exibiu permanência: “*o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes*”.⁶³

Na análise da tradição e do costume, há que atendermos ao “sentido histórico”, como Thomas Eliot sublinhou. E isto acontece não apenas no que se refere ao passado, mas em especial, à sua presença. A significação de ambas as noções está estritamente ligada à transmissão de valores e práticas culturais que não provêm necessariamente de registos escritos. Se confrontarmos as ideias de Thompson com as de Hobsbawn, “*verificamos que não há divergências entre elas, mas sim uma complementaridade*”. Esta consegue-se porque Thompson dedica-se sobretudo ao estudo dos costumes, e Hobsbawn, por seu lado, coloca a sua ênfase na análise da tradição, particularmente na diferenciação de tradição inventada.⁶⁴

Dentro de cada comunidade e mesmo no seio de cada profissão, vários são os desafios que se colocam actualmente na modernidade. No contexto das relações entre tradição e modernidade, o facto de as modalidades tradicional e moderna da experiência, se reflectirem mutuamente e de coexistirem no seio de uma mesma sociedade e numa mesma época, põe-nos o problema das relações que estabelecem entre si. Se a modernidade se definir como uma ruptura, a tradição representa a única fonte possível de sentido. Mas não é o sentido explicitamente recordado que

⁶¹ Abordando a sociedade brasileira, o autor refere que, assim, o “*culto à tradição, longe de ser anacrónico, está perfeitamente articulado com a modernidade e o progresso*”. Cfr. Oliven, Ruben George – *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-Nação*, Petrópolis, Vozes, 1992, p. 21.

⁶² Com fundamentação alicerçada em registos do século XVII, o autor refere que o costume estava vinculado à terra: “*A terra a que o costume estava vinculado poderia ser uma herdade, uma paróquia, o trecho de um rio, bancos de ostra num estuário, um parque, pastos nas encostas de montanhas, ou uma unidade administrativa maior que uma floresta. Em casos extremos, o costume era nitidamente definido, tinha força de lei e (como nos cercamentos) era uma propriedade: é o tema do registo dos tribunais, dos tribunais senhoriais, das compilações dos costumes, dos levantamentos e dos regulamentos da vila. Em condições comuns, o costume era menos exacto: dependia da renovação contínua das tradições orais, como na inspecção anual ou regular para determinar os limites da paróquia*”. Cfr. Thompson, E. P. – *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 86 e 87.

⁶³ Ver *Idem*, pp. 16 e 17.

⁶⁴ Cfr. Maia, Doralice Sátyro – “*A Geografia e o estudo dos costumes...*”, *op. cit.*, p. 94.

alimenta o sentido dos ideais modernos. É o sentido da arché, que foi esquecido, obliterado pela ruptura moderna. O arcaico não cessa por isso de retornar no moderno, através de um processo que podemos designar como processo de reminiscência ou de anamnese.⁶⁵

Tratam-se de questões de ambição e de estratégia que derivam da conjugação de todos estes factores, sendo que no que diz respeito particularmente à actividade castrense, também ela se encontra claramente numa evolução significativa dos seus costumes e tradições. Recorrendo à teoria sinérgica do físico teórico Hermann Haken, é seguro dizer que vivemos num sistema visual muito instável, no qual a mínima flutuação da nossa percepção visual provoca rupturas na simetria do que vemos: *“olhando uma mesma figura, ora constatamos um vaso grego branco recortado sobre um fundo preto, ora vemos dois rostos gregos de perfil, frente a frente, recortados sobre um fundo branco”*. Boaventura de Sousa Santos recorda-nos esta imagem e pergunta-nos qual das imagens referidas será a verdadeira. A resposta é dúbia: *“Ambas e nenhuma”*. Mas tem a sua razão de ser, pois *“é esta a ambiguidade e a complexidade da situação do tempo presente, um tempo de transição, síncrone com muita coisa que está para além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que habita”*.⁶⁶

A globalização está a produzir riscos, desafios e desigualdades que atravessam fronteiras nacionais e diminuem a capacidade das estruturas políticas existentes. Mas acreditamos que todos nós necessitamos de estar comprometidos com princípios morais que estejam acima das pequenas preocupações e disputas da vida de todos os dias: *“devemos estar preparados para sair em defesa destes valores sempre que eles estejam mal definidos, ou ameaçados”*. Diremos, talvez, que o desafio é este: a moralidade cosmopolita precisa de ser suscitada pela paixão. Por outras palavras, a interpretação parece-nos bastante simples: nenhum de nós terá uma razão digna para viver, se não tiver uma causa por que valha a pena lutar.⁶⁷

⁶⁵ Encontramos a manifestação deste processo nos modelos da moda, nos quais vemos emergir regularmente o antigo como modelo do novo, instaurando-se assim uma espécie de ciclo constituído pelo retorno pendular de formas esquecidas e que tinham sido anteriormente recusadas, muitas vezes levado a cabo por interesse das próprias companhias de alcance internacional. Sobre a evolução do poder económico global, o papel das corporações internacionais, e pela defesa da opinião de que é necessário tomar medidas adequadas de contenção do poder dessas empresas de grande alcance, cfr. Korten, David C. – *When Corporations Rule The World*, West Hartford, CN e São Francisco, CA, Kumarian Press and Barrett-Koehler, 1995.

⁶⁶ Cfr. Santos, Boaventura de Sousa – *Um discurso sobre as ciências*, 14.ª Edição, Porto, Edições Afrontamento, 2003 [ed. original 1987], p. 6.

⁶⁷ Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, op. cit., p. 56.



Fotografia n.º 150

Jovem Pupilo, na Parada Superior da 1.ª Secção

2. O DIA DO FUNDADOR

“A história dos eventos humanos e das personagens que os criaram, não pode deixar de presidir às manifestações mais importantes da cultura de qualquer sociedade ou instituição, porque o Homem tem necessariamente de viver no tempo. (...) Se não falarmos das coisas, se não transmitirmos aos outros aquilo que para nós é hoje já conhecido, arriscamo-nos a não transmitir aos vindouros a memória, escrita ou teorizada, das nossas referências e valores. (...) permitiu o nascer desta nossa prestigiada Casa que fez Homens e moldou carácteres. Toda a sua vida e vasta obra é apanágio da divisa que nos norteia, pois tal como ontem, hoje e sempre, ‘Querer é Poder’”
*Tenente-Coronel Orlando Milharadas*⁶⁸

Para evocação desta festividade, foi escolhida a data do nascimento do General António Xavier Correia Barreto. Todos os anos, no dia 5 de Fevereiro, é-lhe prestada homenagem junto ao seu busto localizado na Sala do Fundador (dentro do Museu do IMPE), assim como junto ao seu Mausoléu no Cemitério dos Prazeres. Podendo surgir algumas alterações na sequência formal, contudo, pode-se afirmar que as cerimónias do Dia do Fundador são normalmente iniciadas com uma Missa de homenagem⁶⁹ onde se benzem duas coroas de flores, sendo que depois se depõe uma dessas coroas junto ao seu busto. Nessa ocasião, é usual o Director do Instituto proferir uma breve alocução evocativa da figura do General Correia Barreto.⁷⁰

Mantendo-se a tradição de há muitos anos, a comitiva presente nas cerimónias (constituída pelo Director e Subdirector, representação da APE, Professor Decano, Directores de Curso, Assessores Pedagógicos, Coordenadores dos Directores de Turma, delegações de Professores, de alunos, de Oficiais, Sargentos, de Praças e de funcionários civis) dirige-se em viaturas para o Cemitério dos Prazeres.⁷¹

Junto ao Mausoléu onde está sepultado o Fundador, fica formada uma Guarda de Honra constituída por alunos do Instituto. Após a deposição de uma coroa de flores pelo Director do IMPE

⁶⁸ Excerto do seu discurso realizado na homenagem ao Fundador, realizada no ano de 2004, na qualidade de Comandante do Corpo de Alunos. Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Dia do Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 5.

⁶⁹ A realizar em local a determinar, se não for possível a sua efectivação na *Capela de Corpus Christi*.

⁷⁰ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Homenagem ao nosso Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999, p. 8 e Gonçalves, Miguel Viegas – “Dia do Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002, p. 14.

⁷¹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Homenagem ao Fundador do Instituto” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000, p. 5 e Redacção da Revista *Querer é Poder* –

e prestadas as honras fúnebres, o Comandante de Corpo de Alunos profere uma alocução onde se evoca o Fundador e a sua obra. Terminada a alocução, a cerimónia termina após os necessários procedimentos de honras militares próprios para estas ocasiões.⁷²



Fotografia n.º 151

O TGEN Mota de Mesquita e o Director do IMPE, MGEN Marques dos Santos, em cerimónia de homenagem ao Fundador



Fotografia n.º 152

Honras Militares pelos Alunos do IMPE no Cemitério dos Prazeres, junto ao novo jazigo do General Correia Barreto

⁷²“Homenagem ao Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, pp. 4 e 5.



Fotografia n.º 153

Homenagem da APE ao Fundador

⁷¹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Dia do Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 16 e Gonçalves, Miguel Viegas – “Cerimónia do Dia do Fundador” in

3. O DIA DO PATRONO

“Eu fuy presente a morte do visó-rey [D. João de Castro] e o confesei, como o confesava, e em todas as cousas em que se achava, e eu afirmo a Vossa Alteza em Deus e em minha comciencia que nunca confesei homem que morresse tam conforme com a vontade de Deus.”

*Fr. António do Casal*⁷³

A instituição deste dia festivo e a sua comemoração são, talvez para espanto de alguns dos antigos alunos do IMPE, coisas muito recentes. Se é verdade que podem ser encontradas no percurso social e histórico do IMPE, algumas referências e cerimónias protocolares onde a figura de D. João de Castro encerra todo um significado que é próprio da escola enquanto seu Patrono, contudo, numa perspectiva estritamente oficial, o *Dia do Patrono* foi instituído por Despacho do MGEN Director do IMPE datado 27 de Janeiro do ano 2000.⁷⁴

Podemos dizer que tudo começou no dia 17 de Janeiro desse mesmo ano, com uma visita do Professor Adriano Moreira ao IMPE, na qualidade de Presidente da Direcção e da Assembleia Geral do Instituto D. João de Castro. Acompanhado de Catarina d’Orey Moreira, Superintendente dos Serviços da referida instituição, a visita constou de uma reunião seguida de um almoço de convívio. Terá sido consequência das diligências efectuadas pelo Director do IMPE em funções, o MGEN Bento Soares, no sentido de cultivar institucionalmente a figura de D. João de Castro, nomeadamente através da criação do Dia do Patrono.⁷⁵

A reunião terá decorrido em ambiente cordial e de franca cooperação, onde estiveram presentes, além da Direcção e seus convidados, vários oficiais e professores do IMPE. É possível afirmarmos que os resultados obtidos nesse evento foram muito positivos, uma vez que, para além de se terem estabelecido as bases de um protocolo cultural entre ambas as instituições, sabemos que Adriano Moreira teve a gentileza de propor a criação de um prémio pecuniário anual com a designação de “*Prémio D. João de Castro, Patrono do IMPE*”, no valor de 150.000\$00 (actualmente, no montante de 750,00 €), destinado a galardoar o melhor aluno do 9.º ano de

Querer é Poder, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 4.

⁷³ Sobre os últimos momentos do 4.º Vice-Rei da Índia, em citação de um dos quatro sacerdotes que o assistiram, retirada de uma missiva para D. João III. Cfr. Rego, António da Silva – *Documentação para a História das Missões...*, *op. cit.*, p. 256.

⁷⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Instituído o ‘Dia do Patrono’” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000, p. 4.

⁷⁵ Cfr. Duarte, Maria de Jesus – “Estreitamento das relações culturais com o Instituto D. João de Castro” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000, p. 4.

escolaridade na disciplina de História, enquanto classificação integrada com os anos de escolaridade anteriores.⁷⁶

O Despacho do MGEN Director do IMPE relativo à instituição do *Dia do Patrono*, estipulou uma celebração a efectivar-se ao dia 23 de Novembro de cada ano, em sinal de memória pela famosa entrega das barbas “*por mor e honrado penhor*” da reconstrução da fortaleza de Diu. O *Dia do Patrono* é comemorado desde então,⁷⁷ sendo que dada a inequívoca oportunidade do texto, transcreve-se aqui o essencial do referido Despacho:⁷⁸

“1. Os múltiplos feitos históricos que a memória regista, a par da evolução dos conhecimentos construídos ao longo dos tempos, têm permitido que a humanidade vá acumulando sabedoria. Momentos de inspiração há, em que pelo querer dos homens ou por vontade de Deus, se encontram sábias decisões. Uma delas foi seguramente a de ser apontada como exemplo às sucessivas gerações de alunos do IMPE a figura ímpar de D. João de Castro, 13.º Governador e 4.º Vice Rei da Índia.

Homem simples, ímpoluto e leal, muito dado a 'sondar os mistérios da Natureza', guerreiro saciado, apaixonado pelo saber e cientista com obra que em seu entender está sempre inacabada.

É esse o homem, soldado e marinheiro, sepultado na capela 'Corpus Christi' (Capela dos Castros), - erigida dentro dos seculares muros do nosso Instituto – que em boa hora foi instituído e estatuído como Patrono do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar.

Dotada de inexcusáveis nobreza de carácter e cortesia no trato, constitui a insigne figura de D. João de Castro, um marco identificador da nossa memória colectiva que esta Casa haverá que louvar e perpetuar.

2. Assim, determino a criação do 'Dia do Patrono do IMPE' como marco a assinalar anualmente na vivência cultural do IMPE. Esta importante efeméride será celebrada a 23 de Novembro, evocando os idos anos de 1546, data em que, por nada ter de seu, D. João de Castro faz entrega das suas barbas por mor e 'honrado penhor' da reconstrução da fortaleza de Diu.

3. A cerimónia comemorativa, sem prejuízo doutros eventos que para o efeito sejam determinados, incluirá os seguintes:

- Palestra a proferir por uma personalidade designada pelo Instituto D. João de Castro e entrega do 'Prémio D. João de Castro', dentro do espírito do Protocolo assinado com aquela Instituição;*

⁷⁶ Ver *Idem*, p. 4.

⁷⁷ Cfr. por exemplo, Gonçalves, Miguel – “Comemoração do Dia do Patrono” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002, pp. 12 e 13.

⁷⁸ Cfr. o Despacho do MGEN Director do IMPE datado de 27 de Janeiro de 2000.

- *Exposição e/ou representação de peça de teatro (alusivas ao Patrono, sua época histórica ou feitos correlacionados):*
- *Outras actividades culturais ou lúdicas (reconstruções históricas, jogos relacionados, etc.)”.*



Fotografia n.º 154

Um aluno do Instituto discursa perante o TGEN Director da Direcção de Instrução, o Director do IMPE, o Presidente da Direcção da APE, o TGEN Mota de Mesquita e outros convidados

4. O DIA DO INSTITUTO MILITAR DOS PUPLOS DO EXÉRCITO

“Foi uma grande honra – e um prazer – visitar os Pupilos do Exército, onde meu Pai foi professor e entusiástico propagandista. Felicito – neste dia do 77.º Aniversário – o seu ilustre Director, Brigadeiro Areia, e todos quanto aqui trabalham, deixando uma palavra de estímulo a todos os alunos.”

*Mário Soares*⁷⁹

Desde o dia 25 de Maio de 1912, primeiro aniversário do Instituto, que a data do Diploma que criou o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, foi eleita como o dia maior da Instituição. Em traços gerais, o programa das comemorações tem mantido aspectos comuns desde os primeiros anos. Embora a espectacularidade tenha variado consoante os preceitos das diversas Direcções em funções, assim como dos meios humanos, materiais e financeiros ao seu dispor, a verdade é que, especialmente nos últimos anos, falta-lhe a solenidade que lhe conferia outrora a presença do Presidente da República, que quase todos os anos vinha presidir às solenidades,⁸⁰ assim como a presença do Primeiro-Ministro⁸¹ ou Ministro da Defesa.

A reportagem do 2.º aniversário, no ano de 1913, feita por um aluno atesta que *“Depois de termos almoçado viemos na forma esperar pelo Sr. Presidente da República e ministros. Depois de eles chegarem, fomos içar a bandeira com a presença do Sr. Presidente que esteve vendo a nossa exposição dos trabalhos manuais. Depois cantando diversas cantigas fomos para a sessão solene onde discursou o Sr. Lemos e alguns alunos e outros disseram várias poesias. Terminou a sessão, saiu o Sr. Presidente e nós fomos fazer uns exercícios de ginástica; primeiro fez a 1.ª Secção e depois a segunda. Em seguida fomos lanchar enquanto o edifício estava aberto ao público. Eu fui mostrar à minha família o Instituto e a exposição dos trabalhos manuais. Passado algum tempo vieram chamar-nos para cantar enquanto tocava a banda de Infantaria 16. Depois de termos*

⁷⁹ Mensagem datada do dia 25 de Maio de 1988, presente no Livro de Honra do Instituto.

⁸⁰ As comemorações do 77.º aniversário da sua fundação, que contaram com a presença do Presidente da República Mário Soares, ilustram um dos exemplos em que o Chefe de Estado presidiu a estas cerimónias. Nesse evento, o Director do IMPE procedeu à entrega da Medalha de Ouro do Instituto a Mário Soares, enquanto distinção reservada a Chefes de Estado. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Comemorações do 77.º Aniversário da Fundação do I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988, pp. 10 a 22.

⁸¹ Recorde-se, a título demonstrativo, que nas comemorações do 84.º aniversário do Instituto, o então Primeiro Ministro Cavaco Silva presidiu às cerimónias. Cfr. Areias, Tiago – “No 84.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995, pp. 6 e 7.

*estado com a nossa família tocou para irmos jantar e então retiraram as famílias, jantámos, dêmos uma volta e voltámos para o Instituto”.*⁸²

Devemos referir que nos anos em que as comemorações da fundação do Instituto são mais expressivas, há frequentemente lugar a festividades em dois dias distintos. Tradicionalmente, no primeiro dia das comemorações, realiza-se uma formatura geral e um desfile com o Batalhão Escolar ao qual preside uma alta entidade convidada. Mais tarde, no Mosteiro dos Jerónimos é celebrada uma missa de Acção de Graças, à qual assistem numerosas entidades, corpo docente e discente, muitos familiares e antigos alunos. É costume que o altar se encontre ladeado por uma Guarda de Honra, com o Guião do Batalhão Escolar do IMPE, assim como que o acompanhamento coral esteja a cargo do Grupo Coral e Instrumental do Instituto. Terminadas as cerimónias, chega a hora da confraternização entre as famílias, os alunos e os antigos alunos, bem como todos os que no Instituto trabalham.⁸³

No segundo dia de comemorações, tudo começa com o hastear da Bandeira Nacional. Segue-se a deposição de flores no busto do fundador do Instituto - General Correia Barreto - sendo que depois é a vez da tarde soalheira banhar as centenárias pedras do Mosteiro e dar-se lugar às cerimónias militares, culturais e desportivas próprias da tradição pilónica. A presença de vários antigos alunos, familiares e delegações representativas, concede sempre um colorido maior ao evento. Depois da recepção protocolar às entidades convidadas, é o tempo dos discursos oficiais, a cerimónia de imposição de condecorações e o desfile do Batalhão Escolar em continência à entidade que preside às cerimónias.⁸⁴

No contexto das actividades culturais, podem observar-se exposições de trabalhos escolares, trabalhos premiados nos Jogos Florais, actuação do Grupo Coral e Instrumental do Instituto, visita ao Museu e à Capela dos Castros. Antes do quadro desportivo, poder-se-á ver uma actuação de um Pelotão Autocomandado, composto por alunos mais antigos. Na vertente desportiva, podemos dizer que as actividades circum-escolares mais em evidência, anteriormente, eram a Classe Especial de Ginástica - com esquemas, exercícios de ginástica acrobática e rítmicos, saltos de tapete e de mesa alemã, bem como representações em aparelhos (argolas, barra fixa, paralelas, cavalo de arção, duplo mini-trampolim e cama elástica) -, a Classe de Taekwondo e a Classe de Esgrima. Contudo, outras

⁸² Cfr. Franco, Jorge – “Festa de 25 de Maio. Comemoração do 2.º aniversário da fundação do Instituto” in Lemos, Álvaro Viana de (coord.) – *O Instituto dos Pupilos...*, *op. cit.*, pp. 39 e 40.

⁸³ Cfr. Alexandre, Tiago – “89.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, pp. 14 e 15, bem como Gonçalves, Nuno – “Comemorações do 82.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994, pp. 14 a 16.

⁸⁴ Cfr. Diniz, José – “25 de Maio de 2001. 90 Anos de Querer e Saber” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, pp. 12 e 13, bem como Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O

actividades participavam, como representações de Ginástica Rítmica (alunas dos Cursos Superiores), Andebol, Basquetebol e Voleibol, entre outras. No campo das actividades de complemento curricular, é ainda importante afirmar que algumas delas foram substituídas e que,⁸⁵ todas elas, estão sempre sujeitas ao número de alunos a elas afectos,⁸⁶ nomeadamente no que diz respeito à sua continuidade em cada ano lectivo.⁸⁷

Segue-se depois uma visita às instalações, com a confraternização de todos, até ao momento da despedida formal das altas entidades. Como dia especial que é, não é surpresa que muitas vezes os alunos sejam presenteados com um dia de mérito por aplicação nas cerimónias realizadas. Assim, podem descansar merecidamente do esforço efectuado, partilhar de mais uns momentos com os seus amigos e familiares, assim como aproveitar para realizar algumas demandas pessoais oportunas.⁸⁸



Fotografia n.º 155

Dia do IMPE: Cerimónia Militar junto ao Mosteiro dos Jerónimos (Praça do Império)

nosso Instituto fez 83 anos” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995, pp. 18 a 20.

⁸⁵ Por exemplo, a Classe de Taekwondo foi substituída pela recente Classe de Kempo.

⁸⁶ A ginástica rítmica com as alunas dos Cursos Superiores é disso um claro exemplo.

⁸⁷ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “92.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 13 e Martins, Salvador – “25 de Maio de 1985. 74.º Aniversário do I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 4, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Julho e Agosto de 1985, pp. 3 a 6.

⁸⁸ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “91.º Aniversário dos Pupilos do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, pp. 14 a 16.

5. A CERIMÓNIA DE APADRINHAMENTO DOS NOVOS ALUNOS E O ABRACO AO BATALHÃOZINHO

*“Ao praticarmos este ritual, sem dúvida belo e tão cheio de significado, assumimos um compromisso que todo o Pilão há-de saber honrar ao longo da sua vida, através da vivência diária, de uma verdadeira solidariedade e da mais
sã camaradagem que a todos unirá sem excepção”*
Major-General Bento Soares ⁸⁹

Esta cerimónia consiste numa tradição que se dilui na memória do tempo. Até 1977 era habitual, mas após esse ano só se viria a repetir em 1987 e depois em 1993.⁹⁰ Retomada aí, manteve-se até aos dias de hoje, com excepção natural dos anos lectivos em não houve admissões ao Instituto por imposição do GEN CEME em funções nesse período.⁹¹ Refira-se que para todos os intervenientes nesta cerimónia, desde os alunos e respectivos pais, aos militares e civis que prestam serviço no Instituto, esta tratou-se sempre de uma ocasião cheia de significado. E isto acontece porque este evento é, no seu sentido mais profundo, uma verdadeira passagem de testemunho, sobretudo porque os alunos mais antigos, com a entrada dos novos elementos para a família pilónica, são incumbidos da urgência de lhes transmitir tudo aquilo que aprenderam ao longo dos anos passados no IMPE.⁹²

Na perspectiva dos Pupilos mais jovens - os recém-chegados ao Estabelecimento -, que vêem nos alunos mais antigos os veículos transmissores mais fiéis de todo o conjunto de tradições e demais características que diferenciam o IMPE de outras escolas, este é um momento de nervosismo mas também de um orgulho especial. Conciliando os interesses de ambas as partes, esta cerimónia militar (que é a primeira grande cerimónia deste cariz para os novos estudantes do Instituto) encerra

⁸⁹ Citado por Areias, Tiago – “Apadrinhamento dos novos alunos” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997, p. 6.

⁹⁰ Cfr. Vargas, Carlos – “Cerimónia de Apadrinhamento dos Alunos do CPES” in *Querer é Poder*, n.º 10, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Abril de 1987, p. 33.

⁹¹ No Apadrinhamento do ano lectivo 2003/2004, pode ler-se que “*se há algo que faz parte da nossa memória colectiva, como elementos da comunidade pilónica, é a cerimónia do apadrinhamento. Ela representa a chegada dos novos alunos e o iniciar de mais um ritmo no pulsar de uma Instituição, prestigiada por aqueles que a souberam honrar e que, como estes novos alunos, tiveram também no seu tempo, momento semelhante. (...) Aconteceu só hoje, dia 22 de Outubro de 2003, dois anos depois do que seria previsto, já que por vontade dos deuses, desígnio dos Homens ou justificações economicistas, não pôde fazer-se antes.*” Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O Apadrinhamento 2003/2004” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 8.

⁹² Cfr. Serrano e Gonçalves, Alunos – “Cerimónia de Apadrinhamento dos Alunos do 5.º Ano” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994, p. 20.

diversos objectivos de responsabilidade individual e colectiva, como sinal de reconhecimento perante uma nova geração de Pilões.⁹³

Na presença do Director do IMPE e dos convidados, os novos alunos são integrados formalmente no Batalhão Escolar. O Aluno Comandante de Batalhão profere um breve discurso de boas vindas com alguns conselhos para os mais novos estudantes, sendo que, seguidamente, estes são chamados conjuntamente com os seus padrinhos, que para este preciso efeito, são os alunos mais antigos, nomeadamente um por cada aluno mais novo. São os padrinhos que equipam os pilõezinhos com a barretina, o cinturão branco, as granadeiras e as luvas brancas.⁹⁴

Depois, é dada a palavra ao Aluno Comandante da 1.ª Companhia, que é o Aluno Graduado mais antigo no que concerne à Subunidade destes novos elementos do Batalhão Escolar, e este usa da mesma para cumprir a tradição de ler o Código de Honra do Aluno. A cerimónia culmina com o tradicional abraço entre o Aluno Comandante de Batalhão e o aluno “*Batalhãozinho*” (o Pilão mais pequenino do efectivo) e termina com o desfile do Batalhão Escolar na sua *máxima força*, integrados que estão agora os seus mais novos pertencentes. Cabe depois aos novos Pilões honrarem o compromisso assumido, estando reservada aos alunos mais velhos a difícil missão de dar o exemplo nas suas atitudes e demandas, bem como de entrosar os mais novos com os costumes e hábitos da Escola, criando e fomentando, na medida do possível, o interesse e o carinho pela Casa que os educou.⁹⁵

É seguro afirmar que esta é a cerimónia que melhor expressa a imagem do *espírito pilónico*, assim como é verdadeiramente o ponto de partida para aqueles que iniciam a sua jornada na “*Casa tão bela e tão ridente*”, como se atenta claramente no discurso de um Aluno Comandante de Batalhão do IMPE: “*Viver em sociedade é uma arte que implica obediência a certas regras exteriores, comuns e colectivas. (...) Existem pois, marcos na vida de uma Instituição que se podem considerar imprescindíveis na linha de continuidade que liga o passado às realidades do presente, sem deixar de assegurar o futuro. É neste contexto que me dirijo a todos vós, particularizando os Novos Alunos. (...) filhos de uma Instituição (...) cheia de tradições, usos e costumes, enfim, toda uma cultura herdada de geração em geração. Saibam ser dignos da farda que envergam, pois com*

⁹³ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Cerimónia de Apadrinhamento” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995, p. 7.

⁹⁴ Cfr. Areias, Tiago – “Apadrinhamento dos novos...”, *op. cit.*, p. 6 e Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Apadrinhamento” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 6.

⁹⁵ Cfr. Simão, André – “Apadrinhamento. Discurso do Aluno Comandante de Batalhão” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 9.

*ela estão associadas palavras como responsabilidade, civismo, respeito, formação e dedicação. (...) Para vós, como Comandante de Batalhão e em seu nome, sede bem-vindos.”*⁹⁶



Fotografias n.º 156 e 157

O Apadrinhamento dos novos Alunos⁹⁷

⁹⁶ Palavras proferidas pelo antigo aluno Bruno Rodrigues na Cerimónia de Apadrinhamento aos Novos Alunos, realizada em 11 de Novembro de 1998, citado por Gomes, Alexandre – “Apadrinhamento dos novos alunos” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998, p. 6.

⁹⁷ A foto superior remonta a 1978 e a inferior data de 2006.



Fotografia n.º 158

O Abraço ao "Batalhãozinho"

6. ABERTURA SOLENE DO ANO LECTIVO

“É dia de escola aberta, é hora de balanço do ano que terminou, é o momento em que, com solenidade, se anunciam objectivos e a ocasião para honrar o mérito dos que mais se aplicaram.”

General Rodrigues de Areia ⁹⁸

Enquanto evento festivo formal realizado todos os anos, a cerimónia de abertura escolar oficial do Instituto é um ritual que, de alguma forma, se revela idêntico no decurso do tempo. Mas há sempre algo de diferente, *“algo que se renova, nesta correnteza de alunos e familiares embevecidos que vêm ver (...) os seus meninos, e até de professores, oficiais e toda a categoria de funcionários”*. A cerimónia é sempre presidida por uma alta entidade, sendo que ao longo do percurso da vida do IMPE, estiveram presentes desde as altas patentes do Exército, a Ministros da Guerra e posteriormente da Defesa Nacional,⁹⁹ assim como o Primeiro Ministro e o próprio Presidente da República.¹⁰⁰

A agenda da cerimónia começa com a chegada da alta entidade, que depois de recebida protocolarmente pela Direcção do Instituto, se dirige à Guarda de Honra que, composta apenas por alunos da Escola, lhe presta as honras militares devidas. Depois de passada revista à formatura, seguem-se a continência e o desfile. A alta entidade é depois levada ao encontro das restantes entidades convidadas e corpo docente, que formalmente apresentam os seus cumprimentos.¹⁰¹ A sessão de Abertura Solene realiza-se sempre num local amplo do Instituto, sendo que para o efeito se escolhe normalmente um dos ginásios existentes, tradicionalmente aquele que está localizado na 1.ª Secção, mas quando julgado conveniente (essencialmente, porque é de maiores dimensões), o ginásio da 2.ª Secção do Instituto também é uma opção viável.¹⁰²

⁹⁸ Citado em Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 1988/89” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988, p. 13.

⁹⁹ Cfr. Coelho, José – “O Ministro da Defesa Nacional presidiu às Cerimónias de Abertura Solene do Ano Lectivo de 1994/95” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995, pp. 4 a 6.

¹⁰⁰ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1984/85 no I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 1, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1985, p. 3.

¹⁰¹ A APE costuma estar representada formalmente pela sua Direcção, bem como por demais antigos alunos que fazem questão de marcar presença. Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo 85/86 (O Sr. General Salazar Braga na nossa Escola)” in *Querer é Poder*, n.º 5, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1985, p. 3.

¹⁰² Convém recordar que, além das entidades convidadas, assistem também os militares e civis do Instituto, familiares e amigos, e ainda diversos antigos alunos. Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo 2000/2001” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, pp. 18 a 20.

Manda o costume e a tradição que, quem abre a sessão solene, seja o Director do Instituto. Na sua alocução, o responsável máximo pela Escola profere usualmente os seus agradecimentos pela presença de todos os que ali se dirigiram para presenciarem o evento, assim como aproveita para expor, de uma forma breve, a análise da acção educativa do IMPE no contexto da missão que lhe está cometida, perfazendo algumas reflexões sobre o ano lectivo anterior e explanando os principais objectivos para o ano lectivo a que essa sessão solene dá formalmente início.¹⁰³

A Lição Inaugural fica depois a cargo de um dos professores do Instituto, que escolhe um tema da sua área de docência (ainda que de âmbito mais abrangente) para a sua alocução. O palestrante profere a lição de uma forma tendencialmente acessível à plateia que assiste, porque se trata de um público de vários quadrantes sociais e académicos.¹⁰⁴ Após a intervenção relativa à Lição Inaugural (refira-se que, normalmente, o texto é difundido pela assistência através de uma brochura), segue-se a entrega das Cartas de Curso aos alunos que terminaram os Cursos Superiores no ano lectivo anterior. É um momento alto da cerimónia, porque permite rever mais uma vez os antigos alunos, que agora já se debatem com as batalhas do seu ingresso no mercado de trabalho ou, em alternativa, pelo prosseguimento dos seus estudos nas Universidades.¹⁰⁵

Finalmente, segue-se a sempre desejada distribuição de prémios escolares. Entre as “*Jacarezadas*” e os “*Salvés*”, os alunos dos diferentes anos escolares desfilam para receberem as suas medalhas ou os seus prémios, relativos à sua aplicação literária, física ou comportamental do ano lectivo anterior.¹⁰⁶ Também têm aqui lugar os antigos alunos do Instituto que, não tendo seguido os Cursos Superiores do IMPE, seguiram outros destinos académicos, como por exemplo a carreira das armas, pelo seu ingresso na EN, AM ou AFA.¹⁰⁷ É entre palmas e saudações académicas que a

¹⁰³ Cfr. Redacção do IMPE – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1986/87” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986, pp. 13 a 17 e Gonçalves, Miguel – “Abertura Solene do Ano Lectivo 2001-2002” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, pp. 16 e 17.

¹⁰⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene das Aulas. Ano Lectivo de 1987/1988” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, pp. 9 a 19.

¹⁰⁵ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 1988/89...”, *op. cit.*, pp. 13 a 18.

¹⁰⁶ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1990/91” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991, pp. 11 a 20, assim como Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1991/92” in *Querer é Poder*, n.º 24, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992, pp. 19 a 24.

¹⁰⁷ Cfr. Areias, Tiago – “Festa de Abertura Solene do Ano Lectivo de 1995/96” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996, pp. 4 a 7, assim como Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1998/99” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998, pp. 11 a 13.

cerimónia termina, mas nunca sem antes ser cantado o Hino do Instituto, onde alunos e antigos alunos unem as suas vozes para enaltecer a Escola que os educou.¹⁰⁸



Fotografias n.ºs 159 e 160

Abertura Solene: Aspecto da Mesa de Honra (Discurso do antigo Director do IMPE João Tamagnini na foto superior¹⁰⁹ e, na foto inferior, Lição Inaugural em curso)

¹⁰⁸ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1999/2000” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000, pp. 8 a 11, assim como Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, pp. 18 e 19.

¹⁰⁹ Atente-se na simbologia do Instituto à época, nomeadamente nas duas figuras que se encontram visíveis nos extremos atrás da Mesa de Honra.



Fotografias n.º 161 e 162
As entregas de prémios aos Alunos

7. GRITO DE GUERRA: A JACAREZADA

“É Jacaré? Não!

É Perdigão? Também não!

Então o que é? IPE! IPE! IPE!”

Jacarezada (Grito de Guerra do IMPE) ¹¹⁰

O grito dos alunos do IMPE é uma tradição que subsiste há décadas. Contudo, não se pense que o costume vem desde os primeiros tempos da fundação da Instituição. Com efeito, este tradicional símbolo pilónico apareceu no decorrer do ano lectivo de 1947/48, mais precisamente na Primavera de 1948, quando a equipa de Futebol de Onze da escola chegou à tão desejada final do então Campeonato Provincial da Mocidade Portuguesa.¹¹¹

É de sublinhar que tinha sido uma época nada fácil para os jogadores do IMPE, sendo que muitas das vitórias alcançadas foram conseguidas à custa de um exímio atacante, o “Jacaré”. A equipa, que tinha outros jogadores de grande valor - pese embora o pontual individualismo em algumas das partidas disputadas – incluía ainda um extraordinário guardião, o “Perdigão”, que era também um especialista na sua área: as redes. Os inspiradores do Grito de Guerra do IMPE, foram os seguintes antigos alunos:¹¹²

- “Jacaré” era a alcunha do ex-aluno 391/42, Henrique Medina Carreira, que seguiu, como é do conhecimento público, uma meritória carreira social, política e técnica;¹¹³
- “Perdigão” era a alcunha do ex-aluno 110/41, Nicolau Matias, que seguiu Engenharia Civil.

O Colégio Militar, o “*adversário de estimação*” de sempre, foi o oponente que defrontou o IMPE na final da competição. Tratou-se de uma final renhida e sofrida. As prestações do Instituto não eram mediócras, mas também não iam por aí além. Na verdade, o jogo estava algo parado e os jogadores pareciam mesmerizados e não produziam jogadas com dinamismo ofensivo, produzindo

¹¹⁰ Entre outros documentos oficiais, ver por exemplo, Comando do Pessoal/Exército Português/MDN – *Almanaque do Exército 1999...*, *op. cit.*, p. XIII-13.

¹¹¹ Cfr. Mendes, André – “A História da Jacarezada” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995, p. 35.

¹¹² Cfr. Duarte, Nuno; Luis, Pedro e Cunha, Carlos – “A ‘Jacarezada’ nasceu há 50 anos” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998, p. 5.

¹¹³ Num dos vários artigos que se podem encontrar na APE sobre este antigo aluno, pode ler-se que Medina Carreira foi “*impecável na ciência dos livros. Foi o n.º 1 do seu curso de Maquinaria e Electrotécnica (1951) e comandou o Batalhão Escolar, com aceitação unânime.*” Cfr. Sequerra, David – “Sincera Euforia” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 25, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Março de 1962, p. 5.

um futebol sem estratégia concreta e com alguma desorganização à mistura. Importava que a presença fosse “bem assinalada e (...) o prestígio mantido”.¹¹⁴

Terá sido neste contexto que um anónimo da claque dos Pupilos do Exército, num raio de inspiração do momento, teve a brilhante ideia de criar a Jacarezada. De forma espontânea, tê-la-á lançado pujantemente para o campo. Nessa altura, a claque terá acompanhado o grito de motivação e todos, tanto os que estavam dentro das quatro linhas, como os que estavam nas bancadas, compreenderam que se tinham de esforçar mais por um objectivo que era comum: a vitória. Só alcançando essa vitória é que seriam “campeões de futebol da Estremadura da Mocidade Portuguesa”.¹¹⁵

Percebe-se que o fito daquele grito era o de lembrar aos outros nove pilões em campo que o jogo não podia só ser feito pelas estrelas, mas sim por todos. Noutros termos, pela equipa. O jogo melhorou substancialmente, estava galvanizada a equipa pilónica e a final foi ganha pelo Instituto, com uma vitória que se saldou por um histórico 7-0. O cultivar do espírito da Jacarezada é no fundo a ideia de que não é graças a um ou dois valores individuais que se consegue vencer um desafio. Têm que ser todos, o grupo, a consegui-lo. Não interessa ser *Jacaré* e *Perdigão* também não, porque todos os alunos têm que ser *IPE*. Esse é o cerne do grito do Instituto e é por essa razão que a Jacarezada continua a ouvir-se com a mesma força anímica nos momentos altos da escola para estimular o espírito de corpo pilónico.¹¹⁶



Fotografia n.º 163

A origem do Grito de Guerra do Instituto

¹¹⁴ Ver Currito, Gastão – “Analisando o Desporto ‘Pilónico’” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 10, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1958, p. 9.

¹¹⁵ Cf. Redacção do Boletim da APE – “Actividades Desportivas do I.T.M. dos Pupilos do Exército” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 22, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1961, p. 19.

8. O CARTOLAS

“Os sonhos das crianças pequenas são muitas vezes realizações inocentes.”

*Sigmund Freud*¹¹⁷

Abordar o significado subjacente a esta tradição, é ir ao encontro das fantasias e dos temores infantis da tenra juventude dos pequenos Pupilos, numa tradição que subsiste há várias décadas, ainda que nem sempre com a mesma intensidade ou divulgação entre a comunidade estudante. A história do Cartolas também não foi sempre a mesma, pelo que adoptamos aqui uma das aproximações possíveis. Posto isto, o *Cartolas* é no senso comum dos costumes pilónicos, um fantasma com 12 anos. E assim tem permanecido ao longo dos tempos da escola, porque como sabemos, os fantasmas não envelhecem. Entre antigos e actuais alunos do IMPE, as opiniões não são consensuais sobre a verdadeira história do Cartolas, mas é possível traçarmos as linhas mestras daquilo que é o seu significado, perfazendo um equilíbrio sobre aquilo que é, no fundo, o Cartolas “de sempre”.¹¹⁸

Tudo terá tido início com a sua vinda para o Instituto, em grande parte, como resultado da tradição militar do seu pai, que era um Sargento, falecido ao serviço da Pátria. A sua mãe, em gesto análogo a tantas outras opções de famílias de então, terá inscrito o jovem candidato e este, após prestar provas, conseguiu entrar na “*Casa tão bela e tão ridente*”. A entrada do jovem Pupilo no Instituto foi semelhante a todas as outras que foram experimentadas pelos demais alunos, naquele tempo e mesmo nos mais recentes. Após a necessária explicação de onde ficava a sua Companhia, o novo elemento dirigiu-se ao fundo do corredor do edifício, para levantar os cabides e os cobertores, sendo que foi apenas a seguir a isso que se deslocou à rouparia, para ir buscar a farda e as restantes peças do uniforme dos Pupilos do Exército.¹¹⁹

A sua mãe, que por força das circunstâncias era agora a chefe de família, ajudou-o a arrumar o armário, a fazer a cama e a vestir a farda. Deu-lhe os necessários conselhos para a novo desafio que o jovem estudante tinha que enfrentar, recordou-lhe o exemplo do pai e depois, almoçaram juntos no refeitório com todos os novos alunos e familiares que desejaram participar nesse convívio. Nesse primeiro dia, a comida até pareceu ser boa para o paladar do Cartolas. Depois da despedida da

¹¹⁶ Cfr. Duarte, Nuno; Luis, Pedro e Cunha, Carlos – “A ‘Jacarezada’ nasceu...”, *op. cit.*, p. 5.

¹¹⁷ Cfr. Freud, Sigmund – *A Interpretação dos Sonhos*, Vol. I, Pontinha, Pensamento, 1988, p. 131.

¹¹⁸ Ver o interessante e curioso artigo dos Alunos do 5.º A de 1999/2000 – “Cartolas conta a sua verdadeira história” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 10.

¹¹⁹ Cfr. as semelhanças dos procedimentos, por exemplo em Mendes, Vitor Manuel Neves Feres – “O Meu Primeiro Dia no I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 1, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1985, p. 8.

mãe, o novo aluno foi com os outros jovens Pilões para o ginásio jogar e conviver. À tardinha, depois de ter estado entretido durante todo o resto do dia, foi a vez de um dos novos substitutos dos seus pais, um Aluno Graduado, ir mostrar as instalações do Instituto de ponta a ponta.¹²⁰

Com a chegada da noite, já na camarata e ainda que acompanhado pelos seus outros *camaradas* (ou *colegas*, porque ainda não fazia bem a distinção dos termos de uma gíria castrense a que a partir de agora se começaria a habituar), sentiu pela primeira vez nos Pupilos do Exército, verdadeiramente, a solidão. O Cartolas estava com um nó na garganta e tinha o pressentimento nervoso de que, principalmente a partir daí, tinha que se desembaraçar sozinho. Diz-se que a primeira aula que teve foi de carpintaria, numa oficina tão grande que mais parecia um armazém. Era bem equipada, com mesas para os alunos trabalharem e muitos instrumentos, sendo que a maioria dos quais, os novos estudantes não faziam a mínima ideia para que serviam. Sem saber ainda o que fazer, o Cartolas ouvia com atenção o Mestre, que dizia: “*Lá fora há algo que te espera, podes não estar preparado e ser apanhado pela tempestade. Por isso e não só, luta! Foi a pensar em ti, Pilãozinho!*”.¹²¹

Talvez pela curiosidade com que todos estavam relativamente àquelas ferramentas, os novos Pupilos foram avisados para não brincarem e terem cuidado com o material, pois era pesado e podiam-se magoar. O mestre das oficinas terá afirmado que iriam aprender a fazer móveis e que, mais tarde, podiam seguir essa profissão se tivessem jeito e se gostassem. Não demorou muito tempo para o Cartolas descobrir que o Instituto dispunha de outras oficinas, tais como encadernação e serralharia. Soube também que estas oficinas existiam para preparar os alunos para trabalharem quando fossem adultos, já que muitos deles eram órfãos de guerra. Ouvia falar de uma coisa que era o “*trabalho prático e positivo*”, mas não percebia ainda muito bem o que significava.¹²²

Para o Cartolas, tudo era novo e estranho quando comparado com as suas experiências anteriores. Achou até que o ensino teórico era muito avançado. Uma das coisas que o fazia ter essa opinião, foi a de ver um modelo giratório para explicar os movimentos da Terra. Mas havia outras preciosidades que o deixavam cheio de curiosidade. Por exemplo, na Sala de Ciências existiam animais embalsamados e outros conservados em formol, assim como cartazes diversos e ainda um modelo do corpo humano dentro de um armário, que aos olhos do Cartolas, era horrível e metia

¹²⁰ Ver as opiniões de dois alunos (Otelo e Tiago) em Redacção da Revista *Querer é Poder* – “As primeiras impressões dos nossos primeiros alunos” in *Querer é Poder*, n.º 5, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1985, pp. 30 e 31, bem como Pereira, Pedro – “O meu primeiro dia no Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 5.

¹²¹ Cfr. Pasadas, David – “Recordações” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986, p. 12.

¹²² Sobre o trabalho como um dos elementos no campo do dever para com a Pátria, no contexto da génese do Instituto, ver Pinto, Paulo Mendes – “O Culto à Pátria no Internato Republicano...”, *op. cit.*, pp. 6 e 7.

medo. O medo reaparecia quando anoitecia, porque o “antigo mosteiro encontrava o silêncio de pretéritas épocas, em que os monges percorriam de pés descalços, mudos como sombras, as sumidas lages dos vastos corredores, polidas por sucessivas gerações”.¹²³

Uma das aulas de que o Cartolas mais gostava era a de Taquigrafia, que era um sistema mais rápido de escrever, mas que ele achava engraçado sobretudo porque os símbolos mais pareciam um código secreto. Sabe-se também que quando o Cartolas entrou no Instituto, a farda tinha acabado de mudar e a que os alunos agora usavam, já era bastante parecida com a actual. Enquanto não se habituou, achou a vida nos Pupilos do Exército muito rigorosa e cansativa, essencialmente por causa da instrução militar e das muitas horas de aulas. Era um aluno razoável, talvez um pouco traquina, embora tenha feito a sua vida calmamente, e passado sempre as provas que se colocaram perante ele. “Até que um dia...”¹²⁴

Estava-se no Inverno. Era um dia de frio atroz e muito chuvoso. O céu estava escuro e de quando em quando era rasgado por um relâmpago, que fazia estremecer os muros da escola. O Cartolas já tinha tido Matemática, Carpintaria e Ciências, tendo-se ido equipar para a Actividade Circum-Escolar de Equitação. Dirigiu-se à Cavalaria, onde já estava o professor a preparar os arceios e, após a apresentação formal, foi-lhe dada a ordem de montar que cumpriu de pronto. Conta-se que o cavalo era de raça Lusitana, branco e com as patas castanhas. Na verdade, parece que o Cartolas nunca tinha montado aquele cavalo, embora soubesse que era um animal bastante nervoso e assustadiço.¹²⁵

Por essa razão e porque o cavalo parecia um pouco agitado, o jovem aluno montou-o com algum receio, tendo realizado uma volta a passo e duas a trote, onde tudo correu bem. Por entre os corredores do Instituto, conta-se que foi a meio da primeira volta a galope que se ouviu, de repente, o estrondo de um fortíssimo trovão. O cavalo borregou, isto é, não obedecia às ordens do Cartolas e, subitamente, levantou as patas dianteiras e o jovem aluno desequilibrou-se, caindo sem amparo. Sabe-se que, no momento seguinte, o animal pisou-o. Sussurra-se que o Cartolas ainda terá ouvido gritarem por ele, mas que depressa se terá sentido leve como uma pena, olhando para baixo e visto o próprio corpo estendido no chão.¹²⁶

¹²³ Cf. Cabral, Alexandre – *Malta Brava...*, *op. cit.*, p. 10.

¹²⁴ Cf. Alunos do 5.º A de 1999/2000 – “Cartolas conta a sua...”, *op. cit.*, p. 10.

¹²⁵ O Cartolas é também presença assídua em outras tradições do Instituto, especialmente naquelas que são típicas da época do Carnaval. É bastante comum verem-se alunos mascarados de Cartolas, seja no *Enterro* ou na *Récita*. Ver, por exemplo, Correia, Vando – “O Enterro de Carnaval de 2002/2003” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 9.

¹²⁶ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “História e Tradições do IMPE (Sessão de esclarecimento aos novos alunos [por David Sequerra])” in *Querer é Poder*, n.º 5, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1985, pp. 32 e 33.

Nesse instante percebeu tudo: estava morto e era agora um fantasma. A partir daí tornou-se numa lenda do Instituto. Antigos e actuais alunos dizem que o Cartolas é um fantasma que vive triste, sobretudo porque não tem amigos, pelo menos na sua *exacta dimensão*. Parece que a sua única distração é espreitar os alunos, pregando-lhes partidas engraçadas e, quando está para lá virado, assustando-os mesmo. De noite, o Cartolas vagueia solitário a pensar na sua vida terrena e como ela podia ter sido diferente e mais alegre. Nunca se sabe quando ele volta para fazer uma visita declarada aos alunos e como isso acontecerá. O único que sabe é o próprio Cartolas, mas ele não diz.¹²⁷

De geração em geração, o Cartolas tem sido uma companhia assídua dos alunos mais novos, especialmente nos primeiros tempos da sua frequência no Instituto. Com o passar dos tempos na escola, o Cartolas tende a aparecer cada vez menos aos estudantes, seja porque estes já não temem a sua presença, seja porque estes *deixaram de fantasiar tanto como o faziam* quando eram mais crianças. Mesmo assim, os alunos mais velhos contam as diversas histórias do pequeno fantasma aos novos estudantes, na ideia de que estas sejam úteis perante um encontro inesperado com o próprio, e de que estas também sejam contadas, posteriormente, aos futuros pilões. E isto acontece porque o Cartolas viverá para sempre nas memórias de cada Pupilo, na imagem ténue do pequeno rapaz à procura de um futuro melhor e que ali, naquela Casa, encontrou uma outra família, que o acolheu tanto na vida como na morte, num justo sinal de que a verdadeira amizade pilónica não tem fronteiras. Nem de espaço, nem de tempo.¹²⁸

¹²⁷ O Cartolas é também "*uma história mágica*" com "*aventuras misteriosas e de perigos*", muitas vezes empolada pelos filmes e livros recentes que os alunos lêem, entre esses, o de um personagem muito habituado a estas andanças: Harry Potter. Cfr. Rowling, J. K. – *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, 2.ª Edição, Trad. de Isabel Fraga, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 322.

¹²⁸ No Carnaval de 1995/96 o Cartolas também esteve presente. Oportuno ver Ferreira, Alexandre – "O Carnaval no Pilão e as suas tradições" in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996, p. 12.



Fotografia n.º 164

O Cartolas, numa das suas raras aparições ao vivo¹²⁹

¹²⁹ Representado ao centro na fotografia por um aluno finalista.

9. O ENTERRO

“Mas não é caso para azedumes. Tudo isto não passa de uma brincadeira.”

*Pedro Morais*¹³⁰

O Enterro é uma das tradições pilónicas características da época do Carnaval, onde é costume prestarem-se cerimónias fúnebres próprias a dois (ou mesmo três) “defuntos”, escolhidos criteriosamente pelos alunos do 9.º ano, que é o ano escolar responsável pela organização do evento. Os “defuntos”, ou melhor, as “vítimas”, são normalmente professores ou militares por quem os alunos não nutrem um carinho muito especial, como consequência do quotidiano no Instituto e sobretudo por não os identificarem com a cultura própria do Instituto. No fundo, pode mesmo dizer-se que se trata de elementos cuja socialização com os restantes actores sociais, não foi bem conseguida ou que ainda está a efectivar-se, mas que, de todo, “*não vai a bom ritmo*”.¹³¹

Os trabalhos anteriores ao enterro são normalmente realizados à noite, fora de horas e às escondidas, para não estragar a surpresa de se saber quem são os “*ilustres contemplados*” para tão mediático funeral. A existirem dúvidas sobre quem serão os “defuntos”, procede-se então a uma votação sobre os candidatos que se apresentam melhor posicionados “*para o castigo*”. Todo o evento é rico em símbolos, em fantasmas (por vezes também, inclusivamente, em Caça Fantasmas), em adereços e em trajes, pelo que todos os alunos intervenientes tem tarefas distribuídas em prol de um mesmo cenário final. Os próprios “defuntos” são representados por alunos, pelo que estes treinam muito bem quais os tiques e as maneiras características deles, *exactamente no sentido de serem o mais parecidos possível com as personagens que vão representar*.¹³²

A “*cerimónia religiosa*” é realizada à noite e é todo um corolário de risotas. Claro que ninguém gosta de “*ir para a cova*”, pelo que os elementos não brindados com o seu próprio funeral, têm um gozo danado ao contemplar o riso mais ou menos “*amarelo*” dos atingidos, cujas maroteiras na terra pilónica são contadas pelos chefes da cerimónia e gritadas em convulsivo choro por um coro de carpideiras, composto pelos alunos que integram a multidão (alunos mais modernos que os alunos do 9.º ano). A direcção da cerimónia está a cargo de um “Bispo” de mitra e báculo (com seus

¹³⁰ Cfr. Morais, Pedro – “O Carnaval no IMPE. O Enterro” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 7.

¹³¹ Ver *Idem*, p. 7.

¹³² Por exemplo, sabemos que no Enterro de 2002/2003 “A ‘Perfumaria Simões’ foi representada pelo aluno Hugo Rodrigues, n.º 6; O Tenente ‘Mitra’ foi representado pelo aluno Amândio Silva, n.º 822 e a ‘Miss Mediateca Gama’ foi muito bem representada pelo aluno Vando Correia, n.º 293.” Cfr. Correia, Vando – “O Enterro de Carnaval de 2002/2003” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 9.

"acólitos"), do Chefe dos Guardas e dos próprios Guardas que conduzem a "*multidão das carpideiras*", orientando através de altifalantes o seu respectivo "*choro*".¹³³

Com a assistência composta por professores, militares e civis da Casa, para uma maior imponência, a cerimónia decorre à luz de velas e archotes. Ao som de música fúnebre, efectua-se uma procissão que tem início na parada inferior da 1.ª Secção e termina na parada superior, junto ao ginásio. No "*préstito*" incorporam-se as "*padiolas*" com os alunos que representam os "*defuntos*" (ou os bonecos que os representam), sendo que no meio do trajecto e junto ao edifício das Companhias, efectua-se o "*banho da purificação*". Resta referir que este banho consiste no bombardeamento do cortejo com volumosos sacos de plástico com água, que atirados das janelas são verdadeiras "*bombas*" ou "*trombas de água*" que ninguém pouparam. Depois de terminado o Enterro, a tradição pilónica carnavalesca que se segue é a Récita de Carnaval. Esta tende a realizar-se pouco tempo depois, o tempo suficiente para muitos dos alunos mais modernos se secarem, os estudantes do 12.º ano prepararem o evento e os restantes alunos e convidados se concentrarem no ginásio, local da sua realização.¹³⁴



Fotografia n.º 165

Os preparativos do Enterro

¹³³ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – "O Carnaval no I.M.P.E." in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992, pp. 31 e 32.

¹³⁴ Cfr. Duarte, Jorge – "A Récita do 12.º Ano" in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 8.



Fotografias n.º 166 e 167
Os "sacerdotes" do Enterro

10. A RÉCITA DE CARNAVAL

“Os equipamentos de som, bem como de luzes, importantes para a realização da nossa récita foram amavelmente cedidos pela Rádio-Televisão Portuguesa, que de resto foi incansável na ajuda que nos prestou. (...) Foi com alegria, risos e música, que foram criticadas certas situa es do nosso dia a dia. (...)”

Para o ano que vem, outros alunos finalistas do ensino secundário organizarão novo espectáculo onde a crítica alternar  com o riso e as situa es verídicas com a imagina o delirante dos autores, sempre em busca duma piada bem humorada mas...demolidora”

*Rui Martins e Ricardo Augusto*¹³⁵

Como tradi o que  , a Récita de Carnaval dos alunos do Instituto ocupa um papel de grande importância na vida do IMPE. Elaborada com o intuito de retratar e criticar alguns dos actores sociais da escola (desde os Oficiais e Sargentos, aos Professores e demais funcionários civis, incluindo ainda os próprios alunos), este evento que tem um tema próprio escolhido em cada edi o,   organizado pelos estudantes do 12.  ano e recria de forma c mica, alguns dos factos ou acontecimentos característicos dessas individualidades e da própria Institui o.¹³⁶

De forma alegre, salutar e respeitosa, os alunos do 12.  ano de escolaridade, auxiliados por estudantes de outros anos escolares (mais modernos e mais antigos), apresentam   plateia presente, diversas peças teatrais onde está patente a sua opinião sobre diversos assuntos que marcam a vida do IMPE, sobre a personalidade das pessoas que nele trabalham e sobretudo, a forma como essas pessoas trabalham com os alunos.¹³⁷ A Récita de Carnaval   assim um ritual de inversão, durante o qual alguns elementos da estrutura social interna são impunemente criticados. Se nas palavras de Burke, podemos dizer que este evento   como uma “válvula de segurança” para os estudantes, utilizando então a perspectiva de Lassels, diríamos que a Récita serve para os alunos aliviarem “os

¹³⁵ Cfr. Martins, Rui e Augusto, Ricardo – “Récita/91” in *Querer   Poder*, n.  22, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991, pp. 33 e 34, bem como Silva, Joel e Silva, Ricardo – “O Carnaval no IMPE. A Récita” in *Querer   Poder*, n.  47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 7.

¹³⁶ Cfr. Reda o da Revista *Querer   Poder* – “O Carnaval no IMPE” in *Querer   Poder*, n.  25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1992, pp. 31 e 32. Refira-se que em 1938, havia a tradi o da Récita, mas esta realizava-se no fim do ano lectivo. Com efeito, “Era já pelo tempo quente, por Junho.   noite, ‘artistas’, ensaiadores, maestro M ntua e ‘críticos’, estavam em plena actividade. (...) O ensaiador principal era o nosso estimado Director, Coronel João Tamagnini e o crítico principal um dos maiores Amigos, o Tenente-coronel  scar de Freitas”. Cfr. Prata, Rogério – “Dos Claustros da ‘1. ’ ao Ginásio da ‘2. ’” in *Boletim da Associa o dos Pupilos do Exército*, n.  39, Lisboa, Associa o dos Pupilos do Exército, 31 de Março de 1966, p. 11.

¹³⁷ Ver Reda o da Revista *Querer   Poder* – “História e Tradi es do IMPE...”, *op. cit.*, pp. 32 e 33, e ainda Duarte, Jorge – “A Récita do 12.  Ano...”, *op. cit.*, p. 8.

*seus espíritos, reprimidos durante todo o ano, e possam assim estar prontos para enfrentar a seriedade e a melancolia”.*¹³⁸

A plateia é constituída não só por alunos e antigos alunos, mas também por militares e civis do Instituto, marcando presença habitual neste evento, a Direcção, vários Professores e os Comandos do Corpo de Alunos e das diversas Subunidades do Batalhão Escolar. O lugar tradicional para a sua realização é o Ginásio da 1.ª Secção do IMPE, pelo motivo de poder albergar o número elevado de pessoas que sempre pretendem assistir ao espectáculo e ainda de proporcionar os meios técnicos indispensáveis para a sua realização.¹³⁹

Ao escarnecer, ao criticar, ao apontar e ao desnudar certos aspectos do quotidiano do Instituto, quer de uma forma séria ou cómica, a Récita de Carnaval ganha um estatuto de tribunal oficioso anual, onde os alunos julgam esses mesmos aspectos e o Instituto por si próprio, com a intenção maior de tentar melhorar as condições existentes, sendo que relembram e renovam os ideais pilónicos, exactamente no sentido de fortalecer os laços de camaradagem e de espírito de corpo.¹⁴⁰

Realizada após a 3.ª refeição do dia, a Récita de Carnaval é o começo de uma noite única no ano lectivo dos alunos do IMPE. De facto, quando esta termina, é chegada a hora do dispersar aos seus destinos e, aproximadamente uma hora depois do fim deste evento, dá-se início a uma outra tradição sobejamente conhecida no Instituto: a Batalha Campal. Mas como manda a tradição pilónica que à Batalha Campal apenas podem assistir o Oficial/Graduado de Dia e o pessoal médico de apoio, aquando do terminus da Récita de Carnaval, as pessoas que estiveram presentes nesse evento, são informadas da situação, por forma a que se possa proceder sem atrasos significativos ao início dessa outra tradição pilónica.¹⁴¹

¹³⁸ Burke refere o exemplo da República Veneziana, que nos séculos XVI e XVII foi muito admirada pelos estrangeiros pela estabilidade do seu sistema político e social. Entre outras vertentes que o autor alude, este também afirma que o governo veneziano oferecia circos e rituais públicos à população. Estes rituais incluíam o Casamento do Mar no Dia da Ascensão e também, o Carnaval, que funcionava exactamente como “*uma válvula de segurança, como os rituais zulus descritos por Gluckman. Além disso, era permitido aos pescadores de Veneza eleger o seu próprio doge, que era solenemente recebido e beijado pelo verdadeiro doge, um ritual cuja função era convencer o povo de que participava num sistema político do qual estava realmente excluído*”. No que concerne a Richard Lassels, o seu entendimento deriva da observação directa de um carnaval romano no século XVII, que Peter Burke utiliza para fundamentar melhor o seu enquadramento à questão da “*válvula de segurança das rebeliões ritualizadas*”. Cfr. Burke, Peter – *Venice and Amsterdam*, London, Temple Smith, 1974 e Burke, Peter – *Sociologia e...*, *op. cit.*, pp. 40 a 42.

¹³⁹ Ver Martins, Luís – “Récita de Carnaval 1999/2000” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 8 e Duarte, Jorge – “A Récita do 12.º Ano” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 8.

¹⁴⁰ Cfr. Vargas, Carlos – “As brincadeiras de Carnaval ou o Carnaval... por dentro” in *Querer é Poder*, n.º 10, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Abril de 1987, p. 5 e Redacção da Revista Querer é Poder – “Récita 2005” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 14.

¹⁴¹ Cfr. Santos, António – “Batalha Campal” in *Querer é Poder*, n.º 2, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1985, pp. 28 e 29.

Mesmo assim, por vezes não é fácil demover algumas vontades, com curioso destaque para alguns dos antigos alunos, que embora sabendo as regras da Casa, ficam sempre esperançosos de poder assistir à tradicional Batalha dos alunos. Mas porque a tradição é rígida na exigência de que apenas podem assistir as entidades acima mencionadas, normalmente esta cumpre-se, a bem da continuidade “*da sua própria sobrevivência*”.¹⁴²



Fotografias n.ºs 168 e 169

Aspectos da Récita de 1939 e da Récita de Carnaval/2006

¹⁴² Cfr. Rosado, David – “Pupilos do Exército: Tradição e Modernidade...”, *op. cit.*, p. 41.

11. A BATALHA CAMPAL

*“Está na nossa mão a transmissão destes valores e o modo como o fazemos.
O Pilão há dez anos era diferente como o era há vinte e por aí fora.
É natural que tenha acompanhado o evoluir da sociedade, pois que a nossa
realidade actual será sem dúvida diferente da realidade 'antiga'.”*

*André Luz*¹⁴³

Esta é uma das tradições pilónicas mais curiosas do Instituto. Tendo já atravessado diversas gerações de antigos alunos, ainda continua a guardar um significado muito especial por tudo o que a mesma representa. A sua pouquíssima divulgação em fontes escritas é também sinal do seu secretismo característico, que apenas dá lugar à passagem de boca em boca, de geração em geração. Ora, da mesma forma que na Récita de Carnaval os alunos aproveitam para criticar de uma forma divertida o quotidiano do Instituto (servindo esse evento festivo para descomprimir um pouco da pressão da sua vida académica e militar), por seu lado, a Batalha Campal tem como objectivo principal, a desforra dos alunos mais novos perante os alunos mais velhos, de todas as praxes académicas que anteriormente tiveram lugar.¹⁴⁴

Os preparativos para a Batalha Campal começam bem cedo, logo no início da semana carnavalesca. Todos os alunos, mais modernos e mais antigos e que tenham a condição de *oriundos* (pois nesta tradição não participam alunos que tenham entrado apenas para a frequência dos Cursos Superiores), preparam as suas *“armaduras e restante armamento”*, que desde *“mocas”* a *“escudos de protecção”*, tudo vale para melhor se defenderem naquele que é um combate curto no tempo, mas do qual *“saem sempre um ou dois um pouco abatidos”*.¹⁴⁵

As mocas são feitas de lençóis ou toalhas, que molhados e enrolados sobre si mesmos, são depois deixados a secar, até ficarem o mais rígidos possível. Por seu lado, para as armaduras e os escudos de protecção, tudo é permitido por forma a conferir a melhor defesa aos alunos participantes. Assim, desde simples almofadas a servir como escudos, até mesmo conjugações de materiais plásticos a fazerem lembrar a infantaria e a cavalaria medievais, tudo é possível de encontrar nos momentos desta Batalha. Sendo certo que à Batalha Campal apenas podem assistir o Oficial/Graduado de Dia e o pessoal médico de apoio, mesmo assim, temos que referir que há

¹⁴³ Cfr. Luz, André Filipe Batista – Editorial” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, p. 3.

¹⁴⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “História e Tradições do IMPE...”, *op. cit.*, pp. 32 e 33

¹⁴⁵ Ver Santos, António – “Batalha Campal...”, *op. cit.*, p. 29.

sempre elementos (sejam professores, militares e sobretudo antigos alunos) que se esforçam por conseguir um lugar para espreitar esta interessante tradição dos alunos.¹⁴⁶

Na Batalha Campal, os alunos das Companhias mais modernas ficam do lado esquerdo de quem está posicionado nas bancadas viradas para a parada inferior da 1.ª Secção, sendo que os alunos da Companhia participante mais antiga se posicionam no respectivo extremo direito. Nos três assaltos¹⁴⁷ dos quais se constitui a Batalha, “*juntam-se grupos contra outros grupos rivais ou mesmo indivíduos contra indivíduos*”. A ordem de assalto é dada pelo Aluno Comandante de Batalhão, através de meios sonoros adequados, que gere também o tempo de cada um deles (que embora curto, parece sempre muito longo para quem está dentro do campo da Batalha).¹⁴⁸

Todavia, é de ressaltar que se antes a Batalha Campal era vista de uma forma muito séria de ambos os lados da parada, porque era uma forma real de se promoverem as desforras pela praxe existente ao longo do ano lectivo, a verdade é que a Batalha perdeu com o tempo muito desse entendimento, sobretudo porque a praxe académica existente nos dias de hoje, só de muito longe pode ser comparada àquilo que foi outrora no Instituto. Assim, a tradição da Batalha Campal subsiste, mas isso acontece apenas para suscitar a valentia e a coragem de todos os alunos que nela participam, não sendo permitidos superiormente excessos de qualquer ordem, mas sobretudo porque o controlo social interno imposto pelos próprios alunos, com destaque para os Alunos Graduados, é claramente desfavorável para atitudes que possam manchar o “*código de honra*” que assiste à *Malta Brava*. Como disse Carlos Neves num seu Editorial na Revista *Querer é Poder*, “*as coisas mudaram (...) para bem melhor*”.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Com efeito, nos anos em que o muro que resguardava a parada inferior da 1.ª Secção era mais baixo que o actual, era relativamente fácil conseguir-se uma dessas espreitadelas. Actualmente, esse muro é muito mais alto, como consequência das modificações realizadas no espaço posterior pela passagem da Avenida General António Xavier Correia Barreto. Mesmo assim, há sempre quem tente a sua sorte no alcance desses objectivos, aliás, “*ideias não faltam para isso*”. Oportuno ver Velez, Fernando – “O Muro” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, p. 27.

¹⁴⁷ Cada um dos blocos de alunos avança rapidamente para enfrentar o outro.

¹⁴⁸ Cfr. Santos, António – “Batalha Campal...”, *op. cit.*, p. 29.

¹⁴⁹ Cfr. Neves, Carlos Miguel Lino – “Optimismo e Esperança” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996, p. 3.





Fotografias n.º 171 e 172

Durante e depois da Batalha Campal. A recordação da *“bravura em combate”*¹⁵⁰

¹⁵⁰ Na foto inferior, um dos alunos ostenta um exemplar do antigo Guião do Instituto.

12. O VIRAR DA CAMA

*“Um professor da Escola de Brienne falava nos seguintes termos a um aluno:
‘É muito tímido, meu caro amigo... Não possui energia suficiente para vencer na vida...
Não serve para o Exército, nem tão pouco para a Administração.’”
O aluno a quem esse professor se dirigia chamava-se... Napoleão Bonaparte ¹⁵¹*

Esta tradição consiste em virar a cama dos estudantes e acontece usualmente quando um Aluno Graduado verifica, na passagem em revista, que uma cama está mal feita ou feita de modo desleixado e sem aprumo. Embora actualmente esta tradição esteja a cair em desuso, ela consiste essencialmente em virar o colchão de esponja, com os lençóis e cobertores dessa cama, de modo a que o conjunto fique invertido. Serve essencialmente para *“motivar os alunos menos aprumados”* a empenharem-se mais nos deveres que lhes são inculcados e, na situação em particular, no estado em que deixam a sua cama pronta com vista à revista formal que é levada a cabo pela *“disciplina rígida”* dos Alunos Graduados.¹⁵²



Fotografia n.º 173

Fazer a cama diariamente

¹⁵¹ Cfr. Redacção da revista *Querer é Poder* – “Profecias que não se realizaram” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988, p. 24.

¹⁵² Ver Cruz, Carlos – “Página do Graduado. Valeu a pena?” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988, p. 23.

13. A TROCA DE GRADUAÇÕES

“É o tempo das brincadeiras e das experiências à revelia das ‘normas’.”

*Fernanda Damas Cabral*¹⁵³

Podemos dizer que a Troca de Graduações é uma tradição mais ou menos recente do IMPE. Com efeito, embora na época de Carnaval fosse frequente desde há alguns anos o costume da troca de graduações entre alunos e sobretudo o uso de insígnias de postos militares por parte desses, contudo, enquanto tradição corrente e formal no Instituto, não era comum assistir-se a este tipo de iniciativa. Esta tradição, que não tem que ser forçosamente efectivada na época do Carnaval (pode ser noutro momento do ano lectivo), consiste no seguinte: durante um dia, os Alunos Graduados trocam as suas graduações entre si e mesmo entre os restantes alunos, sendo que, inclusivamente, invertem as posições dos emblemas que envergam nos seus uniformes.¹⁵⁴

A troca tenta ser o mais engraçada possível. Assim, é realizada de modo a calhar entre os alunos de graduação mais baixa e os de graduação mais elevada. Por exemplo, normalmente é o aluno “*Batalhãozinho*” aquele quem fica com a missão de envergarm as platinas do Aluno Comandante de Batalhão, o cargo mais elevado na hierarquia de Alunos Graduados. Esta tradição é encarada pelos alunos como um dia divertido, que tem como objectivo principal descomprimir os alunos da rotina e da pressão do quotidiano. Trata-se sobretudo de um dia destinado a reforçar o espírito pilónico entre os alunos e também para demonstrar aos estudantes mais jovens que o facto de envergarm as insígnias de Aluno Graduado, acarreta muitas responsabilidades aos estudantes que as usam, ou seja, desafios nem sempre fáceis de ultrapassar no “*comando respeitante à sua graduação*”.¹⁵⁵

Face ao exposto, no dia da Troca de Graduações não é de estranhar ver um aluno mais novo à frente dos Pelotões e das Companhias de Alunos. Dada a natureza e o cariz engraçado da tradição, não é de estranhar também que os militares e civis que prestam serviço na Escola encarem com o melhor desportivismo a conjuntura interna especial desse dia, até porque se “*o Instituto contém tradições acumuladas*”, a verdade é que “*cada geração as interpreta, respeita e, simultaneamente, procura enriquecer*”.¹⁵⁶

¹⁵³ Cfr. Cabral, Fernanda Damas – “Nota ao Leitor” in Cabral, Alexandre – *Malta Brava...*, *op. cit.*, p. IV.

¹⁵⁴ Cfr. observação directa com o Sr. Professor Fernando Velez, em 03 de Novembro de 2005.

¹⁵⁵ Cfr. Alexandre, Tiago – “Escola de Graduados e Cerimónia de Imposição de Insígnias” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 5.

¹⁵⁶ Cfr. Correia, David José Barroso – “Evolução e Tradição” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997, p. 3.

14. A IMPOSIÇÃO DOS LAÇOS DE FINALISTAS

“O sentimento, o orgulho, a esperança no futuro, os abraços e o carinho daqueles que são a verdadeira 'alma Pilónica', ficaram registados e bem vinculados em cada momento da 'imposição dos Laços'”

Nelson Barbosa ¹⁵⁷

Esta é uma tradição que ocorre no início de cada ano lectivo, no Anfiteatro da 2.ª secção do Instituto. Consiste na imposição dos Laços aos alunos finalistas e é presidida pelo Director do Instituto. A cerimónia tem normalmente uma assistência composta por militares e civis que prestam serviço na Escola, assim como diversos familiares e amigos. Iniciada com uma breve alocução do Director do IMPE, que pronuncia algumas palavras de felicitações e encorajamento aos alunos finalistas, este costume continua depois com um pequeno discurso de um dos alunos finalistas, que recai normalmente num dos Alunos Graduados mais antigos, preferencialmente no Aluno Comandante de Batalhão.¹⁵⁸

Em seguida, de acordo com os Cursos Superiores que estão a frequentar, são distribuídos aos alunos os Laços que, com as suas cores características, identificam o Curso Superior do qual são finalistas. Vivem-se momentos de satisfação pelo caminho académico percorrido e encetam-se desejos de que as metas que se aproximam sejam ultrapassadas com o mérito merecido, exactamente no sentido de que esse seja o ano lectivo em que darão o passo definitivo para a entrada na vida profissional ou, em alternativa, no ingresso numa das Universidades para alcançar outros graus académicos.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Cfr. Barbosa, Nelson – “Imposição dos ‘Laços’ aos Alunos Finalistas” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 9.

¹⁵⁸ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “entrega de Laços aos Finalistas” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986, p. 3 e Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Cerimónia de Imposição de Laços” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988, p. 3.

¹⁵⁹ Cfr. Serrano, António – “O Laço” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994, p. 8.



Fotografias n.º 174, 175 e 176

A Imposição dos Laços e o discurso do representante dos novos Finalistas

15. A IMPOSIÇÃO DE INSÍGNIAS AOS ALUNOS GRADUADOS

“Estamos aqui hoje com o mesmo respeito, honra e postura que os outros que nos antecederam, já há algumas décadas. (...) Este formalismo repetido ao longo de gerações, no cumprimento da tradição que remonta aos primeiros anos de vida do instituto, tem o significado especial de conferir aos alunos escolhidos a responsabilidade de aceitarem assumir o encargo e compromisso de colaborarem na gestão pedagógica e didáctica desta sua Escola.”
*Tenente-Coronel CMD Orlando Milharadas*¹⁶⁰

Esta cerimónia ocorre tendencialmente no último dia da Escola de Graduados, exactamente no sentido de que quando se iniciar o novo ano lectivo, os alunos não graduados já sejam recebidos pelos seus companheiros graduados, convergendo estes últimos nos seus uniformes, as insígnias relativas ao seu cargo. Contudo, já houve momentos em que a cerimónia decorreu em tempo lectivo.¹⁶¹ Com o formalismo repetido ao longo de gerações e cumprida a tradição que remonta aos primeiros tempos de vida do Estabelecimento, os alunos escolhidos para as funções de comando e após frequência da Escola de Graduados, aceitam publicamente assumir o encargo e a responsabilidade de colaborar na gestão da Escola.¹⁶²

Em formatura de parada ou num outro lugar do Instituto escolhido para este efeito (por exemplo, o Anfiteatro da 2.ª Secção ou Sala de Exposições), estão normalmente presentes nesta cerimónia a Direcção do Instituto, representantes da APE, representações de militares, professores, funcionários civis e familiares dos novos Alunos Graduados. Há lugar para uma alocução proferida pelo Comandante de Corpo de Alunos, sendo que depois os novos Alunos Graduados lêem o Termo de Compromisso pelo qual assumem respeitar a sua função, aceitando empenharem-se e servirem de exemplo e de guias para os outros estudantes. Seguidamente recebem as insígnias relativas à função

¹⁶⁰ Ver o discurso deste antigo Comandante do Corpo de Alunos do IMPE, presente em Milharadas, Orlando Jorge – “Cerimónia de Imposição de Insígnias aos Alunos Graduados” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 6.

¹⁶¹ Cfr. Alexandre, Tiago – “Escola de Graduados e Cerimónia de Imposição de Insígnias” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 5.

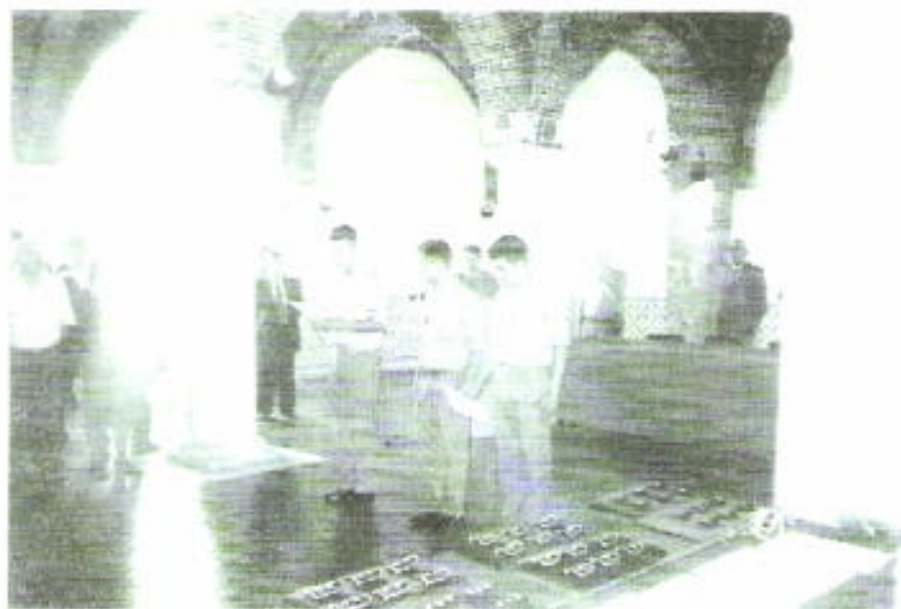
¹⁶² Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Imposição de Insígnias” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, p. 5 e Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Imposição das Insígnias aos Alunos Graduados do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 5, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1985, pp. 21 e 22.

para que cada um foi investido, terminando a cerimónia com um discurso do Aluno Comandante de Batalhão.¹⁶³



Fotografia n.º 177

A Imposição de Insignias



Fotografia n.º 178

A leitura do Termo de Compromisso

¹⁶³ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Imposição de Insignias” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 5.



Fotografias n.º 179 e 180

O novo AlunoCmndtBat lendo o seu Termo de Compromisso
e discursando, respectivamente

16. OS BAILES DO INSTITUTO

“Após o jantar e as formalidades da praxe, o cortar do bolo com a espada (...) e o brinde aos finalistas (...) começou o esperado baile que se prolongou pela noite dentro, num ambiente de alegre festa, onde se pretendeu festejar os gloriosos onze anos de Casa que esta noite celebrava o seu final.”

*Edgar Almendra*¹⁶⁴

Tradicionalmente, o Instituto organizava três bailes ao longo de um ano lectivo: o Baile de Recepção aos Novos Alunos, o Baile de Carnaval e o Baile de Finalistas. Os Bailes do Instituto pretendem celebrar momentos especiais para a Escola e são ainda uma *“tradição que se vai mantendo ao longo dos anos”*, pese embora a irregularidade do Baile de Carnaval.¹⁶⁵ A criatividade e a animação variam conforme a participação de cada uma das comissões organizadoras e naturalmente dos diversos intervenientes, mas é sempre uma oportunidade para o convívio entre a Direcção, professores, militares, pessoal civil, alunos e familiares e ainda demais convidados.¹⁶⁶

Sendo festas de confraternização e amizade, deve-se todavia sublinhar o carácter mais formal do primeiro e do último bailes,¹⁶⁷ exactamente porque reflectem um momento académico muito específico. Estes dois bailes constituem sempre um apontamento especial na vida escolar dos alunos, sobretudo porque são a comemoração da sua entrada ou da sua saída do Instituto para a vida profissional.¹⁶⁸ Aproveitando a semana carnavalesca, por vezes, os alunos finalistas tomam a iniciativa de promover mais um momento de convívio dos alunos da Casa com elementos externos, sendo que o Baile de Carnaval, pelo seu *“clima alegre”* e *“espírito carnavalesco”*, constitui-se também como uma *“noite agradável”*, divertida e diferente do quotidiano no Instituto.¹⁶⁹

¹⁶⁴ Cfr. Almendra, Edgar – “Baile de Finalistas” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, p. 11.

¹⁶⁵ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Baile de Recepção aos Novos Alunos” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986, p. 8. No período em que não houve admissões ao Instituto, o Baile de Recepção aos Novos Alunos, designou-se por *Baile de Abertura do Ano Lectivo*. Cfr. Vitorino, Telmo – “Um Baile é sempre um Baile” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 11.

¹⁶⁶ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Baile de Recepção aos Novos Alunos” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, p. 3.

¹⁶⁷ Cfr. Fernandes, Artur – “Baile de Finalistas” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, p. 7 (atente-se que este baile é precedido de um jantar de final de curso).

¹⁶⁸ Cfr. Gonçalves, Nuno – “Baile de Recepção aos Novos Alunos” in *Querer é Poder*, n.º 27, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1993, p. 20, assim como Pinto, João e Carrudo, Hélder – “Baile de Recepção aos Novos Alunos” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994, p. 9.

¹⁶⁹ Chegam-se mesmo a fazer concursos de máscaras, no contexto das actividades de entretenimento levadas a efeito ao longo do evento. Cfr. Rodrigues, Tiago – “Baile de Carnaval” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996, p. 13.



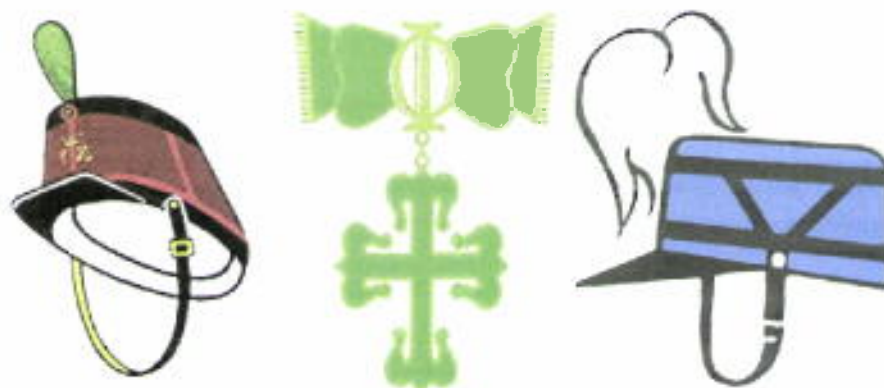
Fotografias n.º 181 e 182
Os bailes do Instituto

17. EM CONJUNTO COM OS OUTROS ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO

“Qualquer racionalização do passado ou do presente está codificada por um sistema de referências, quer seja implícito ou formulado.”

*Suzanne Citron*¹⁷⁰

Os Pupilos do Exército têm em conjunto com os outros EMEns algumas tradições que, por se assumirem como eventos de expressão identitária para as três Escolas, merecem alusão na nossa exposição. Abordaremos em seguida duas dessas tradições, nomeadamente o *Encontro de Coros* e os *Jogos Florais*. Existem outras, como a *Comunhão Pascal* e as *Visitas a Fátima*, mas dada a relevância sociológica dessas tradições para o Capítulo X, então a sua abordagem é remetida para o domínio onde é mais oportuna a descrição do “*objecto em análise*”.¹⁷¹



Figuras n.º 36, 37 e 38

Os emblemas dos três EMEns: CM, IO e IMPE

¹⁷⁰ Cfr. Citron, Suzanne – *Ensinar a História Hoje. A Memória Perdida e Reencontrada*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 [ed. original 1984], p. 115.

¹⁷¹ Cfr. Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van – *Manual de Investigação...*, *op. cit.*, pp. 244 e 245.

17.1. O ENCONTRO DE COROS

“(...) o seu objectivo, a amizade e confraternização, e não uma competição entre os participantes.”

*Graça Ferreira e Fátima Calamote*¹⁷²

Este salutar convívio anual entre os três FMEs “vale, sobretudo, pela enriquecedora troca de experiências, pelo reavivar do espírito de grupo e, naturalmente, pela qualidade” das actuações dos coros. O anfitrião do evento varia conforme o que fica estipulado pelas diversas organizações, sendo que a apresentação do espectáculo decorre em local a determinar pelo Estabelecimento que fica incumbido da sua realização. O Orfeão do Colégio Militar, o Coro do Instituto de Odivelas e o Grupo Coral e Instrumental do IMPE apresentam sempre repertórios variados, onde constam peças de diferentes géneros para ir ao encontro das múltiplas preferências da assistência, contando-se entre estes, música contemporânea, clássica, ópera e espirituais negros.¹⁷³

O Grupo Coral e Instrumental do IMPE foi, desde sempre, um dos coros com maior impacto nestes eventos, em especial “pela espectacularidade das suas actuações” e pelos repertórios de grande qualidade com que habituou “os exigentes ouvidos” das assistências. O reconhecimento pelo seu antigo Professor Raul dos Santos Miranda é uma marca muito significativa pelo trabalho realizado desde 25 de Maio de 1979,¹⁷⁴ data a que oficialmente este Grupo remonta. De facto, o percurso conseguido por esta vertente cultural assume extrema importância nas tradições do Instituto e é manifestamente uma das ACC de maior projecção institucional que a Escola tem.¹⁷⁵

Com o aparecimento da Barretuna (a Tuna do IMPE), nasceu também a possibilidade de a incluir como elemento adicional ao evento, o que já se constatou num Encontro de Coros organizado pelo Instituto.¹⁷⁶

¹⁷² Cfr. Ferreira, Graça e Calamote, Fátima – “Grupo Coral do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 3, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1985, p. 17.

¹⁷³ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “XXII Encontro de Coros” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 9.

¹⁷⁴ Cfr. Ferreira, Graça e Calamote, Fátima – “Grupo Coral...”, *op. cit.*, p. 16.

¹⁷⁵ Oportuno ver, entre outros Redacção da Revista *Querer é Poder* – “XIX Encontro de Coros” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 7, assim como Silva, António – “Homenagem ao Prof. Raul Miranda” e Pinto, M. A. Carlos – “XVIII Encontro de Coros” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 6, assim como Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Os Nossos Valores: Dr. Raul dos Santos Miranda 1930-1999” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, p. 31 e ainda Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Encontro de Coros” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, p. 4.

¹⁷⁶ No dia 24 de Março de 2004, essa situação aconteceu: “Por fim, nos claustros, a Barretuna (...) encerrou o evento com uma actuação para todos os convidados.” A apresentação dos coros tinha anteriormente decorrido na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, conhecida por Igreja da Força Aérea. Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “XXII Encontro...”, *op. cit.*, p. 9.



Fotografia n.º 183

**Aspecto de um Encontro de Coros,
com alunos representantes dos três EMEns**

17.2. OS JOGOS FLORAIS

*“Nos teus olhos , meu amor,
Extingue-se o meu sofrer,
Encontro a paz já perdida,
Que um dia da minha vida,
Arrebatou a correr (...)”
Jorge Silva ¹⁷⁷*

“No âmbito das Actividades Culturais propõe-se a realização de Jogos Florais no ano lectivo corrente”. Renascia assim, no ano lectivo de 1986/87, uma ideia antiga, daqueles que não tinham esquecido os últimos jogos realizados no Instituto e que visualizavam já o preenchimento de uma lacuna cultural na vida da Escola. Com efeito, o texto salientava que *“esta actividade já (...) [possuía] antecedentes na vida do Instituto, tendo nomeadamente contribuído para o desenvolvimento cultural dos Alunos”*.¹⁷⁸

Os últimos Jogos Florais tinham decorrido em 1977, parecendo ser oportuno, dez anos volvidos, organizar e desenvolver novo evento. A proposta juntava *“em anexo os detalhes necessários para a sua viabilização”* e foi imediatamente aprovada pelo então Director, General Costa Estorninho. Accionados os mecanismos necessários para o prosseguimento de uma actividade dos alunos, o primeiro passo foi a constituição de uma comissão que, segundo o próprio texto do regulamento, seria a organizadora dos *“Jogos Florais do Instituto Militar dos Pupilos do Exército – 1986/1987”*.¹⁷⁹ Do regulamento aprovado, salientamos alguns aspectos que ilustram o espírito pedagógico dos jogos:¹⁸⁰

- As modalidades disponíveis eram as seguintes: soneto, poesia lírica, quadra popular, conto, teatro, fotografia, artes plásticas (incluindo pintura – óleo, guacho, aguarela, colagens – escultura e desenho) e arte por computador;

¹⁷⁷ Excerto da poesia do antigo aluno Jorge Silva, que ganhou o 1.º Prémio “Poesia Lírica” dos Jogos Florais realizados no ano lectivo 1986/87. Cfr. Silva, Jorge – “Os Olhos do Meu Amor” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, p. 21.

¹⁷⁸ Cfr. Ferreira, João Abreu – “II Jogos Florais do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 11, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Julho de 1987, p. 53.

¹⁷⁹ Esta comissão reviu o regulamento e procedeu à sua publicação, assim como iniciou o processo de divulgação do evento. Paralelamente foram efectuadas reuniões de esclarecimento junto das diferentes Companhias do Batalhão Escolar. Foi também responsável por todas as informações, pela recepção, identificação dos trabalhos, entrega dos mesmos aos júris e ainda pelo secretariado de toda a actividade.

¹⁸⁰ Cfr. Ferreira, João Abreu – “II Jogos Florais do...”, *op. cit.*, pp. 53 e 55, assim como p. 64.

- Todos os alunos do instituto podiam participar. Os concorrentes que pretendessem apresentar vários trabalhos, poderiam fazê-lo separadamente, por modalidades;
- Todos os trabalhos teriam de ser inéditos (esta era a sua principal linha orientadora), sendo os temas de livre escolha dos seus autores;
- Cada trabalho seria apresentado com pseudónimo, sendo que a identificação do autor estaria exarada em sobrescrito fechado.¹⁸¹
- Os trabalhos apresentados eram divididos em dois escalões etários, sendo que por cada modalidade eram atribuídos três Prémios, assim como Menções Honrosas, reservando-se o júri o direito de não atribuir algum dos prémios previstos por cada modalidade;
- A proclamação dos vencedores e entrega dos prémios seria feita em cerimónia pública;
- O IMPE tinha o direito de posse e publicação sobre todos os trabalhos premiados, sendo que a devolução dos trabalhos concorrentes não premiados era efectuada num prazo determinado a partir da exposição de todos os trabalhos concorrentes, que era inaugurada no dia previsto para a entrega de prémios.

Esta edição dos Jogos Florais – enquanto “tradição que se retomou ao fim de um interregno de 10 anos” - foi uma conjugação de esforços e vontades, que envolveu alunos, professores e demais elementos sociais da Escola. Os diversos Júris que foram compostos para as várias modalidades, são um exemplo prático desse empenhamento por parte dos docentes. A participação “de cerca de 200 alunos com a apresentação de aproximadamente 400 trabalhos”, é também, uma prova evidente da vontade manifestada pelos estudantes. O “assinalado êxito pelo interesse que despertou” este acontecimento cultural,¹⁸² também ajudou para que até à actualidade estes Jogos Florais se repetissem em novas edições, desta feita com a colaboração de alunos dos outros EMENs, que vieram imprimir uma maior dimensão participativa e cultural aos eventos.¹⁸³

¹⁸¹ No exterior do sobrescrito fechado estaria inscrito o pseudónimo e a modalidade a que o aluno concorria. O sobrescrito era lacrado no acto de entrega do trabalho. Sublinhemos que, no caso de um aluno concorrer na mesma modalidade com vários trabalhos, deveria apresentar um pseudónimo por cada trabalho.

¹⁸² Redacção da Revista *Querer é Poder* – “II Jogos Florais do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 11, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Julho de 1987, p. 3.

¹⁸³ Observação directa com a antiga aluna do IO, Ana Margarida Araújo, em 10 de Dezembro de 2005. Refira-se, por exemplo, que os Jogos Florais de 1989 subordinaram-se “ao tema básico ‘Ser Solidário’” e “foram abertos aos três Estabelecimentos de Militares de Ensino”, com “a entrega de prémios realizada no dia 14 de Junho” (cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “IV Jogos Florais do IMPE 89” in *Querer é Poder*, n.º 18, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1989 a Janeiro de 1990, p. 3). Em 1990, aquando da “cerimónia de entrega dos prémios dos V Jogos Florais do IMPE, com a presença dos Directores dos três Estabelecimentos Militares de Ensino”, a “cerimónia contou com a participação do Grupo Coral e Instrumental do IMPE” (cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “V Jogos Florais” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990, p. 3).

Na perspectiva da sociologia da educação, podemos dizer que os Jogos Florais são importantes porque envolvem os alunos (enquanto actores sociais) não só em temáticas que servem de fio condutor entre os saberes disciplinares e áreas curriculares não disciplinares, mas também – e este aspecto é muito importante - promovem a possibilidade destes alunos interagirem com estudantes dos outros EMEns. Esta faculdade vista de um prisma mais abrangente, permite ainda a projecção da imagem de cada Estabelecimento porque possibilita no contexto da realidade social de cada uma das escolas, a oportunidade de competirem umas com as outras e aferirem em cada um desses momentos, as “*expectativas recíprocas*” que anteriormente se criam sobre os respectivos desempenhos.¹⁸⁴



Figuras n.º 39 e 40

Capa e contra-capa do Regulamento dos V Jogos Florais (realizados no Ano Lectivo 1989/90)

¹⁸⁴ Ver Pinto, Conceição Alves – *Sociologia da...*, *op. cit.*, p. 154.

18. A COMPLEMENTARIDADE DOS RITOS COMO EXPRESSÃO IDENTITÁRIA: HIERARQUIAS, IDEAIS E PODER

“Estamos a atravessar uma época em que se destroem ou pretendem destruir valores que não têm preço e que levam gerações a criá-los. (...) Naturalmente, a família pilónica, da qual fazem parte não só alunos e ex-alunos, mas, também, todos quantos ao Instituto estão ou estiveram ligados, incluindo o Corpo Docente e os familiares, não deixarão morrer este baluarte nacional e tudo farão para que a sua continuidade se mantenha.”

Tenente-General Victor Manuel Mota de Mesquita ¹⁸⁵

O progresso e a razão aparecem intimamente associados ao desenvolvimento das instituições sociais e de ensino,¹⁸⁶ e nesse sentido, os últimos dois séculos foram pródigos na produção de saberes sobre a infância e a adolescência. As escolas manifestam preocupações ao nível da desejabilidade, dos limites e das potencialidades dos seus alunos, bem como encetam cada vez mais acções tendentes à sua monitorização no âmbito das acções que realizam, seja no plano concreto e/ou no plano simbólico. Intensificam-se também as análises e as abordagens sobre os conhecimentos relativos a esquemas, formas de ensino e de aprendizagem, na procura de uma regulação e normalização que conduzam a uma “boa pedagogia”.¹⁸⁷

Como refere Foucault, “temos que admitir que o poder produz saber (...); que poder e saber estão directamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder”.¹⁸⁸ Temos assim que “estudar o modo pelo qual um ser humano se torna sujeito”,¹⁸⁹ pois sabemos que apenas quando alguns aspectos do ser humano são objectivados é que se torna possível a manipulação técnica dos indivíduos nas instituições.¹⁹⁰ É então necessário contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade na instituição escolar, para que se trabalhe no sentido do desenvolvimento integral e para a efectivação dos direitos de cidadania dos

¹⁸⁵ Cfr. Mesquita, Victor Manuel Mota de – “Editorial. A Destruição de Valores” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 180, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2001, p. 5.

¹⁸⁶ Ver Popkewitz, Thomas S. – *Sociología política de las reformas educativas. El poder/saber en la enseñanza, la formación del profesorado y la investigación*, Madrid, Morata, 1991.

¹⁸⁷ Ver Walkerdine, Valerie – “Uma análise foucaultiana da pedagogia construtivista” in Silva, T. T. (org.) – *Liberdades Reguladas*, Petrópolis, Vozes, 1998.

¹⁸⁸ Cfr. Foucault, Michel – *Vigiar e punir*, Petrópolis, Vozes, 1995, p. 30.

¹⁸⁹ Cfr. Foucault, Michel – “O sujeito e o poder” in Rajchman, John – *Foucault. A liberdade da filosofia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995, p. 232.

¹⁹⁰ Ver Larrosa, Jorge – “Tecnologias do Eu e Educação” in Silva, Tomaz T. da (org.) – *O sujeito da educação. Estudos foucaultianos*, Petrópolis, Vozes, 1994.

estudantes, porque a *“qualidade é processo contínuo e dinâmico: reflecte valores, crenças e objectivos”*.¹⁹¹

Neste enquadramento, importa dizer que as tradições escolares dos Pupilos do Exército - ainda que ajustadas aos diferentes períodos sociais vividos - mantêm o mesmo significado formal que lhes foi conferido aquando da sua criação. Os alunos mais velhos continuam a ter parte muita activa nas tradições existentes e, no que concerne à passagem de testemunho, esta tem-se processado de acordo com uma visão pluralista e não problemática. Ao longo das duas últimas décadas, o IMPE mudou e os alunos de hoje aprendem a viver as tradições numa expressão identitária que já não se resume ao princípio da simples obediência. Mas pode abarcar dimensões opostas, tanto de positividade como de negatividade, naquele *“espírito que nega sem cessar”* de Mefistófeles.¹⁹²

Lembremos que para Foucault o currículo está sempre implicado na disciplina e daí que se deva tomá-lo como um espaço pedagógico onde se formam cidadãos, nomeadamente aqueles, os *“úteis à Pátria”*. Neste prisma, constata-se diversos interesses no Instituto que expressam relações de poder/saber e, embora os processos de legitimação dos ritos pilónicos estejam em parte sujeitos a esses interesses, bem como a conflitos e até a possibilidades materiais e financeiras, a verdade é que os alunos ainda têm um papel importante na orientação das escolhas, na limitação das opções e no âmbito da permissão das acções a encetar nesses contextos. Esta realidade é muito significativa e deve ser levada em grande atenção na nossa abordagem, porque até como refere Bourdieu, *“as operações mais humildes assim como as mais nobres da ciência valem o que vale a consciência teórica e epistemológica que acompanha essas operações”*.¹⁹³

As tradições pilónicas não são encaradas pelas pessoas sempre da mesma forma. Se existem uns que as aprovam no todo ou em parte, outros há que não lhes conferem importância significativa. São os alunos, os antigos alunos e demais pessoas que prestaram serviço na Casa, quem mais se identifica com a primeira perspectiva. É interessante esta associação numa sociedade que se vem denominando de pós-industrial e pós-moderna, onde verificamos que novos tipos de conflito surgem todos os dias. Segundo alguns autores, como Touraine, Offe e Habermas, os novos conflitos sociais transferiram-se do contexto da produção para outros domínios. Touraine afirma que *“a sociedade industrial tinha transformado os meios de produção, a sociedade pós-industrial modifica os fins da*

¹⁹¹ Cfr. Corazza, Sandra M. - *História da Infância: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*, Porto Alegre, UFRGS/PPGEdu, 1998, p. 171.

¹⁹² Cfr. Goethe, Wolfgang Von - *Faust*, Paris, Odeje-Press, 1964, p. 46.

¹⁹³ Cfr. Bourdieu, Pierre - “Postface” in Panofsky, Erwin - *Architecture Gothique et Pensée Scolastique*, Paris, Minuit, 1967, p. 167.

produção, isto é, a cultura".¹⁹⁴ Neste contexto, as mudanças verificadas na realidade social da actualidade têm também implicações na dimensão da expressão dos ritos pilónicos. Mas não só, pois naquilo que são as concepções de autoridade e hierarquia no Instituto, existem aqui igualmente aspectos de cultura escolar que devem ser tidos em consideração na interacção quotidiana dos alunos e restantes actores sociais do IMPE. É de facto fundamental que se promova um "*compromisso genuíno com o processo pedagógico*" onde todos estes actores sociais, "*conhecendo a realidade, se disponham a modificá-la em consonância com um projecto comum*".¹⁹⁵

As tradições pilónicas são experimentadas e participadas em diferentes graus, seja por alunos ou seja por outros intervenientes do Instituto, como os professores¹⁹⁶ e os militares. Como organização burocrática,¹⁹⁷ a Escola tem na sua estrutura diversos corpos de princípios e de valores que são conferidos pelo seu sistema social e que proporcionam graus de participação desiguais. Assim, no IMPE, existem conceitos de autoridade e hierarquia que definem uma cultura de interacção entre os seus participantes – alunos, militares, professores, funcionários, etc. – que é peculiar da própria Escola.¹⁹⁸

Para Lévi-Strauss, todas as culturas são constituídas por linguagem e códigos. Segundo o autor, a cultura tem a função de prover os grupos ou nações de um referencial que permite ao Homem dar sentido ao mundo e às suas acções.¹⁹⁹ No entanto, para Geertz, a cultura não é uma qualidade ou um poder determinante do comportamento individual, mas um sistema de relações e significados que permite uma descrição inteligível de comportamentos, valores, crenças e princípios dos diferentes grupos.²⁰⁰ Ora, no que diz respeito especificamente às organizações escolares, estas são parte de uma sociedade e da sua cultura, pelo que se infere que existem pressupostos que são partilhados. Decorrente desta limitação, Shein afirma que a cultura organizacional compreende "*um conjunto de pressupostos básicos inventados, descobertos ou desenvolvidos por um dado grupo (...) suficientemente adequado para ser considerado válido e, portanto para ser ensinado aos*

¹⁹⁴ Cfr. Touraine, A. – *Production de la Société*, Paris, Seuil, 1973 e *Idem – Le Retour de l'Acteur*, Paris, Fayard, 1984, p. 223. Ver também Claus, Offè – *Lo Stato nel Capitalismo Maturo*, Milano, Etas Libri, 1979 e Habermas, Jürgen – *Théorie de L'Agir Communicationnel*, Tomo II (Critique de la raison fonctionnaliste), Paris, Fayard, 1987, pp. 431 a 433.

¹⁹⁵ Cfr. Luna, S. e Davis, C. – "A Questão da autoridade na educação" in *Cadernos de Pesquisa*, n.º 76, Fevereiro de 1991, p. 69.

¹⁹⁶ Útil ver Gomes, R. – *Cultura de escola e identidade dos professores*, Lisboa, Educa, 1993.

¹⁹⁷ Ver Lima, L. – *A Escola como organização e a participação na organização escolar*, Braga, Instituto de Educação/Universidade do Minho, 1992.

¹⁹⁸ Na cerimónia de Apadrinhamento, por exemplo, "*os jovens pilões, recém-chegados (...), vêem nos alunos mais antigos os veículos transmissores de todo um conjunto de tradições*". Cfr. Serrano e Gonçalves, Alunos – "Cerimónia de Apadrinhamento dos Alunos do 5.º Ano" in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994, p. 20.

¹⁹⁹ Ver Lévi-Strauss, Claude – *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, 1958.

²⁰⁰ Ver Geertz, C. – *The Interpretation of Cultures*, New York, New York Basic Books Inc. Publishers, 1973.

novos membros como o modo correcto de perceber, de pensar e de sentir os referidos problemas".²⁰¹

O Instituto insere-se perfeitamente nesta perspectiva, sobretudo quando nos referimos às tradições pilónicas. Além de uma fonte de referências, as tradições dos Pupilos do Exército são também, em determinado sentido, um dos aspectos da personalidade da própria Escola, porque contribuem para a permanência e coerência de um sistema de relações sociais e promovem, inclusivamente, a coesão interna.²⁰² Sendo um conjunto de tradições muito diverso mas com elementos de expressão identitária muito próprios, a cultura pilónica distingue-se de outras culturas escolares e outras culturas castrenses. Mesmo assim, tem similaridades próximas com culturas de alguns desses domínios (inclusive de âmbito colaborativo na promoção de eventos e de outros projectos conjuntos), como por exemplo o Colégio Militar.²⁰³ Tradições pilónicas como a *Récita de Carnaval* ou a *Batalha Campal* têm paralelos com a *Récita* e a *Mocada* (nas Comemorações do 1.º de Dezembro), enquanto tradições colegiais.²⁰⁴ A *Jacarezada*, enquanto Grito de Guerra, é similar no seu conceito aos demais gritos de guerra de outras UEO.²⁰⁵

Erikson apresenta três definições de cultura que são úteis para estudar a organização escolar.²⁰⁶ Se duas delas enfocam o estudo da cultura na tradição transmitida pela socialização, outra aborda a cultura mais na perspectiva dos conflitos e negociações que se processam na cultura compartilhada, na ideia de que os padrões comportamentais, os valores, os princípios e as regras são seguidos até que novas formas sejam reelaboradas, reinterpretadas e implementadas pelo grupo. Numa outra perspectiva, Giroux sublinha o carácter ideológico e de contestação que acompanha as diferentes formas de cultura que caracterizam as organizações escolares, como consequência das diferentes visões e negociações que se processam: "as escolas são a incorporação histórica e

²⁰¹ Citado em Nóvoa, A. – *As Organizações escolares em análise*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, p. 29

²⁰² Neste sentido, ver Thévenet, M. – "A cultura de empresa hoje em dia" in *Revista de Administração*, vol. 26, n.º 2, Abril a Junho de 1991, pp. 32 a 39.

²⁰³ Ver Lieberman, A. – *Schools as collaborative cultures create the future now*, Lewes, The Falmer Press, 1990.

²⁰⁴ A *Mocada*, assim conhecida na gíria colegial recente, é uma pitoresca reconstituição da acção que um grupo de conjurados levou a efeito no dia 1 de Dezembro de 1640, no intuito de destronar o jugo espanhol. Realiza-se portanto no dia anterior ao feriado, visto ser o dia em que os alunos se encontram presentes no CM.

²⁰⁵ Cfr. por exemplo Comando do Pessoal/Exército Português/MDN – *Almanaque do Exército 1999...*, op. cit., p. XIII-13.

²⁰⁶ A primeira delas analisa a cultura organizacional como um código genético, como um conjunto de pequenos pedaços que formam o todo de um grupo social. Uma segunda concepção considera a cultura como uma estrutura conceitual construída a partir da visão da realidade de cada um dos membros do grupo, isto é, seria uma construção das visões compartilhadas por eles. Essa concepção procura traçar uma identidade entre os símbolos, valores e princípios compartilhados pelos diferentes membros do grupo: "este conceito enfatiza um firme padrão organizacional, coerência no sistema de significações e identidade na compreensão dos símbolos entre os diferentes membros do grupo social". Uma terceira concepção considera a cultura como resultado do conflito no interior dos grupos sociais, donde a ênfase reside no movimento constante dos valores, princípios, símbolos e regras resultantes das interações no interior da organização. Cfr. Erickson, Frederick – "Conceptions of school culture: an overview" in *Educational Administration Quarterly*, vol. 23, n.º 4, Fall 1987, p. 13.

*estrutural de formas e cultura que são ideológicas no sentido de que elas têm o significado de realidades constantemente contestadas e experimentadas diferentemente pelos indivíduos e grupos”.*²⁰⁷

O IMPE, como outra organização escolar, apesar de estar integrado num contexto cultural mais amplo relacionado com a cultura escolar nacional e a cultura castrense,²⁰⁸ entre outras vertentes, produz uma cultura interna que o diferencia das demais instituições de ensino. A cultura e as tradições pilónicas são assim resultado de um processo interactivo, em que o universo dos símbolos e significados dos Pupilos do Exército está sendo constantemente reinterpretado e a sua realidade social reconstruída, acompanhando – em diferentes ritmos – as exigências e os desafios de uma sociedade em acentuada mudança. Temos então uma cultura pilónica constituída por tradições, ritos, hierarquias e ideais, que conduzindo a diferentes perspectivas de poder, fazem parte de um percurso dinâmico e negociado entre os diferentes actores sociais do processo pedagógico. Isto quer dizer que as acções que esses actores sociais promovem no quotidiano escolar pilónico, permitem que em maior ou menor grau, se alcance a defesa dos valores e princípios (formais e informais) estabelecidos do antecedente na Instituição, bem como a reestruturação e a evolução dos mesmos.²⁰⁹

Como facilmente se infere, não são só os alunos que têm um papel relevante na defesa da existência das tradições pilónicas e da sua necessária evolução e adaptação ao longo dos tempos, enquanto aspecto concorrente para a melhor ou pior imagem da Escola.²¹⁰ A identidade profissional dos professores que ali prestam serviço, bem como a expressão da cultura organizacional pilónica e a sua influência no processo pedagógico escolar, assumem também aqui representações com algum significado, sobretudo naquilo que são os processos simbólicos. Com efeito, temos que perceber que a socialização prévia dos actores organizacionais (aos diferentes níveis) constitui-se como um elemento fundamental para a cultura escolar do IMPE, pelo que a cultura da formação (formal e informal) desses elementos no processo educacional é fundamental.²¹¹ A sala de aula não é o único

²⁰⁷ Citado em Bates, R. J. – “Corporate culture, schooling and educational administration” in *Educational Administration Quarterly*, vol. 23, n.º 4, 1987, p. 109.

²⁰⁸ Para um estudo sobre as relações possíveis entre a cultura nacional e a cultura organizacional, destacando-se o conceito de cultura adoptado pela antropologia contemporânea, cfr. Motta, F. C. P. – “Cultura nacional e cultura organizacional” in Vasconcelos, J. et al. – *Recursos humanos e subjectividade*, Rio de Janeiro, Vozes, 1996, p. 197 a 229.

²⁰⁹ Recordemos que a mudança cultural é “um fenómeno que se produz intensamente nas actuais sociedades, de tendência multicultural e cada vez mais acentuada, dada a rapidez do ritmo a que vivem e dos convívios externos a que estão sujeitas”. Essa mudança cultural tem reflexos nos ritos pilónicos e, nomeadamente, nos processos adaptativos a que os mesmos estão sujeitos. Cfr. Cabral, Alcinda – “Mudança Cultural” In Vários – *Dicionário de Sociologia...*, op. cit., p. 253.

²¹⁰ Ver, Morgan, G. – *Imagens da organização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

²¹¹ Ver Gomes, R. – *Cultura de escola e identidade dos professores*, Lisboa, Educa, 1993.

espaço onde os professores têm um papel de relevância no que concerne ao quotidiano da Escola e, especialmente, no que diz respeito à formação geral dos estudantes.²¹²

Depois, as gerações de alunos e dos demais actores sociais sucedem-se na Escola e, nesse sentido, a diversidade da cultura intra-organizacional pilónica como acção de aprendizagem cultural e invenção e difusão de novos padrões culturais na Instituição, é uma realidade da qual não nos podemos alhear. Neste pressuposto, as concepções de autoridade no Batalhão Escolar e nos outros níveis organizacionais do IMPE, bem como a hierarquia e a participação, são compartilhadas ou negociadas pelos diferentes actores do processo educativo, definindo a cultura escolar e as acções no quotidiano escolar. A qualidade e a dimensão das cerimónias que se realizam no Instituto, como por exemplo a *Cerimónia de Apadrinhamento dos Novos Alunos e o Abraço ao Batalhãozinho* e a *Abertura Solene do Ano Lectivo*, dependem do empenhamento de vários actores sociais da Escola que não apenas os alunos (pelo seu aprumo, por exemplo), mas também os professores (pelo grau da sua participação e presença), os militares (pela organização e recursos humanos, financeiros e materiais alocados a esses eventos) e os demais funcionários da Escola (pelo compromisso nas actividades administrativas de protocolo, serviços de limpeza, etc.). Daí que a actuação da Direcção do IMPE é fundamental, porque a tarefa da direcção escolar não é a de controlar o trabalho pedagógico, mas assegurar a existência de condições para que o ensino se realize.²¹³

Gerald Grant enceta uma reflexão sobre a organização das escolas e do sentido de autoridade aí presente em diferentes momentos. Nessa demanda, o autor afirma ser desejável haver uma clareza significativa a respeito dos princípios elementares que orientam a acção dos participantes do processo educativo. Nesse sentido, Elmore refere que a estrutura racional-legal que caracteriza o sistema educativo actual acarreta uma relação de autoridade legitimada antes pela desigualdade e hierarquia do que pela negociação. E é também assim que o conceito de autoridade e as bases da sua legitimação ganham relevo na análise da cultura interna das escolas.²¹⁴

Numa escola militar, as suas tradições não estão apartadas das hierarquias e dos contextos de autoridade aí concernentes. A *Batalha Campal*, a *Troca de Graduações* e o *Virar da Cama* são exemplos muito claros desta realidade. Nesta última, ganha até especial sentido a afirmação de Arendt, quando este refere que “a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si fracassou”.²¹⁵ Com efeito, a autoridade não pode ser

²¹² Ver Wise, A. – *Legislated learning: the bureaucratization of the american classroom*, Berkeley, University of California Press, 1982.

²¹³ Neste sentido, ver Paro, V. – *Por Dentro da Escola Pública*, São Paulo, Xamã, 1995 e Silva Jr., C. A. – *A Escola Pública como Local de Trabalho*, São Paulo, Cortez, 1993.

²¹⁴ Referido em Elmore, R. F. – “Reform and the culture of authority in schools” in *Educational Administration Quarterly*, vol. 23, n.º 4, November 1987, p. 67.

²¹⁵ Cfr. Arendt, H. – *Entre o passado e o futuro*, 2.ª Edição, São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 129.

confundida com outra forma de poder ou até de violência, porque a autoridade se deve encontrar exactamente em contraposição tanto à coerção física quanto à persuasão. Assim, também nas relações sociais entre alunos (seja nos costumes e nos ritos, nas tradições e nos mais diversos aspectos do quotidiano pilónico) o ponto em comum de quem manda e de quem obedece numa situação de autoridade é a hierarquia (formal e informal), cuja legitimidade ambos reconhecem.²¹⁶

Tendo em linha de conta que a legitimidade da autoridade é discutida por Weber respeitando três tipos puros de dominação legítima (carácter racional, carácter tradicional e carácter carismático), que o poder é a capacidade de provocar a aceitação de ordens e que a legitimidade é a possibilidade de aceitação do exercício do poder, então, de acordo com este autor e com a opinião expressa por Arendt, para que haja autoridade é necessário um reconhecimento da sua legitimidade pelas partes envolvidas. Por outras palavras, quer dizer que independentemente de estarmos a falar da hierarquia formal ou informal da comunidade estudante no Instituto, a verdade é que as relações de hierarquia precisam de ser consideradas legítimas para que se possam estabelecer relações de autoridade.²¹⁷ Mesmo ao nível micro, é possível atentarmos em relações de cariz político na comunidade estudante, pelas influências dos grupos de interesses existentes e até pela influência que os docentes e comandantes militares têm nesses meios, como é, por exemplo, a estrutura de comando dos Alunos Graduados.²¹⁸

Isto implica que a concepção de hierarquia no IMPE é expressa por um sistema de funções de subordinação e chefia, que são aprendidas e culturalmente estabelecidas ao longo do tempo, variando sensivelmente de geração em geração, num “*contínuo processo evolutivo de actualização e desenvolvimento*”.²¹⁹ E nesse sentido, as tradições pilónicas não são sempre vividas da mesma forma e a dimensão do seu significado também se altera, porque afinal, também o próprio conceito de hierarquia varia em decorrência de diferenças culturais, de época e de características organizacionais.²²⁰

A educação é actualmente considerada como um dos principais veículos de socialização e de promoção do desenvolvimento individual. Nesse sentido, o sistema educativo acaba por ilustrar os

²¹⁶ No âmbito formal, temos a hierarquia dos Alunos Graduados e, no âmbito informal, a hierarquia que resulta da antiguidade relativa dos alunos mais velhos, que pode não ser necessariamente, como sabemos, coincidente com a hierarquia dos alunos mais antigos.

²¹⁷ Segundo Arendt, a legitimação da autoridade fundamenta-se essencialmente na tradição das práticas sociais reconhecidas pelos indivíduos e pelas instituições, ao passo que para Weber, a legitimação da autoridade passa essencialmente pelo cargo que os indivíduos ocupam nas organizações. Ver Weber, M. – *Economia y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944.

²¹⁸ Oportuno ver Ball, S – *The Micro-politics of the school*, London, Methuen, 1987 e Crozier, M. – *Le Phénomène bureaucratique*, Paris, Seuil, 1963.

²¹⁹ Cfr. Redacção do Boletim da APE – “Tradições Académicas” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 186, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2002, p. 29.

²²⁰ Ver Thompson, V. – *Moderna Organização*, Rio de Janeiro, MEC/USAID, 1967.

valores que orientam a sociedade e que esta quer transmitir, em diversas vertentes, como a histórica, social e cultural. Ao nível de cada escola, este domínio assume alguns complementos e, por vezes até, algumas restrições. No que concerne especificamente aos Pupilos do Exército, podemos dizer que existe uma complementaridade dos ritos como expressão identitária, não só porque as tradições pilónicas não podem ser vistas de uma forma isolada do contexto dos costumes do Instituto, mas também porque fazem parte da própria cultura pilónica e, nesse conjunto mais amplo, constituem-se como valores transversais que caracterizam a própria Escola como instituição e a diferenciam das outras, em particular dos outros EMEns.²²¹

Ainda assim, o IMPE, enquanto organização idiossincrática, tem manifestado uma grande capacidade de reinterpretação e adaptação dos elementos que compõem a cultura de nível macro, pois, a esse respeito, tem revelado evoluções bastante significativas na oferta do ensino que ministra e uma maior abertura nos regimes de frequência disponíveis. Também os costumes pilónicos foram alterados por isso, desenvolvidos à medida que a comunidade estudante e demais actores sociais com implicações nessas tradições aprenderam a lidar com a adaptação dos aspectos externos para uma mais concreta integração interna, que tem funcionado bem o suficiente para ser considerada válida no seu conjunto. Esta atitude pró-activa para uma necessária evolução tem sido um factor decisivo para o funcionamento organizacional do Instituto.²²²

Os diferentes ritos pilónicos são compostos por numerosas variáveis relacionadas entre si, manifestam sinais de poder simbólico e não deixam de ser modelados pelo somatório das cognições e vivências das comunidades que estudam e trabalham no Instituto.²²³ Decorre daqui que as tradições dos Pupilos do Exército pretendem distinguir o IMPE das outras escolas e tendem a agregar os membros da Escola em torno da sua identidade, a identidade pilónica, que sendo partilhada, sugere uma melhor facilidade no que concerne à adesão dos membros aos objectivos gerais do Instituto. Por isso, existe aqui uma ideia de identidade e de distinção, no intento de perfazer a individualização institucional perante os outros EMEns e as outras escolas.²²⁴ Maanen e Schein referem que a criação

²²¹ Refira-se que com o desenvolvimento dos estudos sobre a cultura organizacional e da construção da pedagogia centrada na escola-organização, surgiu uma nova dimensão epistemológica de análise, nomeadamente a que conduz à consideração das especificidades contextuais e das idiossincrasias locais. Daí que, tal como Durkheim sugere, a educação possa ser definida como o desenvolvimento do indivíduo nas atitudes e capacidades que lhe são exigidas, não só pela sociedade em conjunto, mas também pelo meio a que em particular está determinado. Ver Nôvou, António – *As organizações escolares em análise*, Lisboa, Dom Quixote, 1995 e Fauconnet, Paul – *Educação e Sociologia*, São Paulo, Melhoramentos, 1973.

²²² Neste sentido, oportuno ver Schein, Edgar – “Organizational Culture” in *American Psychologist*, vol. 45, n.º 2, 1990, pp. 109 a 119 e *Idem – Organizational Culture and Leadership*, S. Francisco, Jossey Bass, 1992.

²²³ Ver Torquato, Gaudêncio – *Cultura, poder, comunicação e imagem. Fundamentos da nova empresa*, São Paulo, Pioneira, 1991.

²²⁴ Ver Bilhim, José Faria – *Teoria Organizacional. Estruturas e Pessoas*, Lisboa, ISCSP/UTI., 1996.

de uma cultura organizacional assenta num processo de aprendizagem que assegura a institucionalização dessa realidade como algo único e diferente da cultura envolvente.²²⁵

O quotidiano pilónico assenta numa cultura própria que assume alguns conceitos comuns e que permite aos seus membros comunicar eficazmente. É natural que um militar recém chegado ao Instituto, não tenha a percepção necessária para entender os costumes da Casa e as suas tradições, e sobretudo, perceber a forma como os alunos funcionam de acordo com uma hierarquia interna que nem sempre é totalmente clara, pelo menos para uma abordagem sem grande experiência nesse contexto. A verdade é que essa cultura interna da comunidade estudante permite, ainda que de forma informal, a definição de critérios de inclusão ou de exclusão do grupo e o estabelecimento de relações de camaradagem e amizade. Mas permite também clarificar as questões de poder e estatuto no seu interior, no seu sistema de recompensas e punições, bem como na maneira de interpretar e atribuir significados aos diversos eventos e situações.²²⁶

As tradições pilónicas e a cultura dos Pupilos do Exército têm-se reproduzido através da socialização de novos alunos e também de outros membros, como militares e civis que acabam por se identificar com as raízes da Escola, alguns participando até em eventuais momentos tradicionais do IMPE. Sabemos que o processo de socialização não tem efeitos uniformes, pelo que a cultura se tem perpetuado, mas com naturais diferenças ou discrepâncias com os cenários do passado. Nos contextos de interacção colectiva presentes no Instituto são assim limitados e reformulados os ritos e as diversas tradições pilónicas,²²⁷ havendo por isso alguns eventos que embora com grande relevo em certos anos lectivos, noutros parecem não conseguir alcançar a mesma projecção. Mas independentemente da dimensão que cada um desses momentos revela, o que importa sublinhar é que é pelo conjunto de todos esses eventos (e demais aspectos do quotidiano escolar) que a cultura pilónica ganha significado e daí, a necessidade óbvia de que se concretize uma complementaridade entre ritos para alcançar o desejado equilíbrio. Recordemos também que, para muitas das realidades que se efectivam na Escola, existe uma influência cada vez mais forte dos factores socioeconómicos e políticos, cujas implicações não são despiciendas.²²⁸

Uma abordagem sociológica e política do IMPE não pode ignorar a sua dimensão cultural, quer numa perspectiva global (no quadro das relações que estabelece com a sociedade em geral),

²²⁵ Cfr. Maanen, Van e Schein, Edgar – “Toward a Theory of Organizational Socialization” in *Research in Organizational Behaviour*, n.º 1, pp. 1 a 37.

²²⁶ Ver por exemplo Chambel, Maria José e Curral, Luís – *Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Texto Editora, 1998.

²²⁷ Entre outros, ver Forquin, Jean-Claude – *Sociologia da Educação*, Petrópolis, Vozes, 1995, assim como Vala, José – *Psicologia social das organizações: estudos em empresas portuguesas*, 2.ª Edição, Lisboa, Celta, 1995.

²²⁸ Neste sentido, cfr. Sacristán, Gimeno José – *Docencia y cultura escolar: reformas y modelo educativo*, Buenos Aires, Lugar Editorial, 1997, p. 25.

quer numa dimensão mais específica (em função das próprias formas culturais que o Estabelecimento produz e transmite). Entendemos que embora se possam enumerar diversas perspectivas quanto à cultura escolar,²²⁹ pode falar-se, contudo, da existência de uma cultura própria em cada instituição de ensino (especialmente em escolas com grandes tradições como são os EMIEns), porque cada escola reflecte todo um conjunto de práticas, valores e crenças, que são partilhados (ainda que em diferentes graus) por todos aqueles que interagem no seu âmbito. Neste contexto, Santos Guerra afirma que “os mitos sobre os quais se articula a escola referem-se à bondade dos padrões culturais; à eficácia causal do ensino; à igualdade de oportunidades; à homogeneização do comportamento; à uniformidade das regras; ao agrupamento estável; à rotinização da actividade; à transmissão cultural; à eficácia da obediência, e ao valor da autoridade”.²³⁰

Torna-se aqui importante sublinhar a perspectiva de Bourdieu, nomeadamente quando o autor expressa a ideia de que a escola impõe um arbítrio cultural, socialmente discriminatório.²³¹ Aliás, Bourdieu e Passeron chegam mesmo a propor o conceito de violência simbólica, definindo-o como uma pedagogia destinada a impor dissimuladamente um duplo arbítrio cultural.²³² No fundo, é preciso reconhecermos que os valores e o património cultural da sociedade não são consensuais e isso relativiza o determinismo social sobre o individual. Ou seja, grosso modo, “existem relações entre aquilo que a escola valoriza e ensina e a educação dos grupos sociais com maior poder cultural e social”. E neste sentido, “a própria socialização poderá enviesar-se por uma ‘homogeneização condicionada’ e tender para uma reprodução social específica”.²³³

Encontram-se assim aqui, duas perspectivas do duplo arbítrio cultural. Na primeira, entende-se que a cultura de qualquer grupo social não se fundamenta em nenhum princípio lógico-racional, mas apenas num processo histórico que originou transformações sociais. A outra perspectiva remete-nos para a ideia de que “a cultura que a escola ensina é apresentada como universal e neutra, dissimulando o facto de ser um conjunto de obras tendencialmente homogêneas, produto de uma operação de selecção, reorganização e institucionalização de manifestações e conteúdos culturais

²²⁹ No que concerne a diferentes perspectivas relativas à cultura escolar, Barroso distingue a *perspectiva funcionalista*, a *perspectiva estruturalista* e a *perspectiva interaccionista*. Oportuno ver Barroso, João – *Políticas educativas e organização escolar*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.

²³⁰ Cfr. Guerra, Miguel Ángel Santos – *Entre bastidores: o lado oculto da organização escolar*, Porto, Edições Asa, 2002, p. 187.

²³¹ Cfr. Miceli, Sérgio – “A força do sentido” in Bourdieu, Pierre – *A economia das trocas simbólicas*, 3.ª Edição, São Paulo, Perspectiva, 1992 [ed. original 1974], pp. I a LXI.

²³² Ver Bourdieu, P. e Passeron, J. C. – *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Veja, 1978.

²³³ Cfr. Carvalho, Renato Gil Gomes – “Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria” in *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 39, Madrid, 25 de Junho de 2006, p. 4.

*diversos, plurais e contraditórios, realizado pelos grupos e fracções de classes sociais com poder simbólico e cultural”.*²³⁴

Os ritos pilónicos perfazem então um conjunto de práticas, normas, ideias e procedimentos que se expressam em modos de fazer e pensar o quotidiano do Instituto. Trata-se de uma parte muito importante da cultura pilónica, cultura essa que consiste num sistema de padrões de significado que engloba as normas, os valores, as crenças, as cerimónias, os rituais, as tradições e até os mitos pilónicos. Esta realidade é assumida em diferentes graus pelos actores sociais, que vêem na cultura também uma atitude de partilha com os membros da comunidade escolar.²³⁵

A cultura das tradições pilónicas abre assim espaço para a existência no Instituto de um conjunto de factores organizacionais e processos sociais específicos que relativizam a cultura escolar genérica, nomeadamente aquela que se remete para a expressão dos valores, hábitos e comportamentos transmitidos pela forma escolar de educação a partir de determinações exteriores. O IMPE não é, de todo, um receptáculo passivo de instruções exteriores e, especialmente no contexto das suas tradições e ritos, tem-se constituído como um elemento pró-activo na sua reinterpretação e operacionalização, no sentido de fazer face aos novos desafios desta sociedade em mudança acelerada. Isso não impede que os alunos *“sejam obrigados a crescer rapidamente, por vezes contornando uma fase importante da vida que é a adolescência e tudo o que esta implica”*.²³⁶

Importa também sublinhar que cada escola (independentemente dos graus e vertentes académicas que trabalha), é essencial na aplicabilidade e eficácia de quaisquer reformas sociais, políticas ou outras, como são as reformas da organização militar no caso específico do IMPE. Ignorar a cultura específica de cada escola e as pessoas que lá interagem, é um erro grosseiro. De uma forma geral, o relativo fracasso das reformas educativas implementadas tem revelado, a montante, uma atinente ignorância sobre o peso das tradições e práticas escolares, assim como um desconhecimento preocupante sobre as continuidades e mudanças no âmbito da Educação em plena era da modernidade.²³⁷

²³⁴ Ver Caria, T. – “Perspectiva sociológica sobre o conceito de educação e a diversidade das pedagogias” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 12, 1992, p. 177.

²³⁵ Ver Stolp, Stephen – “Leadership for School Culture” in *Eric Digest*, n.º 91, University of Oregon, June 1994.

²³⁶ Cfr. Rocha, José Filipe P. B. – “Porquê sair dos Pupilos no final do 12.º ano?” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995, p. 16.

²³⁷ Recordemos que *“desde que deixa de ser entendida como a inscrição na hierarquia de degraus do ser, a identidade só pode ser arrancada às obras da semelhança ao mesmo tempo em que ela é recebida delas. A educação é o lugar exacto para colocar a identidade à prova da similitude. Ela é, para uma sociedade, para os seus educáveis e os seus educadores, a própria instituição dessa prova”*. Cfr. Haecht, Anne Van – *A Escola à Prova da...*, *op. cit.*, p. 207.



Fotografia n.º 184

Jovem Pupilo junto à entrada da Capela Corpus Christi (ou dos Castros)

CAPÍTULO VIII

AS ACTIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR: DA SUA VIVÊNCIA E PROJEÇÃO INSTITUCIONAL PARA O EXTERIOR

I. AS ACTIVIDADES CULTURAIS E DESPORTIVAS COMO EXTENSÃO BENÉFICA DO CURRÍCULO TRADICIONAL DOS PUPLOS DO EXÉRCITO

“A educação é hoje entendida como o grande veículo para o desenvolvimento, e o lazer, um excelente e suave instrumento para impulsionar o indivíduo a desenvolver-se, a aperfeiçoar-se, a ampliar os seus interesses e a sua esfera de responsabilidades.”

*R. Requixa*²³⁸

Quando se descortinam as páginas da já longa vida social e histórica do Instituto, uma das conclusões a que mais rapidamente se chega é que as Actividades de Complemento Curricular desempenharam, desde sempre, uma função extremamente importante nos Pupilos do Exército e nos seus alunos. De facto, o caminho que este tipo de actividades percorreu não deixa o investigador sociológico ficar indiferente. Muito pelo contrário. Trata-se de um percurso fascinante a vários níveis e com implicações sociais de grande pertinência, que transcrevem, na prática, aquilo que vários estudos especializados defendem no que diz respeito à necessidade de fomentar e facultar este tipo de actividades aos estudantes.²³⁹

Neste primeiro ponto sobre as actividades extracurriculares, importa sublinhar a importância que lhes pode ser atribuída, de uma forma geral, tanto ao nível da Sociologia do Desporto como da Psicologia Social, enquanto áreas de referência no conhecimento científico sobre este tipo de actividades. Iremos enquadrar e resumir os traços essenciais que vários estudos defendem no contexto da sua prática, perspectivando assim aquilo que é o papel das mesmas nas escolas e, particularmente, nos Pupilos do Exército. Esta conceptualização é necessária para melhor percebermos a dimensão que estará indexada no ponto seguinte do texto, nomeadamente onde serão

²³⁸ Cfr. Requixa, R. – “Conceito de...”, *op. cit.*, p. 21.

²³⁹ Da diversa bibliografia disponível, convém desde já afirmar que existem autores que defendem que a participação dos alunos em actividades extracurriculares promove um melhor desempenho académico (Barber, B., Eccles, J., Stone, M. e Hunt, J. – “Extracurricular activities and adolescent development” in *Journal of Social Issues*, n.º 59, 2003, pp. 865 a 889 e Holland, A. e Andre, T. – “Participation in extracurricular activities, in secondary school: What is known, what need to be known?” in *Review of Educational Research*, n.º 57, 1987, pp. 437 a 466), conduz a níveis mais elevados de auto-estima e, em determinadas dimensões, do próprio auto-conceito (Holland, A. e Andre, T. – “Participation in extracurricular activities...”, *op. cit.*; House, J. D. – “The effects of student involvement on the development of academic self-concept” in *Journal of Social Psychology*, n.º 140, 2000, pp. 261 a 263; Marsh, H. W. – “Extracurricular activities: Beneficial extension of the traditional curriculum or subversion of academic goals?” in *Journal of Educational Psychology*, n.º 84, 1992). Acrescente-se até que, estas práticas, a nível escolar em geral, tendem a conduzir a um menor consumo de substâncias (ver Barber, B., Eccles, J., Stone, M. e Hunt, J. – “Extracurricular activities...”, *op. cit.*).

enumeradas de uma forma transversal as ACC praticadas no Instituto e a tradição que lhes é conferida.²⁴⁰

Comecemos por dizer que no último século o desporto conquistou a sociedade. Parece que nunca antes se falou tanto em dietas, em exercício físico e em actividades de lazer. Da mesma forma, nesta era da globalização e do *stress* do quotidiano, os tempos livres afirmaram-se como uma necessidade plena daquilo que é a vida saudável, num universo social diário cheio de restrições. Surgiram até as ocupações de tempos livres protagonizadas por empresas especializadas para esse efeito, onde cabem actividades tão diferentes como o Xadrez e o Yoga ou como a Pintura e o Taekwondo.²⁴¹ Num tempo de mudança, também a forma como se vê este tipo de actividades e o desporto em geral, mudou.²⁴² Os Pupilos do Exército não ficaram indiferentes a estas mudanças e, com efeito, o seu percurso cultural e desportivo ao nível das suas Actividades de Complemento Curricular exemplifica uma progressão que demonstra um paralelismo coerente com a evolução da sociedade e da Educação em geral.²⁴³

Com segurança, pode dizer-se que os alunos do Instituto praticaram sempre Actividades de Complemento Curricular. Fosse por imposição, fosse por prazer ou fosse pelo gosto desportivo e competitivo, sempre assim foi o quadro destas actividades na Escola. E ainda é, embora a faculdade de imposição esteja de todo afastada no sentido estrito do termo. Podendo moldar, em determinado sentido, a personalidade de um jovem no contexto escolar e a sua própria socialização, então, estas actividades não podem deixar de merecer a nossa melhor atenção. Na verdade, várias razões podem ser apontadas para esta decisão, entre essas:²⁴⁴

- Alguns investigadores têm concedido alguma importância às actividades extracurriculares, entre outros aspectos, no que diz respeito às consequências no desempenho académico;²⁴⁵

²⁴⁰ Entre outros, ver Pociello, Christian (org.) – *Sport et Société: Approche socio-culturelle des pratiques*, Paris, Éditions Vigot, 1987 assim como Yonnet, Paul – *Systèmes des sports*, Paris, Éditions Gallimard, 1988 e ainda Defrance, Jacques – *Sociologie du sport*, Paris, La Decouverte, 1995.

²⁴¹ Ver Coakley, Jay – *Sport in Society: Issues and Controversies*, 5.ª Edição, St Louis, Mosby, 1994 [ed. original 1978].

²⁴² Ver Bento, J. – *O outro lado do desporto*, Porto, Campo das Letras, 1995.

²⁴³ Ver Bouet, M. – *Signification du Sport*, Paris, Ed. Universitaires, 1968, assim como Bozouls, J. P.; Magliulo, B. e Peres, H. – *Sport et Société*, Paris, Ed. Hatier, 1981 e Parlebas, P. – *Éléments de Sociologie du Sport*, Paris, PUF, 1986.

²⁴⁴ Cfr. Simão, Rute Isabel Picaró – *A Relação entre Actividades Extracurriculares e o Desempenho Académico, Motivação, Auto-conceito e Auto-estima dos Alunos*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2005, p. 8.

²⁴⁵ Interessante ver Martin e Mason – “Making the most of your life: the goal of education for leisure” in *European Journal of Education*, vol. 22, n.º 3 e 4, 1987, pp. 217 a 373, assim como Mota, J. – *A actividade física no lazer. Reflexões sobre a sua prática*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997 e ainda Neto, C. – “Motricidade infantil e contexto social – suas implicações na organização do ensino” in *Revista Horizonte*, vol. 1, n.º 1, 1984, pp. 8 a 17.

- Vários estudos demonstram que as actividades extracurriculares são uma maneira de promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, embora se constate que, para alguns educadores, estas actividades “ainda são entendidas como uma forma de interferir no sucesso académico”;²⁴⁶
- Existem ainda fontes que nos concedem a ideia de que a participação em actividades de complemento curricular “está associada a uma percepção positiva de si próprio e do meio escolar, ao elevado nível de motivação, ao baixo nível de absentismo e a resultados académicos prósperos”;²⁴⁷
- Acresce ainda que as actividades extracurriculares podem levar a um aumento do interesse dos alunos “face à escola e aos valores da escola”, o que para o caso particular dos Pupilos do Exército é manifestamente importante de ser analisado.²⁴⁸

Neste enquadramento, podemos desde já inferir que a participação em Actividades de Complemento Curricular acarreta, inequivocamente, consequências para os alunos.²⁴⁹ É que se a tentativa de explicar e prever o comportamento humano (seja individualmente ou colectivamente), é objecto de inúmeras possibilidades que as fontes académicas e científicas nos oferecem, a verdade é que as actividades extracurriculares acabam, de uma maneira em geral, por conseguir um relativo consenso dos investigadores naquilo que é a ideia de que a motivação dos alunos anda, frequentemente, de mãos dadas com este tipo de iniciativas escolares.²⁵⁰

Salientemos que as teorias e a investigação ao nível da motivação em contexto escolar alertam para o facto de as cognições estarem intimamente relacionadas com a forma de como os sujeitos se empenham nas tarefas escolares.²⁵¹ Alguns autores referem que os processos cognitivos

²⁴⁶ Cfr. Cooley, V. E. – “a Study to determine the effect of extracurricular participation on student alcohol and drug use in secondary schools” in *Journal of Alcohol and Drugs Education*, n.º 40, 1995, pp. 71 a 87, assim como Gerber, S. – “Extracurricular activities and academic achievement” in *Journal of Research and Development in Education*, n.º 30, 1996, pp. 42 a 50.

²⁴⁷ Cfr. Simão, Rute Isabel Picaró – *A Relação entre Actividades Extracurriculares...*, *op. cit.*, p. 8.

²⁴⁸ Cfr. Marsh, H. W. – “Extracurricular activities: Beneficial extension...”, *op. cit.*, pp. 553 a 562.

²⁴⁹ Cfr. Requixa, R. – “As dimensões do lazer” in *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, n.º 45, 1980, pp. 54 a 76.

²⁵⁰ Recordemos que embora aproveitem as experiências passadas, os indivíduos não se limitam a ser o resultado directo e imediato do passado ou de um conjunto de hábitos que não controlam, como se a sua motivação se encontrasse fora de si próprios, isto é, fosse extrínseca. Neste sentido, as teorias cognitivas têm como finalidade alcançar o conhecimento acerca do modo como os sujeitos seleccionam, processam, armazenam e avaliam as informações relativas a si próprios e ao meio envolvente. De acordo com Pereira, num estudo dirigido a crianças do 2.º e 5.º anos de escolaridade, o modo do sujeito actuar e sentir é determinado pelo processamento cognitivo e efectuado pelo mesmo. Ver Pereira, A. P. – *Os efeitos de um programa tutorial nos níveis de auto-conceito, auto-estima e na motivação para o sucesso de crianças do 2.º e do 5.º anos de escolaridade*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1999.

²⁵¹ Jesus refere que “O desenvolvimento da psicologia como ciência tem permitido demonstrar que o discurso das teorias behavioristas, embora simplista, não é o mais adequado para a compreensão da complexidade dos processos

motivacionais são essencialmente processos de previsão e avaliação de julgamentos acerca da desejabilidade das mesmas.²⁵² Numa determinada perspectiva, isto quer dizer que o comportamento motivado dos alunos é dependente, por exemplo, de factores como a confiança na própria capacidade ou na realização de uma determinada actividade.²⁵³ Este entendimento é muito importante, sobretudo quando nos remetemos para o ambiente interno de uma escola militar com as especificidades do IMPE, exactamente porque a motivação dos alunos é um aspecto fulcral no seio deste tipo de comunidades académicas.²⁵⁴

É preciso notar que se as actividades extracurriculares se relacionam em muitos aspectos com a motivação dos estudantes, então a sua função é essencial.²⁵⁵ Mas antes de procedermos à abordagem de outras implicações, importa referir que quando a motivação é entendida como o principal promotor do processo ensino e aprendizagem, a atitude dos alunos perante este processo, pode ser positiva ou negativa.²⁵⁶ Sendo a motivação caracterizada por uma tendência que os indivíduos têm para alcançar o sucesso em função de uma satisfação intrínseca, todavia, o receio do fracasso provoca ansiedade, pelo que pode originar comportamentos de fuga. Assim, os estudantes pouco motivados e que tendem a subestimar os sucessos, tendem também a cair em desânimo e à quebra da sua auto-estima, podendo atribuir os seus insucessos a causas externas e os seus sucessos a causas internas, fugindo assim da responsabilidade dos seus fracassos.²⁵⁷

motivacionais, levando a que o discurso das teorias cognitivistas surja nas teorias implícitas, nomeadamente no domínio educativo". Cfr. Jesus, S. – Psicologia da Educação, Coimbra, Quarteto Editora, 2004, p. 60.

²⁵² Ver Lemos, M. – *A motivação no processo de ensino aprendizagem, em situação de aula*, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, Universidade do Porto, 1993 e Jesus, S. – *Motivação e formação de professores*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000.

²⁵³ Para Fontaine a motivação não é percebida como sendo um traço geral interno, estável e susceptível de influenciar o comportamento em todas as situações. É variável consoante as tarefas a efectuar, pelo que a motivação apresenta-se a este autor como um conceito multifacetado. Ver Fontaine, A. M. – *Motivation pour la réussite scolaire*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1997.

²⁵⁴ Sendo a motivação “um conjunto de mecanismos biológicos e psicológicos que permitem o desencadear da acção, orientação e finalmente da intensidade e persistência, quanto mais se está motivado maior é a actividade e mais persistente é esta”. Desta forma, a motivação pode ser entendida como um meio para alcançar o sucesso escolar, partindo-se da premissa que o aluno deve sentir em casa e na escola um ambiente favorável ao seu interesse pessoal. Cfr. Oliveira, J. – *Psicologia da Educação Escolar: Aluno-Aprendizagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1999 e Lieury, A. e Fenouillet, F. – *Motivation et réussite scolaire*, Paris, Dunod, 1996 citados em Roldão, D. – *Motivação e auto-conceito em alunos do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico*, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2003, p. 6.

²⁵⁵ Ver Valentini, Bruna Bianchi – “Individualização e Socialização nas perspectivas da Aprendizagem” in Costa, M. C. (ed.) – *A Escola e o Aluno*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.

²⁵⁶ Na primeira alternativa, os alunos utilizam o estudo como um objectivo para alcançar o êxito. Na segunda possibilidade, os alunos encontram um desinteresse generalizado pela escola.

²⁵⁷ Ver Licht, B. G. e Kistner, J. A. – “Motivational problems of LD children: Individual differences and their implications for treatment” in Torgesen, J. K. e Wong, B. Y. L. (eds.) – *Psychological and educational perspectives on learning disabilities*, Orlando, Academic Press, 1986 e Sá, M. I. – *O desenvolvimento das percepções de competência, de controlo e da auto-regulação autónoma. Implicação na motivação para a aprendizagem*, Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 1997. Os alunos podem assim criar um ciclo vicioso que inibe o esforço, retirando a vontade de realizar as tarefas escolares gerando assim a desvalorização da escola e a desistência frente às dificuldades. Refira-se que existem autores que defendem que a motivação é a

Convém referir que a abordagem às Actividades de Complemento Curricular e, sobretudo, o despertar de um maior interesse pelas mesmas, é uma temática que já surgiu há vários anos. Com efeito, sabe-se que antes do início do século XX muitos responsáveis pela Educação opunham-se claramente às actividades extracurriculares, na medida em que consideravam que o objectivo da escola era estritamente académico, pelo que a participação dos alunos nessas actividades não era considerada benéfica.²⁵⁸ Com o decorrer dos primeiros anos do século passado, assistiu-se a uma inversão desse entendimento, decorrente de um cenário em que a atenção dos educadores voltou-se para “a importância da escola no desenvolvimento das crianças” e onde a participação dos alunos em actividades extracurriculares adquiriu um interesse significativo. No ano de 1920 foi mesmo encorajada a participação em actividades dentro de clubes e organizações, na perspectiva de ser um “contributo crucial para esse mesmo desenvolvimento”.²⁵⁹

O argumento de que a cultura dos adolescentes decorre sobretudo de factores sociais (entre esses, os atléticos, a obtenção de bens materiais, a música, a popularidade e o namoro) em contraponto aos factores académicos, prescreve também a perspectiva que se opõe ao envolvimento das actividades extracurriculares. Neste contexto, os melhores desportistas e as personalidades individuais serão então os grandes líderes nas actividades extracurriculares, mas não no desenvolvimento académico. De acordo com este pressuposto, estas actividades podem até ser um factor de distração nos adolescentes, o que implicará que estes não aprendem os aspectos mais académicos da vida escolar. Numa outra abordagem desfavorável à prática das Actividades de Complemento Curricular, encontramos a ideia de que o tempo despendido pelos alunos nessas demandas retira disponibilidade para outras tarefas. Nesse prisma pode inferir-se, por exemplo, que o tempo dedicado às actividades extracurriculares conduz a que os estudantes se desviem dos seus objectivos escolares.²⁶⁰

O passar dos tempos trouxe transformações sociais e políticas de várias ordens, inclusive naquilo que era o reconhecimento formal destas actividades.²⁶¹ Holland e Andre, vieram defender que as actividades extracurriculares promovem as experiências para o desenvolvimento pessoal e

componente mais importante da aprendizagem. Sabendo que o sucesso/insucesso escolar está relacionado com factores motivacionais e de responsabilidade, esta constitui a capacidade de motivar os alunos para um determinado objectivo, satisfazendo um motivo subjacente (ver também Dias, M. e Nunes, M. – *Manual de métodos de estudo*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1998).

²⁵⁸ Ver Dumazedier, Jofre – *Sociologia Empírica do Lazer*, São Paulo, Perspectiva, 1976.

²⁵⁹ Cfr. Gerber, S. – “Extracurricular activities and...”, *op. cit.*, p. 42 e complementar com Thomas, R. – *Sociologie du Sport*, Paris, PUF, 1993.

²⁶⁰ Ver por exemplo Costa, A. S. – *Análise Social do Desporto*, Porto, Faculdade de Letras/UP, 1992 e Marsh, H. W. e Kleitman, S. – “Extracurricular School Activities: The Good, the Bad, and the Nonlinear” in *Harvard Educational Review*, vol. 72, n.º 4, 2002, pp. 464 a 511.

social dos alunos, sendo que também se incluem, entre outras variáveis, o aumento das seguintes: a auto-estima, o auto-conceito académico e a identificação com a escola. Regista-se ainda que alguns autores vieram posteriormente a reconsiderar a sua posição, reconhecendo genericamente os benefícios das actividades extracurriculares.²⁶²

As Actividades de Complemento Curricular continuam, nos dias de hoje, a servir de objecto de estudo para alguns investigadores. As consequências que estas ocupações assumem no desempenho académico dos alunos, são disso um exemplo elucidativo, em parte devido ao papel que estas actividades têm na promoção do desempenho académico e ainda naquilo que pode ser entendida como a prevenção de desistências escolares. Segundo Marsh, a prática deste tipo de actividades leva a um aumento do interesse do aluno face à escola e aos valores da escola, o que pode também implicar, ainda que de forma indirecta, um melhor rendimento académico. Este autor defende igualmente que as actividades promovidas pela instituição de ensino podem contribuir para um maior envolvimento nesta, desenvolvendo atitudes mais favoráveis em relação às aprendizagens escolares.²⁶³

Sabemos que a existência de percepções mais positivas da escola por parte dos alunos que participam em actividades extracurriculares, é uma característica cada vez mais reconhecida nos estudos realizados sobre estas matérias.²⁶⁴ Davalos refere que os alunos que participam nestas actividades apresentam menores probabilidades de abandono, o que pressupõe um crescente sentimento de pertença e contribui positivamente para a construção da sua identidade.²⁶⁵ Sublinhe-se ainda que, de acordo com Freire, as Actividades de Complemento Curricular poderão ser as únicas oportunidades na escola para promover outros tipos de desenvolvimento além do cognitivo. Isto quer dizer que podem constituir experiências exploratórias válidas, nomeadamente no sentido de

²⁶¹ Podemos ir até mais longe, e afirmar que o desporto se constituiu como um espaço de expressão pública dos comportamentos tradicionais. Neste contexto, pode ver-se Dunning, Eric – *Sport Matters: Sociological studies of sport, violence and civilization*. London: Routledge, 1999.

²⁶² Ver Holland, A. e Andre, T. – “Participation in extracurricular activities...”, *op. cit.* e complementar com Long, James E. e Caudill, Steven B. – “The Impact of Participation in Intercollegiate Athletics on Income and Graduation” in *The Review of Economics and Statistics*, vol. 73, n.º 3, 1991, pp. 525 a 531.

²⁶³ Cfr. Marsh, H. W. – “Extracurricular activities: Beneficial extension...”, *op. cit.* e Simão, Rute Isabel Picaró – *A Relação entre Actividades Extracurriculares...*, *op. cit.*, p. 20.

²⁶⁴ Oportuno ver Durkheim, Émile – *Educação Física e Sociologia do Esporte*, Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1990.

²⁶⁵ Os sucessos extra-escolares, podem mostrar ao jovem que este tem talento e capacidades, impedindo que se sinta fracassado e criando objectivos a atingir. É essencial que se saiba transferir estas competências para o domínio académico, podendo o aluno observar que o seu desenvolvimento nesta área acarreta uma maior eficácia de estudo, fazendo prever um maior sucesso académico. Ver Broh, B. – “Linking Extracurricular Programming to Academic Achievement: Who Benefits and Why?” in *Sociology of Education*, vol. 75, n.º 1, 2002, pp. 69 a 81 e Peixoto, F. – *Auto-estima, auto-conceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar*, Braga, Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia, 2003.

ajudar os jovens a testarem-se a si próprios e manter um contínuo bem estar físico, mental e social, onde será determinante a influência do auto-conceito.²⁶⁶

Existem estudos que demonstram que a participação em Actividades de Complemento Curricular tem implicações em alguns dos domínios que dizem respeito ao auto-conceito de apresentação e até no rendimento académico dos estudantes, com melhores prestações ao nível da competência escolar e da aceitação social.²⁶⁷ Contudo, esta perspectiva não é confirmada sempre, pois a participação nas diversas actividades extracurriculares não é linear nas suas consequências. Na verdade, se a participação em determinadas modalidades desportivas ou culturais melhora o desempenho académico, o contrário também acontece, na medida em que a prática de algumas Actividades de Complemento Curricular também pode diminuir esse desempenho.²⁶⁸

De facto, de acordo com a maioria dos estudos efectuados, parece haver uma relação importante entre a motivação, a auto-estima e a participação em Actividades de Complemento Curricular, com ênfase muito significativo para as modalidades desportivas.²⁶⁹ A prática deste tipo de actividades tende a proporcionar aos jovens estudantes mais oportunidades de vivenciarem o corpo e a até a criarem uma imagem mais positiva deles mesmos. No caso específico dos Pupilos do Exército isto é particularmente relevante, sobretudo porque tem implicações directas naquilo que é o desenvolvimento dos alunos mais jovens e adolescentes.²⁷⁰ Vários estudos referem que a participação em desportos colectivos, por exemplo, pode ser um factor promotor para o êxito académico, mas difere de acordo com o tipo de actividade praticada e com a identificação relativa ao grupo social.²⁷¹

A importância relativa à existência e à prática de Actividades de Complemento Curricular no Instituto é também crucial para a nossa análise porque a correlação entre actividades extracurriculares desenvolvidas (dentro ou fora da escola) e o desempenho académico, indica, de

²⁶⁶ Ver Freire, T. – “Lazer e desenvolvimento humano” in *Jornal de Psicologia*, n.º 8, 1989, pp. 27 a 31.

²⁶⁷ Cfr. Peixoto, F. – *Auto-estima, auto-conceito...*, *op. cit.* e complementar com Peixoto, F. e Almeida, L. S. – “Escala de auto-conceito e auto-estima” in Soares, A. P.; Araújo, S. e Caires, S. (eds.) – *Actas da VII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, Braga, Apport, 1999, pp. 632 e 640.

²⁶⁸ Cfr. Beckett, A. – “Linking extracurricular programming to academic achievement: who benefits and why?” in *Sociology of Education Albany*, n.º 75, 2002, pp. 69 a 91. Por exemplo, alguns estudos demonstraram que a participação em actividades extracurriculares desportivas melhorava o desempenho académico dos estudantes, verificado pelas suas classificações finais (Cfr. Fejgin, N. – “Participation in High School Competitive Sports: A Subversion of School Mission or Contribution to Academic Goals?” in *Sociology of Sport Journal*, vol. 11, n.º 3, 1994, pp. 211 a 230).

²⁶⁹ Ver Helal, Ronaldo – *O que é sociologia do esporte*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

²⁷⁰ Ver Dantas, E. H. M – *A Prática da Preparação Física*, Rio de Janeiro, Shape, 1995.

²⁷¹ Esses estudos confirmam que a participação em actividades extracurriculares está associada, de um modo geral, a uma melhoria das médias, à redução do absentismo, ao aumento da vontade em proceder a candidaturas ao ensino universitário e ainda ao aumento da auto-estima. Neste último aspecto, podemos referir um estudo de Royse, que concluiu que os adolescentes que participavam nos escuteiros tinham uma auto-estima mais elevada do que os

uma forma em geral, que as actividades que são realizadas dentro da escola estão mais fortemente relacionadas com o desempenho académico e com o afecto à escola, do que as outras que são realizadas fora da instituição de ensino. Depois, há a referir que a prática de exercício físico, tende a promover uma diminuição da depressão, ansiedade e agressividade (além da melhoria do auto-conceito, auto-confiança e auto-estima), o que é particularmente importante naquilo que é uma escola militar, porque ajuda os alunos a se sintirem melhor consigo próprios e com os demais (muito relevante num ambiente caracterizado pela disciplina e por inúmeras regras), levando também a uma melhor conquista daquilo que é a realização pessoal.²⁷²

Podemos afirmar (de acordo com a maioria dos estudos específicos disponíveis) que, de uma forma em geral, a participação em Actividades de Complemento Curricular promove a interacção com os professores e é um factor de influência no desempenho académico dos alunos, tendendo a criar efeitos positivos sobre a auto-estima, conduzindo a uma fonte de realização pessoal, favorecendo a inserção social e a saúde, ajudando à aquisição de valores de vida colectiva, desenvolvendo o espírito de solidariedade, alimentando interesses pessoais e contribuindo para que não se equacionem comportamentos desviantes, podendo até, por todas estas razões, implicar mais chances no êxito pessoal e profissional. Mesmo assim, várias questões ainda estão por confirmar plenamente pelos especialistas, entre essas, a relação concreta entre a prática destas actividades e o desempenho académico, assim como em que grau é que os benefícios da participação em actividades extracurriculares não desportivas também melhoram o desempenho.²⁷³ O caso português também não é claramente similar com outros quadros além fronteiras, destacando-se, neste âmbito, o contexto norte-americano.²⁷⁴

Depois, há que sublinharmos que muitos outros factores influenciam o desenvolvimento e a socialização dos jovens estudantes do Instituto, como os Alunos Graduados, os comandantes militares, os professores e demais educadores, assim como a própria família (com destaque, neste último aspecto, para os alunos externos). A comunicação social, a televisão e os meios ligados com as novas tecnologias, também têm a sua influência, imprimindo características e formas de entendimento perante várias realidades e contextos. Sendo que a prática das Actividades de

adolescentes que nunca tinham tido qualquer experiência de escutismo. Ver Royse, D. – “Scouting and girl scout curriculum as interventions effects on adolescents self-esteem” in *Adolescence*, Vol. 33, n.º 129, 1998, pp. 160 a 168.

²⁷² Cfr. Gerber, S. – “Extracurricular activities and...”, *op. cit.* e Ribeiro, J. – “Efeitos Psicológicos da Actividade Física” in *Jornal de Psicologia*, n.º 5, 1988, pp. 10 a 14.

²⁷³ Entre outros, ver Marsh, Herbert W. e Yeung, Alexander Seeshing – “Coursework Selection: Relations to Academic Self-Concept and Achievement” in *American Educational Research Journal*, vol. 34, n.º 4, Winter 1997, pp. 691 a 720.

²⁷⁴ Ver Marivoet, Salomé – “Hábitos desportivos da população portuguesa (1988-1998)” in Marivoet, Salomé et al. (coord) – *Um Olhar Sociológico sobre o Desporto no Limiar do Século XXI*, Actas das III Jornadas de Sociologia do Desporto, Lisboa, CEFD, 2002, pp. 199 a 203.

Complemento Curricular implica a existência de sentido de responsabilidade pelo cumprimento dos compromissos assumidos, entre esses, a assiduidade e a pontualidade, então pressupõe também o “estabelecimento de metas pessoais e a tentativa de as alcançar”.²⁷⁵

Em termos sociológicos, há que dizer que esta implicação é muito relevante, porque se uma actividade extracurricular é feita em grupo, então tende a promover também o desenvolvimento de competências de relacionamento social, de trabalho de grupo e a construir o sentido da tolerância, da aceitação da diferença, do espírito de equipa e de colaboração com os outros.²⁷⁶ Depois de vários estudos científicos efectuados por diversos autores especializados, conclui-se que a prática destas actividades proporciona uma oportunidade única para os jovens e para os adolescentes, na medida em que estes reportam consistentemente as suas experiências em termos de concentração e empenhamento.²⁷⁷ Em síntese, podemos mesmo enunciar em seis categorias, os processos de desenvolvimento que podem ocorrer pela prática de Actividades de Complemento Curricular devidamente supervisionadas:²⁷⁸

- *Identidade trabalhada*, pela prática de diferentes modalidades, onde se vai aferindo e explorando a identidade pessoal;²⁷⁹
- *Desenvolvimento da iniciativa*, pela identificação e aquisição de aptidões que ajudam no direccionamento da atenção e esforço para objectivos competitivos;²⁸⁰
- *Competência emocional*, pelo desenvolvimento de aptidões emocionais e controlo de impulsos, gerindo dificuldades e situações;²⁸¹
- *Formação de novas ligações sociais e aprendizagem sobre gestão de conflitos*, pela participação em equipas, clubes e actividades conjuntas;²⁸²

²⁷⁵ Cfr. Simão, Rute Isabel Picaró – *A Relação entre Actividades Extracurriculares...*, op. cit., pp. 22 e 23.

²⁷⁶ Cfr. Linville, P. W. – “Self-complexity as a cognitive buffer against stress-related illness and depression” in *Journal of Personality and Social Psychology*, n.º 52, 1987, pp. 663 a 676.

²⁷⁷ Ver Bryant, J. E. e M. McElroy, M. – *Sociological dynamics of sport and exercise*, Englewood, Morton, 1997.

²⁷⁸ Ver Barnett, Rosemary V. – *Adolescent Experiences from Participation in Extracurricular and Community-based Activities*, Florida, Institute of Food and Agricultural Sciences/University of Florida, December 2005.

²⁷⁹ Os jovens tentam assim realizar novas coisas, ganham conhecimento sobre si próprios e sobre as suas capacidades e aprendem, dessa forma, os seus limites. Cfr. Youniss, J.; McLellan, J. A.; Su, Y. e Yates, M. – “The role of community services in identity development: Normative, unconventional, and deviant orientations” in *Journal Adolescent Research*, vol. 14, n.º 2, 1999, pp. 248 a 261.

²⁸⁰ Os alunos aprendem a esquematizar objectivos realistas, a experimentarem o esforço e a perseverança, a gerirem o tempo e a tomarem consciência das suas responsabilidades. Cfr. Larson, R. – “Towards a psychology of positive youth development” in *The American Psychologist*, n.º 55, January 2000, pp. 170 a 183.

²⁸¹ Nesta vertente, os estudantes aprendem a ter controlo sobre os seus estados de espírito e a sua ansiedade, aprendem também a separar aquilo que são as emoções daquilo que é a atenção e a performance necessárias às suas obrigações, vão ganhando estratégias para a gestão do stress e aprendem a usar as emoções positivas de uma forma construtiva. Ver por exemplo Catalano, R.; Berglund, M.; Ryan, J.; Lonczak, H. e Hawkins, D. – *Positive Youth Development in the United States: Research Findings on Evaluations of Positive Youth Development Programs*, Seattle, U.S. Department of Health and Human Services, 1999.

²⁸² Aqui os alunos interagem com pares que normalmente estão fora da sua rede de interacções e experimentam um aumento da empatia, da compreensão, da lealdade e da intimidade social entre os demais. Cfr. Brown, B. B. – “Peer

- *Desenvolvimento de aptidões sociais*, pela promoção de oportunidades em desenvolver aptidões de liderança, aprendendo a trabalhar com outros e a impulsionar as competências sociais;²⁸³
- *Aquisição de capital social*, pelo relacionamento com líderes adultos que transmitem capital social ao mesmo tempo que conhecimento.²⁸⁴

Do que se pode inferir como um dos aspectos mais importantes na prática das Actividades de Complemento Curricular, temos a motivação dos estudantes. Com efeito, é difícil imaginar um EMEns que não contemple este tipo de actividades. Na verdade, nem a nível nacional como a nível internacional, encontrámos um único exemplo de escola militar que não contemplasse Actividades de Complemento Curricular no seu quadro de estudos, especialmente as de índole desportiva.²⁸⁵ Isto tem uma razão de ser que não é nada despicienda, que decorre de muitas variáveis, mas todas elas ligadas com aquilo que são as exigências formais da tradição, da necessidade de projectar a instituição de ensino e de motivar os seus elementos, promovendo ao mesmo tempo a saúde e o desenvolvimento dos seus alunos pela acção.²⁸⁶

A motivação dos alunos pode distinguir-se em dois tipos: a *motivação intrínseca* e a *motivação extrínseca*. Se o primeiro tipo diz respeito aos sujeitos sociais realizarem e persistirem numa determinada tarefa apenas pela satisfação que essa lhes proporciona²⁸⁷ (sendo vista como um fim em si mesma, porque dessa actividade não resulta qualquer recompensa extrínseca), por seu lado,

groups and peer cultures” in Feldman, S. S. e Elliot, G. R. (eds.) – *At the Threshold: The Developing Adolescent*, n.º 11, 1990, pp. 425 a 450.

²⁸³ Neste contexto, os estudantes aprendem a trabalhar em conjunto (como grupo e como equipa), experimentam e aprendem aquilo que é a liderança e a responsabilidade, assim como aptidões ao nível da comunicação.

²⁸⁴ Esta é uma dinâmica que se liga com o aprender mais sobre a comunidade e como a mesma opera, experimentando o apoio manifestado pelos líderes e pelos vários membros da comunidade. Ver Dubas, J. S. e Snider, B. A. – “The role of community-based youth groups in enhancing learning and achievement through non-formal education” in Lerner, R. M. (eds.) – *Early Adolescence: Perspectives on Research, Policy, and Intervention*, Hillsdale, Erlbaum, 1993, pp. 150 a 174, assim como McLaughlin, M. W. – *Community Counts: How Youth Organizations Matter for Youth Development*, Washington, Public Education Network, 2000. Cfr. também Jarrett, R. L. – “Growing up poor: The family experiences of socially mobile youth in low-income African American neighborhoods” in *J. Adolesc. Res.*, 1995, p. 10 e pp. 111 a 135, além de Israel, G. D. e Beaulieu, L. J. – “Laying the Foundation for Employment: The Role of Social Capital in Educational Achievement” in *Conference on Promoting the Economic and Social Vitality of Rural America: The Role of Education*, New Orleans, April 2003, pp. 14 e 15, e ainda Israel, G. D.; Beaulieu, L. J. e Hartless, G. – “The Influence of Family and Community Social Capital on Educational Attainment” in *Rural Sociology*, vol. 66, n.º 1, 2001, pp. 43 a 68.

²⁸⁵ Oportuno ver, para uma contextualização geral, Dunning, E. e Coakley, J. (eds.) – *Handbook of sport studies*, London, Sage, 2000.

²⁸⁶ Cfr. Roth, J.; Brooks-Gunn, J.; Murray, L. e Foster, W. – “Promoting healthy adolescents: Synthesis of youth development programs” in *J. Res. Adolesc.*, n.º 8, 1998, pp. 423 a 459 e Silbereisen, R. K.; Eyferth, K. e Rudinger, G. (eds.) – *Development as Action in Context: Problem Behavior and Normal Youth Development*, New York, Springer 1986.

o segundo tipo de motivação é percebido pela afectação por valores externos à actividade, ou seja, é um tipo de motivação que é determinado por motivos externos associados ao resultado da tarefa. Neste último tipo, encontra-se o caso dos estudantes que perfazem as suas tarefas no sentido de satisfazerem as exigências de alguém.²⁸⁸

Torna-se evidente pelos diversos estudos já realizados que os alunos que apresentam maior motivação intrínseca para a realização de determinadas tarefas, são aqueles que também, tendencialmente, apresentam os melhores resultados nessas mesmas tarefas. Estas análises são interessantes em muitos outros aspectos, podendo destacar-se aquele que encerra a ideia de que a introdução de recompensas externas após a realização bem sucedida de uma tarefa, conduz posteriormente a uma diminuição do interesse por essa tarefa quando a recompensa é retirada. Neste contexto, percebemos que – preferencialmente – as recompensas extrínsecas devem apenas ser utilizadas numa fase inicial, por exemplo, quando os alunos estão desinteressados pelas tarefas escolares em causa. As recompensas extrínsecas podem ser utilizadas noutras fases, mas sempre respeitando a noção de que o que está em causa é a valorização do esforço dos alunos, do seu empenho, da sua capacidade e do seu progresso na aprendizagem.²⁸⁹

No quadro de uma escola militar como os Pupilos do Exército, a motivação individual dos estudantes é fundamental perante as inúmeras exigências que lhes são colocadas no quotidiano escolar. Neste pressuposto, recordemos que a motivação intrínseca pode muitas vezes basear-se nas necessidades inatas de competência, pelo que os sentimentos de competência tendem geralmente a aumentar o interesse intrínseco pelas actividades. Numa perspectiva de potenciação, sabemos que “*a necessidade da autodeterminação (situação em que o indivíduo participa numa determinada tarefa por vontade própria e não por imposição), juntamente com a necessidade intrínseca de competência funcionam como fontes de energia do comportamento*”.²⁹⁰

Logo, percebemos que promover a autodeterminação é conceder aos alunos uma estrutura orientadora, informativa e de apoio no contexto de interacção, que possam levar os estudantes à autonomia.²⁹¹ Isto pode significar que a motivação intrínseca é mantida sobretudo quando os indivíduos sentem competência e autodeterminação, donde a sua diminuição pode também acontecer

²⁸⁷ Ver Elias, N. e Dunning, E. – “O lazer no espectro do tempo livre” in Elias, N. – *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992, pp. 139 a 185 (edição original: Elias, N. e Dunning, E. – *The Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process*, Oxford, Blackwell, 1986).

²⁸⁸ Cfr. Benson, P., e Saito, R. – “The scientific foundations of youth development” in Jaffe, N. e Marquis, J. (eds.) – *Youth Development: Issues, Challenges and Directions*, Philadelphia, Public/Private Ventures, 2000, pp. 126 a 147 e Eccles, J. S. e Wigfield, A. – “Motivational beliefs, values and goals” in *Annual Reviews Psychology*, n.º 53, 2002, pp. 109 a 132.

²⁸⁹ Cfr. Simão, Rute Isabel Picaró – *A Relação entre Actividades Extracurriculares...*, op. cit., pp. 11 e 12.

²⁹⁰ Cfr. *Idem*, p. 11.

²⁹¹ Ver Gruncau, R. – *Class, sport and social development*, Champaign, Human Kinetics, 1999.

porque “a recompensa diminui o espaço de autonomia e, logo, a autodeterminação do sujeito para as actividades em causa”.²⁹²

Há ainda uma vertente muito importante que importa sublinhar naquilo que é a dimensão das Actividades de Complemento Curricular, vista de uma forma genérica. Trata-se da questão dos objectivos. De acordo com Skaalvik, podem ser apontadas desde logo duas orientações por objectivos, nomeadamente aquelas que são “orientadas para a tarefa” e aquelas que são “orientadas para o ego”.²⁹³ Pormenorizando, é possível dizermos que a orientação para a tarefa tem “o âmago de atenção na tarefa propriamente dita e não na recompensa extrínseca”,²⁹⁴ ou seja, os estudantes que estão orientados nesta vertente têm por objectivo “melhorar o nível de competência e de compreensão”.²⁹⁵ Neste sentido, também se pode inferir que os alunos com orientação para a tarefa tendem a perceber a mestria como um esforço dependente, sendo as suas percepções de habilidade auto-referentes. Esta realidade tem também implicações naquilo que são as emoções dos estudantes, destacando-se o quadro competitivo e as relações sociais decorrentes da prática nas diversas modalidades.²⁹⁶

Notemos que a orientação para o ego está relacionada com a teoria do auto-mercimento, na medida em que os alunos se sentem motivados para reconhecer a reputação de competentes, porque essa realidade implica esforço próprio. É evidente que os estudantes que mostram receio nas suas habilidades, tendem usualmente a desenvolver estratégias defensivas no sentido de evitar o falhanço. Contudo, isto pode também conduzir a um processo de autodefesa, em que os estudantes começam

²⁹² Cfr. Jesus, S. – *Psicologia da...*, *op. cit.*, p. 79.

²⁹³ Na orientação para o ego, os estudantes preocupam-se fundamentalmente com os julgamentos e com a cooperação social. A meta da orientação para o ego nos alunos é tipicamente descrita como o estabelecimento de superioridade de uma ou mais habilidades, comparativamente com os outros. Em situação de aprendizagem, os alunos revelam estar preocupados com eles próprios e em como serão compreendidos pelos outros. Subjacentes à orientação para o ego podem ser atribuídas duas dimensões: a *auto-valorização* e a *auto-defesa*. A primeira refere-se à procura da manutenção de julgamentos positivos das suas capacidades e evitar os negativos (os alunos orientados para a auto-valorização preocupam-se com o facto de poderem ser avaliados ou julgados). Desta forma, o que acontece é que as percepções de habilidade dos alunos são referentes à norma, sendo as suas capacidades julgadas e comparadas pelos seus pares. Se as capacidades serão evidenciadas pela maneira como estes alunos serão capazes de realizar uma determinada tarefa melhor do que outros, então reconhecer-se-á que a dimensão auto-defesa não pode deixar de estar associada à preocupação dos alunos em saberem o que os outros pares pensam acerca do seu desempenho. É por isto que esses estudantes agem de forma a defenderem-se de uma situação de fracasso perante os seus pares, exactamente porque estão preocupados com as comparações sociais. De facto, vivendo estas preocupações, os alunos com baixa percepção de competências tendem a evitar serem vistos como incompetentes, “prevenindo uma correlação negativa entre percepção de capacidade e orientação auto-defensiva”. Cfr. Simão, Rute Isabel Picaró – *A Relação entre Actividades Extracurriculares...*, *op. cit.*, pp. 12 e 13.

²⁹⁴ Cfr. Skaalvik, E. – “Self-enhancing and self-defeating ego orientation: relations with task and avoidance orientation, achievement, self-perceptions and anxiety” in *Journal of Educational Psychology*, n.º 89, 1997, pp. 71 a 81.

²⁹⁵ Cfr. Meece, J. – *The role of motivation in self-regulated learning*, New Jersey, Laurence Erlbaum Associates Publishers, 1994, p. 26.

²⁹⁶ Ver Hanin, Y – *Emotions in sport*, Champaign, Human Kinetics, 2000.

a aceitar as suas falhas. Podemos sintetizar aquilo que Skaalvik refere sobre este entendimento, tendo em conta as estratégias defensivas desses alunos:²⁹⁷

- Os alunos mais orientados para o ego estão mais preocupados com eles próprios e em como serão compreendidos pelos outros;
- Os alunos que se auto-valorizam demonstram-no através das suas habilidades e no que os outros parecem vêem no seu desempenho;
- Os alunos mais auto-defensivos evitam julgamentos negativos por parte dos seus pares.

Decorre desta esquematização, aquela que é a outra orientação proposta por este autor, a designada "*orientação para o evitamento*". Esta orientação é caracterizada pelos estudantes optarem por realizar determinadas tarefas com o objectivo de evitar juízos negativos por parte dos outros. Se o evitar de julgamentos negativos pode resultar num aumento ou num afastamento do esforço, por seu lado, a auto-defesa está positivamente relacionada com o evitar da tarefa, principalmente, em estudantes com baixo auto-conceito académico. Refira-se também que a auto-defesa pode levar ao afastamento do trabalho, como forma de proteger a auto-estima, porque a falha devido ao baixo esforço é menos ameaçadora do que a falha resultante de baixa habilidade. Para um certo número de alunos, ainda se regista que "*a auto-defesa pode levar a um aumento do esforço como tentativa de evitar ser menos incompetente*".²⁹⁸ Esta realidade é muito importante para as actividades extracurriculares, tanto de âmbito cultural como desportivo. Todavia, pela dimensão que usualmente têm aquelas que vão ao encontro de relacionamentos sociais em maior dimensão (com destaque para os desportos colectivos), sobretudo nessas, os educadores têm que ser particularmente atentos a este aspecto.²⁹⁹

Uma escola tem que saber orientar convenientemente os seus alunos. Não podendo estar arredado desta realidade, o modelo geral daquilo que são as escolas militares e os EMEns, tem que ter necessariamente reflectido na sua matriz esta exigência permanente. E neste sentido, há que sublinhar que as Actividades de Complemento Curricular têm uma importância muito significativa naquilo que é a matriz educativa dos EMEns. De facto, as ACC (sejam de índole desportiva ou cultural) representam uma parte essencial no processo educativo destas escolas, exactamente porque ajudam a desenvolver percepções positivas nos alunos, levam a uma maior responsabilização e

²⁹⁷ Cfr. Skaalvik, E. – "Self-enhancing and self-defeating ego orientation...", *op. cit.*, p. 72.

²⁹⁸ Cfr. Simão, Rute Isabel Picaró – *A Relação entre Actividades Extracurriculares...*, *op. cit.*, p. 13. Refira-se que num quadro de auto-estima e orientação auto-defensiva, é possível encontrar correlações negativas fortes porque os estudantes com auto-estima baixa tendem a apresentar preocupações significativas em parecer incompetentes, estando por isso mais vulneráveis em situações de realização.

²⁹⁹ Ver Leonard, W. M. – *A sociological perspective of sport*, Needham Heights, Allyn and Bacon, 1998.

empenhamento, e promovem ainda muitas oportunidades de socialização e convívio, extremamente importantes para o fortalecimento do espírito de corpo e a camaradagem.³⁰⁰

Um dos domínios relevantes no desenvolvimento dos alunos dos EMEns, é o auto-conceito. E consideramo-lo assim porque este encerra aquilo que é a ideia que cada aluno tem de si próprio, nomeadamente das suas capacidades, atitudes e valores existenciais. Tratando-se de um processo de aprendizagem, estamos então perante um quadro dinâmico e em permanente evolução, que começa cedo, logo que o indivíduo está “*inatamente preparado para aprender sobre e consigo próprio*”.³⁰¹

Se nestas actividades os estudantes também se vão apercebendo da imagem que têm de si próprios (pela noção das suas capacidades e traços, enquanto estrutura cognitiva com matizes emocionais e consequências comportamentais), isto quer dizer que encontramos implicações a vários níveis, como sejam a personalidade e o comportamento. Recorde-se que durante o período em que um aluno estuda no IMPE, o seu auto-conceito vai-se modificando. De uma maneira em geral, verificam-se mudanças significativas nos alunos aquando das fases da adolescência, mas a prática de actividades extracurriculares (com destaque para as de cariz desportivo) pode contribuir para que essas mudanças tomem rumos diferenciados, consoante o nível de empenhamento em causa, a identificação dos alunos com a modalidade praticada e as oportunidades sociais que essa actividade ofereça.³⁰²

Sabendo que ao longo da sua vivência nos Pupilos do Exército, os alunos passam por diversos tipos de influência, então reconhecemos que toda essa experiência é um processo em construção. Desde a sua entrada no Instituto, o estudante perfaz um trajecto social e psicológico que o vai ajudando a compreender a uniformidade, a consistência e a coerência do comportamento, assim como a formação da identidade pessoal. Este caminho do auto-conceito admite diversas influências

³⁰⁰ A prática destas actividades pode até incluir momentos competitivos, requerendo um maior investimento ao nível do esforço dispendido. Mesmo que uma actividade não inclua a vertente de competição, a verdade é que a sua prática pode requerer a ultrapassagem de metas perfeitamente definidas, com tarefas cada vez mais exigentes, novas e desafiadoras. Em ambas as situações, é de sublinhar que o sentimento de competência é maximizado pelo esforço, sendo que o rendimento escolar pode ser variável e decorrente, entre outras razões, do nível de aplicação individual e do tempo dispendido para cada actividade. Oportuno ver Aranha, A. e Canto, P. – *A influência das actividades desportivas extracurriculares no rendimento escolar*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2000 assim como Pereira, F. – “Auto-conceito e resultados escolares na adolescência” in *Análise Psicológica*, n.º 9, 1991, pp. 145 a 150 e ainda Senos, J. – “Atribuição causal, auto-estima e resultados escolares” in *Análise Psicológica*, n.º 14, 1996, pp. 111 a 121.

³⁰¹ Cfr. Carapeta, C.; Ramires, A. e Viana, M. – “Auto-conceito e participação desportiva” in *Análise Psicológica*, n.º 19, 2001, pp. 51 a 58.

³⁰² Os desportos colectivos, sobretudo esses, costumam proporcionar aos seus alunos praticantes vários momentos de convívio com outras escolas, especialmente estabelecimentos de âmbito civil. São ocasiões excelentes para motivar os alunos, para estes trocarem ideias, ganharem novas amizades e ainda tomarem conta de outras realidades escolares. Ver Harter, S – “Visions of self. Beyond the me in mirror” in Jacobs, J. E. (eds.) – *Developmental Perspectives on Motivation*, Lincoln, University of Nebraska, 1993, pp. 99 a 144 e também Hattie, J. – *Self-concept*, New Jersey, Laurence Erlbaum Associates, 1992.

(que até podem explicar por que razão determinados padrões de conduta se mantêm nos alunos com o evoluir do tempo) mas, genericamente, podem ser resumidas em quatro dimensões:³⁰³

- Decorrente da sua personalidade, do seu comportamento e até das suas capacidades de liderança, os pares experimentam diferentes relações sociais com o estudante, pelo que o seu auto-conceito é inevitavelmente influenciado à medida que o aluno vai tendo o correspondente “*feedback*” dos outros estudantes e dos demais elementos sociais (educadores, comandantes militares, etc.);
- Tendo em conta que o percurso escolar vai permitindo que o aluno desempenhe sucessivamente diferentes funções na comunidade estudante e na vida académica (entre essas, as funções de Aluno Graduado), ele pode julgar continuamente o seu desempenho pela competência ou incompetência, pelo que a construção do seu auto-conceito é também ajustada por esses frequentes julgamentos;
- Existindo também uma comparação sistemática com as condutas dos seus pares sociais nas mais variadas situações, mas com destaque para aquelas situações que são análogas ou com as quais se sente identificado, o resultado dessas confrontações acarretará sempre ajustamentos (de maior ou menor dimensão) naquilo que é a sua própria conduta;
- A satisfação ou a insatisfação do aluno, de uma forma em geral, decorre ainda da avaliação que o estudante atribui a determinados comportamentos em função do conjunto de regras estabelecidas por grupos normativos (desses grupos, poder-se-á destacar, por exemplo, o Corpo de Alunos Graduados).

Sublinhemos que nenhum adulto nem nenhuma criança se sente neutro em relação à forma como se vê, pois a avaliação que é feita dos atributos pessoais contribui fortemente para o sentimento de auto-estima, claramente associado ao auto-conceito (seja este o *auto-conceito social*, o *auto-conceito académico* ou o *auto-conceito físico*).³⁰⁴ Neste contexto, a percepção que o aluno têm da importância do “*self*” é determinante no modo como este se comporta no Instituto, adequando assim o seu comportamento ao papel social respectivo e tendendo a desenvolver atitudes

³⁰³ Para um melhor aprofundamento destas quatro dimensões, expostas de uma forma mais genérica, ver Serra, A. – “O auto-conceito” in *Análise Psicológica*, n.º 6, 1988, pp. 101 a 110.

³⁰⁴ O auto-conceito é uma componente fundamentalmente cognitiva e contextualizada da auto-avaliação, pelo que a auto-estima é uma auto-avaliação mais descontextualizada, possuindo uma componente predominantemente afectiva e sendo considerada como o resultado da avaliação global das qualidades do sujeito. Ver Peixoto, F. e Almeida, L. S. – “Escala de auto-conceito e auto-estima...”, *op. cit.* e Henriques, E. – *Padrão desenvolvimental da motivação intrínseca/extrínseca em estudantes do 6.º e 9.º ano de escolaridade: relação com o auto-conceito*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2000.

mais positivas face a si próprio quanto mais os comportamentos e actividades lhe forem sucessivamente favoráveis. No quadro desportivo, por exemplo, encontramos muitas oportunidades onde as relações sociais se desenvolvem de maneira bastante profícua e é possível constatar a forma extremamente interessante como funcionam as percepções individuais dos atletas.³⁰⁵ Mesmo mais tarde, os efeitos destas capacidades de relacionamento são evidentes, porque a socialização também é um processo dinâmico.³⁰⁶

Neste sentido, desde cedo que a prática de actividades extracurriculares ajuda a clarificar a imagem que o aluno tem de si próprio, não só porque o número de relações sociais aumenta (contribuindo de forma efectiva para a manutenção, aumento e mudança do seu auto-conceito, uma vez que este se desenvolve à medida que os outros significativos agem e se expressam em relação às suas características e comportamento), mas também porque pode potenciar uma maior autodeterminação dos estudantes (porque acreditam mais em si próprios, ficam mais autónomos e motivados), tendendo a incentivar a persistência nos alunos pelo alcance de metas e ainda ensina a definir e a reorganizar tarefas ou prioridades.³⁰⁷

As actividades culturais e desportivas constituem-se assim como uma extensão benéfica do *curriculum* tradicional do Instituto porque trabalham de uma forma muito directa naquilo que é a motivação e o auto-conceito dos estudantes, sendo estes, como sabemos, dois dos domínios mais relevantes no processo de ensino e aprendizagem.³⁰⁸ Depois, há que percepcionarmos que o desenvolvimento de competências influencia o esforço e a persistência e tem implicações na escolha de tarefas e objectivos, promovendo também diferentes experiências assim como vários desempenhos e, ainda,³⁰⁹ muito importante, relacionando-se de forma inequívoca com aquilo que é a

³⁰⁵ Ver Hattie, J. – *Self-concept, op. cit.* assim como Harter, S – “Visions of self...”, *op. cit.* e Marivoet, S. – *Aspectos Sociológicos do Desporto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

³⁰⁶ Ver Curtis, J.; McTeer, W. e White, P. – “Exploring effects of school sport experiences on sport participation in later life” in *Sociology of Sport Journal*, vol. 16, n.º 4, 1999, pp. 348 a 356.

³⁰⁷ Ver Raymond, T.; Haumont, A. e Levet, J. M. – *Sociologie du Sport*, Paris, PUF, 1987 assim como Beauregard, M. e Ouellet, G. – “Élaboration et mise à l’essai d’un programme de prévention du décrochage scolaire axé sur les activités parascolaires” in *Loisir et Société*, vol. 18, n.º 2, 1995, pp. 373 a 394 e ainda Holland, A. e Andre, T. – “Participation in extracurricular activities in secondary school: What is know, what needs to be known?” in *Review of Education Research*, vol. 57, n.º 4, 1987, pp. 437 a 466.

³⁰⁸ Ver por exemplo Silvestre, E. – *A identificação ao grupo de pares como estratégia de manutenção do auto-conceito e auto-estima em adolescentes com insucesso escolar*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2000.

³⁰⁹ Interessante ver Monteiro, V. – *Leitura a par. Efeitos de um programa tutorial no desempenho em leitura, motivação, auto-conceito de alunos do 2.º e 4.º ano de escolaridade*, Lisboa, Departamento de Educação da Faculdade de Ciências/Universidade de Lisboa, 2003 e Serrão, O. – *A relação entre a motivação e o auto-conceito. Importância do estatuto escolar nos perfis motivacionais de crianças do 4.º ano de escolaridade*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2001. Recordemos que a motivação está relacionada com o interesse dos alunos para realizar determinadas actividades e o auto-conceito, por seu lado, é a forma como cada um se percepção a si mesmo. Sublinhemos que as pessoas desejam ser reconhecidas pelas demais como capazes, pelo que se os indivíduos concluem

auto-estima dos alunos. Na verdade, a auto-estima e os afectos a ela ligados têm um efeito na motivação, pelo que uma elevada percepção de competência e auto-estima nos estudantes, permitem também prever uma motivação positiva e promotora do seu comportamento de realização. Aliás, o mesmo se passa com o papel que a família detém, porque aquilo que esta representa nos estudantes e nas suas oportunidades é, de uma forma em geral, bastante consequente. Por exemplo, o caso dos alunos internos e externos dos Pupilos do Exército, apresenta alternativas educativas que são distintas no mesmo contexto escolar de um EMEns.³¹⁰

Os estudantes que acreditam que são competentes, estão mais motivados intrinsecamente para as tarefas escolares. As Actividades de Complemento Curricular ajudam os alunos a criarem uma imagem mais positiva de si mesmos, promovendo mais auto-confiança, maior auto-aceitação e um mais sólido auto-conceito. Trazem benefícios a vários níveis, conduzindo a uma maior auto-estima e, no caso das actividades desportivas, a uma condição física muito mais desenvolvida e com outras aptidões. De facto, a participação neste tipo de actividades conduz a que os alunos tenham uma percepção mais elevada na dimensão de competência atlética. Mesmo assim, importa sublinhar, tal como expusemos, que apesar da compreensão positiva para uma habilidade desportiva e de outras capacidades atléticas, contudo, estas podem não ser transferidas para a componente académica. Aliás, a montante desta questão, também se deve recordar que as aptidões não são transversais a todos os alunos, pelo que as ACC têm que ser escolhidas tendo em conta este pressuposto e, mesmo depois da sua escolha, ter em atenção para as ACC de cariz desportivo que “*a aptidão física do atleta comporta vários componentes*”, pelo que a sua especialização é o caminho mais adequado a seguir.³¹¹

A prática de Actividades de Complemento Curricular, com destaque para as de cariz desportivo, influencia a imagem que os alunos têm de si próprios e o seu comportamento nas mais diversas formas, além de proporcionar uma melhor condição física, “*melhorar a aparência e reforçar a auto-confiança*”.³¹² Nas variáveis mais reconhecidas, incluem-se mesmo uma melhor aceitação social e uma mais provável atracção romântica. Depois, segundo os diversos estudos realizados, existe uma forte relação entre as actividades extracurriculares realizadas dentro da escola e a identificação com os estudantes aos valores, à imagem e às tradições dessas mesmas instituições

não ser capazes de realizar um grosso número de tarefas, a motivação vai diminuindo, comprometendo sonhos e aspirações, por motivo destes serem influenciados pela motivação.

³¹⁰ Importante ver Marujo, H.; Neto, L. e Perloiro, M. – *A família e o sucesso escolar*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

³¹¹ Cfr. Ribeiro, Basil – *O Treino do Músculo*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992, p. 79.

³¹² Cfr. Shorter, Frank – *Corrida para uma boa forma física*, Porto, Dorling Kindersley – Civilização Editores, 2005, p. 11.

de ensino.³¹³ Neste contexto, é muito relevante ter em conta que as actividades extracurriculares promovem experiências para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Por exemplo, nos Pupilos do Exército, é de sublinhar que o envolvimento de alunos de vários anos lectivos numa mesma Actividade de Complemento Curricular, sejam estes rapazes ou raparigas, sejam estes portugueses e/ou estudantes de outra nacionalidade (nomeadamente, os alunos dos PALOP), tem aqui uma importância central.³¹⁴



Fotografia n.º 185
Espírito de Equipa Pílonica

³¹³ É conveniente afirmar que existem diferenças substantivas entre o contexto de Portugal e o de outros países, quando falamos naquilo que são as actividades extracurriculares e a sua importância no ensino. Por exemplo, o sistema educativo norte-americano, além de prestigiar estas actividades, elas são maioritariamente realizadas dentro da escola, onde os alunos podem ter um maior apoio e consequentemente um melhor desempenho académico. Em Portugal, as actividades de complemento curricular são essencialmente praticadas fora da escola e, em alguns casos, são até vistas como algo que pode atrapalhar o rendimento académico dos alunos. Muitos estudos referem que a prática de actividades fora da escola pode promover uma auto-estima mais elevada nos alunos. Útil ver Figler, S. K. e Whitaker, G. – *Sport and play in American life*, Dubuque, Brown & Benchmark, 1995 e Smith, R. A. – *Sports and freedom: The rise of big-time college athletics*, New York, Oxford University Press, 1988.

³¹⁴ Cfr. Hanson, S. L., e Kraus, R. S. – “Women in male domains: Sport and science” in *Sociology of Sport Journal*, vol. 16, n.º 2, 1999, pp. 92 a 110, assim como Harrison, L.; Lee, A. M. e Belcher, D. – “Race and gender differences in sport participation as a function of self schema” in *Journal of Sport and Social Issues*, vol. 23, n.º 3, 1999, pp. 287 a 307.



Fotografia n.º 186

X Concurso de Ditado entre os EMEns (edição 2006/2007)³¹⁵

³¹⁵ Na foto, alunos do IMPE e do CM. Após uma final que contou com 27 alunos dos 3 EMEns, o grande vencedor do *Concurso de Ditado 2006/2007* foi um aluno do IMPE, tendo sido os restantes lugares do pódio preenchidos por dois alunos do Colégio Militar. Os resultados finais foram os seguintes: *1.º lugar*, João Rodrigues, IMPE; *2.º lugar*, Miguel Duarte, CM; *3.º lugar*, Ricardo Fortes, CM; *4.º lugares*, Miguel Santos, IMPE e Silva Hilário, CM; *5.º lugar*, João Moreira Alves, IMPE; *6.º lugares*, Rodrigo Simões, CM bem como Pedro Filipe Vieira, IMPE e ainda Rosa, IO.

2. MENS SANA IN CORPORE SANO: O SIGNIFICADO DAS ACTIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR NO QUADRO DA IDEOLOGIA E DA FORMAÇÃO NO IMPE

“O dom de ser humilde, generoso e forte, de dar beleza e dignidade à vida, sem temer a morte. Ter bons nervos e músculos, mas sobretudo raciocínio, em perfeita harmonia, sob o seu domínio.

Esse dom de saber viver, com prazer, tornando sã e bela a vida.”

*Coronel Roberto Durão*³¹⁶

Os benefícios que se alcançam com a prática regular de exercício físico são significativos. Podem mesmo ser considerados de extrema importância, especialmente se nos reportarmos aos mais jovens, pois aqui essa prática contribui, em muito, para uma melhor capacitação e desenvolvimento do potencial físico (e até psicológico) dos indivíduos nessas idades e também na idade adulta. A aquisição de hábitos desportivos também se inclui no domínio das vantagens alcançadas pela prática de modalidades dessa natureza na juventude. Ora, numa outra vertente encontram-se as actividades culturais. Se as primeiras contribuem para uma melhor condição física dos seus praticantes, por seu lado, as segundas tendem a ir ao encontro do fomento das capacidades de raciocínio dos indivíduos que nelas participam, a uma maior gestão do seu conhecimento e uma melhor aprendizagem, e até mesmo à familiarização com novas tecnologias da informação. Mas no que concerne a ACE e ACC nos Pupilos do Exército, é preciso sublinhar que actualmente as ACC do Instituto apresentam um leque de opções muito menos diversificado do que há uma década atrás.

Com efeito, para o ano lectivo de 2005/2006, foram aprovadas apenas algumas alternativas.³¹⁷ No âmbito desportivo, constataram-se o Andebol, Basquetebol, Futsal, Remo, Orientação, Ginástica, Natação e o Kempo. No âmbito cultural, encontrámos o Atelier de Artes, Modelismo,³¹⁸ Revista, Clube de Teatro, Piano/Órgão, Grupo Coral e Instrumental, Escola em Movimento, Informática.

Com uma observação rápida pelas opções agora existentes, torna-se fácil detectar as faltas de algumas ACC que noutros períodos de tempo tiveram um relevo social assinalável no IMPE (como sejam os casos da Esgrima e do Taekwondo, tendo a primeira prevalecido em grande nível até

³¹⁶ Ver citação em Azevedo, Pedro Ramalheira – “Cinco Anos de Pentatlo Moderno no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995, p. 27.

³¹⁷ Cfr. IMPE – *Actividades de Complemento Curricular*, documento de distribuição interna, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 2005, p. 1.

³¹⁸ Ver Velez, Fernando – “O Mundo do Modelismo” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 24 e Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Aeromodelismo no Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005, p. 13.

há bastante pouco tempo atrás) assim como outras actividades que, embora talvez sem tanto relevo como essas modalidades (como sejam os casos do Xadrez e da Escultura), desempenharam uma função educativa importante pelo fomento permanente da diversidade curricular e pela maior amplitude educativa oferecida aos alunos. Podem-se ainda enumerar, entre essas outras actividades que eram praticadas anteriormente, o Atletismo, a Equitação (os alunos deslocavam-se às instalações da GNR para este efeito), o Voleibol,³¹⁹ o Ténis de Mesa e a Musculação, entre outras.³²⁰

Num prisma formativo que não é forçosamente o mesmo que aquele que diz respeito às ACC, mas que contribui igualmente para alguns dos objectivos das últimas (como é o objectivo de “*facultar aos alunos contacto com novas realidades culturais e sociais*”) há que mencionar que o IMPE, além das ACC, alberga também aquilo que são as *Actividades de Complemento com Influência Pedagógica* (ACIP), que no fundo são actividades que contribuem para consolidar algumas das matérias leccionadas nas aulas curriculares, assim como para fomentar a familiarização com as alternativas diversas do mercado de trabalho e a própria socialização com a sociedade civil.³²¹

Das visitas de estudo que se podem objectivar no contexto actual do Instituto (e que na mesma linha, ao nível de pluralidade, diminuíram na oferta aos alunos quando comparadas com aquilo que era a prática corrente há uma década ou mais atrás³²²), podem enumerar-se as seguintes:³²³

- Museus na área metropolitana de Lisboa;
- Indústrias e Fábricas em geral;
- Indústrias de Têxteis do Vale do Ave;
- Centrais Hidroeléctricas;
- Fábrica Siemens;
- Fábricas da Indústria Automóvel;
- Palácios, Mosteiros, Castelos e outros Monumentos;
- Unidades, Estabelecimentos e Órgãos das Forças Armadas.

³¹⁹ Nos anos lectivos de 2001/2002 e 2002/2003 houve uma tentativa de relançamento do Voleibol, mas sem consequências significativas, apenas com alguma actividade interna, através de um Torneio Inter-Turmas. Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Voleibol” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 24.

³²⁰ Cfr. Esteves, Manuel da Conceição – *Actividades Circum-Ecolares. Ano Lectivo 1989/90*, Separata da Revista *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990, p. 3.

³²¹ Ver por exemplo Gomes, João – “Visita de estudo à Casa Museu dos Patudos, em Alpiarça” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 12.

³²² Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Visitas de Estudo” in *Querer é Poder*, n.º 22, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991, p. 8.

Aliás, há que referir que as ACIP contribuem em muitos domínios comuns às ACC de cariz cultural. Numa determinada perspectiva, estas ACC desempenham um importante papel dinamizador nas áreas curriculares não disciplinares do IMPE, envolvendo os alunos “*nas temáticas mais diversificadas e servindo de fio condutor entre os saberes disciplinares e a descoberta e aprofundamento de novos conhecimentos*”. Mesmo assim, esta importância não teve sempre o mesmo impacto na Escola e num sentido muito análogo àquele que concerne às outras ACC, nomeadamente as de índole desportiva, estas actividades sempre dependeram em muito dos elementos coordenadores em funções (professores e instrutores), bem como, não menos essencial e não menos importante, dos alunos encarregues da sua monitorização secundária.³²⁴

Já nos remetemos noutras partes do texto para a ideia de que, actualmente, vivemos naquilo que se chama “*Era da Globalização*”, enquanto termo particularmente próximo de Giddens e no sentido em que este o utiliza. Com efeito, sabemos que é útil perceber que a sociedade enfrenta permanentes desafios e problemáticas que apelam a decisões interdisciplinares e a competências estruturantes. Contudo, é também fundamental que entendamos que a escola, enquanto vista numa óptica educadora e formadora, tem que procurar articular a transmissão de conhecimentos com aptidões personalizadas, de modo a valorizar a aprendizagem individual e a promover a auto-construção da personalidade dos alunos de forma interactiva. Esta realidade terá em conta os diversos componentes da socialização, que vão desde a família ao meio envolvente e à sociedade em geral. De facto, a sociedade moderna a isso exige, porque é caracterizada “*pela interpenetração de diferentes universos culturais que outrora mantinham entre si fronteiras mais claras*”.³²⁵

Partindo do pressuposto que existe um apelo frequente à criatividade, à pesquisa, à organização, à sistematização da imensa informação que a comunicação social e as tecnologias da informação veiculam, então é também possível que frequentemente os estudantes sejam pressionados para reflectirem, de forma a não só percepcionarem a realidade, mas também a conseguirem uma harmoniosa formação global e a obterem a sua integração social e profissional.³²⁶

Salientemos que durante muitos anos a APE assumiu um lugar de referência no quadro desportivo, com várias modalidades onde participavam não só antigos alunos, mas também estudantes da Escola. Das modalidades onde essa participação se pôde constatar, podem enunciar-se

³²³ Ver por exemplo Gama, Marília – “Palácio Nacional de Sintra. Visita de Estudo” e Baleizão, Francisco – “Visita de Estudo à Escola Militar de Electromecânica” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, pp. 13 e 17, respectivamente.

³²⁴ Cfr. Rodrigues, Ana Paula e Figueiredo, Vitória – “Porquê ACC Culturais?” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 16.

³²⁵ Cfr. Pinto, Conceição Alves – *Sociologia da...*, *op. cit.*, p. 124.

³²⁶ Neste sentido, ver Rodrigues, Ana Paula e Figueiredo, Vitória – “Porquê ACC...”, *op. cit.*, p. 16.

por exemplo o Voleibol, o Atletismo, o Basquetebol, o Andebol, a Natação, o Remo, Esgrima, Andebol de 7, Tiro e Taekwondo.³²⁷ No quadro do Instituto, as ACC Culturais apresentaram sempre um leque de opções que visou realçar e estabelecer percursos complementares à estrutura escolar tradicional, dinamizando as aprendizagens e promovendo a motivação e a disciplina. Mas o número limitado das actividades existentes actualmente está também inevitavelmente confinado a certos domínios, pelo que a confrontação da teoria com a execução de tarefas e a melhoria da qualidade e da eficácia da educação e da formação (à luz das exigências da sociedade do conhecimento) sofre consequências no que diz respeito ao alcance que essa confrontação pode atingir.³²⁸

Desde a fundação do Instituto que podem ser referenciadas muitas actividades ligadas com a área circum-escolar ou, num entendimento mais próximo da actualidade, com a denominada área de complemento curricular. De facto, pode-se recordar de forma muito breve alguns desses momentos (ainda que a nossa análise se remeta necessariamente, de forma profunda, para o período posterior a 1985). Por exemplo, sabemos que em 1916 a equipa de futebol do IPPE foi admitida na Associação de Futebol de Lisboa, tendo sido no mesmo ano criado o Grupo Desportivo do Instituto (o futebol foi, de facto, a modalidade eleita dos primeiros tempos nos Pupilos do Exército³²⁹). Aliás, nesse mesmo ano, a 10 de Maio, os Pupilos do Exército foram visitados pelos delegados ao Congresso de Educação Física, realizado em Lisboa. Em 1921 foi criada uma orquestra com instrumentos metálicos, cinco violinos, duas violetas, um rabecão e um violoncelo. No ano de 1941 foi inaugurado um tanque de instrução de Remo, com capacidade para oito remadores.³³⁰

Um dos jogos grandes de futebol foi aquele que se realizou em 23 de Janeiro de 1921, que terminou com uma vitória dos Pupilos do Exército por 6 bolas a zero à Escola Nacional. Em 12 de Fevereiro de 1922 realizou-se no Campo Grande um desafio de Futebol entre o Instituto e o Asilo Maria Pia, onde também o IMPE obteve uma expressiva vitória por 5 bolas a zero. Num evento entre EMEns e outras instituições, recordemos por exemplo uma festa que se realizou no Coliseu dos Recreios, em 1 de Junho de 1921, promovida pela GNR e cujo produto reverteu a favor do

³²⁷ Entre muitos outros, ver Redacção do Boletim da APE – “A Associação e o Desporto” e Sequerra, David – “A moderna geração desportiva de ex-alunos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 1 (Número Único), Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1954, pp. 3 e 4 respectivamente, assim como Redacção da Revista Querer é Poder – “Andebol de Sete” e “Tiro” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 95, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 1980, pp. 6 e 7.

³²⁸ A APE também, desde há muito, que englobou actividades culturais nas suas demandas regulares. Num desses exemplos, ver Redacção do Boletim da APE – “A Associação e as actividades culturais” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 38, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Dezembro de 1965, p. 4.

³²⁹ Entre outros, ver Pinto, Soares – “Team desportivo do Instituto” in *O Profissional*, n.º 1, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 31 de Janeiro de 1916, p. VIII e Centeno, Eduardo M. – “Crónica desportiva” in *O Profissional*, n.º 24, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Maio e Junho de 1919, p. 8.

³³⁰ Cfr. Cunha, Carlos; Rito, Ricardo e Duarte, Nuno – “Efemérides Pilónicas” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998, p. 24.

monumento a erigir aos soldados da Grande Guerra, na qual participaram os grupos corais do CM, do IFET e do IMPE.³³¹

Disputada em 1924/25 a Taça Fraternidade Militar, de Tiro, esta foi ganha pelos alunos Dário d'Oliveira, Manuel Saraiva e Carlos Martins. Foi também disputada a Taça Challenge (que dela falaremos mais à frente) durante 10 anos entre o CM e o Instituto, nomeadamente entre 1923 e 1933. Em 1939 o ITMPE foi vencedor da prova de Florete Taça Mocidade Portuguesa e no ano seguinte conquistou os três primeiros lugares no Campeonato Militar de Esgrima. Em 1947 alcançou o 1.º lugar no Campeonato Nacional de Atletismo de 2.ª categoria no ano lectivo 1946/47 e no ano de 1948 foi Campeão de Futebol da Estremadura da Mocidade Portuguesa em 2.ª e 3.ª categorias. No ano de 1950 o Instituto foi vencedor do Campeonato de Futebol da Mocidade Portuguesa na categoria de Iniciados e destacou-se no Voleibol com excelentes resultados. Em 1951, os Pupilos do Exército obtiveram excelentes resultados na modalidade de Atletismo nos Campeonatos Nacionais da Mocidade Portuguesa, com dois primeiros lugares em Iniciados e Juniores, respectivamente. Vencedor dos Campeonatos de Futebol de Lisboa e da Estremadura da Mocidade Portuguesa em 1952, nos dois anos seguintes, alcançaria o primeiro lugar no Andebol e, depois, o 1.º lugar no Campeonato de Futebol Provincial da Mocidade Portuguesa. Em 26 de Abril de 1954, sabemos também que houve lugar para uma exibição da Classe Especial de Ginástica no Estádio do Restelo, sob o olhar do Presidente da República.³³²

A progressão de resultados mostra realmente o empenho significativo que o Instituto sempre depositou nas actividades desportivas. No ano de 1955, seria o 1.º classificado nos Campeonatos Regional e Provincial da Mocidade Portuguesa em Basquetebol e também 1.º classificado nas regatas escolares, conquistando em Remo a Taça Engenheiro Nobre Guedes. Em 1957, conquista o 1.º lugar nos Campeonatos Distrital e Provincial da Mocidade Portuguesa em Futebol, tendo ainda alcançado o 1.º lugar no Ténis de Mesa em Vanguardistas "A". No ano seguinte, seria 1.º classificado em Atletismo no Torneio de Mínimos, tendo ainda conquistado o 1.º lugar por equipas e os três primeiros lugares a nível individual. Em 1959 registaram-se vários resultados de grande nível, ao nível do Andebol e do Atletismo, sendo que em 1960 o Instituto viria a vencer em várias modalidades e em vários campeonatos da Mocidade Portuguesa, destacando-se as modalidades de Ténis de Mesa, Atletismo e Remo. A Classe Especial de Ginástica representaria ainda de forma

³³¹ Cfr. Cunha, Carlos e Rito, Ricardo – “Efemérides Pilónicas” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999, p. 25.

³³² Ver *Idem*, p. 25.

admirável as Forças Armadas no Congresso Latino de Educação Física, realizado em Madrid, em 1956, no qual foi considerada a melhor equipa presente.³³³

No quadro desportivo, em artigo datado de 1985 lê-se que “*um desporto será tanto mais completo quanto maior for o seu contributo para o desenvolvimento equilibrado do Homem nas suas várias dimensões: a física, a moral, a intelectual, a social e a artística. Paralelamente, faculta-lhe um racional desenvolvimento da imaginação e da vontade, da inteligência e do músculo, do espírito prático e do espírito de sacrifício individuais e colectivos*”. Estas palavras inseriam-se num alerta para a prática do Remo no Instituto e da sua projecção ao momento. Com efeito, temos consciência que as ACC podem ajudar a promover o elevado espírito de companheirismo e até de sacrifício, naquilo que foi nesse artigo sobre a ACC Remo foi apelidado de dotação de “*grande querer*”.³³⁴ Em 1945, uma equipa do IPPE, representando a Associação Naval de Lisboa, ganhou o título nacional de Yolle de 4 em juniores, tendo a modalidade apenas sido iniciada no ano de 1942.³³⁵

A frota que o Instituto foi detendo para competir em Remo pode ser considerada como variável ao longo do tempo, mas logo em 1985 era constituída por um *Yolle-8*, um *Yolle-4*, um *Shell-4* com timoneiro, um *Quadri-sull* e um *Double-sull*, podendo estas duas últimas embarcações transformar-se também em *Shell-4* sem timoneiro e *Shell-2* sem timoneiro, respectivamente. Contribuiu valorosamente a dedicação do treinador Tenente-Coronel Vítor Domingos (posteriormente Oficial General oriundo do SAM), que tanto se empenhou em formar e preparar várias gerações de remadores do Instituto. É interessante referir que já aí, em 1985, ao nível da competição, “*o mais grave (...) [revelava-se], porém, no facto de essa participação*” ser difícil, tendo como “*causa directa a falta de tempo disponível para uma perfeita conjugação entre treinos e estudos*”. De facto, os outros aspectos, relativos a instalações e equipamentos, eram claramente favoráveis à prática no Instituto. Recordemos que “*o tanque que se encontrava à entrada da 1.ª Secção (...) [era] considerado o melhor e mais bem equipado do País*” nesse tempo. Esta instalação desempenha, como se sabe, um “*papel primordial na iniciação e preparação do remador*”.³³⁶ A

³³³ Cfr. Redacção do Boletim da APE – “Actividades Desportivas do I.T.M. dos Pupilos do Exército” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 22, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1961, pp. 21 e 23.

³³⁴ Cfr. Trolho e Duarte – “Desporto. Remo” in *Querer é Poder*, n.º 2, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1985, p. 5.

³³⁵ Cfr. Cunha, Carlos e Rito, Ricardo – “Efemérides Pilónicas” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999, p. 25.

³³⁶ Cfr. Duarte – “Remo” in *Querer é Poder*, n.º 4, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Julho a Agosto de 1985, p. 9.

Secção de Remo do Instituto chegou inclusivamente a organizar torneios de Ergómetro Indoor, aliados a exposições sobre esta ACC.³³⁷

No ano de 1998 a ACC Remo deparava-se com algumas dificuldades, mas mesmo assim, na regata comemorativa do aniversário do Clube Ferroviário de Portugal, a equipa pilónica conseguiu realizar o melhor tempo da sua categoria, Yolle 4, e o terceiro melhor de Yolle 8, realizando assim uma brilhante vitória que já não conquistava há quatro anos. Como só participavam com uma embarcação, ficaram em 5.º lugar por equipas, já que a classificação era feita por pontos e os outros clubes participaram com muitas mais embarcações, em várias categorias e escalões. Nesse ano, Pedro Valadares afirmava que *“era bom que as pessoas responsáveis dessem mais atenção ao Remo e à vontade demonstrada pelos alunos em praticar esta modalidade, para que um desporto tão bonito e com tanta tradição nesta Casa não desapareça”*.³³⁸ Nas provas em que participou, no ano de 1999, a equipa masculina do IMPE alcançou dois primeiros lugares e um segundo lugar, entre outros. A estreante equipa feminina do IMPE obteve um 2.º lugar.³³⁹

Em Fevereiro de 2000 disputou-se o VIII Campeonato Nacional de Remo Indoor em Caminha, com a presença de 40 atletas do IMPE repartidos em diversos escalões (infantis, iniciados, juvenis, seniores femininos e seniores masculinos). Num evento que contou com mais de 500 atletas de todo o País, os Pupilos do Exército participaram com grande entusiasmo e conquistaram lugares muito relevantes, incluindo um jovem Campeão Nacional.³⁴⁰ Em 18 de Novembro de 2000 e num conjunto de regatas realizadas no rio Tejo, o IMPE participou com duas tripulações, um Yolle 4 Juvenis/Juniores e Yolle 4 Open. Numa modalidade exigente técnica e fisicamente, o Instituto alcançou o 2.º e 3.º lugares, respectivamente.³⁴¹

No dia 16 de Dezembro de 2000 o IMPE participou numa prova de Remo-Indoor organizado pelo Clube Ferroviário, aquando das festividades do seu aniversário, tendo-se destacado os primeiros lugares de Hugo Rodrigues e Tiago Correia (Infantis e Iniciados, respectivamente), assim como o

³³⁷ Ver Moreira, Luís – “I Torneio de Ergómetro Indoor do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994, p. 32.

³³⁸ Cfr. Valadares, Pedro – “Remo no Instituto. Quem sabe nunca esquece!” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998, p. 23.

³³⁹ Cfr. André, Nuno – “Remo. O regresso aos tempos áureos” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, p. 27.

³⁴⁰ Destacaram-se os seguintes lugares: em Infantis, 1.º (Campeão Nacional) Aluno Hugo Rodrigues e 8.º Aluno João Almeida; em Iniciados, 8.º Aluno Miguel Costa; em Femininos Universitários (Prova de 1000 metros), 3.º Aluna Rute Rodrigues, 6.º Aluna Ana Pardal, 7.º Aluna Ana Henriques, 8.º Aluna Inês Infante; em Masculinos Universitários (Prova de 1000 metros), 5.º Aluno Nuno André, 7.º Aluno Rodrigo Correia, 8.º Aluno Daniel Carvalho e 10.º Aluno Marco Valadares; em Masculinos Promoção (Prova de 1000 metros), 3.º Capitão Paulo Pereira (antigo aluno do Instituto e oficial de Administração Militar a prestar serviço na Escola) e 9.º Aluno Nelson Santos. Cfr. Pereira, Paulo – “Remo. Campeonato Nacional de Remo Indoor” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 22.

³⁴¹ Cfr. Romeiro, Ivo – “Remo” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 23.

segundo e terceiro lugares de David Parker e Sérgio André (também em Infantis e Iniciados). Logo no mês de Janeiro de 2001, ao dia 27, realizou-se na Associação Naval de Lisboa um torneio complementar ao Campeonato Nacional de Yolle de Fundo. A equipa do Instituto, formada pelo Professor Pedro Tomás e pelos alunos José Alves, Nelson Antunes, Eusébio, Ferreira, Tiago Correia, Alexandre António e Pedro Silva, venceu a prova (que consistia na realização de 10000 metros) e festejou-a com o Grito do IMPE. Na cidade de Vila do Conde, no seu Clube Fluvial, decorreria também no dia 17 de Fevereiro um Torneio de Remo Indoor. Deve ser sublinhada a conquista do 1.º lugar de Hugo Rodrigues, que mais uma vez obteria o Recorde Nacional ao percorrer 1301 metros em cinco minutos, remando mais de 54 metros que o antigo recorde realizado em 1997 por Eduardo Lemos da Associação Naval 1.º de Maio.³⁴²

Com uma equipa de 5 remadores, o IMPE participou no Campeonato Nacional realizado em 9 de Fevereiro de 2002, sendo que o aluno Hugo Rodrigues classificou-se em 2.º lugar na categoria de Iniciados.³⁴³ No ano lectivo de 2002/2003 a ACC de Remo foi pouco frutuosa em provas competitivas, tendo um rendimento e expectativas inferiores aos anos anteriores. Desde o início do ano que os alunos treinaram bastante, com o objectivo de participarem no Campeonato Nacional, mas por falta de condições de mobilidade, tal não foi possível. No entanto, no final do ano realizou-se uma prova de Remo Indoor, a nível nacional, no Colégio Militar. Dentro da categoria de Juniores ficou qualificado, em primeiro lugar, com 1530m em 5 minutos, o aluno do IMPE Tiago Correia.³⁴⁴

Em 31 de Janeiro de 2004 o IMPE participaria mais uma vez no Campeonato Nacional de Remo, na Universidade de Aveiro, mas desta feita sem resultados relevantes.³⁴⁵ Em 2005, participando novamente no Campeonato Nacional de Remo, o IMPE conquistou os 4.º, 7.º e 9.º lugares no escalão de Infantis. No Torneio de Remo Indoor da Cidade de Lisboa, os Pupilos do exército também conseguiram lugares de destaque, nomeadamente o 1.º, 2.º e 4.º do escalão Infantil, assim como o 4.º, o 9.º e 11.º no escalão de Juvenil.³⁴⁶

³⁴² O Professor Pedro Tomás, que mais uma vez participaria no escalão de Seniores (promoção), alcançaria o 3.º lugar do pódio. Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Propósito do Remo” e Torneio de Remo Indoor” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, pp. 20 e 21.

³⁴³ Cfr. Redacção do Boletim da APE – “Remo Indoor” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 23.

³⁴⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Remo no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 22. Em 4 de Fevereiro de 2004 realizar-se-ia também um Torneio Interno de Remo Indoor, com a participação de vários alunos do IMPE, bem como alguns antigos alunos, professores e oficiais da Casa. Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Remo Indoor” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 23.

³⁴⁵ Cfr. Pinto, André – “Remo” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 24.

³⁴⁶ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Orientação e Remo” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 23.

Uma das actividades com maior tradição no Instituto é a Esgrima.³⁴⁷ Os resultados obtidos ao longo da história do Instituto são de facto relevantes, na medida em que os atiradores dos Pupilos do Exército (especialmente os alunos), competindo muitas vezes com adversários de elevado nível nacional, conseguiram frequentemente conquistar posições de destaque.³⁴⁸ Num relance muito sintético, sabemos que em 1912 foi designado como professor de esgrima do Instituto o Mestre Pedro de Oliveira, tendo sido substituído em no ano de 1920 por um notável esgrimista e mestre, o Capitão de Infantaria Luís Alberto de Oliveira.³⁴⁹ Passam depois pela Sala de Armas outros nomes com orientação destacada no meio esgrimístico, como o então Major Viriato Rodrigues e o Capitão Óscar Mota, e posteriormente, o Coronel Fanha Vicente.³⁵⁰

Este notável mestre dedicou *“especial interesse e carinho à preparação da equipa”* do Instituto. Mesmo após a sua passagem à situação de reforma, continuou ensinando, ficando a dever-se *“um período alto da esgrima no Instituto, preparando atiradores de elevado gabarito tais como, José Ramalhete, João Carlos Oliveira e Paizano Afonso, entre outros”*.³⁵¹ Ao assumir a direcção da Sala de Armas do IMPE em meados de 1983, o Coronel Soeiro Zilhão encontrou uma situação de transitoriedade iniciada com a morte do Coronel Vicente, a quem se tinha ficado a dever o ressurgimento da esgrima na Escola e sobretudo um ensino de qualidade. Por morte deste mestre de armas e por não ter sido colocado outro elemento qualificado no IMPE, a prática da modalidade foi assegurada, não só pelo médico militar do Instituto (o Dr. João Paulo de Almeida, distinto esgrimista) mas também por um grupo de alunos, atiradores de significativa qualidade que, *“com a aquiescência da Direcção mantiveram uma actividade a todos os títulos notável”*.³⁵²

³⁴⁷ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeonatos de Esgrima do Exército” e “Esgrima na Madeira” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, p. 5.

³⁴⁸ Cfr. Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Esgrima. Entre duas estocadas” in *Querer é Poder*, n.º 2, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1985, pp. 6 e 7.

³⁴⁹ Foi vencedor, no Campeonato de Paris, perante o famoso Nedo Nadi, Campeão do Mundo de Espada, facto que ao tempo apaixonou a opinião pública parisiense. Recorde-se que no decorrer das provas e apesar do valor da equipa francesa, os italianos haviam vencido. Perante o espanto da assistência, Luís Alberto de Oliveira superou Nedo Nadi, infligindo-lhe uma inesperada derrota. Os franceses, loucos de entusiasmo, acumularam a equipa portuguesa de atenções. Procurando dar-se oportunidade de um novo encontro entre os dois esgrimistas, foi aprazado novo encontro numa das mais famosas salas de armas de Paris, onde havia pretexto para mais uma pequena festa. Em duelo amigável e definitivo, houve explosões de louco entusiasmo quando Luís Alberto venceu de novo, confirmando as suas qualidades de um dos melhores esgrimistas do mundo nesse momento. Já com a patente de Major foi investido no cargo de Ministro da Guerra no Governo de Oliveira Salazar em 1933. A sua actividade esgrimística foi rica e aliciante, tendo anteriormente terçado armas com D. Manuel II em Sintra, quando o Monarca aí passava o período estival no Palácio da Pena e ele, Luís Alberto de Oliveira, comandava a guarda às instalações.

³⁵⁰ Cfr. Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Esgrima. Um relance sobre o passado.” in *Querer é Poder*, n.º 3, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1985, p. 5.

³⁵¹ Ver *Idem*, p. 5.

³⁵² Entre esses, os nomes de João Carlos Oliveira, José Ramalhete, Álvaro Lameira e Paisano Afonso. Cfr. Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Esgrima (entre duas estocadas). Em jeito de Balanço” in *Querer é Poder*, n.º 7, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 1986, p. 33.

É conveniente afirmar que, por muito empenho que mostrassem, a verdade é que estavam pressionados por outras preocupações primárias, *“tais como terminar os seus cursos, obter classificações que os creditassem no mercado de trabalho, para além de outras condicionantes que a sua vida privada lhes impunha”*. Esta realidade conduziu a que se proporcionasse um ensino mais voltado para aqueles alunos que demonstravam espontaneamente mais capacidades,³⁵³ do que procurar dar instrução a um grupo mais alargado onde as capacidades fossem surgindo ao longo do tempo.³⁵⁴ Por outras palavras, *“fazer-se escola”*. O Coronel Zilhão foi isso que fez,³⁵⁵ alargando a base de apoio em recursos humanos na Sala de Armas. Com efeito, é de salientar que dos cerca de *“10 alunos herdados em meados de 1983”*, a esgrima passou *“para perto de 20 no ano lectivo de 84/85, dos quais 5 alunas dos Cursos Superiores”*. Mesmo assim, o Coronel Zilhão sublinhava o seguinte: *“Em nada pode ou deve prejudicar os vossos estudos e o vosso aproveitamento escolar. Não queremos fazer Campeões! Queremos fazer Homens úteis ao País e à Sociedade”*.³⁵⁶

Dos eventos realizados ao nível da ACC de Esgrima no Instituto, é de referir que muitos foram mesmo de grande relevo, como seja o Campeonato do Mundo de Esgrima, para Cadetes, realizado nos dias 13 e 14 de Maio de 1989 no Pavilhão Gimnodesportivo dos Pupilos do Exército.³⁵⁷ A alegria e o interesse da juventude são constantes na estruturação desta e outras actividades,³⁵⁸ como é o caso dos torneios entre EMens.³⁵⁹ Nas palavras do Coronel Zilhão, o Torneio de Esgrima do IMPE, *“desde sempre alargado ao Colégio Militar e Instituto de Odivelas (D. Afonso), foi progressivamente alargado no seu âmbito aos Estabelecimentos de Ensino Militar [AM, EN e AFA], perspectivando esta sua abertura a necessária ligação dos alunos de um e outro*

³⁵³ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima nos Pupilos” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988, p. 5. Tem referência ao artigo “Acção de Fomento, Provas de Esgrima com 60 Atiradores”, publicado na página do desporto do *Diário de Notícias* de 15 de Dezembro de 1988.

³⁵⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima em S. Domingos de Benfica” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988, pp. 8 a 9.

³⁵⁵ Ver Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Torneio de Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 8, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1986, p. 40 e Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeonato de Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986, pp. 4 e 5.

³⁵⁶ Ver Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Esgrima (entre duas estocadas). Em jeito...”, *op. cit.*, pp. 33 e 35.

³⁵⁷ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeonato do Mundo de Esgrima (Cadetes) Realizado no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 18, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1989 a Janeiro de 1990, p. 3.

³⁵⁸ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Torneio de Esgrima IMPE 1992” in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992, p. 35.

³⁵⁹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Torneio de Esgrima IMPE 89” in *Querer é Poder*, n.º 18, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1989 a Janeiro de 1990, pp. 9 a 11 e Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Torneio de Esgrima IMPE 90” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990, pp. 33 a 36.

*grupo de Escolas e Academias, de modo a fomentar, dentro do limite das suas possibilidades, o despertar de vocações”.*³⁶⁰

Normalmente, estes torneios são constituídos por uma prova individual de Sabre e outra individual de Espada, uma prova mista de Espada. Podem, contudo, ter outro tipo de provas agendadas, de acordo com a organização de cada evento. Salientam-se os prémios dos primeiros classificados, a Taça Coronel Fanha Vicente (antigo mestre da Sala de Armas do Instituto) e a Taça Brigadeiro Rodrigues Coelho, a serem atribuídas também de acordo com o estipulado para cada torneio. No Torneio de Esgrima do IMPE realizado em 1993, aquando do fim da prova, o Coronel Soeiro Zilhão, mestre de armas do Instituto, aproveitou a oportunidade para se despedir dos seus alunos e de todos os mestres e atiradores presentes em virtude de deixar o serviço activo. Foi um acto particularmente emotivo, pois entendeu ser aquele o local certo para anunciar a sua retirada, junto dos seus alunos e amigos e durante uma prova que havia criado há cerca de 10 anos, em 1984.³⁶¹

Em colaboração com a Federação Portuguesa de Esgrima, o Instituto já chegou mesmo a organizar no Pavilhão Gimnodesportivo da 2.ª Secção, provas do Circuito Nacional de Esgrima.³⁶² Na história da Esgrima do Instituto, também se encontram momentos em que atiradores dos Pupilos do Exército foram seleccionados para os Campeonatos da Europa, como é por exemplo o caso do atirador João Borges, sob orientação do Tenente Hélder Alves. Nessa deslocação, acrescenta-se até que a Delegação Nacional aos Campeonatos da Europa foi chefiada também por um professor do Instituto, João Paulino, sendo que todo este é um contexto de trabalho de formação que merece ser sublinhado.³⁶³ Entre outras referências, recordemos que no Campeonato Nacional de Cadetes realizado em Reguengos de Monsaraz em 1998, as duas equipas concorrentes do IMPE alcançaram excelentes resultados, conquistando os títulos de campeã e vice-campeã, tendo individualmente o aluno Hugo Guerra sagrado-se vice-campeão nacional.³⁶⁴

No balanço da época 1997/98 e sob a orientação do recentemente promovido Capitão Hélder Alves, podem ser referenciadas as participações do IMPE nos Jogos Olímpicos da Juventude, a

³⁶⁰ Cfr. Zilhão, Pedro Augusto Soeiro e Viães, 1.º Sargento – “Torneio de Esgrima IMPE/91” in *Querer é Poder*, n.º 23, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991, p. 37.

³⁶¹ Cfr. Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Torneio de Esgrima IMPE 93” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994, p. 36 e 37.

³⁶² Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996, pp. 24 e 25.

³⁶³ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeonatos da Europa de Esgrima. João Borges integra a Selecção Nacional de Juniores”, assim como “Estágio para alunos praticantes de Esgrima e Pentátlo Moderno” e ainda “Breves. Participação do IMPE: No Desporto Escolar e no Desporto Federado” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996, p. 23.

³⁶⁴ Cfr. Diniz, José – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998, p. 23.

conquista do 1.º lugar no Ranking Nacional do Circuito Juvenil 97/98 (destaque para o 1.º lugar em classificações individuais para o aluno Ruben Soares), a conquista do título de Campeão Nacional de Iniciados para o aluno Joaquim Videira e a conquista no escalão de cadetes do título de Equipa Campeã Nacional. Ao nível do desporto escolar, destacam-se os títulos de Campeões Regionais de Florete para os alunos Pedro Milharadas e Carlos Martins, tendo este último sagrado-se Vice-Campeão Nacional. Ao nível do desporto militar, o IMPE participou como equipa convidada nos campeonatos do Exército de 1998, tendo alcançado os seguintes resultados: a Equipa A ficou em 1.º lugar e a equipa B, em 2.º lugar. No mesmo campeonato, o Capitão Hélder Alves, responsável pela Sala de Armas do IMPE, sagrou-se Campeão do Exército e conquistou o Troféu Veiga Ventura, atribuído ao atirador com melhores resultados nas provas militares durante o ano de 1998.³⁶⁵

Mas as vitórias continuaram. De facto, no ano seguinte os sucessos aconteceram novamente, com relevo para os atletas Danta em Florete (com dois primeiros lugares, um segundo e um terceiro) e Pedro Milharadas (que ganhou as três provas em que participou), para os alunos Hélder Borges e Joaquim Videira (com o 1.º lugar ex-aequo no Ranking Nacional de Iniciados e 3.º lugar ex-aequo de Cadetes), para o aluno Ruben Soares (2.º lugar no Ranking Nacional), que conquistou o título de Vice-Campeão Nacional. A equipa do IMPE sagrou-se também Campeã Nacional de Cadetes. A nível internacional, os alunos do IMPE integraram a Selecção Nacional nos Torneios de Barcelona e de Madrid. Houve participações também no Torneio Herculano Pimental (com conquista do 2.º lugar no escalão de Seniores Absolutos). No Campeonato Nacional de Juniores, destacou-se o aluno Joaquim Videira, com um excelente 2.º lugar.³⁶⁶

Num fecho com chave de ouro na época 1998/99, várias questões havia a sublinhar ao nível desta extraordinária ACC. Colectivamente e na disciplina de Espada, o IMPE tinha conquistado o prémio da melhor prestação em Iniciados e Cadetes e tinha sido eleito como a melhor Sala de Armas no circuito juvenil. A equipa de Cadetes, constituída pelos alunos Hugo Borges, Ruben Soares e Joaquim Videira, sagrou-se Campeã Nacional. Também o título de vice-campeã no mesmo escalão foi conquistado pela equipa formada pelos alunos Carlos Martins, Hélder Borges e Pedro Milharadas. A nível individual distinguia-se o aluno Joaquim Videira, que se tinha sagrado Campeão Nacional de Iniciados e alcançado o 1.º lugar do Ranking Nacional. Depois, a equipa constituída pelos atiradores Capitão Hélder Alves e alunos Luís Gonçalves e Joaquim Videira venceram, ao nível do desporto militar, o Torneio do CMEFD. No Torneio da Academia Militar, saiu vencedora a equipa constituída pelos alunos Hugo Guerra, Hugo Borges e Joaquim Videira. No Torneio da

³⁶⁵ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima. Balanço da Época 1997/98” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998, p. 23.

Escola de Sargentos do Exército, a formação constituída pelo Capitão Helder Alves e alunos José Santos e Pedro Milharadas também alcançou a vitória. As cores pilónicas brilharam igualmente no Campeonato do Exército com a equipa constituída pelo Capitão Helder Alves (Campeão do Exército e vencedor do Troféu Veiga Ventura), Luís Gonçalves e Pedro Milharadas a alcançar o 2.º lugar.³⁶⁷

No início da época 1999/2000, na prova do Campeonato do Mundo realizada em Lisboa, a Sala de Armas do IMPE foi a que conseguiu ver seleccionado o maior número de atiradores. Num total de 21 participantes portugueses, seis eram Pilões. No Torneio de Madrid, em Outubro de 1999 e no escalão de Cadetes, Joaquim Videira e Helder Borges foram os únicos representantes portugueses, sendo que entre os 47 atiradores participantes, estes alunos do IMPE arrebataram os dois lugares cimeiros.³⁶⁸ De facto, os alunos do IMPE representaram Portugal (através da Federação) em vários torneios internacionais. Foi assim também nos Torneios Internacionais de Bratislava e de Pisa. Helder Borges e Joaquim Videira, os dois alunos que participaram no Campeonato do Mundo de Esgrima realizado na cidade norte-americana de South Bend, conquistaram respectivamente o 27.º e o 32.º lugares, num total de 78 atiradores.³⁶⁹

A nível nacional e no âmbito do desporto federado, a época saldou-se com a equipa de Cadetes a sagrar-se tricampeã nacional, tendo o aluno Helder Borges conquistado o título de campeão nacional. Por sua vez, a equipa de Juniores conquistou o título de Vice-Campeã, tendo o aluno Joaquim Videira obtido o 3.º lugar. Refira-se ainda que nos escalões de Juniores, cadetes e iniciados, o IMPE manteve os lugares cimeiros nos respectivos rankings. Com efeito, a Esgrima assumiu-se como uma ACC de referência indubitável no IMPE. Recordemos que os atiradores do Instituto sagraram-se ainda Campeões Distritais e Regionais, onde se salientaram os seguintes alunos: Nuno Milharadas (3.º lugar em Passarinhos), José Danta (1.º em Infantis), Pedro Milharadas (1.º em Iniciados) e Carlos Martins (1.º em Juvenis). No Torneio do IMPE, organizado em 15 de Março de 2000, os esgrimistas da Escola conquistaram também as três primeiras posições nas provas de Florete e Espada, sendo que na prova de Sabre apenas participaram equipas do CM e AFA. Nesta prova, ganhou o CM. Resta ainda dizer que nessa época, no Torneio do CMEFD, a equipa do

³⁶⁶ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima. As vitórias continuam” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999, pp. 23 e 24.

³⁶⁷ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, p. 27.

³⁶⁸ Ver *Idem*, p. 27.

³⁶⁹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000, p. 18 e Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima. Mais uma época vitoriosa” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 23.

IMPE, composta pelo Capitão Helder Alves, Aluno Helder Borges e Aluno Joaquim Videira, ficou em 1.º lugar entre as 11 equipas participantes.³⁷⁰

Em 21 de Outubro de 2000, realizou-se em Madrid um torneio internacional de Esgrima no qual participaram 50 atletas. A Selecção Nacional masculina de espada foi representada por 3 atiradores, dois dos quais, pertencentes ao Instituto: Helder Borges e Joaquim Videira. Também nessa prova mostraram empenho e pericia, alcançando o 1.º e 3.º lugar da prova espanhola.³⁷¹ O ano lectivo 200/2001 foi impressionante: Campeões Nacionais de Juniores por Equipas, Penta-Campeões Nacionais de Cadetes por Equipas, Campeões Nacionais de Iniciados, Vencedores do Torneio do Exército (CMEFD), 1.º Classificado no Ranking de Iniciados (conjunto de 6 provas), 1.º Classificado no Ranking de Cadetes (conjunto de 6 provas), 1.º Classificado no Torneio Internacional de Pisa (Itália), participação no Campeonato do Mundo de Juniores com dois atletas nos Estados Unidos da América e ainda Melhor Sala de Armas em Espada no conjunto de todas as provas realizadas durante essa época desportiva.³⁷²

O percurso desportivo continuou,³⁷³ mas em Dezembro de 2002 a situação da Esgrima no instituto estava numa situação delicada. Com efeito, como referia Espiguinha, *“tal como outros desportos que glorificam o nosso Pilão, tem sofrido com os momentos de indefinição que têm caracterizado os últimos anos deste Instituto e, apesar de continuarmos a treinar na nossa sala de Armas só podemos representar a nossa Casa através da APE”*. A situação era tanto mais preocupante pois, no que concerne a resultados desportivos do ano lectivo anterior (2001/2002), tudo tinha corrido bem. Em síntese, sabemos ao nível de resultados, o seguinte: Vencedores do Torneio do Exército (CMEFD), 1.º Classificado no Ranking Nacional de Infantis, 2.º Classificado no Ranking Nacional de Iniciados, Vice-Campeão Nacional de Iniciados (Individual), 1.º Lugar no Campeonato Nacional de Iniciados (Equipas), 1.º Classificado no ranking Nacional de Juniores, 3.º Classificado na Taça do Mundo de Juniores. À data do artigo e mesmo com as restrições expressas, já haviam conquistado o 8.º lugar na Taça do Mundo de Juniores e o 3.º Lugar no Campeonato da Europa.³⁷⁴

No dia 11 de Maio de 2003, os alunos do IMPE, patrocinados pela APE (este aspecto é de uma importância fulcral), foram mais rápidos e eficazes que os seus adversários em Espinho. Na

³⁷⁰ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima. Mais uma época...”, *op. cit.*, p. 23.

³⁷¹ Cfr. Romeiro, Ivo – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 23.

³⁷² Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A propósito da Arte da Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, pp. 23 e 24.

³⁷³ Cfr. Videira, Joaquim – “Da digna arte da ‘Peleja Pilónica’” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002, p. 24.

Nave Polivalente de Espinho, realizaram-se os Campeonatos Nacionais de Espada masculina, em Iniciados, sendo que os alunos da Escola alcançaram lugares de destaque, entre esses: Nuno Milharadas em 1.º, Pedro Espiguinha em 3.º, José Santos em 6.º e Igor Oliveira em 9.º lugar. Com esta classificação, Pedro Espiguinha e Nuno Milharadas ficavam em primeiro e segundo lugar do Ranking nacional de Espada. Em comunicado de Imprensa da Federação de Esgrima, lia-se que “com a participação de cerca de 100 jovens pertencentes a 18 salas de todo o território nacional (...) Na Espada Masculina, vitória do atleta da Associação dos Pupilos do Exército, Nuno Milharadas, vencedor na final ante o atleta do Colégio Moderno Sérgio Melo. Por equipas (...) vitória em Espada da Associação dos Pupilos do exército, equipa constituída por Pedro Espiguinha, Nuno Milharadas, Igor Oliveira e José Santos”.³⁷⁵

Realizaram-se depois no Pavilhão Gimnodesportivo do IMPE, nos dias 22 de Janeiro, 12 e 18 de Fevereiro de 2005, a Preparação 4 - Juniores (onde Pedro Milharadas alcançou o 6.º lugar), a Preparação 4 - Seniores (onde Helder Borges alcançou o 2.º lugar, Joaquim Videira o 3.º, João Borges o 5.º, e Hugo Borges o 6.º lugar) e ainda o Campeonato Nacional de Cadetes (onde Nuno Milharadas se sagrou Vice-Campeão, ao conquistar o 2.º lugar entre 19 atiradores).³⁷⁶ No dia 5 de Março de 2005 realizou-se uma outra prova no Pavilhão do IMPE, enquadrada no Campeonato Nacional de Juniores (Espada/Individual), onde Pedro Milharadas conquistou o 3.º lugar.³⁷⁷ De referir ainda que, no mesmo ano, a equipa de Espada da APE foi convidada a representar Portugal no Torneio Internacional de Casablanca (Marrocos), o que reflectiu o reconhecimento e o prestígio da sua Sala de Armas e também a formação que os elementos constituintes receberam no Instituto. A presença no Torneio foi um êxito. Os cinco atletas que representaram a APE e Portugal obtiveram os seguintes resultados, num quadro de 32 atletas: 1.º João Borges, 2.º Hélder Borges, 5.º Hugo Borges, 6.º José Santos, 9.º Nuno Milharadas.³⁷⁸ Já em 2006, na modalidade de Esgrima, sempre muito acarinhada pelo Instituto e patrocinada pela APE, o aluno Nuno Milharadas conquistou o título de Campeão Nacional de “Cadetes” na modalidade de Espada, entre 24 participantes de 11 diferentes clubes.³⁷⁹

³⁷⁴ Cfr. Espiguinha, Pedro – “Notícias da Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 23.

³⁷⁵ Citação em Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Uma vez mais, esgrimimo-nos bem” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 22.

³⁷⁶ Cfr. Dias, Augusto – “Esgrima Pilónica” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 196, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2005, p. 64.

³⁷⁷ Cfr. Dias, Augusto – “Campeonato Nacional de Juniores (Espada/Individual)” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 197, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2005, p. 66.

³⁷⁸ Machado, José Félix – “Torneio Internacional de Espada de Casablanca (Marrocos)” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 197, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2005, p. 66.

³⁷⁹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeão Nacional de Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006, p. 23.

Sublinhemos que um dos símbolos da Esgrima mais queridos para o Instituto é a *Taça Challenge*. A história deste troféu a isso conduziu, merecidamente. Oferecido pela GNR ao Colégio Militar e aos Pupilos do Exército em 1920 para ser disputada durante 10 anos, seria entregue ao EMEns que, ao fim desse período, a tivesse conquistado mais vezes, vindo esse facto a acontecer com o Instituto. Isto foi tanto mais notável porque então só havia Esgrima curricular nos cursos superiores, o que limitava o recrutamento dos esgrimistas pilónicos. A Sala de Armas da E.E.F.E., instalada no Teatro de S. Carlos transbordava, em 7 de Maio de 1933, de Meninos da Luz e Pilões em falanges de apoio entusiastas mas ordeiras. O nervosismo dominava atiradores e assistentes. A equipa do Instituto, constituída pelos alunos Mário Gil Martins, Manuel Sacramento Monteiro e Octávio Gomes Barata, tinha sido preparada pelos Mestres Major Viriato Rodrigues e Capitão Óscar Mota, sendo que conquistou a Taça Challenge aquando da sétima vitória por parte das equipas dos Pupilos do Exército.³⁸⁰

A Taça Challenge, toda em prata trabalhada sobre uma pianha de madeira onde se aplicaram as chapas de prata com o nome dos atiradores que constituíram as equipas que a ganharam ao longo da década, constitui um belo troféu. Restaurado pela APE, foi entregue ao IMPE pela Associação, em cerimónia simples mas cheia de significado, no dia 26 de Março de 1992. Na sede da APE comparceram muitos antigos alunos, sendo alguns deles os próprios atiradores que haviam conquistado a Taça Challenge. Estes antigos alunos e atiradores responderam à chamada solene pelo Presidente da Direcção da APE, Dr. David Sequerra, tendo seguidamente entregue o troféu ao Director do IMPE de então, o Brigadeiro Cipriano Pinto.³⁸¹

A Classe Especial de Ginástica do Instituto é uma das outras actividades desportivas que pode ser considerada como “*um dos instrumentos que mais revelaram e deram a conhecer o (...) nome*” da Escola. Com efeito, ao longo de vários anos participou em inúmeras exhibições, não só pelo País, como também pela Europa e pelas ex-colónias. Estão expostos no Instituto os destacados galhardetes, troféus de participação e de distinção representativos das deslocações da Classe Especial,³⁸² enquanto grupo meticulosamente preparado pelo saudoso Professor Robalo Gouveia num período de tempo significativo.³⁸³ As consecutivas manifestações de destreza, de coragem e

³⁸⁰ Cfr. Lino, Santos – “Taça Challenge” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 22, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1961, p. 15.

³⁸¹ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder – Relíquias do passado dão entrada no Museu do IMPE* in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992, pp. 7 a 9.

³⁸² Ver Costa, Fernando das Neves – “Torneio de Mini-Trampolim Inter-Escolas” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, pp. 6 e 7.

³⁸³ O Professor Robalo Gouveia viria a falecer no dia 15 de Junho de 1985, pouco tempo depois de ter cessado as suas funções docentes no Instituto. O Instituto não ficou indiferente à passagem “*de tão vigorosa personalidade, especialmente pelo amor e pelo prestígio que o Prof. Robalo dedicou e trouxe ao IMPE*”. Numa circunstância trágica, o autor do artigo que abordava a morte e a memória de Robalo Gouveia, o também Professor de Educação

agilidade nos exercícios concederam a esta actividade desportiva uma grande projecção interna e externa dos Pupilos do Exército.³⁸⁴

Em termos objectivos, sabemos que em 26 de Abril de 1954 houve lugar para uma exibição da Classe Especial de Ginástica no Estádio do Restelo, sob o olhar do Presidente da República. A 16 e 18 de Junho de 1956, a Classe de Ginástica Especial dos Pupilos do Exército participou no II Congresso Latino de Educação Física, realizado em Madrid, representando as Forças Armadas Portuguesas. As exhibições da Classe foram de tanto sucesso que pela sua brilhante actuação no Congresso, o Instituto foi louvado pelo Governo.³⁸⁵ Para ilustrar a forma de como foi aceite pela Europa a classe nos fins dos anos 50 e princípios dos anos 60, podemos recordar duas frases comentadas por jornais da época, a primeira inscrita num periódico nacional e a segunda num periódico Belga (*Les Sports*):³⁸⁶

- “Não há no mundo uma classe de ginástica como a dos Pupilos do Exército, que revelou a sua categoria excepcional no Congresso de Educação Física na Bélgica”;
- “Grande sensação de Liège, a classe dos Pupilos do Exército”.

Em Julho de 1958 a Classe de Ginástica participou no Congresso Mundial de Ginástica. Recorde-se que durante o Congresso Internacional de Educação Física, que se realizou em Liège, de 15 a 19 de Maio de 1962 (note-se que a Classe já tinha participado nos congressos de 1956 em Madrid, de 1958 em Bruxelas e Luso-Brasileiro em 1960), a Classe Especial de Ginástica do Instituto tinha actuado como representação da própria juventude nacional. Na sua primeira exibição,

Física do IMPE João de Sá e Silva, veio a falecer em sequência de um atropelamento na via marginal Lisboa-Cascais. A compilação das notas por si deixadas e ainda a referência no mesmo artigo à sua morte, foram assim executadas pela redacção da revista dos alunos (ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Nas mãos de Deus. Os professores de Educação Física, Manuel Correia Robalo Gouveia e João de Sá e Silva para sempre nos deixaram” in *Querer é Poder*, n.º 8, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1986, pp. 3 a 5). No dia 11 de Novembro de 1986, O Governo Português através do Ministro da Educação (João de Deus Pinheiro), atribuiria ao Professor Robalo Gouveia, a título póstumo, a Medalha de Mérito desportivo. No dia seguinte, foi igualmente agraciado, a título póstumo, com o Colar da Medalha de Valor, Mérito e Bons Serviços, que enquanto mais alto galardão da Federação Portuguesa de Ginástica, foi entregue à viúva, a Professora Maria Eduarda Robalo Gouveia (ver Ferreira – “Homenageada a Memória do Dr. Robalo Gouveia” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986, p. 9). No final de Dezembro de 1987, “a Câmara Municipal de Lisboa homenageou a memória do Prof. Robalo Gouveia, saudoso professor deste Instituto, dando o seu nome a uma rua na zona do Bairro de Telheiras” (cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Recordando Robalo Gouveia” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, p. 7). Robalo Gouveia tinha ainda duas medalhas de Serviços Distintos, a Medalha de Mérito Desportivo, a Medalha do Duque de Caxias (Governo Brasileiro) e Cavaleiro da Ordem de Cisneros (Governo Espanhol). Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – Homenagem a Robalo Gouveia” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990, p. 5.

³⁸⁴ Cfr. Raimundo, José da Silva – “Classe Especial de Ginástica. O prestígio além fronteiras” in *Querer é Poder*, n.º 3, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1985, p. 8.

³⁸⁵ Cfr. Cunha, Carlos e Rito, Ricardo – “Efemérides...”, *op. cit.*, p. 25.

³⁸⁶ Para citação, ver *Idem*, pp. 8 e 9.

no dia 16, a classe arrebatou a assistência pela forma impecável como os exercícios foram executados, onde perfilou também a ginástica de aparelhos, os exercícios de equilíbrio elevado e de suspensão. Logo após a exibição, houve um convite para nova apresentação, que constituiu novo êxito. Como consequência do grande êxito alcançado a classe, comandada pelo então Capitão Robalo Gouveia, foi também convidada a fazer uma série de exibições no mês de Outubro, em Bruxelas, Antuérpia e Lovoina, em vez das classes dinamarquesas de Niels Buch e da turma da Jugoslávia, que foram preteridas depois da visualização das actuações dos Pupilos do Exército.³⁸⁷

Todos os anos a Classe Especial participa em diversos eventos, sendo por isso importante sublinhar aquilo que é uma tradição pilónica,³⁸⁸ nomeadamente “a presença sistemática da Classe Especial em Festivais e Saraus”.³⁸⁹ Com êxito, este grupo actuou com frequência no estrangeiro, em encontros internacionais e já representou o Exército Português em vários festivais militares.³⁹⁰ As representações da Classe Especial na Gymnaestrada Mundial são normalmente destacadas pela sua elevada importância, pois este festival é no contexto desportivo um evento de grande nível e conhecida divulgação. Com início em 1956 em Roterdão, “com o intuito de incentivar a sã camaradagem e mostrar a ginástica de grupo não competitiva (sem limites de idade)”, passou a realizar-se de 4 em 4 anos em várias cidades europeias.³⁹¹ Aquando da sua representação na Gymnaestrada Ciutat de Barcelona III, a Classe Especial de Ginástica do IMPE obteve mais uma vez

³⁸⁷ Depois destas exibições, o presidente da Federação Internacional de Educação Física, Tenente-Coronel Leal de Oliveira, afirmou ao Professor Robalo Gouveia, na presença do Inspector da Mocidade Portuguesa, o Professor Augusto Raposo, que não havia no Mundo uma classe de rapazes dos 16 aos 18 anos, capazes de executar uma tal lição de ginástica. Os alunos tornaram-se rapidamente centro de todas as atenções e foram distinguidos com muitos convites, para reuniões sociais. Houve até uma reunião com raparigas universitárias alemãs, que terminou num baile, em que os alunos do Instituto viveram uma interessante jornada de camaradagem com as jovens estudantes germânicas. Refira-se que o *Les Sports* afirmava em crónica: “O grande triunfo pertenceu, mais uma vez, aos portugueses. Como na antevéspera, os espectadores vibraram e as mãos crispavam-se nos braços das cadeiras, durante os saltos da classe dos Pupilos do Exército de Lisboa. O Professor Manuel Robalo Gouveia chegou a resultados surpreendentes em ginástica desportiva. Toda a gama de exercícios acrobáticos no solo, muitas vezes executados dois a dois, foi passada em revista a um ritmo acelerado. Os saltos perigosos, com ou sem trampolim, são moeda corrente para estes jovens portugueses, que parecem ter um desprezo soberano pelo perigo”. Ver *Ibidem*, p. 9, assim como Gonçalves, Pedroso – “Grande êxito da Classe Especial de Ginástica do Instituto em França e na Bélgica” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 26 a 27, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 30 de Novembro de 1962, pp. 7 e 8, e ainda Redacção do Boletim da APE – “Novo êxito da Classe Especial de Ginástica, na Bélgica” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 30, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 2 de Outubro de 1963, p. 7.

³⁸⁸ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “12.º Festival de Ginástica em Burstadt-RFA/1988” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988, p. 3.

³⁸⁹ Ver por exemplo Mateus – “Classe Especial de Ginástica. Actuações no ano de 1984/85” in *Querer é Poder*, n.º 4, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Julho e Agosto de 1985, p. 48 e Candeias, Hermenegildo e Manaças, José – “Deslocação da Classe Especial de Ginástica do IMPE à R.F.A.” in *Querer é Poder*, n.º 8, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1986, pp. 7 e 8.

³⁹⁰ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Nossa Capa” e “Classe Especial nos Açores” e “O IMPE na RFA” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990, pp. 1, 3 e 5, respectivamente.

³⁹¹ Ver por exemplo Prof. Candeias e Aluno Rodrigues – “O IMPE na 9.ª Gymnaestrada Mundial. Representando a APE” in *Querer é Poder*, n.º 24, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992, pp. 25 e 26.

um lugar de destaque, “ao ser considerada a melhor classe do sarau”.³⁹² Com uma diminuição de efectivos e novos modelos de recrutamento e de ensino, deu-se lugar também a uma Classe de Ginástica de Formação no Instituto,³⁹³ mas as deslocações internacionais continuaram-se a efectivar para o colectivo de nível mais elevado.³⁹⁴

Nas comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil, a Classe Especial de Ginástica deslocou-se à cidade brasileira de Pouso Alegre, ficando instalada no 14.º Grupo de Artilharia de Campanha. No dia 19 de Abril de 2000, pela tarde, teve lugar o desfile das classes que participaram no Festival Gímnico, desfile esse que contou com a participação de escolas de Samba e de Capoeira, assim como carros alegóricos com quadros vivos sobre a descoberta do Brasil e sua história até à actualidade. Procedeu-se às exibições de ginástica e a Classe Especial do IMPE foi a última a entrar em cena, destacando-se perante 40000 pessoas na assistência. Com os professores do Instituto a concederem algumas entrevistas à imprensa brasileira, nos dias que se seguiram, a comitiva fez muitas amizades, proporcionou outras grandes exibições, tendo sido considerada como uma das melhores do mundo, tendo tido o privilégio de encerrar o International Gym Festival com a sua tradicional exibição de mesa alemã.³⁹⁵

Ficaram registadas 9 exibições, o que dá na maioria dos dias da viagem, a realização de duas exibições diárias. Antes do regresso a Portugal foi feita uma pequena cerimónia na Unidade anfitriã, na qual o IMPE agradeceu a estadia e o Comandante manifestou o seu agrado pela presença dos alunos, enaltecendo as relações entre Portugal e o Brasil. A organização do festival demonstrou bem o seu agrado pela presença do Instituto, com palavras de muito apreço que dignificaram muito o nome da Escola além fronteiras. De sublinhar ficou ainda a colaboração inextinguível do Coronel Anselmo Roque, que desde os aspectos administrativos aos operacionais, em tudo se empenhou para levar ao melhor porto esta demanda do IMPE e da Classe Especial de Ginástica em particular.³⁹⁶

Durante o ano lectivo de 2000/2001, a Classe Especial voltou a participar em vários eventos, destacando-se o Expogim (festival de ginástica no Parque das Nações em 17 e 18 de Dezembro), o Festival de Ginástica da Academia Almadense, as Comemorações do 27.º Aniversário do 25 de Abril

³⁹² Cfr. Barradas, Bruno – “A Classe Especial de Ginástica do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995, pp. 22 e 23.

³⁹³ Ver Nunes, Armando José da Silva – “Classe de Ginástica de Formação exibiu-se em Elvas” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996, p. 23. Nesse artigo faz-se referência à participação desta classe de ginástica do Instituto, a convite do Regimento de Infantaria n.º 8 de Elvas, para comemoração do Dia da Unidade.

³⁹⁴ Por exemplo na sua deslocação à Suécia, como se constata em Soares, João Afonso Bento – “Participação da Classe Especial de Ginástica do IMPE na 11.ª Gimnaestrada Mundial” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, pp. 24 e 25.

³⁹⁵ Cfr. Lopes, Luís e Dias, Bruno – “Nas comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil. Deslocação da Classe Especial de Ginástica a Pouso Alegre” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 14.

de 1974 em Idanha-a-Nova em 24 de Abril), a Festa Jovem em Almada a 29 de Abril, o Sarau de Gala do Ginásio Clube do Sul a 12 de Maio de 2001, o PortugalGim a 27 de Maio nas novas instalações da FIL no Parque das Nações, o Festival Gímnico dos Estabelecimentos Militares de Ensino a 1 de Junho de 2001 e a Gala de Ginástica da Cidade de Lisboa a 8 de Junho de 2001. teve a orientação dos Professores Natacha Paiva e João Ramos, assim como Hermenegildo Candeias.³⁹⁷

Deve ser também referida a variante de Minitrampolim. Por exemplo, no dia 30 de Março de 2001 realizou-se no Pavilhão Gimnodesportivo do IMPE o 12.º Torneio Inter-Escolas de Minitrampolim. Com o apoio e o olhar crítico de seis juizes da Federação Portuguesa de Trampolins e entre seis escolas participantes, o Instituto ganhou por equipas os escalões A e B (sendo que no escalão C ficou em 2.º classificado) e, a título individual, conquistou o 1.º lugar no escalão A, o 2.º no escalão B e o 3.º lugar no escalão C.³⁹⁸ Em 1 de Junho de 2001 realizar-se-ia o Festival Gímnico dos três EMens no Pavilhão do Casal Vistoso, nas Orlas, marcado por uma excelente exibição de grupo, sendo que no dia 8 de Junho de 2001 efectivar-se-ia a Gala da Cidade de Lisboa, no mesmo local e novamente com uma exibição de grande nível por parte do Instituto, merecedora de uma *Menção Honrosa de Originalidade*, atribuída pelo júri da competição.³⁹⁹

A ginástica continuou a dignificar o Instituto e as Gymnaestradas continuaram a ser o ponto alto do seu percurso desportivo na história da Escola. Com uma experiência significativa nestes eventos, a Classe Especial de Ginástica do IMPE qualificou-se para a de Amsterdão (Holanda/1991) como um grupo de interior e em Gotemburgo (Suécia/1999), apresentou-se com bastante sucesso. Em 2003, a Classe integrou uma selecção constituída por si, pelo Colégio Militar e pelo Instituto de Odivelas, designado Bloco dos 3 EMens que, entre 30 concorrentes, garantiu uma notável qualificação para ser uma das 15 apresentações de interior atribuídas a Portugal. Na suas instalações, o Instituto alojou a numerosa representação da Suécia. Exibiu-se por duas vezes, numa das salas da FIL, onde apresentou com sucesso uma apresentação conjunta caracterizada por ritmo, destreza e acrobacia.⁴⁰⁰

Num outro prisma, cumprindo a preocupação da formação integral do jovem aluno, sempre houve no Instituto um certo gosto para formar os estudantes no campo musical. Abordemos em seguida este campo das ACE, mais tarde as ACC. Logo nos princípios do Instituto, sabemos que no

³⁹⁶ Cfr. Lopes, Luis e Dias, Bruno – “Nas comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil...”, *op. cit.*, pp. 14 e 15.

³⁹⁷ Cfr. Candeias, Hermenegildo – “Classe Especial de Ginástica” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 19.

³⁹⁸ Cfr. Redacção da Revista Querer é Poder – “Inter-Escolas de Minitrampolim” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 22.

³⁹⁹ Cfr. Paiva, Natacha e Ramos, João – “Classe Especial de Ginástica” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, p. 22.

segundo ano lectivo foi criada a aula de Canto Coral. Nesse mesmo ano, foi igualmente criado o primeiro grupo instrumental do Instituto, a Tuna, graças à dedicação do professor de música Joaquim da Costa Brás. No ano de 1921, com o progresso da Tuna⁴⁰¹ e a par desta, surgiu a ideia duma orquestra constituída pelos seguintes instrumentos: cinco violinos, duas violetas, um rabecão, um violoncelo e alguns instrumentos metálicos. Também encontrámos registos da existência de dois grupos corais, nomeadamente o dos alunos da 1.ª Secção e o dos alunos da 2.ª Secção que, conjuntamente, formavam o Orfeão Escolar.⁴⁰²

De acordo com pesquisas levadas a efeito em documentos existentes no Museu do Instituto, podem-se encontrar registos de actuações realizadas pela Tuna, pela Orquestra e pelo Orfeão, entre essas, a participação nas comemorações dos aniversários do Instituto, festas dos alunos em homenagem à Direcção, participação em comemorações relativas à Restauração, actuação nos acampamentos de exercícios finais realizados na Quinta do Senhor da Serra em Belas e ainda participações na Récita de Finalistas. Sublinhemos também que desde os primeiros tempos do Instituto que aparecem testemunhos da existência de uma fanfarra destinada a marcar o ritmo da Ordem Unida no Batalhão Escolar.⁴⁰³

No que diz respeito ao Grupo Coral e Instrumental do IMPE, a sua existência remonta oficialmente ao dia 25 de Maio de 1979, ainda que na prática a sua fundação tenha sido logo a 8 de Janeiro de 1979.⁴⁰⁴ Inicialmente este grupo tinha como elementos professores, funcionários e alunos do Instituto. a função principal dos professores no coro era a de incentivar a maior participação de alunos, o que realmente sucedeu. Mais tarde, devido à impossibilidade dos professores e funcionários em participarem nos Encontros de Coros a nível dos EMEns, os professores e funcionários deixaram de participar nele. Com a adesão dos alunos dos antigos ciclos preparatórios, este Grupo teve a sua primeira apresentação no 70.º Aniversário do IMPE em 1979, no Mosteiro dos Jerónimos.⁴⁰⁵ Desde o seu início que o Grupo Coral e Instrumental foi dirigido pelo Professor Raul dos Santos Miranda, que veio a falecer em 1999.⁴⁰⁶ Foi o seu interesse e esforço pessoal que fez com que esse plano de criar no Instituto um Grupo Coral e Instrumental se realizasse.⁴⁰⁷

⁴⁰⁰ Cfr. Candeias, Hermenegildo – “O IMPE e a Gymnaestrada de Lisboa 2003” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 23.

⁴⁰¹ Cfr. Mascarenhas, Jaime de – “A nossa Tuna” in *O Profissional*, n.º 37 a 39, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1921, pp. 4 e 5.

⁴⁰² Ver Rito, Ricardo – “A Música no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998, p. 14.

⁴⁰³ Cfr. *Idem*, p. 15.

⁴⁰⁴ Cfr. Azevedo, Pedro – “Grupo Coral e Instrumental do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991, pp. 25 e 26.

⁴⁰⁵ Ver *Idem*, p. 25.

⁴⁰⁶ Noticiando o seu falecimento, a revista dos alunos referia que “As palavras seriam sempre poucas para exprimir o nosso tão profundo sentimento. Obrigado Prof. Raul Miranda”. Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Os

O Grupo Instrumental foi sendo sucessivamente constituído por alunos com iniciação na educação musical no Instituto, sendo que mostrando interesse pela actividade, passaram a ocupar parte dos seus tempos livres na aquisição de novos conhecimentos e na melhoria da execução. Na vertente oral, há todos os anos a entrada de novos elementos, principalmente para a primeira voz, passando parte dos alunos dessa voz para as vozes seguintes. Os ensaios são realizados periodicamente, aumentando a sua frequência em vésperas de apresentações. O Grupo Coral e Instrumental sempre efectuou várias deslocações (teatros, UEO, Lares, Fundações, etc.), na sua maioria a escolas, correspondendo deste modo aos pedidos feitos por estas.⁴⁰⁸ Costuma também participar na Missa de Natal, na Celebração Pascal, na Missa Comemorativa do Aniversário do Instituto e outras cerimónias religiosas, assim como, quando estes se efectuam, no Encontro de Coros e nos Jogos Florais entre os EMEns.⁴⁰⁹

Foi no dia 16 de Abril de 1986 que gravou o seu primeiro disco. Dirigindo-se aos estúdios da Valentim de Carvalho (em Paço de Arcos) e sob a orientação do maestro Raúl Miranda, registou para a posteridade as suas vozes e as notas dos seus instrumentos. Numa das faces do celulóide de 45 rotações está inscrito o Hino do IMPE (com a parte coral e instrumental conjugadas) e ainda o Natal de Elvas, em que só intervém o coro. Na outra face está gravada a Serenata ao Luar de Glenn Miller. Aqui só os instrumentos actuaram. Este disco representou “*alguma coisa de novo. De diferente. Um quebrar de rotina do dia à dia que por vezes asfixia a vida escolar*”, como se pode atentar numa revista dos alunos datada desse ano.⁴¹⁰

Após a saída do Professor Raúl Miranda o Grupo entrou num período de estagnação, por falta de professor efectivo de Música. Nesse período a direcção do Grupo foi precariamente assegurada pelo Tenente-Coronel Idílio Fernandes que, devido às funções militares de Chefe das Bandas e Fanfarras do Exército e à sua actividade em Angola, não pôde garantir a disponibilidade que o Grupo Coral e Instrumental exigia. No ano lectivo de 1996/1997, com a vinda do Sargento-

Nossos Valores: Dr. Raul dos Santos Miranda 1930-1999” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, p. 31.

⁴⁰⁷ Cfr. Ferreira, Graça e Calamote, Fátima – “Grupo Coral...”, *op. cit.*, p. 16.

⁴⁰⁸ Ver por exemplo Marques, Isabel – “Grupo Coral e Instrumental do IMPE no Externato Marista” in *Querer é Poder*, n.º 27, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1993, p. 5.

⁴⁰⁹ Pode ler-se que “*Quando se começou a efectuar este encontro, o problema posto pelo Colégio [Militar] foi a existência de Professores e Funcionários. Removido este obstáculo, o argumento apresentado é a vantagem que temos devido à integração no grupo de uma parte instrumental. Acharmos assim que estas dívidas de participação retiram ao encontro o que se supõe ser o seu objectivo, a amizade e confraternização, e não uma competição entre os participantes.*” Ver Ferreira, Graça e Calamote, Fátima – “Grupo Coral...”, *op. cit.*, p. 17.

⁴¹⁰ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O Grupo Coral e Instrumental do IMPE grava o seu 1.º Disco” in *Querer é Poder*, n.º 7, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 1986, p. 12.

Mor (da Armada) José Nogueira e da Professora Isabel Palha, o Grupo auferiu um aumento da qualidade e recuperou o prestígio que lhe era remetido antes.⁴¹¹

Numa homenagem ao Professor Raúl Miranda, teve lugar nos Claustros da 1.ª Secção e junto à Capela dos Castros, o descerramento de uma placa (oferecida pelos alunos) pela mão da viúva, em memória do antigo professor do Instituto. Este evento contou com as actuações musicais do Grupo Coral e Instrumental do IMPE, seguido da Barretuna (que à frente faremos referência). Do vasto universo de pessoas que responderam à chamada, é de salientar a presença de alguns elementos do 1.º Grupo Coral e Instrumental do IMPE, formado em 1979 pelo Professor Raúl Miranda. Um dos pontos altos da cerimónia foi a actuação de um Grupo Instrumental formado por antigos alunos da Escola, ex-alunos do professor homenageado.⁴¹²

Na sequência da sua reorganização, o projecto de gravação de um CD pelo Grupo Coral e Instrumental era um sonho que já vinha de alguns anos atrás, tendo em linha de conta o desenvolvimento e a introdução de algumas modificações do seu repertório. Tornava-se difícil levá-lo à prática, sobretudo pelos custos e condições necessárias para a sua efectivação no terreno, entre essas, efectivos preciosos na sua composição. Para colmatar algumas faltas no Grupo Coral e Instrumental, tomou-se como reforço especial a colaboração de Maria Cândida Costa em Flauta, Fernando Ramos em Trompete e Paulo Correia em Trombone, e com adaptações engenhosas do Mini Ginásio do Instituto (bem como o apoio de uma editora e consulta de um técnico de som), o CD "*Pilão Nossa Casa*" tornou-se numa realidade. Realizou-se depois na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no dia 6 de Maio de 2003, uma audição para proporcionar aos familiares dos alunos, professores e militares, a assistência ao vivo do lançamento desse CD e a divulgação, natural, da própria ACC.⁴¹³

No dia 15 de Janeiro de 1999 um grupo de rapazes bem-dispostos, brincalhões, humorados começaram-se a reunir nas tardes e noites do Instituto, no sentido de formar uma nova Tuna. Constituída por mais de vinte elementos, lá se deu iniciativa ao grupo, com a finalidade de representar o IMPE em eventos onde a música fosse um veículo cultural privilegiado e onde as Tunas tivessem particular oportunidade e projecção. Nasceu assim a Barretuna – Tuna Académica do Instituto Militar dos Pupilos do Exército. Desde essa data até hoje, inúmeras têm sido as

⁴¹¹ Cfr. Rito, Ricardo – "A Música no..., *op. cit.*, p. 15.

⁴¹² Cfr. Silva, António – "Homenagem ao Prof. Raúl Miranda" in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 6.

⁴¹³ Cfr. Nogueira, José – "Grupo Coral e Instrumental Grava CD" in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 6.

actuações da Barretuna, tendo-se constituído uma sala própria para este grupo de alunos, que aí aproveita para confraternizar e fomentar a camaradagem e o espírito de corpo pilónicos.⁴¹⁴

Recorde-se que foi na quarta noite do mês de Março de 2000 que se realizou o I Barretuna – Festival de Tunas do IMPE. Uma das particularidades deste festival foi o apadrinhamento da Barretuna por parte da Tuna da Universidade Internacional, onde o gesto foi formalizado por um brinde entre as duas tunas. Participaram nesse evento além da Barretuna, a Gestuna – Tuna do ISG, a Tuna Feminina da ESSE de Lisboa, a Tuna da Universidade Internacional, a Inoportuna – Tuna Académica da FLUL e, por último, a Tusófona – Real Tuna Lusófona. Saiu grande vencedora a Inoportuna, que foi distinguida com os Prémios de Melhor Pandeireta, Melhor Musical e de Melhor Tuna. Além desta, a Tuna da Universidade Internacional venceu o Prémio de Melhor Serenata e a Tusófona conquistou os Prémios de Melhor Porta-Estandarte e de Tuna mais Tuna. O IMPE saiu dignificado e projectou com brilho a sua imagem, sendo que importa ainda salientar que como se sabe, a Tuna organizadora é sempre Tuna extra-concurso.⁴¹⁵

É ainda oportuno referir a actuação da Barretuna no programa de televisão *Praça da Alegria*, realizado na RTP no dia 27 de Março de 2000. Esta viagem ao Porto constituiu-se num fortalecimento do espírito de corpo e coesão. A Barretuna levou consigo o pilãozinho Pedro Espiguinha e o Aluno Comandante de Batalhão Nuno André, que tiveram a possibilidade de falar para muitos portugueses sobre uma Casa em especial: o Instituto. A actuação começou com a conhecida canção *Ondas do Douro*, como homenagem àquela cidade e, mais tarde, teve lugar o único tema original que a Barretuna tinha nessa altura: a *Janta*.⁴¹⁶

Comemorado em 7 de Dezembro de 2000 no bar-restaurante Real Republica de Coimbra, de forma informal, os dois anos de existência da Barretuna, sabe-se que em 24 de Fevereiro de 2001, após grande esforço por parte dos alunos, o IMPE acolheu mais uma vez um Festival de Tunas. Ainda que com decréscimo de público na assistência quando tomado em linha de conta o festival anterior, o evento foi muito divertido. A grande vencedora da noite foi a Tusófona, que alcançou o maior número de prémios, destacando-se o de Melhor Tuna e o de Tuna mais Tuna. A Inoportuna, a grande vencedora do I Barretuna, desapontou muitos dos presentes que esperavam desempenho

⁴¹⁴ Cfr. Bolas, Rui – “A ‘Barretuna’. Novo agrupamento musical do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999, p. 5 e Piçarra, Nelson – “A Barretuna veio para ficar” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, p. 9.

⁴¹⁵ Cfr. Fernandes, Artur – “I Barretuna” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 5.

⁴¹⁶ Cfr. Silva, Hugo – “O Pilão na ‘Praça da Alegria’” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 7.

igual ao anterior, o que não veio a verificar-se. A Tuna Feminina da ESSE de Lisboa teve o seu momento ao vencer o Prémio de Melhor Serenata.⁴¹⁷

A Barretuna do IMPE participou em diversas actuações, destacando-se a sua presença no Encontro de Tunas pelo Aniversário da Tuna Feminina da ESSE de Lisboa, no Encontro de Tunas do Instituto Politécnico Autónomo e no Festival de Tunas da Azambuja. Neste último, o Instituto venceu dois dos seis prémios em disputa: Prémio de Melhor Estandarte e Prémio de Tuna Mais Tuna. Estes prémios vieram "tonificar o espírito do grupo de alunos que decidiu continuar um projecto" que, de uma maneira diferente, se propôs a dar a conhecer o nome da Escola.⁴¹⁸

Ao entrar no ano lectivo de 2002/2003, a Barretuna reconhecia que este era mais um período de tempo envolto em controvérsia e recheado de atribulações. O Pilão vivia um tempo de incertezas absolutas. No quadro próprio do grupo, o *Magister* Hugo Silva salientava que aquela não era uma Tuna da "Super Liga", nem tão pouco da "II Liga", mas que tinha qualidades para lutar por um lugar, onde fossem distinguidos não só pelo "Traje Académico" diferente, mas também pela alegria e pela musicalidade.⁴¹⁹

Existindo inúmeras maneiras de comemorar o 25 de Abril de 1974, a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica aproveitou para, no ano de 2004, realizar as comemorações através de muita música e poesia, numa tarde de convívio marcada pela participação entusiástica, bem expressa tanto na plateia como no palco do Centro Cultural João das Regras. Com todo o Executivo presente, a Junta de Freguesia festejou trinta anos de democracia entre discursos, entrega de prémios e cravos, ao longo de um espectáculo original que quis proporcionar a cerca de duas centenas de pessoas ali presentes. O Encontro de Tunas, sendo um pretexto cultural para esta comemoração nesse figurino, contou com as actuações da Tuna da Universidade Internacional, da Universidade Católica e ainda da Tuna Feminina da Universidade da Terceira Idade, além da natural Barretuna, que encerrou o espectáculo "no seu melhor em desinibição e em afinação". Tendo provocado muita curiosidade na assistência que, aqui e ali, perguntava quem eram e de onde vinham tais alunos, poder-se-á "concluir que só por isso valeu a pena a intervenção do IMPE na comunidade sociocultural onde está inserido".⁴²⁰

Na noite de 26 de Março de 2004 realizou-se no IMPE um encontro diferente, que importa aqui ser também mencionado. Com a actuação da Barretuna, o evento destacou-se, sobretudo, por

⁴¹⁷ Cfr. Silva, Hugo – "E já lá vão dois anos de Barretuna" in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 6.

⁴¹⁸ Ver *Idem*, p. 6.

⁴¹⁹ Cfr. Silva, Hugo – "Barretuna. Mais um ano!!!" in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 27.

⁴²⁰ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – "Encontro de Tunas na Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica" in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 6.

ser uma noite de fados, onde alguns talentos mostraram as suas qualidades e deliciaram a plateia que assistia num convívio harmonioso.⁴²¹ Em 5 de Março de 2005 e a convite da Câmara Municipal de Loures, a Barretuna foi participar no III Festival Saloio de Tunas Académicas, alusivo às comemorações do Carnaval da cidade. Com a participação de vários humoristas, a apresentação de José Figueiras e várias Tunas convidadas (Estudantina Universitária de Lisboa, Tuna Universitária de Beja, Tuna de Engenharia da E.S.T. Setúbal, Estudantina Académica do I.S.E.L. e Real Fortuna Académica), o evento ficou marcado pelo bom ambiente de descontração que se viveu. Pela “dimensão do espectáculo e principalmente pelo sentido de responsabilidade em dignificar e honrar o bom nome do nosso Instituto”, a actuação da Barretuna fez uma imagem divertida, com grande espírito académico e muito nível. O festival finalizou da melhor maneira, com mais de mil pessoas a aplaudir os prémios conquistados pelas Tunas. A Barretuna recebeu da mão do Presidente da Câmara Municipal de Loures - antigo aluno, Eng.º Carlos Peixeira - o Prémio da Tuna com Melhor Solista.⁴²²

Várias actividades desportivas povoam a memória do passado e a figura do presente no Instituto. Para as promover, por vezes foram reunidas comissões próprias, constituídas por elementos de diversas áreas.⁴²³ Do universo dessas actividades, é justo lembrar o Andebol de 7 (com vários campeonatos disputados e diversas vitórias alcançadas,⁴²⁴ sendo inclusivamente a modalidade que durante vários anos mais alunos conseguiu mobilizar no Instituto⁴²⁵), o Atletismo (que também alcançou – com a Orientação⁴²⁶ – grande projecção em provas com os restantes EMens e outras escolas⁴²⁷), a Equitação, o Futebol de 5, o Futebol de 11 (Campeão Regional Universitário na época

⁴²¹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Noite fadista no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 8.

⁴²² Cfr. Santos, Nelson – “Parabéns Barretuna” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 14.

⁴²³ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Comissão de Animação Cultural e Desportiva” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988, p. 3.

⁴²⁴ Ver Moreira, Rui – “Equipa de Andebol do IMPE desloca-se à Madeira” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988, p. 19 e Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Actividades Desportivas” in *Querer é Poder*, n.º 17, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Julho de 1989, p. 9.

⁴²⁵ Recorde-se que no ano lectivo de 1986/87, “a exemplo de anos anteriores, o Andebol foi a modalidade desportiva que mais alunos conseguiu mobilizar. Só no escalão de infantis colaboraram aproximadamente 40 alunos com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos”. Num texto dedicado aos Vice-Campeões de Lisboa, ver Moreira, Rui – “Saúdemos os Vice-Campeões” in *Querer é Poder*, n.º 12, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto a Novembro de 1987, pp. 26 a 29.

⁴²⁶ Ver por exemplo Antunes – “Orientação III. Torneio da Corunha” e “Atletismo”, assim como “Actividades Circum-Escolares” in *Querer é Poder*, n.º 23, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991, pp. 25, 25 a 27, e 27 a 35, respectivamente.

⁴²⁷ Ver Correia, Jorge – “Corta Mato do Natal” e Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Notícias do Atletismo” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991, pp. 21 e 23, respectivamente.

1997/98⁴²⁸), e ainda enumerar o Tiro Desportivo e o Pára-queda Desportivo.⁴²⁹ Pode mesmo fazer-se uma referência ao Escutismo, pois embora não tenha subsistido no Instituto uma prática continuada no tempo nesse domínio, todavia já houveram vários momentos onde se conviveu e fomentou o ideal escutista, entre alunos do IMPE e escuteiros provenientes de localidades diversas.⁴³⁰ Outras actividades também merecem referência, como sejam a Pintura, a Informática, a Área-Escola,⁴³¹ o Grupo de História e Filosofia,⁴³² o Clube de Leitura e o Clube de Defesa do Património Histórico-Cultural,⁴³³ o Clube de Ciências,⁴³⁴ o Clube de Teatro,⁴³⁵ o Clube de Jornalismo,⁴³⁶ a Escola em Movimento, o Karaté, a Escalada, o Ténis de Mesa e ainda o Pentatlo Moderno.⁴³⁷

O Clube de Teatro, fazendo parte das Actividades Culturais de Complemento Curricular, conta sempre com a participação empenhada de alunos do 3.º Ciclo que, assim, se iniciam na arte de representar. O produto do trabalho desenvolvido pelo Clube de Teatro, ao longo do ano lectivo, é apresentado no final do 1.º e 3.º Períodos. Pelo palco improvisado passam diversas peças, onde se dá preferência a um ambiente alegre, colorido, bem representado e bem cantado, e onde não faltam os

⁴²⁸ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Futebol de 11. IMPE Campeão Universitário” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998, p. 22.

⁴²⁹ Ver Martins – “Pára-queda” in *Querer é Poder*, n.º 26, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992, pp. 17 e 18. Através destas diversas actividades desportivas do IMPE, os alunos disputaram com outras escolas vários campeonatos e encontros. Em muito a projecção do IMPE foi beneficiada por estas actividades ao longo da sua existência. Cfr. Trafaria – “Balanço de um Ano de Actividade Física e Desportiva” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986, pp. 27 a 31.

⁴³⁰ Cfr. Sousa, Pedro da Conceição – “O IMPE e o Escutismo” in *Querer é Poder*, n.º 11, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Julho de 1987, p. 30.

⁴³¹ Cfr. Alunos do 6.º C 1993/94 – “A Área-Escola no Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995, p. 34 e Alunos do 9.º B 1998/99 – “A nossa Área-Escola” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999, p. 11.

⁴³² Cfr. Diniz, José Machado – “Artes e Letras’ no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995, pp. 18 e 19.

⁴³³ Ver por exemplo Marques, Ricardo – “Clube do Património 1993/94” e Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Clube de Leitura 1993/94” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995, pp. 14 e 15.

⁴³⁴ Ver Coelho, José – “O Clube de Ciências do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996, p. 9.

⁴³⁵ Cfr. Gomes, Alexandre – “O Clube de Teatro” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998, p. 7 e Monteiro, Nelson – “Teatro. Para o Brasil ou para a Índia?” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 8, assim como Espiguiinha, Pedro – “Clube de Teatro” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 8. Muito interessante ver também Reis, Carlos – “O Clube de Teatro” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 10.

⁴³⁶ Ver Gama, Marília – “Visita do Clube de Jornalismo à CINCSOUTHLAND” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002, pp. 10 e 11.

⁴³⁷ Ver Esteves, Manuel da Conceição – *Actividades Circum-Ecolares. Ano Lectivo 1989/90*, Separata da Revista *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990.

característicos personagens pilónicos, “desde o ‘pilãozinho’ ao finalista, do ‘tarata’ ao General, passando pelos ‘Profes’”.⁴³⁸

Bastaram poucos anos para marcar e modificar incomparavelmente todos os mecanismos e processos que levaram à forte implantação e desenvolvimento do Pentatlo Moderno no IMPE. O prestígio alcançado pelo Pentatlo Moderno nos Pupilos do Exército e do Núcleo de Pentatlo Moderno do IMPE na FPPM, tem início no ano lectivo de 1989/90, pela mão do então aluno Pedro Ribeiro e único praticante. Com a sensibilização para a pratica desta Actividade Circum-Escolar e um forte trabalho de divulgação, no ano lectivo 1990/91 a FPPM promoveu um Curso de Juiz-Árbitro e convidou para a sua frequência, esse aluno e um outro do Instituto, o Pedro Azevedo. O Pedro Ribeiro foi inclusivamente convidado, como atleta, para representar Portugal além fronteiras, sendo que os resultados foram surpreendentes.⁴³⁹

Com a reestruturação das modalidades praticadas no IMPE no novo Plano de Actividades de Complemento Curricular no ano lectivo de 1991/1992 (este aspecto é muito importante), o Pentatlo Moderno teve o seu primeiro seccionista, aluno responsável e elo de ligação da modalidade. O número de atletas duplicou, realizou-se o primeiro estágio no CMEFD, organizou-se a primeira Prova Interna de Pentatlo Moderno e os Pupilos do Exército conseguiram os primeiros títulos de Campeão e Vice-Campeão Nacional nos Escalões de Infantis e Iniciados. Com competições em França, na Alemanha e Áustria, a participação de número significativo de alunos do IMPE no Curso de Juiz-Árbitro organizado pela FPPM, um novo treinador (o atleta olímpico Manuel Barroso), novos métodos de treino, o IMPE viu mais um atleta seu a defender as quinas portuguesas na Austrália, no ano lectivo de 1993/94, assim como, em anos seguintes, participações de mais do que um aluno como representantes de Portugal no Campeonato do Mundo.⁴⁴⁰

A implementação em 1996 da ACC Ténis de Mesa deve igualmente ser assinalada. Crescendo em qualidade, alguns dos seus atletas alcançaram classificações muito honrosas em torneios disputados no exterior do IMPE. O comportamento da equipa do Instituto no Campeonato Regional do Desporto Escolar em 1998 fez justiça às tradições desportivas do Instituto, tendo o aluno Nuno Filipe alcançado o título de Campeão Regional de Juvenis, que lhe valeu ter sido escolhido para disputar o Torneio de Apuramento para os Campeonatos Mundiais do Desporto Escolar que decorreu na Escola Barbosa Du Bocage em Setúbal. Aí alcançou um dignificante 3.º lugar, entre 24

⁴³⁸ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Actividades Escolares. Clube de Teatro” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 11.

⁴³⁹ Cfr. Azevedo, Pedro Ramalheira – “Cinco Anos de Pentatlo Moderno...”, *op. cit.*, pp. 27 e 28.

⁴⁴⁰ Cfr. *Idem*, pp. 29 a 31.

atletas de escolas de todo o País, sendo a maioria fedcrados.⁴⁴¹ Constituída pelos alunos Djaló, Paiva, Pereira e Mané, a equipa de Juniores de Ténis de Mesa participaria no Campeonato do CAE da Grande Lisboa, classificando-se em primeiro lugar, no ano lectivo de 1999/2000.⁴⁴²

É de mencionar a existência de diversos torneios internos,⁴⁴³ mas sobretudo alguns feitos que merecem destaque. Em 2002, após quatro jornadas do Campeonato do CAE da Grande Lisboa, o IMPE classificou-se em 1.º lugar, no escalão de iniciados, entre 15 escolas. No mesmo ano, em Abril, no encontro entre o IMPE e a Escola 2.3 Martinho Vaz Castelo Branco (Vila Franca), no escalão de Iniciados, o IMPE ocupou os três primeiros lugares. Por equipas, o Instituto conquistou igualmente o 1.º lugar.⁴⁴⁴ O ano seguinte foi igualmente um período meritório para esta ACC, destacando-se entre outros resultados com significado, o 2.º lugar por equipas no escalão de Iniciados no campeonato do CAE da Grande Lisboa, o 1.º lugar por equipas no escalão de Juvenis e ainda o 3.º lugar do aluno 21-Lourenço, no escalão individual de Juvenis.⁴⁴⁵ Em 15 de Novembro de 2003, um torneio individual de Desporto Escolar, que contou com a participação de alunos dos escalões de Iniciados e Juvenis, observou a boa prestação dos elementos do IMPE, que foram apurados para o Campeonato Regional.⁴⁴⁶

Fruto de um trabalho continuado e persistente, é de referir que a Orientação teve ao longo da sua história no Instituto, resultados muito significativos. Entre esses, pode destacar-se o apuramento da equipa do escalão juvenil do IMPE para o Campeonato do Mundo de Desporto Escolar, que decorreu na Letónia no período de 30 de Abril a 7 de Maio de 1998. Com a chefia do Professor Aurélio de Oliveira, os alunos conquistaram individualmente lugares muito significativos, sendo que em termos de equipas conquistaram o relevante 8.º lugar da competição. Ao nível da participação em provas regionais do desporto escolar, é de salientar também, entre outros, o título de Equipa Campeã ao nível de equipas e de estafetas no Campeonato Regional da Grande Lisboa, disputado em

⁴⁴¹ Cfr. Diniz, José – “Ténis de Mesa em alta” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998, p. 23, sendo oportuno ver também, para as provas disputadas em 2000 (e inclusivamente o V Torneio Interno do IMPE), Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000, p. 18.

⁴⁴² Cfr. Romeiro, Ivo – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 22.

⁴⁴³ Por exemplo, ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 24.

⁴⁴⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 24.

⁴⁴⁵ Cfr. Candeias, Hermenegildo – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 18.

⁴⁴⁶ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 22.

Montelavar em 1998, onde o primeiro lugar individual foi conquistado por um aluno do IMPE, João Ferreira.⁴⁴⁷

No ano lectivo 1998/99 a Orientação continuou a assumir um lugar de destaque nas ACC, desta feita incluída na ACC de Desporto de Aventura e Exploração da Natureza. Tendo participado nas provas para o Regional de Orientação do Desporto Escolar em 1998 e no Portugal O'Meeting 99, entre outros eventos, sublinha-se no primeiro a conquista dos lugares cimeiros para o IMPE, o alcance de lugares de pódio no segundo, com um relevante 1.º lugar no escalão de principiantes para aluno Valdemar Guerreiro. Os alunos do IMPE chegaram mesmo a ministrar formação a atletas de outras escolas, no Parque Palmela em Cascais, sendo que conquistaram o título de Equipa Campeão Regional de Juniores.⁴⁴⁸ No ano de 1999, em Juvenis, o aluno João Ferreira sagrou-se tricampeão nacional de Orientação e Tiago Lousa conquistou o 2.º lugar. Em iniciados, Nelson Nunes conquistou o 3.º lugar. Nos dois escalões, o IMPE alcançou o 1.º lugar por equipas. Assim, com todo o esforço e pela terceira vez consecutiva, quer por equipas quer individualmente, os Pupilos do Exército alcançaram o 1.º lugar no Campeonato Nacional de Orientação.⁴⁴⁹

A culminar uma época plena de êxitos, a equipa de Juvenis conquistou de forma inequívoca o direito de representar o Desporto Escolar nacional no Campeonato do Mundo de Orientação que decorreu na cidade israelita de Ashdod, no período de 12 a 18 de Abril de 2000.⁴⁵⁰ Conquistou o 7.º lugar na classificação final, sendo que a nível individual, o melhor resultado conseguido pelo IMPE foi o 8.º lugar de Marco Sequeira. Na prova de estafetas, a que concorreram equipas de três elementos de diversos países, a equipa onde estava inserido o aluno João Rodrigues, conquistou um brilhante 3.º lugar.⁴⁵¹

Sublinhemos que os objectivos propostos no início do ano lectivo 2000/2001, descritos no plano da ACC, viriam a ser cumpridos quase na totalidade, tendo o seu ponto alto ocorrido aquando da disputa do Campeonato Nacional do Desporto escolar, realizado em Mira, de dia 18 a 20 de maio

⁴⁴⁷ Cfr. Diniz, José – “O Pilão é o maior na Orientação” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998, p. 22.

⁴⁴⁸ Ver Ferreira, João – “Orientação. O Pilão continua imparável” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999, pp. 22 e 23.

⁴⁴⁹ Cfr. Baptista, Carlos e Nunes, Nelson – “Orientação. Um fim de semana em São Pedro de Muel ou como se conquista o Campeonato Nacional” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, p. 26.

⁴⁵⁰ Além da equipa de Orientação apurada para o Campeonato do Mundo que, desde Janeiro de 2000 que os alunos da ACC Orientação, noutras demandas desportivas, também alcançavam resultados muito animadores. Entre esses, na prova da Apelação ocuparam os lugares cimeiros e em Vila Franca de Xira, arrebataram os primeiros lugares em Infantis (1.º Ali e 2.º Oliveira), em Juvenis (1.º Sequeira, 2.º Linhares e 3.º Rodrigues), em Juniores (1.º Nascimento) e em Iniciados (3.º Sequeira). Cfr. Mendes – “Orientação” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000, p. 19.

⁴⁵¹ Em iniciados, a nível do Campeonato Regional, é de salientar a conquista do 2.º lugar por equipas. Cfr. Oliveira, Aurélio – “Orientação. A equipa pilónica no Campeonato do Mundo em Israel” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, pp. 24 e 25.

de 2001. O IMPE alcançou o 1.º lugar por equipas no escalão de Iniciados, o aluno Valdemar Guerreiro saldou-se Campeão Nacional Absoluto e a equipa do escalão juvenil obteve o segundo lugar. No Regional do Desporto escolar, o recorde de representação do Instituto foi superado, pelo elevado número de alunos apurados. Em Julho de 2001, os alunos Iniciados realizaram um estágio durante 12 dias em Segóvia, Espanha, acompanhados por alunos espanhóis e pelas equipas vencedoras portuguesas.⁴⁵² Também em Julho, 11 alunos do escalão Juvenil e Júnior participaram nos Cinco Dias de Orientação de França, em Fontainebleau, tendo tido oportunidade de conhecer a Cidade Luz. Os resultados obtidos pelas equipas do Instituto, nesta modalidade de origem militar, mostravam nesses últimos 5 anos, resultados verdadeiramente excelentes.⁴⁵³

O IMPE viria a ser a única escola a participar no Campeonato Ibérico Federado, demonstrando o reconhecimento do nível dos seus alunos. A prova disso foi o excelente resultado alcançado pelo aluno Marco Sequeira, que conseguiu um 3.º lugar, subindo ao pódio num momento muito importante da história desta modalidade no Instituto. Após o ultrapassar das várias fases de apuramento para o Campeonato Mundial Escolar de Orientação, a Escola conquistou a sua presença, pela 4.ª vez consecutiva, neste evento cheio de intensidade emocional, desportiva e cultural. Conseguiu-se depois um 2.º lugar no Campeonato Nacional no escalão de Iniciados, assim como a classificação como Campeões Regionais no mesmo escalão, ganhando aí, àquela que viria a ser a equipa Campeã Nacional e Vice-Campeã Regionais no escalão de Juvenis. O Instituto esteve também presente no Campeonato Mundial realizado em Abril de 2002, em Leiria, com dois alunos do escalão de Iniciados.⁴⁵⁴ Ainda no ano lectivo de 2002/2003, o Instituto esteve presente numa das provas mais importantes do calendário Mundial Federado, nomeadamente *Os Cinco Dias da República Checa – Doksy*, com 6 alunos do escalão de Juvenis.⁴⁵⁵

Mais uma vez, o convite de participação surgiu na sequência das várias participações nos Mundiais Escolares e de contactos com atletas federados estrangeiros que participaram na Taça do Mundo, realizada em Portugal. Os alunos do IMPE participaram no escalão H18, com atletas federados de 29 países diferentes, salientando-se colectivamente o 4.º lugar conquistado pelo Instituto. Este era o sexto ano consecutivo da prática desta modalidade na Escola, recheado de

⁴⁵² A boa representação do IMPE resultou no convite de participação para o Campeonato Ibérico Federado a realizar em 19 de Outubro de 2001, em Valladolid.

⁴⁵³ Oliveira salienta um facto sociológico importante: “*gostávamos de registar o facto de termos tido a possibilidade de confraternizar com antigos alunos durante as provas federadas, uma vez que estes, depois de deixarem o IMPE continuam a praticar orientação e a ter sucessos desportivos. (...) a modalidade deixa marcas nas preferências desportivas dos alunos que passam pelo Pilão*”. Cfr. Oliveira, Aurélio – “Orientação. Sucesso em Portugal e no estrangeiro” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, p. 20.

⁴⁵⁴ Refira-se que a convite do Director Nacional do Desporto Escolar, o Professor Aurélio Oliveira, docente do Instituto, foi seleccionador do escalão de Iniciados.

resultados significativos, tanto a nível nacional como internacional. Em Outubro de 2002, o potencial do IMPE era bem notório. Com a ajuda dos alunos mais velhos, a Escola conseguiu os três primeiros lugares em categoria de pares, na primeira prova federada realizada em Almada no passado dia 26 de Outubro.⁴⁵⁶ Em 2005, depois de ter obtido o 1.º lugar na fase de CAE de Lisboa e o 3.º lugar na fase regional, a equipa do escalão Juvenil sagrou-se Vice-Campeã nacional na modalidade de Orientação do desporto escolar, naquela que foi a sua 9.ª participação consecutiva. Nessa última prova, realizada a 14 e 15 de Maio, destaca-se o 4.º e o 6.º lugares de Valdemar Guerreiro e António Pinto, respectivamente.⁴⁵⁷

Se o desporto é uma das actividades que mais significado e influência têm no quotidiano pilónico, o Atletismo e as actividades a ele associadas representam não só o complemento à actividade curricular, mas também uma maior divulgação do Instituto no exterior. Uma dessas ocasiões é o Corta-Mato de Natal do IMPE. Por exemplo, no dia 18 de Dezembro de 2000 e no Parque Recreativo do Calhau, este evento contou com o prestimoso apoio do Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação de Atletismo de Lisboa. Participaram atletas do IO, do Colégio Sagrado Coração de Maria e do IMPE. Tratou-se de um momento de verdadeira camaradagem e desportivismo, muito próprio do Instituto. Todos os anos se repete esta tradição da Escola.⁴⁵⁸ Ao nível do Atletismo de Pista, a Escola também tem tradições e eventos de promoção interna e externa. Dentro da primeira perspectiva de promoção, sobretudo nessa, conta-se o Torneio de Atletismo de Pista realizado no Estádio do Sport Lisboa e Benfica no dia 19 de Fevereiro de 2001. Cada aluno participou em três provas (corrida, lançamento e salto), sendo que participaram 215 alunos dos Pupilos do Exército.⁴⁵⁹

O Andebol desde há muito que é uma modalidade com fortes tradições no Instituto. Normalmente, por cada geração de Pilões que passa, existem novos talentos que embora com as devidas limitações que o sistema impõe, conseguem atingir níveis de rendimento assinaláveis. De facto, mesmo com alguns contratempus no âmbito do recrutamento, por vezes a propósito do regime escolar dos alunos (com os alunos externos é mais difícil formar um grupo competitivo, dada as restrições de horários para treinos), a verdade é que o Instituto disputa muitas provas desportivas em

⁴⁵⁵ Cfr. Oliveira, Aurélio – “Mais um ano cheio de bons resultados na Orientação” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, pp. 19 e 20.

⁴⁵⁶ Ver *Idem*, pp. 20 e 21.

⁴⁵⁷ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Orientação e Remo” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 23.

⁴⁵⁸ Ver por exemplo Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Corta-Mato” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 22.

⁴⁵⁹ Cfr. Redacção da revista *Querer é Poder* – “Corta-Mato do IMPE” e “Atletismo de Pista” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 23.

cada ano lectivo que passa, “com o maior ardor possível e sempre com o ‘espírito pilónico’ presente, como é timbre dos alunos”.⁴⁶⁰

Na época 1999/2000, o Andebol federado terminou com o Encontro de Andebol Infantil. Esse encontro, de grande prestígio a nível nacional, contou com uma equipa do Instituto, sendo que num universo de 42 equipas, ficaram no 24.º posto, o que foi a melhor classificação de todas as equipas da zona de Lisboa. Antes, no Campeonato Regional de Lisboa, já os jovens Pupilos haviam conseguido o 10.º lugar entre as 22 equipas. Na mesma altura e no que concerne ao Andebol universitário, o IMPE esteve inscrito em duas competições distintas, nomeadamente no Campeonato Universitário e nos Jogos de Lisboa. Nos Jogos de Lisboa, conquistou um 4.º lugar. No Campeonato Universitário, a principal competição a nível académico, o objectivo era mais arrojado: a permanência na divisão principal.⁴⁶¹

Mas era evidente que não era um desafio fácil, sobretudo porque as equipas adversárias contavam com atletas que militavam em clubes da 1.ª e 2.ª divisões nacionais, o que aumentou o nível do andebol praticado por quase todas as equipas e implicou para o Instituto dificuldades acrescidas. No final do campeonato os Pupilos do Exército conquistaram o 8.º lugar, o que permitiu a permanência na divisão máxima do Andebol Universitário.⁴⁶²

Em 2003, pelo segundo ano consecutivo, o Andebol dos Pupilos do Exército disputou o Campeonato da 2.ª divisão distrital de Lisboa na perspectiva de realizar a melhor classificação possível. O “*espírito de grupo foi excelente, assim como o nível de disciplina evidenciado nos jogos e treinos com comportamentos de gente crescida tentando dignificar esta Casa*”. Com resultados bastante disputados, o IMPE viria a conquistar a quinta posição na classificação do Campeonato.⁴⁶³

Aproveitemos também para relembrar o 1.º Curso de Pára-quedismo Desportivo nos Pupilos do Exército. Esta actividade invadiu a população escolar pilónica em 1972, ano em que o Centro Especial de Pára-Quedismo da Mocidade Portuguesa promoveu um Curso de Pára-quedismo. Apesar de ser novidade, os Pilões aderiram e começaram a sua instrução técnica no solo. Terminada essa primeira fase, por vários motivos não foi possível passar à fase de execução de saltos, tendo os futuros pára-quedistas ocupado-se em algumas descidas de slide. O voo de adaptação chegaria a realizar-se em Sintra e cada elemento, equipado a rigor, efectuou todas as fases para a execução do salto, até à ambicionada *posição de saída*, na porta da aeronave de serviço. No dia do primeiro salto,

⁴⁶⁰ Cfr. Miguel, Marcos – “Andebol. Um desporto com tradição” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994, pp. 34 e 35.

⁴⁶¹ Cfr. Romeiro, Ivo – “Andebol. Equipa de Andebol Federado 1999-2000” e Lopes, Nuno Macau – “Andebol Universitário” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000, p. 21.

⁴⁶² Cfr. Lopes, Nuno Macau – “Andebol Universitário...”, *op. cit.*, p. 25

⁴⁶³ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Andebol Federado Juniores – 2.ª Divisão” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, pp. 23 e 24.

em 3 de Junho de 1971, os 21 novos pára-quedistas partiram rumo ao Regimento de Caçadores Pára-quedistas e dali para a vizinha Base Aérea n.º 3 (Tancos), onde um possante *Dakota* acabava de aterrar com mais alunos do Colégio Militar e do Aero Clube Universitário.⁴⁶⁴

Dos grupos presentes na BA-3 foram o último a saltar. Ao fim de algumas horas, os 21 candidatos do 1.º Curso de Pára-quedismo do IMPE, cujo lema adoptado foi “É Só Sair”, terminaram com garbo a meta que se tinham proposto atingir. Para que a história não apague este feito inédito do desporto pilónico, é oportuno registar aqui os nomes dos alunos e dos instrutores responsáveis pelo acompanhamento de toda a instrução: 4-Barbosa, 24-Barreiros, 38-Ferreira, 60-Pasadas, 100-Bravo, 152-Tolentino, 155-Piteira, 165-Aleixo, 185-Silva, 199-Correia, 238-Caracol, 246-Marcha, 260-Ramalho, 268-Boa-ventura, 286-Moura, 305-Henriques, 315-Aduino, 325-Menes, 377-Cameira, 386-Teixeira, 150-Teixeira, Capitão Vicente e Alféres Mendes.⁴⁶⁵

Ao nível do Futsal, podemos recordar que disputou o Campeonato Universitário da 2.ª divisão em 2001, após ter vencido a Academia da Força Aérea por um expressivo 9-2. Sendo o futebol a “louca paixão” da maioria dos alunos, quer na bancada quer no relvado, importa dizer que durante 2001, o IMPE participou no Campeonato de Futsal do Desporto Escolar do CAF de Lisboa, no escalão de Juvenis, tendo alcançado várias vitórias sobre outras escolas.⁴⁶⁶ Em Maio de 2002, o Futsal do IMPE progredia a bom ritmo. De facto, em Juvenis e após três fases de competição, o IMPE disputou a final do Desporto Escolar, tendo ficado em segundo lugar. Ao nível do Ensino Superior, a Escola disputava a 2.ª divisão do campeonato Universitário de Futsal (Grupo B) e havia vencido todos os jogos até esse momento. No prisma do Futebol de 11, o IMPE disputava a 2.ª divisão do Campeonato Universitário, com resultados encorajadores que o colocavam em 1.º lugar.⁴⁶⁷

Com a Universidade Católica a ser Campeã da 2.ª divisão e tendo a equipa do IMPE ficado em 3.º lugar, no ano lectivo 2002/2003 a equipa do IMPE disputou a 1.ª divisão, na qual apenas marcam presença as 10 melhores equipas de Futsal do Ensino Superior da Região de Lisboa. Na final local do Desporto Escolar, os alunos do Instituto conquistaram o 2.º lugar, num encontro

⁴⁶⁴ Cfr. Carmo, António E. S. – “História Breve do 1.º Curso de Pára-quedismo Desportivo do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 21.

⁴⁶⁵ Ver *Idem*, p. 21 assim como Machado, Miguel António G. Silva e Carmo, António E. Sucena do – *Tropas Pára-quedistas Portuguesas. 1956-1993*, Edição dos Autores, Lisboa, 1993.

⁴⁶⁶ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Futsal” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 23.

⁴⁶⁷ Cfr. Tomás, Pedro – “Desporto Escolar Futsal - Juvenis”, “Ensino Superior – Futsal” e “Ensino Superior - Futebol de 11” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002, p. 22.

extremamente renhido, onde a menos de 4 minutos do fim do tempo as equipas encontravam-se empatadas a três golos.⁴⁶⁸

Inscrita no Campeonato Universitário da 2.ª divisão, a equipa do IMPE do Ensino Superior tentou em 2003, tal como no ano anterior, a subida à primeira divisão. Para tal era necessário na fase final conseguir resultados idênticos aos obtidos na primeira fase, mas com uma equipa ainda em formação na modalidade, “*faltou um bocadinho da experiência para ultrapassar alguns obstáculos, mas mesmo assim valeu a pena*”.⁴⁶⁹

No que concerne ao Rugby, a tradição pilónica também é de salientar. Desde os anos 60 que os alunos um pouco mais robustos e interessados numa modalidade como esta, sentiam-se limitados perante o universo das ACC disponíveis. Quando o Capitão Paulo Pereira (antigo aluno e oficial de Administração Militar) veio prestar serviço para o Instituto, ofereceu-se para treinar uma equipa de Rugby. Foi a oportunidade do IMPE formar um grupo com vista a disputar o campeonato universitário. Mas foi também um lançamento dinâmico desta modalidade, na medida em que com apenas três semanas de treino, já os alunos pisavam o relvado do campo principal do Estádio Universitário em Lisboa.⁴⁷⁰ Em 2001 a equipa dos Pupilos do Exército mantinha uma postura que dignificava a Escola, pela participação no Campeonato Universitário da 2.ª divisão, com resultados cativantes.⁴⁷¹

O Kempo, em primeiro lugar herdeiro das tradições do Taekwondo no IMPE e, em segundo lugar, herdeiro da experiência que foi o Karaté na Escola, como ACC, o Kempo projectou-se com grande dinamismo na comunidade escolar do Instituto. Dirigidos pelo Sargento Bruno Rebelo, os resultados alcançados pelos alunos em tão curto espaço de tempo são altamente notáveis. De facto, no Campeonato do Mundo realizado em Madrid em 2001, o aluno Nkupete Lidimo sagrou-se Campeão do Mundo em Katas; o aluno José Dantas classificou-se em 2.º lugar em Combate e em 3.º lugar em Katas, sendo que o aluno Mirza Lauchand conquistou o 4.º lugar em Katas e em Combate. No Campeonato Nacional Inter-Estilos, realizado em 2002, o aluno José Danta classificou-se em 1.º lugar em Katas e Combate; o aluno Nkupete Lidimo em 2.º lugar em Katas e Combate e o aluno Mirza Lauchand em 3.º lugar em Katas e Combate.⁴⁷² Em 12 de Abril de 2003, os alunos do IMPE

⁴⁶⁸ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Os nossos resultados futebolísticos” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 22.

⁴⁶⁹ Cfr. Silva, Nuno – “Futebol 11 – Ensino Superior – Campeonato 2.ª divisão” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 23.

⁴⁷⁰ Cfr. Romeiro, Ivo – “Futsal” e “Rugby” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 23.

⁴⁷¹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Rugby” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 22.

⁴⁷² Cfr. Lauchand, Mirza António – “Hara-Ho Kempo Karaté” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 23.

praticantes de Kempo, tiveram um estágio com o Grande Mestre Sam Alama Kuoha, responsável por esta arte. Os alunos aproveitaram para aperfeiçoarem as suas técnicas de defesa pessoal, assim como para realizarem treino de acordo com os princípios do Ki.⁴⁷³

Em 2003, conquistou-se em Kempo o lugar de Campeão Regional Norte e Centro, Campeão Nacional, Campeão Ibérico e 2.º classificado no Campeonato Open-World Mixed Martial Arts. No ano seguinte, mais vitórias: Campeão Regional Centro, Campeão Nacional, Campeão Ibérico, Campeão Absoluto Kenpo/Kempo e Campeão do Mundo de Combate, tendo este último título sido conquistado na Roménia. No ano de 2005, os Pilões da ACC de Kempo participaram, entre outros eventos, no Campeonato de Andaluzia. Nesse evento desportivo estiveram presentes centenas de participantes de diferentes equipas da Península Ibérica, tendo havido inclusivamente transmissão televisiva por parte de um dos canais da TVE. De entre as diferentes modalidades de que se compôs o campeonato – Katas/Armas (Nunchaku, Say e Bo) Combate e Defesa Pessoal –, os Pupilos do Exército trouxeram lugares de destaque: Mirza Lauchand, Vice-Campeão de Formas e 3.º lugar de Combate; Tiago Correia, 4.º lugar de Formas e 4.º lugar de Combate; 2.º Sargento Rebelo (Instrutor da ACC), sagrou-se Vice-Campeão de Formas e Armas, na divisão de Mestres; por equipas, o IMPE conquistou o 4.º lugar.⁴⁷⁴

Mas no ano de 2005 é de destacar ainda as conquistas de Campeão Regional Centro, Campeão Nacional e Campeão Mundial Absoluto de Kenpo/Kempo. Para além destas, conseguiram-se conquistar os títulos de Campeão Mundial de Combate e de Vice-Campeão Mundial de Katares, títulos estes ganhos na Alemanha. Os últimos resultados foram obtidos num campeonato que se realizou na Suécia em Novembro de 2005, durante o qual o aluno Mirza Lauchand se sagrou Campeão do Mundo em Katares de Armas e Vice-Campeão em Defesa Pessoal, sendo que o aluno José Danta se sagrou Campeão do Mundo de Combate e Vice-Campeão Mundial de Katas. O Sargento Bruno Rebelo continuou a transmitir confiança, disciplina e rigor aos seus discípulos e a verdade é que, acrescentaram-se aos títulos acima referidos, o de Campeão Nacional Light Contact (+90Kg) pelo aluno Abel Camará, e ainda o de Vice-Campeão Nacional Full Contact (-75Kg), Vice-Campeão Nacional de Defesa Pessoal e o 3.º lugar de Katas para o aluno Mirza Lauchand.⁴⁷⁵

O Basquetebol tem alguma tradição no IMPE, mas ainda apresenta grandes desafios. Podemos referir, por exemplo, que no dia 17 de Março de 2004 realizou-se em simultâneo na 1.ª e

⁴⁷³ Cfr. Lauchand, Mirza – “Kempo” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003, p. 22.

⁴⁷⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “ACC de Kempo” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 23.

⁴⁷⁵ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Parabéns à ACC de Kempo” e Lauchand, Mirza – “Kempo” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006, p. 22.

2.ª Secções, um Torneio de Basquetebol com a participação de 115 alunos. A sua prestação foi bastante elogiada, tanto no papel de jogadores como também de árbitros.⁴⁷⁶

Salientamos que o facto de não serem atribuídos subsídios aos professores e instrutores das ACC do IMPE, desde sempre, não deixa de ser um elemento importante, sobretudo porque o contrário aconteceu e acontece com docentes do desporto escolar, noutras instituições de ensino. Recordemos que as actividades circum-escolares procuram dar satisfação aos alunos, relativamente à sua escolha, vontade e aperfeiçoamento, em modalidades desportivas ou culturais, que sejam do seu agrado e nas que desejem participar. Embora estas actividades não se enquadrem nos horários normais curriculares e não contem para efeitos de aproveitamento escolar, a verdade é que são chefiadas por instrutores e coordenadores, sendo que a acção e o empenhamento destes últimos é fundamental para o seu maior ou menor impacto na comunidade estudante.⁴⁷⁷

Os alunos que integram equipas representativas do IMPE têm uma imagem institucional a defender. É por isso que todos os estudantes que tenham comportamento anti-desportivo ou considerado menos correcto, após análise do mesmo, poderão ser excluídos de toda a actividade desportiva desenvolvida na Escola. Além disso, a escolha dos alunos que representam o IMPE em manifestações de carácter cultural ou desportivo é feita tendo em atenção o seu aproveitamento escolar, o seu comportamento e a sua aptidão desportiva para a modalidade em questão.⁴⁷⁸

De acordo com as ACC que praticam, diversos alunos escrevem para a revista *Querer é Poder*, onde abordam alguns dos aspectos que julgam mais interessantes de serem divulgados pela comunidade estudante.⁴⁷⁹ Também são colocadas referências a eventos próprios de cada ACC.⁴⁸⁰ Refira-se que as actividades culturais, nas suas diferentes vertentes, têm desempenhado um importante papel dinamizador nas áreas curriculares não disciplinares, na medida em que têm envolvido os alunos nas temáticas mais diversificadas e servem, por diversas vezes, de fio condutor entre os saberes disciplinares e a descoberta e aprofundamento de novos conhecimentos. A Escola, entendida numa óptica educadora e formadora, tem como desafio articular a transmissão de conhecimentos com aptidões personalizadas, de modo a valorizar a aprendizagem individual e a promover a auto-construção da personalidade. Isto deve acontecer de uma forma interactiva, tendo

⁴⁷⁶ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Basquetebol” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 24.

⁴⁷⁷ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Actividades Circum-escolares” in Esteves, Manuel da Conceição – *Actividades Circum-Ecolares...*, *op. cit.*, p. 24.

⁴⁷⁸ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Participação dos Alunos em Representação do IMPE” in Esteves, Manuel da Conceição – *Actividades Circum-Ecolares...*, *op. cit.*, p. 24.

⁴⁷⁹ Ver por exemplo Correia, Dias – “Atletismo. Qualidades do bom Atleta” in *Querer é Poder*, n.º 23, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991, pp. 43 e 44, bem como Rosado, David – “Artes Marciais. O Taekwondo” in *Querer é Poder*, n.º 27, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1993, p. 41.

em conta o ambiente interno, mas também a família e todo o meio envolvente. Por outras palavras, a sociedade em geral.⁴⁸¹

Nas ACC culturais existe um apelo frequente à criatividade, à pesquisa e à organização, ainda que a diferentes níveis e em áreas dissemelhantes. Este apelo pressiona os jovens Pupilos à reflexão, sendo que esta realidade conduz a uma mais consolidada formação global. Estas actividades, com um vasto leque de oportunidades, que vão desde a saúde, à expressão plástica, ao teatro, à música, ao modelismo, à cidadania, aos intercâmbios, entre outras, "*visam realçar e estabelecer percursos complementares, dinamizar aprendizagens, promover a motivação e a disciplina, confrontar a teoria com a execução de tarefas e melhorar a qualidade e eficácia da educação e da formação, à luz das exigências da sociedade do conhecimento*". Como mais um exemplo, podemos referir que ao nível da ACC *Escola em Movimento*, integra-se os conhecimentos em contextos e temáticas actuais, fazendo-se a ponte entre a Escola, o Meio e a Sociedade. Entre os temas abordados, podem mencionar-se a Higiene e a Saúde Oral, assim como Doenças Sexualmente Transmissíveis.⁴⁸²

O desporto é assim uma das actividades que mais importância e influência tem no quotidiano do Instituto, com reflexo directo naquilo que são as ACC. Por um lado, as ACC assumem-se como complemento à actividade curricular e, por outro, permitem uma maior divulgação dos Pupilos do Exército no exterior. Trata-se assim de um factor que assume cada vez mais importância, pois é sabido que é cada vez mais necessária a divulgação do IMPE como Escola, para que se efective sucessivamente um maior conhecimento do Instituto por parte da sociedade. É uma realidade que as actividades desportivas conheceram nos últimos anos um decréscimo qualitativo e quantitativo. Actividades como a Ginástica Especial, o Andebol, o Remo e o Atletismo, que eram conhecidas como símbolos da Casa, vieram a decrescer de forma preocupante.⁴⁸³

O Grupo de Educação Física organiza todos os anos diversos torneios internos (entre esses, de Ténis de Mesa, Corta Mato, Remo Indoor, Basquetebol, Futebol e Voleibol), que vão tendo lugar ao longo do ano lectivo e são momentos de salutar convívio e competição entre o Batalhão Escolar, mas reconhecemos que diminuíram a versatilidade e o potencial do IMPE ao nível das ACC em geral, sobretudo se tivermos como critério de comparação a projecção das mesmas perante o exterior e nomeadamente, aquelas que eram consideradas ACC desportivas de referência e que se

⁴⁸⁰ Entre esses, ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O Clube de Teatro do IMPE apresenta A Camisa da Velha Ferrunfufelha” in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992, p. 13.

⁴⁸¹ Cfr. Rodrigues, Ana Paula e Figueiredo, Vitória – “Porquê ACC Culturais” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 16.

⁴⁸² Ver *Idem*, p. 16.

⁴⁸³ Cfr. Arcias, Tiago – “O Desporto no Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996, p. 22.

reflectiam como imagem institucional da Escola.⁴⁸⁴ Aliás, contrastando com um passado relativamente recente, em que o Instituto possuía equipas extremamente competitivas nos mais diversos escalões e modalidades, neste momento, poucas modalidades existem que assumam esse conceito de excelência, ainda que apresentem resultados que são satisfatórios perante as condições existentes, condições essas tanto ao nível de recursos humanos como ao nível de recursos financeiros e materiais. Decorrente da nossa investigação, podemos avançar diversos factores para esta realidade, entre esses:⁴⁸⁵

- A lacuna na criação de escalões de formação que permitissem, no futuro, a constituição de equipas mais competitivas;
- Em algumas modalidades, a falta de coadjuvação dos treinadores por parte de alunos que tivessem adquirido experiência na prática das mesmas;
- Desorganização no enquadramento das equipas em competição;
- A privação dos alunos em praticarem as ACC com base no seu rendimento escolar, nomeadamente pela inclusão de aulas de recuperação em horário coincidente com estas actividades, em vez de serem ministradas no tempo de estudo;
- Decréscimo na sensibilização dos alunos para a prática desportiva e, nesse sentido, declinação na responsabilização dos mesmos pelo futuro das modalidades;
- A falta de apoio efectivo por parte de outras entidades na promoção das ACC do IMPE, nomeadamente através de patrocínios e apoios financeiros.

É uma verdade que desporto é saúde. Na verdade, esta acepção ganha cada vez mais importância se considerarmos o estilo de vida que as sociedades ocidentais adoptaram. Ter a oportunidade ao fim de um dia de trabalho e/ou de estudo, de fazer um escape e poder realizar um treino ligeiro ou mais intenso, num local próprio e em ambiente agradável e acolhedor, sobretudo motivante, é uma vantagem enorme em termos de qualidade de vida em relação a indivíduos que não têm essa faculdade. O IMPE sempre cultivou a cultura física. As áreas culturais, ainda que menos promovidas (tanto ao nível das ACE, como depois das ACC) relativamente às actividades desportivas, contudo, também nunca deixaram de desempenhar a sua função. Aliar o corpo são à mente sã é de facto uma mais valia para os alunos do IMPE, porque têm uma oportunidade acrescida

⁴⁸⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Resultados dos Torneios Internos – 2004/2005” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 22.

⁴⁸⁵ Ver *Idem*, p. 22.

de criar bons hábitos desportivos, força de vontade e respeito pelos adversários, num fortalecimento da sua perseverança e motivação para enfrentar os desafios futuros.⁴⁸⁶

Do percurso que sinteticamente aqui abordámos relativamente às actividades culturais e desportivas praticadas no Instituto (com ênfase para o período estipulado na nossa investigação), verificamos que as ACC (anteriormente classificadas de ACE) contribuíram desde sempre para o reforço da imagem do Instituto, numa contribuição que esteve permanentemente alicerçada na ideologia republicana e castrense dos vários princípios que fundaram a Escola. Mas as ACE e ACC não foram e não são, apenas, a imagem dessa matriz dos Pupilos do Exército. Existe aqui um aspecto sociológico que para nós é fulcral. Trata-se de perceber que as ACC se constituíram também, pelo seu percurso social e histórico, como uma peça fundamental da Escola que espelhou, desde sempre, a qualidade do ensino ali ministrado. E com todas as vantagens e desvantagens que lhe podem ser atribuídas, enquanto “*testamento ideológico e apelo à energia inovadora dos jovens*” que as sempre praticaram e ainda hoje praticam.⁴⁸⁷



Fotografia n.º 187

Atletismo

⁴⁸⁶ Cfr. Marques, Eugénia – “Mente sã em Corpo sã” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004, p. 22.

⁴⁸⁷ Citação de David Martelo extraída de Martelo, David – “Estudo Introdutório” in Maquiavel, Nicolau – *A Arte da Guerra*, Lisboa, Edições Sílabo, 2006, p. 23.



Fotografia n.º 188

Basquetebol



Fotografia n.º 189

Natação



Fotografia n.º 190

Equitação



Fotografia n.º 191

Kempo



Fotografias n.º 192, 193 e 194
Exibições da Classe Especial de Ginástica do IMPE



Fotografias n.º 195 e 196

Taekwondo



Fotografias n.º 197 e 198
A prática do Remo no IMPE



Fotografias n.º 199 e 200
A Esgrima no IMPE e a Taça Challenge



Fotografia n.º 201

Teatro

2.1. A Imprensa dos Alunos

“Continuaremos em frente, olhos postos na nossa mocidade, imenso oceano de luz e sombras, para quem Querer é Poder pode ser mais um farol a marcar a rota à face límpida das águas, ou mais um fanal de inspiração benigna nos encruzilhados caminhos de um descampado.”

Martins dos Santos, antigo aluno Director da revista Querer é Poder ⁴⁸⁸

O percurso social e histórico da imprensa pilónica é um dos aspectos mais interessantes para quem se debruça naquilo que foram e naquilo que são, actualmente, os Pupilos do Exército. Muito do significado subjacente ao Instituto está lá, disperso por linhas de esperança que os alunos, ao longo dos tempos, inscreveram nas suas simples publicações. A primeira publicação editada pela Escola, de que há conhecimento, trata-se de uma pequena revista editada em 28 de Julho de 1913, com o título “*O Instituto dos Pupilos*” e subtítulo “*Arquivo da vida colegial no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar*”.⁴⁸⁹

Nesse interessante contributo, que alberga “*Elementos colhidos principalmente na 2.ª secção do mesmo Instituto, na quinta da Alfarrobeira*”, existem dois documentos que assumem um interesse particularmente significativo, porque podem ser considerados como as duas primeiras fotografias oficiais do Instituto. A primeira, datada do primeiro aniversário do Instituto (25 de Maio de 1912), retrata os primeiros professores e alunos, tendo ao centro o fundador, o então Coronel Correia Barreto, e o primeiro Director da escola, o Capitão Figueiredo. A outra fotografia está datada de Janeiro de 1913 e terá sido tirada por ocasião da visita do General Garção e do próprio Fundador do Instituto. Numa observação mais detalhada, constata-se ainda nessa fotografia o Director, os professores e os alunos, estes últimos, agora em número mais elevado.⁴⁹⁰

Na verdade, até 1916 não há referência de outras publicações periódicas. Mesmo assim, pode afirmar-se que a vontade da criação de um jornal pilónico era evidente, como se atenta no primeiro número de *O Profissional*, onde se lê que “*Desde os primeiros dias que este nosso querido Instituto começou cumprindo a espinhosa missão que lhe foi incumbida, se pensou num elemento*

⁴⁸⁸ Cfr. Santos, António M. Martins dos – “Editorial” in *Querer é Poder*, n.º 2, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1985, p. 1.

⁴⁸⁹ Como refere o Prof. Álvaro Viana de Lemos, que assina a Nota de Abertura, é “*uma miscelânea descritiva impressionista dos trabalhos dos alunos (...) [escolhidos entre os] que mais podem caracterizar a sua vida no Instituto, com a feição de sinceridade, amor e simplicidade que sempre se lhe procurou insuflar*”. Cfr. Lemos, Álvaro Viana de – “Uma velha aspiração” in *O Profissional*, n.º 1, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, 31 de Janeiro de 1916, p. 1. Também citado por Diniz, José – A Imprensa Pilónica” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000, p. 14.

*indispensável a todo o colégio moderno – o jornal. Fizeram-se as primeiras tentativas que saíram infrutíferas; segundas se fizeram e... o mesmo resultado. Mas lá diz o ditado: 'tanta vez vai o cântaro à fonte que por fim lá lhe fica a asa': desta vez conseguiu-se ir avante".*⁴⁹¹

Sabe-se que esta e a maioria das publicações editadas no Instituto eram impressas na sua Tipografia. Isso terá sido consequência da preciosa ajuda e incentivo de alguns professores, tendo em conta a iniciativa dos alunos que formavam os seus corpos directivos e redactoriais, que eram no fundo, quem geria a vida destes periódicos. Embora com algumas oscilações no que concerne à sua regularidade, mas com um aspecto gráfico muito relevante, *O Profissional* perdurou até 1924,⁴⁹² sendo que lhe sucedeu, em continuidade, *Os Pupilos do Exército*. Na despedida do primeiro, o periódico defendia que tinha sido “poeta, romancista, literato, desportista, cientista” e que desejava que agora o seu sucessor fosse “tudo isto por ordem inversa”.⁴⁹³ Revista com notória irregularidade na sua publicação, foi contudo, seguramente, uma daquelas que apresentou maior longevidade e curiosidade entre os alunos, “dado o espaço de tempo que mediava cada número”.⁴⁹⁴

Os Pupilos do Exército era uma revista que, no fundo, se assumia como o seguimento natural da evolução do próprio Instituto. Tratava-se de um órgão de informação escolar, dando conta do esforço dos alunos, sendo que Vasco Martins pertenceu a esse grupo de mudança, enquanto último Director de *O Profissional* e ao mesmo tempo Fundador de *Os Pupilos do Exército*. De jornal mensal nos primeiros anos, atravessou depois dificuldades quanto à organização e periodicidade, sendo que passou a ser um jornal anual, que se apresentava publicamente apenas no dia de aniversário do Instituto, a 25 de Maio. Na verdade, podemos dizer que era mais um cartão comemorativo do que, propriamente, um órgão escolar.⁴⁹⁵

Aurélio M. Alves da Costa (1938/40), J. A. Pimentel Caxide (1939/41) e Afonso W. Minhava (1941/44) foram alguns dos alunos que lutaram persistentemente pela subsistência desse jornal. Mas

⁴⁹⁰ Uma outra nota interessante, são as máximas que vêm encimar a capa desta publicação e que na época eram assumidas, ambas, como lemas do IPPE: “*Querer é Poder*” e “*Preparemo-nos para a Vida*”. Para uma melhor abordagem ao lema do Instituto, ver no Capítulo III, *O Lema e Divisa de Honra*.

⁴⁹¹ Cfr. A Direcção – “Apresentação” in *O Profissional*, n.º 1, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, 31 de Janeiro de 1916, p. 1.

⁴⁹² O próximo periódico, *Os Pupilos do Exército*, “estava já a ser organizado desde Outubro de 1924. *O Profissional*, tanto no seu aspecto como na natureza dos seus artigos, fugia bastante ao que deveria ser, um órgão dos alunos, na altura, duma escola de ensino médio de comércio e indústria. O próprio nome do jornal dava a impressão de se tratar dum órgão de uma escola de artes e ofícios ou de ensino profissional. Na realidade, o nome do jornal já não correspondia de modo algum à categoria da escola.” Cfr. Marques, Victor Caldeira – “A Nossa Imprensa. Capítulo I: *O Profissional*” in *Querer é Poder*, n.º 12, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto a Novembro de 1987, pp. 15 e 16.

⁴⁹³ Martins, Vasco – “A despedida de *O Profissional*” in *O Profissional*, n.ºs 69 e 70, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Novembro e Dezembro de 1924, p. 7.

⁴⁹⁴ Observação directa com o antigo aluno do Instituto, Eng.º Augusto Dias, datada de 31 de Agosto de 2005.

⁴⁹⁵ Cfr. Marques, Victor Caldeira – “A Nossa Imprensa. Capítulo II: *Os Pupilos do Exército*” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, p. 25.

no ano lectivo de 1945/46, este periódico passou a representar os alunos todos os meses, sendo que além de mensal, apresentava também oito páginas, era imprimido a tinta azul e a sua tiragem já rondava os 300 exemplares. O então Director do jornal, o antigo aluno n.º 244 (1937/46) – posteriormente, Coronel Pedroso Gonçalves - era um aluno que gozava, naquela época, de um prestígio sensacional entre os estudantes, não só porque era um dos melhores alunos, mas também porque tinha enfrentado alguns professores e oficiais em causas de assuntos internos. Por outro lado, apresentava uma capacidade de expressão escrita notável. Estes precedentes levaram-no a organizar o jornal mensal e com ele colaborava uma equipa trabalhadora e esforçada, entre eles: José Diogo Afonso, Ulisses Ribeiro Braga, Santos Barata, Américo Rosa, Egidio Nascimento Pires, Seródio Rosa, Rosa Pereira, Henrique de Carvalho e Francisco Jesuíno.⁴⁹⁶

⁴⁹⁶ Numa entrevista concedida ao antigo aluno Victor Marques, o COR Pedroso Gonçalves afirmava que *Os Pupilos do Exército* tinham “forte pendor literário, onde apareciam contos, poemas, etc., desses colaboradores mais assíduos e de alguns ex-alunos saídos há pouco tempo e dos quais nós publicámos extratos. (...) Havia também uma página de charadas, adivinhas, anedotas, reportagens que tinham a ver com a vida escolar, contactos com a Associação, aspectos históricos dos Pupilos (...) com aspectos que diziam muito à vida escolar e à tradição. O jornal nasce ou tem como detonador um factor insólito (...) houve um pequeno incidente entre vários alunos finalistas, alguns deles graduados que tinham tomado umas atitudes que outros de nós considerávamos arrogantes. E como o Prof. Mário Loureiro tinha criado um ciclo de palestras feitas pelos alunos (...) deixando-nos toda a autonomia para falarmos, contestámos as posições desses graduados através de um trabalho apresentado com um ar de palestra subordinado ao título “Educação pelo exemplo”, que era um remoque, uma piada aos tais graduados autoritários. Ora a palestra foi seguida de debate, o que criou um ambiente extremamente propício ao jornal. De certa forma, o jornal tem como detonador próximo toda uma situação conflitual entre um grupo de alunos e outro grupo (...) partidários de um tradicionalismo que nós considerávamos demasiado estreito (...). De maneira que deste ciclo de palestras e do debate que se seguiu resultou exactamente um movimento que conduziu ao jornal mensal.” Questionado sobre se os alunos aproveitavam para fazer alguma crítica, já que “tinham mão no jornal”, o entrevistado afirmou que “À Direcção do Instituto não a levamos nunca muito longe, nem foi muito incisiva. (...) vamos lembrar que era o ano de 1945/46, estava no final a Segunda Guerra Mundial, a situação política do país, que se reflectia nos aspectos institucionais e na vida escolar, também não nos permitia levar as ousadias tão longe como isso. De resto, alguns de nós eramos indivíduos marcados. Fazíamos algumas críticas mas bastante indirectas. Era de temer que, se fôssemos incisivos, pudessem recair sobre nós algumas penalidades, o que podia significar não acabarmos o Curso.” De referir ainda que era um jornal “bastante mais literário. Embora tivesse aspectos de informação [sobre o interno], ele estava muito mais virado para a literatura (...) eramos elementos de uma geração que tínhamos muito gosto pela literatura. (...) Líamos muito, na altura, autores como um Eça, um Camilo, um Herculano e outros; líamos muito, porque estavam em voga em Portugal autores estrangeiros como um Dostoevski, um Tolstoi; éramos frequentadores assíduos da Feira do Livro. (...) Era um jornal que, mantendo a tradição através do título, pretendeu ser um jornal fundamentalmente descrito pelos alunos e para os alunos.” No que concerne à colaboração que existia, Pedroso Gonçalves refere que “Na nossa época a colaboração dificilmente apareceria de alunos que não fossem dos três últimos anos, porque a idade média com que se completava o Curso Comercial e o Curso Industrial era entre os 14 e 15 anos, e era um bocado difícil esperar que rapazinhos com esta idade já se atirassem muito para aparecer a escrever. Gostavam de praticar desporto, de ter passatempos. Para a maior parte deles, ler literatura seria um exercício que não tomavam muito a sério: liam-nos porque eramos colegas. Então apareciam os alunos dos três últimos anos como os quase exclusivos colaboradores do jornal.” À pergunta se o jornal era censurado, há que dizer que “Não tinha oficialmente censura. É claro que nós, por defesa nossa, mostrávamos a um ou dois professores. Nunca me lembro de ter havido cortes de passagens, houve uma vez por outra uma sugestão feita amigavelmente e, se não desvirtuasse o que queríamos, nós atendíamos o pedido. (...) Na época havia censura de imprensa [censura oficial] mas no jornal escolar não era obrigatório. Simplesmente, com grande espanto meu, poucos meses depois de ter saído dos Pupilos – já cadete da Escola do Exército – tive de ir ao Secretariado Nacional de Informação onde funcionava a Comissão de Censura. Tive que ir lá falar com uns senhores oficiais do Exército sobre um assunto que talvez fosse relacionado com os Pupilos e, com surpresa minha, eu cheguei à conclusão de que tinham lido todos os jornais e não tinham gostado de um artigo de fundo da minha autoria, porque o título era “Avante”; não tinha nada

Em Fevereiro de 1941 aparece o *Aranhão*, que foi um jornal policopiado pelo Curso de Contabilistas, mas que teve vida efêmera. Em meados dos anos 40, surge uma publicação manuscrita com o título *Pilão – jornal humorístico e educativo de menor tiragem em Portugal*, de que se guarda no Museu do IMPE o exemplar n.º 1, “talvez o único original que se pode ainda encontrar” como faz questão de sublinhar o Sr. Mourão, o inextinguível funcionário administrativo da APE e o mais conhecido Pilão Honorário da actualidade. Da década seguinte, o Instituto guarda actualmente exemplares de três publicações que se terão editado em simultâneo, nomeadamente, *O Contabilista – jornal técnico dos alunos do IPPE*,⁴⁹⁷ *O Pequeno Pupilo – página dos alunos do Ciclo Geral Preparatório* e *O Jornal dos Pupilos do Exército*.⁴⁹⁸ Estas pequenas revistas “são retratos no tempo” sobre a estrutura do IMPE, tendo em conta o contexto social da época.⁴⁹⁹

No mês de Janeiro de 1972 surge um outro periódico, desta feita com o nome de *Participação*, que foi uma publicação que se prolongou por seis anos de vida. No ano de 1972, não houve qualquer falha de periodicidade e a sua apresentação era multicolor, mas de alguma forma pouco apelativa e a disposição dos artigos era mesmo um pouco confusa. De 1973 a 1977, a periodicidade manifestou-se incerta, mas houve uma melhoria significativa na apresentação assim como uma maior preocupação quanto a assuntos da juventude. Na verdade, é de sublinhar que, a partir de 1974, a revista tornou-se tendenciosa em temas políticos e ideológicos, seguindo de todo em todo, o clima social que se fazia sentir na época. Contudo, no mês de Abril de 1977, esta publicação deixava para sempre o Instituto.⁵⁰⁰

a ver com política e quem o lesse via que a intenção era: ‘Avante com esta ideia. Vamos todos colaborar’. Mas nesses tempos a palavra avante era considerada palavra maldita.” Cfr. *Idem*, pp. 26 e 27.

⁴⁹⁷ A APE deu conta da recepção do n.º 2 desta publicação técnica dos alunos do IPPE, sendo que sublinhava “o excelente aspecto gráfico, a valiosa colaboração e o interesse e actualidade dos problemas tratados.” Cfr. Redacção do Boletim da APE – “O Contabilista” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 10, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1958, p. 8.

⁴⁹⁸ Em 1 de Dezembro de 1950, a razão do aparecimento d’*O Jornal dos Pupilos do Exército* era conhecida: “Passados quatro anos de sepulcral nudez, recomeça hoje a balbuciar, redivivo, o nosso tão desejado jornal. (...) a nossa alegria ao vê-lo ressuscitado (...). Obras há que desaparecem extemporaneamente por qualquer motivo adverso, e deixam o seu lugar aberto, fazendo-se sentir a sua falta. Aconteceu assim com o jornal ‘Os Pupilos do Exército’, e já por várias vezes. O jornal que ora se vos apresenta de novo, queridos Amigos, não será a única nem a principal manifestação da nossa pujante vida estudantil, mas pretende ser como que o termómetro para indicar a nós mesmos, às nossas famílias, aos nossos Superiores e Mestres, ao Mundo, enfim, a nossa ascensão na escala do ser e do agir”. Este jornal era um mensário emblemático da Instituição, mas pouco tinha a ver com a prática escolar; basta salientar que 45% da colaboração pertencia a oficiais e professores, sendo que o restante era destinado a alunos, antigos alunos e civis. De cariz cultural, teológico e acima de tudo, nacionalista, ele demonstrava modelarmente a situação política e social do País, ou não tivesse o lema “Deus, Pátria, Família”. Com efeito, se o jornal mensal de 1946 não era oficialmente censurado, já este tinha que ser visado pela Comissão de Censura. Isso amedrontava os jovens mais críticos a escreverem sobre actualidades escolares e temas filosófico-ideológicos. Para mais, ver Marques, Victor Caldeira – “A Nossa Imprensa. Capítulo III: O Jornal dos Pupilos do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 14, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1988, pp. 35 e 36.

⁴⁹⁹ Observação directa com o Sr. Mourão, datada de 21 de Outubro de 2005.

⁵⁰⁰ A *Participação* caracterizou-se por uma continuidade intensiva de informação sobre o internato e de carácter cultural e literário. Revista típica dos alunos, ela contou com o apoio e a colaboração de professores e oficiais, dos

Em Maio de 1980 nasce o *Jornal "O Pilão" – Órgão Informativo, Cultural e Recreativo*, que manifestou algum impacto na comunidade estudante. Esta revista foi publicada apenas duas vezes, respectivamente em Maio de 1980 e no mesmo mês do ano seguinte. A sua apresentação foi, até então, das mais bem estruturadas que a imprensa dos alunos do Instituto conheceu. Se a primeira edição demonstrou maturidade para captar as atenções do meio estudantil, não só pela participação de alunos de todos os ciclos como através de abordagens sobre assuntos extremamente cobiçados pela curiosidade juvenil, já no segundo número ela pretendeu ir mais longe com a tentativa de uma edição a cores.⁵⁰¹

De 1981 a 1983 houve um interregno neste tipo de publicações, facto que não é facilmente explicável, a não ser pela pouca predisposição dos vários actores sociais ou vontade efectiva, pelo menos nas circunstâncias presentes, em abraçar um projecto deste cariz. Mas em Janeiro de 1984 surge o herço da revista *Querer é Poder*, com a designação de *Jornal do Pilão*, que foi uma tentativa de dar continuidade ao trabalho de 1980/81, só que os meios estruturais e humanos não permitiam que a publicação mantivesse o formato, tipo revista. Por conseguinte, sabe-se que ela sobreveio mais pobre na sua apresentação, apesar de bem estruturada. Mesmo assim, no seu pouco tempo de vida, conseguiu dar a conhecer grandes capacidades jornalísticas de alguns Pilões, podendo destacar-se as óptimas entrevistas feitas a Carlos Lopes, Urbano Tavares Rodrigues e Alexandre Cabral (antigo aluno, investigador e escritor), assim como inseparável o cunho literário presente na poesia e prosa dos alunos aí distinguidos.⁵⁰²

Sabemos ainda que, esporadicamente e de forma mais ou menos clandestina, surgiram outras publicações, como por exemplo, *O Jacaré* e o *Pastor*. O seu carácter era efectivamente encoberto e

quais é de nomear: Professor Boaventura de Sousa Santos, MAJ Boavida Pinheiro, MAJ Alves Ribeiro, para além da colaboração permanente do Professor Salvador Martins. Este último docente reafirma que a revista nasceu como "*fruto da vontade de uns a eternizar na cooperação de todos*" (como se atenta na "*Nota de Abertura*" do seu primeiro número), nomeadamente do "*Vasco, do Paulo Guilherme, e de muitos outros.*" Pouco a pouco, o elenco habitual de colaboradores foi ganhando volume, quer na participação de oficiais ex-alunos, quer na cooperação franca e deliberada de professores, militares e civis. Mesmo assim, "*não existia um coordenador, função que competia ao grupo de alunos mais entusiasmados. Estes tudo dirigiam, sempre incansáveis na obtenção de artigos variados.*" A revista "*teve sempre o cariz de circum-escolar, é certo.*" Foi um órgão de informação, tanto interno como literário (embora a pender mais para este último), sendo que as colunas de "*gente colaborante*" enchiam-se sobretudo dos contributos de alunos dos Cursos Secundários, Unificados e Complementares. Pode sublinhar-se, ainda, a elevada escassez no tratamento de assuntos referentes aos Cursos Superiores ministrados no Instituto, na medida em que eram raros os estudantes, a este nível, que participavam na citada revista. Cfr. Marques, Victor Caldeira – "A Nossa Imprensa. Capítulo IV: Participação" in *Querer é Poder*, n.º 14, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1988, pp. 36 a 38.

⁵⁰¹ Esta revista tinha como coordenadores e responsáveis os seguintes alunos: Rui Gonçalves, Mário Portela e Jaime Lobato. Outros alunos participavam, como o Almeida, o Mestre e o Pires, e ainda com a colaboração incansável do Professor Salvador Martins. Contava também com a colaboração de antigos alunos, como sejam: Américo Ferreira, Fonseca, Teixeira e Reis. Cfr. Marques, Victor Caldeira – "A Nossa Imprensa. Último Capítulo" in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988, p. 36.

⁵⁰² Nesta publicação, é ainda de salientar o trabalho do aluno Pereira e a coordenação do Prof. Salvador Martins, que foram os seus fundadores. Ver *Idem*, pp. 36 e 37.



fomentava a crítica interna, por vezes corrosiva, sendo que aparecia de manhã por baixo das portas dos gabinetes e das salas. O Museu do IMPE guarda apenas um exemplar do *Pastor*, nomeadamente do seu n.º 2. Será apenas em Janeiro de 1985 que nascerá a revista dos alunos que ainda hoje se mantém em publicação, ainda que em formato um pouco diferente e de periodicidade variável, pois é publicada de forma eventual. Falamos, naturalmente, da revista *Querer é Poder*.⁵⁰³

No primeiro exemplar da *Querer é Poder*, pode ler-se no seu editorial: “*é este o primeiro número de 'QUERER É PODER'. Revista dos alunos, e para eles fundamentalmente voltada, acaba de ser Revista dos Professores, Quadros Militares, e de todos os funcionários da Casa, já que, em última análise, são os alunos a razão de ser de todo o Instituto*”. Afirmam-se ainda as razões de ser da mudança: “*O antigo 'Jornal do Pilão', não dispunha de meios bastantes para se apresentar e nos representar condignamente. A sua saída era sempre irregular, sem qualquer periodicidade. Por outro lado, o designativo 'Pilão', que nos é tão familiar (abreviatura de Pupilão), justamente por ser um tropo de família, não nos pareceu o mais curial para a audiência externa que pretendemos atingir. Até porque a palavra, em certas regiões do País, tem a sua carga pejorativa. Por isso se escolheu para o frontispício da nossa Revista o lema bem tradicional da nossa Casa: 'QUERER É PODER'”*.⁵⁰⁴

Embora inicialmente impressa na Gráfica do Instituto, a preocupação com a sua qualidade gráfica e a inserção da capa a cores veio impor que se recorresse ao exterior para a sua execução gráfica, nomeadamente a partir do seu n.º 27, com edição datada de Abril de 1993. Actualmente, a *Querer é Poder* já é toda publicada a cores, sendo que a paginação e a maquetagem já é feita na Redacção da revista, com programa informático adequado, pela equipa de alunos que integram a Actividade de Complemento Curricular “*Clube da Revista Querer é Poder*”.⁵⁰⁵ No final dos anos

⁵⁰³ Cfr. Diniz, José – *A Imprensa...*, *op. cit.*, p. 15.

⁵⁰⁴ Cfr. Santos, António Manuel Martins dos – “Editorial” in *Querer é Poder*, n.º 1, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1985, p. 1. Responsável pelo último número do *Jornal do Pilão* e pioneiro desta revista, tendo sido o seu director, o antigo aluno Santos foi um marco importante na imprensa dos alunos na sua época. Honra também devida ao Prof. Mário Rodrigues Cruzeiro que, desde o início, foi um entusiasmado companheiro dos alunos nas funções de professor coordenador. A *Querer é Poder* tentou sempre abranger um espaço mais amplo que o das anteriores publicações, abrangendo mesmo algumas perspectivas da própria imprensa militar. Várias entrevistas a entidades militares e civis são possíveis de atentar nos números desta revista, sendo que esta publicação pretendeu ser sempre um órgão escolar que reflectisse a imagem do instituto, mas permanentemente para uma audiência multivariada. A comprovar isso estão os diversos artigos publicados de carácter científico, militar, social, histórico e pedagógico, entre outras vertentes. Mesmo assim, houve sempre a preocupação de cativar as atenções dum público menos adulto, nomeadamente dos alunos mais novos. Espaços como a banda desenhada presente no “*Humor Pilónico*” contribuem para conferir um ar menos enfadonho à revista, assim como os artigos que abordam a temática própria dos alunos, com aquilo que é característico das suas vivências.

⁵⁰⁵ São referências necessárias, no que concerne à colaboração da revista *Querer é Poder*, entre muitos outros, o trabalho desenvolvido por cada um dos Alunos Comandantes de Batalhão ao longo de todos os anos desde a sua criação em 1985, o esforço dos diversos alunos participantes, assim como dos vários Directores, do COR José Dinis, dos professores Francisco Camejo, Miguel Gonçalves, Pedro André e o sempre incansável Fernando Velez, responsável pela colaboração fotográfica e pelos curiosos “*Humores Pilónicos*” da publicação. Refira-se que muitas das

90, surgiram outras publicações sectoriais, nomeadamente: *O Estrelónico – jornal do 2.º Ciclo*, as *Pupillas* (revista da iniciativa das alunas dos cursos superiores),⁵⁰⁶ o *D-5* (dedicado às actividades desportivas, em especial ao Futebol de 5), o *100 Ondas* (jornal do 9.º Ano B) e o *Império – Boletim do Instituto Militar dos Pupilos do Exército*.⁵⁰⁷

A imprensa dos alunos dos Pupilos do Exército é um contributo essencial e um retrato único sobre os aspectos sociológicos e históricos das diferentes comunidades no Instituto (estudante, militar e civil, incluindo o próprio Corpo Docente) ao longo do tempo. Nessas publicações, enquadradas ou não no âmbito das ACC e de cariz formal ou informal, está presente o percurso das relações e da estrutura social, da vida quotidiana, das solidariedades e dos conflitos sociais e dos diferentes grupos (vistos quer como unidades separadas quer como unidades mutuamente dependentes). Quando feita a necessária ligação com a outra vertente da imprensa pilónica, nomeadamente aquela que concerne às publicações da APE,⁵⁰⁸ é possível estudarmos a *comunidade pilónica* numa maior abrangência, com ênfase inequívoco na generalização das suas estruturas, mas com observação daquilo que são as diferenças entre elas e nas mudanças verificadas ao longo do tempo. Só assim conseguimos alcançar a complementaridade que é fundamental à nossa análise, até porque a mudança é estruturada e as estruturas mudam.⁵⁰⁹

informações sobre a imprensa dos alunos, aqui explanadas, são também resultado de cruzamentos com as explicações gentilmente cedidas pelos professores Francisco Camejo e Fernando Velez, em observações directas datadas de 03 de Novembro de 2005.

⁵⁰⁶ Cfr. Carreiro, Marta – “Pupillas, um folhetim feminino... e não só!” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998, p. 19.

⁵⁰⁷ Todas estas publicações tiveram vida muito curta, não passando algumas do exemplar n.º 1, como foi o caso da última referenciada.

⁵⁰⁸ Ou seja, toda aquela que é desenvolvida pelos antigos alunos do IMPE no âmbito do seu associativismo, onde o *Boletim da APE* tem maior projecção, visto que todas as outras publicações da APE são eventuais ou dizem respeito a determinados eventos e momentos relevantes no contexto da vida do IMPE e/ou APE.

⁵⁰⁹ Entre outros, ver Ruter, A. J. C. – “Introduction” in *International Review of Social History*, vol. 1, 1956, pp. 1 a 4 e Burke, Peter – *Sociologia e...*, *op. cit.*, p. 27.

Quanto o poder

Preparação nos para a vida

O INSTITUTO DOS PUPILOS

Arquivo de sala pedagógica
do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército
de Torres, Mar

Elementos colhidos principalmente
no 2.º ano do mesmo Instituto, na escola
de Alfarrobeira, estrada de Benfica, n.º 376

JULHO 1913

1.º ANO

COMPOSITO E IMPRESSO

NA IMPRENSA DE MANUEL LEON TORRES

13 - Rua de São João, 11 - Torres

Figura n.º 41

O Instituto dos Pupilos, a primeira publicação do Instituto⁵¹⁰

⁵¹⁰ Surgiu logo em 1913 e consistiu num relato das actividades realizadas durante o primeiro ano de existência do Instituto.



Figuras n.º 42 e 43

Jornal do Pilão



1999

Império

Boletim do Instituto Militar dos Pupilos do Exército

Editorial

Amo para mim, senhor, a ajudar o Pátrio.
 Não acredito na verdade!

Não é que o homem vive a desleixo de ajudar a nossa escola a montar uma exposição indigesta no Centro Cultural Cintrini durante (sem a adivinha) uma semana de férias.

É, vê-lo a ir para lá as tardes de madrugada, a sair de lá os bairros de madrugada com os botões cheios de horta espalhada nas saquetas em almofax e lanternas, a aborrecer pessoas com quem tinha conhecimentos, a pregar-lhe um por homem, que todos consideravam de paragem.

Sinceramente.

É que o Pátrio (Dr. Camelo para os amigos) usando tudo, tudo mesmo, e não se dá a sua em proveito da nossa divulgação até (pode pensar mal) será que aquele homem não se sente?

É se o pessoal se habitua? Não tarda muito toda a gente (alunos, professores e oficiais) que fazer o mesmo em estadia naquele ano que fica a um passo de Madalena e só a dois das lutas todas das telemóveis.

Por... é se o pessoal aprova? Bem não quero pensar! Põe-se para lá tudo e pedir mais em clareza do género a Unidos quando alguém tiver de se lembrar a quem se refere.

Mas, imaginem-se por causa de "Linhagens" destas coisas, fra informaco com os parentes, deitado com as edições de Ciro, da Tânia e da (hábito) especial e de lá a conhecer ao nível de, mais por terra dogmas contra, dizer que vão as mais relações entre irmãos e não-irmãos e os mais resultados matemáticos das regras do 12º a nível principal ou mesmo "magistralmente" estudando.


Poranto meu amigo Gandhi do Meço, (e amigos dele como o Sr. Veloz, o Ten. (Dr. (Dr. e outros que tais) veja a respeito que se mece, pois de maneira como as coisas vão, não há quem vá a um nível Certo, Dr.) não de fazer bem sem amar a quem já foi crânio que deu a luz.

Tenha consciência que se não incomoda mais escolas que têmham de que aqueles que não fazem o trabalho também é verdade!

Incomode amigo, respectivo!

Instituto Militar dos Pupilos do Exército

Numero 1
 Maio 5
 Ano 2000



Vida de Estudante

1999

Maio 5

Ano 2000


Conteúdo

1. Vida de Estudante

2. Vida de Estudante


3. Vida de Estudante

4. Vida de Estudante




Vida de Estudante

Via revelar... no meu esta... dos... de...
 jornal. O... de... de... de...
 vida... de...
Página 1




Vida de Estudante

Via divulgar... que se anda a passar...
 vida...
Página 2



Vida de Estudante

Se... de... de... de... de... de...
 de... de... de... de... de...
 de... de... de... de... de...
Página 3



Vida de Estudante

O... de... de... de... de...
 de... de... de... de... de...
 de... de... de... de... de...
Página 4

1. Vida de Estudante

2. Vida de Estudante

3. Vida de Estudante

4. Vida de Estudante

5. Vida de Estudante

6. Vida de Estudante

7. Vida de Estudante

8. Vida de Estudante

9. Vida de Estudante

10. Vida de Estudante

11. Vida de Estudante

12. Vida de Estudante

13. Vida de Estudante

14. Vida de Estudante

15. Vida de Estudante

16. Vida de Estudante

17. Vida de Estudante

18. Vida de Estudante

19. Vida de Estudante

20. Vida de Estudante

21. Vida de Estudante

22. Vida de Estudante

23. Vida de Estudante

24. Vida de Estudante

25. Vida de Estudante

26. Vida de Estudante

27. Vida de Estudante

28. Vida de Estudante

29. Vida de Estudante

30. Vida de Estudante

31. Vida de Estudante

32. Vida de Estudante

33. Vida de Estudante

34. Vida de Estudante

35. Vida de Estudante

36. Vida de Estudante

37. Vida de Estudante

38. Vida de Estudante

39. Vida de Estudante

40. Vida de Estudante

41. Vida de Estudante

42. Vida de Estudante

43. Vida de Estudante

44. Vida de Estudante

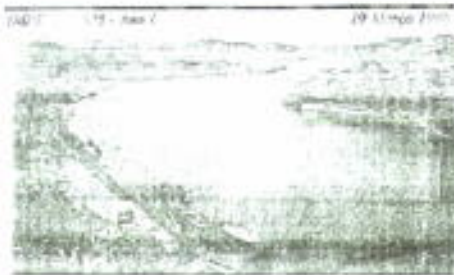
45. Vida de Estudante

Figuras n.º 44 e 45

Império e Vida de Estudante

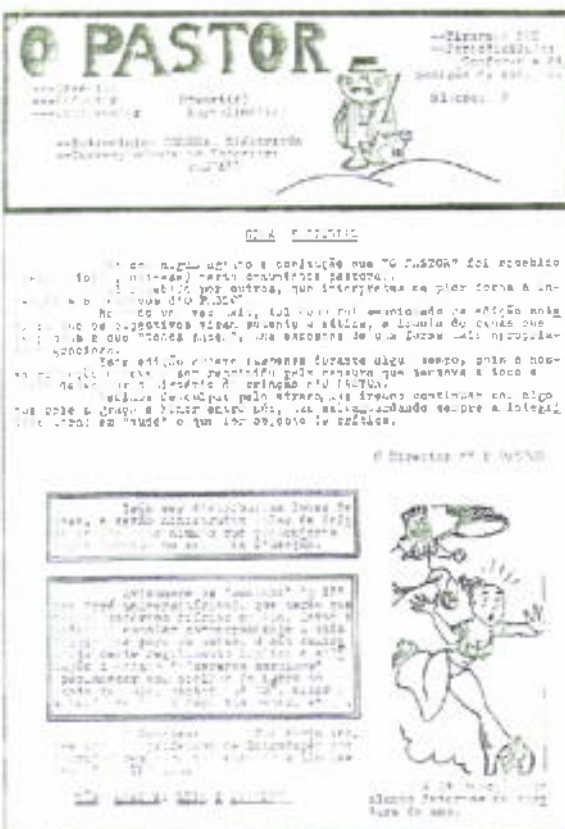
906

PUPILLAS



FOTOREPORTAGEM LA CONVERSA COM

- Diuro de Bordo da visita
- Ana Paula Marques - as empresas no Norte



Figuras n.º 46 e 47
Puppilas e O Pastor



Figuras n.º 48 e 49
Jornal "O Pilão"

CEM ONDAS

1974/80

Este livro reúne os artigos publicados em 1974 e 1980, com o intuito de proporcionar aos leitores um panorama da situação da agricultura brasileira e da atuação da FAPESP nesse período. O conteúdo é dividido em duas partes: a primeira, referente ao ano de 1974, aborda temas como a reforma agrária, a mecanização agrícola e a produção de alimentos; a segunda parte, referente ao ano de 1980, trata da situação econômica e social do campo, bem como das perspectivas para o futuro. O livro é uma importante fonte de informação para quem deseja conhecer a história da agricultura brasileira e o papel da FAPESP nesse processo.

Coordenador: *[nome]*
 Editor: *[nome]*
 FAPESP - Caixa Postal 117 - Ribeirão Preto - SP - 13001-970

O Estrelônico



JORNAL DA AGRICULTURA
5ª A
1974/80

[Vertical text on the left side of the page]

[Main body of text, mostly illegible due to low resolution]

Figuras n.º 50 e 51
Cem Ondas e O Estrelônico



D5
Folhetim semanal do torneio de futebol de cinco
 Nesta semana:
"JUBILO E CONSAGRAÇÃO"
 O vencedor do torneio de futebol de cinco
 do Colégio de Santo Ivo de Évora
 é o clube de futebol de cinco do Colégio de Santo Ivo de Évora
 do Colégio de Santo Ivo de Évora
 do Colégio de Santo Ivo de Évora

Figuras n.ºs 52 e 53
A Gazeta e o D5



Figura n.º 54
Crónica Área-Escola

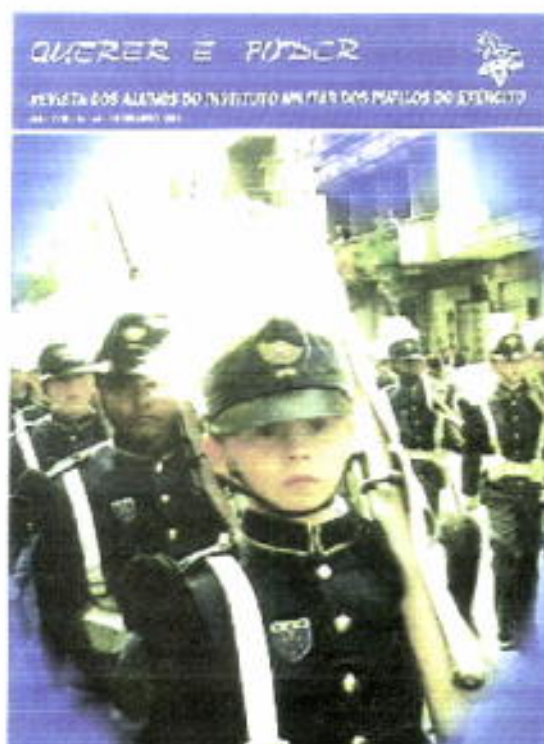


Figura n.º 55
A revista Querer é Poder

CAPÍTULO IX

AS ESCOLAS MILITARES ESTRANGEIRAS: PARALELOS E DIVERGÊNCIAS

1. UMA DIVERSIDADE CONSPÍCUA

“Os grandes líderes são quase sempre grandes simplificadores que conseguem abreviar uma discussão, um debate e uma dúvida, oferecendo uma solução que todos podem compreender.”

*General Colin Powell*⁵¹¹

A defesa e a afirmação de uma identidade cultural e de uma pertença nacional, é concerteza um problema de Educação. Conscientes que o Ensino tem uma importância crucial na tarefa de despertar os indivíduos para a presença e para o compromisso, sabemos que se a missão da escola é formar liberdades, numa outra perspectiva, é também despertar valores e revelar limites. Se fora da instituição de ensino, muito em particular, é frequente assistirmos à negação de valores fundamentais na vivência prática da sociedade (que assim ignora o seu passado e teima em desprezar a sua herança cultural), não menos é verdade dizer que neste início de século é comum o nascimento de novos tipos de identidade em que o grande referente não é tão só, e apenas, a *Nação*. Podemos mesmo dizer que, num tempo histórico relativamente curto, a Educação, de um obscuro domínio da política doméstica, tem vindo a tornar-se progressivamente um tema central nos debates políticos, a nível nacional e internacional.⁵¹²

Há que recordar que a par do risco da diluição das identidades nacional, regional e pessoal, resultante do processo de globalização, surge a revalorização das pertenças de grupo, cultura e crença, assim como a defesa de todos os patrimónios e de todos os pressentimentos de futuro que anunciam a solidariedade e coesão. Neste âmbito, podemos incluir, entre outras, as seguintes vertentes que, sendo um ponto de partida necessário para o estudo da política educacional, são também, uma teoria crítica do Poder e do Estado:⁵¹³

- a defesa da língua, território e recursos, que são condições básicas de um povo;
- a defesa de laços de consanguinidade, solidariedade e cidadania, que evitam o

⁵¹¹ Ver o site oficial da *Hargrave Military Academy* onde estão presentes, entre outras, diversas informações sobre o *General Colin Powell Center for Leadership and Ethics*. Este Centro trabalha com os Cadetes desta escola militar ajudando-os a desenvolverem a sua capacidade e filosofia de liderança. O General Colin Powell é o respectivo *Chairman (Ret.), Joint Chiefs of Staff*.

⁵¹² Cfr. Teodoro, António – *Globalização...*, *op. cit.*, p. 13.

⁵¹³ Defendem Raymond Morrow e Carlos Alberto Torres que “(...) *uma teoria do poder e do Estado é um ponto de partida necessário para o estudo da política educativa – deslocando assim a análise da estrita dimensão da escolha e da preferência individuais modeladas pelo comportamento organizacional para uma abordagem de carácter mais histórico-estrutural, na qual os indivíduos têm escolhas mas são obrigados ou constrangidos pelas circunstâncias históricas, pelos processos conjunturais e pelas diferentes expressões do poder e da autoridade (aos níveis micro e macro) através de regras concretas de elaboração de políticas. (...) qualquer estudo da educação enquanto política pública deve abordar as questões do contexto organizacional no qual o poder (enquanto expressão de dominação) é exercido.*” Cfr. Morrow, Raymond e Torres, Carlos Alberto – *Teoria Social e Educação. Uma Crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural*, Porto, Edições Afrontamento, 1997 [ed. original 1995], p. 313.

nomadismo social;

- a defesa dos interesses, história e projecto comuns, face às novas colonizações do consumismo;
- a defesa da comunidade nacional em sintonia com a pátria local e com as restantes pátrias, que no caso português, incidem especialmente sobre a Europa e o mundo lusófono.

Partindo da aceção de que a *cidadania* consta de todo um edifício conceptual que é fruto da experiência de convívio participativo entre os membros de uma sociedade complexa (como é a civilização do nosso século) e tendo igualmente em conta que essa *cidadania* é feita de normas, de problemas, de soluções, de compromissos, de papéis sociais e de relações organizadas entre eles, então, é também seguro afirmar que este todo é conducente não só à sobrevivência, como ao desenvolvimento, progresso económico, social e cultural da sociedade.⁵¹⁴ Tudo isso se ensina e se aprende, e a construção das políticas de Educação e de formação é certamente um acto político, no sentido forte do termo.⁵¹⁵

A *cidadania nacional* evolui em relação com a situação da comunidade internacional. Num mundo em transformação como é o da actualidade, a cidadania adquire, a cada dia, novos contornos e novas valências que eram desconhecidas no passado. A *formação da cidadania*, englobando aquilo

⁵¹⁴ No domínio da apelação para que se pensem as políticas educacionais como histórias de *estratégias plurais* de actores, eles próprios plurais, Antoine Prost vai mais longe e recusa o paradigma inidimensional do *decisor solitário*, considerando que o conceito de *estratégia* apresenta sobre o conceito de *política* várias vantagens: “O conceito de *estratégia*, emprestado pela sociologia, apresenta sobre o de *política* várias vantagens. Engloba primeiro a análise que cada actor, individual ou colectivo, faz das questões em debate, dos pontos críticos, das soluções possíveis, e ainda das decisões desejáveis, vizinhas ou contrastadas, que atribui aos mesmos actores. Mas a noção de *estratégia* não se limita às soluções propostas para um dado problema: como a escolha de uma solução depende dos objectivos perseguidos, a análise de uma *estratégia* supõe a identificação da pluralidade de objectivos que perseguem os actores e da hierarquia que estabelecem entre esses objectivos, hierarquia, ela própria, mutável em função dos actores e das circunstâncias.” Cfr. Prost, A. – *Éducation, société et politiques. Une histoire de l’enseignement en France de 1945 à nos jours*, Paris, Éditions du Seuil, 1992, p. 216.

⁵¹⁵ Neste contexto teórico, as políticas de Educação podem ser entendidas como uma *construção*, e não como uma simples *dedução*, em resultado de um trabalho de ajustamento ou de adequação das estruturas e dos meios da educação às evoluções demográficas ou económicas. As políticas de educação, sobretudo nas sociedades contemporâneas, são constituídas em meios marcados pela heterogeneidade e pela complexidade, sujeitas a procuras sociais nem sempre compatíveis e muitas vezes contraditórias, e que obrigam a definir prioridades, a excluir caminhos e a ultrapassar compromissos. Assim, a construção das políticas de educação e de formação é bem um acto político, pois não revela “somente do que em inglês se designa de *policy* (linha de conduta, modo de implementar, *estratégia*), mas também de *politics* (que supõe uma visão, a procura de grandes finalidades). Estabelecer prioridades não é produzir a harmonia pela adequação de questões incompatíveis (democratização e selecção, contração sobre as “bases” e “abertura” da escola, etc.). As políticas de educação e de formação dizem (ou mais exactamente exprimem, porque assentam sobre muito de não-dito) o modo como uma sociedade se pensa a ela própria, se afirma, se projecta no futuro. Exprimem também as relações de força numa sociedade – a dominação socioeconómica mas igualmente a dominação simbólica e cultural. Este jogo das relações de força é tanto mais complexo quanto todas essas forças não dispõem de uma igual capacidade para formular as questões de educação e de formação.” Cfr. Charlot, B. e Beillerot, J. (dir.) – *La construction des politiques d’éducation et de formation*, Paris, Presses Universitaires de France, 1995, p. 13.

que tem de universal, modelado pela identidade nacional, é um pressuposto relevante nas considerações mais amplas, que pela sua natureza, abarcam áreas tão diversas quanto a *Defesa Nacional* e a *cultura*. Neste sentido, os direitos do Homem, a tolerância, o respeito mútuo, a democracia e os valores éticos não podem ser realidades menores ou esquecidas numa concepção escolar orientada por uma visão aberta e humanista do mundo em que vivemos. Assim, à Educação coloca-se um desafio: formar cidadãos capazes de pensar a *Nação*, de dotá-la de um projecto consistente e de liderar o processo de desenvolvimento global. Neste caso também, é importante não esquecer que o conhecimento é uma prática política, e que as teorias e conhecimentos produzidos no âmbito das Ciências Sociais não são somente quadros de referência, mas constituem também intervenções morais na vida da sociedade, cujas condições de existência procuram clarificar.⁵¹⁶

Ao entrar para um Estabelecimento Militar de Ensino, o jovem aluno assume uma condição de vida e de pertença, bem como certos direitos e deveres – muitas vezes simbolizados num *código de honra* – que os tornam membros efectivos dessa comunidade. Com isso, não existe a renegação da sua pertença ao seu grupo social, simbolizado este último pela sua família, terra, clube desportivo, entre outros.⁵¹⁷ O que de facto existe é a ocasião de partilhar com os demais colegas essas vivências, isto é, partilhar essa *cidadania* particular valorizando simultaneamente a *identidade* que foi dada pela família e pela sociedade. Assim, conhecendo os deveres e direitos de cidadania, percebendo o seu país na sua identidade nacional e nas suas múltiplas pertenças, a formação pode assumir-se como um passo significativo no sentido da defesa e da valorização da realidade nacional, seja esta qual for, pois muitas vezes “*só se defende o que se ama e só se ama o que se conhece*”, como diria o General Abel Couto.⁵¹⁸

Efectivamente, tudo isto nos insere na realidade escolar, e dentro dessa, na existência das escolas militares. E porque o Instituto Militar dos Pupilos do Exército se engloba num conjunto de estabelecimentos deste cariz que estão dispersos por vários países, cremos que também é útil e necessário analisar o que se passa, neste âmbito, no estrangeiro. Assim, propomo-nos fazer nestas próximas linhas um levantamento proporcionado para o nosso caso em particular, por forma a encontrarmos pontos comuns e pontos divergentes com o IMPE, que é para todos os efeitos, o farol

⁵¹⁶ Cfr. Giddens, A. – *Novas regras do método sociológico. Uma crítica positiva às sociologias interpretativas*, 2.ª Edição, Lisboa, Gradiva, 1996 [ed. original 1993], p. 8.

⁵¹⁷ Recordemos, por exemplo, que no que concerne ao profissionalismo militar, a institucionalização do ensino militar permitiu uma certa democratização da ocupação, na medida em que por esta via, a burguesia começou a ter acesso ao estudo e desempenho de funções militares, especialmente as mais técnicas para o tempo de então, como a Engenharia e a Artilharia. Sabemos que exigindo o seu estudo mais empenho e implicando efectivamente um inferior prestígio, tais ramos do conhecimento militar eram desprezados pelos indivíduos de origem nobre. Cfr. Abrahamsson, Bengt – *Military Professionalization and Political Power*, Beverly Hills & London, Sage Publications, 1972, p. 31.

que nos ocupa, situado num país semiperiférico do contexto europeu.⁵¹⁹

Desta forma, é importante verificar o que fazem outros países em relação a escolas de natureza militar para a formação integral de jovens, com o conseqüente e vincado aspecto de apoio social e despoletar de vocações. Procurámos ser objectivos e pragmáticos em relação à estrutura de análise. Mesmo assim, a pesquisa levou-nos a doze países que distribuídos pela Europa, África e América, que somaram um total significativo de noventa estabelecimentos similares ao IMPE, que foram sujeitos a uma abordagem sintética de educação comparada, contudo desprendida de qualquer tentativa de legitimação das opções assumidas no plano nacional.⁵²⁰

Nessa perspectiva, e no sentido de abarcar um objecto de estudo tanto local como global, é necessário termos em conta que existe uma presença crescente das questões educacionais na criação de identidades locais, definidas não tanto numa perspectiva geográfica, mas no sentido de uma pertença a certas comunidades discursivas, assim como uma reorganização dos espaços educativos, através de regulações económicas e políticas, regulações essas que atravessam as fronteiras dos diferentes países. Desta forma, somos conduzidos a um conceito de comparação que adquire novas conotações, caminhando da referência tradicional *inter-países* para dimensões simultaneamente *intra* e *transnacionais*, ou seja, por outras palavras, centradas nas comunidades de referência dos actores locais e nos devidos processos de regulação ao nível internacional.⁵²¹

Se tomarmos consciência de que as constantes iniciativas, estudos e publicações das

⁵¹⁸ Citado por Castro, Marcelina Maria Martins dos Santos – *O IMPE. Escola de Cidadania (Lição inaugural proferida na Sessão Solene de abertura do ano lectivo de 1995/1996)*, policopiado, Lisboa, IMPE, 24 de Novembro de 1995, p. 17.

⁵¹⁹ Sobre a localização de Portugal no sistema mundial, passando pela relação entre as políticas educativas nacionais e as iniciativas de assistência técnica de organizações internacionais, assumindo o carácter simultaneamente de legitimação e de mandato, ver entre outros, Santos, Boaventura de Sousa – “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português” in Santos, B. de Sousa (org.) – *Portugal: um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento/Centro de Estudos Sociais, 1993, pp. 15 a 56.

⁵²⁰ Um dos estudos clássicos de Educação Comparada, do alemão Bernd Zymek (ver *Das Ausland als Argument in der pädagogischen Reformdiskussion. Schulpolitische Selbstrechtfertigung, Auslandspropaganda, internationale Vertändigung und Ansätze zu einer Vergleichenden Erziehungswissenschaft in der internationalen Berichterstattung deutscher pädagogischer Zeitschriften, 1871-1952*, Ratingen, Aloys Henn Verlag, 1975, citado por Pereyra, Miguel A. – “La comparación, una empresa razonada de análisis. Por otros usos de la comparación” in *Revista de Educación*, Los usos de la comparación en Ciencias Sociales y en Educación, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia, 1990, p. 23 a 76) refere, com base nesse trabalho empírico sobre a discussão das reformas educacionais realizadas no seu país entre 1871 e 1952, que o recurso ao estrangeiro funciona, por vezes prioritariamente, como um elemento de legitimação de opções assumidas no plano nacional, sendo nesse caso em particular, um esforço pouco sério de um conhecimento contextualizado de outras experiências e de outras realidades. Sustentado pelas referências internacionais aparecidas em revistas pedagógicas alemãs, Zymek mostra que a atenção dedicada aos sistemas educativos estrangeiros não foi o resultado de uma curiosidade científica neutral ou de uma investigação sistemática dos pedagogos desses países. Foi antes marcada por um interesse político-escolar e escolar-prático, procurando argumentos para justificar as teses da política oficial de cada momento, apresentando-os como isentos de reprovação partidária e, ao mostrar o seu carácter internacional, respondendo a interesses que eram gerais e necessários.

⁵²¹ Cfr. Nóvoa, António – *História da Educação (Provas de Agregação)*, não publ., Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1994, p. 105.

organizações internacionais desempenham um decisivo papel na normalização das políticas educativas nacionais (estabelecendo uma agenda que fixa não apenas prioridades mas igualmente as formas como os problemas se colocam e equacionam, e que constituem uma forma de fixação de um mandato mais ou menos explícito conforme a centralidade dos países), então, será aqui ainda útil recordar como Jurgen Schriewer designou essa forma de mandato, difuso mas presente: “*construção semântica da sociedade mundial*”⁵²²



Fotografia n.º 202

Alunos da Escola Militar de Belgaum (Índia)



Fotografia n.º 203

Alunos do Colégio Militar de Salvador (Brasil)

⁵²² Nas suas palavras, temos um “*contexto de reflexão, delimitado por fronteiras políticas e/ou por laços linguísticos, externaliza outros contextos de reflexão que, por sua vez, fazem ainda referência a outros contextos, o que tem como consequência que representam, uns e outros, modelos e potenciais de estimulação. Uma rede de referências recíprocas nasce então desta acumulação de observações entre nações. Esta rede adquire a sua própria autonomia, que veicula, confirma e dinamiza a universalização planetária das representações, dos modelos, das normas e das opções de reformas. Uma tal rede de referências torna-se um elemento constitutivo de uma semântica transnacional, talvez compreendida como o correlato de um processo evolutivo trazido pela dinâmica de uma diferenciação funcional de sistemas sociais, ao mesmo tempo que reage, como construção semântica da sociedade mundial, sobre as estruturas sociais, transformando-as, uniformizando-as e harmonizando-as.*” Cf. Schriewer, J. – “L’*éducation*



Fotografia n.º 204

Alunos da Riverside Military Academy (EUA)



Fotografias n.ºs 205 e 206

Alunos da Wentworth Military Academy (EUA)

1.1. O Caso do Brasil

“No mundo militar, a chegada a um posto de topo, não é uma mera posição funcional ou cargo; é claramente o resultado de todo um modo de vida desenvolvido sob um sistema de regras e disciplina.”

*C. Wright Mills*⁵²³

Este país é uma imensa região marcada por profundas assimetrias e desigualdades económicas e sociais, regionais e étnicas, com um considerável e histórico atraso na construção da escola para todos. Com uma população muito jovem e com um assinalável crescimento da frequência escolar na última década, em todos os níveis do ensino, a educação surge como um dos maiores desafios do poder político, uma plataforma para a coexistência de múltiplos mandatos, seja pela natural manifestação de interesses dos grupos sociais, seja pela enorme permeabilidade às agendas hegemónicas mundiais de educação, própria de um país localizado na periferia do sistema mundial.⁵²⁴

Presentemente os tempos são contraditórios e paradoxais. De facto, por um lado accentuaram-se as consequências nefastas (em todos os planos da actividade humana) das políticas neoliberais consagradas no *consenso* de Washington, e por outro lado, assistiu-se, nesta que é uma das maiores democracias do mundo, à eleição de um Presidente operário e sindicalista, que transportou consigo um imenso capital de esperança na possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e mais solidária.⁵²⁵

No que concerne a escolas militares, o Brasil tem doze *colégios militares* espalhados pelo país: Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG),

pp. 23 e 24.

⁵²³ Cfr. Mills, C. Wright – *The Power...*, *op. cit.*, p. 194.

⁵²⁴ Cfr. Teodoro, António – *Globalização...*, *op. cit.*, pp. 90 e 91, de acordo com um texto adaptado da Comunicação proferida no II Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, de 19 a 22 de Janeiro de 2003.

⁵²⁵ No contexto mundial, há que referir que a eleição do Presidente Lula da Silva, e a afirmação do Partido dos trabalhadores (PT) como a maior e mais representativa força política do Brasil, teve um inequívoco significado simbólico. Em primeiro lugar, por chamar a atenção para a importância da luta de resistência popular na afirmação de um pensamento contra-hegemónico. Em segundo lugar, num período marcado por um refluxo – e desorientação – mundial de esquerda, por representar uma possibilidade de construção, a partir da (semi)periferia do sistema, de novas alianças sociais, tanto no Brasil como na América Latina e no próprio sistema mundial. Ver *Idem*, pp. 89 e 90. Recordemos também que, a ideia subjacente à história como espaço e tempo de possibilidade, não podiam deixar de ser mais actuais. Neste sentido, há que sublinhar o que Wallerstein afirma sobre a possibilidade de construir um projecto *utopístico*, em assinalável similitude de conceito com o de *inédito viável* de Paulo Freire: “*Utopística é uma séria avaliação das alternativas históricas, o exercício do nosso julgamento face a uma racionalidade substantiva de uma alternativa possível de sistemas históricos. É a sóbria, racional e realística evolução dos sistemas sociais humanos, com os constrangimentos do seu contexto e as zonas abertas à criatividade humana. Não a face do perfeito (e inevitável) futuro. É antes um exercício, simultaneamente nos campos da ciência, da política e da moral.*” Cfr. Wallerstein, I. – *Utopistics, or Historical Choices of the Twenty-first Century*, Nova Iorque, The New Press, 1998, pp. 1 e 2.

Curitiba (PR), Recife (PE), Brasília (DF), Juiz de Fora (MG), Campo Grande (MS) e Santa Maria (RS).⁵²⁶ Na cidade do Rio de Janeiro, só existe um, que é o pioneiro, o mais antigo de todos, fundado em 1889, por iniciativa do Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, patrono do *Colégio Militar do Rio de Janeiro*. Os doze *colégios militares* e a *Fundação Osório* formam o “*Sistema Colégio Militar do Brasil*” (SCMB), que é coordenado pela *Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial* (DEPA).

Subordinado à DEPA, o SCMB é um dos subsistemas de ensino do Exército e tem a seu cargo ministrar a educação básica, nos níveis fundamental (5.^a a 8.^a Séries) e médio. Doze *colégios militares*, disseminados pelo país, oferecem educação a mais de 14400 jovens, 37% dos quais oriundos do meio civil, integrados ao sistema através de concurso público federal. No que concerne à proposta pedagógica, há a referir que as práticas didáctico-pedagógicas em vigor nos *colégios militares* brasileiros subordinam-se às normas e prescrições do sistema de ensino do Exército e, ao mesmo tempo, obedecem também à *Lei de Directrizes e Bases*, a principal referência que estabelece os princípios e finalidades da educação nacional. Sublinhe-se que, por este último diploma legal, todos os estabelecimentos de ensino do país devem possuir uma proposta pedagógica própria, verdadeira síntese dos objectivos e da orientação que imprimem à acção educativa, e também como prova da diferenciação e da diversidade que se pretende no ensino, numa cada vez maior assertividade experimental, de interacção entre alunos e professores, de debate e de participação colectiva.⁵²⁷

⁵²⁶ Os *colégios militares* brasileiros são Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio existentes nas principais cidades brasileiras. São escolas destinadas a jovens de ambos os sexos e o ingresso é feito mediante um concurso de admissão: na 5.^a série do Ensino Fundamental para jovens entre 10 e 13 anos, e para o Ensino Médio, entre 14 e 18 anos. Para o concurso da 5.^a série, são realizadas as provas de Português e Matemática, sendo que para o Ensino Médio, são exigidas provas de Língua Portuguesa e Matemática. O período de inscrição é, normalmente, de Setembro a Outubro. O ensino nos *colégios militares* vai assim da 5.^a série/1.^o grau à 3.^a série/2.^o grau, sendo que só há duas séries de ingresso: a 5.^a Série do Ensino Fundamental e a 1.^a Série do Ensino Médio. Não há concurso para outras séries. Recorde-se que até 1996, só havia exame para a 5.^a Série, tendo sido naquele ano que se decidiu abrir o concurso para o 2.^o grau, ou seja, o actual *Ensino Médio* brasileiro.

⁵²⁷ Cabem neste contexto, porque aludem à exigência da pluralidade de pontos de vista que deve ser disponibilizada no ensino, as palavras de Fernand Braudel, que referiu que se “*limitarmos a nossa retrospectiva a este século depararemos com dez análises, pelo menos, e com mil retratos da história, sem contar as posições que se esboçam nas próprias obras dos historiadores, mais propensos a julgar que definem melhor as suas interpretações e pontos de vista numa obra do que numa discussão precisa e formal do seu pensamento (o que lhes vale a irónica censura dos filósofos de que os historiadores nunca sabem ao certo a história que fazem)*”. Cfr. Braudel, Fernand – “História e Sociologia” in *Traité de Sociologie*, publicado sob a direcção de Georges Gurvitch, capítulo IV do volume I, Paris, 1958, ou então, Braudel, Fernand – *Écrits sur l’Histoire*, Paris, Flammarion, 1969, pp. 97 a 122, com tradução de Margarida e Joaquim Barradas de Carvalho na *Revista de História*, n.º 61, S. Paulo, Janeiro-Março de 1965.

Entre outras características, a proposta pedagógica dos *colégios militares* dá prioridade a princípios e práticas que guardam estreita e cerrada relação com o esforço de modernização do ensino,⁵²⁸ implementado pelo Exército nos últimos cinco anos. Dessas directrizes, ressaltam-se:

- A busca da educação integral, que atribui igual importância e intensidade aos domínios afectivo, cognitivo e psicomotor;
- A colocação do aluno no centro do processo ensino-aprendizagem, levando-o da posição de espectador, acumulando saberes, à protagonista do processo, participante da construção do conhecimento.
- A delimitação de um núcleo central de conhecimentos, privilegiando conteúdos significativos e essenciais para a vida dos alunos, com ênfase no desenvolvimento de competências básicas e habilidades que os permitam ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.
- A observância dos princípios da interdisciplinaridade e da contextualização, compreendendo os conhecimentos relacionados com os diversos contextos da vida dos alunos.
- O desenvolvimento de atitudes e a incorporação de valores, assegurando a formação de um cidadão patriota, consciente dos seus deveres, direitos e responsabilidades.
- A capacitação dos alunos para o prosseguimento nos estudos de forma autónoma e crítica para futura integração ao mercado de trabalho com o pleno exercício de suas actividades profissionais.

Estas directrizes tentam também ir ao encontro da filosofia um ensino com características especiais, mas próprio de um Estado moderno.⁵²⁹ De uma forma global, sabemos que os *colégios*

⁵²⁸ Torna-se oportuno lembrar que a propósito da formação institucional militar, Huntington sublinhou que *"a componente intelectual da profissão militar requer que o moderno Oficial dedique um terço da sua vida profissional à formação escolar, provavelmente um maior rácio de tempo educacional que em qualquer outra profissão"*. Cfr. Huntington, Samuel P. – *The Soldier and the State: The Theory and Politics...*, *op. cit.*, p. 13.

⁵²⁹ Será oportuno recordar que a centralização do poder do Estado, acompanhada de fenómenos de burocratização e estabilização do funcionalismo público, possibilitou que, desde o século XVII, se assistisse à consolidação e à opção estável por Exércitos permanentes. De facto, foi também condição determinante da profissionalização dos diversos *Corpos de Oficiais*. Para George Clark, a relação que deve ser apercebida é biunívoca: *"Assim como foi preciso o Estado moderno para se criar o Exército permanente, assim também o Exército criou o Estado moderno, pois a influência das duas causas foi recíproca"*. Cfr. Clark, George – *Seventeenth Century*, New York, Oxford-Galaxy, 1965, pp. 98 a 102 citado por Marques, Fernando Pereira – *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 1999, p. 13. Por seu lado, Carrilho aponta como esta relação confere uma especificidade da profissão militar face às restantes, já que o *"facto de terem as Forças Armadas o Estado como único "cliente", implica uma situação original, em relação às outras profissões, pois que é o próprio "cliente" a promover ou impor o processo de profissionalização, em vista da função da Instituição Militar como suporte do próprio Estado"*, e acrescentamos, razão pela qual a tese dos projectos de mobilidade de Larson teria de ser vista como

militares brasileiros têm como meta geral levar seus alunos à descoberta das suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparação para a vida, como cidadãos educados segundo os valores, costumes e tradições do Exército. Coerentemente com a proposta pedagógica, estas escolas militares procuram que os seus alunos vivam num ambiente de intenso labor intelectual e de significativa participação em actividades culturais, recreativas, desportivas e sociais, sendo que alguns instrumentos e práticas assumem papel relevante neste processo, nos quais a *disciplina* se apresenta frequentemente como modelo último inquestionável.⁵³⁰

Dos dados recolhidos na nossa pesquisa, é interessante constatar que todos estes *colégios militares* já dispõem de bibliotecas informatizadas, assaz necessárias e que são utilizadas pelos alunos para o cumprimento de tarefas de estudo e na busca de informações. Acresce que os laboratórios de Física, Química e Biologia também passaram por um processo de modernização e ocupam actualmente uma posição de destaque no ensino dessas disciplinas. É de referir que numa exigência cada vez maior sobre o ensino dedicado às novas tecnologias, um dos vectores da modernidade, recebe atenção especial do SCMB. Cada escola militar dispõe de pelo menos um laboratório de Informática, facto que é louvável perante uma insuficiência de recursos análogos quer quando essa realidade é comparada com outras escolas brasileiras, quer mesmo quando é comparada com as escolas portuguesas, e os alunos aprendem, ainda na 5.ª e 6.ª séries, a trabalhar com as aplicações mais conhecidas, sendo que o acesso à Internet, pode considerar-se amplo e fácil.⁵³¹

inadequada à compreensão da profissionalização militar. Cfr. Carrilho, Maria – “O Processo de Profissionalização Militar no Exército Português (I)” in *Nação e Defesa*, n.º 21, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1982, p. 137.

⁵³⁰ O General Luís Maria da Câmara Pina, no desempenho de funções de Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), e num discurso para o Ministro do Exército e Subsecretário de Estado do Exército por ocasião de uma visita ao EME em Janeiro de 1965, proferiu estas palavras: “(...) a disciplina é o que essencialmente diferencia uma multidão armada de um exército – e toda a acção militar é um produto, não uma soma, de esforços que pode redundar num fracasso se um deles se anula e, portanto, obriga a uma escala conseqüente de responsabilidades, a uma cadeia de comando, a uma hierarquia de decisões.” Cfr. Pina, General Luís Maria da Câmara – *Relances de História*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Secção de Publicações do Estado-Maior do Exército, 1969, p. 112.

⁵³¹ Se as Forças Armadas e as Instituições Castrenses são sempre, no seu todo, a imagem dos seus Soldados, também é verdade que os alunos das *escolas militares* são a imagem da resposta que estes estabelecimentos tem para com as acrescidas exigências do ensino actual. Com efeito, os desafios destes novos tempos requerem, cada vez mais, que tanto uns como outros, estejam melhor preparados para responder às solicitações que lhes são feitas, muito especialmente no que se refere às capacidades requeridas ligadas com as novas tecnologias. Paulo Pires Miranda, por exemplo, refere que “o ritmo do progresso e do desenvolvimento tecnológico, impõe, diariamente, novos desafios à carreira das armas”. Cfr. Miranda, Paulo Pires – “O Exercício do Comando – Uma Perspectiva” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 48, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1999, p. 217. Aliás, é neste sentido que se perspectiva o *militar do amanhã*, e é também assim que se perspectivam as Forças Armadas do futuro, porque a evolução da tecnologia condiciona já, e cada vez condicionará mais, os sistemas de armas, a forma de operar com os mesmos, e ainda a própria actuação das forças militares no terreno. Sobre o impacto social das novas tecnologias em Portugal, cfr. por exemplo, Câmara, João Bettencourt da – “A III Revolução Industrial e o Caso Português” in Câmara, João Bettencourt da (org.) – *Portugal face à III Revolução Industrial – Seminário dos anos 80*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1986.

No que concerne a idiomas estrangeiros, os *colégios militares* ministram o Inglês por níveis, nos moldes dos institutos civis especializados nesta área.⁵³² Na 2ª série do ensino médio os alunos podem optar pelo Inglês ou Espanhol, este último ministrado em nível básico. Desde 2004, o ensino de idiomas passou a ser instrumental no ensino médio, e o aluno, a partir de sua opção, tem a possibilidade de desenvolver as capacidades linguísticas necessárias ao ingresso em cursos superiores.⁵³³

A presença e o fomento continuado de *clubes e grêmios*, favorecem o despertar de vocações e permitem o aprofundamento e a difusão de conhecimentos, além de oferecer aos alunos que os dirigem preciosa oportunidade de planejar actividades e de coordenar programas. A própria leitura, como ferramenta considerada imprescindível para desenvolver a capacidade de abstracção e de reflexão, ocupa uma posição central na prática didáctica dos *colégios militares* brasileiros. Todos os alunos cumprem um programa de leitura e participam em outras actividades destinadas a difundir e a despertar o gosto de ler, como a publicação de antologias elaboradas pelos próprios discentes, visitas a livrarias, noites de autógrafos e encontros com escritores. O tempo dedicado pelos alunos a estas áreas é igualmente precioso, sendo por isso ocupado com bastante rigor, aludindo neste caso, podemos mesmo dizer, à imagem que deriva da expressão económica que os bens custam “*não somente trabalho, mas também tempo*”.⁵³⁴

⁵³² Pode dizer-se que esse método desenvolve especialmente a capacidade de expressão oral dos alunos e está apoiado na existência do chamado “*Corredor de Inglês*”, uma área temática em que as turmas são incentivadas a expressar-se naquele idioma colectivamente e individualmente.

⁵³³ No caso português, e particularmente no que se refere a candidatos à Academia Militar, esta preparação de base torna-se bastante importante. As licenciaturas que este Estabelecimento de Ensino Superior Militar ministra são, na sua grande maioria, transversais à exigência da frequência de aulas de língua inglesa pelos alunos, sendo que o aproveitamento final é obrigatório. Com a participação cada vez mais generalizada de militares portugueses em Operações Militares no estrangeiro, da nomeação dos mesmos para cargos em Organizações Internacionais (de que se destacam a ONU e a NATO, entre outras), e pelas responsabilidades que o Exército tem em prever as necessidades de recursos humanos para o futuro, parece-nos que esta é uma atitude acertada por parte da AM, sob o ponto de vista da melhor preparação possível dos quadros superiores que integrarão este tipo de missões. De facto, podemos dizer que estas responsabilidades do ensino superior militar também se inserem numa “*ideia de que, para os homens, instituições ou países, a capacidade de protagonizar e permanecer, está em relação directa com a capacidade de antecipar e compreender o sentido da mudança, respondendo positivamente à dinâmica transformadora da sociedade internacional, que em cada momento molda o futuro*”. Cfr. IAEM – “Nota Prévia” in *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, S. Pedro do Estoril, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2002, p. 1. De facto, “*quando hoje se discutem os problemas da segurança interna e externa, os problemas do desenvolvimento económico e os problemas de protecção do ambiente, poucos pensarão que se trata de tarefas exclusivamente confiadas a uma tecnologia jurídica e política designada por Estado. O espaço estatual deve agora articular-se com outros espaços – internacionais e supranacionais – e com novos actores de poder e de influência (empresas multinacionais, instituições transnacionais, organizações não governamentais)*.” Contudo, é de referir que “*as tarefas globais – e, concretamente, as de segurança e defesa – não dispensam o cumprimento de “tarefas regionais” e o contributo das organizações estatais para a prossecução dessas tarefas.*” Cfr. Canotilho, J. J. Gomes – “Implicações para a Cidadania” in *Os Novos Espaços...*, *op. cit.*, pp. 21 e 22.

⁵³⁴ A expressão é referida na *Histoire critique des théories de l'intérêt du capital*, de Eugen von Böhm-Bawerk. Tem como base uma oposição deste autor à tese neoclássica dos *três factores de produção*, em que o mesmo considera como uma *ingenuidade* o facto de se tratar o capital como um factor de produção, mas rejeita, contudo, a teoria do valor-trabalho. No seu entender, o ponto de vista dos socialistas segundo o qual o rendimento do capital seria um

Num plano próximo ao último, também a educação artística está presente, em carácter obrigatório, no ensino fundamental e no ensino médio. Revela-se em actividades voluntárias, com a participação de alunos em bandas e coros e em grupos folclóricos, de teatro, de capoeira, de declamadores, de dança e de ginástica rítmica e desportiva. Fazendo justiça a uma das áreas mais em foco neste tipo de instituições, mesmo quando a um nível de iniciação para uma determinada modalidade, a prática desportiva ocupa um lugar de destaque a par com a prática académica. Com efeito, os *colégios* possuem equipas desportivas e participam em olimpíadas regionais do SCMB e de competições municipais e estaduais com escolas civis, e todos os alunos praticam algum tipo de desporto, seleccionado a partir da frequência da 7.^a série, de acordo com a sua melhor adaptabilidade e preferência.⁵³⁵

É também de sublinhar que se levam a cabo actividades comunitárias e beneficentes, sendo que as campanhas de arrecadação de agasalhos e alimentos, bem como as visitas a asilos e orfanatos são as principais actividades. Realizadas voluntariamente, são entendidas como uma forte influência no desenvolvimento do espírito de solidariedade e sentimento comunitário dos alunos. E estes também realizam viagens e intercâmbios. Por ocasião das férias escolares, os diversos *clubes* e "*grêmios*" planeiam e realizam viagens a diversos locais do território nacional, contribuindo para reforçar o sentimento patriótico e o conhecimento do país. No decorrer do ano lectivo, os alunos visitam também locais históricos, órgãos e instituições que desenvolvem trabalhos relacionados com as disciplinas do currículo, sendo que também se efectuam intercâmbios com o exterior como parte das actividades, como é o caso da troca de visitas levadas a efeito anualmente com outros colégios militares estrangeiros.⁵³⁶

levantamento sobre o produto do trabalho, era inteiramente falso. Cfr. Denis, Henri – *História do Pensamento...*, op. cit., p. 548.

⁵³⁵ O IMPE também adopta esta atitude no que concerne às modalidades desportivas praticadas como actividades de complemento curricular pelos seus alunos, na medida em que se incentiva a diversidade num primeiro nível, e depois, de acordo com as capacidades específicas de cada aluno bem como as suas naturais preferências, perfaz-se o devido aconselhamento técnico, no sentido de se obter a maximização do seu potencial individual. Esse objectivo, sendo alcançado a um nível especialmente significativo, poderá ter como resultado a integração do aluno numa das Classes Desportivas dos *Pupilos do Exército*, como sejam, por exemplo, a Classe Especial de Ginástica ou as Equipas de Esgrima. A prática desportiva regular que os alunos do IMPE usufruem, tanto em planos curriculares como de complemento curricular, deve contudo proporcionar a "*harmonia de movimentos, pois detrás dos mesmos encontram-se muitas e variadas estruturas.*" (Observação directa realizada a 17 de Maio de 2004 com o Capitão de Artilharia Pedro Jorge Veloso do Carmo Azevedo, Oficial de Educação Física e Instrutor no *Centro Militar de Educação Física e Desportos* do Exército). De facto, essa também é a opinião expressa pelo Médico Basil Ribeiro (Especialista e Mestre em Medicina Desportiva, Médico do F. C. do Porto e Docente no ISMAI) que acrescenta que nessas mesmas estruturas "*pontifica o músculo*", e logo o "*praticante desportivo que deseja adquirir e manter uma adequada e constante aptidão deve adoptar um esquema de treino com todas as suas componentes.*" Ver Ribeiro, Basil – *O Treino do Músculo*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992, p. 17.

⁵³⁶ Dentre esses, podem-se referir o *Colégio Militar*, de Portugal e ainda o *Liceu Militar General Artigas*, do Uruguai.

Assim, o Exército Brasileiro, inserido num quadro de estudo de “políticas de educação”,⁵³⁷ desenvolveu esse sub-sistema de ensino SCMB, que dependendo da DEPA do *Departamento de Ensino e Pesquisa* do Exército,⁵³⁸ coordena, normaliza e gere cerca de 16.000 alunos nas seguintes escolas:⁵³⁹

- *Colégio Militar de Belo Horizonte;*
- *Colégio Militar de Brasília;*
- *Colégio Militar de Campo Grande;*
- *Colégio Militar de Curitiba;*
- *Colégio Militar de Fortaleza;*
- *Colégio Militar de Juiz de Fora;*
- *Colégio Militar de Manaus;*
- *Colégio Militar de Porto Alegre;*
- *Colégio Militar de Salvador;*
- *Colégio Militar de Santa Maria;*
- *Colégio Militar do Recife;*
- *Colégio Militar do Rio de Janeiro;*
- *Fundação Osório.*

⁵³⁷ Este tipo de estudo tem constituído uma das bases da epistemologia contemporânea. Segundo esta perspectiva, o objecto de estudo situa-se, primordialmente, ao nível da identificação das variáveis independentes e das variáveis dependentes, procurando desse modo encontrar as relações que as ligam num contexto de causalidade. Aqui, o observador, ou o investigador, deve abstrair-se completamente da sua subjectividade, observando de fora o campo de estudo e procurando submeter as suas verificações à prova do rigor e da precisão matemática. Recordemos que o relatório apresentado pela Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais chamava precisamente a atenção para os problemas sérios criados pelas ciências sociais que tomaram as ciências naturais como modelo, alimentando expectativas que, “na sua formulação universalista, se revelaram impossíveis de alcançar: a expectativa da previsibilidade e a expectativa do controlo, ambas assentes, por sua vez, na expectativa do rigor e da quantificação”. Cfr. Wallerstein, I., et al. – *Para abrir as Ciências Sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1996, p. 76. De facto, a “aposta na ideia de que as ciências sociais nomotéticas seriam capazes de produzir um conhecimento universal foi de facto – vemo-lo agora retrospectivamente – muito arriscada. E isso porque, ao invés do mundo natural como é definido pelas ciências naturais, as ciências sociais constituem um domínio em que não só o objecto de estudo engloba os próprios investigadores, como também as pessoas estudadas podem entrar em diálogo ou mesmo em competição com os próprios investigadores.” Cfr. Wallerstein, I., et al. – *Para abrir as Ciências Sociais...*, op. cit., p. 77.

⁵³⁸ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 188, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2003, p. 30.

⁵³⁹ Este esforço que é desenvolvido pelo Exército Brasileiro, pode também ser visto como o desenvolvimento e a manutenção do denominado *espírito de defesa*. No plano nacional, o General António Barrento, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército, afirma que este espírito “*alticeira-se no núcleo duro do nosso património histórico e cultural.*” Cfr. Barrento, António Martins – “O Espírito de Defesa” in *Lanceiro*, Lisboa, Estratégia/Publicidade, 2000, p. 9. Partindo do pressuposto que o *espírito de defesa* deve ser uma preocupação firme do Estado, reflectida nas medidas optadas pelas diversas áreas políticas levadas a cabo pelo Governo, muito além da estrita área de Defesa Nacional, então a promoção desse sentimento será tanto mais fácil, quanto mais aliada estiver a uma identidade nacional sólida e a um orgulho pátrio continuado. Contudo, sublinhemos que nenhum Governo, nem nenhum Exército, podem criar uma alma nova a um país: nada substitui uma consciência, “*uma Nação existe porque pensa.*”

Fazendo uma retrospectiva sobre o contexto dos *colégios militares* no Brasil, há que referir que desde os primeiros tempos como nação independente, os militares brasileiros pleiteavam a criação de uma instituição encarregada de educar os filhos dos servidores do Exército e da Armada. Em 1840, em pleno período regencial e com Araújo Lima, surge o *Colégio Militar do Imperador*. A ideia é nobre, mas não chega a tornar-se uma realidade e alguns anos depois, o Duque de Caxias, como senador do Império, apresenta, em 1853, um projecto ao Senado, criando um *Colégio Militar na Corte*. Esta ideia também não vinga, e o mesmo, em 1862, insiste novamente na criação de uma escola que “*amparasse os órfãos, filhos de militares da Armada e do Exército que participaram na defesa da Independência, da Honra Nacional e das Instituições*”. Contudo, mais uma vez, o seu desejo não se concretiza.⁵⁴⁰

Será apenas no final do Império que o Conselheiro Tomás Coelho, ex-Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, conseguirá a criação do *Imperial Colégio Militar*.⁵⁴¹ Este colégio, em pouco tempo, impõe-se dentro do cenário educativo do país e no ano de 1912, são criados mais dois *colégios militares*: o de *Porto Alegre* e o de *Barbacena*. Mas reacções contrárias aos novos estabelecimentos de ensino aconteceram, e nos orçamentos de 1915 e de 1916 foram apresentadas emendas visando à extinção dos três colégios militares então existentes. Todavia, não logram êxito as duas tentativas e o Senador pelo Piauí, Abdias Neves, surge impávido em defesa daquelas instituições. Com efeito, e com base num prudente parecer do Chefe do Estado-Maior do Exército em funções, o General Bento Manoel Carneiro Monteiro (aprovado integralmente pelo então Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria) o assunto é arquivado. Mais do que isso, o mais relevante é que essa situação impulsionou o Governo Federal a criar o *Colégio Militar do Ceará*.⁵⁴²

Os quatro Estabelecimentos Militares de Ensino funcionam normalmente, quando por razões políticas, o *Colégio Militar de Barbacena* é extinto em 1925 e os seus servidores distribuídos por outras organizações do Exército. Em 1938, novo golpe. Desta vez, com a extinção dos *Colégios do*

Cfr. Pires, António M. B. Machado – *A Ideal Decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980, p. 334.

⁵⁴⁰ Observem-se, em consonância com o acima referido, e para caso dos *Pupilos do Exército*, estas duas passagens do prólogo do “Decreto de 25 de Maio de 1911” in *Diário do Governo*, I série, 27 de Maio de 1911 (que tinha como título, *Criando um instituto escolar para os filhos dos sargentos*), e que foi republicado em *Diário do Governo*, I série, n.º 166, 19 de Julho de 1911, com o título definitivo: *Criação de Obra Social e Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar, do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar*: “*Não podiam de forma alguma ser esquecidas, nesta obra de reconstituição da sociedade portuguesa as pobres criancinhas, que não tem paes ou naturaes protectores que as preparem para as luctas da vida*”, e “*Para ellas [as crianças] institue a Republica a –Obra Nacional da Assistencia-, defendendo-as dos seus inimigos, -a immoralidade e o crime- e dando-lhes a educação e instrucção que d’ellas hão de fazer cidadãos fortes e uteis.*”

⁵⁴¹ Cfr. o Decreto N.º 10.102, datado de 9 de Março de 1889.

Ceará e de Porto Alegre. Restava apenas o *Colégio Militar do Rio de Janeiro*. Alguns anos depois, o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, inicia uma nova fase de progresso para o ensino colegial no Exército, criando o *Colégio Militar de Belo Horizonte* em 1955, resgatando uma dívida de trinta anos com o povo mineiro. Nasce também, o *Colégio Militar de Salvador* em 1957, já idealizado pelo Ministro Ciro do Espírito Santo Cardoso. Mas não fica aí o imenso labor do Ministro Lott. É criado também o *Colégio Militar de Curitiba* em 1958 e, completando o ciclo, surge o *Colégio Militar de Recife* em 1959, num entendimento que se explanava na ideia de que se podia efectivamente contribuir com diversos recursos (neste caso, humanos) para melhorar a sociedade.⁵⁴³

Os antigos *Colégios de Porto Alegre* e de *Fortaleza* foram transformados em Escolas Preparatórias e voltam a funcionar em 1962. Em contrapartida, são fechados o *Colégio Militar de Belo Horizonte*, o *Colégio Militar de Salvador*, o *Colégio Militar de Curitiba* e o *Colégio Militar do Recife*, que já prestavam relevantes serviços à educação. Entre avanços e recuos os anos passam e ocorrem novas modificações no SCMB. Na década de 70 é criado o *Colégio Militar de Manaus* (1971) e o *de Brasília* (1978), este último já previsto em despacho de 1959 pelo então Presidente Juscelino Kubitschek.⁵⁴⁴

⁵⁴² Cfr. a Lei 3674, datada de 07 de Janeiro de 1919.

⁵⁴³ Numa visão completamente diferente, e tendo desenvolvido uma ofensiva acérrima contra o poder da razão, podemos referir, por exemplo, Artur Schopenhauer, que negou que se pudesse fazer o que quer que fosse para aliviar os males da humanidade. Lembremos que segundo este autor, o indivíduo é, irremediavelmente egoísta. Tudo o que se pode fazer é tentar esquecer a realidade, entregando-se à contemplação artística ou procurando, como os sábios da Índia, a abolição do querer viver. Todas as outras tentativas, e especialmente a acção política, estão votadas ao malogro: "Por toda a parte e sempre houve gente descontente com os governos, as leis, as instituições; mas em geral era apenas porque se lhes atribuía a responsabilidade de uma miséria que na verdade é inseparável da existência humana, dado que ela é, para empregar uma linguagem mítica, a maldição que feriu Adão e que este transmitiu à sua descendência." Citado por Denis, Henri – *História do Pensamento...*, op. cit., p. 611. Conformando-se com esta doutrina, este filósofo manteve-se afastado das querelas do mundo: "Cada manhã dou graças a Deus por não ter que me preocupar com os destinos do Santo Império." Para ele, só os fenómenos interiores (na medida em que respeitam a denominada *vontade*) têm uma verdadeira realidade, e são, de facto, os acontecimentos reais, porque só a vontade é a coisa em si. Cfr. *Idem*, pp. 611 e 612. Em 1818, Schopenhauer publicou a sua obra principal, *O Mundo como Vontade e Representação*. O autor retoma por sua conta a distinção feita por Kant entre *fenómenos* e *coisas em si*, com o fim de poder afirmar que estas últimas são absolutamente incognoscíveis, porque, segundo ele, têm por conteúdo *vontades*, forças obscuras inteiramente estranhas ao que nós chamamos *razão*. Nesta base, ataca violentamente a filosofia de Hegel, escrevendo: "No que respeita à tendência, espalhada por toda a parte, em particular pela pseudofilosofia subversiva e embrutecedora de Hegel, que considera a história do mundo como um todo organizado segundo um plano – no fundo disto existe um realismo vulgar e grosseiro que considera os fenómenos como o ser em si e que imagina que são eles que introduzem as suas formas, os seus processos..." Ver *Ibidem*, pp. 610 e 611.

⁵⁴⁴ Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina (MG) no dia 12 de Setembro de 1902, filho de João César de Oliveira e de Júlia Kubitschek. Seu pai, após experimentar o garimpo, foi delegado de polícia e fiscal de rendas do município, embora tenha-se dedicado, primordialmente, à profissão de caixeiro-viajante. Sua mãe, professora primária desde 1898, leccionava no distrito de Palha, percorrendo a pé, diariamente, extensa distância. Dentre seus ascendentes que ocuparam posição política de relevo, destaca-se seu tio-avô João Nepomuceno Kubitschek, senador constituinte estadual em Minas em 1891 e vice-presidente do Estado de 1894 a 1898, durante a presidência estadual de Crispim Jacques Bias Fortes. Forma-se como médico na cidade de Belo Horizonte, em 1927. Faz curso e estágio complementares em Paris e Berlim em 1930 e casa-se com Sara Lemos, em 1931. Começa a trabalhar como capitão-médico da Polícia Militar, quando faz amizade com o político e futuro governador Benedito Valadares. Nomeado

A DEPA, cuja missão é superintender e coordenar as actividades do Ensino Preparatório e Assistencial no âmbito do Exército Brasileiro, como órgão de apoio técnico normativo do *Departamento de Ensino e Pesquisa*, é então criada em 1973 para coordenar as actividades de planeamento e condução do ensino dessas escolas. O retorno do processo de crescimento relativo aos *colégios militares* acontece quando a Pasta do Exército é assumida pelo General Zenildo de Lucena. São reactivados, em 1993, os *colégios militares* de *Curitiba*, de *Salvador*, do *Recife* e de *Belo Horizonte*, e é graças ao seu dinamismo e particular visão sobre problemas sociais, que são ainda criados, no mesmo ano, os *colégios militares* de *Juiz de Fora* e de *Campo Grande* e, em 1994, o de *Santa Maria*.⁵⁴⁵

Em 1989, um século depois da criação do primeiro *colégio militar*, são pela primeira vez admitidas alunas para cumprir as mesmas actividades curriculares, sendo que em 1995, forma-se a turma pioneira de alunas dos colégios militares. Anualmente, por ocasião dos concursos de admissão à 5ª série do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio, alunas e alunos disputam as vagas disponíveis em igualdade de condições. O *colégio militar*, visto na sua acepção global, tem hoje o seu ensino valorizado por um destino preparatório à *Academia Militar das Agulhas Negras* (AMAN), ao *Instituto Militar de Engenharia* (IME), à *Escola Naval* (EN), à *Escola Preparatória de Cadetes do Exército* (EsPCEX), à *Academia de Força Aérea* (AFA) e ao *Instituto Tecnológico da Aeronáutica* (ITA), além dos vestibulares às instituições de ensino superior civis, sem perder a sua

interventor federal em Minas em 1933, Valadares coloca o amigo como seu chefe de gabinete. A seguir, Juscelino é eleito como deputado federal (1934-1937), é nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) e realiza obras de remodelação da capital. Eleito deputado constituinte em 1946 pelo Partido Social Democrático (PSD), notabiliza-se posteriormente como governador eleito de Minas Gerais (1950-1954). Vence a eleição para Presidente da República com 36% dos votos, numa coligação PSD-PTB (Partido Trabalhista), com o slogan "*Cinquenta Anos em Cinco*". No âmbito internacional, teve o mérito de criar a *Operação Pan-americana*, cuja principal finalidade era despertar as esperanças e as energias dos povos americanos, principalmente da América Latina, com o objectivo comum do combate ao subdesenvolvimento. Na Presidência, constrói hidro-eléctricas, abre estradas, promove a industrialização e a modernização da economia. A sua marca principal é a construção de Brasília e a transferência da capital federal, em 21/4/1960. Na sua primeira viagem ao ermo do Planalto, a 2 de Outubro de 1956, numa explosão de entusiasmo, profetizou: "*Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino*". O seu governo consegue criar uma imagem positiva de mudança e, com o surgimento das músicas e modas da *bossa-nova*, inaugura uma era pós-Getúlio Vargas. Mas não consegue conter o aumento da inflação, e desde o início, enfrenta resistências dos militares. Após a Presidência, é eleito senador por Goiás 1962, mas tem o mandato cassado e seus direitos políticos suspensos em 1964, pelo regime militar. Em 1966, tenta organizar uma frente pela redemocratização do país, junto com Carlos Lacerda e João Goulart. Trabalhou como empresário até falecer, num acidente de viação ocorrido na via Dutra, à época cidade fluminense de Resende. Permanece porém, sabemos, como indelével recordação, o edificante exemplo que legou às gerações futuras brasileiras. Sobre um maior aprofundamento sobre a vida deste político, pode consultar-se, por exemplo, Heliodoro, Afonso – *JK. Exemplo e Desafio*, Brasília, Thesaurus, 1991.

⁵⁴⁵ Uma atitude que também havia ficado expressa aquando da criação do IPPETM (ver o prólogo do "Decreto de 25 de Maio de 1911") na medida em que o seu "*carácter completamente utilitário*" tenderia a fazer dos seus futuros alunos, elementos de "*regeneração social, úteis à democracia e não pezando no orçamento do Estado*."

característica assistencial de acolher órfãos e dependentes de militares transferidos para as guarnições onde existam escolas militares.⁵⁴⁶

Refira-se ainda que em 2001 foi criado um curso na modalidade de ensino a distância (CEAD), coordenado pelo *Colégio Militar de Manaus*, com a finalidade de oferecer o ensino fundamental de 5ª à 8ª séries aos dependentes de militares da região amazônica. Actualmente, a DEPA, enquanto órgão de apoio técnico-normativo do DEP, abrange o total de 12 *colégios militares* referenciados anteriormente, realizando ainda a supervisão pedagógica da *Fundação Osório*. A Casa de Thomáz Coelho⁵⁴⁷ mais antiga é o *Colégio Militar do Rio de Janeiro* criado em 1889, e a mais moderna, trata-se do *Colégio Militar de Santa Maria*, fundado em 1994. O SCMB, estando em consonância com a legislação federal relativa aos *Ensinos Fundamental e Médio*,⁵⁴⁸ tem por finalidades:

- Ministrando o ensino preparatório e assistencial, ou seja, por outras palavras, habilitar candidatos para o ingresso na *Escola Preparatória de Cadetes do Exército*, abrir oportunidades ao *Instituto Militar de Engenharia* (IME) e ainda a outras escolas de nível superior das Forças Armadas Brasileiras. Assume igualmente a responsabilidade de habilitar com as séries do Ensino Fundamental e Médio, o que dá acesso também às escolas superiores civis, indo ao encontro do aspecto social de auxílio aos mais necessitados das Forças Armadas;
- Ministrando a instrução cívica e militar, permitindo aos alunos da referida 3.ª Série a prestação do Serviço Militar Inicial, por meio do *Curso de Formação de Reservistas*.

Propomo-nos agora analisar três escolas militares brasileiras dependentes do Exército, pelas seguintes razões:

⁵⁴⁶ Salientemos que existe um regime de amparo estabelecido pelo denominado R/69, que é o regulamento que rege todos os *colégios militares* do Brasil e que garante a matrícula em qualquer destas escolas para os dependentes de militares que se enquadrem nas situações nele especificadas.

⁵⁴⁷ Trata-se de uma denominação generalizada dos *colégios militares* do Brasil, como consequência do esforço e dedicação do Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida em relação ao *Imperial Colégio Militar da Corte*.

⁵⁴⁸ Numa acepção mais geral sobre as escolas brasileiras, convém referir que nos seus níveis fundamental e médio (correspondentes no sistema educativo português aos ensinos básico e secundário) estruturam-se e organizam-se em função de dois núcleos polarizadores dominantes: o ensino fundamental e o ensino superior. O primeiro núcleo polarizador, o do ensino fundamental, privilegia uma lógica organizacional centrada numa socialização comum a todos os cidadãos, onde as normas de integração e de inclusão são – pelo menos ao nível do propósito legislativo e do discurso político – clara e esmagadoramente dominantes. O segundo núcleo, o do ensino superior, assenta numa lógica de diferenciação e de selecção para os diferentes papéis sociais. Michel Foucault insistiu que “o que é próprio do saber não é ver nem demonstrar, mas interpretar”, o que significa, na sua interessante expressão, “restituir a grande planície das palavras e das coisas”, falar de tudo e no fundo, “fazer nascer, por sobre as marcas, o discurso ulterior do comentário”. Por outras palavras, trabalhar os discursos, as histórias de vida, conhecer os contextos das decisões, analisar as decisões (e não decisões) políticas e as suas implicações e consequências constituem instrumentos

- O *Colégio Militar do Rio de Janeiro*, por ser um marco e uma referência de todo o SCMB;
- O *Colégio Militar de Curitiba*, pela semelhança do processo histórico com a actual situação do IMPE;
- A *Fundação Osório* como exemplo de aposta no tipo de formação profissional.

A primeira destas escolas, o *Colégio Militar do Rio de Janeiro* (CMRJ) é, como referimos, o mais antigo dos *colégios militares* brasileiros, remontando as suas origens ao *Imperial Colégio Militar da Corte*, criado por Decreto Imperial de D. Pedro II e datado de 9 de Março de 1889, por acção indirecta do Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, que se inspirou no sonho do Duque de Caxias de “*criar um Colégio Militar que amparasse os órfãos e os filhos dos soldados que morreram ou viessem a morrer, ou se inutilizassem na defesa da Independência, da Honra Nacional e das Instituições*”.⁵⁴⁹ Ocorrida a 6 de Maio de 1889 a lição inaugural do CMRJ, essa data passou a ser uma referência no que concerne às comemorações da criação da escola, particularmente pelos antigos alunos.⁵⁵⁰

Sabemos que actualmente o CMRJ ministra no turno da manhã o Ensino Médio e a 8.ª Série do Ensino Fundamental, e no turno da tarde as 5.ª, 6.ª e 7.ª Séries do Ensino Fundamental, em regime de externato, num total aproximado de 3150 alunos, que faz deste estabelecimento o mais populoso no contexto dos colégios militares brasileiros. Os seus alunos não são militares, mas a estrutura de que tomam parte é alicerçada num sistema militarizado: o *colégio militar* pertence ao Exército, o que implica a adopção de um conjunto de valores típicos das Forças Armadas, como disciplina, hierarquia, responsabilidade.⁵⁵¹

Desde o ano de 1989 que foram admitidas alunas no CMRJ, em igualdade de circunstâncias

imprescindíveis do procedimento próprio do saber. Cfr. Foucault, M – *As palavras e as coisas*, Lisboa, Edições 70, 1991 [ed. original 1966], p. 95.

⁵⁴⁹ Através de uma operação triangular envolvendo o *Ministério da Guerra*, a *Associação Comercial do Rio de Janeiro* e o *Asilo dos Inválidos da Pátria*, o *Palacete da Baronesa de Itacurussá* foi comprado, e nele foi instalado o então denominado *Imperial Colégio Militar*, com a aquiescência do Imperador.

⁵⁵⁰ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 30.

⁵⁵¹ O Ingresso no CMRJ é realizado mediante um concurso de admissão anual para a 5ª série do Ensino Fundamental e para a 1ª série do Ensino Médio, ou ainda por motivo de amparo através da observância do enquadramento regulamentar do já mencionado Regulamento R/69. Podemos referir que os requisitos para o Concurso de Admissão relativo à 5ª série do Ensino Fundamental, são: ter concluído ou estar frequentando a 4ª série do Ensino Fundamental; ser brasileiro; ter entre 10 e 13 anos de idade; estar inscrito para o concurso em apenas um Colégio Militar; residir no Grande Rio. No que concerne à 1ª série do Ensino Médio, os requisitos são os seguintes: ter concluído ou estar frequentando a 8.ª série do Ensino Fundamental; ser brasileiro; ter entre 14 e 18 anos de idade; estar inscrito para o concurso em apenas um Colégio Militar; residir no Grande Rio. O Concurso de Admissão compreende o Exame de Escolaridade (EE) e a Inspeção de Saúde (IS). O EE é constituído pelas seguintes provas eliminatórias: Matemática e Língua Portuguesa para a 5ª série, e Ciências Exactas e Língua Portuguesa para a 1ª série do Ensino Médio. A IS é levada a efeito por uma junta médica do Exército abrangendo vários exames clínicos e radiológicos.

com os candidatos masculinos.⁵⁵² E neste caso em particular, assistimos a uma das atitudes mais interessantes ao nível de Alunos Graduados, pois já várias alunas desempenharam as funções de *Aluno-Coronel*, ou seja, por outras palavras, o equivalente ao *Aluno Comandante de Batalhão* do IMPE.⁵⁵³ Sobre esta disposição, presentemente, partilhamos da opinião de que as funções de Aluno Comandante de Batalhão dos Pupilos do Exército devem continuar a ser desempenhadas por alunos e não por alunas. Esta posição, à primeira vista anacrónica, baseia-se todavia na questão simples que é a de que todos os alunos oriundos do 5.º ano são masculinos, e por consequência, no 3.º ano dos cursos superiores politécnicos da Escola (ano onde recai essa nomeação individual) todos os alunos mais antigos na Casa são, naturalmente, rapazes. Contudo, esta nossa posição não é extensível para todos os cargos de Alunos Graduados, sendo que no que diz respeito principalmente aos relativos à cadeia de comando dos cursos superiores, seria possível o comando de pelotão ou pelotões, a alunas que tivessem sido aumentadas ao efectivo desde o primeiro ano desses cursos.⁵⁵⁴

De igual modo, e pressupondo a integração de alunas nos restantes anos, a partir logo do 5.º ano, mesmo que em regime de externato, então essa transformação seria possível. Embora esta questão seja debatida noutra local deste trabalho,⁵⁵⁵ aproveitemos contudo para referir que em qualquer nomeação de Alunos Graduados, deverá ter-se em conta a necessidade do acompanhamento aos seus subordinados, 24 horas/dia. Assim, no período pós-aulas e particularmente durante a noite, é preferível que se opte pela nomeação de alunos em regime de

⁵⁵² O Concurso de Admissão, aberto anualmente para preenchimento de vagas na 5.ª Série do Ensino Fundamental e na 1.ª Série do Ensino Médio, é público e universal. Logo, filhos de civis ou militares, de ambos os sexos, podem disputar, em igualdade de condições, as vagas oferecidas. Desde 1989, quando o Colégio Militar do Rio de Janeiro (o "Imperial Colégio Militar") completou 100 anos de fundação, foi admitido o ingresso de alunas que, dez anos depois, já respondem por cerca de 43% do efectivo do corpo discente.

⁵⁵³ Convém referir que sobre o seguimento de uma eventual carreira militar, se o aluno ou aluna do CMRJ a desejar, poderá, naturalmente, seguir a mesma. Diversos ex-Ministros de Estado, Generais-de-Exército e, até mesmo, Presidentes da República do Brasil estudaram nos *colégios militares*. O Marechal Lott, *Coronel-Aluno* em 1910, e o General Figueiredo são dois exemplos, entre muitos. Vários outros ex-alunos se destacaram na vida civil, nos seus diversos campos de atuação: Direito, Música, Engenharia, Arquitetura, Aviação, Medicina, Diplomacia, Economia. O Ministro Oswaldo Aranha estudou no *colégio militar*, assim como o Desembargador Sylvio Capanema de Souza e seu irmão, o médico Antônio Paulo Capanema de Souza, o sétimo a alcançar o Pantheon (Prémio Thomaz Coelho), maior honraria concedida a um aluno do CMRJ, só alcançada, nestes mais de 110 anos, por 12 pessoas. Se anteriormente, o aluno ia directamente para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), actualmente, os alunos dos colégios militares devem prestar concurso para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), em Campinas (SP), onde frequentam a 3.ª Série do Ensino Médio, como os não alunos fazem. Depois de frequentarem a EsPCEx, os jovens ingressam na AMAN, em Resende (RJ), onde são formados os oficiais do Exército Brasileiro, que podem ser, assim, oriundos ou não de um dos *colégios militares*.

⁵⁵⁴ No que diz respeito ao CMRJ, dever-se-á sublinhar que sendo uma escola frequentada por alunos de ambos os sexos, por vezes, coloca-se a questão de se os seus alunos podem ou não namorar entre si. Com efeito, em Portugal, por vezes coloca-se a mesma pergunta no que concerne ao IMPE e aos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar (AM, EN e AFA). Com uma política análoga ao estabelecido em Portugal para o IMPE (nos seus Cursos Superiores Politécnicos, que também são frequentados por alunas), AM, EN e AFA, também nos *colégios militares* do Brasil, o que não se permite é o namoro (entendido como a manifestação ostensiva, em público, de gestos) dentro das instalações da escola, ou, fora delas, do "*aluno fardado*". Assim, nada impede que um aluno namore uma aluna do *colégio militar*, desde que seja mantida a postura compatível com a disciplina exigida.

internato, por forma a poderem assegurar uma continuidade que, por questões práticas, um aluno ou aluna externos não podem garantir, a partir do momento em que acabam o seu período de aulas e se ausentam do Instituto. Numa lógica baseada em termos de enquadramento ético traçado entre alunos, isto leva-nos também aos corolários dos princípios de lealdade, solidariedade e ainda do espírito de corpo.⁵⁵⁶

Entendendo que não é de todo inultrapassável esse vazio na cadeia de comando (pois poder-se-á optar pela nomeação temporária de Alunos Graduados para o período da noite) é contudo preferencial por razões de exequibilidade e continuidade que não seja generalizado no curto prazo. Esta preocupação recorda-nos Dornbush que reportando-se ao exemplo (considerado extremo) das *Academias Militares*, e tendo em conta as exigências diárias a que são sujeitos os *Cadetes* tanto ao nível psicológico como físico, encara o modelo da escola militar como uma “*instituição assimiladora*”, pela razão de que isola os alunos “*do mundo de fora, ajuda-os a identificar-se com um novo papel, e assim muda a sua auto concepção*”.⁵⁵⁷

Os alunos do CMRJ que frequentam a 3.^a série, compõem a chamada “*Companhia Especial*” e têm à sua disposição toda uma estrutura visando aos vestibulares, com um programa diferenciado e um sistema de avaliação específico. Para melhor atender os interesses dos vestibulandos, foi criado um verdadeiro curso pré-vestibular na última série do Curso, quando as turmas são divididas consoante as áreas de interesse, nomeadamente Humanas, Biomédicas, Tecnológicas, IME/ITA. Reunindo professores com experiência credível em vestibulares, constata-se que o CMRJ vem, por meio de excelentes resultados, consolidando-se como uma instituição pública de ensino de destaque

⁵⁵⁵ Ver o Capítulo VI.

⁵⁵⁶ O mesmo tipo de paternalismo é utilizado no controlo dos militares profissionais. Radine define o paternalismo profissional como “*o uso de certas técnicas para construir subordinados (...), um sentido de pertença e a crença de que a organização está tomando conta do indivíduo*”. Acrescenta que “*o paternalismo profissional é um estilo de elite e de liderança, que é baseado na clara separação de classes, entre os oficiais e as restantes classes. Os oficiais e restantes graduados, não hesitam em dar conselhos e instruções aos seus Soldados, tal e qual os pais dão aos seus filhos.*” Cfr. Radine, Lawrence B. – *The Taming of the Troops: Social Control in the United States Army*, Westport, Greenwood Press, 1977, p. 70. Ainda a este respeito, Moore sublinha que a profissão militar é aquela que melhor controla as ocupações sub-profissionais, ou seja, os indivíduos em condição militar que não conformam o modelo da profissão. Cfr. Moore, Wilbert E. – *The Professions: Roles and Rules*, New York, Russell Sage Foundation, 1976 [ed. original 1970], p. 177.

⁵⁵⁷ Cfr. Dornbush, Sanford M. – “The military academy as an assimilating institution” in *Social Forces*, XXXIII, May' 1955, citado por Castro, Celso – *O Espírito Militar – Um Estudo de Antropologia Social Na Academia Militar das Agulhas Negras*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1990, p. 32. A propósito do modo como o sistema formativo militar age sobre o indivíduo, fortalecendo o controlo social, é de também de sublinhar a concepção de Berger e Luckman, que consideram ilustrar o processo de socialização militar, de forma particularmente expressiva, segundo a designada *alternação*, isto é, um tipo de socialização secundária especialmente eficaz, caracterizada pela *mudança de mundos*. Cfr. Berger, Peter e Luckman, Thomas – *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes, 1978, p. 209, citado por Castro, Celso – *O Espírito Militar – Um Estudo de Antropologia Social...*, op. cit., pp. 32 e 33.

no ensino deste cariz, nomeadamente pelos concursos a instituições de ensino superior de referência.⁵⁵⁸

No que concerne ao *Colégio Militar de Curitiba* (CMC), há a referir que quando o General Henrique Teixeira Lott assumiu o Ministério da Guerra em 1955, estabeleceu uma meta de ensino para o Exército Brasileiro na qual a prioridade era expandir a qualidade educacional do Colégio Militar para outras regiões. Moysés Lupion, Governador do Estado do Paraná à época, conhecedor deste projecto e bastante interessado na criação de uma escola militar na sua área de influência, deu todo o apoio necessário aos militares, iniciando desde logo as negociações para a sua implantação. Foi no dia 15 de Dezembro de 1958 que foi criada a instituição, tendo o primeiro ano lectivo sido iniciado a 21 de Abril do ano seguinte, data essa que é hoje considerada como o aniversário da sua inauguração.⁵⁵⁹

É seguro afirmar que o CMC manteve a tradição do seu ensino e desenvolveu esforços permanentes por trabalhar em níveis de excelência, tendo formado milhares de estudantes que hoje se destacam nas mais variadas actividades profissionais. Durante trinta anos o CMC destinou as suas vagas dos Ensinos Fundamental e Médio para rapazes, sendo que muitos deles estudavam em regime de internato. Tendo formado cidadãos até ao ano de 1988, contudo, para diminuir os seus gastos com actividades complementares e dirigi-los para a área militar, o Ministério do Exército resolveu desactivar alguns *colégios militares*, entre eles o CMC, que fechou as suas portas em 30 de Novembro de 1988.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ Sendo quartéis, os *colégios militares* têm Comandantes. Já comandaram o CMRJ o Marechal Trompowsky, o General Bezerra Leonel, entre muitos outros eminentes chefes militares, ex-alunos ou não desta *escola militar*. Há professores civis e militares, de ambos os sexos. Lecionam no CMRJ professores universitários, oficiais, professores de outros colégios públicos e de instituições particulares, e existem mesmo outros com "dedicação exclusiva". Refira-se que a maior honraria que pode ser conquistada por um integrante do outrora *Imperial Colégio Militar*, é a conquista do *Prémio Thomaz Coelho*, também denominado de *Pantheon Literário*, ou simplesmente *Pantheon*. Os alunos que até hoje o conseguiram, foram os seguintes (por ordem cronológica): José Pereira da Graça Couto (1890-1894), Milton Cruz (1891-1895), José Pires de Carvalho Albuquerque (1891-1896), Ignácio Carneiro de Azambuja (1915-1921), Rodrigo Octávio Jordão Ramos (1921-1926), José de Paiva Coelho (1924-1930), Antonio Paulo Capanema de Souza (1948-1954), Márcio Fortes de Almeida (1953-1959), Hélio Portocarrero de Castro (1959-1964), André Francisco Modesto (1962-1968), Mauro Meirelles de Oliveira Santos (1966-1972), Rodrigo Molinaro Zacharias (1992-1998), *Rodrigo Rage Ferro* (1994/1999). De todos estes ex-alunos, apenas o último, o 13.º *Pantheon*, não foi *Comandante-Aluno do CMRJ*. Todos os restantes *Pantheons*, desempenharam funções de *Aluno-Coronel* no antigamente designado *Imperial Colégio Militar*.

⁵⁵⁹ Cfr. Vargas, Rui Santos – "Escolas Militares do Mundo" in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 31.

⁵⁶⁰ Recordemos que os Pupilos do Exército, num contexto semelhante ao CMC, foram objecto de um Despacho do antigo CEME General Silva Viegas, datado de 29 de Outubro de 2001, que impedia as admissões ao IMPE de novos alunos para o Ensino Básico e Secundário no ano lectivo de 2002/2003. Se efectivamente essa medida tivesse obtido sucesso continuado, explanar-se-ia o encerramento a médio prazo desta escola militar portuguesa. E sublinhemos, um encerramento originado por quem tinha por missão "*proteger e quiçá melhorar*" a Instituição. Cfr. Direcção da APE – "Recurso Contencioso. A um despacho do CEME" in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 184, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2002, p. 7. Num outro escrito, e sobre a mesma decisão desse CEME, podia ler-se que no "*conceito moderno, lusófono e universal, poupar "tostões" com a extinção do "IPE" para investir em "cunhões" não se afigura medida de sã Defesa Nacional, face à invasão de cérebros e de*

Importa ressaltar que o acordo estabelecido na fundação do colégio, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Guerra, determinava que as instalações do CMC só podiam ser usadas para fins educacionais, pois, caso contrário, seriam devolvidas ao doador. Desta forma, e cumprindo o acordado, no mês de Janeiro de 1989 as instalações do CMC voltaram para a responsabilidade do Governo do Estado.⁵⁶¹

Sublinhemos ainda que, entretanto, a *Associação de Pais e Mestres* e a *Associação de Ex-alunos*, numa tentativa de reverterem a situação, moveram na Justiça uma Acção Popular contra o encerramento. Com a reabertura de outros colégios militares noutras regiões, e o apoio de políticos do Estado do Paraná, com o tempo a reactivação do CMC tornou-se possível, e a 21 de Abril de 1994 reiniciaram-se as actividades, efectuaram-se diversas reformas nas instalações, bem como alterações no plano de ensino, selecção de professores e demais funcionários. Em 1995, o CMC estava apto a receber novos alunos.⁵⁶² Actualmente este estabelecimento de ensino forma aproximadamente 840 alunos e alunas, maioritariamente em regime de externato, desde a 5.ª Série do Ensino Fundamental até à 3.ª Série do Ensino Médio.⁵⁶³

Integrada desde 1994 no *Sistema Colégio Militar do Brasil*, a *Fundação Osório* do Rio de Janeiro é uma entidade de ensino técnico-militar, cujo lema é *Donare ad Docendum*, ou seja, “doar para ensinar”. Corria o ano de 1907 quando um grupo de oficiais reunidos na residência do Marechal João Nepomuceno de Medeiros Malet fundaram uma instituição destinada ao amparo de todas as órfãs de soldados do Exército e da Armada. Na ocasião, ficou estabelecido que a instituição projectada seria denominada de *Orfanato Osório* e deveria surgir no ano seguinte em comemoração

mão de obra qualificada com que os “vendilhões do templo”, do tempo presente, e o poder oculto da Globalização, sem fronteiras e sem ética, estão a colonizar e a aculturar Portugal. Em suma: além de lesa-República e anti-pedagógica, a medida avulsa “sem pés nem cabeça” (usando uma frase lapidar de el-Rei D. João II, o “Príncipe Perfeito”), que extinguisse porventura o “IPE” seria também “anti-Democrática.” Cfr. Proença, José Caro – “Derruição do Instituto dos Pupilos do Exército. Crime de lesa-República Portuguesa. Anti-Pedagógico e anti-Democrático” in Boletim da Associação dos Pupilos do Exército, n.º 183, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2001, p. 44.

⁵⁶¹ Recorde-se a ideia de Estado-Nação, num contexto em que a *Defesa Nacional* assume uma relevância causal, fundamentada e alicerçada como justificação de um fenómeno criador e como forma de subsistência do produto criado. Na acepção de um Estado com soberania plena, verificamos que a Defesa é uma condição existencial conferida pelo Direito Internacional Público, daí decorrendo a sua importância. Sublinhe-se que Luís Sá referiu que a soberania jurídica, traduz-se “em diferentes capacidades e margens de actuação de cada Estado no plano político, económico e militar.” Cfr. Sá, Luís – *A Crise das Fronteiras – Estado, Administração Pública e União Europeia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 152. A este respeito, ver também, por exemplo, Moreira, Adriano – “Os Poderes dos Pequenos Estados em Tempo de Paz” in *Nação e Defesa*, n.º 6, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1991, p. 19 e segs. Noutro lugar, Adriano Moreira expressou igualmente a ideia de que a soberania, pode ser caracterizada de acordo com a fórmula, segundo a qual, o poder político soberano é “uma capacidade de obrigar que não tem igual na vida interna da comunidade, nem tem superior na vida externa”. Cfr. Moreira, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Livraria Almedina, 1996. Refira-se ainda que, Luís Sá, identificou-se também com esta linha pensamento. Cfr. Sá, Luís (1997), *op. cit.*, p. 155.

⁵⁶² Foi realizado o concurso de admissão à 5.ª série e 6.ª série do ensino fundamental e 1.ª série do ensino médio e, pela primeira vez, ampliando sua acção, passou a contar com alunas no seu efectivo de *Corpo de Alunos*.

⁵⁶³ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 32.

do centenário do General Manuel Luís Osório.⁵⁶⁴

A *Fundação Osório* tem mais de 80 anos de existência. Da sua história recente, destacam-se dois episódios: a admissão de alunos do sexo masculino a partir de 1993 e a sua transformação em fundação pública, em 1995. Criada em 1908, na cidade do Rio de Janeiro e activada em 1921 (inicialmente para atender órfãs de militares do Exército e da Armada), mantém, até hoje, por disposição estatutária, a sua missão de origem: instruir, profissionalizar, educar e, em especial, ministrar os ensinos fundamental e médio “*aos filhos e dependentes legais*” de militares do Exército e das demais Forças Singulares.⁵⁶⁵

É vinculada ao Comando do Exército e dirigida por um Conselho Deliberativo. Goza de autonomia administrativa, e tem um orçamento próprio, sendo que a União proporciona 30% desses recursos. Conta ainda com repasses dos comandos militares de área relativos aos alunos subvencionados, com as contribuições voluntárias de militares, com as mensalidades dos alunos contribuintes e doações diversas. Tem actualmente mais de mil alunos, sendo significativo o número dos relativos ao sexo feminino, que correspondem a mais de metade do corpo discente, com aproximadamente três dezenas de alunas no internato. As Forças Singulares subsidiam aproximadamente um quarto dos alunos, os quais recebem ensino gratuito. Desde 1997, a *Fundação Osório* ampliou a carga horária da formação geral do ensino médio profissionalizante, concedendo aos seus alunos melhores condições de se candidatarem às universidades e ingresso no mercado de trabalho. Transpondo-se muitas vezes pela defesa de um ensino prático, em que o conhecimento é um conhecimento prático, que permite atingir um certo resultado concreto e que não tem validade se o separarmos desse resultado, a *Fundação Osório* cresceu a diversos níveis.⁵⁶⁶

⁵⁶⁴ Este oficial foi Comandante de Esquadrões, Regimentos e Exércitos em períodos conturbados da história brasileira. Sabemos que participou com assinalável sucesso, em especial, nas Campanhas da Independência, Cisplatina, de Monte Caseros e da Guerra da Tríplice Aliança. Dos seus vários actos de bravura, destaca-se particularmente a sua actuação como Tenente-Coronel em Monte Caseros, quando à frente do 2.º Regimento de Cavalaria, na vanguarda das tropas brasileiras, infligiu ao inimigo o rompimento do seu dispositivo de defesa e comandou decisivas operações de aproveitamento do êxito e perseguição.

⁵⁶⁵ No que se refere especificamente aos Pupilos do Exército, e remontando-nos ao ano 1911, o então Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar surgiu, como sabemos, pelo Decreto de 25 de Maio de 1911. Mas antes da emissão desse diploma, há a constatar a existência de uma comissão que desenvolveu o processo, nomeada em Decreto, podendo mesmo considerar-se esse documento como o ponto de partida para a criação do *Instituto*. Não sendo esse diploma sinónimo do nascimento da instituição, foi todavia uma alvorada e uma delimitação para o futuro, no fundo, uma concepção efectiva de um ideal, com a criação de uma comissão com o fim de melhorar as condições de vida dos sargentos e educação dos seus filhos, em consonância com a disposição estatutária, particularmente semelhante neste último aspecto, da actual *Fundação Osório* do Brasil. Cfr. Decreto de 27 de Dezembro de 1910 in *Diário do Governo*, I série, 12 de Janeiro de 1911.

⁵⁶⁶ Uma tal atitude perante o conhecimento foi defendida pelo americano Charles Pierce que, em 1878, escreveu no seu artigo “*How to make our ideas clear*” da *Revue philosophique*, o seguinte: “*Considerai os efeitos com alcance prático que pensamos poderem ser produzidos pelo objecto da nossa concepção: a concepção que formamos desses efeitos é o todo da nossa concepção do objecto.*” Citado por Denis, Henri – *História do Pensamento...*, op. cit., p. 620. Atinge-se assim a concepção da inteligência como função puramente utilitária, que fora já defendida por

Assim, actualmente, já não funciona como um orfanato, mas sim como um estabelecimento de ensino em regimes de internato (só para raparigas) ou externato, que ministra o Ensino Fundamental e o Ensino Médio/Profissionalizante, sem se afastar da sua missão assistencial. Os seus alunos frequentam cursos de Contabilidade, Administração, Direito, Informática, Psicologia e Metodologia da Pesquisa.⁵⁶⁷

Abordado o SCMB, convém sublinharmos que existem mais escolas militares no Brasil além das já referidas. Efectivamente, podemos constatar na Marinha e mesmo nas Polícias Militares, outros estabelecimentos de ensino que se identificam com a mesma filosofia dos colégios militares do SCMB, e em que o ensino ministrado é, a diversos níveis, análogo. No que diz respeito à Marinha do Brasil, esta tem apenas um estabelecimento, o *Colégio Naval* (CN), onde ministra o Ensino Médio, com a duração de três anos, acrescido de instrução militar-naval, preparando os jovens alunos para ingressar na *Escola Naval*. A necessidade de preparar jovens para este ramo das Forças Armadas remonta ao ano de 1871, ano em que foi estabelecido um externato no Arsenal da Marinha da Corte, no Rio de Janeiro.⁵⁶⁸ Procurava-se então, inculir o gosto pelo mar e pelas coisas marinheiras, além de proporcionar uma sólida formação intelectual, moral e militar-naval. Esta instrução preparatória sofreu diversas reformas até chegar ao ensino que actualmente é desenvolvido no CN.⁵⁶⁹

Esse externato consistia de um curso com a duração de um ano, para o ensino das matérias preparatórias do curso da Escola de Marinha. Em seguida, pela Lei n.º 2670, de 20 de Outubro foi autorizada a criação do *Colégio Naval*, efectivada pelo Decreto n.º 6440, de 28 de Dezembro de 1876, assinado pela Princesa Isabel, então ocupando a Regência do Trono. O novo colégio previa três anos de curso preparatório, em regime de internato, suprimindo-se o Externato de Marinha. A sua inauguração ocorreu em Fevereiro de 1877, com 58 Alunos precedentes de 14 províncias, instalando-se em prédio do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, hoje ocupado pelo SSPM. Os docentes, escolhidos criteriosamente, eram oficiais que pertenciam ao Quadro do Magistério Naval. Entretanto, a designação *Colégio Naval* teve breve existência. A elevada despesa que acarretava, o

Shopenhauer quando escreveu que a inteligência é “*um meio de conservação do individuo e da espécie, inteiramente como não importa que órgão do corpo.*” Ver *Idem*, p. 620.

⁵⁶⁷ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁶⁸ Cfr. o Decreto n.º 4679, datado de 17 de janeiro de 1871.

⁵⁶⁹ Sabemos que do antigo ITMPE ao actual IMPE, também diversas reformas académicas ocorreram, até encontrarmos o ensino que actualmente é ministrado no mesmo. De facto, diversas alterações legislativas foram ocorrendo ao longo do tempo, decorrentes de políticas educativas reformadoras. Assim, também no IMPE os cursos ministrados foram evoluindo, com sucessivas alterações na sua estrutura e nos diversos planos de estudo. No que concerne ao Brasil, convém recordar que a influência do positivismo foi muito profunda. De facto, tornou-se mesmo doutrina quase oficial do Estado. Benjamin Constante, Presidente da República, fixou como programa de estudos nas escolas oficiais a *Enciclopédia das Ciências Positivas* estabelecida por Comte. Em 1880 foi fundado um Instituto do Apostolado, e em 1891 inaugurado no Rio um templo positivista destinado à celebração do culto da Humanidade. A divisa “Ordem e Progresso” surge no pavimento de fundo verde do Brasil. Com efeito, o verde era igualmente a cor das bandeiras positivistas. Cfr. Aron, Raymond – *As Etapas do Pensamento...*, *op. cit.*, p. 133.

baixo índice de procura, a rígida rotina diária, que a muitos afugentava, conduziram à sua extinção. Em 26 de Junho de 1886, pelo Decreto n.º 9611, reuniu-se em um só estabelecimento a *Escola de Marinha* e o *Colégio Naval*, sob a denominação de *Escola Naval*, onde se estabeleceram os seguintes cursos: o Curso Preparatório (três anos), o Curso Superior (três anos) e o Curso de Náutica (em duas séries, para civis).⁵⁷⁰

Desaparecera o *Colégio Naval*, primeiro estabelecimento militar de nível médio no Brasil, mas não morrera a ideia. No início deste século, o General Honório de Souza Lima, oriundo de Angra dos Reis, usando do seu prestígio junto ao Presidente Hermes da Fonseca, convenceu-o a aceitar a doação de extenso terreno que a Câmara de Vereadores de Angra dos Reis fazia à Marinha, destinada à edificação de uma escola militar. Assim em 1911, teve início a obra que resultou no actual *Colégio Naval*, cujo encarregado da empreitada foi o Capitão Rosalvo Mariano da Silva, idealizador do projecto arquitectónico. O local escolhido foi a Enseada da Tapera, que logo foi denominada Enseada Batista das Neves, em Angra dos Reis. Em 1914, terminada a construção, o prédio ficou de tal maneira imponente que o então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, aproveitou para aí fixar a *Escola Naval*, onde funcionou até 1920. A partir desse ano, tendo a *Escola Naval* voltado ao Rio de Janeiro, passou a funcionar naquele local a *Escola de Grumetes Almirante Batista das Neves*, onde permaneceu até 1949.⁵⁷¹

Finalmente, a 25 de Fevereiro de 1949, foi criado o actual *Colégio Naval*, instituição de ensino que tem como propósito preparar jovens para constituir o *Corpo de Aspirantes da Escola Naval*, instituição na qual é formado o *Corpo de Oficiais* da Marinha do Brasil. O Aluno ingressa mediante um concurso público e, no período que passa no *colégio*, recebe os ensinamentos prescritos no plano de estudos relativo ao Ensino de Segundo Grau, acrescidos de instrução militar-naval especializada. Alia-se a este programa de aprendizagem académico e militar, a intensa e tradicional prática desportiva, que visa aprimorar a condição física dos alunos. Em Abril de 1951, a primeira turma iniciava o ano escolar, em carácter precário na *Escola Naval*,⁵⁷² e no dia 15 de

⁵⁷⁰ Actualmente, a *Escola Naval* do Brasil é a mais antiga Instituição do Ensino Superior Brasileiro. Localizada no Rio de Janeiro, há a referir que foi criada em 1782, em Lisboa, por Carta Régia da Rainha Dona Maria I, sob a denominação de *Academia Real de Guardas-Marinha*.

⁵⁷¹ Numa perspectiva de mudança de instalações, com os Pupilos do Exército pode observar-se uma maior estabilidade. Com efeito, sabemos que aquando da sua criação, ficou a denominada 1.ª Secção no edifício do antigo Convento de S. Domingos de Benfica (onde se leccionava o ensino primário complementar) e no ano seguinte, em 1912, a 2.ª Secção foi instalada em imóveis arrendados na vizinha Estrada de Benfica (onde se ministrava o ensino primário superior), sendo que um desses imóveis arrendados, fora o Hospício de Santa Isabel, junto à Quinta das Campainhas ou do *Beau Séjour*. Essa disposição geográfica manteve-se até aos dias de hoje. Cfr. Proença, Pe. Álvaro – *Benfica Através...*, *op. cit.*, p. 370.

⁵⁷² A transferência do *Corpo de Alunos* para Angra dos Reis ocorreu numa memorável viagem a bordo de dois Contratorpedeiros (de nomes *Beberibe* e *Bracuí*), a 10 de Agosto de 1951. No cinquentenário da criação em Angra dos Reis, realizou-se uma cerimónia militar que reuniu representações das cinquenta turmas de ex-alunos e alunos do CN.

Agosto, foram solenemente inauguradas as actividades de ensino em Angra dos Reis, com 326 alunos perfazendo as turmas do 1º e 2º anos.⁵⁷³

Tendo permanentemente como objectivo o *ideal de Rio Branco*,⁵⁷⁴ a selecção, o ensino, a instrução e a educação dos alunos do CN são orientadas no sentido de só permitirem o acesso à *Escola Naval* daqueles que, durante o curso, demonstrarem possuir, nos graus mínimos julgados necessários ou suficientes, os atributos de boa formação moral, elevado padrão de carácter e disciplina, desenvolvimento intelectual, conhecimento de nível científico-colegial, formação militar-naval, equilíbrio psicológico, aptidão física e rigidez. O regime escolar é de internato, com saídas nos fins de semana. O ensino, o alojamento, a alimentação e a assistência médico-dentária são inteiramente gratuitos, e o aluno ainda recebe um pequeno soldo para atender às suas despesas pessoais.⁵⁷⁵ Após ter cumprido, durante três anos, um currículo escolar extenso, o aluno do CN terá concluído um dos mais exigentes cursos de ensino médio, e caso não pretenda continuar na Marinha (o que é raro) receberá *Certificado de Reservista Naval*, o que lhe confere o cumprimento do serviço militar.⁵⁷⁶

Sobre este aspecto em particular, convém lembrar que a Defesa Nacional, vista na sua plenitude, deixa de assumir apenas uma relevância individual e vai juntar igualmente uma dimensão plural e colectiva, de directo interesse para a Ciência Política.⁵⁷⁷ Recordando a análise de Weber relativamente ao vector militar (que partia da aceitação da posição de Trotsky expressa em Brest-Litovsk de que todo o Estado se funda na força⁵⁷⁸) a apreciação deste residia no facto de que o desconhecimento do uso da violência impossibilitaria a existência do Estado, sendo a força um seu

Refira-se que o ponto alto da comemoração do *Jubileu de Ouro do Cn* foi o desfile dessas mesmas representações, com o destaque natural para a Turma de 1951, a primeira turma desta *escola militar*.

⁵⁷³ O *Estandarte do Colégio Naval* foi aprovado pela Portaria nº 1118, de 11 de Julho de 1984 pelo então Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Alfredo Karam. Ele consiste de um campo retangular de seda prateada de 1.20m x 1.00m, debruado com torçal de azul e prata, encimado por ponta de lança, de prata, e guarnecido por duas fitas, de azul e prata, franjadas de ouro, contendo a inscrição "Colégio Naval", de ouro, numa delas, ambas pendentes de roseta azul e prata. A prata do Estandarte evoca a Marinha em seu metal clássico e o conjunto heráldico constante do mesmo, o distintivo do Colégio Naval, a ele se reporta.

⁵⁷⁴ Ou seja, "*Dar aos jovens que se proponham à profissão do mar, um estabelecimento onde recebam instrução, educação moral e física apropriadas a seus futuros destinos*".

⁵⁷⁵ Esta situação é idêntica quando comparada com a dos Cadetes-Alunos dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar (nomeadamente AM, EN e AFA). Refira-se que a nenhum título, qualquer aluno do IMPE, CM ou IO (Estabelecimentos Militares de Ensino), recebe análoga compensação financeira.

⁵⁷⁶ Cfr. Vargas, Rui Santos – "Escolas Militares do Mundo" in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁷⁷ De acordo com Luis Sá, a Ciência Política, situada na encruzilhada das Ciências Sociais, tem também um campo próprio de investigação e preocupações de síntese que, implica a "*pesquisa concreta*", e tem que ter em conta outros sistemas para ordenar, classificar e compreender os factos políticos, sistemas sociais, sistemas económicos, sistemas de relações internacionais, etc. Cfr. Sá, Luis – *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, p. 23. Ver também, Duverger, Maurice – *Ciência Política, Teoria e Método*, 3.ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, pp. 27 a 32.

⁵⁷⁸ Cfr. Weber, Max – "Politics as a Vocation" in Gerth, H. e Mills, C. Wright – *From Max Weber: essays in Sociology*, London, Routledge, 1991 [ed. original 1948], p. 78.

meio específico, ainda que não seu exclusivo. Outras instituições ou indivíduos poderiam fazer uso do direito de usar a força física, ainda que apenas na medida em que o Estado o permitisse.⁵⁷⁹ Legitimava-se assim a existência de forças militares que gerem e administram violência física, ainda que sob a jurisdição do Estado.⁵⁸⁰

Sendo que esta é uma das acepções da Defesa Nacional enquanto uma causa de Estado, cuja importância assenta na própria necessidade da sua existência, há que referir que, enquanto o Serviço Efectivo Normal (SEN) esteve em vigor, nenhum dos Estabelecimentos Militares de Ensino em Portugal conferia um *certificado* análogo para os seus alunos aquando do fim da frequência nos mesmos. Se para este assunto em particular apenas nos interessam o IMPE e o CM, pois era em sede destes que residiam os efectivos com destino ao SEN, devemos contudo recordar que também o IO ministrava Instrução Militar numa óptica de voluntariado. Para os alunos do IMPE e CM que terminavam com aproveitamento a Instrução Militar ministrada nos respectivos colégios, não lhes era, à partida, dispensado o SEN.⁵⁸¹

Finalmente, e no que diz respeito às Polícias Militares estaduais, podemos enunciar, por exemplo, quatro estabelecimentos de ensino dependentes das mesmas:⁵⁸²

- *Colégio Tiradentes de Polícia Militar;*
- *Colégio de Polícia Militar (São Paulo);*
- *Colégio da Polícia Militar da Baía;*
- *Colégio Militar de Goiás.*

Pese embora alguns reveses pontuais e localizados de natureza orçamental, podemos afirmar que o Brasil tem apostado na educação de uma parte da população mais jovem, de acordo com um ensino de cariz militar, tentando ir ao encontro das suas tradições, da sua memória, dos valores morais, culturais e históricos. Conscientes de que num país com cerca de 168 milhões de habitantes,

⁵⁷⁹ Na medida em que o Estado é a única *fonte de direito* a usar a violência. Cfr. Weber, Max – “Politics as a Vocation” in Gerth, H. e Mills, C. Wright – *From Max Weber...*, *op. cit.*, p. 78.

⁵⁸⁰ Weber define o Estado como uma comunidade humana que logra reivindicar com sucesso o monopólio do uso legítimo de violência física, no âmbito de um dado espaço geográfico. Cfr. *Idem*, p. 78.

⁵⁸¹ Com efeito, conferida a sua aptidão para o serviço militar através da inspecção num dos *Centros de Selecção e Recrutamento* nacionais, os ex-alunos destas Instituições poderiam vir a ser chamados a realizar o SEN de acordo com as necessidades existentes nos Ramos das Forças Armadas. Esta prestação de serviço consistiria inicialmente numa vertente de instrução, conforme a especialidade para que tivesse sido seleccionado o indivíduo, sendo que depois a prestação de serviço obrigatória respeitaria a legislação vigente. Poderia também dar-se o caso da sua dispensa do SEN, sendo que, nesse caso, vários quadros poderiam ser traçados, cenários esses que fariam desde a sua passagem à *Reserva Territorial*, até mesmo a um parecer médico homologado por uma Junta Médica, em que fosse considerado “*incapaz para todo o serviço militar*”, neste último caso, muitas vezes devido a lesões contraídas em acidentes ou práticas desportivas.

⁵⁸² Ressalvemos que as Polícias Militares dos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Ceará também desenvolveram, e desenvolvem presentemente, esforços no seu sistema assistencial, tendo já também criado nessas regiões os seus próprios colégios militares.

o esforço de educar e formar sob estas referências 20.000 estudantes é apenas um princípio, contudo entendemos que esse é um passo que, em relação ao futuro, é um contributo útil e não despidiendo.⁵⁸³

Esta pode também ser entendida como uma questão de Defesa Nacional, e qualquer que seja a nossa posição moral relativamente à mesma, é todavia ajuizada a ideia de que a Defesa de qualquer Nação assenta sempre na vontade e sacrifício do seu Povo: a vontade, a intenção de defender, o ânimo de combater e a capacidade de resistência, mesmo que as hipóteses de sucesso nos resultados da sua abnegação possam ser muito diminutas. Neste entendimento, Morin refere que o sentimento nacional é *“um complexo, uma realidade psico-afectiva formada pela coagulação, a aglutinação, a síntese de uma totalidade orgânica de elementos isoláveis pela análise.”* E esta realidade tem, para o mesmo autor, *“uma composição bissexual: matri-patriótica, enquanto componente feminina, mãe-Pátria, que temos de proteger; paternal-viril, (...) enquanto autoridade sempre justificada, imperativa, que apela às armas e ao dever.”*⁵⁸⁴

⁵⁸³ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁸⁴ Cfr. Morin, Edgar – *Sociologie*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1984, p. 131.



Fotografias n.º 207 e 208
Alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro
e do Colégio Militar de Manaus, respectivamente

1.2. O Caso da França

“O público atônito, observa os velhos Generais correndo para as leituras.”

General Charles De Gaulle ⁵⁸⁵

Estando a França geográfica e politicamente mais próxima do nosso país,⁵⁸⁶ e porque esta abordagem também descende de questões sobre territorialidade e pátria,⁵⁸⁷ é interessante observar o que nos oferece este país neste plano das escolas militares. As Forças Armadas Francesas dispõem actualmente de seis Estabelecimentos Militares de Ensino de nível secundário, que são os seguintes:

- *École des Pupilles de l’Air;*
- *Lycée Militaire d’Aix-en-Provence;*
- *Lycée Militaire d’Autun;*
- *Lycée Militaire de Saint-Cyr-l’École;*
- *Lycée Naval de Brest;*
- *Prytanée National Militaire de la Flèche.*

Ressalvemos que além das escolas enunciadas acima, houve ainda outras localizadas em solo francês ou no *Ultramar* que entretanto foram extintas ou vieram a ser remodeladas, dando origem às

⁵⁸⁵ Cfr. De Gaulle, General Charles – *The Army of the Future*, London, Hutchinson & Co. Ltd., s.d., p. 149.

⁵⁸⁶ Lembrando o pensamento político clássico, para os gregos, a sociedade era inerente ao Homem, o que equivalia a transformar a política na categoria chave e autónoma, para avaliar e conhecer a vida associada nas suas origens e evolução. Sobre o posicionamento da França relativamente a Portugal, e nomeadamente no que concerne ao exercício político na Europa, é útil recordar que o autor Thomas A. Sinclair escreveu que “o simples facto de o pensamento político ter e ter tido, na história europeia, um grande papel como causa determinante da acção política, se deve aos Gregos, e, pelo menos dentro destes limites, o pensamento político grego incide sobre a vida da Europa moderna. Foram os Gregos os primeiros a pô-lo conscientemente em prática, na tentativa de construir um Estado que ordenasse a vida segundo uma série de princípios.” Cfr. Sinclair, Thomas A. – *A History of Greek Political Thought*, London, Routledge and Kegan Paul, 1951, p. 1.

⁵⁸⁷ Para Wolfgang Thüne, “a territorialidade é uma condição sine qua non que deve estar presente em qualquer conceito de Pátria”. Cfr. Thüne, Wolfgang – *A Pátria como Categoria Sociológica e Geopolítica*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1991, p. 57. Mas ressalvemos que assiste-se actualmente a uma época de transformações a diversos níveis, em que a permanente, dinâmica e exigente circulação de pessoas, muitas vezes fruto das suas ocupações profissionais, faz com que muitas se vejam confrontadas com o facto de terem de se deslocar para outros lugares, para atingirem as metas objectivas que pretendem alcançar. Esta realidade, cada vez mais, vem defender a ideia de um conceito de pátria que é usado segundo dois sentidos distintos: a “pátria de nascimento” ou de “infância”, e o “lugar onde se está em casa”, também designado por “pátria onde se tem emprego”. Cfr. *Idem*, p. 45. Neste segundo sentido a noção de mobilidade é determinante, constatando-se que a mudança de lugar de residência por exemplo, possa dar origem a uma outra pátria, podendo todavia, a pátria de infância permanecer na memória, preenchida com sentimentos de afecto, carinho e pertença. A pátria deixa assim de ser uma fonte de inspiração conservadora que, nas suas versões mais extremadas, possui ressaibos racistas, ultranacionalistas ou xenófobos. Emerge uma nova acepção de Pátria, como um conceito aberto e universal, insusceptível de ser apropriado por qualquer ideologia. Para uma abordagem sobre o conceito trans-ideológico de Pátria, ver *Ibidem*, p. 144.

actualmente existentes.⁵⁸⁸

Optemos por analisar um destes estabelecimentos, e porque talvez o nome dele seja mais sugestivo dentro do tema que nos guia, escolhamos a *École des Pupilles de l'Air* (ÉPA). Esta instituição, inserida na Força Aérea Francesa, destina-se à educação geral e está implantada em Grenoble-Montbonnot (Isère 38). Fundada em 1941 com o propósito de ajudar as famílias cujo chefe tinha desaparecido em serviço da aeronáutica militar e civil, esta escola militar apresenta-se com bastantes mais afinidades com o Instituto Militar dos Pupilos do Exército, que tão só a sua designação.⁵⁸⁹

Sabemos que desde 1939 existia uma preocupação latente no Ministério do Ar francês relativa ao destino dos filhos das vítimas de acidentes aéreos. O início da 2.ª Guerra Mundial fez parar o projecto, mas o elevado número de baixas militares e civis no decurso da *Campanha de França* tornou-o mais actual e premente, pelo que um Decreto de 11 de Agosto de 1941 criou oficialmente esta instituição. O efectivo do primeiro curso (formado logo em Outubro do mesmo ano) fez um total de sessenta jovens rapazes, órfãos, e no ano seguinte, a ajuda social foi alargada igualmente às famílias numerosas.⁵⁹⁰

Paralelamente a estas acções, foi criado um ciclo de ensino técnico que funcionou até 1981. As secções preparatórias para o concurso à *École Militaire de l'Air*⁵⁹¹ foram criadas em 1947 e, em 1948 foram admitidos os primeiros alunos à *École de l'Air* de Salon-de-Provence, numa Europa que se reencontrava consigo própria e com o mundo em geral.⁵⁹²

Os critérios de admissão são somente de ordem social, pelo que a sua vocação de ajuda à família tem persistido aos tempos e a ÉPA continua a sua missão de educar e de ensinar os filhos do pessoal da aeronáutica militar, sendo prioritários os órfãos e os casos sociais. Um aspecto secundário da missão da escola é a ajuda ao recrutamento, sendo que esta consiste em fornecer aos alunos das classes preparatórias uma educação e instrução geral que lhes permita participar nas melhores

⁵⁸⁸ São, por exemplo, os casos das instituições localizadas na Argélia, Costa do Marfim, Congo, Madagáscar, Mali, Senegal, República Centro Africana, Ilha de Reunião, Cochinchina e Annam.

⁵⁸⁹ Sobre a designação do IMPE, pode-se consultar, por exemplo, Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército...*, *op. cit.*, pp. 35 a 37.

⁵⁹⁰ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. O Caso Francês” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 189, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2003, p. 44.

⁵⁹¹ Designação da escola de formação de oficiais da Força Aérea Francesa, homóloga da nossa *Academia da Força Aérea*.

⁵⁹² De facto, este era um reencontro com o passado europeu. Sabemos que poucas dúvidas existem relativamente ao significado universal que a civilização ocidental, com o seu progressivo incremento, fortalecimento e desenvolvimento, veio a assumir entre começos do século XVI e finais do século XVIII: é neste período que essa civilização, da qual saímos, passa, segundo Giorgio Spini, de “ilha isolada europeia, perdida na vastidão do mundo”, a “facto intercontinental, até chegar a facto universal”, do que resulta que “a unidade do género humano passa, de remota nebulosa, a realidade concreta da história”. Cfr. Spini, Giorgio – *Storia dell'età moderna*, Torino, Ed. Einaudi, 1965 [ed. original 1960], p. 1075.

condições aos recrutamentos de oficiais da Força Aérea.⁵⁹³ Recordemos que a admissão da primeira aluna nas classes preparatórias às escolas militares superiores ocorreu em Setembro de 1983.⁵⁹⁴

Três anos depois, a 13 de Dezembro de 1986, a ÉPA deixou as suas instalações no boulevard Joseph Vallier, em Grenoble, para ocupar as novas instalações de Montbonnot. Já recente, em 1995, a instituição sofreu uma nova reestruturação, resultante do encerramento do estabelecimento de ensino *Maison des Ailes de Echouboulains*, instituição essa localizada nos arredores de Paris, que era dedicada ao ensino e educação exclusiva de raparigas, e de igual modo tutelada pela Força Aérea.⁵⁹⁵

Consequentemente, as suas actividades foram transferidas para Montbonnot, e sendo que um dos aspectos fundamentais das funções da chefia militar, em qualquer escalão, é a defesa dos interesses e dos anseios dos seus subordinados, face ao escalão superior, a *escola* soube responder positivamente a esse desafio. Não tendo sido certamente uma tarefa fácil a integração de alunos de ambos os colégios, por todas as demandas que à partida lhe estavam associadas (desde a ampliação das instalações à actualização de *Normas de Execução Permanente* (NEP), entre outros aspectos) contudo, a direcção da escola em funções soube responder estratégica e oportunamente a esse novo passo que o colégio deu em relação a um futuro que, a breve trecho, se revelaria promitente.⁵⁹⁶

Com as obras de adaptação e extensão necessárias ao acolhimento destas alunas, a capacidade da ÉPA elevou-se para um efectivo de 800 alunos. Actualmente a escola está destinada ao ensino e educação de filhos de militares da Força Aérea, bem como das secções aéreas do Exército, Marinha e *Gendarmerie*, e ainda órfãos da aviação civil e filhos de funcionários e

⁵⁹³ Os alunos das classes preparatórias podem ainda concorrer às seguintes instituições: *École Spéciale Militaire de Saint-Cyr*, *École Navale* e *École Nationale Supérieure des Ingénieurs des Etudes et Techniques d'Armement*, de Brest.

⁵⁹⁴ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. O Caso Francês” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 45.

⁵⁹⁵ Com instituições antigas, novas, ou mesmo reformuladas, o que devemos sublinhar é que “*não existe uma sociedade sem instituições*”, conforme afirma Papagno. O mesmo autor refere que “*seria certamente difícil encontrar, hoje, alguém capaz de contestar ou negar tal afirmação*”. Cfr. Papagno, G. – “Istituzioni” in *Enciclopedia*, vol. VII, Einaudi, Torino, p. 1083. Será necessário, no entanto, que sejamos objectivos sobre os significados atribuídos ao termo *instituição*, na medida em que estes podem ser fundamentalmente de dois tipos: instituições formais, explícitas, manifestas, codificadas mesmo no exterior em leis e regulamentos mais ou menos articulados, mas sempre declarados e definidos, não subentendidos; ou instituições de tipo não formal, implícitas, por assim dizer subentendidas e escondidas, agentes internos, aos níveis mais recônditos e profundos da actividade intrapsíquica e das relações interpessoais e sociais do homem. Cfr. Bobbio, Norberto – “Poder/Autoridade” in *Enciclopedia Einaudi*, vol. 14 (Estado-Guerra), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 45.

⁵⁹⁶ Neste caso também podemos dizer que “*são as dificuldades que dignificam o comando e a chefia militar, e tornam exaltante o seu exercício. É nelas que se vêem os verdadeiros Chefes, aqueles que possuem a visão estratégica, a capacidade e a coragem moral para as ultrapassar.*” Cfr. Valente, Monteiro – Martins, Velasco – Sequeira, Luis – “O Comando e a Chefia Militar e os Desafios da Sociedade Moderna” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 50, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1999, p. 34.

magistrados judiciais.⁵⁹⁷

No que concerne especificamente ao ensino, este estabelecimento ministra um plano de estudos similar a um liceu do Estado, sendo os próprios docentes destacados do Ministério da Educação Nacional para o Ministério da defesa, leccionando de acordo com os programas em vigor neste ministério. As turmas são compostas por cerca de 20 alunos cada e a sua oferta educativa compreende 4 níveis de formação:⁵⁹⁸

- *Le College* (internato e semi-internato);
- *Le Lycee* (internato e semi-internato);
- *Le Lycee Professionnel* (internato e semi-internato);
- *Les Classes Preparatoires* (apenas internato).

Tendo em linha de conta que as alunas e os alunos são provenientes de todas as regiões de França e do Ultramar, o regime normal é o internato, podendo este ser classificado de "*longa duração*" em função da distância que os separa das suas famílias. Contudo, podem também ter o estatuto de semi-internos. Sob a direcção do 2.º Comandante da ÉPA, a administração⁵⁹⁹ do internato é organizada em três Companhias:⁶⁰⁰

- a 1.ª *Companhia*, que compreende os alunos desde a classe *sixième* até à *troisième*;
- a 2.ª *Companhia*, que compreende os alunos das classes *seconde-terminale* e *BEP*;
- e a 3.ª *Companhia*, que compreende os alunos das classes preparatórias às escolas superiores.

O comando de cada uma das Companhias é exercido por um oficial, sendo o restante enquadramento efectuado por sargentos e praças. Cada Companhia tem o seu regulamento e regime,

⁵⁹⁷ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. O Caso Francês” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 45.

⁵⁹⁸ O IMPE, no que respeita a esta dimensão, pode considerar-se como uma escola única no panorama nacional português. Com efeito, “*lecciona os Ensinos Básico, Secundário e Superior, pratica o internato e semi-internato e admite alunos de ambos os sexos.*” Cfr. Costa, António Ferreira da – “Instituições de Ensino. Optimizar? Obviamente. Fechar? Não!” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 186, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2002, pp. 20 e 21.

⁵⁹⁹ Numa abordagem ao conceito de *Administração*, Idalberto Chiavenato refere que “*a Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objectivos de maneira eficiente e eficaz.*” Cfr. Chiavenato, Idalberto – *Administração. Teoria Processo e Prática*, 3.ª Edição, Rio de Janeiro, Makron Books/McGraw-Hill, 2000, p. 3.

⁶⁰⁰ Este também é o dispositivo adoptado pelos *Pupilos do Exército* e pelo *Colégio Militar*, sendo que o total de Companhias perfaz o denominado Batalhão de Alunos. Para o caso do Instituto de Odivelas, e em termos de organização militar, não se encontra nenhuma semelhança com as estruturas adoptadas pelo IMPE ou CM. De facto, as alunas estão apenas distribuídas pelas diversas turmas que constituem os diversos anos de escolaridade. Cfr. Observação directa com a Directora do IO Margarida Raymond realizada a 10 de Novembro de 2003, bem como a observação directa com a antiga aluna Ana Margarida Chaves de Araújo, realizada a 1 de Agosto de 2004.

adaptados à idade dos alunos, e sobretudo baseados em critérios de vida em grupo, de solidariedade e de segurança. Vestindo um uniforme interno relativamente prático e simples, constituído por “jeans”, sapatos de ténis e pólos de cores diferentes em função das companhias, e tendo ainda camisola e blusão como agasalhos para o inverno, os alunos possuem também um uniforme de cerimónia comum a todos, para momentos de maior solenidade.⁶⁰¹

O regime de internato acolhe tanto rapazes como raparigas, e não existem cotas para estas últimas. Conscientes de que a entrada de mulheres em domínios tradicionalmente masculinos, é frequentemente acompanhada por resistências ou mesmo reacções hostis, sabemos que muitas vezes é vista como uma ameaça a valores e práticas dominantes nesses contextos. Este é um aspecto que merece aqui ser sublinhado, até porque uma mulher fora dos contextos educativos, profissionais e sociais tradicionais, seja pelo entrecho em que se encontra, seja pelo comportamento que assume, “*suscita um esforço de explicitação e justificação por parte dos observadores que não tem equivalente no caso de um homem*”, pelo que “*o comportamento desviante em relação à orientação do estereótipo se torna mais saliente e suscita juízos mais negativos no caso das mulheres que no caso dos homens.*”⁶⁰²

Várias são as instalações à disposição dos alunos da ÉPA, nas quais contam-se uma Sala de Tradição, numerosas Salas de Estudo, um Laboratório de Línguas, uma Sala de Musculação, duas Salas de Recreio e Convívio, uma Sala de Televisão, entre outras. Estas instalações tornam possível colocar em prática técnicas de gestão organizacional, no fundamento de gerir a iniciativa e *moral* dos alunos, bem como de entabular e conduzir processos de cooperação cada vez mais quantitativamente e qualitativamente participados.⁶⁰³

No que concerne às actividades desportivas, os alunos podem praticar as ligadas à componente aérea da escola (para-queda e parapente), bem como esgrima, atletismo e jogos de bola. As actividades culturais também ocupam um lugar muito significativo como componente da educação dos alunos, tendo estes à sua disposição, entre outras, o clube de cerâmica, teatro, filatelia, vídeo, fotografia, o clube de maquetas, electrónica, aeromodelismo e o clube do código da estrada.

⁶⁰¹ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. O Caso Francês” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, op. cit., p. 46.

⁶⁰² Cfr. Amâncio, Lúcia – “As assimetrias nas representações de género” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 34, Coimbra, CES/UC, 1992, p. 12. Refira-se até que “*o interesse da mulher pelas profissões tradicionalmente reservadas ao homem, decorre do seu actual enquadramento social.*”, pois também é verdade que “*as mulheres têm sido envolvidas cada vez mais intensamente na vida política, como forma de expressar as suas lutas pelo direito à igualdade de oportunidades relativamente ao homem.*” Cfr. Soares, João Afonso – “O Serviço Militar Feminino – Perspectiva de Aplicação às Forças Armadas” in *Baluarte*, n.º 6, Lisboa, Governo Militar de Lisboa, 1991, p. 28.

⁶⁰³ Sobre o conceito de *moral* e sua interrelação com o conceito de *atitude*, no modo como a escola das relações humanas o desenvolveu, ver por exemplo Chiavenato, Idalberto – *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 4.ª Edição, Rio de Janeiro, Makron Books/Mcgraw-Hill, 1996, p. 170 e 171. Na definição aí apresentada, o *moral* “*é uma*

Salientemos que estas actividades são realizadas segundo uma óptica de voluntariado, sendo dirigidas inclusivamente por elementos em regime de voluntariado.⁶⁰⁴

De facto, podemos dizer que encontramos diversos pontos de convergência com a realidade do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, dos quais salientamos:

- é uma escola frequentada por rapazes e raparigas;⁶⁰⁵
- tem um leque etário similar de formação escolar;
- proporciona a oferta de inúmeras actividades desportivas e culturais;
- aposta na formação pessoal dos alunos, vincando a questão da vivência em grupo e da solidariedade;
- assiste-se à requisição dos professores ao Ministério da Educação, tal como a maioria dos professores do IMPE.



Fotografia n.º 209

Alunas da École des Pupilles de l'Air, estudando em compartimento de pessoal feminino

decorrência do estado motivacional, uma atitude mental provocada pela satisfação ou não-satisfação das necessidades dos indivíduos”.

⁶⁰⁴ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. O Caso Francês” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 46.

⁶⁰⁵ A convivência entre pessoas de ambos os sexos dentro das *Unidades Militares*, e principalmente no que concerne aos militares profissionais, tem sido desde há muito tempo objecto de abordagens interessantes. Embora tratemos aqui de escolas militares, logo de alunos e não de militares profissionais, é contudo desejável que façamos alusões pontuais entre estas duas dimensões que se tocam, até porque, como sabemos, junto com os alunos e as alunas deste género de colégios, trabalham militares masculinos e femininos que, desde a instrução geral à instrução militar, do comando militar ao acompanhamento académico e desportivo, exercem um papel determinante na formação dos primeiros. Numa perspectiva profissional e no âmbito das Forças Armadas dos EUA, o General John Vessey Jr., ex-CEMGFA desse país, afirmou: “*Temos excelentes mulheres militares fazendo coisas extraordinárias, e fazendo-as muito bem, mas transformámos uma instituição masculina numa instituição mista, e isso constituiu para nós um exercício*



Fotografia n.º 210

Alunos da École des Pupilles de l'Air, em situação de aula



Fotografia n.º 211

Perspectiva do Refeitório



Fotografia n.º 212

Aspecto de uma das salas de leitura



Fotografia n.º 213

Com o seu uniforme mais formal, os alunos e alunas
de um dos cursos formados na École des Pupilles de l'Air

1.3. O Caso dos Estados Unidos da América

“Nós acreditamos que para ser efectivo, o processo educacional tem que ser reforçado pela ordem, estrutura e disciplina, e nós sentimos que o valor, potencial e integridade do indivíduo têm que ser promovidos em todas as áreas da vida escolar.”
Excerto do Hargrave Military Academy’s Mission Statement

Podemos afirmar que os Estados Unidos da América (EUA) são os grandes defensores das escolas militares, pois o universo que encontramos relativo a estabelecimentos de ensino deste cariz é esmagador. Reflectindo bem a importância que os EUA conferem a este género de instituições, encontramos uma impressionante lista de escolas militares:⁶⁰⁶

- *Admiral Farragut Academy;*
- *American Military Academy;*
- *Antilles Military Academy;*
- *Army and Navy Academy;*
- *Benedictine High School;*
- *Camden Military Academy;*
- *Carson Long Military Institute;*
- *Chamberlaint-Hunt Academy;*
- *Culver Military Academy;*
- *Fishburne Military School;*
- *Florida Air Academy;*
- *Fork Union Military Academy;*
- *Georgia Military College;*
- *Hargrave Military Academy;*
- *Howe Military School;*
- *Kemper Military School and College;*
- *La Salle Military Academy;*
- *Lyman Ward Military Academy;*

⁶⁰⁶ Num passo dos *Grundrisse*, lê-se que a “guerra é por isso a grande tarefa global, o grande trabalho comunitário que se exige seja para ocupar as condições objectivas da existência vivente, seja para defender e perpetuar a sua ocupação”. Cfr. Marx, K. – *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*, tradução Italiana Einaudi, Torino, 1976 [ed. original 1857-58], p. 455. Mais adiante, pode ler-se: “A guerra é portanto uma das formas primordiais de trabalho em cada uma das comunidades naturais, seja para defesa da propriedade, seja para a sua aquisição”. Ver *Idem*, p. 470.

- *Marine Military Academy;*
- *Marion Military Institute;*
- *Massanutten Military Academy;*
- *Millersburg Military Academy;*
- *Missouri Military Academy;*
- *New Mexico Military Institute;*
- *New York Military Academy;*
- *Oak Ridge Military Academy;*
- *Randolph-Macon Academy;*
- *Riverside Military Academy;*
- *St. Catherine's Military School;*
- *St. John's Military School;*
- *St. John's Northwester Military Academy;*
- *Saint Thomas Academy;*
- *San Marcos Baptist Academy;*
- *Texas Military Institute;*
- *Valley Forge Military Academy & College;*
- *Wentworth Military Academy & Junior College.*

O número de escolas militares nos EUA é tão elevado que, inclusivamente, levou à constituição da *Association of Military Colleges and Schools of United States*. Esta associação tem como finalidade regulamentar e uniformizar o ensino ministrado nos diversos estabelecimentos, se bem que muitas são as diferenças entre os mesmos: umas são inspiradas no Exército, outras na Força Aérea, outras na Marinha e outras, ainda, no Corpo de Fuzileiros.⁶⁰⁷

No que concerne aos graus de ensino, estes atravessam uma dimensão muito mais abrangente que o caso do nosso país, pois constamos um leque bastante diverso de opções que vão desde o *Jardim de Infância* até ao final do *Ensino Secundário*. Relativamente aos regimes de frequência das escolas, os alunos têm como alternativa (de acordo com o regulamento próprio de cada estabelecimento) a opção entre o internato e o externato.⁶⁰⁸

⁶⁰⁷ A Direcção destas escolas militares é exercida por militares quase sempre na situação de reserva, com patentes compreendidas de Capitão a General (ou Almirante), bem como por civis, havendo neste último caso vários religiosos em funções de direcção.

⁶⁰⁸ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. Os Estados Unidos da América” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 190, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2003, p. 32.

Numa visão mais pormenorizada sobre uma destas escolas, optámos por analisar a *Hargrave Military Academy* (HMA), entre outros aspectos, porque esta escola foi fundada em 1909, por curiosidade, um ano antes da Implantação da República em Portugal e dois anos antes da fundação do Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar, o actual IMPE. E depois, porque a HMA também foi pensada de acordo com os princípios da Instituição Militar, sendo igualmente assente numa ética profissional que, genericamente, alicerçou-se nas ideias associadas de espírito de disciplina, hierarquia, subordinação e obediência que, em 1911, enquadraram o então IPPETM.⁶⁰⁹

A HMA fica situada na cidade de Chatam, no sudoeste do Estado da Virgínia. Trata-se de um internato privado cristão⁶¹⁰ que recebe rapazes desde os “*grades seven*” até ao ano “*postgraduate*”. Hargrave oferece um programa “*How to Study*”, disciplina e aulas de preparação para a universidade num ambiente propício e estruturado para cada aluno. Esta escola militar dirige-se à “*pessoa total*”.⁶¹¹ O desenvolvimento da responsabilidade pessoal, boa forma física, níveis académicos e carácter moral são objectivos importantes para cada Cadete, sendo que o comando da instituição entende que as oportunidades de realização pessoal tendem a proporcionar a cada aluno uma vida mais gratificante, como consequência de um ideal que reside no entendimento de que o “*real demonstra-se, não se mostra*”.⁶¹²

Hargrave procura continuamente ser o melhor Estabelecimento Militar de Ensino para rapazes nos EUA. A sua primeira preocupação é conseguir que cada aluno tenha boas metas académicas. Pode-se dizer que esta escola alberga quase uma verdadeira família, que é composta por instrutores, pais e mentores trabalhando com os Cadetes. Dos Cadetes de Hargrave espera-se aplicação, quer dentro da sala de aula ou nos campos de treino, e ainda crescimento social e espiritual. Os seus programas de liderança, o seu curso “*How to Study*” e a sua inspiração cristã constituem algumas das bases de preparação para que os Cadetes se tornem cidadãos responsáveis, formados de acordo com os ideais da instituição.⁶¹³

⁶⁰⁹ Cfr. Alves, José Lopes – *Ética Militar: Aspectos de uma Teoria e da sua Realização*, Lisboa, Ed. do autor, 1997, p. 49.

⁶¹⁰ A verdadeira essência de Hargrave baseia-se na fé cristã. Desde 1909, quando o Reverendo T.R. Sanford se associou a Mr. Jesse Hargrave e seu filho J. Hunt Hargrave, que a *Hargrave Military Academy* vem mantendo um forte empenhamento na defesa dos valores cristãos. Em 1913, a *Baptist General Association of Virginia* ofereceu o primeiro presente à HMA, e desde então tem sempre mantido uma evidente colaboração. A vida espiritual, a adoração e irmandade cristãs são as traves mestras dos alicerces morais implantados na HMA.

⁶¹¹ Esta é uma denominação correntemente utilizada na HMA: “*whole-person*”.

⁶¹² Sobre este entendimento, que foi abordado por Gaston Bachelard, podemos ver Gréco, Pierre – “*Épistémologie de la Psychologie*” in Piaget, Jean – *Logique et Connaissance Scientifique*, Paris, Encyclopédie de la Pléiade, 1967, p. 967.

⁶¹³ Eugéne Ionesco, numa entrevista ao *L'Express*, afirmou que a “*realidade não é realista*” (ver *L'Express*, vol. 5, Paris, Outubro 1970, p. 170). Esta defesa de valores da HMA também se insere na óptica do *dever ser*, de acordo com os ideais da própria escola. Sublinhemos que, certamente, a responsabilidade dos cidadãos não depende da sua crença religiosa, nem esse é tão-pouco um garante da sua responsabilidade futura enquanto adultos numa sociedade. Trata-se apenas de um dos pilares onde assentam os ideais formativos desta instituição.

No que concerne à tradição de aprendizagem que lhe é inerente, a educação em Hargrave apresenta uma exigente instrução académica num cenário de internato militar para jovens, sendo uma tradição que remonta à sua fundação em 1909. Não é raro que os alunos por ela formados considerem mais fáceis os conteúdos do primeiro e segundo anos da faculdade, que os dos anos completados em Hargrave. Um graduado de Hargrave está, em princípio, bem preparado para as dificuldades decorrentes ao nível universitário. De facto, um rigoroso nível de exigência nas disciplinas nucleares de Inglês, Matemática e Biologia, aumentam significativamente as pontuações SAT, enquanto os prepara para os desafios das diferentes cadeiras universitárias.⁶¹⁴

Presidida por um Coronel, a IIMA tem um programa militar independente, ou seja, por outras palavras, a sua componente militar não assenta sobre nenhum programa pré-definido de acordo com nenhum ramo específico das Forças Armadas. Contudo, o seu programa académico é reconhecido pela *Virginia Association of Independent Schools* (VAIS) e pela *Southern Association of Colleges and Schools* (SACS),⁶¹⁵ sendo de sublinhar que a HMA é membro da *Association of Military Colleges and Schools of the United States* (AMCSUS), do *Council for Advancement and Support of Education*, e da *National Association of Independent Schools* (NAIS).⁶¹⁶

Como intenção primária ou objectivo principal, este estabelecimento é ambicioso: pretende ajudar jovens estudantes do ensino secundário a tornarem-se cidadãos responsáveis nas suas

⁶¹⁴ No caso português, e remetendo-nos para a situação de um aluno dos Estabelecimentos Militares de Ensino (CM, IMPE ou IO), a escolha, após o 12.º ano de escolaridade, pode oscilar entre uma opção pela carreira castrense, ou por uma carreira civil. Sendo que esta última opção é a mais generalizada entre os alunos das escolas militares que ingressam no Ensino Superior, devemos contudo recordar que, se a opção do aluno for pela entrada num dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar (AM, EN ou AFA), então, as provas de admissão não se restringem apenas aos exames nacionais. Com efeito, e particularizando, por exemplo para o caso de uma candidatura à Academia Militar, além dos exames nacionais exigidos para o ingresso (diferentes, segundo a Licenciatura a que se refere a respectiva candidatura), assim como a passagem nos exames médicos, são igualmente exigidas outras provas aos candidatos. Dentre essas provas, destacam-se as provas físicas, os exames psicotécnicos, e em último lugar, a Prova de Aptidão Militar (PAM).

⁶¹⁵ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. Os Estados Unidos da América” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 33.

⁶¹⁶ Como sabemos, tanto o IMPE, como o CM e o IO, têm os seus currículos académicos reconhecidos pelo Ministério da Educação, embora sejam instituições de ensino tuteladas pelo Ministério da Defesa Nacional. As acções de divulgação sobre o ensino ministrado nestas escolas torna-se num aspecto particularmente central e crítico. De facto, estas variam de acordo com as iniciativas de cada Direcção em funções, bem como das diligências voluntárias das respectivas associações de antigos alunos. Para mencionarmos duas situações ligadas com o IMPE, podemos referir que a APE desenvolveu um esforço adicional no ano de 2004, na medida em que reforçou o volume de publicidade sobre as novas admissões para o ano lectivo 2004/2005. (Cfr. observação directa com o Sr. Coronel de Administração Militar Manuel Antunes Borges Correia, Presidente da Direcção da APE, realizada a 08 de Julho de 2004). No que concerne aos Cursos Superiores Politécnicos ministrados nos Pupilos do Exército, o ano de 2004 também se mostrou profícuo em iniciativas deste cariz. Com efeito, entre outros eventos, os “*Cursos Superiores do Instituto Militar dos Pupilos do Exército estiveram presentes de 6 a 8 de Maio (...), na “2.ª Feira das Profissões” da Expoterras, em Torres Vedras, conjuntamente com outras 26 instituições politécnicas. Este fórum destinou-se a oferecer à juventude soluções académicas de qualidade e saídas profissionais com elevados índices de uma empregabilidade segura e ajustada às reais necessidades da região e do país.*” Cfr. “Cursos Superiores com emprego à vista no IMPE” in *Baluarte*, n.º 22, Lisboa, Governo Militar de Lisboa, Julho de 2004, p. 8.

comunidades, no país e no mundo.⁶¹⁷ Em regime de internato ou externato, a HMA ministra desde o “7th grade” até ao “12th grade”, assim como formação pós-secundária preparatória para acesso às academias militares superiores ou às universidades, consoante a opção entre carreira profissional castrense⁶¹⁸ ou civil.

As turmas são mistas e observa-se uma média de treze alunos por cada uma delas, sendo que a formação militar ocupa de 3,5 a 4 horas do horário lectivo dos alunos. No que diz respeito ao Programa Académico da HMA, e mais propriamente nos “grades 9-12”, estes compreendem um programa de preparação para a universidade. Os alunos trabalham seis áreas, sendo que por cada dia debatem três das mesmas, alternando-as com as do dia seguinte. O dia académico permite aos Cadetes um tempo horário determinado para se encontrarem com os seus professores e para os abordarem a propósito de questões ou dificuldades que tenham.⁶¹⁹

Antes das aulas do dia seguinte, na véspera, à noite, os alunos são chamados a irem para uma Sala de Estudo, onde é levada a cabo uma sessão de esclarecimento ministrada por docentes da HMA escalonados para esse efeito. Sabemos que os Cadetes pós-graduados de Hargrave ganham tempo adicional para se focarem em disciplinas nucleares como o Inglês e Matemática no decurso do

⁶¹⁷ Esta noção de *responsabilidade adquirida*, é contudo vista com alguma abertura pela HMA, na base de que a responsabilização também se constrói pela crítica e pela questão pontual, caso a caso. De facto, para uma escola que assenta em valores militares de subordinação hierárquica, deve-se sublinhar que o incentivo e a ênfase que é colocada neste prisma pelo seu Comando, explana-se como uma mais valia disponibilizada aos Cadetes, que lhes importa defender, para uma intervenção que se pretende participativa e fundamentada, logo, estudada e analisada pelos mesmos. O mesmo é dizer que se pretende a crítica pelos mesmos, mas numa óptica construtiva. Recordemos que no que concerne à ciência, e também numa abordagem análoga ligada com a necessidade de se colocar em questão os dados adquiridos, Louis Althusser afirmou que “(...) *uma ciência, longe de reflectir os dados imediatos da experiência quotidiana e da prática quotidiana, só se constitui com a condição de pô-los em questão e de romper com eles, a tal ponto que os seus resultados, uma vez adquiridos, parecem mais o contrário das evidências da prática quotidiana do que o seu reflexo.*” Cfr. Althusser, Louis – *Marxismo, Ciência e Ideologia*, S. Paulo, Ed. Sinal, 1967, pp. 23 e 24.

⁶¹⁸ Inserido na óptica nacional portuguesa, mas especialmente abrangente a um contexto de maior dimensão, o Major-General Luís Augusto Sequeira expressa o seguinte entendimento em relação à divulgação de eventos importantes e notórios relativos às Forças Armadas (fundamentais no seu entendimento para chamamento de *vocações castrenses*), que “*é importante obter a adesão dos cidadãos à causa militar, pelo que deve existir uma preocupação de informar, escutar, compreender e suscitar o diálogo da Nação com as Forças Armadas.*” E acrescenta que “*esta nova mentalidade difunde-se através de uma progressiva abertura ao exterior, e da criação de laços entre a Sociedade e os seus Órgãos de defesa, que devem traduzir a identificação dos civis e militares com os interesses comuns. Áreas como segurança, Investigação, Ensino, Tecnologias ou Cultura, são domínios em que se pode verificar convergência de objectivos, ao nível das necessidades de desenvolvimento e eficácia.*” Cfr. Sequeira, Luís Augusto – “O Valor do Factor Humano no Exército numa Perspectiva de Eficácia” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 50, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1999, p. 24. A comunicação social, desempenha neste aspecto em particular, um papel determinante, pois a projecção e o ênfase que projectar para o público, terá sempre consequências ao nível da opinião individual e colectiva, sejam estas positivas ou negativas para a Instituição Castrense. Afirma Paulo Pires Miranda que, “*numa sociedade cada vez mais mediatizada – por vezes hiper-mediatizada –, o código cartesiano vai dando lugar ao código mediático, ou seja: ‘apareço, logo existo’.*” Cfr. Miranda, Paulo Pires – “O Exercício do Comando – Uma Perspectiva” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 48, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1999, p. 222.

⁶¹⁹ São os designados “*tutorials*”.

seu primeiro ano "*post-high school*", permitindo que maximizem as suas possibilidades de uma maior preparação para uma melhor pontuação nas provas SAT.⁶²⁰

Os alunos são distribuídos nas turmas de acordo com as suas médias académicas, a sua pontuação geral, e ainda como resultado dos testes realizados aquando da sua chegada. Uma turma tem cerca de 12 alunos e numa fase final, a HMA oferece dois tipos de diplomas:⁶²¹

- *Hargrave Diploma*;
- *Hargrave Advanced Studies Diploma*.

A frequência exigida em aulas de Religião e nomeadamente sobre a *Bíblia*, tem lugar no ano finalista e proporciona aos alunos conhecimentos gerais sobre o *Antigo* e o *Novo Testamento*, numa óptica de conforto espiritual e que, bem entendida, revela uma atitude perante os aspectos discricionários da vida humana, porque entre outros motivos, torna-se sempre difícil aferir a marcha dos acontecimentos humanos.⁶²²

Sublinhe-se que a Instrução Militar alberga não só as aulas inscritas em horário, mas também a apreciação geral do seu comportamento, sendo que se pretende que a mesma molde toda a formação do aluno, como um todo, preparando para uma vida em sociedade.⁶²³ Um aspecto muito

⁶²⁰ No que concerne a Portugal, e para o caso da opção por uma carreira castrense através da candidatura à AM, EN ou AFA, o que está adquirido à partida, é efectivamente o facto de todos os cursos das academias militares terem colocação profissional assegurada no final. Com efeito, a atracção pelos jovens que concluem o ensino secundário por uma carreira como Oficial do Exército, Marinha ou Força Aérea, tem sido significativa nos últimos anos, na medida em que o número de candidatos tem excedido largamente o número de vagas disponíveis. Tal como em 2002 e 2003, também o ano de 2004 registou um número de candidaturas muito superior às vagas existentes, sendo a situação foi transversal tanto à AM, como EN ou AFA. Só para o Exército, e no que concerne a 2004, perto de 1200 jovens disputavam menos de 100 lugares para Cadetes da AM. Acrescente-se ainda que, tal como referia uma reportagem do DN sobre este assunto, "*como as provas nas três academias são muito rigorosas, acontece, por vezes, que as vagas não são totalmente preenchidas.*" Ver Mascarenhas, Eduardo – "Candidatos às academias muito acima das vagas" in *Diário de Notícias*, 25 de Agosto de 2004, p. 1, assim como Mascarenhas, Eduardo – "Escolas militares atracam juventude" in *Idem*, p. 6.

⁶²¹ Para obterem o *Hargrave Diploma*, os alunos têm que completar 22 créditos, distribuídos da seguinte forma: Inglês, 4; Matemática, 3; Ciências, 3; Estudos Sociais, 3; Informática, 0.5; Educação Física, 1; Arte, 1; Religião ("Bible"), 1; Instrução Militar, 1; disciplinas opcionais, 4.5. Por outro lado, para obterem o *Hargrave Advanced Studies Diploma*, os alunos têm que completar 24 créditos, distribuídos da seguinte forma: Inglês, 4; Matemática, 4; Ciências, 4; Estudos Sociais, 4; Língua estrangeira, 3; Educação Física, 1; Arte, 1; Informática, 0.5; Religião ("Bible"), 1; Instrução Militar, 1; disciplinas opcionais, 0.5.

⁶²² Na sua obra principal e muito célebre *Reflexões sobre a Violência*, Georges Sorel afirma que a razão é, por natureza, impotente para iluminar a marcha dos acontecimentos humanos. Contudo, o Homem procura a libertação. Como já não pode encontrá-la, como outrora, apenas na religião, o Homem moderno é revolucionário. Aspira a uma vida heróica e sublime que já não pode ser-lhe oferecida senão pela revolução social. Mas é impossível prever racionalmente o curso dessa revolução e conhecer de antemão a sociedade futura. O Homem revolucionário obedece a visões que ele próprio constrói arbitrariamente, a mitos, o principal dos quais é a greve geral: "*A religião não é a única a ocupar a região da consciência profunda; os mitos revolucionários têm aí o seu lugar na mesma qualidade que ela.*" Ver a *Introdução* da obra supra mencionada, citada por Denis, Henri – *História do Pensamento...*, op. cit., p. 624.

⁶²³ Recordemos que Adam Smith ao escrever a sua *Teoria dos Sentimentos Morais*, defendeu que somos guiados nas nossas acções não somente pelo nosso interesse pessoal, mas também pelo juízo que os outros emitem sobre as nossas acções, porque a simpatia que experimentamos pelos outros leva-nos a aceitar o seu julgamento. Esta teoria marcou a

especial desta escola militar, é o facto de a HMA ser conhecida como muito exigente na área das leituras, nomeadamente pelo seu *Programa de Leitura*.⁶²⁴ Este programa é oferecido a qualquer estudante que pretenda obter uma maior eficiência no seu actual nível leitura e “*regardless*”. As suas capacidades são testadas aquando da sua entrada na HMA, e aqueles que querem participar neste programa são agrupados de acordo com as suas médias e pontuações.⁶²⁵

Sabemos que a HMA dispõe de diversas infra-estruturas pedagógicas para a formação científica dos seus alunos. Entre essas, observam-se Laboratórios de Química, de Física, de Biologia, de Expressão Inglesa, de Matemática com recurso a computadores, de Ciências Computacionais, entre outros. A Biblioteca existente, recebe vários jornais e revistas periódicas e é dotada de um moderno sistema de pesquisa computadorizado, tendo mais de 16000 volumes ao dispor. Refira-se que os alunos podem ainda recorrer a uma câmara escura para execução de fotografias a cores e a preto e branco, e existe também um Auditório que é usado para espectáculos musicais e interpretações teatrais de artistas convidados ou dos próprios alunos, bem como outros eventos similares.⁶²⁶

Transversal às *academias e escolas formativas*, também na HMA a prática desportiva tem especial relevo, nomeadamente os programas de estudos pós-secundários de basquetebol e de

hesitação do autor em aderir pura e simplesmente a uma concepção mecanicista e naturalista da sociedade. Por um lado, Smith admitiu que a sociedade é essencialmente uma troca de serviços entre os indivíduos, mas sustentou também, por outro lado, que a ordem social assenta na tendência para admirar os ricos e os poderosos e, portanto, para lhes obedecer. Na obra acima mencionada, referiu: “*Nesta disposição que temos para simpatizar com as paixões dos ricos e dos grandes se fundam a distinção das categorias e a ordem da sociedade. A nossa condescendência para com os nossos superiores nasce mais frequentemente da admiração pelas vantagens da sua situação do que de qualquer espera secreta da utilidade que nos pode resultar da sua benevolência.*” Citado por Denis, Henri – *História do Pensamento...*, *op. cit.*, pp. 190 e 191. Este autor expõe de maneira evidente um aspecto do que se chamará mais tarde a *alienação do indivíduo*. Resulta também daqui que, naturalmente, a sociedade está longe de ser tão perfeita como se poderia desejar.

⁶²⁴ Falamos do seu “*Reading Program*”.

⁶²⁵ Descartes escreveu: “*Não deixava, todavia, de apreciar os exercícios em que nos ocupávamos nas escolas. Sabia que as línguas [o latim e o grego], que nelas se aprendem, são necessárias para a compreensão dos livros antigos; que a gentileza das fábulas acorda o espírito; que as acções memoráveis da história o exaltam e que, sendo lidas com discrição, ajudam a formar o juízo crítico; que a leitura de todos os bons livros é como uma conversa com as mais honrosas pessoas dos séculos passados, que foram os seus autores, e mesmo uma conversa estudada, em que só nos revelam os seus melhores pensamentos; que a eloquência [preparatória da Retórica, consistindo em ensinamentos sobre a oratória e a poética] tem forças e belezas incomparáveis; que a poesia tem delicadezas e doçuras muito encantadoras; que as matemáticas têm invenções muito subtis, e que muito podem servir, tanto para satisfazer os curiosos como para facilitar todas as artes [as artes mecânicas] e diminuir o trabalho dos homens; que os escritos que tratam dos costumes [a moral ou ética] contêm muitos ensinamentos e exortações à virtude que são muito úteis; que a teologia ensina a ganhar o céu; que a filosofia ensina o meio de falar com verosimilhança [a verosimilhança ou aparência de verdade dada pela filosofia escolástica é contraposta às certezas reveladas pela fé] de todas as coisas e fazer-se admirar pelos menos sabedores; que a jurisprudência, a medicina [Direito e Medicina são ciências já estudadas por Descartes em Poitiers] e as outras ciências trazem honras e riquezas aos que as cultivam; e, finalmente, que é bom tê-las examinadas todas, mesmo as mais supersticiosas e mais falsas a fim de conhecer o seu justo valor e evitar ser-se por elas enganado.*” Cfr. Descartes, R. – *O Discurso do Método*, 2.ª Edição (com tradução e esclarecimentos de António Monteiro e Luís Martins), Lisboa, Editora Replicação, 1993, pp. 15, 16 e 23.

⁶²⁶ Cfr. Vargas, Rui Santos – “*Escolas Militares do Mundo. Os Estados Unidos da América*” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 33.

futebol americano, ambos com elevada procura. Como consequência duma dedicação especial às actividades desportivas, esta escola tem um particular orgulho no elevado número de antigos alunos que estão profissionalmente ligados ao desporto nas modalidades referidas, bem como no baseball e nas corridas automóveis NASCAR. Os Cadetes de Hargrave beneficiam de um leque bastante diverso de actividades desportivas, com vinte modalidades que proporciona aos alunos um número significativo de opções no que diz respeito ao desporto que desejam praticar e eventualmente competir.⁶²⁷

Semelhante ao que encontramos no caso do IMPE e do CM com os seus Alunos Graduados, também a HMA, à medida que os alunos vão amadurecendo e interiorizando os conceitos e regulamentos disciplinares, os designa para funções de enquadramento de outros alunos, numa estrutura de cadeia de comando bem identificada. Os alunos, enquanto membros de uma comunidade castrense, assumem que a sua identificação e posição dentro dessa mesma colectividade, são dadas também pelo uso de uniformes e insígnias, que auxiliam, na prática, a relação hierárquica existente. Recordemos que para Wilbert Moore, e vistas numa óptica profissional, as organizações militares aderem a esta prática por dois motivos: devido à existência de uma rígida cadeia de comando, apenas de longe coincidente com a escala de competência, e devido à elevada rotatividade de membros da comunidade, preenchendo-se a necessidade de saber em todo o momento quem saudar.⁶²⁸

Por seu lado, e no que concerne a uniformes, Fernando Marques salienta serem essencialmente três as funções do seu uso: o esbater da individualidade dos homens que integram as fileiras, a normalização de elementos diferenciados não consonantes com a hierarquia formal, e a

⁶²⁷ Os programas de desporto da HMA são bastante competitivos. As suas equipas normalmente são campeãs na Virginia Independent Conference (VIC), e participam em inúmeros eventos todos os anos. Recentemente, a diversidade de desportos inclui futebol americano, wrestling, baseball, natação e equipas de tiro. "Em Hargrave, nos temos muitas coisas positivas a decorrer no nosso programa de desporto. (...) Primeiro, nós temos estudantes que são também atletas fantásticos, e em segundo, temos instalações excelentes. Depois, estamos abençoados por termos treinadores tão talentosos e tão dedicados. Estou muito orgulhoso dos nossos feitos, e fico muito feliz por ver os nossos treinadores a receberem o reconhecimento como treinadores do ano na Conferência", disse o Director de Desporto da HMA, Richard Motley. De facto, cerca de 70% de estudantes participam em uma ou mais equipas de desporto em cada ano, e desde os níveis mais jovens e de iniciação, aos escalões etários maiores e mais evoluídos na prática do desporto em causa, existem diversas possibilidades e alternativas disponíveis para cada Cadete se sentir realizado numa modalidade da sua preferência. Estar em boa forma física e activo, são dois dos requisitos permanentes da HMA, pelo que os estudantes que optam por não participar numa qualquer equipa de desporto das disponíveis, são chamados a participar em actividades colectivas organizadas e supervisionadas internamente. Refira-se também que o desporto de competição com antigos alunos ("post-graduate competition" ou "PG competition") é oferecido em basquetebol e futebol americano. Devemos salientar que a "PG competition" da HMA, e que nomeadamente os seus "Hargrave's PG Sports", são líderes nacionais reconhecidos no seio das competições deste cariz. Ser um "PG Athlete" da HMA, pode proporcionar um ganho não só a nível académico, como também uma oportunidade de melhoramento da sua classificação SAT, e ainda a oportunidade de praticar desporto com outros atletas com as mesmas afinidades e preferências.

⁶²⁸ Cfr. Moore, Wilbert E. – *The Professions: roles and rules*, New York, Russell Sage Foundation, 1976 [ed. original 1970], p. 222.

construção e afirmação do espírito de corpo, ou seja, de uma identidade profissional.⁶²⁹ O mesmo autor acrescenta que “o uniforme tem um papel importante na obtenção da coesão e da operacionalidade, assim como na demarcação face ao resto da sociedade, às outras instituições do Estado e, inclusive, face aos Exércitos estrangeiros.”⁶³⁰

Podemos afirmar que na HMA, *liderança* é mais do que apenas uma palavra ou chavão. Com efeito, sendo uma das suas traves mestras no âmbito dos seus valores fundamentais (pois esta tende a promover a “*excelência*” do Cadete), Hargrave esforça-se por desenvolver essa capacidade nos alunos. Neste domínio, o *General Colin Powell Center for Leadership and Ethics* (GCPCLE) apresenta-se como uma referência para o desenvolvimento dos alunos da HMA. Proporcionando um programa individualizado, o GCPCLE trabalha com Cadetes ajudando-os a desenvolverem as suas capacidades de liderança, tanto a nível de imagem como de filosofia e moral. Pretende-se que esse desenvolvimento moral os ajude a vencerem quer na opção por uma carreira castrense, quer nas universidades e nas empresas, enfim, nas suas vidas.⁶³¹

Responsabilidade, carácter, coragem e autoconfiança são algumas das doze vertentes de liderança fundamentais ensinadas no GCPCLE. Os Cadetes aprendem a interagir com espírito de iniciativa, deferência e respeito para com as outras pessoas, enquanto as motivam como um grupo ou equipa. Aprendem igualmente a seguir um líder e a construir uma crítica positiva, baseada na aceção de que uma subordinação que não deve ser cega, mas atenta. Acima de tudo, os Cadetes aprendem que liderança é também um serviço sublime para os outros, logo deve ser coerente e motivadora. Quem assume posições de liderança, sabe que subordinação não é sinónimo de submissão, e sabe que o objectivo maior de qualquer líder é a capacidade de decidir, sendo que eticamente o GCPCLE foca-se nesta simples filosofia: “*Fazendo a coisa certa, em vez de se fazerem as coisas bem*”. A análise e o estudo de líderes históricos e actuais, em todos os seus domínios,

⁶²⁹ Cfr. Marques, Fernando Pereira – *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 1999, pp. 105 e 106.

⁶³⁰ Cfr. Marques, Fernando Pereira – *Exército, mudança e modernização...*, *op. cit.*, pp. 105 e 106.

⁶³¹ Sobre *moral*, será curioso e interessante recordar que o pensador que contribuiu mais que qualquer outro para fazer penetrar a concepção mecanicista da ciência foi o francês René Descartes. Descartes esforça-se tanto como Aristóteles por demonstrar que o mundo é uno, e que, portanto, deve existir apenas um método científico. Mas, para ele, a base deste método é o princípio mecânico, rejeitado por Aristóteles. De maneira muito característica, tenta explicar que os seres vivos e os seus corpos funcionam pelo efeito do calor criado no coração, sem que seja necessário fazer apelo a qualquer outro princípio, e doravante deixar-se-á de falar das almas dos animais. Assim, e não limitando a isso a sua ambição, concebeu também muito veemente a ideia de uma ciência do homem, chamada *moral*, que seria uma parte da física: “*Toda a filosofia é como uma árvore de que as raízes são a metafísica, o tronco é a física, e os ramos que saem deste tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais, a saber: a medicina, a mecânica e a moral; considero como mais elevada e mais perfeita a moral, que, ao pressupor um inteiro conhecimento das outras ciências, é o último grau da sabedoria.*” Citado por Denis, Henri – *História do Pensamento...*, *op. cit.*, pp. 141. Sabemos que tentou efectivamente realizar este programa escrevendo no fim da sua vida um *Tratado das Paixões*, mas os resultados foram pouco convincentes. Apesar disso, a obra é importante porque permitiu a abertura do caminho da

confere aos alunos a visão de diversos estilos e tipos de liderança, que lhes proporcionam também a oportunidade de explorar a *ética* que assiste e reside numa decisão de um líder, seja este militar, político, gestor, ou outro qualquer profissional.⁶³²

O GCPCLE é completamente vocacionado para a instrução individual em liderança. Cada aluno irá constatar as suas capacidades inaptas, pontos fortes e pontos francos ou menos bons, no desempenho de papéis e funções de líder. Através desses exercícios, o Cadete irá desenvolver estratégias individuais para uma liderança mais forte e de sucesso. O programa começa com dezoito semanas de um curso acreditado sobre liderança. Este curso está presente no currículo escolar da HMA, em regime de opção para os alunos. Dividido em três fases, o curso está articulado por forma a conceder ao alunos as ferramentas fundamentais para serem líderes efectivos.⁶³³

Um Laboratório de Liderança proporciona aos alunos uma área de experimentação em cenários de liderança diversos e desafiadores, que assim têm a oportunidade de construir uma liderança experimentada, baseada numa aplicação prática dos conhecimentos teóricos apreendidos. Este laboratório alberga outras acções de formação nesta área, bem como é o local privilegiado para a realização de provas deste cariz, aquando dos diversos concursos e cursos que ocorrem na escola.⁶³⁴

Depois do Cadete ter terminado a fase de aprendizagem, é chamado a demonstrar as suas novas capacidades de liderança numa aplicação prática, num ou mais casos específicos que lhe são

psicologia científica e afirmou a possibilidade de aplicar aos factos humanos os métodos da física. Ver *Idem*, pp. 140 e 141.

⁶³² Esta visão diversificada de liderança que é concedida aos Cadetes da HMA, revela-se para nós bastante importante, até porque numa acepção estratégica da liderança numa sociedade em mutação, sabemos que a conquista simultânea da sabedoria e da riqueza, não é fácil de demonstrar como um objectivo único, conciliando as duas vertentes. Com efeito, podemos aludir a que na falta de semelhante conciliação, por exemplo, a filosofia social de Adam Smith torna-se muito pouco satisfatória e leva uma marca muito característica de resignação à injustiça social. Este é um aspecto que importa alertar na consciência dos Cadetes, até porque a riqueza é geralmente preferida à sabedoria, como o próprio Smith lamenta na sua *Teoria dos Sentimentos Morais*: “Os filósofos de todos os séculos queixaram-se com razão de que a riqueza e a grandeza são frequentemente olhadas com um respeito e uma admiração que não eram devidas senão à sabedoria e à virtude, e que o desprezo cai frequentemente sobre a pobreza e a fraqueza (...) A sabedoria e a virtude só têm por verdadeiros admiradores o número escolhido e muito limitado dos sábios. A maior parte dos homens são admiradores e quase adoradores da riqueza e do poder.” Citado por Denis, Henri – *História do Pensamento...*, *op. cit.*, p. 193. Mas, por outro lado, ataca vivamente o cristianismo tradicional, caso que é particularmente interessante aqui, feitas as necessárias e prudentes reservas, pela atitude formativa religiosa que a HMA inculca nos seus pupilos. Segundo afirma Smith, este cristianismo tradicional ensina o desprezo do mundo. O autor protesta contra esta doutrina que “por um lado, reserva o Céu aos monges ou àqueles que têm os seus hábitos e os seus costumes e que, por outro lado, destina o Inferno a todos os heróis, os homens de Estado, os legisladores, os poetas, os filósofos; a todos aqueles que inventaram e aperfeiçoaram as artes, os sustentáculos, consolações e ornamentos da vida.” Cfr. *Idem*, pp. 193 e 194.

⁶³³ As três fases são as seguintes: *value-driven leadership*, *team-oriented leadership* e *mission-conscious leadership*.

⁶³⁴ Destacamos, por exemplo, os seguintes eventos: Hargrave Leadership School, Summer Leadership Camp, Non-Commissioned Officer's Candidate School, Officer's Candidate School, etc. O laboratório de que falamos, é também referenciado por promover uma metodologia individual que ajuda os alunos a trabalharem com os seus problemas e as suas dificuldades. Este enquadramento metodológico é feito caso a caso, através de pessoal especializado a trabalhar no GCPCLE.

determinados superiormente. Conseguir ultrapassar com sucesso esse desafio, preenchendo com êxito todos os itens de avaliação, permite ao aluno receber o *General Colin Powell Leadership Certificate*. Similar ao curso de liderança acreditado atrás referido, também aqui os requisitos de certificação consistem em três fases:⁶³⁵

- Fase 1: Completar com sucesso a dezoito semanas de curso com 90% de média, ou acima deste valor;
- Fase 2: Completar com sucesso a *Hargrave Leadership School* ou o *Summer Leadership Camp*.
- Fase 3: Completar com sucesso a *Non-Commissioned Officer's Candidate School*, e servir com êxito como um *Non-Commissioned Officer* no Corpo de Cadetes da HMA.

Ou, em vez das últimas, perfazer o seguinte:⁶³⁶

- Completar com sucesso a *Officer's Candidate School*, e servir com êxito como *Cadet Officer* no Corpo de cadetes da HMA.

Perfazendo a adequabilidade entre ambas, estas exigências de liderança prática aos alunos, podem também ser explanadas numa ideia que Augusto Comte escreveu no seu *Sistema de Política Positiva*, em que afirmou que “*não há qualquer exército tanto sem oficiais como sem soldados; esta noção elementar convém inteiramente quer à ordem industrial, quer à ordem militar.*”⁶³⁷ De facto, Comte afirma-nos sempre que os chefes deverão fazer-se amar pelos seus subordinados, muito embora esse paternalismo nada tenha de tranquilizador, pois é um antepassado directo das concepções tecnocráticas, tão espalhadas hoje no mundo ocidental.⁶³⁸

⁶³⁵ A Liderança pode ser encarada como “*a vontade de dominar, conjuntamente com o carácter que inspira a confiança*”. Um líder “*tem de aprender a dominar os eventos que o rodeiam (...) e a estar preparado para aceitar a responsabilidade. (...) Estas qualidades são provavelmente possuídas a algum nível por todos os homens escolhidos como líderes, mas têm que ser desenvolvidas pelo treino; e as mesmas têm que ser desenvolvidas no Exército. Nós temos que analisar as boas e as más capacidades de cada indivíduo; depois, temos que desenvolver as suas boas capacidades e ensiná-lo a manter as más sob domínio.*” Cfr. Alamein, Field-Marshal The Viscount Montgomery of – “*On Leadership*” in Vários – *Serve to Lead...*, *op. cit.*, p. 21.

⁶³⁶ Ainda nas palavras do Field-Marshal The Viscount Montgomery of Alamein, “*Nós temos que nos empenhar em produzir, a todos os níveis, comandantes com estas qualidades de liderança e carácter, que inspirem confiança nos restantes.*” Cfr. *Idem*, p. 21.

⁶³⁷ Citado por Denis, Henri – *História do Pensamento...*, *op. cit.*, p. 495.

⁶³⁸ Na mesma obra, Augusto Comte afirma que é “*principalmente entre os proletários que o sacerdócio comprimirá a ambição, tão funesta à sua felicidade como ao seu dever, salvo o caso excepcional de vocação patricia. Uma submissão habitual, sempre enobrecida pelo respeito e frequentemente emanada da dedicação, constitui a condição fundamental do seu ofício social e da sua dignidade pessoal. Dado que o patriarcado lhes traz uma forte segurança, a sua felicidade deve ultrapassar a dos seus chefes; porque, ao concorrerem principalmente para o fim comum, participam melhor na existência doméstica, convenientemente ligada à vida cívica.*” O positivismo teve um certo sucesso como doutrina política na América do Sul do final do século XIX. O ditador mexicano Porfirio Díaz, nomeadamente, invocava o seu testemunho. Mas a importância de Comte deve-se principalmente ao facto de propor,

No universo da HMA, há também que mencionar o *Hargrave's Alumni Office*, que de forma semelhante à APE no caso IMPE, é sinónimo de partilha de muitas memórias e recordações entre os ex-alunos daquela *escola militar*. Este gabinete é um ponto de encontro singular entre os antigos Cadetes que, nele, procuram os antigos camaradas de armas, organizam eventos, e mantêm um contacto próximo com a HMA. Nesse espaço, trabalham no sentido de reforçar o espírito da escola, que na revista *The Guidon*⁶³⁹ (similar ao Boletim da APE) encontram um lugar privilegiado para coordenar e divulgar reuniões e notícias, entre outros aspectos. Convém referir que *The Guidon* é a revista oficial tanto dos antigos como dos actuais alunos da HMA.⁶⁴⁰ Alunos e antigos alunos podem remeter notícias para a redacção da revista, seja por correio ou por e-mail, sendo que o que lhes é requerido para autenticação é o nome completo e o ano em que entraram na HMA.⁶⁴¹ Podemos mesmo dizer que várias são as reuniões que são organizadas no intento de reunir antigos camaradas da HMA. Estes eventos normalmente decorrem fora do *campus* da HMA, em locais estratégicos que permitam a maior mobilidade e comodidade para a generalidade dos intervenientes.⁶⁴²

A HMA ainda desenvolve acções de convívio pontuais em determinados fins-de-semana, no sentido de promover a camaradagem entre antigos e actuais alunos. As designadas "*Homecomings*" envolvem significativos efectivos que vão desde alunos a antigos alunos, a antigos professores e actuais professores, e também a vasto pessoal que prestou ou ainda presta serviço na HMA. Organizam-se diversas actividades, como partidas de golfe, exposições de fotos e uma parada militar com a tradicional entrega cerimonial de prémios.⁶⁴³

Nesta escola militar existe também um Museu onde se podem observar livros antigos e outros objectos com significado especial para a HMA. Este espaço está permanentemente a ser

com um século de avanço, as ideias centrais do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão. Entre os partidários do governo dos técnicos, encontramos a mesma recusa em considerar a economia política como uma ciência válida. Se, como o próprio Comte fizera, se quebra o instrumento que permite compreender a natureza e as contradições do sistema capitalista, nada mais resta, com efeito, senão pregar a submissão às massas e preconizar soluções morais para os problemas políticos mais agudos, que é o que se vai fazendo actualmente a nível do movimento do *rearmamento moral*. Citado por Denis, Henri – *História do Pensamento...*, *op. cit.*, p. 496.

⁶³⁹ Esta revista inclui, entre outros, artigos diversos, boas vindas a novos alunos, notícias sobre eventos colectivos e pessoais, anúncios sobre casamentos realizados ou a realizar, sobre nascimentos, informação sobre empregos, e ainda notas de agradecimento. Para os antigos alunos da HMA, esta revista é distribuída gratuitamente.

⁶⁴⁰ Este caso não é similar ao da APE e do IMPE. Como sabemos, existem duas revistas independentes: o *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, para a primeira, e a revista *Querer é Poder*, para o segundo.

⁶⁴¹ No IMPE, esta antiguidade é expressa pelas designadas "*barras*" inscritas nos números dos alunos. Assim, o aluno com o n.º 253/85, significa que entrou no ano de 1985 no IMPE. Aquando da sua efectivação como sócio da APE, este recebe o número de sócio 85253, sendo que, neste último caso, são os dois primeiros dígitos que identificam o ano de entrada relativo a esse antigo aluno dos *Pupilos do Exército*.

⁶⁴² Destes locais, destacam-se Raleigh e Charlotte, na Carolina do Norte, e ainda Washington, D.C. e Richmond, na Virgínia.

⁶⁴³ São eventos que de um modo geral são (e fazemos questão de o sublinhar) muito bem organizados. A participação é frequentemente muito concorrida entre todos, e usualmente estão também incluídos o pequeno-almoço e o almoço de sábado no pacote que cada pessoa adquire, situação essa que tendo em conta os preços simbólicos que são praticados, perfaz um apelativo programa para os apreciadores deste tipo de reuniões.

actualizado, e nele podem até ser encontrados os diversos modelos de uniformes utilizados no decurso da história da escola.⁶⁴⁴

Reconhecendo que a realidade social e educacional das escolas dos EUA e das escolas europeias é significativamente diferente, podemos todavia encontrar muitos pontos comuns entre elas, ligados essencialmente com a localização do processo educativo do indivíduo e com a valorização da sua formação integral como cidadão. Numa acepção, mais do que habilitar jovens com conhecimentos científicos e técnicos, pretende-se também, e principalmente, formar cidadãos cientes das suas responsabilidades.⁶⁴⁵ Esta é também de uma questão de ambição e de estratégia, e como sabemos “o efectivo valor de um Exército costuma coincidir com o efectivo valor da sua estratégia”⁶⁴⁶



Fotografia n.º 214

Formatura de Alunos da Hargrave Military Academy

⁶⁴⁴ Estes museus, são muitas vezes integrados numa óptica de *tradição regimental*, como um *factor de contribuição* para a própria moral dos actuais elementos que servem nessas Unidades, como para antigos elementos que as visitam. Com efeito, “o espírito regimental pode ser um poderoso factor na produção de uma boa moral”, na medida em que o facto de os soldados se sentirem identificados com o seu próprio Regimento, pode ser um contributo precioso, como fomentador de uma moral colectiva e individual mais elevada. Cfr. Alamein, Field-Marshal The Viscount Montgomery of – “Morale in Battle” in Vários – *Serve to Lead...*, *op. cit.*, pp. 15 e 16.

⁶⁴⁵ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. Os Estados Unidos da América” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 34.

⁶⁴⁶ Cfr. Câmara, João Bettencourt da – *Análise Estrutural Contemporânea – A Emergência de um Modelo: Louis Althusser*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1993, p. 257.



Fotografias n.º 215 e 216
Alunos da Hargrave Military Academy

1.4. Outros casos: da Argentina à Venezuela

“Cada Soldado profissional, tem que trabalhar empenhadamente e credibilizar permanentemente o seu cargo, para alcançar o prestígio que é devido a um militar profissional.”
Morris Janowitz⁶⁴⁷

Para além dos países anteriormente abordados, outros mais albergam escolas militares similares aos nossos Estabelecimentos Militares de Ensino, sendo que poderemos afirmar da sua existência pelos quatro cantos do mundo. De seguida, enunciamos uma lista de países com as suas respectivas *escolas militares*, que nos concede uma imagem de transversalidade sobre uma ideia de ensino, formação e educação próprios inerente a este tipo de instituições, conhecidas por exigente imagem de disciplina,⁶⁴⁸ que em pleno século XXI não está ainda esgotada:

a) Argentina

- *Liceo Aeronáutico Militar;*
- *Liceo Militar General San Martín;*
- *Liceo Militar General Belgrano;*
- *Liceo Militar General Espejo;*
- *Liceo Militar General Araoz de Lamadrid;*
- *Liceo Militar General Roca;*
- *Liceo Militar General Paz.*

b) Canada

- *Robert Land Academy.*

c) Colombia

⁶⁴⁷ Cfr. Janowitz, Morris – *Military Institutions and Coercion in the Developing Nations*, Chicago, Midway Reprint, 1988 [ed. original 1964], p. 195.

⁶⁴⁸ Sobre disciplina, e particularmente sobre aquela que é promovida num ambiente militar, atentemos, por exemplo, em dois dos diversos entendimentos presentes no *Serve to Lead* da Royal Military Academy. “Os visitantes estrangeiros, às vezes, falam acerca da nossa disciplina natural”. Mas é claro que não é natural! Podem falar também acerca de termos “instintos de cavaleiro”. Um homem torna-se cavaleiro superando os seus instintos. Acontece o mesmo com a disciplina.” Cfr. Slim, Field-Marshal Sir William – *Courage and Other Broadcasts*, citado em “Natural Discipline” in Vários – *Serve to Lead...*, *op. cit.*, p. 41. “A disciplina é o ensinamento que impulsiona um homem a fazer algo que ele não faria, a menos que ele tivesse aprendido que isso era o certo, o apropriado, e a coisa adequada para fazer. No seu melhor, ela é inspirada e mantida pelo orgulho pessoal, pela própria Unidade, e pela própria profissão; apenas no seu nível mais baixo é que esta é controlada pelo medo da punição.” Cfr. Wavell, Field-Marshal Earl – *The Good Soldier*, citado em “Discipline” in *Idem*, p. 39.

- *Liceo Militar "Tte. Edmundo Andrade"*.

d) Ecuador

- *Colegio Militar Heroes del 41;*
- *Liceo Naval Jambeli.*

e) Itália

- *Scuola Militare "Teuliè";*
- *Scuola Militare Nunziatella;*
- *Scuola Navale Militare "Francesco Morosini".*

f) Peru

- *Colegio Militar Andrés Avelino Cáceres;*
- *Colegio Militar Crl. Francisco Bolognesi;*
- *Colegio Militar Elias Aguirre;*
- *Colegio Militar Gran Mariscal Ramón Castilla;*
- *Colegio Militar Leoncio Prado;*
- *Colegio Militar Pedro Ruiz Gallo.*

g) Togo

- *Collège Militaire de Tchitchao.*

h) Turquia

- *Lycée Militaire Royal Kenitra.*

i) Uruguay

- *Liceo Militar General Aritgas.*

j) Venezuela

- *Liceo Militar 4 de Agosto;*
- *Liceo Militar Monseñor Jauregui;*
- *Liceo Militar General José Antonio Anzoátegui;*
- *Liceo Militar General José Antonio Páez;*

- *Liceo Militar General Rafael Urdaneta;*
- *Liceo Militar Gran Mariscal de Ayacucho;*
- *Liceo Militar Guardia Nacional Capitan (f) Pedro Maria Ochoa Morales;*
- *Liceo Militar Libertador;*
- *Liceo Militar Monseñor Arias.*

De uma forma geral, as escolas militares pretendem assumir-se como verdadeiras instituições de elite,⁶⁴⁹ alinhando-se entre os seus objectivos principais:

- proporcionar a formação, o aperfeiçoamento do espírito e do carácter dos alunos, preparando-os tanto para a carreira das armas como para a vida civil;
- desenvolver nos alunos as qualidades de uma mentalidade de disciplina consciente;
- aprimorar as qualidades físicas e morais do educando, desenvolvendo nos mesmos o sentimento de amor à Pátria e o culto às suas tradições;
- despertar vocações para a carreira militar, preparando os candidatos para o ingresso na Academias Militares Superiores;
- proporcionar aos alunos a preparação académica necessária à continuidade dos seus estudos a nível superior.

Depois, no que concerne à Defesa Nacional, sabemos que por razões históricas, naturais e jurídicas, esta vertente continua sendo uma causa de existência do próprio Estado-Soberano. Na presente ordem internacional, é manifestamente evidente a noção de que o “*direito de fazer a guerra*” se reserva apenas ao pressuposto do exercício de uma “*legítima defesa*”, na abordagem a um direito preventivo da guerra ou a um direito de defesa armada, sendo que, acrescida ao mesma, se assiste a uma “*crescente dependência estadual contemporânea relativamente a sistemas colectivos de segurança.*”⁶⁵⁰

A própria mundialização de teatros estratégicos, a revolução científica e técnica, e ainda a multiplicidade cultural, étnica, religiosa e linguística, reforça a necessidade de que por razões

⁶⁴⁹ Numa aferição sobre os estabelecimentos de ensino que se possam enquadrar num contexto de *instituições de elite*, sabemos que a evolução das necessidades de informação exige, que cada vez mais, se obtenha uma expansão significativa das bases de dados disponíveis sobre os resultados, nomeadamente os dos alunos e das escolas. As fontes de informação deverão passar de simples constatações dos resultados relativos a países, e tentar identificar as variáveis que influem nesses resultados. Com efeito, esta já era a ideia expressa pelo *Centre for Educational Research and Innovation* (CERI) da OCDE, em 1996, numa perspectiva dos *projectos estatísticos internacionais* e, muito especialmente, no que diz respeito à *escolha dos indicadores*. Cfr. Teodoro, António – *Globalização...*, *op. cit.*, p. 57 e ainda p. 59.

⁶⁵⁰ Cfr. Morais, Carlos Blanco de; Araújo, António de e Leitão, Alexandra – *O Direito de Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Edições Cosmos, 2000, p. 51.

estratégicas, a vertente da Defesa Nacional seja orientada no sentido da responsabilidade e de um acompanhamento atento e construtivo. Com efeito, a história⁶⁵¹ está cheia de exemplos “*de guerras e revoluções que pareciam altamente improváveis*”, o que perfila uma das razões que justifica que de modo firme e ininterrupto, se promova uma consciência apreensiva e atenta, relativamente às questões de Defesa, dimensão essa que também engloba, indubitavelmente, o universo das escolas militares.⁶⁵²

Podemos dizer que uma das primeiras condições da democracia é a compreensão e a assumpção completas da qualidade de cidadão. Mas, para isso, é preciso uma “*formação para a cidadania*”. O universo das escolas militares tenta dar resposta a essas necessidades de formação, através de um encorajamento para um patriotismo esclarecido dos seus alunos, numa tentativa de os chamar, desde que assumem uma vida cívica, à responsabilidade inteira do compromisso e do empenhamento na definição dos destinos comuns da sociedade.⁶⁵³

⁶⁵¹ Lembremos que “*Uma das ideias ocorrentes na nova historiografia, sobretudo na história das ideias, é a de que a história não deve ser uma paráfrase, mas uma descodificação; ao historiador não compete reviver ou repetir o discurso histórico, mas dar voz ao que não foi dito, ao que não podia ser dito, ao subjacente, ou mesmo ao inconsciente. Mais do que o sentido manifesto dos textos (dos factos), interessa o sentido implícito que esses textos (esses factos) cobram quando relacionados com outros textos (outros factos) – por vezes aparentemente muito distantes – em função de um certo esquema explicativo. O discurso das fontes é, assim, posto em suspeição e o primeiro cuidado do historiador deve ser o de não se deixar encantar pela aparente evidência do sentido que elas manifestavam.*” Cfr. Hespanha, A. M. – “O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823)” in Pereira, M. H. , *et al.* – *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 1.º vol., Lisboa, Sá da Costa, p. 64.

⁶⁵² Cfr. Toffler, Alvin e Heidi – *Guerra e Anti-Guerra*, Lisboa, Livros do Brasil, 1994 [ed. original 1993], p. 267.

⁶⁵³ Essa necessidade de ensinar a cidadania às novas gerações, ocorre no seio da família, através da educação personalizada que é responsabilidade da mãe e do pai, e invade de uma maneira particularmente incisiva o contexto da instituição de ensino. Com efeito, “*temos que fazê-lo no interior da escola; pois tão importante é ensinar matérias que ajudem a apreender a essência das coisas naturais, as criações materiais do homem e o pensamento organizado e funcional, como o é ajudar os jovens a compreender a nossa sociedade, preparando-as para nela virem a desempenhar o seu papel.*” Cfr. Castro, Marcelina Maria Martins dos Santos – *O IMPE. Escola de Cidadania...*, *op. cit.*, pp. 5 e 6.



Fotografia n.º 217

Alunos da Robert Land Academy

2. A CULTURA DE VALORES COMO DENOMINADOR COMUM

“Nós lutaremos nas praias, nós lutaremos nos campos de aterragem, nós lutaremos nos campos e nas ruas, nós lutaremos nas colinas...”

*Winston Churchill*⁶⁵⁴

Sabemos que a história da Educação nas sociedades ocidentais está intimamente ligada à construção da nação, da democracia e do sistema de mercado.⁶⁵⁵ A família, que antes socializava para que a escola viesse a exercer a sua função de educação formal como preparação eficaz para a vida activa no âmbito profissional, enquadra-se hoje numa realidade diferente. Com efeito, a crise da homogeneização cultural que caracterizou a evolução das sociedades ocidentais no século XX (com a extinção dos impérios coloniais e com o fim do conflito entre os dois sistemas políticos antagónicos) veio pôr em causa a estabilidade deste modelo educativo e é um facto que as instituições educativas tradicionais (como é o caso da família e da escola) já não transmitem os valores e os modelos de coesão social como faziam no passado.⁶⁵⁶

O papel socializador da família sofreu alterações significativas assim como a ocupação fundamental da escola tradicional.⁶⁵⁷ Embora consideremos a *família*, a *escola* e o *grupo de amigos* como os elementos socializadores mais importantes, mas se antes a escola operava a socialização secundária porque era suposto a família concentrar a sua função na preparação da criança para a sua

⁶⁵⁴ Em 1940, um ano trágico na história da humanidade, Churchill levantou a moral e galvanizou as vontades do seu povo e dos aliados, restituiu a esperança aos países ocupados e incitou eficazmente os EUA a assumirem responsabilidades no conflito. Podemos dizer que os seus discursos são em larga medida memoráveis, e o excerto a que aludimos, aconteceu perante o que parecia ser o esmagamento inevitável pelo ataque alemão. Cfr. Moreira, Adriano – “Liderança” in *Nação e Defesa*, Número Extra Série, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho de 2004, pp. XXII e XXIII.

⁶⁵⁵ Pormenorizando, temos: da *nação* porque a formação para a cidadania, com os Estados nacionais, passou de um vínculo de cariz religioso ou cultural, para o que podemos chamar de integração política através do sufrágio universal; da *democracia*, pelo ênfase dado aos valores da igualdade, da liberdade e da solidariedade na construção das sociedades liberais; do *sistema de mercado*, pela necessidade de aceitação dos modelos de coesão social que implicam o carácter hierárquico promovido pela socialização escolar, enquanto forma legitimadora da mobilidade social existente.

⁶⁵⁶ Verifica-se mesmo um acentuado *défice de socialização*, que diz respeito não só às instituições escolares, como também às instituições tradicionalmente responsáveis por essa função. O espaço deixado por esse vazio foi ocupado por novos agentes de socialização (sobretudo a televisão e a internet) que não se encontram vocacionados para formar moral e culturalmente os novos cidadãos. Cfr. Cabral, António Madeira de Brito – “O Papel da Família na Educação da Juventude” in *Nação e Defesa*, Número Extra Série, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho de 2004, pp. 29 e 30.

⁶⁵⁷ As transformações sociais ocorridas no século XX originaram mudanças notáveis nas relações entre as pessoas e entre estas e o mundo, que se projectaram e substanciaram indelevelmente neste início do século XXI. Decorre deste enquadramento que é imperativo reflectir a condição de cidadão e todos os deveres e obrigações daí advenientes, campo esse onde a dimensão política tem uma importância fundamental. Cfr. Brown, Chris – “International political theory and the idea of world community” in Booth, Ken e Smith, Steve (eds.) – *International Relations...*, *op. cit.*, pp. 90 a 109.

integração social (transmitindo-lhe conhecimentos assim como um quadro de valores e regras que iriam constituir o núcleo básico da sua personalidade), na sociedade contemporânea os jovens ocupam a maior parte dos tempos livres em frente à televisão, à internet ou em jogos de computador, deixando para segundo plano a companhia dos familiares e amigos.⁶⁵⁸

As escolas militares assumem aqui um papel relevante pois inserem-se naquilo que actualmente é pedido às formas institucionalizadas do ensino, ou seja, prescrevem um conjunto de preocupações tanto na “*formação do desenvolvimento cognitivo*” como no “*núcleo básico do desenvolvimento da personalidade*”. É o que se pode apelidar de *instituição total*. Embora a formação integral da personalidade enquanto tarefa da escola comporte riscos (entre os quais, a necessária neutralidade nas esferas religiosa, étnica, racial, social e sexual), partilhamos do entendimento que a neutralidade da instituição face às diferenças, não implica forçosamente que a escola permaneça neutral perante determinadas matérias.⁶⁵⁹

Com efeito, mesmo reconhecendo o melindre que certas áreas podem auferir enquanto objecto pedagógico na formação dos jovens, entendemos que existem vertentes que constituem opções válidas em projectos educativos próprios, como é o caso dos EME. A formação ética é um requisito fundamental na formação para a cidadania,⁶⁶⁰ pelo que a correcta integração no tecido social nacional implica a ideia de responsabilidade na família, na escola e nos vários grupos que compõem a sociedade. Mas isto também nos coloca outra preocupação, nomeadamente sobre quais os elementos que caracterizam a *identidade nacional* e a *segurança do país* (nos diversos domínios e não apenas os relativos à Defesa Nacional), como é possível recordá-las aos cidadãos e transmiti-las aos seus filhos, ou seja, às gerações mais novas.⁶⁶¹

⁶⁵⁸ Por outras palavras, os vínculos primários enfraquecem porque a família já não exerce as suas funções com a força afectiva que tinha no passado, pelo que é a socialização secundária que passa a exercer uma influência crescente no plano da afectividade, utilizando para isso (como anteriormente a família e a igreja) gestos, climas afectivos, promoção de crenças e vontades, estimulação de emoções e conduzindo adesões. Cfr. Almeida, João Marques de – “A Escola Inglesa e o Problema da Anarquia Internacional” in *Política Internacional*, vol. 3, n.º 19, Lisboa, CICED – Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, Primavera-Verão de 1999, pp. 23 a 51.

⁶⁵⁹ De facto, a educação dos cidadãos e a sua formação enquanto pessoas, exige uma forte aposta naquilo que se pretende fazer perante os actuais desafios, evitando assim que se relegue para segundo plano a verdadeira força motriz das nações. Nesta perspectiva, é necessário que os processos educativos de hoje compreendam no seu conteúdo práticas que visem a formação e o fortalecimento do carácter e uma filosofia dos valores, sempre num enquadramento de liberdade, autodescoberta, autoformação e autorealização. Cfr. Carreiras, Helena – “Diversidade Social nas Forças Armadas: Género e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada” in *Nação e Defesa*, n.º 107, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Primavera de 2004, pp. 61 a 88.

⁶⁶⁰ Mesmo noutras vertentes, pode dizer-se que a dimensão ética tende a alargar o seu espaço. Veja-se, por exemplo, o caso das operações de apoio à paz, onde o conceito de não-letalidade começa a impor-se cada vez mais. Cfr. Freedman, Lawrence – “The Revolution in Strategic Affairs” in *Adelphi Paper*, n.º 318, London, 1998, p. 16

⁶⁶¹ Logo, também é necessário repensar a identidade do estudante num novo quadro conceptual social. Cfr. Lipschutz, Ronnie D. – “On Security” in Lipschutz, Ronnie D. (ed.) – *On Security*, New York, Columbia University Press, 1998, pp. 1 a 23.

Reconhecendo que as mudanças educativas dependem da interacção de múltiplos factores que actuam de forma sistémica, então com o desaparecimento generalizado das fontes tradicionais da identidade e dos pontos de referência culturais, um dos desafios das escolas militares tem sido exactamente o de encontrar a articulação entre um tipo de educação especial e as necessidades objectivas da educação na era da globalização, tendo em conta a racionalidade e subjectividade entre actores sociais e não meros indivíduos isolados. Acresce a este facto que educar jovens para a identidade nacional, implica uma cultura de valores com fragilidades endógenas.⁶⁶²

Deparando-se cada vez mais com estas dificuldades operativas no seu tipo de ensino, as escolas militares continuam, contudo, a apelar para um sentimento de comunidade com uma memória em comum (de factos e mitos), uma língua em comum, uma consciência de pertença e ainda outros elementos de relevo para o conceito de identidade nacional.⁶⁶³ Mas, como sublinhámos, trata-se de uma tarefa que exige sucessivamente uma maior predisposição institucional destas escolas. Com efeito, no conjunto de elementos essenciais à viabilidade de um projecto de ensino deste cariz, assiste-se actualmente, entre outros aspectos, a uma generalizada falta de consenso em torno daquilo que um país pode ser, e existem mesmo sinais de ausência daquilo que poderemos chamar de lideranças firmes democraticamente legitimadas por sociedades civis fortes.⁶⁶⁴

Ora, se a Educação desempenha um papel decisivo nestas e noutras questões, então os elementos principais que caracterizam uma identidade nacional (como a memória colectiva ou a história, o desempenho quotidiano e o querer comum) devem estar presentes na mensagem moral que a escola deve transmitir. É por isso que numa evolução natural derivada das mudanças sociais ao longo do último século (e do início deste), as escolas militares assumiram uma nova postura perante determinadas doutrinas, ou pelo menos, adequaram posturas anteriores perante as novas realidades. Assim, vectores como a liberdade, a tolerância intercultural e a solidariedade passaram a ser chavões

⁶⁶² Entre outras questões sensíveis, pode-se equacionar a sustentabilidade das próprias nações e a viabilidade dos países em se operacionalizarem politicamente. Cfr. Loureiro dos Santos, J. A. – “A Nova Ordem Mundial. O Conceito de Perspectiva” in *Conjuntura Internacional, 1996*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1996, pp. 77 a 104.

⁶⁶³ A identidade é culturalmente fundada e construída na espessura temporal, logo sendo construída em relação a valores partilhados e pressupondo um processo de identificação.

⁶⁶⁴ Refira-se que para o sistema de ensino e formação do futuro, os sinais contemporâneos remetem-nos para a ideia de que a competência central passará a ser a atitude de aprender ao longo da vida e nada será tão eficaz como a disponibilidade e capacidade para empreender. A escola tenderá cada vez mais a ser um dos elementos da sociedade cognitiva, onde outros interlocutores também vão estar envolvidos. O formando tenderá a ser o actor principal da sua formação, gerindo a própria formação e aprendizagem e passando a ser o sujeito e não o objecto do seu crescimento futuro. O professor ou formador (e restantes educadores) tenderá a ser um tutor ou *sponsor*, que transmite a capacidade para intervir. Só assim o formando poderá fazer face aos diferentes desafios da gestão moderna, das novas tecnologias, das novas ocupações. Para uma aproximação útil ver Drucker, Peter Ferdinand – *The Practice of Management*, Oxford, Butterworth Heinemann, 1996 [ed. original 1955] e, do mesmo autor, *Managing for Results*, Londres, Heinemann, 1994 [ed. original 1964].

naquilo que antes era apenas o domínio da camaradagem e do espírito de corpo, no seio do militarismo adaptado dessas instituições.⁶⁶⁵

Todavia, num mundo com cada vez mais indícios de insegurança (em que a violência é apenas uma faceta e quando a circunscrição da questão da Defesa Nacional nas Forças Armadas é uma atitude do passado), esses vectores actuais das escolas militares não deixaram de ser alicerçados nos princípios de outrora. Acresce o facto de que as saídas profissionais dos alunos das escolas militares da actualidade são esmagadoramente vocacionadas para a vida civil em detrimento da vida castrense (como é o caso dos nossos EME), pelo que a questão da defesa dos valores morais deve abranger a problemática da defesa civil, tanto ou mais que a militar.⁶⁶⁶ Mesmo assim, a posição não deixa de ser pacífica, pois será sempre difícil educar para uma concepção de não violência activa, que inclua a componente da Defesa Nacional.⁶⁶⁷

Parece-nos que a melhor resposta a este desafio, passa sobretudo por uma mudança de mentalidades e por uma cada vez maior “*educação para o diálogo*”, que inclua as diferentes vertentes da referida educação para a democracia e que atravesse o conjunto dos níveis sociais presentes na realidade da escola militar.⁶⁶⁸ Com efeito, os desafios dos internatos, especialmente para os alunos mais novos (mas com reflexo também nos alunos mais antigos), podem ter origens implícitas ou explícitas nos focos de instabilidade localizada. E neste sentido, parece-nos que a

⁶⁶⁵ A solidariedade tem por base a justiça, mas ultrapassa-a no conceito, no sentido em que lhe oferece a capacidade de apoio e de cooperação. No que concerne ao militarismo, Alfred Vags afirma que este é “*o conjunto das atitudes, dos sentimentos e das práticas cerimoniais através dos quais se cultiva e continuamente se reafirma a crença ideológica na superioridade de tudo que é militar sobre o que é civil*”. Citado por Lang, Kurt – *Military Institutions and the Sociology of War*, Beverly Hills and London, Sage Publications, 1972, p. 19.

⁶⁶⁶ Sublinhemos que a Defesa Nacional, antes de ser política, é pessoal, grupal, organizacional e comunitária. E no que concerne à sua dimensão política, esta é regional, nacional e internacional.

⁶⁶⁷ Uma das preocupações ao nível das questões de Defesa Nacional, é precisamente a necessidade de suscitar a consciência colectiva de que a segurança do país, nunca será preenchida pelos seus aliados sem o empenhamento dos próprios na luta, o que pressupõe o rompimento de uma crescente cultura de irresponsabilidade sobre estas matérias e do que poderíamos apelar de comodismos fáceis, baseados no entendimento incorrecto de que as responsabilidades em matérias de segurança e defesa, são uma tarefa apenas para as Forças de Segurança e Forças Armadas. É de referir que o modelo democrático, iniciado com as revoluções liberais na Europa e na América, surgiu em contraponto ao modelo aristocrático e caracteriza-se pela subordinação do poder militar ao poder civil, o que permite distinguir as elites civis das militares e induz ao controlo dos militares pelo poder político. Este passou a exercer o seu controlo sobre a Instituição Militar através dum normativo que tipifica as funções das Forças Armadas e as condições em que elas poderão exercer as suas funções, em qualquer dos casos sem permissão para se envolverem nos assuntos internos do Estado. Os militares profissionais estão ao serviço do Estado e as suas carreiras divergem das dos funcionários civis: “*(...) os chefes militares obedecem ao Governo, aceitam os princípios e os objectivos básicos da democracia, e estão conscientes de que o seu dever profissional consiste em combater. A ética profissional e as instituições democráticas garantem a supremacia do poder político. (...) O modelo democrático, uma vez que requer instituições parlamentares estabilizadas e consenso social a respeito dos objectivos da governação, só tem sido viável nalguns países do mundo ocidental (...)*”. Cfr. Janowitz, Morris – *Military Institutions and Coercion in the Developing Nations*, London and Chicago, University of Chicago Press, 1964, p. 78.

⁶⁶⁸ Neste contexto, é útil ver Buber, Martin – *Do diálogo e do dialógico*, São Paulo, Perspectiva, 1982, pp. 153 a 156.

aprendizagem precoce na resolução de problemas, nomeadamente através da negociação e do confronto verbal, constitui-se como um instrumento muito útil na "gestão de conflitos".⁶⁶⁹

Numa combinação de valores que se pretende coerente, as escolas militares defendem actualmente um conjunto central de princípios que aliados às máximas castrenses próprias da instituição militar, ofereceram uma viragem para o futuro em instituições escolares que eram muito fechadas para si próprias, mesmo num passado recente. A *liberdade*, entendida como autonomia, é um desses valores. Esta exprime-se em diversos aspectos, como o de levar os alunos a ter domínio de si e a manifestarem-se correctamente, com a necessária maturidade e no uso responsável dessa liberdade. Mas essa liberdade responsável dos alunos pressupõe também a aquisição progressiva de critérios próprios, de espírito crítico (dinâmicas que eram absolutamente postas à margem no passado), motivação para a participação e capacidade de tomar decisões com iniciativa, em contraponto à perspectiva castrense anterior que residia num passado conformista.⁶⁷⁰

A dignidade do ser humano leva-nos a outros valores muito importantes e que são os que respeitam ao reconhecimento da *igualdade* do outro, através do *respeito* pelos seus pontos de vista e pela promoção do *diálogo*. Sublinhe-se que o valor do *trabalho* continua a ser uma constante, embora hoje seja valorizado sobretudo a vertente académica, em detrimento de outras componentes como a instrução militar, a educação física (estas últimas áreas disciplinares com um peso escolar maior no passado, tanto ao nível da classificação final nos cursos como ao nível de tempos previstos em horário). Mas estas componentes continuam a ter a sua importância relativa, porque na medida em que nelas se promove o trabalho cooperativo (seja em pelotões, em equipas ou outros agrupamentos de alunos e alunas), vai-se ao encontro do que Nérici afirma, quando este defende que "*a forma de cooperação é a que mais enaltece o homem, pois fá-lo sentir-se responsável e respeitado na sua personalidade*".⁶⁷¹

⁶⁶⁹ Cfr. Freire, Paulo – *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 77 a 83, assim como Lipman, Matthew – *O pensar na educação*, Petrópolis, Vozes, 1995, pp. 335.

⁶⁷⁰ Acordando do espírito relativista que caracterizou a educação ocidental nos anos 70 e 80, os sistemas educativos sinalizam hoje um largo conjunto de razões legitimadoras da necessidade de introduzir a formação cívica nas escolas, combatendo a ausência de referências. Mesmo assim, as escolas, e em especial as militares, reconheceram as suas dificuldades. A educação está submetida a novas tensões e desafios, o que implica que têm que formar para maiores espaços de liberdade e para a construção da sua própria identidade reconhecendo a do outro. E sublinhemos que, encontrar razões legitimadoras de uma educação para a cidadania, não significa, por si só, que a escola tenha resolvido o problema do seu papel no novo contexto da modernidade. A Instituição Castrense e as escolas militares deparam-se assim com a exigência efectiva de adaptar a sua cultura de valores e de condutas específicas, à capacidade de intervenção social (nas diversas relações sociais) nos domínios anteriormente vedados ou pouco explorados. Cfr. Rumsfeld, Donald H. – "Transforming the Military" in *Foreign Affairs*, vol. 81, n.º 3, New York, Council on Foreign Relations, Maio e Junho de 2002, pp. 20 a 32.

⁶⁷¹ Cfr. Nérici, I. G. – *Hogar Escuela y Educación*, Córdoba (Argentina), T.A.P.A.S., 1983 citado por Sánchez, António Romero – "Educação personalizada: carácter, liderança e cidadania" in *Nação e Defesa*, Número Extra Série, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho de 2004, p. 65.

Os tempos converteram muito as relações de poder existentes. Principalmente nas últimas duas décadas, constatou-se que a generalidade das instituições militares de ensino perceberam que não basta transmitirem códigos de honra e juramentos implícitos de fidelidade aos seus alunos, para que consigam efectivamente vencer o projecto da edificação da personalidade social dos jovens que ali ganham ferramentas para a vida. Grosso modo, pode afirmar-se que as dinâmicas de relacionamento interno viraram-se sucessivamente para uma maior vivência com os agrupamentos de estudantes tanto ao nível das próprias escolas (turmas, pelotões, equipas, etc.) como também com outros estabelecimentos de ensino. Percebeu-se que a convivência escolar (interna e externa) ajuda os jovens, entre outros aspectos, a desenvolverem-se, a defenderem-se, a partilharem experiências, a estabelecerem laços de confiança e desconfiança, a ampliarem as suas capacidades de liderança e de subordinação, enfim, a promoverem atitudes e reacções de grande transcendência para a sua posterior adaptação social, que será sempre mais integrada mas muito mais exigente.⁶⁷²

Da mesma forma que a família é a primeira educadora da consciência dos filhos, também a escola, no uso da competência da sua tarefa subsidiária, tem que potenciar a acção educativa dos pais. Assim, se o amor, a confiança e o agradecimento favorecem a formação moral e são condições básicas de um ambiente educativo familiar, também da mesma forma esses valores têm que estar contemplados na educação escolar, local privilegiado onde os jovens desenvolvem personalidades mais sãs com os outros se aqueles que se ocupam com a sua educação forem coerentes e correctos (demonstrando simultaneamente idoneidade e sensibilidade às indicações dos alunos). Formar educadores para educarem alunos é assim essencial, tal como é formar os pais para educar um filho, porque se trata efectivamente de uma componente crítica no programa exaustivo de educação moral.⁶⁷³

É assim possível identificar nas escolas militares uma série de valores fundamentais e que se constituem como pontos de referência para toda a actividade implicada na formação dos seus alunos. A *felicidade* enquanto tendência essencial do ser humano, a complacência na participação do bem e a *alegria* como síntese das aspirações dos jovens (e sublinhemos, dos mais velhos) são valores que emergem actualmente nestas escolas como nunca antes. Numa palavra, pretende-se a *motivação* dos

⁶⁷² Operacionalizar no terreno a educação escolar, não é tarefa fácil. Educar para a cidadania ultrapassa o plano didáctico e exige conhecer a realidade colectiva dos nossos dias e perceber as dinâmicas de evolução da sociedade. Como refere Page, a "educação não é automaticamente factor de mudança e de progresso (...). Em todas as situações, a educação só pode criar um potencial humano susceptível pela sua formação de ter um papel positivo no desenvolvimento. Este papel só pode tornar-se efectivo se a economia for capaz de absorver utilmente os indivíduos formados e na medida em que as estruturas da economia favoreçam a propagação dos efeitos de desenvolvimento". Cfr. Page, A. – "Économie de l'éducation" in *Encyclopédie Universalis*, vol. 6, Paris, Corpus, 1984, p. 657.

⁶⁷³ Cfr. Berkowitz, M. V. – "Educar la persona moral en su totalidad" in *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 8, Organización de Estados Iberoamericanos, Maio a Agosto de 1995, pp. 10 a 25.

seus alunos.⁶⁷⁴ Esta motivação exprime-se numa preocupação firme e continuada das chefias porque as entidades responsáveis reconhecem que não podem passar à margem dessa vertente, sob pena de auferirem desistências e abandonos no presente, assim como promoverem a falta de vocações para candidaturas futuras aos estabelecimentos. Daí que não seja surpresa que estas escolas (e outras, naturalmente) muitas vezes revelem uma competitividade significativa entre elas, assim como não raras vezes, que essa disputa se encontre dentro de uma mesma área de incidência específica.⁶⁷⁵

Diversas são as disposições humanas onde se podem alicerçar as virtudes a cultivar nos jovens, sendo que entre elas contam-se também a consciência da *ordem* e o *autodomínio*, o *esforço* no trabalho, a *generosidade* na solidariedade, a *maturidade* para uma maior responsabilidade (e com acrescida liberdade), a *perseverança*, a *vontade de vencer*, e ainda, como valores castrenses chave, a *camaradagem* e o *espírito de corpo*. Com efeito, num entendimento concorrente, Garcia Hoz defende que estes valores constituem-se num elenco de virtudes nucleares, em volta das quais se anexam as restantes.⁶⁷⁶ Apesar de, nas últimas décadas, termos assistido a uma certa homogeneização dos sectores civil e militar, é seguro afirmar que continua a ser em alguns casos conciliar a sensibilidade predominantemente conservadora das Forças Armadas com os valores liberais dominantes no todo social, não podendo negar-se que os ideais de liberdade, democracia e igualdade, contrastam com certos valores dos militares, como a autoridade, a hierarquia e a disciplina.⁶⁷⁷

⁶⁷⁴ Ler Perrenoud, P. – *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*, Porto, Porto Editora, 1995.

⁶⁷⁵ Trata-se claramente do caso dos EME nacionais. A publicidade incrementada pela APE no ano de 2005 (tendo em vista as candidaturas ao ano lectivo 2005/2006) foi um exemplo inequívoco não só da disputa por candidaturas de futuros alunos e alunas, mas também pelo relançamento da imagem do IMPE e da sua Associação de antigos alunos. O caso nacional dos EME insere-se numa área de incidência muito próxima: em termos de localização, por exemplo, o CM e o IMPE encontram-se a curta distância um do outro. Esta realidade, contudo, não impede obviamente a situação de candidatos de zonas afastadas dessa área de incidência, sendo de registar vários casos de alunos (tanto no CM como no IMPE) que são originários de localidades distantes de Lisboa. Podemos dar como exemplo dessa publicidade localizada, um anúncio (de grande dimensão, registe-se) da APE publicado num dos números do jornal de distribuição gratuita *Metro* (cfr. *Metro*, n.º 100, Lisboa, 1 de Junho de 2005, pp. 9 a 12), sendo que no que diz respeito à publicidade de grande dimensão, registe-se, por exemplo, um anúncio (também de grande dimensão) da APE publicado num dos números do jornal *A Capital* (cfr. *A Capital*, n.º 11845, Lisboa, 25 de Maio de 2005, p. 21.)

⁶⁷⁶ Falamos da obra de Garcia, Hoz, V. et al. – *La orientación en la educación institucionalizada. La formación ética*, Madrid, Rialp, 1994.

⁶⁷⁷ Refira-se que para Huntington, há três maneiras de solucionar esta discrepância. A primeira consistiria numa política de *extirpação*, destinada a reduzir a importância funcional dos militares e a remeter as Forças Armadas para o papel duma instituição conservadora, na sua essência periférica relativamente à sociedade liberal; com a segunda, utilizar-se-ia uma política de *tolerância* relativamente aos militares, através da qual se estimularia a sociedade a aproximar alguns dos seus valores liberais dos valores conservadores da Instituição Militar; e por fim (e esta parece ser a única solução que interessa a ambas as partes) através duma política de *transmutação* capaz de aproximar a imagem e os valores conservadores dos militares das imagens e valores liberais, alcançando-se assim uma congruência entre os militares e a sociedade. Cfr. Huntington, Samuel P. – “The Soldier and the State in the 1970s” in Huntington, Samuel P. e Good-Paster, Andrew J. (ed.) – *Civil-Military Relations*, Washington D. C., American Enterprise Institute for Public Research Policy, 1977, p. 7.

Tendo a Educação componentes cognitivos, volitivos, afectivos e comportamentais, é importante que a aprendizagem na qual se pretende potenciar o desenvolvimento do raciocínio moral e a ordenação da afectividade, sejam fortalecidas pela aquisição de virtudes através da actuação. Partilhamos do entendimento que de uma forma geral, é isso que se passa nos EME, considerados estes a nível nacional e mesmo internacional. Com efeito, parece-nos que a integração da razão, da vontade e do sentimento na pessoa, ocorre sobretudo naquilo que é a actuação dela. E defendemos isto porque a aprendizagem dos valores e a sua consequente incorporação, concretiza-se fundamentalmente pela experiência da participação dos alunos no processo educativo, entre outros aspectos, pelo *hábito* e no sentido que Bourdieu defende, enquanto junção do passado que é incorporado e do futuro que é engendrado.⁶⁷⁸

A socialização escolar conduz simultaneamente a acções derivadas da reflexão e a atitudes que podem sugerir mecanismos de reacção mais ou menos favoráveis ao estímulo comunicativo. Por outras palavras, a capacidade de resposta dos jovens aos diversos agulhões da vida social na escola e fora dela, é tanto mais trabalhada e desenvolvida quanto forem as suas oportunidades de a pôr em prática. Assim, uns dizem que no passado era mais fácil a transmissão aos alunos do entendimento relativo aos valores a defender. Concordamos com esses. Com efeito, especialmente no campo dos valores, hoje tudo está diferente e os valores já não são os tradicionais, pelo menos na rigidez que lhes era conferida.⁶⁷⁹

Quando nos deparamos actualmente com o ressurgimento do racismo e da xenofobia, o aumento da criminalidade, a violência e a falta de segurança na sociedade, problemas de droga, de alcoolismo e de indisciplina nas escolas, tendemos a olhar para a escola como uma instância de socialização que necessita urgentemente de aferir qual o seu papel (ou qual o seu papel mais adequado) na sociedade deste novo século. As escolas militares encontram-se nesta problemática e

⁶⁷⁸ Cfr. Bourdieu, P. – *Le sens pratique*, Paris, Éditions de Minuit, 1980, p. 91.

⁶⁷⁹ É importante que se questione, por parte da educação da juventude leccionada nas escolas em geral e nas escolas militares, o fomento do desenvolvimento (ou não) de um quadro de valores que conduza a um comportamento equilibrado dos indivíduos. A verdade é que muitos casos a educação da juventude, mesmo nas escolas militares, continua a ser feita para o contexto da Era Industrial que acabou. Com efeito, no último século (ou durante os últimos 25 séculos...) o papel do ensino foi essencialmente o de transmitir as Ciências e Letras dos educadores para os alunos, sendo que a sua avaliação media-se pela capacidade do formando em recitar o ensinado. Na Era do Conhecimento o papel do ensino é o de ajudar os alunos a aprenderem a viver, a escola (incluindo as escolas militares) tenderá cada vez mais a ser apenas um dos elementos da sociedade cognitiva, onde outros interlocutores (museus, bibliotecas, bases de dados, agentes sociais diversos) também vão estar envolvidos. De facto, as acções de formação tenderão a ser mais abertas, flexíveis e à distância e terão forte componente de autoformação contínua (ou seja, aprender o que se quiser, onde e quando se quiser). Como afirma o Professor Adriano Moreira, hoje em dia, ser licenciado significa “*ter licença para aprender*”. Refira-se ainda que a “*(...) vida castrense, entendida como uma vida de instituição fechada sobre si mesma e cultora de valores próprios, torna-se insustentável face ao mundo de ideias que a televisão, a rádio e os jornais permanentemente trazem. (...) A especialização e sofisticação crescente das actividades aproxima-os dos profissionais de outras actividades*”. Cfr. Amaral, João – *A Defesa Militar de Portugal no Virar do Século*, Lisboa IAEM, 1996, pp. 48 e 49.

debatem-se com a urgência de se redefinirem perante os novos desafios, mantendo naquilo que é possível as suas tradições e adaptando os seus processos às novas exigências de um ensino moderno, capaz de dar resposta às necessidades futuras de uma carreira civil ou militar dos seus alunos, em ambos os casos, competitiva e laboriosa.⁶⁸⁰

Assegurar as finalidades sociais e éticas na formação de recursos humanos não é uma tarefa que, à partida, esteja facilitada. Recordemos que a proposta apresentada pelo “*programa cognitivo-desenvolvimentista*” considera que os alunos necessitam da direcção dos adultos no sentido de adquirirem bons hábitos de conduta moral. Contudo, isto deve acontecer sem pôr em causa o desenvolvimento do seu raciocínio moral, pelo que o professor (e demais educadores, inclusive alunos graduados) se assume como um educador moral e a escola se transforma num local onde os alunos participam na tomada de decisões, mesmo que essa escola seja uma escola militar.⁶⁸¹

A consagração da tolerância, da cooperação, da livre troca de opiniões, do espírito crítico, da responsabilidade, da autonomia e da solidariedade no seio das escolas (tal como a LBSE também se pronuncia) é um aspecto central naquilo que deve presidir ao sistema educativo. Decorre deste enquadramento que existe a necessidade que as escolas (e de forma muito especial, as escolas militares) contribuam, entre outros aspectos, para:⁶⁸²

⁶⁸⁰ É importante que se recorde que temos vivido num contexto de ensino de mobilização, ou seja, o papel do educador e da escola tem sido essencialmente o de transmitir as soluções conhecidas para os problemas conhecidos (a empresa da Era Industrial exige, em 80% dos casos, que os seus quadros sigam procedimentos e regras e só em 20% das situações têm de tomar decisões que exigem conhecimentos significativos). Aquilo que a Era do Conhecimento exige é um ensino de pesquisa-acção ou um ensino por projectos, que consiste em preparar os alunos para os problemas desconhecidos e as soluções desconhecidas (em 80% das situações vão exigir-se conhecimentos significativos e só em 20% será preciso seguir procedimentos e regras). Decorre daqui que as escolas militares têm que reinventar em alguns aspectos, para que possam conceder às universidades a preparação dos estudantes a esse nível. Às universidades, caberá dar continuidade a essa formação (ou promovê-la, se houver necessidade), ministrando a formação base para a vida e estando pronta a ajudar os antigos alunos (e outros de outras universidades) que precisam regularmente de reactualização. Isto significa, obviamente, mergulhar na realidade e ir ao encontro das necessidades de formação, ajustando-se às mesmas. Esta situação engloba também os protocolos e as cooperações a nível internacional, que são cada vez mais necessárias, sob pena de não acompanharmos os processos, as dinâmicas e as inovações fora de portas (relações com outras escolas militares, empresas, organizações, etc.). Cfr. Little, Richard – “International Relations and Large-Scale Historical Change” in Groom, A. J. R. e Light, Margot (ed.) – *Contemporary International Relations: a Guide to Theory*, London e New York, Pinter Publishers, 1994, pp. 9 a 26.

⁶⁸¹ Refere M. Young que os saberes escolares “*podem bem ser o produto de uma 'construção social' no sentido fenomenológico, mas com a condição de precisar que os construtores não estão em igualdade na 'negociação no que se refere aos significados'; existem os dominantes e os dominados*”. Citado por Fourquin, J.-Cl. – “La sociologie du curriculum en Grande-Bretagne: une nouvelle approche des enjeux sociaux de la scolarisation” in *Revue Française de Sociologie*, XXV, 1984, p. 224.

⁶⁸² Entre esses aspectos, não são despidiendos os aspectos referentes à transmissão nos alunos de valores como o empreendedorismo e a vontade de vencer, no sentido da sensibilização para a alteração de valores e mudança de atitudes face à vida e ao trabalho. Mas também é importante o despertar dos alunos para a consciência política, especialmente quando parte significativa dos educadores são militares profissionais. Huntigton e Janowitz debatem estes aspectos, sendo que “*enquanto Huntington conclui que o profissional militar, para ser respeitado, se deve manter apolítico, de algum modo entricheirado nas especificidades da função militar, Janowitz argumenta que o profissional militar não deve hesitar em subscrever pontos de vista sócio-políticos, que o habilitem não só a tratar assuntos nesse domínio como também a movimentar-se num contexto em que a segurança se revela ambígua*”. Cfr. Sarkesian, Sam C. – “Two

- a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica do país;
- a consciencialização relativamente ao património cultural nacional, num quadro de tradição mas envolto numa crescente interdependência internacional;
- a realização dos seus alunos, pelo desenvolvimento da sua personalidade, da formação do carácter e da cidadania;
- o despertar de consciências sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos, no sentido de uma melhor formação cívica e moral dos jovens;
- o equilibrado desenvolvimento físico;
- assegurar o legítimo direito à diferença, no respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais, assim como da valorização dos diferentes valores e culturas;
- contribuir para desenvolver o espírito e prática democráticos.

Algumas considerações se podem retirar deste posicionamento, na medida em que os valores, consoante a sua natureza, implicam determinado tipo de exigências. Com efeito, tem-se que:⁶⁸³

- Os *valores espirituais* requerem que as escolas formem indivíduos íntegros com personalidade e carácter;
- Os *valores estéticos* requerem que esses mesmos indivíduos cresçam de forma plena e harmoniosa;
- Os *valores morais* requerem que esses futuros cidadãos sejam pessoas bem formadas, tolerantes, responsáveis, respeitadoras, solidárias e empenhadas na mudança;
- Os *valores cívicos* exigem que esses cidadãos sejam pessoas livres, autónomas, com espírito democrático, de cooperação e pluralista.

Decorre daqui que as escolas militares ministram uma educação tendente à defesa expressa destes valores e de outros valores (ligados com o patriotismo, essencialmente) que são característicos da vida militar. Mas, como sabemos, essa educação sofreu alterações recentes, com especial ênfase na abertura sociológica que se registou nas últimas duas décadas para o mundo exterior dos muros dessas instituições. Neste sentido, os EME não se demitiram da sua

Conceptions of Military Professionalism” in Martin, Michael Louis e Maccratre, Ellen Stern – *The Military, militarism, and the polity: essays in honor of Morris Janowitz*, New York, Free Press, 1984, pp. 155 a 168.

⁶⁸³ Bernstein, que não se prendeu somente ao estudo dos códigos sociolinguísticos mas também ao sistema de educação como instância de controlo social, propunha na sua contribuição a *Knowledge and Control* uma teoria dos códigos do saber escolar, repousando sobre a oposição *código serial/código integrado*. Nas suas palavras, “O saber transmitido formalmente pela escola inscreve-se em três sistemas de mensagens: o programa, a pedagogia, a apreciação. O programa define o saber reconhecido como válido, a pedagogia define as formas de transmissão aceitáveis desse

responsabilidade tradicional, mas adequando-se às sociedades modernas e perfilando-se num certo paralelismo académico com outras escolas, pode-se afirmar que actualmente não são as únicas (ou, se quisermos, as mais vocacionadas e empenhadas) no desempenho desta e de outras funções.⁶⁸⁴

Podemos dizer, de uma forma sintética, que os objectivos fundamentais do ensino nas escolas militares (particularmente, no que concerne aos valores), passam primeiro por uma educação sobre o *dever*, com postura essa que caminha consequentemente para uma educação relativa à *disciplina* e que se exprime em diversas áreas:⁶⁸⁵

- Pelo desenvolvimento da personalidade de cada aluno, inferindo-lhe valores de diversas naturezas, que o permitam estabelecer uma ponte e a constatação dos pontos em comum entre o que é defendido entre a instituição castrense e a sociedade civil;
- Pelo desenvolvimento e enriquecimento das dimensões bio-psicológicas, sociais, culturais e morais dos alunos;
- Pela motivação do gosto em participar na vida social, nomeadamente preparando-os para a vida activa ao nível sociocultural, por forma a oferecerem o seu contributo pessoal na transformação da sociedade, no sentido do seu progresso.

Mas mais do que objectivar vertentes de incidência no que concerne a valores, assim como à defesa objectiva dos mesmos, a busca educacional das escolas militares reside essencialmente em educar os seus alunos na globalidade, que é o mesmo que dizermos em todas as suas vertentes e respeitando-as de forma harmoniosa. Mas reconhecendo que por razões metodológicas ou outras, o acento pode privilegiar uma determinada dimensão, é contudo certo que as outras nunca estão ausentes. No caso das escolas militares, especialmente nessas, o *projecto educativo* transcende da *família*, para aquilo que pode ser designado de *comunidade educativa*, enquanto agrupamento muito mais abrangente de pessoas intervenientes na educação dos jovens. É tal como as ciências sociais, as escolas militares estão destinadas a refazerem-se, adaptando-se sucessivamente aos novos tempos: elas “*conhecem a penitência*”.⁶⁸⁶

Nestas instituições de ensino, as comunidades educativas são formadas por um leque muito diversificado de entidades que nos seus diferentes níveis de responsabilidade, desempenham funções

saber, os princípios de apreciação definem as formas correctas de utilização desse saber pelo aluno.” Cfr. Bernstein, B. – *Langage et classes sociales*, Paris, Éditions Minit, 1975, p. 264.

⁶⁸⁴ Existem outros agentes responsáveis pela tarefa pedagógica de transmitir esses saberes (sejam estes estabelecimentos de ensino ou tipos de instituições idênticos) que são decorrentes de princípios sociais e que obedecem a formas de codificação e divisões do conhecimento difundidos pelas escolas militares. No contexto do saber transmitido formalmente pela escola, ver *Idem*, p. 264.

⁶⁸⁵ Cfr. Fortescue, Sir John – “Duty and Discipline” in Vários – *Serve to Lead...*, *op. cit.*, p. 42.

⁶⁸⁶ Neste sentido, ver Balandier, G. – *Le désordre*, Paris, Fayard, 1988, p. 62.

diversificadas. Coloca-se assim o problema do estatuto do actor social em relação às estruturas onde ele está inserido, e do estatuto de uma lógica dos actores sociais em relação a uma lógica das estruturas, como defende Berthelot. Logo, a comunidade educativa nas escolas militares é composta, entre outros, pelos seguintes intervenientes:⁶⁸⁷

- Comandantes militares;
- Professores civis e militares;
- Outros educadores (treinadores, instrutores, etc.);
- Funcionários;
- Encarregados de educação;
- Alunos;
- Alunos graduados;
- Antigos alunos;
- Associações de antigos alunos.

Refira-se que a formação dada ao conjunto e aos grupos que compõem estas comunidades educativas, nomeadamente os elementos não docentes, enfatiza a dimensão educativa inerente a todas intervenções da vida escolar. Mas a grande verdade é que não há momentos educativos e momentos neutros nas escolas militares: tudo é experiência adquirida, em diferentes níveis. A cidadania destes jovens desenvolve-se pela capacidade e pela aprendizagem em cada circunstância da vida académica, que implica não só os tempos escolares previstos em horário, como também os tempos reservados às actividades extracurriculares, os períodos livres e os ciclos destinados a actividades correntes na realidade social escolar.⁶⁸⁸

Este último aspecto, relativo às actividades levadas a cabo além do horário escolar, remete-nos para outra questão. E esta diz respeito ao ambiente do conjunto da escola, que deve ser um

⁶⁸⁷ Cfr. Berthelot, J.-M. – *Le piège scolaire*, Paris, PUF, 1983 e Berthelot, J.-M. (éd.) – “Pour un bilan de la sociologie de l'éducation” in *Cahiers du Centre de Recherches Sociologiques*, n.º 2, Colóquio de Toulouse em 16 e 17 de Maio de 1983, Toulouse, Universidade de Toulouse le Mirail e C.N.R.S., Maio de 1983. Sublinhemos-se que a ordem dos intervenientes expressos não tem qualquer hierarquia associada, visto que partilhámos do entendimento que o grau de maior ou menor influência na educação dos jovens pode variar de instituição para instituição, assim como, dentro da mesma instituição, poder-se-ão verificar diferenças a esse nível para o mesmo tipo de elementos, decorrendo daí uma alternância que poderá, em certos casos, ser resultado do empenho individual de certos elementos no processo educativo. Por exemplo, um comandante militar terá maior ou menor influência na educação dos jovens da sua Companhia de Alunos, não só consoante for o seu empenho e atitude, mas também está dependente do desempenho dos Alunos Graduados da sua Sub-Unidade. Poderão haver Alunos Graduados com mais influência na educação dos alunos dessa Companhia, que o próprio Comandante da Sub-Unidade.

⁶⁸⁸ Esta realidade social escolar é a soma total dos objectos e dos acontecimentos no interior desse domínio sociocultural, tal como eles são experimentados, e engloba, por sua vez, toda a espécie de relações e de interações culturais que ali são desenvolvidas. Cfr. Schütz, A. – *Le chercheur et le quotidien*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1987, p. 71.

ambiente de boa camaradagem, de amizade e de respeito pelas ideias, convicções e opções pessoais, com excepção feita às escolhas que sejam claramente nefastas e que contrariem a orientação geral que preside aos destinos dessas escolas. Deriva deste entendimento que tudo e todos estão comprometidos nesta tarefa, tanto os educadores (aos seus diversos níveis, incluindo Alunos Graduados) como os alunos, sendo que decorre daqui um certo equilíbrio com o denominado pacifismo, também esse essencial enquanto valor a defender numa escola militar.⁶⁸⁹

Os EME abriram-se à sociedade estabelecendo parcerias formais e informais com o objectivo de articularem e inserirem a proposta educativa no âmbito mais vasto para onde estes pretendem preparar os alunos. Fomenta-se a presença dos encarregados de educação nas escolas para que estes participem (e sobretudo se expressem) no que concerne aos projectos em curso e se pronunciem sobre as colaborações pontuais ou sistemáticas com outras instituições de ensino ou de carácter educativo. Numa acepção, a ideia que sobressai é que importa cada vez mais promover a ideia de cidadania no contexto da cultura de valores, pois é a cidadania que extravasa o espaço dos EME e se abre ao espaço completo que é a construção da sociedade.⁶⁹⁰ Como refere Toner no contexto do militar de profissão, “*essa magnífica anomalia: o soldado democrático*”.⁶⁹¹

Com uma identidade e características próprias, têm-se multiplicado as necessidades de uma educação de excelência. Assim, não é com surpresa que se observa a proliferação de instituições de ensino privadas, com a implantação generalizada de colégios internos. As escolas militares (que em alguns países conseguiram atingir níveis quantitativos muito significativos) enquadram-se num tipo próprio de ensino privado, como o é o das escolas privadas com incidência de valores morais (ou seja, escolas de influência religiosa), e sofreram mesmo alterações funcionais no sentido de acompanharem aquela que, para todos os efeitos, é uma concorrência no universo das escolhas dos futuros candidatos possíveis. Estas questões não passam ao lado dos efeitos financeiros que, sublinhemos já, sempre existiram.⁶⁹²

⁶⁸⁹ Isto surge num entendimento de uma filosofia de não-violência consciente, pelo pensamento positivo de que a resolução dos conflitos, seja qual for a sua natureza, não deve ser alcançada pela violência, pela coacção ou pela guerra, a menos que todas as outras alternativas se tenham esgotado. Cfr. Edmonds, Martin – *Armed Services and Society*, Leicester, Leicester University Press, 1988, p. 140.

⁶⁹⁰ Refira-se que nunca, como na época contemporânea, a mudança se instituiu como valor fundamental e preponderante da vida humana. Não é que antes não tenha havido mudança, porque a houve sempre. O devir faz parte da condição humana, sendo que a grande diferença da mudança de hoje para a de outrora relaciona-se mais com a velocidade com que ela é feita, com o alcance que ela atinge e com as dificuldades inerentes em acompanhar esse ritmo.

⁶⁹¹ Cfr. Toner, James – *The American Military Ethic: A Meditation*, New York, Praeger, 1992, p. 225.

⁶⁹² Com efeito, este tipo de problemas já vêm desde a criação do Real Colégio dos Nobres. Na verdade, em 1761, imediatamente antes da eclosão da guerra dos sete anos com Castela, D. José cria o Real Colégio dos Nobres, destinado a instruir nas artes da guerra os jovens de origem fidalgua, que aspiravam a ser oficiais de Infantaria e Cavalaria. O plano de estudos abrangia diversas disciplinas, desde as línguas vivas à história e ao latim. Contudo, apenas um dos seus docentes era português e os problemas de funcionamento foram de tal ordem que logo no ano seguinte o Colégio começou a ser frequentado por alunos de origem não-nobre com recursos para pagar as despesas do

Decorre daqui que uma das preocupações essenciais das escolas militares tem sido a de continuarem a distinguírem-se como escolas de excelência (logo, preservando a sua cultura de valores), mas simultaneamente adaptarem-se às mais diversas circunstâncias (governativas, administrativas, financeiras, decorrentes da globalização, etc.) muitas vezes adversas à sua própria existência. De facto, não podemos dizer que tem sido fácil manterem-se fiéis aos seus princípios (sobretudo às suas tradições e costumes) e simultaneamente manifestarem-se abertos às inovações, à evolução efectiva e contínua do próprio ensino e inserirem ainda esses valores na formação dos seus alunos. Mas em boa verdade, isso não é uma característica única dos EME, porque a Instituição Castrense é toda ela atravessada por essa realidade.⁶⁹³

Os valores que enformam os projectos educativos das escolas militares, são muitas vezes denominadores comuns entre elas e são rotulados, não raramente, pela designação de *códigos de honra*. Nesses costumes, que são frequentemente encabeçados com o direito e o dever supremos de amar e honrar a Pátria,⁶⁹⁴ destacam-se outras máximas, como por exemplo: o dever dos alunos em respeitar e dignificar a farda que envergam; a predisposição em cultivarem a disciplina e dedicarem à formação todo o seu empenho e esforço; serem verdadeiros, leais, responsáveis, afáveis e correctos; praticarem a camaradagem e o espírito de corpo (sem denúncia nem cumplicidade); serem modestos

curso, no que parece constituir uma nota clara de ascensão social de certos extratos da burguesia endinheirada. As razões para esta decisão são fornecidas por alvará régio de 13 de Março de 1972: "(...) Primeira: A falta de conhecimento em que viverão muitos dos Collegiais da sua verdadeira situação, desconhecendo que eram destinados por meio da educação do sobredito Collegio a serem exemplo das Nações; a sucessão virtuosa da Nobreza de Portugal; e a Regra, e o estímulo para os procedimentos justos, e patrióticos das outras ordens da Monarchia. Segunda: A falsa persuasão de que a fortuna dos Nobres os conduzia a huma como independencia das virtudes (...); Terceira: A indocilidade consequente dessas falsas ideias, com que se atrevêrão a resistir às advertencias, aos castigos e até ao respeito devido aos seus Superiores; Quarta: A pusillanimidade dos mesmos Superiores, a falta ou applicação intempestiva das repreensões (...)". Citado por Caeiro, Joaquim Croca – *Textos de Apoio à Cadeira de Sociologia...*, *op. cit.*, 1997, pp. 27 a 28.

⁶⁹³ Com efeito, a *revolução estratégica* ocorrida na segunda metade do século XX, com a emergência do armamento nuclear, a Guerra Fria e as lutas de libertação colonial, que obrigou o Ocidente a substituir a estratégia de mobilização pela estratégia de dissuasão; com esta revolução, mas não necessariamente apenas por motivo dela, pode dizer-se que os *chefes militares gestores* passaram a ter um estatuto equiparado ao dos *chefes heróicos*. Entre outros, é útil ler Teixeira, Nuno Severiano – “História Segurança e Defesa - uma perspectiva interdisciplinar” in *Nação e Defesa*, n.º 52, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1990, pp. 67 a 77.

⁶⁹⁴ No sistema do Ensino Superior Militar (Academia Militar, Escola Naval e Academia da Força Aérea), dentro deste sentimento do amor à Pátria, é usual que uma das cerimónias mais significativas e elucidativas seja o *Juramento de Bandeira* dos Cadetes, normalmente com a responsabilidade de planeamento, organização e execução a cargo do Corpo de Alunos. O Juramento de Bandeira é um compromisso de plena entrega física e intelectual à defesa dos valores mais nobres e profundos da Nação, do Estado e da Sociedade, traduzindo uma afirmação de disponibilidade que, em situações extremas, pode ir até ao sacrifício da própria vida. É um acto voluntário que exprime a subordinação, consciente e livremente assumida, a um conjunto de regras de conduta pessoal e profissional de extraordinária exigência, incluindo abdicar do exercício de alguns direitos, liberdades e garantias constitucionais. O Juramento de Bandeira representa, no fundo, a vinculação aos valores, princípios e normas próprias do ser militar. Cfr. Pica, Carla Martins – “Breve abordagem Estatutário-Filosófica Sobre o Vínculo do Militar ao Estado-Nação” in *Cadernos Navais*, n.º 8, Comissão Cultural da Marinha/Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, Janeiro a Março de 2004, pp. 27 a 32.

nos êxitos alcançados, dignos na adversidade e coniantes face às dificuldades encontradas; serem generosos na prática do bem e repudiarem a violência, a delapidação e o despotismo.⁶⁹⁵

É usual encontrarmos estes códigos bem visíveis em diversos locais das escolas militares, com especial incidência em espaços físicos que sejam pontos de passagem dos alunos, nomeadamente no sentido de que estes não sejam vistos como letra morta e antes se revelem pela aceitação expressa na vivência dos alunos. Deve-se sublinhar que estas escolas são, em muitos casos, o principal agente de socialização destes jovens, pelo que o apoio em símbolos e códigos de identificação é extremamente útil e necessário no sentido de se obter o sentimento do colectivo escolar, ou por outras palavras, o denominado *espírito de corpo*. Na verdade, essa qualidade tem que ser transversal a muitos factores, como sejam, entre outros, a integração social, o género e a questão racial.⁶⁹⁶

Se a escola militar é muitas vezes o principal agente de socialização dos estudantes, então a família é, nesses casos, o agente de socialização complementar. Daí a importância da participação activa da família no processo educativo. Recordemos que será extremamente difícil inculcar nos alunos determinados princípios e valores (como por exemplo, o amor à Pátria, o respeito pela Bandeira Nacional e pelo Hino Nacional), se na família não houver alguma continuidade dessas funções educativas. A nossa educação cívica engloba muita daquela que é a experiência continuada que vivemos enquanto elementos num determinado quadro social,⁶⁹⁷ e desde logo, engloba muitos daqueles sentimentos que são transmitidos aos jovens no tempo em que estão na escola militar, mas

⁶⁹⁵ Verificam-se como valores gerais, o sentido de responsabilidade, os comportamentos de solidariedade e de integração, a autoestima, a camaradagem e o patriotismo, donde se retira que a personalidade moral, exprime-se mais pela dignidade humana, pela lealdade (na família, no pelotão, etc.), pelo valor da palavra e pela frontalidade. A aptidão técnica recai então na liderança, onde se fomenta uma formação específica e continuada pela insistência em ideais, como a coragem, o espírito de decisão, o espírito da disciplina, o sentido da realidade, o carácter, a preocupação as virtudes sociais e as competências cívicas. Numa acepção, tem-se o primado do colectivo sobre o individual, com o respeito pelas referências defendidas por estas instituições. Cfr. Rosado, David – “Pupilos do Exército: Tradição e Modernidade...”, *op. cit.*, p. 38.

⁶⁹⁶ Tomando a questão racial, podemos dizer que esta é uma vertente que merece especial atenção, porque cada vez mais a realidade castrense, seja nas escolas militares, seja nas forças profissionais, tem efectivos multiraciais e oriundos de diversos estratos sociais. Mas esta problemática vem de longe. Já em 1948, por decreto, o Presidente Truman declarava que “*é política do Presidente que haverá igualdade e oportunidade para todas as pessoas nas Forças Armadas, sem ter em consideração a raça, a cor, a religião ou a origem nacional(...)*” (Citado por Coates, Charles H. e Pellegrin, Roland J. – *Military Sociology...*, *op. cit.*, p. 350). Um outro exemplo interessante é o do sargento Jake Malcolm, que recebeu uma indemnização de 6.500 libras por se ter provado que fora impedido de integrar a Household Cavalry, sede dos mais antigos regimentos britânicos, por ser negro. Cfr. Zugbach, Reggie von e Ishaq, Mohammed – “Managing Race Relations in the British Army” in *Defense & Security Analysis*, vol. 16, n.º 2, Lancaster, U.K., Carfax Publishing, 2000, p. 189.

⁶⁹⁷ Ver Alves, N. e outros – *Escola e Comunidade Local*, Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional, 1997 e Cotrim, A. M. – *Educação Intercultural: Abordagens e Perspectivas*, Lisboa, Ministério da Educação, 1995.

também engloba os sentimentos partilhados nos períodos em que estão nas suas casas com os pais, em férias com os amigos e em todas as outras actividades.⁶⁹⁸

Importa sublinharmos que ser cidadão significa também pertencer a um país onde há leis que supostamente protegem as pessoas, e onde as pessoas, além do papel de clientes sociais, têm deveres a cumprir. É importante que desde cedo os alunos percebam isso, pois partindo da óptica de um país politicamente organizado, constitui-se direito e dever de todo o cidadão a exigência de que os outros respeitem os seus direitos, assim como accitem o *bem comum* como mais importante que os interesses pessoais (cumprindo também as obrigações impostas pela lei). Esta é uma das consequências de pertencer a um Estado organizado e a educação para a cidadania implica que esses ideais sejam transmitidos.⁶⁹⁹

Nas referências que importa ressaltar no processo educativo dos alunos (e que se situam todas num âmbito interdisciplinar), o desenvolvimento das competências cognitivas, afectivas e sociais ocorrido na aprendizagem e aplicação de direitos e responsabilidades, assim como a consequente capacitação individual para a acção e transformação sociais, são caminhos obrigatórios e nada despidiendos. Com efeito, essa aprendizagem é tanto mais importante porque nos valores de coesão social é fundamental a complementaridade entre a *vinculação vertical* (por exemplo, Estado – Sociedade Civil) e a *interdependência horizontal* (ou seja, a coesão da comunidade). Aliás, isto torna-se possível porque “*a secularização da sociedade e a racionalidade económica e legal do capitalismo é que permitiram o estabelecimento das modernas estruturas do Estado e, com elas, da organização militar profissionalizada*”.⁷⁰⁰

É assim que conceitos diversos como a *Nação*, a *Sociedade*, o *Bem Comum*, as *Forças Armadas* e as *Forças de Segurança*, a *Defesa Nacional* no seu todo, o significado do *Voto* e o *Meio Ambiente* são, entre outras, matérias focadas com frequência neste tipo de educação. A cultura de

⁶⁹⁸ Não é despidiendos este facto, até porque no que concerne particularmente às questões de Defesa Nacional e aos valores pátrios, muito daquilo que se defende começa, desde logo, nas famílias, no círculo de amigos e na formação precoce dos indivíduos. Mas sofre alterações com decurso natural do tempo, pelo que os valores a defender dependem muito das circunstâncias em que as pessoas estão envolvidas. Veja-se o caso dos atentados da Al-Qaeda, que contando com dezenas de milhares de membros organizados em pequenas células espalhadas por mais de 60 países, afectaram em muito os procedimentos de segurança e alertaram para uma consciência nacional mais efectiva, com repercussão especial nos EUA. As escolas militares podem, decorrente do seu modelo educativo específico, ser bastante eficazes neste tipo de acções formativas. E isto parece-nos importante porque as consequências do terrorismo, por exemplo, para o quotidiano das sociedades demoliberais, podem ser muito penalizantes, uma vez que o endurecimento das medidas de vigilância terá repercussões negativas na livre circulação de pessoas e bens no exercício pleno dos direitos cívicos. Cfr. NYE, Jr., Joseph S. – “A North American Perspective” in NYE, Jr., Joseph S; Satoh, Yukio e Wilkinson, Paul – *Addressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, Maio 2003, pp. 5 e 6.

⁶⁹⁹ Entre outros, ver Henriques, Mendo Castro; Rodrigues, Arlindo; Cunha, Filipa e Reis, João – *Educação para a Cidadania*, Lisboa, Plátano Editora, 2000 e Henriques, Mendo Castro – “Formação para a Cidadania, Formação para a Responsabilidade” in *Nação e...*, *op. cit.*, pp. 101 a 115.

valores que é defendida nas escolas militares assenta muitas vezes naquilo que pode ser uma transversalidade entre a promoção dos heróis e da história nacional, a exaltação das virtudes e da consciência e ainda, numa dimensão agregadora, uma experiência continuada de vida colectiva e de socialização muito próprias. Mas esta transversalidade de domínios implica a (re)valorização desses mesmos valores e a sua adequação concreta à modernidade, pois não interessa cultivar a autonomia e a diferenciação individuais num contexto em que as forças de homogeneização são prevaletentes (que conduziria a marginalizações), mas antes uma visão de todo, por forma a conseguir-se ver aquilo que Steiner designa por “*janela de inteligibilidade*”.⁷⁰¹

Sabemos que as dificuldades do presente conduzem-nos instintivamente ao passado e às esperanças num futuro, muitas vezes, incerto. Os melhores momentos da experiência passada conduzem-nos a um caminho pessoal com mais segurança e convicção, da mesma forma que promover virtudes aparentemente regressivas como os valores defendidos nas escolas militares, pode ser visto como um sinal de parte da sociedade que se quer catapultar para o futuro, fundamentando-se, mesmo que criticamente, no melhor de si.⁷⁰² Como sabemos, Perlmutter sublinhou que a verdadeira natureza do militar revolucionário é o pretorianismo, “*visto que a sua lealdade se dirige em primeiro lugar ao corporativismo militar, independentemente da ideologia que representar*”.⁷⁰³

O que acontece é que não é fácil de concretizar simultaneamente uma educação tradicionalista e progressista no quadro da actualidade. Na verdade, casar a utopia e a realidade reabilitando este tipo de instituições e as suas práticas educativas, assim como diminuir alguma da entropia psíquica de certos elementos dos seus processos educativos, é um desafio muito amplo e daí a necessidade de “*educar para o optimismo*”, através de uma prévia formulação conveniente dos dados disponíveis.⁷⁰⁴

A abordagem pedagógica das escolas militares assenta essencialmente num desenvolvimento pleno do que pode designar-se de potencial da identidade pessoal de cada aluno. No sentido da melhor harmonia possível entre a família e a escola, e tendo em conta as exigências das instituições deste cariz (como sejam a vertente dos internatos, os regulamentos rígidos e a disciplina colectiva e

⁷⁰⁰ Cfr. Perlmutter, Amos – *The Military and Politics in Modern Times: on Professionals, Praetorians, and Revolutionary Soldiers*, London, Yale University Press, 1977, pp. 10 a 11.

⁷⁰¹ Importa distinguir aquilo que é a complexidade e aquilo que é a confusão. Na busca das principais fontes de ruído e entropia, a relevância da distinção resulta da constatação de que a sobrevivência dos organismos mais complexos os torna mais viáveis e reprodutíveis. Na situação recíproca, um acréscimo inusitado de entropia psíquica é paralisante ou mesmo letal para o indivíduo. Para uma leitura mais profunda, ver Steiner, G. – *Gramáticas da Criação*, Lisboa, Relógio de Água, 2002.

⁷⁰² O desafio é assim análogo como com Ulisses e os argonautas e o canto das sereias, ou com Lot e a sua mulher, e consiste em não ficar preso na contemplação do passado, antes perspectivando-o como uma pedagogia de avanço.

⁷⁰³ Cfr. Perlmutter, Amos – *The Military and Politics in Modern Times...*, *op. cit.*, pp. 14 a 16.

⁷⁰⁴ Sobre esta questão em particular, ler Neto, L.; Marujo, H. e Perloiro, F. – *Educar para o Optimismo*, 9.ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2003.

individual, entre outras vertentes), as escolas militares defendem frequentemente atitudes educativas como o aprender fazendo, o autodesenvolvimento progressivo, as actividades extracurriculares, a existência de hierarquias diversas e a motivação pela integração em pequenos grupos (como os pelotões e as turmas), não tratando separadamente a *estrutura* e as *actividades estruturantes* da organização que Coulon nos alerta ao nível da etnometodologia.⁷⁰⁵

Estes aspectos tendem a ser componentes importantes para a ocupação dos estudantes, muito necessária, durante o tempo em que estes estão entregues à escola. O facto de os alunos estarem ocupados, com diversos afazeres, é efectivamente uma das preocupações deste género de escolas porque a carência de actividades num internato (ou regimes idênticos) é prejudicial à motivação do indivíduo, no sentido em que potencia o seu isolamento e o desejo de se ausentar da instituição. A execução de tarefas e a partilha de interesses com outros companheiros, surge assim como uma resposta a esse desafio. Acresce ainda que podem ser actividades impulsionadoras de um crescente sentido de responsabilidade nos estudantes, no sentido em que visam o bom funcionamento desses grupos, assim como a cooperação para alcançar determinados objectivos e um ganho de consciência pelo contributo para o sucesso dessas acções.⁷⁰⁶

Mas temos que ressaltar um aspecto que nos parece muito importante. É que da mesma forma que uma escola militar pode ser um campo de socialização por excelência, nomeadamente quando os alunos vivem uma experiência social e cultural rica, por outro lado, a escola militar pode revelar-se pela negativa, nomeadamente quando esta se afirma pela exclusão na participação social e cultural de certos alunos, podendo assumir inclusivamente contornos de indiferença. As crianças e os jovens são particularmente sensíveis a propostas que pecam por artificiais ou castradoras de aspectos ligados com a riqueza e complexidade humanas. Com efeito, quanto mais nova a pessoa é, menos céptica ela é. Assim, é essencial a dignificação do estatuto das funções educativas e pedagógicas, na medida em que se a educação supõe um educador, também é verdade que estes devem assumir uma proposta atractiva no seu desempenho.⁷⁰⁷

⁷⁰⁵ Cfr. Coulon, A. – “Ethnométhodologie et éducation” in *Revue Française de Pédagogie*, n.º 82, 1988, p. 96

⁷⁰⁶ Cfr. Hassenforder, J.; Corridian, C. e Leselbaum, N. – “Temps scolaire temps de loisir” in *Revue Éducation Permanente*, n.º 78, 1985, pp. 46 a 51, bem como Holland, A. e Andre, T. – “Participation in extracurricular activities in secondary school: What is know, what needs to be known?” in *Review of Education Research*, vol. 57, n.º 4, 1987, pp. 437 a 466.

⁷⁰⁷ Uma das causas fundamentais da pobreza do conteúdo educativo que se verifica em muitas instituições de ensino, é uma pobreza de proposta, que remetida aos elementos com funções directivas e estratégicas, todavia, atinge também pessoal e profissionalmente os agentes directos do processo educativo, sejam eles professores, demais educadores, funcionários e, de forma adjacente, as próprias famílias. Refira-se que a cidadania soma à liberdade o conceito de participação, colhendo o pleno assentimento de Maltês, para quem “só é cidadão aquele que participa nas decisões da comunidade política, aquele que ora governa ora é governado, alguém que tanto difere do escravo como do súbdito”. Cfr. Maltês, José Adelino – *Princípios de Ciência Política*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/UTL, 1996, p. 179.

Os educadores neste tipo de instituições são tanto mais importantes porque são a imagem mais concreta de uma visão exterior. Professores que não defendam uma cultura de valores identificada com os princípios da escola, não poderão passar como proposta verificada e interiorizada, uma ideia que esteja inscrita nesse campo didáctico. Sublinhemos que até à adolescência, a pessoa aprende valores sobretudo por osmose, ou seja, por outras palavras, por contacto continuado com as pessoas que os transmitem porque os vivem; e na adolescência, a necessidade de criticar as propostas recebidas (examinando as razões de fundo dessas propostas, comparando-as com a própria experiência e exercendo a liberdade na aceitação ou recusa) só acontece num contexto de vivência, em que a proposta seja viva e não apenas um moralismo formal.⁷⁰⁸

Na pluralidade das relações, regras, oportunidades e desafios que constituem os espaços de aprendizagem dos EME, os alunos vão adquirindo uma maior ou menor consciência crítica acerca do mundo que os rodeia. De facto, à maior independência que - desde muito novos - os alunos adquirem por ingressarem nestas instituições de ensino, está também associada uma maior responsabilidade no campo individual e colectivo. Logo, temos também a necessidade de um carácter que seja desejavelmente sólido e responsável, pois os valores e as atitudes são determinados numa educação em todas as suas vertentes:⁷⁰⁹

- A escolar;
- A comunitária;
- A ecossistémica.

Desta forma, os alunos das escolas militares vivem uma educação que se exprime através de um processo de identificação interiorizante, que é levado a efeito numa busca contínua de autoestima pessoal, como dialéctica entre a sua significação efectiva e a sua significação ideal.⁷¹⁰ Decorre desta realidade que atitudes como a persistência, a responsabilidade, a disciplina, o esforço, a curiosidade, mas também a tolerância, a compreensão, o respeito e a capacidade de cooperar afiguram-se, em

⁷⁰⁸ Ver por exemplo, Brandão, Carlos - "Evolução do Papel do Professor: Consequências para a educação" in *Aprender*, n.º 15, 1993, pp. 19 a 23 e Shulman, Lee S. - "Those Who Understand: Knowledge Growth in Teaching" in *Educational Researcher*, n.º 15, 1986, pp. 4 a 14.

⁷⁰⁹ Para uma maior profundidade sobre este contexto, cfr. Pinto, Conceição Alves - *Sociologia da...*, *op. cit.*, pp. 113 a 143.

⁷¹⁰ Num sentido análogo, ver Reimão, Cassiano - *A formação pedagógica dos professores do Ensino Superior*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.

nosso entender, como fundamentais para os jovens alunos desenvolverem outras atitudes como a capacidade de decisão, a iniciativa, a criatividade e o empenhamento académico.⁷¹¹

Convém referir que além das atitudes e dos valores, importa também considerar as estratégias de codificação, expectativas e sistemas autoreguladores existentes neste tipo de comunidades castrenses, nomeadamente porque implicam a articulação entre a formação do jovem e a formação do estudante propriamente dito. Sabendo nós que o desenvolvimento pessoal depende em determinada medida do contexto sócio-económico e cultural dos estudantes (reflectindo por isso as suas origens sociais), e que num outro prisma, as estratégias de codificação dizem respeito à maneira como os jovens estudantes interpretam as situações, é então essencial ter-se a noção das necessidades dos alunos, por forma a que se adapte a metodologia pedagógica e curricular aos seus anseios.⁷¹²

Neste entendimento, temos de considerar também os sistemas autoreguladores, enquanto mecanismos que medeiam o próprio comportamento através de objectivos e planos autoimpostos, sendo que dado o seu carácter intrínseco, é possível dizer que são um indicador muito útil do carácter do indivíduo e podem ser considerados como condições para o desempenho das aptidões de liderança. A vivência dos alunos pressupõe ainda o relacionamento com diferentes grupos de elementos sociais (incluindo grupos exteriores à escola), pelo que a sua personalidade se encontra em constante transformação. Desde a sua entrada na escola militar que os estudantes se confrontam com princípios diversos, uns que vão de encontro ao seu sistema de valores e outros que, por outro lado, são divergentes.⁷¹³

Esta etapa coincide muitas vezes com o aumento da independência, pela assumpção de uma atitude mais responsável e autónoma por parte dos jovens. Sublinhemos que a dedicação, a força de vontade e o interesse pelo conjunto de conhecimentos e actividades que são ministrados neste tipo de ensino multifacetado, assume um importante papel, dado que neste tipo de sistema escolar, o

⁷¹¹ Será com base nestes valores que, por outro lado, valores como a justiça, a democracia, a ética, a moral, a estética e a competitividade se irão constituir como bases desses alunos não só no desempenho da cidadania, mas também no processo de socialização posterior ao período na escola militar. É o caso da problemática do terrorismo, cada vez mais efectiva nas questões educativas, assim como no pensamento ético das questões de Defesa Nacional. No mesmo sentido, com um aprofundamento deste contexto, ver Roberts, Adam – “Counter-terrorism, Armed Force and the Laws of War” in *Survival*, vol. 44, n.º 1, London, IISS, Spring 2002, pp. 7 a 32.

⁷¹² Refira-se que muitas vezes os líderes destacam-se pela visão estratégica e análise que fazem das situações, que para além de inovadora e perspicaz, é também facilmente assimilada e aceite pelos outros. Com efeito, têm aqui também importância as capacidades relacionais e comunicacionais, nomeadamente quando debatemos o sucesso e a capacidade do líder. Isto é muitas vezes evidenciado, por exemplo, em organizações empresariais. Ver, entre outros, Mitchell, T. R. e Larson, J. R. – *People in Organizations*, 3.ª Edição, New York, McGraw-Hill, 1987 e Stoner, J. A. e Freeman, R. E. – *Administração*, 5.ª Edição, Rio de Janeiro, Prentice Hall do Brasil, 1985.

⁷¹³ Neste âmbito, é oportuno ler Marques, Ramiro – *Valores Éticos e Cidadania na Escola*, Lisboa, Editorial Presença, 2003. Ver também Furtado, Rita Márcia Magalhães – “Diálogos para a cidadania” in *Jornal a Página da Educação*, ano 7, n.º 75, Dezembro 1998, p. 26 e Lopes, José de Sousa Miguel – “Diversidade etnocultural na escola” in *Jornal a Página da Educação*, ano 11, n.º 118, Dezembro 2002, p. 10.

aluno para conseguir ser bem sucedido (seja ao nível académico, seja ao nível desportivo ou seja a nível militar) tem que se tornar especialmente activo em toda a sua formação. É também por esta razão que a camaradagem e o espírito de entajuda são tão necessários e importantes. Nas escolas militares a camaradagem é um valor explicado, incentivado, sublinhado e treinado desde a entrada naquelas instituições. Para esta questão e outros domínios, promovem-se actividades que desenvolvem as qualidades pessoais e interpessoais dos estudantes, pela introdução de novas práticas curriculares e extracurriculares.⁷¹⁴

A nível curricular adicionam-se práticas como visitas a escolas, departamentos de bombeiros, Unidades Militares, Assembleia da República e previsíveis áreas de trabalho (no que concerne a cada curso ministrado nas escolas), também no sentido de desenvolver a cidadania nos alunos, pelo efeito psicológico que deriva da estimulação dos estudantes para uma melhor compreensão e enquadramento do mundo em redor, inserido numa época de globalização em mudança constante e nos efeitos da mesma em aspectos como a Defesa Nacional, a Economia e a Justiça, entre outros.⁷¹⁵

Em relação às práticas extracurriculares, estas promovem a capacidade de liderança dos estudantes e são muito úteis no desenvolvimento das suas capacidades pessoais, possibilitando uma aprendizagem diversificada e um amadurecimento a diversos níveis. O convívio no desporto, os encontros com outras escolas e as competições, entre outras actividades, são parte integrante da própria formação, na medida em que vão no sentido de não estagnar academicamente os alunos e pelo contrário, ajudarem-nos a responder às necessidades de uma sociedade que muda e evolui a um ritmo frenético.⁷¹⁶

As escolas militares têm demonstrado a sua crescente preocupação com a mutação constante das necessidades da sociedade, pelo que têm tomado medidas sucessivas para colmatar falhas no seu sistema escolar e organizações internas. Além das aulas, estas instituições têm incrementado um

⁷¹⁴ Cfr. Requiça, R. – “Conceito de lazer” in *Revista Brasileira de Educação...*, *op. cit.*, p. 21.

⁷¹⁵ Convém referir que a globalização trouxe à superfície também os nossos medos, as dúvidas e a incerteza. Desde o inédito clima de incerteza de horizontes e de raízes, assim como à perda das referências tidas por certas outrora, até ao espaço físico e social que tão caro ao conceito de identidade nacional foi um dos primeiros alvos da modernidade, percebemos que a mundialização e o estreitamento dos espaços económicos arrastou consigo uma deslocalização de comportamentos e valores, potencializada pelas macrocadeias mediáticas. A globalização é de natureza política, tecnológica, cultural, económica e, evidentemente, social. As visitas às U/E/O, por exemplo, são úteis na cativação de vocações, mas sobretudo para alertar para aquelas que são as novas ameaças dentro do contexto internacional. Parte-se do pressuposto que os alunos das escolas militares deverão estar mais informados sobre este tipo de questões que os que frequentem uma escola que não assuma um ensino análogo a este. As Unidades Militares alertam os alunos para diversos aspectos, entre eles e por exemplo, a realidade de que a grande finalidade das acções militares modernas (em particular aquelas em que o nosso país tem estado envolvido nos últimos anos) consiste sobretudo na preservação da paz e da segurança nos diversos locais do mundo, ou seja, as designadas missões de paz ou de pacificação e o recurso cada vez mais necessário aos armamentos não letais. Cfr. Leech, John – *Asymmetries of Conflict – War Without Death*, London e Portland, Franc Cass, 2002, p. 172.

⁷¹⁶ Neste contexto, é útil ver Nogueira, Conceição e Silva, Isabel – *Cidadania: Construção de novas práticas em contexto educativo*, Lisboa, Edições Asa, 2001.

contacto mais directo com as profissões que os alunos irão desempenhar no futuro (seja ao nível castrense, seja ao nível das profissões civis) no sentido de complementarem a aprendizagem teórica com a componente prática e profissional.⁷¹⁷

A formação militar tende a aumentar a autodisciplina e o desenvolvimento de valores como a tolerância e o respeito pelos outros, pela valorização da diferença (recordemos, por exemplo, a vivência em camaratas, muito usual neste tipo de instituições). Nesta formação, está intrínseca a hierarquia e a liderança, pelo que muitas vezes os alunos são deparados com situações e exercícios militares, nos quais, aleatoriamente, são convidados a desempenhar papéis de líder. Estas são também questões relativas ao *comportamento organizacional*,⁷¹⁸ nomeadamente porque implicam temas como a assertividade, métodos e técnicas de liderança, gestão de conflitos e condução de debates (por exemplo, na exposição de situações para os outros alunos).⁷¹⁹

É essencial que numa escola militar exista um bom ambiente. Conviver vinte e quatro sobre vinte e quatro horas com as mesmas pessoas, as mesmas rotinas, os mesmos costumes, com excepção das actividades programadas com o exterior, exige um apelo constante a valores que, num outro contexto, não seriam de tanta utilidade como neste caso. Numa instituição de ensino deste

⁷¹⁷ Grande parte dos debates sobre o ensino são, em boa verdade, discussões sobre a questão da empregabilidade dos alunos saídos das áreas educativas, abrangendo os diversos níveis de ensino, incluindo o mais visado nessa questão, o ensino superior. As escolas têm a preocupação de estarem à altura do que lhes é proposto, pelo que a questão chave é aquela que reside em saber até que ponto o género de aprendizagem oferecido pelos estabelecimentos de ensino está a pensar nas exigências do mercado de trabalho, no contexto das competências e qualificação. Foi já no século XX que o conceito de competência foi formulado e teorizado tal qual ele nos surge hoje. Vem desde a época de Taylor, quando se apregoava a necessidade das empresas possuírem “*trabalhadores eficientes*”, mas foi nos anos 90 que o uso da noção de competências no currículo foi visto como uma revolução na educação escolar por parte de alguns autores como Perrenoud. Para ele, é na capacidade de relacionar conhecimentos prévios com os problemas vividos na experiência concreta que se reconhece uma competência. As competências são importantes metas na informação, sendo que a partir dessa concepção Perrenoud vai defender a abordagem das competências para o trabalho do professor e do aluno na escola, entendendo que o ensino por competências pode vir a transformar a formação e a prática do professor. Refira-se que para Bernstein, o uso do conceito de competências deixa visível uma associação entre o currículo e a economia, marcando a formação como um processo de preparação para o trabalho e a vida. Nesse processo, importa que o sujeito se prepare para viver num mundo mais competitivo, no qual o desenvolvimento da empregabilidade se torna vital. Este processo de formação deve ser construído pelo próprio sujeito e deve ter um carácter permanente, pelo que a formação, antes voltada para as potencialidades de cada estudante, deve actualmente ser vinculada ao mercado de trabalho em permanente mudança. E isto, curiosamente, pode também ser transposto para a opção castrense, na medida em que talvez uma opção desse cariz venha de encontro à concepção de que umas Forças Armadas ao serviço da manutenção da paz no mundo, onde “*a força militar talvez seja mais efectiva enquanto meramente latente*” e porque temos “*a existência, pela primeira vez na era moderna, de uma superioridade geoestratégica abissal de uma superpotência, em relação a todos os outros actores da cena mundial*”. Ver Martin, Laurence e Roper, John (ed.) – “The Utility of Military Force” in *Towards a Common Defense Policy*, Paris, Instituto para os Estudos da UEO, 1996 e especialmente, Correia, Pedro Pezarat – “Velhas e Novas Cartografias dos Conflitos” in Pureza, José Manuel (org.) et alia – *Para uma Cultura da Paz*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001, p. 79.

⁷¹⁸ Neste âmbito, consultar Luthans, Fred – *Organizational Behavior*, 7.ª Edição, New York, McGraw-Hill, 1995.

⁷¹⁹ Além da apresentação teórica de conhecimentos, é comum nestas matérias o desenvolvimento de exercícios de role playing, que ajudam a perceber melhor os conteúdos, a sua aplicação e facilitam a sua memorização. Esta também é uma das razões que implica que as escolas não sejam igualmente eficientes no que se refere aos diferentes aspectos do desenvolvimentos do efectivo dos alunos que as frequentam. Cfr. Pinto, Conceição Alves – *Sociologia da..., op. cit.*, p. 53.

cariz, muitas vezes é impossível “*virar as costas*” ao problema que se debate com cada aluno, porque entre muitas outras razões, os internatos são regimes fechados ou semi-fechados. Aquando de um problema, os jovens alunos são chamados a encará-lo de frente, ou em alternativa, a expô-lo aos seus companheiros, aos Alunos Graduados ou aos seus outros educadores.⁷²⁰

Podemos dizer que cada vez mais cedo os pais colocam os seus filhos nas escolas, e que cada vez mais tarde é concluída a sua formação.⁷²¹ Os EME assumem muitas vezes a formação ética e social mais incisiva dos jovens que neles ingressam, pelo que o papel que estas instituições desempenham são tanto mais importantes porque os alunos de hoje, serão os cidadãos de amanhã, futuros militares ou civis. Inerente à condição humana, está a evolução e a mudança de toda uma sociedade em que estamos inseridos, pelo que a formação, a actualização e a renovação da cultura de valores nas escolas militares, além de uma realidade, é cada vez mais uma exigência.⁷²²

A missão de formar alunos em diversas áreas, incluindo as componentes académicas das escolas regulares, assim como as componentes militares e desportivas caracterizantes de uma escola militar, não é uma tarefa simples. Com uma panóplia tão diversa de actividades, atitudes e valores como a *pontualidade* (adquirida precocemente sob pena de comprometer a realização das tarefas e dos diferentes compromissos escolares), o *interesse* e o *empenho* no estudo e outras obrigações, o civismo (pelo respeito da dignidade dos outros e pela vivência em comunidade), a *persistência* (pela perseverança para ultrapassar as dificuldades), a *honestidade* e a *justiça* (pela utilização dos mesmos critérios perante qualquer indivíduo), são referências críticas que os alunos são levados a assimilar e a ajustar. Tratam-se de parâmetros específicos inseridos numa óptica castrense, mas que se revestem de uma importância que não é despicienda, tanto mais porque se assiste nas democracias liberais ao desmoronamento dos grandes princípios legitimadores das instituições militares.⁷²³

Existe actualmente uma generalidade de programas de intercâmbio entre estudantes deste tipo de escolas, que relacionados com a mobilidade e o incentivar da cooperação transnacional entre escolas militares, são extremamente importantes na partilha de conhecimentos e no reforço de

⁷²⁰ Ao passo que numa escola de outro tipo, a proximidade da família e de sua casa conceder-lhes-ia outro tipo ou leque de opções, neste caso, é muito provável que desde cedo os estudantes sejam expressa ou implicitamente convidados a esforçarem-se num amadurecimento prematuro do carácter e do relacionamento com os outros. Como refere Simons, “*a coesão e a moral dos grupos dependem dum alquímia impermeável aos ditames de qualquer decreto*”. Cfr. Simons, Anna – “Women Can Never ‘Belong’ in Combat” in *Orbis*, vol. 44, n.º 3, Filadélfia, Foreign Policy Research Institute, Summer 2000, p. 452.

⁷²¹ O grande desafio do ensino é assim preparar cada vez melhor os jovens alunos para as exigências do mercado de trabalho e para a competitividade. No caso das escolas militares, para uma escolha que pode pender, ou para o ensino universitário civil, ou para o ensino universitário militar.

⁷²² Ver Hofstede, Geert – *Culturas e organizações*, Lisboa, Edições Sílabo, 1997 e Fukuyama, Francis – *Confiança*, Lisboa, Gradiva, 1996.

⁷²³ Podemos enunciar por exemplo, no que respeita ao serviço militar, a quebra daquele que se supunha ser o princípio mais emblemático de toda a teoria legitimadora: o princípio da universalidade. Cfr. Auvray, Michel – *L’Âge des Casernes. Histoire et Mythes du Service Militaire*, Paris, Éditions de l’Aube, 1998, p. 246.

atitudes entre sistemas de ensino análogos. As similaridades que se encontram são próprias de instituições com os mesmos objectivos, pelo que não é surpresa que estas escolas sejam quase sempre acérrimas defensoras de um leque diversificado de actividades extracurriculares, por motivo de que estas habilitam os alunos a estabelecerem relações pessoais saudáveis, capacitam-nos para a obtenção de resultados (promovendo o espírito competitivo) e ajudam-nos no combate e à fuga ao stress inerente à vida académica numa instituição castrense.⁷²⁴

Tanto a missão como os objectivos das instituições de ensino estão, ou deveriam estar, cada vez mais, associados às missões e objectivos das organizações que se encontram a jusante. Partindo do pressuposto que este é o primeiro passo para a identificação e o estabelecimento dos valores e das atitudes, nomeadamente de instituições com tradições vincadas como é o caso das escolas militares, é necessário que as acções desenvolvidas revelem a necessidade de identificar e desenvolver comportamentos de liderança, criatividade, dinamização de grupos, assim como valores ligados à realização das relações sociais e da interacção social entre as várias esferas do poder.⁷²⁵

A cultura de valores é assim reforçada pela dinamização de grupos, pelas tomadas de decisão, pelo espírito de grupo, mas sempre baseada nas relações sociais dos elementos do processo educativo. Daí que a dinâmica da sociedade e as exigências das organizações escolares sejam sempre dependentes uma da outra, sob pena de que as escolas não evidenciem o modelo de cultura que lhes é desejavelmente atribuído, ou seja, precisamente um modelo que capte, seleccione, valorize e reforce as capacidades e competências técnicas dos seus estudantes (futuros cidadãos), mas também o amadurecimento das atitudes e da ética das pessoas que ali crescem e aprendem. E quando falamos daquilo que representam as escolas militares, então maior se torna essa tarefa, exactamente pelo motivo de que dessas deve resultar um reforço da ligação entre as Forças Armadas e a sociedade, assim como contribuir para estimular a adequação dos comportamentos dos cidadãos aos desígnios da Nação.⁷²⁶

⁷²⁴ Cfr. Requiza, R. – “As dimensões do lazer” in *Revista Brasileira de Educação...*, *op. cit.*, 54 a 76.

⁷²⁵ Na verdade, pode-se afirmar que as relações entre a escola (entendida em sentido lato) e as esferas do poder social e político caracterizam-se por bruscos deslocamentos e por repentinas reestruturações de conjunto separadas por longos períodos de estabilidade. As relações entre a escola e os sistemas de valores são sujeitos, eles também, às acelerações, mas o grau de viscosidade aumenta, porque não se muda dum momento a mentalidade dos professores e dos pais. Do lado dos conteúdos culturais e científicos, as relações escola-sociedade seguem igualmente o seu ritmo próprio, mesmo se este ritmo depender igualmente das equipas e das classes no poder. Entre outros, ver Petitat, A. – “Entre histoire et sociologie, une perspective constructiviste appliquée à l’émergence des colleges et de la bourgeoisie” in *Revue Française de Pédagogie*, n.º 78, 1987, pp. 21 a 29.

⁷²⁶ Esta também se assume como uma das missões do serviço militar, mas cada vez mais difícil de ser efectuada, por força da globalização e dos seus efeitos, e pela opção natural pelo voluntariado, cada vez mais generalizada. Morris Janowitz já alertava para este facto em 1966, num contexto mais abrangente, durante uma conferência sobre cidadania, onde enfatizava a ideia de um Serviço Nacional vocacionado para se afirmar como uma nova instituição social que ajudasse de forma construtiva à mudança social. Cfr. Cosidó, Ignacio – *El Servicio Militar en los 90: Perspectivas de Cambio*, Madrid, Fundación José Canalejas, 1996, p. 19.

Decorre daqui que o espaço social da generalidade das escolas, é assim também, o espaço onde se enquadram as escolas militares. O ser humano é um ser eminentemente social, pelo que partilhamos do entendimento que é a acção balizadora ao nível do comportamento, que situa melhor este tipo de instituições. E afirmamos isto porque actualmente já é possível encontrar uma grande diversidade de escolas com regimes de internato, com actividades extracurriculares (culturais e desportivas), com preocupações ao nível da disciplina e da cultura de valores em geral. Logo, aquilo que distingue melhor as escolas militares destas outras, é que as militares continuam a ser associadas a uma educação castrense (com formaturas, cerimónias militares, hábitos e costumes marciais) que por si só detém características próprias e implica um desenvolvimento diferenciado dos seus alunos, desenvolvimento esse que não tem necessariamente de ser melhor ou pior, que aquele que é relativo a alunos que frequentam outro tipo de escolas.⁷²⁷

A forte identidade e os altos padrões de exigência que, grosso modo, estas instituições defendem, tendem à interiorização por parte dos alunos do quadro de valores e princípios com que estes lidam dia após dia. Com efeito, a vivência nas escolas militares caracteriza-se por um processo de formação e de socialização prolongado e contínuo, que é baseado numa prática constante de regulamentos militares e de códigos de princípios, donde pode inferir-se um determinado modelo de comportamentos e atitudes nos alunos, com implicações efectivas naquilo que esses mesmos estudantes serão no futuro e na forma como lidarão com a sociedade, cada vez mais uma *sociedade da informação*, com novas exigências e novos critérios.⁷²⁸ Como Giddens afirma, a “*globalização é política, tecnológica e cultural, além de económica*”.⁷²⁹

⁷²⁷ É interessante ver Scott, P. – “Unified and binary systems of higher education in Europe” in Burgen, A. – *Goals and Purposes of Higher Education in the 21st Century*, London and Bristol, Kingsley, 1996, pp. 37 a 54 e do mesmo autor, “Structural developments in higher education: the experience of unified systems” in *Das Hochschulwesen*, n.º 45, 1997, pp. 133 a 139.

⁷²⁸ Na *sociedade da informação*, a formação para transmitir conhecimentos e qualificações está a ser substituída pela formação para adquirir competências. Com os sistemas de ensino a explorarem novos modelos pedagógicos e a integrarem novas formas de ensinar e de aprender que sejam facilitadoras do processo educativo, as escolas militares deparam-se com diversos desafios. Entre esses desafios encontramos aquilo que é o desenvolvimento das capacidades no seu tipo de ensino, seja relativo a uma pedagogia por objectivos, uma pedagogia por projectos ou a um ensino que, pontualmente, seja baseado em problemas cuja resolução pró-activa se proponha aos alunos. Isto permitiria aos alunos, aliar a parte académica geral com as suas congéneres, com um modelo educativo inovador, tanto mais que se trata de instituições de cariz castrense. Estas vertentes deram, a nível universitário, muito bons resultados, nomeadamente em universidades como a de Ålborg (Dinamarca) ou Maastricht (Holanda), onde o objectivo do ensino é “*aprender fazendo*”. As nossas Forças Armadas e, em especial, o Exército, têm também dinamizado a opção do “*on job training*”, que numa vertente profissionalizante, pretende que os militares (essencialmente os menos graduados) executem tarefas sucessivas nos seus afazeres diários (são supervisionadas por outros militares), que fazendo parte de um serviço específico, vão sendo adquiridas no tempo e conduzem a aptidões finais sem o recurso ao período tradicional de formação, propriamente dita. Trata-se de uma verdadeira reformulação de conceitos, que abrange uma diversidade significativa de áreas, que não apenas a vertente castrense. Ver, entre outros, Teichler, U. – “Strukturwandel des Hochschulwesens: Konzepte, internationale Erfahrungen und Entwicklungen in Deutschland” in *Das Hochschulwesen*, n.º 45, 1997, pp. 150 a 157 e do mesmo autor, “The changing roles of the university and non-university sectors of higher education in Europe” in *European Review*, n.º 6, 1998, pp. 475 a 487. Sobre a crise na educação e o papel das tecnologias de informação será também útil ver McConnell D. – *Implementing computer*

A dificuldade em caracterizar e acompanhar a grande mutação cultural que estamos a viver, torna toda esta problemática ainda mais difícil. Quem teima em preparar-se com honestidade para os desafios, aceitando a ascensão quase sempre penosa de uma aprendizagem demorada e séria, sabe que esta não pode muitas vezes ser levada a cabo senão à custa de renúncias muito pesadas. O amor da verdade, é cada vez mais substituído pela preocupação do útil e o gosto do saber cada vez mais substituído pelo frenesi do êxito. As escolas militares sofrem com esta realidade. Para os tempos do futuro, podemos já dizer que estar mais preparado para a acção será ser mais competente, não só pela possibilidade de ter auferido de um ensino pluridisciplinar, mas também de uma experiência de vida enriquecedora, onde a competência central passará muito pela capacidade de empreender.⁷³⁰

Formar um aluno de uma escola militar é pois um processo complexo, moroso e dispendioso. Prepará-lo com uma bagagem científica, técnica e comportamental de excelência como é intenção primeira dessas instituições, exige por parte dos alunos, a aprendizagem com um esforço continuado ao longo dos diversos anos lectivos e requer energia, motivação (na escola e na família) e tenacidade. Mas para além destas vertentes, requer-se em igual sentido, um acentuado espírito de luta e de intransigência, na medida em que para resistir à sedução, ao brilho e às vantagens de uma vida académica menos exigente no exterior da escola, é necessário ter um espírito de sacrifício próprio e aquilo que frequentemente se designa correntemente por “*amor à camisola*”.⁷³¹

supported co-operative learning, London, Kogan Page, 1994 e Fowel, S. P. and Levy, P. – “*Computer-mediated communication in the information curriculum: an initiative in computer-supported collaborative learning*” in *Education for Information*, n.º 13, 1995.

⁷²⁹ Cfr. Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da...*, *op. cit.*, p. 22.

⁷³⁰ Num momento em que as mudanças técnicas determinarão cada vez mais mudanças no emprego ou no sector de actividade, assim como a desvalorização dos saberes adquiridos, desqualificação e até reinvenção de trabalho, nada será tão eficaz como a disponibilidade e a capacidade para empreender, sendo que essa aptidão deve ser fomentada desde cedo nos alunos, logo nas escolas em geral e sobretudo nas escolas militares, dado o seu cariz muito pluridisciplinar. Ver, por exemplo, Martín-Barbero, Jesús – “Saberes hoy: disseminaciones, competencias y transversalidades” in *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 32, Organización de Estados Iberoamericanos, Maio a Agosto de 2003, pp. 17 a 34. Afirma Cardoso que, numa “*sociedade feita de imprevisibilidades e de incertezas, como é a nossa, parece readquirir importância a formação de cidadãos com saberes diversificados e actualizados que sustentem a reflexão, a acção e, sobretudo, a tomada de decisões e escolhas críticas*”. Cfr. Carlos Cardoso – “Saberes e competências, para quê?” in *Jornal a Página da Educação*, ano 12, n.º 125, Julho de 2003, p. 22.

⁷³¹ É comum a ideia de que as escolas militares assumem posicionamentos colectivos de uma autoestima significativa, na medida em que tendem frequentemente a elevar a imagem da instituição, seja pelo ênfase que concedem às características do seu ensino, seja até em acções de propaganda no intento de cativar outros candidatos. Mas isto não é só verdade na dinâmica das escolas militares. Se tomarmos em conta as Unidades Militares, por exemplo, é seguro afirmar que as forças de elite são geralmente conotadas com esse tipo de atitude, onde os sentimentos de coesão e solidariedade são persistentemente estimulados, e que, aproveitemos para sublinhar, são de tal maneira fortes que explicam, em parte, as razões pelas quais, nessas Unidades, as taxas de heroísmo são superiores às das Unidades “normais”. Também, nestes casos, a formação militar é longa, exigente, difícil quando comparada com outras actividades dentro da instituição castrense. Com efeito, num estudo conduzido por sociólogos americanos aos militares condecorados com a Medalha de Honra do Congresso, concluiu-se que 54% dos recipiendários pertenciam a forças especiais. Esta é uma percentagem muito relevante, se tivermos em conta a enorme desproporção entre os efectivos “normais” e os dessas forças. Cfr. Riemer, Jeffrey, W. – “Durkheim’s Heroic Suicide in Military Combat” in *Armed Forces and Society*, vol. 25, n.º 1, N. Jersey, Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, Fall 1998, p. 113.

Percebe-se que muita da formação dada nestas instituições, sem finalidade operacional imediata, procura em primeira instância a sensibilização dos alunos para questões como a Defesa Nacional e o porquê da reflexão na conduta individual. Mas é ainda importante dizer que o ensino nos EME tem procurado acompanhar a realidade social e económica envolventes,⁷³² entre outras razões, porque tem compreendido a necessidade de ultrapassar as barreiras criadas por diferentes origens, extractos sociais e níveis culturais dos candidatos que anualmente nessas casas ingressam: “a educação é o jogo de espelhos constantemente visto pelo mesmo e pelo outro, a partir da conformidade e da diferença”.⁷³³

A formação exige tempo. Para descobrir conceitos, elaborar raciocínios e retirar conclusões que sejam pertinentes, os alunos destas escolas necessitam de tempo para viverem dinâmicas tão diversas e especiais como a camaradagem e o espírito de corpo. Com efeito, a coesão dos pelotões e das equipas desportivas, o reconhecimento, o sentimento de pertença e a autoestima não surgem sem uma experiência vivida. A ideia genérica é a de que o trabalho de cada aluno completa-se no trabalho dos outros, pelo que nenhum realiza apenas uma obra sua, mas acima de tudo contribui para um projecto colectivo. Assim também é o mundo empresarial, destino privilegiado da esmagadora maioria dos alunos dos EME, e que no caso particular do IMPE, tem merecido uma atenção especial por parte da APE.⁷³⁴

Podem resumir-se estas questões em três vertentes distintas, mas que se completam num triângulo do saber, composto pelo *saber aprender*, o *saber fazer* e o *saber estar*. Com efeito, a formação comportamental continua a ser uma preocupação fundamental das escolas militares e tem por finalidade principal, alcançar uma objectiva compreensão sobre os valores morais, culturais e patrióticos que consubstanciam a Instituição Militar. Procurar incessantemente forjar o carácter nos actos académicos, curriculares, formais e informais apresenta-se então como uma necessidade nestas escolas, mas dentro de valores mais gerais como sejam o desenvolvimento da força moral, do sentido do dever, da honra e da lealdade, cultivando permanentemente a ordem e a disciplina dos estudantes na óptica da maior liberdade individual possível.⁷³⁵

Não se pode dizer que seja um trabalho linear. Mesmo que sejam desenvolvidas qualidades de liderança e experiências pedagógicas veiculadas por quadros militares e civis de elevada competência, cativar um aluno para a realidade militar (naquilo que ela é hoje) é um trabalho crítico.

⁷³² Neste sentido e noutros, é muito útil a leitura de Fiévet, Gil – *Da estratégia militar à estratégia empresarial*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1992.

⁷³³ Cfr. Haccht, Anne Van – *A Escola à Prova da...*, *op. cit.*, p. 207.

⁷³⁴ Neste sentido, ver Ferreira, Américo – “Dinamizar a Associação. Valorizar o Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 8.

⁷³⁵ Ver Slim, Field-Marschal Sir William – “Liberty implies Discipline” in Vários – *Serve to Lead...*, *op. cit.*, pp. 43 e 44.

A referências éticas e comportamentais sólidas e exemplares de tempos passados, foram substituídas em muitos casos por outro tipo de preocupações nos jovens. Tanto assim é que, no final da formação nas escolas militares de âmbito não superior, poucos são os alunos que concorrem aos ESEM para serem futuros oficiais das Forças Armadas ou Forças de Segurança. E esta é uma realidade além fronteiras, pois não é caso exclusivo dos EME em Portugal. Na verdade, a generalidade das instituições castrenses têm sido afectadas por estas e por outras problemáticas.⁷³⁶

Desta forma, mesmo podendo dizer-se que no final dos seus cursos, os alunos se sentem integrados no seio da Instituição Militar, contudo o mesmo não é afirmar que estão dispostos a dedicar-lhe mais tempo das suas vidas. Decorre daqui que o seu sentido cívico muitas vezes se inclina para aquilo que é a opção civil, seja esta concretizada pelo ingresso numa universidade ou pelo ingresso directo no mercado de trabalho. Para trás ficaram anos de convívio com militares, num ambiente que era, em muitos aspectos, militar.⁷³⁷

Desde o seu ingresso na instituição (onde houve lugar a critérios de selecção, com provas literárias, físicas, médicas, psicotécnicas e, em alguns casos, militares), até ao acompanhamento privilegiado, selectivo e permanente durante o período em que foram alunos, os estudantes destas escolas experimentaram episódios sociais que, ligados ou não com a vida militar, foram contudo próprios daquilo que é a vida num internato ou semi-internato. Viveram valores como a *integridade do carácter* (na rectidão pelos princípios morais), o *patriotismo* (na lealdade aos valores, símbolos e valores nacionais), a *lealdade* (com fidelidade à comunidade, às FA, a superiores, subordinados e pares), o *espírito de sacrifício* (com resistência à privação, com autoconfiança), a *coragem* (com calma e firmeza), o *sentido do dever e da disciplina* (com discernimento e sentido de justiça), o *espírito de corpo* (com generosidade) e a *honra* (com confiança e dignidade).⁷³⁸

Embora os valores e as atitudes ministrados nas escolas militares consubstanciem uma educação moral e cívica, contudo, em termos do processo de aprendizagem e consequente valorização, temos que sublinhar que este sistema pode ter lacunas, como todos os outros. Estes estabelecimentos implicam a assumpção de sentimentos, emoções, atitudes corporais e funções

⁷³⁶ De facto, existe todo um conceito de obediência institucional, que com características muito próprias, tem conferido às diversas instituições castrenses uma imagem que não apela e que sobretudo não motiva os jovens, enquanto peças basilares de todo um sistema de pirâmide organizacional, que cada vez mais diminui ou perde essa sua base de sustentação. Nesta linha de entendimento, é oportuno ver Raposo, Santos – “Obediência Institucional” in *Expressão*, Boletim da AOFA n.º 3, Lisboa, Associação dos Oficiais das Forças Armadas, Abril de 2005, pp. 6 e 7.

⁷³⁷ Lautman, referindo-se à *conscrição cívica* dos jovens, alerta-nos para a difícil concretização de um desígnio nacional como esse. As escolas militares são um exemplo excelente daquilo que é essa dificuldade, na medida em que reflectem uma atitude decorrente de uma experiência partilhada e logo com um significado mais relevante nesse contexto. Cfr. Lautman, Jacques – “Éléments pour le débat sur le Service National” in *Cahiers de la Fondation pour les Etudes de Défense*, n.º 1, Paris, Janvier 1996, pp. 15 e 16.

⁷³⁸ Cfr. Borges, João Vieira – “A Educação cívico-militar como consciência da Defesa Nacional” in *Revista de Artilharia*, n.ºs 759 e 760, Lisboa, Novembro e Dezembro de 1988, pp. 93 a 98.

cerimoniais nos seus efectivos (não só nos alunos, mas também nos militares e civis que aí prestam serviço) que, embora sejam de salutar em certo sentido, também é certo que exigem múltiplas privações nos percursos dos indivíduos, percursos esses que podem pontualmente ser marcados por rupturas ou dificuldades.⁷³⁹

A maturidade pessoal para tomar e concretizar as decisões que influenciam os modos de viver nestas escolas, nomeadamente pela assumpção das consequências e aceitando os riscos inerentes à incerteza das dinâmicas de uma instituição que é militar, exige por parte dos profissionais que ali trabalham, não só a valorização da razão nos factos, mas também a sensibilização para os princípios éticos do trabalho académico, físico e militar. Tendo em conta que para assumir a sua própria concepção moral daquilo que é a instituição, primeiro terão que restabelecer os valores da mesma para si próprios e agir coerentemente em função deles, este posicionamento na estrutura social da escola é importante. E isto não é válido só para os professores e demais educadores civis, mas sobretudo para os militares que aí prestam serviço, especialmente para os oficiais e sargentos, que nesta como noutras situações, se encontram nos dias de hoje cada vez mais lado a lado na realidade social castrense.⁷⁴⁰

Perante uma formação que é multi e interdisciplinar (onde se fomenta e aprofunda continuamente os dispositivos de escuta), professores e comandantes militares usualmente aproveitam para maximizar os espaços e tempos simbólicos que estruturam o processo de formação da vida dos alunos, fomentando práticas pedagógicas e processos de avaliação frequentemente mais complexos que numa escola regular. Embora esta posição seja interessante no sentido em que promove a maior abrangência de domínios do conhecimento nos alunos, não deixa de ser verdade que é difícil superar a fragmentação de conteúdos, com a inevitável dispersão e pulverização de componentes pelas actividades curriculares e extracurriculares, num tempo em que o “*conhecimento é tanto mais rigoroso quanto mais restrito é o objecto em que incide*”.⁷⁴¹

⁷³⁹ A função cerimonial, tão característica das Forças Armadas assume uma relevância muito significativa na cultura militar. Na verdade, “*o cerimonial e a etiqueta assumem, no seu domínio próprio, o mesmo papel que os rituais desempenham tradicionalmente na sociedade: o de controlar ou mascarar as nossas ansiedades e ignorância, ou de afirmar a nossa solidariedade para com outrem, ou de celebrar a nossa maneira de ser, normalmente em conjugação com um universo mais amplo – as pequenas Subunidades militares em relação a uma grande Unidade, e a Instituição Militar relativamente à sociedade como um todo(…)*”. Cfr. Snider, Don M. – “Na Uniformed Debate on Military Culture” in *Orbis*, Filadélfia, Foreign Policy Research Institute, Winter 1999, p. 18.

⁷⁴⁰ De facto, grande parte dos estudos sociológicos sobre os militares profissionais e as suas relações com a sociedade consideram como paradigma do militar profissional apenas o oficial dos quadros permanentes. Mas esse ponto de vista está a modificar-se, na medida em que – entre outras circunstâncias – os sargentos dos Q.P. têm hoje uma estrutura de carreira muito semelhante à dos oficiais (com destaque para as dificuldades na progressão nas promoções), sendo que no que concerne aos EME, a sua importância na vida corrente interna é muito próxima, apenas divergindo nas funções de comando atribuídas, mas com um trato para com os alunos que em muito se aproxima, pela diversidade de contactos que ao longo dos anos são partilhados entre todos. Cfr. Carrilho, Maria – *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX*, Lisboa, INCM, 1985, p. 47.

⁷⁴¹ Cfr. Santos, Boaventura de Sousa – *Um discurso sobre... op. cit.*, p. 46.

Desta forma, um dos maiores desafios nestas escolas é precisamente o de criar um desejo de aprendizagem permanente por parte dos alunos, ou no mínimo, a propensão individual para essa atitude. Podendo parecer à primeira vista uma tarefa simples, contudo ressalve-se que contribuir para que os alunos se sintam (desde os primeiros momentos na instituição) inseridos numa escola aberta à comunidade e à realidade social, é um trabalho difícil e que não é definido no tempo. Trata-se de uma tarefa permanente, continuada ao longo do período em que os alunos frequentam a instituição e que nem sempre é bem sucedida, pese embora a realidade de que o tempo de interacção entre educador/es e aluno/s seja particularmente determinante na eficácia da aprendizagem em sentido lato.⁷⁴²

As instituições de ensino militar, enquanto organizadoras de espaços e tempo de formação institucionalizada, repensam actualmente muitas vezes o seu papel, em especial porque precisam de criar condições favoráveis que permitam a candidatura de novos alunos e a assimilação de novos valores (ajustando os princípios já existentes). Mas exige-se também a aquisição, a modificação e a eliminação de representações que os seus alunos têm da sociedade e das suas Forças Armadas, para que entre outros aspectos educativos (além da vertente estritamente académica), se promovam o desenvolvimento das suas capacidades de socialização no ambiente castrense e o amor à Pátria e à sua organização de Defesa Nacional, que como sabemos assenta num contexto de uma cada vez menor operacionalidade das Forças Armadas em geral.⁷⁴³

Com domínios tão vastos que vão do adestramento militar, ao empenhamento desportivo e à formação académica, a formação presente nestas escolas tem espaços de comunicação e difusão de saberes onde se reconhecem as limitações recíprocas dos diversos campos disciplinares. Todavia, por diversas ocasiões é possível observar a sua complementaridade, numa realidade que é complexa e que tende a preparar os alunos para um método de pensamento conveniente a seleccionar, identificar e relacionar as diferentes matérias.⁷⁴⁴

Este pensamento é tanto mais importante porque importa deixar para trás as *perspectivas idealizadas* deste tipo de escolas, onde tudo parecia ser de *excelência*. Isto significa que alunos e demais elementos do processo educativo devem ter uma visão dialéctica e aprender a conviver com o contraditório da realidade dos factos, recusando as perspectivas idealizadas, simplistas e optarem por

⁷⁴² Cfr. Pinto, Conceição Alves – *Sociologia da...*, *op. cit.*, p. 53.

⁷⁴³ Cfr. Snider, Don M. e Watkins, Gayle L. – “The Future of Army Professionalism: A Need for Renewal and Redefinition” in *Parameters*, vol. XXX, n.º 3, Carlisle, PA, Army War College, Autumn 2000, pp. 8 a 10.

⁷⁴⁴ Neste contexto, é oportuno ver Blythe, T. e Gardner, H. – “A school for all intelligences” in *Educational Leadership*, vol. 47, n.º 7, 1990, pp. 33 a 37, assim como Gardner, H. e Hatch, T. – “Multiple intelligences go to school: educational implications of the theory of Multiple Intelligences” in *Educational Researcher*, vol. 18, n.º 8, 1989, pp. 4 a 10 e ainda Walter, J. M. e Gardner, H. – “The theory of multiple intelligences: Some issues and

uma transparência nas relações sociais, reconhecendo as múltiplas representações que cada actor social transporta para a acção educativa.⁷⁴⁵

Os contextos institucionais e a vida académica permitem fazer da acção e da prática, uma oportunidade para o enriquecimento do património experiencial nos diferentes elementos do processo educativo. Assim, mais do que um mero formalismo tradicional (que os alunos interiorizam como tarefas rotineiras e que realizam de forma acrítica), o ensino deve mobilizar para a acção os conhecimentos tidos como anteriores, de forma a reaprender, assimilar, interiorizar e contextualizar os novos problemas.⁷⁴⁶

O papel mais importante das escolas militares não é tanto a transmissão dos saberes tecnicamente acumulados, mas sobretudo a formação do indivíduo, a sua preparação para a aprendizagem, para o uso da reflexão e para a sua formação cívica. Neste sentido, o papel destas instituições deve passar por manterem-se fiéis aos seus princípios fundadores, especialmente naquilo que advogam que é a educação para a excelência e para a exigência, mas também, de igual forma, evitar a cristalização e a natural tendência à preservação do *status quo* e à repetição acrítica dos saberes. No exercício dessa função, cabe ao *ethos* profissional das escolas com cariz militar, controlar a natureza, o alcance e os limites morais das actividades que desenvolve, num claro reconhecimento dos propósitos da Instituição Militar.⁷⁴⁷

Num tempo em que as escolas em geral têm que resistir às forças do mercado que as querem tornar num mero produtor de credenciados em determinadas áreas (seja a nível profissional, a nível académico, etc.), em meras escolas de ofícios e em instituições encerradas em si mesmas, as escolas militares lutam não apenas com essa realidade, mas também com a necessidade de manterem-se abertas e adaptadas às mudanças que as envolvem. É por esta razão que não nos aflige a gestão

answers” in Sternberg, R. J. e Wagner, R. K. (eds.) – *Practical intelligence: Nature and origins of competence in the everyday world*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986, pp. 163 a 182.

⁷⁴⁵ Entre outros, ler Gadotti, Moacir – *Escola Cidadã*, 3.ª edição, São Paulo, Cortez, 1994, assim como Costa, Márcio da – “A Educação em Tempos de Conservadorismo” in Gentili, Pablo (org.) – *Pedagogia da Exclusão*, 2.ª Edição, Petrópolis, Vozes, 1995, pp. 43 a 76.

⁷⁴⁶ Como se deduz, a vontade e a determinação são vectores fundamentais neste tipo de escolas, reflectindo-se inevitavelmente na vontade de aprender e de estudar dos estudantes. Mas saber colocar em causa não só os conhecimentos adquiridos e as ideias pré-concebidas, como também os próprios conhecimentos e saberes que são transmitidos, sem recear o colocar em causa das verdades indiscutíveis ou levantar questões pertinentes, é também uma tarefa importante nos alunos, mesmo numa escola militar e talvez mais do que nunca o foi. A curiosidade deve assim ser uma atitude permanente dos alunos, como da parte dos professores deve ser exigida a qualidade e a seriedade da docência, num espírito de vontade em se excederem, pela determinação e a não acomodação ao que está superiormente definido. Embora seja verdade que é necessário “o rigoroso controlo civil sobre qualquer tentativa de envolvimento dos militares nos assuntos políticos”, isso não impede que, dentro dos contextos educativos superiormente aprovados, os educadores (incluindo os professores militares) desenvolvam um espaço de manobra pedagógica aceitável por forma a promoverem ou a consolidarem determinado tipo de matérias ou contextos. Cf. Sarkesian, Sam C. – “Two Conceptions of Military Professionalism” in Martin, Michael Louis e Maccrate, Ellen Stern – *The Military, militarism, and the polity...*, *op. cit.*, p. 166.

privada neste tipo de escolas, bem assim como a direcção das mesmas por pessoas que não sejam necessariamente militares (incluindo os que estão em regime de reserva e reforma). Uma opção por este modelo, não implica necessariamente um afastamento dos valores e dos princípios que a instituição defende, na medida em que continuam a haver quadros militares na formação diversa dos alunos, e a formação destes com uma direcção militar ou não, deparará sempre quadros militares e quadros civis no desempenho de funções de docência.⁷⁴⁸

A não cristalização, a abertura e a capacidade de um organismo como os EME, por natureza conservadores, a aprender a gerir, e mesmo a gerar a mudança, fazendo a renovação, é essencial para a sua própria sobrevivência. Não temer a aproximação do mercado da formação, pela maior aproximação dos saberes às necessidades do tecido económico (com maior valorização de competências, valências e aptidões e menos do grau académico específico) é um desafio muito real das escolas militares, que se têm esforçado para não perder o folgo da modernização.⁷⁴⁹

Assim, realizam protocolos conjuntos com entidades externas (similares e não similares), partilham conhecimentos e acções de formação, existe uma maior preocupação em estimular o corpo docente (e mesmo discente) e ainda promovem a passagem dos alunos por empresas e pelos ESEM (através de visitas), entre outras actividades. Estas situações contribuem para transmitir *in loco* a experiência activa nas diversas áreas (civis e castrenses), despertar o interesse e vocações nos jovens alunos, bem como contribuir para apreender os desenvolvimentos do mundo em concreto e das novas dinâmicas tecnológicas e sociais. Com efeito, fazendo as escolas militares parte do universo da instituição castrense, as Forças Armadas e a sociedade são realidades interdependentes e interactivas, tornando-se por isso essencial compatibilizar a legitimidade social das Forças Armadas na esfera exterior e a sua coesão na esfera interna, assegurando ao mesmo tempo que não percam a capacidade para cumprir as suas missões.⁷⁵⁰

⁷⁴⁷ Cfr. Van Doorn, Jacques – “Continuity and Discontinuity in Civil-Military Relations” in Martin, Michael Louis e Maccrate, Ellen Stern – *The Military, militarism, and the polity...*, *op. cit.*, p. 40.

⁷⁴⁸ Não é a este nível que se registam as dificuldades de concretização do modelo profissionalizado, pois falamos de quadros superiores, ou no mínimo, técnicos superiores e pessoal qualificado (oficiais e sargentos). Os problemas do modelo profissionalizado (que são maiores no Exército que nos outros Ramos das Forças Armadas) e que são comuns a todos os países ocidentais, referem-se particularmente à classe de praças. Cfr. Bandow, Doug – “Mend, Never End, the All-Volunteer Force” in *Orbis*, vol. 44, n.º 3, Filadélfia, Foreign Policy Research Institute, Summer 2000, p. 465.

⁷⁴⁹ As afinidades com o pólo institucional e com o ocupacional (estudantes), decorrem em muito, de aspectos como a vocação, o sentimento do dever e o sentimento patriótico, entre outros. O que é importante frisar, é que analogamente aos militares profissionais, “o que as circunstâncias ditam são formas diferentes de ligação entre o indivíduo e a organização, e essas formas, como modas que são, influenciam a generalidade das mentes de um modo mais imediato do que longos anos de história e tradição”. Cfr. Sousa, Cardoso de – *Análise da Tendência Institucional-Ocupacional dos Oficiais do Exército Português*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1993, p. 1070.

⁷⁵⁰ Cfr. Cotton, Charles in Moskos, Charles C. e Wood, Frank, R. – *The Military: More than Just a Job?*, London, Pergamon-Brassey’s, 1988, p. 44.

A aposta na Lusofonia, e fálamos em particular no caso dos EME portugueses, surgiu como uma forma de criar sinergias entre os estudantes dos diversos países da comunidade lusófona, mas com especial incidência para os países africanos (à frente, abordaremos o caso do Brasil). Parece-nos que a aposta tem sido indevidamente conduzida. Não só porque o desenvolvimento dessas acções se tem revelado unicamente no sentido da formação portuguesa a esses estudantes estrangeiros (com implicações diversas ao nível financeiro para os EME nacionais⁷⁵¹) e donde o valor académico acrescentado aos nossos próprios estudantes é escasso, mas também porque nem sequer se faz um intercâmbio efectivo com esses países.⁷⁵²

Embora não coloquemos a hipótese do intercâmbio escolar porque a realidade académica desses países a isso ainda não permite (particularmente quando se fala em Estabelecimentos Militares de Ensino similares aos nossos), cremos contudo que seria útil a realização de visitas para conhecer a sua realidade e os seus aspectos sociais e históricos. Mas infelizmente, muito ainda há a fazer a esse respeito. As dificuldades económicas do nosso país, aliadas a alguma inércia institucional (interna e externa aos EME) que se arrastou no tempo, conduziram a esta realidade. A experiência de diversos anos com a formação destes alunos dos PALOP tem-se revelado apenas nisso: a formação nacional a esses alunos e o convívio dos nossos estudantes com esses alunos estrangeiros. Tudo o que seriam hipóteses enriquecedoras na experiência académica e social com esses países (intercâmbios formativos e estágios profissionais, entre outros domínios) têm sido escassas e com pouca repercussão na comunidade pilónica.⁷⁵³

Uma aposta na Lusofonia que nos parece do maior interesse em estabelecer, seria a de promover intercâmbios com o Brasil. Este país da CPLP surge como o maior e o melhor parceiro para este tipo de dinâmica, perante aquilo que importa desenvolver nos nossos EME. E isto acontece

⁷⁵¹ Neste contexto, ver o caso particular do IMPE, no capítulo XII.

⁷⁵² Como refere Vieira num entendimento que pende sobretudo para a perspectiva da Instituição Castrense (mas que é transitável para o contexto educativo das escolas militares), se apenas existir a preocupação com a satisfação dos imperativos funcionais, promover-se-á rápida e inexoravelmente a marginalização; mas *"se, pelo contrário, os valores sociais constituírem a sua preocupação exclusiva, então as Forças Armadas serão incapazes de combater. Um justo equilíbrio entre esses dois imperativos é indispensável, dudo existir entre eles uma ligação complementar que exclui as opções radicais"*. Cfr. Vieira, Belchior – "A Instituição Militar: da Nostalgia à Inovação" in *Nação e Defesa*, n.º 67, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho a Setembro de 1993, p. 86.

⁷⁵³ Na verdade, pode dizer-se que tem havido um sucesso maior neste tipo de cooperação no que concerne aos ESEM, com especial destaque para a Academia Militar. A cooperação entre as Forças Armadas Portuguesas e as FA dos PALOP tem revelado alguns dividendos, sobretudo porque permite um relacionamento mais próximo entre futuras chefias militares que frequentaram a mesma instituição de ensino. Neste momento, isso já começa a ser muito evidente, porque existem vários quadros de oficiais superiores que se encontram nessa situação. Num dos exemplos escritos desse optimismo formativo por parte de Portugal, encontra-se o seguinte: *"a cooperação militar tem constituído, ao longo de dezassete anos, uma das prioridades dos quadros programáticos governamentais, reconhecendo-se que o seu desenvolvimento serve os superiores interesses nacionais, gerando mais-valias importantes e benefícios para todas as partes envolvidas"*. Cfr. Redacção do JE – "Curso de Formação de Oficiais das Forças Armadas dos PALOP" in *Jornal do Exército*, n.º 529, Lisboa, EME, Maio de 2004, p. 8



por diversas razões, sublinhe-se. Com efeito, o Brasil é dentro dos países da lusofonia, aquele que, entre outros aspectos:⁷⁵⁴

- Tem o maior número de colégios militares em funcionamento;
- Tem a maior experiência académica, desportiva e castrense com este tipo de escolas;
- Tem os maiores efectivos neste tipo de ensino;
- Tem mais incentivos para saídas castrenses relativamente aos alunos que estudaram nessas escolas;
- Tem mais protocolos celebrados com entidades civis para futuras saídas profissionais dos seus estudantes.

Por estas razões, entre outras, parece-nos que aposta que tem sido feita por Portugal ao nível da Lusofonia só pode ter duas interpretações. Ou a aposta tem sido mal interpretada a nível governativo (uma relação de cooperação deve ser baseada na assistência/colaboração entre duas partes, ou seja, com benefícios para ambos os lados), por não haverem outras dinâmicas protocolares que tão só a nossa formação a esses estudantes que vêm dos países africanos,⁷⁵⁵ ou no mínimo a aposta deveria ser alargada a outras fronteiras, com um relevo muito especial para o Brasil. E dizemos o Brasil, porque por todos os critérios que enunciemos, parece-nos ser este o país da lusofonia onde a parceria poderia ser mais útil e enriquecedora para ambas as partes, assim como seria efectivamente aquela que proporcionaria mais dividendos e força empreendedora para Portugal. Como refere Fraga, antigo aluno do Instituto, “*uma escola é um organismo com vida e quando fica anémico carece de sangue novo, de transfusões que lhe dêem força*”.⁷⁵⁶

Se são solicitadas aos estudantes atitudes como a curiosidade, a vontade, a determinação e seriedade intelectual, também é verdade que da parte da escola tem de haver abertura, flexibilidade, renovação, seriedade de gestão e uma definição clara da sua missão. Parece-nos que as valências técnicas de pouco valem se não forem utilizadas para o bem da comunidade, tal como as boas vontades de pouco servem se não forem rentabilizadas ao serviço da sociedade e do bem estar do indivíduo e do colectivo. Assim, é a noção de responsabilidade e a dimensão ética e de desenvolvimento integral que deve ser a preocupação primeira das escolas militares, em detrimento de um eventual monopólio aglutinador da especialização técnica ou académica, que sendo

⁷⁵⁴ Cfr. Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo” in *Boletim da Associação dos Pupilos...*, *op. cit.*, p. 32.

⁷⁵⁵ Como por exemplo, visitas e incentivos profissionais nesses países para os estudantes portugueses finalistas e para os antigos estudantes graduados pelos FME. No contexto destas reciprocidades e lógicas de interesses partilhados, ao nível empresarial e económico, será útil ler Sansalieu, Renaud – *Sociologia da Empresa. Organização, cultura e desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997.

⁷⁵⁶ Cfr. Fraga, Luís Alves de – “Uma opção de ensino para o Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 196, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2005, p. 57.

evidentemente um pólo fulcral deste tipo de instituições, tem contudo que ser a todo o momento baseado em valores éticos, especialmente por serem instituições que defendem esse tipo de dimensões diante da opinião pública.⁷⁵⁷

As permanentes mudanças de cenários e de tecnologias forçaram as escolas militares a serem mais interventivas e participativas, envolvendo empresas, entes públicos, civis e militares, e ainda associações e organizações dos mais variados tipos. Estes estabelecimentos surgem hoje com uma imagem tradicional que está alterada, mas que na verdade, era quase impossível não o estar. Formar indivíduos com a noção de responsabilidade para com a sociedade (uma nova sociedade, com novas exigências e novas realidades) implica desenvolver nesses indivíduos uma mentalidade alicerçada em valores éticos mas que estejam todavia abertos a novas perspectivas. O mesmo é dizer que esses futuros cidadãos devem também assumir, por vezes, uma atitude de observadores, para que devidamente fundamentados possam posteriormente difundir boas práticas nos seus locais de trabalho, nas ruas, nos cafés, ou por outras palavras, no serviço e no lazer.⁷⁵⁸

As escolas militares reconhecem (por exemplo, nas suas acções de propaganda escolar), especialmente nos dias que correm, que nem só de deveres e responsabilidades se vive. E isto acontece porque não só desses conceitos se produzem resultados educativos. Uma cidadania plena implica a consciência dos direitos e o direito de por eles falar, exprimindo-se livremente. Esta situação pressupõe uma atitude de exigência para com os elementos de socialização, de honestidade, de qualidade e de respeito pelos valores básicos, onde a dignidade, o ambiente e as diferenças culturais, religiosas e étnicas se apresentam como vectores de referência.⁷⁵⁹

⁷⁵⁷ Convém acentuar que a opinião pública, tal como é entendida modernamente, constitui um fenómeno indissociável da democracia. Na verdade, “antes da revolução ideológica liberal do século XVIII, e da conseqüente generalização do igualitarismo e de prevalência das maiorias, nunca se pôs verdadeiramente o problema da opinião pública”. Cfr. Qualter, Terence – *Opinion Control in Democracies*, N. York, St. Martin’s Press, 1985, p. 5.

⁷⁵⁸ Como refere Costa, “a questão da ética nos negócios tem sido valorizada, actualmente, em muitas grandes empresas, no seio académico e nos media. A sociedade pressiona para a questão da ética corporativa, que deve ser guiada por valores ou princípios de conduta como honestidade, justiça, integridade, respeito, transparência, respeito pelos outros e cidadania responsável”. Cfr. Costa, Alice Nunes da – “Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial” in *Oficina do CES*, n.º 230, Coimbra, Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 2005, p. 9.

⁷⁵⁹ Refira-se que um dos maiores desafios com que se deparam os processos de construção de uma nova cultura para a cidadania, consiste em oferecer à necessidade de formação ética, alternativas não geradoras de exclusão, alternativas tolerantes e pacíficas. Se existir uma palavra capaz de aglutinar em torno de si todas as mudanças que são necessárias nas escolas, com especial incidência nas escolas militares, ela será: democratizar. Mas ao implementar-se a democratização nas escolas, esta terá que considerar todos os níveis, da administração central à sala de aula, do organigrama do sistema escolar à organização do trabalho pedagógico, dos processos aos conteúdos, das regras formais às regras não formais e informais. Recordemos que a participação comunitária e a participação dos educadores, alunos e pais na escola em geral, incluindo as escolas militares, exige estruturas leves, disponíveis à mudança, descentralizadas e que viabilizem com rapidez e eficiência, a acção governamental. Foi difícil chegar a este ponto nas escolas militares e tal aconteceu, como afirma Abrahamsson, porque as Forças Armadas são “uma instituição complexa e bem organizada, que interiorizou valores nacionalistas e conservadores; se se vir envolvida num qualquer processo de mudança e detectar divergências entre militares e civis acerca do rumo a seguir, opor-se-á mais provavelmente à direcção fixada pelos civis do que à dinâmica da reforma”. Citado por Feaver, Peter D. – “The

Na procura da excelência escolar (que em muitos casos, felizmente, não se perdeu), as escolas militares entenderam que não podem estagnar no tempo, porque a procura da melhoria contínua exige que se adaptem aos novos tempos e nem que para isso tenham que alterar os seus regulamentos de normas internas. Esta atitude significa, entre outros domínios, que as instituições devem muitas vezes aprender a competir consigo próprias (além de competirem com as demais), pois não são escassas as situações em que o verdadeiro entrave à modernização de uma escola se localiza dentro desse próprio estabelecimento de ensino.⁷⁶⁰



Fotografias n.ºs 218 a 222

Valores e tradições similares⁷⁶¹

Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control" in *Armed Forces and Society*, vol. 23, n.º 2, N. Jersey, Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, 1996, pp. 169 e 170.

⁷⁶⁰ Este aspecto é muito importante porque se exige uma reavaliação do conceito de escola militar, adaptado aos tempos modernos. Entre outros aspectos, em algumas escolas é necessária a reformulação dos seus regulamentos e normas de serviço interno, tendo em conta que "num sentido muito amplo, os actuais regulamentos, os modelos organizativos e as estruturas dos diferentes postos reflectem pontos de vista ultrapassados, frutos de uma era em que as funções (...) e as relações que estes mantinham com os profissionais eram completamente diferentes". Cfr. Dunivin, Karen O. – "Military Culture: Change and Continuity" in *Armed Forces and Society*, Vol. 20, n.º 4, N. Jersey, Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, Summer 1994, p. 546.

⁷⁶¹ Escolheu-se para exemplo, como se denota, imagens da Hargrave Military Academy.

CAPÍTULO X

OS ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO E A DIOCESE DAS FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA

I. A TRADIÇÃO LAICA DA FUNDAÇÃO E A INTRODUÇÃO DA FORMAÇÃO RELIGIOSA NO INSTITUTO: MOTIVOS, RELEVÂNCIA E SIGNIFICAÇÃO

“Só hoje começo a compreender o valor que o nosso Instituto representa no País, só agora eu sei olhar para esse edifício onde vivi feliz e descuidado as melhores primaveras da minha infância, com respeito, com emoção, como se nesse templo sagrado ficasse para sempre presa a minha alma”

*Barroso Júnior*⁷⁶²

É sabido que a religião tem tido um importante papel na vida dos seres humanos e que, de uma forma ou outra, esta existe em todas as sociedades humanas conhecidas. Sendo certo que a religião é - como Giddens afirma - “*um elemento central da experiência humana*” e influencia “*o modo como vemos e reagimos ao meio que nos rodeia*”, todavia, há que sublinharmos que “*a atitude religiosa e o pensamento racionalista coexistem num estado incómodo de tensão*”. De facto, com o evoluir da modernidade, a perspectiva racionalista conquistou muitos domínios da nossa existência e parece-nos pouco provável que a sua força venha a enfraquecer num futuro previsível. Mesmo assim, é evidente que existirão sempre reacções contra a ciência e o pensamento racionalista, em grande parte porque estes permanecem sem respostas conclusivas perante questões tão fundamentais como o significado e o propósito da vida, enquadrando-se, neste último, a eterna questão sobre a existência ou não, da vida após a morte.⁷⁶³

O contexto social das sociedades humanas na actualidade fez com que o papel da religião mudasse e isso aconteceu em diversos domínios. Perante determinadas condições, a religião uniu ou dividiu comunidades. Actualmente, assiste-se a um retorno frequente e até mesmo preocupante às brumas do passado, onde existem indivíduos que estão dispostos a sacrificarem-se pelos seus ideais, perfazendo actos que acabam por implicar - seja qual for a dimensão em que os equacionemos - consequências sociais a todos os níveis e que vão desde a segurança ao turismo e desde a ética à economia. Estes factores, entre outros, sugerem que Giddens afirme que “*o estudo da religião representa um desafio, na medida em que coloca fortes exigências à imaginação sociológica*”. Mas também nos remete para a necessidade de sermos sensíveis aos ideais que inspiram as convicções

⁷⁶² Cfr. Júnior, Barroso - “Carta dum ex-aluno ao aluno Comandante da Companhia por ocasião do Aniversário do Instituto” in *O Profissional*, n.º 30, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Junho de 1920, p. 8.

⁷⁶³ Cfr. Giddens, Anthony - *Sociologia...*, *op. cit.*, p. 534.

profundas dos crentes, devendo por isso manter, simultaneamente, uma visão equilibrada dos mesmos.⁷⁶⁴

De uma forma geral, as religiões implicam um conjunto de símbolos que invocam sentimentos de reverência ou de temor, ligados a rituais ou cerimónias (como os serviços religiosos) que são realizados por uma comunidade de crentes. É de sublinhar que nas sociedades tradicionais, a religião desempenha geralmente um papel central na vida social. Com efeito, os símbolos religiosos e os rituais estão muitas vezes integrados na cultura material e artística das próprias sociedades, seja na música, na pintura ou na escultura, na dança, na arte de contar histórias e ainda na literatura. No caso de Portugal, é o Cristianismo que teve e tem o maior número de seguidores. Mas idêntica situação se observa no resto do mundo, na medida em que esta é a religião que se encontra mais difundida no globo, quando comparada com qualquer outra.⁷⁶⁵

No seu livro *A Interpretação das Culturas*, Clifford Geertz define a religião como sendo “*um sistema de símbolos que actuam para estabelecer poderosas e duradouras disposições e motivações nos homens, através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de factualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas*”. Mas esta noção de religião assenta e conforma um determinado *ethos*, onde se resumem os aspectos morais e estéticos que fornecem a “*visão do mundo*” de uma comunidade. A religião tem aqui um significado público, na ideia de que pública é a cultura, e assim, também a religião é um conjunto de símbolos cujos sentidos credíveis impõem os crentes à acção.⁷⁶⁶

Recordemos que para Durkheim, o facto religioso assentava, em primeiro lugar na distinção entre o sagrado e o profano, depois na complementaridade entre crença e rito, e por fim, na pertença a uma comunidade moral chamada Igreja, como último princípio organizador da vida religiosa.⁷⁶⁷ No

⁷⁶⁴ Ver *Idem*, pp. 534 e 535.

⁷⁶⁵ Refira-se que o Cristianismo adoptou muitos pontos de vista judaicos. Perfazendo uma leitura (ainda que necessariamente) superficial sobre esta religião, sabe-se que Jesus era um judeu ortodoxo e que o Cristianismo começou como uma facção do Judaísmo. Os discípulos de Jesus receberam os seus ensinamentos e viram-no como o *Messias* – uma palavra hebraica que significa “*o ungido*” e cujo equivalente grego era “*Cristo*” – esperado pelos Judeus. Entre outros responsáveis pela expansão do Cristianismo, podemos referir Paulo, um cidadão romano de língua grega, que pregou extensivamente na Ásia Menor e na Grécia. Embora os Cristãos tenham sido, inicialmente, barbaramente perseguidos, mais tarde, o Imperador Constantino acabaria por adoptar o Cristianismo como religião oficial do Império Romano. O Cristianismo tornou-se uma força dominante na cultura ocidental durante os dois milénios seguintes, e actualmente, mais de mil milhões de indivíduos reconhecem-se como Cristãos, embora existam muitas divisões de ordem teológica e na organização das Igrejas. As principais Igrejas existentes são a Igreja Católica, as Protestantes e as Ortodoxas. Entre muitos outros, ver Bailey, Edward I. – *Implicit Religion in Contemporary Societies*, Kampen, Kok Pharos, 1997, bem como Barker, Eileen e Warburg, Margit (coords.) – *New Religions and New Religiosity*, Aarhus, Aarhus University Press, 1998 e McLeod, Hugh – *Religion and People of Western Europe, 1789-1989*, Oxford, Oxford University Press, 1997 e ainda Westerlund, David (coord.) – *Questioning the Secular State: The Worldwide Resurgence of Religion in Politics*, London, C. Hurst, 1996.

⁷⁶⁶ Cfr. Campelo, Álvaro – “Religião” in Vários – *Dicionário de Sociologia...*, *op. cit.*, p. 321.

⁷⁶⁷ Como nem sempre a distinção entre o sagrado e o profano é possível, então encontramos condutas profanas que exigem um comportamento cujo desrespeito se assemelha a uma “*transgressão sacrílega*” e rituais que, para além de

que diz respeito à Igreja, Max Weber introduziu outros tipos de pertença, nomeadamente o de *seita*, como uma associação voluntária de indivíduos, com um certo controlo mútuo dos aderentes. Assim, a institucionalização do religioso é importante para ocupar as crenças e práticas. Há até a preocupação, por parte da religião institucionalizada, em elaborar um conjunto de códigos e normas que sejam aplicados tanto internamente na comunidade de crentes, como ao seu comportamento na vida social ordinária. Ao constituírem normas, as religiões institucionalizadas percebem os desvios, que são depois julgados segundo a ortodoxia do momento e podem até ser passíveis de sanções. Convém ainda salientar um aspecto muito importante nestas considerações iniciais, nomeadamente, que não há discurso religioso, prática ou ritual, que não esteja intimamente ligado ao espaço onde a comunidade vive.⁷⁶⁸

Estes desideratos ajudam-nos a perfazer melhor a ponte entre o contexto social e histórico da época da fundação do IMPE e o lugar que foi necessariamente ocupado pela religião (e a sua prática efectiva ou não) ao longo do percurso da Instituição, especialmente até à introdução da formação religiosa no Estabelecimento. Para se perceberem as razões que levaram o Instituto, aquando da sua fundação, a afirmar-se como uma Escola da República de cariz essencialmente laico, é preciso enquadrarmos a nossa análise naquilo que foi o antes e o depois, da Revolução de 1910. Sendo certo que no Capítulo I abordámos o contexto social, político e histórico da fundação do Instituto (assim como os desafios da sua continuidade ao longo do tempo e de acordo com várias vertentes), cabe agora aqui perfazermos a abordagem sobre aquilo que foi especificamente a atitude republicana perante a religião, sobretudo porque como afirma Rocher, “*a sociedade é história (...) [e] está constantemente empenhada num movimento histórico, numa transformação de si própria, dos seus membros, do seu meio, das outras sociedades com as quais tem relações*”.⁷⁶⁹

É importante sabermos o que significava a formação religiosa nas diversas escolas à época e nos Pupilos do Exército, em particular. Há que sublinharmos que as disposições neste tipo de formação, de acordo com os diferentes quadrantes políticos pós-revolução, inseriram-se no resultado da construção da ideologia republicana a nível nacional e com todos os avanços e recuos que lhe foram associados. Essa ideologia chegou a ser apelidada por Pulido Valente de “*poderes ocultos*”, enquanto expressão do evidente anticlericalismo que se viveu durante nesse período.⁷⁷⁰

terem uma função religiosa, têm também uma função profana. Quanto ao segundo aspecto, temos a experiência religiosa sem ritualização e sem sinais religiosos habituais. Temos também a observação de ritos sem crença, por conformismo ou para não entrar em conflito com os grupos de pertença.

⁷⁶⁸ Ver Barker, Eileen – *New religious movements*, London, HMSO, 1991 e Gellner, Ernest – *Postmodernism, reason and religion*, London, Routledge, 1992.

⁷⁶⁹ Cfr. Rocher, Guy – *Sociologia Geral. A Organização...*, op. cit., p. 207.

⁷⁷⁰ Cfr. Valente, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*, 5.ª Edição, Lisboa, Gradiva, 2004 [ed. original 1976], p. 45.

Mas voltemos um pouco atrás no tempo. Recordemos que ainda no final do século XIX,⁷⁷¹ as comemorações do tricentenário de Camões tinham despoletado o PRP para uma identidade patriótica de projecção com algum significado. Aliás, foi aproveitando essa capacidade que, logo em 1882 (dois anos mais tarde), o PRP decidiu “mobilizar a opinião ‘antijesuíta’, comemorando o centenário da morte de Pombal”. Todavia, a manobra falhou e a verdade é que durante um longo período, “o público informado não identificou (e por muitos anos não identificaria) o regime à ‘reacção religiosa’”, até porque se sabe que a legislação revolucionária de 1832-36 previa a supremacia absoluta do Estado sobre a Igreja.⁷⁷² Acresce ainda a esta realidade, o facto de que a “tradição anticlerical do constitucionalismo” permanecia viva.⁷⁷³

De facto, já em 1865, a designada “geração de 70” se havia esforçado por juntar a apreensão geral com o abatimento moral nacional, não esquecendo uma animosidade pela Igreja romana que, por diversas formas, se sentia latente.⁷⁷⁴ Contudo, até 1909, o PRP não conseguiria convencer as massas de que os jesuítas manipulavam a Monarquia, nomeadamente que o fizessem de forma encoberta. Esta dificuldade resultava em grande parte da seguinte causa: o regime era claramente liberal, com excepção de uma ala ultramontana, sendo que as convicções religiosas e as atitudes para com a Igreja não obedeciam a linhas partidárias. Mesmo assim, registaram-se alguns percalços nesta relação de poder. A questão religiosa continuou durante muito tempo confusa, insusceptível de ser explorada por qualquer um dos lados do espectro político, sendo que em várias circunstâncias navegou num regime político de mentiras e hipocrisia, nem sempre com os mesmos protagonistas.⁷⁷⁵

⁷⁷¹ Ver Costa, Afonso – *A Igreja e a Questão Social*, Coimbra, 1895.

⁷⁷² Ver Pimenta, Alfredo – *As Igrejas e o Estado em Regime de Separação*, Lisboa, 1913.

⁷⁷³ Com efeito, sabe-se que vários políticos pertenciam à Maçonaria e regista-se mesmo que até D. Luís e D. Carlos podem ser considerados, em muitos aspectos, liberais. O primeiro foi até casado com uma Princesa de Sabóia, neta de Vitor Manuel, que se reputava de ser “antipapista”. Útil ver, entre outros, Saraiva, Freitas – *Como se Implantou a República em Portugal*, Lisboa, 1911 e Steffanina, Celestino – *Subsídios para a História da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, 1913.

⁷⁷⁴ De acordo com Antero, uma das principais causas da decadência portuguesa era o jesuitismo, na medida em que corrompera a vontade, os sentimentos e o próprio ser da nação, tendo envenenado as suas mais puras fontes de vida (cfr. Quental, Antero de – *Prosas*, II, p. 123). Mas Teófilo Braga foi mais longe, ao argumentar que a religião constituía o pilar do Estado metafísico monárquico (cfr. Braga, Teófilo – *Soluções*, II, pp. 229 a 236). Fortalecida por estas afirmações, a propaganda política do PRP contribuiu significativamente para tornar legítimas as mais acérrimas perseguições ao Clero, ainda que apesar de interpretações cruditas e insultos jornalísticos, o anticlericalismo não tenha chegado a tornar-se numa arma efectivamente política (mesmo o movimento conhecido como “renascença católica”, surgido em meados dos anos 80, não provocou mais do que uma limitada controvérsia). Sublinhemos que a imprensa partidária muito frequentemente acusava os elementos da Igreja de uma série variada de crimes e irregularidades morais e financeiras, que de estupro a sodomia e de roubo a assassinio, de tudo tinha um pouco. E mesmo em termos ofensivos, como se pode ver na afirmação de Junqueiro, quando este retratava o arquétipo da imaginação popular como um “monstro” cruel, um “chimpanzé estúpido, bisonho, porco, preguiçoso, comilão, sensual e obsceno”. Cfr. Junqueiro, Guerra – *A Velhice do Padre Eterno*, Porto, s. d., pp. 111 a 121, 183 a 187 e 214 a 238.

⁷⁷⁵ Oportuno ver, entre outros, Almeida, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, 2.ª Edição, vol. III, Barcelos, 1970, p. 173, 174, assim como p. 336 e ainda Nunes, José – *E Para Quê?*, Lisboa, 1918, p. 23.

Embora o Decreto de Hintze de 18 de abril de 1901 tenha tentado reduzir a influência clerical, a verdade é que conferiu extensas concessões à Igreja e à opinião ultramontana. Manteve a proibição das ordens contemplativas mas “*autorizava as que se dedicavam à educação, à caridade e à propagação da fé e da civilização nas colónias*”. Assim, desse ano em diante podemos afirmar que, sob camuflagem legal, várias congregações católicas cresceram em significado, em número e em influência, ainda que, como sublinhava Rafael Rens no jornal maçónico *Bauthutte*, a 25 de Janeiro de 1906, “*Em Portugal, a liberdade de pensamento, a república e a maçonaria andam de mãos dadas, mas dos três a que a dirige é a maçonaria, que antes de tudo protege a liberdade de pensamento e difunde o ensino*”.⁷⁷⁶

Segundo Trindade Coelho, em 1908 contavam-se 55 associações religiosas que, entre si, controlavam 24 escolas e dezenas de outras organizações, entre elas, “*asilos, orfanatos, institutos missionários e supostas ‘casas de recolhimento’*”.⁷⁷⁷ Registavam-se também 117 colégios particulares na capital e no Porto que, dirigidos por freiras e padres regulares, reclamavam ostensivamente o patrocínio da divina Trindade, do Sagrado Coração de Jesus, de vários Santos e Papas.⁷⁷⁸

Sublinhamos que os jesuitas possuíam mesmo duas das mais aristocráticas escolas da época,⁷⁷⁹ nomeadamente Campolide e São Fiel,⁷⁸⁰ animando até um significativo número de grupos laicos.⁷⁸¹ De facto, ainda em 1908, há a registar que dos 17 conventos que deveriam ter fechado em obediência ao Decreto de Hintze, 15 continuavam abertos.⁷⁸² Mesmo assim, no que concerne à dimensão política, pode afirmar-se que o PRP não aproveitou esta prosperidade clandestina da Igreja. A desorientação e a marginalidade que este partido atravessou, fez até com que as denúncias da imprensa e as publicações concretizadas por alguns dos seus elementos (entre eles, Borges Grainha e José Caldas), não surtiram o efeito desejado. Por outras palavras, o anticlericalismo em muito pouco contribuiu para avigorar o PRP. Desde 1903 que os republicanos centravam a sua luta contra a Monarquia, pelo que a Igreja tinha sido remetida para um plano secundário nas suas preocupações. Apenas em 1908, a conjuntura se alterou, por força da morte de D. Carlos e de D.

⁷⁷⁶ Citado em Vieira, Tomé – *Comunismo e Maçonaria. Forças Secretas da Guerra*, Reedição revista e actualizada, Braga, Braga Editora, 1977 [ed. original 1942], p. 61. Título original da primeira edição: *As Forças Secretas que Dirigem a Guerra*.

⁷⁷⁷ Cfr. Coelho, T. – *Manual*, pp. 283 e 295.

⁷⁷⁸ Cfr. Valente, Vasco Pulido – *O Poder e o...*, *op. cit.*, p. 48.

⁷⁷⁹ Ver Ferreira, António Aurélio da Costa – *A Educação Moral e Religiosa nos Colégios Jesuítas*, Lisboa, 1910.

⁷⁸⁰ Ver Preto, José Ramos – *Relatório Sobre o Extinto Colégio de São Fiel*, Lisboa, 1911.

⁷⁸¹ Ver Sampaio, Bruno – *A Questão Religiosa*, Porto, 1907.

⁷⁸² Destes 15 conventos, sete pertenciam aos Franciscanos, dois aos Beneditinos e um à Ordem de Santa Teresa. Refira-se ainda que centenas de mulheres viviam em autênticas instituições monásticas. Cfr. Coelho, T. – *Manual*, *op. cit.*, pp. 314 a 326.

Luis Filipe, pela adolescência de D. Manuel e pela circunstância de que D. Amélia, a “*Beata*”, tivesse tornado, decorrente dessa realidade, na personalidade dominante da família real.⁷⁸³

Podemos sintetizar em alguns pontos os factos que em nosso entender, a partir de 1909, foram relevantes no desfecho da questão religiosa e da transição da Monarquia para a República:⁷⁸⁴

- a completa inoperância do rotativismo e a sucessão dos Ministérios a grande velocidade, sem motivo aparente. Embora José Luciano fosse um dos maiores responsáveis por essas alterações, a população acusava permanentemente os jesuítas da instabilidade política;
- a intenção das “*influências reaccionárias*” em fazer de D. Manuel II um Rei “*místico (...), beato e clerical*” (revelação de Ferreira do Amaral no Parlamento, datada de Março de 1909);⁷⁸⁵
- a dissolução dos partidos históricos e a imposição da franja ultramontana como o mais sólido pilar do regime;
- o surgimento de um movimento chefiado por activistas católicos, que reunindo os restos do franquismo, miguelistas soltos, oficiais das campanhas africanas e monárquicos intransigentes. Este conjunto de elementos criaram a “*Liga Monárquica*” e o “*Bloco (eleitoral) da Defesa Monárquica*”, que eram duas organizações contra-revolucionárias no sentido mais literal do termo;
- desde Janeiro de 1909 e até aproximadamente à véspera do 5 de Outubro, os periódicos *Portugal*, *O Petardo*, *A Palavra*, insistentemente apelaram à intervenção do Exército;⁷⁸⁶
- a mudança radical na atitude da Igreja e do Clero que, se antes de 1908 havia tentado imiscuir-se das perturbações políticas, todavia, depois de 1908, quando a fraqueza do regime se tornou claramente evidente, veio no seu auxílio. Sabemos inclusivamente de

⁷⁸³ Embora a presença de Ferreira do Amaral à frente do governo tenha impedido por uns meses a exploração política das inclinações religiosas da Rainha, a verdade é que poucos seriam aqueles que eram capazes de conceber o propósito e a demanda de, qualquer que fosse a perspectiva que se tomasse, conduzir uma intriga clerical. A deposição de Ferreira do Amaral em Dezembro de 1908, só veio agravar uma situação que já de si era delicada. Assim que isso aconteceu, prontamente este veio defender que os jesuítas controlavam D. Amélia e que, através dela, controlavam o Rei. Politicamente analisado, este facto acarretou consequências graves, na medida em que pouco tempo depois, *O Mundo*, *A Vanguarda* e *O Norte* viriam a afirmar que “*poderes ocultos*” regiam o país por procuração. Isto fomentou a imaginação de muitos e sobretudo deu sentido e razão a França Borges que, já no ano de 1904, tinha referido que a “*questão religiosa não estava morta*”, mas apenas “*à espera do menor fogacho que a incendiasse*”. Quando esse fogacho surgiu, a questão religiosa incendiou-se. Cfr. Valente, Vasco Pulido – *O Poder e o...*, *op. cit.*, p. 49.

⁷⁸⁴ Oportuno ver, entre outros, Silva, M. Abúndio da – *A Igreja e a Política*, Porto 1911 e Telles, Basílio – *A Questão Religiosa*, Porto 1913.

⁷⁸⁵ Ver Amaral, Augusto Ferreira do – *A Aclamação de D. Manuel II*, Lisboa, 1966 e Guedes, Marques – *Os Últimos Tempos da Monarquia*, Lisboa, 1925.

⁷⁸⁶ Ver Costa, General Gomes da – *Memórias*, Lisboa, 1930.

episódios elucidativos muito curiosos, como por exemplo, o facto de que o terramoto que atingiu Lisboa e o Ribatejo em Fevereiro de 1909, ter sido aproveitado pelo Arcebispo de Mitilene, coadjutor do Patriarca, para celebrar na Estrela uma missa solene de desagravo a Deus, que estava supostamente ofendido pela impiedade republicana;⁷⁸⁷

- os diversos sermões com que o Clero ameaçou os cidadãos, afirmando que tendo a ira de Deus se abatido sobre Benavente, avistava agora firmemente Lisboa;
- a determinação da Igreja em resistir a quaisquer concessões que os governos liberais sentissem necessidade de implementar para pacificar a opinião clerical. Com efeito, em 1909, a hierarquia já não alimentava a mais pequena ilusão sobre os políticos rotativos, nem assumia a menor confiança neles, chegando mesmo ao ponto de os desrespeitar não só a eles como à lei portuguesa, na medida em que chegou a tomar medidas que careciam de autorização governamental. Não só emprestou problemas a si própria e aos sucessivos governos, como também em várias circunstâncias arrastou a Monarquia (especialmente, D. Amélia) para essas mesmas dificuldades, sendo que também pela sua directa intromissão nesses assuntos, acabou por conduzir à fragilidade de todo o regime.⁷⁸⁸

Havia a ideia por muitos partilhada de que o Clero dominava o Estado. Aliás, sinal disso mesmo é que todas as tentativas para reafirmar o tradicional regalismo da Monarquia foram infrutíferas.⁷⁸⁹ Depois, o regime tinha abandonado o seu antigo liberalismo e apoiava-se agora na Igreja e nos católicos ultramontanos, sendo que para agravar mais a situação, o Directório do PRP tinha declarado (após a queda de Medeiros), que a “*reacção política*” e a “*reacção religiosa*” já não se podiam separar. Acresce ainda que a imprensa tinha finalmente despertado para as fraudes que ocorriam num desafio expresso ao Decreto de Hintze. Miguel Bombarda (neurologista da Escola de Lombroso e o mais famoso ateu de Portugal, à época)⁷⁹⁰ também tomou voz e participação activa nesta reacção conjunta. Registou-se igualmente uma parada em Lisboa, com quase 100000 pessoas

⁷⁸⁷ Oportuno ver, entre outros, Oliveira, P.e Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1948 e Oliveira, Camilo de – *O Padre e a República*, Porto 1912.

⁷⁸⁸ A “*questão dos bispos*” e o “*escândalo de Ançã*” são disso um verdadeiro exemplo. Para uma leitura mais profunda sobre essas matérias em particular, ver Valente, Vasco Pulido – *O Poder e o...*, *op. cit.*, pp. 50 e 51.

⁷⁸⁹ Neste âmbito, podemos mencionar, por exemplo, a política antijesuíta de Teixeira de Sousa. Não tendo convencido ninguém, parece que apenas teve atenção nos temores do jovem D. Manuel. Ver *Documentos Políticos Encontrados nos Palácios Reais depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, 1915, p. 122.

⁷⁹⁰ Ver Bombarda, Miguel – *A Ciência e o Jesuitismo. Réplica a um Padre Sábio*, Lisboa, 1900.

que exigiam a implementação urgente de medidas anticlericais, mas que não obteve o apoio da Coroa.⁷⁹¹

Se os periódicos católicos e nacionalistas acusavam os elementos “*sem Deus*” do PRP de tanta instabilidade, por seu lado, o governo e os partidos históricos geriam um prudente e nervoso silêncio.⁷⁹² No prisma da análise política, pode afirmar-se que o conjunto de elementos fomentados a diversos níveis, tinham tornado possível o crescimento de um pequeno partido incoerente dos anos 80 numa força poderosa de 1910. Por outras palavras, de um grupo distinto da sociedade portuguesa que acabou por sofrer a subordinação aos grupos dominantes e as injustiças decorrentes desse facto, alcançou depois a imagem, ainda que não partilhada por muitos, de ser um corpo da Nação, sobretudo porque a sua luta visava um interesse que era geral. Todavia, sublinhemos que sem a semicolonização inglesa e a ideia generalizada de decadência da Pátria, o nacionalismo dos republicanos de pouco teria valido. Aliás, o anticlericalismo só terá sido relevante na medida em que a Monarquia tinha sobrevivido à ditadura de Franco.⁷⁹³

O clima de histeria que se gerou antes de 1910, acaba por explicar, em parte, a violência exercida contra os jesuítas aquando da Revolução de Outubro⁷⁹⁴ e revela-nos, o que terá sido o carácter adventício do anticlericalismo republicano no momento da fundação dos Pupilos do Exército.⁷⁹⁵ Com a implantação da República, o posicionamento do novo regime face à Igreja e ao Clero, merece-nos de facto, uma atenção particular. Neste, como noutros domínios das relações entre o Estado e os “*corpos separados*”, a actuação do governo provisório viria a definir uma matriz de efeitos duradouros. Pelas suas repercussões públicas imediatas, numa área extremamente sensível do tecido sociocultural do País, essa actuação extravasou em larga medida o âmbito jurisdicional-legal da regulação de fronteira entre instâncias de poder. Polarizou com tal intensidade alguns comportamentos e mesmo atitudes sociais e políticas que, o ministro que superintendia nessa matéria, veio a estar por várias vezes no vértice protagonista da própria República.⁷⁹⁶

⁷⁹¹ Oportuno ver Scabra, Eurico de – *A Igreja, as Congregações e a República. A Separação e as suas Causas*, Lisboa, s. d. e Castro, Manuel de Oliveira e – *A Pastoral Colectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal e o Beneplácito do Estado*, Coimbra, 1911.

⁷⁹² Nas inúmeras variantes da agitação em curso, conta-se que havia um elemento novo e que se prendia com a obsessiva insistência em “*poderes ocultos*” que trabalhavam contra o aparecimento da República. Chegava mesmo à insólita ideia de que os conventos de Lisboa e o Palácio Real estavam ligados entre si por vários túneis subterrâneos, de todo em todo secretos. A adicionar a esta realidade, havia ainda periódicos, como *O Mundo*, que frequentemente denunciavam situações, aventavam factos e deduziam diversas acusações sobre padres e frades.

⁷⁹³ Ver Leitão, Joaquim – *A Comédia Política*, Lisboa, 1910.

⁷⁹⁴ Ver Caldas, José – *A Corja Negra*, Porto, 1914.

⁷⁹⁵ Ver Azevedo, Luís Gonzaga de – *Proscritos. Notícia Circunstanciada do que Passaram os Religiosos da Companhia de Jesus na Revolução de Portugal de 1910*, 2 vols., Bruxelas, 1914 [ed. original 1911].

⁷⁹⁶ Afonso Costa foi “*entre 1910 e 1930, o mais querido e o mais odiado dos Portugueses; o seu nome simbolizou toda uma política, mesmo um regime, até*”. Embora essa circunstância não decorra em exclusivo da sua acção à frente do Ministério da Justiça e Cultos do governo provisório, é-lhe substancialmente tributária. Cfr. Marques, A. H. de Oliveira – *Afonso Costa*, 2.ª Edição, Lisboa, 1975, p. 15.

Sabemos que os republicanos fizeram da laicização da vida portuguesa um dos principais temas da sua propaganda, com argumentos em que aliavam traços do liberalismo político e do positivismo filosófico. Eram anticlericais segundo a tradição maçónica, ou seja, exactamente da mesma maneira com que se opunham à realeza. Monarquia e clericalismo, aos seus olhos, equivaliam-se. Assim, podemos dizer que as manifestações de hostilidade contra padres e religiosos (que chegaram mesmo a atingir a violência física), sucederam-se quase espontaneamente ao conhecimento da vitória republicana a 5 de Outubro, tanto em Lisboa como na Província. A acção legislativa e administrativa do governo acompanhou estas manifestações, não as precedeu. Não visou a sua contenção, antes as fomentou. E fez isso a um ritmo que impediu uma plataforma moderada de interlocução, desenhada naquilo que poderia ser um terreno negocial.⁷⁹⁷

Assim, antes da fundação do Instituto, várias reformas e acontecimentos aconteceram ao nível das relações entre o Estado, a Igreja e o Clero. Estas relações tiveram, depois, consequências directas com aquilo que seria a postura da Escola perante o ensino e a prática religiosas nos primeiros tempos após a sua fundação. Entre essas, podemos destacar:⁷⁹⁸

- A expulsão dos Jesuítas e o encerramento dos conventos, com a reposição em vigor da legislação pombalina e do ano 1834, efectivadas a 8 de Outubro de 1910;
- A abolição do juramento religioso e outros actos oficiais, a 18 de Outubro;
- O partida de Lisboa do nuncio apostólico a 20 de Outubro, com as relações do Estado perante as autoridades eclesiásticas a entrarem de imediato em derrapagem;
- No dia seguinte, o Bispo de Beja, que entretanto se refugiara em Sevilha, é suspenso;
- A 3 de Novembro, estabelece-se o divórcio;
- A 25 de Dezembro é introduzido o princípio do casamento como contrato de validade exclusivamente civil;
- A Lei do Registo Civil veio reforçar esta actividade legislativa, na medida em que visava neutralizar um dos instrumentos mais importantes do poder do corpo eclesial. Com data de 18 de Fevereiro de 1911, declarou obrigatória “a inscrição no registo civil dos factos essenciais relativos ao indivíduo e à família, e à composição da sociedade, nomeadamente dos nascimentos, casamentos e óbitos”, mandando encerrar os livros de registo paroquiais;⁷⁹⁹

⁷⁹⁷ Cfr. Serra, João Bonifácio - “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente” in *Portugal Contemporâneo*, Vol. 2, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest/Publicações Alfa, 1996 [ed. original 1990], p. 25.

⁷⁹⁸ Entre outros, ver Farinha, Santos - *Igreja Livre*, Lisboa, 1911 assim como Vieira, P.e Conceição - *Evolução*, Lisboa 1910 e Oliveira, Augusto de - *Subsídios para o Estudo das Relações do Estado com as Igrejas sob o Regime Republicano*, Lisboa, 1914.

⁷⁹⁹ Ver o art. 2.º da referida Lei.

- Em finais de Fevereiro de 1911, a decisão dos bispos em tornar público o conteúdo de uma pastoral que haviam redigido em 24 de Dezembro do ano anterior, onde protestavam contra a legislação republicana, que consideravam não só acatólica como anticatólica.⁸⁰⁰ Afonso Costa, que entretanto anunciara a publicação de uma Lei de Separação, entendeu este documento como uma tentativa de fazer inflectir o seu respectivo conteúdo e trabalhou para desautorizá-la. Proibiu a sua leitura nas igrejas e, na sequência da recusa do Bispo do Porto, destituiu-o prontamente;
- A 31 de Março, sabe-se que o episcopado solicitou a recondução de dois bispos (Porto e Beja), mas não obteve resultados;
- Finalmente, a 20 de Abril é decretada a Separação do Estado e da Igreja. Decreta-se também a liberdade de culto (até aí muito pouco incentivada), nacionalizam-se todos os bens e propriedades eclesiásticas (incluindo igrejas, capelas e residências dos clérigos), restringem-se as possibilidades de manifestações religiosas públicas (procissões, romarias, etc.), expulsa-se do ensino a componente religiosa e suprime-se ainda uma boa parte dos seminários existentes. As reacções fizeram-se sentir pouco tempo depois, tendo o Vaticano cortado relações diplomáticas com o Estado Português (pela intervenção do Papa Pio X em 1913) e, por seu turno, os prelados nacionais cortado relações com o regime republicano.⁸⁰¹

Embora se possam encontrar críticas a esta decisão política, algumas delas oriundas do próprio campo republicano, a legislação entrou em vigor a 1 de Julho. Recordemos que no mês anterior, em Maio de 1911 – exactamente o mês da fundação dos Pupilos do Exército – já Guerra Junqueiro afirmava o seguinte: *“Ora a lei é estúpida, dignifica o padre, e vai ferir o sentimento religioso do povo português. Resultado: a guerra civil. Se a não modificarem, temo-la dentro de*

⁸⁰⁰ Perante o elevado número de padres encarcerados (estima-se que mais de 150) e proibições como o uso de vestes talares e da realização de cerimónias religiosas fora dos recintos expressamente determinados, os bispos tomaram esta medida. Muito embora recomendassem o acatamento das novas instituições, não deixavam de proclamar que *“toda a tentativa anti-religiosa era anti-social e também anti-nacional e anti-patriótica”*. Ver Xavier, Alberto – *Política Republicana em Matéria Eclesiástica*, Lisboa, 1912.

⁸⁰¹ Os motivos dos bispos e da Igreja para a sua denúncia de *“injustiça, opressão, expoliação e ludíbrio”*, tinham a ver com várias situações, nomeadamente: a expropriação dos bens móveis e imóveis da Igreja, a quem se retirou personalidade jurídica; o desrespeito da autonomia eclesiástica em assuntos religiosos, assim como da hierarquia e liberdade religiosas com a criação das associações culturais, com a ingerência do poder civil na vida dos seminários, com a proibição do uso dos hábitos talares fora dos lugares de culto e com a proibição de outras manifestações públicas de culto ou de fé; a afronta dos sentimentos morais católicos com a atribuição de pensões às viúvas e filhos legítimos ou ilegítimos dos padres, que os bispos consideraram um convite à indisciplina e à imoralidade; a reposição do beneplácito que se continuava a exigir para a impressão e publicação de documentos papais e episcopais no País; a proibição de fundação de associações religiosas. Estes motivos, entre outros, podem ser encontrados e debatidos de forma mais profunda, por exemplo em Cruz, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo*, Lisboa, 1980, p. 249.

pouco tempo. O povo odiava o jesuíta, o povo não se importava com o padre. Era cortar em carne morta. Mas, com esta lei, o caso muda de figura, e só o mau padre, só o bandalho a pode aceitar”.⁸⁰²

Com a implantação da República em Portugal a 10 Outubro de 1910, verificou-se assim a reutilização de diversos edifícios conventuais, que se transformaram em infra-estruturas de novos estabelecimentos de ensino promovidos pelo Estado. Logo no ano de 1911 e indo de encontro dessa vontade política, os recém fundados Pupilos do Exército receberam o complexo arquitectónico do antigo convento dominicano de Benfica para se estabelecerem. O antigo cenóbio foi para esse efeito cedido pelo Estado que, no ano anterior, nomeadamente a 8 de Outubro de 1910, já havia incorporado a propriedade nos “*próprios da Fazenda Nacional*”.⁸⁰³

Em artigo de Álvaro Viana de Lemos, antigo professor do Instituto, este afirmava que se tinha escolhido “*o antigo e célebre convento de S. Domingos de Benfica, recentemente desocupado dos padres Lazaristas que ali estavam assistindo e ocupavam parte do edificio*”. O antigo mestre ainda sublinhava que tinha assistido, “*então, a essa difícil adaptação de obras e limpezas, no que concerne à transformação das instalações para usufruto dos alunos*”.⁸⁰⁴ Sabemos que no edificio do antigo Convento de S. Domingos de Benfica ficou a denominada 1.ª Secção, onde se leccionava o Ensino Primário Complementar e que, no ano seguinte, em 1912, a 2.ª Secção do Instituto foi instalada em imóveis arrendados na vizinha Estrada de Benfica, onde se ministrava o Ensino Primário Superior. Um desses imóveis arrendados, fora o Hospício de Santa Isabel, junto à Quinta das Campainhas ou do *Beau Séjour*.⁸⁰⁵

Como se pode observar num artigo de *O Profissional* em 1916, a “*maior parte destes conventos são hoje aproveitados para asilos, hospitais, colégios, etc., servindo o País para preparar convenientemente as novas gerações, ou para proteger aqueles que na sua mocidade não angariaram os meios pecuniários suficientes para se alimentarem na velhice. Esses edificios pagam assim ao País o que os seus antigos donos lhes tiraram privando-o do socorro de seus braços. Nesses colégios, em geral, de construção pesada e sombria, as vozes alegres, os gritos agudos da infância, parece que afugentam o ar soturno, e impressão pesada dessas paredes unicamente habituadas a ouvir as preces dos frades. Aí, sem culto que não seja o do dever, sem cuidados que não seja uma sólida preparação para a vida, entre professores e oficiais, que procuram*

⁸⁰² Cfr. Brandão, Raul – *Memórias*, vol. II, Lisboa, 1925, p. 98.

⁸⁰³ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 63, assim como pp. 68 e 69.

⁸⁰⁴ Cfr. Lemos, Álvaro Viana de – “O Professor Álvaro Viana de Lemos evoca os seus primeiros tempos de Instituto” in in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 19 e 20, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 1 de Dezembro de 1960, p. 5.

⁸⁰⁵ Cfr. Proença, P.º Álvaro – *Benfica Através...*, *op. cit.*, p. 370.

desempenhar o melhor possível a missão de que o País os incumbiu, se educa e instrue uma parte das novas gerações Portuguesas”⁸⁰⁶

Enquanto reflexo da cultura laica do novo regime republicano, que constantemente reafirmava e desprezava de forma significativa tudo aquilo quanto pudesse relacionar-se com a religião católica e em especial com a Igreja, podemos afirmar que numa primeira fase, os Pupilos do Exército revelaram uma desatenção significativa no que diz respeito ao património arquitectónico e artístico que era da sua posse, especialmente no que concerne ao complexo conventual. É que se houve algum combate dos republicanos contra uma determinada camada da sociedade, esse combate foi o que se travou contra o conjunto do Clero português e a Igreja.⁸⁰⁷ E com efeito, numa notícia integrada no primeiro volume do *Guia de Portugal*, datado de 1924 e cuja publicação então se iniciava, observava-se que o Instituto procedia à utilização da Capela dos Castros como animatógrafo.⁸⁰⁸

Durante várias edições, verificamos que o periódico dos alunos do Instituto, *O Profissional*, não apresentou qualquer referência à religião. Quando fez alusão nesse domínio, foi mais para recordar episódios passados aquando do período antes revolução, do que para salientar os aspectos mais nobres do contexto religioso.⁸⁰⁹ Em 1922 apareceram os primeiros artigos neste sentido, escritos então por Lopes Antunes e Vito de Oliveira.⁸¹⁰

Aproveitemos este ensejo para recordar também que, anos antes, nomeadamente a 7 de Junho de 1913, o jornal *O Século* publicava um artigo com o seguinte título: “*O Túmulo de D. João de Castro Ao Contrario do que se Afirmou Não se Encontra de Forma Nenhuma Profanado*”. Nesse artigo, o então Director do Instituto (Capitão de Engenharia António Augusto de Figueiredo) desmentia os rumores de que o túmulo do célebre Vice-Rei da Índia, também localizado na Capela dos Castros, se encontrava votado ao maior abandono e havia mesmo sido profanado.⁸¹¹

Deve-se sublinhar que a passagem dos anos nos Pupilos do Exército trouxe mudanças

⁸⁰⁶ Cfr. Pinto, Mário Augusto Soares – “Os Conventos” in *O Profissional*, n.º 6, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 30 de Junho de 1916, p. III.

⁸⁰⁷ Com uma implantação muito enraizada em Portugal, onde 90% da população não tinha pejo em declamar-se católica (embora o nível de praticantes fosse bastante inferior), a Igreja até no plano político se encontrava representada, através do Partido Nacionalista, que ajudara a fundar. Os Jesuítas, simbolizando todo esse poderio da religião, foram os primeiros a sentir a força do poder republicano e aqueles sobre quem ela se abateria com maior impiedade, sendo rapidamente afastados da sociedade.

⁸⁰⁸ Cfr. Proença, Raul (dir.) – *Guia de Portugal*, vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 428.

⁸⁰⁹ Entre esses, pode-se referenciar Pinto, Gouveia – “Conferência feita pelo nosso camarada Gouveia Pinto, no dia 1.º de Dezembro” in *O Profissional*, n.º 16, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Dezembro e Janeiro de 1917/1918, p. VII. Aí pode ler-se: “*Jesuítas! Eis o que mais havia em Portugal. A odiosa companhia de Jesus que do nome de Cristo se servia para cometer as atrocidades mais horríveis e que tantas desgraças acarretou para Portugal*”. Este artigo teve continuação no n.º 17 do referido periódico.

⁸¹⁰ Cfr. Antunes, Carlos Lopes – “Nazareno!” e Oliveira, Ovídio Vito de – “Avé Maria” in *O Profissional*, n.ºs 49 e 50, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1922, pp. 11 e 14, respectivamente.

⁸¹¹ Cfr. *O Século*, Ano 33, n.º 11.311, 7 de Junho de 1913, p. 1.

significativas nestes domínios das relações com a religião, com os seus símbolos, com a sua herança e mesmo com a sua prática e ensino. Logo no início, sabe-se que internamente se procurava “fazer educação familiar, moral e cívica, substituindo a família àqueles que a não tinham, ou dela não podiam ser atendidos”.⁸¹² Com efeito, o apego e o agradecimento dos alunos à Escola que os tinha ensinado a crescer, fez com que a estima e a consideração à “sua Casa” se sobrepujassem sucessivamente e de forma notória a quaisquer considerações de ordem política, ideológica ou religiosa (considerações essas que a própria República tendia cada vez mais a normalizar), na tentativa bem sucedida de “manter o todo” e “conservar o equilíbrio” entre pares.⁸¹³

De facto, depois dos primeiros anos após a fundação do Estabelecimento, é de salientar o carinho crescente que à Instituição foi sendo atribuído por alunos, antigos alunos e entidades oficiais, materializado com os cada vez mais numerosos eventos particulares e cerimónias oficiais em sua honra, que incluíam por diversas vezes esses locais de referência religiosa e histórica. Na verdade, os Pupilos do Exército passaram a olhar de forma diferente para o antigo complexo arquitectónico conventual, porque passaram a vê-lo como uma parte de si mesmos, da sua vivência, dos momentos de infância, das tradições emergentes e dos seus costumes. Com a religião passou-se o mesmo, seguindo sem surpresa o caminho e os passos que a República também delineava para as outras escolas. Contam-se na memória dos primeiros tempos do Instituto, sinais que mostram isso mesmo, por exemplo, com professores como o P.^o António de Oliveira (orientador dos professores-preceptores e que foi uma figura notável da “assistência à infância delinquente”), o P.^o Joaquim Bernardo Pinto da Silva (professor de português e francês) e o P.^o Pinto (professor de música e canto coral).⁸¹⁴

De facto, há que dizermos que de contornos e características essencialmente urbanas e agitado por uma elite política nem sempre completamente enquadrada com o resto do País, o combate da República contra o Clero começou a atenuar-se logo em 1914, nomeadamente com a entrada de Bernardino Machado para a presidência do Ministério. Podemos mesmo dizer que a partir daqui, a conjuntura social e política tendeu a evoluir para uma maior normalidade a este nível, tendo diminuído as fricções de intensidade, pelo que a Igreja Católica passou a tentar por uma via mais pacífica e reflectida, o retomar das posições entretanto perdidas.⁸¹⁵

⁸¹² Cfr. Lemos, Álvaro Viana de – “O Professor Álvaro Viana de Lemos evoca..., *op. cit.*, p. 5.

⁸¹³ Cfr. Rosado, David – “A Instituição Castrense: Estrutura e Função numa Sociedade em Mudança” in *Revista Militar*, n.º 2448, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Janeiro de 2006, p. 85.

⁸¹⁴ Cfr. Redacção do Boletim da APE – “Recordando” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 1, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1955, p. 2.

⁸¹⁵ A ideologia que enformou a I República no seu sistema de ensino, foi definida por Filipe Rocha como “positivismo iluminista”. Tinha a ideologia republicana “larga tradição no nosso pensamento político”. A constituição de 1911 consagrou “o laicismo (liberdade e igualdade de todas as religiões, proibição do ensino religioso nas escolas

Os núcleos católicos renasceram por todo o território, sendo que a imprensa de conotação religiosa retomou uma actividade regular. Em 1915 chegaram ao Parlamento os primeiros deputados católicos e no ano seguinte começaram a regressar algumas das ordens religiosas expulsas aquando da implantação da República. Em Maio de 1917 deram-se as aparições de Fátima, que também vieram renovar a devoção popular. Em Outubro desse ano, teve lugar a última das aparições, justamente no momento em que os anticlericais desencadeavam uma nova vaga de perseguições. A circunstância de Fátima deu nova força à Igreja e fez ressuscitar as velhas manifestações colectivas de fé na população, aproveitando a conjuntura de insegurança provocada pela guerra.⁸¹⁶

Após um novo e breve período de reacção republicana, a ascensão de Sidónio Pais no poder político fez diminuir ainda mais os atritos, tendo sido revista a lei de 1911 assim como restabelecidas as relações com o Vaticano, logo em 1918.⁸¹⁷ Aliás, com a entrada na década de 1920, a normalidade nestes domínios já se instalara. O ensino religioso regressou às escolas, incluindo os nossos Pupilos do Exército, surgiram novos bispados e os deputados católicos tinham assento regular no Parlamento. Podemos mesmo dizer que a agitação e o activismo anticlerical estavam muito longe, assim como os dias do Congresso Internacional do Livre-Pensamento, levado a efeito em 1913, em Lisboa. Aproximava-se uma nova aliança entre a Igreja e o poder político, pela mão de um homem que fora seminarista durante os tempos mais conturbados da ofensiva republicana: o futuro ministro Oliveira Salazar.⁸¹⁸

públicas, expulsão das ordens religiosas do País...)”. Houve sempre ambiguidade, de 1910 a 1926, entre os conceitos e respectivas expressões de ensino laico e ensino neutro. O equívoco, talvez intencional, apareceu a propósito do conflito entre Leonardo Coimbra (Ministro da Instrução Pública pela segunda vez em 1923) ao Parlamento e ao seu próprio partido, no que concerne à questão do ensino religioso ministrado pelas congregações. É de sublinharmos que a oposição mais ou menos patente, consoante as circunstâncias, da I República à Igreja Católica e aos vestígios da sua presença, foi uma constante. Cfr. Rocha, Filipe – *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português*, Aveiro, Livraria Estante Editora, 1987, pp. 261 a 270.

⁸¹⁶ Temos que reconhecer, em nome da verdade, que a I República, ao nível ideológico, foi também sectária. Basta lermos o Diário do Governo para reiteradamente o confirmarmos. Maria Filomena Mónica escreve inclusivamente que é “evidente que, ao defenderem a criação de uma escola neutra, o objectivo dos republicanos não era necessariamente o fortalecimento da autonomia do sistema educativo. O que lhes interessava, por detrás do slogan, era o combate à influência religiosa do sistema escolar. Por conseguinte, uma vez no poder, os republicanos jamais hesitaram em usar a escola para doutrinar as massas nas virtudes do republicanismo, apenas retomando a polémica em torno da escola neutra quando a Igreja empreendia qualquer acção no sentido de reconquistar a influência perdida. Assim, após a implantação da República, o catecismo depressa foi substituído por cursos cívicos, sem que nas almas dos mais ardentes adeptos da neutralidade surgissem quaisquer dúvidas”. Cfr. Mónica, Maria Filomena – “Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX” in *Análise Social*, vol. XVI, n.º 63, Coimbra, 1980, p. 515.

⁸¹⁷ Ver Medina, João – *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

⁸¹⁸ Há que sublinhar que apesar da posterior recomposição e fortalecimento da Igreja sob o Estado Novo, as fracturas provocadas pelos primeiros anos da República foram bastante profundas e, em muitos aspectos, o refluxo não apagou por completo as bases da lei da separação. Sempre estiveram presentes no regime salazarista os valores eminentemente católicos, constituindo eles próprios um dos fundamentos da ordem restaurada em 1926. Justificados pela tradição ou pela mentalidade, a verdade é que as instituições eclesiásticas tiveram um lugar de destaque na construção do edifício do Estado Novo, não chegando, todavia, a retomar a influência no mesmo nível que tinham tido aquando dos tempos da monarquia. Se a Constituição de 1933 reconheceu à Igreja um determinado papel e função, foi só com a Concordata

Neste enquadramento, várias circunstâncias contribuíram para que o próprio complexo conventual de S. Domingos de Benfica se tenha assumido como uma das referências da *identidade pilónica*, albergando em si a simbologia e o significado da matriz religiosa no sentido lato do termo. Apercebemo-nos até da conservação das instalações conventuais ao longo dos anos subsequentes a esta nova dinâmica, não só com os símbolos religiosos mas também com a religião católica em geral. Foram também efectivados aperfeiçoamentos estratégicos nas estruturas dos edifícios,⁸¹⁹ exactamente no sentido de ir ao encontro das necessidades reais dos alunos (vistas segundo duas perspectivas, a perspectiva académica e a perspectiva militar), assim como se promoveram as actividades religiosas, enquanto complemento ao ensino regular já levado a efeito no Estabelecimento. Torna-se aqui também importante recordar a figura de João Soares, que chegado ao Instituto como Professor de Geografia e História, era “*distinto, vestia com impecável correcção e era um conservador primoroso*”. Ele próprio tinha sido um antigo capelão militar, mas que o destino da vida fez optar por um caminho diferente na atitude de servir. Foi um “*amigo dos seus alunos*”, sendo recordadas as suas “*belas lições (...) e elegância da sua ascensão ao cume da sociedade portuguesa*”.⁸²⁰

Pela mesma mecânica que conduz as sociedades humanas a encontrar os equilíbrios antes estabelecidos, o Estado Novo mais não fez que afirmar a catolicidade da Nação,⁸²¹ como que respondendo, de forma oposta, à visão e às práticas executadas e preconizadas pela Constituição de 1911 e por sucessivos governos desde 1910. Afirmando genericamente a liberdade religiosa, herança impossível de perder da I República, o Estado Novo assumia e levava para o campo do ensino a noção de que a nação tinha uma religião: a Católica.⁸²² Defendia-se a catolicidade como base da

de 1940 que se firmou oficialmente o pacto entre aquela e o Estado. Reconheceu-se a personalidade jurídica da Igreja Católica em Portugal e o direito à propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam. No campo do ensino público declarou-se que o mesmo devia ser orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais do País, ficando o ensino da religião e moral sob a total alçada da Igreja. Simultaneamente foram negociados com a Santa Sé acordos missionários e a salvaguarda do Padroado do Oriente, sendo que não se foi mais longe no relacionamento entre o poder temporal e o poder espiritual, porque a nenhuma das partes interessava criar zonas de conflito. Preferia-se antes uma aliança pacífica e complementar, onde não existisse de modo algum a intervenção da Igreja no foro político. Cfr. Santos, Manuel Pinto dos – “Um regime de governo forte sob a inspiração nacionalista-corporativa” in *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, *op. cit.*, pp. 474 e 475.

⁸¹⁹ Nos tempos mais recentes também se assinala a valorização pontual de algumas partes do antigo cenóbio, por exemplo na recuperação de dependências contíguas à ala leste do claustro dito do noviciado, onde se instalou o Museu do Instituto.

⁸²⁰ Cfr. Santos, Mário – “O Dr. João Soares. Um Grande Mestre” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 47, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Dezembro de 1967, p. 6.

⁸²¹ Útil ver Rosas, Fernando – *O Estado Novo nos Anos Trinta. 1928-1938*, 2.ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, assim como Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996.

⁸²² A Constituição aprovada por plebiscito a 19 de Março de 1933 afirmava: “Art. 8.º Constituem direitos (...): 3.º A liberdade e a inviolabilidade das crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei; Art. 42, §3.º O ensino ministrado pelo

nação, através da adopção dos seus princípios para constarem no modelo de ensino, sendo que a noção de *anterioridade* e de *identidade nacional* eram, por sua vez, a base própria da justificação, estando por isso orientadas pelos princípios da doutrina e moral cristã, tradicionais no país.⁸²³

Em 1940 era assinada uma Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé. Durante dezenas de anos esses pontos acordados permaneceram quase inalteráveis. No mês de Abril de 1958, em artigo da autoria do antigo Director dos Pupilos do Exército, Coronel Alfredo Gonçalves, este afirmava que no *“Instituto a educação moral e formação espiritual dos alunos é orientada dentro das virtudes patrióticas e cristãs, com vista a que possam ser na vida elementos úteis à Pátria e ao Exército. A educação moral não consiste em adquirir conhecimentos, ou regras, mas sim em pôr em jogo e actividade todas as energias da vontade para corrigir e dominar os instintos e inclinações, orientando-os segundo as regras da recta razão e da moral. O homem não é naturalmente bom; é inclinado para o mal. Encontra inimigos dentro de si e em volta de si. (...) Importa pois cultivar e fortalecer a vontade, a fim de que esta arraste um Querer que encha a alma de confiança e conduza ao triunfo completo. Para isso, torna-se necessário a educação da vontade; fazê-la desenvolver à luz da verdade, e não no erro ou nas trevas; fazê-la agir, marchar no árduo caminho do bem e da virtude, e não na estrada declinosa e fácil do mal”*.⁸²⁴

A defesa por si protagonizada de que a formação moral estava na base da educação dos Pupilos do Exército, tinha um significado subjacente que ia mais longe que apenas este desiderato, na medida em que o Coronel de Artilharia referia que era ela que dava *“a mente sã que habita no corpo são, para completo desenvolvimento e aperfeiçoamento da vida humana”*. Mas no que concerne à nossa análise, é verdade que a passagem mais importante vem mais à frente, quando este sublinhou que *“por muito fortes que sejam as razões de dignidade pessoal, de honra, de nobreza, de exemplo a dar-se, de saúde vigorosa, da vida longa (...) para que a juventude trabalhe na sua formação,*

Estado visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissionais e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristã, tradicionais no país”. Nestes dois artigos temos espelhadas as duas formas como a questão religiosa foi gerida pelo regime de Salazar.

⁸²³ Mais que criar um título próprio para a Igreja Católica, que teria futura expressão na Concordata assinada posteriormente, era a própria noção de religião que era formulada com base na identidade católica: era incluso nesse título claramente destinado à regulamentação das relações com a Igreja Católica (a sua designação era clara) que eram definidos os campos onde se deixava algum espaço de manobra aos restantes cultos e crenças. O *“outro”* só era conceptualizado com base numa norma pré-estabelecida; isto é, não existiam crenças com características próprias, existia a crença base e um tremendo saco onde cabia tudo o que nela não se integrava. Assim, e depois de um longo artigo sobre a Santa Sé e a forma como ela se relacionaria com o Estado, surge finalmente: *“Art. 46.º O Estado assegura também a liberdade de culto e de organização das demais confissões religiosas cujos cultos são praticados dentro do território português, regulando a lei as suas manifestações exteriores, e pode reconhecer personalidade jurídica às associações constituídas em conformidade com a respectiva disciplina”*. A Igreja Católica, no artigo 45.º, gozava, logo à partida, de personalidade jurídica aceite e estabelecida na Constituição, como que fazendo parte da essência da nação.

todas se tornarão bem fracas, na hora das lutas, das tentações e das paixões, se não houver uma sólida Formação Espiritual". No seu entendimento, esta formação fazia "brotar energias superiores" que levavam os Pupilos a vencerem as maiores dificuldades no caminho da vida moral, sendo para isso necessário fortalecer "à inteligência ideias claras e doutrinação fecunda". Assim, as verdades religiosas deveriam "dar resposta concreta às necessidades do espírito", à medida que surgissem as dificuldades, havendo "que procurar alimento nas fontes verdadeiras, e não procurar conhecer a religião pelo que escrevem contra ela os seus inimigos". E rematava de forma incisiva, afirmando: "Onde existir Fé religiosa existe amor à Pátria; e aquele que renega a sua Pátria, perdeu, ou está prestes a perder, a Fé religiosa".⁸²⁵

É também muito interessante observar que o *Código de Honra dos Alunos do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército* se alinhava com a postura do regime, nomeadamente, nos seguintes pontos em destaque:⁸²⁶

- 1.º - O aluno ama a Pátria com os olhos postos em Deus;
- 2.º - O aluno cerca seus pais de todo o amor e carinho;
- 3.º - O aluno dedica ao estudo e trabalho, toda a sua inteligência e vontade;
- 4.º O aluno assume inteira responsabilidade dos seus actos;
- 5.º - O aluno não recorre à fraude nas provas escolares;
- 6.º - O aluno odeia a mentira;
- 7.º - O aluno respeita a pureza das palavras e costumes;
- 8.º - O aluno repele o orgulho e orienta-se na prática da humildade;
- 9.º - O aluno enfrenta a adversidade com paciência e dignidade;
- 10.º - O aluno obedece prontamente aos seus educadores;
- 11.º - O aluno é apóstolo no bem ao seu semelhante;
- 12.º - O aluno honra em todos os momentos o nome do Instituto."

Nos documentos de matrícula do Capitão Rui Melo de Azevedo de Lemos Correia Leal, antigo capelão e professor do Instituto, podemos verificar que no período de 1968 a 1970, por exemplo, a prática religiosa estava muito bem consolidada nos Pupilos do Exército, com visitas regulares a Fátima, um cuspino religioso regular e acompanhado na Escola, assim como a experiência

⁸²⁴ Cfr. Gonçalves, Alfredo Ferreira – "Educação Moral e Formação Espiritual" in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 10, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1958, p. 3.

⁸²⁵ Ver *Idem*.

⁸²⁶ Cfr. Redacção do Boletim da APE – "Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército. Código de Honra dos Alunos" in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 39, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Março de 1966, p. 12. Os sublinhados são nossos.

continuada de tradições e costumes neste prisma, entre esses, a prática efectiva dos sacramentos pelos alunos, destacando-se a Eucaristia, a Comunhão, o Crisma e a Confissão. Das várias passagens que se podem atentar nos documentos de matrícula deste Capelão, lê-se que:⁸²⁷

- “Deslocou-se em 3 [de Abril de 1968], pelas 16h30, para Fátima, onde fica em retiro espiritual com alunos até à tarde do dia 6”;
- “Deslocou-se em 27 [de Abril de 1968] a Fátima, acompanhando alunos, a fim de tomarem parte na peregrinação Diocesana”;
- “De harmonia com o disposto na Circular (...) da Chefia do Serviço Religioso do Q.G. do G.M.L., de 28-5-68, marchou em 3 para o Santuário de Fátima, a fim de tomar parte na reunião anual dos Capelães da Metrópole, que ali se realiza, com autorização de Sua Excelência o Ministro do Exército, de 3 a 7 do corrente”;
- “Nos termos da Circular (...) da Chefia do Serviço Religioso do QG/GML, de 12 do corrente mês [Novembro de 1968], compareceu em 20, pelas 15h00, no QG/GML para tomar parte numa reunião preparatória da Festa Litúrgica do Natal”;
- “Compareceu em 11 [Fevereiro de 1969], pelas 15h00, no QG/GML, para tomar parte numa reunião de Capelães, destinada a planear a preparação e celebração das Comunhões Pessoais colectivas dos católicos que servem nas Unidades e Estabelecimentos da área do G.M.L.”;
- “De harmonia com o disposto na Circular (...) marchou em 26 [Maio de 1969] para o Santuário de Fátima, a fim de tomar parte na reunião anual dos Capelães da Metrópole, que ali se realiza, com autorização de Sua Ex.ª o Ministro de Exército, de 26 a 30 do corrente”;
- “Devidamente autorizado pela nota (...) da 5.ª Rep. (Instrução) do E.M.E., de 9 do corrente [Dezembro de 1969], deslocou-se em 15 em missão cultural ao Sul do País, acompanhando 54 alunos”;
- “Em conformidade com o disposto na Circ. (...) do QG/GML, compareceu em 12 [Fevereiro de 1970] naquele QG onde tomou parte numa reunião de Capelães”;
- “Nos termos da circ. (...) da CRAR do QG/GML (...) compareceu no Q.G. do G.M.L., nos dias 29 e 30 do mês findo [nomeadamente, Maio de 1970], a fim de tomar parte na reunião de Capelães”.

⁸²⁷ Cfr. Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Rui Melo de Azevedo de Lemos Correia Leal*, folha 101. O sublinhado é nosso.

Em 1971, a Constituição, profundamente reformulada, ainda afirmava que era “*livre o culto público ou particular da religião católica como da religião da Nação Portuguesa. (...) A religião católica apostólica romana é considerada como religião tradicional da Nação Portuguesa*”.⁸²⁸ Só a Lei 4/71, poucos dias depois da data de aprovação desta revisão constitucional, clarificaria significativamente a questão religiosa, assegurando plenamente algumas liberdades, mas tomando sempre o catolicismo como a religião mais significativa, por defeito. O Estado reconhecia e garantia a liberdade religiosa das pessoas e assegurava ainda às confissões religiosas a protecção jurídica adequada. Além disso, o Estado afirmava que não professava qualquer religião e as suas relações com as confissões religiosas assentavam no regime de separação, pelo que as confissões religiosas tinham direito a igual tratamento, ressalvadas as diferenças impostas pela sua diversa representatividade. O ensino ministrado pelo Estado seria orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais no país, embora o ensino da religião e moral nos estabelecimentos de ensino fosse ministrado aos alunos cujos pais ou quem suas vezes fizesse não tivessem pedido isenção (os alunos maiores de 18 anos poderiam fazer eles próprios o pedido de isenção).⁸²⁹

Os Pupilos do Exército mostravam nesse tempo a faceta própria de uma escola que vivia intensamente os preceitos religiosos de acordo com a orientação geral do regime político em vigor. Parafraseando um antigo Director do Instituto, o Coronel Tirocinado Gonçalves Garcia, o Estabelecimento fazia obra que servia ao ensino dos quadros das Forças Armadas e “*à formação moral e espiritual dos alunos*”.⁸³⁰

É assim que chegamos a 24 de Abril do ano de 1974 e o actual papel do Estado nas questões educativas tem forçosamente de ser equacionado a partir da Revolução dos Cravos. Por dois campos legais temos de encontrar as vias que foram sendo lançadas: o da Constituição e o da legislação específica sobre o lugar da religião na escola. A Constituição pós-revolução apresentou de forma

⁸²⁸ Numa proposta de uma então criada comissão inter-confessional, integrada pelo pároco da Encarnação, o Presidente da Comunidade Judaica de Lisboa e o Presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa, o artigo 45.º dizia: “*O Estado, consciente das suas responsabilidades perante Deus e os homens, assegura a liberdade de culto e organização das confissões religiosas*”. Como nesta aparente postura ecumenista, o Estado era muitas vezes empurrado para uma militância teísta que em tudo negava a organização dos Estados Modernos: se esta posição tivesse avançado, a nação, pela sua lei maior, reconhecia a existência de Deus. Oportuno ver Cruz, Manuel Braga da – “O Estado Novo e a Igreja Católica” in Serrão, Joel e Marques, A. II. de Oliveira – *Nova História de Portugal*, vol. XII, Portugal e o Estado Novo. Coordenação de Fernando Rosas, Lisboa, Ed. Presença, 1990, p. 213 e Cruz, Manuel Braga da – “A liberdade religiosa: dos direitos individuais aos direitos sociais” in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, 2002, pp. 143 a 147.

⁸²⁹ O ensino era plena imagem desta visão que do próprio espírito humano se tinha: era a excepção ao que era tomado como sendo a regra que implicava o pedido de anulação da matrícula automática na disciplina de Religião e Moral, obviamente, católica. Só este caso era ponderado como possível, plausível e, acima de tudo, merecedor do apoio do Estado. É dito que as demais religiões podem existir e ter culto, mas só uma tem efectivo reconhecimento no quadro do ensino.

⁸³⁰ Cfr. Garcia, Humberto Lopes Gonçalves – “Abertura da Sessão” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 66, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1971, p. 9.

simples a relação entre o Estado e as confissões religiosas: “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social”.⁸³¹ Nos Pupilos do Exército a vertente educativa tendeu a sofrer logo algumas alterações, sobretudo no que diz respeito ao acabar de vez com aquilo que era um modelo da “aula perorada”.⁸³²

A agora nova legislação passava também a cobrir e a incluir nos seus fins e aplicações, todas as religiões, sem deixar marca alguma da antes tida como “religião tradicional”. De forma significativa, imagem dos tempos e de quão complexa era o tratamento das confissões religiosas, fossem elas a católica ou outras, há uma quase anulação das instituições, vindo ao topo das prioridades da Constituição a individualidade de cada crente e a correspondente questão de consciência. E se ao Estado não se podia atribuir o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, então o ensino público não seria confessional. Havia a necessidade de atravessar “tais ideias, tais princípios, por ultrapassados (...) [tinham] de ser uns alterados, outros afastados”, como disse o antigo Director do Instituto, Coronel Branco Brito, na abertura solene realizada a 2 de Dezembro de 1974.⁸³³

Podemos dizer que a Constituição da República Portuguesa de 1976 veio abrir um novo ciclo no que respeita a esta temática, mas por mais de uma dezena de anos a situação ficou bastante idêntica. Só em 1987, mais de uma dezena de anos depois da revolução de 1974, é que o Tribunal Constitucional deu o primeiro passo, inspirando o começo do ensino da religião e moral evangélica no nosso País, nomeadamente no ano lectivo de 1990/1991.⁸³⁴ É a verdade é que a Lei da Liberdade Religiosa chegou apenas com a viragem do milénio. A juntar à longa e profunda tradição católica e à recente orientação do Estado Novo, a inexistência de uma política centrada na religião, qualquer que

⁸³¹ Cfr. Parte I: Direitos e deveres fundamentais, Título I: Princípios gerais, artigo 13.º (Princípio da igualdade), ponto 2.º.

⁸³² Cfr. Martins, Salvador – “Pela Educação...” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 77, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 1974, p. 3.

⁸³³ Cfr. Brito, António Castelo Branco – “Notícias do Instituto. Abertura Oficial do Novo Ano Lectivo” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 79, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 1975, p. 3.

⁸³⁴ O Acórdão desse Tribunal, com o n.º 423/87 e Processo n.º 110/83, veio a decidir-se pela não declaração de inconstitucionalidade das normas dos artigos 1.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º do Decreto-lei nº 323/83, de 5 de Julho (que havia consagrado que o Estado ministraria o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, médias e complementares), declarando, todavia, a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas do artigo 2.º, n.º 1, 2 e 3 do mesmo diploma legal. Isto quis dizer que o diploma referido não seria inconstitucional por prever apenas ensino religioso católico. A sua inconstitucionalidade decorria antes da não previsão de ensino das demais confissões religiosas não católicas. Por outras palavras, o mesmo é afirmarmos que foi o Tribunal Constitucional que inspirou o começo.

ela fosse, no pós-25 de Abril, veio como que criar uma situação de facto consumado. Efectivamente, quem ainda no início dos anos noventa fosse a uma escola pública, como o nosso Instituto Militar dos Pupilos do Exército, apenas encontraria aí professores de Religião e Moral Católica e não de outras religiões.⁸³⁵

Podemos afirmar, em jeito de síntese, que o significado da formação religiosa do Instituto e nomeadamente da sua introdução na Escola, não é despiciendo, sobretudo porque em termos ideológicos, constata-se uma evolução conceptual do Estabelecimento no sentido da sua identificação com o conjunto de normas e valores que iam sendo defendidos pelos regimes políticos em vigor, seja no momento da fundação do Estabelecimento, seja durante o período do Estado Novo, e seja, finalmente, com as alterações a todos os níveis que a Revolução dos Cravos veio a trazer a Portugal. Isto quer dizer que desde a tradição laica da fundação dos Pupilos do Exército, à formação institucional religiosa ali praticada, a evolução do ensino no Estabelecimento também resultou da combinação de derivações e práticas católicas durante os sucessivos períodos políticos em causa. Ao longo do tempo estiveram inevitavelmente subjacentes aquilo que foram os sentimentos e os interesses de uma sociedade que mudava e, principalmente, de um poder político que controlava e intencionalmente promovia ideais e projecções do pensamento colectivo, enquanto planos para a actuação humana do povo português.⁸³⁶

O Instituto foi-se assim adaptando perante as sucessivas conjunturas sociais e políticas, sendo que de entre essas adaptações, pode destacar-se aquela que aqui abordámos, e que é exactamente a construção de um conjunto de ideias e representações ao nível religioso numa Instituição que, de facto, como sabemos, começou muito longe dessa realidade. Num contexto mais vasto, esta mudança só não é para nós surpresa porque, enquanto reflexo analógico de muitas outras instituições escolares ao tempo, também nos Pupilos do Exército a vertente religiosa foi um dos factores que contribuiu para legitimar a Escola, na esteira dos interesses inerentes ao poder político dominante em cada época, sobretudo naquilo que foi a concepção política e ideológica do Estado Novo.⁸³⁷

⁸³⁵ Chegados ao fim do século, era gritante a necessidade de uma Lei de Liberdade Religiosa. Mesmo o universo católico mostrava essa necessidade, por exemplo, através da edição das Actas das V Jornadas de Direito Canónico, de 1997, sob o tema "*Liberdade Religiosa: realidades e perspectivas*". Oportuno ver Aurélio, Tenente Capelão P.º Nuno Filipe Fraga – "Família: um projecto para todos" in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995, pp. 10 e 11.

⁸³⁶ Para um aprofundamento daquilo que é o significado da *ideologia*, enquanto conjunto de crenças e representações neste contexto em geral, ver Althusser, Louis – *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Lisboa, Presença, 1980.

⁸³⁷ Ainda na vertente ideológica, naquilo que é o paradigma da *ideologia dominante*, é útil ver, por exemplo Bell, Daniel – *The end of ideology*, New York, Free Press, 1965 e Manheim, Karl – *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976 [ed. original 1929].



Fotografia n.º 223

Missa Campal com alunos do Instituto trajando com o uniforme antigo



Fotografia n.º 224

Retiro a Fátima em 1967



Fotografia n.º 225

Imagem religiosa que se pode encontrar no trajecto das escadas
do Edifício do Corpo de Alunos (1.ª Secção)



Fotografia n.º 226

A Última Ceia, no Refeitório da 1.ª Secção do Instituto



Fotografia n.º 227

**Missa Pascal com alunos do IMPE na Igreja da Força Aérea
(Antiga Igreja Conventual)**

2. UM CAMINHO DE TRADIÇÃO E UMA CULTURA DE FORMAÇÃO DE VALORES: A FORMAÇÃO RELIGIOSA NA ACTUALIDADE

“Cristo na tua cabeça, Cristo nos teus lábios, Cristo no teu coração.”

*Padre Dr. João Paulo Pimentel, antigo Capelão do IMPE*⁸³⁸

É interessante começarmos esta parte com a referência à ordenação como diácono, no dia 6 de Dezembro de 1987, do ex-aluno Luís Cláudio Ferreira dos Santos. Ordenado por Sua Eminência o antigo Cardeal Patriarca D. António Ribeiro, na Sé Patriarcal de Lisboa, sabemos que Ferreira dos Santos sempre tinha demonstrado *“particular interesse e vocação pelas actividades religiosas que se realizavam no Instituto, entregando-se a elas com total devoção”*. Tendo terminado o Curso Superior de Engenharia de Energia e Sistemas de Potência no ano lectivo de 1980/81, este antigo aluno continuou perseguindo os ideais religiosos que sempre o haviam norteado e encontrava-se, nesse momento, a frequentar Teologia na Universidade Católica.⁸³⁹

Entretanto, nos Pupilos do Exército, a formação religiosa participava no equilíbrio próprio do ensino ali ministrado. Ocupava posição no contexto das demais disciplinas curriculares, dos costumes e tradições religiosas do Estabelecimento, tal como a Instrução Militar e as diversas cerimónias castrenses, ainda que numa dimensão relativamente diferente. Dentro das diversas tradições religiosas no Instituto, destaca-se desde logo a Missa de Natal dos alunos do IMPE,⁸⁴⁰ que contou sempre com a presença do Grupo Coral e pode ser considerada como um momento alto para a vida interna dos estudantes.⁸⁴¹ Além das canções litúrgicas que acompanham sempre o ordinário da missa,⁸⁴² ali observa-se também o resultado de um caminho de tradição que foi sendo construído ao longo do tempo; com efeito, no ano da ordenação de Ferreira dos Santos, a *Querer é Poder* deixava

⁸³⁸ Médico e Sacerdote, foi um dos mais influentes Capelães do Instituto. Numa óptica estritamente sociológica, este Capelão fomentou uma acção religiosa muito significativa junto dos estudantes da Escola, tendo revitalizado a formação religiosa no IMPE e implementado várias actividades enquadradas nessa índole durante o período em que ali prestou serviço. A citação supra está manuscrita em dedicatória na primeira página de um exemplar do *Novo Testamento* oferecido a um dos seus catequistas (em versão do Padre Matos Soares e na 15.ª Edição, Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 1987). Exemplar na posse do autor.

⁸³⁹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Ordenação” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, p. 3.

⁸⁴⁰ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Natal de 2001” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002, p. 17.

⁸⁴¹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Missa de Natal” e “Festa de Natal” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991, pp. 7 e 8, respectivamente.

⁸⁴² Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Missa Solene de Natal” in *Querer é Poder*, n.º 24, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992, p. 3.

"bem expressa a alegria e a emoção que este acto de fé [Missa de Natal]" tinha proporcionado, "só possível numa casa com as características deste Instituto".⁸⁴³

A Comunhão Pascal, realizada frequentemente na Basílica de Mafra e contando com a participação dos três EMEns, é também um dos eventos que encerra bem aquilo que é o significado da formação religiosa na Escola.⁸⁴⁴ Presidida por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa ou pelo Bispo das Forças Armadas e de Segurança, há que sublinhar que a administração do Sacramento do Crisma num evento único aos crismandos do IMPE, do CM e do IO, trata-se de um acontecimento importante no contexto da formação religiosa dos EMEns. E afirmamos isto porque esta cerimónia revela o culminar de toda uma aprendizagem em que alunos e alunas participam, frequentando a catequese que é ministrada por outros estudantes e não só.⁸⁴⁵

Esta dinâmica participativa e sobretudo o significado de que a mesma se reveste, não são, de facto, despiciendas. Assim como não é despiciendo o facto de nestes eventos participarem sempre altas individualidades, militares e civis, algumas delas que acabam mesmo por apadrinhar alguns dos alunos que nesse dia são crismados. Na verdade, seja na Comunhão Pascal, seja nas demais cerimónias de Ofício Divino que se realizam nos EMEns, a verdade é que estes acontecimentos acabam por estar revestidos de uma elevação própria e ligados quase sempre a eventos festivos militares ou comemorativos institucionais. As esferas da dimensão militar e da dimensão religiosa não são por isso facilmente separáveis, especialmente quando as observamos com um olhar sociológico, porque se interligam em muitos momentos.⁸⁴⁶

É por isso que, não raras vezes, o silêncio destas cerimónias é "apenas quebrado pelas vozes de comando da Escolta ao Altar e pelo tilintar metálico das suas espadas".⁸⁴⁷ As Missas de Acção de Graças, rezadas muitas vezes em concelebração entre sacerdotes e em analogia com o que se passa em outros eventos,⁸⁴⁸ contam assim com a participação de militares e civis do Instituto, seja na

⁸⁴³ Ferreira dos Santos chegou a colaborar também nessa Missa, levada a efeito pelo Rev. Padre Capelão António José de Almeida. O professor de Moral do IMPE, era então o Frei Paulo Lagarto Pires. Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – "Missa de Natal" in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988, pp. 4 e 5.

⁸⁴⁴ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – "Celebração Pascal em Mafra" in *Querer é Poder*, n.º 22, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991, p. 3.

⁸⁴⁵ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – "Comunhão Pascal" in *Querer é Poder*, n.º 17, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Julho de 1989, p. 5.

⁸⁴⁶ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – "Comemorações do 78.º Aniversário da Fundação do IMPE" in *Querer é Poder*, n.º 17, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Julho de 1989, p. 14.

⁸⁴⁷ Cfr. *Idem*.

⁸⁴⁸ Cfr. Alexandre, Tiago – "89.º Aniversário do IMPE" in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 14.

assistência, seja no apoio à própria cerimónia.⁸⁴⁹ Os serviços religiosos têm também,⁸⁵⁰ em várias ocasiões, a participação do Grupo Coral e Instrumental do IMPE.⁸⁵¹

Um outro dado interessante na nossa pesquisa, é o facto de que à medida que os anos foram caminhando até à actualidade, sucessivamente se constatou uma maior tendência para a junção de eventos religiosos e confluência festas internas desta índole. Com efeito, cada vez mais se assistiu a esta realidade, em parte pelo decréscimo do número de alunos a nível global na Escola (e logo, também, um decréscimo no efectivo de alunos envolvidos em actividades formativas religiosas) e depois, também decorrente da primeira razão, no sentido de possibilitar uma maior relevância ao acontecimento formal (pela adição de vários eventos solenes num só) e conduzir, em última instância, a uma maior economia de custos.⁸⁵² Num desses exemplos, na festa dos 85 anos do Instituto, sabe-se que “*a missa de acção de graças (...) integrou as cerimónias da Primeira Comunhão, da Profissão de Fé e da Festa da Vida de um numeroso grupo de alunos*”.⁸⁵³

A Celebração Pascal no GML, presidida por D. Januário Torgal Ferreira, também já conta, assim, com a presença de alunos dos três EMEns, que nesse evento vivem a Festa do Baptismo, da Primeira Comunhão e do Crisma. Com os alunos dos EMEns juntam-se diversos militares do GML e muitos convidados. Esta celebração é o culminar de alguns meses de preparação para aqueles que optaram por receber estes Sacramentos, ajudados nessa caminhada de Fé, seja por catequistas, por familiares e Capelães. É ainda possível referenciar anteriormente a esta celebração, uma outra, a denominada Celebração Penitencial, que tem por finalidade estabelecer uma maior proximidade dos fiéis (que recebem esses Sacramentos) consigo próprios, com os outros e com Deus.⁸⁵⁴

Os momentos comemorativos nos EMEns também incluem, geralmente, cerimónias religiosas na sua agenda. Os eventos de carácter histórico, com destaque para aqueles onde se pretende enaltecer figuras que têm um significado especial para a Escola, são disso um exemplo muito significativo. Podemos recordar que aquando da inauguração da *Sala D. João de Castro*, o Patrono dos Pupilos do Exército, “*as comemorações terminaram com uma Missa celebrada segundo o*

⁸⁴⁹ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “92.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 16.

⁸⁵⁰ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “25 de Maio de 1999 - 88 anos de vida” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, p. 16.

⁸⁵¹ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Comemorações do 79.º Aniversário da Fundação do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990, pp. 9 e 10. Na Missa de Acção de Graças realizada nesta ocasião, rezaram o Capelão Chefe do Exército em exercício, tendo concelebrado o Capelão do IMPE e o Padre Luís Cláudio, antigo aluno do Instituto.

⁸⁵² Cfr. Areias, Tiago – “86.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997, p. 12.

⁸⁵³ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O IMPE fez 85 anos” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996, p. 9.

⁸⁵⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Celebração Pascal no GML” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 10.

ritual da época”, a cargo do Capelão do Instituto. Recordemos que a Sala D. João de Castro é um local da Escola “onde se reuniu algum espólio, muita bibliografia e peças de grande interesse museológico”, no que concerne ao Patrono do Instituto e ao contexto social e histórico seu tempo.⁸⁵⁵

A Bênção das Pastas dos Alunos Finalistas, enquanto cerimonial que ganhou um relevo cada vez maior no Instituto, é também um dos momentos onde a formação religiosa evidencia o culminar de um caminho de tradição na Escola.⁸⁵⁶ Presidido pelo Bispo das Forças Armadas e de Segurança⁸⁵⁷ (eventualmente por outras entidades convidadas⁸⁵⁸ ou até pelo próprio Capelão do IMPE⁸⁵⁹), este evento é solenizado pelo Grupo Coral e Instrumental, que lhe oferece momentos musicais de acordo com a natureza própria da efeméride.⁸⁶⁰ Podemos ainda acrescentar que, com o aparecimento da Barretuna, também este conjunto começou a participar nesta e noutras cerimónias do IMPE, se bem que numa parte posterior, nomeadamente aquando do momento do Porto de Honra nos Claustros.⁸⁶¹

Também já foi possível observar-se a Bênção das Pastas dos alunos do IMPE num enquadramento mais geral, nomeadamente na Alameda da Cidade Universitária, aquando da tradicional Bênção de Finalistas Universitários do Distrito de Lisboa. Presidida por Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, esta cerimónia tende a revestir-se de uma dignidade característica e com relevo significativo para aqueles que terminam os seus cursos académicos. Após a Bênção procede-se habitualmente à entrega das ofertas dos finalistas às diversas Instituições de Solidariedade, simbolizando assim a vontade de colocar ao serviço da comunidade o saber e os valores adquiridos.⁸⁶²

Em termos sociológicos, é também interessante colocar uma nota naquele que costuma ser o evento de homenagem ao Fundador, General António Xavier Correia Barreto. Noutra parte do texto abordámos a personagem do Fundador dos Pupilos do Exército, sob diferentes perspectivas, tendo-

⁸⁵⁵ Cfr. Monteiro, Natividade – “Evocação do nosso Patrono” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996, p. 11.

⁸⁵⁶ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Bênção das Pastas dos Alunos Finalistas 2001/2002” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 8.

⁸⁵⁷ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Bênção das Pastas” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, p. 10.

⁸⁵⁸ Entre essas, o Capelão Chefe do Exército em funções. Ver por exemplo, Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Cerimónia da Bênção das Pastas 2002/2003” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 10.

⁸⁵⁹ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Bênção das Pastas 2003/2004” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005, p. 19.

⁸⁶⁰ Cfr. Alexandre, Tiago – “Bênção das Pastas” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000, p. 7.

⁸⁶¹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Bênção das Pastas” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999, p. 7.

⁸⁶² Cfr. Reis, David – “Bênção das Pastas na Cidade Universitária” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 5.

nos remetido essencialmente para as suas visões de índole política e social, e a sua capacidade técnica e militar. De acordo com a sua visão política, pode dizer-se que o Fundador não seria propriamente uma pessoa muito ligada com a vertente religiosa. A questão que se coloca é então a de que se será adequada ou não, a realização de cerimónias religiosas como homenagem à figura do General Correia Barreto.⁸⁶³ As opiniões divergem, na medida em que é possível equacionar argumentos para cada uma das opções.⁸⁶⁴

No sentido de perpetuar a memória do Fundador, estas cerimónias contam com a presença de militares e civis da Escola, assim como elementos convidados, entre esses, a tradicional presença da APE. Numa perspectiva pragmática, pode dizer-se que estas cerimónias têm-se inclinado mais para uma opção que inclui honras militares com a intervenção de serviços religiosos, do que para uma opção estrita com honras militares unicamente.⁸⁶⁵ Com efeito, a “*missa e bênção das coroas de flores a depositar no busto de Fundador no Museu (Sala de Honra ou do Culto da Pátria) e no seu jazigo no Cemitério dos Prazeres*” continuam a ser uma prática com bastante significado nas tradições pilónicas.⁸⁶⁶

As últimas décadas consolidaram uma prática religiosa coerente nos Pupilos do Exército, na medida em que a cultura de formação aí desenvolvida, virada para o desejável voluntariado, ganhou o seu próprio espaço.⁸⁶⁷ Não se pode dizer que isto aconteceu sem imposições em todos os parâmetros, mas a verdade é que o balanço das actividades da Capelania do IMPE ao longo destes anos resume um percurso de resultados satisfatórios, ainda que com algumas quebras, sobretudo pela transição de quadros e transferências de pessoal, nomeadamente Capelães. O balanço destas actividades tem ainda que se ver de uma forma mais ampla, nomeadamente naquilo que é a região militar onde se insere, e aí, percebe-se que os resultados são francamente satisfatórios, podendo mesmo dizer-se que são números animadores.⁸⁶⁸

No sentido de destacar alguns personagens neste caminho de tradição, podemos recordar o Padre João Paulo Pimentel, que nos finais da década de 80 e ainda no ano de 1990, foi um dos grandes impulsionadores das actividades religiosas no Instituto, com um reavivar muito significativo

⁸⁶³ Ver Gonçalves, Miguel Viegas – “Dia do Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002, pp. 14 e 15.

⁸⁶⁴ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Dia do Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 16.

⁸⁶⁵ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “91.º Aniversário dos Pupilos do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 14.

⁸⁶⁶ Cfr. André, Nuno – “Homenagem ao Fundador do Instituto” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000, p. 5.

⁸⁶⁷ Ver Diniz, José – “25 de Maio de 2001 - 90 anos de querer e saber” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001, p. 13.

⁸⁶⁸ Cfr. André, Pedro – “Celebração Pascal do GML” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002, p. 6.

da Catequese e da Celebração da Eucaristia. No desempenho das suas funções como Capelão do IMPE, promoveu a organização e comemoração das actividades religiosas festivas, assim como as peregrinações militares dos alunos (acompanhados de militares e civis) a Lurdes e, especialmente, a Fátima. Aliás, sublinhe-se que as visitas ao Santuário de Fátima constituem-se numa verdadeira tradição dos EMEns, com bastantes eventos organizados, seja a nível do IMPE, seja a nível integrado das três Escolas. Mas o destaque da sua acção pedagógica vai indubitavelmente para o empenho que colocou naquilo que representava o Ano Catequético, com uma prática religiosa que envolvia vários alunos, alguns deles mesmo como catequistas, e que culminava com a realização do Baptismo, Primeira Comunhão, Profissão de Fé e Crisma. Este Sacerdote foi neste período, sem dúvida alguma, um daqueles personagens que mais influência religiosa teve nos alunos dos Pupilos do Exército, com várias acções e eventos por si levados a cabo.⁸⁶⁹

A saída do Padre João Pimentel da Escola conduziu a uma quebra inequívoca na vitalidade que as actividades religiosas e a formação católica no Instituto tinham assumido durante a sua chefia. Os anos seguintes observaram um decréscimo significativo neste tipo de iniciativas. Sucedeu-se o Padre Almiro Mendes⁸⁷⁰ e, apresentado em 1995 no Instituto, o Alferes Capelão António Borges da Silva, sendo um Padre Salesiano vindo directamente da BMI, *"rapidamente se apercebeu do marasmo que a Capelania do IMPE atravessava e a ausência de prática, a que a falta de Capelão (...) tinha votado"* os alunos, militares e civis da Escola.⁸⁷¹

Criou-se nessa altura um Conselho Pastoral e, em conjunto com os alunos, a cultura da formação ganhou novo ânimo, com a intervenção directa da Capelania em vários aspectos. Recuperou-se em muitos domínios aquilo que o Padre João Pimentel tinha desenvolvido mas, no ano lectivo de 1999/2000, assistiu-se a uma nova troca de Capelão, por motivo de transferência. O Padre Borges rumou para a Escola Naval e eis que os alunos voltaram a ficar *"desamparados"* no que concerne ao apoio religioso na Escola, assim como os demais militares e civis que aí prestavam serviço. Mas pode dizer-se que o Padre Borges *"tinha deixado uma semente geneticamente resistente"*, pelo que *"esta resistiu a uma nova realidade: um novo Capelão"*. O Padre Franciscano Capuchinho Frei Didácio, *"então Alferes recém saído do curso da AM, cedo se apercebeu que uma equipa dedicada o apoiaria incondicionalmente nas actividades a desenvolver"*. E assim foi, sendo que entre outras actividades, podem referenciar-se os seguintes retiros:⁸⁷²

⁸⁶⁹ Ver, por exemplo, Redacção da Revista *Querer é Poder* – "Conferência sobre Cristologia" in *Querer é Poder*, n.º 17, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Julho de 1989, p. 7.

⁸⁷⁰ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – "Missa de Natal" in *Querer é Poder*, n.º 21, *op. cit.*, p. 7.

⁸⁷¹ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – "A Capelania a todo o gás" in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001, p. 5.

⁸⁷² Cfr. *Idem*, p. 5

- O retiro em conjunto com o Colégio Militar na feitoria do CM em Oeiras;
- O retiro de avaliação e programação do Conselho Pastoral em Serpins na Serra da Lousã.

Todavia, este último Sacerdote pouco tempo esteve ao serviço do Instituto. Logo no mês de Setembro de 2001, foi substituído em funções pelo Capelão Paulo Silva. Este Capelão *“foi ordenado sacerdote (...) [em Maio de 2002] em Fátima”*. Pertencendo aos missionários do Verbo Divino, instituição missionária que se encontra presente em todos os continentes, este elemento tinha estudado Teologia na Universidade Católica Portuguesa e tinha feito uma experiência missionária de dois anos em África, nomeadamente no Zimbábue. Era pós-graduado em Pastoral e, já enquanto Diácono, tinha também ajudado na formação de seminaristas.⁸⁷³ A sua acção prolongou-se até 2003, ano em que partiu *“em missão da sua Ordem 'Verbo Divino', para Timor”*, tendo sido substituído então por um outro Capelão, o Major Carlos Alberto Casqueiro.⁸⁷⁴

Pouco tempo passou até uma nova substituição na liderança da vida religiosa do IMPE. Datada de 7 de Outubro de 2004, uma carta de D. Januário Torgal Ferreira nomeou um novo Capelão para a Escola: o Major Frei Rui Carlos Antunes e Almeida Lopes. Nas palavras deste Sacerdote, *“Não foi ao acaso que procurei que tudo se encaminhasse para esta data, para mim de particular importância: a festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira da igreja conventual deste convento de S. Domingos de Benfica. Sou, como os frades que aqui viveram desde os tempos de D. João I até 1834, religioso de S. Domingos. Foi uma intensa devoção a Nossa Senhora que me fez dominicano, e como sinal desse amor trago pendente do hábito o seu Rosário”*.⁸⁷⁵

O novo Sacerdote propôs-se, entre outras directrizes, a prestar serviço como Professor e Capelão, a realizar Missa semanal e ainda a colocar a catequese a funcionar normalmente. Com experiência em missões das FND, este novo Capelão escreveu a sua definição sintetizada de Padre, da seguinte forma: *“Um Padre não é o que faz isto ou aquilo, mas o que se define a si mesmo e ao seu ministério, numa configuração pessoal com Jesus Cristo, como um homem para os outros, o seu celibato nunca deverá ser sinal de uma pureza inumana mas um alargamento do coração para chegar mais longe e a mais pessoas na sua capacidade de servir”*.⁸⁷⁶

⁸⁷³ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Capelania do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002, p. 10.

⁸⁷⁴ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Capelania do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 17.

⁸⁷⁵ Cfr. Lopes, Rui Carlos Antunes e Almeida – “Mensagem do novo Capelão” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005, p. 28.

⁸⁷⁶ Cfr. *Idem*, p. 28 e Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Currículo” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005, p. 28.

Podemos salientar como sinal da sua acção, a realização da Celebração Pascal na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, enquanto culminar da vivência de um tempo de interiorização e meditação levado a cabo pela Capelania do Instituto ao longo da Quaresma, nas suas várias actividades e *"em especial através dos diferentes volumes de Catequese"*. Antecedida da Celebração Penitencial, onde *"os alunos se prepararam para viver mais intensamente esta Festa da Ressurreição"*, esta Celebração Pascal conta com parte da comunidade escolar, vários convidados e a participação do Grupo Coral e Instrumental do IMPE, e é *"um momento de verdadeira vivência de Fraternidade, partilhado por alunos, professores, militares"* e demais elementos do Instituto.⁸⁷⁷

No sentido de irmos mais longe nesta análise da formação e da experiência religiosa nos Pupilos do Exército da actualidade, entrevistámos o Major Almeida Lopes, Capelão do Instituto. No ambiente acolhedor do actual Gabinete do Capelão daquela Escola, este Sacerdote atendeu com interesse todas as nossas questões, confirmando a elevada disponibilidade que tinha manifestado em nos apoiar logo desde o nosso primeiro contacto formal. E no âmbito da educação ministrada nos EMEns e nomeadamente no que concerne à vivência e à afirmação dos princípios religiosos nessas Escolas, o Capelão Almeida Lopes cedo aproveitou para sublinhar que a *"expressão [dos princípios religiosos] e a sua divulgação devem estar marcadas, em primeiro lugar, por um grande respeito pela diversidade (...) num grande respeito pelas convicções de cada um"*, possibilitando assim *"a liberdade de cada um em praticar a sua religião"*. A formação e o apoio religioso são levados a efeito no IMPE, mas em domínio sempre *"enquadrado neste acolhimento a quem individualmente quiser participar"*.⁸⁷⁸

A própria disciplina de Religião e Moral *"está de acordo como em qualquer escola do ensino público"*, donde se retira logo um elemento importante, que é facto de que *"nessa cadeira, os pais têm que dar licença para os seus filhos a frequentarem"*. Ou seja, cumprem-se os *"estritos ditames do Estado"* e não se promove nesse quadro curricular específico, um arrogado *"privilégio em relação a qualquer religião"*. Esta restrição contextual por nós claramente assumida, é tanto mais necessária porque é evidente que em muitos outros domínios, este não privilégio do Catolicismo (em termos estritamente comparativos) na óptica religiosa da vida do Instituto acaba por não ser constante, exactamente porque o Catolicismo assume uma referência formal e informal de relevo na Escola que não é comparável com qualquer outra prática religiosa ali efectivada. Aliás, importa referirmos que na opinião deste Sacerdote, o ensino religioso nos EMEns não deve ser mais

⁸⁷⁷ Ver Redacção da Revista *Querer é Poder* – "Páscoa 2005" in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005, p. 10.

⁸⁷⁸ Cfr. Entrevista com o Sr. Major SAR Rui Carlos Antunes e Almeida Lopes, Capelão do IMPE, realizada no dia 10 de Abril de 2006 às 15h00m, no Instituto Militar dos Pupilos do Exército (Gabinete do Capelão) e com suporte de gravação em áudio digital, transcrita no Apêndice V.

intenso. *Esse ensino “só será mais intenso na medida em que os alunos o desejarem. A intensidade tem que estar em ligação com aquilo que eles próprios quiserem”*.⁸⁷⁹

Embora se constate que o ensino religioso nos Pupilos do Exército é relativamente idêntico àquilo que se passa em outras escolas militares similares, contudo é necessário sublinhar que os EMEns vivem numa realidade significativamente diferente daquilo que são as instituições de ensino superior com cariz essencialmente militar, como é o caso, por exemplo, da Academia Militar. A diferença de idades no efectivo escolar é logo a primeira e maior diferença a registar. Existe sempre um domínio de liberdade religiosa que importa respeitar e é nessa perspectiva que temos que ser muito pragmáticos em certas questões.⁸⁸⁰ Recordemos que tal como defende o Capelão Almeida Lopes “em primeiro lugar, (...) [os alunos estão no Instituto] *para estudar*” e “*não (...) para outras actividades*”. Sendo certo que a Capelania dos Pupilos do Exército propõe “*duas ou três actividades religiosas durante o ano [e que] a diocese militar propõe outras tantas*”, e tendo em linha de conta que “*ao nível do Ministério da Educação (...) há a Religião e Moral*” e que a um nível interno da Escola se encontra a Catequese enquanto actividade continuada com destino aos Sacramentos, num certo sentido mas neste mesmo contexto, é possível afirmar-se que “*não se pode fazer muito mais*”.⁸⁸¹

Deve referir-se que os estudantes que querem participar na Catequese necessitam da autorização dos pais. No momento da entrevista e em contraponto a um passado pouco distante, não se registavam quaisquer alunos catequistas (por efectivo reduzido de alunos participantes), pelo que era o próprio Capelão a ministrar a Catequese. Mas, mais uma vez, encontramos aqui uma linha mestra que nos parece essencial: a liberdade.⁸⁸² Aliás, na opinião deste Sacerdote “*não deve haver um peso religioso excessivo. A presença religiosa deve marcar a sua presença com uma certa descrição. Deve ser adequada, sabendo estar presente e também sabendo não estar presente*”. A Catequese no Instituto é assim também um sinal de empenhamento religioso dirigido, a que não se assiste em muitas outras escolas. Com efeito, “*as escolas civis não têm Catequese. Têm Religião e Moral. Aqui [no Instituto] existe talvez um maior empenhamento, também porque alguns alunos são internos e ao fim-de-semana podem não ter possibilidade de ter integração noutra comunidade*

⁸⁷⁹ Ver *Idem*.

⁸⁸⁰ Ver Almeida, Dimas (dir.); Cruz, Braga da; Portas, Miguel; Keshavjee, Faranaz e Machado, Jonatas – “Estado e liberdades religiosas. Mesa Redonda” in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, ULHT-Edições Universitárias Lusófonas, 2002, pp. 135 a 158 e Almeida, Luís Nunes de (mod.); Brito, Sousa e; Bravo, Dias; Miranda, Jorge e Moreira, Vital – “Lei da liberdade religiosa e revisão da Concordata” in *Fórum Iustitiae*, n.º 16, Novembro de 2000, pp. 5 a 20.

⁸⁸¹ Ver entrevista anteriormente referenciada com o Sr. Major SAR Rui Carlos Antunes e Almeida Lopes, Capelão do IMPE.

⁸⁸² Oportuno ver Machado, Jónatas – *O Regime Concordatário entre a “Libertas Ecclesiae” e a Liberdade Religiosa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1993.

paroquial". Assim, "havendo alunos internos e a possibilidade deles terem Catequese, o Instituto oferece essa actividade".⁸⁸³

A participação religiosa nas cerimónias religiosas, enquanto fenómeno sociológico de particular interesse, mereceu também a nossa particular atenção. De facto, para o Capelão Almeida Lopes, as cerimónias religiosas são tanto mais importantes porque "congregam a maior parte dos alunos" e funcionam como um verdadeiro "elemento agregador para esta Instituição", com destaque para aquelas de maior projecção, nomeadamente o Natal e a Páscoa. Nas suas palavras, "não as vejo tanto no seu aspecto religioso, que evidentemente também têm, mas acho que nas tradições de uma Instituição há momentos de família. E acho que nesse sentido, estas celebrações têm uma importância grande". Regista-se que a participação nestas cerimónias engloba não só alunos, militares e civis do Instituto, mas também convidados diversos e muitos familiares dos alunos. Não existe imposição superior para que os alunos participem neste tipo de cerimónias, mas é um aspecto relevante de cultura religiosa na Escola.⁸⁸⁴ A participação maioritária deles acaba por acontecer, "um bocadinho, porque toda a gente vai", depois porque parece que existe aqui "um certo elemento de congregação das pessoas, pois não há, de facto, na vida da Escola, nenhum outro momento onde as pessoas se congreguem dessa forma".⁸⁸⁵

Existe aqui portanto, em certa medida, um "factor de coesão". É muito interessante constatar que, para o Capelão do Instituto, "nestas coisas de percepção de vida comunitária e vida familiar" não o preocupa "tanto que as pessoas lá vão, por irem apenas". O ênfase que este coloca é que "tem que haver nas Instituições momentos agregadores", sendo que esta é uma situação transversal em outras UEO, como nos esclareceu através da sua experiência militar acumulada. Numa sociedade em mudança onde se projectam novos movimentos religiosos e existe até em parte um retorno ao sagrado,⁸⁸⁶ é interessante referir que o Sacerdote designou esta realidade das cerimónias de cariz religioso nas UEO, de uma "função muito particular de celebração em família". Foi até mais longe, porque no contexto da reflexão ou não, das tradições e dos valores da Instituição Castrense e dos EMEns nas cerimónias religiosas, o Major Capelão Lopes afirmou que "essas cerimónias religiosas são muitas vezes a única fonte de uma tradição que tem mantido essa

⁸⁸³ Ver entrevista anteriormente referenciada com o Sr. Major SAR Rui Carlos Antunes e Almeida Lopes, Capelão do IMPE.

⁸⁸⁴ Neste sentido, ver Messner, F. (dir.) – *La culture religieuse à l' école*, Paris, Cerf, 1995.

⁸⁸⁵ Ver entrevista anteriormente referenciada com o Sr. Major SAR Rui Carlos Antunes e Almeida Lopes, Capelão do IMPE.

⁸⁸⁶ Ver Sousa, Manuel Afonso de – *A fenomenologia do religioso no contexto do "retorno do sagrado": nova era e novos movimentos religiosos*, Cadernos de Ciência das Religiões, vol. 7, Lisboa, Centro de Estudos em Teologia/Ciência das Religiões, 2001.

família militar". No sentido de melhor expressar o seu entendimento, recordou que existem "até casos muito engraçados", apontando dois exemplos elucidativos e oportunos nesta perspectiva:⁸⁸⁷

- No primeiro caso, referiu que no IMPE também frequentam "alunos de outras religiões, Muçulmanos por exemplo, oriundos dos PALOP. Se alguns desses alunos não participam nas cerimónias religiosas cristãs do Instituto, outros há que, participam nessas cerimónias, integrados nesse espírito de família";
- No segundo caso, recordou no ano lectivo anterior, os estudantes "que terminaram o ensino superior e que participaram na cerimónia da Bênção das Pastas na Cidade Universitária - juntamente com as Universidades da zona de Lisboa -, foram lá, mas quiseram a sua missa também realizada aqui [no IMPE]". É de facto um fenómeno sociológico interessante, que o Sacerdote sintetiza na seguinte expressão: "Isto aqui é o elemento agregador deles e é um local especial, é a Casa deles."

Para uma Escola que nasceu no contexto da implantação da República, na ideia de um Estado laico, parece contudo que o caminho da formação e da vivência religiosa foi noutra sentida.⁸⁸⁸ E foi mesmo, mas não da forma dramática que à partida se poderia deduzir. Aliás, "isto é curioso (...) [porque até] mesmo nos períodos de uma politização republicana maior, houve uma certa força (...) da congregação de família e de educação. É um caso particular. Como sabe, os Sacerdotes no corpo docente eram ex-capelães. Os Capelães foram desprovidos da sua função aquando da 1.ª República, e muitos estavam dedicados ao ensino". Acabou por haver sempre uma determinada influência e "depois, na época do regime salazarista, o Capelão foi uma referência conotada com os valores religiosos".⁸⁸⁹ A actualidade não deixa perceber um futuro muito claro neste campo, até porque se trata de uma vertente onde concorrem, directa e indirectamente, influências sociais e políticas muito diversas. Além da Sociologia e da Ciência Política, socorremo-nos necessariamente das Ciências das Religiões para perceber melhor todas estas relações de poder.⁸⁹⁰ Para o Capelão Almeida Lopes, "se calhar, vai-se voltar ao início. Ou talvez se caminhe para um equilíbrio maior".⁸⁹¹

⁸⁸⁷ Ver entrevista anteriormente referenciada com o Sr. Major SAR Rui Carlos Antunes e Almeida Lopes, Capelão do IMPE.

⁸⁸⁸ Ver Portas, Miguel – "O Estado laico e as confissões religiosas" in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, ULHT-Edições Universitárias Lusófonas, 2002, pp. 155 a 158.

⁸⁸⁹ Oportuno ver Cruz, Manuel Braga da – "O Estado Novo e a Igreja Católica" in Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*, Vol. XII (Portugal e o Estado Novo. Coordenação de Fernando Rosas), Lisboa, Ed. Presença, 1990.

⁸⁹⁰ Ver por exemplo Filoramo, Giovanni e Prandi, Carlo – *As Ciências das Religiões*, São Paulo, Paulus, 1999.

⁸⁹¹ Ver entrevista anteriormente referenciada com o Sr. Major SAR Rui Carlos Antunes e Almeida Lopes, Capelão do IMPE.

Na abordagem a estas matérias pareceu-nos fundamental ouvir a opinião de alguém que não só desempenhou as funções de Vigário Geral Castrense e acompanhou os EMEns em termos religiosos desde há vários anos a esta parte, mas que é também, actualmente, o responsável que ocupa o lugar cimeiro do Serviço Religioso na Instituição Militar à qual os Pupilos do Exército pertencem.⁸⁹² Falamos como é óbvio do Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira. Personagem ilustre da religião e das questões religiosas⁸⁹³ no nosso País e ainda, muitas vezes, um dos mais notórios defensores públicos dos direitos de cidadania “*daqueles a quem a Democracia conquistada depois proibiu de falar*”, este Bispo que também tem a patente de Major-General do Exército, foi igual a si próprio em todos os momentos da entrevista, tendo-nos recebido com grande gentileza e amizade no seu Gabinete localizado no 4.º piso do EMGFA.⁸⁹⁴

Na nossa abordagem ao aparecimento dos Pupilos do Exército no contexto do ensino em Portugal e, nomeadamente, das particularidades que são remetidas à questão religiosa na I República, D. Januário tem a noção de que “*a introdução do serviço religioso [nos EMEns] é mais ou menos contemporânea do Colégio Militar porque depois da República e devido a dificuldades muito sérias, o serviço religioso organizado começa no fim da década de 1960*”. Aferindo a data aproximadamente para 1967, o Bispo das FAZ referiu que o que “*havia anteriormente era um tipo de apoio religioso de acordo com os critérios, na altura, do Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira*” (14.º Cardeal Patriarca de Lisboa), tendo o mesmo vindo para Lisboa “*nos inícios de 1930*”. No entender de D. Januário, “*no Colégio Militar havia já um acompanhamento religioso por parte do Capelão, como depois começou a aparecer na Academia Militar, e de tal forma que na Academia Militar, o que viria a ser Vigário Geral Castrense, ou seja Bispo Auxiliar do Cardeal Cerejeira, foi Professor desde 1948 na Academia Militar, o Sr. Dr. - na altura, com a patente de Coronel – Coronel António Reis Rodrigues*”. Este Sacerdote, que foi Professor de Ética na Academia Militar, “*depois, em 1967 foi feito Bispo, [e] foi nomeado Bispo como auxiliar do Cardeal Cerejeira para as Forças Armadas e veio a ser Vigário Geral Castrense*”.⁸⁹⁵

De acordo com informações sociais e históricas que a Diocese das Forças Armadas e de Segurança recorda, é aí “*que começa praticamente a orgânica do serviço religioso em Portugal,*

⁸⁹² Oportuno ver Falcão, Miguel – “A Assistência religiosa às Forças Armadas e o Ordinariato Castrense de Portugal”, X Jornadas de Direito Canónico (Fátima) in Vários – *Relações Igreja-Estado em Portugal*, Lisboa, 2002, pp. 211 a 233.

⁸⁹³ Para uma contextualização genérica destas questões é oportuno ver Bauderot, Jean (dir.) – *Religions et laïcité dans l'Europe des douze*, Paris, Syrios, 1994, assim como Boespflug, François; Dunand, Françoise e Willaine, Jean-Paul – *Por une mémoire des religions*, Paris, Éd. Découvertes, 1996 e Clevenot, Michel – *Les religions dans le monde actuel*, Besançon, CRDP, 1995.

⁸⁹⁴ Cfr. Entrevista com o Sr. Major-General D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança, realizada no dia 03 de Maio de 2006 às 16h00m, no Estado-Maior General das Forças Armadas (Gabinete do Bispo das FA e FS) e com suporte de gravação em áudio digital, transcrita no Apêndice V.

porque até aí, o Cardeal Cerejeira pediu [ao] Sacerdote António Reis Rodrigues, como pediu a outros Sacerdotes, que por decisão do Cardeal, um outro Padre pudesse entrar no clima da Unidade Militar". Na opinião do Bispo das FAS, "isto teve início mais ou menos contemporaneamente ao Colégio Militar, e num período que se começou felizmente a fazer um certo tipo de justiça à Igreja". A sociedade mais uma vez estava em mudança e os "tempos da República e as injustiças, e também as culpas da Igreja - de pessoas da Igreja, sobretudo de tom monárquico, que tiveram um comportamento menos correcto (como também houve muitos monárquicos que tiveram um comportamento mais correcto possível)", começavam-se "a esfumar e começou [mesmo] a haver um tipo de abertura para a Igreja, isto já em 1930 e tal", nomeadamente "na altura em que o Colégio Militar já começa a ter (...) [e] a permitir, que haja outra vez, aulas com um Padre", tendo ainda que se ter em atenção que "em 1940 surge a Concordata" assinada "entre a Igreja e o Estado Português". Com efeito, é por isso que entende que "o ensino religioso ali aparece muito nesta época".⁸⁹⁶

No que diz respeito aos efeitos do ensino religioso nos EMEns nos últimos 20 anos, D. Januário recordou que está nesta Diocese à dezassete anos. Fazendo o paralelo com outro EMEns, sublinhou que "o Colégio Militar (...) tem uma estrutura pedagógica onde pode situar o Capelão do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista de regência de aulas". Na verdade, alertou-nos para a situação de ter até havido ocasiões em que o Capelão do CM assumia uma carga horária significativa, o que implicava que numa determinada perspectiva, o Sacerdote deste EMEns não podia dar o apoio espiritual que desejava e fomentar uma maior ligação com os alunos, pois não tinha a necessária disponibilidade (por motivo da carga horária excessiva) para falar com os alunos, exactamente no sentido que fazemos referência. Ora, D. Januário aproveitou para sublinhar que nos "Pupilos do Exército não é assim", sobretudo pela realidade que o Capelão dos Pupilos do Exército nos tempos mais recentes (nas últimas três décadas, se quisermos), nunca teve um horário escolar excessivamente carregado, tendo uma disponibilidade natural para realizar actividades da capelania do Instituto, explicando e experimentando a religião com os alunos.⁸⁹⁷

Numa alusão ao Padre Dr. João Pimentel, antigo Capelão do Instituto, o Major-General D. Januário Torgal Ferreira reconheceu nele "a obra e o homem extremamente zeloso", tendo recordado inclusivamente que este Sacerdote era da *Opus Dei*. Numa acepção geral sobre o IMPE, confidenciou-nos que "houve ali grandes Capelães" e perfazendo a ponte para um outro Sacerdote ligado ao Instituto, mencionou o Padre António Borges da Silva, que agora se encontrava nesse

⁸⁹⁵ Ver *Idem*.

⁸⁹⁶ Ver *Ibidem*.

⁸⁹⁷ Oportuno ver Sebaoun, Elisabeth e Lemonnier, Dominique – *Explique-moi ta religion*, Paris, Éd. Brépols, 1995.

momento a desempenhar funções na Marinha. Recordou inclusivamente a solicitação expressa da Marinha para que esse Capelão fosse a esse Ramo das FA destinado e ainda as situações delicadas que existiram e subsistem na gestão do efectivo de Capelães pelos Ramos das FA e também pelas FS. Embora afirme nas suas palavras que não tem *“só um bom jogador”* na sua equipa, pois reconhece ter vários e bem preparados Capelães, a verdade é que há muitas situações em que apenas a criteriosa gestão de meios consegue obviar as restrições evidentes de muitas exigências para poucos recursos humanos. Particularizando mais uma vez a sua análise para o IMPE, D. Januário recordou que foi o *“Padre António Borges (...) quem iniciou a Benção das Pastas”* com a presença do Bispo das FAS.⁸⁹⁸

Numa reflexão desprendida sobre o Instituto, o Bispo das FAS sublinhou também que se apercebia *“francamente do seguinte: o ensino religioso no âmbito do IMPE reduziu-se praticamente àquele contacto do Capelão com os alunos (talvez seja o mais importante, o cumprimento, a simpatia, a afabilidade)”*. Mas este contacto não é muito produtivo na plenitude do termo, na medida em que as plataformas de encontro alcançadas são ainda limitadas. Aproveitou para manifestar que isto se tratava de *“um mau comum”*, insistindo num ponto sociológico que nos parece especialmente interessante: *“tenho falado com outros Capelães relativamente a Unidades Militares, e acho que é fundamental, já que está um Padre presente, que haja alguns espaços formativos, ainda que de uma forma informal: um tipo de tertúlia, um tipo de diálogo, um tipo de mesa redonda. Eu tenho-os entusiasmado, mas confesso que os ganhos não são muitos. Encorajo-os até a convidarem individualidades externas, que não tenham até nada a ver com religião. Dou-lhes a ideia de organizarem cursos, por exemplo sobre Cidadania, ou mesmo sobre outras questões que estejam na ordem do dia. Existem tantas coisas de que se pode falar e ajudar as pessoas, desde a família, os hábitos de higiene, os problemas sobre a educação, a forma como um indivíduo se veste e se arranja, a importância da forma como nos dirigimos a um superior ou inferior, etc. Esses aspectos são ensináveis e eu tenho, de facto, uma visão não muito entusiástica sobre a forma como as coisas estão actualmente”*.⁸⁹⁹

Tendo em conta a educação ministrada nos EMEns, convidámos D. Januário a efectivar uma análise da vivência e da afirmação dos princípios religiosos aos diversos níveis nestas Escolas, virada para a actualidade. Respondeu-nos que existe uma dificuldade expressa em *“cativar e conjugar o interesse das pessoas”* e logo também dos alunos dos EMEns. Referiu casos pontuais de Capelães que conseguiram ter iniciativas de bastante sucesso e frisou, nesse sentido, que a motivação por

⁸⁹⁸ Ver entrevista anteriormente referenciada com o Sr. Major-General D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança.

⁸⁹⁹ Ver *Idem*.

parte do Capelão é muito importante para que hajam iniciativas bem delineadas e que consigam envolver as pessoas. Assim, trata-se “sempre [de] um empenho partilhado” e, de facto, “tudo é possível”. Citando o nosso interlocutor, “recordemos, por exemplo, que esteve lá no IMPE um Capelão com muita categoria e que, actualmente, é até o Provincial dos Jesuítas. O Nuno Gonçalves foi para Roma, doutorou-se, foi o Director da Faculdade de Filosofia de Braga e agora foi votado para Provincial dos Jesuítas. Ele fez o Serviço Militar Obrigatório e esteve ali dois anos, no IMPE, onde, na altura, o Director era um homem católico. O Padre João Pimentel [que igualmente foi Capelão do Instituto], no seu tempo, conseguiu atingir bons resultados devido ao seu zelo, e o Padre Nuno também estava com essa mesma intenção, mas nem sempre é fácil conjugar as intenções religiosas com aquilo que são as restrições naturais de um comando hierárquico ou outras limitações decorrentes da organização castrense. O Padre João Pimentel teve o mérito de se esforçar e de conseguir ir mais à frente. Se porventura o Padre Nuno tentou ir pelo caminho da Direcção [do IMPE] no sentido de atingir os objectivos de educação religiosa no Instituto, por outro lado, o Padre Pimentel escolheu o caminho dos alunos. Eu penso que ao ter escolhido ir pelo caminho dos alunos, com eles e para eles, o Padre Pimentel fez uma escolha que se veio a verificar mais profícua”.⁹⁰⁰

Na aproximação à ideia de se o ensino religioso nos EMEns deveria ser mais intenso nos EMEns, ou se em contraponto, parecia ao Bispo das FAS que esse ensino lhe parecia ser satisfatório quando comparado com o de escolas similares e com o de escolas civis,⁹⁰¹ D. Januário referiu que “o que deveria ser mais intenso era o ensino religioso mas com uma componente humana muito forte. Quando hoje nós falamos em valores referenciais, quando nós apelamos numa Unidade Militar para o espírito de corpo e quando nós falamos para o sentido fraterno das pessoas, não podemos deixar de ter em conta que existem invejas nas promoções, que existem injustiças, que existem os desajustes que não podem agradar a todos e que o militar vive uma condição económica infelizmente injusta. Eu tenho-o dito publicamente. Por outro lado, eu começo a sentir os próprios materialismos a ganharem terreno. Se existem alguns militares que ficam nos quartéis após o seu trabalho diário, dito normal, outros há que, numa demanda muitas vezes individual e sem apoios da Instituição Militar, vão estudar e valorizam-se. Outros militares optam por ter segundos empregos, pois as despesas familiares a isso cada vez mais obrigam, perante os salários que

⁹⁰⁰ Ver *Ibidem*.

⁹⁰¹ Útil ver Teixeira, Alfredo e Almeida, Dimas – *Da Memória à Experiência: perspectivas sobre a religiosidade contemporânea*, Cadernos de Ciência das Religiões-vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos em Teologia/Ciência das Religiões, 2000.

vencem. Por todos estes aspectos, é importante que haja ali, nas UEO, alguém a fazer a ponte entre os valores referenciais e até religiosos e entre a realidade do quotidiano”.⁹⁰²

Pormenorizando a questão relativamente ao IMPE, expressou que “existem escolas de inspiração religiosa que estão mais vocacionadas para esse ensino religioso, mas claramente, quando se comparam os EMEns com as escolas civis em geral, aí, os EMEns têm um ensino religioso muito mais intenso que nas outras escolas. Isso é inegável. (...) eu tenho pena e de facto, espero que o seu trabalho desperte e vá motivar as pessoas, não só no IMPE mas em geral, para estas e outras questões, como a Cidadania e até as Tradições, por exemplo. Deve haver lugar a espaços formativos. O Capelão tem de ser pró-activo. Isto depende tudo muito da pessoa. Tem de haver tempo para tocar nestas e noutras matérias. O Padre Rui é também uma pessoa com imenso jeito e é dos grandes Capelães que nós temos aí”.⁹⁰³

No que diz respeito ao grau de participação nas cerimónias religiosas praticadas nos EMEns, a resposta de D. Januário foi-nos expressada do contexto geral para o particular. Por outras palavras, o Bispo das FAS conferiu uma ideia macrosociológica relativamente aos Ramos (com incidência especial para o Exército) e depois incidiu a sua atenção em particular para o IMPE. Esse procedimento revelou-se extremamente oportuno em termos de cultura religiosa como acabaríamos rapidamente por constatar.⁹⁰⁴ Observemos o seu entendimento: “A desproporção que eu encontro no ensino religioso num grande número de UEO, é que nós só temos, em primeiro lugar, aquilo que em linguagem de Igreja chamamos de Culto: Missa (a Celebração da Eucaristia), etc. São motivos litúrgicos aos quais se colam, coincidem com a Liturgia ou até dão origem à Liturgia. Por exemplo, se vem aí o Natal, pensa-se logo em rezar uma Missa para o efectivo da UEO. Por exemplo, morreu o avô de um elemento da UEO. Pensa-se celebrar uma missa em sua honra e vêm muitos elementos da UEO prestar o seu respeito e condolências, sobretudo pela amizade. É o acontecimento. Ora, o que eu tenho procurado dizer aos Capelães é que antes da Liturgia há uma informação e uma formação. Há um trabalho por trás. Portanto, há uma forma de mentalização, é o responder a dúvidas. É o que o Padre João Pimentel fazia [no IMPE]. Eu fiquei muito admirado e até cheguei inclusivamente a pedir-lhe para vir até falar aos outros Capelães. É evidente que não é preciso dizer a ninguém que uma determinada pessoa está a fazer um bom trabalho; as pessoas são boas entendedoras e percebem. O Padre João Pimentel veio falar-lhes. O que se passava é que ele tinha um trabalho individual junto deste, junto daquele, e enfim, era quase sempre fora de

⁹⁰² Ver entrevista anteriormente referenciada com o Sr. Major-General D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança.

⁹⁰³ Ver *Idem*.

⁹⁰⁴ É oportuno ver Vallet, Odon – *Culture religieuse*, Paris, Masson, 1990.

horas. E a pessoa aí vai-se mentalizando e motivando, e depois consegue criar ali um patamar de encontro".⁹⁰⁵

Aquando da realização da entrevista, a visão dos Pupilos do Exército por parte da Diocese das FAZ (especialmente no que diz respeito a estas vertentes), era a de que actualmente "aquilo está muito frágil". Por exemplo, "nestes últimos anos, tinha-se conseguido uma cerimónia de Benção das Pastas para o IMPE. Conseguiu-se isso. (...) Encontravam-se as famílias, iam os Professores, etc. Para aquilo ter mais impacto, o Capelão da altura convidava o Bispo das Forças Armadas e de Segurança. Ora, isso desapareceu, pelo menos nestes moldes. Não houve lugar a mais convites nesse âmbito, desde há pelo menos uns três anos a esta parte. Quer dizer, a cerimónia continuou, mas noutros enquadramentos". Na opinião de D. Januário, isto foi "um empobrecimento", porque havia aí lugar a uma reunião com a Diocese, "havia uma maior projecção (...) [e] digamos assim, um maior impacto do evento".⁹⁰⁶

Um período de tempo significativo sem o Bispo das FAS a deslocar-se ao IMPE para qualquer encontro ou cerimónia religiosa é uma situação que não deixa de ser relevante neste contexto, sobretudo se pensarmos na tradição que esteve associada à Escola até há tão pouco tempo atrás. E percebemos que a razão não se liga com um excesso de formalização, seja ao nível do convite ou do programa dos eventos. Muito pelo contrário. Na verdade, constatamos que não era preciso muito para que D. Januário fosse ao IMPE. Bastava "haver um convite nesse sentido, (...) [fosse] para uma visita, uma cerimónia ou até uma conversa ou em encontro. Seria uma forma" de D. Januário comparecer no Instituto, "mas não se tem conseguido isso". Embora sublinhe que não está desanimado, contudo, o Bispo das FAS entende que "numa Casa que fomenta a formação, o saber, o estudo e os grandes valores, todos não somos demais".⁹⁰⁷

⁹⁰⁵ Ver entrevista anteriormente referenciada com o Sr. Major-General D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança.

⁹⁰⁶ Ver *Idem*.

⁹⁰⁷ Num exemplo oportuno D. Januário referiu este caso: *Conto-lhe só isto. Eu tenho um elemento que está no Algarve, na GNR, que nunca diz que quer uma visita pastoral. Pergunta-me sempre se eu aceito o esquema que ele propuser. E eu digo-lhe sempre que tudo o que ele quiser organizar, pois ele é que conhece e assim até me ajuda. O Bispo, o General, deve ouvir o Oficial. 'Aqui resulta isto'. Eu costumo pôr assim nas mãos, de um modo geral, mas vejo que tenho sempre poucas sugestões. E este Sacerdote teve. Por exemplo, neste sentido, eu estive três horas a responder a perguntas, a ver o entusiasmo e a disponibilidade das pessoas para o encontro. Depois houve um almoço, onde se aproveitou para confraternizar mais um pouco, conhecendo outras pessoas desde a professores, a demais funcionários, etc. Achei ainda muito interessante, depois, antes das pessoas se irem embora por volta das 17 horas, que entre as 15 horas e a hora da saída, fomos cumprimentar de mão, todas as pessoas. Todos os sectores dos trabalhadores. Fomos aos empregados, aos funcionários da cozinha, etc. Dizia-me: '- Vamos começar pelos mais pobres, vamos à cozinha, vamos ao Sr. que varre o jardim, vamos aos empregados, vamos à Secretaria, vamos cumprimentar os Professores, etc.' É isto que é preciso, ter o contacto com as pessoas, ouvi-las, fazer um ou outro reparo, constatar a sua alegria, escutar as suas palavras, enfim, uma imensidão de coisas que acabam por ser muito importantes. E isto tem-se perdido, ficando de pé quase apenas aquilo que é o institucional ou, se quiser, o protocolar. Nós estamos a entrar na rotina e isto pode ficar, se não é já, um corpo sem alma." Cfr. *Idem*.*

Finalmente, importa referirmos que D. Januário entende que as cerimónias religiosas no âmbito militar reflectem deliberadamente as tradições e os valores da Instituição Castrense e, no caso específico, dos EMEns. Todavia, nas suas palavras sublinha: *“era preciso um conteúdo que não fosse rotineiro. E eu via que se houvesse uma preparação intelectual, formativa, um diálogo aberto sobre tudo aquilo que se vai passar e uma preparação actualizada daquilo que se vai viver. Porque se não, um indivíduo vai viver forçosamente as tradições do calendário. A tradição não é morte, é vida. As gerações, a continuidade, os valores da amizade, os antigos, os modernos, os objectivos, etc. Isto é vivido, mas para ser vivido tem de ser verbalizado. Eu tenho a impressão que se tem esfumado este ensino religioso e até cultural. Mesmo até a articulação do Capelão entre uma perspectiva de temática religiosa ou entre até temáticas religiosas (devido a esta floresta de religiões e de diálogo inter-religioso na actualidade), porque várias religiões existem e os nossos militares nas FND deparam-se com essa realidade todos os dias: o Judaísmo, o Islamismo, etc.”*⁹⁰⁸

Partilhamos da opinião de D. Januário sobretudo quando este refere que *“haver aqui um diálogo é muito importante”* e que aqui se abre um espaço para o Capelão ter *“as suas aulas de ética, de cidadania, de temas inter-disciplinares”*. Várias questões podem ser colocadas a debate e D. Januário não vê porque não se possam promover encontros para debater estes e outros assuntos. Nas palavras do Bispo das FAS, está expressa a ideia que essa dinâmica *“articule os conteúdos actuais de fenómenos religiosos com outras ciências, como a Biologia ou outras. Hoje em dia discute-se a vida e discutem-se os seus problemas, o aborto, a eutanásia, os casamento homossexuais, tudo isto é possível de ser articulado, ainda que compreenda que são temas difíceis”*. Como se sabe, *“são temas que andam na ordem do dia e o Capelão podia articulá-los, porque o fenómeno religioso é também um fenómeno de cultura e um fenómeno de saber. Muitas das coisas e frases que as pessoas ouvem não passam de slogans da opinião pública”*. Tal como D. Januário nos alerta, *“nós temos um clima óptimo no IMPE e no CM, mas (...) isso só não chega. É preciso o empenho de todos, porque todos somos poucos para nessa tarefa de educar os jovens da actualidade”*.⁹⁰⁹

É interessante recordar o que num dos números da *Querer é Poder* pode ler-se: *“Missa de Natal, nos Pupilos do Exército. Não Basta cuidar apenas do intelecto! A robustez física é*

⁹⁰⁸ Útil ver Machado, Jónatas – “A liberdade religiosa na perspectiva das liberdades fundamentais” in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, 2002, pp. 149 a 154, assim como Milot, Michel e Ouellet, Ferdinand – *Religion, éducation & démocratie*, Paris, Harmattan, 1997 e ainda Müller, Max – *La Science de la Religion*, Paris, Librairie Germer Baillière, 1873.

⁹⁰⁹ Ver entrevista anteriormente referenciada com o Sr. Major-General D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança.

*importante e desejável, mas não é factor exclusivo! Há que cuidar também dos espíritos, dando-lhes a consistência moral que define a integridade de carácter dos Homens de bem”.*⁹¹⁰



Fotografias n.º 228 e 229

Momentos religiosos no IMPE

⁹¹⁰ Cfr. Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Nossa Capa” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991, p. 1.



Fotografias n.ºs 230 e 231

Entrevistas com Capelão do IMPE, MAJ Almeida Lopes,
e com D. Januário Torgal Ferreira, respectivamente

CAPÍTULO XI

O PATRIMÓNIO HISTÓRICO DO IMPE E O SEU MEIO ENVOLVENTE: A ARQUITECTURA DO ESPAÇO E DO PODER

1. OS PUPILS DO EXÉRCITO E O CONVENTO DE S. DOMINGOS DE BENFICA

1.1. A Ordem de S. Domingos e o Convento de S. Domingos de Benfica

“A huma piquena legoa da cidade, pola estrada que corre pera Sintra, pouco desviado d’ella pera parte do Poente, fica escondido e furtado a communicação da gente hum pequeno vale, que sendo naturalmente aprasivel, por frescura de fontes, e arvoredos, mereceo, ao que se pode crer, o nome de Bemfica (...). Fazem o vale dous outeiros deziguais em corpo (...). Na ladeira do monte maior, está situado o Convento, e d’ella se estende com a sua cerca até hir beber no Rio. De huma, e outra parte correm quintas, que cercão os outeiros, e vale em roda, algumas de bom edificio, outras mais ao natural; todas ricas de bosques, e pumares, e cercadas de suas vinhas, com que môr parte do anno mantêm o vale huma frescura, e verdura perpetua. Fica o Convento senhoreando todas com capacidade, e mais grandeza, e como pagando-lhes com sua sombra o ornamento que recebe da companhia, e boa vezinhança d’ellas.”

*Fr. Luís de Sousa*⁹¹¹

Fundada por *S. Domingos de Gusmão*, a ordem dominicana foi a primeira ordem religiosa mendicante a surgir no contexto de uma Europa que começava a viver segundo novos princípios e práticas socio-económicas. As novas realidades emergentes – as cidades – trouxeram consigo desafios que os primitivos monges, encerrados nos seus mosteiros no meio dos campos, eram incapazes de dar resposta. A Ordem de S. Domingos surgiu pela necessidade de aproximação à vida espiritual desses habitantes: no seio desses aglomerados populacionais, onde se assistiam a maiores transacções comerciais e se estabeleciam novas relações sociais, instalava-se a Ordem dos Pregadores com objectivos que se ligavam com um ideal de pobreza individual e colectiva, e ainda com a finalidade de cumprir o seu propósito primeiro, que era o da pregação e salvação das almas.⁹¹²

⁹¹¹ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, Vol. I, pp. 819 e 820.

⁹¹² Recordemos que no século XII, a corrupção dos costumes em alguns conventos levou a um movimento de renovação e de reforma das ordens religiosas. Surgiram, assim, as Ordens Mendicantes: os Franciscanos, fundados por S. Francisco de Assis, e os Dominicanos, por S. Domingos de Gusmão. Renunciando aos bens materiais, os frades mendicantes aproximaram-se do povo, comungando da sua pobreza. O seu exemplo de vida simples, a sua santidade, as suas pregações e a assistência que prestavam às populações mais desprotegidas significavam um retorno à verdadeira doutrina de Cristo. Preferindo desenvolver a sua acção nas cidades, que constituíam já razoáveis núcleos populacionais, a sua mensagem era compreendida pelo povo. Nos mosteiros franciscanos e dominicanos desenvolver-se-ia também uma importante renovação cultural. É de entre os mais destacados frades dominicanos e franciscanos que, no início, foram recrutados os mais distintos professores das universidades: *Roger Bacon* (Oxford e Paris), *S. Tomás de Aquino* e *Sto. Alberto Magno* (Paris). Aproveitemos este ensejo para referir que os principais vultos da cultura portuguesa neste período foram *Sto. António de Lisboa* (discípulo em Santa Cruz de Coimbra e depois, monge

Não se cingindo à mera exortação de uma prática virtuosa, a pregação dos dominicanos distinguia-se pelo seu carácter doutrinal.⁹¹³ Ressalvemos que falamos de uma ordem religiosa que se expandiu rapidamente. De facto, foi ainda em vida do seu santo fundador que se edificou o primeiro convento dominicano em Portugal (Convento de Nossa Senhora das Neves) na Serra de Montejunto (próximo de Alenquer). Aconteceu no ano de 1217, por acção de Fr. Soeiro Gomes e da Infanta D. Sancha. Em 1223, o convento transferiu-se para Santarém e a Infanta viria inclusivamente a ser beatificada mais tarde.⁹¹⁴

Com o decorrer do tempo, pôde-se assistir à fundação de um número cada vez mais significativo de conventos dominicanos em Portugal.⁹¹⁵ A ordem dominicana, fruto da simpatia que lhe granjeavam a austeridade de costumes, a vida activa, a pobreza, assim como a humildade em que viviam os seus religiosos e sempre na proximidade dos leigos, foi crescendo em prestígio e bens.⁹¹⁶ A província de Portugal da Ordem de S. Domingos constituiu-se no ano de 1417 e foi confirmada pela bula *Sacrae Religionis* de Martinho V, datada de 5 de Fevereiro de 1418. Sublinhemos que no século XV as grandes Ordens Religiosas – os Dominicanos, os Franciscanos e os Agostinhos – ensaiaram uma reestruturação da vida monástica no sentido de um regresso à pureza e à austeridade primitivas, tendo obtido de uma forma geral, uma significativa aceitação e admiração por parte das populações.⁹¹⁷

Aquando da separação dos conventos dominicanos portugueses da província de Castela, constataram-se dois governos distintos, embora se constituíssem numa única província. Acontecia que os claustrais estavam directamente subordinados ao prior provincial, enquanto que os

franciscano e pregador em Itália), *Pedro Hispano* (médico, filósofo e Papa com o nome de João XXI) e Fr. Álvaro Pais (franciscano e Bispo de Silves). Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 13.

⁹¹³ Atentemos que a pregação dos dominicanos foi associada à própria designação da ordem religiosa: a Ordem dos Pregadores. Para uma consulta mais profunda sobre a Ordem de S. Domingos, cfr. Saxónia O. P., B. Jordão – *Opúsculo sobre as Origens da Ordem dos Pregadores*, col. Fontes Dominicanas I, Fátima, Secretariado Provincial dos Dominicanos, 1987; Romano, Gaetano Morini (dir.) – *Dizionario di Erudizione Storico-Ecclesiastica*, vol. LV, Veneza, Tip. Emiliana, 1852, pp. 81 a 108; Huerga, Alvaro – “Dominicos” in Vários – *Gran Enciclopedia Rialp*, vol. 8, Madrid, Ediciones Rialp S.A., 1972, pp. 90 a 96; “Dominicos” in Vários – *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeu – Americana*, vol. 18, Parte II, Bilbao, Espasa-Calpe, 1924-1932, pp. 1899 a 1915; Vicaire, M. H. – *Saint Dominic and His Times*, Green Bay, Alt Publishing Company, s.d. [ed. original 1957], pp. 187 a 375; e ainda Hinnebusch, W. A. – *Breve História da Ordem dos Pregadores*, Porto, Figueirinhas – Secretariado da Família Dominicana, 1985, pp. 13 a 178.

⁹¹⁴ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 13.

⁹¹⁵ Ver, entre outros, Castro, João Baptista de – *Mapa de Portugal*, Tomo II, Lisboa, Officina Patriarchal de Francisco Luis Ameno, 1763, pp. 99 a 101; Almeida, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967 [ed. original 1917], p. 139; Rolo, Fr. Raul – *Província de Portugal da Ordem de S. Domingos*, Lisboa, Escolas Profissionais Salesianas-Oficinas de S. José, 1962; Rolo, Fr. Raul – “Dominicanos em Portugal” in *Panorama*, n.º 2, IV Série, Junho de 1962; e ainda Costa, Pe. António Domingos da – “Dominicanos” in Serrão, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. [ed. original 1971], pp. 334 a 335.

⁹¹⁶ Cfr. Almeida, Fortunato de – *História da Igreja...*, *op. cit.*, vol. I, p. 140.

⁹¹⁷ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 919 a 921.

observantes obedeciam a um vigário que dependia do provincial. Esta situação veio a subsistir até 1513, momento em que o visitador Fr. João Furtado (um religioso castelhano) fez reunir capítulo em Lisboa com o fim de pôr termo a tal distinção, situação que se verificou em Maio desse ano.⁹¹⁸ Durante os séculos XIV e XV, a Ordem de S. Domingos foi das ordens religiosas que maior popularidade e devoção granjeou junto dos monarcas portugueses, tendo estes, sucessivamente, lhe concedido dádivas e privilégios.⁹¹⁹

A fundação do Convento de S. Domingos de Lisboa remonta ao século XIII, nomeadamente ao ano de 1241. De acordo com a *História de S. Domingos*, havia o desejo de fundar um outro cenóbio nos arredores da cidade, no sentido de se praticar a mais rigorosa observância da regra. Mas as razões para essa nova construção não se ficavam por aqui, já que o cronista da ordem (Fr. Luís de Sousa) aponta que a fundação e edificação do convento dominicano de Benfica iria também satisfazer a urgência de cumprimento de uma bula de 9 de Janeiro de 1391 do Papa Bonifácio IX. Com efeito, esta estabelecia a necessidade de se verificar a existência em cada província de pelo menos um convento da mais rigorosa observância da regra.⁹²⁰

Oito anos mais tarde, o cenóbio de Benfica converte-se no primeiro convento reformado de Portugal.⁹²¹ Através de uma *carta de mercê* datada de 22 de Maio de 1399, D. João I doou à Ordem dos Pregadores umas habitações que possuía em Benfica. Essas casas já se encontravam na posse da Coroa no mínimo desde o reinado de D. Dinis, sendo que o mesmo se lhes referia como o “*paço de Benfica*”.⁹²² Depois de implementadas algumas transformações nessas habitações, as mesmas converteram-se no primitivo núcleo do *Convento de S. Domingos de Benfica*. Sublinhe-se que a esta doação não é estranha a acção de Fr. Vicente de Lisboa⁹²³ (o dominicano confessor do Rei) assim

⁹¹⁸ Cfr. Almeida, Fortunato de – *História da Igreja...*, *op. cit.*, vol. II, p. 156.

⁹¹⁹ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 14. Com efeito, os dominicanos “*Davam-se muito ao ministério do púlpito, que estava nas tradições e na letra da regra. Eram tão apreciados os pregadores dominicanos, que o cabido de Lisboa teve como grande mercê a concessão, que em 1467 lhe fez o geral da ordem, de poder escolher, de qualquer convento e provincia, um padre para pregador da Sé e do cabido, sem embargo nem contradição de nenhum superior do escolhido.*” Cfr. Almeida, Fortunato de – *História da Igreja...*, *op. cit.*, vol. I, p. 336.

⁹²⁰ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 15.

⁹²¹ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 825 a 830, bem como Rolo, Fr. Raul – *Província de Portugal...*, *op. cit.*, p. 7.

⁹²² A propósito da *carta de mercê* supra citada, assim como uma outra subsequente datada de 29 de Outubro do mesmo ano, em que se estabeleceram os direitos dos frades dominicanos, cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, Vol. I, pp. 815 e 818. Cfr. também Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme – *Portugal. Dicionário*, vol. II, Lisboa, João Romano Torres Editor, 1905-1911, p. 284, assim como Proença, Pe. Álvaro – *Benfica Através dos Tempos*, Lisboa, União Gráfica, 1964, p. 124.

⁹²³ Nasceu em Lisboa no seio de uma família humilde. Contudo, assinala-se que efectuou os seus estudos na Universidade de Oxford, onde se formou Mestre em Teologia e aí exerceu o leitorado pelo capítulo geral de Bourges em 1376. Sabe-se que interveio activamente na reforma dos dominicanos, tendo sido eleito provincial pelas províncias de Castela e de Espanha – então, ainda unidas – e também foi Inquisidor Geral de toda a Espanha. Foi pregador e confessor de D. João I e veio a falecer em 5 de Janeiro de 1401 a caminho de Roma, em missão diplomática deliberada pelo monarca português (cfr. Rosário, António do – “Notícia de Frades Pregadores em Serviço Diplomático Sécs. XIII

como a de João das Regras,⁹²⁴ que viria inclusivamente a escolher o *Convento de S. Domingos* para local da sua sepultura.⁹²⁵

Junto à ribeira na encosta Norte da Serra de Monsanto, os dominicanos tomaram posse da

– XVII” in Separata de *A Diplomacia na História de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 38). Os seus restos mortais foram trazidos para Portugal pelo fidalgo Pedro Rodrigues de Moura, por ordem do mesmo monarca. Apesar das pretensões do prior do convento dominicano de Lisboa, o corpo de Fr. Vicente foi transportado para S. Domingos de Benfica com notável pompa e acompanhamento solene de elementos da corte. No muro do cruzeiro fronteiro ao altar de S. Sebastião, situado à esquerda de quem vinha do coro, realizou-se um túmulo em pedra, em que o conteúdo da inscrição nos é apresentado na História de S. Domingos: “*Aquí jaz Frei Vicente de sancta memoria Frade da Ordem dos Prégadores, e Mestre em Teologia, Varão mui excellentissimo em sciencia, e virtudes, cujas obras reluzirão ante Deos, e os homens : porque por elle forão destruidas as obras do Diabo, e as herejias, os errares, e idolatrias em esta Cidade, e em outras partes do reino : e Convertidas em procissões, e em outros serviços de Deos, e proveito das almas : e inda por elle forão compostas muitas obras de livros muy excellentes, tambem para prégar, como pera disputar. Esclareceo por milagres na vida, na morte, e despois da morte. Fundou dous Mosteiros de observancia regular da predicta ordem, hum em Lisboa, convem a saber, o das freiras do Salvador, e este. Obijt autem anno Domini 1401. Vigilia Epiphaniae.*” Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 833.

⁹²⁴ Nascido em Lisboa em data por determinar (sensivelmente por volta do ano de 1340), faleceu na mesma cidade no dia 3 de Maio de 1404. Filho de dois nobres, João Afonso das Regras e de Sentil Esteves, era enteado do célebre Álvaro Pais, em virtude do segundo casamento de sua mãe. Refira-se que João das Regras descendia de uma antiga e aristocrática família de cujo nome existem registos desde o reinado de D. Afonso II. Foi Cavaleiro da Casa de El-Rei, Senhor das Vilas de Castelo Rodrigo, Tarouca e Baldigem, de Cascais e seu termo, do reguengo de Oeiras, das dizimas das sentenças condenatórias de Évora (1386), da jurisdição da Lourinhã e das rendas da portagem de Beja (1388) (cfr. Torres, Ruy d’Abreu – “João das Regras” in Serrão, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d. [ed. original 1971], p. 260, assim como Olavo, Carlos – *João das Regras Jurisconsulto e Homem de Estado*, Lisboa, Guimarães & Cia., 1941, pp. 33 a 50). Considerado por diversas vezes uma personalidade notável e de indiscutível importância na nossa história, a verdade é que se conhece muito pouco da vida de João das Regras. A sua formação académica terá decorrido na Universidade de Bolonha (cfr. Silva, Nuno Espinosa Gomes da – “João das regras e Outros Juristas Portugueses da Universidade de Bolonha” in *Revista da Faculdade de Direito*, vol. XIII, Lisboa, 1958, pp. 223 a 253). “*A confirmar-se esta hipótese, nesse prestimoso centro jurídico italiano teria tomado conhecimento directo com a doutrina dos “glosadores”, discípulos de Bártolo, cuja doutrina tendia a tirar à sociedade o seu carácter feudal, em proveito da realeza e da burguesia.*” Cfr. Torres, Ruy d’Abreu – “João das...”, *op. cit.*, p. 261. Posteriormente como professor na Universidade de Lisboa, João das Regras teve um importante papel na sublevação que conduziu à eleição de D. João, Mestre de Avis, como regedor e defensor do reino, tendo logo sido nomeado chanceler e conselheiro. Com efeito, nas cortes reunidas em Março e Abril de 1385, João das Regras terá pronunciado as famosas peças jurídicas – cujos textos originais se desconhecem, dispondo-se apenas de uma recomposição efectuada por Fernão Lopes, cerca de cinquenta anos mais tarde – que contribuíram decisivamente para que o Mestre de Avis se tornasse Rei de Portugal (cfr. Lopes, Fernão – *Cronica del Rei Dom Joam I de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o Décimo*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, caps. CLXXXIII a CLXXXVII). Sendo já D. João I monarca português, João das Regras foi nomeado *encarregado* ou *protector* da Universidade de Lisboa, sendo que “*Tratava-se de um alto cargo, criado por D. João I e que necessariamente tinha de ser desempenhado por pessoa da maior confiança régia. Teófilo Braga equipara-o ao de reitor. Todavia Mário Brandão é de parecer que o officio de protector desempenhado por João das Regras tinha uma jurisdição inferior à daquele que mais tarde desempenhou o Infante D. Henrique*” (cfr. Torres, Ruy d’Abreu – “João das...”, *op. cit.*, p. 261). De uma forma sintética há que reter que João das Regras teve uma intervenção determinante na subida ao trono e posterior reinado de D. João I, pois assumiu funções de reconhecida importância durante o governo deste monarca. De inegável significado na sua época, sublinhe-se que escolheu o *Convento de S. Domingos de Benfica*, a cuja fundação se associara, para local da sua última morada. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 21.

⁹²⁵ Cfr. Barbosa, Ignacio Vilhena – *Monumentos de Portugal, Históricos, Artísticos e Arqueológicos*, Lisboa, Castro e Irmão Editores, 1886, p. 483 e Proença, Pe. Álvaro – *Benfica Através...*, *op. cit.*, pp. 124 e 125. Numa lápide alusiva à fundação do convento, presente num dos muros da antiga *portaria conventual*, pode ainda hoje ler-se: “*Este mosteiro foi dado a nossa Ordem pola muito invencivel Senhor, el-Rei Dom João aos vinte dous dias do mez de Maio do anno do Senhor de 1399 a rogo dos reverendos Padres o Senhor João das Regras Doutor em ambos os Direitos, e Frei Vicente esclarecido Mestre em Letras, e virtudes, e foi aceitado polos Frades da Ordem, e a Deos consagrado aos 29 do mesmo mez, e anno na festa de Corpus Christi, correndo a era de Cesar em M.cccc.xxx.vij. annos.*”

propriedade de Benfica. A modéstia das instalações é assinalada por alguns autores, que afirmam que se tratava de um convento com “*muito pouca despesa*”, pois até a igreja era “*acanhada e humilde*”.⁹²⁶ Contudo, poderemos afirmar que a adaptação efectuada do conjunto arquitectónico já existente obedeceu ao esquema organizativo de um convento dominicano, no qual são reconhecíveis como compartimentos e espaços principais: a *Igreja* com o *coro* e respectivas dependências funcionais anexas, a *sacristia*, contiguamente a cujo alçado lateral se desenvolveria um *claustro* e em torno do qual se distribuiriam - em um, ou mais pisos - a *sala do capítulo* como espaço dedicado a abrigar a comunidade quando reunida para deliberar sobre assuntos do seu interesse, os *dormitórios* dos professos e dos noviços, o *refeitório* e a *livraria conventual*, entre outros.⁹²⁷



Fotografias n.º 232 e 233

Azulejos setecentistas do antigo Convento de S. Domingos de Benfica

⁹²⁶ Cfr. Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme – *Portugal...*, *op. cit.*, Vol. II, p. 284.

⁹²⁷ Sobre a tipologia morfológico-funcional do convento mendicante ou dominicano, em particular, cfr. Aubert, Marcel – *O Gótico no Seu Apogeu*, Lisboa, Editorial Verbo, 1983, assim como Hofstötter, Hans – *Gothic*, Colónia, B.

1.2. O Cenóbio Dominicano de Benfca durante a Monarquia: Silepse do seu Percorso Histórico, numa Abordagem Sociológica e Política

Desde a fundação do *Convento de S. Domingos de Benfca* até à instalação dos Pupilos do Exército nesse local, vários são os acontecimentos, os factos e as particularidades ocorridas neste cenóbio que fazem do conjunto destes séculos todo um caminho interessante de percorrer. Com efeito, nos anos subsequentes ao seu nascimento diversas são as personalidades notáveis ligadas a este convento e à sua igreja.⁹²⁸ Sublinhemos, desde logo, que a própria família real esteve muito ligada a este convento, tendo inclusivamente o monarca de *Boa Memória* doado no ano de 1399 as casas onde o cenóbio se instalou.⁹²⁹ No segundo reinado da Dinastia de Avis, demonstrando um evidente interesse da Casa Real em manter uma forte ligação ao cenóbio dominicano de Benfca, D. Duarte declarou-se padroeiro do convento, determinando que nele não se realizasse *capítulo da Ordem* (facto que constituía oneroso encargo para a comunidade religiosa) e que não se pudesse dispor da casa, nem dos moradores, sem o prévio conhecimento do padroeiro.⁹³⁰ Um outro factor multiplicador desta íntima relação com a família real, foi a circunstância de a Rainha Dona Leonor, a esposa de D. Duarte, se confessar frequentemente com Fr. João de Moura que era frade em S. Domingos de Benfca.⁹³¹

Logo no ano de 1436, seria a vez do Infante D. Pedro agir em apoio dos religiosos dominicanos de Benfca, na medida em que solicitou indulgências ao Papa Eugénio IV para os mesmos.⁹³² Mais tarde, em 1487, foi o próprio D. João II quem fez doação ao Convento de Benfca, desta feita de uma propriedade de seu nome Quinta das Ilhas, situada próximo da Ericeira. Subsequentemente, refira-se que D. Manuel se assume mesmo como instituidor de uma capela no convento, a capela dita “*dos Anjos*”. Conforme documento datado de 1781, reportado a esta capela que foi instituída em parte incerta, a mesma teria duas missas cantadas todas as semanas *in perpetuum*.⁹³³ Quem também efectuou diversas doações para este convento foi a Rainha Dona

Taschen, s.d., e ainda Braunfels, Wolfgang – *Monasteries of Western Europe. The Architecture of the Orders*, 3.^a Edição, Londres, Thames & Hudson, 1993.

⁹²⁸ Para uma leitura útil e mais pormenorizada sobre este assunto, ver Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de..., op. cit.*, pp. 23 a 61.

⁹²⁹ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de..., op. cit.*, vol. I, pp. 815 a 819.

⁹³⁰ Cfr. Almeida, Fortunato de – *História da Igreja..., op. cit.*, Vol. I, p. 336.

⁹³¹ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de..., op. cit.*, vol. I, pp. 836 e 837.

⁹³² Cfr. Costa, Pe. António Domingos da – “Dominicanos..., *op. cit.*, p. 334.

⁹³³ Contudo, o frade que o redigia ressaltava: “(...) não temos título autentico da instituição destas missas ; nem se sabe do anno certo, em que teve principio dizerem-se ; Consta sim por memorias antigas, que fora instituida a obrigação destas Missas em favor dos navegantes, que no tempo do mesmo Rey principiavão a navegação da India e outras Conquistas. Dos livros antigos, em que se trata das obrigaçoens deste Convento, Consta, que esta Comunidade

Catarina, que era esposa de D. João III e assumiu o cargo de Regente na menoridade de D. Sebastião. Dentre essas ofertas, encontram-se relíquias diversas, de entre as quais podemos destacar um fragmento do *Santo Lenho* integrado numa cruz de prata e relíquias de *Santa Cecília* e das *Onze Mil Virgens*.⁹³⁴

Se bem que mais tarde, é contudo de salientar que também D. Filipe II concedeu relevantes esmolas ao *Convento de S. Domingos de Benfica*. De facto, constata-se que diversas são as personalidades com ligações a este cenóbio. Para além dos já referenciados anteriormente, Teresa Vale destaca no que diz respeito a eclesiásticos, os seguintes personagens: Fr. Diogo Gonçalves Belleágua,⁹³⁵ D. Fr. Bartolomeu dos Mártires,⁹³⁶ Fr. Luís de Sousa,⁹³⁷ Fr. João de Vasconcelos,⁹³⁸ D. Francisco de Castro.⁹³⁹ Mas outros nomes de notáveis estão ligados ao *Convento de S. Domingos de Benfica*, sendo que no seio da ordem dominicana e saídos dela para o desempenho de relevantes cargos no clero secular, podemos encontrar diversos personagens.⁹⁴⁰ Também interessante nesta

Cumpria Com estas Missas, dizendo-as na Capella mor Com memoria de Nossa Senhora, Huma na quarta feira e outra na sexta feira de Cada somana.” Ver a consulta dos padres do Convento de S. Domingos de Benfica acerca de uma capela instituída pelo Rei D. Manuel em data desconhecida, sendo que o documento está datado de 24 de Outubro de 1781. Cfr. Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *S. Domingos de Benfica*, Maço I, Doc. 96. Pode observar-se a transcrição do documento em Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 24 e de pp. 201 a 203.

⁹³⁴ Cfr. Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme – *Portugal...*, *op. cit.*, vol. II, p. 285.

⁹³⁵ Faleceu em 1401. Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 835.

⁹³⁶ Nascido em Lisboa em 1514, veio a falecer em Viana do Castelo em 1590. Foi prior de S. Domingos de Benfica e Arcebispo de Braga. Sendo um eminente teólogo, esteve presente no *Concílio de Trento*, onde desempenhou um papel de importância significativa. Cfr. Machado, Diogo Barbosa – *Biblioteca Lusitana*, Tomo I, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, p. 464; Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme – *Portugal...*, *op. cit.*, vol. IV, pp. 887 e 888; Pereira, Gabriel – *S. Domingos...*, *op. cit.*, pp. 16 a 18; Cardoso, Maria de Cabedo – “A Igreja de S. Domingos de Benfica” in *Renascença*, Ano VII, n.º 156, 15 de Setembro de 1937, p. 21; Proença, Pe. Álvaro – *Benfica Através...*, *op. cit.*, pp. 125 e 126 e ainda Pe. António Domingos da – “Dominicanos...”, *op. cit.*, p. 335.

⁹³⁷ Nasceu em Santarém em 1553 e veio a falecer no *Convento de S. Domingos de Benfica* em 1632. Oriundo de uma família nobre, a dos Sousa Coutinho, e após um percurso de vida aventureiro, Manuel de Sousa Coutinho professou no cenóbio de Benfica como Fr. Luís de Sousa. Sublinhe-se que ao longo da sua vida religiosa sempre rejeitou quaisquer cargos importantes, tendo apenas aceite o cargo de cronista da Ordem. Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. II, pp. 574 a 579; Machado, Diogo Barbosa – *Biblioteca...*, *op. cit.*, Tomo III, p. 147; Silva, Inocêncio Francisco da – *Dicionário Bibliographico Portuguez*, Vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 328; Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme – *Portugal...*, *op. cit.*, vol. IV, pp. 1054 e 1055; e ainda Proença, Pe. Álvaro – *Benfica Através...*, *op. cit.*, p. 126.

⁹³⁸ Nasceu em 1590 e faleceu no ano de 1652. Foi prior do convento por duas vezes durante a primeira metade do século XVII, foi ainda responsável pela sua reedificação. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 25. À frente, abordaremos esta figura com maior detalhe.

⁹³⁹ Nascido em 1574 e falecido a 1653. Foi Inquisidor Geral do Reino e esteve intimamente ligado ao cenóbio dominicano de Benfica, tendo inclusivamente participado na sua reedificação, que teve lugar a partir do ano de 1624. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 25. Aborda-se este personagem em maior profundidade no *Apêndice IV*.

⁹⁴⁰ Na *História de S. Domingos*, encontram-se: Fr. João de Moura, Fr. Mendo, Mestre Fr. Lourenço, Fr. Fernando de Braga, Fr. Bernardo Arnao de Rivo, Fr. António Freire, Fr. Lopo da Corda, Fr. Diogo de Lemos, Fr. António Azevedo, Fr. Jerónimo de Távora, Fr. Fernando de Távora, Pe. Mestre Fr. Francisco de Bovadilha, Pe. Mestre Fr. Gaspar Leitão, Pe. Mestre Fr. Manuel Coelho, Pe. Mestre Fr. Sebastião de Góis, Pe. Mestre Fr. João de Valadares, Fr. Fernando da Cruz, Fr. Fernando de Meneses, Pe. Fr. Francisco de S. Domingos da Cruz, Pe. Fr. Álvaro de S. José, Pe. Fr. João de Aragão, Pe. Fr. Francisco de Santo Tomás, Pe. Fr. Martinho da Fonseca, Fr. Lourenço de Castro, Pe. Fr. Nicolau do

linha de abordagem, é o facto de numerosos serem os seculares que escolheram este convento para local da sua sepultura.⁹⁴¹

No que concerne ao peso social e político, sabemos que durante o século XVII o cenóbio dominicano de Benfca explanou-se como uma casa religiosa com relevo significativo. Com efeito, registamos diversos elementos que estão ligados ao convento por relações a diversos níveis da vida do Portugal seiscientista. Como observa Teresa Vale, diversos dominicanos oriundos de Benfca ocupavam posições de relevo no seio da Ordem e fora dela, nomeadamente no *Santo Ofício*. Aliás, saliente-se que na mais alta instância deste último, o *Conselho Geral*, os dominicanos possuíam um lugar cativo.⁹⁴²

Mas embora o complexo arquitectónico conventual apresentasse um estado precário desde o momento da sua fundação (pois entre outras razões, havia sido instalado numas casas de D. João I modestamente adaptadas para o efeito) e inclusivamente estivesse ameaçado de ruína, há a referir, contudo, que o *Convento de S. Domingos de Benfca* albergava entre quarenta a cinquenta religiosos. Podemos encontrar esta constatação logo em 1620, por Fr. Nicolau de Oliveira, no seu *Livro das Grandezas de Lisboa*.⁹⁴³

É importante sublinhar que quando Fr. João de Vasconcelos – que leccionava no convento dominicano da capital – é eleito em 1623 para as funções de Prior do *Convento de S. Domingos de Benfca*, confrontou-se com esta situação preocupante. Esta fase é de extremo significado, pois é pela acção do novo prior que se inicia uma campanha de reedificação do complexo conventual dominicano de Benfca. Esta campanha ocorreu durante a década de trinta do século XVII, sendo que à mesma associou-se o Inquisidor Geral de então, D. Francisco de Castro. Edificou-se a monumental *Capela de Corpus Christi* e um palácio para a residência do Inquisidor Geral. D. Francisco de Castro ainda financiou a construção da *casa do noviciado*, prolongando-a até meados da década seguinte. Para uma abordagem mais pormenorizada sobre a reedificação seiscientista do cenóbio, pode-se consultar o Apêndice IV.

No último quartel do século XVII ocorreu uma outra campanha de enriquecimento artístico

Rosário, Pe. Fr. Jacinto do Espírito Santo e Pe. Fr. João Barreto. Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 834 a 878 e Vol. II, pp. 579 a 603.

⁹⁴¹ Com efeito, além dos já mencionados, poderemos destacar os seguintes: Gil Vasques de Altero, sobrinho de D. Nuno Álvares Pereira; Vasco Martins de Albergaria, filho de Afonso Lopes de Albergaria, e que era Cavaleiro-Fidalgo do Infante D. Henrique e seu Camareiro-Mor; e ainda, António Freitas da Silva, fidalgo da Casa Real e Governador de Castelo de Vide; Manuel de Carrião de Castanheda, Sargento-Mor e Cavaleiro da Ordem de Cristo, que veio a falecer em 1677. Neste contexto, encontramos ainda os elementos da família Mascarenhas, os Marqueses de Fronteira e Alorna, da família Botelho e da família Correia, Morgados de Belas. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 25.

⁹⁴² Cfr. *Idem*, p. 29.

⁹⁴³ Cfr. Oliveira, Nicolau de – *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Régia, 1804 [ed. original 1620], pp. 127 e 158.

no convento. Podemos afirmar que não se tratou de uma acção concertada, mas resultou sobretudo da coincidência no tempo de iniciativas diversas. Entre outras demandas, assistiu-se à edificação de uma pequena capela por acção de um oriundo do convento (que posteriormente foi Bispo de Angra e depois Bispo de Miranda): D. Fr. Lourenço de Castro. Esta capela tinha comunicação com a igreja por intermédio de uma porta aberta no muro Nascente do braço Sul do transepto,⁹⁴⁴ que actualmente está entaipada por um monumento fúnebre da família Mascarenhas.⁹⁴⁵

Uma outra capela juntar-se-á ao complexo arquitectónico da igreja de S. Domingos de Benfica, poucos anos mais tarde. Desta feita, comunicava com a igreja através de uma porta aberta no muro Poente do braço sul do transepto, em posição simétrica à capela de D. Fr. Lourenço de Castro. Falamos da Capela de S. Gonçalo de Amarante, edificada em 1685 por vontade e devoção do frade dominicano que foi depois Bispo do Rio de Janeiro e Secretário de Estado de D. Pedro II: D. Fr. Manuel Pereira. Ainda nesse ano de 1685, verificou-se a construção da sala de despacho da irmandade de Nossa Senhora do Rosário (também referenciada como *Sacristia Nova*) e que se foi posicionar ao topo do braço sul do transepto.⁹⁴⁶

Um dos aspectos mais relevantes a reter desta ampla campanha seiscentista na valorização do convento é o facto de que o resultado no complexo arquitectónico é, grosso modo, o que ainda hoje se pode observar nas estruturas conventuais existentes. Ressalvemos que as contribuições das centúrias seguintes concretizaram-se essencialmente no enriquecimento do recheio das dependências e não corresponderam a intervenções de vulto na massa construída anteriormente. Aliás, no século XVII era já perceptível a articulação entre os dois volumes principais: a *Igreja Conventual* e a *Capela dos Castros*. Isto, por intermédio do espaço quadrado do claustro, secundado pelas massas paralelipipédicas constituídas pelas alas de dormitórios e restantes compartimentos, organizados em torno da quadra e contiguamente ao *Panteão dos Castros*, nesse tempo ladeado pela *casa do noviciado* e pelo Palácio do Inquisidor Geral, edificado por D. Francisco de Castro.⁹⁴⁷

No que diz respeito ao século XVIII, é possível encontrar-se uma das primeiras referências ao convento dominicano de Benfica no assaz informativo *Gabinete Histórico* de Fr. Cláudio da Conceição. Nele reporta-se a notícia do desaparecimento da "*alameda de antiquíssimas árvores*" conducente à Igreja Conventual, situação ocorrida em 19 de Novembro de 1724 como consequência

⁹⁴⁴ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. -- *O Convento de...*, *op. cit.*, pp. 29 e 30.

⁹⁴⁵ Para uma aproximação à pequena construção podemos recorrer à descrição de Fr. Lucas de Santa Catarina, que nos escreve: "*He a Capellinha mais alta que espaçosa, cubertas as paredes de bom e miudo azulejo ate o frizo, em que descança o tecto, vestido de hum brutesco azul (...), offerece à vista hum quadro de boa mão, que tomando toda a parede da frontaria da Capella, exprime as dores da Virgem Mãe, vendo recolher na sepultura a seu Filho (...)*." Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de -- *História de...*, *op. cit.*, vol. II, p. 598.

⁹⁴⁶ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. -- *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 30.

⁹⁴⁷ Cfr. *Idem*, pp. 30 e 31.

de uma violenta tempestade que então atingiu a região de Lisboa e que infligiu grandes danos especialmente na localidade de Benfca.⁹⁴⁸

Existe também um manuscrito que está datado de cinco anos mais tarde e que numa outra perspectiva,⁹⁴⁹ ligada essencialmente com os deveres religiosos impostos aos frades do convento, nos confere que as obrigações de missas e encargos pios do convento dominicano de Benfca, se viram reduzidos por acção do Mestre Geral da Ordem dos Pregadores, atendendo certamente a um pedido dos religiosos.⁹⁵⁰

Se o local onde se fixou o *Convento de S. Domingos de Benfca* distava de Lisboa cerca de uma légua, então não é difícil apercebermo-nos da sua importância social crescente no seio da comunidade, logo a partir do momento da sua fundação. Com efeito, segundo este raciocínio, é compreensível atender à existência de uma feira que se realizava nesse local durante o mês de Maio. A tradição remonta-a ao reinado de D. João I, cujos privilégios D. José ampliou no ano de 1751, ano esse em que concedeu mercê ao prior e religiosos do convento: "(...) em todos os Domingos, e Dias Sanctos do mez de Maio de cada anno Feira franca naquelle sitio." ⁹⁵¹ Analogamente, a Festa de S. Domingos celebrada a 4 de Agosto, também atraía um significativo número de pessoas.⁹⁵² Estas feiras e festas religiosas atestam efectivamente o carácter de polo dinamizador da região que era desempenhado pelo cenóbio dominicano de Benfca. Este papel evidencia-se especialmente no decurso do século XVIII e contribuiu certamente pelo afluxo de fiéis para um significativo volume de donativos, importante para o difícil equilíbrio entre as receitas e despesas da comunidade religiosa.⁹⁵³

O famoso terramoto ocorrido no ano de 1755 proporcionou interpretações diversas relativamente ao danos inflingidos no convento dominicano de Benfca. De facto, se para alguns autores o cenóbio foi poupado,⁹⁵⁴ a verdade é que para outros terão sido causados apreciáveis danos

⁹⁴⁸ Pode ler-se: "(...) a grande alameda da Igreja de S. Domingos, onde se arrancarão as arvores que tinham mais de 300 annos de duração ; porque se assegurou existirem já no anno de 1399 em que os Religiosos tomarão posse daquelle mosteiro." Cfr. Conceição, Cláudio da – *Gabinete Histórico*, Tomo VII, Lisboa, Imprensa Régia, 1820, p. 181.

⁹⁴⁹ Trata-se de uma carta de redução de missas a celebrar no *Convento de S. Domingos de Benfca*, datada de 1 de Abril de 1729. Cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfca, Próprios Nacionais N.º 5, N.º Ordem 117, Doc. s/n.º

⁹⁵⁰ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 57.

⁹⁵¹ Cfr. Conceição, Cláudio da – *Gabinete...*, *op. cit.*, Tomo XII, Lisboa, Imprensa Régia, 1829, p. 63.

⁹⁵² Cfr. Proença, Pe. Álvaro – *Benfca Através...*, *op. cit.*, pp. 482 e 483, bem como p. 487.

⁹⁵³ Existe um manuscrito datado de 16 de Novembro de 1745 que parcialmente revela este entendimento. Falamos de uma certidão com a relação das despesas e receitas do *Convento de S. Domingos de Benfca*. Cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfca, Próprios Nacionais N.º 5, N.º Ordem 117, Doc. s/n.º

⁹⁵⁴ Cfr. Pereira, Luis Gonzaga – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, p. 138.

nas instalações.⁹⁵⁵ Sublinhemos que o que se revelou grande causador de danos no convento foi o incêndio que deflagrou em 1818 e que destruiu toda a *livraria conventual*. Aliás, refira-se que isto impossibilitou, infelizmente, a continuidade no tempo de diversos documentos que actualmente se revelariam muito úteis para uma mais profunda abordagem da história política e social do convento.⁹⁵⁶

Com a expulsão das Ordens Religiosas ocorrida em 1834, a afectação directa e pronta ao convento dominicano de Benfica só não se verificou de forma imediata, pois o cenóbio foi adquirido (à semelhança da contígua Quinta Devisme) pela Infanta Isabel Maria, que era filha de D. João VI e havia sido Regente do Reino.⁹⁵⁷ Posteriormente, no ano de 1884, este convento já estava transformado no Colégio de S. Vicente de Paula, onde se encontravam os Padres Emile Senicourt e Julien Money, os Clérigos José Gonçalves Quintas e Pierre Paul Marie, e ainda três irmãos leigos, de seus nomes José Cristovão, João António e João Ramos.⁹⁵⁸

Observa-se novamente uma significativa campanha de restauros nas instalações conventuais nos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX. Desta feita, a campanha explanou-se sob a direcção do Arquitecto José Maria Nepomuceno.⁹⁵⁹ Concluídas as obras, a igreja foi reaberta ao culto no dia 3 de Abril de 1904, que consistiu num *Domingo de Páscoa*. Em 1905, Gabriel Pereira escrevia: "*Quantas mudanças na igreja de S. Domingos de Benfica fez depois o bem intencionado architecto Nepomuceno!*".⁹⁶⁰ Todavia, atentemos que no que concerne à tumulária medieval em particular, e como inclusivamente defende Teresa Vale, a intervenção do Arquitecto José Nepomuceno - ainda que eventualmente bem intencionada - não foi a mais adequada nem possuiu um carácter inócuo.⁹⁶¹

Sublinhemos ainda que em Junho de 1910 foram classificados como Monumentos Nacionais o Túmulo de João das Regras e a *Capela de Corpus Christi* (ou dos Castros).⁹⁶² Com a implantação

⁹⁵⁵ Ver, por exemplo, Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme - *Portugal...*, *op. cit.*, vol. II, p. 282 e Proença, Raul (dir.) - *Guia de Portugal*, vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 439.

⁹⁵⁶ Cfr. Proença, Pe. Álvaro - *Benfica Através...*, *op. cit.*, p. 127.

⁹⁵⁷ Para uma abordagem útil e sintética sobre a Infanta Isabel Maria, cfr. por exemplo Zúquete, A. E. Martins - *Nobreza de Portugal*, vol. I, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d., pp. 711 a 716.

⁹⁵⁸ Cfr. Proença, Pe. Álvaro - *Benfica Através...*, *op. cit.*, p. 128.

⁹⁵⁹ Este arquitecto nasceu em Lisboa no ano de 1836 e concluiu o curso de arquitectura em 1858. Ingressou no Ministério das Obras Públicas em 1865, tendo iniciado uma progressão de carreira que culminou na ocupação do cargo de *arquitecto de primeira classe*, em 1892, e ainda na nomeação para *arquitecto dos hospitais*. Interveio em várias operações de reconstrução e restauro, nomeadamente na Igreja da Madre de Deus em Xabregas, no *Convento de Odívelas* e no *Convento de S. Domingos de Benfica*. Cfr. Viterbo, Francisco Marques de Sousa - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 2.^a Edição, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988 [ed. original 1899-1922], pp. 393 a 395.

⁹⁶⁰ Cfr. Pereira, Gabriel - *S. Domingos...*, *op. cit.*, p. 6.

⁹⁶¹ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. - *O Convento de...*, *op. cit.*, pp. 58 e 59.

⁹⁶² O primeiro está situado na igreja do antigo Convento de S. Domingos de Benfica e a segunda é parte integrante do mesmo conjunto arquitectónico do antigo convento dominicano, abrindo para o claustro dito do noviciado. Este lugar

da República o convento iria assistir a novas transformações e, logo em 1911, instalou-se no complexo arquitectónico conventual o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército.

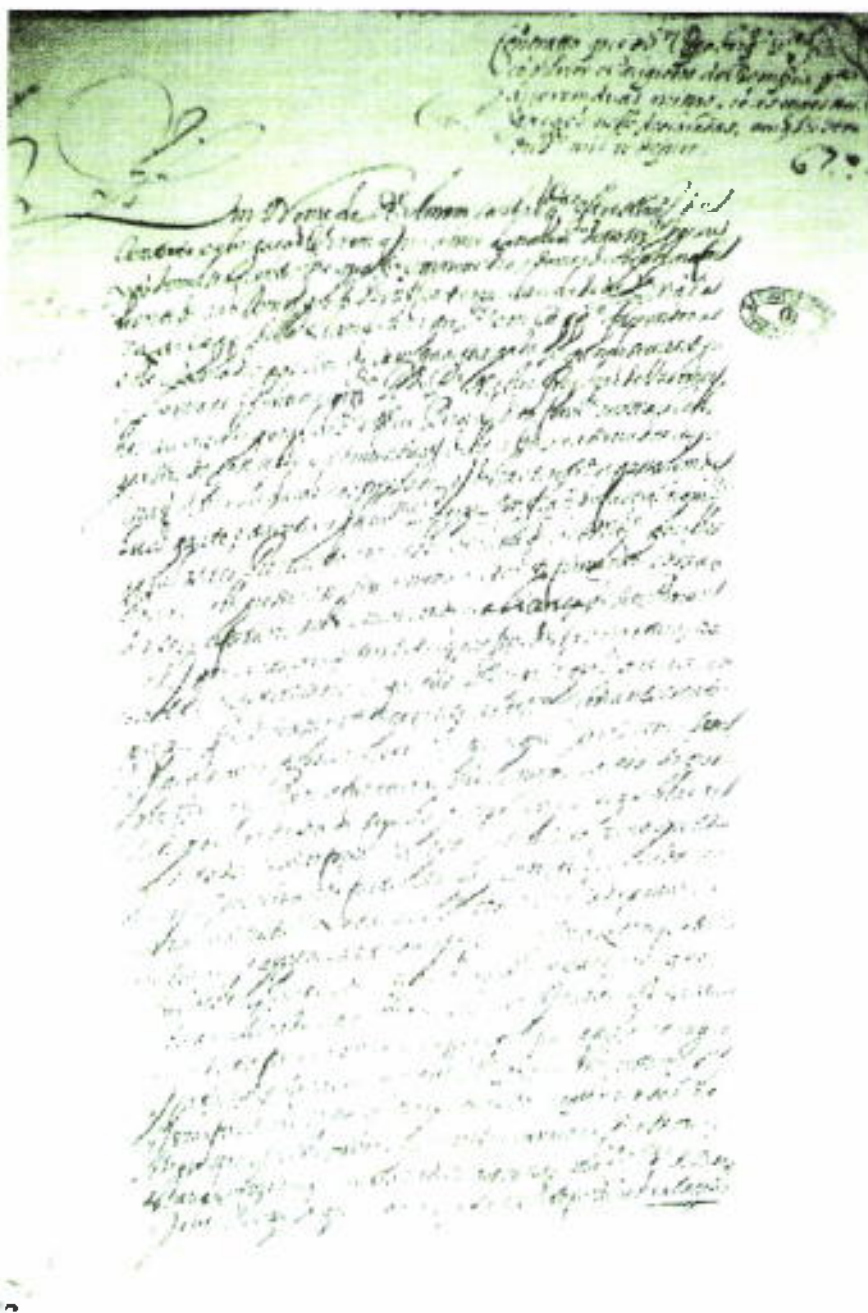


Figura n.º 56

Fac-simile do primeiro folio do contrato celebrado entre D. Francisco de Castro e o Prior e religiosos do Convento de S. Domingos de Benfica em 1644 com vista à edificação da Capela de Corpus Christi (ou dos Castros)

já foi de passagem obrigatória para os alunos do IMPE que se apresentavam de licenças, pois todos passavam pelo espaço dos Claustros depois da entrada formal no Instituto. Actualmente, os alunos apresentam-se pelo lado da Portaria da 1.ª Secção, bem junto ao Gabinete do Oficial de Dia. Cfr. *Diário do Governo*, n.º 136, 23 de Junho de 1910, p. 2.165. Ver igualmente Proença, Raul (dir.) – *Guia de...*, op. cit., vol. I, p. 439.

2. OS ESPAÇOS E O PATRIMÓNIO DO INSTITUTO

2.1. A Capela de Corpus Christi (Capela dos Castros) como Monumento à Memória de D. João de Castro: Mausoléu Familiar e Símbolo Carismático do Instituto

“Não prima esta capella em bellezas de architectura, nem na riqueza da ornamentação; pois que é muito singela. Todavia é grandiosa, tanto pela sua vastidão, que lhe dá proporções de uma igreja, como também pela solidez da construção e pela qualidade dos materiaes de que é construída, porque, desde o pavimento, que é de mármore de cores, até à abóbada, que é de excelente cantaria, toda a sua fábrica é de pedra de lioz bem talkada.”

*Inácio Vilhena Barbosa*⁹⁶³

A *Capela de Corpus Christi*, actualmente parte do complexo da 1.ª Secção do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, foi instituída em 1648 pelo Bispo Inquisidor Geral, D. Francisco de Castro. Inserida no contexto social pós-tridentino, a edificação da capela apresenta-se como uma *obra pia*, por motivo das intenções que à mesma presidem e que se podem sintetizar na concessão de uma sepultura digna aos antepassados do doador.⁹⁶⁴

Sendo uma das imagens mais emblemáticas do Instituto, esta capela insere-se no leque de grandes preocupações que os descendentes de D. João de Castro evidenciaram no sentido de manter

⁹⁶³ Cfr. Barbosa, Vilhena Barbosa – *Monumentos de Portugal, Históricos, Artísticos e Arqueológicos*, Lisboa, Castro & Irmão Editores, 1886, p. 490.

⁹⁶⁴ Neste entendimento enquadra-se mesmo o contrato de instituição da capela, datado de 1644: *“Meu auô e Pay havendo tido neste Reyno os lugares, que he notorio, tratarão mais de cumprir com a obrigação delles, e com a pureza do serviço dos Senhores Reys a que servirão, que de ordenar jasigos e tumulos sumptuosos para sua sepultura (não os desmerecendo), e de seus descendentes; Pelo que, havendo-me Eu por obrigado a acudir a esta tão pia necessidade, ordenei no Conuento de S. Domingos de Bemfica sepultura perpetua para elles e seus descendentes, contratando-me com os Religiosos daquelle Conuento (...).”* Cfr. o contrato celebrado entre D. Francisco de Castro e o Prior e os religiosos do *Convento de S. Domingos de Bemfica*, para a instituição da *Capela de Corpus Christi*, datado de 26 de Setembro de 1644. Cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Bemfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 4. Também o sermão do Padre Nuno da Cunha (proferido por ocasião das exéquias fúnebres do Inquisidor Geral) se orientou nesse sentido: *“Na Capella Realenga, no Sanctuario magestoso no famoso Mausoleo que laurou (...) pera recolhar as cinzas de seus auós que andauão desagasalhadas, como emulas das almas que em vida as enformarão, as quaes por se hauere mostrado tão desinteressadas nos premios de suas proesas, parece quizerão imitar seus ossos, não querendo da terra nem inda a sepultura, não cessaua o senhor Bispo de consultar seu Confessor se seria de seruiço de Deos aquella obra (...). Daqui procedia acertar tanto em todas, como nesta da grãdiosa obra que laurou em Bemfica, na qual ajuntou com grande acerto a piedade deuida a seus auós, com a religião e culto deuido a Deos, dispondo-a de sorte, que fosse juntamente Sanctuario, e Mausoleo; Santuário pera Deos, Mausoleo pera auós, ficando de tal sorte Deos seruido, que não ficassem seus auós queixossos: que não era justo o accusassem os mortos quando não o accusauão os vivos.”* Cfr. Ferreira, Fr. Manuel – Cunha, Pe. Nuno da – Vel, Fr. António – *Orações Funebres nas Exequias que o Tribunal do Santo Officio...*, op. cit., pp. 24 e 25.

presente e viva a memória desse seu tão ilustre antepassado. Ressalvemos a este propósito que não falamos apenas do seu neto, o Inquisidor Geral do Reino, D. Francisco de Castro. Com efeito, assistimos desde logo à encomenda de um notável conjunto de tapeçarias celebrando o triunfo do Vice-Rei da Índia à sua entrada em Goa – na sequência da tomada e reconstrução da fortaleza de Diu – por iniciativa de seu filho D. Álvaro de Castro. Também por desembaraço deste último, deu-se continuidade à obra do pai na Quinta da Penha Verde, que se empenhou no ano de 1560 na fundação do Convento de Santa Cruz para religiosos capuchos na Serra de Sintra (em cumprimento de um voto de seu pai) e ainda da Igreja de S. Pedro de Penaferrim em 1565, igualmente em Sintra.⁹⁶⁵

O filho de D. Álvaro e neto do Vice-Rei, D. Fernando de Castro (1568-1641), diligenciou também esforços significativos neste contexto, tendo-se ocupado não só em organizar os arquivos e enriquecer as colecções da Quinta da Penha Verde,⁹⁶⁶ mas sobretudo pelo trabalho de redacção que levou a cabo, relativo a uma obra cuja temática principal era a actividade do seu avô na Índia.⁹⁶⁷ No que diz respeito ao descendente de D. João de Castro a quem atribuímos a maior ênfase neste domínio, D. Francisco de Castro, temos que referir que este foi realmente um personagem que intentou de forma assaz significativa manter viva a memória prestigiante dos seus ilustres antepassados, sendo que o Vice-Rei detinha um lugar particularmente importante entre estes. De facto, não são parcas as acções do Inquisidor Geral no sentido de preservar e valorizar a memória desse seu antepassado.⁹⁶⁸

Começemos por realçar, desde logo, o interesse marcante pela genealogia e heráldica em geral e que levou D. Francisco de Castro a ser o autor de duas obras neste domínio, referenciadas por D. António Caetano de Sousa.⁹⁶⁹ Depois, há que mencionar a encomenda que fez a Jacinto Freire de Andrade de uma biografia de seu avô, que sob o título de "*Vida de D. João de Castro Quarto Viso-Rey da India*" foi publicada originalmente em 1651 (a pouco mais de um ano do falecimento do Bispo Inquisidor Geral).⁹⁷⁰ Anteriormente, havia também encomendado uma peça em prata, parcialmente dourada e cristal, destinada a guardar no seu interior uma madeixa de barba de D. João de Castro, a qual seria depois legada por D. Francisco à sua sobrinha D. Mariana de

⁹⁶⁵ Cfr. Proença, Raul (dir.) – *Guia de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 511 e p. 516. Ver igualmente Serrão, Vítor – *Sintra*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 58.

⁹⁶⁶ Cfr. Moreira, Rafael – "D. Álvaro de Castro...", *op. cit.*, p. 81.

⁹⁶⁷ Falamos da seguinte obra: Castro, D. Fernando de – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Tomar, Escola Superior de Tecnologia de Tomar – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.

⁹⁶⁸ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 183.

⁹⁶⁹ Cfr. Sousa, D. António Caetano de – *História Genealógica...*, *op. cit.*, Tomo I, p. LXV.

⁹⁷⁰ Falamos de Andrade, Jacinto Freire de – *Vida de D. João de Castro...*, *op. cit.*. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 184.

Noronha e Castro.⁹⁷¹

Mas as suas iniciativas não se ficam por aqui. Com efeito, preocupou-se igualmente em continuar a obra de seu avô na Quinta da Penha Verde, em Sintra.⁹⁷² Na quinta que fora da Fonte d'El-Rei, e que como referimos, parecia ser o único bem terreno a suscitar o interesse do antigo Vice-Rei, o Bispo Inquisidor Geral efectuou também um vasto conjunto de melhoramentos.⁹⁷³ No entanto, como ponto culminante da sua acção pela memória do seu antepassado, reconhecemos a edificação da *Capela de Corpus Christi* (ou *dos Castros*), como um evidente acto de homenagem ao Vice-Rei da Índia. A sua consagração ocorreu em 1648, exactamente cem anos após o desaparecimento de D. João de Castro, sob a invocação de "*Corpus Christi*".⁹⁷⁴

A *Capela de Corpus Christi*, por constituir igualmente um mausoléu familiar, é muitas vezes é conhecida pelo nome da família Castro, nomeadamente, *Capela dos Castros*. Nesta capela encontram-se os túmulos de D. João de Castro e de sua esposa, Dona Leonor Coutinho, do seu filho primogénito D. Álvaro de Castro e sua esposa Dona Ana de Ataíde, assim como os filhos destes últimos: D. Francisco de Castro, a sua irmã D. Violante de Castro que era Condessa de Odemira, e ainda D. Fernando de Castro.

Um facto também interessante, é o de que sob esta capela existe uma *Cripta* quadrada onde estão sepultados descendentes da família Castro. Este espaço, por se localizar relativamente perto da

⁹⁷¹ Como se pode ler no texto do seu minucioso testamento, "*Celebrada foy na India e neste Reyno e ainda nas nações estrangeiras aquella acção de meu Avo, quando, governando aquelle estado para reedificar a fortaleza de Dio mandou a Goa empenhar huma madeixa de cabelos de sua barba. Acodio-lhe a cidade com o emprestimo mas não aceitou o penhor, ou fosse por confiar mais na palavra de seu Governador, ou por julgar a prenda por digna de maior empenho. Por tal a estimamos seus descendentes; e para conseruar a memoria daquella acção mandei eu fazer huma peça de prata dourada, sobre a qual em hum canudo de cristal mandei recolher aquellees cabelos. Esta peça com o caixão em que eu a tenho, onde se lhe fez Lugar accomodado, deixo a minha sobrinha senhora Dona Mariana, para ella para os seus successores (...)*". Cfr. o testamento de D. Francisco de Castro, datado de 9 de Outubro de 1652, no Arquivo Histórico Municipal de Lisboa – *Livro 2 de Testamentos*, s. c. 218. Publ. parcialmente por Baião, António – "Dois Testamentos Históricos: o do Primeiro Vice-Rei da Índia D. Francisco de Almeida e o do Inquisidor Geral D. Francisco de Castro" in Separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. VI, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1956, pp. 7 a 20. Transcrição nossa. Acrescentemos que acerca do posterior destino desses célebres pelos da barba de D. João de Castro, legados por D. Mariana de Noronha e Castro aos Padres Teatinos da Divina Providência, pode-se cfr. designadamente Biblioteca Nacional – Secção de Reservados, Fundo Geral, Cod. 187, fls. 106 e segs., Cod. 427, fls. 38 e segs. e Caixa 25, Doc. N.º 44; assim como o diário da viagem de Cosme de Médicis por Portugal em 1669, publ. por Faria, António Portugal de – *Portugal e Itália*, vol. 2, Livorno, Tip. Raffaello Giusti, 1901, p. 56.

⁹⁷² Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 184.

⁹⁷³ Sintetizamos: A realização de obras na casa; O revestimento azulejar (empreendido em 1651) do interior da ermida, de planta circular, de Nossa Senhora do Monte, edificada por D. João de Castro em 1542; A construção de mais quatro ermidas nos seus terrenos, com as invocações de S. Brás junto à casa, e ainda a S. Pedro, S. João e Santa Catarina do Monte Sinai, entre os anos de 1636 e 1641; A realização de arranjos paisagísticos nos jardins, tendo construído fontes e bancos azulejados. Cfr. Proença, Raul (dir.) – *Guia de...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 526 a 528, assim como Carita, Helder e Cardoso, Homem – *Tratado da Grandeza dos jardins em Portugal*, Lisboa, Edição dos Autores, 1987, p. 79, e ainda Serrão, Vitor – *Sintra...*, *op. cit.*, p. 61.

⁹⁷⁴ Cfr. "A Capela" in *Capela dos Castros*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército (com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa), 25 de Maio de 1996, fl. não numerada e Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 143.

Arrecadação de Material de Guerra (local onde antes das aulas de Instrução Militar os alunos vão buscar as suas espingardas, espadas e restante equipamento), assume por diversas vezes uma imagem de mistério, curiosidade e timidez entre os mais jovens *pilões*. É de referir que a *Cripta*, numa óptica de continuidade das tradições entre alunos, em diversas ocasiões “*auferiu a coragem*” dos alunos mais pequenos, que desafiados a provar que conseguiam vencer o “*medo do desconhecido*”, em horas mais tardias se deslocavam até à sua beira e miravam entre as pequenas aberturas existentes as últimas moradas dos que lá repousavam para toda a eternidade. Numa remodelação e restauro a que se procedeu no fim da década de oitenta, houve mesmo alguns alunos que viram túmulos abertos, sendo que esse foi um dos assuntos que, nessa altura, mais circulava nas conversas silenciosas tidas entre os alunos, e em particular, entre os estudantes mais novos.⁹⁷⁵

Ora, como sabemos, a extinção das Ordens Religiosas em 1834 contribuiu para votar, não só a *Capela de Corpus Christi* mas também o *Convento de S. Domingos de Benfica*, à solidão e mesmo ao abandono. Classificada como monumento nacional em 1910 com a instalação do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, precursor do actual IMPE, foi inicialmente desprovida da atenção que merecia. Contudo, passado o período imediatamente posterior à implantação da República em que os ideais anti-clericais estavam sobremaneira acesos, constatamos que, ao longo do tempo subsequente, se procedeu ao efectivo melhoramento do seu estado de conservação bem como à salvaguarda do próprio complexo arquitectónico, numa visão mais abrangente.⁹⁷⁶

A capela apresenta um amplo espaço projectado em altura, com uma só nave, toda em pedra de lioz, coberta por uma abóbada de berço, ritmada por caixotões. Nas paredes laterais abrem-se seis arcos de volta inteira, assentes em pilastras dóricas e encimados por janelas sensivelmente quadradas. Em quatro dos arcos abrigam-se sepulturas monumentais, assentes em elefantes de mármore. O altar é de mármore, afastado do retábulo de estilo maneirista, que é atribuído ao entalhador Jerónimo Correia. Este retábulo é a única marca evidente de decorativismo que se pode encontrar no interior da capela. Na edícula que remata o retábulo, encontra-se uma tela com a *Ceia do Senhor*. Sobre a porta principal da capela, que abre para os *Claustros*, podemos ver um frontão curvo sobre o qual se encontra o brasão de armas do seu edificador. Refira-se ainda que tanto a *Capela dos Castros* como a *Cripta* apresentam traços de arquitectura maneirista, cujas linhas sóbrias e um pouco austeras nos impõem a vivência própria de um espaço eminentemente funerário.⁹⁷⁷

⁹⁷⁵ Observação directa com o Sr. Primeiro-Tenente Fuzileiro Paulo Frescata realizada em 3 de Março de 2004. Uma dessas “*curiosas e receosas visitas*” que os alunos então fizeram à *Cripta*, foi protagonizada por este antigo aluno.

⁹⁷⁶ Cfr. “A Capela” in *Capela dos...*, *op. cit.*, fl. não numerada e Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, pp. 69 e 70.

⁹⁷⁷ Cfr. “O Estilo” in *Capela dos...*, *op. cit.*, fl. não numerada.

Segundo uma determinada perspectiva de análise, a edificação da *Capela de Corpus Christi*, assim como outros demais empreendimentos efectuados por D. Francisco de Castro, podem levar-nos a entender todo este interesse e valorização dos antepassados por parte do Inquisidor Geral (trazendo-os naturalmente à memória dos seus contemporâneos) como uma valorização da sua própria pessoa, sublinhando a nobreza da linhagem de que descendia. Recordemos ainda que, tendo assistido à morte de vários membros da sua família e em particular dos varões (inclusivamente mais jovens que ele próprio), D. Francisco de Castro empenhou-se significativamente para que a família dos Castros e nomeadamente o ramo da família do qual fazia parte, não se extinguísse. A sua preocupação e empenho foi ao ponto da fabricação de numerosos sinais e marcas, incluindo as várias construções arquitectónicas que promoveu, que nos levam à ideia de que o Inquisidor Geral sentia que esses cunhos, ao permanecerem entre os vivos, recordariam a grandiosidade dos mortos por eles referenciados.⁹⁷⁸

Partilhamos do entendimento de Teresa Vale quando esta defende que D. Francisco de Castro se preocupou significativamente com que a edificação da capela de Benfica fosse vista como uma *obra pia* e não como um sinal de vaidade, soberba ou presunção. De facto, parece-nos que a intenção de dar uma sepultura condigna aos seus antepassados (que permaneciam em túmulos modestos e provisórios) se assumiu como a razão maior para o Inquisidor Geral encetar essa demanda, em detrimento de qualquer outro motivo de cariz menos válido. Mas é importante recordarmos que quando referenciamos a grandeza e imponência dos túmulos (ou mesmo a própria capela), estas são sempre relacionadas com a dimensão, heroicidade e valor das vidas dos ascendentes do Inquisidor Geral aí sepultados. Essa grandeza tida em suas vidas pode ser vista não só como uma justificação mas também como uma exigência para igual grandeza na morte, segundo uma perspectiva de significação dos monumentos fúnebres correspondentes. Assim, mesmo aceitando as boas intenções de D. Francisco de Castro quanto à fundação da capela, não é possível deixarmos de enquadrar essa sua atitude naquilo que pode ser entendido como a sua constante preocupação ao longo de toda a sua vida: a atenção e indissociável valorização da sua ascendência, com particular destaque para a figura do seu avô paterno, D. João de Castro, 4.º Vice-Rei da Índia.⁹⁷⁹

A escolha de D. Francisco de Castro pelo Convento de S. Domingos de Benfica para edificar o seu panteão familiar, pode levar-nos a diversas questões. Desse leque, poderemos destacar duas, que são questões que estão especialmente ligadas à opção directa por esse cenóbio e não por outras eventuais instalações religiosas. Quando existiam alternativas tão significativas, como por exemplo, o

⁹⁷⁸ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 185.

conventinho de Santa Cruz de religiosos capuchos da Serra de Sintra (fundado pelo seu pai, D. Álvaro de Castro, em cumprimento de um voto do seu avô, em 1560⁹⁸⁰) ou ainda a Igreja de S. Pedro de Penaferrim (também localizada em Sintra e igualmente fundada por D. Álvaro de Castro, no ano de 1565)⁹⁸¹ é justo querer saber o que terá levado o Inquisidor Geral a optar naquele sentido.⁹⁸²

Apontemos então algumas directrizes que nos auxiliarão a clarificar este assunto. Desde logo, há a referir que D. Francisco de Castro partilhava de uma ligação evidente à Ordem dos Pregadores. Essa ligação, encarada segundo vários prismas, era primeiramente de *ordem familiar* dado que dois dos seus irmãos eram religiosos dominicanos⁹⁸³, mas era também de *ordem profissional* pois como Inquisidor Geral o seu contacto com elementos da Ordem de S. Domingos seria quotidiano e inevitável. Como sabemos, era relevante o papel que estes religiosos detinham no seio do *Santo Ofício*, pertencendo-lhes perpetuamente um lugar cativo entre os seis deputados que constituíam o *Conselho Geral*.⁹⁸⁴

Indo mais longe, poderemos constatar que existia mesmo uma relação devocional entre D. Francisco de Castro e a Ordem de S. Domingos.⁹⁸⁵ A leitura do seu testamento é inequívoca nessa percepção, na medida em que encontramos santos dominicanos aos quais o bispo se encomenda: S. Pedro Mártir (recordemos que este Santo era o Patrono da Inquisição), S. Domingos e S. Tomás de Aquino.⁹⁸⁶ Refira-se até que os quadros que ornavam a capela e dependências anexas em Benfca, eram igualmente de santos dominicanos, onde constavam igualmente S. Domingos, S. Tomás de Aquino, S. Pedro Mártir (este último, com um retrato e uma representação do seu martírio) e ainda, Santa Catarina de Siena.⁹⁸⁷

⁹⁷⁹ Cfr. *Idem*, p. 144.

⁹⁸⁰ Cfr. Serrão, Vítor – *Sintra...*, *op. cit.*, p. 58.

⁹⁸¹ Cfr. Proença, Raul (dir.) – *Gala de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 511.

⁹⁸² Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 145.

⁹⁸³ Falamos de D. Fernando de Castro, filho ilegítimo de D. Álvaro de Castro, e ainda D. Fernando de Castro, que era Comendador de S. Miguel de Nogueira, filho de D. Álvaro de Castro e de Dona Ana de Ataíde, e que aos sessenta anos ingressou na Ordem de S. Domingos, professando como Fr. Fernando da Cruz no convento de Benfca, no dia 7 de Março de 1634. Cfr. sobre as profissões nos conventos dominicanos à época, Biblioteca da Universidade de Harvard – Ms. Port. 4729, Doc. 270, publ. Rosário, Fr. António do (org.) – “Profissões nos Conventos de S. Domingos, Século XVII” in *Cartório Dominicano Português*, Fascículo 2, 1984. Sobre este assunto, ver também Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fl. 50.

⁹⁸⁴ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 145.

⁹⁸⁵ Cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fl. 50 v.

⁹⁸⁶ Pela ordem em que surgem no texto. Cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfca, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 1.

⁹⁸⁷ Cfr. os ornamentos da *Capela de Corpus Christi* do *Convento de S. Domingos de Benfca* e outras peças legadas em testamento por D. Francisco de Castro para a mesma capela, em documentação datada de 2 de Novembro de 1653, A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfca, Próprios Nacionais N.º 5, N.º Ordem 117, Doc. s/n.º, fl. 1.

Embora esta devoção possa ter sido herdada dos seus ascendentes,⁹⁸⁸ convém todavia sublinhar que, mesmo nesse caso, existe uma parte das questões iniciais que subsiste, nomeadamente aquela que reside no motivo pelo qual não foi outro o convento dominicano escolhido. Lembremos que o convento dominicano de Lisboa, a variados níveis tão próximo com o *Santo Ofício*, não era também distante daquele local e D. Francisco de Castro tinha notória margem de manobra para efectivar essa escolha, pois era a mais alta autoridade em Portugal no que diz respeito à Inquisição. Duas ordens de razão podem conceder-nos a resposta à questão anterior:⁹⁸⁹

- As relações estabelecidas entre a família dos Castros e o convento de Benfca;⁹⁹⁰
- O facto de D. Francisco de Castro ter sido o responsável pela construção de todas as dependências do noviciado do Convento de S. Domingos de Benfca, contiguamente às quais depois ergueu a *Capela de Corpus Christi*.⁹⁹¹

Como reforço da ligação estritamente pessoal do Bispo Inquisidor Geral ao cenóbio dominicano de Benfca, há ainda que sublinhar o que deve ter sido a amizade cultivada entre ele e Fr. João de Vasconcelos. Como sabemos, este último pertenceu ao Convento de S. Domingos de Lisboa e passou posteriormente para o cenóbio de Benfca, sendo que como Prior deste, aí levou a cabo uma quase total reconstrução do antigo convento. Como deputado do *Conselho Geral do Santo*

⁹⁸⁸ Como se pode ler no contrato que celebrou com o Convento de S. Domingos de Benfca para a instituição da *Capela de Corpus Christi*: "(...) pela muita deuação que elle Bispo Inquisidor geral tem e sempre teue ao Bem afortunado são Domingos e a sua sagrada Relligião herdada de seus Pais e Auós (...)" (cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfca, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 1). Esta ligação de D. Francisco de Castro à Ordem dos Pregadores tê-lo-á mesmo conduzido a tentar fundar um convento, para onde se transfeririam os frades do cenóbio de Almeirim. De acordo com os documentos existentes, com localização junto à Capela de S. Mauro, fora da cidade de Lisboa, com noviciado e estudo. Cfr. Biblioteca da Ajuda – MS. 47 – VIII – 6, fls. 225 a 252.

⁹⁸⁹ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 146.

⁹⁹⁰ Sabemos que D. Álvaro de Castro, filho de D. Fernando de Castro e Governador da Casa do Cível, havia construído uma capela entre a Sala do Capitulo nova e o Ante-Coro da Igreja do Convento. O próprio pai do Inquisidor Geral, D. Álvaro de Castro, tinha na antiga Igreja do Convento (ou seja, anterior à reedificação de 1624-1632) "(...) lavrado huma boa Capella, com tenção de passar a ella os ossos de seu pai (...)" (cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 881). Partilhamos da opinião de que fosse não nesta capela – demolida com a igreja antiga em 1624 – mas na outra capela do outro ramo da família, que estavam em depósito os corpos dos pais e avós de D. Francisco de Castro, quando este se decidiu a edificar o mausoléu familiar (cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfca, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 1). Nessa capela celebrava-se uma missa quotidiana por alma dos sepultados e ainda um requiem cantado todos os dias 7 de Abril, instituída por Dona Leonor Coutinho, e uma outra semanal, instituída por D. Álvaro de Castro. O mesmo D. Álvaro, pai de D. Francisco, confirmando a sua ligação a S. Domingos de Benfca, legara alguns bens ao convento, como consta de uma verba do seu testamento e outras disposições que, certamente transcritas pelos religiosos velando pelos seus interesses, terão integrado o arquivo conventual e hoje se guardam na Torre do Tombo. Cfr. a verba do testamento de D. Álvaro de Castro, em documento datado de 14 de Julho de 1578, A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfca, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, e ainda as disposições de D. Álvaro de Castro quanto a alguns de seus bens, efectuadas em 1578, de acordo com um resumo de 1730, A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfca, Próprios Nacionais N.º 5, N.º Ordem 117, Doc. s/n.º.

⁹⁹¹ Cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fl. 50 v.

Ofício entre 1644 e 1648 (a mais alta instância da Inquisição Portuguesa e da qual D. Francisco era a máxima autoridade) a sua ligação a D. Francisco de Castro fortaleceu-se, o que nos leva a considerar este como mais um factor de relevo a adicionar aos restantes enunciados, para que o Inquisidor Geral tenha optado pelo Convento de S. Domingos de Benfica no que concerne à edificação do seu desejado panteão familiar.⁹⁹²

Da análise da documentação disponível pode afirmar-se que o processo de edificação da capela para mausoléu da família Castro teve início em 1644,⁹⁹³ precisamente aquando da celebração do contrato⁹⁹⁴ entre D. Francisco de Castro e o Padre Prior Fr. João de Vasconcelos (e mais

⁹⁹² Se consultarmos a documentação relativa ao *Santo Ofício* deste período, bem como obras impressas nessa época com as respectivas licenças da Inquisição, encontramos com assiduidade a assinatura de Fr. João de Vasconcelos. Sublinhemos também o interessante facto de que no texto do contrato celebrado entre D. Francisco de Castro e o cenóbio de Benfica em 1644, o nome de Fr. João de Vasconcelos aparece primeiro como deputado do *Conselho Geral* do *Santo Ofício*, e só depois aparece como Prior de S. Domingos de Benfica. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 147 e p. 155.

⁹⁹³ É oportuno referir que no universo dos vários autores que se têm ocupado da *Capela de Corpus Christi*, não existe muitas vezes lugar à distinção entre a construção e a fundação do monumento. Com efeito, assinalam apenas o ano de 1648 como sendo a data da fundação, no embasamento pétreo do retábulo da capela.

⁹⁹⁴ No contrato celebrado a 26 de Setembro de 1644, ficaram estabelecidos aspectos tão concretos como:

- *A invocação*, que é a do Santíssimo Sacramento da Eucaristia, em seu louvor e da Virgem Maria, da qual se havia de colocar na capela uma imagem em mármore (cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 1 v.). Note-se que esta imagem da Virgem foi sempre objecto de grande estima na família dos Castros, pois havia sido oferecida pelo Infante D. Luís – filho de D. Manuel e da Rainha Dona Maria – a D. João de Castro, de quem era muito amigo desde a adolescência, aquando da tomada de Tunes. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 155.
- *A existência de um retábulo*, que albergaria perpetuamente o Santíssimo Sacramento: “*E no Retabolo que mandara fazer auera Sacrario onde sempre téo o fim do mundo estara o Santissimo Sacramento diante do qual arderão sempre duas alampadas (...)*” Cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 1, e ainda Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 900, onde se encontram confirmadas estas obrigações.
- *A existência de um ou mais tipos de sepulturas*: “*(...) a assi mais na mesma Capella fazer carneiro e sepulturas razas ou em tumulos Leuantados do chão ou nas paredes com Letreiros e Armas na forma que quizer (...)*” (cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 1 v.). Esta passagem é importante sobre as intenções do Bispo Inquisidor Geral, pois dela parece descortinar-se que este já então sabia que tipo de sepulturas pretendia realizar. Na capela poder-se-iam sepultar as pessoas indicadas por D. Francisco de Castro numa declaração que então terá efectuado. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 148.
- *A especificação das missas a rezar*: para além daquelas que já se celebravam no convento, várias missas cantadas e outras sempre celebradas no oitavo dia da festa do Corpo de Deus, no oitavo dia da festa de Nossa Senhora do Rosário e de S. Domingos, no dia do aniversário da dedicação da capela – 28 de Julho – e no dia de S. Leonardo, que é o santo protector e libertador dos prisioneiros (cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 2 v., assim como Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 900 e 901). Sobre as atribuições de S. Leonardo, cfr. por exemplo Tavares, Jorge Campos – *Dicionário de Santos*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1990, pp. 92 e 93.
- *O estabelecimento de rendas e obrigações*: sabe-se que o capital deixado para a manutenção e ornato da capela cifrou-se em 80.000 reis, para esmola das missas e sustento dos religiosos que as dissessem. Por seu turno, o convento ficava obrigado “*(...) a ter sempre Repairada com toda a decencia a dita capella e depois que for acabada conforme a traça não poderão nella fazer obra aliqua de nouo sem Licença delle Bispo e do Padroeiro que ao diante for (...)*” (cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fls. 3 e 3 v.). Se por ventura a capela se arruinasse, o convento ficaria obrigado a reedificá-la, usando para tal o juro legado pelo Bispo Inquisidor Geral. Sublinhemos que o total do dote da capela

religiosos do Convento de S. Domingos de Benfica) e que tinha por fim essa mesma edificação. Nesse ano estava decidida a construção de "(...) *hua Capella no Lugar que já tinha assentado com elle Padre Prior e relligiosos (...)*." ⁹⁹⁵ Nesse momento, já havia um projecto architectónico para a capela em causa, pois constatamos que ela deveria ser construída "*na conformidade da traça.*" ⁹⁹⁶ E de facto, sabe-se que quatro anos mais tarde, nomeadamente em 1648, a capela estava concluída. ⁹⁹⁷

Refira-se que depois de uma visita que D. Francisco de Castro efectuou ao convento (tendo observado as obras relevantes que haviam sido realizadas pelo Prior Fr. João de Vasconcelos), o Inquisidor Geral decidiu financiar a reconstrução da *Ala dos Noviços*, pois não existia já capital disponível para a mesma. ⁹⁹⁸ Se atentarmos no contrato celebrado em 1644 entre D. Francisco de Castro e o Convento de S. Domingos de Benfica, havia mesmo sido mencionado o facto de estas dependências do noviciado possuírem capacidade para albergar vinte noviços e seu mestre. ⁹⁹⁹

Integrada no complexo architectónico que se constituía verdadeiramente como um novo convento dentro do Convento de S. Domingos de Benfica, esta capela era um dos componentes chave de um conjunto que era composto pelas seguintes edificações: a *Capela de Corpus Christi*, o *Palácio dos Inquisidores* e a *Casa do Noviciado*. ¹⁰⁰⁰ A *Capela de Corpus Christi* - como notaram vários autores ao longo do tempo - revelou-se numa edificação sumptuosa como resultado dos intentos do Inquisidor Geral do Reino. Esta *obra pia*, era o centro e a causa de todo o complexo edificado por D. Francisco de Castro, e ainda hoje, longe dos tempos do cenóbio dominicano de Benfica, parece não dispensar-se desse papel, pois continua a assumir um lugar de indubitável referência no seio do *Instituto*, e da sua própria identidade. ¹⁰⁰¹

No que concerne ao *Palácio dos Inquisidores*, uma das primeiras referências data de 1652 e encontra-se no testamento de D. Francisco de Castro. Diz respeito ao seu ponto de contacto com a

ascendia a 240.000 reis. Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de - *História de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 901.

⁹⁹⁵ Cfr. A. N. T. T. - *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 1.

⁹⁹⁶ Cfr. *Idem*, fls. 3 e 3 v.

⁹⁹⁷ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. - *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 148.

⁹⁹⁸ Cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de - *Historia de la...*, *op. cit.*, fl. 50 v. e 51 v.

⁹⁹⁹ Cfr. A. N. T. T. - *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 1 v.

¹⁰⁰⁰ Em 1662, era assim a descrição deste conjunto architectónico: "*A capella que lavrou no Convento de Bemfica (...) com propriedade se póde dizer, que forma outro novo Convento; pois não só comprehende em si quanto pede huma perfeita Igreja, mas acompanhada pollo lado direito, e emparada por detraz com hum dormitorio de dous lanços, que ocupão vinte cellas, e mais officinas; compõem huma casa de Noviços; que quer parecer novo, e distincto edificio, maiormente ajudado polla parte esquerda da mesma capella de hum palacio com aposentos, e officinas necessarias para hospedar hum Senhor com a família de seu serviço (...)*" Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de - *História de...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 896 e 897.

¹⁰⁰¹ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. - *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 150.

Capela de Corpus Christi.¹⁰⁰² Este palácio, contíguo à capela, destinava-se exclusivamente à sua pessoa, pelo que podemos deprender das suas palavras. Contudo, não terá sido exactamente assim, pelo menos sem algumas excepções, pois encontramos registos que nos levam a pensar numa utilização mais abrangente.¹⁰⁰³ Dessas acepções, podemos deprender que o palácio ao lado do mausoléu edificado por D. Francisco de Castro também se destinava a Inquisidores Gerais do Reino que depois de si viessem. Contudo, é verdade que não existem informações suficientes que nos asseverem essa mesma utilização.¹⁰⁰⁴

Relativamente à *Capela de Corpus Christi* propriamente dita, deve também sublinhar-se que remontam ao momento da sua fundação e ao início do seu funcionamento, as mais extensas e pormenorizadas descrições do monumento,¹⁰⁰⁵ sendo que um aspecto que nos merece especial atenção é exactamente os ornamentos para ela deixados por D. Francisco de Castro.¹⁰⁰⁶

No século XVII, a capela recebeu um ilustre visitante. O Príncipe florentino Cosme de Médicis, no contexto da sua viagem pela Europa, visitou Lisboa e em 6 de Fevereiro de 1669 passou pela *Capela de Corpus Christi*.¹⁰⁰⁷ A importância desta parece ter-se mantido nos séculos que se

¹⁰⁰² Nesse momento, o Inquisidor Geral preocupava-se com que fosse fechada a porta que permitia a comunicação do palácio com a capela. Presume-se pelas palavras expressas no seu testamento, que fosse entaipada: "*Das aposentos que fiz para a minha pessoa junto da Cappella saye huma porta para a mesma que fica sendo como Tribuna. E porque acho que tem algum inconveniente a comunicação que por ahy há determino mandar fechar aquella porta de pedra de Cantaria brunida como he a maes da Capella. Em caso que assy o não tenha executado, quando Deos me leuar, meus Testamenteiros a mandarão fechar naquella forma.*" Cfr. Arquivo Histórico Municipal de Lisboa – *Livro 2 de Testamentos*, s. c. 218, fls. 4 e 4 v.

¹⁰⁰³ De facto, observem-se os seguintes: "(...) *hum palacio com aposentos e officinas necessarias para hospedar hum Senhor com a familia de seu serviço (...)*" (cfr. Sousa, Fr. Luls de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 897); "(...) *un decente Palacio, ò retro al lado de èl para los Inquisidores Generales de aquel Reyno, porque estuviesse la casa de la vida a vista de la casa de la muerte (...)*" (cfr. Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fl. 51) e ainda "*E poderão os ditos Inquisidores geraes aproveitar-se das casas que elle Bispo mandar fazer (...)* pera uso de sua pessoa (...)" (cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 3, N.º Ordem 115, Doc. s/n.º, fl. 5).

¹⁰⁰⁴ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 151.

¹⁰⁰⁵ Destacam-se as seguintes, datadas respectivamente de 1662 e 1668 (cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 897 e 898; Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la...*, *op. cit.*, fls. 52 a 55). Embora mais sucinta, devemos igualmente considerar a descrição contida em Andrade, Jacinto Freire de – *Vida de D. João de Castro...*, *op. cit.*, pp. 340 a 345.

¹⁰⁰⁶ No seu testamento escreveu: "(...) *tanto que Deos for seruldo leuar-me desta uida se mandarão dos Ornamentos de minha capella para a de S. Domingos de Bemfica os que se acharem declarados em huma memoria da letra do secretario Diogo Velho assinada por my, a qual ficara junta a este testamento e assy mais se leuarão para a mesma Capella de Bemfica as peças seguintes – hum calix dourado com sua patena, huma sacra grande, e quatro chapas guarnecidas de bronze dourado que contem as orações da missa, Gloria, Credo, Euangelho de S. João e o psalmo Lauabetti, huma caixa de hostias de prata, quatro peultetros a estante de latão prateada, dous Ceriais de pao santo, e as taboas do altar de pao preto.*" Cfr. Arquivo Histórico Municipal de Lisboa – *Livro 2 de Testamentos*, s. c. 218, fl. 7 v.. Acrescentemos que através de um manuscrito datado de 8 de Fevereiro e 2 de Novembro de 1653, e que se guarda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sabemos que todos os objectos enunciados no testamento foram – juntamente com outros ornamentos – entregues pelo secretário Diogo Velho no Convento de S. Domingos de Bemfica, a 7 de Fevereiro de 1653, pouco mais de um mês após a morte de D. Francisco de Castro, ocorrida no dia 1 de Janeiro de 1653. Cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 5, N.º Ordem 117, Doc. s/n.º, fl. 1.

¹⁰⁰⁷ Cfr. Faria, António Portugal de – *Portugal e Itália*, vol. 2, Livorno, Tip. Raffaello Giusti, 1901, p. 58.

seguiram, tendo continuado a funcionar como mausoléu familiar dos descendentes dos Castros no século XVII¹⁰⁰⁸ e tendo ainda sido objecto de um volume muito significativo de missas celebradas no ano de 1729 (quando em comparação com outras capelas instituídas no mesmo convento de Benfica).¹⁰⁰⁹

Sabemos que o século XIX foi um período de decadência para os conventos portugueses em geral, sendo que o Convento de S. Domingos de Benfica não foi excepção. De facto, registamos apenas as obras de conservação realizadas nas décadas de 40 e 50, por iniciativa do Conde de Penamacor, D. António de Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria,¹⁰¹⁰ que era descendente de D. João de Castro e, no momento, padroeiro da *Capela de Corpus Christi*. No início do século XX a capela encontrava-se a caminho da ruína,¹⁰¹¹ todavia esse facto não impediu a sua classificação como *Monumento Nacional* no ano de 1910.¹⁰¹² Com a instalação, no ano seguinte, dos Pupilos do Exército no antigo convento dominicano de Benfica, em pouco este panorama se alterou, numa primeira fase.¹⁰¹³ Anos mais tarde, a Escola procedeu à sua recuperação. Houve também lugar a obras de conservação e beneficiação, visando sobretudo travar infiltrações de humidade (promovidas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na década de 50, em 1983, 1990 e 1993).¹⁰¹⁴

Actualmente, o seu estado de conservação é pouco satisfatório e deverá no curto prazo ser objecto de um necessário e atento acompanhamento por parte de seus mais directos responsáveis. A noção da sua integração no complexo arquitectónico do antigo Convento de S. Domingos de Benfica e a compreensão do seu significado enquanto resultado da acção de um doador poderoso e influente como era o Inquisidor Geral do Reino, remetem-nos para a ideia de que este é um monumento cuja história não só merece, como exige, essa consideração. Se por um lado

¹⁰⁰⁸ Aproveitemos para referir que os descendentes dos Castros sepultados no carneiro da capela nos séculos seguintes, e que hoje estão identificados, são: D. Brites de Vilhena e seu filho, D. Álvaro Fernandes de Castro; André de Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria; António de Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria; Dona Maria José Francisca Vicência Pereira, esposa do anterior; Dona Maria Teresa Braancamp de Almeida Castelo Branco; a Condessa de Lumiares, Dona Constança de Saldanha e Castro e D. Maria das Dores de Saldanha e Castro. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 156.

¹⁰⁰⁹ Cfr. A. N. T. T. – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfica, Próprios Nacionais N.º 5, N.º Ordem 117, Doc. s/n.º, fl. 2 v.

¹⁰¹⁰ Cfr. Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme – *Portugal...*, *op. cit.*, vol. II, p. 286. Esta figura era 2.º Conde de Penamacor, e filho de João Maria Rafael de Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria e de Dona Maria Teresa Braancamp. Foi Alcaide-Mor de Sintra, Par do Reino, Senhor dos Morgados da Penha Verde e de Ribafria, Comendador das Ordens de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição e ainda da de Carlos III de Espanha. Era também Cavaleiro da Ordem de S. João de Jerusalém. Cfr. Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme – *Portugal...*, *op. cit.*, Vol. V, p. 544 e Zúquete, A. E. Martins – *Nobreza de...*, *op. cit.*, Vol. III, pp. 116 e 117.

¹⁰¹¹ Cfr. Pereira, Gabriel – *S. Domingos...*, *op. cit.*, p. 15.

¹⁰¹² Cfr. *Diário do Governo*, n.º 136, 23 de Junho de 1910, p. 2165.

¹⁰¹³ Recordemos a esta parte que a capela chegou mesmo a funcionar como um animatógrafo. Cfr. Proença, Raul (dir.) – *Guia de...*, *op. cit.*, Vol. I, p. 428.

¹⁰¹⁴ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 156.

constatamos que a *Capela de Corpus Christi* sem o *Palácio dos Inquisidores* e a *Casa dos Noviços* que a ladeavam depressa passou a merecer a atenção dos autores apenas por albergar o túmulo do célebre 4.º Vice-Rei da Índia, D. João de Castro, por outro lado, estamos conscientes que em termos estritamente arquitectónicos esta se revela como um dos mais notáveis monumentos do maneirismo português, e que se assume, efectivamente, como um dos locais mais carismáticos da própria identidade institucional dos Pupilos do Exército.¹⁰¹⁵

¹⁰¹⁵ Cfr. *Idem*, p. 153.

2.3. A Fonte da Madalena

“Nos nossos dignos e venerados espaços da 1.ª Secção, em frente ao actual tanque de remo e sua vizinha piscina, existe um local belo, romântico, digno, que tem sido conhecido como Fonte da Madalena.”

Francisco Peleção Camejo ¹⁰²⁸

Este espaço do Instituto é, afinal, uma das muitas fontes da Serra do Monsanto. Diz-se que dela brotava boa água, *“fresca no Verão e tépida de Inverno”* que concorria para um dos rios de *“Sete Rios”* que seguiam para Campolide e iam ter a Alcântara (do árabe *Al-Cantara*, ou seja, a ponte). Sabe-se que antigamente as águas de um destes rios ou riachos (actualmente subterrâneos ou de emergência sazonal) desembocavam em pequenas fontes no sopé do monte (ainda hoje se podendo encontrar desde a Buraca a Campolide), as quais serviam provavelmente para diferentes cerimónias pagãs que com o decorrer dos tempos e a vontade das mentes, foram assumidas posteriormente pelo culto cristão. A Fonte da Madalena, entidade mítica porque embora de referência dúbia na liturgia católica *“é santa porque mitiga a sede”*, passou assim a fonte conventual.¹⁰²⁹

A Fonte da Madalena albergou sempre conversas e segredos dos estudantes, desde os mais tenros anos passados no Instituto. Várias gerações de alunos ali se encontraram para debater assuntos internos, discutir situações que quiseram manter no círculo fechado da comunidade

Serviço de Assistência Religiosa da FAP, s.d.

¹⁰²⁸ Cfr. Camejo, Francisco Peleção – “A Fonte da Madalena” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 7.

¹⁰²⁹ Julga-se que provavelmente nos finais do século XVIII terá sido aí encimado um arco abobadado no qual se interpôs um nicho, enquadrado de azulejos figurativos joaninos de boa qualidade. É de referir que o nicho está decorado com quebrados *“artefactos” de “chinoiserie”* (pedaços de boa faiança oriental, à qual se acoplaram conchas e *“vidrinhos de diferentes cores”*), trazidos por diferentes Companhias das Índias e que, apesar de destruídos pelas vagas e pelos ventos, fruto de desaires naturais, surgiram em terra *“por mor de Nosso Senhor”*. Porque chegaram a bom porto com os seus, mereceram ser postos, mesmo em cacos, em local de culto. Servindo por base a escultura de faiança (que sabemos já estava muito adulterada em 1941) está um paralelepípedo de mármore onde se inscreve *“SIC FLUIT IN LIQUIDO CRISTALUS CANDIDA FONTEM UT FLUIT LACRIMAS MAGDALIS ALMA SUAS”*. Actualmente, sobre essa base (que também já está muito adulterada) encima-se a escultura de um antigo Professor, Rogério Palletti Berger. Uma outra Madalena que mostra aos seus quão cristalina seria a água que ali brotava e que pretende representar a obrigatoriedade de se seguirem os valores que ali antes norteavam. Existe a possibilidade de ali ter sido o *“local de fresco”*, muito em voga em oitocentos e que tenderia a servir de ponto de encontro, reflexão, lazer ou leitura dos Monges Dominicanos que ali viviam. É ainda provável que ali circulassem (de forma análoga a outros espaços), envolvendo o chão daquele local, frescas águas que nasciam em mina situada na *“Serafina”* (ou noutro alto lugar do então ermo Monsanto e que proporcionavam àquele espaço um agradável momento. Francisco Camejo, Professor do Instituto, afirma também que pelos azulejos que enquadram aquele local, pode-se concluir que em oitocentos seria ali que era recebida a roupa já lavada e *“tratada”*, ou algum óbolo trazido por noviços ou outros elementos da zona. Cabe apenas referir que entretanto houve diversas reestruturações que, mesmo podendo ser bem intencionadas, desvirtuaram aquele local da bonita imagem que lhe estava conferida à várias gerações. Ver *Idem*, p. 7.

estudante, planejar modalidades de acção conjunta ou conjugar esforços e vontades em prol de um objectivo comum. Em tempos de praxe académica, este era também um dos locais de eleição para a realização dos conhecidos tribunais de praxe e outras demandas decorrentes de costumes académicos instituídos pelos alunos. Mas a Fonte da Madalena é sobretudo um lugar que guarda a “*memória das tropelias, desejos e sonhos da adolescência e da juventude, daquele imenso apetite de vida e de aventura*” que os alunos ali viveram ao longo do longo percurso social do Instituto.¹⁰³⁰



Fotografia n.º 243

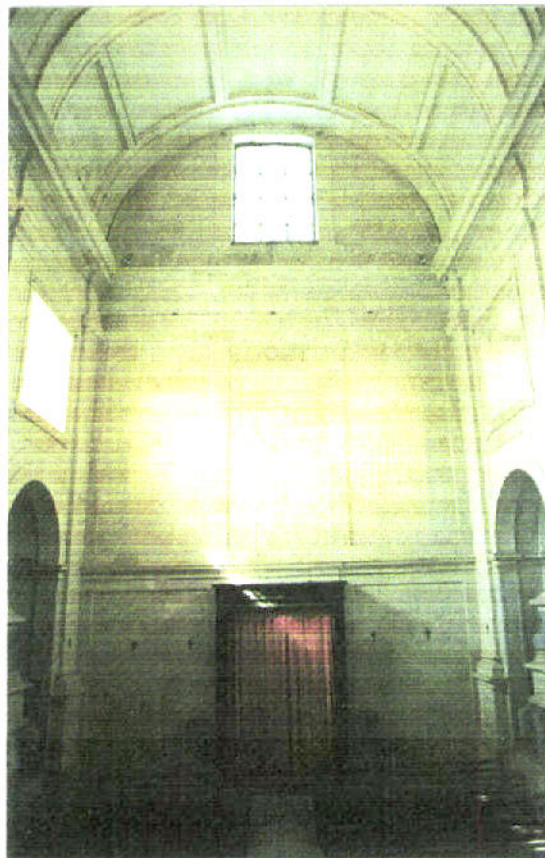
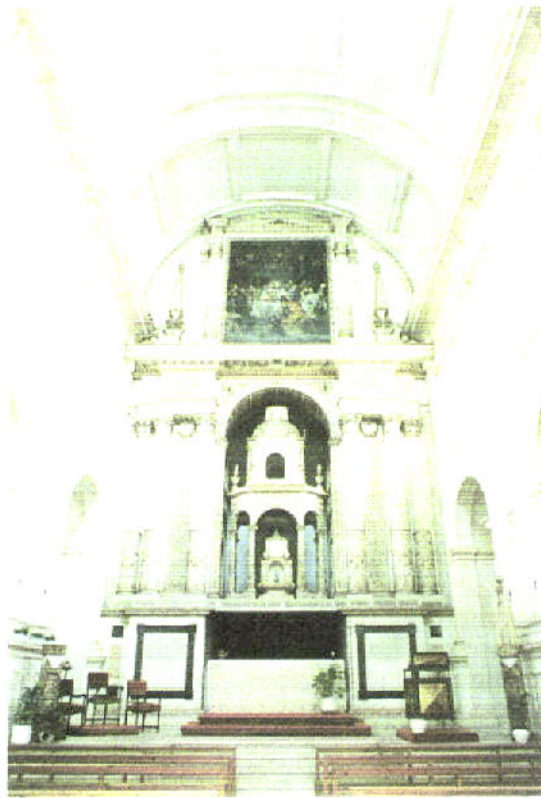
Fonte da Madalena junto à escada de acesso ao antigo refeitório da 1.ª Secção (até 1921)¹⁰³¹

¹⁰³⁰ Ver o comentário de Urbano Tavares Rodrigues sobre a *Malta Brava* e Alexandre Cabral, inscrita no *Jornal de Letras* a 18 de Dezembro de 1996, citada em Cabral, Alexandre – *Malta Brava...*, *op. cit.*, contracapa.



Fotografias n.ºs 234 e 235

Perspectivas exteriores da Capela de Corpus Christi



Fotografias n.ºs 236 e 237

Perspectivas interiores da Capela de Corpus Christi



Fotografia n.º 238

O Túmulo de D. João de Castro (lado direito)



Fotografia n.º 239

A entrada para a Cripta (ou Carneiro) através da Capela de Corpus Christi



Fotografias n.ºs 240 e 241

Duas perspectivas do interior da Cripta
(onde se encontram diversas supulturas de descendentes dos Castros)

2.2. Sobrevivências do antigo Cenóbio: a Sala do Capítulo, a antiga Capela da Família Castro, os Claustros e outros espaços sócio-histórico relevantes

“(…) e juntamente edificou [D. Álvaro de Castro] logo, e ornou pera jazigo seu, e d’elles [seus parentes] a Capela do Capítulo Novo, vezinho ao antechoro.”

Fr. Luís de Sousa ¹⁰¹⁶

Localizados ao longo da ala Este do *Claustro palladiano* (para o qual se vira a fachada principal da Capela dos Castros) deparamos com três compartimentos que sobreviveram do antigo complexo conventual. Com acesso situado junto ao ângulo Nordeste do *Claustro*, o primeiro desses compartimentos consiste numa pequena sala quadrangular pela qual se deveria aceder à denominada casa do noviciado, construída a expensas do Inquisidor Geral D. Francisco de Castro em meados do século XVII e colocada contiguamente à capela que este fizera erigir para panteão da sua família. Actualmente, podemos reconhecer nesse espaço um lambril de azulejos monocromos de padrão datáveis do século XVII, bem como, no muro Norte, o emolduramento calcário simples de uma porta (actualmente entaipada) que permitiria o acesso a um espaço contíguo ao muro Este da capela.¹⁰¹⁷

No que concerne aos outros dois compartimentos que se sucedem contiguamente para Sul, o anterior possui o seu acesso por uma porta aberta na mesma galeria Este do *Claustro* e terá sido a antiga *Sala do Capítulo* do convento dominicano de Benfica. Trata-se de um compartimento quadrado (actualmente sem o muro Este) e é coberto por uma cúpula para a qual convergem quatro conchas que ampliam o efeito curvo da cobertura que projecta o pequeno espaço em altura. Presentemente, esta sala alberga parte do *Museu do Instituto Militar dos Pupilos do Exército*. Nele guardam-se documentos escritos e fotográficos relativos à fundação e aos primeiros anos de vida da Instituição, assim como utensílios do quotidiano e a evolução dos fardamentos utilizados pelos alunos, entre outros artigos diversos.¹⁰¹⁸

Depois, deparamos com uma das mais antigas sobrevivências do primitivo complexo arquitectónico conventual. O compartimento posterior é o que resta de uma capela funerária da família Castro, fundada em 1577 e por isso construída anteriormente à reedificação empreendida

¹⁰¹⁶ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 881.

¹⁰¹⁷ Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 139.

¹⁰¹⁸ Cfr. *Idem*, pp. 139 e 140.

entre 1624 e 1632 por Fr. João de Vasconcelos. Aliás, é de referir que aquando desta campanha de reedificação não se procedeu à demolição do coro nem da sacristia.¹⁰¹⁹

Desenvolvendo-se contiguamente ao muro exterior Norte desta última, encontramos precisamente a primeira capela edificada pela família Castro em S. Domingos de Benfica. Na lápide integrada no portal (de mármore rosa e sobrepujado por uma pedra de armas da família) podem ler-se as condições da instituição da capela fundada por D. Álvaro de Castro e a data de tal evento (ano de 1577). Após uma cuidada observação, ainda reconhecemos na antiga capela algumas pequenas lápides que ostentam inscrições alusivas às sepulturas de membros dessa família. Deparamos também com a continuidade do Museu do IMPE, sendo interessante referir que foi precisamente neste local que se guardaram os restos mortais do célebre Vice-Rei da Índia D. João de Castro desde o seu envio da Índia para o Reino¹⁰²⁰ e até à conclusão da *Capela de Corpus Christi*, ocorrida em 1648.¹⁰²¹

Recordemos que estes espaços encontravam-se esquecidos até há alguns anos atrás. Merecem-nos por isso especial referência a sua recuperação e valorização pela intervenção do IMPE, pois apesar da relativa simplicidade arquitectónica, estes compartimentos transportam consigo uma parte significativa da história do antigo Convento de S. Domingos de Benfica, inclusivamente aquela que é anterior à grande campanha de reedificação ocorrida entre os anos de 1624 e 1632.¹⁰²²

O Claustro para o qual a *Capela de Corpus Christi* vira o seu alçado principal, do ponto de vista da linguagem arquitectónica que é veiculada, apresenta-se de forma absolutamente coerente com o monumental mausoléu dos Castros. Normalmente, este espaço é designado como *Claustro do Noviciado* pois sabemos que servia a antiga *Casa dos Noviços*, à qual se acedia através do retro-coro da capela ou do compartimento situado no ângulo formado pelas alas Norte e Leste. Trata-se de um Claustro desenvolvido em galerias constituídas por módulos *palladianos*, e que estão organizadas em torno de uma quadra central, animada por um pequeno tanque. Estas galerias, cobertas por

¹⁰¹⁹ Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 887.

¹⁰²⁰ Ocorrido em 1576 e tendo a sua chegada a Lisboa certamente coincidido cronologicamente com a fundação desta capela, onde ficaram tais restos mortais em depósito. Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 142.

¹⁰²¹ Fr. Luís de Sousa teve ainda oportunidade de observar a sepultura provisória de D. João de Castro nesta capela e registou-o na *História de S. Domingos*. Referindo como D. Álvaro de Castro (filho do Vice-Rei) também edificara uma capela na igreja demolida em 1624 com a intenção de passar para ela os restos mortais de seu pai (o que acabou por não se verificar), escreveu o cronista dominicano que “*A mesma tenção teve outro Dom Álvaro de Castro do mesmo sangue, e descendencia, e filho do famoso Governador da Índia Dom João de Castro, que na Igreja, que se derrubou, tinha lavrado huma boa Capella, com tenção de passar a ella os ossos de seu pai, que são os que hoje vemos na do parente em hum tumulo coberto de veludo negro sobre estrado da mesma guarnição.*” Cfr. Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de...*, *op. cit.*, vol. I, p. 881.

¹⁰²² Cfr. Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de...*, *op. cit.*, p. 141.

abóbadas de aresta, apresentam ao longo da parte inferior dos muros, um lambril de azulejos monocromos de figura avulsa.¹⁰²³

Já localizada no espaço geográfico externo ao Instituto, mas com eventos frequentes e muito significativos que ali se realizam e onde participam alunos assim como demais elementos do IMPE, temos ainda a mencionar a Igreja do antigo Convento de S. Domingos de Benfica, mandada edificar por Fr. João de Vasconcelos (onde está localizado o Túmulo de João das Regras). Em 1959, com a erecção da paróquia de S. Domingos de Benfica, a antiga igreja conventual passou a paroquial, até ser substituída por uma mais recente, já na década de 70. Em Julho de 1979, o Cardeal Patriarca de Lisboa cedeu esta igreja ao Vicariato Castrense, para utilização da Força Aérea, tendo-se iniciado então obras de restauro do edifício (incluindo a substituição de reboco e pintura no interior, consolidação, lavagem dos azulejos e limpeza das telas do retábulo).¹⁰²⁴ Em 1993, uma vez mais por acção da Força Aérea Portuguesa, procedeu-se à substituição integral da estrutura da cobertura e do reboco exterior, realizando-se ainda pinturas e limpeza de cantarias.¹⁰²⁵

Perante o ângulo formado pelo muro Sul da nave e o muro Oeste do braço Sul do transepto da Igreja, é visível o corpo cúbico da *Capela de S. Gonçalo de Amarante*,¹⁰²⁶ parcialmente enterrada. Contígua ao muro de topo do braço Sul do transepto, a *Sacristia Nova* ou *Sala de Despacho* (da irmandade de Nossa Senhora do Rosário) é o corpo que se sucede na leitura do alçado Sul da igreja do antigo convento dominicano de Benfica. Finalmente, no ângulo formado pelo muro Nascente do braço Sul do transepto e pelo muro Sul do coro encontramos adossada uma construção de volumetria sensivelmente cúbica, rematada por um pequeno lanternim e o volume paralelepípedo e que é conhecida como a *Capela-Relíquia*.¹⁰²⁷

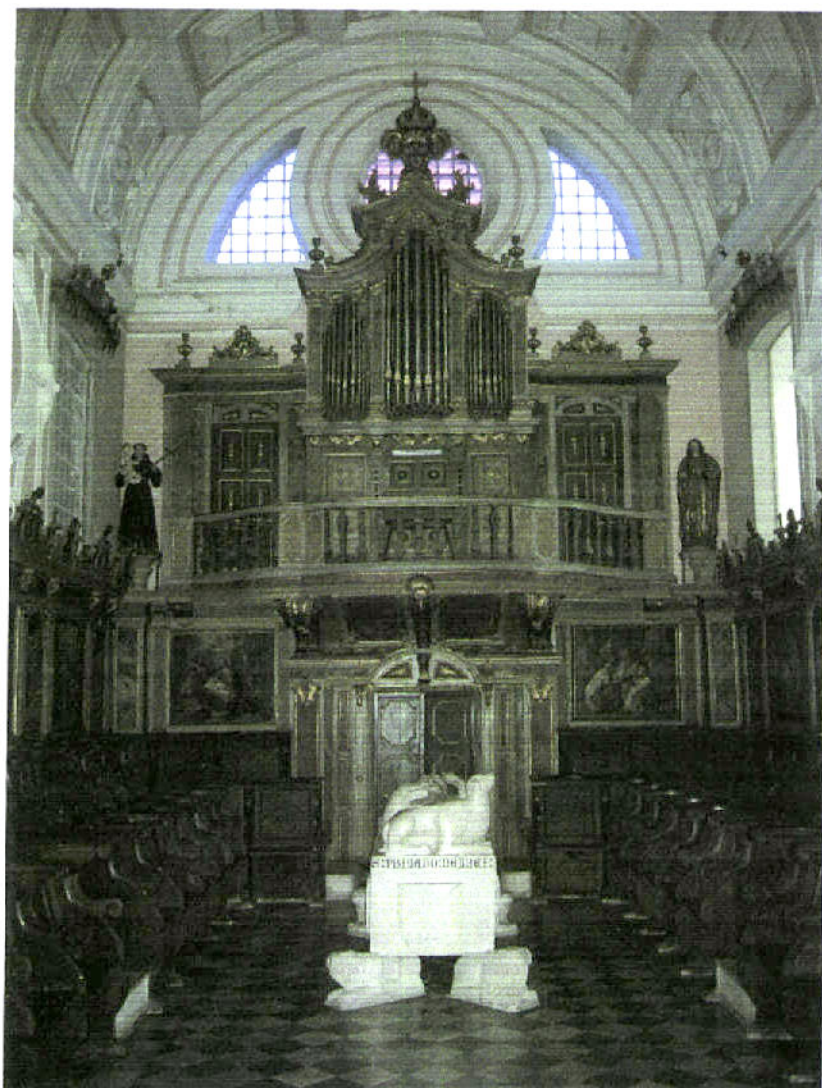
¹⁰²³ Ver “O Claustro” in *Capela dos Castros*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército (com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa), 25 de Maio de 1996.

¹⁰²⁴ Cfr. Pedro, M. B. Gonçalves – *Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Templo da Força Aérea em Lisboa. Apontamentos Monográficos*, Lisboa, Central de Publicações da Força Aérea, s. d., p. 3. Notemos que durante as décadas de 40, 50 e 60 do século XX, a igreja foi alvo de diversas obras de conservação e beneficiação, promovidas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

¹⁰²⁵ Trata-se de uma igreja pós-tridentina, planimetricamente logitudinal e organizada segundo o esquema da cruz latina, uma vez que a sua preocupação maior é a de satisfazer, do ponto de vista funcional, os ditames da pastoral saída do *Concílio de Trento* que contempla as múltiplas devoções particulares (cfr. Jounel, Pierre – *O Lugar da Celebração ao Longo da História da Igreja*, Aveiro, Ed. da Secretaria Nacional de Liturgia, s. d., pp. 9 a 11). Tem uma só nave, para a qual abrem várias capelas laterais intercomunicantes, destinadas a satisfazer as devoções específicas dos fiéis (e a ostentarem, em vários locais, representações dos vultos mais significativos no contexto do universo devocional dominicano).

¹⁰²⁶ O seu encomendador foi D. Fr. Manuel Pereira, 1.º Bispo do Rio de Janeiro e Secretário de Estado (para uma abordagem detalhada da figura de D. Fr. Manuel Pereira, ver Vale, Teresa Leonor M. – *D. Fr. Manuel Pereira Bispo e Secretário de Estado*, Lisboa, Edições Gleba, 1994). Da sua especial ligação a S. Gonçalo, sabemos que em Roma no ano de 1672, Fr. Manuel Pereira publicou uma pequena biografia deste santo, da sua autoria e que dedicou ao Mestre Geral da ordem dominicana, Fr. João Tomás Rocaberti (ver Pereira, Fr. Manuel – *Breve Ristretto della Vita, e Miraculi di S. Consalvo d’Amaranta Portoghese dell’Ordine de Predicatori*, Roma, Tinassi, 1672).

¹⁰²⁷ Esta é uma designação recente pois remonta apenas à ocupação da igreja pela Força Aérea Portuguesa. Poderemos acrescentar que esta designação tem a ver com o facto de ser este o compartimento mais antigo existente, remontando



Fotografia n.º 242

Coro da antiga igreja conventual com o Túmulo de João das Regras

eventualmente ao momento da fundação do antigo convento dominicano de Benfica. Ver Serviço de Assistência Religiosa da FAP – *Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Guia*, Lisboa, Central de Publicações da Força Aérea –

2.3. A Fonte da Madalena

“Nos nossos dignos e venerados espaços da 1.ª Secção, em frente ao actual tanque de remo e sua vizinha piscina, existe um local belo, romântico, digno, que tem sido conhecido como Fonte da Madalena.”

Francisco Peleção Camejo ¹⁰²⁸

Este espaço do Instituto é, afinal, uma das muitas fontes da Serra do Monsanto. Diz-se que dela brotava boa água, *“fresca no Verão e tépida de Inverno”* que concorria para um dos rios de *“Sete Rios”* que seguiam para Campolide e iam ter a Alcântara (do árabe *Al-Cantara*, ou seja, a ponte). Sabe-se que antigamente as águas de um destes rios ou riachos (actualmente subterrâneos ou de emergência sazonal) desembocavam em pequenas fontes no sopé do monte (ainda hoje se podendo encontrar desde a Buraca a Campolide), as quais serviam provavelmente para diferentes cerimónias pagãs que com o decorrer dos tempos e a vontade das mentes, foram assumidas posteriormente pelo culto cristão. A Fonte da Madalena, entidade mítica porque embora de referência dúbia na liturgia católica *“é santa porque mitiga a sede”*, passou assim a fonte conventual.¹⁰²⁹

A Fonte da Madalena albergou sempre conversas e segredos dos estudantes, desde os mais tenros anos passados no Instituto. Várias gerações de alunos ali se encontraram para debater assuntos internos, discutir situações que quiseram manter no círculo fechado da comunidade

Serviço de Assistência Religiosa da FAP, s.d.

¹⁰²⁸ Cfr. Camejo, Francisco Peleção – “A Fonte da Madalena” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003, p. 7.

¹⁰²⁹ Julga-se que provavelmente nos finais do século XVIII terá sido aí encimado um arco abobadado no qual se interpôs um nicho, enquadrado de azulejos figurativos joaninos de boa qualidade. É de referir que o nicho está decorado com quebrados *“artefactos” de “chinoiserie”* (pedaços de boa faiança oriental, à qual se acoplaram conchas e *“vidrinhos de diferentes cores”*), trazidos por diferentes Companhias das Índias e que, apesar de destruídos pelas vagas e pelos ventos, fruto de desaires naturais, surgiram em terra *“por mor de Nosso Senhor”*. Porque chegaram a bom porto com os seus, mereceram ser postos, mesmo em cacos, em local de culto. Servindo por base a escultura de faiança (que sabemos já estava muito adulterada em 1941) está um paralelepípedo de mármore onde se inscreve *“SIC FLUIT IN LIQUIDO CRISTALUS CANDIDA FONTEM UT FLUIT LACRIMAS MAGDALIS ALMA SUAS”*. Actualmente, sobre essa base (que também já está muito adulterada) encima-se a escultura de um antigo Professor, Rogério Palletti Berger. Uma outra Madalena que mostra aos seus quão cristalina seria a água que ali brotava e que pretende representar a obrigatoriedade de se seguirem os valores que ali antes norteavam. Existe a possibilidade de ali ter sido o *“local de fresco”*, muito em voga em oitocentos e que tenderia a servir de ponto de encontro, reflexão, lazer ou leitura dos Monges Dominicanos que ali viviam. É ainda provável que ali circulassem (de forma análoga a outros espaços), envolvendo o chão daquele local, frescas águas que nasciam em mina situada na *“Serafina”* (ou noutra alto lugar do então ermo Monsanto e que proporcionavam àquele espaço um aprazível momento. Francisco Camejo, Professor do Instituto, afirma também que pelos azulejos que enquadram aquele local, pode-se concluir que em oitocentos seria ali que era recebida a roupa já lavada e *“tratada”*, ou algum óbolo trazido por noviços ou outros elementos da zona. Cabe apenas referir que entretanto houve diversas reestruturações que, mesmo podendo ser bem intencionadas, desvirtuaram aquele local da bonita imagem que lhe estava conferida à várias gerações. Ver *Idem*, p. 7.

estudante, planear modalidades de acção conjunta ou conjugar esforços e vontades em prol de um objectivo comum. Em tempos de praxe académica, este era também um dos locais de eleição para a realização dos conhecidos tribunais de praxe e outras demandas decorrentes de costumes académicos instituídos pelos alunos. Mas a Fonte da Madalena é sobretudo um lugar que guarda a “*memória das tropelias, desejos e sonhos da adolescência e da juventude, daquele imenso apetite de vida e de aventura*” que os alunos ali viveram ao longo do longo percurso social do Instituto.¹⁰³⁰



Fotografia n.º 243

Fonte da Madalena junto à escada de acesso ao antigo refeitório da 1.ª Secção (até 1921)¹⁰³¹

¹⁰³⁰ Ver o comentário de Urbano Tavares Rodrigues sobre a *Malta Brava* e Alexandre Cabral, inscrita no *Jornal de Letras* a 18 de Dezembro de 1996, citada em Cabral, Alexandre – *Malta Brava...*, *op. cit.*, contracapa.



Fotografia n.º 244

Fonte da Madalena (em 2006)

¹⁰³¹ De fato preto, encontramos o então Regente da 1.ª Secção, Vitorino Guimarães, aqui em conversa com o Professor de Ginástica, este último, devidamente fardado.

3. DO ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO E SEU SIGNIFICADO À MANIFESTAÇÃO DA ARQUITECTURA, ESPAÇO E PODER: A EXPRESSÃO DAS HIERARQUIAS FORMAIS E INFORMAIS NO MEIO FÍSICO DO INSTITUTO

“A Grécia é o ponto de partida a que é preciso regressar.”

*Sophia de Mello Breyner*¹⁰³²

As preocupações com a arquitectura escolar são recentes. Durante muito tempo, o espaço escolar foi ignorado enquanto tal e as suas determinações arquitecturais eram consideradas neutras ou simplesmente não consideradas.¹⁰³³ O ritmo acelerado do século XX esteve directamente relacionado com a evolução da arquitectura escolar em geral e, esse progresso, esteve significativamente articulado com o desenvolvimento da Sociologia e da Psicologia, enquanto áreas científicas empenhadas em diversos domínios, mas neste caso em particular, com as transformações da ideia de Escola. Mas outras vertentes científicas estudaram e têm estudado estas matérias. Por exemplo, uma das especialidades médicas, a Psiquiatria, tem investigado com grande empenhamento a realidade das crianças inadaptadas na escola. Também neste contexto, essas crianças são mais sensíveis ao espaço envolvente e exigem preocupações adicionais. O espaço escolar é um factor muito importante a ter em linha de conta nas relações sociais que se desenrolam nas instituições de ensino.¹⁰³⁴

Em termos de socialização, é para nós evidente que um espaço, qualquer espaço, nunca poderá ser apenas pensado. Seja num imóvel para habitação, seja num espaço comercial, mas sobretudo numa escola, um espaço arquitectónico tem de ser sentido. E isto é assim porque o sentir revela a nossa pertença ao espaço. No que diz respeito à escola e, particularmente, ao estudo das relações entre a criança e o espaço escolar, é preciso reconhecermos que os estudos sociológicos e psicológicos ainda estão longe de responder a todas as questões em aberto.¹⁰³⁵ Com efeito, permanentemente se abrem novas linhas de investigação perante novos fenómenos no domínio educativo e, até mesmo perante fenómenos que já eram conhecidos na realidade escolar, surgem

¹⁰³² Como é sabido, a Grécia e o espaço mediterrânico são privilegiados na obra poética de Sophia. Ver Langrouva, Helena S. C. – “Sophia de Mello Breyner: Transmutação da Palavra em Poesia. Artes Poéticas, Aedos e Cidades” in *Discursos e Práticas Alquímicas/Colóquio Internacional III*, Lisboa, 2001.

¹⁰³³ Ver Piaget, Jean e Inhelder, Bärbel – *La représentation de l'espace chez l'enfant*, Paris, PUF, 1947.

¹⁰³⁴ No quadro nacional, é seguro dizer que Daniel Sampaio tem sido um dos médicos psiquiatras mais atentos a estas questões. Ver por exemplo Sampaio, Daniel – *Voltet à Escola*, Lisboa, Editorial Caminho, 1996. Neste livro, tendo mais uma vez como centro da sua preocupação os jovens, o autor coloca em evidência a relação dos jovens entre si, assim como a relação dos jovens com os adultos professores (e vice-versa).

¹⁰³⁵ Ver Rocha, Cristianne M. Famer – “Espaços escolares: modernizações produtivas” in *ENDIPE*, vol. 11, n.º 10, Rio de Janeiro, 2000.

frequentemente novas interrogações. Mas sabemos que esta é apenas mais uma das consequências da era da globalização e daí que Giddens afirme que a Sociologia é “o discurso da modernidade, o discurso da interpretação reflexiva de nós próprios, emergente do cisma radical que separou as nossas vidas da vida das gerações anteriores”.¹⁰³⁶

Parece-nos pacífica a ideia de que o espaço escolar tem de ser pensado de modo a favorecer o desenvolvimento físico e intelectual das crianças e adolescentes. Recordando a noção de Escola, se a instituição de ensino é o lugar onde a criança faz o seu primeiro contacto com o meio social, é então natural que as determinações típicas desse espaço (desde as cores, às formas, às dimensões, aos materiais utilizados, etc.) exerçam uma forte influência sobre a criança. Esta aceção, aparentemente simples, abre contudo duas grandes concepções de escola na sua relação com a arquitectura e que podem ser sintetizadas da seguinte forma:¹⁰³⁷

- A escola deve ser uma instituição separada do mundo exterior, um local de protecção face a influências nefastas e contraditórias com os princípios educativos dos professores. A escola deve, por isso, rodear-se de muros mais ou menos elevados e até de grades, se for necessário. Um espaço onde os pais entregam os filhos aos cuidados de estranhos, onde eles mesmos não são autorizados a entrar, ou onde só entram em determinados dias. Ao arquitecto/engenheiro cabe equacionar e criar condições que facilitem a vigilância na escola, que impeçam a fuga dos alunos e que favoreçam a disciplina.¹⁰³⁸ No limite, esta escola tende a assemelhar-se a uma caserna de um qualquer quartel, a uma fábrica, a um hospital. Em síntese, assemelhar-se a um lugar de encarceramento. Como mostra Foucault, o modelo final é o do panóptico, onde tudo deve poder ser visto e controlado e ainda onde todos os gestos devem poder ser minuciosamente observados;¹⁰³⁹
- A escola deve ser um prolongamento da casa familiar e, nesse sentido, os espaços de ensino devem ser agradáveis. A vigilância deve ceder lugar à autodisciplina. Novos princípios devem estar na base de novas formas arquitecturais, com todas as

¹⁰³⁶ Cfr. Giddens, Anthony – “Dimensões da modernidade” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 4, 1988, p. 238. Ver também Touraine, Alain – “Crise de la modernité” in *Les Usages de la Liberté*, Neuchâtel, Éditions de la Baconnière, 1990, pp. 201 a 233.

¹⁰³⁷ Entre outros, é útil ver Clausse, A. – *A Relatividade Educativa*, Coimbra, Almedina, 1976, bem como Frabboni, F. e Genovesi, G. – *La Scuola e i suoi problemi*, Firenze, La Nuova Italia, 1990.

¹⁰³⁸ Por exemplo, através de longos corredores rectilíneos, amplos pátios, salas de aula iluminadas e rectangulares, nas quais o professor, no seu estrado mais elevado, possa dominar todo o auditório.

¹⁰³⁹ Para Foucault, o panóptico desperta interesse pelo facto de ser aplicável a muitos domínios diferentes. Não se trata apenas de uma prisão, porque o panóptico é um princípio geral de construção, um dispositivo polivalente de vigilância, uma máquina óptica universal das concentrações humanas. Segundo o autor, “É polivalente em todas as suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares,

consequências que daí se podem perspectivar.¹⁰⁴⁰ No limite, a escola procura ser um lugar não tanto de trabalho, mas de jogo e de alegria. A escola deve assim também abrir-se à natureza, plantando árvores e flores que os alunos ajudarão a plantar, assim como relva que os alunos se habituarão a respeitar. Neste quadro, toda a superioridade hierárquica com ênfase excessivo deve ser eliminado e o aluno deve ser respeitado na sua individualidade e não reduzido à categoria de um número. Como referem Boudon e Bourricaud, a “*interiorização do sentido da reciprocidade e da justiça provém do crescimento etário da criança e do facto dela ser confrontada, cada vez com mais frequência, com situações onde só pode obter o respeito dos seus próprios direitos ao manifestar o seu respeito pelos direitos dos outros*”.¹⁰⁴¹

Observando o caso português, no que diz respeito ao ensino primário, é sabido que é na segunda década do século XIX que surgem em Portugal as primeiras indicações oficiais relativas à construção de escolas primárias. De facto, as primeiras recomendações iam no sentido de que as escolas fossem implantadas em lugares tranquilos mas articulados com o núcleo populacional e que usufruíssem de boa iluminação natural. Nesse contexto, pode referir-se como exemplo a Escola Conde de Ferreira, em Sintra (inaugurada em 1883). Apesar das inúmeras carências que os edifícios escolares sempre tiveram em Portugal, as construções foram evoluindo e a verdade é que a Escola de Tortozendo, na Covilhã (inaugurada em 1937), por exemplo, já observava algumas novidades, entre essas: recreio coberto, instalações sanitárias, sala de trabalhos manuais, museu e vestiário. Nos anos setenta, realizaram-se algumas experiências inovadoras, nomeadamente através da construção das Escolas Abertas.¹⁰⁴² Neste caso, a divisão do espaço tornava-se flexível e entre outras oportunidades, as crianças podiam agrupar-se agora em diferentes espaços para a realização de diversos tipos de trabalhos escolares.¹⁰⁴³

guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos”. Cfr. Foucault, Michel – *História da Sexualidade*, vol. I (A Vontade de Saber), Rio de Janeiro, Graal, 1997, p. 170.

¹⁰⁴⁰ Por exemplo, sabe-se que os longos corredores diminuem de tamanho ou desaparecem, os espaços de trabalho articulam-se com os espaços de lazer, e os espaços de recreio tornam-se mais soltos. O recreio e o pátio tendem a constituir-se como espaços de repouso e como locais de encontro dos alunos. As salas de aula distribuem-se em blocos articulados por pátios e jardins e, dentro da sala de aula, os alunos devem poder contornar os professores e trabalhar em pequenos grupos. As antigas carteiras cedem lugar às mesas móveis. Ao lado dos ginásios, surgem as salas polivalentes que servem para reuniões, para teatro e música, ou ainda para bailes e festas.

¹⁰⁴¹ Cfr. Boudon, Raymond e Bourricaud, François – *Dictionnaire Critique...*, *op. cit.*, p. 485.

¹⁰⁴² Ver Beja, F., Serra, J., Machás, E. e Saldanha, I. – *Muitos anos de escolas: Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*, Lisboa, Ministério da Educação/Direcção Geral de Administração Escolar, 1990 e *Idem – Muitos anos de escolas: Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40 – anos 70*, volume II, Lisboa, Ministério da Educação/ Direcção Geral de Administração Escolar, 1996.

¹⁰⁴³ Cfr. Mesmin, G. – “L’espace d’enseignement: L’architecture moderne” in *Idéaux pédagogiques européens*, Tome I, Noveaux Classiques Larousse, 1973, pp. 144 a 147.

Relativamente ao ensino secundário e ainda na primeira República, pode dar-se como exemplo a Escola Secundária Camões (inaugurada em 1909). Durante o salazarismo, a arquitectura escolar observou uma determinada padronização, a vários níveis.¹⁰⁴⁴ A Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (antigo Liceu Feminino de Maria Amália Vaz de Carvalho)¹⁰⁴⁵ é disso um exemplo característico, com o pátio da escola inteiramente fechado, rodeado pelo edifício escolar e com o chão de cimento.¹⁰⁴⁶ Com o 25 de Abril, a concepção do espaço escolar alterou-se novamente. Dois exemplos dessa nova realidade foram a Escola Secundária D. Pedro (cuja construção está realizada por blocos, o pátio é aberto e está rodeado por jardins) e a Escola Secundária José Gomes Ferreira em Benfica (inaugurada em 1980 e com o edifício realizado por blocos, com sala polivalente e muitos espaços verdes). Assumindo expressões como o progresso, o crescimento ou o desenvolvimento, a modernização escolar em Portugal era agora sustentada por uma nova visão evolucionista da história e da sociedade.¹⁰⁴⁷

É fundamental que sublinhemos que a evolução não é um sinónimo de soma, mas um resultado de cruzamento. Um espaço arquitectónico vive normalmente o tempo que o seu corpo (o seu esqueleto e os seus materiais) aguenta, permitindo vivências e experiências sociais variadíssimas, conforme os diferentes usos e usufruidores. Se a flexibilidade deve ser entendida como possibilidade de mutação do espaço, embora condicionada por regras de transformação, então um edifício tem que ser entendido como um corpo modelado e em constante mutação. Deve respirar.¹⁰⁴⁸ O espaço escolar é uma realidade nunca estanque e sempre evolutiva, porque tem que ser flexível e reagir conforme a natureza e a intensidade dos seus usos. Neste sentido, quando se equaciona o espaço escolar, há que racionalizá-lo e, sobretudo, clarificá-lo. Em síntese, é imperioso dar limites à sua flexibilidade é visualizar as possibilidades da sua transformação, de forma a responder aos sucessivos desafios que lhe são colocados e reflectir a mutação dos usos. A Escola tem que estar ainda atenta

¹⁰⁴⁴ Ver Barroso, J. – *Os Liceus: organização pedagógica e administração (1836 – 1960)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

¹⁰⁴⁵ Foi criada em 1885, ocupando um edifício do Largo do Contador-Mor, em Alfama, graças à iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa. Tinha como objectivo principal (de largo alcance social para a época) “*a emancipação da mulher pela instrução*”, como pode ler-se no seu primeiro relatório. Inicialmente, chamava-se Escola Maria Pia, em homenagem à rainha e tinha 45 alunas inscritas. Recordemos que foi em 1906 que o rei D. Carlos I assinou o Decreto que instituiu o primeiro liceu feminino em Portugal. A partir deste momento, a frequência foi crescendo sempre. Em 1917, o Liceu Maria Pia, por Decreto do Presidente da República, Sidónio Pais, passou a denominar-se Liceu Central de Almeida Garrett. Desde o ano lectivo de 1933-1934 que o antigo Liceu Feminino de Maria Amália Vaz de Carvalho se encontra no edifício sito na Rua Rodrigo da Fonseca, em Lisboa, mesmo em frente à Direcção de Finanças do Exército. A sua actual designação é escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

¹⁰⁴⁶ Oportuno ver Mónica, M. – “A prática pedagógica” in *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, 1978, pp. 307 a 336.

¹⁰⁴⁷ No mesmo sentido, cfr. Shanin, Teodor – “The ideia of progress” in Rahnema, Majid e Bawtree, Victoria (eds.) – *The Post-development Reader*, London, Zed Books, 1997, pp. 65 e 66.

¹⁰⁴⁸ Ver por exemplo a entrevista de Mendes Ribeiro, João – “Arquitectura & Cenografia” in *Revista NU*, Núcleo de Estudantes do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra, Novembro de 2002.

aos problemas e reptos da sociedade global, para que encete perspectivas abrangentes de explicação e de compreensão de uma realidade social que é cada vez mais complexa.¹⁰⁴⁹

É certo que, a nível nacional, as instituições escolares devem ser planeadas em obediência aos princípios e objectivos definidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo. É por isso necessário que sejam programadas e concebidas tendo em conta as exigências curriculares e pedagógicas dos diferentes níveis e graus de educação e ensino ministrados. Entre outros factores requeridos, as instalações escolares devem observar critérios de qualidade e correcta localização e integração no meio envolvente. Exige-se também uma concepção arquitectónica multiusos e adequada à satisfação de exigências construtivas para o local, condições satisfatórias de segurança, manutenção, conservação e conforto, assim como arranjos exteriores (qualidade paisagística e funcional do conjunto escolar) e zonas de protecção à escola (as Autarquias Locais devem promover a defesa do recinto e das zonas envolventes). Mas nem sempre se consegue responder com sucesso a todos estes desafios e a verdade é que Escola, como um todo, também atravessa transformações significativas a todos os níveis.¹⁰⁵⁰

Em termos sociológicos, temos de reconhecer que a noção de espaço escolar foi sendo sucessivamente reconstruída e obtendo novos significados, sobretudo porque deixou de ser vista apenas na sua dimensão geométrica e passou a assumir, cada vez mais, uma dimensão social. Mais do que nunca, o espaço escolar não é neutro e está impregnado de signos e marcas, tendo manifestações diversas de quem o organiza e nele convive, assim como significações afectivas e culturais. As escolas são espaços de vivência que representam uma experiência decisiva na aprendizagem e na formação das crianças e dos adolescentes, promovendo e propiciando experiências espaciais que são factores determinantes do desenvolvimento sensorial.¹⁰⁵¹

Decorrente deste enquadramento, é seguro afirmarmos que o Instituto assume um sistema de valores implícitos e explícitos no seu espaço escolar que pode contribuir (ou não), para propiciar laços afectivos, sentimentos de identidade e de pertença. Com efeito, os Pupilos do Exército constituem uma estrutura de múltiplos interesses manifestos e ocultos que não só se manifestam nos antigos alunos e outros actores sociais, mas também nos actuais estudantes, gerando inclusões e exclusões naquilo que é a vida dos alunos dentro das paredes da Escola. E isto acontece assim

¹⁰⁴⁹ Neste sentido e para uma abordagem da tensão entre o macro e o micro-sociológico, cfr. Habermas, Jürgen – *Théorie de L'Agir Communicationnel*, Tomo I, Paris, Fayard, p. 20.

¹⁰⁵⁰ Ao nível do Ensino Superior, a efectivação do Processo de Bolonha em Portugal é disso um claríssimo exemplo. De facto, todo o momento histórico é um tempo de tensão e isso tem sido particularmente válido para o mundo ocidental. Considerando a identidade cultural da Europa, recordemos que Edgar Morin afirma que o génio europeu “*não reside na produção do novo como tal, reside no antagonismo do velho e do novo (o novo pelo novo degrada-se em moda, em superficialidade, (...) e em conformismo)*”. Cfr. Morin, Edgar – *Pensar a Europa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, pp. 101 e 102.

porque também o ambiente social pilónico é um mundo vivido e intersubjectivamente partilhado. Para além das relações de causalidade entre fenómenos na Escola, existe também a necessidade de levar em conta as motivações e as acções dotadas de uma significação pelos seus actores sociais (encaradas especialmente pela sociologia compreensiva e pela análise dialéctica).¹⁰⁵²

No mundo contemporâneo, procuramos novos paradigmas para a Educação. E neste sentido, pretende-se uma instituição escolar inclusiva, plural, que seja capaz de atender de forma adequada às necessidades dos seus alunos e independente às suas diferenças.¹⁰⁵³ No Instituto, sobretudo pela diversidade dos anos escolares que lá se ministram, a questão do espaço escolar assume uma importância ímpar. Estamos perante um Estabelecimento que para além de um património histórico assinalável e pleno de significado, compreende ainda um vasto domínio de instalações escolares de carácter logístico e operacional, que vão desde as camaratas e os quartos, aos laboratórios de ciências e de informática, às salas de máquinas e instrumentos, aos ginásios e até à arrecadação de material de guerra. Se à partida encontramos toda esta diversidade de espaços de alguma forma desagregada em termos de conjunto, então, uma das preocupações dos responsáveis do Instituto é exactamente compor um todo coerente que seja um somatório destes pequenos espaços, mas que resulte sempre num produto maior que apenas a soma simples das partes. É preciso que o espaço escolar, como um todo, proporcione a prática pedagógica e se constitua como um universo de possibilidades ou de limites, no sentido de contribuir para desenvolver nos alunos as capacidades necessárias que lhes permitam “enfrentar com êxito os contínuos desafios da sociedade da informação”.¹⁰⁵⁴

O Instituto teve, ao longo da sua existência, diversas transformações. Resultado dos sucessivos ajustamentos no ensino ali ministrado, sabemos que o seu espaço escolar foi alterado em diversas ocasiões, de forma a proporcionar condições adequadas ao efectivo docente e discente, ou seja, ao acto de ensinar e ao acto de aprender. Seja nas salas de convívio dos alunos ou nas salas de aula, seja nas instalações desportivas ou nas camaratas, reconhecemos que o espaço escolar pilónico assume uma arquitectura própria que lhe dá forma e revela um poder que se manifesta em diferentes vias. O espaço escolar pilónico é um pano de fundo onde as sensações se revelam e produz marcas profundas que permanecem mesmo quando as pessoas que frequentaram o IMPE deixam de ser

¹⁰⁵¹ Oportuno ver Piaget, J. – *A Epistemologia Genética*, Petrópolis, Vozes, 1970.

¹⁰⁵² Entre outros, ver Habermas, Jürgen – *Dialéctica e Hermenêutica*, Porto Alegre, L&PM Editores, 1987 e Ricoeur, Paul – *Le Conflit des Interprétations*, Paris, Seuil, 1969.

¹⁰⁵³ Ver Sá, Nídia Regina Limeira de – “Escola Inclusiva: confrontando o paradigma” in *Revista Espaço*, n.º 29, Junho de 1997 e Sassaki, Romeu Kazumi – *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*, Rio de Janeiro, WVA, 1997.

¹⁰⁵⁴ Cfr. Equipa Dinamizadora da Mediateca Escolar – “A Escola de hoje” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998, p. 18.

crianças. Trata-se de um espaço físico que em todas as vertentes assume a condição de ambiente, tal como os outros espaços que, mesmo fora do Instituto, os alunos experimentam ao longo do tempo.¹⁰⁵⁵

Se a “*posse do espaço vivido é um elemento determinante na conformação da personalidade e mentalidade dos indivíduos e dos grupos*”,¹⁰⁵⁶ então reconhecemos a grande relevância do espaço escolar pilónico (com todos os seus símbolos, os seus elementos arquitectónicos e as tradições a eles inerentes) para a vida dos estudantes e a sua dimensão educativa. Podemos inclusivamente considerar o espaço e o ambiente escolar pilónicos como parte integrante de um contexto mais amplo, nomeadamente aquele que consiste no reflexo das representações sociais da essência dos Pupilos do Exército. Trata-se de um conjunto de informações, atitudes e afinidades partilhadas por um grupo a respeito de um dado objecto social, no sentido que afirma Wolff: “*A arquitectura, mais do que abrigar variadas funções da actividade humana, é suporte de conteúdos simbólicos*”.¹⁰⁵⁷

Recordemos que o espaço aparentemente estático é fruto de um processo dinâmico de uma rede de relações. Depois, não é despicienda a forma como o Estado actua nos diversos meios escolares em geral, especialmente através das políticas públicas relativas à Educação e de como as diferentes classes sociais se vêem representadas nas mesmas (assim como também essas classes se fazem representar no poder político). É por isso que Foucault ao analisar a história dos espaços faz simultaneamente a história dos poderes, mostrando-nos de uma forma interessante que o problema dos espaços levou bastante tempo para aparecer como um problema sociopolítico.¹⁰⁵⁸

Tendo em linha de conta a idade das instalações do Instituto e as modificações e as adaptações a que as mesmas foram sujeitas ao longo do tempo, é seguro dizermos que houve um grande esforço em modernizar a Escola nesse aspecto. Reconhece-se que as limitações financeiras foram um entrave muito significativo a um maior desenvolvimento nesses domínios e daí que, em algumas vertentes (como os alojamentos dos alunos e os equipamentos/materiais de conforto disponíveis nos mesmos, por exemplo) exista ainda um caminho necessário a percorrer em direcção à desejável optimização. É público que as restrições orçamentais e a contenção de despesas têm limitado em muito o desenvolvimento das FA em Portugal e, conseqüentemente, o seu reequipamento e modernização. Os EMEns não têm sido alheios a esta realidade. Também neles se

¹⁰⁵⁵ Neste sentido, ver por exemplo Lima, Mayumi S. – *A Cidade e a Criança*, S. Paulo, Livraria Nobel, 1989.

¹⁰⁵⁶ Cfr. Frago, António V. e Escolano, Agustín – *Currículo, Espaço e Subjectividade: a arquitectura como programa*, Rio de Janeiro, DP&A, 1998, p. 63.

¹⁰⁵⁷ Cfr. Wolff, Sílvia Ferreira S. – “A arquitectura escolar documentada e interpretada através da imagem” in *Seminário Pedagogia da Imagem, Imagem da Pedagogia*, Niterói, Faculdade de Educação/Universidade Federal Fluminense, 1996, p. 105.

¹⁰⁵⁸ Ver Foucault, Michel – *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

têm constatado algumas dificuldades de gestão de tesouraria, daí que as iniciativas de investimento estejam de alguma forma confinadas. Neste sentido, não é estranho que as grandes reparações de estruturas no IMPE tenham sido poucas nos últimos anos, com o aumento de vida útil desses bens de imobilizado reduzido ao mínimo ou sem sequer qualquer registo de incremento. De facto, o “*sector da Defesa Nacional e as Forças Armadas conhecem essas dificuldades, confrontando-se com situações que são o reflexo do contexto difícil do país*”.¹⁰⁵⁹

Sabemos que o ambiente físico da Escola, a sua estrutura e as suas significações simbólicas, determinam em muito as experiências das crianças. Com reflexos na aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes, estas questões ganham ainda mais relevância quando estamos perante situações de frequência de regime de internato (com grandes períodos de permanência dos alunos no espaço escolar) como é também o caso de alguns dos alunos do IMPE. É evidente que a qualidade de vida dos estudantes e a qualidade do ambiente escolar pilónico não dependem só das características físicas do Instituto, mas estas têm um papel muito importante. Moore, por exemplo, afirma que algumas pesquisas realizadas comprovaram que quando as crianças ficam em espaços muito restritos, os comportamentos tornam-se mais agressivos, destrutivos e a sua interacção diminui.¹⁰⁶⁰

Vários factores sociais, psíquicos, físicos e biológicos incidem no crescimento, desenvolvimento e capacidade de trabalho de alunos e professores. No espaço escolar do Instituto esta realidade não é excepção. As hierarquias formais e informais no meio físico do Instituto aparecem bem definidas pela clareza com que os organismos administrativos, os elementos de direcção, os comandos militares e a comunidade estudante estão distribuídos dentro do espaço escolar. No que concerne aos dois primeiros domínios, a sua localização geográfica manteve-se ao longo do tempo. A 2.ª Secção sempre foi o local privilegiado para o posicionamento destes elementos. No que diz respeito à comunidade estudante, houve um decréscimo do número de estudantes nos últimos anos e consecutivamente do número de Companhias de Alunos que compunham o Batalhão Escolar. Mas a localização geográfica das camaratas e dos quartos dos estudantes sempre foi a 1.ª Secção do Instituto, com as Companhias de Alunos a obedecerem a uma ocupação dos espaços segundo um posicionamento manifestamente hierárquico.¹⁰⁶¹

¹⁰⁵⁹ MDN – *Intervenção do Ministro da Defesa Nacional no 82º aniversário da Liga dos Combatentes*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, 15 de Outubro de 2005.

¹⁰⁶⁰ Ver Moore, Gary – “Child Care Environments: Policy, Research and Design” in *Special Issue of Children's Environments Quarterly*, vol. 6, n.º 4, Winter, 1989.

¹⁰⁶¹ Neste contexto, cfr. Paula e Silva, Joyce – “Cultura escolar, autoridade, hierarquia e participação: Alguns elementos para a reflexão” in *Cadernos de Pesquisa*, n.º 112, 2001, pp. 125 a 135.

Nesta linha de entendimento, a Companhia de Alunos mais novos ocupa naturalmente a posição mais curta possível dos órgãos de apoio escolar permanente (como o Gabinete do Oficial de Dia, a Central Telefónica e a Enfermaria), sendo que a Companhia de Alunos mais antigos é aquela que ocupa a posição mais distante desses mesmos órgãos. Num outro exemplo, podemos referir que os alunos mais novos têm sempre as aulas na 1.^a Secção e que os alunos mais antigos frequentam, por seu lado, as suas aulas na 2.^a Secção do Instituto, o que pressupõe uma maior conferência de liberdade de movimentos para esses estudantes no espaço escolar pilónico (desde logo, porque são autorizados a transitar entre ambas as dependências na Escola). Ainda que entre alunos, ganha-se aqui uma identidade pilónica própria durante o período de frequência na Escola, pela distinção de liberdade relativa no que diz respeito à restante comunidade estudante.¹⁰⁶²

Refere Escolano que *“os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia académica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto”* e que *“a arquitectura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta”*.¹⁰⁶³ Muitos factores podem ser aqui trazidos, de forma directa ou indirecta. Se para a primeira forma, é verdade que em quaisquer circunstâncias os ruídos em excesso prejudicam o rendimento escolar dos alunos, também é certo que, na segunda vertente, nomeadamente nos factores indirectos do espaço educativo, por exemplo, qualquer aluno *“que permaneça sentado durante quatro horas, mesmo com pequenas interrupções, nas carteiras escolares (...) saberá a que tortura se submete a criança”*.¹⁰⁶⁴

O aluno que não tem as suas diferenças reconhecidas pela instituição escolar, muito provavelmente também não se reconhece nela e implicitamente (ou até explicitamente) mostra que ali não é o lugar para ele. Nesse sentido, desde muito cedo se pretendeu criar no IMPE um ambiente motivador para os alunos (ainda que sujeito às exigências características de uma escola militar) onde valores como a camaradagem e o respeito pelos pares fossem pressupostos fundamentais, defendidos pelos alunos e pelas estruturas de comando e de direcção. Ainda que vivendo períodos de intensidade diferente nessas dinâmicas, a comunidade pilónica sempre se reviu nesses ideais e os colocou frequentemente em prática.¹⁰⁶⁵

¹⁰⁶² Cfr. Rebelo, Teresa; Gomes, Duarte e Cardoso, Leonor – “Aprendizagem organizacional: relações e implicações” in *Psychologica*, n.º 27, 2001, pp. 69 a 89.

¹⁰⁶³ Cfr. Frago, António V. e Escolano, Agustín – *Currículo, Espaço...*, *op. cit.*, pp. 27 e 45.

¹⁰⁶⁴ Cfr. Lima, Mayumi S. – *A Cidade e a...*, *op. cit.*, p. 40.

¹⁰⁶⁵ Ver Figueira, Fernando Ferreira – “Instituto Amado” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994, p. 38.

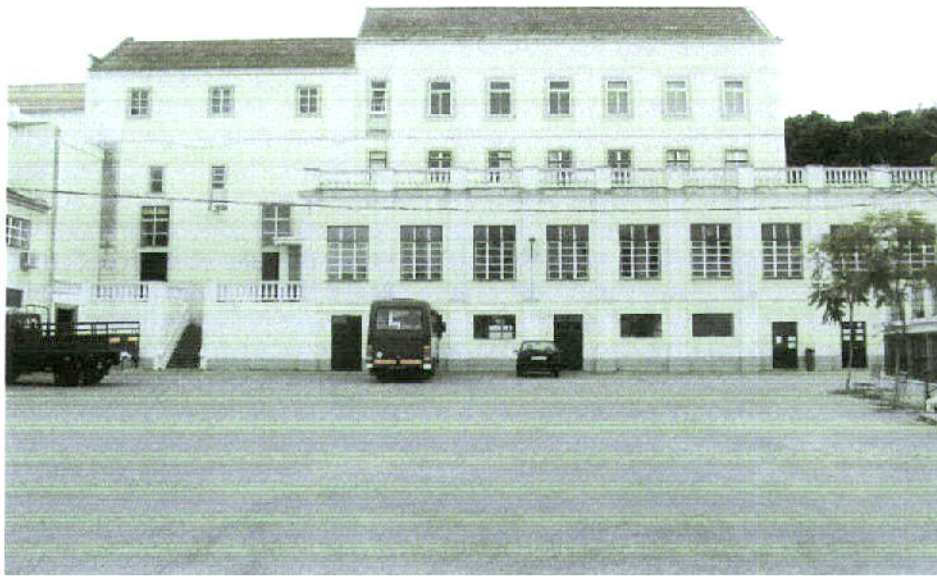
A questão da renovação da identidade pilónica em cada nova geração de estudantes foi sempre também, por isso, uma preocupação para aqueles que passaram o testemunho da frequência da Escola. Nessa passagem de testemunho das gerações mais antigas para as gerações mais novas, a relevância do espaço escolar sempre esteve ligada aos domínios da tradição pilónica e da cidadania exercida pelos alunos. A prática pedagógica e o processo de inclusão dos alunos no espaço escolar pilónico são assim perspectivados como “*uma fonte de experiências e de aprendizagem*” que estão impregnados “*de signos, símbolos e marcas que comunicam e educam*”. Daí que a sua “*produção, distribuição, posse e uso tenha um importante papel pedagógico*” nos alunos, onde vertentes como os uniformes, os cerimoniais tradicionais e o espaço escolar (que inclui o meio físico e o ambiente que resulta da conjugação das interacções sociais que aí têm lugar), são referências de um património histórico e social ímpar no contexto do ensino nacional.¹⁰⁶⁶

¹⁰⁶⁶ Ver Ribeiro, Solange Lucas – “Espaço Escolar: Um Elemento (In)Visível no Currículo” in *Sitientibus*, n.º 31, Feira de Santana, Julho a Dezembro de 2004, pp. 103.



Fotografias n.ºs 245 e 246

O Edifício da Direcção e perspectiva das salas de aula
e laboratórios da 2.ª Secção



Fotografias n.ºs 247 e 248

A Parada Superior da 1.ª Secção e perspectiva do jardim
junto à entrada do edifício dos quartos e camaratas dos alunos mais antigos

CAPÍTULO XII

O FUTURO DO INSTITUTO MILITAR DOS PUPLOS DO EXÉRCITO

1. PRESTÍGIO, AUTO-IMAGEM E AVALIAÇÃO DA SOCIEDADE

“Não há ventos favoráveis para os que não sabem para onde vão.”

Sêneca ¹⁰⁶⁷

Entendido de uma forma geral, o conceito de prestígio está ligado à importância social, à consideração duradoura e à sólida reputação. Todavia, a ideia de prestígio também está sujeita à mudança e ao desenvolvimento social, daí que, uma interpretação mais particularizada possa ser divergente de acordo com os mais diversos pressupostos, entre esses, o momento em que é encetada essa abordagem da sua significação. Quer se trate de instituições, prémios ou eventos, a verdade é que vários enquadramentos podem fazer com que determinado domínio esteja, ou não, associado a uma imagem de prestígio. Mas também é verdade que se frequentemente o contexto do prestígio está associado a áreas como as elites sociais, também é certo que aquilo que é prestigioso para algumas pessoas, para outras não é assim tanto, pelo menos no grau que as primeiras atribuem.¹⁰⁶⁸

Os últimos anos não foram fáceis para o Instituto. Tanto no plano formal como no plano informal, várias foram as circunstâncias que impuseram um futuro inseguro para uma Escola prestes a cumprir o seu centenário de existência. E utilizamos a expressão “*prestes a cumprir*” tendo em conta que este até era um dos cenários mais favoráveis para o Estabelecimento, na medida em que muitas das condicionantes a ele impostas avizinhavam inclusivamente o fim do Instituto no curto prazo, ainda mesmo antes de completar os seus 100 anos de existência. Neste sentido, muitas questões continuaram abertas e muitas outras se abriram. As questões relativas ao pessoal que presta serviço no IMPE bem como aquelas que se referem à sua tutela, tiveram, mais uma vez, uma grande relevância nas discussões, tanto naquelas que se realizaram no IMPE (seja com alunos, pais, militares ou civis) como naquelas que se realizaram na APE. A “*gestão hesitante*” do Instituto continuou a imperar como tema de conversa, até mesmo nas trocas de impressões mais informais entre antigos alunos.¹⁰⁶⁹

Não existe qualquer dúvida que o IMPE não pode ser gerido por pessoas que não assumam um perfil de liderança e não evidenciem notória aptidão para os assuntos académicos. Igualmente, entendemos que a experiência em critérios de gestão económica torna-se um requisito essencial para quem assume o exercício deste tipo de funções. Trata-se de uma Escola que não se coaduna com

¹⁰⁶⁷ Citado em IMPE – *Projecto Educativo*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1999, p. 1.

¹⁰⁶⁸ Interessante ver Bendix, Reinhard e Lipset, Seymour Martin (eds.) – “Class, Status, and Power: Social Stratification in Comparative Perspective” in *Social Forces*, vol. 45, n.º 2, Dezembro de 1966, pp. 284 e 285.

¹⁰⁶⁹ Cfr. Ferreira, Américo de Abreu – “Editorial” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 202, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2006, p. 8.

uma política de administração de quadros de pessoal idêntica às restantes UEO do Exército, pelo que não é adequado que se imponha à Escola uma plataforma giratória desses quadros (entre as situações de Activo, de Reserva e de Reforma) apenas para satisfazer outro tipo de carências e necessidades próprias do Ramo. Ao atentarmos de forma rigorosa naquilo que têm sido os passos dados pelo Instituto em direcção à melhor qualificação do seu pessoal docente (e às necessárias reformas escolares internas¹⁰⁷⁰), assim como à colocação de militares nos mais diversos níveis da hierarquia interna, é seguro dizermos que o alcance das medidas implementadas em muito pouco potenciaram a abertura progressiva da Escola, nomeadamente naquilo que era a amplitude desejada pelas camadas pilónicas mais antigas e nas justas ambições dos alunos.¹⁰⁷¹

Obviamente que o problema do IMPE não reside só nele mesmo. Longe disso. Para se abrir à sociedade, de forma eficaz, é desde logo necessário que se entenda que um EMEns não é um Quartel. Nos últimos anos, a militarização do Instituto foi bastante penalizadora para a Escola não só ao nível pedagógico, mas também ao nível da sua imagem interna e externa. Bom exemplo onde transpareceu um dos aspectos que menos se almejam para uma instituição deste cariz foram as cerimónias que tiveram lugar por ocasião do seu 95.º aniversário, ocorridas no ano de 2006. De facto, todas as cerimónias se revestiram de um pendor absolutamente militar, demasiado castrense. Não houve sequer lugar a qualquer iniciativa de pendor desportivo, o que permitiria não só descomprimir o protocolo (que foi mais adequado com o aniversário de uma UEO de raiz claramente operacional do que com uma escola, mesmo sendo essa escola um EMEns), mas também a projecção das modalidades que são praticadas pelos alunos nas ACC (onde constam vários campeões nacionais e internacionais, incluindo campeões do mundo), promovendo a imagem destes e dos Pupilos do Exército como um todo prestigiante.¹⁰⁷²

Ainda na questão da militarização do Instituto, devem ser referenciados os espaços de convívio, com destaque para os bares. E aqui, o IMPE não seguiu sequer o modelo generalizado nas

¹⁰⁷⁰ Segundo Perrenoud “*as reformas escolares colocam um problema (...): as competências e os conhecimentos requeridos não estão lá à espera de que o corpo docente venha se apropriar deles*”. Assim, além dos espaços destinados especificamente à formação, as reuniões escolares também se tornam espaços de construção de saberes e de soluções para novas questões e desafios. Actualmente, há uma forte tendência para privilegiar o espaço da escola em geral, incluindo o próprio ambiente de trabalho (como espaço no qual deve acontecer a formação continuada dos profissionais educativos). Esse aspecto concretiza-se pela crescente demanda de que os profissionais das instituições de ensino elaborem e construam, em equipa, os projectos político-pedagógicos e os planos de acção periódicos. Cf. Perrenoud, Philippe – *Construir as competências desde a escola*, Porto Alegre, Artmed, 1999, p. 14.

¹⁰⁷¹ Ver Redacção do Boletim da APE – “Memorando. Contributo para o relançamento do IMPE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 200, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2006, pp. 10 a 14.

¹⁰⁷² Registaram-se como complementos das cerimónias militares tradicionais, apenas a exibição de um pelotão de alunos autocomandado (que só enfatizou aquele que já era um cariz militarizado das cerimónias), bem como uma realização de trabalhos de alunos e antigos alunos. Esta última, sendo uma salutar iniciativa de âmbito cultural, é contudo de sublinhar que foi levada a efeito pela APE e não pelo Instituto.

UEO. É comum observar-se nas UEO uma determinada separação entre os bares que se referem a cada um dos níveis da estrutura hierárquica, nomeadamente, um bar destinado aos Oficiais, um outro bar destinado aos Sargentos, um outro para os Praças e, finalmente, um bar destinado ao pessoal civil. No caso dos alunos, quando eles existem (veja-se os casos da Academia Militar, da Escola Politécnica do Exército ou da Escola de Sargentos do Exército), há lugar a um bar que é frequentado pelos alunos.¹⁰⁷³ Se com as sucessivas restrições orçamentais do Exército, várias UEO optaram por juntar alguns dos seus bares (normalmente fazendo unir os bares que estavam destinados ao uso pelos militares graduados), entendemos contudo que naquilo que é um EMEns, é altamente inadequado (a muitos níveis, mas com destaque para o pedagógico) ter um bar que é frequentado tanto por militares (Oficiais e Sargentos), como por pessoal civil e alunos.¹⁰⁷⁴

Depois, num quadro geral, em que tanto a nível nacional como a nível internacional os EMEns se vêm cada vez mais obrigados a modificar alguns dos seus alicerces estruturantes em ordem a corresponderem perante as exigências de uma época que se altera a uma velocidade muito significativa, os Pupilos do Exército caminharam em passo moderado em direcção ao seu futuro, um pouco alheados daquilo que se passava internamente e mesmo além fronteiras.¹⁰⁷⁵ Se é certo que abriram novos regimes de frequência para os alunos, também é verdade que muitas coisas ficaram por fazer. Em nosso entender, coisas que eram fulcrais para a vida da própria Escola, conscientes que estamos da importância da competitividade que deve subsistir a qualquer instituição de ensino e de que os alunos são a razão primeira para que exista uma escola, qualquer que ela seja.¹⁰⁷⁶

É inclusivamente legítimo questionarmos porque não se seguiram as orientações da UNESCO em matéria de co-educação e de paridade de género (frequência masculina e feminina no Instituto, que não apenas no Ensino Superior Politécnico), mantendo-se um critério de ingresso exclusivamente masculino que já nem as Forças Armadas praticam. O Instituto e o Exército aguardaram por um momento oportuno para fazerem a mudança (no IMPE e nos outros EMEns), mas fizeram-no num tempo em que já não existe margem para se aguardar por essa oportunidade. Há que se antecipar o momento da mudança. Na falta de oportunidade, o Exército viu-se

¹⁰⁷³ Neste tipo de UEO, como é o caso dos ESEM, o Bar dos Oficiais é também utilizado pelo Corpo Docente.

¹⁰⁷⁴ No decorrer desta investigação, é notório que por diversas vezes nos deslocámos ao Instituto. Infelizmente, sempre que visitámos o bar existente na 1.ª Secção (destacamos esse, porque se trata da Secção do IMPE que assume o encargo pedagógico de maior impacto pelos alunos mais novos), apercebemo-nos que a partilha do bar entre estes diferentes grupos sociais era manifestamente imprópria perante aquilo que são os critérios de um ensino que se quer, no mínimo, de referência. A circunstância de haver pessoas que fumavam dentro do espaço (com as consequências que daí se podem inferir para todos, mas com destaque para os alunos mais pequenos) e a excessiva proximidade entre os indivíduos dos diferentes grupos (que pelo efeito da sugestão ou se quisermos, pelo processo de socialização, permitia a aquisição de exemplos para o melhor e para o pior), são apenas dois aspectos que faziam com que aquele bar não fosse o mais adequado à frequência por parte dos alunos.

¹⁰⁷⁵ Oportuno ver Stöer, Stephen R. e Araújo, Helena Costa – *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (Semi)Periferia Europeia*, Lisboa, Escher, 1992.



confrontado com a tarefa de coordenar na sua estrutura interna três EMEns, onde dois deles se apresentavam com uma oferta de ensino muito semelhante.¹⁰⁷⁷

Recordemos que o enquadramento institucional tutelar do IMPE pode ser considerado inadequado, desde logo porque o papel desempenhado pelo Instituto no ensino em Portugal ultrapassou, durante muitos anos, o interesse e as necessidades específicas deste Ramo das Forças Armadas. Com efeito, já em Maio de 2003, por Despacho do Ministro de Estado e da Defesa Nacional, publicado em Diário da República, foi nomeado um Grupo de Missão para articular os estudos respeitantes ao IMPE e apresentar uma proposta sobre as bases dum novo modelo. Uma das vertentes mais significativas desse Despacho era exactamente a determinação de um reenquadramento institucional do IMPE na tutela do Ministério da Defesa Nacional, mas até à data não houve quaisquer desenvolvimentos nessa matéria. Tarda em haver conclusões, sobretudo emanadas de *“forma assumida, bem expressa ou declarada, inequívoca, de forma explícita, em que se não transmitam ambiguidades ou dúvidas”*.¹⁰⁷⁸

Note-se que quando o Exército, por parte do seu responsável máximo, dá instruções para que sejam canceladas as admissões para o 5.º ano de escolaridade do 2.º ciclo do Ensino Básico do IMPE (e também para o 1.º ano dos Cursos Superiores, como aconteceu já no ano lectivo de 2006/2007),¹⁰⁷⁹ isto pode significar que o Ramo não está interessado em manter a Escola na sua dependência ou, no mínimo, não está ciente do alcance do papel do IMPE (e das suas potencialidades) para o próprio Exército.¹⁰⁸⁰ Com efeito, sabe-se até que com a implementação desta medida e da sua continuidade no tempo, a morte do Estabelecimento fica sentenciada no curtíssimo prazo. E mesmo que esta medida deixe de ser implementada após algum tempo, a verdade é que haverão sempre consequências problemáticas, entre essas, os mais diversos reflexos negativos na imagem da Escola. Ou seja, no todo ou em parte, este caminho vai sempre ao encontro da desprestigiação institucional, indo concorrer, muito tendencialmente, para a sua extinção a prazo.¹⁰⁸¹

¹⁰⁷⁶ Ver Kotler, P. e Fox, K. – *Marketing estratégico para instituições educacionais*, São Paulo, Atlas, 1994.

¹⁰⁷⁷ Mas a realidade é que um desses EMEns era muito mais antigo que outro, tinha uma imagem institucional que não tinha sido adulterada nos últimos anos e detinha grupos de poder e de pressão bem colocados no seio político, na sociedade civil e, sobretudo, no seio militar. As evidências mostrariam que os Pupilos do Exército ficaram numa posição muito delicada, sobretudo desde a tentativa de encerramento da Escola protagonizada pelo CEME em exercício de funções no ano de 2001.

¹⁰⁷⁸ Cfr. Correia, Borges – “Trocadilhos. Valor Etimológico dos Vocábulos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006, p. 20.

¹⁰⁷⁹ Cfr. Directiva n.º 244 de Novembro de 2005 do General CEME.

¹⁰⁸⁰ Ver Campos, Bárto Paiva – *Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social*, Porto, Edições Afrontamento, 1991.

¹⁰⁸¹ Américo Ferreira chegou a referir que *“os agentes de desmantelamento desta Instituição centenária operam sobretudo dissimuladamente no seu interior, desarticulando a sua coesão, enfraquecendo as suas energias, sabotando a sua modernização, desertificando a sua população estudantil. (...) matar devagarinho, para depois faltar apenas anunciar a morte (...) como se fosse morte natural. No fundo, são incapazes de perceber que os chamados 'Pupilos do Exército' são, desde há muitas gerações, Pupilos do Portugal. Não está em causa, nem nunca esteve, o carisma militar da Escola ou a sua tutela castrense, mas tão somente a deriva castrante e asfíxiante dos últimos tempos.”* Cfr.

Recentemente, as instalações do Instituto foram sujeitas a uma alteração na sua cor tradicional. O rosa foi substituído pelo branco e, na perspectiva de quem vê o IMPE do exterior, até parece que as instalações do Instituto foram sujeitas a melhoramentos significativos. E se em alguns casos isso até é uma realidade, não é contudo uma constante e nem sequer se pode dizer que ultrapasse os 50% daquilo que são os espaços disponíveis da Escola. Podemos referir como exemplo o Museu do Instituto, que constituído como um cartão de visita excepcional do Estabelecimento, sofreu com infiltrações de vária ordem na sua estrutura arquitectónica. Durante bastante tempo, o Museu esteve inoperacional e mesmo no dia 25 de Maio de 2006 foi impossível agendar, no programa das festividades comemorativas do aniversário da Escola, uma oportuna e necessária visita a essa importante reserva da memória histórica social, escolar e política do IMPE.¹⁰⁸²

Por outro lado, temos que reconhecer que o refeitório da 1.ª Secção do Instituto, tanto na sua estrutura interna como na sua organização, apresenta agora um melhor funcionamento. É certo que o efectivo do Batalhão Escolar foi reduzido nos últimos anos para apenas centena e meia, a duas centenas de alunos. Note-se que na década dos anos oitenta registavam-se mais de quatro centenas de alunos no Instituto e, obviamente, para um efectivo mais reduzido de alunos, também se torna mais fácil a conjugação de meios internos (tanto recursos humanos como recursos materiais) no refeitório. Como consequência desta realidade, também os ginásios, fruto dessa utilização menos frequente e inclusivamente de alguns investimentos pontuais em material, apresentam agora um melhor estado de conservação. Asseguram agora condições mais propícias para o treino e são também um cartão de visita apropriado a uma melhor imagem daquilo que é uma das tradições do IMPE: a prática desportiva.¹⁰⁸³

Em contraponto, como corolário do desaparecimento dos militares em prestação do SMO, cedo se verificou que muitas das tarefas executadas por estes elementos em complemento do pessoal civil ao serviço do IMPE ficaram gravemente desguarnecidas. Situações onde isso se verificou, foram por exemplo as tarefas de jardinagem e as incumbências de conservação dos edifícios, em ambas as Secções. Nas primeiras, podemos inclusivamente referir que no ano lectivo de 2005/2006, a APE, observando o estado degradado em que estava o jardim próximo aos alojamentos dos alunos internos mais antigos, procedeu ao patrocínio dos trabalhos de recuperação com vista não só a proporcionar uma melhor imagem interna da Escola, mas também a melhor projectar o Instituto

Ferreira, Américo de Abreu – *Intervenção do Presidente da Direcção da APE na Assembleia Geral de 25 de Maio de 2006*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 2006, p. 2.

¹⁰⁸² Cfr. Azevedo, Pedro Ramalheira (Representante do Grupo de Trabalho) – *Proposta de Complemento ao Projecto de Reenquadramento Estratégico para o IMPE apresentado pela APE*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 15 de Abril de 2006, p. 3.

¹⁰⁸³ Interessante ver Sá, Carlos e Sá, Daniel – *Marketing Desportivo: um jogo empresarial*, Lisboa, Edições IPAM, 1999.

aquando das cerimónias que ali se realizariam, fossem essas de âmbito diverso ou até mesmo as cerimónias relativas ao próprio aniversário do IMPE.¹⁰⁸⁴

A constituição da Sala da Tuna é uma das iniciativas que nos merece destaque. Enquanto espaço destinado aos alunos, especialmente aos que fazem parte da Tuna (mas aberto a todos), na Sala da Tuna respira-se um ambiente com real espírito académico e com tudo aquilo que faz parte das folias e brincadeiras tipicamente universitárias. Ali o espírito de quartel parece não conseguir entrar e até o típico ambiente de EMens é moldado para uma atitude mais descontraída dos alunos e de quem lá passa, por visita. Trata-se de um espaço bastante agradável e bem decorado que, a nosso ver, foi um passo em frente no sentido da democratização escolar¹⁰⁸⁵ e de atenuar com sucesso a esfera castrense (ou se quisermos, o “*ambiente de quartel*”) que nos últimos anos se acentuou de uma forma em geral no Instituto.¹⁰⁸⁶

Mas algumas das condições escolares continuam a necessitar de grandes melhoramentos, nomeadamente se entendemos que o Instituto pretende ser uma Escola competitiva e atractiva pelo que tem para oferecer aos futuros estudantes.¹⁰⁸⁷ E quando não estamos a falar de problemas financeiros de tal maneira significativos que não permitissem ultrapassar dificuldades ligadas com alguns dos equipamentos e infra-estruturas da Escola, então depreende-se que o que faltou ao IMPE foi, sobretudo, alguma capacidade de empreendedorismo (até porque “*o empreendedorismo é uma forma de comportamento*”, como refere o académico escocês Alistair Anderson), motivação e entusiasmo, exactamente no tempo em que essas valências eram mais necessárias ao Instituto, já que havia sido perdida - em grande parte - a questão da melhor oportunidade para agir.¹⁰⁸⁸

Mas existe ainda um outro aspecto que nos merece atenção especial, sobretudo pelos perigos que inevitavelmente suporta. Ao chegarmos a qualquer instituição escolar, sobretudo se somos pais, um dos aspectos a que impomos logo grande importância é, como não podia deixar de ser, a vertente da segurança interna. No período em que esta investigação académica decorreu, nas muitas deslocações que realizámos ao IMPE, várias vezes nos deparámos com um controlo de acessos na 1.ª Secção que mereceu reparos, de vária ordem. Com efeito, desde situações em que não nos foi

¹⁰⁸⁴ Cfr. Ferreira, Américo – “Notícias do Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006, pp. 27 a 30.

¹⁰⁸⁵ Ver Vieira, Maria Manuel *et al.* (orgs.) – *Democratização Escolar: intenções e apropriações*, Lisboa, Centro de Investigação em Educação, 2003.

¹⁰⁸⁶ Esta Sala teve o patrocínio financeiro dos antigos alunos entrados em 1986 “*para as futuras gerações pilónicas*”, conforme se pode atentar na placa comemorativa lá colocada.

¹⁰⁸⁷ A frequente falta de água quente nos balneários, por exemplo, não é um dos aspectos positivos neste contexto. E isto agrava-se sobretudo no Inverno, quando os alunos (sejam estes mais novos ou mais velhos) além das suas necessidades de higiene regular, têm também os diversos tempos horários de Educação Física e de ACC de carácter desportivo, que naturalmente exigem que as condições dos balneários revelem a desejada operacionalidade.

¹⁰⁸⁸ Cfr. Ribeiro, Carla Alves – “Alistair Anderson. Falhar faz parte do caminho para o êxito” in *Visão*, n.º 708, Paço de Arcos, 28 de Setembro a 4 de Outubro de 2006, p. 146.

solicitada qualquer identificação à entrada (mesmo com efectivos que nunca nos tinham visto), a outras em que a Porta de Armas estava guarnecida apenas com um militar, podemos dizer que a Portaria do IMPE nem sempre esteve preparada para controlar devidamente os acessos à Escola, assim como nem sempre extravasou a melhor imagem institucional para as pessoas que ali se dirigiam.¹⁰⁸⁹

Na década de 80 e inícios da década de 90, era costume a Portaria do IMPE estar guarnecida permanentemente por um porteiro civil (com excepção do horário nocturno), que enquanto funcionário civil com a responsabilidade daquelas funções e já com alguns anos de serviço na Escola, perfazia um controlo de acessos eficaz e sempre articulado com a equipa de serviço diária, nomeadamente com o Oficial de Dia, o Sargento de Dia e com os restantes militares escalados. Embora a equipa de militares continue a ser escalada diariamente, a verdade é que a falta de um elemento civil em permanência na Portaria se nota como uma lacuna bastante significativa para a Escola. Em contraponto, na 2.ª Secção do IMPE existem dois controlos de acesso e ambos, nas diversas ocasiões em que os experimentámos, que foram bastantes, funcionaram sempre correctamente, transmitindo uma imagem de profissionalismo e de rigor nos procedimentos aplicados. Na Portaria inferior da 2.ª Secção (Portaria Sul) encontra-se um posto guarnecido por um elemento de segurança privada e, na Portaria superior (Portaria Norte), encontra-se um posto que é guarnecido por militares e pessoal civil do IMPE, em alternância.¹⁰⁹⁰

Partilhamos do entendimento que estes últimos dois casos, ambos na 2.ª Secção do Instituto, contribuem para conferir uma imagem institucional de qualidade à Escola. Ora, se é na 1.ª Secção que se localizam as instalações onde os alunos mais novos têm aulas e os seus próprios alojamentos, parece-nos que a realidade desta dependência do Instituto deveria ser alterada, por forma a que os pais dos alunos e outros eventuais interessados em colocar na Escola os seus filhos, sentissem haver ali uma barreira de segurança eficaz e credível. Num tempo em que a criminalidade e o clima de insegurança cada vez mais se fazem sentir nas cidades, esta seria uma iniciativa que acrescentaria valor ao serviço que é prestado na Escola, ainda para mais quando temos em conta que existem

¹⁰⁸⁹ A segurança deve ser uma preocupação comum a todos os membros da comunidade educativa (pessoal docente e não docente, alunos, pais, encarregados de educação, etc.). Além de um bom conhecimento e informação neste âmbito, importa criar uma cultura de segurança, nomeadamente interiorizando procedimentos e comportamentos e adoptando as necessárias medidas de prevenção. É recomendável que a temática da segurança esteja integrada no projecto educativo da Escola, tendo em vista uma melhor sensibilização de todos e contribuir para desenvolver um comportamento colectivo de segurança. Ver Ministério da Educação – *Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas*, 2.ª Edição, Lisboa, Ministério da Educação/Secretaria-Geral do Ministério da Educação, Setembro de 2003.

¹⁰⁹⁰ É nesta Portaria superior da 2.ª Secção que se efectiva o acesso por parte dos atletas externos que utilizam as instalações desportivas do IMPE. Esses atletas fazem parte de organizações com as quais o Instituto firmou protocolos, entre essas, o Sport Lisboa e Benfica. Nestes protocolos estão previstas contrapartidas financeiras para o Instituto, que são englobadas no seu orçamento de DCCR.

alunos em regime de internato e que, porque ficam à noite no Instituto, maiores preocupações ao nível da segurança deve a Escola assumir.¹⁰⁹¹

Numa vertente diferente, podemos abordar o caso dos laboratórios existentes no Instituto, tanto de línguas como técnicos (destinados nomeadamente às áreas de engenharias). Este é também um aspecto que nos exige aqui algumas considerações, porque bem equipados e localizados, os diversos laboratórios continuam a servir com qualidade os interesses do ensino ministrado no Estabelecimento. Mas o problema não reside aí, como sabemos. O problema reside exactamente no facto em que o IMPE não soube rentabilizar estas condições para, por exemplo, avançar no patamar do grau académico que confere aos seus estudantes. Já para não falarmos da maior abrangência de áreas científicas que esteve quase sempre reservada aos estudantes (destinados forçosamente a optar por uma área técnica, em detrimento, por exemplo, das áreas ligadas com as Ciências Sociais), questiona-se então porque o IMPE, e sobretudo o Exército, não quiseram valorizar uma Escola que tinha todas as condições para ministrar Licenciaturas nas áreas em que, desde os anos 70, ministra cursos de nível académico de Bacharelato.¹⁰⁹²

Este é para nós, de facto, um aspecto de importância fulcral. E a todos os níveis, mesmo ao nível financeiro. Primeiro, porque se sabe que comparado não só com o ensino público, mas sobretudo quando comparado com o ensino privado, o Instituto tem instalações técnicas que em muito ultrapassam aquelas que são oferecidas por algumas instituições de ensino superior que ministram Licenciaturas e até Mestrados (não só no regime anterior à Declaração de Bolonha, mas sobretudo após a sua implementação).¹⁰⁹³ Mesmo ao nível do Corpo Docente, lacunas que anteriormente eram apontadas ao IMPE, como por exemplo não deter o número suficiente de docentes com qualificações pós-graduadas requeridas pelos padrões de referência para esse tipo de ensino, foram ultrapassadas. Aliás, existem mesmo casos de militares que detendo esse tipo de qualificações e tendo solicitado a sua transferência para o IMPE, todavia, essa transferência lhes foi negada, naquilo que é também o reflexo da “*fuga ao debate*” e à “*procura de soluções*” que Américo Ferreira chegou a alertar relativamente às relações complexas de poder na Instituição Castrense.¹⁰⁹⁴

¹⁰⁹¹ Note-se que os procedimentos em horário nocturno permanecem os mesmos que do antecedente, previstos em NEP próprias do Instituto. No período nocturno a segurança está conferida à equipa de militares escalada para esse efeito, chefiada pelo Oficial de Dia, sendo que as aberturas da Porta de Armas estão estabelecidas em horário próprio.

¹⁰⁹² Ver Stöer, S. R. – *Educação e Mudança Social em Portugal: 1970-1980, uma década de transição*, Porto, Edições Afrontamento, 1986 e Pires, Maria Filomena Silva da Costa Barreto e Rodrigues, Eurico Manuel Curates – “O Ensino Superior do IMPE...”, *op. cit.*, pp. 20 e 21.

¹⁰⁹³ Cfr. Correia, Manuel A. Borges – *Projecto: O que queremos fazer dos 'Pupilos do Exército'?*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril de 2006, p. 1.

¹⁰⁹⁴ Cfr. Ferreira, Américo de Abreu – “Editorial. IPPE+ITMPE+IMPE=PILÃO” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006, p. 5.

Ainda neste domínio, é de referir que relativamente ao efectivo militar que requereu transferência para o IMPE ou a outros elementos que não requereram essa transferência mas que, pelas suas qualificações académicas aí poderiam ser colocados, o que é certo é que adoptando essas transferências de pessoal, o Exército, não acarretaria custos financeiros adicionais nem para o IMPE nem para si próprio. Com efeito, esses militares não aufeririam complementos nos seus vencimentos derivados desse serviço, simplesmente porque o seu estatuto profissional não prevê quaisquer benefícios por essa prestação, seja a nível singular, seja em regime de acumulação de funções. Então, é perfeitamente lógico que se questione qual o motivo porque que o IMPE, mas sobretudo o Exército, não tenha apostado na competitividade do ensino ministrado na Escola, indo ao encontro de níveis superiores nunca antes leccionados na mesma (como a Licenciatura), mas perfeitamente ao seu alcance na prática (bastando para isso que o EMEns estivesse legalmente autorizado/acreditado para essa valência).¹⁰⁹⁵

É claro que nos últimos anos este aspecto se assumiu como altamente desfavorável para o IMPE. Não só muitos dos seus estudantes oriundos optaram por seguir os seus estudos superiores nas universidades, como grande parte do universo tradicional de candidatos ao ensino superior leccionado no Instituto (nomeadamente candidatos vindos sobretudo do CM e do IO) optaram por seguir também o caminho das universidades, independentemente se estas eram públicas ou privadas, já que, como veremos na nossa abordagem financeira da Escola, também aí, o Instituto não foi, nem é, competitivo. Recorde-se que a mensalidade média para um aluno dos cursos superiores do IMPE em muito ultrapassa a mediana daquilo que são as propinas pagas numa universidade privada para cursos de áreas científicas análogas.¹⁰⁹⁶

Mas como um dos aspectos mais graves para a auto-imagem da Escola e para a avaliação da sociedade temos, sem dúvida, os impasses formais e informais que aconteceram nos últimos anos relativamente à existência do próprio IMPE. Sem surpresa, a tónica que marcou as comemorações realizadas nos aniversários do Instituto nos últimos dois anos (e nos diversos contactos entre pais e professores¹⁰⁹⁷) foi não só de incerteza relativamente ao futuro da Escola, mas também do “*regresso*

¹⁰⁹⁵ Esta atitude do Exército mais grave se torna quando se sabe que tem um outro estabelecimento de ensino que ministra o mesmo grau académico, ainda que apenas destinado aos Sargentos do QP que irão integrar os quadros técnicos do Ramo: a ESPE. Não desmistificaria o IMPE enquanto Escola e até proporcionaria compensações financeiras para o Exército, se em vez de encontrarmos duas instituições que concorrem para um mesmo nível de ensino, tivéssemos apenas uma delas, que serviria ambos os propósitos. As instalações do IMPE, devidamente reorganizadas, conseguiriam perfeitamente assumir os encargos da formação dos alunos da ESPE, a todos os níveis. Aliás, recorde-se que a formação de alguns alunos da ESPE, na actualidade, já é ministrada no IMPE. Mas este não é um facto isolado nesta realidade convergente: o próprio Director do IMPE, o MGEN Marques dos Santos, acumula funções como Director da ESPE.

¹⁰⁹⁶ Cfr. IMPE – *Normas para Admissão e Organização de Processos de Candidatos a Alunos...*, *op. cit.*, p. XVII.

¹⁰⁹⁷ Nos últimos anos, o IMPE desenvolveu muito esta vertente. Os contactos estabelecidos entre pais e professores foram cada vez mais frequentes e foram realizados numa amplitude muito mais acentuada, tendo ganho notória

do fantasma do encerramento” a prazo, independentemente se a curto ou a médio.¹⁰⁹⁸ Quando Paulo Portas, enquanto MEDN, preconizou um novo modelo para a reestruturação do Instituto e permitiu oficialmente a reabertura das inscrições para o ano lectivo de 2002/2003, isto constatou-se como uma lufada de ar fresco para a Escola mas não teve mais consequências que apenas e somente a reabertura das inscrições, candidaturas essas que depois também foram canceladas para o ano lectivo de 2006/2007 e incluindo aí também, preocupantemente, o 1.º ano dos cursos superiores.¹⁰⁹⁹

Defendeu Ramalheira Azevedo que os Pupilos do Exército haviam resistido à mudança e adiado o inevitável. É evidente que todos concordamos que a mudança deve ser feita, sempre que possível, de forma planeada e acompanhando oportunamente a “*evolução natural da sociedade, das organizações e das pessoas*”. Mas isto quer dizer que os novos modelos para o IMPE, os anteriormente propostos e eventualmente outros que se venham a colocar, nunca serão eternos e válidos para todas as circunstâncias e todas as envolventes. Com efeito, se o tempo é sempre um elemento corrosivo daquilo que é o futuro de um modelo social e educativo, também é verdade que isso não significa que os valores não permaneçam actuais e, nesse sentido, não mereçam a sua legítima defesa por parte de determinados grupos sociais.¹¹⁰⁰

Estamos conscientes que à inevitabilidade da mudança advoga-se um perigo sério aplicado à Escola, nomeadamente naquele que consiste em o IMPE ser forçado a fazer a sua transformação se não for capaz de gerar a mudança. Em termos sociais, é preciso sublinhar que mesmo que a mudança se faça apenas a nível dos pequenos hábitos e métodos, estes, por vezes, acabam por ter maior significado do que aquele que nós lhes queremos atribuir. Queremos com isto dizer que manter a rotina é sinónimo de uma falsa tranquilidade e, sobretudo, de uma falsa imagem de estabilidade. Foi exactamente isto que aconteceu com o IMPE quando não tomou consciência real de que tinha que se transformar rapidamente para evitar ser ultrapassado, sabendo-se impor “*sem saudosismos e lágrimas, mas com vontade forte*”.¹¹⁰¹

Não só o lema *Querer é Poder* se verificou como um curto catalizador da mudança, como também o IMPE sofreu bastante com aquilo que foi a fraca potenciação dos valores de liderança e

relevância a Associação de pais criada exactamente para esse efeito. Oportuno ver Montandon, Cléopâtre; Perrenoud, Philippe – *Entre Pais e Professores, Um Diálogo Impossível?*, Oeiras, Celta Editora, 2001, pp. 13 a 28.

¹⁰⁹⁸ Cfr. Azevedo, Pedro Ramalheira (Representante do Grupo de Trabalho) – *Discurso Introdutório à Proposta de Complemento ao Projecto de Reenquadramento Estratégico para o IMPE apresentado pela APE*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 2006, p. 1.

¹⁰⁹⁹ Apenas foi feita excepção para inscrições nos anos intermédios, para todos os níveis de ensino.

¹¹⁰⁰ Cfr. Azevedo, Pedro Ramalheira (Representante do Grupo de Trabalho) – *Discurso Introdutório....*, op. cit., p. 1.

¹¹⁰¹ Cfr. Costa, António Cardoso Ferreira da – “O Instituto: Portas para o Futuro” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 200, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2006, p. 22.

carisma,¹¹⁰² nomeadamente por parte de quem mais essas qualidades eram necessárias, entre esses, elementos constituintes do corpo militar e civil que prestavam serviço na Escola e responsáveis directos do Exército com implicações específicas no IMPE. Em toda a linha, com tranquilidade e sem acção, assistiu-se à degradação diária das condições sociais e de ensino nos Pupilos do Exército. Para a “*promoção da imagem do IMPE*” muitas demandas podiam ter sido encetadas no sentido de o reconstruir e melhorar enquanto EMEns, já que em grande parte dos casos se tratava de acções mais dependentes da vontade, organização e persistência, do que de avultados recursos ou grandes investimentos.¹¹⁰³

O Instituto não é diferente das outras escolas naquilo que é o multiculturalismo e a necessidade de ter na sua organização aqueles que são os pequenos e os grandes heróis do quotidiano,¹¹⁰⁴ nomeadamente aqueles que dão sempre o seu melhor pela instituição de ensino, revelando intensidade e afecto quando estes são mais necessários à Escola, e percebendo que por mais pequena que seja a sua quota de responsabilidade ou por mais modesta que seja a sua função, existe sempre a obrigação de continuarem a dar o melhor da sua competência e ânimo à Escola, porque eles próprios são parte dela.¹¹⁰⁵ É que a auto-imagem é também um conjunto de ideias, conceitos, opiniões e imagens que alguém tem de si mesmo, bem como a imagem que supõe projectar para os outros.¹¹⁰⁶

Cada instituição de ensino tem de ser encarada com o necessário detalhe para que se possa compreender, na plenitude, aquilo que é a sua realidade social e educativa. O IMPE assenta numa ética de solidariedade, disciplina, responsabilidade e numa depurada vertente emocional, caracterizados como pilares decorrentes do enquadramento militar que são uma emanção própria da Instituição castrense. Mesmo assim, é de referir que a “*educação militar (...) não é o topo da*

¹¹⁰² Ver Payet, Jean-Paul – “A Escola e a Construção da Cidadania” in Sarmento, Manuel Jacinto (org.) – *Autonomia da Escola. Políticas e Práticas*, Porto, Edições ASA, 2000.

¹¹⁰³ Cfr. Correia, Manuel A. Borges – *Projecto: O que queremos fazer...*, *op. cit.*, p. 1.

¹¹⁰⁴ Ver Cardoso, Carlos Manuel Neves – “Referências no Percurso do Multiculturalismo: do assimilacionismo ao pluralismo” in *Inovação*, n.º 9, 1996, pp. 7 a 20 e Forquin, Jean-Claude – *École et Culture*, Bruxelas, DeBoeck Université, 1989.

¹¹⁰⁵ Ver Vieira, Ricardo – *Histórias de Vida e Identidades. Professores e Interculturalidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

¹¹⁰⁶ Daí que o estudo da auto-imagem seja relevante também para a Psicologia (entre outras linhas de pesquisa do ser humano), na medida em que a imagem que um indivíduo tem de si determina importantes aspectos do seu comportamento, designadamente a forma como se relaciona com os outros. Podemos referir, em jeito elucidativo, que pessoas com uma auto-imagem depreciativa tendem a formar mecanismos de defesa para diminuir o seu sofrimento psíquico. Numa outra vertente, um caso interessante que se verifica em alguns dos antigos alunos do IMPE é, por exemplo, o intento que têm em não fazer passar a imagem ou o conhecimento público que chegaram a frequentar o Instituto. Rogério Prata chegava a referir isto, quando afirmou que “*outros, que têm posições de certo destaque, não querem que se saiba que foram dos 'Pupilos'*”. Cfr. Prata, Rogério G. – “Do Claustro da '1.ª’ , ao Ginásio da '2.ª’” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 196, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2005, p. 20.

*pirâmide dos valores e encerra também algumas desvantagens que devem ser mitigadas, nomeadamente pela tendência em incutir a obediência acrítica”.*¹¹⁰⁷

É fulcral abandonar a ideia de que a mudança acontece lentamente. De facto, as mudanças que caracterizam a actualidade são rápidas e há que ajustarmos os nossos hábitos mentais de forma a podermos aceitar a ideia de termos de parar uma coisa e começarmos outra, por vezes, de um dia para o outro. Existe assim a necessidade premente de nos libertarmos da concepção de que os métodos e rotinas do passado eram melhores que os de hoje, porque sendo críticos mas construtivos, há que parar de pensar que uma coisa que nunca foi feita antes não pode ser feita de todo e, sobretudo, agora.¹¹⁰⁸

Estamos convictos que actualmente o potencial do Instituto está longe de estar esgotado, mas temos consciência que transformações urgem ser tomadas na sua estrutura interna e até na sua tutela, para que, no mínimo, a sua imagem institucional do Estabelecimento recupere e a sua competitividade e possa retornar ao nível que detinha há cerca de uma década e meia atrás. Mas há que não esquecer que as intervenções estruturais devem ser baseadas em análises completas da realidade e em juízos esclarecidos da utilidade, pois não deixa de ser curioso que quando escolas da melhor qualidade aumentam em números absolutos, se tenha pensado em acabar com uma das instituições de ensino mais prestigiadas de Portugal. Com efeito, a decisão correcta não está em fechar de vez a Escola, pois não é esta uma medida que resolva minimamente o problema de custos financeiros nos orçamentos estipulados para o Exército. O que se impõe é a reestruturação do plano pedagógico da Escola e a consequente melhoria da imagem do IMPE, tanto interna como externa.¹¹⁰⁹

O Instituto não é uma UEO operacional do Exército e nesse sentido, enquanto EMEns, não se enquadra nem no mesmo tipo de missões nem no mesmo tipo de organização administrativa. Além

¹¹⁰⁷ Cfr. Santos, Francisco Garcia dos – *Os impasses do actual IMPE: Privatização*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 2006, p. 2.

¹¹⁰⁸ Interessante ver Carr, Wilfred e Kemmis, Stephen – *Becoming Critical: Education, Knowledge and Action Research*, London and Philadelphia, Falmer Press, 1986 e Coleman, James (eds.) – *Education and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1965.

¹¹⁰⁹ Em 16 de Fevereiro de 2006, o antigo aluno Alves de Fraga recordava que “no desempenho das suas funções militares” tinha sido confrontado, “pelo menos, duas vezes com informações sobre a alteração/encerramento do IMPE”. A primeira, em 1991, no MDN, “quando ali se tratava da criação da Escola Superior de Tecnologias Militares e Aeronáuticas (ESTMA) na qualidade de Presidente da respectiva Comissão Instaladora. Nessa época já distante, tomou conhecimento que se pretendia extinguir a Secção de Ensino secundário do IMPE, transformando o mesmo Instituto em estabelecimento de ensino para a promoção de sargentos a oficiais do Exército, após a frequência de cursos de bacharelato, passando a designação de IMPE a corresponder a Instituto Militar Politécnico do Exército (...) A segunda vez que foi protagonista do conhecimento da intenção de fecho do IMPE, foi no serão do dia em que o CEME determinou ao Director do Instituto a ordem de cancelamento de inscrições de matrícula. Ocorreu no baile de finalistas da Academia da Força Aérea, onde partilhava, com o Director do Colégio Militar (CM) a mesma mesa. De imediato alertou, novamente, a Direcção da APE”. Cfr. Fraga, Luís Manuel Alves de –

disso, se é verdade que um dos factores críticos nas Forças Armadas é a qualidade dos seus recursos humanos, então é necessário que valores como a abnegação e o espírito de servir sejam constantes nos militares que ali prestam serviço (aos mais diversos níveis da hierarquia) e nos próprios docentes da Casa. O refúgio perante decisões consubstanciadas em pressupostos vagos e subjectivos (e não em factos ou estudos baseados em dados concretos e irrefutáveis), não é de todo o caminho a seguir por pessoas, militares ou civis, que querem defender o ensino que é ministrado nos Pupilos do Exército, independentemente se estão a favor ou não da continuidade do IMPE enquanto EMEns.¹¹¹⁰

É evidente que todos os Ramos das FA devem ser intervenientes perante o contexto global dos EMEns. Todavia, a sua acção deve ser indirecta e sempre de âmbito construtivo, tentando ir permanentemente ao encontro de um interesse importante no domínio da Defesa Nacional que é, nomeadamente, o apoio à Família Militar. Recordemos que esse interesse residiu, em maior ou menor predominância, nos intentos de fundação de cada um dos Estabelecimentos, sendo comum a todos eles. Mas a área de interesse dos EMEns e, particularmente do IMPE, não se esgota nesse apoio que a Escola pode conferir à Família Militar. Com efeito, o recurso e a articulação com parceiros e organismos públicos ou privados (entre esses, a APE), bem como a continuidade da aposta pedagógica do IMPE nas tecnologias educativas, pode contribuir muito eficazmente para o desenvolvimento da Instituição e para a optimização do processo de ingresso dos seus estudantes num mercado de trabalho cada vez mais competitivo.¹¹¹¹

Não foi pela abertura ao regime de externato que o Instituto perdeu a sua mística, descaracterizou as suas tradições ou perdeu os valores criados há muitas décadas. Não foi por isso que a sua imagem institucional decaiu naquilo que é a avaliação da sociedade, mas porque o clima de “*incerteza no futuro da Escola*” e o ensino aí ministrado (que sofreu com a anterior realidade) deixaram de conferir competitividade à Escola, diminuindo a dimensão do seu prestígio na actualidade. Da mesma forma, entendemos que não seria pela eventual introdução de frequência mista em mais níveis de escolaridade que o Instituto perderia as suas raízes (mesmo que essa frequência mista observasse inclusivamente o regime de internato), assim como não seria pela transformação dos seus cursos de bacharelato em cursos de licenciatura que a génese do Instituto se perderia. Muito pelo contrário. Essas transformações seriam favoráveis a um contexto de mudança global que não espera e que, por esse motivo, urge acompanhar sem demora, e seriam ainda um sinal

Exposição ao Presidente do Conselho Geral da Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 16 de Fevereiro de 2006, p. 1.

¹¹¹⁰ Útil ver Estrela, M. T. – “Algumas considerações sobre o conceito de profissionalismo docente” in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, vol. XX, 1986, pp. 301 a 309.

¹¹¹¹ Cfr. Pereira, Costa – “A Tecnologia Educativa e a Mudança Desejável no Sistema Educativo” in *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 6, Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho, 1993, pp. 19 a 36.

claro de inovação, bem ao gesto do seu carismático fundador. Aliás, no que concerne à frequência mista, basta atentarmos naquilo que já se passa nas Forças Armadas e em muitos outros Colégios Militares estrangeiros.¹¹¹²

Parece-nos que o problema não está em adequar o IMPE a essas transformações (por exemplo, adequar o Internato ao sexo feminino), mas antes a adequação dos recursos aos objectivos, na definição séria de um projecto educativo, na modernidade da Escola e principalmente na sua liderança, tanto ao nível interno como ao nível do próprio Exército. É preciso lembrar que os pais e os encarregados de educação dos alunos e alunas que optaram pelo Instituto, o fizeram com base numa proposta de valor educativo e na identidade da Instituição, fortalecidos por uma imagem de credibilidade assente em várias décadas de prestígio escolar. E neste contexto, exemplos não faltam onde o voluntariado e a dedicação dos estudantes e pessoal ao serviço da Casa ultrapassaram, em muito, as práticas correntes em outras escolas e instituições de ensino, mesmo de cariz castrense. Ou seja, além dos estudantes, muitas outras pessoas se identificaram com os valores defendidos pelos Pupilos do Exército. Como foi defendido noutra lugar, *“estas não são questões de imagem. São questões de identidade”*.¹¹¹³

É por estas razões que o processo inadiável de reforma e adaptação do IMPE aos modelos educativos e sociais actuais não pode passar em exclusivo por uma leitura fria e distante dos números financeiros, dos rácios de solvabilidade e dos resultados de exploração (mas sublinhe-se que as relações entre o Estado, a sociedade civil e a Escola alteraram-se profundamente nas últimas décadas, facto esse que não é despiciendo para a importância que assumem actualmente esses números para cada instituição de ensino).¹¹¹⁴ Até porque estes dados distorcem a realidade, pois a verdade é que o Instituto poderia poupar muitos custos ao Exército, bastando para isso que fosse melhor gerido e mais missões, no âmbito do ensino (académico e profissional), lhe fossem atribuídas. Ninguém pode descansar em consciência se acredita que se pode limitar a cumprir um programa e um plano induzido por um adiar constante de reformas que já deviam ter sido feitas há muito tempo. Da mesma forma, os antigos alunos têm de *“incrementar o espírito colectivo, que 'lá dentro' tão*

¹¹¹² Cfr. Pereira, Margarida – “Começar de Novo” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 202, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2006, p. 29.

¹¹¹³ Cfr. Rosado, David – “Da Identidade, à Intolerância e às Diferenças nas Escolas. Os Pupilos do Exército, o Colégio Militar e a Santa Aliança” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 202, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2006, p. 11.

¹¹¹⁴ Ver Popkewitz, Thomas – *Educational Knowledge: changing relationships between the state, civil society and the educational community*, New York, State University of New York Press, 2000.

*bem cultivávamos e que 'cá fora' tão mal e egoisticamente esquecemos. Não podemos passar a vida a criticar o que este ou aquele faz, sem contudo fazermos nada”.*¹¹¹⁵

Estando um rumo definido para a Escola, é imprescindível e urgente que a proposta educativa seja comunicada ao mercado da formação de forma eficaz, através de um programa concebido de forma estruturada, organizada, profissional e dotado dos meios necessários para justificar os seus fins. O Instituto tem de se (re)assumir como uma Escola onde se está por gosto e com gosto, para a servir e não servir-se. Por isso, o IMPE “*deverá prestigiar a formação para a cidadania, assumindo a articulação entre a educação e a formação vocacional, em ordem à interiorização de uma cultura de participação e de responsabilidade, na plena consciência das acções que potenciam a liberdade e o desenvolvimento dos alunos, como indivíduos e cidadãos*”.

¹¹¹⁶

Fotografia n.º 249

Exposição da APE sobre o IMPE no Centro Comercial Colombo
inserida no âmbito das actividades associativas de promoção do Instituto
encetadas no ano de 2006

¹¹¹⁵ Cfr. Coelho, Carlos – “Reflexão” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 195, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2004, p. 56.

¹¹¹⁶ Cfr. Correia, Manuel A. Borges – *Discurso Introdutório ao Projecto: O que queremos fazer dos 'Pupilos do Exército'?*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 2006, p. 2.



Fotografia n.º 250

Exibição da Classe Especial de Ginástica no Centro Comercial Colombo em 02 de Março de 1999

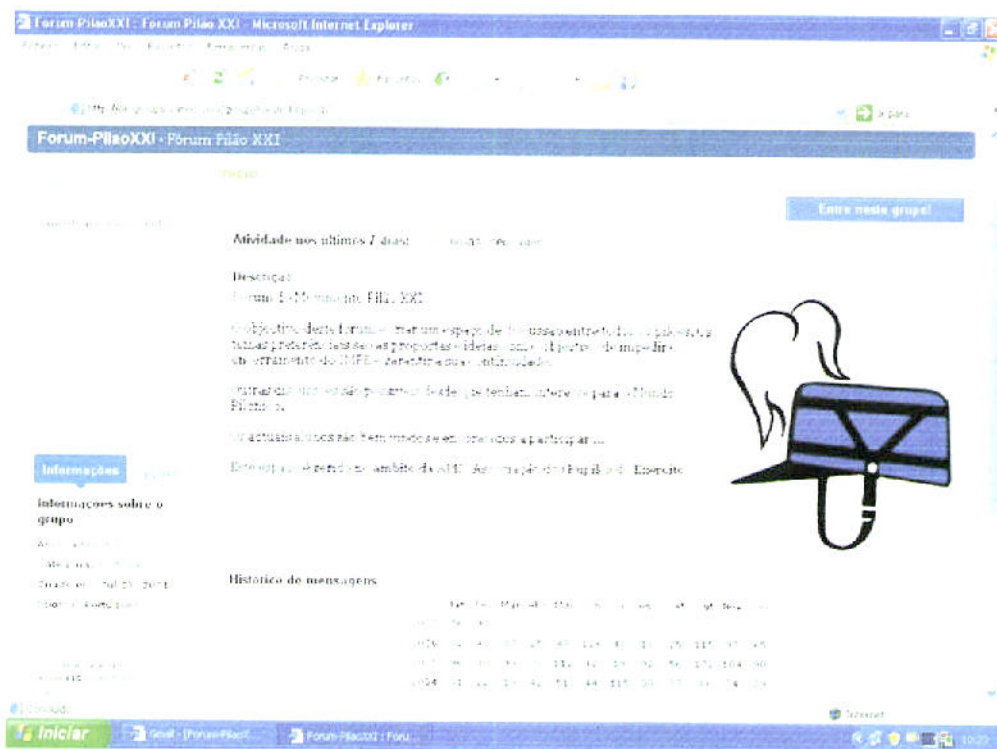


Figura n.º 57

Print Screen do site Fórum Pilão XXI

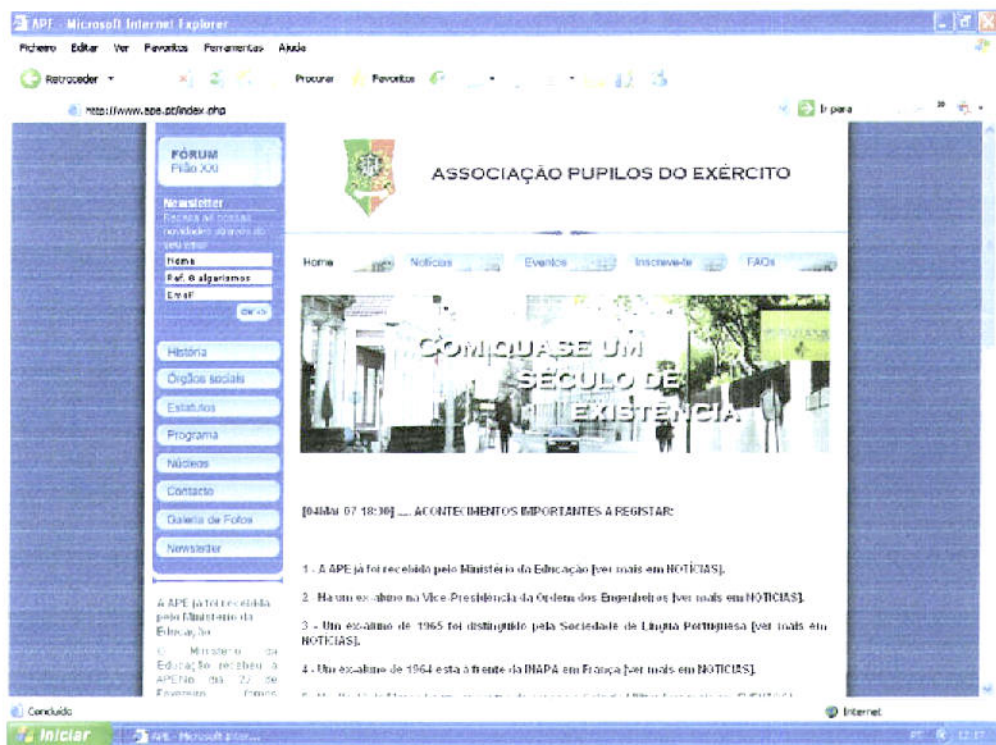


Figura n.º 58

Print Screen do site da Associação dos Pupilos do Exército

2. ABORDAGEM ECONÓMICO-FINANCEIRA: MODERNIZAÇÃO NA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO E DO INSTITUTO

“ É em função do que queremos ser amanhã que decidimos não só fazer e como fazer hoje, mas também que partes de nós não terão continuidade. Somos, em cada momento, o resultado das actividades e escolhas que fizemos antes.”

*Ricardo Vargas*¹¹¹⁷

A evolução do mundo e da sociedade em geral, fruto do progresso tecnológico e de renovações incessantes no comportamento social, tem vindo a colocar novos desafios nas relações entre os vários intervenientes da Administração Pública em geral. Neste contexto, um dos grandes objectivos da gestão governativa nos últimos anos relativamente à gestão pública tem sido exactamente o de a modernizar. Mas temos de reconhecer que esta demanda não tem sido fácil de se concretizar. Com efeito, sendo verdade que a *“modernização não é apenas uma questão de mentalidade nem de intenção normativa”*, é preciso perceber que *“a gestão pública não é simplesmente uma mera questão de eficácia e eficiência, mas também de legalidade e legitimidade”*. E nesse sentido, sobretudo nesse, sublinhemos que *“existem outros valores que ultrapassam os padrões da gestão empresarial”*.¹¹¹⁸

Entre outras variáveis que temos debatido nesta investigação, temos salientado muitos aspectos ligados com a cidadania. Ainda que nem sempre aí suficientemente reportada ou enfatizada, contudo, é inegável que a cidadania se apresenta hoje como um dos temas que mais se utilizam para justificar uma gestão pública melhor organizada e mais virada para a inovação e para os resultados (que não apenas os financeiros, mas sobretudo os estratégicos). Daí que surja frequentemente uma preocupação de ordem ética, que mesmo de forma ténue, tende a alertar para a necessidade urgente de que as organizações (nos seus mais variados sectores de actividade) pensem nas questões fundamentais que concernem ao domínio das responsabilidades para com os membros que as integram e também para com a sociedade genericamente entendida. Assim, aperfeiçoar a Administração Pública em sentido lato é, antes de tudo, dotar essa organização *“de um funcionamento cada vez mais eficaz e mais próximo das aspirações dos cidadãos”*.¹¹¹⁹

¹¹¹⁷ Cfr. Vargas, Ricardo – *Os meios justificam os fins*, Lisboa, Gradiva, 2005, p. 182.

¹¹¹⁸ Cfr. Baptista, António Manuel Pereira – “Ética e Administração no Contexto da Gestão e Administração Pública. Reflexos nas Forças Armadas” in *Boletim do Instituto de Estudos Superiores Militares*, n.º 1, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, Julho de 2006, p. 35.

¹¹¹⁹ Cfr. Silveira, Paula e Trindade, Nelson – *A Gestão na Administração Pública, Usos e Costumes, Manias e Anomalias*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 15.

Sabemos que os três Ramos das Forças Armadas encetaram, nos últimos anos, passos decisivos em direcção à sua modernização. Mas mais do que nas áreas combatentes, a mudança que tem surgido de forma mais alargada e efectiva tem sido, exactamente, a mudança relativa à administração financeira e de contabilidade que é praticada pelos Ramos. Concerteza que a redução de efectivos, assim como a racionalização das suas estruturas organizacionais e a racionalização dos meios orçamentais e financeiros têm sido aspectos decisivos para a evolução tanto do Exército, como da Marinha e da Força Aérea. Mas mesmo assim, é essencial sublinharmos que a realidade que mais vento de mudança trouxe para as Forças Armadas nos últimos anos, sobretudo no que concerne ao âmbito técnico e não estritamente castrense, foi a implementação e a entrada em produtivo do Sistema Integrado de Gestão (SIG/DN), do qual falaremos em profundidade mais à frente, pois também no Instituto implicou um verdadeiro desafio da mudança.¹¹²⁰

É preciso recordarmos que o mais genuinamente humano no fenómeno organizacional talvez seja o sentido de comunidade que se reconhece principalmente na comunhão de objectivos ou, se assim quisermos, no propósito da organização. Ainda que o IMPE esteja inserido na estrutura organizacional do Exército e dependa da sua tutela, enquanto Escola, o Instituto não é uma UEO como outra qualquer: as suas especificidades, de vária ordem, exigem um tratamento e uma preocupação diferenciados perante um quadro de referências militares que tem sentido as dificuldades derivadas da crescente exigência dos tempos modernos. Como sabemos, é a própria CRP que torna claro que as Forças Armadas se situam na Administração directa do Estado e que o Governo é o órgão superior da administração das Forças Armadas.¹¹²¹

É natural que num regime democrático toda a administração do Estado se encontre submetida ao Poder Político, legitimado pela vontade popular. Desde a consagração da teoria da

¹¹²⁰ Quando falamos de um Sistema de Integrado de Gestão para uma determinada organização, qualquer que ela seja, é sempre necessário considerar-se em antecipação à sua implementação, alguns pontos fundamentais, entre esses: o levantamento das necessidades aos seus mais diferentes níveis; as capacidades do sistema; os objectivos da implementação; a caracterização da informação e respectivas fontes no ambiente operacional; os métodos de armazenamento, integração e relacionamento das informações; e, ainda, a própria arquitectura do sistema. Recorde-se que eram objectivos do Projecto SIG/DN, os seguintes: “*Optimizar a solução de TI do Ministério da Defesa Nacional no sentido de aumentar a eficiência e eficácia de uma forma sustentada; (...) encontrar oportunidades de melhoria a todos os níveis e definir as bases do modelo futuro de TI das Forças Armadas (...) Mais do que um projecto de TI, este esforço deve ser encarado como uma alavanca chave para a modernização das Forças Armadas Portuguesas, sendo a colaboração de todos essencial para o seu efectivo sucesso*”. Na sequência do Despacho 109/MEDN/2002 de 7 de Agosto, o SIG/DN visou implementar em toda a Defesa Nacional um mesmo sistema de gestão que integrasse todas as funções de suporte, com incidência na função financeira, constituindo uma plataforma comum com procedimentos normalizados.

¹¹²¹ Refira-se que as atribuições do MDN constam, em geral e não em exclusivo, no art. 34.º da LDNFA (Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro) e na Lei Orgânica do MDN (Decreto-Lei n.º 47/93 de 26 de Fevereiro, com destaque para os seus artigos 1.º e 2.º). O círculo legislativo fecha-se com a LDNFA que no seu art. 35.º, n.º 1, estatui o seguinte: “*As Forças Armadas inserem-se na administração directa do Estado através do Ministério da Defesa Nacional*”. Recorde-se que redacção semelhante é retomada no art. 1.º da Lei n.º 111/91 de 29 de Agosto (LOBOFA), também tal como surgia no preâmbulo do EMFAR (Decreto-Lei n.º 34-A/90 de 24 de Janeiro).

separação de poderes (no fim do século XVIII) que se tem por pressuposto que é ao Governo, enquanto órgão consultivo, quem compete dirigir os órgãos da Administração Pública¹¹²² no exercício da denominada função administrativa.¹¹²³ Mas se temos como admissível, em termos estritamente legislativos, que as Forças Armadas são Administração Pública, isto não significa que os militares sejam funcionários públicos no sentido pleno do termo, dado que estes cidadãos além de terem uma missão de particular especificidade, têm também um estatuto próprio, especial e diferenciador, onde se destacam alguns direitos mas sobretudo muitos deveres, alguns deles cujo alcance prático ainda não foi suficientemente esclarecido.¹¹²⁴

Assim, não é surpresa que as Forças Armadas estejam sujeitas à direcção por parte do Governo, mas em termos muito diferentes que outros serviços da Administração Pública.¹¹²⁵ As restrições aos direitos de cidadania dos militares são disso um forte impulsionador, pois condicionam directamente as acções dos mais altos responsáveis militares e, de forma indirecta, também as acções dos escalões subordinados. Recordemos também que o modelo de gestão altamente hierárquico existente nas Forças Armadas, podendo ser um facilitador para determinados aspectos de comando (sobretudo na vertente operacional), limita contudo a responsabilidade profissional e a iniciativa individual dos seus membros, não havendo oportunidade real para uma diluição desejável em direcção a uma organização em rede, no pressuposto de uma evolução das relações de poder rumo a uma muito mais acentuada descentralização e maior responsabilização individual.¹¹²⁶

¹¹²² A Administração Pública, enquanto funcionalidade específica das sociedades, “*assenta em quatro fundamentos: legitimidade de matriz política, como emanação da noção de soberania/poder soberano; organização de matriz assente nos princípios teóricos e regras práticas de gestão, como aplicação, a um caso particular e bastante complexo, dos conhecimentos e das técnicas correspondentes (aliás, sobretudo desenvolvidas, consciencializadas e sistematizadas já no século XX); motivação de matriz assente no domínio da consciência, ao nível da motivação pessoal e do grau de consciência específica das organizações; e (modo de) exercício do poder de matriz exclusivamente assente no domínio da moral, implicando a exigência de ética nos comportamentos*”. Cfr. Mozzicafreddo, Juan – “O papel do cidadão na Administração Pública” in *Reforma do Estado e da Administração Pública Gestionária*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/UTL, 2000, pp. 25 a 34.

¹¹²³ Pode atentar-se no art. 182.º da CRP, o qual refere que o Governo “*é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da administração pública*”. No seu art. 199.º, alínea d), lê-se que compete ao Governo no exercício de funções políticas “*Dirigir os serviços e a actividade da administração directa do Estado, civil e militar*”.

¹¹²⁴ Dos seus deveres, destacamos o mais relevante que deriva da fórmula do seu *Juramento de Fidelidade*: servir a “*Pátria em todas as circunstâncias e sem limitações, mesmo com o sacrifício da sua própria vida*”. Cfr. art. 109.º do EMFAR, que constitui anexo ao Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto, renumerado e republicado com o Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto.

¹¹²⁵ Se novamente recorrermos à legislação, verificaremos que a CRP reserva um título especial para a Defesa Nacional, onde inclui as Forças Armadas. Com efeito, o título X aparece separado do título IX, relativo à Administração Pública. Percebe-se que o legislador entendeu conferir uma natureza especial às Forças Armadas, com as suas inerentes particularidades face à Administração Pública em geral. São assim particulares as responsabilidades do Governo em matéria de Defesa Nacional, pois existe a inserção efectiva das Forças Armadas na administração directa do Estado através do MDN e, por esse motivo, o Governo é politicamente responsável pela componente militar de Defesa Nacional como a Lei determina. Sublinhe-se que esta inserção se operou com a LDNFA de 1982, que colocou as chefias militares na dependência directa do MDN (cfr. art. 35.º).

¹¹²⁶ Refere a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, na sua Recomendação 1742 de 11 de Abril de 2006, a respeito dos Direitos Humanos dos Membros das Forças Armadas, o seguinte: “(...) Não se pode esperar que os

Várias têm sido as iniciativas desenvolvidas pelos Governos para modernizar a Administração Pública, e neste contexto, a ideia de modernização tem estado frequentemente associada à ideia de racionalização. Mas, em nosso entender, a modernização não se pode reduzir, apenas e exclusivamente, à racionalização. Se assim for, a gestão pública nada mais será do que um modelo alargado do conceito empresarial privado, onde a acção administrativa fica sujeita a um conceito de mercado semelhante e o cidadão passa a ser encarado, antes de mais, como um cliente. Ora, obviamente, este quadro geral implica consequências. E que não são despiciendas. De facto, se o aumento da viabilidade económica pode ser um objectivo manifesto pela procura do lucro, então ter-se-á que equacionar de forma ainda mais rigorosa o nível de prestação de serviços dessa gestão pública (e, em sentido alargado, da própria Administração Pública), no mínimo em termos de eficiência, responsabilidade e qualidade de resposta às legítimas expectativas dos cidadãos.¹¹²⁷

É verdade que a ética tem sido um dos domínios mais em foco no que concerne à gestão e à Administração Pública.¹¹²⁸ Com efeito, as novas exigências económicas e financeiras trouxeram consigo novas maneiras de proceder e, com estas, a urgente discussão se determinadas maneiras de agir são adequadas no contexto de uma responsabilidade partilhada e de uma competitividade

membros das Forças Armadas respeitem as leis humanitárias nas suas operações a não ser que os direitos humanitários estejam também garantidos no seio dessas mesmas Forças Armadas. (...) A Assembleia pede aos Estados membros para que assegurem uma genuína e efectiva protecção dos direitos humanos dos membros das suas Forças Armadas, e em particular: 9.1. Permitir a liberdade de associação dos membros das suas Forças Armadas a associações profissionais representativas ou a sindicatos habilitados a negociar assuntos relacionados com remunerações e condições de trabalho (...) As linhas orientadoras dos direitos dos militares, qualquer que seja o seu estatuto – conscritos, voluntários e profissionais – deveriam incluir, pelo menos, os direitos que a seguir se referem: (...) 10.2.1. Direito à liberdade de expressão". O Conselho da Europa é uma organização internacional de 46 Estados europeus e foi oficialmente fundado em 5 de Maio de 1949 pelo Tratado de Londres, assinado pelos seus 10 membros iniciais. Este Tratado é hoje conhecido como o Estatuto do Conselho da Europa. É oportuno dizer que Portugal aderiu em 22 de Setembro de 1976 a este Conselho e que, no que concerne à sua Recomendação 1762, emitida já no ano de 2006, Portugal continua a apresentar desfasamentos muito significativos (alguns que podem mesmo ser considerados muito graves) perante aquilo que é solicitado através desse documento.

¹¹²⁷ É notório que os desafios que se colocam aos Estados modernos determinam exigências de grande profundidade, com uma melhor qualidade dos bens e produtos oferecidos pelos serviços públicos, a existência de funcionários motivados e altamente qualificados profissionalmente, o recurso a tecnologias de informação avançadas, assim como o alcance de uma maior desburocratização, racionalização e simplificação de estruturas e procedimentos administrativos, enquanto garantes de uma maior flexibilidade e autonomia gestionárias. A Administração Pública é influenciada pelas condições sociais, políticas, económicas, culturais e técnicas prevalentes e, por esta razão, deriva sempre de uma visão de cariz estratégico. Daí que, para vários autores, a imagem do gestor administrativo tenha de surgir em detrimento do governante organizacional das organizações burocráticas tradicionais. E para que encontremos uma verdadeira administração pós-burocrática, "temos de procurar (...) a maneira correcta de alterar a teoria da burocracia de Max Weber pelo prisma da abordagem da nova gestão pública. Trata-se, por outras palavras, de procurar uma terceira via, entre a pura 'economização' da função pública e a burocracia antiquada de Max Weber". Cfr. Mozzicafreddo, J.; Gomes, J. Salis e Batista, J. S. – *Ética e Administração: Como Modernizar os Serviços Públicos?*, Oeiras, Celta Editora, 2003, p. 44.

¹¹²⁸ Lembremos que o conceito de *ética* provém, etimologicamente, da palavra *ethos*, do grego arcaico, o que inicialmente significava (em particular, na *Ilíada* de Homero) paradeiro ou residência comum. Mais tarde, Aristóteles partiu da palavra *ethos* e deu-lhe o sentido de carácter, formando o adjectivo *ethicos* (ético) e um novo substantivo, a *ethica* (ética). Este encontra-se em títulos de algumas das suas obras como a *Ética a Nicómano*, *Grande Ética* e *Ética de Eudémones*.

empresarial onde a ética não deixe de estar presente.¹¹²⁹ Se a gestão é a ciência que estuda as organizações produtivas nas suas decisões, informações, previsões, planos e estratégias, então torna-se evidente que todas essas diversas operações estão ligadas à decisão. E assim, gerir é decidir. E este mecanismo é similar ao previsto na política orçamental, política essa que abrange todas as decisões do Estado relativas à despesa, às transferências e aos impostos, “*assim como às políticas aplicadas às empresas do sector público*”. Aliás, recorde-se que muitas das questões relacionadas com a política orçamental se situam na área das finanças públicas.¹¹³⁰

É neste domínio que, para alguns autores, falar de ética em gestão se pode tornar num absurdo, em especial se nos lembrarmos, desde logo, que é a lei do lucro que tende a prevalecer e, em última análise, a isentar informalmente as organizações de interrogações éticas. Ainda que saibamos que as organizações são em muitas situações impelidas a justificar os seus meios de acção e a finalidade das suas actividades, entendemos que, de uma forma geral, as escolhas a tomar pelos decisores são determinadas não apenas por elementos de carácter analítico mas também por preferências de valores. Daí que os desafios da ética, especialmente no que concerne à gestão e administração em sentido lato, podem ser vistos segundo duas vertentes: a dimensão contextual e a dimensão organizacional.¹¹³¹

Afirmou Balsemão que “*a modernização da Administração Pública, voluntária e participada pelos cidadãos, pode ser, muito provavelmente, uma das chaves para a sobrevivência do Estado no século XXI*”.¹¹³² Mas, se partilharmos do entendimento que a uma cidadania mais consciente e exigente, há que corresponder com uma Administração Pública mais participativa e receptiva na partilha de responsabilidades, contudo, é preciso entendermos que este novo processo de envolvimento dos cidadãos na vida pública só será efectivado na prática se, realmente, num contexto cada vez mais complexo e multidimensional, a característica dominante passe a ser o

¹¹²⁹ Para uma síntese das principais doutrinas éticas, ver Moreira, J. Manuel – *A Contas com a Ética Empresarial*, Cascais, Março de 1999, pp. 31 a 49.

¹¹³⁰ Cfr. Dornbusch, R. e Helmers, F. Leslie C. H. – *Economia Aberta. Instrumentos de Política Económica nos Países em Vias de Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 46.

¹¹³¹ No que concerne à primeira, temos que relevar as pressões do ambiente sociopolítico, onde a influência moral e a mobilização da opinião pública podem reduzir a margem de manobra das organizações ou mesmo impor-lhes um determinado caminho, não esquecendo ainda o contexto económico em que as organizações evoluem e a confiança que transmitem para o público de modo a obter o seu respeito. No que diz respeito à dimensão organizacional, há que ter em atenção as necessidades estratégicas internas (encontrar o equilíbrio entre a adaptação às pressões e exigências do meio envolvente e a conservação da coesão e da eficácia do sistema organizacional), as reestruturações (numa estrutura mais descentralizada, a formalização ética permite o exercício de um controlo indirecto), o impacto das novas tecnologias (a difusão de informação implica um confronto quotidiano com problemas éticos), a necessidade de uma referência cultural comum (influência dos valores para promover os comportamentos éticos), assim como a substituição da autoridade pela responsabilidade, clarificando, também, os seus valores em busca de uma referência comum. Cfr. Baptista, António Manuel Pereira – “Ética e Administração no Contexto...”, *op. cit.*, pp. 43 e 44.

exercício “*não de direitos e deveres no contexto do governo (...) mas de poderes e responsabilidades nas políticas públicas*”.¹¹³³

Parece-nos que não há indivíduo sem envolvimento social e não há movimento social sem apelo directo à liberdade e à responsabilidade do indivíduo. A estreita associação entre o indivíduo e o movimento social torna-se assim extremamente importante para estas questões, sendo que o envolvimento no último só se nos afigura positivo se assentar, entre outros domínios, em valores éticos. Embora a *consciência* e o *dever* sejam mecanismos especiais que se inserem naquilo que é a manutenção dos imperativos éticos (porque a *ética* regula a conduta do Homem através de sistemas de orientações, normas interdições, conceitos de valor e ideias), contudo, a *ética* é hoje um valor em relativo declínio, por inúmeras razões. Entre essas, reconhecemos que o *stress* é um dos factores que pode afectar o comportamento moral e ético. Refere Vieira que “*quando são impostas muitas tarefas para executar, se dispõem de meios escassos ou são estabelecidos prazos irrealísticos, as circunstâncias de elevada tensão então produzidas podem levar os executantes a correr riscos excessivos ou a violar os nossos próprios padrões éticos e valores*”.

Se o princípio ético da noção assumida por *serviço do Estado* (enquanto forma estruturada e operacional da expressão) resulta num compromisso tacitamente aceite do serviço ao *bem comum*, também é verdade que não se pode renunciar a uma nova ética do serviço público, porque é essencial a conciliação dos valores tradicionais com os novos valores provenientes e resultantes das novas abordagens da gestão pública e da organização administrativa. Conscientes de que “*não existe uma forma certa de fazer uma coisa errada*”, então, em termos de cidadania e até de tradição, torna-se essencial perceber a reflexão ética nas suas diversas dimensões,¹¹³⁴ porque esta será sempre afectada pelas dificuldades, os desafios e os problemas inerentes a uma sociedade em mudança.¹¹³⁵

É inegável que a orientação vinda de topo influencia o empenho desenvolvido pelos níveis subordinados, seja para o melhor ou seja para o pior. O Exército insere-se claramente nesta realidade social e a questão fundamental é a de que os seus gestores máximos devem compreender urgentemente que não só têm a obrigação de fazer o que estiver certo, como também têm obrigações para com os seus subordinados, que esperam deles uma liderança responsável e credível,

¹¹³² Cfr. Balsemão, Francisco Pinto – “Conferência n.º 9” in INA – *As Conferências do Marquês (1.º Ciclo). Modernizar a Administração: Uma Visão Exterior, Crítica, Construtiva mas não Complacente*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração, 1999, p. 125.

¹¹³³ Cfr. Mozzicafreddo, J.; Gomes, J. Salis e Batista, J. S. – *Ética e Administração...*, *op. cit.*, p. 316.

¹¹³⁴ A reflexão axiológica (valores, princípios, ideais e filosofia), a reflexão deontológica (código, regra e norma), a reflexão teleológica (ambição, objectivo, meta, desígnio e projecto) e a reflexão ontológica (missão, vocação, razão de ser e referência).

¹¹³⁵ Cfr. Blanchard, Kenneth e Peale, Norman Vincent – *O Poder da Gestão Ética*, Lisboa, Difusão Cultural, 1993, p. 19.

influenciando assim significativamente e de forma positiva, os variadíssimos colaboradores aos mais diversos níveis organizacionais.¹¹³⁶

Sabemos que quando a tónica da responsabilidade ética é colocada nos sistemas de procedimentos e de gestão, emergem riscos de diluição de responsabilidades e as culpas tendem a ser empurradas de uns níveis para os outros. Para Fukuyama, a confiança não é vista como uma questão estratégica mas como uma questão ética melhor explicada em termos de valores partilhados. De acordo com este autor, confiamos nos outros porque partilhamos dos seus valores ideais e não porque queremos satisfazer os nossos desejos, sendo a primeira preocupação cumprir as obrigações, executar as tarefas e adequar o comportamento dentro de um determinado contexto. Todavia, parece-nos evidente que a decisão de confiar em alguém depende sempre das intenções percebidas, mais do que as competências técnicas do depositário da confiança.¹¹³⁷

Uma prática gestonária e administrativa que esteja alheada das exigências dos cidadãos em matéria de responsabilidade face à utilização dos recursos públicos, apartada das decisões vinculantes que afectam os indivíduos e inconsciente dos riscos e incertezas da sociedade, aprofunda aquilo que é o défice de legitimidade e de desempenho dos sistemas administrativo e político. Por isso, é preciso que o conceito de responsabilidade se constitua como um dos fundamentos da vida em sociedade e da confiança nas instituições administrativas, indo para além da noção de *accountability*.¹¹³⁸

Como elemento integrante da estrutura das Forças Armadas Portuguesas, o IMPE também é influenciado pelos factores que as cercam, estruturam e moldam. É importante recordarmos que a Instituição Militar repousa em duas ordens de factores: o factor material e o factor espiritual.¹¹³⁹ Se

¹¹³⁶ Para termos uma liderança efectiva no plano ético, o administrador precisa de desenvolver uma abordagem activa das normas morais na tomada de decisão, pois a crescente complexidade dos actos e funções torna necessário dispor de uma generalização de símbolos que expressem a unidade do sistema: a responsabilidade e ética são um deles. Cfr. Mozzicafreddo, J.; Gomes, J. Salis e Batista, J. S. – *Ética e Administração...*, *op. cit.*, p. 1. Dai que, tomando o indivíduo como ponto fulcral da sociedade, naturalmente que “a sua capacidade de se comprometer aumenta e, concomitantemente, a sua responsabilidade”. Cfr. *Idem*, p. 20.

¹¹³⁷ Ver Fukuyama, Francis – *Confiança*, *op. cit.*, e também Porter, Michael – “From Competitive Advantage to Corporate Strategy” in Harvard Business Review, May/June 1987 e *Idem* – *The Competitive Advantage of Nations*, The Free Press, New York, 1990.

¹¹³⁸ A obrigação de responder pelos seus actos e resultados deve ser efectiva. Por outras palavras, deve considerar-se que quem toma as decisões deve ser responsável e responsabilizado. Para Elaine Sternberg, o conceito de “*ethical accountability*”, para além da disposição de assumir a responsabilidade pelos seus actos, implica a implementação de uma política de acesso a informação crítica que geralmente é apenas do conhecimento de estruturas intermédias na hierarquia de decisão. Este conceito advém do modelo de administração receptiva e em que a gestão pública está, cada vez mais, ligada à sociedade civil através da noção de “*TAPE Management*”, ou seja, uma forma de gestão que assegura a transparência, a *accountability*, a participação e a equidade. É por isso que o conceito de “*accountability*”, na gestão e administração pública, não pode ser reduzido a uma mera questão técnica. O problema da responsabilidade pela utilização dos recursos públicos está também relacionado com a cidadania e com a dimensão ética que lhe está subjacente, surgindo assim, o conceito de “*ethical accountability*”.

¹¹³⁹ O primeiro é sustentado fundamentalmente pela Hierarquia (directamente ligada com a autoridade, a responsabilidade e o poder), pela Disciplina (fundamental ao funcionamento e prontidão operacional) e pela

os militares, como estabelece o EMFAR, constituem “*a espinha dorsal, o suporte e o garante da afirmação e perenidade das Forças Armadas*”, então é necessário que não se assuma como despreciando a sua motivação e até a sua convicção profissional. Com efeito, não só as restrições aos seus direitos de cidadania têm aqui implicações, como a gestão da organização Instituição Militar será sempre um modo permanente de gerir contradições.¹¹⁴⁰

As contingências orçamentais existentes, as responsabilidades sobre os actos e as funções do sistema administrativo têm assumido aqui um papel de especial importância. O controlo orçamental e organizacional sobre os actos administrativos, o respeito pela legalidade dos procedimentos e as consequências da execução das políticas superiormente definidas têm-se verificado como vértices de uma conjugação administrativa nem sempre viável, mesmo naquilo que é o contexto legal aplicável. Um dos exemplos mais claros desta realidade é o caso das Forças Nacionais Destacadas, onde já por diversas vezes o Exército se viu na contingência de ter instruções do MDN para enviar tropas para Teatros de Operações distantes do território nacional, mas sem contudo estar munido de todos os meios necessários para esse efeito, com destaque para os instrumentos de cariz orçamental e financeiro.¹¹⁴¹

Organização ou Estrutura (que permite a articulação e o funcionamento de todos os órgãos constituintes da Instituição Militar, através do estabelecimento de relações de comando e funcionais). O segundo factor é enformado pela Ética Militar (que estabelece as regras fundamentais de conduta), a Deontologia Militar (que identifica e estuda as regras aplicando-as à profissão militar) e as Virtudes Militares (expressão prática do recto procedimento). Cfr. Ferreira, Brandão – *A Inserção das Forças Armadas na Sociedade*, Lisboa, 2003, pp. 96 a 108.

¹¹⁴⁰ Por exemplo, do ponto de vista das pessoas, é preciso satisfazer as necessidades individuais e colectivas, gerir carreiras e compreender as motivações. Do ponto de vista da Instituição, o objectivo é reduzir os encargos e os custos, estimular a inovação e assegurar a flexibilidade graças às capacidades de adaptação, entre outras exigências. Sendo inevitáveis as oposições e os conflitos, convém geri-los o melhor possível, até porque se não se tomarem em conta estas dimensões, a gestão dos recursos humanos na Instituição Militar fica condenada a oscilar entre técnicas manipuladoras e um discurso vago sobre a ética. Atentemos que as Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar foram aprovadas pela Assembleia da República conforme determina o art. 27.º da Lei n.º 29/82 de 11 de Dezembro (LDNFA), sendo que o art. 2.º desse mesmo Diploma evidencia, com uma clareza e singeleza notáveis, que é impossível tornar igual aquilo que é manifestamente desigual. É preciso sublinhar que a um leque vastíssimo de restrições e deveres são associados, como contrapartida, aquilo que a Lei consagra como “*especiais direitos*”. Mas, se as restrições e deveres mantêm-se sem alterações, a verdade é que os “*especiais direitos*” ou foram substancialmente reduzidos ou pura e simplesmente desapareceram, porque ficaram iguais aos de tantos outros cidadãos com profissões muito menos exigentes em termos de restrições e deveres. O caso da Assistência na Doença aos Militares (ADM) é disso um exemplo esclarecedor, pois as regras passaram a ser muito equivalentes às da ADSE, conforme consta explicitamente no Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de Setembro. Aliás, aqui inequivocamente se deixou de cumprir a Lei n.º 11/89, pois nesse Diploma refere-se, entre outras vertentes, o seguinte: “*Art. 2.º - A condição militar caracteriza-se: (...) Pela consagração de especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação*”.

¹¹⁴¹ O quadro de exigência operacional do Exército, nos seus vários níveis, está inevitavelmente perante os requisitos gerais do ciclo da despesa ao nível orçamental e financeiro, nomeadamente: a *conformidade legal*, ou seja, a existência de lei que autorize a despesa (Lei do Orçamento de Estado); a regularidade financeira, pela inscrição no OMDN-E, ter cabimento orçamental e adequada classificação económica; e, finalmente, respeitar os pressupostos de economia, eficácia e eficiência, no sentido da obtenção do máximo rendimento com o mínimo de utilização de recursos, o acréscimo de produtividade, a sua utilidade e prioridade. Cfr. Direcção de Finanças – *Circular n.º 12/2006. Cumprimento de Formalidades Legais para a Realização de Despesas*, Lisboa, Repartição de Gestão Orçamental/Direcção de Finanças, 27 de Junho de 2006, pp. 1 e 2. Ver também DGO – *Projecto de Relatório de*

Recorde-se também que as Forças Armadas assentam num controlo hierárquico interno sobre as competências e funções, no controlo da prestação de contas dos diversos programas, no controlo normativo e nas auditorias internas e externas a serem efectuadas pelas entidades competentes. E é aqui que a modernização das Forças Armadas exige a incorporação de competências de base científica e técnica, a necessária renovação de quadros e a integração da problemática do pessoal militar e civil que aí presta serviço, verdadeiramente, na agenda política da Defesa Nacional.¹¹⁴²

Surgiram neste processo de modernização das Forças Armadas, sobretudo nos últimos anos, a criação e desenvolvimento de vários sistemas de informação, comunicação e participação, partilhando objectivos, preocupações e procura de soluções adequadas e exequíveis. Nas Forças Armadas, as redes, mais do que as hierarquias, começam a representar um novo modelo organizacional. O objecto desta nova abordagem (cuja designação original é a de “*Network-Centric Warfare*”) é a informação, nomeadamente na forma ideal do fluxo de informação na organização militar. A Instituição Militar aspira no futuro não só responder com dinamismo aos anseios dos cidadãos numa sociedade vincadamente interactiva, mas também, com o apoio das Tecnologias da Informação, desenvolver o trabalho gestor, seja em operações militares ou em gestão de projectos, enquadrando-se finalmente num ambiente de trabalho colaborativo e cooperativo.¹¹⁴³

Interessa também dizer que a arte da guerra sempre teve subjacente a gestão criteriosa de recursos e a adopção de modelos organizativos que permitissem o cumprimento da missão. Pelas suas exigências de eficácia, pela constante e permanente inovação que suscita no plano das respostas funcionais, assim como pelas interdependências e influências mútuas, a arte da guerra gera consiste cada vez mais num processo de intercâmbio entre os diferentes exércitos, o qual contribui não só para a transferência de técnicas, mas também de saberes, de valores, de mentalidades e de

Auditoria ao Exército – Forças Nacionais Destacadas, Lisboa, Direcção-Geral do Orçamento/2.ª Delegação, 10 de Janeiro de 2007.

¹¹⁴² Em dois anos consecutivos, nomeadamente em 2005 e 2006, o programa “*Prós e Contras*”, emitido pela RTP, debateu esta e outras questões ligadas com a realidade das Forças Armadas e dos militares em Portugal. O primeiro desses programas foi altamente contestado pelos militares, sobretudo porque foi um programa gravado (não emitido em directo como habitualmente) e, para espanto generalizado, pouquíssimos “contras” estavam ali representados, não dando qualquer sensação de imparcialidade do programa e também, obviamente, de interesse objectivo pelo que aí foi discutido (se é que houve lugar a qualquer discussão construtiva). O segundo programa, talvez pela infeliz lição que o primeiro tinha conferido, mas também pela preocupante continuidade das manifestações públicas de descontentamento dos militares, consistiu já numa emissão em directo (datada de 04 de Dezembro de 2006) e, de facto, houve lugar a um espaço de discussão relativamente interessante, pois desta feita, já contou com opiniões explícitas de ambos os lados de como a problemática castrense pode ser encarada.

¹¹⁴³ É possível estabelecer um paralelismo entre as operações militares e as actividades de gestão e Administração Pública, por exemplo, através do valor acrescentado das redes. A Instituição Militar vista como uma organização centrada em rede (Network-Centric Organization) “*permite a criação de uma consciencialização e conhecimento do espaço de batalha partilhado*” (*Battlespace*), onde os limites são indefinidos e o potencial relativo de combate é difícil de estimar, isto em oposição ao tradicional campo de batalha (*Battlefield*). Cfr. Dinis, José António – *Guerra da Informação. Perspectivas de Segurança e Competitividade*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005, pp. 35 a 57.

comportamentos. Assim, globalmente entendida, a Instituição Militar tende a tornar-se num espaço de inovação e, nesse âmbito, a constituir-se como um factor de modernização e de mudança.¹¹⁴⁴

Um sistema de informação eficiente e eficaz não se cria apenas com tecnologias. É fundamental criar uma nova cultura organizacional, adequando os sistemas existentes face às novas necessidades e aos critérios de gestão que se pretendem implementar otimizando as informações internas e externas. A apologia da responsabilidade individual aponta para a necessidade de cada membro organizacional se responsabilizar a si próprio em detrimento da responsabilidade colectiva da organização. Desta tensão contida no binómio *responsabilidade dos indivíduos* versus *responsabilidade da organização*, torna-se então necessário extrair um vector essencial, que consiste precisamente na ideia de que existe sempre uma responsabilidade individual das pessoas no seio das organizações, pelo que os sistemas devem ser desenhados para que a responsabilidade dos indivíduos seja fomentada permanentemente. Aqui, a psicologia social e a gestão organizacional assumem aspectos particularmente interessantes e estão intimamente ligadas com dinâmicas como a liderança e a cultura de responsabilidade.¹¹⁴⁵

Em fase de implementação na área da Defesa Nacional desde o ano de 2002, o Sistema Integrado de Gestão (SIG/DN) trata-se de um sistema de informação único que integra as diferentes funções administrativo-logísticas. O SIG/DN tem por origem uma aplicação comercial (designadamente uma plataforma informática com a denominação técnica *SAP Enterprise 5.0*) e assenta no conceito de uma base de dados única, onde os dados são introduzidos em diferentes níveis de responsabilidade e ficam imediatamente disponíveis para processamento e visualização pelas diversas áreas funcionais (financeira, logística e recursos humanos), conforme se atenta no esquema seguinte:

¹¹⁴⁴ Pode mesmo afirmar-se que “a mudança é inerente à vida militar, baseada em sucessivas alterações, mudança de papéis, aprendizagem de novas missões, separações mais ou menos prolongadas da família e marcada por um eventual retorno à vida civil, coincidindo ou não com a reforma definitiva. Porém, o ritmo de mudança mundial depois de 1989 foi de tal ordem que surpreendeu mesmo os militares. E apesar dos apelos ouvidos aqui ou ali a favor de um período de pausa na reestruturação da instituição militar, a única coisa de que esta tem certeza é que no século XXI a mudança será ainda a ordem do dia”. Cfr. Dandeker, Christopher – “L’Entrée dans le XX^e Siècle” in Boone, Bernard e Dandeker, Christopher (coords.) – *Les Armées en Europe*, Paris, Éditions la Découverte, 1998, p. 69.

¹¹⁴⁵ Entre outros, oportuno ver Leavitt, Harold J. e Bahrani, Homa – *Managerial Psychology. Managing Behaviour in Organizations*, 5.^a Edição, Chicago, The University of Chicago Press, 1988 [e. original 1958].

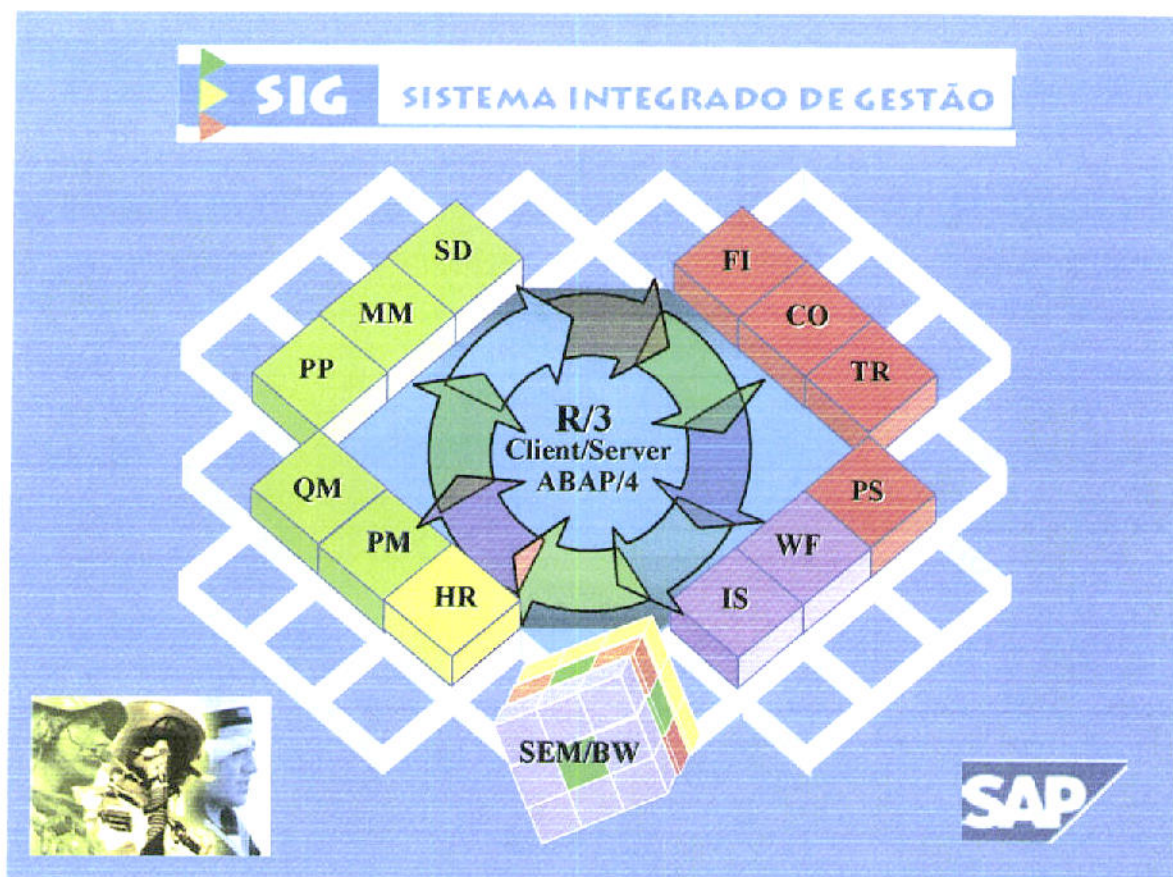


Figura n.º 59

O SIG/DN enquanto sistema modular, integrado e funcionando por processos, transversalmente aos seus módulos envolventes¹¹⁴⁶

No domínio da administração do Exército, a entrada em produtivo do SIG/DN (apenas efectuada no início do ano de 2006) constituiu o maior desafio ao nível da contabilidade e gestão financeira desse Ramo nas últimas três décadas. Procedeu-se não só à transição de um sistema contabilístico unigráfico para um sistema de cariz totalmente digráfico, mas também à utilização

¹¹⁴⁶ Modelo original cedido pela SAP aos Ramos, posteriormente sistematizado e adaptado pelo Departamento de Formação da Direcção de Finanças do Exército. Fonte: Rosado, David – *Manual de Formação de Formadores SIG/DN*, Lisboa, Direcção de Finanças, 2006, p. 20. O projecto SIG/DN foi concebido com base em processos únicos, consubstanciados nos “*Business Blue Print’s*” (BBP’s) e aplicando-se aos órgãos que o integram: MDN e respectivos Órgãos e Serviços Centrais (OSC), EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea. Organizado para as três áreas funcionais (Finanças, Logística e Recursos Humanos), o SIG/DN foi esquematizado por blocos, nomeadamente: para a Área Financeira, incluindo o Bloco 1.1 (constituído pelos Módulos de Contabilidade Geral (FI), Gestão de Imobilizado (AA), Tesouraria (TR), Gestão de Contratos (PS) e Execução Orçamental (EAPS)), o Bloco 1.2 (constituído pelos Módulos de Planeamento de Actividades (SEM/BPS), Planeamento Orçamental (SEM/BCS), Consolidação Orçamental e Patrimonial (SEM/BCS), Relatórios (BW) e Alterações Orçamentais (SEM/BW) e o Bloco 2.1 (constituído pelo Módulo de Contabilidade Analítica (CO)); para a Área Logística, incluindo o Bloco 2.2.1 (não implementado, mas contendo os Módulos de Gestão de Armazéns (WM) e Planeamento Logístico (MRP)) e o Bloco 2.2.2 (incluindo os Módulos de Compras e Stocks (MM), Vendas e Distribuição (SD) e Gestão de Qualidade (QM)). Neste âmbito, ver também *Idem – Preparação, Realização e Análise Crítica de Sessões Práticas em SIG/DN (Autoscopias) para Formadores*, Lisboa, Direcção de Finanças, 2006, p. 35.

prática da contabilidade pública, através do POCP. Esta mudança revelou-se numa total cisão com procedimentos que estavam em vigor há mais de 30 anos no Exército Português.¹¹⁴⁷

Experimentando um autêntico desafio da mudança, importa também sublinhar que as UEO do Exército, entre essas, o IMPE, estavam perante as consequências de uma génese não concluída. Com efeito, o SIG/DN era um sistema ainda inacabado e várias foram as razões e circunstâncias que sucessivamente se vieram a constatar num quadro complexo de adaptação do Exército. Ainda assim, é de salientar que o Ramo implementou um esforço significativo na prossecução prática do SIG/DN, pesem contudo as dificuldades significativas subjacentes.¹¹⁴⁸

Grosso modo, pode afirmar-se que o SIG/DN estava numa fase de relativa estabilização no fim do primeiro semestre de 2006. Todavia, numa perspectiva de avanços e recuos, a reestruturação efectuada no Exército coincidiu no fim desse período e implicou necessariamente também uma reestruturação do seu sistema financeiro. Ainda que organizacionalmente a reestruturação do Exército possa ter sido uma medida com algum significado e alguns objectivos institucionais identificáveis, a verdade é que no âmbito restrito da estrutura financeira se afigurou como uma medida altamente preocupante, pois perspectivava-se um recuo significativo perante os difíceis passos que, nessa altura, já se tinham concluído com sucesso pelos utilizadores do sistema e responsáveis pela sua estabilização.¹¹⁴⁹

¹¹⁴⁷ Numa primeira fase, as maiores dificuldades na implementação do SIG/DN consistiram em: lacunas na instalação da aplicação SAP R/3 em algumas UEO; falta de "users id" e palavras-chave para muitos dos utilizadores finais, com o agravamento significativo que as rotações de efectivos implicavam; desconhecimento geral sobre as funcionalidades do sistema; e ainda, aptidões técnicas insuficientes para trabalhar com a contabilidade pública e com o POCP. Cfr. Rosado, David – *A Implementação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) no Ministério da Defesa Nacional: implicações para a administração financeira do Exército*, Conferência proferida ao Curso de Promoção a Oficial Superior 2005/06, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, 30 de Janeiro de 2006 e Rosado, David – *A Implementação do Sistema Integrado de Gestão no Exército*, Conferência proferida ao Curso de Estado-Maior 2005/07, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, 07 de Novembro de 2006.

¹¹⁴⁸ Entre a formação desejada e a formação possível, refira-se que a formação inicial foi insuficiente e muitas das carências tiveram que ser progressivamente resolvidas, através do desenvolvimento de acções de formação e cursos subsequentes (com um grande número desses promovidos pela Direcção de Finanças do Exército). Depois, verificaram-se lacunas em efectivos e em demais recursos de vária ordem nos "help desk" de 1.º e 2.º nível. As UEO manifestavam essas dificuldades, pois ao tentarem solucionar os seus problemas, nem sempre tinham o apoio oportuno e necessário. Existia inclusivamente a falta de um endereço electrónico para envio de "print screens" logo no "help desk" de 1.º nível, para esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas técnicos aos utilizadores finais. Finalmente, a indefinição de vários processos contabilísticos e o desfazamento do sistema perante a realidade dos Ramos, com destaque para o Exército, assumia-se como um aspecto de particular preocupação para os elementos mais directamente responsáveis pela sua estabilização. Cfr. Rosado, David – *Relatório sobre o SIG/DN (Fase de Produção e Suporte - Ano de 2006)*, Lisboa, Secção de Contabilidade e Prestação de Contas/Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade/Direcção de Finanças, 8 de Janeiro de 2007.

¹¹⁴⁹ As exigências desse novo modelo estrutural podem ser sintetizadas nas seguintes vertentes: as novas parametrizações de dados informáticos de cariz orçamental e financeiro e a diminuição do número de Centros de Finanças existentes (inclusivamente com trocas de UEO apoiadas entre Centros de Finanças) foram duas das maiores dificuldades experimentadas nesse processo; depois, destaque-se a antecipação do encerramento económico, com o trabalho urgente a desenvolver pelas Comissões Liquidatárias nas regularizações da contabilidade das antigas UEO, para um encontro da realidade financeira do Exército com o SIG/DN. Ver Rosado, David – *A Implementação do Sistema Integrado de Gestão: implicações para a administração financeira do Exército*, Conferência proferida ao

No início de 2007, ainda apenas estavam em fase de produção na “*empresa*” Exército os seguintes Módulos do SIG/DN: os Módulos EAPS e FI do Bloco 1.1 e os Módulos constantes do Bloco 1.2.¹¹⁵⁰ Esta realidade não deixa dúvidas quanto ao difícil percurso que se viveu relativo à implementação deste sistema de informação no Ramo.¹¹⁵¹ Com um grande esforço exigido aos seus membros mais ligados com a área financeira, o Exército tem continuado o seu caminho neste processo de modernização e de responsabilização através do SIG/DN. Mas se isto é inegavelmente um dado positivo no que concerne à dinamização do Ramo, não impede contudo que se pense cada vez mais numa reestruturação social virada efectivamente para a mudança estratégica, e aqui, obviamente mais do que a reestruturação organizacional que teve lugar recentemente e que pouco valor estratégico assumiu na dimensão estrutural das Forças Armadas.¹¹⁵²

Curso de Promoção a Oficial Superior 2006/07, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, 29 de Novembro de 2006.

¹¹⁵⁰ As “*empresas*” do SIG/DN (tipologia adoptada para esse sistema, posteriormente parametrizada e codificada) constituem-se nas entidades que, no âmbito do MDN, prestam oficial e obrigatoriamente contas ao Tribunal de Contas. Essas entidades são as seguintes: o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (GMDN), a Secretaria Geral (SG), a Direcção Geral de Política Defesa Nacional (DGPDN), a Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), a Direcção Geral de Infra estruturas (DGIE), a Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa (DGAED), a Inspeção Geral da Defesa Nacional (IGDN), o Instituto de Defesa Nacional (IDN), a Polícia Judiciária Militar (PJM), o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), a Marinha de Guerra Portuguesa, o Instituto Hidrográfico (IH), o Exército Português e a Força Aérea Portuguesa.

¹¹⁵¹ Aliás, a própria Marinha apenas entrou em fase de produtivo do SIG/DN em 2007, pois no ano anterior continuou a trabalhar com a aplicação SAP que já tinha desenvolvido anos antes e que, para muitos efeitos, estava ajustada às suas necessidades. Mas, obviamente, tratava-se de uma plataforma informática que não estava integrada com as restantes “*empresas*” do sistema SIG/DN e, por esse motivo, teve de ser dispensada em favor do último. No final de 2006, sublinhe-se, o Exército e a Força Aérea constituíam as únicas “*empresas*” que estavam a trabalhar em pleno com o SIG/DN. Todas as restantes “*empresas*” funcionavam com o sistema em termos estritamente ligados com o treino/formação e com a simulação de procedimentos, com vista a uma posterior entrada em produtivo.

¹¹⁵² A formação técnica dos elementos que constituem a espinha dorsal das Forças Armadas tem de ser inequivocamente uma prioridade. O Exército continua a deter, em vários cargos da sua organização, militares e civis cuja preparação é insuficiente para as tarefas que devem desenvolver, sobretudo aquelas de cariz técnico mais acentuado, com destaque para as funções ligadas com a actividade de administração e gestão financeira. É por isso que para a prossecução da implementação plena do SIG/DN, várias dimensões devem ainda ser desenvolvidas. Além da última, destacamos: uma maior facilidade do sistema na *interface* com o utilizador (sistema amigável) e interactividade, integração e eficiência na comunicação entre aplicações e sistemas; a manutenção deve passar por uma mais eficiente gestão da base de dados, com actualização constante dos dados, realização de cópias de segurança periódicas dos dados, (re)estabelecimento de restrições de acesso à informação e (re)definição de níveis de utilização; a monitorização do sistema deverá ser mais acrescida e continuada, exactamente no sentido de se conseguir um ajustamento e actualização do sistema face a resultados conseguidos e a novas necessidades dos utilizadores, assim como a alterações organizacionais, a alterações do grupo de utilizadores do sistema e, ainda, a alterações das metas a atingir ou dos próprios objectivos institucionais. Recorde-se que os recursos humanos das Forças Armadas, na sua progressiva tendência de decréscimo, tenderão a estar verdadeiramente imbricados com outras componentes de funcionamento das Forças Armadas, ou seja, “*para compensar a diminuição de efectivos, a tecnologia, a racionalidade das organizações e a simplicidade nos métodos de comando, controlo e informação serão verdadeiros multiplicadores de forças*”. Cfr. Santos, M. Alvarenga de Sousa – “Evolução Estratégica da Aliança Atlântica” in *Nação e Defesa*, n.º 84, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Inverno 1998, p. 30.

Em termos de estrutura organizacional, o IMPE apresenta o Quadro Orgânico seguidamente mencionado (esta disposição, embora datada de 1993, continuou a estar perspectivada dentro da nova estrutura organizacional do Exército que foi aprovada em 2006):¹¹⁵³

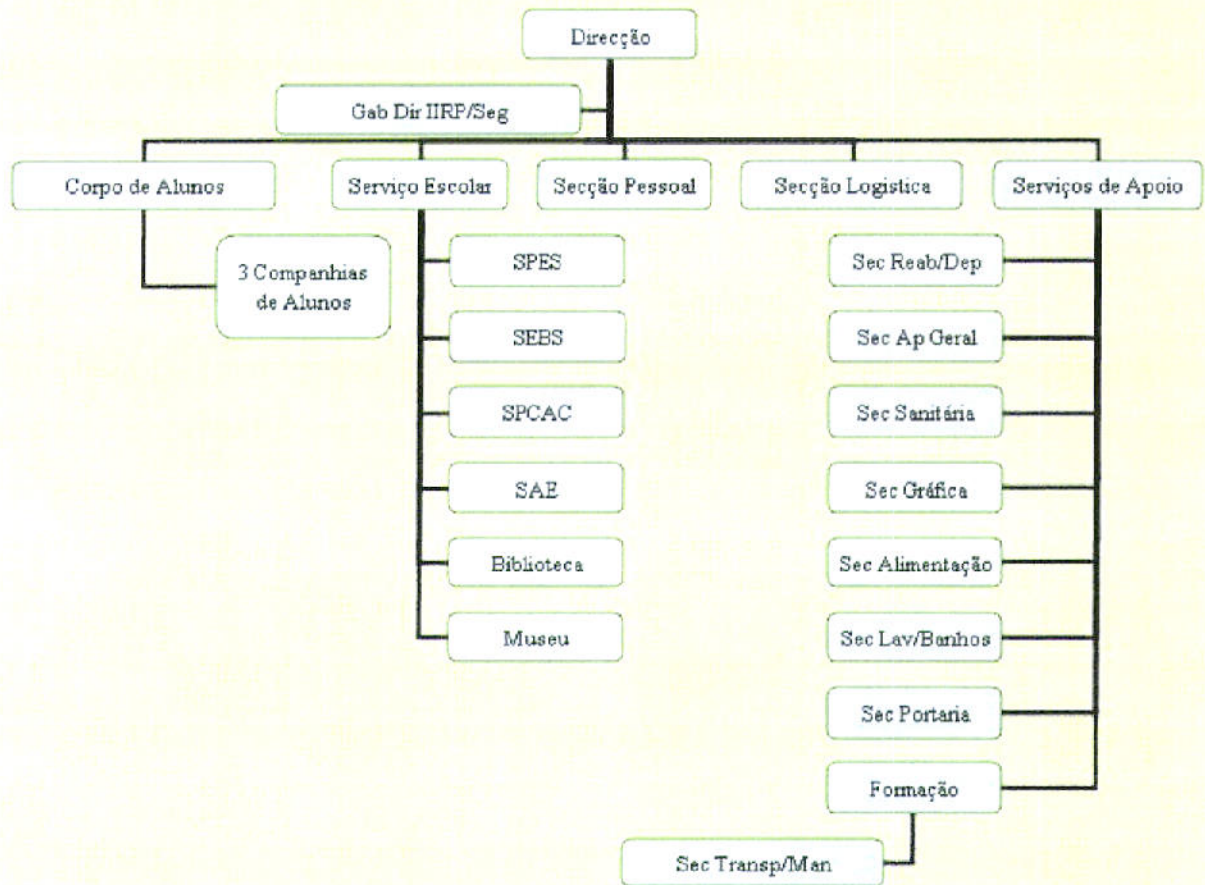


Figura n.º 60

Quadro Orgânico do IMPE (aprovado por Despacho de 21SET93 do GEN CEME)¹¹⁵⁴

Fruto dessa reestruturação do Exército, o Instituto depende agora organicamente do Comando da Instrução e Doutrina (CID) e, funcionalmente, da Direção de Educação (DEduc). Se em termos de recursos humanos os efectivos do Instituto no ano lectivo 2005/2006 já apresentavam

¹¹⁵³ Segundo o n.º 1 do art. 5.º da LOBOFA, o Exército faz parte da estrutura das Forças Armadas. A actual Lei Orgânica do Exército foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 60/2006, de 21 de Março (que revogou a anterior Lei Orgânica do Exército, nomeadamente a Lei n.º 50/93, de 26 de Fevereiro).

¹¹⁵⁴ Fonte: Secção de Pessoal do IMPE (adaptado).

algumas fragilidades em termos de pessoal (fruto da redução de efectivos a todos os níveis), já com vista ao ano de 2007 procedemos a uma oportuna análise comparativa entre o efectivo previsto em Quadro Orgânico e o quantitativo existente em 31 de Março de 2006 (disponibilizado pela Secção de Pessoal do IMPE). E dessa análise, foi possível destacar as seguintes realidades:

- No que concerne a Oficiais, constatou-se a falta de 2 (dois) Majores e de 3 (três) Capitães/Subalternos. Esta situação obriga a reajustamentos e à nomeação de alguns militares para o desempenho de funções de posto superior no ano lectivo 2006/2007;
- No que concerne a Praças, o Efectivo Autorizado (EA) para 2006 de cerca de 31 (trinta e uma) Praças ficou muito aquém das necessidades manifestadas por este EMEns, sobretudo por ser constituído por duas Secções fisicamente separadas. Com efeito, o total de Praças existentes não se afigurou razoável para constituir as escalas diárias de serviço levadas a efeito na Escola, nomeadamente, as escalas de Cabo de Dia, Reforço, Condutor de Dia e Socorrista de Dia.¹¹⁵⁵ Numa das situações mais críticas que verificámos, o IMPE não dispõe de Central Telefónica a funcionar desde há vários meses, sendo que todos os telefonemas que estavam a ser realizados ainda em Janeiro de 2007 estavam a ser remetidos directamente para os serviços de secretariado da Direcção do Instituto;
- No que concerne a funcionários civis, constatou-se a falta de 13 (treze) Assistentes Administrativos, 8 (oito) Operários e 23 (vinte e três) auxiliares. Nos últimos anos, a elevada falta de civis, em todas as categorias, obrigou o Instituto a encetar vários mecanismos de substituição e de acumulação de funções. Com efeito, destaca-se que ao nível do pessoal operário e auxiliar, só à custa de significativos regimes de acumulação de funções é se têm colmatado as faltas existentes. Para atenuar tais faltas, é necessária a colocação de alguns novos funcionários, especialmente de cozinheiros e vigilantes, dada a criticidade das funções que exercem no contexto do bem-estar e segurança dos alunos.

A situação do Instituto relativamente a material diverso, também não era animadora no final do ano lectivo 2005/2006. Com efeito, faltava uma espingarda automática G3 7,62mm M/63 desde 22 de Dezembro de 1996 (ocorrendo trâmites ao nível da Polícia Judiciária Militar acerca do respectivo processo de justiça) e o parque automóvel encontrava-se excessivamente envelhecido,

¹¹⁵⁵ Note-se que o efectivo previsto em Quadro Orgânico do IMPE é de cerca de 47 Praças.

estando sujeito a permanentes reparações. Neste ultimo âmbito, podemos destacar as seguintes necessidades prementes, que se mantiveram para o ano lectivo seguinte.¹¹⁵⁶

- Substituição da TP8;
- A carência de uma Ambulância moderna e adequada às necessidades específicas de uma escola com o efectivo típico do IMPE e tendo em conta as actividades que desenvolve;
- Substituição da viatura do Director.

No que concerne à implantação das instalações do IMPE no terreno, são de referir os seguintes dados:¹¹⁵⁷

- 1.^a Secção:¹¹⁵⁸
 - Área Total: 15.860 m²
 - Área Coberta: 4.840 m²
 - Área Descoberta: 11.010 m²
 - Perímetro: 480 m
- 2.^a Secção:¹¹⁵⁹
 - Área Total: 43.753 m²
 - Área Coberta: 4.319 m²
 - Área Descoberta: 39.494 m²
 - Perímetro: 1950 m

Notemos que as instalações do Instituto, ainda que sejam suficientes para cumprir a sua missão, necessitam de obras permanentes de manutenção devido ao facto de serem muito antigas, pelo que os encargos financeiros se tornam muito dispendiosos para a Escola. Além disso, é preocupante que não existam alojamentos condignos para o pessoal feminino, situação particularmente delicada pois existem cada vez mais mulheres militares a incorporarem as fileiras das Forças Armadas. Ainda que já se tenham concretizado progressos para a recuperação de algumas

¹¹⁵⁶ Ver Apêndice VII – Material Orgânico Principal do IMPE em 31 de Março de 2006. Fonte: Secção de Logística do IMPE (adaptado).

¹¹⁵⁷ Fonte: Plantas autenticadas do IMPE, constantes na Câmara Municipal de Lisboa e cedidas pela Secção de Logística do Instituto.

¹¹⁵⁸ Tem como Património Classificado o conjunto arquitectónico relativo ao Convento de São Domingos de Benfica, incluindo a designada Capela de Corpus Christi.

¹¹⁵⁹ O seu endereço é o seguinte: Estrada de Benfica, n.º 374, 1549-016 Lisboa.

instalações do IMPE, podemos dizer que das principais obras de manutenção e remodelação necessárias à funcionalidade do Instituto, se destacam as seguintes:¹¹⁶⁰

- Adaptação/remodelação dos alojamentos femininos (Oficiais, Sargentos e Praças);
- Impermeabilização e substituição de janelas no Museu do Instituto;
- Remodelação das casas de banho e parqueamentos da 2.ª Secção;
- Reparação dos telhados da 1.ª Secção;
- Pintura do muro lateral poente da 2.ª Secção;
- Adaptação/remodelação das instalações para a transferência do Ensino Secundário para a 1.ª Secção;
- Revisão do sistema eléctrico da 1.ª e 2.ª Secção;
- Substituição de portas e janelas de alumínio no bloco de aulas da 1.ª Secção;
- Beneficiação da Sala do Fundador e Museu do Instituto com revestimento de paredes;
- Conversão da instalação de gás da Lavandaria para gás natural;
- Recuperação da piscina.

Em termos de dotações orçamentais atribuídas ao Instituto ao longo dos últimos anos, percebemos claramente que o Instituto tem mantido um quadro de estabilidade orçamental nos últimos anos depois de uma situação em que foi sujeito diminuições desta natureza, em parte pelo decréscimo de efectivos a prestar ali serviço e, depois, pelo decréscimo do número de alunos admitidos. No período de 1997 a 2006, a esquematização orçamental derivada do OMDN-E para o IMPE é a seguinte:

¹¹⁶⁰ Ver a "Proposta de Plano de Actividades do IMPE para 2007" realizada pela Secção de Logística do Instituto e englobada no planeamento global do Ramo para esse referido ano.

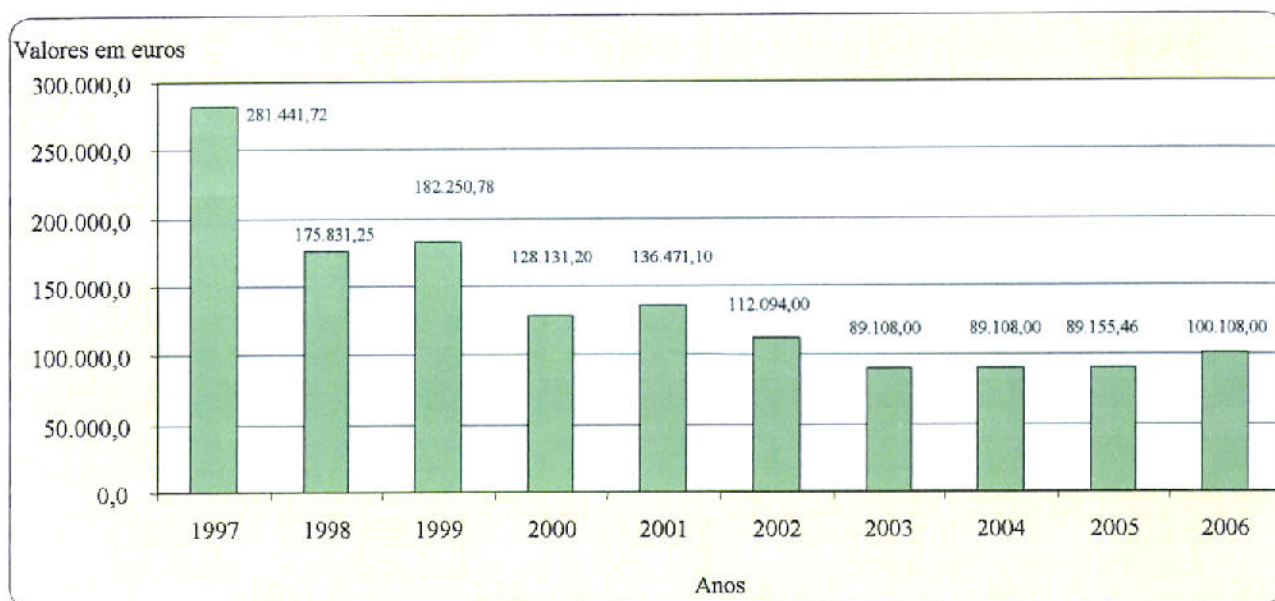


Gráfico n.º 4

Dotações Orçamentais OMDN-E para o IMPE durante 1997/2006¹¹⁶¹

No que concerne a participações do Estado para o Instituto, a situação tem sido cada vez mais preocupante. Depois de um período relativamente estável, a verdade é que depois de 2001 o cenário foi cada vez menos favorável para o IMPE. O montante global destas participações tem sido sucessivamente menor e, enquanto complemento financeiro para o quotidiano escolar, é inegável que esta situação acarreta dificuldades. No mesmo período que a análise anterior efectuada, o gráfico que elucida esta diminuição, é que a seguir se apresenta:

¹¹⁶¹ Fonte: Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade da Direcção de Finanças do Exército (adaptado). Refira-se que no ano de 2006, a dotação inicial foi de 86.836,00 € para encargos com instalações, mas houve lugar a reforço orçamental em Maio de 2006, no montante de 13.272,00 €, oriundo das Participações do Estado.

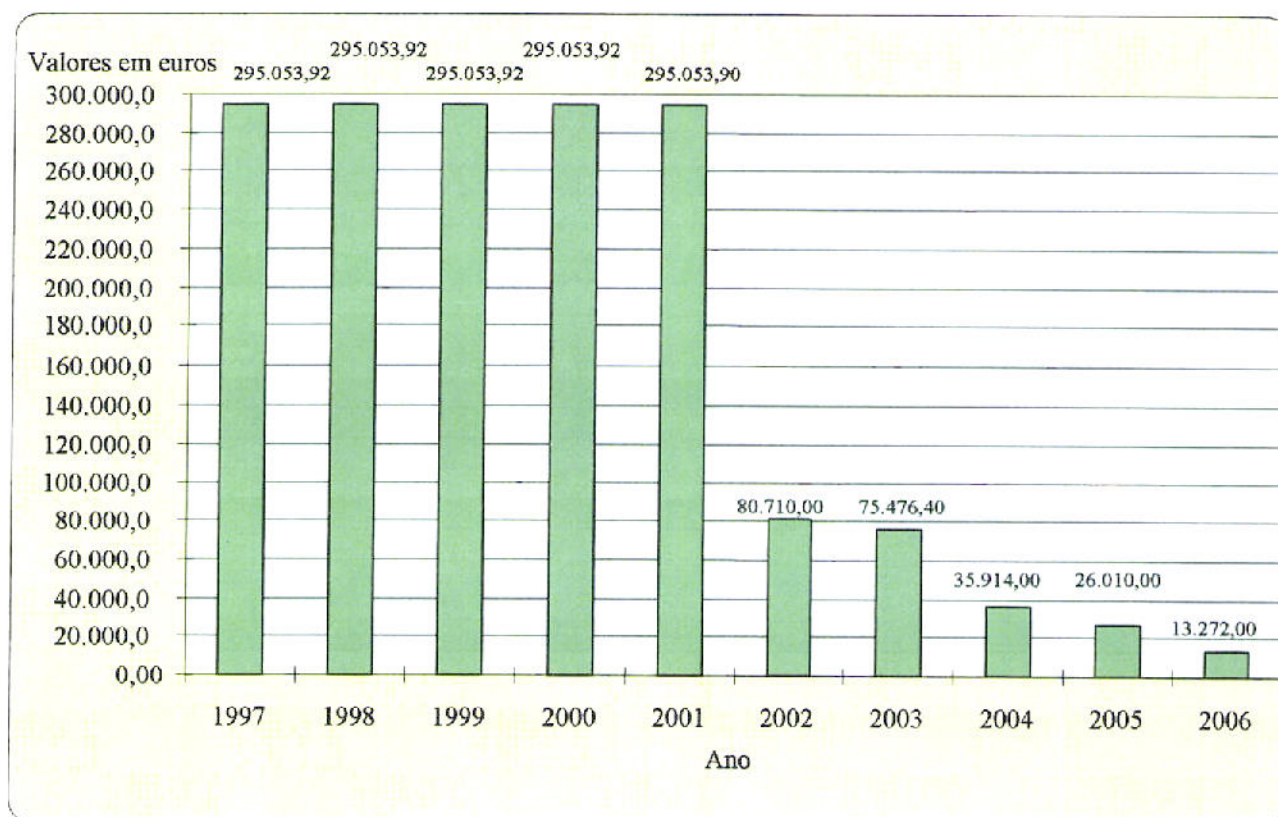


Gráfico n.º 5

Complicações do Estado para o IMPE durante 1997/2006¹¹⁶²

Ao nível das receitas obtidas, nomeadamente DCCR, a situação financeira ao longo dos últimos anos só não foi mais preocupante pois, fruto de alguns contratos celebrados com outras Instituições (entre essas, o Sport Lisboa e Benfica) para a utilização de instalações do IMPE (como por exemplo o Pavilhão Gimnodesportivo), conseguiu-se com algum sucesso obter receitas de valor muito significativo e de extrema oportunidade para a Escola, sobretudo no sentido de atenuar os efeitos do relativo decréscimo das dotações orçamentais atribuídas e também da diminuição das contribuições do Estado. Os montantes globais obtidos ao nível de DCCR foram os seguintes:

¹¹⁶² Fonte: Repartição de Gestão Orçamental da Direcção de Finanças do Exército (adaptado).

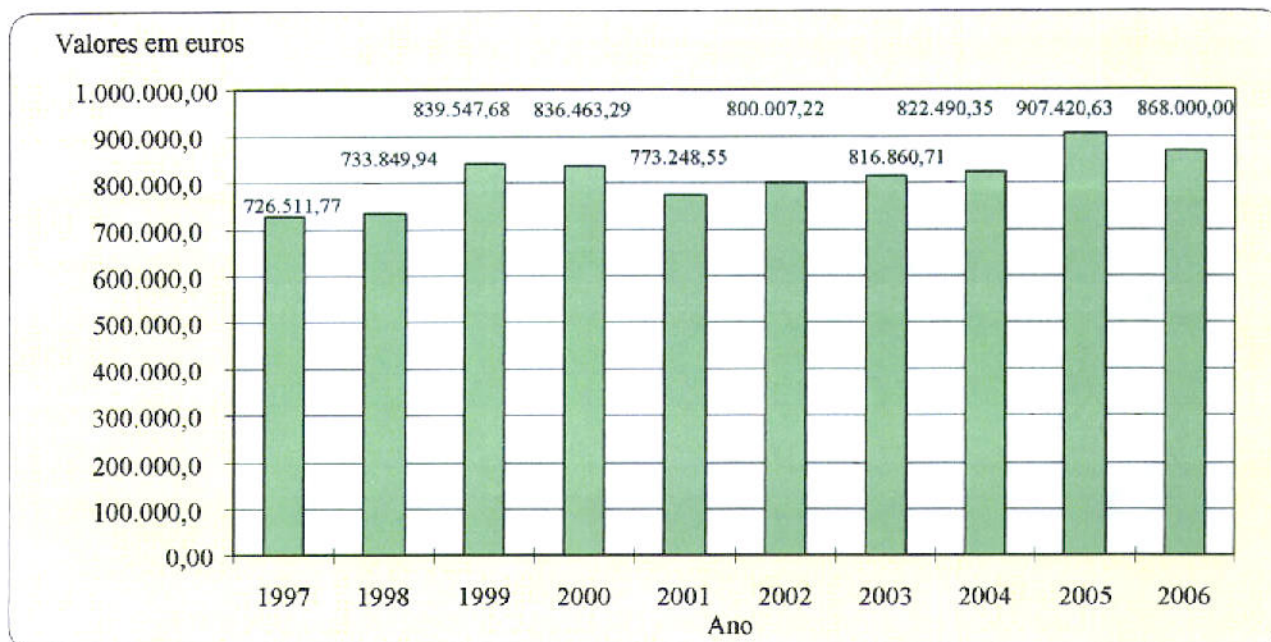


Gráfico n.º 6

DCCR do IMPE durante 1997/2006¹¹⁶³

A evolução dos créditos especiais atribuídos ao IMPE também não tem sido estável. Tem oscilado de ano para ano e a verdade é que não lhe podemos atribuir uma tendência realmente fidedigna. Com efeito, a atribuição superior destes créditos tem dependido não só das oscilações e das dificuldades orçamentais existentes no Exército, mas também das necessidades interpostas pelo IMPE em sede da hierarquia financeira própria do Exército, que como sabemos está desenhada em três níveis de decisão, nomeadamente (e por ordem crescente de responsabilidade): UEO, Centro de Finanças (CFin) e Direcção de Finanças (DFin). Ainda assim, o Estabelecimento tem conseguido fazer valer várias das suas propostas a nível superior. A perspectiva que se alcança dessas acções e iniciativas é aquela que se apresenta no gráfico seguinte, onde encontramos o progresso das atribuições de créditos autorizadas superiormente entre 1997 e 2006:

¹¹⁶³ Fonte: Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade da Direcção de Finanças do Exército (adaptado).

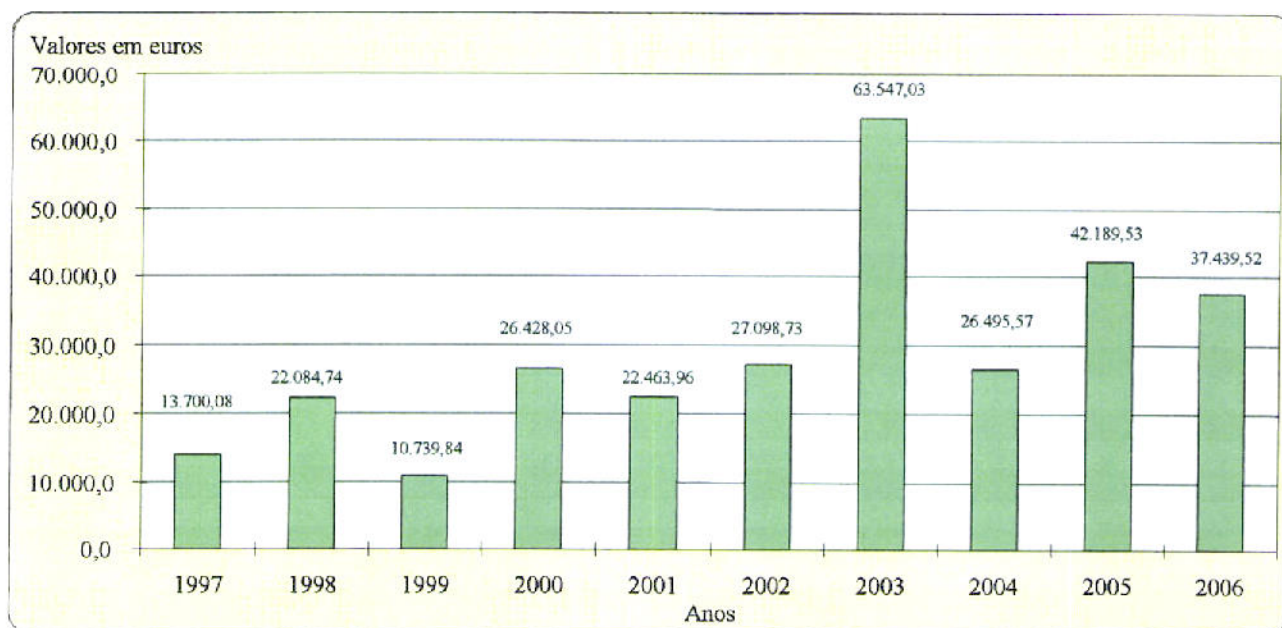


Gráfico n.º 7

Créditos Especiais atribuídos ao IMPE durante 1997/2006¹¹⁶⁴

Os protocolos que o IMPE tem celebrado ao longo dos últimos anos com outras entidades e a capacidade de gerar receitas internas ao nível de DCCR têm sido realmente os dois focos de maior incidência e fluidez financeira para o Instituto. Além de permitirem uma latitude orçamental que não era possível sem estas duas capacidades encetadas pela própria Escola, estas vertentes têm sido um verdadeiro amortecedor perante as dificuldades financeiras que têm advido do decréscimo de admissões registado nos últimos anos, fruto das restrições superiores impostas pelo Exército com efectividade prática no cancelamento das admissões ao IMPE. Encontrámos um quadro que se começou a afigurar mais grave sobretudo a partir de 2001, quando a composição do Batalhão Escolar ficou inferior a 300 (trezentos) alunos no total de todos os anos de escolaridade existentes no EMEns:

¹¹⁶⁴ Fonte: Centro de Finanças do Comando da Instrução e Doutrina (adaptado).

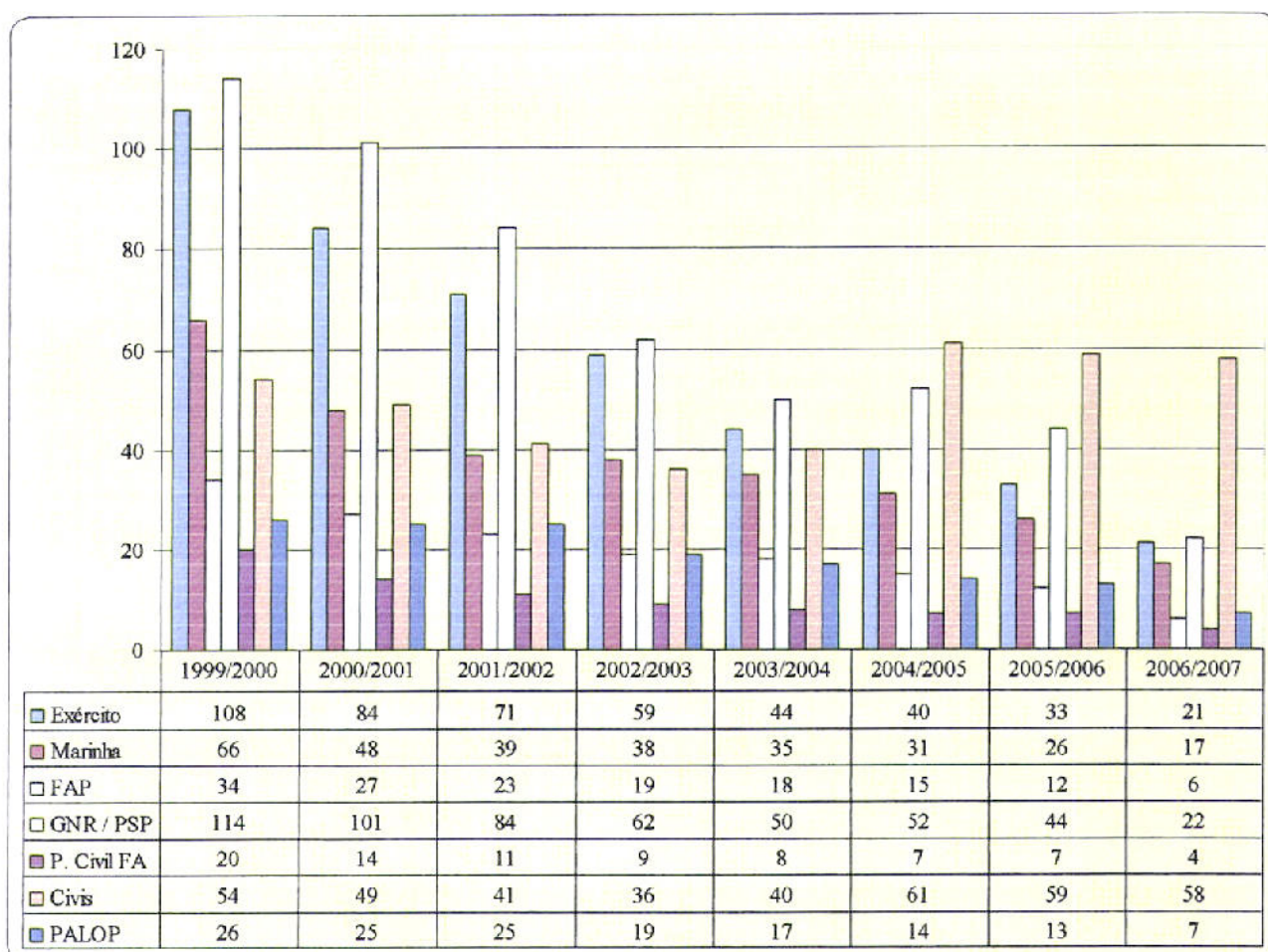


Gráfico n.º 8

Composição do Corpo de Alunos no período 1999/2006

repartida pela origem das suas admissões¹¹⁶⁵

A partir de 2001, com o cancelamento das admissões ao IMPE durante dois anos, a debilidade institucional da Escola foi-se agravando cada vez mais. Com o inquietante retorno do cancelamento das admissões decidido pelo GEN CEME já para o ano lectivo de 2006/2007, o cenário tornou-se ainda mais preocupante para os Pupilos do Exército, com reflexos inexoráveis na situação financeira da Escola por consequência da diminuição de receitas próprias provenientes das mensalidades e propinas dos alunos. Note-se que esta redução de DCCR apenas teve uma pequena quebra no ano lectivo de 2004/2004, quando ocorreu um pequeno crescimento do efectivo Batalhão Escolar em 8 (oito) alunos, mas que não representou uma melhoria significativa perante as dificuldades orçamentais e financeiras existentes na Escola. Em termos globais, a evolução da composição do Corpo de Alunos foi a seguinte:

¹¹⁶⁵ Fonte: Secção de Logística do IMPE (adaptado).

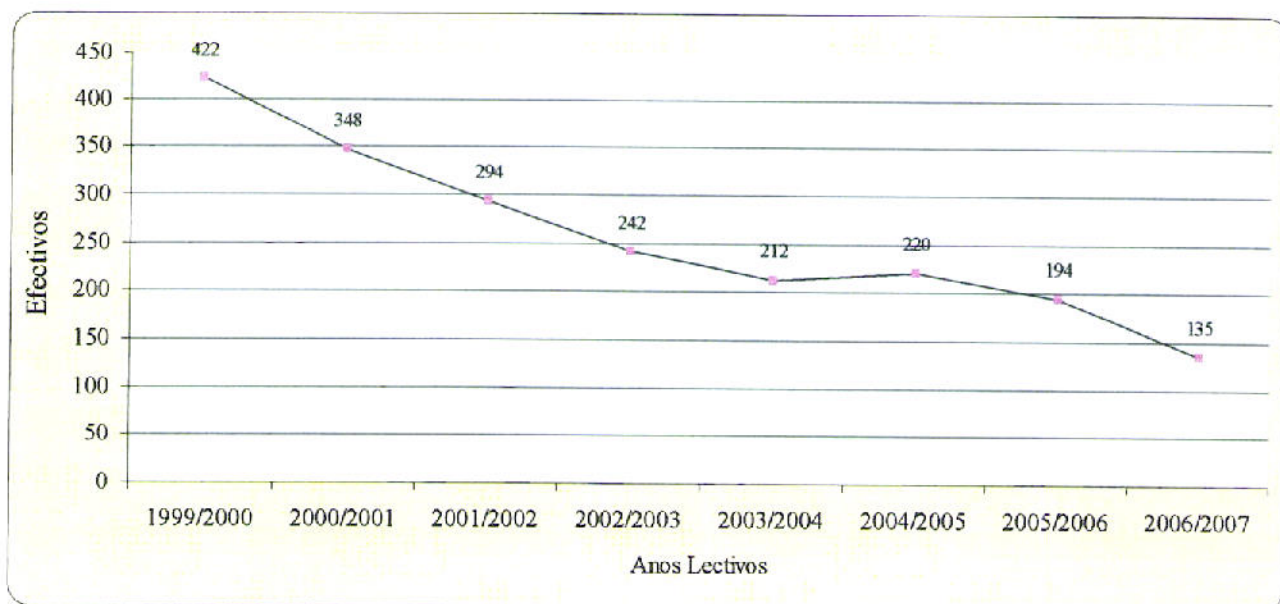


Gráfico n.º 9

Evolução da composição do Corpo de Alunos no período 1999/2006¹¹⁶⁶

Se é verdade que nestes anos a distribuição do efectivo de alunos do IMPE pelo Ensino Básico e Secundário e pelo Ensino Superior tem naturalmente revelado o decréscimo da composição global do Batalhão Escolar, temos contudo que salientar um pequeno crescimento ocorrido no ano lectivo de 2003/2004 no Ensino Superior e que contrariou a tendência ocorrida não só nesta vertente mas também no Ensino Básico e Secundário. Mas mesmo tendo em linha de conta este facto, não podemos ficar indiferentes ao que ocorreu no Instituto a partir de 2001. É inegável que a acção que o GEN CEME promoveu então com o cancelamento das admissões prejudicou gravemente a Escola não só nessa altura, mas também nos anos que se seguiram. A sua responsabilidade naquilo que já foi considerado como o acto de “matar devagarinho” a Escola não é despicienda. Por todos os motivos, mas sobretudo porque permitiu uma maior degradação da imagem do IMPE e porque em nada o ajudou a ultrapassar as dificuldades que se viviam, conjugando por exemplo a sua reestruturação e viabilização no quadro do Exército. Optou-se antes pelo caminho do abandono, negando ao IMPE não só o apoio do comando que deveria defendê-lo em primeiro lugar (o comando do Exército) mas também lhe impedindo a continuidade da razão da sua própria existência e de outra qualquer escola: os alunos.¹¹⁶⁷

E em termos de distribuição do Batalhão Escolar pelos níveis de ensino referidos, a representação gráfica que encontramos é a seguinte:

¹¹⁶⁶ Cfr. *Idem*.

¹¹⁶⁷ Cfr. Ferreira, Américo de Abreu – *Intervenção do Presidente da Direcção da APE na Assembleia Geral de 25 de Maio de 2006*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 2006, p. 2.

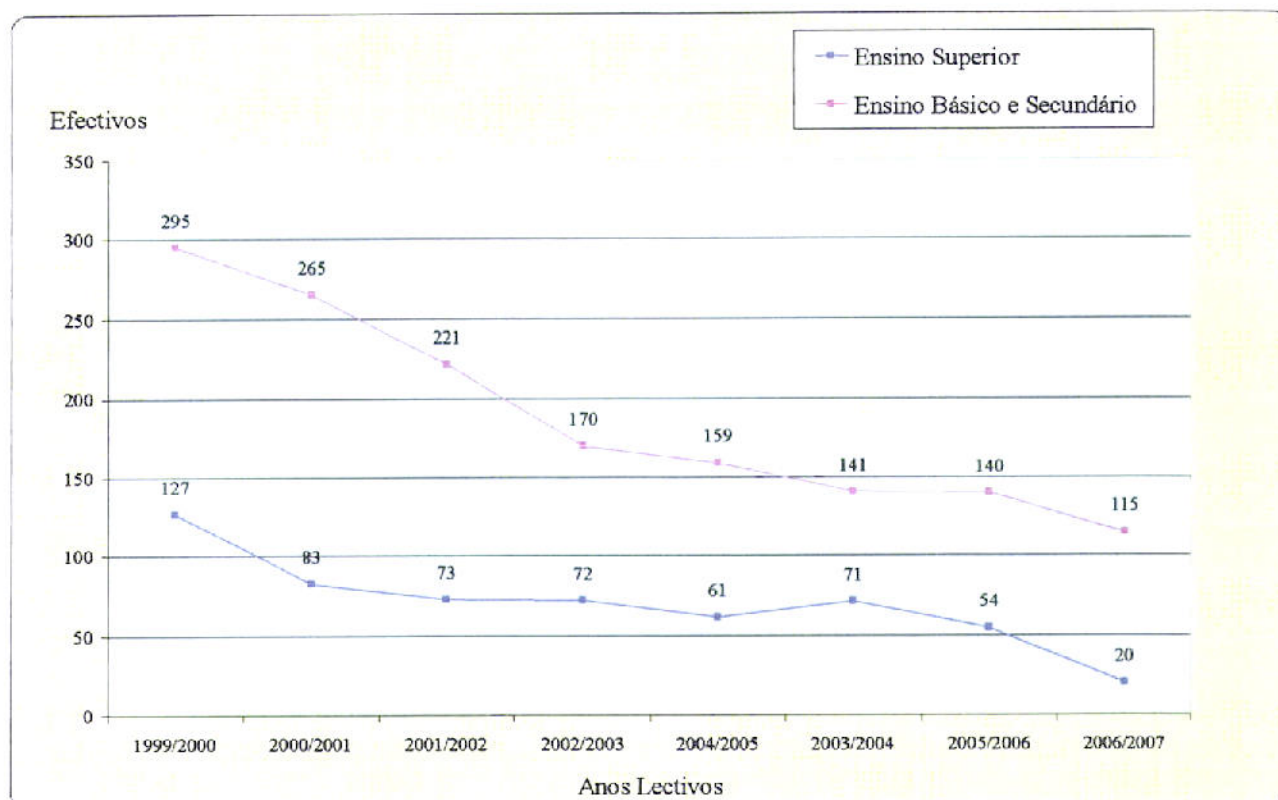


Gráfico n.º 10

Distribuição de alunos por nível de ensino no período 1999/2007¹¹⁶⁸

Repare-se que a medida ministerial encetada por Paulo Portas no sentido de novamente permitir admissões ao IMPE, ainda que louvável por querer salvar uma Escola plena de tradições nas próprias Forças Armadas, parece ter chegado tarde. O efectivo global do Batalhão Escolar continuou a diminuir, não só como resultado da saída de alunos que terminaram os seus cursos mas também pelo decréscimo das candidaturas apresentadas ao IMPE em todos os níveis de ensino. Nem mesmo a inovação do regime de internato conseguiu reverter esse caminho, pois o universo de alunos inscritos nesse regime foi sempre muito menor ao número de alunos internos e, sublinhe-se, nunca se afigurou como uma oportunidade suficientemente competitiva para a Escola cativar novos alunos. Constatamos que faltou sempre, inegavelmente, um projecto de continuidade para o IMPE, realmente pensado em profundidade e efectivado com o apoio do Exército aos seus mais diversos níveis. Ao contrário, as despesas fixas continuaram e em termos de remunerações o cenário não melhorou minimamente. Se é certo que o quantitativo de alunos diminuiu, a mesma coisa não se pode afirmar das remunerações do pessoal a prestar serviço na Escola, tanto civil como militar, como demonstra o gráfico seguinte:

¹¹⁶⁸ Fonte: Secção de Logística do IMPE (adaptado).

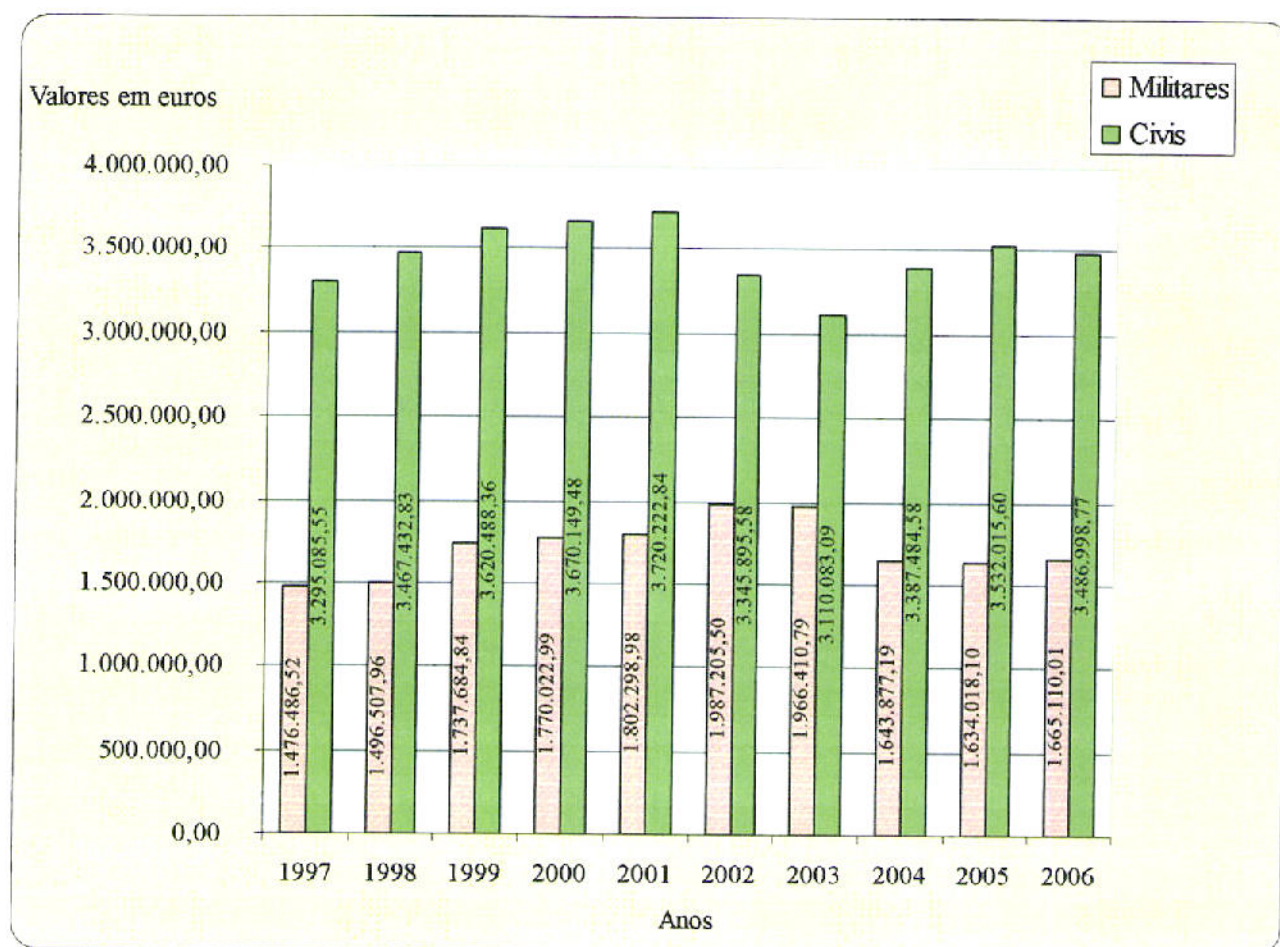


Gráfico n.º 11

Remuneração do efectivo militar e civil a prestar serviço no IMPE no período 1999/2006¹¹⁶⁹

Embora o Instituto tenha observado um relativo decréscimo no efectivo civil ali a prestar serviço e uma certa estabilidade no número de militares ali colocados, no que concerne a lugares orgânicos e despesas afectas a pessoal, a situação económico-financeira não melhorou. E isto acontece assim porque o efectivo que saiu do IMPE não pertencia, na sua maior parte, ao grupo de professores, independentemente do nível de ensino em que desenvolviam a sua actividade. Os professores representam a grande fatia do orçamento ao nível das remunerações (em parte pela sua antiguidade e pelos escalões que detêm) e nesse sentido, a menos que o seu efectivo seja diminuído, o IMPE está perante um encargo orçamental grave, pois não apresenta um rácio favorável entre o número de alunos e o número de professores colocados na Escola. Ou seja, se o número de alunos foi reduzido drasticamente nos últimos anos, todavia o número de professores não sofreu a mesma evolução, nem sequer de uma forma aproximada. Distribuídos pelas diferentes categorias

¹¹⁶⁹ Fonte: Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade da Direcção de Finanças do Exército (adaptado).

profissionais agregadas propositadamente para a nossa análise, entre militares e civis, a evolução que encontramos ao longo dos últimos anos é a seguinte:

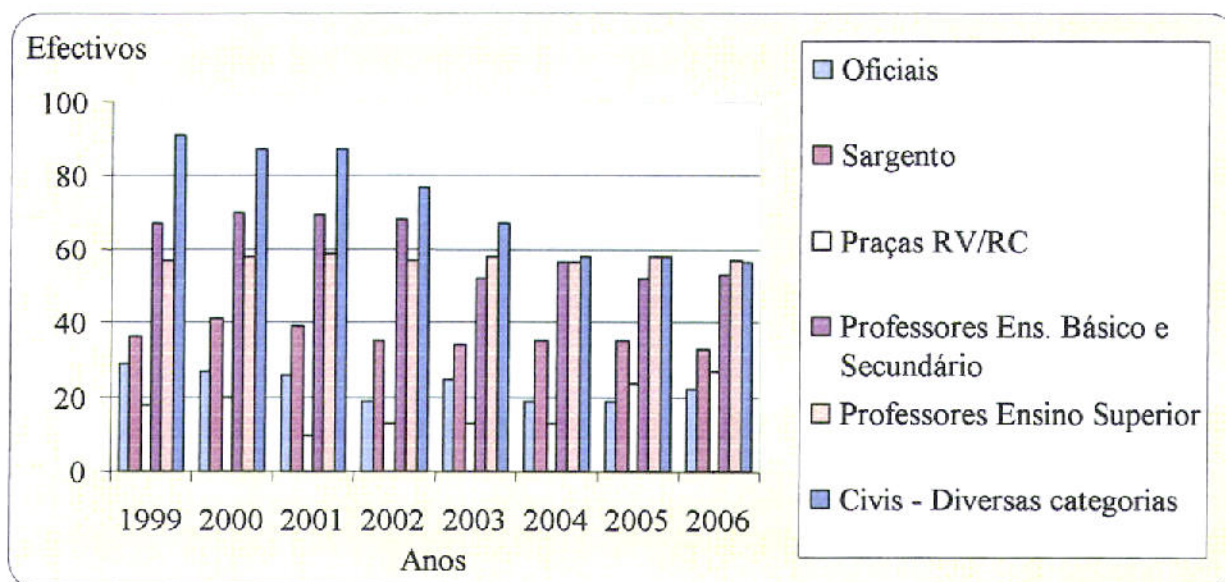


Gráfico n.º 12

Efectivos a prestarem serviço no IMPE no período 1999/2006¹¹⁷⁰

Em termos globais, o efectivo militar e civil apresenta assim a seguinte evolução:

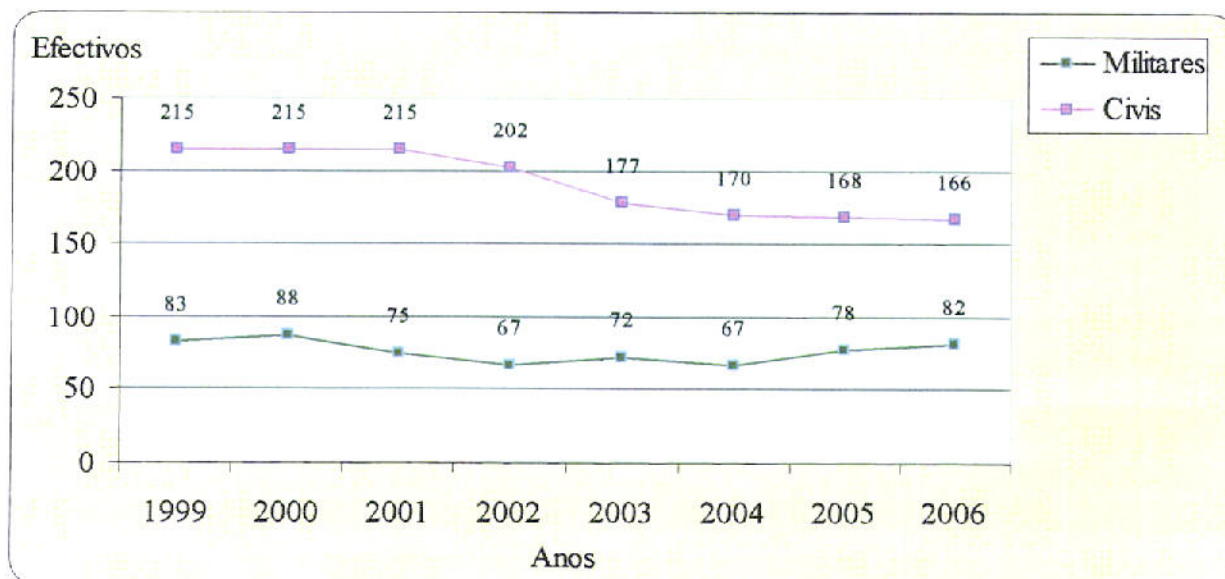


Gráfico n.º 13

Evolução de efectivos militares e civis a prestar serviço no IMPE no período 1999/2006¹¹⁷¹

¹¹⁷⁰ Fonte: Secção de Pessoal do IMPE (adaptado).

¹¹⁷¹ Cfr. *Idem*.

Importa referir que esta diferença até poderia ser justificada num aumento da produtividade escolar, espelhada, entre outros parâmetros, no índice de aproveitamento dos estudantes. Com efeito, um maior número de professores até poderia permitir um melhor acompanhamento dos alunos, através de uma adequada distribuição dos professores e de uma dedicação adicional no estudo acompanhado. Mas isto não se constatou, de todo. Os alunos do IMPE mantiveram de um modo geral as suas médias de acesso ao Ensino Universitário e em alguns casos até pioraram, o que é manifestamente preocupante. É ainda interessante lembrar que das propostas enunciadas pelo Instituto para 2007 (constantes no seu Plano de Actividades entregue superiormente), podemos destacar as seguintes:¹¹⁷²

- Enquanto inseridas nos “*objectivos globais do IMPE*” para 2007:
 - Melhorar os índices de aproveitamento escolar, com especial ênfase no ensino básico e secundário;
 - Promover as alterações decorrentes do Processo de Bolonha, ao nível do ensino superior;
 - Promover as alterações decorrentes das transformações que superiormente venham a ser decididas, no âmbito interno do Exército e do MDN.
- No que concerne às “*estratégias da responsabilidade directa do Instituto*” manifestadas nesse mesmo Plano:
 - Definição de um modelo pedagógico coerente e credível, tendo por base uma análise crítica do actual modelo e dos respectivos resultados;
 - Actuação ao nível das áreas susceptíveis de terem impacto na motivação dos alunos, nomeadamente no que respeita à melhoria das suas condições de vida no Instituto. Nestas incluem-se as áreas das infra-estruturas, do pessoal (enquadramentos e monitorização), do material escolar e oficial, assim como da alimentação e da promoção das actividades extra-curriculares;
 - Acompanhamento das evoluções dos Institutos congéneres e das alterações do próprio ensino em Portugal, elaborando as necessárias propostas de mudança à actual situação do Instituto.

¹¹⁷² Fontes: Proposta de Plano de Actividades do IMPE para 2007 e relatório interno de auditoria financeira às UEO dependentes do CID, elaborado pela Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade datado de 15 de Janeiro de 2007.

3. DA SUA CONTINUIDADE, EXTINÇÃO OU REFORMULAÇÃO ORGANIZACIONAL: CENÁRIOS POSSÍVEIS E/OU DESEJÁVEIS

“No ano em que a APE faz 75 anos de trabalho continuado em defesa do projecto Pupilos do Exército, a pouco mais de três anos de distância da comemoração dos 100 anos da Casa que nos educou, que sejamos capazes, todos, com todas as diferenças que nos caracterizam, de dar as mãos para fazer crescer este projecto comum. Para que servem as comemorações senão para nos fazer crescer e tornar conscientes do dever para com o futuro?”

*Américo de Abreu Ferreira*¹¹⁷³

Numa primeira aproximação teórico conceptual, importa salientarmos que a Sociologia tem emprestado um importante contributo no sentido de melhor compreendermos o mundo que nos rodeia. Entre os inúmeros fenómenos sociais onde encontramos uma notória utilidade desta Ciência Social, contam-se aqueles que envolvem as Forças Armadas. E podemos encarar esses fenómenos segundo duas perspectivas (analisadas conjunta ou separadamente): por um lado, as relações das FA com os outros grupos sociais e, por outro, as ligações que se estabelecem no seu interior. Mas na relação das FA com o Poder Político e na acepção mais profunda dos problemas e desafios específicos que são acometidos da organização militar, também outras ciências têm dado um importante contributo para o melhor entendimento destas realidades, como são a Ciência Política e as Ciências Militares. Sem surpresa, percebemos que estamos perante um mundo cada vez mais complexo onde os saberes são necessariamente partilhados e existe uma interdependência científica permanente.¹¹⁷⁴

Mas importa ressaltarmos que a sociedade onde nos inserimos é caracterizada por múltiplas vertentes que se interligam e que, nesse contexto, diferentes grupos sociais implicam diferentes impactes nas outras componentes, assim como novos determinantes perante um quadro de mudança implicam novas realidades sociais. Logo, estamos perante uma concepção que nos remete para a integração micro-macro associada a um *continuum* da objectividade-subjectividade. Ou seja, os níveis da análise social estabelecem entre si uma relação contínua e multidireccional, ainda que se

¹¹⁷³ Cfr. Ferreira, Américo de Abreu – “Editorial” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 203, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2006, p. 6.

¹¹⁷⁴ Ver Abrahamsson, Bengt – “La profesión militar y el poder político: Los recursos y su movilización” in Banõn, Rafael e Olmeda, José António – *La Institución Militar en el Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985, pp. 254 a 269, assim como Carrilho, Maria – *Democracia e Defesa. Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994.

possa encontrar uma maior relevância nas estruturas objectivas (o sistema mundial, a sociedade), que acabam por estabelecer as regras e os papéis que se adaptam ao outro tipo de estruturas.¹¹⁷⁵

Entre outros factores, sabemos que a globalização, os crescentes problemas que se reportam em áreas tão sensíveis como a segurança e a justiça, as diferentes mutações locais e a manifesta velocidade em que ocorrem as ligações sociais à escala mundial (e o seu surpreendente alcance), evidenciam cada vez mais o rápido e desequilibrado processo que traduz o modo profundo e directo como a vida das pessoas, a nível micro e a nível macro, se relaciona e simultaneamente revela a abertura a novas oportunidades, tanto de natureza positiva como de natureza negativa.¹¹⁷⁶

Reparemos que o novo contexto internacional evidencia sucessivamente, no que respeita ao sistema político, uma acentuada interdependência entre os mais diversos actores. Os Estados são cada vez mais interdependentes, a sua auto-suficiência encontra-se abalada por um intenso desenvolvimento da economia mundial e, num aspecto que é transversal a muitas outras vertentes, existe uma sucessiva incapacidade de garantir uma segurança efectiva às suas populações, o que faz transparecer em crescendo uma afirmação de vulnerabilidade perante a capacidade de intervenção dos Estados, assim como uma maior complexidade na adequação do nível e na amplitude em que se devem situar as diversas relações civil-militares nas democracias contemporâneas.¹¹⁷⁷

O maior protagonismo dos vários actores nacionais e internacionais continua, de dia para dia, a fomentar e a enriquecer o debate sobre qual o efectivo papel a desempenhar pelos Estados no mundo globalizado.¹¹⁷⁸ Este mundo moderno trouxe diferentes formas de encarar o nosso modo de vida e até a nossa maneira de entender as instituições que nos eram mais firmes, mesmo ao nível das convicções de cada um, onde a Instituição Militar não ficou de parte.¹¹⁷⁹ Podemos inclusivamente dizer que se a crise do Estado soberano não significa que o Estado-Nação está a desaparecer, todavia, assistimos a uma verdadeira metamorfose que deriva da transferência de supremacia para as organizações internacionais, enquanto garante dos objectivos fundamentais do bem-estar e da segurança, e à qual Portugal não está alheio.¹¹⁸⁰

¹¹⁷⁵ Cfr. Ritzer, George – *Teoria Sociológica.*, *op. cit.*, p. 463.

¹¹⁷⁶ Útil ver Dollfus, Olivier – *A Globalização*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999 [ed. original 1998].

¹¹⁷⁷ Ver Diamond, Larry e Plattner, Marc (eds.) – *Civil-Military Relations and Democracy*, London, The Johns Hopkins Press, 1996.

¹¹⁷⁸ Ver Anderson, Peter J. – *Política Global do Poder, Justiça e Morte. Uma introdução às relações internacionais*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998 [ed. original 1996].

¹¹⁷⁹ Cfr. Carvalho, Luiz P. Macedo – “As Forças Armadas no Século XXI” in *Revista A Defesa Nacional*, n.º 769, 1995, pp. 55 a 67.

¹¹⁸⁰ Cfr. Júdice, José Miguel – “Portugal e o Novo Contexto Europeu” in *Seminário Portugal e o Novo Quadro Internacional, I Seminário de Actualização dos Auditores dos CDN*, Lisboa, IDN, 1993, pp. 89 a 98.

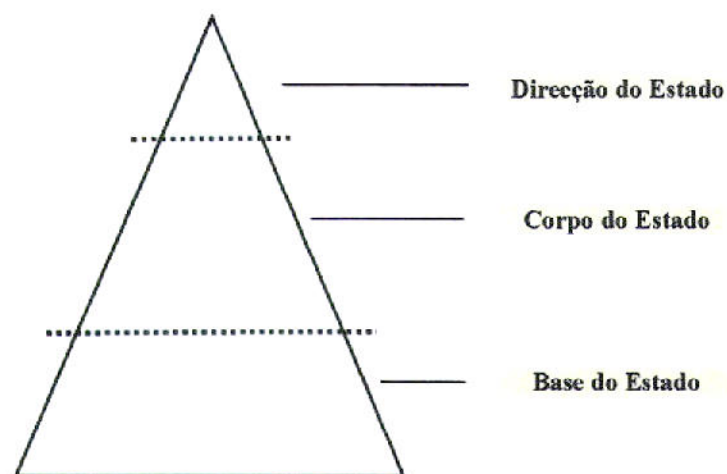


Figura n.º 61

O Estado como pirâmide do Poder¹¹⁸¹

E neste domínio, Portugal tem-se configurado de uma forma similar ao que assistimos genericamente no plano internacional, não obstante a existência de alguns factores específicos que comportam algumas divergências em diferentes planos. As transformações do sistema internacional implicaram modificações também a nível nacional e, inevitavelmente, as Forças Armadas sofreram igualmente com esses processos alargados de transformação social e política.¹¹⁸²

Com efeito, sendo claro que a organização formal militar tem sofrido sucessivas reestruturações no caminho da sua modernização e no sentido do diálogo e cooperação com a sociedade civil,¹¹⁸³ também não deixa de ser evidente que a configuração actual dos Ramos das FA portuguesas é apenas temporária, não só por questões de redução de recursos a todos os níveis, mas também porque a mutação dos Ramos terá sempre que derivar de pressupostos doutrinários

¹¹⁸¹ Fonte: Fernandes, António José – *Introdução à Ciência Política. Teorias, Métodos e Práticas*, Porto, Porto Editora, 1995, pp. 72 e 73 (esquema adaptado). Recordemos que a *Direcção do Estado* engloba o Chefe de Estado, o Parlamento e o Governo, o *Corpo do Estado* comporta os Órgãos Administrativos, os Tribunais e o Aparelho Militar, e finalmente, a *Base do Estado* consiste no conjunto da População. O Estado pode ser entendido como uma sociedade política integrada, caracterizada por uma interacção permanente entre a base social e o aparelho do Estado (Direcção e Corpo do Estado), sendo por isso uma instituição detentora de um poder de integração superior a qualquer outra. Aliás, de acordo com Maurice Hauriou, o Estado é a “*instituição das instituições*”, porque surge como uma instituição complexa que engloba todas as instituições sem contudo que nenhuma delas o inclua. Entre outros, ver Jeannot, Gilles – “La Théorie de l’institution de Maurice Hauriou et les associations” in *Annales de la recherche urbaine*, n.º 89, 2001, pp. 18 a 22 e Millard, Eric – “Hauriou et la théorie de l’institution” in *Droit et Société*, n.ºs 30 e 31, 1995, pp. 381 a 412.

¹¹⁸² Ver Andreski, Stanislaw – *Military Organization and Society*, London, Routledge & Kegan Paul, 1968 [ed. original 1954] e Caeiro, Joaquim Croca – “Papel Político das Forças Armadas: Controlo Civil e Intervenção Militar” in *Futuro Presente*, n.º 40, 1997, pp. 35 a 39.

¹¹⁸³ Ver Edmonds, Martin – *Armed Services and Society*, Leicester, Leicester University Press, 1988.

efectivamente coerentes, o que até agora manifestamente nunca foi conseguido.¹¹⁸⁴ Existem depois todas as questões ligadas com o controle e a capacidade técnica organizacional que urge em levar por diante. Numa perspectiva de profissionalização dos membros das FA, ainda existem enormes lacunas técnicas e em áreas bastante sensíveis dos Ramos e, também por isso, a “transformação [do Exército] é assim um processo de reforma estrutural que deve prosseguir, quer em termos organizativos, quer no quadro do pessoal e do material, garantindo o emprego do Exército com oportunidade, eficiência e eficácia”.¹¹⁸⁵

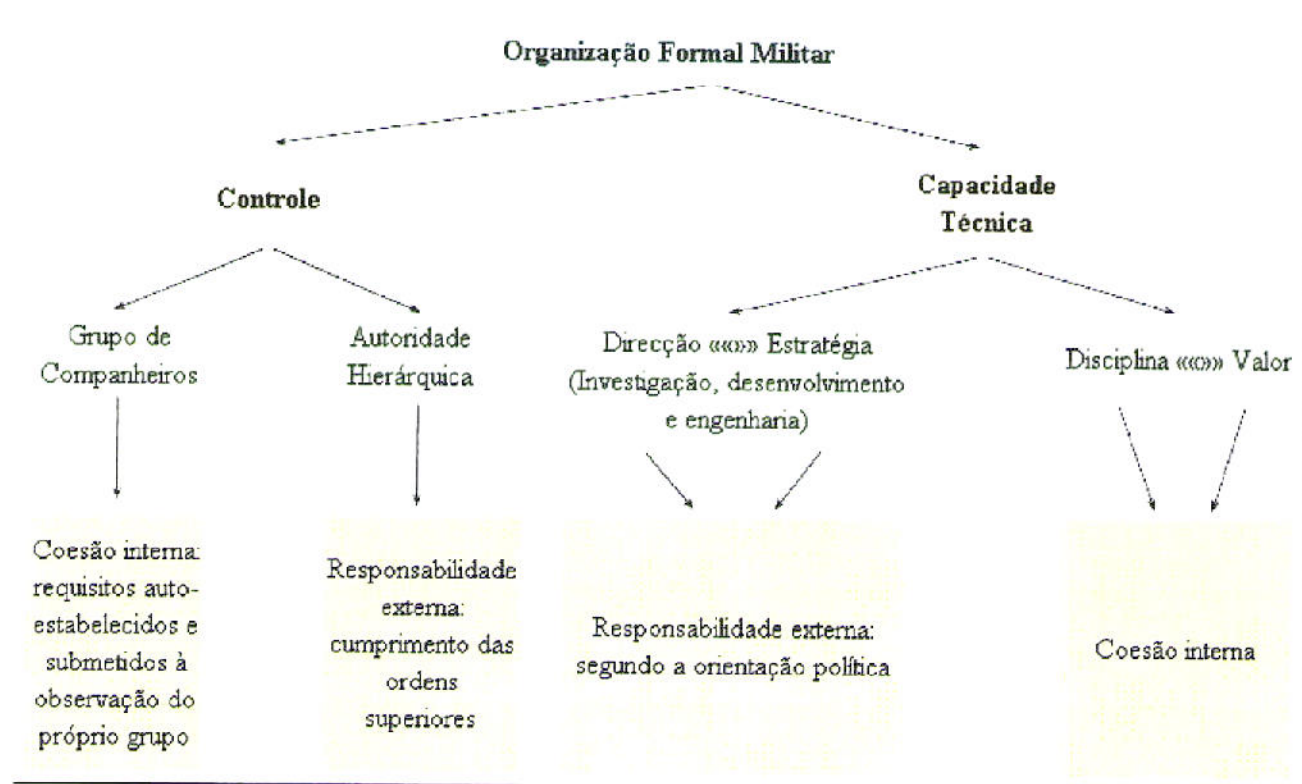


Figura n.º 62

Relacionamento conceptual entre o profissionalismo e o corporativismo¹¹⁸⁶

¹¹⁸⁴ Cfr. Vaz, Nuno Mira – “Os Três RRR, as Novas Funções e o Futuro das Forças Armadas” in *Nação e Defesa*, n.º 62, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Abril a Junho de 1992, pp. 143 a 158.

¹¹⁸⁵ Cfr. Ramalho, Luís Pinto – “Discurso de apresentação oficial ao Exército em 19 de Dezembro de 2006”, transcrito em Redacção do Jornal do Exército – “Exército tem novo Chefe do Estado-Maior” in *Jornal do Exército*, n.º 558, Lisboa, EME, Janeiro de 2007, p. 5.

¹¹⁸⁶ Fonte: Perlmutter, Amos – *Lo Militar e lo Político en el Mundo Moderno*, Madrid, Ediciones Ejercito, 1982 [ed. original 1977], p. 3 (adaptado). Este autor identificou o controle e a capacidade técnica como variáveis chave de natureza qualitativa do profissionalismo militar. O militar é controlado a dois níveis: interno e externo. Com efeito, existe uma supervisão da coesão interna do corpo de militares como grupo profissional e social pelos próprios companheiros que o formam (dado que este grupo observa normas auto-impostas de comportamento pessoal e de conduta profissional), enquanto que, como fonte exterior de controle e disciplina, encontramos a autoridade hierárquica. Neste prisma, interessa ainda acrescentar que o militar profissional de hoje, em vez de herói, tende a ser visto como administrador ou gestor de recursos. Daí a sua necessidade em assimilar as técnicas modernas de gestão e administração, tendo as próprias Academias Militares alterado profundamente os seus currículos escolares por forma a satisfazerem estas exigências. Mas se é verdade que os horizontes sociais e políticos do cidadão militar foram

Nos últimos anos, o conceito de ameaça transformou-se¹¹⁸⁷ e até a imagem institucional das Forças Armadas se alterou.¹¹⁸⁸ Recordemos que a perspectiva de ameaça caracterizada desapareceu (ou, no mínimo, atenuou-se significativamente) e houve lugar à proliferação de ameaças com natureza mais difusa e diluída que as que anteriormente o país se deparava. De cariz transnacional, estamos perante um quadro de incerteza e de imprevisibilidade que tem dado lugar a uma visão alargada do conceito de segurança, incluindo-se nas alterações conceptuais associadas, as próprias mutações do conceito de fronteira,¹¹⁸⁹ seja por motivos de alargamento, seja por razões de interpenetração.¹¹⁹⁰

Perante este quadro nacional e internacional, e na sequência do envolvimento de Portugal em diversas organizações, tem-se vindo a assistir a uma reformulação da política de Defesa Nacional, levada à prática em diferentes áreas.¹¹⁹¹ Recordemos que a independência funcional das Forças Armadas foi substituída pela subordinação das mesmas aos órgãos de soberania aquando da revisão constitucional de 1982 e adjuvada pela LDNFA do mesmo ano, tendo-se consolidado desde então. Desde essa altura até hoje, mas com destaque para os tempos mais recentes, tem havido lugar a toda uma reestruturação orgânica do próprio MDN e dos órgãos da estrutura superior das FA, como consequência da própria evolução da política de Defesa Nacional.¹¹⁹²

Sabemos que a redução e a concentração de UEO em muito tem influenciado os dispositivos hierárquicos e funcionais adoptados nas FA e, mais concretamente, em cada Ramo. Mas a verdade é que esta simplificação de estruturas não se tem processado à mesma escala nos três Ramos das FA, e nem tem sido percebida de uma forma organizacional integrada. E neste sentido, por exemplo, o Exército é frequentemente caracterizado como continuando a ser uma entidade ainda muito pesada. Ou seja, embora já encetada por diversas vezes, a reorganização das FA (e em particular de cada Ramo) ainda se encontra longe de estar concluída e em pleno alinhamento com as exigências que a

ampliados em algumas vertentes, também é verdade que as normas e os valores colectivos específicos deste grupo profissional permaneceram de uma forma em geral intactos, situação esta que como sabemos, nem sempre foi, nem tem sido, fácil de ser resolvida. Sublinhe-se que ainda que a “*diferenciação do profissional militar*” se encontre “*simbolizada pelo uniforme e pelas divisas distintivas de cada grau da hierarquia profissional*”, o seu papel social e a sua diferenciação como cidadão perante os demais cidadãos vai muito para além disso, com destaque para aquilo que são os deveres que lhe são exigidos por lei e a latitude do exercício dos seus direitos de cidadania, que neste último domínio, estão claramente restringidos nesta classe social. Cfr. Carrillo, Maria – *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, INCM, 1985, p. 48.

¹¹⁸⁷ Cfr. Alves, J. Lopes – “Forças Armadas Portuguesas. Factores e Elementos Geopolíticos e Geoestratégicos nos Princípios de 1995” in *Revista A Defesa Nacional*, n.º 769, 1995, pp. 67 a 80.

¹¹⁸⁸ Ver Claleja, J. António Garcia – *La Identidad de las Fuerzas Armadas*, Madrid, EME, 1987.

¹¹⁸⁹ Ver Barreto, António – *Tempo de Mudança*, Lisboa, Relógio D’Água Editores, 1997 [ed. original 1996].

¹¹⁹⁰ Ver Defarges, Philippe Moreau – *A Mundialização. O fim das fronteiras?*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997 [1993].

¹¹⁹¹ Ver Aguiar, Joaquim – *A Política de Defesa como Política Interdepartamental*, Lisboa, IDN, 1989.

conjuntura actual requer, sobretudo porque por transformação, “*mais do que o desenvolvimento dos novos sistemas de armas ou da melhoria das suas capacidades, entende-se o processo e uma atitude centrada na permanente adaptação a novos desafios, num ambiente operacional conjunto, combinado e dinâmico*”, com evolução, “*em simultâneo, na doutrina militar, no treino, na formação, na organização, nas capacidades e na logística*”.¹¹⁹³

Neste campo, é preciso dizer-se que de um modo geral não tem sido despicienda a cada vez menor influência dos militares junto do Poder Político, nomeadamente no caso português.¹¹⁹⁴ Ainda assim, esta realidade social não consiste numa verdadeira surpresa, pois o panorama de relacionamento institucional entre as Forças Armadas e a sociedade demonstra que, embora as suas missões sejam actualmente muito vocacionadas para a cooperação estratégica e as vertentes humanitárias e de paz, todavia, as FA não têm usufruído desse reconhecimento efectivo, tanto por parte da sociedade em geral, como por parte dos elencos governativos dos últimos anos. Com efeito, a maioria das medidas governativas dos últimos anos aproximaram o estatuto dos militares ao regime dos funcionários públicos em geral, primando a diferença apenas nas restrições aos direitos de cidadania e aos riscos e exigências próprias da profissão dos primeiros, incluindo a disponibilidade para o serviço 24 horas por dia e sem direito ao pagamento de horas extraordinárias.¹¹⁹⁵

Situação	Relacionamento Institucional entre as Forças Armadas e a Sociedade	
	Fortalecido	Enfraquecido
Convergência	Protótipo A	Protótipo B
Divergência	Protótipo C	Protótipo D

Quadro n.º 5

Relações entre Forças Armadas e sociedade, segundo a proposta conceptual de M. Lissak¹¹⁹⁶

¹¹⁹² Ver por exemplo Amaral, Diogo Freitas do – “A Organização e a política de Defesa Nacional” in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 198 a 206

¹¹⁹³ Cfr. Ramalho, Luís Pinto – “Discurso de apresentação...”, *op. cit.*, p. 4.

¹¹⁹⁴ Cfr. Carrilho, Maria – “Forças Armadas, Sociedade e Poder: A Subordinação das Forças Armadas ao Poder Político” in *Nação e Defesa*, n.º 16, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Janeiro a Março de 1980, pp. 153 a 160.

¹¹⁹⁵ Ver Cruz, A. Ribeiro da – *O Militar e a Sociedade Portuguesa. As Exigências de Carreira, a Formação e o Ensino Militar*, Lisboa, IAEM, 1994.

¹¹⁹⁶ Fonte: Vaz, Nuno Mira – “Reflexões em torno da diversidade das acepções de cidadania, da natureza da função militar e da precariedade do seu inter-relacionamento” in *Nação e Defesa*, n.º 44, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Outubro a Dezembro de 1987, p. 121 (adaptado). Podemos sintetizar os protótipos da seguinte forma: o Protótipo A é caracterizado por um relacionamento institucional fortalecido pela convergência, onde têm lugar o aumento do número de ocupações militares similares ou idênticas às ocupações civis, assim como o envolvimento das Forças Armadas em acções de apoio às populações; o Protótipo B é caracterizado por um relacionamento institucional enfraquecido pela convergência, onde as relações do Poder Político com o complexo militar industrial têm lugar numa

Aliás, refira-se que numa perspectiva que tem vindo em crescendo, as chefias militares têm evidenciado sucessivas e preocupantes fragilidades na capacidade de liderança dos seus efectivos e,¹¹⁹⁷ sobretudo, no desígnio da defesa dos direitos dos militares perante o Poder Político.¹¹⁹⁸

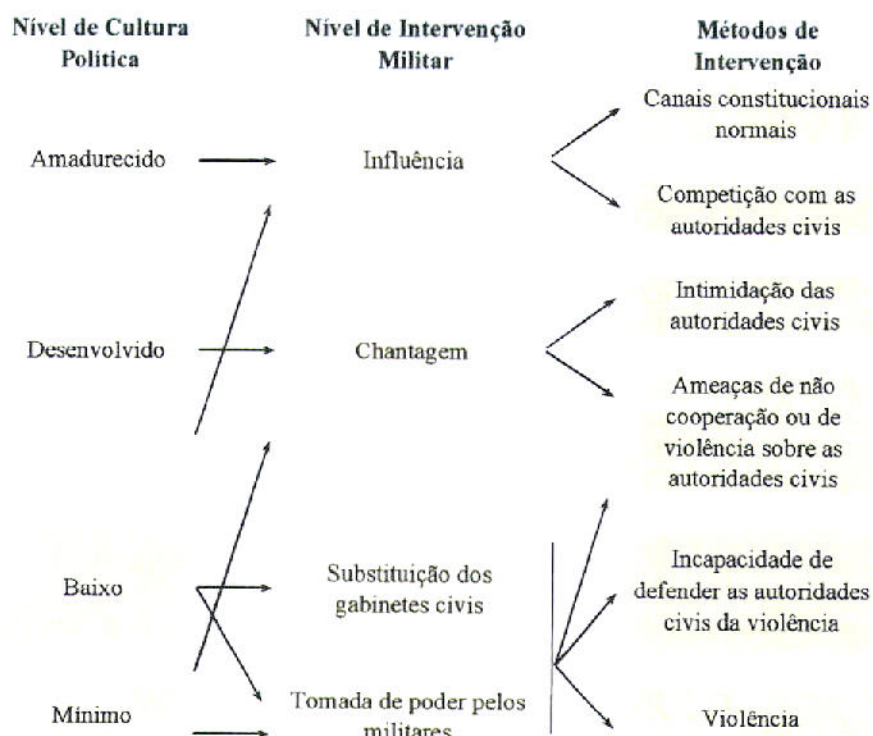


Figura n.º 63

Tipologia dos níveis de intervenção militar no Poder Político, segundo S. Finer¹¹⁹⁹

convergência extensiva entre os altos escalões militares e o sistema político, que pode traduzir-se na denominação pessoal e conceptual do Ministro da Defesa Nacional pelas Forças Armadas; o Protótipo C é caracterizado por um relacionamento institucional fortalecido pela divergência, onde a formação dos oficiais de carreira passou a depender da cooperação com as universidades, deixando de estar exclusivamente a cargo das Academias Militares (as divergências que aqui se podem encontrar são de nível estrutural e no modus operandi dos militares, porém ocorre em contrapartida convergência ao nível normativo); finalmente, o Protótipo D é caracterizado por um relacionamento institucional enfraquecido pela divergência, encontrando-se um baixo nível de cooperação entre o planeamento político da responsabilidade do executivo e o planeamento estratégico concebido pelos Estados-Maiores. E daí que, também nestes domínios resulte a noção de que as “*Forças Armadas e a sociedade estabelecem entre si um sistema interactivo, que se traduz num alargado e multifacetado espectro de percepções, em que as suas situações mais estremadas são o puro fascínio ou a completa rejeição. (...) O tipo de relações que se estabelecem entre a instituição militar e a sociedade variam, pois, de forma ampla e reflectem as estruturas orgânicas assim como as orientações e ideologias políticas modernas*”. Cfr. Baltazar, Maria da Saudade – *As Forças Armadas Portuguesas. Desafios...*, op. cit., pp. 92 e 93.

¹¹⁹⁷ Ver Ferreira, José Medeiros – *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Ed. Estampa, 1992.

¹¹⁹⁸ Isto em âmbito alargado e não apenas no respeitante aos direitos de cidadania, pois incluem-se aqui também as reservas de negociação formal e informal com o Poder político relativas ao exercício normal das suas funções, como seja, por exemplo, a influência real na capacidade de exigir do Poder Político o cumprimento da transmissão às FA dos recursos financeiros necessários (e outros, mas sobretudo aqueles) para que estas possam fazer face às missões que o próprio Governo lhes exige que cumpram, como é o caso das FND (situação esta que, como se sabe, por diversas vezes, não tem tido a respectiva dotação orçamental). Ver DGO – *Projecto de Relatório de Auditoria ao Exército...*, op. cit., e Carrilho, Maria – “Missões Internacionais das Forças Armadas Portuguesas” in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 165 a 185.

Sabemos inclusivamente que a sujeição do poder militar ao Poder Político tem assumido sucessivamente uma mais vincada expressão. Aliás, no final do século XX e início já do século XXI, esta relação de poder tem transformado claramente “os militares em agentes directos da acção diplomática antes ainda de actuarem como o seu natural prolongamento”.¹²⁰⁰

Envolvimentos de Tempo de Paz	Papéis na Prevenção de Conflitos	Papéis na Guerra
<ul style="list-style-type: none"> - Presença no exterior - Contactos de militar para militar - Assistência à Nação - Treino Interaliado - Assistência de segurança - Operações humanitárias - Contra-drogas - Contra-terrorismo - Não-proliferação - <i>Peacekeeping</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Resposta a crises - Imposição de sanções - Operações de evacuação de não combatentes - Estabelecimento de Confiança - Controle de Armamentos - Alianças - Dissuasão nuclear - <i>Peace enforcement</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Projectção de Poder - Planeamento de Guerra Regional - Objectivos claros - Força decisiva - Oposição às armas de destruição de massas - Forças Combinadas e Interaliadas - Produção de Forças
Papéis na Guerra	Conflito	Guerra

Quadro n.º 6

O papel das Forças Armadas no século XXI¹²⁰¹

¹¹⁹⁹ Fonte: Jesuíno, Jorge Correia – “Relações entre Civis e Militares. O ponto de vista dos académicos” in *Nação e Defesa*, n.º 9, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Janeiro a Março de 1979, p. 109 (adaptado). Como Saudade Baltazar ressalva, importa dizer que a utilização do conceito de “chantagem” proposto neste modelo tipológico reflecte um significado que pode ser traduzido por um outro mais adequado, nomeadamente “forte pressão”. Sabemos que a intervenção dos militares na vida política é influenciada por factores de natureza subjectiva e objectiva. Se no primeiro plano, esses factores determinam a motivação e a disposição dos militares para promoverem a sua intervenção na política, no segundo plano, encontramos a oportunidade de intervir. Não obstante a classificação proposta poder ser encarada como demasiado generalista, é todavia útil, porque preconiza face aos níveis de cultura política, a descrição dos níveis de intervenção e os métodos de intervenção. Cfr. Baltazar, Maria da Saudade – *As Forças Armadas Portuguesas. Desafios...., op. cit.*, p. 88.

¹²⁰⁰ Cfr. Fernandes, Mariz – “A Nova Ordem Internacional e as Forças Armadas” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 31, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1994, p. 17. Esta evolução consubstancia o conceito de “Constabulary Forces” de Morris Janowitz pois, em vez de se falar em forças militares, parece cada vez mais apropriado falar-se em forças de prevenção. Além da manutenção das tradições e experiências militares passadas, estas forças passarão a assumir-se como uma força de presença-vigilância-prevenção-dissuasão.

¹²⁰¹ Fonte: Mendel, William W. – “As Forças Armadas dos EUA: Diversidade de Missões no Século XXI” in *Military Review*, Ed. Brasileira, vol. LXXV, n.º 2, Março a Abril de 1995, p. 62 (esquema adaptado). As mudanças que se têm verificado interna e externamente a Portugal, com origem numa variedade de factores (o novo padrão de relações internacionais, o avanço tecnológico e a situação económica, entre outros), já fazem parte do quotidiano das Forças Armadas, em sentido lato. Estas mutações têm pressuposto vários condicionalismos e a conclusão mais firme que se

E neste ensejo, é aqui que importa salientar que a relação das Forças Armadas com a sociedade assume inúmeras áreas e se repercute, também, em múltiplas componentes. Daí que, se a diminuição do poder de influência dos militares em Portugal (e designadamente das suas chefias) tem tido reflexos indubitáveis nesses diferentes contextos nos quais se encontra necessariamente a área do ensino e formação, então, torna-se evidente que não só o IMPE mas também os outros EMEns têm sofrido, em maior ou menor amplitude, as circunstâncias desta realidade social e política complexa. Com efeito, torna-se claro que não só as potencialidades destas Escolas não se encontram plenamente exploradas há vários anos mas, sobretudo, é preocupante que nunca se tenha pensado verdadeiramente numa oferta educativa integrada, competitiva e credível, utilizando estes Estabelecimentos.¹²⁰²

É interessante recordar aqui que, no dia 25 de Maio de 2006, a APE realizou uma Assembleia Geral Extraordinária que continha como ponto único da Ordem de Trabalhos, a apresentação sumária das diversas propostas de viabilidade para o IMPE protagonizadas por antigos alunos e respectiva votação pelos sócios, nomeadamente no que concerne aos artigos que, pela sua descrição, eram divergentes dos artigos apresentados na Assembleia Geral de 20 de Março de 2006 a respeito da “*Recuperação/Relançamento do IMPE*”. Num total de 72 sócios presentes que foram acompanhados por alguns alunos oriundos finalistas, graduados e não graduados, a sessão decorreu com animada participação e vários foram os elementos que quiseram intervir.¹²⁰³

Sem vencidos nem vencedores, apurou-se uma vontade maioritária registada em Acta e com indicação à Direcção da APE para agir em conformidade, sendo que, como sempre, se cantou o Hino do Instituto antes do encerramento do evento. Pelo que os resultados desse escrutínio

pode retirar dos desenvolvimentos ocorridos nos últimos anos é a de que as Forças Armadas terão uma actuação que se afigura diferente da de outrora. Com efeito, realidades como as alterações que ocorreram no padrão de relações internacionais, o novo tipo de conflitualidade e o papel do estado face às organizações à escala mundial ou regional, possibilitam a determinação de prováveis tendências enquadradoras das futuras Forças Armadas. Independentemente de falarmos ou não no caso português, é preciso sobretudo ressaltar que não obstante as especificidades de cada país (e os efeitos da evidente globalização), podemos identificar frequentemente um padrão que se adapta à generalidade dos países no que diz respeito ao papel das suas Forças Armadas para o século XXI. Prevê-se uma multiplicidade de papéis a desempenhar no âmbito nacional e internacional, onde as Forças Armadas, integradas ou não em Forças Conjuntas, se repartirão por situações de tempo de paz, prevenção de conflitos e de guerra, num amplo espectro de objectivos estratégicos. Neste domínio, Gabriel Espírito Santo, ex-CEMGFA, refere que “*Políticos e militares têm de compreender que a última missão das Forças Armadas neste século de grandes transformações será, cada vez mais, a preservação da qualidade de vida a que nos habituámos*”. Cfr. Santo, Gabriel Espírito – “A Estratégia Militar como Componente da Estratégia Total” in *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, S. Pedro do Estoril, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2002, pp. 89 a 108. Ver também Almeida, Campos – “Programação Militar para o Século XXI” in *Mais Alto*, n.º 308, 1997, pp. 17 a 22.

¹²⁰² Cfr. Rosado, David – *Os Pupilos do Exército: Interpretação Sociológica Contemporânea*, Conferência proferida no âmbito do Ciclo de Conferências 2006/2007 da APE, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 14 de Fevereiro de 2007, p. 2.

¹²⁰³ Cfr. *Idem*, p. 7.

expressam em sentido lato sobre várias questões, em seguida apresentamos as conclusões mais relevantes que foram retiradas dessa votação:¹²⁰⁴

- No que concerne à caracterização jurídica do IMPE, a esmagadora maioria dos votantes defendeu que o IMPE deveria continuar a ser uma entidade pública (64 votos), em detrimento da opção privada (6 votos);¹²⁰⁵
- Sendo a opção escolhida pela vertente pública, a maioria dos votantes defendeu que se deveria especificar a mudança do estatuto jurídico nos termos da proposta da Direcção da APE (21 votos),¹²⁰⁶ em detrimento da opção pela não referência a qualquer referência específica conforme proposta do Conselho Geral (13 votos), assim como da opção por manter o IMPE nos termos da legislação que já o regia (7 votos), ou da alternativa em especificar o IMPE como Instituto Público ou Fundação Pública (9 votos);¹²⁰⁷
- Relativamente à entidade que deveria tutelar o IMPE, no caso desta ser uma entidade pública, a esmagadora maioria dos sócios manifestou a sua preferência pelo Ministério da Defesa Nacional (56 votos) em contraponto à opção do Ministério da Educação (8 votos);
- Sendo a opção pelo MDN, uma relativa maioria dos sócios entendeu que não deveria ser especificada a ligação ao IASFA (29 votos), em detrimento dos que optavam por esse caminho (24 votos);¹²⁰⁸
- No que diz respeito à denominação futura do IMPE, a maioria dos sócios entendeu que o IMPE não deveria mudar de nome (38 votos), ainda que uma franja significativa da Assembleia tenha entendido que essa poderia ser uma medida oportuna para a Escola (31 votos);¹²⁰⁹

¹²⁰⁴ Cfr. Andrade, Manuel – “Assembleia Geral Extraordinária” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006, pp. 22 e 23.

¹²⁰⁵ Registaram-se duas abstenções.

¹²⁰⁶ A proposta era a de “*Transformar o IMPE em estabelecimento de ensino público autónomo (Instituto Público com o regime especial previsto no art 48º, al a), da Lei 3/2004), com a designação de IPE (Instituto dos Pupilos do Exército), dotado de autonomia administrativa e financeira, com capacidade, portanto, para receber não só transferências de dotações do Orçamento do Estado, como donativos, contribuições e subsídios de entidades públicas e privadas, estando sujeito aos imperativos de governança e de qualidade de gestão previstos no regime dos Institutos Públicos*”. Cfr. Direcção da APE – *Projecto de Reenquadramento Estratégico do Instituto Militar dos Pupilos do Exército*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 15 de Janeiro de 2006, pp. 6 e 7.

¹²⁰⁷ Registaram-se vinte abstenções e dois nulos.

¹²⁰⁸ Registaram-se dezanove abstenções.

¹²⁰⁹ Registaram-se três abstenções.

- Em termos de educação militar, um número muito expressivo dos sócios presentes defendeu que o IMPE devia manter o modelo educacional militar (68 votos), em contraponto aos que não partilharam dessa posição (3 votos);¹²¹⁰
- Sobre a frequência escolar, a grande maioria dos votantes optou pelo regime simultâneo de internato e externato (61 votos), em detrimento do regime de internato exclusivo (10 votos) ou regime de externato exclusivo (0 votos);¹²¹¹
- No âmbito do ensino ministrado no Instituto e relativamente à manutenção do ensino superior, a maioria dos sócios defendeu que o ensino superior deveria ser mantido (61 votos), ainda que outros tenham manifestado o seu entendimento em sentido contrário (10 votos);¹²¹²
- Relativamente à hipótese de frequência exclusivamente masculina, uma reduzida camada de votantes defendeu essa perspectiva (12 votos), mas a maioria dos votantes entendeu que a frequência deveria continuar a ser mista (59 votos);¹²¹³
- No quadro da rejeição maioritária da frequência exclusivamente masculina, e à pergunta se o IMPE deveria ter frequência mista em todas as situações (nomeadamente internato, externato e em todos os graus de ensino), ressalve-se que uma curta maioria de sócios rejeitou esse caminho (31 votos), em contraponto a outros votantes que viram com oportunidade essa medida (28 votos);¹²¹⁴
- Consequente à rejeição maioritária da frequência mista em todos os graus de ensino, cabia então saber-se se havendo frequência masculina apenas em regime de internato, qual seria então a perspectiva sobre a frequência mista em regime de externato. Deveria esta perspectiva ser adoptada apenas no ensino superior, ou em todos os graus de ensino do Instituto? A maioria dos sócios defendeu a segunda alternativa (35 votos), em contraponto aos que optaram pela continuidade (18 votos);¹²¹⁵
- Relativamente à especificidade da formação curricular no IMPE, a maioria dos sócios presentes entendeu que no ensino secundário o tipo de formação curricular e extracurricular, para além de permitir o acesso ao ensino superior, deveria também ser dirigido para o ingresso na Administração Pública e/ou Forças Armadas (47 votos), em

¹²¹⁰ Registou-se uma abstenção.

¹²¹¹ Registou-se uma abstenção.

¹²¹² Registou-se uma abstenção.

¹²¹³ Registou-se uma abstenção.

¹²¹⁴ Registaram-se onze abstenções e dois nulos.

¹²¹⁵ Registaram-se dezoito abstenções e um nulo.

detrimento daqueles que não entenderam que essa fosse uma exigência central no quadro da viabilização do Instituto (23 votos);¹²¹⁶

- No âmbito do modelo de financiamento do IMPE e em termos do regime de propinas a adoptar pelo IMPE, a maioria dos sócios defendeu que esse regime de propinas deveria ser subsidiado em função do agregado familiar e sem discriminação (49 votos). Num outro sentido, outros votantes defenderam que a regime de propinas deveria ser subsidiado em função do rendimento do agregado familiar militar, sendo a propina das famílias civis a mais elevada (22 votos);¹²¹⁷
- Um outro aspecto interessante a reter foi o de que a maioria dos sócios presentes defendeu que a APE deveria passar a participar no órgão de administração do IMPE (com 47 votos a favor e 24 votos contra);¹²¹⁸
- No mesmo sentido, foi votada a alternativa de a APE participar no órgão consultivo do IMPE (com 69 votos a favor e 2 votos contra);¹²¹⁹
- De acordo com a maioria dos votantes, deveria igualmente participar nesse órgão consultivo a Fundação D. João de Castro (com 47 votos a favor e 19 votos contra);¹²²⁰
- Relativamente ao enquadramento dos alunos por pessoal não docente e à opção desse enquadramento ser realizado exclusivamente por militares, apenas uma pequena parte dos votantes defendeu essa posição (13 votos), sendo que a grande maioria dos sócios presentes expressou o seu entendimento num acompanhamento mais diversificado, protagonizado por militares e civis (58 votos);¹²²¹
- Finalmente, no que concerne aos recursos humanos docentes e à perspectiva destes deverem ser nomeados exclusivamente do quadro de militares e apenas substituíveis por civis em caso de impossibilidade de colocação de militares, a maioria dos votantes rejeitou este entendimento (54 votos contra e 15 votos a favor).¹²²²

¹²¹⁶ Registaram-se duas abstenções.

¹²¹⁷ Registou-se uma abstenção.

¹²¹⁸ Registou-se uma abstenção. Este órgão de administração foi entendido em sentido alargado, incluindo as valências de direcção do Instituto.

¹²¹⁹ Registou-se uma abstenção.

¹²²⁰ Registou-se uma abstenção.

¹²²¹ Registou-se uma abstenção.

¹²²² Registaram-se duas abstenções e um nulo.



Fotografias n.ºs 251 e 252

A contagem dos votos na Assembleia-Geral Extraordinária
de 25 de Maio de 2006

Numa acepção central, importa sublinhar que a vontade expressa por esta votação veio, grosso modo, confirmar a orientação que a Direcção da APE já vinha seguindo. A Assembleia-Geral constituiu-se, sobretudo, numa legitimação dessa posição. E é precisamente aqui que se torna oportuno que se aborde aquilo que foi uma das vertentes de especial relevância nesta investigação, nomeadamente o trabalho desenvolvido sobre os inquéritos por questionário, realizados a antigos e actuais alunos. Refira-se que nas tarefas técnicas desenvolvidas, o programa informático que utilizámos (*Latent GOLD® 4.0*) permitiu que se constituíssem classes de respondentes que fossem semelhantes entre si (duas classes, tanto para os actuais alunos como para os antigos alunos), não só

ao nível das variáveis em causa (onde tomámos as diferentes perguntas estipuladas inicialmente), mas também ao nível das covariáveis empregues (designadamente as variáveis sociodemográficas). Neste último aspecto, precisamente na vertente das covariáveis, é importante que se sublinhe que, por exemplo, ao nível das idades dos inquiridos e em detrimento à numeração individualizada (locando probabilidades a cada idade), o programa concedeu-nos a informação necessária em termos de faixas etárias por ele constituídas, exactamente para acompanhar as conclusões extraídas com base nas variáveis base.¹²²³

Neste contexto, devemos recordar que a análise de agrupamento tem vindo a fazer uso crescente das metodologias de estimação de modelos de mistura, sendo que isto tem acontecido nomeadamente “*como um modo privilegiado de constituir grupos de observações multivariadas, particularmente no domínio da segmentação em marketing*”.¹²²⁴ Recorde-se que foi Newcomb quem ofereceu uma das primeiras contribuições para o desenvolvimento de modelos de mistura de grupos homogéneos,¹²²⁵ tendo logo depois Pearson abordado o problema de forma mais consistente,¹²²⁶ sendo o ano de 1914, provavelmente, o ano do primeiro ensaio propriamente dito sobre a decomposição de uma mistura de duas componentes normais.¹²²⁷ Já recentemente, sabemos que as designações de *modelo de mistura finita* e *modelo de grupos latentes* foram utilizadas para abordar a modelação de distribuições cujas observações surgem através de grupos distintos (cuja composição se desconhece).¹²²⁸

No Apêndice V encontram-se os resultados obtidos nos inquéritos por entrevista e nos inquéritos por questionário, com as respectivas ilustrações, nomeadamente os imprescindíveis gráficos correspondentes a esses dados.¹²²⁹ Se os primeiros já foram analisados oportunamente noutras partes do trabalho, no que diz respeito aos inquéritos por questionário, é adequado que se

¹²²³ Notemos que os modelos probabilísticos de mistura são actualmente comumente usados em Análise de Agrupamento. Neste tipo de análise são vários os critérios disponíveis para seleccionar um modelo (associado a um determinado número de grupos), “*embora permaneça, sem solução, o problema da escolha do critério a usar numa aplicação específica*”. Cfr. Fonseca, Jaime R. S. e Cardoso, Margarida, G. M. S. – Análise de agrupamento com modelos probabilísticos..., *op. cit.*, p. 141.

¹²²⁴ Cfr. *Idem*, p. 141.

¹²²⁵ Cfr. Newcomb, S. – “A generalized theory of the combination of observations so as to obtain the best result” in *American Journal of Mathematics*, n.º 8, 1886, pp. 343 a 366.

¹²²⁶ Cfr. Pearson, K. – “Contributions to the mathematical theory of evolution” in *Journal of the Royal Statistical Society*, n.º 56, 1893, pp. 675 a 679.

¹²²⁷ Cfr. *Idem* – “On the probability that two independent distributions of frequency are really samples of the same population with special reference to recent work on the identity of trypanosome strains” in *Biometrika*, n.º 10, 1914, pp. 85 a 143.

¹²²⁸ Estes modelos foram desenvolvidos por diversos autores, entre os quais Vermunt, J. K. e Magidson, J. – “Latent class models...”, *op. cit.*, pp. 531 a 537 e Wang, H. X.; Zhang, Q. B.; Luo, B. e Wei, S. – “Robust mixture modelling using multivariate t-distribution with missing information” in *Pattern Recognition Letters*, n.º 25, 2004, pp. 701 a 710.

proceda agora a uma abordagem que nos permita relevar o fundamental daquilo que alunos e antigos alunos entenderam sobre questões tão importantes para o Instituto e que, enquanto questões que foram colocadas num ano lectivo que foi o culminar de mais um período conturbado para a Escola, permitiram respostas (e outras consequências) que se podem afigurar como dados extremamente significativos para o entendimento destas comunidades sobre o IMPE e sobre o associativismo pilónico.

Aliás, tanto mais importantes estes resultados se afiguram quando, como é sabido, no ano lectivo de 2006/2007 não foi novamente permitida a abertura de um processo normal de candidaturas para o Instituto e, para o ano lectivo de 2007/2008, a tutela recuou mais uma vez nas suas intenções (ainda que os prejuízos por vários anos sem candidaturas autorizadas ao Instituto sejam, inequivocamente, muito significativos para a Escola e em inúmeras vertentes que não apenas a redução do efectivo do Batalhão Escolar).¹²³⁰

Relativamente às dimensões relativas de classes, para os actuais alunos, os resultados que se obtiveram foram os que se apresentam no gráfico seguinte:

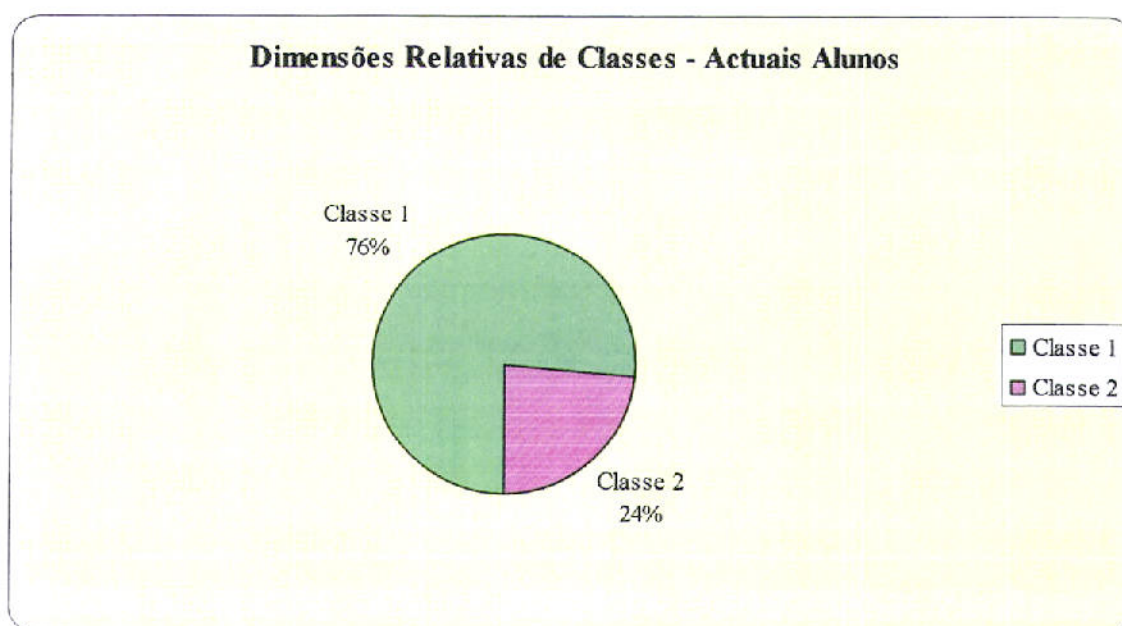


Gráfico n.º 14

Dimensões Relativas de Classes resultantes do universo de actuais alunos inquirido

¹²²⁹ Inclui-se, na parte do Apêndice V respeitante aos inquéritos por questionário, aquilo que foi o modelo aplicado, as dimensões relativas de classes e os resultados globais e em detalhe das probabilidades condicionais, tanto para as covariáveis como para as variáveis em causa.

¹²³⁰ Cfr. Rosado, David – *Pupilos do Exército: Interpretação Sociológica...*, *op. cit.*, p. 8.

Tornando-se evidente que a Classe 1 representa a parte mais significativa do universo total de alunos inquiridos, importa dizer-se que esta classe, ao nível de covariáveis e em termos de probabilidades condicionais, pode ser caracterizada da seguinte forma:

- Ao nível da idade, a maior percentagem recai na faixa etária dos 18 e 19 anos, com 35%, sendo que a faixa etária menos elevada, a relativa aos 14 e 15 anos, também é a que se constitui com a menor percentagem ao nível de classe, com apenas 2%;
- Quanto ao regime de frequência, uma significativa percentagem de 72% caracteriza os elementos desta classe como alunos internos;
- A maioria dos estudantes, uma percentagem de 79%, não são Alunos Graduados, mas existe ainda uma percentagem de 21% de alunos que estão nessa condição;
- O grosso dos respondentes, um total de 68%, é oriundo da região de Lisboa, sendo que as restantes localidades apresentam percentagens pouco significativas;
- Ainda que a maioria dos pais sejam civis (39%), a verdade é que o universo se divide de forma bastante equiparada entre os pais que são militares (33%) e os pais que pertencem às Forças de Segurança (28%);
- Uma esmagadora percentagem de 91% dos alunos incluídos nesta classe não são órfãos;
- Com 52% de resultados, mais de metade do universo desta classe, verificam-se os inquiridos cujos agregados familiares são constituídos por 4 pessoas, sendo que as percentagens alcançadas com outros tipos de agregado familiares revelam quantitativos aproximados;
- A maioria dos alunos não teve/tem outros familiares alunos do Instituto, com 72% de alunos nessa condição;
- Também uma grande maioria dos alunos não pratica actividades associativas além do Instituto (67%);
- A opção de carreira futura recai claramente na vertente civil, com 63% dos alunos a escolherem essa alternativa, sendo que 28% tenderia a enveredar por uma carreira militar e apenas 9% por uma carreira ligada com as Forças de Segurança.

Se procedermos a uma análise similar para a Classe 2 relativa aos actuais alunos, constatamos que:

- Ao nível da idade, esta classe de alunos é mais nova que a Classe 1, na medida em que 62% dos alunos se compreendem na faixa etária dos 14 e 16 anos;

- Também aqui o regime de internato é mais significativo que o regime de externato, ainda que com uma percentagem inferior, estimada em 61%;
- Uma esmagadora percentagem de 100% revela que estes alunos não são Alunos Graduados;
- Também nesta classe, a grande maioria dos alunos é oriunda da região de Lisboa (68% dos respondentes);
- Contudo, no que diz respeito aos pais, nesta classe a maioria dos pais tem a profissão de militar (54%), suplantando o número de alunos com pais civis (31%) e pais que pertençam às Forças de Segurança (15%);
- Os alunos não são órfãos (100%);
- Relativamente ao agregado familiar, ainda que aquele que é constituído por 5 elementos represente a maior percentagem (45%), existe uma distribuição mais plural das restantes percentagens que na Classe 1, com 8% dos alunos a referir que tem agregados familiares numerosos;¹²³¹
- Cresce nesta classe a percentagem de alunos que tiveram/têm familiares como alunos do IMPE, estimada em 85%;
- Também o número de alunos que não participam em actividades associativas além do Instituto cresce, para um total de 69% de alunos nesta classe;
- Ainda que a opção maioritária de carreira recaia, mais uma vez, na opção civil (com 54%), as restantes opções elevam as suas percentagens, com 31% de alunos a optarem pela carreira militar e 15% de alunos a optarem pela carreira ligada às Forças de Segurança (também aqui este ordenamento se manteve).

Relativamente aos actuais alunos e aos resultados obtidos com as variáveis, em termos de probabilidades condicionais importam sublinhar alguns dados que são fundamentais, nomeadamente:

- Os alunos constituintes da Classe 1 concordam genericamente que as nomeações para as funções de Aluno Graduado são realizadas de uma forma correcta e imparcial, com 33% a concordarem com essa perspectiva e 30 % dos alunos a concordarem mesmo totalmente com essa visão do processo. Da mesma forma não pensam os alunos da Classe 2, com 30% a discordarem totalmente dessa afirmação e 24% a discordarem em parte dessa perspectiva;

¹²³¹ Importa referir que a frequência em regime de protocolo com os países PALOP origina dados que não são despendidos e este é, sem dúvida, um desses resultados estatísticos importantes.

- No que concerne às qualidades dos Alunos Graduados, a Classe 1 concorda parcialmente em 44% (e totalmente em 42%) que estes estudantes têm aptidões para comandar, dirigir e coordenar os diferentes agrupamentos de alunos. Na Classe 2, a maioria dos alunos discorda deste entendimento, com 34% dos estudantes a discordarem parcialmente e 20% dos alunos a discordarem totalmente desse entendimento;
- Para os alunos da Classe 1, os Alunos Graduados são essenciais para o bom funcionamento da cadeia de comando, com 81% dos alunos a defenderem essa posição, não havendo opiniões discordantes a registrar. Por seu lado, na Classe 2, ainda que 44% dos alunos concorde com esta perspectiva, contudo, 23% dos alunos discordam parcialmente desta aceção e outros 23% discordam totalmente deste entendimento, o que representa uma maioria significativa de alunos nesta classe que não partilha desta ideia;
- Relativamente à ideia de que os Alunos Graduados são privilegiados em relação aos restantes estudantes, a Classe 1 mostra-se dividida relativamente a esta afirmação, sendo hesitante na sua perspectiva. Em contraponto, a Classe 2 concorda totalmente em 45% e parcialmente em 32% que os Alunos Graduados são privilegiados, o que tende a significar, pelos resultados obtidos nas duas classes, que a maioria dos estudantes do Instituto entende que os Alunos Graduados são genericamente privilegiados em relação aos outros estudantes;
- No que diz respeito à ideia de que as tarefas ligadas com os deveres de comando implicam menos disponibilidade dos Alunos Graduados para outras actividades, a Classe 1 mostra-se relativamente concordante com esta aceção, com 29% dos alunos a concordarem parcialmente e 17% mesmo totalmente, com 29% de indecisos sobre este assunto. A Classe 2 regista uma tendência em consonância com as suas perspectivas anteriores, com 28% dos alunos indecisos, mas 25% a discordarem parcialmente e 24% a discordarem totalmente dessa ideia;
- O desempenho das funções de Aluno Graduado e a correspondente oportunidade para despertar eventuais vocações para uma carreira militar futura, recolhe, na Classe 1, uma maioritária concordância (concordam parcialmente e totalmente, 34% dos alunos), sendo que a Classe 2 se divide nesta matéria, ainda que a maioria dos alunos partilhe dessa perspectiva (27% concordam parcialmente e 19% concordam totalmente);

- À noção de que os Alunos Graduados têm responsabilidades acrescidas perante os outros estudantes (subordinados e não subordinados), 58% dos alunos da Classe 1 concordam com essa perspectiva (e outros 32% concordam parcialmente), e ainda que exista alguma divisão na Classe 2, a verdade é que 25% dos alunos concordam totalmente e outros 33% parcialmente, com essa afirmação;
- Ambas as classes de estudantes concordam em que as insígnias dos Alunos Graduados são bem identificadas pelos outros alunos, assim como pelos militares e civis que prestam serviço no Instituto;
- Se 85% dos alunos da Classe 1 mostram sentir-se orgulhosos de pertencer ao IMPE (concordam totalmente), já a Classe 2 não é tão optimista, com 29% dos seus alunos a discordarem totalmente e outros 21% a discordarem parcialmente dessa aceção;
- Um total de 70% dos alunos da Classe 1 concorda totalmente que o Instituto gera normas éticas relativas à identidade pilónica que são observadas por todos (alunos e professores, militares e civis), mas a Classe 2 mostra-se dividida (e também indecisa) nesta questão;
- Ambas as classes de estudantes concordam que a família teve influência determinante na opção destes alunos em se terem candidatado ao Instituto;
- Já no que se refere ao actual uniforme interno dos alunos, na Classe 1, existem 49% e 38% dos alunos que concordam total e parcialmente com a ideia de que o mesmo é adequado e responde às necessidades dos estudantes. Em contraponto, existe uma maioria de 49% dos alunos da Classe 2 que discordam totalmente dessa noção;
- Em termos do actual uniforme externo, denota-se aqui uma pequena surpresa, na medida em que 73% dos alunos da Classe 1 concordam totalmente (e 20% concordam parcialmente) que este projecta uma imagem positiva do IMPE e, ainda que com valores inferiores, a maioria dos alunos da Classe 2 também vai nesse sentido, com 28% a concordarem totalmente e 25% a concordarem parcialmente;¹²³²
- Ambas as classes de alunos concordam em que existe um culto da camaradagem no Instituto que se projecta desde os primeiros dias dos alunos na Escola, mas também defendem que os estudantes deveriam ter mais contacto com o exterior, pois o contacto com a sociedade civil é insuficiente;

¹²³² Estes resultados diferem de uma opinião por diversas vezes ventilada em observações directas com alunos, na medida em que por várias ocasiões se evidenciou um desejo forte por parte desses alunos no sentido de se dar lugar a uma evolução estética dos uniformes, sobretudo no Uniforme n.º 1 (externo).

- Relativamente às relações informais de pertença e de poder, bem como no respeito pelas hierarquias e antiguidades correspondentes, 54% dos alunos da Classe 1 concordam totalmente com essa aceção, sendo que a Classe 2 se divide nesta matéria, havendo inclusivamente 30% dos estudantes que discordam totalmente dessa ideia;
- Existe um total de 62% dos alunos da Classe 1 que concorda totalmente com a ideia de que existem praxes académicas no IMPE mas que se perfaz um controlo interno no sentido de se evitarem abusos. A Classe 2, mais pessimista, evidencia 36% dos alunos a discordarem totalmente e outros 19% a discordarem parcialmente deste entendimento;
- Pode dizer-se que as tradições do IMPE são bem conhecidas e que os alunos se interessam em defendê-las, com 76% dos alunos da Classe 1 a concordarem totalmente com essa perspectiva e, ainda que com algumas divisões, a Classe 2 a mostrar-se relativamente concordante com esta ideia;
- Ambas as classes de alunos concordam genericamente no aspecto de que o IMPE faz a ponte entre o ambiente civil e militar, contribuindo para que a experiência da cidadania seja mais profícua que nas outras Escolas;
- Os estudantes, de ambas as classes, mostram-se de alguma forma divididos perante a ideia de que a formação religiosa no IMPE assume relevância na sua vida. Ainda que, tanto na Classe 1 como na Classe 2, se constatem maiorias de alunos que discordam dessa ideia, os valores de hesitantes e de indecisos em ambas as classes, constitutivos de maiorias relativas, não são despiciendos;
- Os alunos de ambas as classes concordam com a ideia de que as ACC, embora em menor número que no passado, continuam a ser satisfatoriamente diversificadas, bem como continuam a projectar de forma significativa a imagem do Instituto para o exterior, dignificando-o;
- Já no que concerne à noção de que o IMPE projecta uma imagem de prestígio para o exterior, ainda que a Classe 1 apresente 56% dos alunos a concordarem totalmente com esta perspectiva, todavia, a Classe 2 divide-se, com uma maioria relativa de 30% de indecisos e um quantitativo de 20% de discordantes totais e 16% de discordantes parciais;
- Existe uma maioria de 55% dos alunos da Classe 1 que concorda totalmente que a imagem dos diferentes membros do IMPE é forte e se reflecte nas relações que estes elementos têm entre eles e com a sociedade em geral. A Classe 2, ainda que mais dividida nesta questão, também vai nesse sentido;

- Ambas as classes são concordantes na ideia de que o IMPE, pelo seu percurso desde a fundação em 1911, é uma instituição importante no contexto da socialização cívica, política e militar em Portugal, bem como na noção de que o Instituto tem a preocupação dominante de formar o carácter dos seus alunos, cultivando-lhes sentimentos patrióticos e iniciando-os na prática dos valores militares, inculcando-lhes ainda o gosto pela disciplina e a criação do espírito de decisão, lealdade e responsabilidade, de obediência e sacrifício;
- Onde também existe grande concordância é na ideia de que um aluno do Instituto pode ter expectativas altas quanto à sua carreira profissional, porque o Instituto é uma escola de referência, mas, todavia, é certo para os alunos de ambas as classes que o IMPE se depara com dificuldades sobre a continuidade da sua existência;
- À afirmação de que o regime de Externato é mais adequado do que o Internato à vida académica e militar dos alunos, uma grande maioria dos alunos da Classe 1 discorda dessa ideia (66% discordam totalmente e 11% discordam parcialmente), sendo que na Classe 2 os entendimentos dividem-se, com 34% dos alunos a concordarem totalmente com esse entendimento e 26% a discordarem totalmente do mesmo;
- A Classe 1 mostra-se assim muito mais favorável à ideia do Internato para uma melhor prossecução da vida académica e militar dos alunos (com 75% dos alunos a concordarem totalmente), sendo que a Classe 2 mantém o seu carácter diverso, com 33% dos seus alunos a discordarem totalmente e outros 21% a concordarem totalmente desta aceção;
- Perante a existência dos dois regimes (Internato e Externato) e a ideia de que estes se complementam e devem existir em simultâneo, 38% dos alunos da Classe 1 discorda totalmente e outros 20% parcialmente dessa noção. Neste aspecto, a Classe 2 mostra-se um pouco mais dividida, mas mesmo assim a sua maioria de alunos também discorda dessa ideia (29% totalmente e 18% parcialmente);
- A afirmação de que a formação civil ministrada no IMPE está adequada à sua missão recolhe grande concordância na Classe 1 (51% concordam parcialmente e 20% concordam totalmente), e embora exista uma maioria relativa de 41% de indecisos na Classe 2, a concordância com esta aceção também aí tem mais significado;
- A Classe 1 e a Classe 2 mostram-se discordantes relativamente à ideia de se terem mais tempos escolares relativos à vertente civil e, inclusivamente, mostram-se concordantes

também na ideia de que a carga horária da formação civil é excessiva, devendo ser, por isso, reduzida;

- No que concerne à formação militar, a Classe 1 concorda claramente que esta está adequada à sua missão (54% concordam parcialmente e 16% concordam plenamente), mas a Classe 2 divide-se, com um número acentuado de indecisos (45% de respondentes), 31% a discordarem parcialmente e 15% a discordarem totalmente desta ideia;
- Perante a maximização da formação militar, com mais tempos escolares, ambas as classes discordam claramente dessa opção, ainda que em ambas as classes existam quantitativos de indecisos não desprezíveis (26% e 24%, respectivamente para a Classe 1 e Classe 2);
- A Classe 1 mostra-se discordante relativamente à redução da formação militar (37% discordam parcialmente e 22% discordam totalmente), sendo que a Classe 2, em contraponto, concorda totalmente em 45% com essa opção, havendo ainda 16% dos alunos desta classe que concordam parcialmente com essa ideia;
- Ambas as classes são concordantes com a ideia de que o IMPE deve continuar a existir como escola militar, ainda que reorganizado, porque responde a lacunas formativas do CM e até do IO, ainda que a Classe 2 apresente uma maioria relativa de 32% de respondentes que discorda totalmente desta noção;
- Onde também são concordantes é na ideia de que o Instituto deveria ser privatizado, mantendo contudo a referência aos valores militares e sendo fiel à sua história e tradições, com 44% e 28% dos alunos da Classe 1 a concordarem totalmente e parcialmente com esta ideia, e com 29% e 24% dos alunos da Classe 2 a concordarem também totalmente e parcialmente com este entendimento;
- À proposta de extinção do IMPE, porque não se enquadra no ensino contemporâneo e já existem no quadro nacional outras escolas análogas como o CM e IO que são suficientes, a Classe 1, apresenta 98% de respondentes que discordam totalmente dessa aceção. A Classe 2, por seu turno, divide-se, e indo ao encontro daquilo que já tinha ficado patente na ideia da continuidade da Escola, aqui também, 40% dos alunos discordam totalmente que o Instituto deve ser extinto, mas 38% concordam totalmente que isso deve mesmo acontecer;
- Finalmente, no que concerne à proposta de uma integração do Instituto com os outros EMEns (com a futura instituição a conservar necessariamente as tradições de cada uma

das três Escolas, mas a ter uma designação distinta), 70% dos alunos da Classe 1 discordam totalmente dessa ideia, mas na Classe 2, ainda que haja 30% dos alunos que também discordam totalmente, contudo, existe um total de 42% de alunos que concordam totalmente com essa ideia, o que reflecte, plenamente, os entendimentos anteriores que esta classe tinha manifestado.

No que diz respeito às respostas obtidas junto dos antigos alunos, sócios efectivos da APE, e nomeadamente no que concerne às dimensões relativas de classes que se obtiveram nos inquéritos por questionário realizados, o gráfico seguinte evidência os resultados encontrados a esse nível:

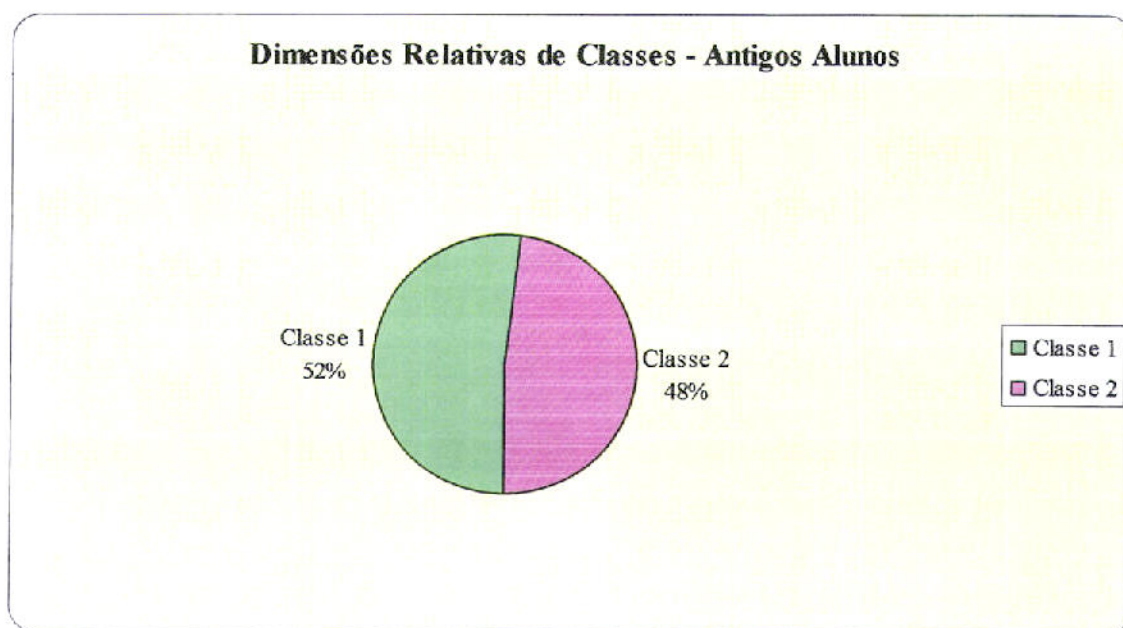


Gráfico n.º 15

Dimensões Relativas de Classes resultantes do universo de antigos alunos inquirido

Neste universo, em contraponto ao que tinha acontecido com o universo dos actuais alunos, aqui as dimensões relativas de classes não apresentam diferenças significativas, ainda que a Classe 1 apresente mais 4 valores percentuais que a Classe 2. Ao nível de covariáveis e em termos de probabilidades condicionais relativas aos antigos alunos, a primeira destas classes, a Classe 1, pode ser caracterizada da seguinte forma:

- A maioria dos antigos alunos respondentes corresponde às décadas de 50 (27%) e de 80 (22%), havendo ainda algum significado nas décadas de 40 (19%) e de 60 (16%);
- Apenas 1% dos respondentes são do sexo feminino;

- Existe uma dualidade de 50% entre antigos alunos que foram Alunos Graduados e de antigos estudantes que não assumiram essa condição;
- É constituída por uma maioria esmagadora de 97% de antigos alunos oriundos;
- No que concerne à idade, a maioria dos respondentes situa-se na faixa etária compreendida entre os 70 e 90 anos de idade (28%), ainda que as faixas etárias dos 63 aos 69 anos e dos 52 aos 62 anos, apresentem valores inferiores mas percentuais idênticos, nomeadamente de 20%. As faixas etárias dos 22 aos 35 (17%) e dos 36 aos 49 anos (15%), ainda têm algum significado.
- Existe uma quase dualidade entre as percentagens de alunos que foram/são militares ou pertenceram/pertencem às Forças de Segurança, com 53% dos respondentes a negarem essa condição e 47% a assumirem-na;
- A maioria desses antigos alunos não é reformada (63%);
- Se 53% desses antigos estudantes optaram por uma opção civil, 39% escolheram o Exército, sendo as percentagens atribuídas às restantes opções pouco significativas (FAP: 4%; Marinha: 3%; Força de Segurança: 1%);
- Com 53% de civis, em termos de postos militares, a classe constitui-se ainda com 30% de oficiais e 17% de sargentos;
- A grande maioria dos respondentes reside em Lisboa (54%), ainda que 19% dos respondentes pertençam a Setúbal e apenas 5% ao Porto;
- No que concerne ao agregado familiar, as maiores percentagens vão para os agregados familiares pequenos (quatro elementos: 31%; três elementos: 21%; cinco elementos: 20%);
- Um total de 68% dos respondentes não tem outros familiares que frequentaram o Instituto, ao passo que 32% dos inquiridos estão nessa condição.

Relativamente à Classe 2 concernente aos antigos alunos, esta pode ser caracterizada da seguinte forma:

- Antigos alunos de três décadas constituem genericamente esta classe, nomeadamente das décadas de 50 e de 80 (ambas com 27%) e da década de 60 (23%). A década de 70 ainda tem uma representação com alguma expressão, na ordem dos 13%;
- Apenas 3% de respondentes são do sexo feminino;
- A maioria destes antigos estudantes foi Aluno Graduado (cerca de 57%);
- Apenas 7% destes respondentes não foi aluno oriundo;

- No que diz respeito à idade, a maioria dos respondentes está compreendida na faixa etária dos 22 a 35 anos (28%), ainda que de perto esteja a faixa etária dos 52 a 62 anos (26%), havendo depois as faixas etárias dos 63 a 69 anos (18%) e dos 36 a 49 anos (17%), que apresentam ainda algum significado;
- A maioria destes antigos alunos (também como na Classe 1) não foi/é militar ou pertenceu/pertence às Forças de Segurança (57%), ainda que 43% dos inquiridos apresente essa condição;
- Uma percentagem muito significativa de respondentes (74%) não é reformada, sendo este um número ainda maior que aquele obtido na Classe 1;
- É a opção civil que aqui também ganha um maior número de respondentes, com 56% dos inquiridos, sendo mais uma vez a opção Exército a segunda vertente mais representada, seguida também da opção FAP com 6%, Marinha com 5% e Forças de Segurança com valor nulo, o que evidencia um perfil idêntico ao da Classe 1;
- No que concerne à patente, o traçado é análogo ao da Classe 1, subindo a patente civil para 57%, a patente de oficial para 31% e a patente de sargento para 12%;
- Relativamente à localidade, com 70% dos inquiridos, Lisboa é mais uma vez a localidade mais representada, seguida de Setúbal com 13%, sendo as restantes representações pouco significativas;
- A covariável agregado familiar apresenta para os agregados de quatro, cinco e três elementos as maiores percentagens (34%, 29% e 21%, respectivamente);
- Um total de 59% dos respondentes não tem outros familiares que frequentaram o Instituto, ao passo que 41% dos inquiridos estão nessa condição.

Relativamente aos antigos alunos (sócios efectivos da APE) e aos resultados obtidos com as variáveis, em termos de probabilidades condicionais importam sublinhar alguns dados que são fundamentais, nomeadamente:

- Tanto na Classe 1 como na Classe 2, existe um grande orgulho para estes inquiridos em terem sido alunos do Instituto, com 94% dos respondentes a concordarem totalmente com essa ideia na Classe 1 e, na Classe 2, com 71% dos antigos alunos a partilharem desse entendimento;
- Perante a aceção de que o IMPE mantém uma imagem de prestígio, a maioria dos respondentes da Classe 1 concorda com essa ideia (com 46% dos inquiridos a concordarem totalmente e 38% a concordarem parcialmente com essa noção). O

mesmo caso não se passa na Classe 2, que apresentando um cenário mais partilhado, evidencia que 31% dos respondentes a concordarem com este entendimento, 13% a concordarem mesmo totalmente, mas 30% dos antigos alunos a ficarem hesitantes e 21% dos inquiridos a discordarem mesmo dessa ideia;

- Ambas as classes são claramente concordantes na ideia de que o Instituto, pelo seu percurso desde a fundação em 1911, é uma instituição importante no contexto da socialização cívica, política e militar em Portugal;
- Também ambas as classes demonstram elevada concordância na ideia de que o Instituto sempre teve a preocupação dominante de formar o carácter dos alunos, cultivando-lhes sentimentos patrióticos e iniciando-os na prática dos valores militares. O mesmo acontece para a ideia de que o Instituto incutiu o gosto pela disciplina, lealdade e responsabilidade, de obediência e sacrifício, sendo que ambas as classes também concordam claramente da ideia de que a família teve influência determinante na opção de terem sido alunos do Instituto;
- Perante a afirmação de que o IMPE gera normas éticas relativas à identidade pilónica que são observadas por todos (alunos e professores, militares e civis), a Classe 1 apresenta uma grande concordância com esse entendimento (53% concordam parcialmente e 34% concordam totalmente), mas a Classe 2 apresenta um número significativo de indecisos (28%), ainda que a maior parte dos respondentes desta classe concorde com essa afirmação (45% dos inquiridos concordam parcialmente);
- Se a Classe 1 concorda genericamente que o actual uniforme interno dos alunos é adequado e responde às necessidades (42% concordam parcialmente, 18% concordam totalmente e registam-se 33% de indecisos), já a Classe 2 mostra-se dividida nesta questão, apresentando um elevado número de indecisos (45%) e registando quase uma dualidade entre os inquiridos que concordam (21% concordam parcialmente e 3% concordam totalmente) e que discordam (23% discordam parcialmente e 8% discordam totalmente) desta ideia;
- O actual uniforme externo também não é um assunto pacífico, havendo apenas na Classe 1 concordância a esse respeito, com 34% dos antigos alunos a concordarem totalmente e 43% a concordarem parcialmente que esse uniforme projecta uma imagem positiva do Instituto. A Classe 2 diverge de facto nesta matéria, com 41% de indecisos, 27% dos inquiridos a concordarem parcialmente com esta perspectiva, mas registando-se um total de 22% de respondentes que discordam deste entendimento;

- Existe grande concordância de ambas as classes na noção de que existe um culto de camaradagem no Instituto que se projecta desde os primeiros dias dos alunos na Escola, assim como na ideia de que embora a abertura ao exterior seja hoje manifestamente maior que no passado, os alunos deveriam ter mais contacto com outras escolas, entidades públicas e privadas, intercâmbios escolares e visitas de estudo;
- Onde também acontece elevada concordância entre as classes é na ideia de que as relações informais de pertença e de poder estavam bem definidas no seio da comunidade estudante aquando do tempo de alunos, nomeadamente no conhecimento e no respeito pela hierarquia de Alunos Graduados e pelas antiguidades relativas. Vão no mesmo sentido as opiniões na perspectiva de que é positivo que o cenário das praxes académicas no Instituto tenha sido corrigido, porque pode ter havido no passado algumas situações onde foram praticados abusos ou excessos;
- Embora a Classe 1 manifeste um elevado grau de concordância com a ideia de que as tradições do IMPE são bem conhecidas e os antigos alunos interessam-se em defendê-las, pelo significado de que se revestem (65% dos respondentes concordam totalmente e 33% concordam parcialmente), a Classe 2 evidencia-se um pouco mais prudente nesta matéria, com 51% dos inquiridos a concordarem parcialmente e 12% a concordarem plenamente, mas registando-se uma percentagem razoável de indecisos (23%) e de ainda alguns respondentes que discordam dessa ideia (11%);
- Perante a ideia de que como Escola que faz a ponte entre o ambiente civil e militar, o IMPE contribui para que a experiência da cidadania nos seus alunos seja mais profícua que nas outras escolas, ambas as classes mostraram elevadas percentagens de concordância;
- A Classe 1 e a Classe 2 mostram-se claramente indecisas (43% e 56%) perante a ideia de que as ACC, embora em menor número que no passado, contudo ainda são satisfatoriamente diversificadas, demonstrando algum desconhecimento sobre a situação actual destas actividades na Escola;
- Existe elevada concordância de ambas as classes na ideia de que a nível institucional, as ACC projectam de forma significativa a imagem do IMPE para o exterior, dignificando-o, ainda que a Classe 2 apresente uma percentagem de 27% de indecisos;
- Embora a Classe 1 se manifeste claramente concordante com a ideia de que o IMPE projecta uma imagem de prestígio para o exterior, porque a avaliação que a sociedade faz do Instituto é positiva (58% dos respondentes concordam totalmente e 39%

concordam parcialmente), na Classe 2, ainda que a concordância seja maioritária (42% concordam parcialmente e 5% concordam totalmente), a verdade é que existe uma percentagem elevada de indecisos, estimada em 36%;

- No que diz respeito à ideia de que a imagem dos diferentes membros do Instituto (alunos, antigos alunos, educadores militares e civis) é forte e se reflecte nas relações que estes elementos têm entre eles e com a sociedade em geral, a Classe 1 apresenta elevada concordância com esta aceção (42% concordam totalmente e 54% concordam parcialmente), sendo que na Classe 2, embora 52% dos inquiridos concorde parcialmente com esta ideia, 28% dos inquiridos mostra-se indeciso ou hesitante;
- Perante a ideia de que o IMPE sempre reflectiu, para o bom e para o menos bom (mudanças nos currículos, tentativas de encerramento, etc.) aquilo que se pode designar por fases e contextos políticos em Portugal, a 48% dos respondentes da Classe 1 concorda parcialmente com esta ideia e 29% concordam mesmo plenamente com a mesma, com 19% de indecisos. Embora o sentido manifestado pela Classe 2 seja idêntico, existe nesta classe um maior número de indecisos (32%), ainda que 42% dos antigos alunos concorde parcialmente com esta noção e 13% concorde mesmo plenamente com esta perspectiva;
- Dividem-se claramente as opiniões quando se afirma que o perfil socio-político do antigo aluno, enquanto cidadão, mudou muito desde que se concretizou a saída do Instituto. Com efeito, na Classe 1 observam-se 17% de indecisos, com a concordância (12% concordam plenamente e 29% concordam parcialmente) e a discordância (10% discordam totalmente e 32% discordam parcialmente) a equipararem-se aproximadamente. Na Classe 2, ainda que o lado da discordância ganhe alguma vantagem (11% discordam totalmente e 34% discordam parcialmente) perante o lado da concordância (11% concordam totalmente e 27% concordam parcialmente), regista-se 17% de indecisos;
- Relativamente à simbologia, nomeadamente à Barretina e ao Emblema da APE e se estes se constituem como elementos simbólicos da imagem pilónica, tanto a Classe 1 como a Classe 2 são altamente concordantes nesta matéria. O mesmo acontece para a ideia de que embora semelhante à Barretina do CM, a Barretina do Instituto tem características próprias que a distinguem facilmente da Barretina do CM, acabando assim por ser mais facilmente identificável para a sociedade civil como imagem simbólica do IMPE, do que o Emblema da APE;

- É objecto de divisões em ambas as classes a ideia de que a formação religiosa, no tempo de alunos, tinha relevância na vida dos estudantes. Na Classe 1 registam-se 30% de indecisos, com 28% a concordarem parcialmente e 11% a concordarem plenamente com esta perspectiva. A Classe 2 também se mostra indecisa (com 29% dos respondentes), mas aqui o lado discordante é superior, com 31% a discordarem parcialmente desta noção e 7% a discordarem totalmente deste entendimento;
- Para ambas as classes existe uma elevada concordância na aceção de que o Instituto desempenhou um papel importante nas opções pessoais e de carreira;
- Perante a perspectiva de que o IMPE influenciou, de alguma forma, as opções políticas pessoais, na Classe 1 uma maioria de respondentes concorda com essa ideia (27% concorda parcialmente e 12% concorda totalmente), mas existe uma percentagem de 23% de indecisos. Já a Classe 2 mostra-se discordante relativamente a esta matéria (24% discordam totalmente e 33% discordam parcialmente), registando-se ainda 21% de indecisos;
- No que concerne às opções religiosas, em ambas as classes existe uma discordância elevada na ideia de que o Instituto influenciou, de alguma forma, as opções religiosas pessoais;
- Os respondentes de ambas as classes estão concordantes na perspectiva de que a APE tem projectado uma boa imagem do IMPE, através de várias vertentes, como por exemplo a publicidade e os eventos comemorativos;
- Colocados diante da aceção de que entre as várias razões que explicam a redução do número de alunos, contam-se as mensalidades elevadas e os custos com o enxoval e despesas afins, por não serem competitivos quando comparados com a opção de colocar os filhos em outras instituições, a maioria dos respondentes da Classe 1 concorda com esta perspectiva (28% concordam plenamente e 36% concordam parcialmente), havendo 26% de indecisos. A Classe 2, ainda que concorde genericamente nesta matéria (16% concordam plenamente e 30% concordam parcialmente), apresenta 33% de indecisos.
- Ambas as classes apresentam elevada concordância na ideia de que o ensino do IMPE já não pode ser considerado um ensino de elite, mas também ambas registam percentagens significativas de indecisos (31% e 29% para a Classe 1 e Classe 2, respectivamente);

- As opiniões dividem-se quando se afirma que a preferência histórica por uma educação virada para os ensinos técnicos prejudicou o IMPE, porque não se soube abrir institucionalmente e em tempo, às outras vertentes do ensino. A Classe 1, apresentando 23% de indecisos, divide-se entre o lado concordante (10% concordam plenamente e 30% concordam parcialmente) e o lado discordante (28% discordam parcialmente e 9% discordam totalmente). A Classe 2, neste caso, apresenta curiosamente os mesmos resultados percentuais;
- Perante a ideia de que um aluno do IMPE pode ter expectativas altas quanto à sua carreira profissional, porque o Instituto é ainda uma escola de referência, a Classe 1 apresenta um elevado grau de concordância nesta matéria (27% concordam totalmente e 57% concordam parcialmente), mas a Classe 2 evidencia-se mais indecisa (48% de respondentes), havendo contudo 28% de inquiridos que concordam parcialmente e outros 2% que concordam totalmente;
- Existe elevada concordância na ideia de que o IMPE se depara com dificuldades sobre a continuidade da sua existência;
- A perspectiva de que o regime de Externato é mais adequado do que o Internato à vida académica dos alunos é rejeitada por ambas as classes, discordando ambas deste entendimento, mas ambas com um número significativo de indecisos (28% na Classe 1 e 37% na Classe 2). Já o regime de Internato é entendido como mais adequado do que o externato à vida académica e militar dos alunos, havendo uma elevada concordância nos respondentes da Classe 1 (31% concordam totalmente e 41% concordam parcialmente) e uma menor concordância na Classe 2 (31% concorda parcialmente e 11% concordam totalmente), aqui com uma percentagem de indecisos maior (28% em comparação com 19% da Classe 1);
- Ambas as classes assumem representações altamente concordantes com a perspectiva de que os dois regimes (Internato e Externato) se complementam e devem existir em simultâneo, da mesma forma que ambas entendem que o IMPE deve continuar a existir como escola militar, ainda que reorganizado, porque responde a lacunas formativas do CM e mesmo do IO;
- No que diz respeito à ideia de que o Instituto deve ser privatizado, mantendo contudo a referência aos valores militares e sendo fiel à sua história e tradições, ambas as classes discordam desta opção, da mesma forma que o cenário da extinção (por não se enquadrar no ensino contemporâneo e porque já existem no quadro nacional outras

- escolas análogas como o CM e o IO que são suficientes) é também altamente rejeitado pelas mesmas;
- Diante da proposta de que o IMPE deve ser integrado com os outros EMEns, sendo que a futura instituição a criar deve conservar necessariamente as tradições de cada uma das três escolas originais, mas ter uma designação distinta, os respondentes da Classe 1, ainda que rejeitem essa opção (29% discordam totalmente e 11% discordam parcialmente), assumem uma elevada percentagem de indecisos (32%). Já a Classe 2 discorda significativamente desta opção (38% discordam completamente e 13% discordam parcialmente), mas existe também um nível acentuado de indecisos, estimado em 29%;
 - A Classe 1 concorda claramente com a ideia de que do universo de antigos alunos, a sobrevivência dos laços de camaradagem e convívio subsiste sobretudo pela acção que a APE desenvolve (31% concordam totalmente e 42% concordam parcialmente, registando-se 16% de indecisos). Na Classe 2, o lado concordante também é maioritário, mas numa menor expressão (11% concordam totalmente e 31% concordam parcialmente, registando-se 23% de indecisos);
 - Perante a ideia de que a sobrevivência desses laços de camaradagem e convívio é sobretudo resultado da acção de alguns grupos de antigos alunos, mas que não estão enquadrados necessariamente em projectos da APE, a esmagadora maioria dos respondentes da Classe 1 concorda com essa perspectiva, mas na Classe 2, ainda que a concordância seja maioritária (43% concordam parcialmente e 6% concordam totalmente), existe um total de 30% de indecisos;
 - Relativamente à aceção de que a sobrevivência dos laços de camaradagem e convívio entre os antigos alunos é escassa, os resultados obtidos em ambas as classes são muito similares, com a concordância a ser maioritária, ainda que os indecisos sejam uma parte significativa (30% e 29%, respectivamente para a Classe 1 e Classe 2);
 - Em contraponto, à ideia de que a sobrevivência dos laços de camaradagem e convívio entre os antigos alunos é intensa, a Classe 1 é concordante nessa matéria (8% a concordarem totalmente e 35% a concordarem parcialmente), com 31% de indecisos. Já a Classe 2 rejeita esta perspectiva (7% discordam totalmente e 37% discordam parcialmente), registando-se 31% de indecisos.

É interessante verificar que estes resultados vão de encontro a vários dos entendimentos que explanámos em vários pontos do nosso trabalho, de acordo com as vertentes específicas debatidas em cada um deles. Regista-se também aquilo que igualmente defendemos noutras partes da nossa investigação e que é, sem surpresa, o facto de que vários alunos e vários antigos alunos, em determinados aspectos, manifestam um desconhecimento genérico no que concerne à evolução da situação real do IMPE, que não apenas na vertente educativa e de efectivos, mas também ao nível do domínio social e político, incluindo as questões da gestão de recursos aos mais diversos níveis (humanos, materiais, orçamentais e financeiros) e a própria história do Instituto.¹²³³

Neste ensejo, é útil proceder a mais algumas observações, como complemento daquilo que já referimos noutras partes do trabalho e também neste ponto. Uma dessas, refere-se ao problema das mensalidades, que é um caso sério quando reflectimos naquilo que é o balanço entre as receitas e as despesas em termos globais e, naturalmente, no contexto que é a competitividade efectiva das mesmas no mercado da formação actual.¹²³⁴ No Apêndice VIII apresentamos uma previsão global de receitas provenientes das mensalidades dos alunos para o ano lectivo 2006/2007 e o cenário é preocupante, sobretudo quando temos em linha outro tipo de factores, como sejam, por exemplo, os custos indexados por aluno e, nomeadamente, a relação que existe, mesmo que apenas quantitativa, entre alunos e professores.¹²³⁵

Partindo do pressuposto que não só os números são importantes, é todavia imprescindível que se assuma que uma escola existe porque existem alunos que a frequentam, da mesma forma que os professores estão nas escolas para ensinar e educar, da melhor forma possível. Os “rankings” escolares não são a justificação de uma causa, mas urge reflectir no caminho que se quer seguir para o IMPE (e também para outras instituições de ensino), de uma forma séria e coerente. Este estudo mostrou e evidenciou várias realidades que, sobretudo ao nível das esferas de decisão, não eram conhecidas e, se o eram em parte, não foram todavia consideradas em toda a sua plenitude.¹²³⁶

Se é verdade que nas Conclusões e Observações Finais mostraremos, necessariamente em jeito de síntese, aquilo que aprendemos, constatámos e descobrimos ao longo desta investigação, é contudo oportuno que apresentemos aqui, mais alguns números que nos transmitem uma realidade institucional complexa, mas que nos ajudam a perceber de forma bastante oportuna a situação preocupante com que o Instituto se debate já no presente ano lectivo 2006/2007, afastado da

¹²³³ Cfr. Rosado, David – *Pupilos do Exército: Interpretação Sociológica...*, *op. cit.*, p. 8.

¹²³⁴ Ver Rosado, David – “Ruptura nas relações de interacção e de estrutura nas organizações escolares: as diferentes formas de estar na Escola e no IMPE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 203, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2006.

¹²³⁵ Os dados objecto de processamento para obtenção destas estimativas, foram obtidos na Secção Logística do IMPE e na Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade da Direcção de Finanças.

¹²³⁶ Cfr. Rosado, David – *Pupilos do Exército: Interpretação Sociológica...*, *op. cit.*, p. 9.

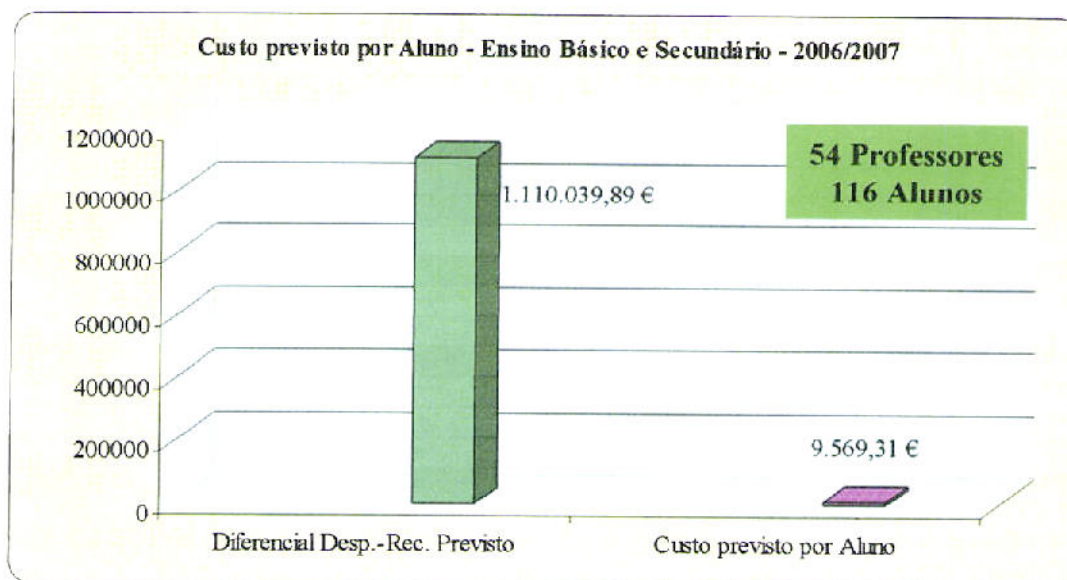
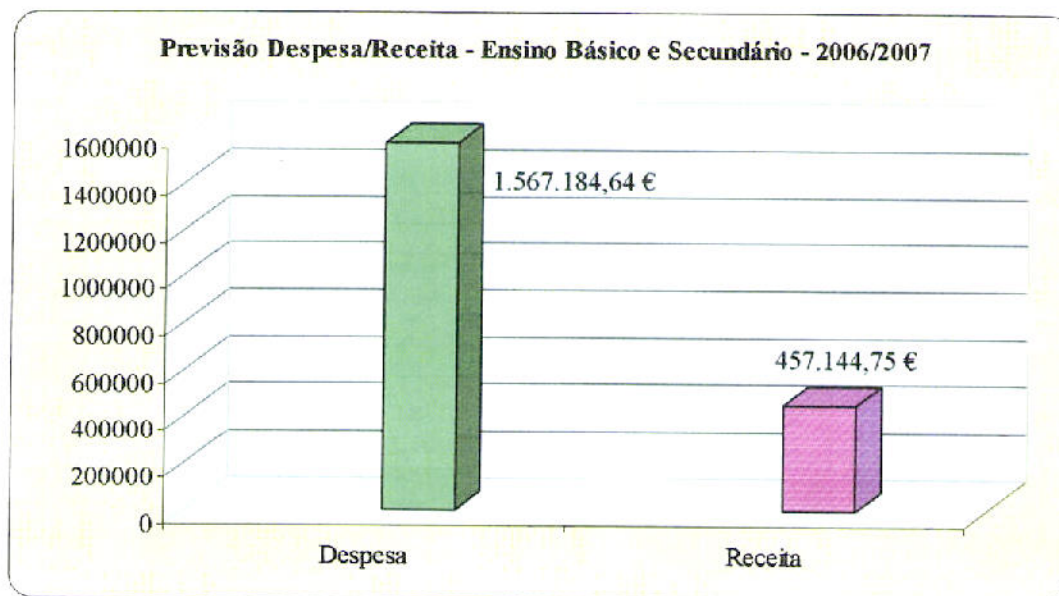
situação que apresentava há poucos anos atrás aquando da visita do Primeiro Ministro em 1995, Cavaco Silva, antigo oficial miliciano e instrutor do Instituto.¹²³⁷



Fotografia n.º 253

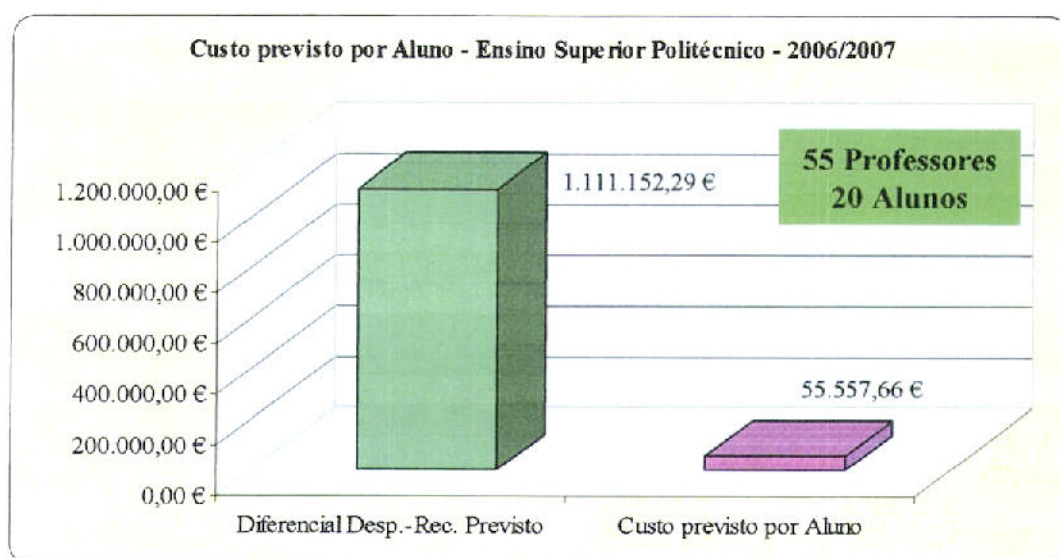
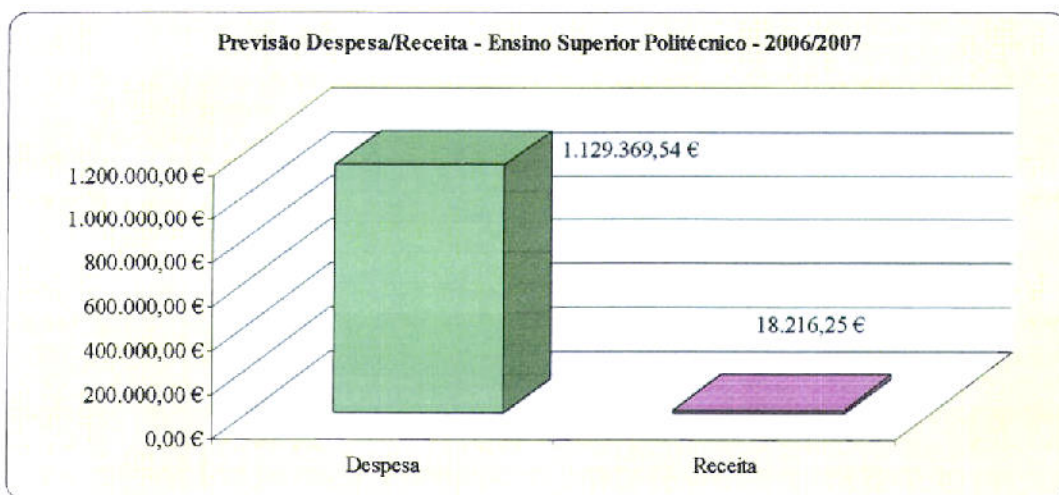
Cavaco Silva cumprimenta um dos alunos do IMPE (1995)

¹²³⁷ Os dados objecto de processamento para obtenção destas previsões, foram igualmente obtidos na Secção Logística do IMPE e na Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade da Direcção de Finanças.



Gráficos n.ºs 16 e 17

Previsão Despesa/Receita e Custo por Aluno - Ensino Básico e Secundário - 2006/2007



Gráficos n.ºs 18 e 19

Previsão Despesa/Receita e Custo por Aluno - Ensino Superior Politécnico - 2006/2007



Fotografia n.º 254

Caminhando para o futuro

CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES FINAIS

“Nada perdura, senão a mudança.”

Heraclito

Uma Dissertação de Doutoramento deve constituir-se como um trabalho científico original e apresentar-se como uma reflexão profunda sobre um tema específico, desejavelmente nunca antes tratado e cujo resultado final se assuma como uma contribuição importante para o conhecimento científico do domínio investigado. Neste sentido, o trabalho encetado para a obtenção desse grau académico, além de permitir a defesa de um argumento que pode ser objecto de refutação, deve igualmente identificar um problema científico relevante que não tenha ainda sido sujeito a investigação e também resolver, fundamentadamente, o problema definido como ponto de partida da investigação.

Ainda que o conceito de originalidade seja variável de área científica para área científica, deseja-se que uma investigação deste cariz leve a cabo um trabalho inédito, utilizando material conhecido e também desconhecido, com novas interpretações e novas metodologias, sendo abrangente e interdisciplinar, mas desenvolvendo conhecimentos numa vertente específica nunca antes seguida. De acordo com este entendimento, pretende-se que uma dissertação deste nível académico seja o resultado de um trabalho científico rigoroso e exaustivo, onde, inequivocamente, esteja patente um elevado grau de especialização por parte do candidato no domínio que se propôs investigar.

O trabalho que agora se apresenta é o culminar de mais de quatro anos de investigação sobre o Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE). Tratou-se uma investigação de longa duração, levada a cabo com grande entusiasmo e com grande determinação desde o primeiro instante. Neste momento, uma necessária retrospectiva leva-nos a perceber com enorme satisfação que o trabalho encetado foi oportuno, é útil e constitui-se como um contributo relevante para o conhecimento científico de índole sociológica sobre uma Escola plena de tradições, um verdadeiro pólo de ensino e de formação para a cidadania durante várias décadas, cujas implicações sociais e políticas advêm desde a data da sua fundação em 25 de Maio de 1911.

Toda a informação documental recolhida durante o processo de investigação foi sendo revista criteriosa e permanentemente, o que para além de ter permitido a constituição de uma base de dados sobre a Escola, nunca antes encetada, possibilitou ainda a dissipação de dúvidas institucionais que, não só ao nível do IMPE, mas também ao nível da Associação dos Pupilos do

Exército (APE), persistiam existir em pleno século XXI. E neste desígnio, esta investigação foi bem mais além do que apenas o Instituto, pois também ao nível associativo trabalhou na procura de provas inéditas que justificassem os conteúdos tratados, dando-lhes toda a consistência e fundamentação requeridas. Querer e saber entrar em imensos domínios do Instituto, sendo capazes de o compreender nas suas premissas mais inexplicadas e sobretudo nas ramificações muito para além das óbvias, foi uma demanda baseada permanentemente na exigência académica, na isenção e na dedicação pessoal, que nunca tolhada por modelos, preconceitos e verdades recebidas, se afigurou muito gratificante ao longo de todo o processo.

Esta nossa preocupação pelo rigor manifestou-se nas mais diversas vertentes que a investigação abraçou, onde as observações directas, os inquéritos por entrevista e por questionário também se afiguraram como essenciais no trabalho realizado. Nesse contexto, a várias pessoas devemos agradecimentos por um apoio indispensável em todas as demandas encetadas ao longo deste período, reconhecimento esse que expressámos formalmente em parte adequada do trabalho. Estas acções e outras que empreendemos continuamente, possibilitaram também uma discussão construtiva com elementos de outras áreas e de áreas afins que se revelou bastante útil, não tendo sido esta investigação um exercício de isolamento científico, de todo.

Extraímos conhecimentos válidos de várias fontes e experimentámos um processo de aprendizagem contínua na ponderação reforçada de todos os argumentos, corrigido e validado de forma regular e metódica por ambos os Professores Orientadores desta dissertação. Estivemos necessariamente atentos aos contributos de Alexandre Cabral no campo da ficção e de Teresa Vale, Paulo Pinto e Ana Vilela no campo histórico. Mas estivemos especialmente interessados *naquilo que os Pupilos do Exército são*, não dispensado contudo necessárias reflexões *naquilo que poderiam ser*, mas definitivamente expressámos menos acepções sobre aquilo que *deveriam ser* e sobretudo no que *aparentam ser*.

Os Pupilos do Exército, enquanto entidade abrangente e nunca antes investigada na vertente sociológica, ganharam agora um espaço académico significativo com esta investigação, permitindo-se assim apurar agora de forma extensiva, com discernimento e através de uma moldura analítica, aquilo que os Pupilos do Exército, de facto, são. E isto aconteceu não só ao nível do IMPE, mas também ao nível de várias das relações com os outros Estabelecimentos Militares de Ensino (EMEns), pois também nesse prisma, a investigação que agora se apresenta é inovadora, reflectindo interacções sociais e intersecções nas tradições e valores entre as três Escolas.

O período essencial da nossa investigação foi o correspondente entre 1985/2006, mas não nos dispensámos contudo de abordar a evolução histórico-política do Instituto desde a sua fundação

até à actualidade. Investigámos igualmente a conjugação dos ensinamentos aí ministrados, a simbologia e o significado institucional do IMPE e da APE, bem como os conteúdos e contextos sociais de âmbito formal e informal do Instituto e da Associação. Estudámos também as características da vida académica e militar na Escola, incluindo os argumentos relacionados com a ética, liderança e comando por parte dos Alunos Graduados. A procura da origem, a constatação da existência e a atribuição do verdadeiro significado às tradições pilónicas foi igualmente uma parte inestimável do nosso trabalho, onde a dimensão plural das Actividades de Complemento Curricular (ACC) e ainda os paralelos e divergências das escolas militares similares nacionais e estrangeiras, se revelaram como focos de interesse muito relevante. Abordámos inclusivamente a introdução da vertente religiosa numa Escola que foi inegavelmente laica na sua génese, bem como a análise do seu património histórico e ainda, finalmente, tecemos os argumentos possíveis para uma melhor consciência sobre o IMPE e sobre o futuro que se lhe reserva.

O Instituto resulta da utopia que o novo regime republicano pretendia para a Educação, permitindo que rapazes de classes desfavorecidas, com destaque para órfãos e filhos de militares de patentes inferiores, tivessem acesso a um ensino de qualidade, possibilitando assim que qualquer pessoa, independentemente da sua origem social, pudesse vir a ser um cidadão útil à Pátria. Quando em 1911, o então Ministro da Guerra, Coronel Correia Barreto, decidiu tomar em ombros a criação do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, estava consciente do enorme desafio que era a formulação de uma Escola com as características e pressupostos que alguns grandes pedagogos enunciavam.

Sabe-se que aquilo que então Álvaro Viana de Lemos e João de Barros imprimiram na vertente pedagógica das Forças Armadas através dos Decretos que foram exarados por Correia Barreto, constituiu-se como uma enorme ambição de concretizar em pouco tempo a tarefa homérica que se afigurava impossível de levar a cabo para a generalidade do tecido social nacional. Ainda que a situação educativa e escolar em Portugal fosse precária e pese embora as transformações sociais recentes, é verdade que as Forças Armadas se poderiam assumir pela disciplina e pelo seu potencial relativo como um elemento fulcral na implementação imediata de uma reforma estrutural e de fundo nos estudos, cenário esse que, na vertente civil só seria possível no longo prazo.

A fundação dos Pupilos do Exército respondeu assim a esse repto, no intento de formar cidadãos que fossem autênticos regeneradores sociais, não só ao nível dos conhecimentos académicos e do culto pelo trabalho, mas também pela defesa das ideias republicanas, na acepção mais arraigada do termo. Pretendia-se uma nova mentalidade nacional assente em vários princípios balizadores consequentes do movimento revolucionário, e que, entre outras atitudes, fosse

manifestada por uma nova forma de encarar as actividades produtivas, apartando inequivocamente a visão negativa que se tinha das actividades laborais e fabris.

Neste contexto, os alunos do Instituto receberiam um ensino especialmente vocacionado para a aquisição natural de uma vontade e um gosto pelo trabalho, tido necessariamente como um dever para com a sociedade. Os novos estudantes eram encarados como uma nova geração que tinha o potencial de influenciar camadas significativas do tecido social a uma nova postura, concorrendo pelo seu exemplo para o desenvolvimento colectivo e, nesse sentido também, nacional. Sendo esta a base da filosofia expressa aquando da criação do Instituto, a nossa investigação comprovou que esta também foi a marca mais específica que o Estabelecimento manteve e cultivou ao longo de quase um século de existência.

Do ideal da sua criação, uma Escola para a *“coisa pública”*, conseguiu-se o empenho continuado num ensino essencialmente técnico, durante vários anos vocacionado para um apoio especial à família militar e aos mais desfavorecidos. E foi na opção natural do trabalho que, enquanto vertente de imagem do progresso de uma sociedade, o horizonte educativo dos Pupilos do Exército se definiu claramente, encontrando-se a sua natureza vincadamente técnica presente numa formação plural que ministrou aos jovens que recebeu ao seu encargo durante várias gerações. Ainda assim, é inegável que se optou desde cedo para a convergência dos seus cursos em dois campos usualmente tidos como motores principais do desenvolvimento económico, nomeadamente, *o comércio e indústria*.

Com efeito, primeiramente através dos cursos médios, estas áreas evoluíram até aos actuais cursos do Ensino Superior Politécnico, ministrados na opção de Contabilidade e Administração, mas também na opção de Engenharia, nas áreas de Máquinas, Electrotecnia e Electrónica. Permanentemente acompanhados de uma forte componente prática, aquilo que actualmente se designa pedagogicamente como o vértice *saber fazer*, estes cursos ainda assentam num conjunto de laboratórios, salas de trabalho e oficinas especializadas que levam os alunos do Instituto a obter uma rigorosa formação técnica.

Fruto desta tradição, continua a haver uma grande procura por parte do mercado de trabalho em alunos formados pelo IMPE. Ainda assim, a Escola debate-se com uma realidade social que é cada vez mais complexa. De facto, consequências derivadas de um novo contexto educativo nacional e transnacional onde se destaca uma formação académica mais liberal sobretudo após Processo de Bolonha, além de um desfasamento entre os ideais castrenses e a sociedade civil (manifestado também por uma crescente diminuição do prestígio social conferido às Forças Armadas) conduziram a uma redução no número de candidatos nos últimos anos.

Aqui também não é despicienda a sucessiva falta de competitividade do Instituto com outras instituições de ensino, enquanto resultado de mensalidades mais elevadas, regimes de frequência nem sempre compatíveis com a procura sentida, cargas horárias muito elevadas (em alguns casos excessivamente diversificadas por várias disciplinas não nucleares) e inclusivamente com uma obrigatoriedade de assiduidade dos alunos bastante significativa. Além disso, consequentes restrições orçamentais e organizativas do Exército forçaram o Instituto a não abrir concurso para admissões por mais do que uma vez, sendo que esses efeitos se traduziram não só na diminuição do efectivo escolar presente, mas também numa instabilidade escolar muito acentuada, verificada a vários níveis, interna e externamente.

Isto não impede que se constate ainda hoje que, com um perfil de competências essencialmente técnicas e práticas, os profissionais oriundos do IMPE continuam a experimentar de uma grande aceitação por parte do mercado de trabalho e também no mercado da formação, inclusivamente os antigos alunos que terminaram mais recentemente os seus estudos no Instituto. É que paralelamente a uma preocupação face ao mundo laboral, os Pupilos do Exército continuaram a investir significativamente na formação moral dos seus alunos, e também nesse aspecto, a credibilidade dos profissionais formados no IMPE mantém-se por parte da sociedade civil.

Aliás, deve-se referir que o Instituto foi pioneiro na forma de encarar o aluno, a criança, o educando. Logo nos primeiros tempos da Escola foram aí colocados alguns dos maiores professores preceptores da época, como Álvaro Viana de Lemos e João Soares. Daí também que algumas das primeiras actividades do movimento pedagógico da *Educação Nova* tenham sido levadas a cabo nos Pupilos do Exército. Os trabalhos manuais foram ali ricamente desenvolvidos, assim como a imprensa escolar, a par com a Educação Física. O sentido desta nova forma de encarar o aluno residia já não na ideia de uma formação estrita da criança, mas sobretudo num conceito de desenvolvimento do indivíduo, explanado no entendimento de que cada educando é irrepetível e único, pelas suas especificidades. Essa metodologia permitiria que cada formando desenvolvesse desde cedo as suas apetências e capacidades de acordo as suas valências pessoais, sendo possível levar mais longe as suas realizações, sobretudo num conceito de liberdade e empenho individual no forte espírito colectivo.

Ao longo do tempo, percebe-se que o objectivo do Instituto nunca foi unicamente o de formar crianças e jovens para a realidade de cada época, em breves instantes logo ultrapassada por outros desafios. Pelo contrário, sempre se assumiu entusiasticamente a proposta de formar cidadãos antecipados, livres, criativos, autónomos e participativos, adaptáveis a um contexto de mudança e a exigências sempre novas. Todavia, pretendeu-se sempre que essa formação estruturasse, nesses

cidadãos, valores chave que os identificassem com o objectivo maior da Escola, para que não desfalessem perante a adversidade e o imediatismo coisificado que os viria a rodear num futuro sempre próximo. Ou seja, tentou-se sempre ultrapassar a ideia rígida de um internato isolado, porque era fundamental formar jovens esclarecidos e com vontade própria, contagiando-os de firmeza, perseverança e paixão.

Esta paixão, que se viria a reflectir em muitos aspectos do ensino, mostrou desde cedo a prática de uma pedagogia hoje em dia implementada em vários países do mundo ocidental e até defendida pela UNESCO, sendo assessorada por muitos pedagogos europeus e americanos. A nossa investigação comprova que o Instituto, até aos dias de hoje, sempre apresentou um programa escolar que em muito vai para além dos programas e desafios lançados pelas directivas ministeriais. Não se quer com isto dizer que a melhor parte esteja apenas no prolongamento curricular praticado no Estabelecimento. Pretende-se sim afirmar que aquilo que a Escola sempre apostou como único, seu e especial no contexto educativo nacional, foi aquilo que esteve para além do que as restantes instituições escolares normalmente apresentavam, inclusivamente, os outros EMEns. Neste domínio, encontram-se obviamente os conteúdos escolares que enformaram a ideia de ensino técnico, prático e profissionalizante ao longo dos anos, mas também todo o conjunto de actividades extracurriculares que contribuíram para o desenvolvimento físico e mental dos alunos, permitindo um ensino mais diversificado e, sobretudo, único a nível nacional.

Uma outra vertente que sempre se definiu como um dos alicerces mais sólidos do Instituto foi a formação cultural que se imprimiu. Já na década de vinte os alunos praticavam artes (em diferentes modalidades, como por exemplo a pintura e a escultura) e viam cinema, uma verdadeira inovação que começava a lançar tentáculos à forma de ver o mundo e a sociedade. Nas décadas seguintes, outras áreas, como o teatro, a leitura e a escrita criativa, além da música, especialmente o canto coral e instrumental, marcaram muitas das vivências sociais e da identificação de quem pelo IMPE passou a sua juventude. A actualidade demonstra a contínua defesa desses valores, onde os alunos são empenhados em inúmeras actividades culturais, sendo inclusivamente responsáveis directos pela organização de vários eventos dessa natureza.

Mas é inegável que a marca que mais visibilidade conferiu ao Instituto no exterior foi aquela que a Educação Física e as ACC de cariz desportivo permitiram alcançar, logo desde os primeiros tempos. A ginástica, por exemplo, foi assumida como uma das prioridades da Escola e assumiu-se como um dos melhores cartões de visita do Instituto, a nível nacional e no estrangeiro, tendo granjeado grande prestígio e numerosos prémios até à actualidade. Formar jovens com uma forte capacidade física foi assim uma das linhas pedagógicas mais consistentes dos Pupilos do Exército,

tendo em várias modalidades desportivas (entre outras, a Esgrima, o Remo, o Taekwondo, o Kempo, a Equitação e diferentes desportos colectivos) realizado centenas de exposições e participado também em campeonatos. Nas últimas duas décadas muitos lugares de pódio a nível individual e por equipas se alcançaram, tendo-se conquistado inclusivamente vários títulos de campeão nacional, de campeão europeu e até de campeão mundial.

Pedra angular em muita da filosofia da Escola, a formação militar desde sempre enformou a pedagogia ministrada aos mais diversos níveis, os hábitos de socialização e as maneiras de viver o próprio Instituto. É verdade que se depreendem aqui algumas lacunas no processo de socialização dos alunos, nomeadamente nos processos de interacção com elementos externos. Mesmo assim, esta realidade não impediu, antes pelo contrário, que muito antes das Forças Armadas se abrirem ao sexo feminino, fossem os Pupilos do Exército a integrarem alunas no seu efectivo escolar, frequentando o mesmo currículo que os restantes alunos dos Cursos Superiores em regime de externato, completando-se este ano três décadas desde o início deste processo.

Também neste último aspecto o Instituto foi inovador, mesmo quando comparado com os outros EMEns. Foi também o primeiro EMEns a inferir funções de docência com professores de ambos os sexos, situação essa claramente desenvolvida já em 1985, e que se traduziu numa atitude muito significativa deste tipo de escolas militares no caminho à desejada paridade de género, não só na vertente da docência, mas também nas áreas da discência.

Prestes a completar um século de existência, o Instituto evoluiu significativamente, tentando acompanhar a transformação social, a modernidade e a globalização. Muitos dos desafios que em 1911 se colocavam à sociedade ainda são plenamente válidos, com destaque para a necessidade premente de dotar os cidadãos de uma forte componente técnica e, não menos importante, formação ética. A Escola congratula-se por há vários anos ser frequentada por raparigas e rapazes de todas as origens sociais, raças e credos, mas servindo um mesmo propósito, no sentido de permitir dar o salto tecnológico a que o País se propõe actualmente.

Educar nos valores e para os valores é talvez a perspectiva que melhor traduza o contributo qualitativo do IMPE para o País, decorrente de um ideal de acção educativa que é oferecido aos formadores, militares e civis logo que entram ao serviço naquele EMEns. Para os alunos, a conduta ética a praticar extravasa claramente o *Código de Honra* formalmente implementado, sendo que apenas o complementando com muitos dos pressupostos informais em exercício na Casa é que é possível encontrarmos o manifesto intemporal de *praxis* voluntária e conscientemente assumida, integrada por valores humanos, morais e patrióticos. Recordemos que no conceito de instituição

social está sempre implícita e explícita uma dimensão ritual ou cerimonial, de praxes e protocolos, que moldam mesmo os episódios mais evanescentes da vida social.

Uma complexa rede de relações sociais tem lugar no Instituto, onde além de uma vertente formal que se define em várias áreas, existe também toda uma vertente informal de procedimentos e de práticas que não foi despicienda no nosso estudo, tendo-se revelado um dos aspectos mais importantes. Além do controlo social, ético e técnico que se encontra na Escola, observa-se ainda todo um trabalho e uma capacidade de comando interna muito importantes, nomeadamente na comunidade estudante, onde os Alunos Graduados pelas suas qualidades de liderança, evidentemente desiguais de caso para caso, se constituíram ao longo de décadas e até hoje como agentes sociais de inegável importância na vida interna do Instituto e na sua projecção institucional para o exterior, sendo um elo fulcral na hierarquia formal e nas relações de poder informal existentes.

Sobre a temática "*Aprender para o século XXI*", entende-se que é profícuo que o sistema educativo seja edificado sobre quatro pilares fundamentais, designadamente: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver*. O nosso estudo evidencia que este alicerce plural e filosófico-pedagógico foi durante várias décadas testado no Estabelecimento, tendo sido consolidado e, sempre que julgado necessário, redefinido e ajustado a novas realidades sociais. Com isso, tentou-se aperfeiçoar o processo educativo integral com vista à autonomia moral e à responsabilidade social do indivíduo, criando competências indispensáveis à multiplicação e estreitamento de laços sociais (dentro da comunidade estudante, e entre essa e as outras comunidades existentes na Escola), fomentando a defesa de valores como a cooperação, a liberdade, a cidadania activa, o respeito pelos outros e a aceitação da diferença, num quadro de tradições formais e informais.

Esta relação sinérgica entre o ensino ministrado no Instituto e a futura prática de uma democracia participativa, sempre imperfeita e inacabada, contudo, nem sempre foi linear. Aliás, como inacabada é a aprendizagem, como sabemos, que deve perdurar para além da formação escolástica, durante toda a vida do indivíduo. Mas é uma verdade que o Instituto sempre se afirmou como uma Escola de civismo e de cidadania, voltado para o progresso e para o desenvolvimento, tendo em muitos domínios prestado serviços inestimáveis ao Exército, às Forças Armadas e a Portugal, formando quadros qualificados que estão presentes nas mais diversas áreas da Defesa Nacional (tanto na sua componente militar como nas componentes não militares) e, sobretudo, nas esferas pública e privada.

É sabido que o passar inexorável do tempo e o advento da modernidade, nas dinâmicas nacional e internacional, obrigam as instituições (em sentido lato) a repensarem-se a si próprias, por vezes dolorosamente, pois nada é permanente excepto a mudança. Se umas preferem o imobilismo que a prazo conduz ao anacronismo, outras instituições encaram a mudança com serenidade e realismo, transformando ameaças pontuais em oportunidades duradouras, percebendo que o xadrez de oportunidades requer prospectiva estratégica. O IMPE experimentou uma dualidade entre estas duas maneiras de encarar a mudança, daí que a sua situação actual, ainda que observe aspectos progressistas claramente inovadores (mesmo dentro do contexto dos EMEns), noutras vertentes, o Instituto pouco ou nada está desenvolvido, continuando aí a manifestar um preocupante e inadequado aproveitamento dos seus recursos humanos, financeiros e materiais.

É importante que se tome consciência de que a missão de uma escola, qualquer que ela seja, é diariamente legitimada pelas necessidades que o País tem em encontrar quadros verdadeiramente qualificados e oportunos para as áreas mais carentes e deficitárias, em sintonia com uma exigência premente de diminuir os números cada vez mais preocupantes que engrossam as fileiras do desemprego. Se quatro atitudes são possíveis de identificar na teoria organizacional relativamente ao contexto de mudança, nomeadamente *inactividade*, *reactividade*, *pré-actividade* e *pró-actividade*, então, mais uma vez aqui, o IMPE não assumiu uma postura idêntica ao longo do período de tempo analisado na nossa investigação. E sublinhe-se, nem o Exército, nem os mais directos responsáveis políticos.

O enquadramento institucional do IMPE no Exército verificou-se, sobretudo na última década, claramente ultrapassado. É manifestamente inadequado manter o Instituto nesta situação, ainda para mais quando o papel do IMPE no contexto da socialização cívica, política e militar em Portugal em muito ultrapassou as necessidades específicas desse Ramo das Forças Armadas. O Exército e os seus mais altos responsáveis, com destaque para os que estiveram em exercício de funções desde o início deste novo século, mostraram-se inequivocamente impotentes para defenderem a coesão, as energias e a modernização do Instituto, tendo em contraponto contribuído (activamente e também pela inércia) para a desertificação da população estudantil, afigurando uma inevitável morte biológica para a Escola que, apenas ainda não aconteceu devido à atitude construtiva que a APE e os seus mais directos responsáveis associativos desenvolveram ao longo destes últimos anos.

Não está em causa o carisma militar da Escola, nem tão pouco a disciplina interna pela qual o Batalhão Escolar é também conhecido, mas tão-somente a preocupante deriva castrense dos últimos anos, notoriamente asfíxiante para o IMPE. Note-se que até enquanto reflexo das

reorganizações de estrutura do Exército que tiveram lugar já no ano de 2006 (tendo-se extinto nesse processo várias UEO e criado outras, preservando contudo o IMPE), a verdade é que os benefícios orçamentais e financeiros para este Ramo são quase insignificantes com essas medidas, pois é sabido que aproximadamente 90% do seu Orçamento é destinado ao pagamento de vencimentos com pessoal.

Logo, sem grandes dramatismos, o problema não está na forma ou na estrutura organizacional do Exército, mas definitivamente no seu conteúdo, nomeadamente nos efectivos em pessoal que tem adstrito nas suas fileiras. Sem a redução de efectivos é impossível uma diminuição realmente significativa de custos no Exército, pelo que a extinção de várias UEO (incluindo ou não, nessa extinção colectiva, o IMPE) será sempre uma medida que nunca se constituirá em mais do que pequenas gotas retiradas de um oceano, pois os efectivos militares e civis serão apenas transitados para outros locais de trabalho, mas continuarão a ser, na mesma, encargos financeiros absolutos do Exército.

No contexto da socialização, parte em que fomos exaustivos na sua abordagem, as vertentes cívica, política e militar assumem vertentes que se caracterizam através de uma vocação alargada da Escola, que nas últimas décadas experimentou uma pluralidade de afirmações culturais, com diferentes maneiras de encarar as diferentes realidades sociais. Trata-se de uma Instituição de princípios e de valores, onde a liberdade tem sido um forte alicerce naquilo que é o sentimento identitário e uma pertença intergeracional a uma comunidade de antigos alunos, homens e mulheres. Nesse sentido, os antigos alunos e os actuais estudantes não podem ser conotados com um determinado espectro político, no entendimento estrito do termo. Cada um apresenta a sua conotação política, por vezes mesmo a sua independência, mas o aspecto que nessa área os une é definitivamente a noção de pluralidade, de opiniões e também de opções, não sendo o Instituto responsável por lhes inferir, implícita ou explicitamente, uma determinada opção partidária.

Explorando essa atitude numa acepção mais avançada e em sede de entendimento genérico, a Escola apenas chega a defender, e sempre através das suas tradições e daquilo que foi o seu percurso social e histórico (nunca através de um ensino especialmente dirigido para esse fim), o ideal republicano. Mas, mesmo aqui, não se pode ser inflexível neste quadro de referência, pois a liberdade por uma opção monárquica sempre foi respeitada na comunidade estudante e mesmo na comunidade de antigos alunos, havendo vários casos pessoais que abertamente assumem esse ideal político.

Num mesmo desígnio de liberdade encontramos aquilo que são os valores religiosos, que partindo de um momento inicial caracterizado pelo laicismo institucional da Escola, progrediu

depois para a adopção de posturas e experiências cristãs identificadas pelo catolicismo que genericamente se foi constatando a nível nacional, tanto pelos regimes políticos em causa, como também pela evolução da disposição social ajustada à sua efectivação prática na Educação e na sociedade. A actualidade revela um abrandamento desta vertente que é manifestado por actuais e antigos alunos e por outros agentes sociais, com o actual Capelão do IMPE e o Bispo das Forças Armadas e de Segurança a reconhecerem que após um período recente de rica vivência religiosa no Instituto (sobretudo aquando da presença do Padre João Pimentel), percepção-se agora um desafio no ensejo de que a experiência religiosa ultrapasse as meras significações cerimoniais que são tradicionalmente realizadas ao longo do ano lectivo.

Do conjunto das idiossincrasias do Estabelecimento, onde se contam o carisma militar e a cultura de valores, existe também aquilo que é a socialização cívica, praticada e desenvolvida desde o primeiro momento em que um aluno mais novo chega ao Instituto. Marcada tanto na sua diferenciação, como na sua complementaridade, esta manifesta-se nas mais diversas formas e graus. Os estudantes são desde tenra idade iniciados na experimentação dos valores da camaradagem e do espírito de corpo, adoptando a defesa daquilo que é a solidariedade desprendida e praticando o civismo em elevada intensidade. É aí também que as fundações militares se entrelaçam em fundamentos civis e comportamentais, mostrando aquilo que de melhor se pode ser enquanto indivíduo. Mas existem excepções à regra, inequivocamente.

Aliás, esse sentimento de partilha e até de pertença sofre os efeitos dos tempos. Sinal desse facto é o empenho associativo que a APE demonstra colectivamente. Ainda que sejam identificáveis na APE aquilo que Etienne Wenger definiu como *comunidades de prática* (em áreas verdadeiramente fulcrais da Associação), é contudo notório que a participação dos sócios é muito pouco expressiva. O universo de associativismo efectivo da APE é muito inferior ao que o universo demográfico de antigos alunos permitiria consolidar, e o envolvimento dos sócios efectivos nas demandas da APE em defesa do IMPE mostra-se apenas pontualmente, numa adequada analogia às provas de velocidade, curtas por natureza, mas longe daquilo que são as provas de resistência e de fundo, mais identificáveis com aquilo que a APE necessita de produzir para conseguir uma actividade associativa mais dinâmica, aproximada à vivida por exemplo pela AAACM, reforçando assim a sua identidade institucional e o seu poder de influência e os seus mecanismos de pressão.

Ainda que a socialização militar seja desenvolvida em todos os quadrantes do Instituto, não deixa de ser muito interessante que uma margem pouco significativa de antigos alunos optaram pela carreira militar, sobretudo nas duas décadas mais recentes, havendo vários anos em que nenhum antigo aluno do IMPE se candidatou sequer aos Estabelecimentos Superiores de Ensino Militar

(ESEM), incluindo mesmo a vertente policial. Estas duas décadas são caracterizadas por um desinteresse sucessivo na opção por essas carreiras, por vários motivos, entre esses, uma perspectiva profissional pouco aliciante e pouco recompensatória, tanto a nível financeiro como até de realização pessoal, com progressões entre patentes cada vez mais demoradas e desmotivantes. Mesmo assim, perspectivando-se a opção por uma carreira de natureza castrense, incluindo em sentido lato a variante militar e policial, a maioria dos alunos opta pela alternativa militar, facto esse que se constata nos efectivos admitidos aos ESEM nesse período de tempo e que actualmente são estudantes dessas instituições de ensino.

Os Pupilos do Exército só de longe se aproximam do conjunto das altas patentes que o Colégio Militar já conseguiu oferecer ao País, e daí também a maior capacidade de pressão social e política do CM, em comparação com aquela que os antigos alunos do Instituto manifestam na defesa da sua Escola. Com efeito, apenas pouquíssimos dos antigos alunos do Instituto conseguiram alcançar a patente de TGEN, tendo a grande maioria alcançado outros postos de menor expressão hierárquica. Incluem-se nestes um grande número de Sargentos (derivados sobretudo do período anterior à possibilidade de acesso de alunos do Instituto à Academia Militar, antiga Escola do Exército), mas também muitos oficiais. Nestes, contam-se alguns militares oriundos da classe de sargentos que tiveram depois a oportunidade de reestruturar as suas carreiras (com destaque para os serviços técnicos) e outros que frequentaram os ESEM, onde uma grande porção pertence ao Exército (ainda que haja franjas com alguma expressão nos outros Ramos, em especial na Marinha, que até tem actualmente um Núcleo associativo bastante empenhado).

Dentro do Exército, a maioria dos antigos alunos pertence à especialidade de Administração Militar. Nos efectivos das Direcções da APE onde mais militares tiveram lugar, também esse protagonismo recaiu em ex-militares dessa especialidade. É importante que se refira que a escolha por esta especialidade foi uma das tendências que diminuiu nos últimos anos, tendo-se constatado uma opção mais diversificada pelas Armas e Serviços em opção na Academia Militar, assim como pela opção pelos outros ESEM, além do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (antiga Escola Superior de Polícia).

Aliás, mesmo na Academia Militar houve alguns antigos alunos do IMPE que optaram pela vertente GNR, sendo alguns deles já oficiais dessa Força de Segurança e tendo participado mesmo em operações com alguma projecção mediática, com destaque para os efectivos empenhados numa das últimas missões em Timor, cujo Comandante em funções era um antigo aluno do Instituto. Ainda assim, refira-se que neste momento existem antigos alunos do IMPE na Academia Militar que frequentam a especialidade de Administração Militar, inclusivamente já na parte de Mestrado,

pois também a Academia Militar reformulou os seus cursos de acordo com o Processo de Bolonha, num dos casos em que claramente a mudança estrutural do seu sistema de ensino foi imposta externamente, sendo até discutível o funcionamento actual dos seus cursos, sobretudo tendo em linha de conta os objectivos profissionais e de carreiras que se pretendem alcançar.

Na última década o Instituto assistiu a uma decadência institucional que importa sublinhar, cujas causas se encontram interna e externamente. O investimento estratégico foi muito insuficiente, não se potenciaram as sinergias existentes e o próprio Instituto perdeu competitividade formativa, com reflexos na sua imagem institucional. Um contexto tanto mais crítico quando a procura se foi traduzindo em números cada vez mais preocupantes, incluindo-se nesses, uma procura inexpressiva por parte de pais ou encarregados de educação que tinham sido, eles próprios, antigos alunos.

O próprio Museu do Instituto, um dos locais mais solenes da Escola, visitado no início desta investigação e por várias outras vezes, inclusive recentemente, está hoje em estado funcional que pode ser considerado muito delicado, consequência de um constrangedor abandono por parte dos mais altos responsáveis da Casa. Enquanto espaço que guarda simbolicamente as memórias e muitos dos testemunhos de glórias passadas de alunos e antigos alunos, conseguidas em diversos domínios, este é um cenário que exige uma rápida e qualificada intervenção. No mesmo caso se encontra a Capela Corpus Christi (ou dos Castros), que local onde se guardam os restos mortais de D. João de Castro (Patrono do Instituto e invulgar herói nacional), merecia usufruir de uma atenção urgente e dedicada, no sentido de preservar um património de incalculável valor histórico para o País.

Este é um dos aspectos onde é mais visível o perigo de o Instituto depender de decisões ambíguas, arbitrárias e até de decisões nenhuma. A alteração funcional ao nível da gestão interna para uma necessária maximização de capacidades, suprimindo carências, passa muito desejavelmente por uma mudança estrutural da Escola, de grande amplitude. Se nos tempos do TGEN Rodrigues de Areia como Director se constatava uma atitude empreendedora a nível pessoal na sua gestão e também uma abertura por parte do Exército para a sucessiva modernização e dignificação do Instituto, já o MGEN Bastos Moreira se deparou com dificuldades imensuráveis na sua difícil missão de relançar o IMPE, sobretudo decorrentes das medidas implementadas pelo Ramo e pelo desinteresse notório que os dois anteriores Generais CEME em funções revelaram não só pelo IMPE, mas por todos os EMEns.

Resta dizer que à actual Direcção do Instituto foram cometidas, desde muito cedo, várias críticas a nível associativo e mesmo a nível interno sobre o sua proficiência para dirigir o Instituto neste período estrutural difícil e complexo. E esta situação agravou-se quando o Exército imprimiu

novamente decisões que em nada ampararam o IMPE a relançar-se enquanto EMEns, nomeadamente com a decisão de cancelar as inscrições para o ano lectivo de 2006/2007, ou seja, sem a abertura de concurso para admissões nesse ano lectivo. Ainda que essa medida tenha sido em parte revista para o ano lectivo de 2007/2008, com a abertura de inscrições desde o 5.º ao 12.º ano de escolaridade (sublinhe-se que para os Cursos Superiores se manteve o cancelamento) isso não obvia as consequências negativas de um passado recente que se vão avolumar, inevitavelmente, às outras dificuldades existentes na Escola.

Problemas esses que se constatarem sobretudo no que concerne a mais uma inevitável redução do Batalhão Escolar por actos de natureza meramente administrativa e discricionária, onde se verifica a quase infalibilidade de que o fim dos Cursos Superiores é um episódio consumado, pela “*morte biológica*” a que os mesmos foram conduzidos ao longo destes anos, num processo indigno para com o seu passado e com culpas inefáveis para responsáveis do Instituto e do Exército que, em tempo próprio, não dinamizaram essa valência de extraordinário potencial do IMPE.

Aliás, percebe-se nisto tudo uma verdade que é incontornável: os actos contraproducentes foram sempre praticados por parte daqueles que deveriam ser os primeiros a defender os seus “*Pupilos*” e que nunca apresentaram, nem pública nem internamente, um único estudo pluridisciplinar que fundamentadamente exarasse os motivos pelos quais se tinham tomado determinadas decisões e implementado ulteriores medidas. Recorde-se inclusivamente que o anterior General CEME (actualmente CEMGFA) constituiu-se, por exemplo, na única entidade ao nível do Ramo que nunca mostrou disponibilidade para receber em audiência os representantes da APE.

Em 2006 e já em 2007, a APE foi recebida pela Ministra da Educação, pelo Ministro da Defesa Nacional (bem como pelo anterior MDN, hoje Ministro dos Negócios Estrangeiros), por outros responsáveis de ambos os Ministérios, pelo actual General CEME, pelo oficial general responsável pela área de Instrução do Exército e pelo actual Director do Instituto. Refira-se que o actual Presidente da República nunca se disponibilizou para receber a APE, ainda que se saiba que tenha cumprido parte do seu serviço militar no Instituto como oficial miliciano. É notório que o Ministério da Educação se mostra presentemente muito interessado no caso do IMPE, especialmente porque este apresenta um potencial enorme naquilo que sempre foram as áreas da sua vocação original, nomeadamente as vertentes técnicas e profissionalizantes do seu ensino.

Mas também o Exército, agora com um novo responsável máximo (General Pinto Ramalho), apresenta uma outra postura institucional relativamente ao IMPE. Na audiência que teve lugar no dia 4 de Abril de 2007, o GEN CEME recebeu o Presidente da Direcção da APE e outros

responsáveis associativos, facto esse que desde logo mostrou uma atitude diferente perante esta problemática. Mas sobretudo evidenciou que o Exército está actualmente receptivo a apreciar a mais recente proposta da Direcção do IMPE, que vai no sentido de retomar de forma dinâmica as origens do Instituto, nos seus cursos tecnológicos (formação profissional ao nível do ensino secundário) e num formato moderno, com frequência masculina e feminina e na presença dos regimes de internato e externato, permitindo-se inequivocamente a observância do primeiro ciclo de Bolonha, ainda que sejam necessárias alterações legais e regulamentares. Aliás, recorde-se que o actual Ministro da Defesa Nacional (Prof. Doutor Severiano Teixeira), que recebeu em 27 de Dezembro de 2006 uma delegação similar da APE, também manifestou o seu agrado pelo claro testemunho da Associação na defesa do Instituto, sendo que ficou receptivo para acompanhar a evolução dos contactos entre a APE, o GEN CEME e o Ministério da Educação.

O novo articulado pedagógico do Instituto permitirá uma garantia de diferenciação deste EMEns perante os outros Estabelecimentos existentes e constituir-se-á, também, muito desejavelmente, num pólo adicional do Exército para ratificação e legitimação de competências profissionais, como complemento aos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) já existentes nesse Ramo no âmbito da formação vocacional. Como é sabido, o principal objectivo destes centros é o de valorizar os conhecimentos adquiridos pelos indivíduos ao longo da vida, mas que sobre os quais não possuem qualquer certificado. Esta dinâmica tem reflexos muito positivos nos quadros profissionais menos qualificados das Forças Armadas e é notório que os actuais responsáveis do Exército e o actual Governo defendem este tipo de formação.

Ainda que não encaremos esta opção pedagógica como a mais ambiciosa para o Instituto, pois entendemos que o potencial tecnológico da Escola permitiria inequivocamente o alcance de metas académicas mais avançadas, reconhecemos todavia que a via profissionalizante é, neste momento, uma opção muito forte naquilo que é o xadrez político da decisão para o futuro do Instituto. Mas salientamos que a APE necessitará, inevitavelmente, de continuar este seu empenho atento e construtivo. Com efeito, ainda que o quadro de relações institucionais se tenha alterado em várias vertentes, importa não esquecer que durante vários anos a APE nunca chegou a ser convidada a participar nos grupos de trabalho com vista à gestão do IMPE ou à decisão sobre o seu futuro, bem como se perspectivou até um afastamento da Associação de Pais (informalmente imposto pela própria Escola e pelo Exército) perante as discussões urgentes sobre o IMPE.

Não deixa de ser preocupante que estes afastamentos institucionais tenham conduzido a uma minimização das sinergias sociais que existiam entre as diversas partes, sobretudo entre a APE e o

IMPE. Um dos casos que ilustra bem esta realidade é o facto de há vários anos não ser concedida a distinção *Barretina de Honra* a nenhum antigo aluno. Sendo esta uma das valências que ao nível dos prémios o IMPE pode conferir, é inquietante que ao longo destes últimos anos a Escola não tenha procedido à sua entrega, sobretudo porque vários exemplos pessoais poderiam ser enquadrados naquilo que são “*altos serviços prestados à comunidade*”, “*exemplar e distinta carreira profissional, de reconhecida notoriedade intelectual, científica ou artística*”. Com documento aprovado em Assembleia Geral Ordinária, já em 2007, a Direcção da APE vai apresentar formalmente ao Instituto uma proposta nesse sentido, sendo que se aprovada pela Direcção do IMPE, homenageará finalmente um dos personagens mais carismáticos do Instituto, nomeadamente o Professor Medina Carreira, ilustre fiscalista e o “*Jacaré*” do Grito de Guerra do IMPE.

Entre os que estão dispostos a tudo e os que nada consentem, existe um caminho complexo que consiste no processo de mudar, adaptar e evoluir, sem contudo descaracterizar as instituições. E torna-se evidente que este processo exige cuidado e ponderação, prevendo necessariamente as consequências das mudanças, sob pena de se submeter a perenidade de uma instituição à transitoriedade de momentos ou exercício de cargos. Filho legítimo da República, o IMPE tem sido ao longo dos tempos um paradigma de Escola capaz de conciliar tradição com modernidade, passado com actualidade, mística com consciência crítica, valores perenes com desassombro de pensamento e de opinião, assim como, indiscutivelmente, disciplina com proximidade.

O IMPE assume uma identidade e cultura próprias num espaço de inserção (objectivado nas Forças Armadas e no País) que foi conquistado de pleno direito. Funcionando em torno de um projecto educativo de valores firmes nas convicções e moderados nas posições, o Instituto formou quadros que enveredaram pela defesa militar da Nação, mas sobretudo contribuiu activamente para enriquecer os domínios social, económico, empresarial, tecnológico, cívico, cultural e também administrativo. A Educação do século XXI pretende-se diferente do século passado. As escolas já tiveram por missão principal formar elites, pelo que os elevados níveis de insucesso eram, nesse contexto, um indicador de virtude do sistema, conduzindo à segregação dos menos capazes. Mas o papel das instituições de ensino é agora outro, que caracterizado por ser mais rico em diferenças, compete-lhe atenuar (e não evidenciar ou acentuar) os efeitos dessas desigualdades.

Do exemplo das escolas militares estrangeiras análogas estudadas e daquilo que é o universo demográfico possível para uma Escola como o IMPE, é evidente que não é por falta de mercado de formação que o Instituto se poderá perder. Isso apenas acontecerá se aquilo que é a capacidade empreendedora e o pensamento estratégico voltarem a ser letra morta nas gestões da Escola e do

Exército. Entre outros, existem estudos realizados nos EUA e no Brasil que demonstram a elevada satisfação dos estudantes deste tipo de escolas militares, considerando-as um verdadeiro desafio em termos académicos, mas usufruindo de professores de elevado nível que trabalham activamente na procura de objectivos ambiciosos para os alunos e permitem, através de métodos de formação bastante diversificados, alcançar resultados com um sucesso assinalável. Uma outra realidade é que esses estudantes descrevem também uma motivação forte por parte dos seus pares, que através de um sistema competitivo, os leva a superarem-se individualmente.

Nessas escolas é frequente existirem horários próprios para estudo acompanhado, até mesmo dirigido, monitorizado por docentes mesmo após horário laboral, num empenho de serviço que só tem comparação no Instituto aquando das suas origens. Um outro dado interessantíssimo é o facto de os Alunos Graduados dessas escolas militares referirem que repetiriam a experiência do internato e do exercício do comando e da liderança, manifestando ainda que o desempenho dessas funções, em vários casos, despertou a opção por vocações castrenses.

Com uma carga horária distribuída entre as partes académica, desportiva e militar, importa ainda dizer que estes alunos também desenvolvem frequentemente actividades criativas, como a música e as artes plásticas. Enquanto escolas que vivem o fervor de muitas tradições internas, denota-se também uma disposição muito vincada naquilo que é a defesa dos valores pátrios e nas questões do serviço público, onde domínios como o civismo e a cidadania são centrais, mas nem sempre a experiência ou a prática religiosa têm o mesmo nível de centralidade no processo educativo.

É para nós falacioso submeter a Educação, qualquer educação, mas sobretudo este tipo de educação, a lógicas economicistas de curto prazo. Num período de crise de valores e de contenção económica e financeira, as garantias de se constituir um factor de produtividade, de eficiência organizacional e de qualidade, não são fáceis de encontrar. Os novos ventos sociais e as consequências da moderna globalização ditam a necessidade de uma reconceptualização sistémica em inúmeras vertentes, envolvendo simultaneamente variáveis internas e externas às organizações. Em matéria de Educação pode haver teoria, mas a Sociologia alerta-nos que as abstracções, sobretudo a este nível, são perigosas.

Em pouco mais de trinta anos o Estado Português viu-se forçado a mudar de paradigma, na difícil tarefa de delinear políticas educativas numa sociedade em rápida transformação e que, em curto período de tempo, mudou de estrutura e de prioridades. Assim, neste contexto, é útil elaborar uma síntese dos pontos fracos e pontos fortes do IMPE, nomeadamente em interacção com as ameaças e oportunidades da Escola, conforme se atenta seguidamente:

– *Pontos fracos:*

- Inexistência de uma superior política de promoção e especialização;
- Défice de comunicação externa e de publicitação profissionalizada, com adequada e tempestiva divulgação do IMPE e dos níveis de ensino nele ministrados;
- Repetidos anúncios de cancelamento de admissões;
- Desconhecimento público da missão e características da Escola;
- Limitações orçamentais e inadequação do modelo de financiamento, sendo que para além das DCCR geradas internamente, apenas o Exército contribui regularmente com dotações para o seu regular funcionamento;
- Dificuldades e constrangimentos estruturais do Exército que se reflectem negativamente na gestão do Instituto;
- Crescimento significativo das mensalidades cobradas pelo IMPE aos alunos;
- Existência de duplicação de oferta de cursos do Ensino Secundário ministrados no IMPE com os leccionados no CM e no IO, com cargas horárias excessivas e relativamente desadequadas perante os objectivos centrais do ensino ministrado;
- Falta de introdução dos cursos tecnológicos no Ensino Secundário quando estes foram criados, não obstante ser esta a genuína vocação e diferenciação do IMPE;
- Necessidade de melhoramentos em algumas instalações e modernização de algumas estruturas físicas;
- Ausência do alargamento ao regime de frequência misto nos Ensinos Básico e Secundário;
- Elevada rotatividade de quadros militares e civis, incluindo falta de estabilidade directiva e de gestão escolar, devido à substituição, por imperativos de carreira, dos responsáveis militares nele colocados;
- Preocupante desajustamento dos perfis de vários militares e civis colocados sucessivamente ao serviço no IMPE, com destaque para a última década;
- Excessivo número de professores para o efectivo de alunos presente nos diversos níveis de ensino existentes no Instituto (reflectindo-se aqui também o quadro geral de que o número de alunos por professor em Portugal é um dos mais baixos da Europa, e que, por comparação com outros países, os docentes passam muito pouco tempo na escola, apesar de no topo da carreira ganharem tão bem como os seus pares no estrangeiro);

- Corpo docente insuficientemente motivado nos anos mais recentes e manifestando limitações de qualificação (ainda que sucessivamente melhoradas) para as exigências plurais de uma escola como o IMPE, sobretudo após o Processo de Bolonha.
- *Pontos fortes:*
 - Princípios fundadores com impressionante intemporalidade;
 - Notável património histórico;
 - Quase um século de uma prática educativa manifestada por um ensino de qualidade e de serviços diversos ao País, sendo uma instituição única a nível nacional pelos níveis de ensino em simultâneo que ministra;
 - Existência de instalações e meios logísticos que permitem a frequência de cursos em regime de internato, semi-internato e externato;
 - Apoio à família militar, em sentido lato (incluindo-se aqui os elementos das Forças de Segurança);
 - Relações e protocolos com os outros EMEns e sobretudo com outras escolas e universidades, destacando-se a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa;
 - Cursos reconhecidos e prestigiados;
 - Ensino democratizado e assente em valores;
 - Empregabilidade muito elevada dos diplomados do IMPE.
- *Ameaças:*
 - Impasse duradouro quanto à superior definição do novo modelo organizacional do Instituto;
 - Desgaste provocado pela gestão da incerteza;
 - Inércias e resistências endógenas e exógenas ao processo de mudança;
 - Posturas orientadas para os problemas e não para as soluções;
 - Preocupante redução demográfica do universo de recrutamento sem a conseqüente minimização de recursos alocados ao efectivo do Batalhão Escolar;
 - Aumento da concorrência no mercado da formação, sobretudo após o Processo de Bolonha;
 - Acréscimo na oferta de vagas no ensino público;
 - Usurpação do espaço institucional, científico e sociológico da Escola por parte de grupos de pressão e grupos de interesse no domínio do ensino;

- Esvaziamento progressivo do número de alunos e alunas, com conseqüente asfixia funcional da própria Instituição.
- *Oportunidades:*
 - Consolidação e aumento da capacidade de atrair candidatos oriundos de famílias militares e civis, para os diferentes níveis de ensino, com destaque para alguns dos sectores do funcionalismo público que têm de sujeitar-se a mudanças de residência, a deslocamentos temporários e a situações onde a estabilidade dos jovens alunos não pode ser cabalmente assegurada no seio do agregado familiar;
 - Reenquadramento institucional do IMPE no âmbito da Defesa Nacional, integrando valências de outras UEO do Exército, como por exemplo a ESE e a ESPE, sendo que, para a última destas instituições, o Ensino Superior do IMPE já tem proporcionado a formação de Sargentos-Alunos dos Cursos Técnico-Militares de Manutenção das Transmissões e de Manutenção de Materiais (os quais frequentam no IMPE os dois primeiros anos dos Cursos Superiores de Engenharia de Electrónica e Telecomunicações e de Engenharia de Máquinas);
 - Adopção de uma cultura organizacional flexível e abrangente;
 - Formação de vários militares dos três Ramos (dos Quadros Permanentes e em Regime de Contrato), visando a sustentabilidade da profissionalização das Forças Armadas (Ensinos Secundário e Superior, bem como outros tipos de formação e cursos). O Ensino Superior do IMPE encontra-se em condições particularmente privilegiadas para, em conformidade com os compromissos assumidos pela Lei do Serviço Militar e pelo Regulamento de Incentivos aos Regimes de Contrato (RC) e de Contrato de Longa Duração (RCLD) que lhes está subjacente, ministrar cursos aos militares em regime de contrato, por forma a que possam dispor de uma ferramenta inestimável para a reinserção na sociedade civil, após o termo de contrato, em condições válidas e prestigiantes;
 - Ajuste dos Cursos Superiores do IMPE ao compromisso internacional de Bolonha, atendendo a que em muitos aspectos é precursor na sua aplicação, como seja, a formação curta, consistente e profissionalizante;
 - Maximizar-se como um instrumento estratégico na política de cooperação e desenvolvimento alicerçada na Lusofonia, através dos PALOP e da CPLP;
 - Articulação da componente militar com as componentes não militares da Defesa Nacional;

- Racionalizar saberes, competências e quadros, potenciando a nível nacional o valor estratégico de uma marca de qualidade nonagenária em Portugal, sinónimo de patriotismo, civismo, tradição e cidadania.

Partilhamos do entendimento que, no espaço de quase um século, o Instituto apresenta indiscutivelmente um serviço de valor nacional, penhor seguro da sua relevância no ensino e da confiança nele depositada por muitos cidadãos que, na vida prática, granjearam prestígio e conferiram credibilidade à Instituição que os formou. Nesse pressuposto e face aos desafios que actualmente lhe são dirigidos, entendemos que os Pupilos do Exército devem adoptar uma metodologia de prospectiva estratégica orientada para uma cultura de qualidade e inovação, inserida num modelo de gestão abrangente, flexível, maximizador de recursos e que estimule uma postura motivadora e pro-activa, de forma a potenciar a nível nacional a missão do Instituto.

Para que se alcance um patamar de conhecimento mais profícuo sobre a Escola, parece-nos também útil avançar com algumas propostas como complemento às visões de oportunidade que já referimos. Se tidas em linha de conta no processo de decisão que se assumirá para o IMPE, as propostas que apresentamos em seguida poder-se-ão revelar num instrumento vantajoso para uma resolução mais fundamentada para a Escola:

- A caracterização jurídica do Instituto deverá continuar a ser de entidade pública, em detrimento de uma opção pela sua privatização;
- Relativamente à entidade que tutela o Estabelecimento, é urgente proceder-se ao reenquadramento institucional da Escola no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, substituindo a tutela do Exército;
- Nesse sentido, o Instituto deve assumir um modelo de gestão e órgãos dirigentes adequados aos requisitos legais dos graus de ensino público aí ministrados, assegurando uma gestão competente, profissional e estável;
- No que diz respeito à denominação futura do IMPE, sugere-se a alteração da sua designação, que não perdendo o nome de “*Pupilos*”, deve contudo inferir um âmbito mais alargado que apenas o Exército, sendo a opção “*Pupilos de Portugal*”, em nosso entender, uma designação muito mais apropriada perante a sua vocação original e o contributo muito significativo que se constatou ao longo da sua existência;
- Deverá ser mantido o seu Lema e o modelo educacional militar, continuando a existir uma estreita ligação com a Instituição Militar, mas proporcionando-se um

- alargamento do âmbito preferencial a outros grupos profissionais do Estado, designadamente às Forças de Segurança;
- Promover a celebração de contratos de associação e de cooperação com os Ministérios atinentes em prol da rede de ensino público;
 - Trabalhar na efectivação de protocolos quer com entidades do Estado (cujos efectivos humanos constituam corpos especiais sujeitos a mobilidade impeditiva de acompanharem integralmente o percurso escolar dos educandos), quer com responsáveis por acções de cooperação com os PALOP e CPLP, nomeadamente para a disponibilização de vagas para frequência na Instituição nos regimes de internato e semi-internato, com a correspondente contrapartida financeira na cobertura dos custos inerentes a estes regimes (maximizando o potencial destas vertentes);
 - Existência em simultâneo dos regimes de internato, semi-internato e de externato para todos os níveis de ensino ministrados, alargando inclusivamente o regime de frequência misto aos Ensinos Básico e Secundário;
 - Promover a reparação, reabilitação e renovação de algumas das instalações escolares, com destaque para o Museu do Instituto e para as instalações adstritas ao alojamento e apoio do funcionamento do internato, de forma a oferecer condições de elevado conforto, dignidade e modernidade aos alunos. Não é de excluir, com essa finalidade, a eventual expansão do Instituto para a área contígua à actual 1.ª Secção, pertencente ao património do Estado, em figura de contrapartida pela cedência feita à Câmara Municipal de Lisboa do espaço para a construção da actual Avenida General Correia Barreto;
 - A especificidade da formação curricular e extracurricular no Instituto, para além de permitir o acesso ao Ensino Superior, deverá também ser dirigida para o ingresso na Administração Pública e Forças Armadas;
 - No âmbito do modelo de financiamento da Escola e em termos do regime de propinas a adoptar, esse regime deve ser subsidiado em função do agregado familiar e sem qualquer discriminação entre civis e militares. Deve-se também rever as tabelas de mensalidades a pagar pelos pais (ou encarregados de educação), de forma a serem competitivas perante o actual mercado da formação e não ser deixada de parte, inequivocamente, a vertente de apoio e de solidariedade social, enquanto uma das referências do Instituto;

- A APE deve passar a participar no órgão de administração do Instituto (institucionalizando a representação da APE enquanto única e legítima mandatária dos antigos alunos), sendo que a título consultivo do Instituto, deverá haver também lugar à participação da Fundação D. João de Castro;
- Enquanto associação dos antigos alunos, deverá também equacionar-se para a APE a alteração da sua designação, nomeadamente se tiver lugar uma nova designação formal do IMPE;
- O enquadramento dos alunos por pessoal não docente do Instituto deve ser protagonizado por militares e civis, alargando-se a colaboração de pessoal feminino, exactamente para convergir no apoio específico ao efectivo feminino alargado que o Instituto poderá assumir;
- Deve ser inequivocamente exigido, tanto para militares como para civis que prestem serviço no Instituto, docentes e não docentes, um adequado perfil e uma notória vocação para a actividade educativa;
- Respeitando as regras definidas pelos Ministérios atinentes quanto às condições de gestão e de nomeação de professores para o exercício de funções docentes, e dentro dos condicionalismos existentes, deve-se urgentemente procurar conseguir um muito melhor aproveitamento das capacidades e disponibilidades de horário por professor e por área curricular, maximizando recursos e racionalizando custos. Neste domínio, deverão ser dispensados os recursos humanos desnecessários e, no futuro, sempre que possível (com destaque para as inevitáveis substituições), devem ser utilizados elementos que não impliquem custos financeiros adicionais para o Instituto, nomeadamente, militares (criteriosamente escolhidos e sempre na condição de voluntários para o exercício dessas funções);
- Orientar coerentemente o Ensino Secundário do Instituto para os cursos tecnológicos (sem contudo prescindir da competência para leccionar outros cursos, salvaguardado as opções vocacionais), com vista a um melhor encaminhamento dos alunos para os Cursos Superiores aí ministrados, com forte utilização das novas tecnologias de informação e com grande ênfase no ensino experimental e aplicado, com vista a permitir uma significativa ligação ao tecido económico nacional;
- Reabilitar os Cursos Superiores do Instituto, assegurando que estes obedeçam aos critérios do Processo de Bolonha, transformando-os em licenciaturas (que verdadeiramente já têm neste momento inequívoca possibilidade de ser consideradas)



e potenciando os recursos da Escola para a criação de outros cursos que dêem resposta às necessidades de formação técnica e/ou profissional das Forças Armadas (e que tenham também uma maior probabilidade de proporcionar inserção no mercado de trabalho após a sua conclusão);

- Reforçar o modelo educativo do Instituto no sistema de ensino nacional, continuando a privilegiar um tipo de educação global que congregue as vertentes cultural, de desenvolvimento físico, de formação moral e cívica, de preservação da tradição e fomento da cidadania, mas apostando definitivamente naquilo que é a aprendizagem moderna e participada, diversificada e plural nos métodos de formação aplicados;
- Criar um centro tecnológico com ligação a unidades industriais para, além de constituir uma fonte adicional de financiamento para a Escola, permitir pôr em prática uma componente de inovação, investigação e desenvolvimento, em eventual parceria com outras instituições de ensino superior e outras entidades públicas e privadas, com destaque para as empresas;
- Com o objectivo de consolidar o *saber fazer*, implementar a criação de cursos de formação profissional inicial, assim como de formação ao longo da vida e de formação de reconversão, para jovens e para adultos, em regimes a definir consoante as disponibilidades (pós-laboral, à distância e com recurso a novas tecnologias, por exemplo);
- Finalmente, acompanhar os vários patamares das transformações a introduzir na Escola por uma ampla e oportuna divulgação pública, conduzida de forma profissional e através de meios adequados, no sentido de dinamizar fortemente a procura e renovar a imagem da Instituto.

Posto isto, resta dizer que tendo como linhas referenciais a tradição, a cidadania e as implicações sociais e políticas do passado e da actualidade, a presente investigação constitui-se como um contributo sério e extensivo na sua amplitude, que vem permitir agora uma compreensão sociológica do panorama evolutivo do IMPE até à actualidade. Nesse sentido, conseguiu-se alcançar um conhecimento muito mais profundo sobre o Instituto e sobre as suas tradições, tendo-se claramente identificado o lugar que esta Escola ocupa nas vertentes centrais inicialmente definidas, incluindo o necessário posicionamento do ensino aí ministrado e as perspectivas futuras que lhe são neste momento inferidas. Tratou-se também de um processo realizado na consciência serena de que

a uma temática como esta revela, necessariamente, as consequências de uma sociedade que vive em acentuado contexto de mudança.

Enquanto investigação científica que compreendeu uma abordagem sociológica realista e profunda sobre o IMPE, este trabalho resultou numa reflexão académica rigorosa e inovadora sobre uma Escola quase centenária no domínio da Educação em Portugal. É um trabalho necessariamente incompleto, admissível à crítica, à contingência do erro e à legitimidade da revisão, não implicando necessariamente o acordo ou convergência de perspectivas, sobretudo aquelas que concernem ao futuro a decidir para o Instituto. Mas consiste num marco incontornável no domínio do estudo sociológico sobre o IMPE, que pela sua originalidade pioneira e pelo factor de estímulo a futuros estudos que revela, abre definitivamente portas para a elaboração de outras investigações de âmbito científico sobre o Instituto e também sobre os outros EMEns, alargando-se assim o espectro desta natureza e adensando-se, utilmente, a intensidade da imaginação sociológica portuguesa.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

Fotografia n.º 1 – Entrada Principal da 1.ª Secção do IMPE	24
Fotografia n.º 2 – Os “ <i>Pilõezinhos</i> ”	29
Fotografia n.º 3 – Aluno do IMPE em formatura e trajando com o Uniforme de Gala.....	80
Fotografias n.ºs 4 e 5 – Avenida General Correia Barreto (Placa e indicação da sua localização).....	95
Fotografia n.º 6 – Correia Barreto no Laboratório de Química da Fábrica de Pólvora de Chelas	96
Fotografia n.º 7 – Correia Barreto aquando do Governo Provisório da República (1910/11), em postal da época.....	96
Fotografia n.º 8 – O Governo Provisório nos funerais de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis	98
Fotografia n.º 9 – Gabinete do Ministro da Guerra do Governo Provisório da República (“ <i>Jovens Turcos</i> ”)	100
Fotografia n.º 10 – Correia Barreto no embarque de tropas enviadas para a Madeira devido a agitações.....	100
Fotografia n.º 11 – Assistindo a provas e exercícios de ginástica da Guarnição de Lisboa.....	102
Fotografia n.º 12 – Correia Barreto numa das suas inúmeras visitas a localidades e quartelamentos militares.....	103
Fotografia n.º 13 – Correia Barreto acompanha Teófilo Braga aquando da sua apresentação à multidão depois de ter sido eleito Presidente da República em 29 de Maio de 1915.....	104
Fotografia n.º 14 – Acompanhando o recém eleito Presidente da República, António José de Almeida, a caminho da sua tomada de posse	104
Fotografia n.º 15 – Com Bernardino Machado após a eleição deste para a Presidência da República (Presidente da República e Presidente do Congresso e do Senado).....	105
Fotografia n.º 16 – Almoço de confraterização de antigos alunos dos Pupilos do Exército com o General Correia Barreto, em Julho de 1937.....	105
Fotografia n.º 17 – Os primeiros 40 alunos com o primeiro Director, o Fundador e Professores em 25 de Maio de 1912	136
Fotografia n.º 18 – Professores e alunos do Instituto em 17 de Janeiro de 1913, por ocasião da visita do General Garção e do Fundador, (ainda Coronel) Correia Barreto, em	

17 de Janeiro de 1913.....	136
Fotografia n.º 19 – O Refeitório da 1.ª Secção do Instituto (1921).....	150
Fotografia n.º 20 – Um dos Lavatórios da 1.ª Secção do Instituto (1921)	151
Fotografias n.ºs 21 e 22 – Sala de aula (1920) e sessão de dactilografia (1921)	151
Fotografias n.ºs 23 e 24 – Oficina de Fundição (1921) e Sessão de Carpintaria e Serralharia (1927).....	152
Fotografia n.º 25 – Alunos jogando ao “ <i>Diábolo</i> ” na Parada Inferior da 2.ª Secção (década de 30)	153
Fotografia n.º 26 – Sala de Construção Civil e de Moldes (1944)	153
Fotografia n.º 27 – Desfile na Avenida da Liberdade em 25 de Maio de 1938	169
Fotografia n.º 28 – Visita de estudo aos Estaleiros do Porto de Lisboa em 1939.....	170
Fotografia n.º 29 – Formatura do Batalhão Escolar em 25 de Maio de 1939.....	170
Fotografia n.º 30 – Desfile do Batalhão Escolar frente à Estação do Rossio, em Lisboa, no ano de 1939. A abrir o desfile vê-se a primeira “ <i>Formação de Transmissões</i> ” organizada no Instituto, no ano lectivo de 1939/40.....	171
Fotografia n.º 31 – Exercício de embarque no Cais do Sodré (1939).....	171
Fotografias n.ºs 32 e 33 – Demonstração de Ginástica (1948) e Visita de estudo a Angola em 1954 (com delegação de alunos, com o Director, Subdirector, oficiais, professores e antigos alunos no Museu de Luanda).....	172
Fotografia n.º 34 – Cerimónia do Apadrinhamento em 25 de Fevereiro de 1978.....	172
Fotografias n.ºs 35, 36 e 37 – O General Firmino Miguel passando revista a uma formatura de alunos do IMPE (década de 80), e um Pelotão Autocomandado e a Escolta de Honra ao Estandarte Nacional (25 de Maio de 2005)	173
Fotografias n.ºs 38, 39 e 40 – Momentos dos Pupilos do Exército durante o Estado Novo	188
Fotografia n.º 41 – A recepção aos novos alunos (em 25 de Setembro de 1985)	206
Fotografias n.ºs 42 e 43 – As refeições e o acompanhamento pelos Alunos Graduados (Refeitórios da 2.ª Secção e da 1.ª Secção, respectivamente)	207
Fotografia n.º 44 – Perspectiva de uma aula na Sala de Português.....	219
Fotografias n.ºs 45 e 46 – Actividades em trabalhos manuais.....	220
Fotografia n.º 47 – Aula de Química.....	220
Fotografia n.º 48 – Aula de Biologia.....	221
Fotografia n.º 49 – Visita de estudo à Carris.....	221
Fotografia n.º 50 – Primeiro grupo de alunas dos Cursos Superiores do IMPE, muitas	

delas oriundas do Instituto de Odivelas (25 de Fevereiro de 1978).....	232
Fotografia n.º 51 – Laboratório de Línguas	232
Fotografias n.ºs 52, 53 e 54 – Perspectivas das aulas de três dos Cursos Superiores ministrados no IMPE	233
Fotografia n.º 55 – O espelho da 1.ª Companhia de alunos: atavio e preparo para as actividades diárias	257
Fotografias n.ºs 56, 57, 58 e 59 – A vertente prática da formação no Instituto.....	273
Fotografias n.ºs 60, 61, 62 e 63 – A evolução técnica do ensino ministrado.....	274
Fotografias n.ºs 64, 65 e 66 – Um ensino focado nas vertentes técnicas e nas necessidades urgentes do mercado de trabalho.....	275
Fotografia n.º 67 – Painel do Patrono exposto na Sala D. João de Castro	287
Fotografia n.º 68 – Painel relativo ao antigo Guião do Batalhão Escolar	297
Fotografia n.º 69 – Entrega do Guião do Batalhão Escolar ao Aluno Comandante de Batalhão	298
Fotografia n.º 70 – Cerimónia de recepção aos novos alunos em Novembro de 1942, na 1.ª Secção, com o Lema <i>Querer é Poder</i> em destaque	301
Fotografia n.º 71 – Vista da 1.ª Secção do Instituto nos anos 30.....	302
Fotografia n.º 72 – Bandeira oferecida ao Instituto pelos alunos e ex-alunos durante as comemorações do 19.º aniversário, em 1930.....	311
Fotografias n.ºs 73 e 74 – Imposições de condecorações ao Estandarte do IMPE (cerimónias presididas pelo General Ramalho Eanes e Dr. António Vitorino, respectivamente)	312
Fotografia n.º 75 – O Aluno Porta-Guião, integrado em formatura interna.....	314
Fotografia n.º 76 – Busto da República em bronze elaborado pelos alunos do Instituto (datado de 27 de Junho de 1920).....	320
Fotografias n.ºs 77 e 78 – As Placas de Saudade (vista parcial do Claustro e modelo de homenagem)	322
Fotografias n.ºs 79 e 80 – Exposição da APE sobre o IMPE no Centro Comercial Colombo (Benfica)	340
Fotografias n.ºs 81 e 82 – Exposição da APE sobre o IMPE no Centro Comercial Fonte Nova (Benfica)	341
Fotografias n.ºs 83 e 84 – Entrevistas com o MGEN Bastos Moreira e o TGEN Rodrigues de Areia, respectivamente	387
Fotografias n.ºs 85 e 86 – Encontros de antigos alunos do Instituto.....	390

Fotografia n.º 87 – 1.ª Sede – Rua dos Sapateiros, n.º 128 - 2.º (Lisboa)	393
Fotografia n.º 88 – 2.ª Sede – Rua S. Pedro de Alcântara, n.º 45 - 1.º Dto. (Lisboa)	394
Fotografia n.º 89 – 3.ª Sede – Rua Fernandes Tomás, n.º 20 - 1.º (Lisboa).....	395
Fotografia n.º 90 – 4.ª Sede – Rua Jardim do Regedor, n.º 5 - 4.º Esq. (Lisboa).....	396
Fotografia n.º 100 – 5.ª Sede – Rua da Misericórdia, n.º 20 - 3.º Esq. (Lisboa).....	397
Fotografias n.ºs 101 e 102 – 6.ª Sede (actual) – Rua Major Neutel de Abreu, n.º 20 - S/l - Esq. (Benfica/Lisboa)	403
Fotografia n.º 103 – Placa que simbolizou o acto oficial da inauguração da Sede Social da APE, destacando-se junto a essa placa comemorativa, a foto do antigo CEME General Firmino Miguel.....	405
Fotografias n.ºs 104 e 105 – Duas perspectivas do interior da actual Sede da APE	406
Fotografias n.ºs 106 e 107 – Entrevistas com o Coronel Borges Correia e o Dr. Américo Ferreira, respectivamente.....	436
Fotografias n.ºs 108 e 109 – Encontro no Instituto dos antigos alunos oriundos de 1985.....	465
Fotografia n.º 110 – Os alunos: diferentes origens, diferentes regimes, uma mesma Casa.....	492
Fotografias n.ºs 111 e 112 – A formação institucional civil.....	509
Fotografias n.ºs 113 e 114 – A formação institucional militar	510
Fotografia n.º 115 – Enquadramento de alunos por um Oficial (Oficial de Dia, nesta situação) e por Alunos Graduados.....	541
Fotografias n.ºs 116 e 117 – Antigos Uniformes (1911/23 e 1923/25).....	556
Fotografias n.ºs 118, 119 e 120 – Antigos alunos e a evolução dos uniformes do Instituto (Museu do IMPE).....	557
Fotografia n.º 121 – Alunos do Instituto prestam honras ao Ministro da Guerra aquando da sua visita ao Acampamento de Belas (1938).....	558
Fotografia n.º 122 – General Inspector passando revista à formatura geral do Batalhão Escolar em Caxias. Alunos com o novo uniforme então adoptado (1939).....	558
Fotografias n.ºs 123 e 124 – Alunos do Instituto trajando com o antigo uniforme em exercícios de campo, e trajando com o novo uniforme, em postura descontraída, após cerimónias militares.....	559
Fotografias n.ºs 125 e 126 – Continência ao Estandarte Nacional e alunos junto à haste onde decorrem os Içares da Bandeira Nacional e respectivas Guardas de Honra	596
Fotografia n.º 127 – Formatura de Companhia, em exercícios de campo (Acampamento de Belas), com Alunos Graduados a comandarem o efectivo presente (1938).....	605

Fotografia n.º 128 – Pelotão de alunas e alunos externos comandado por um Aluno Graduado oriundo	605
Fotografia n.º 129 – O AlunoCmndtBat acompanhando uma revista ao Batalhão Escolar efectivada pelo CEME, General Firmino Miguel, um dos maiores defensores do IMPE e da APE.....	608
Fotografia n.º 130 – O AlunoAdjInt formando atrás do alunoCmndtBat	609
Fotografias n.ºs 131 e 132 – Aspecto de um dos eventos culturais organizados pelos alunos e professores, a denominada “ <i>Feira Medieval</i> ”	610
Fotografia n.º 133 – O AlunoCmndtComp desfila em frente à Companhia de Alunos que lidera	612
Fotografia n.º 134 – O AlunoAdjCmndtComp formando antes da Flâmula e do AlunoCmndtPel (1.º Pelotão de uma das Companhias de Alunos do Batalhão Escolar).....	613
Fotografia n.º 135 – O AlunoCmndtPel desfilando em frente ao Pelotão que lidera	615
Fotografia n.º 136 – O AlunoAdjCmndtPel forma entre o AlunoCmndtPel e o respectivo Pelotão	616
Fotografia n.º 137 – AlunoGradDiaComp à 2.ª Companhia.....	620
Fotografia n.º 138 – Insígnias do AlunoCmndtBat (modelo antigo e modelo actual).....	630
Fotografia n.º 139 – Escolta de Honra, formada a duas alas, constituída por Alunos Graduados do Instituto	642
Fotografia n.º 140 – Em uniforme interno e devidamente enquadrado pelos Alunos Graduados, o Batalhão Escolar presta continência ao Director do Instituto	661
Fotografia n.º 141 – Alunos Graduados e não graduados, oriundos e não oriundos: diferentes responsabilidades numa mesma camaradagem entre pares.....	685
Fotografia n.º 142 – O AlunoCmndtBat e o AlunoAdjInt prestando continência ao Estandarte Nacional do IMPE (com Escolta de Honra).....	703
Fotografia n.º 143 – Um Aluno Chefe de Turma com os seus companheiros de curso	705
Fotografias n.ºs 144 e 145 – O Refeitório da 1.ª Secção (com mesas postas em dia de actividade normal e sem a adopção de “ <i>self-service</i> ”, e ainda aspecto de uma refeição em dia festivo).....	709
Fotografia n.º 146 – Uma perspectiva da Sala de Alunos do IMPE.....	710
Fotografias n.ºs 147 e 148 – Outra perspectiva da Sala de Alunos e um dos anexos à mesma sala, o compartimento de televisão	711
Fotografia n.º 149 – Um dos mais jovens alunos do Instituto com o Aluno Comandante	

de Batalhão: juventude e liderança na comunidade estudante	744
Fotografia n.º 150 – Jovem Pupilo, na Parada Superior da 1.ª Secção	769
Fotografia n.º 151 – O TGEN Mota de Mesquita e o Director do IMPE, MGEN Marques dos Santos, em cerimónia de homenagem ao Fundador	771
Fotografia n.º 152 – Honras Militares pelos Alunos do IMPE no Cemitério dos Prazeres, junto ao novo jazigo do General Correia Barreto	771
Fotografia n.º 153 – Homenagem da APE ao Fundador	772
Fotografia n.º 154 – Um aluno do Instituto discursa perante o TGEN Director da Direcção de Instrução, o Director do IMPE, o Presidente da Direcção da APE, o TGEN Mota de Mesquita e outros convidados	775
Fotografia n.º 155 – Dia do IMPE: Cerimónia Militar junto ao Mosteiro dos Jerónimos (Praça do Império)	778
Fotografias n.ºs 156 e 157 – O Apadrinhamento dos novos Alunos	781
Fotografia n.º 158 – O Abraço ao “ <i>Batalhãozinho</i> ”	782
Fotografias n.ºs 159 e 160 – Abertura Solene: Aspecto da Mesa de Honra (Discurso do antigo Director do IMPE João Tamagnini na foto superior e, na foto inferior, Lição Inaugural em curso)	785
Fotografias n.ºs 161 e 162 – As entregas de prémios aos Alunos	786
Fotografia n.º 163 – A origem do Grito de Guerra do Instituto	788
Fotografia n.º 164 – O Cartolas, numa das suas raras aparições ao vivo	793
Fotografia n.º 165 – Os preparativos do Enterro	795
Fotografias n.ºs 166 e 167 – Os “ <i>sacerdotes</i> ” do Enterro	796
Fotografias n.ºs 168 e 169 – Aspectos da Récita de 1939 e da Récita de Carnaval/2006	799
Fotografias n.ºs 171 e 172 – Durante e depois da Batalha Campal. A recordação da “ <i>bravura em combate</i> ”	802
Fotografia n.º 173 – Fazer a cama diariamente	803
Fotografias n.ºs 174, 175 e 176 – A Imposição dos Laços e o discurso do representante dos novos Finalistas	806
Fotografia n.º 177 – A Imposição de Insígnias	808
Fotografia n.º 178 – A leitura do Termo de Compromisso	808
Fotografias n.ºs 179 e 180 – O novo AlunoCmdtBat lendo o seu Termo de Compromisso e discursando, respectivamente	809
Fotografias n.ºs 181 e 182 – Os bailes do Instituto	811

Fotografia n.º 183 – Aspecto de um Encontro de Coros, com alunos representantes dos três EMEns.....	814
Fotografia n.º 184 – Jovem Pupilo junto à entrada da Capela Corpus Christi (ou dos Castros).....	829
Fotografia n.º 185 – Espírito de Equipa Pilonica	848
Fotografia n.º 186 – X Concurso de Ditado entre os EMEns (edição 2006/2007).....	849
Fotografia n.º 187 – Atletismo	889
Fotografia n.º 188 – Basquetebol.....	890
Fotografia n.º 189 – Natação	890
Fotografia n.º 190 – Equitação.....	891
Fotografia n.º 191 – Kempo.....	891
Fotografias n.ºs 192, 193 e 194 – Exibições da Classe Especial de Ginástica do IMPE	892
Fotografia n.ºs 195 e 196 – Taekwondo	893
Fotografias n.ºs 197 e 198 – A prática do Remo no IMPE.....	894
Fotografias n.ºs 199 e 200 – A Esgrima no IMPE e a Taça Challenge.....	895
Fotografia n.º 201 – Teatro	896
Fotografia n.º 202 – Alunos da Escola Militar de Belgaum (Índia).....	917
Fotografia n.º 203 – Alunos do Colégio Militar de Salvador (Brasil).....	917
Fotografia n.º 204 – Alunos da Riverside Military Academy (EUA)	918
Fotografias n.ºs 205 e 206 – Alunos da Wentworth Military Academy (EUA).....	918
Fotografias n.ºs 207 e 208 – Alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro e do Colégio Militar de Manaus, respectivamente	941
Fotografia n.º 209 – Alunas da École des Pupilles de l’Air, estudando em compartimento de pessoal feminino	947
Fotografia n.º 210 – Alunos da École des Pupilles de l’Air, em situação de aula.....	948
Fotografia n.º 211 – Perspectiva do Refeitório	948
Fotografia n.º 212 – Aspecto de uma das salas de leitura	948
Fotografia n.º 213 – Com o seu uniforme mais formal, os alunos e alunas de um dos cursos formados na École des Pupilles de l’Air.....	949
Fotografia n.º 214 – Formatura de Alunos da Hargrave Military Academy.....	962
Fotografias n.º 215 e 216 – Alunos da Hargrave Military Academy	963
Fotografia n.º 217 – Alunos da Robert Land Academy	968
Fotografias n.ºs 218 a 222 – Valores e tradições similares.....	1004

Fotografia n.º 223 – Missa Campal com alunos do Instituto trajando com o uniforme antigo	1027
Fotografia n.º 224 – Retiro a Fátima em 1967	1027
Fotografia n.º 225 – Imagem religiosa que se pode encontrar no trajecto das escadas do Edifício do Corpo de Alunos (1.ª Secção)	1028
Fotografia n.º 226 – <i>A Última Ceia</i> , no Refeitório da 1.ª Secção do Instituto	1028
Fotografia n.º 227 – Missa Pascal com alunos do IMPE na Igreja da Força Aérea (Antiga Igreja Conventual).....	1029
Fotografias n.ºs 228 e 229 – Momentos religiosos no IMPE.....	1048
Fotografias n.ºs 230 e 231 – Entrevistas com Capelão do IMPE, MAJ Almeida Lopes, e com D. Januário Torgal Ferreira, respectivamente	1049
Fotografias n.ºs 232 e 233 – Azulejos setecentistas do antigo Convento de S. Domingos de Benfica.....	1055
Fotografias n.ºs 234 e 235 – Perspectivas exteriores da Capela de Corpus Christi	1075
Fotografias n.ºs 236 e 237 – Perspectivas interiores da Capela de Corpus Christi.....	1076
Fotografia n.º 238 – O Túmulo de D. João de Castro (lado direito).....	1077
Fotografia n.º 239 – A entrada para a Cripta (ou Carneiro) através da Capela de Corpus Christi	1077
Fotografias n.ºs 240 e 241 – Duas perspectivas do interior da Cripta (onde se encontram diversas supulturas de descendentes dos Castros)	1078
Fotografia n.º 242 – Coro da antiga igreja conventual com o Túmulo de João das Regras.....	1082
Fotografia n.º 243 – Fonte da Madalena junto à escada de acesso ao antigo refeitório da 1.ª Secção (até 1921).....	1084
Fotografia n.º 244 – Fonte da Madalena (em 2006).....	1085
Fotografias n.ºs 245 e 246 – O Edifício da Direcção e perspectiva das salas de aula e laboratórios da 2.ª Secção.....	1096
Fotografias n.ºs 247 e 248 – A Parada Superior da 1.ª Secção e perspectiva do jardim junto à entrada do edifício dos quartos e camaratas dos alunos mais antigos.....	1097
Fotografia n.º 249 – Exposição da APE sobre o IMPE no Centro Comercial Colombo inserida no âmbito das actividades associativas de promoção do Instituto encetadas no ano de 2006.....	1113
Fotografia n.º 250 – Exibição da Classe Especial de Ginástica no Centro Comercial Colombo em 02 de Março de 1999.....	1114

Fotografias n.ºs 251 e 252 – A contagem dos votos na Assembleia-Geral Extraordinária de 25 de Maio de 2006.....	1155
Fotografia n.º 253 – Cavaco Silva cumprimenta um dos alunos do IMPE (1995).....	1175
Fotografia n.º 254 – Caminhando para o futuro.....	1178

FIGURAS

Figura n.º 1 – Modelo topológico da prática metodológica proposto por De Bruyne, Herman e De Schoutheete	31
Figura n.º 2 – Principais Níveis da Análise Social, segundo George Ritzer	37
Figuras n.ºs 3 e 4 – O <i>Ying Yang</i> e a análoga complementaridade entre Conteúdos e Contextos....	46
Figura n.º 5 – Os dois eixos da conciliação das tradições, segundo Etienne Wenger.....	47
Figura n.º 6 – Conciliação de tradições mais completa, segundo Etienne Wenger.....	48
Figura n.º 7 – Componentes de uma Teoria Social da Aprendizagem, segundo Etienne Wenger....	49
Figuras n.ºs 8 e 9 – As quatro dimensões para a concepção de <i>Comunidades de Prática</i> e as componentes de pertença, segundo Etienne Wenger.....	52
Figuras n.ºs 10 e 11 – Caricaturas da época do Governo Provisório (1910/11), em postais da época	97
Figura n.º 12 – Caricatura de Correia Barreto protegendo a sua Reforma das Forças Armadas	98
Figura n.º 13 – Caricatura dos festejos do dia de Sto. António aquando da presidência de Correia Barreto da autarquia de Lisboa	99
Figura n.º 14 – Símbolos da <i>Jovem Turquia</i>	99
Figura n.º 15 – Correia Barreto e Morais Sarmiento na Escola Militar.....	101
Figura n.º 16 – Correia Barreto é aclamado ao passar revista aos grupos voluntários reunidos no Terreiro do Paço.....	102
Figura n.º 17 – Correia Barreto presidiu à cerimónia de reintegração do Capitão Malheiro nas Forças Armadas.....	103
Figuras n.ºs 18 e 19 – O novo Regime e o novo Governo.....	129
Figura n.º 20 – Mensagem do Primeiro Ministro Aníbal Cavaco Silva, datada de 25 de Maio de 1995	189
Figura n.º 21 – A prenda do MEDN Paulo Portas e o desafio para a reestruturação da Escola....	190
Figura n.º 22 – Brasão de Armas do IMPE.....	289
Figura n.º 23 – Configuração do actual Guião do IMPE	297
Figuras n.ºs 24 e 25 – Capa e contra-capas de um dos discos realizados pelo	

Coro e Grupo Instrumental do IMPE, onde consta uma das melhores interpretações musicais de sempre sobre o Hino do Instituto (dirigido pelo Maestro Dr. Raúl Miranda, para o 75.º Aniversário do IMPE)	308
Figuras n.ºs 26 e 27 – Antigas Insígnias do Instituto	317
Figura n.º 28 – Barretina do IMPE	318
Figura n.º 29 – Emblema da APE.....	318
Figuras n.ºs 30 e 31 – Publicação de antigos alunos do Instituto em que, no seu verso, aparece o poema “ <i>Ser Pupilo</i> ”	324
Figuras n.ºs 32 e 33 – Dois dos panfletos de publicidade patrocinados pela APE.....	437
Figura n.º 34 – Edição n.º 200 do Boletim da APE	464
Figura n.º 35 – Organigrama dos Alunos Graduados do IMPE (com efectivo do Batalhão Escolar composto por três Companhias de Alunos).....	602
Figuras n.ºs 36, 37 e 38 – Os emblemas dos três EMEns: CM, IO e IMPE	812
Figuras n.ºs 39 e 40 – Capa e contra-capa do Regulamento dos V Jogos Florais (realizados no Ano Lectivo 1989/90).....	817
Figura n.º 41 – <i>O Instituto dos Pupilos</i> , a primeira publicação do Instituto.....	904
Figuras n.ºs 42 e 43 – <i>Jornal do Pilão</i>	905
Figuras n.ºs 44 e 45 – <i>Império e Vida de Estudante</i>	906
Figuras n.ºs 46 e 47 – <i>Puppillas e O Pastor</i>	907
Figuras n.ºs 48 e 49 – <i>Jornal “O Pilão”</i>	908
Figuras n.ºs 50 e 51 – <i>Cem Ondas e O Estrelónico</i>	909
Figuras n.ºs 52 e 53 – <i>A Gazeta e o D5</i>	910
Figura n.º 54 – <i>Crónica Área-Escola</i>	911
Figura n.º 55 – A revista <i>Querer é Poder</i>	911
Figura n.º 56 – <i>Fac-simile</i> do primeiro folio do contrato celebrado entre D. Francisco de Castro e o Prior e religiosos do Convento de S. Domingos de Benfica em 1644 com vista à edificação da Capela de Corpus Christi (ou dos Castros).....	1062
Figura n.º 57 – <i>Print Screen</i> do site Fórum Pilão XXI.....	1114
Figura n.º 58 – <i>Print Screen</i> do site da Associação dos Pupilos do Exército	1115
Figura n.º 59 – O SIG/DN enquanto sistema modular, integrado e funcionando por processos, transversalmente aos seus módulos envolventes.....	1126
Figura n.º 60 – Quadro Orgânico do IMPE (aprovado por Despacho de 21SET93 do GEN CEME)	1129

Figura n.º 61 – O Estado como pirâmide do Poder.....	1145
Figura n.º 62 – Relacionamento conceptual entre o profissionalismo e o corporativismo	1146
Figura n.º 63 – Tipologia dos níveis de intervenção militar no Poder Político, segundo S. Finer.....	1149

GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – Percentagens de inquiridos por ano frequentado no IMPE (Ano Lectivo 2005/2006).....	70
Gráfico n.º 2 – Participação dos sócios efectivos da APE nos inquéritos por questionário realizados.....	70
Gráfico n.º 3 – Histórico de Sócios da APE presentes em Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) e Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) - Período 1978/2006.....	455
Gráfico n.º 4 – Dotações Orçamentais OMDN-E para o IMPE durante 1997/2006.....	1133
Gráfico n.º 5 – Comparticipações do Estado para o IMPE durante 1997/2006.....	1134
Gráfico n.º 6 – DCCR do IMPE durante 1997/2006.....	1135
Gráfico n.º 7 – Créditos Especiais atribuídos ao IMPE durante 1997/2006.....	1136
Gráfico n.º 8 – Composição do Corpo de Alunos no período 1999/2006 repartida pela origem das suas admissões	1137
Gráfico n.º 9 – Evolução da composição do Corpo de Alunos no período 1999/2006.....	1138
Gráfico n.º 10 – Distribuição de alunos por nível de ensino no período 1999/2007.....	1139
Gráfico n.º 11 – Remuneração do efectivo militar e civil a prestar serviço no IMPE no período 1999/2006.....	1140
Gráfico n.º 12 – Efectivos a prestarem serviço no IMPE no período 1999/2006.....	1141
Gráfico n.º 13 – Evolução de efectivos militares e civis a prestar serviço no IMPE no período 1999/2006.....	1141
Gráfico n.º 14 – Dimensões Relativas de Classes resultantes do universo de actuais alunos inquirido.....	1157
Gráfico n.º 15 – Dimensões Relativas de Classes resultantes do universo de antigos alunos inquirido.....	1165
Gráficos n.ºs 16 e 17 – Previsão Despesa/Receita e Custo por Aluno - Ensino Básico e Secundário - 2006/2007.....	1176
Gráficos n.ºs 18 e 19 – Previsão Despesa/Receita e Custo por Aluno - Ensino Superior Politécnico - 2006/2007	1177

QUADROS

Quadro n.º 1 – Modelos de Estrutura Latente mais comuns de acordo com Bartholomew e Knott	71
Quadro n.º 2 – Quadro comparativo síntese entre o Método das k-médias e o Modelo de Classes Latentes	73
Quadro n.º 3 – Directores do Instituto desde a fundação em 1911	344 e 345
Quadro n.º 4 – Dados compilados por década, relativos ao Boletim da APE	463
Quadro n.º 5 – Relações entre Forças Armadas e sociedade, segundo a proposta conceptual de M. Lissak	1148
Quadro n.º 6 – O papel das Forças Armadas no século XXI	1150

BIBLIOGRAFIA

Abrahamsson, Bengt – “La profesión militar y el poder político: Los recursos y su movilización” in Banón, Rafael e Olmeda, José António – *La Institución Militar en el Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985

Abrahamsson, Bengt – *Military Professionalization and Political Power*, London, Sage Publications, 1972

Abrams, Philip – *Historical Sociology*, Open Books, Great Britain, 1982

Abreu, Geoconda – “Alunos do Clube Europeu do IMPE visitam o Parlamento Europeu, em Estrasburgo” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002

Abreu, Tiago de – “A Escola entre o Local e o Global” in Presidência da República – *Debates: A Educação e o Futuro*, Lisboa, INCM, 1998

Acosta, Rosa – “La Familia y la escuela como instituciones socializadoras” in *Bordón*, n.º 216, 1977

Acquaviva, S. – *Projectar a Felicidade*, Lisboa, Ed. 70, 1996

Adamets, V. – “O tesouro da educação: Algumas reflexões sobre a educação de hoje e do futuro” in Monteiro, Agostinho (eds.) – *Sobre o direito à educação*, Lisboa, CIE/FCUL, 2001

Adams, S. – “Social climate and productivity in small military groups” in *American Sociological Review*, n.º 19, 1954

Afonso, Almerindo J. – “Globalização, Crise do Estado-Nação e Reconfiguração das Cidadanias: Novos Desafios às Políticas de Educação” in Barbosa, M. (org.) – *Educação do Cidadão*, Braga, Edições APPACDM de Braga, 2001

Afonso, Almerindo Janela – “Notas para o estudo sociológico da (in)disciplina escolar na formação dos professores” in *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 4, n.º 1, Braga, Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho, 1991

Afonso, Dinis – “Editorial” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006

Agostinho, Santo – *Confissões*, Porto, Liv. Apost. da Imprensa, 1955

Aguiar, Joaquim – *A Política de Defesa como Política Interdepartamental*, Lisboa, IDN, 1989

Aires, Maria Luísa Lebres – *Vozes sobre a televisão no âmbito da educação de pessoas adultas: uma abordagem sociocultural*, Lisboa, Universidade Aberta, 2000

- Alain, Émile Chartier – *Reflexões sobre a educação*, São Paulo, Saraiva, 1978
- Albarelo, Luc *et al.* – *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1997 [ed. original 1995]
- Albrow, Martin – *The Global Age: State and Society Beyond Modernity*, Cambridge, Polity Press, 1996
- Albuquerque, Luís de – *As Navegações e a sua Projecção na Ciência e na Cultura*, Lisboa, Gradiva, 1987
- Albuquerque, Luís de – *Cartas de D. João de Castro a D. João III*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989
- Aleixo e Canto – “Participação” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 75, Janeiro a Março de 1974
- Aleixo, Quintino – “Apresentação de um novo modelo para o IMPE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 185, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2002
- Alexandre, Tiago – “89.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000
- Alexandre, Tiago – “Bênção das Pastas” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000
- Alexandre, Tiago – “Crescer no Instituto” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001
- Alexandre, Tiago – “Escola de Graduados e Cerimónia de Imposição de Insígnias” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000
- Alexandre, Valentim – *Portugal no Século XIX. Origens do Colonialismo Português Moderno (1822-1891)*, Lisboa, Sá da Costa, 1980
- Almeida, Campos – “Programação Militar para o Século XXI” in *Mais Alto*, n.º 308, 1997
- Almeida, Dimas (dir.); Cruz, Braga da; Portas, Miguel; Keshavjee, Faranaz e Machado, Jonatas – “Estado e liberdades religiosas. Mesa Redonda” in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, ULHT-Edições Universitárias Lusófonas, 2002
- Almeida, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967 [ed. original 1917]
- Almeida, João Ferreira – *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, ICS, 1986

Almeida, João Ferreira – *Portugal – Os Próximos 20 anos. Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990

Almeida, João Ferreira de e Pinto, José Madureira – *A Investigação nas Ciências Sociais*, 5.^a Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1995

Almeida, João Marques de – “A Escola Inglesa e o Problema da Anarquia Internacional” in *Política Internacional*, vol. 3, n.º 19, Lisboa, CISED/Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos, Primavera-Verão de 1999

Almeida, José Luiz de – *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, Lisboa, Edições Ática, 1947

Almeida, Luís Nunes de (mod.); Brito, Sousa e; Bravo, Dias; Miranda, Jorge e Moreira, Vital – “Lei da liberdade religiosa e revisão da Concordata” in *Fórum Iustitiae*, n.º 16, Novembro de 2000

Almeida, Major-General Mário Delfim Tavares de – “Projecto do Colégio Militar. Educar para a Excelência” in *Revista Militar*, n.ºs 2413 e 2414, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Fevereiro e Março de 2003

Almeida, Maria Geralda – “Geografia Cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa” in *Anais do XX Encontro Nacional das Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Presidente Prudente, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1992

Almeida, V. C. – *Jeux et enjeux de la carrière des instituteurs au Portugal*, Tours, Mémoire de DUEPS, 1991

Almendra, Edgar – “Baile de Finalistas” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001

Althusser, Louis – *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, 3.^a Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1980

Althusser, Louis – *Marxismo, Ciência e Ideologia*, S. Paulo, Ed. Sinal, 1967

Alunos do 5.º A de 1999/2000 – “Cartolas conta a sua verdadeira história” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000

Alunos do 6.º C 1993/94 – “A Área-Escola no Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995

Alunos do 9.º B 1998/99 – “A nossa Área-Escola” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999

Alves Pinto, Conceição – “Formas de Estar na Escola” in *ISET*, Caderno n.º 1, I Módulo, 1992

Alves, José Lopes – “Forças Armadas Portuguesas. Factores e Elementos Geopolíticos e Geoestratégicos nos Princípios de 1995” in *Revista A Defesa Nacional*, n.º 769, 1995

Alves, José Lopes – *Ética Militar. Aspectos de uma teoria e da sua realização*, Lisboa, Edição do Autor, 1997

Alves, N. e outros – *Escola e Comunidade Local*, Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional, 1997

Amâncio, Lígia – “As assimetrias nas representações de género” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 34, Coimbra, CES/UC, 1992

Amâncio, Lígia – “Identidade social e relações intergrupais” in Vala, J. e Monteiro, M. B. (eds.) – *Psicologia social*, 4.ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

Amaral, Augusto Ferreira do – *A Aclamação de D. Manuel II*, Lisboa, 1966

Amaral, Diogo Freitas do – “A Organização e a política de Defesa Nacional” in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri, 2001

Amaral, João – *A Defesa Militar de Portugal no Virar do Século*, Lisboa IAEM, 1996

Amaro, Rogério Roque – “Lógicas de espacialização da economia portuguesa” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 10, Lisboa, CIES, 1991

Andersen, E. B. – *The statistical analysis of categorical data*, Berlin, Springer, 1990

Anderson, Peter J. – *Política Global do Poder, Justiça e Morte. Uma introdução às relações internacionais*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998 [ed. original 1996]

Andrade, Francisco de Andrade – *Chronica del Rey D. João o III*, Porto, Lello & Irmão, 1976 [ed. original 1605]

Andrade, Jacinto Freire de – *Vida de D. João de Castro Quarto Viso-Rey da Índia*, Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1651

Andrade, Manuel – “Assembleia Geral Extraordinária” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006

André, João Maria – *Pensamento e Afectividade. Sobre as Paixões da Razão e as Razões das Paixões*, Coimbra, Quarteto Editora, 1999

André, Louis – *L'assistance publique de l'enfance. Commentaire d'ensemble de la loi du 27 Juin 1904*, Paris, s. n., 1908

André, Nuno – “Homenagem ao Fundador do Instituto” e “Entrega da espada ao Aluno Comandante de Batalhão” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

André, Nuno – “Homenagem ao Fundador do Instituto” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

André, Nuno – “Remo. O regresso aos tempos áureos” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

André, Pedro – “Celebração Pascal do GML” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002

Andreski, Stanislaw – *Military Organization and Society*, London, Routledge & Kegan Paul, 1968 [ed. original 1954]

Antão, J. A. – *Comunicação na Sala de Aula*, Lisboa, Edições Asa, 1993

Antunes – “Actividades Circum-Ecolares” in *Querer é Poder*, n.º 23, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991

Antunes – “Atletismo” in *Querer é Poder*, n.º 23, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991

Antunes – “Orientação III. Torneio da Corunha” in *Querer é Poder*, n.º 23, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991

Antunes, Carlos Lopes – “Nazareno!” in *O Profissional*, n.ºs 49 e 50, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1922

Antunes, Fátima – “Globalização, europeização e especificidade educativa portuguesa: a estruturação global de uma inovação nacional” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 70, Coimbra, CES/UC, 2004

Antunes, Fátima – *Políticas educativas para Portugal, anos 80-90. O debate acerca do ensino profissional na escola pública*, Lisboa, IIE, 1998

APE – *António Xavier Correia Barreto – Síntese Biográfica*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, s. d.

APE – *Biografia do General António Xavier Correia Barreto*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, s. d.

APE – *Homenagem. Ao Brigadeiro, João Tamagnini de Sousa Barbosa, por ter sido nomeado em Março de 1938 - há 50 anos - Director do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 12 de Março de 1988

APE – *Instituto Militar dos Pupilos do Exército. Quem quer chegar longe começa por aqui*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 2005

APMCG (organização de Manuel Valente Alves e Vitor Ramos) – *Medicina Geral e Familiar 20 Anos. Da Memória*, Lisboa, mvainventlivros, 2003

Appadurai, Arjun – “Disjuncture and difference in the global cultural economy” in Featherstone, Mike (org.) – *Global culture: nationalism, globalization and modernity*, London, Sage, 1991

Appadurai, Arjun – “The past as a scarce resource” in *Man*, n.º 16, vol. 2, 1982

Apple, Michael W. – *Modos de Ser Professor. Os Professores e o Currículo: Abordagens Sociológicas*, Lisboa, Educa, 1998

AR – *Diário do Senado*, Sessão n.º 73, 6 de Julho de 1922

Aranha, A. e Canto, P. – *A influência das actividades desportivas extracurriculares no rendimento escolar*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2000

Araújo, Carlos de – “25 Anos Depois... (1940-1965)” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 39, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Março de 1966

Araújo, H. C. – “Profissionalismo e ensino” in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 3, Porto, Edições Afrontamento, 1985

Araújo, Orestes – *Sociologia da Guerra*, Trad. Ten. Cel. Moacir Ribeiro Coelho, vol. 262 e 263, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1959

Archer, Margaret S. – “The Sociology of Educational Systems” in Bottomore, Tom; Nowak, Stefan e Sokolowska, Magdalena (eds.) – *Sociology: the State of Art*, Sage Publications, London/Beverly Hills, 1982 [ed. original 1980]

Archer, Margaret S. – *Culture and Agency: the place of culture in social systems*, Cambridge University Press, Cambridge, 1988

Archer, Margaret S. – *Social Origins of Educational Systems*, Sage Publications, London/Beverly Hills, 1979

Areias, Tiago – “86.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997

Areias, Tiago – “Apadrinhamento dos novos alunos” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997

Areias, Tiago – “Festa de Abertura Solene do Ano Lectivo de 1995/96” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996

Areias, Tiago – “No 84.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995

Areias, Tiago – “O Desporto no Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Arendt, H. – *Entre o passado e o futuro*, 2.ª Edição, São Paulo, Perspectiva, 1972

Argandoña, Antônio – “La credibilidad de los codigos eticos” in *Documento IESE*, n.º 245, Abril de 1993

Argyris, C. – “Les individus sont guidés par le désir d’apprendre” in *Revue des Sciences Humaines*, n.º 20, 1998

Ariès, Philippe – “Gerações” in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 36 (Vida, Morte, Tradições, Gerações), Lisboa, INCM, 1997

Aristóteles – *Ética a Nicômaco*, 4.ª Edição, Brasília, UNB, 2001

Aristóteles – *Política*, Edição Bilingue, Lisboa, Vega, 1998

Aron, Raymond – *As Etapas do Pensamento Sociológico*, 6.ª Edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002 [ed. original 1991]

Aron, Raymond – *Démocratie et Totalitarisme*, Paris Gallimard, 1983 e ainda a Cruz, Manuel Braga da – *Instituições políticas e processos sociais*, Lisboa, Bertrand, 1995

Aron, Raymond (ed.) – *Work technology and human destiny*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1963

Aronowitz, Stanley e Giroux, Henry – *Postmodern Education: Politics, Culture, and Social Criticism*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1991

Arquivo Histórico Militar – “Actas do júri de exame ao posto de Major” in *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas.

Arquivo Histórico Militar – 3.ª Divisão, 3.ª Secção, Caixa 30, N.º 118

Arquivo Histórico Militar – 3.ª Divisão, 3.ª Secção, Caixa 30, N.º 128, publ. in *Ordem do Exército*, 2.ª Série, N.º 13, Junho 1916

Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de António Augusto de Figueiredo*, folhas não numeradas.

Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas

Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Liberato Damião Ribeiro Pinto*, folhas não numeradas

Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Rui Melo de Azevedo de Lemos Correia Leal*, folha 101

Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Vitorino Henriques Godinho*, folhas não numeradas

Arquivo Histórico Militar – *Processo Individual de Vitorino Maximo de Carvalho Guimarães*, folhas não numeradas

- Arquivo Histórico Municipal de Lisboa – *Livro 2 de Testamentos*, s. c. 218
- Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Chancelaria de D. João III*, Livro 16
- Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Colecção de Bulas*, Maço 17, Doc. 29
- Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 82, Doc. 25
- Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Inquisição de Lisboa*, Cods. 1.370, 1.476, 1.457
- Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Mosteiros e Conventos*, Convento de S. Domingos de Benfca, Próprios Nacionais N.º 3 e 5
- Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Relação dos objectos de culto Relligioso pertencentes ao convento de S. Domingos de Benfca que fôrom entregues em deposito ao Parrocho do Distrito e que vai appensa aos Autos de Inventário dos mesmos objectos*, Núcleo do Antigo Arquivo Histórico do Ministério das Finanças Conventos IV/D/16 (2), n.º 481-53, Benfca, Distrito de Lisboa, Convento de S. Domingos, 1834
- Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *S. Domingos de Benfca*, Maço 1, Doc. 24
- Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *S. Domingos de Benfca*, Maço 1
- Arroteia, Jorge – Sistema de ensino e mobilidade social: reflexões sobre o caso português” in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, vol. I. Lisboa, Ed. A.P.S./Fragmentos, 1990
- Ashour, A. S. – “The contingency model of leadership effectiveness: an evaluation.” in *Organizational Behavior and Human Performance*, n.º 9, 1973
- Ashworth, Anthony E. – *Trench Warfare 1914-1918*, London, Macmillan, 1980
- Assac, Jacques Plancard d’ – *Dictionnaire politique de Salazar*, Lisboa, SNI, 1964
- Atwater, L. e Yammarino, F. – “Personal attributes as predictors of superiors and subordinates perceptions of military academy leadership” in *Human Relations*, n.º 46, 1993
- Aubert, Marcel – *O Gótico no Seu Apogeu*, Lisboa, Editorial Verbo, 1983
- Augé, Marc – *Não-lugares*, Bertrand Editora, Lisboa, 1994
- Aurélio, Tenente Capelão P.º Nuno Filipe Fraga – “Família: um projecto para todos” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995
- Auvray, Michel – *L’Âge des Casernes. Histoire et Mythes du Service Militaire*, Paris, Éditions de l’Aube, 1998
- Axelrod, Robert – *The evolution of cooperation*, New York, Basic Books Publishers, 1984
- Ayres, D. B. e Clement, S. D. – *Leadership Model for Organizational Ethics*, Leadership Monograph Series n.º 13, Indianapolis, U. S. Army Administration Center, 1978

Azevedo, Belmiro – “Educação da Juventude: Carácter, Liderança e Cidadania” in *Nação e Defesa*, Número Extra Série, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho de 2004

Azevedo, Humberto – “Memórias” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 190, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2003

Azevedo, Humberto – “Memórias...” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 190, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2003

Azevedo, J. – “Escola cidadã: Construção colectiva e participação popular” in Silva, L. (ed.) – *A escola cidadã no contexto da globalização*, Petrópolis, Editora Vozes, 1998

Azevedo, J. – *Avenidas de Liberdade*, Porto, Edições Asa, 1994

Azevedo, Joaquim – “Ensino Técnico-Profissional. O papel do estado e sociedade civil” in *Actas da Conferência “Novos Rumos para o ensino tecnológico e profissional”*, Porto, Fevereiro de 1991

Azevedo, Joaquim – *Avaliação da experiência pedagógica do ensino técnico-profissional: relatório final*, Lisboa, DGES, 1988

Azevedo, Joaquim – *O Ensino Secundário na Europa nos anos 90*, Lisboa, Edições ASA, 1998

Azevedo, Luís Gonzaga de – *Proscritos. Notícia Circunstanciada do que Passaram os Religiosos da Companhia de Jesus na Revolução de Portugal de 1910*, 2 vols., Bruxelas, 1914 [ed. original 1911]

Azevedo, Pedro – “Grupo Coral e Instrumental do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991

Azevedo, Pedro Ramalheira – “Cinco Anos de Pentatlo Moderno no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995

Azevedo, Pedro Ramalheira (Representante do Grupo de Trabalho) – *Proposta de Complemento ao Projecto de Reenquadramento Estratégico para o IMPE apresentado pela APE*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 15 de Abril de 2006

Azevedo, Pedro Ramalheira (Representante do Grupo de Trabalho) – *Discurso Introdutório à Proposta de Complemento ao Projecto de Reenquadramento Estratégico para o IMPE apresentado pela APE*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 2006

Bachelard, Gaston – “Idéalisme discursive” in *Études*, Paris, Vrin, 1970

Bachelard, Gaston – “Le problème philosophique des méthodes scientifiques” in *L’engagement rationaliste* (recolha póstuma de textos), Paris, PUF, 1972

Bachelard, Gaston – *L’activité rationaliste de la physique contemporaine*, Paris, PUF, 1951

- Bachelard, Gaston – *Le rationalisme appliqué*, 5.^a Edição, Paris, PUF, 1975
- Bachs, Jordi – *Psicologia Diferencial*, Lisboa, Platano, 1999
- Baczko, B. – “Imaginação Social” in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5, Lisboa, INCM, 1985
- Baechler, Jean – “Grupos e Sociabilidade” in Boudon, R. (org.) – *Tratado de Sociologia*, Porto, Ed. ASA, 1995
- Baião, António – “Dois Testamentos Históricos: o do Primeiro Vice-Rei da Índia D. Francisco de Almeida e o do Inquisidor Geral D. Francisco de Castro” in Separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. VI, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1956
- Baião, António – “El-Rei D. João IV e a Inquisição” in Vários – *Anais*, vol. VI, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942
- Bailey, Edward I. – *Implicit Religion in Contemporary Societies*, Kampen, Kok Pharos, 1997
- Baird, L.L. – “Disciplines and doctorates: the relationship between programme characteristics and the duration of doctoral study” in *Research in Higher Education*, vol. 31, n.º 4, 1990
- Bajoit, Guy – “Exit, Voice, Loyalty... and Apathy: Les réactions individuelles au mécontentement” in *Revue Française de Sociologie*, XXIX, 1988
- Balandier, Georges – *Antropológicas*, São Paulo, Cultrix/Universidade de São Paulo, 1976
- Balandier, Georges – *Le désordre*, Paris, Fayard, 1988
- Balandier, Georges – *Sens et puissance, les dynamiques sociales*, Paris, PUF, 1986 [ed. original 1971]
- Balandier, Georges (dir.) – *Sociologie des mutations*, Paris, Anthropos, 1970
- Baleizão, Francisco – “Visita de Estudo à Escola Militar de Electromecânica” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004
- Ball, S – *The Micro-politics of the school*, London, Methuen, 1987 e Crozier, M. – *Le Phénomène bureaucratique*, Paris, Seuil, 1963
- Ballion, Robert – *Les consommateurs d'école*, Paris, Stock, 1982
- Balsemão, Francisco Pinto – “Conferência n.º 9” in INA – *As Conferências do Marquês (1.º Ciclo). Modernizar a Administração: Uma Visão Exterior, Crítica, Construtiva mas não Complacente*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração, 1999
- Baltazar, Maria da Saudade – “O Estado das Relações Civil-Militares em Democracia” in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, Associação Portuguesa de Sociologia, 17 a 19 de Abril de 2000

Baltazar, Maria da Saudade – *As Forças Armadas Portuguesas. Desafios numa Sociedade em Mudança*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005

Bandeira, Mário Leston – *Demografia e modernidade: família e transição demográfica em Portugal*, Lisboa, INCM, 1996

Bandow, Doug – “Mend, Never End, the All-Volunteer Force” in *Orbis*, vol. 44, n.º 3, Filadelfia, Foreign Policy Research Institute, Summer 2000

Banfield, J. D. e Raftery, A. E. – “Model based Gaussian and non-Gaussian clustering” in *Biometrics*, n.º 49, 1993

Bañón Rafael e Olmeda, José António – *La Institución Militar en el Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985

Baptista, António Manuel – *O Discurso Pós-Moderno contra a Ciência. Obscurantismo e Irresponsabilidade*, 3.ª Edição, Lisboa, Gradiva, 2002

Baptista, António Manuel Pereira – “Ética e Administração no Contexto da Gestão e Administração Pública. Reflexos nas Forças Armadas” in *Boletim do Instituto de Estudos Superiores Militares*, n.º 1, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, Julho de 2006

Baptista, Carlos e Nunes, Nelson – “Orientação. Um fim de semana em São Pedro de Muel ou como se conquista o Campeonato Nacional” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Baptista, Isabel – “Ética e organização escolar” in *Jornal a Página da Educação*, n.º 121, Março de 2003

Baptista, Isabel – *Ética e Educação*, Porto, Universidade Portucalense, 1998

Baptista, Isabel Baptista – “A escola como lugar de hospitalidade” in *Jornal a Página da Educação*, n.º 112, Maio de 2002

Barata, Américo José Correia dos S. – “O Futuro da Associação” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 81, Julho a Setembro de 1975

Barata, O. Soares – *Introdução às Ciências Sociais*, 1.º vol., Venda Nova, Bertrand, 1989

Barber, B., Eccles, J., Stone, M. e Hunt, J. – “Extracurricular activities and adolescent development” in *Journal of Social Issues*, n.º 59, 2003

Barbosa, António Pinto (org.) – *O impacto do euro na economia portuguesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1999

Barbosa, C. – *Educação Física Escolar: da alienação à libertação*, Petrópolis, Vozes, 1997

Barbosa, Ignacio Vilhena – *Monumentos de Portugal, Históricos, Artísticos e Arqueológicos*, Lisboa, Castro e Irmão Editores, 1886

- Barbosa, Nelson – “Imposição dos 'Laços' aos Alunos Finalistas” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002
- Barbosa, Vilhena Barbosa – *Monumentos de Portugal, Históricos, Artísticos e Arqueológicos*, Lisboa, Castro & Irmão Editores, 1886
- Barbu, Zevedei – “O conceito de Identidade na encruzilhada” in *Anuário Antropológico/78*, Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1980
- Bardin, Laurence – *Análise de Conteúdo*, 3.ª Edição, Lisboa, Edições 70, 2004 [ed. original 1988]
- Bargmann, Holger – “A via estreita. O trabalho em equipa: entre a falsa designação e a organização inovadora do trabalho” in *Formação Profissional*, vol. 3, n.º 18, 1999
- Barker, Eileen e Warburg, Margit (coords.) – *New Religions and New Religiosity*, Aarhus, Aarhus University Press, 1998
- Barker, Eileen – *New religious movements*, London, HMSO, 1991
- Barnett, Rosemary V. – *Adolescent Experiences from Participation in Extracurricular and Community-based Activities*, Florida, Institute of Food and Agricultural Sciences/University of Florida, December 2005
- Baroin, Daniel e Mornet, François – “Les articulations entre organisation, formation et évolution de carrière” in *Revue Education Permanente*, n.º 105, 1990
- Barradas, Bruno – “A Classe Especial de Ginástica do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995
- Barrento, António Martins – “O Espírito de Defesa” in *Lanceiro*, Lisboa, Estratégia/Publicidade, 2000
- Barreto, António – “Mudança social em Portugal” in Pinto, A. Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2004
- Barreto, António – *A Situação Social em Portugal. 1960-1995, 1960-1999*, volumes I e II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1996 e 2000
- Barreto, António – *Tempo de Incerteza*, Relógio d'Água, Lisboa, 2002
- Barreto, António – *Tempo de Mudança*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 1997 [ed. original 1996]
- Barreto, António – *Uma Década. Retrato da Semana, 1991-1999*, Lisboa, Relógio D'Água, 1999
- Barros, João de – *A República e a Escola*, Lisboa, s/d
- Barros, João de – *Educação Republicana*, Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1916

- Barros, João de – *Educação Republicana*, Paris, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1916
- Barros, João de e Couto, Diogo de – *Décadas*, Lisboa, Regia Officina Typographica, 1778-1788
- Barroso, Cláudio – “40.º Aniversário de entrada no IMPE comemorado pelos Pilões de 62” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 187, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2002
- Barroso, J. – *Os Liceus: organização pedagógica e administração (1836 – 1960)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995
- Barroso, João – *Políticas educativas e organização escolar*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004
- Barrow, J. C. – “Some aspects of attempted, successful, and effective leadership” in *Academy of Management Review*, n.º 2, 1977
- Barth, Fredrick – “Grupos étnicos e suas fronteiras” in Poutignat, Philippe e Streiff-fernat, Jocelyne – *Teorias da Etnicidade*, São Paulo, Unesp, 1970
- Barth, Fredrik – “Enduring and emerging issues in the analysis of ethnicity” in Vermuelen, H. e Govers, C. (eds.) – *The Anthropology of Ethnicity: beyond “Ethnic Groups and Boundaries”*, Amsterdam, Het Spinhuis, 1994
- Barth, Fredrik – “Introduction” in Barth, F. (ed.) – *Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of cultural difference*, London, George Allen & Unwin, 1969
- Barth, Fredrik – “The analysis of culture in complex societies” in *Ethnos*, n.º 54, vols. 3 e 4, 1989
- Bartholomew, D. J e Knott, M. – *Latent Variable Models and Factor Analysis*, Arnold, London, 1999
- Bastide, Roger – “Acculturation” in *Enciclopedie Universalis*, vol. I, Paris, 1977
- Bastide, Roger – “O folclore brasileiro e a geografia” in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 8, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Julho de 1951
- Basto, Jorge Ferreira Pinto – “Preparado para a Vida... no IPE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 152, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 1994
- Bastos, José Gabriel Pereira e Bastos, Susana Pereira – *Portugal Multicultural*, Lisboa, Fim de Século, 1999

Bates, F. L. – “The school as a behavior system” in *Journal of research and development in education*, vol. IX, n.º 1, 1975

Bates, Frederick L. e Harvey, Clyde C. – *The structure of social systems*, Nova Iorque, Gardner Press, 1975

Bates, R. J. – “Corporate culture, schooling and educational administration” in *Educational Administration Quarterly*, vol. 23, n.º 4, 1987

Baudelot, Christian e Establet, Roger – *L'école capitaliste en France*, Paris, Maspéro, 1971

Bauderot, Jean (dir.) – *Religions et laïcité dans l'Europe des douze*, Paris, Syrios, 1994

Bauman, Zygmunt – *Globalization: the human consequences*, Cambridge, Polity Press, 1998

Beauregard, M. e Ouellet, G. – “Élaboration et mise à l'essai d'un programme de prévention du décrochage scolaire axé sur les activités parascolaires” in *Loisir et Société*, vol. 18, n.º 2, 1995

Beck, Ulrich – “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva” in Beck, Ulrich; Giddens, Anthony e Lash, Scott – *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta, 2000

Beck, Ulrich – *Perspektiven der Weltgesellschaft*, Frankfurt, M. Suhrkamp, 1998

Beck, Ulrich – *Politik der Glöbalisierung*, Frankfurt, M. Suhrkamp, 1998

Beck, Ulrich – *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage, 1992

Beckam, Ross e Hendry – “Selecting Executives” in *Personnel*, Abril de 1930

Beckett, A. – “Linking extracurricular programming to academic achievement: who benefits and why?” in *Sociology of Education Albany*, n.º 75, 2002

Bee, Helen – *A Criança em Desenvolvimento*, São Paulo, Habra, 1986

Beja, F., Serra, J., Machás, E., & Saldanha, I. – *Muitos anos de escolas: Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*, Lisboa, Ministério da Educação/Direcção Geral de Administração Escolar, 1990

Beja, F., Serra, J., Machás, E., & Saldanha, I. – *Muitos anos de escolas: Edifícios para o ensino infantil e primário anos 40 – anos 70*, Volume II, Lisboa, Ministério da Educação/Direcção Geral de Administração Escolar, 1996

Bell, Daniel – “The world and the United States in 2013” in *Daedalus*, vol. 3, n.º 116, 1987

Bell, Daniel – *The end of ideology*, New York, Free Press, 1965

Bell, Daniel – *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*, New York, Collier Books, 1962

Belo, João – “Festa de Integração do Caloiro” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Beltrán, G. Aguirre – *El proceso de aculturación y el cambio socio-cultural en México*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1957

Benavente, Ana – *Escola, Professores e Processos de Mudança*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

Bendix, Reinhard – *Work and authority in industry*, New York and Evanston, Harper & Row Publishers, 1963

Bendix, Reinhard e Lipset, Seymour Martin (eds.) – “Class, Status, and Power: Social Stratification in Comparative Perspective” in *Social Forces*, vol. 45, n.º 2, Dezembro de 1966

Benson, P., e Saito, R. – “The scientific foundations of youth development” in Jaffe, N. e Marquis, J. (eds.) – *Youth Development: Issues, Challenges and Directions*, Philadelphia, Public/Private Ventures, 2000

Bento, J. – *O outro lado do desporto*, Porto, Campo das Letras, 1995

Bento, Sofia – “Aprendizagem organizacional: discursos e práticas” in *Comportamento Organizacional e Gestão*, vol. 5, n.º 2, 1999

Benveniste, Émile – *Vocabulaire des Institutions Indo-européennes*, Paris, Minuit, 1979

Berger, Peter – *Les mystificateurs du progrès*, Paris, PUF, 1977

Berger, Peter e Luckman, Thomas – *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes, 1978

Berger, Peter e Luckman, Thomas – *The Social Construction of Reality: A Treatise in The Sociology of Knowledge*, New York, Anchor Books, 1966

Berger, Peter L. – *Perspectivas sociológicas. Uma visão humanista*, Petrópolis, Vozes, 1989

Berger, S. D. – *La organization de los grupos de interés en Europa occidental*, Madrid, Ministerio de Trabajo, 1989

Bergeron, Gerard – *Fonctionnement de l'État*, Paris, Armand Colin, 1965

Bergson, Henri – *Les Deux Sources de la morale et de la religion*, Paris, PUF, 1965 [ed. original 1932]

Beriain, J. e Iturrate, L. – *Para Compreender la Teoria Sociológica*, Estela, 1998

Berkowitz, M. V. – “Educar la persona moral en su totalidad” in *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 8, Organización de Estados Iberoamericanos, Maio a Agosto de 1995

Bernardes, Manuel – *Luz e Calor*, 5.ª Edição, Porto, 1927

Bernd Zymek – *Das Ausland als Argument in der pädagogischen Reformdiskussion. Schulpolitische Selbstrechtfertigung, Auslandspropaganda, internationale Verständigung und Ansätze zu einer Vergleichenden Erziehungswissenschaft in der internationalen Berichterstattung deutscher pädagogischer Zeitschriften, 1871-1952*, Ratingen, Aloys Henn Verlag, 1975

Bernstein, B. – “Education cannot compensate for society” in Cosin, B. – *School and Society*, Londres, Open University, 1971

Bernstein, B. – *Langage et classes sociales*, Paris, Éditions Minuit, 1975

Bertaux, Daniel – *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes, 1978

Berthelot, Jean-Marie – *L’Intelligence du social*, Paris, PUF, 1990

Berthelot, Jean-Marie – *Le piège scolaire*, Paris, PUF, 1983

Berthelot, Jean-Marie (éd.) – “Pour un bilan de la sociologie de l’éducation” in *Cahiers du Centre de Recherches Sociologiques*, n.º 2, Colóquio de Toulouse em 16 e 17 de Maio de 1983, Toulouse, Universidade de Toulouse le Mirail e C.N.R.S., Maio de 1983

Berthet, Frédéric – “Éléments de conversation” in *Conversation*, Paris, Seuil, 1979

Bertrand, Yves – *Paradigmas Educacionais*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994

Bertrand, Yves e Guillemet, P. – *Organizações: uma abordagem sistémica*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994

Bertrand, Yves e Guillemet, P. – *Organizações: uma abordagem sistémica*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994

Bessa, Desidério – “Educação Cívica e Moral” in *IV Congresso Pedagógico. Abril de 1914*, Lisboa, I.N., 1916

Bettencourt, A. e Brederode, E. – *Papel da escola na formação democrática dos alunos*, Lisboa, IED, 1981

Bhaskar, Roy – “On the Possibility of Social Scientific Knowledge and the Limits of Naturalism” in Mepham, John e Ruben, D.-H. (eds.) – *Issues in Marxist Philosophy*, Atlantic Highlands, NJ e Brighton, Humanities/Harvester, 1979

Bhaskar, Roy – *Scientific Realism and Human Emancipation*, London e New York, Verso, 1986

Biblioteca da Ajuda – *Ms. 44* – XIII – 32, N.º 19

Biblioteca da Ajuda – *Ms. 51* – VIII – 16, fl. 122

Biblioteca da Ajuda – *Ms. 54* – XIII – 10

Biblioteca da Universidade de Harvard – *Ms. Port. 4729*, Doc. 270

- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – *Livro I do Registo*, fl. 374 v.
- Biblioteca Nacional – *Secção de Reservados*, Fundo Geral, Cods. 187 e 427
- Biblioteca Nacional – *Secção de Reservados*, Fundo Geral, Mss. 3, N.º 14 – Catálogo dos Inquizidores Geraez que Tem Havido neste Reyno de Portugal, fl. 1 v.
- Biblioteca Nacional – *Secção dos Reservados*, Fundo Geral, Cod. 49 – Catálogo dos Bispos de Portugal por Ordem Alfabética, fl. 114.
- Biblioteca Pública de Évora – *Cods. CV/2-9, Cod. CXIII/1-21 e Cod. CXXX/2-4*
- Bilhim, José Faria – *Teoria Organizacional. Estruturas e Pessoas*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1996
- Billard, J. – *Traité d'Éducation Civique*, Paris, Nathan, 1985 e Giolitto, P. *et al.* (coord.) – *Enseigner l'éducation civique à l'école*, Paris, Hachette, 1993
- Birmingham, David – *História de Portugal. Uma Perspectiva Mundial*, Lisboa, Terramar, 1998
- Birnbaum, Pierre e Chazel, François – *Sociologia Política*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1975
- Birou, Alain – *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982 [ed. original 1972]
- Blache, Paul Vidal de La – *Princípios de Geografia Humana*, Lisboa, Cosmos, 1954
- Blanchard, Kenneth e Peale, Norman Vincent – *O Poder da Gestão Ética*, Lisboa, Difusão Cultural, 1993
- Blanchet, Alain – “Interviewer” in Blanchet, Alain; Ghiglione, Rodolphe, Massonat, Jean e Trognon, Alain – *Les techniques d'enquête en sciences sociales. Observer, interviewer, questionner*, Paris, Dunod, 1987
- Blanchet, Alain – *L'Entretien dans les sciences sociales. L'Écoute, la parole et le sens*, Paris Dunod, 1985
- Bland, Douglas L. – “A Unified Theory of Civil-Military Relations” in *Armed Forces & Society*, Texas, James Burk, A. & M. University, vol. 26, n.º 1, 1999
- Blau, Peter M. e Duncan, Otis D. – “Some preliminary findings on social stratification in the United States” in Abrahamson, Mark *et al.* – *Stratification and Mobility*, New York, Macmillan, 1976
- Blythe, T. e Gardner, H. – “A school for all intelligences” in *Educational Leadership*, vol. 47, n.º 7, 1990

- Bobbio, Norberto – “Poder/Autoridade” in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14 (Estado-Guerra), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco – *Dicionário de Política*, 11.^a Edição, vol. II, Brasília, Universidade de Brasília, 1998 [ed. original 1983]
- Boëne, Bernard e Martin, Michel Louis – *Conscription et Armée de Métier*, Paris, FEDN
- Boespflug, François; Dunand, Françoise e Willaine, Jean-Paul – *Por une mémoire des religions*, Paris, Éd. Découvertes, 1996
- Böhning, D. e Seidel, W. – “Recent developments in mixture models” in *Computational Statistics & Data Analysis*, n.º 41, 2003
- Bolas, Rui – “A ‘Barretuna’. Novo agrupamento musical do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999
- Bombarda, Miguel – *A Ciência e o Jesuitismo. Réplica a um Padre Sábio*, Lisboa, 1900
- Bonal, Xavier – “Globalização, educação e luta contra a pobreza: os limites do mito do pescador” in *Jornal a Página da Educação*, ano 13, n.º 138, Outubro 2004
- Bonaparte, Napoleão – *Como Fazer a Guerra*, Lisboa, Edições Sílabo, 2003 [ed. original 1973]
- Bons, P. M. e Fiedler, F. E. – “Changes in organizational leadership and the behavior of relationship – and task – motivated leaders” in *Administrative Science Quarterly*, n.º 21, 1976
- Booth, Ken e Smith, Steve (eds.) – *International Relations Theory Today*, Cambridge, Polity Press, 1995
- Bord, R. J. – “Toward a social-psychological theory of charismatic socialinfluence processes” in *Social Forces*, n.º 53, 1975
- Borges, João Vieira – “A Educação cívico-militar como consciência da Defesa Nacional” in *Revista de Artilharia*, n.ºs 759 e 760, Lisboa, Novembro e Dezembro de 1988
- Borges, João Vieira – “A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal” in *Revista Militar*, n.º 2412, Lisboa, Janeiro de 2003
- Borzeix, A. e Linhart, D. – “Identidades e práticas linguísticas na empresa” in Chanlat, J. F. (org.) – *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, vol. 3, São Paulo, Atlas, 1996
- Bosi, Ecléa – *Memória e Sociedade*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1987
- Botequilha, Henrique – “A revolução necessária” in *Visão (Suplemento)*, n.º 707, 21 de Setembro de 2006
- Boudon, Raymond – “L’adaptation Social” in *Encyclopedie Universalis*, vol. I, Paris, 1977

Boudon, Raymond – “Les causes de l’inégalité des chances” in *Commentaire*, n.º 51, Automne de 1990

Boudon, Raymond – *L’Inégalité des Chances. La Mobilité Sociale dans les Sociétés Industrielles*, 3.ª Edição, Paris, Armand Colin, 1979

Boudon, Raymond – *La Logique du Social*, Paris, Hachette, 1979

Boudon, Raymond – *Le Sens des Valeurs*, Paris, PUF, 1999

Boudon, Raymond e Bourricaud, François – “Controlo Social” in *Dicionário Crítico de Sociologia*, São Paulo, Ática, 1993 (ed. original Boudon, Raymond e Bourricaud, François – *Dictionnaire Critique de la Sociologie*, Paris, PUF, 1982)

Bouet, M. – *Signification du Sport*, Paris, Ed. Universitaires, 1968

Bourdieu, P. e Saint-Martin, M. – “Agrégation et ségrégation. Le champ des grandes écoles et le champ de pouvoir” in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 65, Paris, Setembro de 1987

Bourdieu, Pierre – “Postface” in Panofsky, Erwin – *Architecture Gothique et Pensée Scolastique*, Paris, Minuit, 1967

Bourdieu, Pierre – “Programme pour une sociologie du sport” in *Choses Dites*, Paris, Éditions Minuit, 1987

Bourdieu, Pierre – *A Economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974

Bourdieu, Pierre – *Esquisse d’une Théorie de la Pratique*, Genebra, Droz, 1972

Bourdieu, Pierre – *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979

Bourdieu, Pierre – *Le sens pratique*, Paris, Éditions de Minuit, 1980

Bourdieu, Pierre – *Lições da aula*, São Paulo, Ática, 2001

Bourdieu, Pierre – *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989

Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean-Claude – *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Vega, 1978 (ed. original Bourdieu, P. e Passeron, J.-Cl. – *La reproduction. Éléments pour une théorie du système d’enseignement*, Paris, Minuit, 1970)

Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean-Claude – *Les Héritiers. Les Étudiants et la Culture*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1964

Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean-Claude – *Reproduction in Education, Society and Culture*, Trad. de Richard Nice, London e Beverly Hills, Sage, 1977

Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude e Passeron, Jean-Claude – *Le métier de sociologue*, Paris, Mouton, 1968

- Bowles, Samuel e Gintis, Herbert – *Democracy and Capitalism: Property, Community, and the Contradictions of Modern Thought*, New York, Basic Books, 1986
- Bozeman, Adda – “The international order in a multicultural world” in Bull, Hedley e Watson, Adam (eds.) – *The Expansion of International Society*, Oxford, Clarendon Press, 1984
- Bozouls, J. P.; Magliulo, B. e Peres, H. – *Sport et Société*, Paris, Ed. Hatier, 1981
- Braga da Cruz, Manuel – “A formação para a cidadania e as instituições da sociedade civil” in *Brotéria*, n.º 145, Lisboa, 1997
- Braga, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra 1555 a 1700*, Tomo II, Lisboa, Typ. Da Academia Real das Sciencias, 1895
- Branco, Coronel Inf. Carlos Martins – “Escola de Oficiais” in *Jornal do Exército*, n.º 532, Lisboa, EME, Agosto e Setembro de 2004
- Branco, João – “Análise de clusters usando classes latentes” in *XIV Congresso SPE*, Covilhã, Departamento de Matemática/IST, 27 a 30 de Setembro de 2006
- Brandão, Carlos – “Evolução do Papel do Professor: Consequências para a educação” in *Aprender*, n.º 15, 1993
- Brandão, Carlos R. – *O que é educação*, São Paulo, Brasiliense, 1984
- Brandão, Margarida – *Modos de Ser Professor*, Lisboa, Educa, 1998
- Brandão, R. C. – *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*, São Paulo, Brasiliense, 1990
- Brandão, Raul – *Memórias*, vol. II, Lisboa, 1925
- Braudel, Fernand – “História e Sociologia” in Gurvitch, Georges (dir.) – *Traité de Sociologie*, vol. I, Paris, 1958
- Braudel, Fernand – *Écrits sur l’Histoire*, Paris, Flammarion, 1969
- Braunfels, Wolfgang – *Monasteries of Western Europe. The Architecture of the Orders*, 3.ª Edição, Londres, Thames & Hudson, 1993
- Bressoux, P. – “Les recherches sur les effets-écoles et les effets maîtres” in *Revue Française de Pédagogie*, n.º 108, 1994
- Brito, António Castelo Branco – “Notícias do Instituto. Abertura Oficial do Novo Ano Lectivo” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 79, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 1975
- Brito, Renato – “Os nossos escritórios” in *O Profissional*, n.º 28, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Março e Abril de 1920

- Broh, B. – “Linking Extracurricular Programming to Academic Achievement: Who Benefits and Why?” in *Sociology of Education*, vol. 75, n.º 1, 2002
- Brown, B. B. – “Peer groups and peer cultures” in Feldman, S. S. e Elliot, G. R. (eds.) – *At the Threshold: The Developing Adolescent*, n.º 11, 1990
- Brown, Seyom – “Structural Factors” in Freedman, Lawrence (ed.) – *War*, Oxford e New York, Oxford University Press, 1994
- Bryant, J. E. e M. McElroy, M. – *Sociological dynamics of sport and exercise*, Englewood, Morton, 1997
- Bryman, Alan e Cramer, Duncan – *Análise de Dados em Ciências Sociais*, Oeiras, Celta Editora, 1990
- Buber, Martin – *Do diálogo e do dialógico*, São Paulo, Perspectiva, 1982
- Burgess, Adrienne – *Fatherhood Reclaimed: The Making of the Modern Father*, Londres, Vermilion, 1997
- Burgi, Noelle (coord.) – *Fractures de l'État-Nation*, Paris, Kimé, 1994
- Burke, Peter – *Sociologia e História*, 2.ª Edição, Porto, Edições Afrontamento, 1980
- Burke, Peter – *Venice and Amsterdam*, London, Temple Smith, 1974
- Burnett, P. – “The supervision of doctoral dissertations using a collaborative cohort model” in *Counselor Education and Supervision*, vol. 39, n.º 1, 1999
- Burr, V. – “What is social constructionism?” in Gergen, K. (eds.) – *An introduction to social constructionism*, New York, Routledge, 1995
- Burrell, G e Morgan, G. – *Sociological Paradigms and Organisational Analysis: elements of the sociology of corporate life*, Vermont, Ashgate Publishing, 2000
- Caballero F. – *La Gaviota*, Madrid, Castalia, 1861 [ed. original 1849]
- Cabral, Alexandre – *Malta Brava*, 2.ª Edição fac-similada, Lisboa, Editorial Caminho, 1997
- Cabral, António Madeira de Brito – “O Papel da Família na Educação da Juventude” in *Nação e Defesa*, Número Extra Série, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho de 2004
- Cabral, Manuel Villaverde – “O fascismo português numa perspectiva comparada” in Woolf, S. J. (org.) – *O fascismo na Europa*, Lisboa, Meridiano, 1978
- Cabral, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979
- Cabral, Manuel Villaverde – *Saúde e doença em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002
- Cabral, Maria de Fátima Sarsfield – *Penar as Emoções*, Lisboa, Fim de Século, 1998

- Cabral, Villaverde e Pais, José Machado – *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta, 1998
- CAEAR – *Acompanhamento parlamentar da revisão do Tratado da União Europeia na Conferência Inter-Governamental de 1996*, 2 volumes, Lisboa, Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República, 1995
- Caeiro, Joaquim Croca – “Papel Político das Forças Armadas: Controlo Civil e Intervenção Militar” in *Futuro Presente*, n.º 40, 1997
- Caeiro, Joaquim Croca – *Textos de Apoio à Cadeira de Sociologia Militar*, Lisboa, Academia da Força Aérea, 1997
- Caetano, Marcello – *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomo I, 6.ª Edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1983
- Caetano, Marcelo – *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1985
- Calafate, Pedro (dir.) – “O Idealismo Racionalista e Crítico de António Sérgio” in *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V, tomo I, Lisboa, Editorial Caminho, 2000
- Caldas, José – *A Corja Negra*, Porto, 1914
- Câmara, João Bettencourt da – “A Democracia, os Cidadãos e o Velho Lavrador” (Prefácio) in Martins, Manuel Meirinho – *As Eleições Autárquicas e o Poder dos Cidadãos*, Lisboa, Vega, 1997
- Câmara, João Bettencourt da – “A Hipótese-Abelha – A Participação Política e a Democracia em Portugal” (Prefácio) in Martins, Manuel Meirinho – *Participação Política e Democracia. O Caso Português (1976-2000)*, Lisboa, ISCSP/UTL, 2004
- Câmara, João Bettencourt da – “A III Revolução Industrial e o Caso Português” in Câmara, João Bettencourt da (org.) – *Portugal face à III Revolução Industrial – Seminário dos anos 80*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1986
- Câmara, João Bettencourt da – “A Mula de Jano ou os Rostos do Poder” (Prefácio) in Filipe, António – *As Oposições Parlamentares em Portugal. Práticas e Intervenções (1976-2000)*, Lisboa, Vega, 2002
- Câmara, João Bettencourt da – “A Traição dos Funcionários? Luís Sá: Notas Sobre um Livro, Sobre a Obra e Sobre o Homem” (Prefácio) in Sá, Luís – *Traição dos Funcionários. Sobre a Administração Pública Portuguesa*, Porto, Campo das Letras, 2000
- Câmara, João Bettencourt da – “Hermínio Martins ou o Sociologus Rex” (Prefácio) in Martins, Hermínio – *Hegel, Texas e outros ensaios de teoria social*, Lisboa, Edições Sécuro XXI, 1996

Câmara, João Bettencourt da – *Análise Estrutural Contemporânea – A Emergência de um Modelo: Louis Althusser*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1993

Câmara, João Bettencourt da – *ISCSP – 90 anos, 1906-1996, Sessão Solene, Conferência de Aniversário*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1996

Câmara, João Bettencourt da – *Noites de San Casciano – Sobre a Melhor Forma de Governo*, Lisboa, Vega, 1997 [ed. original 1994]

Câmara, João Bettencourt da – *Radcliffe-Brown and Lévi-Strauss – A Reappraisal*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1995

Câmara, João Bettencourt da – *Saussure, Chess and Time – The Role of an Analogy in a Scientific Revolution*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1995

Câmara, João Bettencourt da (organização de Inês Câmara e Hermínio Martins) – *De Saramago a Maquiavel e outros Estudos de Sociologia*, S. Marcos, Mapa das Ideias, 2005

Câmara, João Bettencourt da e Martins, Manuel Meirinho – “Sociologia Política e Reforma do Sistema Eleitoral” in *Pareceres sobre o Anteprojecto de Reforma da Lei Eleitoral para a Assembleia da República*, Coimbra, Presidência do Conselho de Ministros/Ministério da Ciência e Tecnologia/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1997

Camejo, Francisco Peleção – “A Fonte da Madalena” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Camejo, Francisco Peleção – “A propósito de um tempo que julguei ter perdido” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001

Camões, Luís de – *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora, s. d.

Campos, Bártolo Paiva – *Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social*, Porto, Edições Afrontamento, 1991

Campos, Gabriela e Neto, Félix – “Atitudes das crianças em relação à cor e à etnia” in *Psicologia, Educação, Cultura*, n.º 2, Porto, Dezembro de 2001

Campos, Wagner E. – *Chefia, sua técnica e seus problemas*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989

Camps, Victoria – *El siglo de las mujeres*, Catedra, Madrid, 1998

Camps, Victoria – *Virtudes públicas*, Madrid, Editorial Espasa Calpe, 1996

Canário, Rui – *Educação de adultos. Um campo e uma problemática*, Lisboa, Educação, 1999

Candeias, António; Nóvoa, António e Figueira, Manuel Henrique – *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*, Lisboa, Educa, 1995

Candeias, Hermenegildo – “Classe Especial de Ginástica” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Candeias, Hermenegildo – “O IMPE e a Gymnaestrada de Lisboa 2003” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

Candeias, Hermenegildo – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

Candeias, Hermenegildo e Manaças, José – “Deslocação da Classe Especial de Ginástica do IMPE à R.F.A.” in *Querer é Poder*, n.º 8, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1986

Capel, Horacio – *Filosofia y ciencia en la geografia contemporánea: una introducción a la Geografía*, Barcelona, Barcanova, 1981

Capitanchik, David – *Defense and Public Opinion*, London, The Royal Institute of International Affairs, 1983

Carapeta, C.; Ramires, A. e Viana, M. – “Auto-conceito e participação desportiva” in *Análise Psicológica*, n.º 19, 2001

Cardoso de Oliveira, Roberto – *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, São Paulo, Pioneira Editora, 1976

Cardoso, Carlos – “Saberes e competências, para quê?” in *Jornal a Página da Educação*, ano 12, n.º 125, Julho de 2003

Cardoso, Carlos Manuel Neves – “Referências no Percurso do Multiculturalismo: do assimilacionismo ao pluralismo” in *Inovação*, n.º 9, 1996

Cardoso, Maria de Cabedo – “A Igreja de S. Domingos de Benfica” in *Renascença*, Ano VII, n.º 156, 15 de Setembro de 1937

Caria, T. – “Perspectiva sociológica sobre o conceito de educação e a diversidade das pedagogias” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 12, 1992

Carita, Helder e Cardoso, Homem – *Tratado da Grandeza dos jardins em Portugal*, Lisboa, Edição dos Autores, 1987

Carlos Miguel Lino – “Optimismo e Esperança” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Carmo, António E. S. – “História Breve do 1.º Curso de Pára-quedismo Desportivo do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Carnegie, Dale – *How to win friends and influence people*, New York, Simon and Schuster, 1936

Carneiro, R. – “A Escola: Uma Porta entre o Estado e a Sociedade” in Presidência da República – *Debates: A Educação e o Futuro*, Lisboa, INCM, 1998

Carneiro, Roberto – *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*, Gaia, Fundação Manuel Leão, Gaia, 2001

Carnoy, Martin e Levin, Henry M. – *Schooling and Work in the Democratic State*, Stanford, Stanford University Press, 1985

Carr, Wilfred e Kemmis, Stephen – *Becoming Critical: Education, Knowledge and Action Research*, London and Philadelphia, Falmer Press, 1986

Carrard – *Le Chef: Sa Formation et sa Tâche*, Paris, 1945

Carreira, Henrique Medina – “O que é a Empresa? Do artesão à sociedade multinacional” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 76, Abril a Junho de 1974

Carreiras, Helena – “Diversidade Social nas Forças Armadas: Género e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada” in *Nação e Defesa*, n.º 107, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Primavera de 2004

Carreiro, Marta – “Pupillas, um folhetim feminino... e não só!” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998

Carrilho, Maria – “Forças Armadas, Sociedade e Poder: A Subordinação das Forças Armadas ao Poder Político” in *Nação e Defesa*, n.º 16, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Janeiro a Março de 1980

Carrilho, Maria – “Missões Internacionais das Forças Armadas Portuguesas” in *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático. II Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri, 2001

Carrilho, Maria – “O Processo de Profissionalização Militar no Exército Português (I)” in *Nação e Defesa*, n.º 21, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1982

Carrilho, Maria – “Principais Tendências na Sociologia Militar: Literatura e Selecção Bibliográfica” in *Nação e Defesa*, n.º 7, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Agosto a Outubro de 1977

Carrilho, Maria – *Defesa e Segurança na Opinião Pública Portuguesa*, Lisboa, Bertrand Editora/Instituto de Defesa Nacional, 1995

Carrilho, Maria – *Democracia e Defesa. Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994

Carrilho, Maria – *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX. Para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*, Lisboa, INCM, 1985

Carvalho, J. C. P. – *Imaginário e mitodologia: hermenêutica dos símbolos e estórias de vida*, Londrina, Ed. da UEL, 1998

Carvalho, J. M. – *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987

Carvalho, José Mexia Crespo de – “Colégio Militar. Um Projecto de Formação em Liderança” in *Revista Militar*, n.ºs 2413 e 2414, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Fevereiro e Março de 2003

Carvalho, José Sérgio (org.) – *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*, Petrópolis, Editora Vozes, 2004

Carvalho, Luís Miguel – *Clima de Escola e Estabilidade dos Professores*, Lisboa, Educa, 1992

Carvalho, Luiz P. Macedo – “As Forças Armadas no Século XXI” in *Revista A Defesa Nacional*, n.º 769, 1995

Carvalho, Renato Gil Gomes – “Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria” in *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 39, Madrid, 25 de Junho de 2006

Carvalho, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 3.ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

Castells, Manuel – *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. A Sociedade em Rede*, vol. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2000 e Habermas, Jürgen – *Toward a rational society*, Boston, Beacon Press, 1970

Castells, Manuel – *The Rise of the Network Society*, vol. I, Cambridge, MA, Blackwell, 1996

Castelo-Branco, José Barbosa Canais de Figueiredo – *Estudos Biographicos ou Noticia das Pessoas Retrataadas nos Quadros Históricos Pertencentes à Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874

Castles, Stephen e Wüstenberg, Wiebke – *The Education of the Future: An Introduction to the Theory and Practice of Socialist Education*, London, Pluto, 1979

Castro, Celso – *O Espírito Militar. Um Estudo de Antropologia Social Na Academia Militar das Agulhas Negras*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1990

Castro, D. Fernando de – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, Tomar, Escola Superior de Tecnologia de Tomar – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995

Castro, D. João de – *Obras Completas*, vol. I (edição de Luís de Albuquerque e Armando Cortesão), Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1982

Castro, João Baptista de – *Mappa de Portugal*, Tomo II, Lisboa, Officina Patriarchal de Francisco Luis Ameno, 1763

Castro, Magali de – *Relações de Poder na escola Pública de ensino Fundamental: uma radiografia à luz do Weber e Bourdieu (Dissertação de Doutoramento)*, São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1994

Castro, Manuel de Oliveira e – *A Pastoral Colectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal e o Beneplácito do Estado*, Coimbra, 1911

Castro, Marcelina – “O IMPE recebeu Auditores do Curso de Defesa Nacional” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997

Castro, Marcelina Maria Martins dos Santos – *O IMPE. Escola de Cidadania (Lição inaugural proferida na Sessão Solene de abertura do ano lectivo de 1995/1996)*, policopiado, Lisboa, IMPE, 24 de Novembro de 1995

Catalano, R.; Berglund, M.; Ryan, J.; Lonczak, H. e Hawkins, D. – *Positive Youth Development in the United States: Research Findings on Evaluations of Positive Youth Development Programs*, Seattle, U.S. Department of Health and Human Services, 1999

Catroga, Fernando – “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)” in *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 100, Lisboa, ICS, 1988

Catroga, Fernando – *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª Edição, Lisboa, Editorial Notícias, 2000

Celeux, G. e Soromenho, G. – “An entropy criterion for accessing the number of groups in a mixture model” in *Journal of Classification*, n.º 13, 1996

Célio, Leonardo – “Para bocejar” in *O Profissional*, n.º 30, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Junho de 1920

Celis, Jacqueline de – *Los Grupos de Pressión en las Democracias Contemporáneas*, Madrid, Ed. Tecnos, 1963

Centeno, Eduardo M. – “Crónica desportiva” in *O Profissional*, n.º 24, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Maio e Junho de 1919

- Cerqueira, Cruz – “As imagens e os Painéis de S. Domingos de Benfica” in *Olisipo*, Ano IX, n.º 36, Outubro de 1946
- Certeau, M. – *A Invenção do Quotidiano*, Petrópolis, Vozes, 1994
- Chagas, João – “Aleluia!": Portugal entra na guerra” in *História Contemporânea de Portugal. Direcção de João Medina*, vol. II, s. 1., Multilar, 1988
- Chagas, João – *A Última Crise. Comentários à situação da República Portuguesa*, Porto, s. n., 1915
- Chambel, Maria José e Curral, Luís – *Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Texto Editora, 1998
- Chang, Ch'i-Yun – *China's Ancient Military Geography*, Chinese Culture, vol. II, n.º 3, Taipé, Dezembro de 1959
- Changeux, Jean-Pierre – *Uma ética para quantos?*, Bauru, EDUSC, 1999
- Charles, W. M. – *Honor codes: can they develop integrity in future military leaders?*, U.S. Army Command and General Staff College, 1968
- Charlot, B. e Beillerot, J. (dir.) – *La construction des politiques d'éducation et de formation*, Paris, Presses Universitaires de France, 1995
- Charrier, R. A. – *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Coleção Memória e Sociedade, Lisboa, Difel, 1988
- Chauchard, Paul – “O cérebro e o sistema nervoso” in Gauquelin, Michel e Françoise (dir. científica) – *Dicionário de Psicologia*, Lisboa, Verbo, 1978 [ed. original 1971]
- Chauí, Marilena – *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002
- Cherkaoui, Mohamed – *Les paradoxes de la réussite scolaire*, Paris, PUF, 1979
- Chevalier, Jacques (coord.) – *L'Identité Politique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1994
- Chiavenato, Idalberto – *Administração. Teoria Processo e Prática*, 3.ª Edição, Rio de Janeiro, Makron Books/McGraw-Hill, 2000
- Chiavenato, Idalberto – *Introdução à Teoria Geral da Administração*, 4.ª Edição, Rio de Janeiro, Makron Books/McGraw-Hill, 1996
- Chomsky, Noam – *Discurso da Dissidência*, Lisboa, Dinossauro, 2000
- Ciampa, A.C. – “Identidade” in Codo, W. e Lane, S. T. M. (orgs.) – *Psicologia social: o homem em movimento*, São Paulo: Brasiliense, 1984

- Ciampi, Helenice – “A reconstrução problematizada” in *Revista Brasileira de História*, vol. 13, n.º 25 e 26, São Paulo, Setembro de 1992 a Agosto de 1993
- Citron, Suzanne – *Ensinar a História Hoje. A Memória Perdida e Reencontrada*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 [ed. original 1984]
- Claleja, J. António Garcia – *La Identidad de las Fuerzas Armadas*, Madrid, EME, 1987
- Clark, George – *Seventeenth Century*, New York, Oxford-Galaxy, 1965
- Claus, Offe – *Lo Stato nel Capitalismo Maturo*, Milano, Etas Libri, 1979
- Clausewitz, Carl von – *Da Guerra*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d. [ed. original 1832]
- Clause, A. – *A Relatividade Educativa*, Coimbra, Almedina, 1976
- Claval, Paul – *La Géographie Culturelle*, Paris, Nathan, 1995
- Cleary, Thomas (trad.) – *Zen Lessons. The Art of Leadership*, Boston, Shambhala Publications, 1993
- Clegg, Stuart – *Modern Organizations: Organizational Studies in the Postmodern World*, Londres, Sage, 1990
- Clevenot, Michel – *Les religions dans le monde actuel*, Besançon, CRDP, 1995
- Clogg, C. C. – “Latent class models” in Arminger, G.; Clogg, C. C. e Sobel, M. E. (eds.) – *Handbook of statistical modelling for the social and behavioral sciences*, New York, Plenum 1995
- CML (org.) – *Lisboa e o Tejo na Aeronáutica*. [catálogo da] *Exposição Biblio-Iconográfica*, 1959, imagens em folha não paginada
- CML/CMT – *Correia Barreto. 1853-1939. Fundador dos Pupilos do Exército*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Comissão Municipal de Toponímia, Novembro de 2004
- Coakley, Jay – *Sport in Society: Issues and Controversies*, 5.ª Edição, St Louis, Mosby, 1994 [ed. original 1978]
- Coates, Charles H. e Pellegrin, Roland J. – *Military Sociology. A Study of American Military Institutions and Military Life*, Washington D. C., The Social Science Press/University Park, 1965
- Coelho, Aluno 290/92 – “O IMPE no Dia do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005
- Coelho, Carlos – “Reflexão” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 195, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2004

- Coelho, Castro – “O Nosso Espaço” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 185, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2002
- Coelho, José – “O Clube de Ciências do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996
- Coelho, José – “O Ministro da Defesa Nacional presidiu às Cerimónias de Abertura Solene do Ano Lectivo de 1994/95” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995
- Coelho, P. M. Laranjo – *Cartas de El-Rei D. João IV para Diversas Autoridades do Reino*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940
- Coelho, Pinto – “A Educação Cívica nas Escolas” in *Nação e Defesa*, n.º 75, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho a Setembro de 1995
- Coelho, T. – *Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário*, São Paulo, Iluminuras, 1997
- Coelho, Trindade – *Manual Político do Cidadão Português*, 2.ª Edição, Lisboa, Livraria Ferreira, 1908
- Cohen, A. P. – *The symbolic construction of community*, London, Tavistock, 1985
- Cohen, L.; Manion, L. e Morrison, K. – *Research methods in education*, 5.ª Edição, Londres, Routledge, 2000
- Coleman, James (eds.) – *Education and Political Development*, Princeton, Princeton University Press, 1965
- Collin, Françoise – “Les langues sexuées de l'éthique” in *Ethica*, vol. VI, n.º 2, 1994
- Collins, R. – “Functional and conflict theories of educational stratification” in *American Sociological Review*, vol. 36, 1971
- Comando de Instrução – “A Instrução no Exército em Tempo de Mudança” in *Jornal do Exército*, n.º 487, Lisboa, EME, Julho de 2000
- Comando do Pessoal/Exército Português/MDN – *Almanaque do Exército 1999*, Lisboa, Comando do Pessoal, Janeiro de 1999
- Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática – *Relatório*, Lisboa, ASMIR-ANS-AOFA-APA, Setembro de 2006
- Comissão Europeia – “Ser cidadão da União” in *Liberdade, Segurança e Justiça para Todos. Justiça e assuntos internos na União Europeia*, Série A Europa em Movimento, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004

Comte, Auguste – *Cours de Philosophie Positive*, 5.^a Edição, tomo I (6 vols.), Paris, Schleicher Frères Éditeurs, 1907-1908

Conceição, Cláudio da – *Gabinete Histórico*, Tomo VII, Lisboa, Impressão Régia, 1820

Conklin, P. J. (ed.) – *Ethics, Leadership, and Interdependence*, Charlottesville, Federal Executive Institute/U.S. Civil Service Commission, 1975

Connell, R. – “How to supervise a PhD” in *Vestes*, vol. 28, n.º 2, 1985

Connell, R. W. – *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*, Stanford, Stanford University Press, 1987

Connerton, Paul – *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993 (ed. original Connerton, Paul – *How societies remember*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989)

Constituições Synodaes do Bispado da Guarda: Impressas por mandado do Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom Francisco de Castro, Bispo da Guarda e do Conselho de Sua Majestade, Lisboa, Officina de Pedro Craesbeeck, 1621

Contreras, J. – “Autonomia por decreto? Paradojas en la redefinición del trabajo del professorado” in Barbosa, M. (ed.) – *Olhares sobre educação, autonomia e cidadania*, Braga, Universidade do Minho, 1999

Cooley, Charles Horton – “Social Consciousness” in *Proceedings of the American Sociological Society*, n.º 1, 1907

Cooley, Charles Horton – *Human Nature and the Social Order*, Revised Edition, New York, Charles Scribner's Sons, 1922 [ed. Original 1902]

Cooley, V. E. – “a Study to determine the effect of extracurricular participation on student alcohol and drug use in secondary schools” in *Journal of Alcohol and Drugs Education*, n.º 40, 1995

Coontz, Stephanie – *The Way We Never Were: American Families and the Nostalgia Trap*, New York, Basic Books, 1992

Corado, Fernando – “A Futura Associação” in *O Profissional*, n.º 36 Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Março de 1921

Corazza, Sandra M. – *História da Infância: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*, Porto Alegre, UFRGS/PPGEdu, 1998

Corrêa, Roberto Lobato – “A dimensão cultural do espaço: alguns temas” in *Espaço e Cultura*, n.º 1, Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, Outubro de 1995

Correia, Borges – “Trocadilhos. Valor Etimológico dos Vocábulos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006

Correia, David José Barroso – “Evolução e Tradição” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997

Correia, Dias – “Atletismo. Qualidades do bom Atleta” in *Querer é Poder*, n.º 23, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991

Correia, J. A. – “A Educação em Portugal no limiar do século XXI: perspectivas de desenvolvimento futuro” in *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 2, 1994

Correia, Jorge – “Corta Mato do Natal” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991

Correia, José Alberto – *Inovação Pedagógica e Formação de Professores*, Porto, Edições ASA, 1989

Correia, M. A. Borges – “A omissão vs o contradizer-mo-nos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 192, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2004

Correia, M. A. Borges – “Editorial. O 'Esticar' da Corda” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 195, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2004

Correia, M. A. Borges – “Fugindo da 'avestruz'... Ensino Secundário – Ranking Escolar 2003/2004” in Anexo ao *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 194, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2004

Correia, M. A. Borges – “'Pedrinhas' no Charco III” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 193, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2004

Correia, M. A. Borges – “Reflexões. 'Parceria Mais Ampla'” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 199, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2005

Correia, M. A. Borges – “Reflexões. Parceria mais ampla” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 190, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2003

Correia, Manuel A. Borges – *Discurso Introdutório ao Projecto: O que queremos fazer dos 'Pupilos do Exército'?*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 2006

Correia, Manuel A. Borges – *Projecto: O que queremos fazer dos 'Pupilos do Exército'?*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril de 2006

Correia, Pedro Pezarat – “Velhas e Novas Cartografias dos Conflitos” in Pureza, José Manuel (org.) *et al.* – *Para uma Cultura da Paz*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001

Correia, Vando – “O Enterro de Carnaval de 2002/2003” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

Cortesão, Jaime – “O Império Português no Oriente até 1557” in Peres, Damião (dir.) – *História de Portugal*, vol. 4, Barcelos, Portucalense Editora, 1932

Cortesão, Luíza – *Escola, Sociedade: que relação?*, 2.ª Edição, Porto, Edições Afrontamento, 1988

Coser, Lewis – *The Functions of Social Conflict*, Glencoe, Free Press, 1956

Cosgrove, Denis – “A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas” in Corrêa, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny – *Paisagem, tempo e cultura*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998

Cosidó, Ignacio – *El Servicio Militar en los 90: Perspectivas de Cambio*, Madrid, Fundación José Canalejas, 1996

Costa, A. S. – *Análise Social do Desporto*, Porto, Faculdade de Letras/UP, 1992

Costa, Afonso – *A Igreja e a Questão Social*, Coimbra, 1895

Costa, Alice Nunes da – “Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial” in *Oficina do CES*, n.º 230, Coimbra, Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 2005

Costa, António Baptista da – “Abertura do ano escolar” in *O Profissional*, n.ºs 43 e 44, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Novembro de 1921

Costa, António Cardoso Ferreira da – “O Instituto: Portas para o Futuro” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 200, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2006

Costa, António Ferreira da – “Alocução na Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 95/96” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996

Costa, António Ferreira da – “Instituições de Ensino. Optimizar? Obviamente. Fechar? Não!” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 186, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2002

Costa, António Ferreira da – “Instituições Militares de Ensino. Optimizar? Obviamente. Fechar? Não!” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 186, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2002

- Costa, Fernando das Neves – “Torneio de Mini-Trampolim Inter-Escolas” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988
- Costa, General Gomes da – *Memórias*, Lisboa, 1930
- Costa, Jorge Adelino – *Imagens Organizacionais da Escola*, Porto, Edições ASA, 1996
- Costa, Jurandir F. – *Psicanálise e Contexto Cultural*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989
- Costa, Manuel V. Braz da – “Forças Armadas e Sociologia” in *Nação e Defesa*, n.º 31, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho a Setembro de 1984
- Costa, Márcio da – “A Educação em Tempos de Conservadorismo” in Gentili, Pablo (org.) – *Pedagogia da Exclusão*, 2.ª Edição, Petrópolis, Vozes, 1995
- Costa, Pe. António Domingos da – “Dominicanos” in Serrão, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d. [ed. original 1971]
- Costa, Ricardo Jorge – “A escola é discriminadora” in *Jornal a Página da Educação*, ano 13, n.º 138, Outubro 2004
- Costa, Ricardo Jorge – “Fala-se em educar para cidadania e, paradoxalmente, a escola não cuida as relações interpessoais e não desenvolve competências sociais” in *Jornal a Página da Educação*, ano 11, n.º 118, Dezembro 2002
- Costa, Ricardo Jorge – “Hoje, mais do que nunca, os professores são educadores para o futuro” in *Jornal a Página da Educação*, ano 12, n.º 125, Julho 2003
- Cot, Jean-Pierre e Mounier, Jean-Pierre – *Para uma Sociologia Política*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975
- Cotrim, A. M. – *Educação Intercultural: Abordagens e Perspectivas*, Lisboa, Ministério da Educação, 1995
- Cotton, Charles in Moskos, Charles C. e Wood, Frank, R. – *The Military: More than Just a Job?*, London, Pergamon-Brassey’s, 1988
- Coulon, A. – “Ethnométhodologie et éducation” in *Revue Française de Pédagogie*, n.º 82, 1988
- Courtois, Gaston – *A Arte de ser Chefe*, Lisboa, Livraria Sampedro Editora, 1956
- Cox, Robert – “Civil society at the turn of the millennium: prospects for na alternative world order” in *Review of International Studies*, vol. 25, n.º 1, 1999
- Cravinho, João Gomes – *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002
- Crespo, Vítor – *Ganhar Bolonha, Ganhar o Futuro*, Lisboa, Gradiva, 2003

Creswell, John W – *Research design: qualitative & quantitative approaches*, Thousand Oaks, Sage Publications, 1994

Cristovam, Maria Luísa – “A participação dos trabalhadores na modernização da empresa” in *Organizações e Trabalho*, n.º 1, 1989

Crozier, Michel e Friedberg, Erhard – *L’acteur et le système. Les contraintes de l’action collective*, Paris, Ed. Seuil, 1977

Cruz, A. Ribeiro da – *O Militar e a Sociedade Portuguesa. As Exigências de Carreira, a Formação e o Ensino Militar*, Lisboa, IAEM, 1994.

Cruz, Carlos – “Página do Graduado. Valeu a pena?” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988

Cruz, Manuel Braga da – “A formação para a cidadania e as instituições da sociedade civil” in *Brotéria*, n.º 145, Lisboa, Brotéria – Associação Cultural e Científica, 1997

Cruz, Manuel Braga da – “A liberdade religiosa: dos direitos individuais aos direitos sociais” in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, 2002

Cruz, Manuel Braga da – “Europeísmo, nacionalismo, regionalismo” in *Análise Social*, vol. XXVII, n.ºs 118 e 119, Quarta série, Lisboa, ICS, 1992

Cruz, Manuel Braga da – “O Estado Novo e a Igreja Católica” in Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*, vol. XII, Portugal e o Estado Novo. Coordenação de Fernando Rosas, Lisboa, Ed. Presença, 1990

Cruz, Manuel Braga da – *As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980

Cruz, Manuel Braga da – *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, D. Quixote, 1986

Cruz, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo – *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma História Estrutural*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993

Csikszentmihalyi, M. – *Fluir: A Psicologia da Experiência Ótima*, Lisboa, Relógio de Água, 2002

Cullen, D. J.; Pearson, M.; Saha, L. e Spear, R. H. – *Establishing Effective PhD Supervision*, Australian Government Publishing Service, Canberra, Higher Education Division, Evaluation and Investigations Program, 1994

Cunha, Carlos e Rito, Ricardo – “Efemérides Pilónicas” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999

- Cunha, Carlos; Rito, Ricardo e Duarte, Nuno – “Efemérides Pilónicas” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998
- Cunha, M. I. da – *O bom professor e sua prática*, 8.ª Edição, Campinas, Papirus, 1989
- Cunha, Miguel Pina e; Marcelino, Ana Regina e Rego, Arménio – “Na Senda de Elevados Desempenhos” in *Dirigir*, n.ºs 77 e 78, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Janeiro a Abril de 2002
- Cunha, Pedro d’ Orey – “A formação moral no ensino público. Evolução de uma ideia” in *Brotéria*, n.º 138, Lisboa, 1994
- Cunha, Pedro d’Orey – *Ética e Educação: “Educação do carácter”*, Lisboa, UCP, 1996
- Cupertino, Joaquim Luís – “Os Factores Morais e os Aspectos Morais da Defesa” in *Nação e Defesa*, n.º 25, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Janeiro a Março de 1983
- Cupertino, Joaquim Luís – *Deontologia Militar*, Reedição de 1985, Lisboa, Academia Militar, 1985
- Curates, Eurico Manuel – “IMPE: Identidade, Mudança e Prospectiva Estratégica” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005
- Currito, Gastão – “Analisando o Desporto ‘Pilónico’” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 10, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1958
- Curtis, J.; McTeer, W. e White, P. – “Exploring effects of school sport experiences on sport participation in later life” in *Sociology of Sport Journal*, vol. 16, n.º 4, 1999
- Curto, P. M. – *A Escola e a Indisciplina*, Coleção Educação, Porto, Porto Editora, 1998
- D’Arcy, Eric – *Human acts: an essay in their moral evaluation*, Oxford, Clarendon Press, 1963
- Dahl, R. – “The concept of power” in *Behavioral Science*, Baltimore, International Society for the Systems Sciences, 1957
- Damatta, Roberto – *Exploração: um ensaio de sociologia interpretativa*, Rio de Janeiro, Rocco, 1986
- Dandeker, Christopher – “L’Entrée dans le XX^e Siècle” in Boene, Bernard e Dandeker, Christopher (Coords.) – *Les Armées en Europe*, Paris, Éditions la Découverte, 1998
- Dantas, E. H. M – *A Prática da Preparação Física*, Rio de Janeiro, Shape, 1995
- David, M; Gal, R.; François, L.; Voeltzel, L. e Ferré, A.– *Temas de Psicopedagogia Escolar: O professor e os alunos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978
- Dayrell, Juarez – *A escola como espaço sociocultural: múltiplos olhares sobre a educação e cultura*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999

Dayton, C. Mitchell – “Latent class scaling analysis” in *Quantitative Applications in the Social Sciences Series*, n.º 126, Thousand Oaks, Sage Publications, 1998

De Bruyne, Paul de; Herman, Jacques e De Schoutheete, Marc de – *Dynamique de la recherche en sciences sociales: les pôles de la pratique méthodologique*, Paris, PUF, 1975

De Gaulle, General Charles – *The Army of the Future*, London, Hutchinson & Co. Ltd., s. d.

De Ketele, Jean-Marie e Roegiers, Xavier – *Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observação, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999

De Pree, Max – *Liderar é uma Arte*, Lisboa, Difusão Cultural, 1989

Defarges, Philippe Moreau – *A Mundialização. O fim das fronteiras?*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997 [ed. original 1993]

Defrance, Jacques – *Sociologie du sport*, Paris, La Decouverte, 1995

Del Bayle, Jean-Louis Loubet – *Introduction aux Méthodes des Sciences Sociales*, Toulouse, Editions Privat, 1991 [ed. original 1978]

Delannoi, Gil e Taguief, Pierre-André (coord.) – *Théories du Nationalisme. Nation, Nationalité, Ethnicité*, Paris, Kimé, 1991

Delas, Jean-Pierre e Milly, Bruno – *Histoire des Pensées Sociologiques*, Paris, Éditions Sirey, 1997

Deleuze, Gilles – “Hume” in *História da Filosofia*, vol. 2, Lisboa, Dom Quixote, 1981

Delgado, Juan Manuel e Gutiérrez, Juan (eds.) – *Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales*, Madrid, Editorial Síntesis, 1994

Delors, Jacques *et al.* – *Educação: um tesouro a descobrir*, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, Paris/Unesco, Rio Tinto/ASA, 1996

Demerath, N. J. e Peterson, Richard A. (eds.) – *System Change and Conflict*, New York, Free Press, 1967

Demolins, Edmond – *Os Alгло-Saxões. Causas da sua superioridade*, Trad. de João do Minho, Porto, 1917

Denis, Henri – *História do Pensamento Económico*, 5.ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1987

Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. (eds.) – *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*, California, Sage Publications, 1998

Denzin, Norman K. – *Sociological Methods: a Sourcebook*, New York, McGraw-Hill, 1978

Derouet, J.-L. – “Désaccord et arrangements dans les collèges (1981-1986) – Éléments pour une sociologie des établissements scolaires” in *Revue Française de Pédagogie*, n.º 83, 1988

Derruau, Max – *Geografia Humana*, vol. 2, Lisboa, Presença, 1973

Descartes, R. – *O Discurso do Método*, 2.ª Edição (com tradução e esclarecimentos de António Monteiro e Luís Martins), Lisboa, Editora Replicação, 1993

Deusdado, F. – *Educadores Portugueses*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1995

Dewey, John – *Vida e Educação*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1971

DGES – *Avaliação da Experiência Pedagógica do ensino técnico-profissional. Relatório final*, Porto, DGES, 1988

DGO – *Projecto de Relatório de Auditoria ao Exército – Forças Nacionais Destacadas*, Lisboa, Direcção-Geral do Orçamento/2.ª Delegação, 10 de Janeiro de 2007

Diamond, Larry e Plattner, Marc (eds.) – *Civil-Military Relations and Democracy*, London, The Johns Hospkins Press, 1996

Dias, Augusto – “67.º Aniversário da Associação. Sessão Solene” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 172, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 1999

Dias, Augusto – “Boletim APE. 60 Anos de Publicação” in *Querer é Poder*, n.º 190, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2003

Dias, Augusto – “Campeonato Nacional de Juniores (Espada/Individual)” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 197, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2005

Dias, Augusto – “Esgrima Pilónica” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 196, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2005

Dias, Augusto – “Fardamento Limpinho” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 144, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 1992

Dias, Augusto – “Hino Pupilos do Exército” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 182, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2003

Dias, Augusto – “Notícias do Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 188, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2003

Dias, Augusto – *Centenário dos Pupilos do Exército (1911-2011). Comemorações (Algumas Sugestões)*, policopiado nos arquivos da APE, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Agosto de 2004

Dias, M. e Nunes, M. – *Manual de métodos de estudo*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1998

Dias, Marina Tavares – *Lisboa Desaparecida*, vol. 3, Lisboa, Quimera Editores, 1992

Dichter, E. – *Motivating Human Behavior*, New York, McGraw-Hill, 1971

Dinis, José António – *Guerra da Informação. Perspectivas de Segurança e Competitividade*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005

Diniz, José – “25 de Maio de 2001. 90 Anos de Querer e Saber” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001

Diniz, José – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998

Diniz, José – “O Pilão é o maior na Orientação” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998

Diniz, José – “A Imprensa Pilónica” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Diniz, José – “Ténis de Mesa em alta” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998

Diniz, José Machado – “Artes e Letras’ no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995

Direcção – “A Associação dos ex-Pupilos” in *O Profissional*, n.º 35, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 1921

Direcção – “Apresentação” in *O Profissional*, n.º 1, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, 31 de Janeiro de 1916

Direcção – “As Eleições aproximam-se. A Associação está mais viva mas há que pensar na sua renovação” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 130, Janeiro a Março de 1989

Direcção – “General Correia Barreto” in *O Profissional*, n.º 47, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 1922

Direcção da APE – “Projecto de Reenquadramento Estratégico do Instituto Militar dos Pupilos do Exército” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 199, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2005

Direcção da APE – “Recurso Contencioso. A um despacho do CEME” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 184, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2002

Direcção da APE – “Rescaldo do Ultramar” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 52, Novembro a Dezembro de 1968

Direcção da APE – *Projecto de Reenquadramento Estratégico do Instituto Militar dos Pupilos do Exército*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 15 de Janeiro de 2006

Direcção de Documentação e História Militar – *Armorial do Exército Português*, Lisboa, DDHM, 1996

Direcção de Finanças – *Circular n.º 12/2006. Cumprimento de Formalidades Legais para a Realização de Despesas*, Lisboa, Repartição de Gestão Orçamental/Direcção de Finanças, 27 de Junho de 2006

Direcção do Mensário – “Apresentação” in *O Profissional*, n.º 1, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 31 de Janeiro de 1916

Dollfus, Olivier – *A Globalização*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999 [ed. original 1998]

Domingos, A.; Barradas, H.; Rainha, H. e Neves, I. P. – *A teoria de Bernstein em sociologia da educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986

Domingues, Joaquim – *Filosofia Portuguesa para a Educação Nacional: introdução à obra de Álvaro Ribeiro*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1997

Doorman, Frans *et al.* – *La Metodologia del Diagnostico en el Enfoque “Investigacion Adaptativa”*, Heredia, Universidad Nacional, 1991

Dornbusch, R. e Helmers, F. Leslie C. H. – *Economia Aberta. Instrumentos de Política Económica nos Países em Vias de Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991

Dornbush, Sanford M. – “The military academy as an assimilating institution” in *Social Forces*, XXXIII, May’ 1955

Drevillon, J. – “L’Identité: un processus d’individuation” in *Identités Collectives et Travail Social*, Toulouse, Privat, 1979

Driver, B.; Brown, P. e Peterson, G. – *Benefits of leisure*, Pennsylvania, Venture Publishins, 1991

Drucker, Peter Ferdinand – *Managing for Results*, Londres, Heineman, 1994 [ed. original 1964]

Drucker, Peter Ferdinand – *O Gerente Eficaz*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968

Drucker, Peter Ferdinand – *The Practice of Management*, Oxford, Butterworth Heinemann, 1996 [ed. original 1955]

Duarte – “Remo” in *Querer é Poder*, n.º 4, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Julho a Agosto de 1985

Duarte, Jorge – “A Récita do 12.º Ano” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

Duarte, Jorge – “Entrevista ao Sr. Coronel Borges Correia, Presidente da Direcção da APE” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Duarte, José Maria Gonçalves – “A minha experiência no Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994

Duarte, Maria de Jesus – “Estreitamento das relações culturais com o Instituto D. João de Castro” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Duarte, Nuno; Luís, Pedro e Cunha, Carlos – “A ‘Jacarezada’ nasceu há 50 anos” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998

Dubar, C. – *La socialization. Construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, A. Colin, 1991

Dubar, Claude – *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, Porto, Porto Editora, 1994

Dubas, J. S. e Snider, B. A. – “The role of community-based youth groups in enhancing learning and achievement through non-formal education” in Lerner, R. M. (eds.) - *Early Adolescence: Perspectives on Research, Policy, and Intervention*, Hillsdale, Erlbaum, 1993

Dubet, François – “As desigualdades multiplicadas” in *Revista Brasileira de Educação*, n.º 1, Campinas, Anped/Autores Associados, 2001

Dubet, François; Cousin, Olivier e Guillemet, Jean-Philippe – “Mobilisation des établissements et performances scolaires: le cas des collèges” in *Revue Française de Sociologie*, vol. 2, n.º 30, 1989

Dumazedier, Jofre – *Sociologia Empírica do Lazer*, São Paulo, Perspectiva, 1976

Duneier, Mitchell – *Sidewalk*, New York, Farrar, Straus and Giroux, 1999

Dunivin, Karen O. – “Military Culture: Change and Continuity” in *Armed Forces and Society*, vol. 20, n.º 4, N. Jersey, Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, Summer 1994

Dunning, Eric – *Sport Matters: Sociological studies of sport, violence and civilization*. London: Routledge, 1999

Dunning, Eric e Coakley, J. (eds.) – *Handbook of sport studies*, London, Sage, 2000

- Durand , G. – *Estruturas Antropológicas do Imaginário*, São Paulo, Martins Fontes, 1997
(ed. original Durand, Gilbert – *Les Structures Anthropologiques de l'imaginaire*, Paris, Bordas, 1969)
- Durkheim, Émile – *A Ciência Social e a Acção*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975
- Durkheim, Émile – *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Presença, 1980
- Durkheim, Émile – *De la Division du travail social*, 7.ª Edição, Paris, PUF, 1960 [ed. original 1893]
- Durkheim, Émile – *Educação Física e Sociologia do Esporte*, Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1990
- Durkheim, Émile – *Educación y Sociología*, Buenos Aires, Editorial Shapire, 1973
- Durkheim, Émile – *L'évolution pédagogique en France*, Paris, Quadrige/Presses Universitaires de France, 1990 [ed. original 1938]
- Durkheim, Émile – *Moral Education*, Nova York, The Free Press, 1971 [ed. original 1925]
- Durkheim, Émile – *Sociologia, Educação e Moral*, Porto, Rés-Editora, 1984
- Durkheim, Émile – *Sociologie de l'Éducation*, Paris, PUF, 1911
- Durkheim, Émile – *Sociologie et philosophie*, Paris, PUF, 1963 [ed. original 1925]
- Durkheim, Émile – *The Evolution of Educational Thought: Lectures on the Formation and Development of Secondary Education in France*, Trad. de Peter Collins, London, Routledge & Kegan Paul, 1977
- Duru, M. e Mingat, A. – “Facteurs institutionnels de la diversité des carrières scolaires” in *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, 1987
- Duverger, Maurice – *Ciência Política, Teoria e Método*, 3.ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981
- Eccles, J. S. e Wigfield, A. – “Motivational beliefs, values and goals” in *Annual Reviews Psychology*, n.º 53, 2002
- Edmonds, Martin – *Armed Services and Society*, Leicester, Leicester University Press, 1988
- Eggleston, J. – *Sociologia del currículo escolar*, Buenos Aires, Troquel, 1980
- Elias, N. e Dunning, E. – “O lazer no espectro do tempo livre” in Elias, N. – *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992
- Elias, N. e Dunning, E. – *The Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process*, Oxford, Blackwell, 1986
- Elias, Norbert – *Du Temps*, Paris, Fayard, 1996
- Elias, Norbert – *Introdução à Sociologia*, 2.ª Edição, Lisboa, Edições 70, 1980

Elmore, R. F. – “Reform and the culture of authority in schools” in *Educational Administration Quarterly*, vol. 23, n.º 4, November 1987

Equipa Dinamizadora da Mediateca Escolar – “A Escola de hoje” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998

Erickson, Erick H. – *Adolescence et Crise: la quête de l'identité*, Collection Champs, Paris, Flammarion, 1972

Erickson, Frederick – “Conceptions of school culture: an overview” in *Educational Administration Quarterly*, vol. 23, n.º 4, Fall 1987

Erickson, Frederick – “Qualitative research on teaching” in Wittrock, M. – *Handbook of research on teaching*, New York, MacMillan, 1986

Erikson, E. – *Adolescence et Crise. La Quête de L'Identité*, Paris, Flammarion, 1972

Espeleta, J. e Rockwell, E. – *Pesquisa participante*, São Paulo, Cortez, 1996

Esperança, Alfredo – “Novo ano, Apelo Antigo” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 75, Janeiro a Março de 1974

Esperança, Alfredo – “O Pai Nini” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 87, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 1977

Esperança, Alfredo – “Perfil de um Director” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 88, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 1977

Esperança, Alfredo – “Salvé Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 18, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1960

Esperança, Alfredo – “Santos Lino” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 92, Abril a Junho de 1979

Espiguiinha, Pedro – “Clube de Teatro” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Espiguiinha, Pedro – “Do Princípio” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 195, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2004

Espiguiinha, Pedro – “Notícias da Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Esping-Andersen, Gosta – “Introduction”, “Post-Industrial Class Structures: An Analytical Framework” e “Mobility Regimes and Class Formation” in Esping-Andersen, Gosta (eds.) – *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres, Sage/International Sociological Association, 1993

Estêvão, C. V. e Afonso, A. J. – “Contextos organizacionais e construção da identidade profissional: profissionalidade docente nos ensinos público e privado” in *Inovação*, vol. 4, n.º 2 e 3, Lisboa, Instituto da Inovação Educacional, 1991

Esteves, Manuel da Conceição – *Actividades Circum-Ecolares. Ano Lectivo 1989/90*, Separata da Revista *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990

Estrela, A. – “Formação contínua de professores” in Nóvoa, A. e Popkewitz, T. S. (orgs.) – *Reformas educativas e formação de professores*, Lisboa, Educa, 1992

Estrela, A. e Rodrigues, P. (orgs.) – *Para uma Fundamentação da Avaliação em Educação*, Lisboa, Edições Colibri, 1995

Estrela, M. T. – “Algumas considerações sobre o conceito de profissionalismo docente” in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, vol. XX, 1986

Estrela, M. T. – *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*, Porto, Porto Editora, 1994

Etzioni, Amitai – *Organizações Modernas*, São Paulo, Pioneira Editora, 1984 [ed. original 1964]

Eugénio, Luís Beja – “A Transformação das Forças Armadas em Portugal” in *Revista Militar*, n.º 2410, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Novembro de 2002

F., B. – “A Nossa Associação em toda a sua Admirável Vitalidade. As Assembleias Gerais sobre a Nova Sede. Reuniões de Convívio” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 53, Janeiro a Fevereiro de 1969

Falcão, Miguel – “A Assistência religiosa às Forças Armadas e o Ordinariato Castrense de Portugal”, X Jornadas de Direito Canónico (Fátima) in Vários – *Relações Igreja-Estado em Portugal*, Lisboa, Universidade Católica/Centro de Estudos de Direito Canónico, 2002

Faria, António Portugal de – *Portugal e Itália*, vol. 2, Livorno, Tip. Raffaello Giusti, 1901

Faria, Brigadeiro Oliveira – “Alocução na Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 93/94” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994

Farinha, Santos – *Igreja Livre*, Lisboa, 1911

Farr, R. – “Representações sociais: a teoria e sua história” in Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (org.) – *Textos em representações sociais*, Petrópolis, Vozes, 1995

Farrel, David M. – *Comparing Electoral Systems*, London/New York, Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf, 1997

Fauconnet, Paul – *Educação e Sociologia*, São Paulo, Melhoramentos, 1973

- Fearing, Franklin – “A Comunicação Humana” in Cohn, Gabriel (org.) – *Comunicação e Indústria Cultural*, 5.ª Edição, S. P., T. A. Queiroz, 1987
- Featherstone, Mike – *Undoing culture: globalization, postmodernism and identity*, London, Sage, 1995
- Feaver, Peter D. – “The Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control” in *Armed Forces and Society*, vol. 23, n.º 2, N. Jersey, Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, 1996
- Fejgin, N. – “Participation in High School Competitive Sports: A Subversion of School Mission or Contribution to Academic Goals?” in *Sociology of Sport Journal*, vol. 11, n.º 3, 1994
- Félis, António Bagão – “Reflexões sobre a Família no Limiar do Século XXI” in *Traços da Família Portuguesa*, Direcção-Geral da Família, Lisboa, INCM, 1994
- Fernandes, A. Teixeira – *A sociedade e o Estado. Sociologia das formações políticas*, Porto, Edições Afrontamento, 1997
- Fernandes, António José – *Introdução à Ciência Política. Teorias, Métodos e Práticas*, Porto, Porto Editora, 1995
- Fernandes, António T. – *O Social em Construção*, Porto, Figueirinhas, 1983
- Fernandes, Artur – “Baile de Finalistas” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999
- Fernandes, Artur – “I Barretuna” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000
- Fernandes, Mariz – “A Nova Ordem Internacional e as Forças Armadas” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 31, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1994
- Fernandes, Rogério – *João de Barros. Educador Republicano*, Lisboa, Horizonte, 1971
- Fernandes, Rogério – *O Pensamento Pedagógico em Portugal*, 2.ª Edição, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992
- Ferrão, Carlos – *História da 1ª República*, Lisboa, 1976
- Ferraroti, Franco – *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Librairie des Méridiens, 1983 [ed. original 1981]
- Ferreira – “Homenageada a Memória do Dr. Robalo Gouveia” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986
- Ferreira, Alexandre – “O Carnaval no Pilão e as suas tradições” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996

Ferreira, Américo de Abreu – “Comemorações do 95.º Aniversário do IMPE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006

Ferreira, Américo de Abreu – “Dinamizar a Associação. Valorizar o Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 196, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2005

Ferreira, Américo de Abreu – “Editorial. IPPE+ITMPE+IMPE=PILÃO” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006

Ferreira, Américo de Abreu – “Editorial” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 197, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2005

Ferreira, Américo de Abreu – “Editorial” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 202, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2006

Ferreira, Américo de Abreu – “Editorial” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 203, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2006

Ferreira, Américo de Abreu – “Notícias do Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006

Ferreira, Américo de Abreu – *Intervenção do Presidente da Direcção da APE na Assembleia Geral de 25 de Maio de 2006*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 2006

Ferreira, António Aurélio da Costa – *A Educação Moral e Religiosa nos Colégios Jesuítas*, Lisboa, 1910

Ferreira, Brandão – “As Forças Armadas como Grupo Social” in *Jornal do Exército*, n.º 540, Lisboa, EME, Maio de 2005

Ferreira, Brandão – *A Inserção das Forças Armadas na Sociedade*, Lisboa, 2003

Ferreira, Fr. Manuel; Cunha, Pe. Nuno da e Vel, Fr. António – *Orações Funebres nas Exequias que o Tribunal do Santo Officio fez ao Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Bispo D. Francisco de Castro, Inquisidor Geral destes Reinos, e Senhorios, do Conselho de Estado de Sua Majestade*, Lisboa, Officina Craesbeckianna, 1654

Ferreira, G. L. Santos – *Armorial Português. Vocabulário Heráldico*, Lisboa, Livraria Universal, 1923

Ferreira, Graça e Calamote, Fátima – “Grupo Coral do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 3, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1985

Ferreira, J. M. Carvalho; Peixoto, João; Carvalho, Anabela Soriano; Raposo, Rita; Graça, João Carlos; Marques, Rafael – *Sociologia*, Lisboa, McGraw-Hill, 1995

Ferreira, João – “Orientação. O Pilão continua imparável” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999

Ferreira, João Abreu – “II Jogos Florais do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 11, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Julho de 1987

Ferreira, José Medeiros – *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Ed. Estampa, 1992

Ferro, António – *Salazar*, Lisboa, Edições do Templo, 1978

Ficarrota, J. Carl – “Are Military Professionals Bound by Higher Moral Standard?” in *Armed Forces Society*, vol. 24, n.º 1, N. Jersey, Inter University Seminar on Armed Forces and Society, Fall 1997

Fidalgo, F. – “Da competição à cooperação” in *Executive Digest*, n.º 51, Linda-a-Velha, Janeiro de 1999

Fiévet, Gil – *Da Estratégia Militar à Estratégia Empresarial*, Mem-Martins, Editorial Inquérito, 1993

Figari, G. – *Avaliar: Que Referencial?*, Porto, Porto Editora, 1996

Figler, S. K. e Whitaker, G. – *Sport and play in American life*, Dubuque, Brown & Benchmark, 1995

Figueira, Fernando Ferreira – “Instituto Amado” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994

Figueiredo, António Dias de – “Redes e Educação: A Surpreendente Riqueza de um Conceito” in *Conselho Nacional de Educação*, Lisboa, Ministério da Educação, Maio de 2002

Figueiredo, Ilda – *Educação para a Cidadania*, Porto, Asa, 2000

Filho, Lourenço – *A pedagogia de Rui Barbosa*, 2.ª Edição, São Paulo, Melhoramentos, 1956

Filloux, J. e Maisonneuve, J. – *Anthologie des Sciences de l'homme: 1. Des précurseurs aux fondateurs*, Paris, Dunod, 1991

Filoramo, Giovanni e Prandi, Carlo – *As Ciências das Religiões*, São Paulo, Paulus, 1999

Fiolhais, C. – *A coisa mais preciosa que temos*, Lisboa, Gradiva, 2003

Firth, Raymond – “Social Organization and Social Change” in *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 84, 1954

Firth, Raymond – *Elements of Social Organization*, Boston, Beacon Press, 1963

- Fiske, John – “Shopping for pleasure” in *Reading the Popular*, Londres, Routledge, 1989
- Fletcher, John – *Técnicas de Entrevista*, Lisboa, Editorial Presença, 1991
- Foddy, William – *Como Perguntar – Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta Editora, 1993
- Fondation Roc Baudoin – *L'école n'est pas toute seule*, Bruxelles, De Boeck Université, 1994
- Fonseca, A. M. – *Educar para a Cidadania*, Porto, Porto Editora, 2000
- Fonseca, António Manuel – “Educar para a cidadania, educar para a comunidade” in *Brotéria*, n.º 153, Lisboa, Outubro de 2001
- Fonseca, António Manuel – *Educar para a Cidadania: motivações, princípios e metodologias*, 2ª edição, Porto, Porto Editora, 2001
- Fonseca, Jaime R. S. e Cardoso, Margarida, G. M. S. – “Análise de agrupamento com modelos probabilísticos: o uso de critérios de informação na determinação do número de grupos” in Salgueiro, Maria de Fátima; Lopes, Maria João e Teixeira, António (eds.) – *Temas em Métodos Quantitativos*, n.º 5, Lisboa, Edições Sílabo, 2006
- Fonseca, Tomás da – *Memórias de um Chefe de Gabinete*, Lisboa, 1949
- Fontaine, A. M. – *Motivation pour la réussite scolaire*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1997
- Fontaine, Pascal – *A Construção Europeia de 1945 aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva, 1998
- Fontana, Andrea e Frey, James H. – “Interviewing. The Art of Science” in Denzin, Norman K. e Lincoln, Yvonna S. – *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*, Thousand Oaks, Sage, 1998
- Foody, William – *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Oeiras, Celta Editora, 1996
- Formosinho, J. – “Organizar a escola para o sucesso educativo” in CRSE – *Medidas que promovam o sucesso educativo*, Lisboa, ME, 1988
- Formosinho, J. O. e Pinto, M. C. Alves – “Autoestima, autoconceito académico, alienação e sucesso escolar” in *Desenvolvimento*, n.º especial, Lisboa, IED, 1986
- Formosinho, João – “O dilema organizacional da escola de massas” in *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 5, n.º 3, Braga, Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho, 1992
- Forquin, Jean-Claude – “L’approche sociologique de la réussite et de l’échec scolaire: inégalités de réussite scolaire et appartenance sociale” in *Revue française de pédagogie*, n.º 59, 1982

- Forquin, Jean-Claude – *École et Culture*, Bruxelas, DeBoeck Université, 1989
- Forquin, Jean-Claude – *Sociologia da Educação*, Petrópolis, Vozes, 1995
- Fortuna, Carlos – “Imagens da cidade: sonoridades e ambientes sociais urbanos” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 51, Coimbra, CES/UC, 1998
- Fortuna, Carlos – *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos da cultura urbana*, Oeiras, Celta, 1999
- Foucault, Michel – “O sujeito e o poder” in Dreyfus, Hubert e Rabinow, Paul (orgs.) – *Michael Foucault, Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995
- Foucault, Michel – “O sujeito e o poder” in Rajchman, John – *Foucault. A liberdade da filosofia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995
- Foucault, Michel – *As palavras e as coisas*, Lisboa, Edições 70, 1991 [ed. original 1966]
- Foucault, Michel – *História da Sexualidade*, vol. I (A Vontade de Saber), Rio de Janeiro, Graal, 1997
- Foucault, Michel – *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979
- Foucault, Michel – *Vigiar e Punir*, 14.ª edição, Rio de Janeiro, Vozes, 1996
- Fourier, Charles – “Teoria dos Quatro Movimentos” in *Obras Completas*, tomo I, 2.ª Edição, 1841
- Fourquin, Jean-Claude – “La sociologie du curriculum en Grande-Gretagne: une nouvelle approche des enjeux sociaux de la scolarisation” in *Revue Française de Sociologie*, XXV, 1984
- Fowel, S. P. and Levy, P. – “Computer-mediated comunicacion in the information curriculum: an initiative in computer-supported collaborative learning” in *Education for Information*, n.º 13, 1995
- Frabboni, F. e Genovesi, G. – *La scuola e i suoi problemi*, Firenze, La Nuova Italia, 1990
- Fraga, Alves de – “Carta da Beira. Passagem Inesquecível da Caravana da Amizade” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 52, Novembro a Dezembro de 1968
- Fraga, Luís Alves de – “Opiniões à solta – 1. Um Pilão para o século XXI” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 195, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2004
- Fraga, Luís Alves de – “Opiniões à solta – 2. Uma opção de ensino para o Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 196, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2005

Fraga, Luís Alves de – “Opiniões à Solta. Um Pilão para o Século XXI?” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 195, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2004

Fraga, Luís M. Alves de – “Homenagens Devidas – II” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 192, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2004

Fraga, Luís M. Alves de – “Recordar pessoas e sonhos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 193, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2004

Fraga, Luís Manuel Alves de – “Exposição ao Presidente do C. G. da APE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 200, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2006

Fraga, Luís Manuel Alves de – *Exposição ao Presidente do Conselho Geral da Associação dos Pupilos do Exército*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 16 de Fevereiro de 2006

Fraga, Maria Tereza de – *Humanismo e Experimentalismo na Cultura do Século XVI*, Coimbra, Livraria Almedina, 1976

Fragnière, G. – *L'éducation créatrice*, Paris, Elsevier-Sequoia, 1975

Frago, António V. e Escolano, Agustín – *Currículo, Espaço e Subjectividade: a arquitectura como programa*, Rio de Janeiro, DP&A, 1998

Fraley, C. e Raftery, A. E. – “How many clusters? Which clustering method? Answers via model-based cluster analysis” in *Computer Journal*, n.º 41, 1998

Franco, Maria Sylvia de Carvalho – “Sobre o conceito de tradição” in *Cadernos de Estudos Rurais e Urbanos*, n.º 5, São Paulo, Junho de 1972

François Chazel in Boudon, Raymond – *Tratado de Sociologia*, Porto, Asa, 1995

Freedman, Lawrence – “The Revolution in Strategic Affairs” in *Adelphi Paper*, n.º 318, London, 1998

Freire, Anselmo Braancamp – *O Conde de Villa Franca e a Inquisição*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899

Freire, Anselmo Braancamp – *Os Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, 2.ª Edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-1927

Freire, Paulo – *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Ed. Voz e Terra, 1969

Freire, Paulo – *Pedagogia do Oprimido*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972

Freire, Paulo – *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

Freire, T. – “Lazer e desenvolvimento humano” in *Jornal de Psicologia*, n.º 8, 1989

- Freud, Sigmund – *A Interpretação dos Sonhos*, vol. I, Pontinha, Pensamento, 1988
- Freund, Julien – *D'Auguste Comte a Max Weber*, Paris, Economica, 1992
- Friedberg, E. – “Les quatre dimensions de l'action organisée” in *Revue Française de Sociologie*, vol. 33, n.º 4, 1992
- Friedberg, Erhard – “L'analyse sociologique des organisations” in *Pour*, n.º 28, Paris, L'Hartmattan, 1988
- Fromm, E. – *Le Coeur de L'homme*, Paris, Payot, 1979
- Fukuyama, Francis – *Confiança*, Lisboa, Gradiva, 1996
- Furtado, Rita Márcia Magalhães – “Diálogos para a cidadania” in *Jornal a Página da Educação*, ano 7, n.º 75, Dezembro 1998
- Gadotti, Moacir – *Concepção dialética da educação*, São Paulo, Autores Associados, 1983
- Gadotti, Moacir – *Escola Cidadã*, 3.ª edição, São Paulo, Cortez, 1994
- Gaillard, Jean-Michel – “Éduquer et instruire” in *L' Histoire*, n.º 202, Paris, Septembre 1996
- Gama, Marília – “Palácio Nacional de Sintra – Visita de Estudo” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004
- Gama, Marília – “Visita do Clube de Jornalismo à CINCSOUTHLAND” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002
- García, Carlos Marcelo – *Formação de Professores. Para uma mudança educativa*, Porto, Porto Editora, 1999
- Garcia, Hoz, V. et al. – *La orientación en la educación institucionalizada. La formación ética*, Madrid, Rialp, 1994
- Garcia, Humberto Lopes Gonçalves – “Abertura da Sessão” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 66, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1971
- Garcia, José Manuel – “D. João de Castro: Um Homem de Guerra e Ciência” in *Vários – Tapeçarias de D. João de Castro*, Lisboa, Instituto Português de Museus/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995
- Garcia-Marques, L. – “Influência social” in Vala, J. e Monteiro, M. B. (coords.) – *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993
- Gardner, H. e Hatch, T. – “Multiple intelligences go to school: educational implications of the theory of Multiple Intelligences” in *Educational Researcher*, vol. 18, n.º 8, 1989
- Gary A. Cook – *George Herbert Mead: The Making of a Social Pragmatist*, Urbana, University of Illinois Press, 1993

- Gaspar, Júlio Borges – “A marmita do 32” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 191, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2003
- Gavet, André – *A Arte de Comandar*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1958
- Gavet, André – *A Arte de Comandar. Princípios de Comando para uso de Oficiais de todos os postos*, Trad. António Mendes Correia, Lisboa, Papelaria/Livraria Fernandes, 1947
- Geertz, C. – *The Interpretation of Cultures*, New York, New York Basic Books Inc. Publishers, 1973
- Gellner, Ernest – *Culture, Identity and Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987
- Gellner, Ernest – *Encounters with Nationalism*, Cambridge Mass., Blackwell, 1994
- Gellner, Ernest – *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993 (ed. original Gellner, Ernest – *Nations and Nationalism*, Oxford, Blackwell, 1983)
- Gellner, Ernest – *Postmodernism, reason and religion*, London, Routledge, 1992
- Gerber, S. – “Extracurricular activities and academic achievement” in *Journal of Research and Development in Education*, n.º 30, 1996
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamim – *Les enquêtes sociologiques. Théories et pratique*, Paris, Armand Colin, 1978
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamim – *O Inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 1992 [ed. original 1978]
- Ghiglione, Rodolphe; Beauvois, Jean-Léon; Chabrol, Claude e Trognon, Alain – *Manuel d'analyse de contenu*, Paris, Armand Colin, 1980
- Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamim e Bacri, Nicole – *Les dires analysés: l'analyse propositionnelle du discours*, Paris, Saint-Denis, Presses Universitaires de Vincennes, 1985
- Ghillardi, F. e Spallarossa, C. – *Guia para a Organização da Escola*, Rio Tinto, Edições Asa, 1989
- Giddens, Anthony – “Dimensões da modernidade” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 4, 1988
- Giddens, Anthony – *As consequências da modernidade*, Lisboa, Celta Editora, 1998
- Giddens, Anthony – *As consequências da modernidade*, São Paulo, Editora da UNESP, 1991
- Giddens, Anthony – *Capitalism and Modern Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971
- Giddens, Anthony – *Consequências da modernidade*, São Paulo, Unesp, 1991

- Giddens, Anthony – *Durkheim on Politics and the State*, Cambridge, Polity Press, 1986
- Giddens, Anthony – *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1994
- Giddens, Anthony – *Novas regras do método sociológico. Uma crítica positiva às sociologias interpretativas*, 2.ª Edição, Lisboa, Gradiva, 1996 [ed. original 1993]
- Giddens, Anthony – *O Mundo na Era da Globalização*, 4.ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2002 [ed. original 1999]
- Giddens, Anthony – *Para além da esquerda e da direita*, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 1996
- Giddens, Anthony – *Para uma Terceira Via*, Lisboa, Editorial Presença, 1999
- Giddens, Anthony – *Sociologia*, 4.ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004
- Giddens, Anthony – *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984
- Gil, José – “Nação” in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989
- Gilly, M. – “Les représentations sociales dans le champ éducatif” in Jodelet, D. (ed.) – *Les représentations sociales*, Paris, PUF, 1989
- Girardet, R. – *Mitos e mitologias políticas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997
- Girault, René (ed.) – *Identité et Conscience Européennes au XXIème Siècle*, Paris, Hachette, 1994
- Giugni, G. – *Pedagogia della Scuola*, Florença, Le Monier, 1973
- Glórias, Paulo – “Editorial” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996
- Glórias, Paulo – “Sem Tempo” in *Querer é Poder*, n.º 27, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1993
- Godinho, Vitorino Magalhães – “Restauração” in Serrão, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d. [ed. original 1971]
- Goethe, Wolfgang Von – *Faust*, Paris, Odej-Press, 1964
- Goffman, Erving – *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa, Relógio d’Água, 1993
- Goffman, Erving – *Asylums*, New York, Doubleday-Anchor, 1961
- Goffman, Erving – *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1996
- Goffman, Erving – *Os Momentos e os seus Homens*, Lisboa, Relógio d’Água, 1999

- Góis, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922
- Goldthorpe, J. H. – “On economic development and social mobility” in *The British Journal of Sociology*, XXXVI, n.º 4, 1985
- Gomes, Alexandre – “Apadrinhamento dos novos alunos” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998
- Gomes, Alexandre – “O Clube de Teatro” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998
- Gomes, António Luís – *Quelques Aspects de l’Activité Patrimoniale de l’État au Portugal*, Lisboa, s. n., 1955
- Gomes, João – “Visita de estudo à Casa Museu dos Patudos, em Alpiarça” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004
- Gomes, Joaquim Ferreira – *Estudos para a História da Educação no Século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980
- Gomes, Paulo Cesar da Costa – *Geografia e Modernidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996
- Gomes, Pinharanda – *História da Diocese da Guarda*, Braga, Ed. Autor-Pax, 1981
- Gomes, Rui – *Culturas de Escola e Identidades dos Professores*, Lisboa, Educa, 1993
- Gonçalves, Alfredo Ferreira – “A Associação e o Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 63, Janeiro a Março de 1971
- Gonçalves, Alfredo Ferreira – “Educação Moral e Formação Espiritual” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 10, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1958
- Gonçalves, Ferreira – “O Patrono do Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 22, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1961
- Gonçalves, Miguel – “Abertura Solene do Ano Lectivo 2001/2002” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001
- Gonçalves, Miguel – “Comemoração do Dia do Patrono” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002
- Gonçalves, Miguel Viegas – “Cerimónia do Dia do Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004
- Gonçalves, Miguel Viegas – “Dia do Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002

Gonçalves, Nuno – “Baile de Recepção aos Novos Alunos” in *Querer é Poder*, n.º 27, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1993

Gonçalves, Nuno – “Comemorações do 82.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994

Gonçalves, Pedroso – “Grande êxito da Classe Especial de Ginástica do Instituto em França e na Bélgica” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 26 a 27, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 30 de Novembro de 1962

Gonçalves, Pedroso – “Render da Guarda” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 11, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 30 de Setembro de 1958

Good, T. e Brophy, J. – “School Effects” in *Handbook of Research on teaching*, Third Edition, Londres, Collier/Macmillan, 1986

Good, Th. L. e Weinstein – “As escolas marcam a diferença: evidências, críticas e novas perspectivas” in Nóvoa, A. (ed.) – *As organizações escolares em análise*, Lisboa, D. Quixote, 1992

Goode, William J. – *World Revolution and Family Patterns*, Nova Iorque e Londres, Free Press e Collier-Macmillan, 1963

Goodman, L. A. – “Exploratory Latent Structure Analysis Using Both Identifiable and Unidentifiable Models” in *Biometrika*, vol. 61, 1974

Gouhier, Henri – *La jeunesse d’Auguste Comte et la formation du positivisme*, Tome 2: Saint-Simon jusqu’à la Restauration, Paris, Vrin, 1936

Grácio, Rui – “Evolução sociopolítica e sistema de ensino em Portugal: dos anos 60 aos anos 80” in *O Futuro da Educação nas Novas Condições Sociais, Económicas e Tecnológicas*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1985

Grácio, Rui – “Problemas e Perspectivas do Ensino em Portugal” in Snyder, Georges; Léon, Antoine e Grácio, Rui – *Correntes Actuais da Pedagogia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984

Grácio, Rui – *Obra Completa*, volumes: I - Da Educação; II - Do Ensino; III - Educadores, Formação de educadores, Movimento estudantil e docente, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

Grácio, Sérgio – *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, Educa, 1997

Grácio, Sérgio – *Ensinos Técnicos e Política em Portugal. 1910/1990*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998

Grácio, Sérgio – *Política educativa como tecnologia social. As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986

- Granada, Licínio – “A Propósito dos Símbolos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 198, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2005
- Granou, Andre – *Capitalismo e modo de vida*, s. l., Apontamento, s. d.
- Gray, John – *False Dawn: The Delusions of Global Capitalism*, Londres, Granta Books, 1998
- Gréco, Pierre – “Épistémologie de la Psychologie” in Piaget, Jean – *Logique et Connaissance Scientifique*, Paris, Encyclopédie de la Pléiade, 1967
- Griaule, Marcel – *Dieu d’eau*, Paris, PUF, 1948
- Grilo, Eduardo Marçal e Rosa, Manuel Carmelo – “Contribuição para o estudo do ensino politécnico em Portugal” in Gabinete de Estudos e Planeamento/ME – *Os politécnicos na Europa ocidental*, Lisboa, Ministério da Educação, 1985
- Gronn, Peter – “Politics, Power and the Management of Schools” in Hoyle, E. e McMahon, A. (eds.) – *The Management of Schools*, London, Kogan Page, 1986
- Gross, David – *The Past in Ruins: Tradition and the Critique of Modernity*, Amherst, MA, University of Massachusetts Press, 1992
- Gruère, J.-P. – “Les groupes et leur dynamique” in Aubert, Nicole *et al.* – *Management: aspects humains et organisationnels*, Paris, PUF, 1991
- Gruneau, R. – *Class, sport and social development*, Champaign, Human Kinetics, 1999
- Guedes, Prof. Marques – “Primeira Parte – História Política – Cap. XV – Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910” in Peres, Damião (dir. literária) - *História de Portugal – Edição Monumental Comemorativa do 8.º Centenário da Fundação da Nacionalidade*, vol. VII, Porto, Portucalense Editora, 1935
- Guerra, Isabel – “Cidadania, exclusões e solidariedades: paradoxos e sentidos das novas políticas sociais” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 63, Coimbra, CES/UC, Outubro de 2002
- Guerra, Miguel Ángel Santos – *Entre bastidores: o lado oculto da organização escolar*, Porto, Edições Asa, 2002
- Guillaume, P. – *Psicologia da Forma*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966
- Guimarães, Vitorino – “As Finanças na Guerra da Restauração” in *Revista Militar*, n.º 12, Dezembro de 1940
- Guimarães, Vitorino – *Declaração Ministerial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925
- Guimarães, Vitorino – *Despesas Militares*, Lisboa, Tip. Da Empresa do Diário de Notícias, 1926

- Guimarães, Vitorino – *Do Ordenamento das Despesas Públicas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1935
- Guimarães, Vitorino – *Os cartagineses na Ibéria*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1947
- Gurvitch, Georges – *A Ideia do Direito Social*, Paris, 1931
- Gurvitch, Georges – *A vocação actual da Sociologia*, Lisboa, Cosmos, 1993
- Gusmão, Adriano de – “A Pintura Maneirista em Portugal” in Vários – *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, 1957
- Gutiérrez, Francisco e Prado, Cruz – *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*, S. Paulo, Cortez Ed., 1999
- Gutman, Robert – “Cooley: A Perspective” in *American Sociological Review*, vol. 23, n.º 3, 1958
- Habermas, Jürgen – “Modernity versus postmodernity” in Alexander, Jeffrey C. e Scidman, Steven – *Culture and Society. Contemporary Debates*, Cambridge e New York, Cambridge University Press, 1990
- Habermas, Jürgen – *Dialéctica e Hermenêutica*, Porto Alegre, L&PM Editores, 1987
- Habermas, Jürgen – *Die postnationale konstellation: politische Essays*, Frankfurt, M. Suhrkamp, 1998
- Habermas, Jürgen – *Le Discours Philosophique de la Modernité*, Paris, Gallimard, 1988
- Habermas, Jürgen – *L'Espace Public. Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*, Paris, Payot, 1978
- Habermas, Jürgen – *Théorie de l'agir communicationnel*, Tome I e II, Paris, Fayard, 1987
- Habermas, Jürgen – *Towards a rational society: student protest, science and politics*, Londres, Heinemann, 1971
- Hadji, C. – *Avaliação, Regras do Jogo. Das Intenções aos Instrumentos*, Porto, Porto Editora, 1994
- Haecht, Anne Van – *A Escola à Prova da Sociologia*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994 [ed. original 1992]
- Hagenaars, J. A. – “Loglinear models with latent variables” in *Quantitative Applications in the Social Sciences*, n.º 94, Thousand Oaks, Sage Publications, 1993
- Haguette, Teresa M. Frota – *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Editora Vozes, 1995 [ed. original 1987]
- Halbwachs, Maurice – *A memória colectiva*, São Paulo, Vértice, 1990
- Hall, John e Ikenberry, G. John – *O Estado*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990

- Hall, R. L. – “Group performance under feedback that confounds responses of group members” in *Sociometry*, n.º 20, 1957
- Hall, Stuart – *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, Brasil 2001
- Hall, Stuart – *Questions on cultural identity*, Londres, Sage, 2002
- Hallinger, P. e Murphy, J. – “The social context of effective schools” in *American Journal of Education*, vol. 94, n.º 4, Aug. 1986
- Hameline, Daniel – “O educador e a acção sensata” in Nóvoa, António (org.) – *Profissão professor*, Porto, Porto Editora, 1991
- Hanin, Y – *Emotions in sport*, Champaign, Human Kinetics, 2000
- Hannerz, Ulf – *Cultural Complexity*, New York, Columbia University Press, 1992
- Hans Joas – *G. H. Mead: A Contemporary Re-examination of His Thought*, Cambridge, Polity Press, 1985
- Hanson, S. L., e Kraus, R. S. – “Women in male domains: Sport and science” in *Sociology of Sport Journal*, vol. 16, n.º 2, 1999
- Harrison, L.; Lee, A. M. e Belcher, D. – “Race and gender differences in sport participation as a function of self schema” in *Journal of Sport and Social Issues*, vol. 23, n.º 3, 1999
- Harter, S – “Visions of self. Beyond the me in mirror” in Jacobs, J. E. (eds.) – *Developmental Perspectives on Motivation*, Lincoln, University of Nebraska, 1993
- Hassenforder, J.; Corridian, C. e Leselbaum, N. – “Temps scolaire temps de loisir” in *Revue Éducation Permanente*, n.º 78, 1985
- Hattie, J. – *Self-concept*, New Jersey, Laurence Erlbaum Associates, 1992
- Heelas, Paul; Lash, Scott e Morris, Paul (coords.) – *Detraditionalization: Critical Reflections on Authority and Identity*, Oxford, Blackwell, 1996
- Heffer, S. – *Moral Desperado: A Life of Thomas Carlyle*, London, Weidenfeld and Nicolson, 1995
- Heidegger, Martin – “La Question de la Technique” in *Essais et Conférences*, Paris, Gallimard, 1958
- Heidegger, Martin – *Ser e Tempo*, Petrópolis, Vozes, 1988
- Helal, Ronaldo – *O que é sociologia do esporte*, São Paulo, Brasiliense, 1990
- Held, David – *Models of Democracy*, 2.ª Edição, Cambridge, Polity Press, 1996
- Held, David; McGrew, Anthony; Goldblat, David e Perraton, Jonathan – *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*, Cambridge, Polity Press, 1999
- Heliodoro, Affonso – *JK. Exemplo e Desafio*, Brasília, Thesaurus, 1991

Henderson, W. Darryl – *Cohesion: The Human Element in Combat*, Washington D.C., National Defense University Press, 1992

Henri Gouhier – *La jeunesse d'Auguste Comte et la formation du positivisme*, Tome 2: Saint-Simon jusqu'à la Restauration, Paris, Vrin, 1936

Henriques, E. – *Padrão desenvolvimental da motivação intrínseca/extrínseca em estudantes do 6.º e 9.º ano de escolaridade: relação com o auto-conceito*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2000

Henriques, Mendo Castro – “A educação para a cidadania na Europa nos últimos dez anos” in *Nação e Defesa*, n.º 93, Lisboa, IDN, Primavera de 2000

Henriques, Mendo Castro – “Formação para a Cidadania, Formação para a responsabilidade” in *Nação e Defesa*, n.º 71, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho a Setembro de 1994

Henriques, Mendo Castro – “Nacionalidade, Identidade e Cidadania” in *Reflexão Cristã*, Lisboa, Maio a Agosto de 1996

Henriques, Mendo Castro – “O Estado e a Escola na Educação Cívica” in *Brotéria*, n.º 145, Lisboa, 1997

Henriques, Mendo Castro; Rodrigues, Arlindo; Cunha, Filipa e Reis, João – *Educação para a Cidadania*, Lisboa, Plátano Editora, 2000

Henriques, Mendo de Castro – “Perspectivas Conceptuais da Educação para a Cidadania” in *Nação e Defesa*, n.º 93, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Primavera 2000

Herder, J. G. – *Idées sur la philosophie de l'histoire de l'humanité*, Paris, Agora, 1991

Herman, Jacques – *Les Langages de la Sociologie*, Paris, PUF, 1983

Hespanha, A. M. – “O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823)” in Pereira, Miriam Halpern *et al.* – *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 1981

Hesselbein, Frances e Cohen, Paul M. – *Leader to Leader*, San Francisco, Jossey-Bass Publishers, 1999

Hesselbein, Frances; Goldsmith, Marshall e Beckhard, Richard – *O Líder do Futuro: visões, estratégias e práticas para uma nova era*, São Paulo, Futura, 1996

Heyneman, S. – “Les facteurs de la réussite scolaire dans les pays en développement” in Crahay, M. e Lafontaine, D. (eds) – *L'art et la science de l'enseignement*, Bélgica, Labor, 1986

Heyneman, S. e Loxley, W. A. – “The effect of primary school quality on academic achievement across twenty-nine high and low income countries” in *American Journal of Sociology*, n.º 88, May 1983

Hinnebusch, W. A. – *Breve História da Ordem dos Pregadores*, Porto, Figueirinhas/Secretariado da Família Dominicana, 1985

Hirschman, Albert O. – *Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*, Cambridge/MA, Harvard University Press, 1970

Hirschman, Albert O. – *Les passions et les intérêts*, Paris, PUF, 1977

Hirst, Paul Q. e Thompson, Grahame – *Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance*, Cambridge, Polity Press, 1996

Hobsbawm, Eric J. e Ranger, Terence O. – *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983

Hockey, J. – “Motives and meaning among PhD supervisors in social sciences” in *British Journal of Sociology of Education*, vol. 17, n.º 4, 1996

Hofstätter, Hans – *Gothic*, Colónia, B. Taschen, s. d.

Hofstede, G. – *Cultures and Organizations*, McGraw Hill, Maidenhead, 1991

Hofstede, Geert – *Culturas e organizações*, Lisboa, Edições Sílabo, 1997

Holland, A. e Andre, T. – “Participation in extracurricular activities, in secondary school: What is known, what need to be known?” in *Review of Educational Research*, vol. 57, n.º 4, 1987

Holm, Jeanne – *Women in the Military: an unfinished revolution*, Novato, California, Presidio Press (revised edition), 1993

Holme, T. – *The Carlyles at Home*, Oxford, Oxford University Press, 1979

Homem, Amadeu Carvalho – *A Propaganda Republicana, 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990

Homem, Amadeu Carvalho – *Liberdade e Cidadania. 100 Anos Portugueses. Exposição integrada nas Comemorações Oficiais do Vigésimo Quinto Aniversário do 25 de Abril de 1974*, Lisboa, Cordoaria Nacional, 1999

Homem, Amadeu José de Figueiredo Carvalho – “João Franco ou a tentação ditorial” in Medina, João – *História de Portugal*, vol. IX, Lisboa, Ediclube, 1993

Homem, Amadeu José de Figueiredo Carvalho – “La Genèse de l’Idéologie Republicaine au Portugal” in *Symposium Humaniste International de Mulhouse*, 2ème – Actes, Mulhouse, 1991

Homem, Amadeu José de Figueiredo Carvalho – “O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional” in Matoso, José – *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993

Homem, Amadeu José de Figueiredo Carvalho – “O 'Ultimatum' inglês de 1890 e a opinião pública” in *Revista de História das Ideias*, n.º 14, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992

HooyKaas, R. – *Os Descobrimentos e o Humanismo*, Lisboa, Gradiva, 1983

Hora, Isabel Piteira da – *Organizar para Despertar o Desejo de Aprender*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional/Escola Sec. Anselmo de Andrade, 1995

Horkheimer, Max e W. Adorno, Theodor – *La Dialectique de la Raison*, Paris, Gallimard, 1974

Horton, P. B. e Hunt, Ch. L. – *Sociologia*, São Paulo, McGraw-Hill, 1980

House, J. D. – “The effects of student involvement on the development of academic self-concept” in *Journal of Social Psychology*, n.º 140, 2000

Huberman, M. – *La vie des enseignants*, Neuchâtel, Delachaux e Niestlé, 1989

Hurga, Alvaro – “Dominicos” in Vários – *Gran Enciclopedia Rialp*, vol. 8, Madrid, Ediciones Rialp S.A., 1972

Hunt, L. e Jorgensen M. – “Mixture model grouping for mixed data with missing information” in *Computational Statistics & Data Analysis*, n.º 41, 2003

Huntington, Samuel P. – “The Soldier and the State in the 1970s” in Huntington, Samuel P. e Good-Paster, Andrew J. (ed.) – *Civil-Military Relations*, Washington D. C., American Enterprise Institute for Public Research Policy, 1977

Huntington, Samuel P. – *The Clash of Civilization and the Remaking of World Order*, Nova Iorque, Simon & Schuster, 1996

Huntington, Samuel P. – *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, Cambridge, Mass., The Belknap Press of the Harvard University Press, 1998 [ed. original 1957]

Hurtado, J. – *O ensino da Educação Física: uma abordagem didática*, 2.ª Edição, Curitiba, Educa Editer, 1983

Husén, T. – *Meio Social e sucesso escolar*, Lisboa, Horizonte, s. d. [ed. original 1973]

Husen, T. e Oppen, S. – *Educación multicultural y multilingue*, Madrid, Narcea, 1984

Hutmacher, W. – “A Escola em todos os seus estados: das políticas de sistemas às estratégias” in Nóvoa, A. (ed.) – *As organizações Escolares em Análise*, Lisboa, D. Quixote, 1992

Iglesias, L. – *Aproximación a una educación en valores*, Barcelona, PPU, 1992

IMPE – “D. João de Castro (1500-1548) – Patrono do IMPE” in *Capela dos Castros*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército (com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa), 25 de Maio de 1996

IMPE – “IMPE. Ensino Básico e Secundário. Admissões – 2004/2005” in *Jornal do Exército*, n.º 529, Lisboa, EME, Maio de 2004

IMPE – “O Claustro” in *Capela dos Castros*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército (com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa), 25 de Maio de 1996

IMPE – *Actividades de Complemento Curricular*, documento de distribuição interna, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 2005

IMPE – *Anuário de 1992-1993*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1994

IMPE – *Anuário do Instituto Militar dos Pupilos do Exército 1991-1992*, Lisboa, IMPE, 1993

IMPE – *Curso Superior de Contabilidade e Administração*, Lisboa, IMPE, 2004

IMPE – *Curso Superior de Engenharia Electrónica e Telecomunicações*, Lisboa, IMPE, 2004

IMPE – *Curso Superior de Engenharia Electrotécnica*, Lisboa, IMPE, 2004

IMPE – *Curso Superior de Engenharia Mecânica*, Lisboa, IMPE, 2004

IMPE – *D. João de Castro – O Patrono*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército (com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa), 25 de Maio de 1996

IMPE – *Instituto Militar dos Pupilos do Exército. Ensino Superior*, Lisboa, IMPE, 2005

IMPE – *Livro de Registo do Pessoal Militar e Civil*, Lv. n.º 1

IMPE – *Normas para Admissão e Organização de Processos de Candidatos a Alunos dos Ensinos Básico e Secundário 2005/2006*, Lisboa, IMPE, 2005

IMPE – *Processo Individual do Ex-Aluno n.º 199/85*

IMPE – *Projecto Educativo*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1999

IMPE – *Um Investimento de Sucesso*, Lisboa, IMPE, 2005

IMPE/CML – “A Capela” in *Capela dos Castros*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército (com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa), 25 de Maio de 1996, fl. não numerada

Inquisição de Lisboa – *Bulas*, Caixa 26, Maço 1, Doc. 275

Isaacs, David – *La educación de las virtudes humanas*, Pamplona, Ed. EUNSA, 1988

Israel, G. D. e Beaulieu, L. J. – “Laying the Foundation for Employment: The Role of Social Capital in Educational Achievement” in *Conference on Promoting the Economic and Social Vitality of Rural America: The Role of Education*, New Orleans, April 2003

Israel, G. D.; Beaulieu, L. J. e Hartless, G. – “The Influence of Family and Community Social Capital on Educational Attainment” in *Rural Sociology*, vol. 66, n.º 1, 2001

ITMPE – *Anuário. Ano Lectivo 1971-72*, Lisboa, Ministério do Exército, Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, s. d.

Jacques, M. G. C. – “Identidade” in Strey, M. N. *et al.* – *Psicologia Social Contemporânea*, Petrópolis, Vozes, 1998

James, Simon e Nobes, Christopher – *The economics of taxation*, 4.ª Edição, New York, Prentice-Hall, 2000

Jamieson, Lynn – *Intimacy: Personal Relationships in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press, 1998

Janowitz, Morris – *Military Institutions and Coercion in the Developing Nations*, Chicago, Midway Reprint, 1988 [ed. original 1964]

Janowitz, Morris – *The Professional Soldier: a social and political portrait*, New York, Free Press, 1964 [ed. original 1960]

Jarrett, R. L. – “Growing up poor: The family experiences of socially mobile youth in low-income African American neighborhoods” in *J. Adolesc. Res.*, 1995

Javeau, Claude – *L'Enquête par questionnaire*, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1982

Jayyusi, Lena – *Categorization and the moral order*, London, Routledge & Kegan Paul, 1984

Jeannot, Gilles – “La Théorie de l'institution de Maurice Hauriou et les associations” in *Annales de la recherche urbaine*, n.º 89, 2001

Jennings, E. E. – “You can't succeed in business by merely trying” in *Nation's Business*, n.º 54, 1966

Jesuíno, Jorge Correia – “Relações entre Civis e Militares. O ponto de vista dos académicos” in *Nação e Defesa*, n.º 9, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Janeiro a Março de 1979

Jesuíno, Jorge Correia – *Processos de Liderança*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999

Jesus, S. – *Motivação e formação de professores*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000

Jesus, S. – *Psicologia da Educação*, Coimbra, Quarteto Editora, 2004

Jeudy, Henry-Pierre – “A arbitrariedade da ética” in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.ºs 15 e 16, Lisboa, Edições Cosmos, Julho de 1992

Jones, G. – *Organizational theory: texts and cases*, New Jersey, Prentice Hall, 2001

Jounel, Pierre – *O Lugar da Celebração ao Longo da História da Igreja*, Aveiro, Ed. da

Secretaria Nacional de Liturgia, s. d.

Júdice, José Miguel – “Portugal e o Novo Contexto Europeu” in *Seminário Portugal e o Novo Quadro Internacional, I Seminário de Atualização dos Auditores dos CDN*, Lisboa, IDN, 1993

Junça, Orlando Caeiro – “Mudanças. De Évora para o 'Pilão' e, depois, para a Escola Naval” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 160, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 1996

Júnior, Barroso – “Carta dum ex-aluno ao aluno Comandante da Companhia por ocasião do Aniversário do Instituto” in *O Profissional*, n.º 30, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Junho de 1920

Júnior, Barroso – “Congresso de Educação Física” in *O Profissional*, n.º 6, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 30 de Junho de 1916

Júnior, José da Cruz Barroso – “Coronel Ortigão Peres” in *O Profissional*, n.º 19, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Abril de 1918

Junqueiro, Guerra – *A Velhice do Padre Eterno*, Porto, s. d.

Kanters, M.; Montelpare, W. e Carter, M. – “Enabling healthy life through leisure” in *Journal of Physical Education, Recreation & Dance*, Abril 1994

Kaplan, F. – *Thomas Carlyle*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983

Kardiner, A. – *The individual and his society*, New York, Columbia University Press, 1939

Kastersztejn, J. – “Les stratégies identitaires des acteurs sociaux: approche dynamique des finalités” in Camilleri, C. et al. – *Stratégies identitaires*, Paris, PUF, 1991

Keegan, John – *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987 [ed. original 1976]

Kellett, Anthony – *Combat Motivation: The Behavior of Soldiers in Battle*, Boston, The Hague, 1982

Kenski, Vani M. – “Sobre o conceito de memória” in Fazenda, Ivani C. A. (org.) – *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*, Campinas (SP), Papirus, 1995

Kepel, Gilles – *The Revenge of God: The Resurgence of Islam, Christianity and Judaism in the Modern World*, Cambridge, Polity Press, 1994

Khaldoûn, Ibn – *Les Textes Sociologiques et Économiques de la Mouqaddima: 1375-1379*, Paris, Éditions Marcel Rivière et Cie, 1965

Kilbourne, C. E. – “The elements of leadership” in *Coast Artillery Journal*, n.º 78, 1935

Kilpatrick, William Heard – *Educação para uma civilização em mudança*, Trad. de Noemy S. Rudolfer, S. Paulo, Melhoramentos, 1964 [ed. original 1932]

- King, R. – “Organisational change in secondary schools: an action approach” in *British Journal of Sociology of Education*, vol. 3, n.º 1, 1982
- Kneller, George F. – *Introdução à Filosofia da Educação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972
- Knickerbocker, I. – “Leadership: a conception and some implications” in *Journal of Social Issues*, vol. 4, n.º 3, 1948
- Kober, Avi – “Military Decision in War: A Framework for Research” in *Armed Forces and Society*, vol. 22, n.º 1, Fall 1995
- Kochan, T. A. (ed.) – “Superior - subordinate relations: leadership and headship” in *Human Relations*, n.º 28, 1975
- Korten, David C. – *When Corporations Rule The World*, West Hartford, CN e São Francisco, CA, Kumarian Press and Barrett-Koehler, 1995
- Kossovitch, Leon – *Signos e Poderes em Nietzsche*, São Paulo, Ed. Ática, 1979
- Kotler, P. e Fox, K. – *Marketing estratégico para instituições educacionais*, São Paulo, Atlas, 1994
- Kunz, E. – *Educação Física: ensino & mudanças*, Ijuí, Editora Unijuí, 1991
- Kuperman, Breno – “Um Tema Fenomenológico: O Mundo” in *Revista de Cultura Vozes*, Ano 66, volume LXVI, n.º 4. Petrópolis, R. J., Vozes, 1972
- Kvale, Steinar – *Interviews. An Introduction to Qualitative Research Interviewing*, California, Sage Publications, 1996
- La Taille, Yves de – “Para um estudo psicológico das virtudes morais” in *Educação e pesquisa*, vol. 26, n.º 2, São Paulo, Julho a Dezembro de 2000
- Labrousse, Ernest – *Estrutura Social e História*, Lisboa, Presença, s. d.
- Ladrière, Jean – “La causalité dans les sciences de la nature et dans les sciences humaines” in Frank, R. (dir.) – *Faut-il chercher aux causes une raison? L'Explication causale dans les sciences humaines*, Paris, Vrin, 1994
- Lalande, A. – *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*, Porto, Res, [s. d.]
- Landa, R. – *La enseñanza secundaria en Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928
- Lane, S. T. M. – *O que é psicologia social*, 4.ª Edição, São Paulo, Brasiliense, 1983
- Lang, Kurt – *Military Institutions and Sociology of War – a review of the literature with annotated bibliography*, Beverly Hills, Sage Publications, 1972

Langrouva, Helena S. C. – “Sophia de Mello Breyner: Transmutação da Palavra em Poesia. Artes Poéticas, Aedos e Cidades” in *Discursos e Práticas Alquímicas/Colóquio Internacional III*, Lisboa, 2001

Lara, António de Sousa – *Ciências Políticas. Metodologia, Doutrina e Ideologia*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1998

Larrosa, Jorge – “Tecnologias do Eu e Educação” in Silva, Tomaz T. da (org.) – *O sujeito da educação. Estudos foucaultianos*, Petrópolis, Vozes, 1994

Larson, R. – “Towards a psychology of positive youth development” in *The American Psychologist*, n.º 55, January 2000

Lauand, Luiz Jean (org.) – *Ética: Questões Fundamentais*, S. Paulo, Edix, 1995

Lauchand, Mirza – “Kempo” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

Lauchand, Mirza – “Kempo” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006

Lauchand, Mirza António – “Hara-Ho Kempo Karaté” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Lautman, Jacques – “Éléments pour le débat sur le Service National” in *Cahiers de la Fondation pour les Etudes de Défense*, n.º 1, Paris, Janvier 1996

Lave, Jean e Wenger, Etienne – *Situated learning: legitimate peripheral participation*, New York, Cambridge University Press, 1991

Lazar, J. – *L'opinion publique*, Paris, Dalloz, 1995

Lazarsfeld, P. F. e Henry, N. M. – *Latent Structure Analysis*, New York, Houghton-Mifflin, 1968

Leal, Manoel Pereira da Sylva – “Catálogo Chronologico dos Collegiaes, e Porcionistas do Collegio de S. Pedro, desde o Anno de 1574 em que foi Restaurado, até o Presente de 1725” in Vários – *Colecção de Documentos e Memórias da Academia Real da História Portugueza*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1725

Leavitt, Harold J. e Bahrami, Homa – *Managerial Psychology. Managing Behaviour in Organizations*, 5.ª Edição, Chicago, The University of Chicago Press, 1988 [ed. original 1958]

Lebaud, Ten. Cel. – *Comandar*, Trad. Major Niso de Viana Montezuma, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar Editora, 1942

Leclercq, Jacques – *Leçons de droit naturel*, T. II (L'État ou la Politique), 2.^{me} Édition, Namur/Lovaina, 1934

- Ledrut, Raymond – *Sociologie du chômage*, Paris, PUF, 1966
- Leech, John – *Asymmetries of Conflict – War Without Death*, London e Portland, Franc Cass, 2002
- Leighly, John – *Land and Life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1974
- Leitão, Joaquim – *A Comédia Política*, Lisboa, 1910.
- Leite, F. e Figueiredo, A. – *Inserção Profissional dos Primeiros Diplomados pelas escolas profissionais*, Lisboa, Ministério da Educação, 1995
- Leite, Rita Pinto (Org.) – *A reforma do sistema educativo*, Lisboa, MEN, 1973
- Lemos, Álvaro Viana de – “O Professor Álvaro Viana de Lemos evoca os seus primeiros tempos de Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 19 e 20, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 1 de Dezembro de 1960
- Lemos, Álvaro Viana de – “Uma velha aspiração” in *O Profissional*, n.º 1, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, 31 de Janeiro de 1916
- Lemos, Álvaro Viana de – *A modelação escolar*, Coimbra, Livraria Atlântica, 1928
- Lemos, Álvaro Viana de (coord.) – *O Instituto dos Pupilos*, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, 28 de Julho de 1913
- Lemos, M. – *A motivação no processo de ensino aprendizagem, em situação de aula*, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, Universidade do Porto, 1993
- Lenhart, Gero – *Shule und bürokratische Rationalität, Frankfurt am Main, Suhrkamp*, 1984
- Lenoir, Noelle e Mathieu, Bertrand – *Les normes internationales de la bioéthique*, Paris, PUF, 1998
- Leonard, W. M. – *A sociological perspective of sport*, Needham Heights, Allyn and Bacon, 1998
- Lesne, M. – *Trabalho pedagógico e formação de adultos*, Lisboa, FCG, 1984
- Lessard-Hébert, Michelle; Goyette, Gabriel e Boutin, Gérard – *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994 [ed. original 1990]
- Lévi-Strauss, C. – *Mito y Significado*, Alianza Editorial: Buenos Aires, 1978
- Lévi-Strauss, C. e Eribon, D. – *De Perto e de Longe*, São Paulo, Nova Fronteira, 1991
- Lévi-Strauss, Claude – *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, 1958
- Levy, Marion Jr. – *Modernization: Latecomers and Survivors*, New York e London, Basic Books, 1972

- Levy, Michel-Louis; Ewencyk, Solange e Jammes, Robert – *Comprendre l'information économique et sociale: guide méthodologique*, Paris, Hatier, 1981
- Licht, B. G. e Kistner, J. A. – “Motivational problems of LD children: Individual differences and their implications for treatment” in Torgesen, J. K. e Wong, B. Y. L. (eds.) – *Psychological and educational perspectives on learning disabilities*, Orlando, Academic Press, 1986
- Lickona, T. – *Educating for character. How our schools can teach respect and responsibility*, New York, Bantam Books, 1991
- Lieberman, A. – *Schools as collaborative cultures create the future now*, Lewes, The Falmer Press, 1990
- Lieury, A. e Fenouillet, F. – *Motivation et réussite scolaire*, Paris, Dunod, 1996
- Lima, Dagoberto Campos de – “Mais uma história sobre o nosso Emblema” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 43, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Março de 1967
- Lima, L. – *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*, Braga, Universidade do Minho, 1992
- Lima, L. – *A Escola como organização e a participação na organização escolar*, Braga, Instituto de Educação/Universidade do Minho, 1992
- Lima, Licínio C. – *Organização escolar e Democracia Radical*, S. Paulo, Cortez Ed., 2000
- Lima, Maria Luisa Pedroso de – “Atitudes” in Vala, Jorge e Monteiro, Maria Benedicta (coords.) – *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993
- Lima, Mayumi S. – *A Cidade e a Criança*, S. Paulo, Livraria Nobel, 1989
- Lino, Santos – “E assim se fundou a nossa Associação!” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 22, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1961
- Lino, Santos – “Legenda de Fé” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 64 e 65, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho e Julho a Setembro de 1971
- Lino, Santos – “Taça Challenge” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 22, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1961
- Linton, Ralph – *Les fondements culturels de la personnalité*, Paris, Dunod, 1967
- Linville, P. W. – “Self-complexity as a cognitive buffer against stress-related illness and depression” in *Journal of Personality and Social Psychology*, n.º 52, 1987
- Lipman, Matthew – *O pensar na educação*, Petrópolis, Vozes, 1995
- Lipschutz, Ronnie D. – “On Security” in Lipschutz, Ronnie D. (ed.) – *On Security*, New York, Columbia University Press, 1998

Lisboa, Manuel – *Atitudes e condutas dos dirigentes da indústria face às inovações tecnológicas e organizacionais*, Lisboa, UNL, 1989

Litt, J.-L. – “L’inégalité scolaire et la chance: le livre de Jencks” in *Recherches sociologiques*, vol. XI, n.º 2, 1980

Little, Richard – “International Relations and Large-Scale Historical Change” in Groom, A. J. R. e Light, Margot (ed.) – *Contemporary International Relations: a Guide to Theory*, London e New York, Pinter Publishers, 1994

Lobo, Leonel Rodrigues – “Pupilos do Exército. Para onde te estão encurralando?” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 182, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2001

Lobrot, Michel – *Para que Serve a Escola*, Lisboa, Terramar, 1992

Lomnitz, Claudio – “Decadence in Times of Globalization” in *Cultural Anthropology*, vol. 9, n.º 2, May 1994

Long, James E. e Caudill, Steven B. – “The Impact of Participation in Intercollegiate Athletics on Income and Graduation” in *The Review of Economics and Statistics*, vol. 73, n.º 3, 1991

Lopes, Fernão – *Cronica del Rei Dom Joam I de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o Décimo*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977

Lopes, João Teixeira – *Tristes Escolas. Práticas culturais estudiantis no espaço escolar urbano*, Porto, Edições Afrontamento, 1996

Lopes, José de Sousa Miguel – “Diversidade etnocultural na escola” in *Jornal a Página da Educação*, ano 11, n.º 118, Dezembro 2002

Lopes, José Eurico – “Monólogo de um Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Lopes, José S. Marques – “Dicionário de Termos Pilónicos. VI – Os Recordes Alimentares” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 129, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1988

Lopes, Luís e Dias, Bruno – “Nas comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil. Deslocação da Classe Especial de Ginástica a Pouso Alegre” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Lopes, Nuno Macau – “Andebol Universitário” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

- Lopes, Rui Carlos Antunes e Almeida – “Mensagem do novo Capelão” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005
- Loureiro dos Santos, General e Meireles, Luísa – *E depois do Iraque? General Loureiro dos Santos responde a Luísa Meireles*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2003
- Loureiro dos Santos, J. A. – “A Nova Ordem Mundial. O Conceito de Perspectiva” in *Conjuntura Internacional, 1996*, Lisboa, ISCSP/UTL, 1996
- Lourenço, Eduardo – “Patriotismo e Nacionalismo” in *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1989
- Lourenço, O. M. – *Crianças para o Amanhã*, Porto, Porto Editora, 1993
- Lourenço, Orlando – *Psicologia e Desenvolvimento Moral: teoria, dados e implicações*, Coimbra, Livraria Almedina, 1992
- Louro, Regina – “Um dia na vida dos Meninos da Luz” in *Público Magazine*, parte integrante do Público n.º 741, 15 de Março de 1992
- Lowy, Richard F. Lowy – “George Herbert Mead: A Bibliography of the Secondary Literature with Relevant Symbolic Interactionist References” in *Studies in Symbolic Interactionism*, vol. 7, Part B, 1986
- Lucena, José de Sousa – “A Juventude e a Defesa Nacional do País” in *Nação e Defesa*, n.º 36, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Outubro a Dezembro de 1985
- Lucena, Manuel de – “Interpretações do salazarismo. Notas de leitura crítica” in *Análise Social*, n.º 4, Lisboa, ICS, 1984
- Lucena, Manuel de – *A evolução do sistema corporativo português; I – O salazarismo; II – O marcelismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976
- Luhmann, Niklas – *Social Systems*, Stanford UP, 1995 [ed. original 1987]
- Lukes, Steven – *Power. A radical view*, London, The Macmillan Press, 1978
- Luna, S. e Davis, C. – “A Questão da autoridade na educação” in *Cadernos de Pesquisa*, n.º 76, Fevereiro de 1991
- Lushington, N. – “A marine troop leader's handbook” in *Marine Corps Gazette*, n.º 35, 1951
- Luthans, Fred – *Organizational Behavior*, 7.ª Edição, New York, McGraw-Hill, 1995
- Luz, André Filipe Batista – Editorial” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001
- Lyon, David – *The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society*, Cambridge, Polity, 1994

- Lyotard, Jean-François – *A condição pós-moderna*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2002 (ed. original Lyotard, Jean-François – *La Condition Postmoderne*, Paris, Minuit, 1979)
- Maanen, Van e Schein, Edgar – “Toward a Theory of Organizational Socialization” in Staw, Barry M. (ed.) - *Research in Organizational Behaviour*, vol. 1, Greenwich, JAI Press, 1979
- Macedo, Jorge Borges de – “O aparecimento em Portugal do conceito de Programa Político” in *Democracia e Liberdade*, n.º 20, Julho de 1981
- Macedo, Jorge Braga de Macedo; Maltez, José Adelino e Henriques, Mendo Castro – *Bem Comum dos Portugueses*, 2.ª Edição, Lisboa, Vega, 1999
- Machado, Bernardino – “Escolas Industriais. Plano de Reforma” in *O Ensino Profissional*, V. N. de Famalicão, C. M. de V. N. de Famalicão, 1985 [ed. original 1900]
- Machado, Diogo Barbosa – *Biblioteca Lusitana*, Tomo I, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1752
- Machado, Jónatas – “A liberdade religiosa na perspectiva das liberdades fundamentais” in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, 2002
- Machado, Jónatas – *O Regime Concordatário entre a “Libertas Ecclesiae” e a Liberdade Religiosa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1993
- Machado, José Félix – “Torneio Internacional de Espada de Casablanca (Marrocos)” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 197, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2005
- Machado, Miguel António G. Silva e Carmo, António E. Sucena do – *Tropas Pára-quevistas Portuguesas. 1956-1993*, Edição dos Autores, Lisboa, 1993
- MacIntyre, Alasdair – *After Virtue*, Indiana, University of Notre Dame Press, 1981
- Maffesoli, M. – *A Violência Totalitária: Ensaio de Antropologia Política*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- Magalhães, Joaquim Romero de – *A pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*, Lisboa, Terra Livre, 1979
- Maia, Doralice Sátyro – “A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições” in *Terra Livre*, n.º 16, São Paulo, 1.º semestre de 2001
- Maia, Doralice Sátyro – *Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade João Pessoa-PB*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000
- Maia, Salgueiro – *Capitão de Abril. Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997

- Maltez, José Adelino – *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*, 2.^a Edição, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Universidade Técnica de Lisboa, 1996
- Maltez, José Adelino – *Sobre a Estratégia Cultural Portuguesa. Elementos para uma Reflexão*, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1991
- Maltez, José Adelino – *Tudo pela Europa, Nada contra a Nação*, Lisboa, ISCSP, 1997
- Manheim, Karl – *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976 [ed. original 1929]
- Mann, R. D. – “A review of the relationship between personality and performance in small groups” in *Psychological Bulletin*, vol. 66, n.º 4, 1959
- Mannheim, Karl – *Libertad, Poder y Planificación Democrática*, México, Editorial Fondo de Cultura Económica, 1971 [ed. original 1950]
- Maquiavel, Nicolau – *A Arte da Guerra*, Lisboa, Edições Sílabo, 2006
- Maquiavel, Nicolau – *O Príncipe*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d.
- Marc, Edmond e Picard, Dominique – *Interacção Social*, Porto, Rés, s/d
- Marcelino, Major de Infantaria José Marques da Cruz – “Reflexões sobre a Educação de hoje” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 58, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1969
- Marconi, M. A. e Presotto, Z. M. N. – *Antropologia: uma introdução*, São Paulo, Atlas, 1987
- Marivoet, S. – *Aspectos Sociológicos do Desporto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998
- Marivoet, Salomé – “Hábitos desportivos da população portuguesa (1988-1998)” in Marivoet, Salomé *et al.* (coord.) - *Um Olhar Sociológico sobre o Desporto no Limiar do Século XXI*, Actas das III Jornadas de Sociologia do Desporto, Lisboa, CEFD, 2002
- Marques, A. H. de Oliveira – *A Primeira República Portuguesa. Alguns Aspectos Estruturais*, 3.^a Edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1980
- Marques, A. H. de Oliveira – *Afonso Costa*, Lisboa, Livraria Arcádia, 1972
- Marques, A. H. de Oliveira – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, volumes I e II, Lisboa, Editorial Delta, 1986
- Marques, A. H. de Oliveira – *Ensaio de História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988
- Marques, A. H. de Oliveira – *Guia da Primeira República Portuguesa*, 2.^a Impressão, Lisboa, Editorial Estampa, 1997 [ed. original 1981]

Marques, A. H. de Oliveira – *História da Maçonaria em Portugal*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1990

Marques, A. H. de Oliveira – *O Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar. Achegas para a Compreensão do Decreto Fundador*, texto policopiado na posse do Instituto Militar dos Pupilos do Exército e da Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa, IMPE/APE, s. d.

Marques, A. H. de Oliveira (coord.) – “Da Monarquia para a República” e “Portugal da Monarquia para a República” in Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991

Marques, A. H. de Oliveira (dir.) – *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978

Marques, Alfredo – *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988

Marques, Aníbal de Sousa – “Pupilos do Exército 88 anos. Homenagem à Escola que me fez Homem e me preparou para a Vida” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006

Marques, Augusto de Sousa – “Reflexões ao redor de uma alta lição” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 69, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 1972

Marques, Eugénia – “Mente sã em Corpo sã” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Marques, Fernando Pereira – *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 1999

Marques, Isabel – “Grupo Coral e Instrumental do IMPE no Externato Marista” in *Querer é Poder*, n.º 27, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1993

Marques, R. – “Colaboração Família-Escola. Estudo de caso” in *Inovação*, vol. 7, n.º 3, 1994

Marques, Ramiro – *O livro das virtudes de sempre: ética para professores*, São Paulo, Landy, 2001

Marques, Ramiro – *Valores Éticos e Cidadania na Escola*, Lisboa, Editorial Presença, 2003

Marques, Ricardo – “Clube do Património 1993/94” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995

Marques, Victor Caldeira – “A Nossa Imprensa. Capítulo I: O Profissional” in *Querer é Poder*, n.º 12, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto a Novembro de 1987

Marques, Victor Caldeira – “A Nossa Imprensa. Capítulo II: Os Pupilos do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Marques, Victor Caldeira – “A Nossa Imprensa. Capítulo III: O Jornal dos Pupilos do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 14, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1988

Marques, Victor Caldeira – “A Nossa Imprensa. Capítulo IV: Participação” in *Querer é Poder*, n.º 14, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1988

Marques, Victor Caldeira – “A Nossa Imprensa. Último Capítulo” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988

Marsh, H. – “Extracurricular activities: beneficial extension of the traditional curriculum or subversion of academic goals” in *Journal of Academic Psychology*, vol. 84, n.º 4, 1992

Marsh, H. W. e Kleitman, S. – “Extracurricular School Activities: The Good, the Bad, and the Nonlinear” in *Harvard Educational Review*, vol. 72, n.º 4, 2002

Marsh, Herbert W. e Yeung, Alexander Seeshing – “Coursework Selection: Relations to Academic Self-Concept and Achievement” in *American Educational Research Journal*, vol. 34, n.º 4, Winter 1997

Marshall, Gordon (ed.) – *Dictionary of Sociology*, Oxford, Oxford University Press, 1998

Marshall, Thomas H. – *Class, citizenship and social development*, New York, Garden City, 1964

Martelo, David – “Estudo Introdutório” in Maquiavel, Nicolau – *A Arte da Guerra*, Lisboa, Edições Sílabo, 2006

Martelo, David – *O Exército Português na fronteira do futuro*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997

Martin e Mason – “Making the most of your life: the goal of education for leisure” in *European Journal of Education*, vol. 22, n.ºs 3 e 4, 1987

Martin, Denis *et al.* – *Os Militares e o Poder na América Latina e em África*, Lisboa, Ed. D. Quixote, 1975

Martin, Hans-Peter e Schumann, Harald – *A Armadilha da Globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social*, Lisboa, Terramar, 2000

Martin, Laurence e Roper, John (ed.) – “The Utility of Military Force” in *Towards a Common Defense Policy*, Paris, Instituto para os Estudos da UEO, 1996

Martin, Michael Louis e Maccrate, Ellen Stern – *The Military, militarism, and the polity: essays in honor of Morris Janowitz*, New York, Free Press, 1984

Martín-Barbero, Jesús – “Saberes hoy: disseminaciones, competencias y transversalidades” in *Revista Iberoamericana de Educación*, n.º 32, Organización de Estados Iberoamericanos, Maio a Agosto de 2003

Martineau, Harriet – *Society in America*, Garden City, Doubleday Anchor Books, 1962 [ed. original 1837]

Martinet, M. – *Teoria das Emoções. Introdução à obra de Henri Wallon*, Lisboa, Moraes Editores, 1981

Martinez, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*, 2.ª Edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1992

Martins – “Pára-qedismo” in *Querer é Poder*, n.º 26, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Martins, Arnaldo Bastos – “Os ex-Pilões do Norte” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 100, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 1981

Martins, Fernando – “Instituto Militar dos Pupilos do Exército” in *Baluarte*, n.º 6, Lisboa, Governo Militar de Lisboa

Martins, François – “Honra e Dignidade, Factores de Eficiência Militar” in *Nação e Defesa*, n.º 17, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Janeiro a Março de 1981

Martins, General Ferreira – *As Virtudes Militares na Tradição Histórica de Portugal*, 2.ª Edição, Lisboa, s. n., 1953 [ed. original 1944]

Martins, Guilherme D'Oliveira – “Emmanuel Mounier, educador” in *JL, artes e ideias*, Lisboa, 17 de Abril de 1990

Martins, José F. Ferreira – *Crónica dos Vice-Reis e Governadores da Índia*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1919

Martins, Luís – “Récita de Carnaval 1999/2000” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Martins, Maria João – “Direitos iguais, alunos diferentes” in *O Estado da Educação*, Suplemento da revista Visão, n.º 707, Paço de Arcos, 21 de Setembro de 2006

Martins, Nuno – “Uma nova tradição no Pilão? Antigos e novos com o mesmo número” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 153, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1994

Martins, Rocha – *Pimenta da Castro*, Lisboa, Edição do autor, s. d.

- Martins, Rui e Augusto, Ricardo – “Récita/91” in *Querer é Poder*, n.º 22, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991
- Martins, Salvador – “25 de Maio de 1985. 74.º Aniversário do I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 4, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Julho e Agosto de 1985
- Martins, Salvador – “Ler... Ler Sempre...” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 71 e 72, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Junho de 1973
- Martins, Salvador – “Pela Educação” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 77, Julho a Setembro de 1974
- Martins, Salvador – “Problemas da Criança perante o Internato” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 75, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 1974
- Martins, Vasco – “A despedida de O Profissional” in *O Profissional*, n.ºs 69 e 70, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Novembro e Dezembro de 1924
- Marujo, H.; Neto, L. e Perloiro, M. – *A família e o sucesso escolar*, Lisboa, Editorial Presença, 2002
- Marx, Karl – *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*, tradução Italiana Einaudi, Torino, 1976 [ed. original 1857-58]
- Marx, Karl – *Manuscritos Económicos e Filosóficos: Terceiro Manuscrito*, 2.ª Edição, São Paulo, Abril Cultural, 1978
- Marx, Karl – *O Capital*, Moscow, Progress Publishers, 1971 [ed. original 1867]
- Marx, Karl – *Para a Crítica da Economia Política*, 2.ª Edição, São Paulo, Abril Cultural
- Marx, Karl e Engels, F. – *A ideologia alemã*, 2.ª Edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1979
- Mascarenhas, Eduardo – “Candidatos às academias muito acima das vagas” in *Diário de Notícias*, 25 de Agosto de 2004
- Mascarenhas, Eduardo – “Escolas militares atraem juventude” in *Diário de Notícias*, 25 de Agosto de 2004
- Mascarenhas, Jaime de – “A nossa Tuna” in *O Profissional*, n.ºs 37 a 39, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1921
- Mascarenhas, Jaime de – “Páginas de Saudade” in *O Profissional*, n.ºs 37 a 39, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1921
- Mascarenhas, Jaime Gil – “Querer é Poder” in *O Profissional*, n.º 25, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1919

- Maslow, A. H. – *Motivation and Personality*, New York, Harper & Row, 1954
- Mateus – “Classe Especial de Ginástica. Actuações no ano de 1984/85” in *Querer é Poder*, n.º 4, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Julho e Agosto de 1985
- Matos, A. Campos – “Bibliografia de António Sérgio” in *Revista de História das Ideias*, n.º 5, Coimbra, 1983
- Matos, A. Campos – “Bibliografia de António Sérgio” in *Vértice*, vol. 30, n.ºs 319 e 320, Agosto a Setembro de 1970
- Matos, Fernando M. Arião C. de – “Adeus” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 23, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 30 de Setembro de 1961
- Matos, Jaime – “O Ensino e os Pupilos do Exército” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 172, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 1999
- Mattews, Lloyd e Brown, Dale F. – *The Parameters of Military Ethics*, London, Pergamon-Brassey’s International Defense Publishers, Inc., 1989
- Maturana, Humberto – *El Sentido de lo Humano*, S. Chile, Dolmen/Mundo Abierto, 1996
- Maurois, André – *Un art de vivre*, Paris, Plon, 1939
- Mauss, Marcel – “Essai sur le don, forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques” in *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 1983 [ed. original 1923]
- May, Rollo – *The Courage to create*, Nova Iorque, Bantam, 1976
- Mayntz, R. – *Soziologie der Organisation*, Munchen, 1963
- McConnell D. – *Implementing computer supported co-operative learning*, London, Kogan Page, 1994
- McCutcheon, A. L. – “Latent class analysis” in *Quantitative Applications in the Social Sciences*, n.º 64, Thousand Oaks, Sage Publications, 1987
- McDermott, J. J. – “Giving support to leadership” in *Marine Corps Gazette*, n.º 62, 1978
- McDougal, William – *Psicologia. Estudo do comportamento*, Trad. Énio Ramalho, Universidade de Oxford, Coimbra, 1942
- McDowell, Linda – “A transformação da geografia cultural” in Gregory, Derek; Martins, Ron e Smith, Graham – *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996
- McIntosh, D. S. – “Power and social control” in *American Political Science Review*, n.º 57, 1963
- McLachlan, G. e Peel, D. – *Finite Mixture Models*, John Wiley & Sons, New York, 2000

- McLachlan, G. J. e Basford, K. E. – *Mixture Models: Inference and Applications to Clustering*, Marcel-Dekker, New York, 1988
- McLaren, Peter – *Rituais na escola*, Petrópolis, Vozes, 1991
- McLaughlin, M. W. – *Community Counts: How Youth Organizations Matter for Youth Development*, Washington, Public Education Network, 2000
- McLeish, Kenneth – *Aristóteles*, São Paulo, Unesp, 2000
- McLeod, Hugh – *Religion and People of Western Europe, 1789-1989*, Oxford, Oxford University Press, 1997
- McLuhan, Marshall – *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man*, Toronto, University of Toronto Press, 1962
- McWhinney, Ian R. – *Manual de Medicina Familiar*, Lisboa, Inforsalus, 1994 [ed. original da Oxford University Press, 1989]
- MDN – *Intervenção do Ministro da Defesa Nacional no 82º aniversário da Liga dos Combatentes*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional, 15 de Outubro de 2005
- Mead, Geog Hebert – *L'Esprit, le Soi et la Société*, Paris, PUF
- Mead, Margaret – *Le fossé des générations*, Paris, Denoel, 1970
- Mead, Margaret – *Sex and temperament in three primitive societies*, New York, Morrow, 1935
- Medalia, N. Z. – “Authoritarianism, leader acceptance, and group cohesion” in *Journal of Abnormal and Social Psychology*, n.º 51, 1955
- Medeiros, Fernando – *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978
- Medina, João – *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994
- Medina, João (dir.) – *História de Portugal*, vol. X, Lisboa, Ediclube, 1993
- Meece, J. – *The role of motivation in self-regulated learning*, New Jersey, Laurence Erlbaum Associates Publishers, 1994
- Megale, Januário Francisco (org.) – “Max Sorre” in *Grandes Cientistas Sociais*, n.º 46, São Paulo, Ática, 1984
- Meirelles, Isabel – “Do alto desta cúpula, dois séculos de História vos contemplam...” in *Revista Militar*, n.ºs 2413 e 2414, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Fevereiro e Março de 2003
- Mélèse, J. – *Approche systémique des organisations*, Paris, Ed. Hommes et Techniques, 1979

Mendel, Gérard – *Quand plus rien ne va de soi. Apprendre à vivre avec l'incertitude*, Paris, Robert Laffont, 1979

Mendel, William W. – “As Forças Armadas dos EUA: Diversidade de Missões no Século XXI” in *Military Review*, Ed. Brasileira, vol. LXXV, n.º 2, Março a Abril de 1995

Mendes Ribeiro, João – “Arquitectura & Cenografia” in *Revista NU*, Núcleo de Estudantes do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra, Novembro de 2002

Mendes, Aluno 219 – “Orientação. Equipa de Orientação apurada para o Campeonato do Mundo” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Mendes, André – “A História da Jacarezada” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995

Mendes, Vítor Manuel Neves Pires – “O Meu Primeiro Dia no I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 1, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1985

Menezes – *História de Portugal Restaurado*, Tomo I, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, 1751 [ed. original 1679]

Merriam, S. B. – *Case study research in education. A qualitative approach*, San Francisco, Jossey-Bass Publishers, 1991

Merton, R. K. – *Eléments de théorie et de méthode sociologique*, Brionne, Gérard Monfort, 1965

Merton, Robert – *Social Theory and Social Structure*, New York, Free Press, 1968

Merton, Robert King; Fiske, Marjorie e Kendall, Patricia L. – *The Focused Interview: a manual of problems and procedures*, New York, Free Press, 1990

Mesmin, G. – “L’espace d’enseignement: L’architecture moderne” in *Idéaux pédagogiques européens*, Tome I, Noveuax Classiques Larousse, 1973

Mesquita, General Victor Manuel Mota de – *De três em três meses*, Lisboa, Imagem Digital Gráfica, 2004

Mesquita, Victor Manuel Mota de – “Editorial. A Destruição de Valores” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 180, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2001

Mesquita, Victor Manuel Mota de – “Editorial. Não Estamos Sós” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 181, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro de 2001

Mesquita, Vítor Manuel Mota de Mesquita – “Aproxima-se o centenário dos Pupilos do Exército” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 193, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2004

Messner, F. (dir.) – *La culture religieuse à l' école*, Paris, Cerf, 1995

Miceli, Sérgio – “A força do sentido” in Bourdieu, Pierre – *A economia das trocas simbólicas*, 3.ª Edição, São Paulo, Perspectiva, 1992 [ed. original 1974]

Michaelis – *Moderno dicionário da língua portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1998

Michels, Robert – *Les Partis Politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, Paris, Flammarion, 1971 [ed. original 1911]

Miguel, Marcos – “Andebol. Um desporto com tradição” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994

Miles, M. e Huberman, A. – *Qualitative Data Analysis*, London, Sage, 1994

Milhano, José Manuel Pessoa – “Instituto Militar dos Pupilos do Exército. Ano Lectivo 2003/04. Reunião da Comunidade Escolar – 14 de Julho de 2004” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 194, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2004

Milhano, Manuela; Monteiro, Natividade e Velez, Fernando – “A 'República' veio ao IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Milharadas, Orlando Jorge – “Cerimónia de Imposição de Insignias aos Alunos Graduados” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Milice Ribeiro dos Santos em Costa, Ricardo Jorge – “A actual realidade dos internatos em Portugal decorre da incapacidade de criar respostas alternativas” in *Jornal a Página da Educação*, ano 13, n.º 135, Junho 2004

Millard, Eric – “Hauriou et la théorie de l'institution” in *Droit et Société*, n.ºs 30 e 31, 1995

Mills, C. Wright – *Poder e Política*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965

Mills, C. Wright – *The Sociological Imagination*, London, Oxford e New York, Oxford University Press, 1967 [ed. original 1959]

Milot, Michel e Ouellet, Ferdinand – *Religion, éducation & démocratie*, Paris, Harmattan, 1997

Mingat, A. – “Les acquisitions scolaires de l'élève au C. P.: les origines des différences” in *Revue Française de Pédagogie*, n.º 67, 1984

Ministério da Educação – *Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas*, 2.^a Edição, Lisboa, Ministério da Educação/Secretaria-Geral do Ministério da Educação, Setembro de 2003

Ministério das Finanças – *A Economia Portuguesa*, Lisboa, Ministério das Finanças/Direcção-Geral de Estudos e Previsão, Julho de 2005

Ministério de Educação e Cultura do Brasil – *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais: ética*, Brasília, SEF, 1997

Miranda, José Bragança de – *Política e Modernidade*, Lisboa, Edições Colibri, 1997

Miranda, Paulo Pires – “O Exercício do Comando – Uma Perspectiva” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 48, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1999

Miranda, Paulo Pires – “O Exercício do Comando – Uma Perspectiva” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 48, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1999

Miranda, Sacuntala de – *A Emigração Portuguesa e o Atlântico. 1870-1930*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999

Mitchell, T. R. e Larson, J. R. – *People in Organizations*, 3.^a Edição, New York, McGraw-Hill, 1987

Moch, A. – *A Pólvora sem fumo e a táctica*, Lisboa, 1899

Monbeig, Pierre – “Notas sobre a Geografia Humana do Nordeste do Brasil” in Monbeig, Pierre – *Novos estudos de geografia humana brasileira*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1957

Monbeig, Pierre – “Os modos de pensar na Geografia Humana” in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 68, São Paulo, 1990

Mónica, M. F. – *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista 1926-1939)*, Lisboa, Editorial Presença, 1978

Mónica, Maria Filomena – “Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX” in *Análise Social*, vol. XVI, n.º 63, Coimbra, 1980

Mónica, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, INCM, 1985

Mónica, Maria Filomena (org.) – *Antologia Sociológica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000

Mónica, Maria Filomena (org.) – *Escola e Classes Sociais. Introdução a uma Problemática da Sociologia da Educação*, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978

Moniz, Jaime Constantino de Freitas – *Corpo Diplomático Português Contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo desde o Século XVI até aos Nossos Dias*, Tomo XII, Lisboa, Academia das Ciências, 1902

Montandon, Cléopâtre – *L'école dans la vie des familles*, Genève, Service de la Recherche Sociologique, 1991

Montandon, Cléopâtre e Perrenoud, Philippe – *Entre Pais e Professores, Um Diálogo Impossível?*, Oeiras, Celta Editora, 2001

Monteiro, Fr. Pedro – “Catálogo dos Deputados do Conselho Geral do Santo Officio” in Vários – *Colecção de Documentos e Memórias da Academia Real da História Portugueza*, vol. I, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1725

Monteiro, Natividade – “Evocação do nosso Patrono” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Monteiro, Natividade – “Recriação Histórica” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998

Monteiro, Nelson – “Teatro. Para o Brasil ou para a Índia?” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Monteiro, V. – *Leitura a par. Efeitos de um programa tutorial no desempenho em leitura, motivação, auto-conceito de alunos do 2.º e 4.º ano de escolaridade*, Lisboa, Departamento de Educação da Faculdade de Ciências/Universidade de Lisboa, 2003

Montesquieu, Charles de Secondat – *L'Esprit des Lois*, Paris, Belles-Lettres, 1950

Montmollin, Germaine de – “Le changement d'attitude” in Moscovici, Serge (dir.) – *Psychologie Sociale*, Paris, PUF, 1984

Montmollin, Maurice de – “La compétence dans le contexte du travail” in Minet, F.; Parlier, M. e Witte, Serge de – (orgs.) – *La compétence: mythe, construction ou réalité?*, Paris, Ed. L'Harmattan, 1994

Moore, Gary – “Child Care Environments: Policy, Research and Design” in *Special Issue of Children's Environments Quarterly*, vol. 6, n.º 4, Winter, 1989

Moore, Wilbert E. – *The Professions: roles and rules*, New York, Russell Sage Foundation, 1976 [ed. original 1970]

Mora, José Ferrater – *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982

Moraes, Maria Cândida – *Pensamento Eco-sistémico. Educação, aprendizagem e cidadania no século XXI*, Petrópolis, Editora Vozes, 2004

- Morais, Carlos Blanco de; Araújo, António de; Leitão, Alexandra – *O Direito de Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Edições Cosmos, 2000
- Morais, Francisco – *Reitores da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1951
- Morais, Pedro – “O Carnaval no IMPE. O Enterro” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004
- Moreira, Adriano – “Educar para a Cidadania” in *Brotéria*, n.º 149, Lisboa, 1998
- Moreira, Adriano – “Liderança” in *Nação e Defesa*, Número Extra Série, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho de 2004
- Moreira, Adriano – “Os Poderes dos Pequenos Estados em Tempo de Paz” in *Nação e Defesa*, n.º 6, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1991
- Moreira, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Livraria Almedina, 1996
- Moreira, Carlos Diogo – *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, ISCSP, 1994
- Moreira, J. Manuel – *A Contas com a Ética Empresarial*, Cascais, Março de 1999
- Moreira, Luís – “I Torneio de Ergómetro Indoor do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994
- Moreira, Rui – “Equipa de Andebol do IMPE desloca-se à Madeira” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988
- Moreira, Rui – “Saúdemos os Vice-Campeões” in *Querer é Poder*, n.º 12, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto a Novembro de 1987
- Morgado, José – “Ensino Básico” in *Nação e Defesa*, Número Extra Série, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho de 2004
- Morgado, Luísa – “O insucesso escolar na adolescência: breve apontamento sobre as suas causas e as suas remediações” in *Ensaios de Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, FPCE/Universidade de Coimbra, 1998
- Morgan, G. – *Imagens da Organização*, São Paulo, Atlas, 1996
- Morin, Edgar – *As Grandes Questões do nosso Tempo*, Lisboa, Editorial Notícias, 1987
- Morin, Edgar – *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002
- Morin, Edgar – *Paradigme Perdu: la Nature Humaine*, Paris, Éditions du Seuil, 1974 [ed. original 1973]
- Morin, Edgar – *Pensar a Europa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988

- Morin, Edgar – *Sociologia. A Sociologia do Microsocial ao Macroplanetário*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1984
- Morrow, Raymond e Torres, Carlos Alberto – *Teoria Social e Educação. Uma Crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural*, Porto, Edições Afrontamento, 1997 [ed. original 1995]
- Mosca, Gaetano – *The Ruling Class*, Westport, Greenwood Press, 1980
- Moscovici, Serge – “Sobre representações sociais” in Forgas, J. G. (org.) – *Social Cognition*, Londres, Academic Press, 1981
- Moscovici, Serge – *A Representação social da psicanálise*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978
- Moscovici, Serge – *Psychologie des minorités actives*, Paris, PUF, 1979
- Moscovici, Serge (ed.) – *Introduction à la Psychologie Sociale*, Paris, Larousse, 1972
- Mota, Fernando – “O Barrete” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 51, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Setembro a Outubro de 1968
- Mota, J. – *A actividade física no lazer. Reflexões sobre a sua prática*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997
- Mota, Márcia; Paiva, Maria das Graças e Trindade, Vera (orgs.) – *Tendências Contemporâneas em Psicopedagogia*, Petrópolis, Editora Vozes, 2004
- Motta, F. C. P. – “Cultura nacional e cultura organizacional” in Vasconcelos, J. et al. – *Recursos humanos e subjectividade*, Rio de Janeiro, Vozes, 1996
- Moura, J. Pina e Fernandes, R. Sá – *A reforma fiscal inadiável*, Oeiras, Celta Editores, 2000
- Moura, João Lopes Carneiro de – *A Instrução Educativa e a Organização Geral do Estado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909
- Mozzicafreddo, J.; Gomes, J. Salis e Batista, J. S. – *Ética e Administração: Como Modernizar os Serviços Públicos?*, Oeiras, Celta Editora, 2003
- Mozzicafreddo, Juan – “O papel do cidadão na Administração Pública” in *Reforma do Estado e da Administração Pública Gestonária*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/UTL, 2000
- Mucchielli, Roger – *L'Analyse de Contenu des Documents et des Communications*, 8.^{ème} Édition, Paris, Les Éditions ESF, 1998
- Müller, Max – *La Science de la Religion*, Paris, Librairie Germer Baillière, 1873
- Mundy, J. – “Leisure education: a program design” in *Journal of Physical Education & Recreation*, March 1976
- Murray, E. J. – *Motivação e Emoção*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973
- Murtagh, John – *Clínica Geral. Compêndio*, 2.^a Edição, Lisboa, McGraw-Hill, 1996

- Musgrave, P. W. – *Sociologia da Educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979
- Naisbitt, John – *Hightech-Hightouch: Technology and our Search for Meaning*, London, Nicholas Brealey Publishing, 1999
- Naval, C. – *Educар ciudadanos: la Polémica Liberal-Comunitarista en Educación*, Pamplona, EUNSA, 1995
- Nazareth, J. Manuel – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988
- Nérici, I. G. – *Hogar Escuela y Educación*, Córdoba (Argentina), T.A.P.A.S., 1983
- Nêro, António – “Dia do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006
- Neto, C. – “Motricidade infantil e contexto social – suas implicações na organização do ensino” in *Revista Horizonte*, vol. 1, n.º 1, 1984
- Neto, L.; Marujo, H. e Perloiro, F. – *Educар para o Optimismo*, 9.ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 2003
- Nettl, Paul – *Political mobilization: a sociological analysis of methods and concepts*, London, Faber & Faber, 1967
- Nevis, Edwin; Dibella, Anthony J. e Gould, J. M. – “Understanding organizations as learning systems” in *Sloan Management Review*, 1995
- Newbold, K. – “Competence and success in leadership” in *National Guardsman*, n.º 29, 1975
- Newcomb, S. – “A generalized theory of the combination of observations so as to obtain the best result” in *American Journal of Mathematics*, n.º 8, 1886
- Newport, G. – “A study of attitudes and leader behavior” in *Personnel Administration*, n.º 25, 1962
- Nickerson, R. – “On improving thinking through instruction” in *Review of Research in Education*, n.º 15, 1988
- Nisbet, Robert – *La Tradition Sociologique*, Paris, PUF, 1984
- Niza, Sérgio – “Uma Escola para a Democracia” in Presidência da República – *Debates: A Educação e o Futuro*, Lisboa, INCM, 1998
- Nogueira, Conceição e Silva, Isabel – *Cidadania: Construção de novas práticas em contexto educativo*, Lisboa, Edições Asa, 2001
- Nogueira, José – “Grupo Coral e Instrumental Grava CD” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

- Nogueira, José – “O IMPE cantou as Janeiras a Sua Ex.^a o Presidente da República” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002
- Nora, Pierre – *Les lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 1984
- Northouse, Peter G. – *Leadership Theory and Practice*, Second Edition, Thousand Oaks, Sage Publications, 2001
- Nóvoa, António – “Formação de professores e profissão docente” in Nóvoa, A. (coord.) – *Os professores e a sua formação*, Lisboa, IIE/D. Quixote, 1992
- Nóvoa, António – “O passado e o presente dos professores” in Nóvoa, António (org.) – *Profissão Professor*, Porto, Porto Editora, 1998
- Nóvoa, António – “Os professores: quem são? Onde vêm? Para onde vão?” in Stoer, Stephen R. – *Educação, ciências sociais e realidade portuguesa. Uma abordagem pluridisciplinar*, Porto, Edições Afrontamento, 1991
- Nóvoa, António – *As Organizações escolares em análise*, Lisboa, Dom Quixote, 1995
- Nóvoa, António – *As organizações escolares em análise*, Lisboa, Dom Quixote, 1995
- Nóvoa, António – *História da Educação (Provas de Agregação)*, não publ., Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1994
- Nowell, Charles – *The Rose Colored Map*, Lisboa, JICU, 1982
- Nunes, Adérito Sedas – “Portugal, sociedade dualista em evolução” in *Análise Social*, n.ºs 7 e 8, 2.º Semestre, 1964
- Nunes, Armando José da Silva – “Classe de Ginástica de Formação exibiu-se em Elvas” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996
- Nunes, José – *E Para Quê?*, Lisboa, 1918
- Nunes, Luísa (coord.) – Aprender em contexto de trabalho. Reflexão com base numa experiência, Lisboa, INOFOR/Secretaria de Estado do Emprego e Formação/Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999
- Nuñez, J. – *Problemas sociales de la ciencia y la tecnologia*, Habana, Editorial Félix Varela, 1994
- Nye, Jr., Joseph S; Satoh, Yukio e Wilkinson, Paul – *Adressing the New International Terrorism: Prevention, Intervention and Multilateral Cooperation*, Washington D.C., Paris e Tokyo, The Trilateral Commission, Maio 2003
- Oberschall, Anthony – *Social conflict and social movements*, New York, Prentice-Hall, 1973



Ogien, Ruwen – *Les causes et les raisons. Philosophie analytique et sciences humaines*, Nîmes, Éditions Jacqueline Chambon, 1995

Olavo, Carlos – *João das Regras. Jurisconsulto e Homem de Estado*, Lisboa, Guimarães & Cia., 1941

Oliveira, Álvaro de – “A Nova Sede. Sim ou Não?” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 80, Abril a Junho de 1975

Oliveira, Álvaro de – “O Grémio perante o Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 78, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1974

Oliveira, Augusto de – *Subsídios para o Estudo das Relações do Estado com as Igrejas sob o Regime Republicano*, Lisboa, 1914

Oliveira, Aurélio – “Mais um ano cheio de bons resultados na Orientação” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

Oliveira, Aurélio – “Orientação. A equipa pilónica no Campeonato do Mundo em Israel” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Oliveira, Aurélio – “Orientação. Sucesso em Portugal e no estrangeiro” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001

Oliveira, Brigadeiro Álvaro de – “A Triunfal Viagem dos Pupilos do Exército ao Ultramar – Êxitos, Reencontros, Aplausos, Prestígio, e... Missão Cumprida!” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 52, Novembro a Dezembro de 1968

Oliveira, Camilo de – *O Padre e a República*, Porto 1912

Oliveira, Carlos Barbosa de – “Produtividade. Atitudes e Comportamentos” in *Dirigir*, n.ºs 77 e 78, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Janeiro a Abril de 2002

Oliveira, J. – *Psicologia da Educação Escolar: Aluno-Aprendizagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1999

Oliveira, Manuel Alves de (dir.) – *Lexicoteca. Moderna Enciclopédia Universal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987

Oliveira, Nicolau de – *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Régia, 1804 [ed. original 1620]

Oliveira, Ovídio Vito de – “Avé Maria” in *O Profissional*, n.ºs 49 e 50, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1922

Oliveira, P.e Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1948

Oliveira, Paula – *Implementação de um sistema just-in-time: requisitos e estratégias desenvolvidas pela AutoEuropa*, SOCIUS Working Paper, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão/UTL, 1995

Oliveira, Roberto Cardoso de – “Identidade catalã e ideologia étnica” in *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 1, n.º 1, Rio de Janeiro, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Outubro de 1995

Oliven, Ruben George – *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-Nação*, Petrópolis, Vozes, 1992

Olson, Mancur – *A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*, Oeiras, Celta Editora, 1998

Outhwaite, William et. al. – *Dicionário do Pensamento Social do Séc. XX*, Rio de Janeiro, Zahar/Dinalivro, 1996

Pacheco, César – “Homenagem inédita dos ex-Pupilos de 1921” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 50, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho e Agosto de 1968

Page, A. – “Économie de l'éducation” in *Encyclopédie Universalis*, vol. 6, Paris, Corpus, 1984

Pagès, Max – *L'Orientation non-directive en psychotherapie et en psychologie sociale*, Paris, Dunod, 1970

Pais, José Machado – “Lazeres e sociabilidades juvenis” in *Culturas Juvenis*, Lisboa, INCM, 1996

Pais, José Machado – *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996

Paiva, Natacha e Ramos, João – “Classe Especial de Ginástica” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001

Paixão, Jorge – “Na Córte do Bolo-Rei” in *Expresso - guia expresso da semana*, n.º 51, Semana de 20/12 a 26/12, 2003

Palmer, J. – “Scientists and information: using cluster analysis to identify information style” in *Journal of Documentation*, vol. 47, n.º 2, 1991

Panofsky, Erwin – *La Perspective comme Forme Symbolique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1975

Papagno, G. – “Istituzioni” in *Enciclopedia Einaudi*, vol. VII, Einaudi, Torino, 1986

Pardal, Luís A. – “A Educação, a Escola e a Estratificação Social: elementos de análise sociológica” in *Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação*, n.º 1, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1991

Pardal, Luís A. – “A Escola, o Currículo e o Professor” in *Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação*, n.º 7, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1993

Pardal, Luís A. – *Inovação Educacional: uma perspectiva sociológica*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1997 Pires, E. L.; Fernandes, A. S. e Formosinho, J. – *A construção social da educação escolar*, Porto, Edições ASA, 1991

Parente, Cristina e Veloso, Luísa – “Impacto da formação: avaliação das situações de emprego e trajetórias profissionais” in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Sodilivros, 1993

Pareto, Vilfredo – *Os Sistemas Socialistas*, Tomo II, Paris, 1903

Pareto, Vilfredo – *Traité de sociologie générale*, 1.º vol., Genève/Paris, Droz, 1968

Parlebas, P. – *Eléments de Sociologie du Sport*, Paris, PUF, 1986

Paro, V. – *Por Dentro da Escola Pública*, São Paulo, Xamã, 1995

Parsons, Talcott – “The school class as a social system” in *Harvard Educational Review*, vol. 29, n.º 4, 1959

Parsons, Talcott – *El Sistema de las Sociedades Modernas*, Trillas, México D. F., 1977

Parsons, Talcott – *Eléments pour une sociologie de l'action*, Paris, Plon, 1955

Parsons, Talcott – *Societies. Evolutionary and comparative perspectives*, New Jersey, Prentice-Hall, 1966

Parsons, Talcott – *The Social System*, New York, The Free Press, 1951

Parsons, Talcott – *The Structure of Social Action*, New York, McGraw-Hill, 1937

Parsons, Talcott e Platt, Gerald M. – *The American University*, Cambridge, Harvard University Press, 1973

Parsons, Talcott; Shils, Edward; Naegele, Kaspar e Pitts, Jesse – *Theories of Society*, vol. I, Nova Iorque, The Free Press, 1961

Pasadas, David – “Recordações” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986

Paschoa, Armando – *Ética Militar. Subsídios para o seu estudo*, 2.ª Edição, Lisboa, Edições Arpa, s. d.

Patchen, M. – “Participation in decision-making and motivation: what is the relation?” in *Personnel Administration*, n.º 27, 1964

- Paul, Jean-Jacques – *La relation formation-emploi*, Paris, Economica, 1989
- Payet, Jean-Paul – “A Escola e a Construção da Cidadania” in Sarmento, Manuel Jacinto (org.) – *Autonomia da Escola. Políticas e Práticas*, Porto, Edições ASA, 2000
- Paz, Octávio – “A Voz do Tempo” in *Folha de S. Paulo*, 19 de Novembro de 1989
- Pearson, K. – “Contributions to the mathematical theory of evolution” in *Journal of the Royal Statistical Society*, n.º 56, 1893
- Pearson, K. – “On the probability that two independent distributions of frequency are really samples of the same population with special reference to recent work on the identity of trypanosome strains” in *Biometrika*, n.º 10, 1914
- Pedro, M. B. Gonçalves – *Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Templo da Força Aérea em Lisboa. Apontamentos Monográficos*, Lisboa, Central de Publicações da Força Aérea, s. d.
- Peixoto, F. – *Auto-estima, auto-conceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar*, Braga, Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia, 2003
- Peixoto, F. e Almeida, L. S. – “Escala de auto-conceito e auto-estima” in Soares, A. P.; Araújo, S. e Caires, S. (eds.) – *Actas da VII Conferência Internacional Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, Braga, Apport, 1999
- Pena, António de Oliveira – “Problemas de Ética Militar” in *Revista Militar*, n.º 2397, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Outubro de 2001
- Peneff, Jean – *La méthode biographique. De l'école de Chicago à l'histoire orale*, Paris, Armand Colin, 1990
- Penrose, Roger – *The Large, the Small and the Human Mind*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997
- Penteado, J. R. Whitaker – *A técnica da comunicação humana*, 8.ª Edição, São Paulo, Pioneira, 1982
- Penteado, J. R. Whitaker – *Relações Públicas nas Empresas Modernas*, São Paulo, Pioneira, 1989
- Penteado, J. R. Whitaker – *Técnica de Chefia e Liderança*, S. Paulo, Pioneira, 1969
- Percheron, Annick – *La socialisation politique*, Paris, Armand Colin, 1993
- Pereira, A. E. – “As bacias de emprego em Portugal Continental” in *Revista de Estatística*, vol. 4, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1997
- Pereira, A. P. – *Os efeitos de um programa tutorial nos níveis de auto-conceito, auto-estima e na motivação para o sucesso de crianças do 2.º e do 5.º anos de escolaridade*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1999

Pereira, Carlos – “O meu primeiro dia no Pilão” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 191, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2003

Pereira, D. Costa – “A Tecnologia educativa e a Mudança Desejável no Sistema Educativo” in *Revista Portuguesa de Educação*, n.º 6, Braga, Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho, 1993

Pereira, Esteves e Rodrigues, Guilherme – *Portugal. Dicionário*, vol. II, Lisboa, João Romano Torres Editor, 1905-1911

Pereira, F. – “Auto-conceito e resultados escolares na adolescência” in *Análise Psicológica*, n.º 9, 1991

Pereira, Fr. Manuel – *Breve Ristretto della Vita, e Miraculi di S. Consalvo d’Amaranta Portoghese dell’ Ordine de Predicatori*, Roma, Tinassi, 1672

Pereira, Gabriel – *S. Domingos de Benfica*, Lisboa, Oficina Typografica, 1905

Pereira, Gabriel e Lima, Durval Pires de – *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, vols. I e II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950 e 1972

Pereira, José Barbosa – “Em prol de uma educação de qualidade em Portugal” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 181, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro de 2001

Pereira, José G. Barbosa – “O Ensino Tecnológico II para o Plano de Estudos do Secundário no IMPE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 198, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2005

Pereira, José G. Barbosa – “Ponto de Vista” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Pereira, José G. Barbosa – “Uma Educação Institucional” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 185, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2002

Pereira, Luís Gonzaga – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927

Pereira, Margarida – “Começar de Novo” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 202, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2006

Pereira, Miriam Halpern – *Portugal no Século XIX. Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Lisboa, Sá da Costa, 1979

Pereira, Paulo – “Remo. Campeonato Nacional de Remo Indoor” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Pereira, Pedro – “O meu primeiro dia no Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Pereira, S. S. Gonçalves – “Ecos de Lourenço Marques. De Caravaggio a... Shakespeare” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 52, Novembro a Dezembro de 1968

Pereyra, Miguel A. – “La comparación, una empresa razonada de análisis. Por otros usos de la comparación” in *Revista de Educación*, Los usos de la comparación en Ciencias Sociales y Educación, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia, 1990

Perlmutter, Amos – *Lo Militar e lo Político en el Mundo Moderno*, Madrid, Ediciones Ejercito, 1982 [ed. original 1977]

Perlmutter, Amos – *The Military and Politics in Modern Times: on Professionals, Praetorians, and Revolutionary Soldiers*, London, Yale University Press, 1977

Perrenoud, Philippe – “Ce que l'école fait aux familles” in Montandon, Cléopâtre e Perrenoud, Philippe – *Entre parents et enseignants: un dialogue impossible*, Berna/Paris, Peter Lang, 1987

Perrenoud, Philippe – *Construir as competências desde a escola*, Porto Alegre, Artmed, 1999

Perrenoud, Philippe – *La construcción del éxito y del fracasso escolar*, Madrid, Paidéia, 1990

Perrenoud, Philippe – *La Formation des Enseignants entre Théorie et Pratique*, Paris, Ed. Harmattan, 1994

Perrenoud, Philippe – *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*, Porto, Porto Editora, 1995

Perrenoud, Philippe e Montadon, C. – *Qui maitrise l'école? Politiques d'institutions et pratiques des acteurs*, Lausanne, Réalités Sociales, 1988

Pessoa, Luís – “O planeamento estratégico e a responsabilidade social da empresa” in *Dirigir. Revista para Chefias*, n.º 22, 1992

Peterson, P. B. – *Effect and stability of leadership training*, Washington, George Washington University, 1971

Petit, A. – “Entre histoire et sociologie, une perspective constructiviste appliquée à l'émergence des colleges et de la bourgeoisie” in *Revue Française de Pédagogie*, n.º 78, 1987

Petit, A. – “L'école et société: le paradigme de la reproduction et ses limites” in *Revue Européenne des Sciences Sociales*, tome XX, n.º 63, 1982

Petit, A. – “School and Production of society” in *British Journal of Sociology of Education*, vol. 8, n.º 4, 1987

Petit, A. – *Production de l'école. Production de la société: analyse socio-historique de quelques moments décisifs de l'évolution scolaire en Occident*, Paris, Droz, 1982

Phillips, E. M. – “The PhD - Assessing Quality at Different Stages of its Development” in

Zuber-Skerritt, O. – *Starting Research: Supervision and Training*, Tertiary Education Institute/University of Queensland, 1992

Piaget, Jean – *A Epistemologia Genética*, Petrópolis, Vozes, 1970

Piaget, Jean – *Épistémologie des sciences de l'homme*, Paris, Gallimard, 1972

Piaget, Jean – *Le Jugement Moral Chez l'Enfant*, Paris, PUF, 1932

Piaget, Jean – *O juízo moral na criança*, São Paulo, Summus, 1994

Piaget, Jean – *Para onde vai a educação?*, 13.ª Edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1996

Piaget, Jean e Inhelder, Bärbel – *La représentation de l'espace chez l'enfant*, Paris, PUF, 1947

Pica, Carla Martins – “Breve abordagem Estatutário-Filosófica Sobre o Vínculo do Militar ao Estado-Nação” in *Cadernos Navais*, n.º 8, Comissão Cultural da Marinha/Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, Janeiro a Março de 2004

Piçarra, Nelson – “A Barretuna veio para ficar” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Pimenta, Alfredo – *As Igrejas e o Estado em Regime de Separação*, Lisboa, 1913

Pina, General Luís Maria da Câmara – *Relances de História*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Secção de Publicações do Estado-Maior do Exército, 1969

Pinto, André – “Remo” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Pinto, Conceição Alves – *Sociologia da Escola*, Lisboa, McGraw-Hill, 1995

Pinto, David de Almeida – “'Pedra' a 'Pedra'... se constrói uma Sede!” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 131, Abril a Junho de 1989

Pinto, Francisco de Paula Leite – *Da Instrução Pública à Educação Nacional*, Lisboa, Edições Panorama, 1966

Pinto, General Valença – “Alocução por ocasião da apresentação na Academia Militar em 14 de Outubro, da Directiva n.º 193 para a Transformação do Exército” in Redacção do Jornal do Exército – “Transformação do Exército” in *Jornal do Exército*, n.º 523, Lisboa, EME, Novembro de 2003

Pinto, Gouveia – “Conferência feita pelo nosso camarada Gouveia Pinto, no dia 1.º de Dezembro” in *O Profissional*, n.º 16, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Dezembro e Janeiro de 1917/1918

Pinto, João e Carrudo, Hélder – “Baile de Recepção aos Novos Alunos” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994

Pinto, José Madureira – “Questões de metodologia sociológica (I), (II) e (III)” in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.ºs 1, 2 e 3, Porto, Edições Afrontamento, Junho de 1984, Dezembro de 1984 e Junho de 1985

Pinto, José Madureira – *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto, Edições Afrontamento, 1985

Pinto, M. A. Carlos – “XVIII Encontro de Coros” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Pinto, M. Conceição Alves – *L'entrée à l'Université au Portugal. Un essai d'approche systémique en éducation*, Tours, Universidade de Tours, 1983

Pinto, M. Conceição Alves e Formosinho, J. O. – “Alienação na escola: conceito relevante para a compreensão da socialização escolar” in *Análise Social*, vol. XXI, n.ºs 87 a 89, Lisboa, ICS, 1985

Pinto, Maria de Fátima – *Portugal na Transição do Milénio. Colóquio Internacional, 5 a 8 de Novembro de 1997*, Lisboa, Edições Fim de Século, 1998

Pinto, Mário Augusto Soares – “Os Conventos” in *O Profissional*, n.º 6, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 30 de Junho de 1916

Pinto, Paulo Mendes – “Biografia de António Xavier Correia Barreto. Nós e a memória: entre mitos e realidade. A geneologia do mito do fundador” in Separata do *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 169, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 1998

Pinto, Paulo Mendes – “Elementos para uma história (5): A consignação de D. João de Castro como Patrono – I” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 180, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2001

Pinto, Paulo Mendes – “Farpas para um Futuro” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 195, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2005

Pinto, Paulo Mendes – “Farpas para um futuro” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 191, Outubro a Dezembro de 2003

Pinto, Paulo Mendes – “Farpas para um Futuro” in *Querer é Poder*, n.º 192, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2004

Pinto, Paulo Mendes – “Farpas para um Futuro” in *Querer é Poder*, n.º 193, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2004

Pinto, Paulo Mendes – “Farpas para um Futuro” in *Querer é Poder*, n.º 194, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2004

Pinto, Paulo Mendes – “Farpas para um Futuro” in *Querer é Poder*, n.º 197, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2005

Pinto, Paulo Mendes – “O Culto à Patria no Internato Republicano: Os Pupilos do Exército (1911–1916)” in Separata do *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 165 e 166, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro e Outubro a Dezembro de 1997

Pinto, Paulo Mendes – “O Culto à Patria no Internato Republicano: Os Pupilos do Exército 1911–1916” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 165, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 1997

Pinto, Paulo Mendes – “O Fim da História e o Último Pilão” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 181, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro de 2001

Pinto, Paulo Mendes – “O Fundador, 150 anos após o seu nascimento” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 188, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2003

Pinto, Paulo Mendes – “Um Dia Express(o)ivo” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 158, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1995

Pinto, Paulo Mendes – *António Xavier Correia Barreto. Biografia de um Presidente do Senado*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002

Pinto, Paulo Mendes – *Pupilos do Exército 1911. Génesis e Mística de uma Instituição*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército/Associação dos Pupilos do Exército, 2000

Pinto, Soares – “Team desportivo do Instituto” in *O Profissional*, n.º 1, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 31 de Janeiro de 1916

Pires, Amílcar Augusto – “Miúdas no Pilão” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 89, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro de 1977 a Junho de 1978

Pires, António M. B. Machado – *A Ideal Decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980

Pires, E. L. et al. – *O Ensino Básico em Portugal*, Rio Tinto, Asa, 1989

- Pires, Egídio – “Carta de Guimarães” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 76, Abril a Junho de 1974
- Pires, Maria Filomena Silva da Costa Barreto e Rodrigues, Eurico Manuel Curates – “O Ensino Superior do IMPE: Potencialidades e Oportunidades” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 197, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2005
- Platt, Robert – “A ascensão da geografia cultural na América” in *Espaço e Cultura*, n.º 2, Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, Junho de 1996
- Pociello, Christian (org.) – *Sport et Société: Approche socio-culturelle des pratiques*, Paris, Éditions Vigot, 1987
- Pocztar, J. – *Analyse systémique de l'éducation*, Paris, ESF, 1989
- Podsakoff, P. M. e Organ, D. W. – “Self-reports in organizational research: problems and prospects” in *Journal of Management*, n.º 12, 1986
- Poirier, Jean; Valladon, S. Clapier e Raybaut, Paul – *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora, 1995
- Pollak, Michael – “Memória e Identidade Social” in *Estudos Históricos*, vol. 5, n.º 10, Rio de Janeiro, 1992
- Pollak, Michael – “Memória, Esquecimento, Silêncio” in *Estudos Históricos*, vol.º 2, n.º 3, Rio de Janeiro, 1989
- Poole, Michael – *Princípios e valores na educação científica*, Trad. de A. André, Lisboa, Instituto Piaget, 1995
- Popkewitz, Thomas – *Educational Knowledge: changing relationships between the state, civil society and the educational community*, New York, State University of New York Press, 2000
- Popkewitz, Thomas S. – *Sociologia política de las reformas educativas. El poder/saber en la enseñanza, la formación del profesorado y la investigación*, Madrid, Morata, 1991
- Poppel, Ernst – *Fronteiras da Consciência. Da realidade e da experiência do Mundo*, Coleção Universo da Ciência n.º 12, Edições 70, Lisboa, 1979
- Popper, Karl – *La logique de la découverte scientifique*, Paris, Payot, 1982 [ed. original 1935]
- Porcher, L. – *A escola paralela*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977
- Portas, Miguel – “O Estado laico e as confissões religiosas” in *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, ULHT-Edições Universitárias Lusófonas, 2002

Porter, Michael – “From Competitive Advantage to Corporate Strategy” in Harvard Business Review, May/June 1987

Porter, Michael – *The Competitive Advantage of Nations*, The Free Press, New York, 1990

Poulantzas, Nico – *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris, Maspero, 1975

Praia, Maria – *Educação para a Cidadania: Teoria e Prática*, Porto Asa, 2000

Prata, R. Gonçalves – “Em Lourenço Marques. No Aeroporto, os Ex-Alunos cantaram o Hino do Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 52, Novembro a Dezembro de 1968

Prata, Rogério – “Dos Claustros da '1.ª' ao Ginásio da '2.ª'” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 39, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Março de 1966

Prata, Rogério G. – “Do Claustro da '1.ª', ao Ginásio da '2.ª'” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 196, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2005

Presthus, Robert – *The organizational society*, New York, Random House, 1965

Preto, José Ramos – *Relatório Sobre o Extinto Colégio de São Fiel*, Lisboa, 1911

Price, D. H. – “Administrative Leadership” in *Daedalus*, n.º 90, 1961

Price, D. H. – “Guts, brains and heart: the essence of leadership” in *Army*, n.º 27, 1977

Price, D. H. – “The professional leader: a personal model” in *Military Review*, n.º 52, 1972

Proença, Cândida e Manique, António Pedro – *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990

Proença, José Caro – “Derruição do Instituto dos Pupilos do Exército. Crime de lesa-República Portuguesa. Anti-Pedagógico e anti-Democrático” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 183, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2001

Proença, M. C. (ed.) – *O sistema de ensino em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998

Proença, Maria Cândida et. al. – *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil (1850-1950)*, Lisboa, CNCDP, 2000

Proença, Pe. Álvaro – *Benfca Através dos Tempos*, Lisboa, União Gráfica, 1964

Proença, Raul (dir.) – *Guia de Portugal*, vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924

Prof. Candeias e Aluno Rodrigues – “O IMPE na 9.ª Gymnaestrada Mundial. Representando a APE” in *Querer é Poder*, n.º 24, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Prost, Antoine – *Éducation, société et politiques. Une histoire de l'enseignement en France de 1945 à nos jours*, Paris, Éditions du Seuil, 1992

Proust, Marcel – *Em busca do tempo perdido*, vol. I, Rio de Janeiro, Ediouro, 1992

- Psacharopoulos, George – “Education and Development: a Review” in *World Bank Research Observer*, Oxford University Press, vol. 3 (1), January 1988
- Quadros, Abílio – “A noite no Instituto” in *O Profissional*, n.º 49 e 50, Abril e Maio de 1922
- Quadros, Abílio – “Um Hino II” in *O Profissional*, n.º 42, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Outubro de 1921
- Quadros, Abílio – “Um Hino” in *O Profissional*, n.º 36, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Março de 1921
- Quadros, António – *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*, Colecção Lusíada, Guimarães Editores, Lisboa, 1989
- Qualter, Terence – *Opinion Control in Democracies*, N. York, St. Martin’s Press, 1985
- Quéré, Louis – “Mise en place d’un ordre et mise en ordre des places: l’invitation comme événement conversationnel” in *Lexique*, n.º 5, PUL
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2.ª Edição, Lisboa, Gradiva, 1998 [ed. original 1995]
- R. Searle, John – *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969
- Radine, Lawrence B. – *The Taming of the Troops: Social Control in the United States Army*, Westport, Greenwood Press, 1977
- Ragin, Charles – *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method*, Thousand Oaks, Pine Forge Press, 1994
- Raimundo, José da Silva – “Classe Especial de Ginástica. O prestígio além fronteiras” in *Querer é Poder*, n.º 3, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1985
- Ramalho, Luís Pinto – “Discurso de apresentação oficial ao Exército em 19 de Dezembro de 2006”, transcrito em Redacção do Jornal do Exército – “Exército tem novo Chefe do Estado-Maior” in *Jornal do Exército*, n.º 558, Lisboa, EME, Janeiro de 2007
- Ramos, Alberto Guerreiro – “Modelos de Homem e Teoria Administrativa. Ascensão do Homem Parentético” in *Public Administration Review*, vol. 32, n.º 3, Maio e Junho de 1972
- Ramos, Rui – “As Guerras da República (1911-17)” in Mattoso, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. VI (A Segunda Fundação (1890-1926)), Lisboa, Editorial Estampa, 1994
- Ramos, Vitor – “Medicina Geral e Familiar: 10 x 3 Ideias-Chave” in APMCG (organização de Manuel Valente Alves e Vitor Ramos) – *Medicina Geral e Familiar 20 Anos. Da Vontade*, Lisboa, mvainventlivros, 2004

Raposo, Santos – “Obediência Institucional” in *Expressão*, Boletim da AOFA n.º 3, Lisboa, Associação dos Oficiais das Forças Armadas, Abril de 2005

Rawls, John – *Justiça e democracia*, São Paulo, Martins Fontes, 2000

Raymond Allen e Torres, Carlos Alberto – *Teoria Social e Educação. Uma Crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural*, Porto, Edições Afrontamento, 1997

Raymond, T.; Haumont, A. e Levet, J. M. – *Sociologie du Sport*, Paris, PUF, 1987

Raynaud, Philippe – “Le sociologue contre le droit” in *Esprit*, n.º 3, Paris, Março de 1980

Raynaud, Philippe – *Max Weber et les Dilemmes de la Raison Moderne*, Paris, PUF, 1987

Rebello, Teresa; Gomes, Duarte e Cardoso, Leonor – “Aprendizagem organizacional: relações e implicações” in *Psychologica*, n.º 27, 2001

Reck, A. J. (ed.) – *George Herbert Mead: selected writings*, Chicago, The University of Chicago Press, 1981

Redacção – “Cursos Superiores com emprego à vista no IMPE” in *Baluarte*, n.º 22, Lisboa, Governo Militar de Lisboa, Julho de 2004

Redacção da APE – “Campanha de Fundos para a Nova Sede. Aquisição de 'Pedras'” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 133, Outubro a Dezembro de 1989

Redacção da Revista Querer é Poder – “12.º Festival de Ginástica em Burstadt-RFA/1988” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988

Redacção da Revista Querer é Poder – “25 de Maio de 1999 - 88 anos de vida” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Redacção da Revista Querer é Poder – “25 de Maio de 2004. 93 anos” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005

Redacção da Revista Querer é Poder – “77.º Aniversário do Instituto Militar dos Pupilos do Exército. Presidido por Sua Excelência o Presidente da República. Dr. Mário Soares” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988

Redacção da Revista Querer é Poder – “86.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997

Redacção da Revista Querer é Poder – “91.º Aniversário dos Pupilos do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista Querer é Poder – “92.º Aniversário do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “94.º Aniversário” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Capelania a todo o gás” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Capelania do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Nossa Capa” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Nossa Capa” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Nossa Memória. Busto da República” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A propósito da Arte da Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A propósito de mais um Jantar de Despedida” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “A Propósito do Remo” e Torneio de Remo Indoor” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene das Aulas. Ano Lectivo de 1987/1988” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1998/99” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo 2000/2001” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1984/85 no I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 1, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1985

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo 85/86 (O Sr. General Salazar Braga na nossa Escola)” in *Querer é Poder*, n.º 5, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1985

Redacção da Revista *Querer é poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo 2000/2001” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1990/91” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1991/92” in *Querer é Poder*, n.º 24, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1998/99” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1999/2000” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene do Ano Lectivo” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Abertura Solene” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “ACC de Kempo” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Actividades Desportivas” in *Querer é Poder*, n.º 17, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Julho de 1989

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Actividades Escolares. Clube de Teatro” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Aeromodelismo no Pilão” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Andebol Federado Juniores – 2.ª Divisão” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Apadrinhamento” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “As primeiras impressões dos nossos primeiros alunos” in *Querer é Poder*, n.º 5, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1985

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Baile de Recepção aos Novos Alunos” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Baile de Recepção aos Novos Alunos” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Basquetebol” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Bênção das Pastas 2003/2004” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Bênção das Pastas dos Alunos Finalistas 2001/2002” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Bênção das Pastas” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Bênção das Pastas” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Brasão de Armas do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 26, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1992

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Breves. Participação do IMPE: No Desporto Escolar e no Desporto Federado” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Brigadeiro Bento Soares, novo Director do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeão Nacional de Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeonato de Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeonato do Mundo de Esgrima (Cadetes) Realizado no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 18, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1989 a Janeiro de 1990

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeonatos da Europa de Esgrima. João Borges integra a Selecção Nacional de Juniores” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Campeonatos de Esgrima do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Capelania do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Celebração Pascal em Mafra” in *Querer é Poder*, n.º 22, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Celebração Pascal no GML” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Cerimónia da Bênção das Pastas 2002/2003” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Cerimónia de Apadrinhamento” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Cerimónia de Imposição de Laços” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Classe Especial nos Açores” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Clube de Leitura 1993/94” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Comandante da Instrução do Exército visitou o IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Comemorações do 77.º Aniversário da Fundação do I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Comemorações do 78.º Aniversário da Fundação do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 17, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Julho de 1989

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Comemorações do 79.º Aniversário da Fundação do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Comissão de Animação Cultural e Desportiva” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988

Redacção da Revista Querer é Poder – “Comunhão Pascal” in *Querer é Poder*, n.º 17, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Julho de 1989

Redacção da Revista Querer é Poder – “Concurso de Presépios” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista Querer é Poder – “Concurso Natal, a mais bela história” e “Grande Noite de Fados” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006

Redacção da Revista Querer é Poder – “Conferência sobre Cristologia” in *Querer é Poder*, n.º 17, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Julho de 1989

Redacção da revista Querer é Poder – “Corta-Mato do IMPE” e “Atletismo de Pista” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Redacção da Revista Querer é Poder – “Corta-Mato” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista Querer é Poder – “Currículo” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005

Redacção da Revista Querer é Poder – “Despedida do Exmo. Major-General Director” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Redacção da Revista Querer é Poder – “Dia do Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista Querer é Poder – “Dia do Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Redacção da Revista Querer é Poder – “Encontro de Coros” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Redacção da Revista Querer é Poder – “Encontro de Tunas na Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista Querer é Poder – “Entrega de Laços aos Finalistas” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986

Redacção da Revista Querer é Poder – “Esgrima em S. Domingos de Benfica” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988

Redacção da Revista Querer é Poder – “Esgrima na Madeira” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima nos Pupilos” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima. As vitórias continuam” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima. Balanço da Época 1997/98” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima. Mais uma época vitoriosa” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Estágio para alunos praticantes de Esgrima e Pentátlo Moderno” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Exercícios Finais” in *Querer é Poder*, n.º 26, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Exposição de Escultura do Coronel Mário Seixas” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Festa de Natal” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Futebol de 11. IMPE Campeão Universitário” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Futsal” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “História e Tradições do IMPE (Sessão de esclarecimento aos novos alunos [por David Sequerra])” in *Querer é Poder*, n.º 5, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1985

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Homenagem à Memória do Fundador do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Homenagem ao Fundador do Instituto” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Homenagem ao Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Homenagem ao nosso Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “II Jogos Florais do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 11, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Julho de 1987

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “IMPE assina protocolo de cooperação com a EDP” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Imposição das Insígnias aos Alunos Graduados do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 5, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1985

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Imposição de Insígnias” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Imposição de Insígnias” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Instituído ‘Dia do Patrono’” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Inter-Escolas de Minitrampolim” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “TV Jogos Florais do IMPE 89” in *Querer é Poder*, n.º 18, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1989 a Janeiro de 1990

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Lembrámos Abril” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Mensagem de S. Exa. o Primeiro Ministro ao Instituto Militar dos Pupilos do Exército” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Missa de Natal” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Missa de Natal” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Redacção da Revista Querer é Poder – “Missa Solene de Natal” in *Querer é Poder*, n.º 24, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Redacção da Revista Querer é Poder – “Mistério de um Sol e Oito Janelas” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Redacção da Revista Querer é Poder – “Nas mãos de Deus. Os professores de Educação Física, Manuel Correia Robalo Gouveia e João de Sá e Silva para sempre nos deixaram” in *Querer é Poder*, n.º 8, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1986

Redacção da Revista Querer é Poder – “Natal de 2001” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002

Redacção da Revista Querer é Poder – “No 84.º Aniversário do IMPE. S. Exa. o Primeiro Ministro visitou o Instituto no dia 25 de Maio para presidir as cerimónias” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995

Redacção da Revista Querer é Poder – “No dia da Abertura Solene do Ano Lectivo, Ministro da Defesa Nacional condecorou o IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Redacção da Revista Querer é Poder – “Noite fadista no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista Querer é Poder – “Notícias do Atletismo” in *Querer é Poder*, n.º 21, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1990 a Março de 1991

Redacção da Revista Querer é Poder – “O Abraço de duas Associações” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Redacção da Revista Querer é Poder – “O Apadrinhamento 2003/2004” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Redacção da Revista Querer é Poder – “O caixilho deste número” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990

Redacção da Revista Querer é Poder – “O Carnaval no I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Redacção da Revista Querer é Poder – “O Clube de Teatro do IMPE apresenta A Camisa da Velha Ferrunfufelha” in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Redacção da Revista Querer é Poder – “O Grupo Coral e Instrumental do IMPE grava o seu 1.º Disco” in *Querer é Poder*, n.º 7, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 1986

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O IMPE fez 85 anos” in *Querer é Poder*, n.º 32, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1996

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O IMPE na RFA” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O Nosso Fundador” in *Querer é Poder*, n.º 27, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1993

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O Nosso Instituto fez 83 Anos” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “O Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Ordenação” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Orientação e Remo” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Os nossos resultados futebolísticos” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista *Querer é poder* – “Os Nossos Valores: Dr. Raul dos Santos Miranda 1930-1999” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Os Presidentes da República desde 1910 até aos nossos dias” in *Querer é Poder*, n.º 14, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Parabéns à ACC de Kempo” in *Querer é Poder*, n.º 50, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2006

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Páscoa 2005” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Perfil Biográfico” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Postais de Boas Festas dos alunos e professores do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Prémio Infante D. Henrique” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Redacção da revista *Querer é Poder* – “Profecias que não se realizaram” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Promoção a Oficial General” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Protocolo com o Sport Lisboa e Benfica” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Protocolo de Cooperação com o ISCAL” e “Nova Sala de Oficiais e Professores e novo Laboratório de Biologia” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Pupilos do Exército no Centro Comercial Colombo” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Récita 2005” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Recordando Robalo Gouveia” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Remo Indoor” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Remo no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Reorganização do Ensino Superior do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Resultados dos Torneios Internos – 2004/2005” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Rugby” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Ser Pupilo” in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 1988/89” in *Querer é Poder*, n.º 16, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Setembro a Dezembro de 1988

Redacção da Revista *Querer é Poder* – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Redacção da Revista Querer é Poder – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista Querer é Poder – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Redacção da Revista Querer é Poder – “Tomou posse o novo Director do nosso Instituto” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Redacção da Revista Querer é Poder – “Torneio de Esgrima IMPE 1992” in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Redacção da Revista Querer é Poder – “Torneio de Esgrima IMPE 89” in *Querer é Poder*, n.º 18, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1989 a Janeiro de 1990

Redacção da Revista Querer é Poder – “Uma vez mais, esgrimimo-nos bem” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

Redacção da Revista Querer é Poder – “V Jogos Florais” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990

Redacção da Revista Querer é Poder – “Visita do Director-Geral do Pessoal do Ministério da Defesa Nacional” in *Querer é Poder*, n.º 36, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1999

Redacção da Revista Querer é Poder – “Visitas de Estudo” in *Querer é Poder*, n.º 22, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991

Redacção da Revista Querer é Poder – “Voleibol” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção da Revista Querer é Poder – “XIX Encontro de Coros” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Redacção da Revista Querer é Poder – “XXII Encontro de Coros” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Redacção da Revista Querer é Poder – “Homenagem a Robalo Gouveia” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990

Redacção da Revista Querer é Poder – “Relíquias do passado dão entrada no Museu do IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 25, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1992

Redacção do Boletim – “A Nova Sede Associativa” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 67 e 68, Janeiro a Junho de 1972

Redacção do Boletim da APE – “28/Março/90. O Dia E – Êxito, Entusiasmo, Esperança da vida da Associação” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 134, Janeiro a Março de 1990

Redacção do Boletim da APE – “57.º Aniversário da Associação. Grande jornada de confraternização em Lisboa sob o signo 'Do Sonho à Realidade'” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 131, Abril a Junho de 1989

Redacção do Boletim da APE – “93.º Aniversário da Fundação do Instituto. Comemorações” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 193, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2004

Redacção do Boletim da APE – “A Associação e as actividades culturais” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 38, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Dezembro de 1965

Redacção do Boletim da APE – “A Associação e o Desporto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 1 (Número Único), Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1954

Redacção do Boletim da APE – “A Associação em Casa Própria” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 58, Dezembro de 1969

Redacção do Boletim da APE – “A Letra do Hino do Instituto foi alterada?” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 92, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 1979

Redacção do Boletim da APE – “A Nova Sede aguarda por todos vós” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 133, Outubro a Dezembro de 1989

Redacção do Boletim da APE – “A sentida homenagem à memória do Brigadeiro João Tamagnini Barbosa” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 47, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Dezembro de 1967

Redacção do Boletim da APE – “Actividades Desportivas do I.T.M. dos Pupilos do Exército” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 22, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1961

Redacção do Boletim da APE – “Ainda... Ecos da Caravana da Amizade. O Presidente da Direcção visitou os Núcleos de Angola e Moçambique que o homenagearam” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 56 e 57, Agosto a Novembro de 1969

Redacção do Boletim da APE – “As Assembleias Gerais da Nossa Associação. O Completo Relato das assembleias Gerais da A.P.E.” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 54, Março a Maio de 1969

Redacção do Boletim da APE – “As Comemorações do 66.º Aniversário do Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 87, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 1977

Redacção do Boletim da APE – “Assembleia Geral” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 131, Abril a Junho de 1989

Redacção do Boletim da APE – “Boas notícias! Sua Ex.^a o Ministro do Exército anuncia a remodelação do Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 14, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 30 de Junho de 1959

Redacção do Boletim da APE – “Comemorações do 46.º Aniversário da Associação” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 89, Outubro de 1977 a Junho de 1978

Redacção do Boletim da APE – “Comemorações do 72.º Aniversário da Associação. Sessão Solene” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 193, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2004

Redacção do Boletim da APE – “E assim começou o Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 22, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1961

Redacção do Boletim da APE – “Imposição de Insignias” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 190, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2003

Redacção do Boletim da APE – “Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército. Código de Honra dos Alunos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 39, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Março de 1966

Redacção do Boletim da APE – “Medite e Responda” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, N.º 76, Abril a Junho de 1974

Redacção do Boletim da APE – “Medite e Responda” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 75, Janeiro a Março de 1974

Redacção do Boletim da APE – “Memorando. Contributo para o relançamento do IMPE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 200, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2006

Redacção do Boletim da APE – “Nova Bandeira para o Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 21, 31 de Março de 1961

Redacção do Boletim da APE – “Nova Etapa à Vista. Assembleia Geral mandatou a Direcção para negociar a aquisição de uma nova Sede” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 128, Julho a Setembro de 1988

Redacção do Boletim da APE – “Nova Sede – Uma Realidade! Já!...” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 132, Julho a Setembro de 1989

Redacção do Boletim da APE – “Nova Sede – Uma Realidade. Assinado contrato-promessa de compra e venda do andar da nova Sede” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 129, Outubro a Dezembro de 1988

Redacção do Boletim da APE – “Novo Director do Instituto” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 78, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1974

Redacção do Boletim da APE – “Novo êxito da Classe Especial de Ginástica, na Bélgica” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 30, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 2 de Outubro de 1963

Redacção do Boletim da APE – “O Contabilista” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 10, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1958

Redacção do Boletim da APE – “O nosso Emblema” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 2, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Outubro de 1955

Redacção do Boletim da APE – “Ouvindo o Comandante de Batalhão do Instituto, João Salgado Barbosa” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 99, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 1981

Redacção do Boletim da APE – “Pela Primeira Vez. Reunidos em confraternização amiga antigos alunos do Colégio Militar, do Instituto de Odivelas e dos Pupilos do Exército” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 66, Outubro a Dezembro de 1971

Redacção do Boletim da APE – “Pupilos Distinguidos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 184, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2002

Redacção do Boletim da APE – “Recordando” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 1, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1955

Redacção do Boletim da APE – “Remo Indoor” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Redacção do Boletim da APE – “Ser Pupilo” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 22, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1961

Redacção do Boletim da APE – “Tradições Académicas” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 186, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2002

Redacção do Boletim da APE – “Uma bela e útil realização. Os Jogos Florais da Associação” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 71 e 72, Janeiro a Junho de 1973

Redacção do IMPE – “Abertura Solene do Ano Lectivo de 1986/87” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986

Redacção do JE – “Curso de Formação de Oficiais das Forças Armadas dos PALOP” in *Jornal do Exército*, n.º 529, Lisboa, EME, Maio de 2004

Redacção do Mensário – “Discurso do professor Exmo. Sr. Pinto da Silva, na festa comemorativa da fundação do Instituto” in *O Profissional*, n.º 5, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 31 de Maio de 1916

Redacção do Mensário – “Discurso proferido pelo aluno Barroso Júnior, na festa comemorativa da fundação do Instituto” in *O Profissional*, n.º 5, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 31 de Maio de 1916

Redfield, Robert; Linton, Ralph e Herskovits, Melville Jean – “Memorandum for the study of acculturation” in *American Anthropologist*, t. 38, n.º 1, 1936

Reese, M. L. Jr. – “Company commander” in *Infantry*, n.º 53, 1963

Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal, Ordenado por Mandado do Illustrissimo e Reuerendissimo Senhor Bispo Dom Francisco de Castro, Inquisidor Geral e do Conselho de Sua Magestade, Lisboa, Officina de Manoel da Sylva, 1640

Rego, António da Silva – *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. 4, 2.ª Edição, Lisboa, Fundação Oriente/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992 [ed. original 1950]

Rego, Arménio – “Mudança Organizacional. Empenhamentos dos indivíduos e competitividade organizacional: em busca da pedra angular” in *Inovação Organizacional*, n.º 1, 2003

Reimão, Cassiano – *A formação pedagógica dos professores do Ensino Superior*, Lisboa, Edições Colibri, 2001

Reis, Carlos – “O Clube de Teatro” in *Querer é Poder*, n.º 45, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2003

Reis, David – “Bênção das Pastas na Cidade Universitária” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

- Reis, David – “Uma Avenida Pilónica” in *Querer é Poder*, n.º 48, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 2005
- Reis, Jaime – “O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)” in *Análise Social*, vol. XX, n.º 80, Lisboa, ICS, 1993
- Reis, João (dir.) – *Portugal. 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993
- Reis, Maria Alice e Magalhães, Joaquim Romero – *A Pedagogia e o Ideal Republicano em João de Barros*, Lisboa, Terra Livre, 1979
- Remy, Jean e Ruquoy, Danielle (dir.) – *Méthodes d'analyse de contenu et sociologie*, Bruxelles, Facultés Universitaires Saint-Louis, 1990
- Renaud, Michel – “A dignidade do ser humano como fundamentação dos Direitos do Homem” in *Brotéria*, n.º 148, Lisboa, 1999
- Requixa, R. – “As dimensões do lazer” in *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, n.º 45, 1980
- Requixa, R. – “Conceito de lazer” in *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, n.º 42, 1979
- Revista Querer é Poder – “Andebol de Sete” e “Tiro” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 95, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 1980
- Revista Querer é Poder – “Comemorações do 77.º Aniversário da Fundação do I.M.P.E.” in *Querer é Poder*, n.º 15, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho a Agosto de 1988
- Revista Querer é Poder – “Ser Pupilo” in *Querer é Poder*, n.º 29, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1995
- Reynolds, D. e Cuttance, P. – *School Effectiveness. Research policy and practice*, Londres, Cassell, 1992
- Rezsöházy, Rudolf – *Théorie et critique des faits sociaux*, Bruxelles, La Renaissance du livre, 1976
- RGFC/DSF – *Relatórios Trimestrais de Execução Financeira*, policopiado nos registos da RGFC/DSF, Lisboa, Direcção dos Serviços de Finanças, 2004 e 2005
- Ribeiro, Álvaro – *A Arte de Filosofar*, Lisboa, 1955
- Ribeiro, Álvaro – *Liceu Aristotélico*, Lisboa, 1962
- Ribeiro, Álvaro – *Memórias de um Letrado*, vol. I, Lisboa, Guimarães Editores, 1977
- Ribeiro, Basil – *O Treino do Músculo*, Lisboa, Editorial Caminho, 1992
- Ribeiro, Carla Alves – “Alistair Anderson. Falhar faz parte do caminho para o êxito” in *Visão*, n.º 708, Paço de Arcos, 28 de Setembro a 4 de Outubro de 2006

- Ribeiro, Humberto – “V Encontro da Rede Internacional dos Clubes Europeus” in *Querer é Poder*, n.º 33, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1997
- Ribeiro, J. – “Efeitos Psicológicos da Actividade Física” in *Jornal de Psicologia*, n.º 5, 1988
- Ribeiro, Jaime F. – “Novo paradigma organizacional, nova atitude de liderança!” in *Organizações e Trabalho*, n.º 15, 1996
- Ribeiro, Solange Lucas – “Espaço Escolar: Um Elemento (In)Visível no Currículo” in *Sitientibus*, n.º 31, Feira de Santana, Julho a Dezembro de 2004
- Richardson, Jeremy J. (eds.) – *Pressure Groups*, Oxford, Oxford University Press, 1993
- Ricoeur, Paul – *Em torno do político*, São Paulo, Loyola, 1995
- Ricoeur, Paul – *Le Conflit des Interprétations*, Paris, Seuil, 1969
- Ricouer, Paul – *A Crítica e a Convicção*, Lisboa, Edições 70, 1977
- Ricouer, Paul – *O Justo ou a Essência da Justiça*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997
- Riedesel, P. L. – “Bales reconsidered: a critical analysis of popularity and leadership differentiation” in *Sociometry*, n.º 37, 1974
- Riemer, Jeffrey, W. – “Durkheim’s Heroic Suicide in Military Combat” in *Armed Forces and Society*, vol. 25, n.º 1, N. Jersey, Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, Fall 1998
- Rijo, Francisco José Fonseca – “A Metacognição: Factor de Sucesso Escolar e de Produção de Competências” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 57, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 2003
- Rio Maior, Marquês do – *Dom João de Castro 4.º Vice-Rei da Índia. Sua Ascendência e Actual Representação. A data da sua Morte*, Lisboa, Tip. da L.C.G.G., 1949
- Rio, L. M. – “Querer é Poder” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 73 e 74, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro e Outubro a Dezembro de 1973
- Rita, Teodoro – “Vinte e cinco anos depois...” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 76, Abril a Junho de 1974
- Rito, Ricardo – “A Música no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998
- Rito, Ricardo – “Os Nossos Valores. Comandante António Ferreira de Sousa” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998
- Ritzer, George – *Explorations in Social Theory*, London, Sage, 2001
- Ritzer, George – *Handbook of Social Theory*, London, Sage, 2001
- Ritzer, George – *Teoría Sociológica Contemporánea*, Madrid, McGraw-Hill, 1993 [ed. original 1992]

Roberts, Adam – “Counter-terrorism, Armed Force and the Laws of War” in *Survival*, vol. 44, n.º 1, London, IISS, Spring 2002

Rocha, Cristianne M. Famer – “Espaços escolares: modernizações produtivas” in *ENDIPE*, vol. 11, n.º 10, Rio de Janeiro, 2000

Rocha, F. – “Educação para os direitos humanos” in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XIX, vol. 19, Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1985

Rocha, Filipe – *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português*, Aveiro, Livraria Estante Editora, 1987

Rocha, José Filipe P. B. – “Porquê sair dos Pupilos no final do 12.º ano?” in *Querer é Poder*, n.º 30, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro de 1995

Roche, Georges – *L'apprenti-citoyen: une éducation civique et morale our notre temps*, Paris, ESF, 1993

Rocher, Guy – *Sociologia Geral. A Acção Social*, vol. 1, 6.ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1999

Rocher, Guy – *Sociologia Geral. A Organização Social*, 5.ª Edição, vol. 2, Lisboa, Editorial Presença, 1999

Rocher, Guy – *Sociologia Geral. Mudança Social e Acção Histórica*, vol. 3, 4.ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1989

Rodrigues, Ana Paula e Figueiredo, Vitória – “Porquê ACC Culturais?” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Rodrigues, Arlindo – *A Escola e a Cidadania: tradição e modernidade*, Lisboa, Plátano Editora, 2004

Rodrigues, Eurico – “Defesa Nacional em debate no IMPE” in *Querer é Poder*, n.º 34, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1998

Rodrigues, Eurico Manuel Curates – “Administração do Ensino nos Pupilos do Exército: tradição e modernidade numa Instituição de Portugal” in *Revista de Administração Militar*, n.º 8, Beiriz, Escola Prática de Administração Militar, Outubro a Dezembro de 2004

Rodrigues, S. B. – *Cultura Corporativa e Identidade: Desinstitucionalização em uma Companhia de Telecomunicação Brasileira*, Belo Horizonte, UFMG, 1995

Rodrigues, Tiago – “Baile de Carnaval” in *Querer é Poder*, n.º 31, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1996

- Rogers, Carl – *La relation d'aide et la psychothérapie*, Reed., Paris, ESF, 1980 [ed. original 1942]
- Rogers, Carl – *Tornar-se Pessoa*, Lisboa, Ed. Moraes, s. d.
- Rogers, Carl R. – *Tornar-se pessoa*, Lisboa, Moraes Editores, 1974
- Roldão, D. – *Motivação e auto-conceito em alunos do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico*, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2003
- Rolo, Fr. Raul – “Dominicanos em Portugal” in *Panorama*, n.º 2, IV Série, Junho de 1962
- Rolo, Fr. Raul – *Província de Portugal da Ordem de S. Domingos*, Lisboa, Escolas Profissionais Salesianas-Oficinas de S. José, 1962
- Romano, Gaetano Morini (dir.) – *Dizionario di Erudizione Storico-Ecclesiastica*, vol. LV, Veneza, Tip. Emiliana, 1852
- Romeiro, Ivo – “Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000
- Romeiro, Ivo – “Futsal” e “Rugby” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000
- Romeiro, Ivo – “Remo” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000
- Romeiro, Ivo – “Ténis de Mesa” in *Querer é Poder*, n.º 40, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2000
- Romeiro, Ivo – “Andebol. Equipa de Andebol Federado 1999-2000” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000
- Romeiro, Ivo Aurélio Pires – “Editorial” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001
- Rorty, R. – *Contingência, ironia e solidariedade*, Lisboa, Editorial Presença, 1992
- Rosa, Alberto – “A biblioteca dos alunos” in *O Profissional*, n.º 11, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Abril de 1917
- Rosa, Alberto – “Assuntos Escolares. A Associação” in *O Profissional*, n.º 7, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1 de Julho a 30 de Novembro de 1916
- Rosa, Alberto – “Enfim!” e Pinto, Soares – “Team desportivo do Instituto” in *O Profissional*, n.º 1, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 31 de Janeiro de 1916
- Rosado, David – “A Instituição Castrense: Estrutura e Função numa Sociedade em Mudança” in *Revista Militar*, n.º 2448, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Janeiro de 2006

Rosado, David – “A Liderança Organizacional e os Desafios da Modernidade” in *Revista de Administração Militar*, n.º 11, Beiriz, Associação da Revista de Administração Militar, Julho a Setembro de 2005

Rosado, David – “Artes Marciais. O Taekwondo” in *Querer é Poder*, n.º 27, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril de 1993

Rosado, David – “Comunidades de Uniforme: do Profissionalismo Militar aos Pupilos do Exército. A Maximização de Sinergias entre as Vertentes Civil e Militar” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 194, Julho a Setembro de 2004

Rosado, David – “Da Identidade, à Intolerância e às Diferenças nas Escolas. Os Pupilos do Exército, o Colégio Militar e a Santa Aliança” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 202, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2006

Rosado, David – “Dos Imperativos Sociais ao Estilo de Comando na Instituição Castrense” in *Revista de Administração Militar*, n.º 11, Beiriz, Associação da Revista de Administração Militar, Julho a Setembro de 2005

Rosado, David – “Educação e Exemplo: do Exercício da Cidadania à Defesa da Ética” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 200, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2006

Rosado, David – “Maquiavel, Ideologia e as Antinomias da Educação do Instituto Militar dos Pupilos do Exército” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006

Rosado, David – “Momentos do Instituto. Recordar, para melhor enfrentar o Presente e o Futuro” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 199, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2005

Rosado, David – “Preparemo-nos para a vida, Querer é Poder” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 195, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2004

Rosado, David – “Pupilos do Exército: Tradição e Modernidade (Conferência proferida no dia festivo da APE)” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 197, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2005

Rosado, David – “Ruptura nas relações de interacção e de estrutura nas organizações escolares: as diferentes formas de estar na Escola e no IMPE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 203, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2006

Rosado, David – *A Implementação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) no Ministério da Defesa Nacional: implicações para a administração financeira do Exército*, Conferência proferida ao Curso de Promoção a Oficial Superior 2005/06, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, 30 de Janeiro de 2006

Rosado, David – *A Implementação do Sistema Integrado de Gestão no Exército*, Conferência proferida ao Curso de Estado-Maior 2005/07, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, 07 de Novembro de 2006

Rosado, David – *A Implementação do Sistema Integrado de Gestão: implicações para a administração financeira do Exército*, Conferência proferida ao Curso de Promoção a Oficial Superior 2006/07, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, 29 de Novembro de 2006

Rosado, David – *A Sociedade em Mudança e os Desafios da Modernidade: da Instituição Castrense aos Pupilos do Exército*, Conferência proferida no Dia do Serviço de Finanças do Exército, Lisboa, Direcção de Finanças, 30 de Junho de 2006

Rosado, David – *Manual de Formação de Formadores SIG/DN*, Lisboa, Direcção de Finanças, 2006

Rosado, David – *O Lugar do Cidadão Militar Português na Actualidade (Ano 2000)*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Cidadania e Governação (policopiado), Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2001

Rosado, David – *Os Pupilos do Exército: Interpretação Sociológica Contemporânea*, Conferência proferida no âmbito do Ciclo de Conferências 2006/2007 da APE, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 14 de Fevereiro de 2007

Rosado, David – *Preparação, Realização e Análise Crítica de Sessões Práticas em SIG/DN (Autoscópias) para Formadores*, Lisboa, Direcção de Finanças, 2006

Rosado, David – *Relatório sobre o SIG/DN (Fase de Produção e Suporte - Ano de 2006)*, Lisboa, Secção de Contabilidade e Prestação de Contas/Repartição de Gestão Financeira e Contabilidade/Direcção de Finanças, 8 de Janeiro de 2007

Rosário, António do – “Notícia de Frades Pregadores em Serviço Diplomático Sécs. XIII – XVII” in Separata de *A Diplomacia na História de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990

Rosário, Fr. António do (org.) – “Profissões nos Conventos de S. Domingos, Século XVII” in *Cartório Dominicano Português*, Fascículo 2, 1984

Rosas, Fernando – *O Estado Novo nos Anos Trinta. 1928-1938*, 2.^a Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1996

- Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de (dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand, 1996
- Rossi, Alice – “The first woman sociologist: Harriet Martineau” in *The Feminist Papers: From Adams to de Beauvoir*, New York, Columbia University Press, 1973
- Rostow, W. W. – *The Stages of Economic Growth, a Non-Communist Manifesto*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960
- Roth, J.; Brooks-Gunn, J.; Murray, L. e Foster, W. – “Promoting healthy adolescents: Synthesis of youth development programs” in *J. Res. Adolesc*, n.º 8, 1998
- Roth, W. M. – *Designing Communities*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1998
- Rowling, J. K. – *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, 2.ª Edição, Trad. de Isabel Fraga, Lisboa, Editorial Presença, 1999
- Royse, D. – “Scouting and girl scout curriculum as interventions effects on adolescents self-esteem” in *Adolescence*, vol. 33, n.º 129, 1998
- Ruano-Borbalan, Jean-Claude (coord.) – *L’identité. L’individu. Le groupe. La société*, Auxerre, Ed. Sciences Humaines, 1998
- Ruben, Guillermo Raul – “Teoria da identidade: uma crítica” in *Anuário Antropológico/86*, Brasília, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1988
- Rule, I. – *A philosophical inquiry into the meaning(s) of curriculum*, New York, New York University, 1973
- Rumsfeld, Donald H. – “Transforming the Military” in *Foreign Affairs*, vol. 81, n.º 3, New York, Council on Foreign Relations, Maio e Junho de 2002
- Russ, Jacqueline – *A aventura do pensamento europeu: uma história das ideias ocidentais*, Lisboa, Terramar, 1997
- Russ, Jacqueline – *Pensamento Ético Contemporâneo*, São Paulo, Paulus, 1999
- Russell, Bertrand – *Educação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982
- Ruter, A. J. C. – “Introduction” in *International Review of Social History*, vol. I, 1956
- Rutter, M; Maughan, B.; Mortimore, P. e Ouston, J. – *Fifteen thousand hours: secondary schools and their effects on children*, Londres, Open Books, 1979
- S. Lucas – “Evangelho Segundo S. Lucas” in *Novo Testamento*, 15.ª Edição, Braga, Livraria Apostolado da Imprensa e Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1987
- Sá, Carlos e Sá, Daniel – *Marketing Desportivo: um jogo empresarial*, Lisboa, Edições IPAM, 1999

- Sá, Luís – *A Crise das Fronteiras – Estado, Administração Pública e União Europeia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997
- Sá, Luís – *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994
- Sá, M. I. – *O desenvolvimento das percepções de competência, de controlo e da auto-regulação autónoma. Implicação na motivação para a aprendizagem*, Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 1997
- Sá, Nídia Regina Limeira de – “Escola Inclusiva: confrontando o paradigma” in *Revista Espaço*, n.º 29, Junho de 1997
- Sacristán, Gimeno José – *Docencia y cultura escolar: reformas y modelo educativo*, Buenos Aires, Lugar Editorial, 1997
- Sahlins, Marshall – *Cultura e Razão Prática*, R.J., Zahar Ed., 1979
- Said, Edward W. – *Orientalism*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1979
- Sainsaulieu, Renaud – *Sociologie de l’organisation et de l’entreprise*, Paris, Presses de la FNSP, 1988
- Saint-Georges, Pierre de – “Le geste quotidien d’enseigner” in *Recherches Sociologiques*, vol. XV, n.º 1, Louvain, 1984
- Saint-Georges, Pierre de – *Recherche et critique des sources de documentation en politique économique et sociale*, Louvain-la-Neuve, FOPES/UCL, 1979
- Salais, R.; Baveret, N. e Cressent, B. Reynaud – *L’invention du chômage*, Paris, PUF, 1986
- Salmon, P. – *Histoire et critique*, Bruxelas, Éditions de l’Université de Bruxelles, 1987
- Salvador, João Francisco Pinheiro – “Alocução proferida em 25 de Maio” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.ºs 59 e 60, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Junho de 1970
- Sampaio, Bruno – *A Questão Religiosa*, Porto, 1907
- Sampaio, Daniel – *Indisciplina: Um signo geracional?*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1996
- Sampaio, Daniel – *Inventem-se novos pais*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994
- Sampaio, Daniel – *Voltei à Escola*, Lisboa, Editorial Caminho, 1996
- Sampaio, José Salvado – “Ensino infantil em Portugal” in *Boletim Bibliográfico e Informativo*, n.º 8, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, CIP, 1968
- Sampaio, José Salvado – “Ensino primário superior, contribuição monográfica” in *Boletim Bibliográfico e Informativo*, n.º 12, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, CIP, 1970

- Sampaio, José Salvado – *O Ensino Primário, 1911-1969, Contribuição Monográfica*, vol. I (1.º Período: 1911-1926), Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, CIP, 1975
- Sanceau, Elaine – *Cartas de D. João de Castro*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955
- Sanceau, Elaine – *D. João de Castro*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1956
- Sanches, Maria de Fátima Chorão C. – “Gestão Escolar, Autonomia e Participação. Balanço de 25 anos de Política Educativa em Administração Escolar” in *Administração Educacional*, n.º 2, 2002
- Sanchéz, António Romero – “Educação personalizada: carácter, liderança e cidadania” in *Nação e Defesa*, Número Extra Série, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho de 2004
- Sansalieu, Renaud – *Sociologia da Empresa. Organização, cultura e desenvolvimento*, Lisboa, Instituto Piaget, 1997
- Santo, Gabriel Espírito – “A Estratégia Militar como Componente da Estratégia Total” in *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, S. Pedro do Estoril, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2002
- Santos, António – “Batalha Campal” in *Querer é Poder*, n.º 2, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1985
- Santos, António Correia dos – *Problemas Resolvidos de Manipulações de Chimica. Para uso dos Lyceus (...)*, III volume, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1911
- Santos, António M. Martins dos – “Editorial” in *Querer é Poder*, n.º 2, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1985
- Santos, António Manuel Martins dos – “Editorial” in *Querer é Poder*, n.º 1, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro de 1985
- Santos, Boaventura de Sousa – “Ciência” in Carrilho, M. M. (ed.) – *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991
- Santos, Boaventura de Sousa – “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português” in Santos, B. de Sousa (org.) – *Portugal: um retrato singular*, Porto, Edições Afrontamento/Centro de Estudos Sociais, 1993
- Santos, Boaventura de Sousa – *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994
- Santos, Boaventura de Sousa – *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, 5.ª Edição, São Paulo, Cortez, 1999
- Santos, Boaventura de Sousa – *Um discurso sobre as ciências*, 14.ª Edição, Porto, Edições Afrontamento, 2003 [ed. original 1987]

Santos, F. Piteira – *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 3.^a Edição, Lisboa, Europa América, 1980

Santos, Félix Requena – *Redes sociales y mercado de trabajo. Elementos para una teoría del capital relacional*, Madrid, España Editores, 1991

Santos, Francisco Garcia dos – *Os impasses do actual IMPE: Privatização*, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 2006

Santos, General José Alberto Loureiro dos – “Transformação Genética e Estrutural das Forças Armadas” in *Revista Militar*, n.º 8 e 9, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Agosto e Setembro de 2003

Santos, João António Correia dos – *Problemas Resolvidos de Manipulações de Química. Para uso dos Lyceus (...)*, III volume, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1911

Santos, M. Alvarenga de Sousa – “Evolução Estratégica da Aliança Atlântica” in *Nação e Defesa*, n.º 84, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Inverno 1998

Santos, M.-E. – “Aprender a pensar através de 'reinvenções' curriculares. Da aprendizagem conceptual à preparação para o exercício da cidadania” in Rosa, D. e Souza, V. (eds.) – *Didáctica e Práticas de Ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos*, Goiânia, Editora Alternativa, 2002

Santos, M.-E. e Praia, J. – “Percurso de mudança na didáctica das ciências. Sua fundamentação epistemológica” in Cachapuz, A. – *Ensino das Ciências e Formação de Professores*, Aveiro, Universidade de Aveiro (Projecto MUTARE), 1992

Santos, Machado – *A Revolução Portuguesa. Relatório*, Lisboa, Papelaria e Tipografia de Lamas e Franklin, 1911

Santos, Maria Eduarda Vaz Moniz dos – *Que Educação?*, Lisboa, Santos-Edu, 2005

Santos, Mário – “O Dr. João Soares. Um Grande Mestre” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 47, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Dezembro de 1967

Santos, Mário dos – “Alocução” in *O Profissional*, n.º 43 e 44, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Novembro de 1921

Santos, Nelson – “Parabéns Barretuna” in *Querer é Poder*, n.º 49, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 2005

Santos, Nuno Valdez dos – *As Raízes das Instituições Militares Portuguesas*, Lisboa, Revista Militar/Serviços Gráficos da Liga dos combatentes, 1986

Santos, Vítor Pavão dos – “O Exotismo na Vida Portuguesa na Época de D. Manuel” in *Panorama*, IV Série, n.º 32, Dezembro 1969

- Saraiva, A. – *A Escola, problema central da Nação*, Lisboa, Comissão Pró-Associação de estudantes do Ensino Liceal, 1966
- Saraiva, Freitas – *Como se implantou a República em Portugal*, Lisboa, 1911
- Saraiva, José Hermano – *História concisa de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1993 [ed. original 1978]
- Sarkesian, Sam C. – “Two Conceptions of Military Professionalism” in Martin, Michael Louis e Maccrater, Ellen Stern – *The Military, militarism, and the polity: essays in honor of Morris Janowitz*, New York, Free Press, 1984
- Sarmiento, Manuel Jacinto – *A Vez e a Voz dos Professores. Contributo para o Estudo da Cultura Organizacional da Escola Primária*, Porto, Porto Editora, 1994
- Sassaki, Romeu Kazumi – *Inclusão,: construindo uma sociedade para todos*, Rio de Janeiro, WVA, 1997
- Sasseti, Leonor (coord.) – *Saúde Infantil e Juvenil. Programa-tipo de Actuação*, Lisboa, Direcção-Geral da Saúde (Divisão de Saúde Materna, Infantil e dos Adolescentes), 2002
- Sauer, Carl O. – “La geografia cultural” in Mendonza, Josefina Gómez *et al.* – *El pensamiento geográfico*, Madrid, Alianza Editorial, 1982
- Sauer, Carl O. – “The morphology of landscape” in *Publications in Geography*, vol. VII, n.º 2, Berkeley, University of California, 1925
- Savater, Fernando – *As perguntas da vida*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999
- Savater, Fernando – *Ética para um jovem*, 3.ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1995 [ed. original 1993]
- Savater, Fernando – *Política para um Jovem*, 2.ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1998 [ed. original 1993]
- Savater, Fernando – *Pour l'éducation*, Paris, Éditions Payot et Rivages, 1998
- Saviani, Demerval – *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*, São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1985
- Saxónia O. P., B. Jordão – *Opúsculo sobre as Origens da Ordem dos Pregadores*, col. Fontes Dominicanas 1, Fátima, Secretariado Provincial dos Dominicanos, 1987
- Schein, Edgar – “Organizational Culture” in *American Psychologist*, vol. 45, n.º 2, 1990
- Schein, Edgar – *La cultura organizacional y el liderazgo*, Barcelona, Plaza y Janés, 1998
- Schein, Edgar – *Organizational Culture and Leadership*, S. Francisco, Jossey Bass, 1992
- Schmitter, Phillippe C. – *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999

- Schriewer, J. – “L’éducation comparée: mise en perspective historique d’un champ de recherche” in *Révue Française de Pédagogie*, n.º 121, 1997
- Schul, B. D. – *How to be an Effective Group Leader*, Chicago, Nelson-Hall, 1975
- Schurhammer, Goer – *Francisco Javier: Su Vida y Su Tiempo*, Tomo III, Bilbao, Ediciones Mensajero, 1992
- Schutt, Russell K. – *Investigating the social world: the process and practice of research*, Thousand Oaks, Pine Forge Press, 1996
- Schütz, A. – *Le chercheur et le quotidien*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1987
- Schwartzberg, Roger-Gérard – *La Politique Mensonge*, Paris, Odile Jacob, 1998
- Schwartzberg, Roger-Gérard – *O Estado Espectáculo*, Rio de Janeiro, Edições Difel, 1978
- Schwartzberg, Roger-Gérard – *Sociologia Política. Elementos de Ciência Política*, Rio de Janeiro, Edições Difel, 1979
- Scott, P. – “Structural developments in higher education: the experience of unified systems” in *Das Hochschulwesen*, n.º 45, 1997
- Scott, P. – “Unified and binary systems of higher education in Europe” in Burgen, A. – *Goals and Purposes of Higher Education in the 21st Century*, London and Bristol, Kingsley, 1996
- Seabra, Eurico de – *A igreja, as Congregações e a República. A Separação e as suas Causas*, Lisboa, s. d.
- Sebaoun, Elisabeth e Lemonnier, Dominique – *Explique-moi ta religion*, Paris, Éd. Brépols, 1995
- Selznick, P. – *Leadership in Administration; A Sociological Interpretation*, Evanston, Peterson, 1957
- Senos, J. – “Atribuição causal, auto-estima e resultados escolares” in *Análise Psicológica*, n.º 14, 1996
- Sepúlveda, Cristovão Aires de Magalhães – *Testamento de D. João de Castro*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1901
- Sequeira, Luís Augusto – “O Valor do Factor Humano no Exército numa Perspectiva de Eficácia” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 50, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1999
- Sequeira, Major-General Luís Augusto – “Gestão e gestores: uma questão de competência” in *Revista de Administração Militar*, n.º 4, Beiriz, Escola Prática de Administração Militar, Outubro a Dezembro de 2003

Sequeira, Major-General Luís Augusto – “Questões de Defesa Nacional: Decisões Necessárias” in *Revista Militar*, n.º 2415, Lisboa, Empresa da Revista Militar, Abril de 2003

Sequeira, Sertório – “Testemunho Vibrante de uma Viagem que nunca mais esquece” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 52, Novembro a Dezembro de 1968

Sequeira, Sertório Cardoso – “A Letra do Hino do Instituto foi alterada?” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 91, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 1979

Sequeira, David – “A Honra de ser Porta-Bandeira” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 106, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 1983

Sequeira, David – “A moderna geração desportiva de ex-alunos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 1 (Número Único), Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 25 de Maio de 1954

Sequeira, David – “A Sede, o Sonho e as 'Pedras'” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 130, Janeiro a Março de 1989

Sequeira, David – “A Viragem Académica do Medina Carreira (42.391)” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 186, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2002

Sequeira, David – “Assembleia Geral – 1990” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 133, Outubro a Dezembro de 1989

Sequeira, David – “Cortámos a Meta – Escritura da nossa Sede em 16-10-89” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 132, Julho a Setembro de 1989

Sequeira, David – “Divagações sobre o Querer e o Poder” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Sequeira, David – “Os Padrinhos” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 155, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril e Maio de 1995

Sequeira, David – “Os Pilões 'Honoris Causa'” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 61, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 1970

Sequeira, David – “Quem é Dagoberto Lima” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 196, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2005

Sequeira, David – “Reconfirmar o Querer e Transformá-lo em Poder” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 97, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 1980

- Sequeira, David – “Sincera Euforia” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 25, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Março de 1962
- Sequeira, David – “Uso e Significado de um Emblema” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 12, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 31 de Dezembro de 1958
- Sérgio, António – *Educação Cívica*, Porto, Renascença Portuguesa, 1915
- Serra, A. – “O auto-conceito” in *Análise Psicológica*, n.º 6, 1988
- Serra, João Bonifácio – “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente” in Reis, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest/Publicações Alfa, 1996 [ed. original 1990]
- Serra, João Bonifácio – “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente” in *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest/Publicações Alfa, 1996 [ed. original 1990]
- Serrano e Gonçalves, Alunos – “Cerimónia de Apadrinhamento dos Alunos do 5.º Ano” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994
- Serrano, António – “O Laço” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994
- Serrão, O. – *A relação entre a motivação e o auto-conceito. Importância do estatuto escolar nos perfis motivacionais de crianças do 4.º ano de escolaridade*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2001
- Serrão, Vítor – “A Pintura Maneirista e o Desenho” in Vários – *História da Arte em Portugal*, vol. 7, Lisboa, Publicações Alfa, 1986
- Serrão, Vítor – “Marcos de Magalhães, Arquitecto e Entalhador do Ciclo da Restauração (1647-1664)” in *Boletim Cultural*, n.º 9, Tomo I, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa, 1983
- Serrão, Vítor – *A Pintura Maneirista em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Breve/ICLP, 1982
- Serviço de Assistência Religiosa da FAP – *Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Guia*, Lisboa, Central de Publicações da Força Aérea – Serviço de Assistência Religiosa da FAP, s. d.
- Shanin, Teodor – “The idea of progress” in Rahnema, Majid e Bawtree, Victoria (eds.) – *The Post-development Reader*, London, Zed Books, 1997
- Shears, F. S. – “A Cavalaria de França” in Prestage, E. – *A Cavalaria Medieval*, Porto, Civilização, s. d.
- Shils, Edward A. – *Tradition*, Londres, Faber & Faber, 1981
- Shorter, Frank – *Corrida para uma boa forma física*, Porto, Dorling Kindersley – Civilização Editores, 2005

Shotts, B. M. – “Personal discipline...the difference between success and failure” in *Combat Crew*, n.º 27, 1977

Shulman, Lee S. – “Those Who Understand: Knowledge Growth in Teaching” in *Educational Researcher*, n.º 15, 1986

Silbereisen, R. K.; Eyferth, K. e Rudinger, G. (eds.) – *Development as Action in Context: Problem Behavior and Normal Youth Development*, New York, Springer 1986

Silva Jr., C. A. – *A Escola Pública como Local de Trabalho*, São Paulo, Cortez, 1993

Silva, A. S. – *Educação de adultos. Educação para o desenvolvimento*, Porto, Asa, 1990

Silva, Agostinho da – *Educação de Portugal*, Colecção Obras de Agostinho da Silva, 1.ª Edição, Lisboa, Ulmeiro, 1989

Silva, António – “Homenagem ao Prof. Raúl Miranda” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira (orgs.) – *Metodologia das Ciências Sociais*. 8.ª Edição Porto, Edições Afrontamento, 1997.

Silva, Cesaltina do Nascimento e Leitão, Maria Noémia de Melo – *Instituto de Odivelas. 90 Anos ao Serviço da Educação*, Lisboa, Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso), 1990

Silva, Graziella Moraes Dias da – “Sociologia e Educação: um debate teórico e empírico sobre modernidade” in *Enfoques*, vol. 1, n.º 1, Rio de Janeiro, 2002

Silva, Hugo – “Barretuna. Mais um ano!!!” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Silva, Hugo – “E já lá vão dois anos de Barretuna” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

Silva, Hugo – “O Pilão na 'Praça da Alegria'” in *Querer é Poder*, n.º 39, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2000

Silva, Joel e Silva, Ricardo – “O Carnaval no IMPE. A Récita” in *Querer é Poder*, n.º 47, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2004

Silva, Jorge – “Os Olhos do Meu Amor” in *Querer é Poder*, n.º 13, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1987 a Março de 1988

Silva, José Manuel Pedroso da – “Emblema da APE, versus Barretina” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 193, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2004

Silva, José Manuel Pedroso da – “Heráldica no Exército” in *Jornal do Exército*, n.º 446, Lisboa, EME, Abril de 1996

Silva, José Manuel Pedroso da – “Referências ao Instituto Militar dos Pupilos do Exército na Ex-Librística” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 192, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2004

Silva, Joyce Paula e – “Cultura escolar, autoridade, hierarquia e participação: Alguns elementos para a reflexão” in *Cadernos de Pesquisa*, n.º 112, 2001

Silva, L. (ed.) – *A escola cidadã no contexto da globalização*, Petrópolis, Vozes, 1998

Silva, Luís Augusto Rebelo da – *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, 2.ª Edição, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1971–1972 [ed. original 1860-1871]

Silva, M. Abúndio da – *A Igreja e a Política*, Porto 1911

Silva, Nuno – “Futebol 11 – Ensino Superior – Campeonato 2.ª divisão” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Silva, Nuno Espinosa Gomes da – “João das regras e Outros Juristas Portugueses da Universidade de Bolonha” in *Revista da Faculdade de Direito*, vol. XIII, Lisboa, 1958

Silva, T. – “Depois das críticas do currículo” in Nóvoa, A. e Schriewer (eds.) – *A difusão mundial da escola*, Lisboa, Educa, 2000

Silveira, Denis Coutinho – *Os sentidos da justiça em Aristóteles*, Porto Alegre, Edipucrs, 2001

Silveira, Paula e Trindade, Nelson – *A Gestão na Administração Pública, Usos e Costumes, Manias e Anomalias*, Lisboa, Editorial Presença, 1992

Silvestre, E. – *A identificação ao grupo de pares como estratégia de manutenção do auto-conceito e auto-estima em adolescentes com insucesso escolar*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2000

Simão, A. – “Qualidade do ensino e conhecimento estratégico do aluno: Alguns desafios e sinais de transição” in CNE – *Qualidade e avaliação da educação*, Lisboa, CNE/ME, 2002

Simão, André – “Apadrinhamento. Discurso do Aluno Comandante de Batalhão” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Simão, André Gonçalo Alves – “A Tarefa” in *Querer é Poder*, n.º 46, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2003

Simão, J. V. – *Educação. Caminhos de liberdade*, Lisboa, MEN, 1973

Simão, Rute Isabel Picaró – *A Relação entre Actividades Extracurriculares e o Desempenho Académico, Motivação, Auto-conceito e Auto-estima dos Alunos*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2005

- Simenta, Tiago – “Sistemas de Informação. Data Mining” in *Revista de Administração Militar*, n.º 5, Beiriz, Escola Prática de Administração Militar, Janeiro a Março de 2004
- Simmel, Georg – *Sociologia*, São Paulo, Ática, 1981
- Simon, H. – “Rational Choice and Structure of Environment” in *Psychological Review*, n.º LXII, 1956
- Simons, Anna – “Women Can Never ‘Belong’ in Combat” in *Orbis*, vol. 44, n.º 3, Filadélfia, Foreign Policy Research Institute, Summer 2000
- Sinclair, Thomas A. – *A History of Greek Political Thought*, London, Routledge and Kegan Paul, 1951
- Singer, Peter – *Ética Prática*, Lisboa, Gradiva, 2000
- Skaalvik, E. – “Self-enhancing and self-defeating ego orientation: relations with task and avoidance orientation, achievement, self-perceptions and anxiety” in *Journal of Educational Psychology*, n.º 89, 1997
- Slemrod, Joel e Bakija, Jon – *Taxing ourselves. A citizen's guide to great debate over tax reform*, 2.ª Edição, Cambridge, Mass., MIT Press, 2000
- Smircich, C. – “Concepts of culture and organizational analysis” in *Administrative Science Quarterly*, vol. 28, n.º 3, Ithaca, 1983
- Smith, Anthony D. – *National Identity*, Reno, University of Nevada Press, 1991
- Smith, Anthony D. – *Nationalism*, Oxford/Nova Iorque, Oxford University Press, 1994
- Smith, R. A. – *Sports and freedom: The rise of big-time college athletics*, New York, Oxford University Press, 1988
- Snider, Don M. – “An Uniformed Debate on Military Culture” in *Orbis*, Filadélfia, Foreign Policy Research Institute, Winter 1999
- Snider, Don M. e Watkins, Gayle L. – “The Future of Army Professionalism: A Need for Renewal and Redefinition” in *Parameters*, vol. XXX, n.º 3, Carlisle, PA, Army War College, Autumn 2000
- Snyder, William e Wenger, Etienne – “Our world as a learning system: a communities-or-practice approach” in Clawson, J. and Conner, M. (eds.) – *Creating a Learning Culture: Strategy, Practice, and Technology*, New York, Cambridge University Press, 2004
- Snyder, William e Wenger, Etienne – *Communities of practice in government: the case for sponsorship*, Report to the CIO Council of the US Federal Government, 2003
- Snyder, William; Wenger, Etienne e de Sousa Briggs, X. – “Communities of practice in government: leveraging knowledge for performance” in *Public Manager*, vol. 32, n.º 4, 2003

Soares, João Afonso – “O Serviço Militar Feminino – Perspectiva de Aplicação às Forças Armadas” in *Baluartes*, n.º 6, Lisboa, Governo Militar de Lisboa, 1991

Soares, João Afonso Bento – “Participação da Classe Especial de Ginástica do IMPE na 11.ª Gimnastrada Mundial” in *Querer é Poder*, n.º 37, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Novembro de 1999

Soares, João Afonso Bento – “Um Abraço de Despedida” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 175, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2000

Soares, Major-General Bento – “Um Abraço de Despedida” in *Querer é Poder*, n.º 38, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Fevereiro de 2000

Soares, Mário – *Portugal Amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Editora Arcádia, 1974

Soeiro, Fernando – *Sermão que o Presentado Fr. Fernando Sueiro Pregou na Procissão que o Tribunal do S. Officio de Euora fez ao Conuento de Sam Domingos, de Graças a Deos polla Liberdade do Senhor Bispo Inquisidor Geral a 9 de Março de 1643*, Lisboa, Officina de Paulo Craesbeeck, 1643

Soriano, Simão José da Luz – *Revelações da Minha Vida e Memórias de Alguns Factos e Homens Meus Contemporâneos*, Lisboa, Typ. Universal, 1860

Sorokin, Pitirim – *Social and Cultural Dynamics*, Porter Sargent Publisher, 1957

Sorokin, Pitirim – “Social and Cultural Mobility” in Grusky, D. (eds.) – *Social Stratification. Class, Race and Gender in Sociological Perspective*, Boulder, Westview Press, 1994

Soromenho-Marques, Viriato – *A Era da Cidadania: De Maquiavel a Jefferson*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1996

Sorre, Max – *Les Fondements de la geographie humaine*, Tome III (L’Habitat), Paris, Librairie Armand Colin, 1952

Sousa, Cardoso de – *Análise da Tendência Institucional-Ocupacional dos Oficiais do Exército Português*, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1993

Sousa, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo XII, Parte I, Lisboa, Officina Regia Sylviana, 1745-1752

Sousa, Fr. Luís de; Encarnação, Fr. António da; Santa Catarina, Fr. Lucas de – *História de S. Domingos*, Vols. I e II, Porto, Lello & Irmão, 1977 [ed. original 1662-1767]

Sousa, Manoel José Lucas de – “De regresso” in *O Profissional*, n.ºs 15 e 16, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Outubro e Novembro de 1917

Sousa, Manuel Afonso de – *A fenomenologia do religioso no contexto do “retorno do sagrado”*: nova era e novos movimentos religiosos, Cadernos de Ciência das Religiões, vol. 7, Lisboa, Centro de Estudos em Teologia/Ciência das Religiões, 2001

Sousa, Manuel José Lucas de – “Congresso Nacional de Educação Física” in *O Profissional*, n.º 15 e 16, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Outubro e Novembro de 1917

Sousa, Manuel Lucas de – “O Instituto na exposição de Arte na Escola” in *O Profissional*, n.º 4, Lisboa, Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 30 de Abril de 1916

Sousa, Pedro da Conceição – “O IMPE e o Escutismo” in *Querer é Poder*, n.º 11, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Julho de 1987

Spencer, Herbert – *Principles of Sociology*, Abridged Edition edited by Stanislaw Andreski, Londres, Macmillan, 1969

Spini, Giorgio – *Storia dell’età moderna*, Torino, Ed. Einaudi, 1965 [ed. original 1960]

Spínola, General António de – *Da Ética Militar*, Lisboa, Academia Militar, 1974

Steffanina, Celestino – *Subsídios para a História da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, 1913

Steiner, G. – *Gramáticas da Criação*, Lisboa, Relógio de Água, 2002

Sternberg, David – *How to Complete and Survive a Doctoral Dissertation*, New York, St. Martin’s Griffin, 1981

Stevens, Gwendolyn; Rosa, Jr., Fred M e Gardner, Sheldon – “Military Academies as Instruments of Value Change” in *Armed Forces and Society*, vol. 19, n.º 4, N. Jersey, Inter-University Seminar on Armed Forces and Society, Summer 1993

Stöer, Stephen – “Construindo a Escola Democrática através do Campo da Recontextualização Pedagógica” in *Revista Sociedade e Cultura*, Porto, Edições Afrontamento, 1994

Stöer, Stephen – “O Estado e as políticas educativas: uma proposta de mandato renovado para a escola democrática” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 41, Coimbra, CES/UC, 1994

Stöer, Stephen – *Educação e Mudança Social em Portugal: 1970-1980, uma década de transição*, Porto, Edições Afrontamento, 1986

Stöer, Stephen – *Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982

Stöer, Stephen (org.) – *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa: uma abordagem pluridisciplinar*, Porto, Edições Afrontamento, 1991

- Stöer, Stephen (org.)– *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa. Uma Abordagem Pluridisciplinar*, Porto, Edições Afrontamento, 1990
- Stöer, Stephen R. e Araújo, Helena Costa – *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (Semi)Periferia Europeia*, Lisboa, Escher, 1992
- Stogdill, R. M. – “Personal factors associated with leadership. A survey of the literature” in *Journal of Psychology*, n.º 25, 1948
- Stogdill, Ralph e Coons, Alvin – *Leader Behavior: Its Description and Measurement*, Ohio, 1956
- Stogdill, Ralph M. – *Handbook of Leadership: A Survey of Theory and Research*, New York, Free Press, 1974
- Stolp, Stephen – “Leadership for School Culture” in *Eric Digest*, n.º 91, University of Oregon, June 1994
- Stoner, J. A. e Freeman, R. E. – *Administração*, 5.ª Edição, Rio de Janeiro, Prentice Hall do Brasil, 1985
- Taborda, João Pedro – “Competitive Intelligence: dos dados à decisão estratégica” in *Revista de Administração Militar*, n.º 8, Beiriz, Escola Prática de Administração Militar, Outubro a Dezembro de 2004
- Tajfel, Henry – “Cognitive Aspects of Prejudice” in *Journal of Social Issues*, n.º 25, 1969
- Tajfel, Henry – “Social Psychology of Intergroup Relations” in *Annual Review of Psychology*, n.º 33, 1982
- Tajfel, Henry – “The social identity theory of intergroup behavior” in Worchel, S. e Austin, W. G. (eds.) – *Psychology of intergroup relations*, Chicago, Nelson-Hall, 1986
- Tajfel, Henry – *Grupos Humanos e Categorias Sociais*, vols. I e II, Lisboa, Livros Horizonte, 1981
- Tanguy, L. – “Les usages sociaux de la notion de compétence” in *Sciences Humaines*, n.º 12, Paris, Fevereiro a Março de 1996
- Tavares da Silva, Maria Regina – “Direitos Humanos e Género. Que Enfoque na Educação?” in *Novos Caminhos para a Cidadania na Europa e os Valores da Igualdade. Género, Multiculturalidade e Direitos Humanos*, Setúbal, ESE de Setúbal/Centro para a Igualdade de Oportunidades em Educação, 1995
- Tavares, Jorge Campos – *Dicionário de Santos*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1990
- Taylor, M. D. – “The attributes of leadership” in *Army Information Digest*, n.º 8, 1953

- Taylor, S.; Rizvi, F.; Lingard, B. e Henry, M. – *Educational Policy and the Politics of Change*, London, Routledge, 1997
- Tead, Ordway – *The Art of Leadership*, New York, 1935
- Tedesco, Juan Carlos – *O Novo Pacto Educativo*, Gaia, Fundação Manuel Leão, 1999
- Teeters, C. – “Permission to learn leisure and the America school” in *Journal of Physical Education, Recreation & Dance*, October 1992
- Teichler, U. – “Strukturwandel des Hochschulwesens: Konzepte, internationale Erfahrungen und Entwicklungen in Deutschland” in *Das Hochschulwesen*, n.º 45, 1997
- Teichler, U. – “The changing roles of the university and non-university sectors of higher education in Europe” in *European Review*, n.º 6, 1998
- Teixeira, Alfredo e Almeida, Dimas – *Da Memória à Experiência: perspectivas sobre a religiosidade contemporânea*, Cadernos de Ciência das Religiões, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos em Teologia/Ciência das Religiões, 2000
- Teixeira, João Marques – “Introdução à Edição Portuguesa” in Balint, Michael – *O Médico, o seu Doente e a Doença*, Lisboa, Climepsi Editores, 1998 [ed. original 1956]
- Teixeira, M. C. S. – *Discurso pedagógico: mito e ideologia*, Rio de Janeiro, Quartet, 2000
- Teixeira, Manuela – *O Professor e a Escola*, Lisboa, McGraw-Hill, 1995
- Teixeira, Nuno Severiano – “A História Militar e a Historiografia Contemporânea” in *Nação e Defesa*, n.º 59, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1991
- Teixeira, Nuno Severiano – “História Segurança e Defesa. Uma perspectiva interdisciplinar” in *Nação e Defesa*, n.º 52, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1990
- Teixeira, Nuno Severiano – “História, Relações Internacionais e História das Relações Internacionais” in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XI, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1999
- Teixeira, TGEN Jorge Alberto Gabriel – “Honrosa Mensagem” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 172, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 1999
- Teles, Basílio – *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço de História Política*, 28.ª Edição, Lisboa, Portugália Editora, 1968
- Telles, Basílio – *A Questão Religiosa*, Porto, Livraria Moreira Editora, 1913
- Telo, António J. – “O Papel dos Militares no Processo de Inovação e Mudança no Portugal Contemporâneo” in *Actas IX Colóquio – Militares na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000

- Telo, António José – *Decadência e Queda da 1.ª República Portuguesa*, 2 volumes, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980 a 1984
- Telo, António José – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994
- Telo, Riu Cabral – “A pensar nos mestres do meu Pilão” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 190, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2003
- Tena, J. – *Organización de la empresa, teoría y aplicaciones*, Barcelona, EADA, 1989
- Tengarrinha, José – *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida*, Lisboa, Colibri, 1993
- Teodoro, António – *Globalização e Educação. Políticas educacionais e novos modos de governação*, Porto, Edições Afrontamento, 2003
- Teodoro, António – *Política Educativa em Portugal. Educação, desenvolvimento e participação política dos professores*, Lisboa, Bertrand Editora, 1994
- Thévenet, M. – “A cultura de empresa hoje em dia” in *Revista de Administração*, vol. 26, n.º 2, Abril a Junho de 1991
- Thomas, R. – *Sociologie du Sport*, Paris, PUF, 1993
- Thomas, W. I. e Znanieki, Florian – *The Polish Peasant in Europe and América*, 5 vols., New York, Dover, 1918-1920
- Thompson, E. P. – *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998
- Thompson, V. – *Moderna Organização*, Rio de Janeiro, MEC/USAID, 1967
- Thüne, Wolfgang – *A Pátria como Categoria Sociológica e Geopolítica*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1991
- Tocqueville, Alexis de – *L’Ancien Régime et la Révolution*, Paris, Gallimard, 1967
- Toffler, Alvin e Heidi – *Guerra e Anti-Guerra*, Lisboa, Livros do Brasil, 1994 [ed. original 1993]
- Tomás, Pedro – “Desporto Escolar Futsal - Juvenis” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002
- Tomás, Pedro – “Ensino Superior – Futebol de 11” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002
- Tomás, Pedro – “Ensino Superior – Futsal” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002
- Toner, James – *The American Military Ethic: A Meditation*, New York, Praeger, 1992

Torquato, Gaudêncio – *Cultura, poder, comunicação e imagem. Fundamentos da nova empresa*, São Paulo, Pioneira, 1991

Torres, Carlos Alberto – “Adult Education for National Development” in Husen, Torsten e Postlethwaite, T. Neville – *The International Encyclopedia of Education*, 2.^a Edição, Oxford, Pergamon Press, 1994

Torres, Carlos Alberto – *The Politics of Nonformal Education in Latin America*, New York, Praeger, 1990

Torres, J. – *El curriculum oculto*, Madrid, Morata, 1991

Torres, Ruy d’Abreu – “João das Regras” in Serrão, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d. [ed. original 1971]

Touraine, Alain – “Crise de la modernité” in *Les Usages de la Liberte*, Neuchâtel, Éditions de la Baconnière, 1990

Touraine, Alain – *Le Retour de l’Acteur*, Paris, Fayard, 1984

Touraine, Alain – *Production de la Société*, Paris, Seuil, 1973

Touraine, Alain – *Production de la société*, Paris, Seuil, 1973

Trafaria – “Balanço de um Ano de Actividade Física e Desportiva” in *Querer é Poder*, n.º 9, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1986

Tricart, Jean – “O campo na dialética da geografia” in Pinto, J. M. de Gusmão – *Reflexões sobre a geografia*, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1980

Trindade, Nelson – “Democracia, as duas faces: a competição da colaboração ou a colaboração da competição” in *Organizações e Trabalho*, n.º 12, 1994

Trolho e Duarte – “Desporto. Remo” in *Querer é Poder*, n.º 2, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1985

Trsiddler, Jack – *Os Símbolos e o seu Significado*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000

Tzu, Sun – *A Arte da Guerra*, 3.^a Edição, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2000

Underwood, G. V. Jr. – “Principles and practices of leadership” in *Asia-Pacific Defense Forum*, n.º 2, 1977

Vala, José – *Psicologia social das organizações: estudos em empresas portuguesas*, 2.^a Edição, Lisboa, Celta, 1995.

Valadares, Pedro – “Remo no Instituto. Quem sabe nunca esquece!” in *Querer é Poder*, n.º 35, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 1998

Valdecebro, Andres Ferrer de – *Historia de la Vida del Venerable Padre Maestro Frei Juan de Vasconcellos*, Madrid, Oficina de D. Maria Rey, 1668, fl. 2 v

Vale, Teresa Leonor – *A Tumulária da Capela-Mor e Capelas do Transepto da Igreja de Santa Maria de Belém e a da Capela dos Castros no Antigo Convento de S. Domingos de Benfica – Uma Análise Paralela*, Dissertação do Curso de Especialização em Museologia e Património Artístico apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa, 1990

Vale, Teresa Leonor M. – “D. Francisco de Castro (1574-1653): Reitor da Universidade de Coimbra, Bispo da Guarda e Inquisidor Geral” in Separata de *Lusitânia Sacra*, 2.ª Série, Tomo VII, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 1995

Vale, Teresa Leonor M. – *D. Fr. Manuel Pereira Bispo e Secretário de Estado*, Lisboa, Edições Gleba, 1994

Vale, Teresa Leonor M. – *O Convento de S. Domingos de Benfica, D. João de Castro e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército*, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, 1996

Valente, Monteiro; Martins, Velasco e Sequeira, Luís – “O Comando e a Chefia Militar e os Desafios da Sociedade Moderna” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 50, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1999

Valente, O.; Santos, M.-E.; Salema, M. e Rainho, A. – “Competências comunicacionais do professor e o pensamento reflexivo dos alunos” in *Revista de Educação II*, vol. 2, 1992

Valente, Vasco Pulido – “Revoluções: a 'República Velha' (ensaio de interpretação política)” in *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 115, Lisboa, ICS, 1992

Valente, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*, 5.ª Edição, Lisboa, Gradiva, 2004 [ed. original 1976]

Valentini, Bruna Bianchi – “Individualização e Socialização nas perspectivas da Aprendizagem” in Costa, M. C. (ed.) – *A Escola e o Aluno*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979

Vallet, Odon – *Culture religieuse*, Paris, Masson, 1990

Valverde, Eloy – “Portugal na História. D. João de Castro” in *O Contabilista*, Ano I, N.º 1, Setembro-Dezembro de 1957

Valverde, Orlando – “Carta aberta de Orlando a Orlando” in *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.º 60, Janeiro a Junho de 1984

Van Fleet, D. D. – “A tentative approach to optimizing the span of management” in *Akron Business and Economic Review*, vol. 5, n.º 1, Spring 1974

Van Fleet, D. D. – “Military leadership education: What war college journals seem to suggest.” in *Proceedings of the Ninth Symposium on Psychology in the Department of Defense*, Colorado Springs, United States Air Force Academy, 18-20 April 1984

Van Fleet, D. D. – “Toward identifying critical elements in a behavioral description of leadership” in *Public Personnel Management*, vol. 3, n.º 1, January/February 1974

Vargas, Carlos – “As brincadeiras de Carnaval ou o Carnaval... por dentro” in *Querer é Poder*, n.º 10, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Abril de 1987

Vargas, Carlos – “Associação de Ideias” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 157, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Agosto a Setembro de 1995

Vargas, Carlos – “Cerimónia de Apadrinhamento dos Alunos do CPES” in *Querer é Poder*, n.º 10, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Janeiro a Abril de 1987

Vargas, Ricardo – *Os meios justificam os fins*, Lisboa, Gradiva, 2005

Vargas, Rui dos Santos – “Pólvora Barreto. Centenário da Produção Industrial” in Separata do *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 170, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, 1998

Vargas, Rui Santos – “Emblemas. Capítulo n.º 1” in *Querer é Poder*, n.º 160, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 1996

Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. O Caso Francês” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 189, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2003

Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo. Os Estados Unidos da América” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 190, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Julho a Setembro de 2003

Vargas, Rui Santos – “Escolas Militares do Mundo” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 188, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Janeiro a Março de 2003

Vargas, Rui Santos – “O Estandarte do Instituto e as suas condecorações” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 162, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 1996

Vargas, Rui Santos – “Pilão Nossa Casa. Novo CD do Grupo Coral e Instrumental do IMPE” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 191, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2003

Vários – “Estudos preparatórios da reforma do ensino técnico” in *Escolas Técnicas*, n.ºs 3 e 4, 1947

Vários – “Portugal 1974/1984. Dez anos de transformação social” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15 a 17 e 18 a 20, 2 volumes, Coimbra, CES/UC, Maio de 1985 e Fevereiro de 1986

- Vários – “Portugal e a Integração Europeia: balanço e perspectivas” in *Análise Social*, n.º 118 e 119, Lisboa, ICS, 1992
- Vários – *Dicionário de Sociologia*, Porto, Porto Editora, 2004
- Vários – *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu – Americana*, vol. 18, Parte II, Bilbao, Espasa-Calpe, 1924-1932
- Vários – *História da República*, Lisboa, Editorial O Século, 1960
- Vários – *Os Novos Espaços de Segurança e Defesa*, S. Pedro do Estoril, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2002
- Vários – *Os Pilões de Sempre. Boletim da Associação dos Pupilos do Exército nos 50 anos da sua Publicação*, Edição Especial, n.º 149, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Outubro a Dezembro de 2005
- Vários – *Serve to Lead (An Anthology)*, Sandhurst, The Royal Military Academy, 1994
- Vasconcelos, António de – *Os Colégios Universitários de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1938
- Vasconcelos, Isabella Francisca Freitas Gouveia de – “IBM: O Desafio da Mudança” in *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, Maio e Junho, 1993
- Vasconcelos, Isabella Francisca Freitas Gouveia de – *A Administração de Recursos Humanos e os Processos de Formação da Identidade no Trabalho: Uma Análise Crítica da Mudança Organizacional da Bull/França*, São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 1997
- Vattimo, Gianni – *Introdução a Heidegger*, Lisboa, Edições 70, 1989
- Vaz, Nuno Mira – “Os Três RRR, as Novas Funções e o Futuro das Forças Armadas” in *Nação e Defesa*, n.º 62, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Abril a Junho de 1992
- Vaz, Nuno Mira – “Reflexões em Torno da Diversidade das Aceções de Cidadania, da Natureza da Função Militar, e da Precaridade do seu Inter-relacionamento” in *Nação e Defesa*, n.º 44, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Outubro a Dezembro de 1987
- Vaz, Nuno Mira – “Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI” in *Nação e Defesa*, n.º 107, 2.ª Série, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Primavera 2004
- Vázquez, Adolfo Sánchez – *Ética*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002
- Weiga, Maria Amélia – *Oportunidades e Ameaças de Bolonha e a Universidade Europeia num Contexto de Globalização*, Porto, FPCE, 2003
- Velez, Fernando – “O Mundo do Modelismo” in *Querer é Poder*, n.º 41, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2001

- Velez, Fernando – “O Muro” in *Querer é Poder*, n.º 42, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2001
- Ventós, Xavier Rubert – *Ética sin atributos*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1996
- Ventura, António – *A Carbonária em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004
- Vermunt, J. K. e Magidson, J. – “Latent class models for classification” in *Computational Statistics & Data Analysis*, n.º 41, 2003
- Vermunt, Jeroen K. e Magidson, Jay – “Latent class cluster analysis” in Hagenaaers, J. e McCutcheon, A. (eds.) – *Advances in latent class models*, Chapter B1, Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2000
- Vernon, M. D. – *Motivação Humana*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1973
- Vial, Jean e Mialaret, Gaston – *História Mundial da Educação*, vol. II, Porto, Rés-Editora, s. d.
- Viana, Mário Gonçalves – *Arte de Dirigir*, Porto, Editorial Domingos Barreira, s. d.
- Viana, Mário Gonçalves – *Arte de Obedecer*, Porto, Editorial Domingos Barreira, s. d.
- Vicaire, M. H. – *Saint Dominic and His Times*, Green Bay, Alt Publishing Company, s. d. [ed. original 1957]
- Vicente, Paula *et al.* – *Sondagens. A amostragem como factor de qualidade*, Lisboa, Edições Sílabo, 1996
- Vico – “Scienza Nuova” in *Opere*, Milão, Riccardi, 1953
- Vidal, Denis – “When the gods drink milk: empiricism and belief in contemporary Hinduism” in *South Asia Research*, n.º 18, 1998
- Videira, A. L. Leite – “Einstein comeu ontem vatapá com pimenta” in *Revista de Administração Militar*, n.º 4, Beiriz, Escola Prática de Administração Militar, Outubro a Dezembro de 2003
- Videira, Carlos Manuel Terron da Silva – *Formação Comportamental na Academia Militar: Lição Inaugural do Ano Lectivo 1999-2000*, Lisboa, Academia Militar, 2000
- Videira, Joaquim – “Da digna arte da ‘Peleja Pilónica’” in *Querer é Poder*, n.º 43, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 2002
- Vieira, Belchior – “A Instituição Militar: da Nostalgia à Inovação” in *Nação e Defesa*, n.º 67, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Julho a Setembro de 1993
- Vieira, Belchior – *Liderança Militar*, Rev. comp. adapt. e sistematização Ten. Cor. Carlos Videira, Lisboa, Academia Militar, 2002

Vieira, Guilherme S. Belchior – “A Instituição Militar: da Nostalgia à Inovação” in *Vários – Seminário Identidade, Mudança e Criatividade. A Liderança do Futuro*, Lisboa, Direcção de Ensino/Academia Militar, 1995

Vieira, Joaquim – *Portugal Século XX. Crónica em Imagens*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1999

Vieira, José António da Silva – “O Sistema de Apoio à Decisão de Gestão no Exército Português. Contributo para um Modelo mais Operacional e Eficaz” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 57, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 2003

Vieira, Maria Manuel *et al.* (orgs.) – *Democratização Escolar: intenções e apropriações*, Lisboa, Centro de Investigação em Educação, 2003

Vieira, P.e Conceição – *Evolução*, Lisboa 1910

Vieira, Ricardo – *Histórias de Vida e Identidades. Professores e Interculturalidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1999

Vieira, Tomé – *Comunismo e Maçonaria. Forças Secretas da Guerra*, Reedição revista e actualizada, Braga, Braga Editora, 1977 [ed. original 1942]

Vilar, Emílio Rui – “Encontro com a Gestão. Gestão e Cultura” in *Revista de Administração Militar*, n.º 8, Beiriz, Escola Prática de Administração Militar, Outubro a Dezembro de 2004

Vilela, Ana Maria – “Alguns aspectos da tese ‘O Instituto Militar dos Pupilos do Exército sob a égide do Estado Novo’” in *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, n.º 201, Lisboa, Associação dos Pupilos do Exército, Abril a Junho de 2006

Virton, Pol – *Os dinamismos sociais*, Lisboa, Moraes Editores, 1979

Viterbo, F. M. de Sousa – “O Orientalismo em Portugal no Século XVI” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, XII Série, n.º 8, 1893

Viterbo, Francisco Marques de Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 2.ª Edição, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988 [ed. original 1899–1922]

Vitorino, Telmo – “Um Baile é sempre um Baile” in *Querer é Poder*, n.º 44, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Dezembro de 2002

Von Wright, Georg Henrik – “Practical Reason” in *Philosophical Papers*, vol. I, Basil Blackwell, 1983

Von Wright, Georg Henrik – *Explanation and understanding*, New York, Cornell University Press, 1971

- Wager, L. W. – “Leadership style, hierarchical influence, and supervisory role obligations” in *Administrative Science Quarterly*, n.º 9, 1965
- Wakin, M. M. – “The Ethics of Leadership” in *American Behavioral Scientist*, n.º 19, 1976
- Walkerdine, Valerie – “Uma análise foucaultiana da pedagogia construtivista” in Silva, T. T. (org.) – *Liberdades Reguladas*, Petrópolis, Vozes, 1998
- Waller, W. – “What teaching does to the teachers: determinants of the occupational type” in Hargreaves, Andy e Woods, Peter – *Classrooms & staffrooms: the sociology of teachers & teaching*, Buckingham, Open University Press, 1993 [ed. original 1932]
- Wallerstein, I. – *Utopistics, or Historical Choices of the Twenty-first Century*, Nova Iorque, The New Press, 1998
- Wallerstein, I. et al. – *Para abrir as Ciências Sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1996
- Wallerstein, Immanuel – “The National and the Universal: Can There be Such a Thing as World Culture?” in King, Anthony D. (ed.) – *Culture, Globalization and the World-System: Contemporary Conditions for the Representation Identity*, London, Macmillan, 1991
- Walley, Arthur – *The Analects of Confucius*, livro VII, Londres, George Allen & Unwin, 1938
- Walter, J. M. e Gardner, H. – “The theory of multiple intelligences: Some issues and answers” in Sternberg, R. J. e Wagner, R. K. (eds.) – *Practical intelligence: Nature and origins of competence in the everyday world*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986
- Walton, Sam e Huey, John – *Sam Walton: Made in America: My Story*, Canada, Bantam Books, 1996
- Wang, H. X.; Zhang, Q. B.; Luo, B. e Wei, S. – “Robust mixture modelling using multivariate t-distribution with missing information” in *Pattern Recognition Letters*, n.º 25, 2004
- Warnke, Paul C. – “Vietnam and Nuremberg” in Freedman, Lawrence (ed.) – *War*, Oxford/N. York, Oxford University Press, 1994
- Weber, Max – “Class, status, party” in Cosin, B. R. (ed.) – *Education: structure and society*, Harmondsworth, Penguin, 1977
- Weber, Max – “Politics as a Vocation” in Gerth, H. e Mills, C. Wright – *From Max Weber: essays in Sociology*, London, Routledge, 1991 [ed. original 1948]
- Weber, Max – *Economia y sociedad*, México, Fondo de Cultura Economica, 1944
- Weber, Max – *Escritos políticos I*, México, Folios, 1982
- Weber, Max – *Essays sur la théorie de la science*, Trad. de J. Freund, Paris, Plon, 1965

- Weber, Max – *Fundamentos de Sociologia*, Porto, Rés, 1983 [ed. original 1922]
- Weber, Max – *O Político e o Cientista*, 3.ª Edição, Lisboa, Presença, 1979
- Weber, Max – *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, 3.ª Edição, Lisboa, Presença, 1979
- Weick, Karl – *Sensemaking in Organizations*, Sage Publications, London, 1995
- Welte, C. E. – “Management and leadership: concepts with an important difference” in *Personnel Journal*, n.º 47, 1978
- Wenger, Etienne – “Communities of practice and learning systems” in *Organization*, vol. 7, n.º 2, 2000
- Wenger, Etienne – “Communities of practice: the social fabric of the learning organization” in *HealthCare Forum Journal*, Julho e Agosto de 1996, vol. 39, n.º 4, 1996
- Wenger, Etienne – *Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity*, New York, Cambridge University Press, 1998
- Wenger, Etienne – *The Public Involvement Community of Practice at Health Canada: a case study*, Ottawa, Corporate Consultation Secretariat, 2003
- Wenger, Etienne e Snyder, William (2000) – “Communities of practice: the organizational frontier” in *Harvard Business Review*, Janeiro e Fevereiro de 2000
- Wenger, Etienne; McDermott, Richard e Snyder, William – *Cultivating communities of practice: a guide to managing knowledge*, Cambridge, Harvard Business School Press, 2002
- Westerlund, David (coord.) – *Questioning the Secular State: The Worldwide Resurgence of Religion in Politics*, London, C. Hurst, 1996
- Westmeyer, Paul – *Principles of Governance and Administration in Higher Education*, Springfield, Charles C. Thomas Publisher, 1990
- Wheeler, Douglas – *A Ditadura militar portuguesa, 1926-1933*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1986
- Windsor, Philip – “The Evolution of the Concept of Security in International Relations” in Clarke, Michael – *New Perspectives on Security*, London, Brassey’s for the Centre for Defense Studies, 1993
- Wise, A. – *Legislated learning: the bureaucratization of the american classroom*, Berkeley, University of California Press, 1982
- Witte, Charles-Martial – “Le ‘Regimento’ de la ‘Mesa da Consciência’ du 24 Novembre 1558” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo IX, Coimbra, 1960
- Wolff – “Employee Morale: Warnings and Hints” in *Advanced Management*, vol. 6, 1941

Wolff, Silvia Ferreira S. – “A arquitectura escolar documentada e interpretada através da imagem” in *Seminário Pedagogia da Imagem, Imagem da Pedagogia*, Niterói, Faculdade de Educação/Universidade Federal Fluminense, 1996

Woods, Peter – *The Happiest Days? How Pupils Cope With School*, London, The Falmer Press, 1990

Wootton, Graham – *Grupos de Interesse*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972

Wrong, D. – “The oversocialized conception of man in modern sociology” in *American Sociological Review*, XXVI, 2, 1983-93 [ed. original 1961]

Xavier, Alberto – *Política Republicana em Matéria Eclesiástica*, Lisboa, 1912

Yearley, Steven – *Sociology, environmentalism, globalization: reinventing the globe*, London, Sage Publications, 1996

Yin, R., e Campbell, D. – *Case study research: design and methods*, Beverly Hills, Sage Publications, 1994

Yonnet, Paul – *Systèmes des sports*, Paris, Éditions Gallimard, 1988

Young, Kimball – “Preface” in *Social Psychology: An Analysis of Social Behavior*, New York, Alfred A. Knopf, 1930

Young, Kimball – “Society and the State: Some Neglected Areas of Research and Theory” in *American Sociological Review*, vol. 11, n.º 2, Abril de 1946

Youniss, J.; McLellan, J. A.; Su, Y. e Yates, M. – “The role of community services in identity development: Normative, unconventional, and deviant orientations” in *Journal Adolescent Research*, vol. 14, n.º 2, 1999

Yukl, G. A. – “Toward a behavioral theory of leadership” in *Organizational Behavior and Human Performance*, n.º 6, 1971

Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Esgrima (entre duas estocadas). Em jeito de Balanço” in *Querer é Poder*, n.º 7, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Junho de 1986

Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Esgrima. Entre duas estocadas” in *Querer é Poder*, n.º 2, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1985

Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Esgrima. Um relance sobre o passado” in *Querer é Poder*, n.º 3, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio de 1985

Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Torneio de Esgrima IMPE 90” in *Querer é Poder*, n.º 20, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Maio a Setembro de 1990

Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Torneio de Esgrima IMPE 93” in *Querer é Poder*, n.º 28, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Março de 1994

Zilhão, Pedro Augusto Soeiro – “Torneio de Esgrima” in *Querer é Poder*, n.º 8, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Agosto de 1986

Zilhão, Pedro Augusto Soeiro e Viães, 1.º Sargento – “Torneio de Esgrima IMPE/91” in *Querer é Poder*, n.º 23, Lisboa, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Ano de 1991

Zizek, S. (org.) – *Um Mapa da Ideologia*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1996

Zuber-Skerritt, O. – *Starting Research. Supervision and Training*, Brisbane, The Tertiary Education Institute/University of Queensland, Brisbane, 1992

Zuber-Skerritt, O. e Ryan, Y. (eds) – *Quality in Postgraduate Education*, London, Kogan Page, 1994

Zúquete, Afonso Eduardo Martins (coord.) – *Nobreza de Portugal*, vol. I, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960

Zúquete, Afonso Eduardo Martins (dir. e coord.) – *Armorial Lusitano: Geneologia e Heráldica*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961

